



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4424

Sexta-feira - 05 de Janeiro de 2024

Florianópolis/SC

Sumário

MUNICÍPIOS

Agrolândia	3	Faxinal dos Guedes.....	484	Maracajá	737
Água Doce.....	4	Flor do Sertão	493	Maravilha.....	753
Águas de Chapecó.....	6	Formosa do Sul	494	Marema.....	759
Águas Frias.....	7	Fraiburgo.....	495	Matos Costa.....	762
Águas Mornas	8	Galvão.....	497	Meleiro	765
Alfredo Wagner	12	Garopaba.....	498	Mirim Doce	767
Anchieta	16	Garuva	501	Modelo	769
Antônio Carlos	34	Gaspar	503	Monte Castelo	782
Araranguá.....	39	Grão Pará	505	Morro da Fumaça	787
Arroio Trinta.....	40	Guaraciaba	506	Morro Grande.....	789
Atalanta.....	49	Guarujá do Sul	508	Navegantes.....	792
Balneário Camboriú	51	Ibicare.....	509	Nova Trento	827
Bandeirante	55	Içara	512	Novo Horizonte	840
Barra Bonita.....	60	Imbituba	545	Otacílio Costa.....	841
Barra Velha.....	62	Imbuia	549	Ouro	842
Bom Jardim da Serra	65	Iomerê	552	Ouro Verde	843
Bom Jesus	70	Iporã do Oeste.....	561	Paial.....	844
Bom Retiro	291	Ipuacu.....	562	Palhoça	845
Brunópolis	293	Ipumirim	575	Paraíso	875
Caçador.....	294	Iraceminha	579	Penha.....	888
Calmon.....	298	Irani.....	581	Peritiba.....	937
Campo Erê.....	299	Iratí.....	596	Petrolândia	942
Campos Novos	300	Irineópolis	597	Pinhalzinho	944
Canelinha	333	Itá	605	Piratuba.....	945
Canoinhas.....	339	Itaiópolis	606	Planalto Alegre.....	956
Capão Alto.....	345	Itapema	608	Ponte Serrada	958
Capinzal	349	Itapiranga.....	610	Porto Belo.....	964
Capivari de Baixo.....	363	Itapoá	612	Porto União.....	975
Catanduvas.....	364	Ituporanga	624	Praia Grande.....	1010
Caxambu do Sul.....	369	Jaguaruna	626	Presidente Castello Branco.....	1013
Chapecó	370	Joaçaba	634	Presidente Nereu.....	1014
Cocal do Sul.....	385	Jupia	655	Princesa	1016
Concórdia	394	Lacerdópolis.....	685	Quilombo.....	1018
Cordilheira Alta	414	Laguna	694	Romelândia.....	1033
Cunha Porã.....	416	Leoberto Leal.....	728	Saltinho	1035
Curitibanos	422	Lindóia do Sul	731	Santa Helena	1036
Dionísio Cerqueira	452	Luzerna	733	Santa Rosa do Sul	1037
Ermo	453	Macieira.....	734	Santiago do Sul.....	1038
Erval Velho	455	Major Vieira	736	São Bento do Sul.....	1042

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina





Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4424

Sexta-feira - 05 de Janeiro de 2024

Florianópolis/SC

Sumário

São Bernardino	1044	Serra Alta	1094	Urubici	1242
São Carlos	1046	Siderópolis.....	1096	Urussanga	1247
São Domingos.....	1050	Taió.....	1211	Vargeão.....	1249
São Francisco do Sul.....	1060	Tangará.....	1221	Vargem Bonita	1250
São Joaquim	1064	Tigrinhos	1224	Vidal Ramos.....	1251
São José.....	1069	Timbé do Sul	1225	Videira.....	1252
São José do Cedro.....	1072	Treviso	1231	Vitor Meireles.....	1267
São Lourenço do Oeste.....	1077	Treze Tílias	1238	Xanxerê.....	1268
São Miguel do Oeste.....	1082	Trombudo Central.....	1239	Xavantina	1295
Schroeder	1087	Tunápolis.....	1240	Xaxim.....	1299
Seara	1092	Turvo	1241		

CONSÓRCIOS

CISAM	1302	CISAM-SUL	1586
CVC.....	1307	CIRSURES.....	1588



Agrolândia

PREFEITURA

EXTRATO AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024

Publicação Nº 5484689

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024

Autorizo a abertura de Inexigibilidade de Licitação sob o Nº 01/2024, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO PREVISÃO DE GASTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA/ SC, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

LOCAL: Secretaria de Admnsitração, Planejamento e Finanças – Setor de Licitação. Rua dos Pioneiros, nº 109. Bairro: Centro. CEP: 88420-000. Agrolândia/SC

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº 14.133, de 1 de Abril de 2021, e suas possíveis alterações.

Agrolândia, 04 de Janeiro de 2024.

JOSÉ CONSTANTE
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 029/2024

Publicação Nº 5484667

PORTARIA Nº 029/2024 – DE 04 DE JANEIRO DE 2024

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor LUCIANDRO DE LUCA, inscrito no CPF nº 029.XXX.XXX-65, ocupante do cargo de Auxiliar de Defesa Civil, no período de 04/01/2024 a 02/02/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2024

Clair Antônio Gemelli
Sec. de Administração e Fazenda

Thaise Zanatta
Diretora Dpto de Recursos Humanos

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 32/2023

Publicação Nº 5483546

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO
DE OBRA Nº 32/2023

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obras nº 32/2023 para a execução Contratação de empresa especializada para execução de reforma de Creche Tipo II e execução do remanescente da mesma obra, que entre si celebram de um lado MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sede à Praça João Macagnan, 322, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.939.398/0001-90, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, brasileira, casada, portador do CPF n. 517.949.269-68, e a empresa CONSTRUTORA MODULAR LTDA estabelecida na Rua Jordão Marcon, n. 116, Centro, Lacerdópolis - SC, CNPJ n. 38.730.403/0001-69, neste ato representado por seu Sócio, Senhor LUIZ PAULO DI DOMENICO brasileiro, portador do CPF n. 063.507.029-48 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, o que fazem da seguinte forma:

Cláusula Primeira: Fica aditado a vigência do Contrato a partir da vigência até 30/04/2024.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, SC, 03 de janeiro de 2024.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI Prefeita Municipal Contratante	LUIZ PAULO DI DOMENICO Construtora Modular Ltda Contratada
Testemunhas	
CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	EVARISTA BERNADETE TRENTA
CPF 005.614.419-95	CPF 028.865.979-10

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 3/2023

Publicação Nº 5484587

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 3/2023 DE 01/11/2023

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de locação de imóvel, que entre si fazem de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado pela Prefeita Sra. NELCI FATIMA TRENTA BORTOLINI, brasileira, casada, portadora do CPF nº. 517.***.***-68, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado Sr. VOLMAR BELLAN, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 099.***.***-87, doravante denominada Contratado, o que fazem da seguinte forma:

Cláusula Primeira: Fica aditado o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, passando a vigor o valor de R\$ 5.480,00 (cinco mil quatrocentos e oitenta reais), conforme parecer jurídico em anexo.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce/SC, 04 de janeiro de 2024.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI	VOLMAR BELLAN
Prefeita Municipal	Proprietário do Imóvel
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	JOSIANE CORREIA LINS VIANNA ZATTERA
CPF 005.***.***-95	CPF 935.***.***-82

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

JÉSSICA ROMEIRO MOTA
OAB/SC 24.746

Águas de Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE 29° CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2020

Publicação N° 5484357

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968 - Fone/Fax: (49) 3339.0855
CEP: 89883-000 - Águas de Chapecó - SC

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2020

EDITAL DE 29° CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, nos respectivos cargos, junto ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, sito à Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó/SC, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2020		
CARGO: SECRETÁRIO DO SERVIÇO MILITAR E DA JUNTA MILITAR DE IDENTIFICAÇÃO		
N° CLASSIFICAÇÃO	N° INSCRIÇÃO	NOME
5º	920	MARIELI MARISA MODELSKI

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este Edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Águas de Chapecó, em 04 de janeiro de 2023.

OSCAR BARELA
Prefeito Municipal em Exercício

Águas Frias

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº1/2024

Publicação Nº 5484621



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Departamento de Licitação

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.....: 1/2024
Contratante.....: MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada.....: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
Objeto.....: Transferência de Recursos Financeiros ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, em conformidade com a Lei Municipal nº995/2011 e Contrato Rateio nº26/2023
Valor.....: R\$ 40.467,00(quarenta mil quatrocentos e sessenta e sete reais)
Vigência.....: Início :05/01/2024 Término : 31/12/2024
Licitação.....: Dispensa por Justificativa Nº.: 1/2024
Processo.....: 1/2024

Águas Frias – SC, , 04 de janeiro de 2024

LUIZ JOSE

DAGA:62589911904

Assinado de forma digital por
LUIZ JOSE DAGA:62589911904
Dados: 2024.01.04 14:38:40
-03'00'

LUIZ JOSÉ DAGA
PREFEITO

Águas Mornas

PREFEITURA

ATO DA PRESIDÊNCIA DA MESA DIRETORA Nº 001/2024 DISPÕE SOBRE ATO DELEGATÓRIO

Publicação Nº 5486827

ATO DA PRESIDÊNCIA DA MESA DIRETORA Nº 001/2024
DISPÕE SOBRE ATO DELEGATÓRIO.

MARCELO KUHNEN, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, em especial no que concerne os incisos I e II do art. 33 da Lei Orgânica do Município, e alínea "c", inciso III do art. 23 do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor Valdir Back, (Diretor de Tesouraria) nomeado pela Portaria nº 056, de 01 de abril de 2016, a ser o responsável legal por abrir e movimentar as contas da CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS - CNPJ 10.978.121/0001-66, assinando conjuntamente com o Presidente, Senhor Marcelo Kuhnén, delegando aos supracitados os seguintes poderes:

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
 - AUTORIZAR COBRANÇA;
 - UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
 - RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
 - SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES;
 - REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
 - AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
 - RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
 - ENDOSSAR CHEQUE;
 - REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO;
 - MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTÃO ELETRÔNICO;
 - SUSTAR/CONTRAORDENAR CHEQUES;
 - CANCELAR CHEQUES;
 - BAIXAR CHEQUES;
 - EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
 - CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
 - EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE;
 - EFETUAR SAQUES – POUPANÇA;
 - EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
 - EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
 - CONSULTAR CONTAS/APLICAÇÕES DE PROGRAMAS DE REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS/ESTADUAIS;
 - LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP;
 - LIBERAR/AUTORIZAR PAGAMENTO ELETRÔNICO DE SALÁRIOS;
 - SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
 - SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;
 - EMITIR COMPROVANTES;
 - ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO;
 - CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO;
 - ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP;
 - ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO;
 - ASSINAR INSTRUMENTO DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;
 - ASSINAR CONTRATO DE CÂMBIO E SEUS RESPECTIVOS ADITIVOS;
 - ASSINAR CONTRATOS DE CÂMBIO PRONTO.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 05 de janeiro de 2024.

MARCELO KUHNEN
PRESIDENTE DA CÂMARA

Registrado e publicado o presente Ato da Presidência da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Águas Mornas aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Valdir Back
Secretário da Câmara

CONTRATO Nº 05/2024

Publicação Nº 5483730

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 489A6DBA599A7C1CE36629C9789F8E92443832E6

Publicação Resumida do Contrato nº 05/2024. Contratado: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA. Objeto: Constitui objeto do presente contrato, contratação de empresa especializada para execução de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública do município de Águas Mornas, relacionados ao sistema de iluminação pública de toda área atendida pela CELESC e CEREJ (em torno de 1.500 unidades) e destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados do parque de iluminação pública. Prazo: até 31/12/2024. Valor total: R\$ 155.760,00. Processo de Licitação: 93/2023. Águas Mornas, 04 de janeiro de 2024. Omero Prim – Prefeito Municipal. Código de registro TCE: 489A6DBA599A7C1CE36629C9789F8E92443832E6.

CONTRATO Nº 141/2023

Publicação Nº 5483385

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D7BFDF8C0F6228B3FB45A0BAB001F8A5EF48EB4

Publicação Resumida do Contrato nº 141/2023. Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFOLIS. Objeto: O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao CIM-GRANFOLIS para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, das despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do Orçamento aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 11/12/2023. Prazo: 01/12/2024 a 31/12/2024. Valor total: R\$ 14.400,00. Águas Mornas, 22 de dezembro de 2023. Omero Prim – Prefeito Municipal. Código de Registro TCE: D7BFDF8C0F6228B3FB45A0BAB001F8A5EF48EB4.

PORTARIA Nº. 007 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483441

PORTARIA Nº. 007/2024
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, EM GOZO.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 03.01.2024, ao Servidor Público Municipal Senhor Edson Heinz, matrícula nº. 983, referente ao quinquênio de 01.02.2013 a 31.01.2018, ficando 01 (um) mês pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 03 de janeiro de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Luana Caroline da Silva Rosa
Responsável

PORTARIA Nº. 008 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483462

PORTARIA Nº. 008/2024
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, EM GOZO.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 03.01.2024, a Servidora Pública Municipal Senhora Camila Martins Ferreira, matrícula nº. 766, referente ao quinquênio de 06.10.2013 a 05.10.2018, nada ficando pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 03 de janeiro de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Luana Caroline da Silva Rosa
Responsável

PORTARIA N°. 009 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5483643

PORTARIA N°. 009/2024
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, a servidora pública municipal Senhora Mariana Meurer Garcia, matrícula n°. 9291, com direito a 120 (cento e vinte) dias de licença, pelo período de 22.12.2023 a 19.04.2024, sem perda da remuneração, conforme dispõe a Lei Complementar n°. 17/2015.

Art. 2º. - PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE por mais 60 (sessenta) dias, pelo período de 20.04.2024 a 18.06.2024, conforme § 5º do artigo 212 da Lei Complementar n° 17/2015.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 22.12.2023.

Águas Mornas-SC, 03 de janeiro de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Luana Caroline da Silva Rosa
Responsável

PORTARIA N°. 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5483660

PORTARIA N°. 010/2024
Concede Licença para o Tratamento de Assuntos Particulares

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 194 da Lei Complementar n° 17, de 21.12.2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA PARA O TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, sem vencimentos, ao servidor público municipal Senhor Alexandre Prim, matrícula n°. 1020, ocupante do cargo efetivo de Motorista, pelo período de 26.01.2024 a 25.01.2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26.01.2024.

Águas Mornas-SC, 04 de janeiro de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Luana Caroline da Silva Rosa
Responsável

PORTARIA N°. 011 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5483695

PORTARIA N°. 011/2024
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, à vista da autorização que lhe foi conferida pela lei n°. 639/2003, de 20.06.2003,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONTRATAR o abaixo relacionado no cargo e nível/padrão identificado, considerando a necessidade para o perfeito funcionamento dos serviços públicos municipais:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PADRÃO 16-A

. VICTOR LUIZ WEBSTER - Posto de Coleta dos Correios - 40 horas semanais, período de 04.01.2024 a 30.06.2024.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 04 de janeiro de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Luana Caroline da Silva Rosa
RESPONSÁVEL

Alfredo Wagner

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº001/2024

Publicação Nº 5483543

Decreto Legislativo nº 001/2024
NOMEIA NATÁLIA ONOFRE, PARA CARGO DE ASSESSORA TÉCNICA LEGISLATIVA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 50, item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:
Art. 1º - Fica nomeada para o cargo em comissão de Assessora Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, a partir de 03 de Janeiro de 2024, a Senhorita NATÁLIA ONOFRE, brasileira, solteira, CPF nº 108.515.119-02, RG nº 7.070.639, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2024.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 04 de Janeiro de 2023.

RÚBIA MARIOTTI SCHWEITZER DA SILVA
Presidente

REGINALDO SILVEIRA
1º Secretário

Publicado no mural desta Casa Legislativa em 04/01/2024

DECRETO Nº002/2024

Publicação Nº 5483598

Decreto Legislativo nº 002/2024
NOMEIA ANA PAULA HEIDERSCHIEDT, PARA CARGO DE ASSESSORA TÉCNICA LEGISLATIVA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 50, item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:
Art. 1º - Fica nomeada para o cargo em comissão de Assessora Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, a partir de 03 de janeiro de 2024, a Senhora ANA PAULA HEIDERSCHIEDT brasileira, inscrita no CPF nº 086.039.859-52 e RG 5930947, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2024.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 04 de janeiro de 2024.

RÚBIA MARIOTTI SCHWEITZER DA SILVA
Presidente

REGINALDO SILVEIRA
1º Secretário

Publicado no mural desta Casa Legislativa em 04/01/2024

DECRETO Nº003

Publicação Nº 5483606

Decreto Legislativo nº 003/2024
NOMEIA JUAREZ DE MELO, PARA CARGO DE ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 50, item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo em comissão de Assessor Técnico Legislativo da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, a partir de 03 de Janeiro de 2024, o Senhor JUAREZ DE MELO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 017 655.559-57e RG 3.423.154, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2024.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 04 de janeiro de 2024.

RÚBIA MARIOTTI SCHWEITZER DA SILVA
Presidente

REGINALDO SILVEIRA
1º Secretário

Publicado no mural desta Casa Legislativa em 04/01/2024

DECRETO N°004

Publicação N° 5483608

Decreto Legislativo nº 004/2024

NOMEIA MARIO SÉRGIO KALBUCH, PARA CARGO DE ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 50, item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, a partir de 03 de Janeiro de 2024, o Senhor MARIO SERGIO KALBUCH, brasileiro, inscrito no CPF nº 088.080.009-74 e RG nº 5.669.486, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2024.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 04 de Janeiro de 2024.

RÚBIA MARIOTTI SCHWEITZER DA SILVA
Presidente

REGINALDO SILVEIRA
1º Secretário

Publicado no mural desta Casa Legislativa em 04/01/2024

DECRETO N°005/2024

Publicação N° 5483612

Decreto Legislativo N° 005/2024

NOMEIA JULIANA HASCKEL, PARA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONTADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 05 DE JANEIRO DE 2023.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 50, item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA para Função Gratificada de Contadoria do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Alfredo Wagner, conforme Lei nº 414/2000, de 13 de março de 2000, a partir de 03 de Janeiro de 2024, a Senhora JULIANA HASCKEL, servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, matrícula nº 1286.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 03 de Janeiro de 2024.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 04 de Janeiro de 2024.

RÚBIA MARIOTTI SCHWEITZER DA SILVA
Presidente

REGINALDO SILVEIRA
1ª Secretário

Publicado no mural desta Casa Legislativa em 04/01/2024

DECRETO Nº006/2024

Publicação Nº 5483617

Decreto Legislativo nº 006/2024

NOMEIA MAX EDSON FIGUEIREDO, PARA CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 50, item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo em comissão de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, a partir de 03 de janeiro de 2024, o Senhor MAX EDSON FIGUEIREDO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 018.658.219-69 e RG 2.258.951.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2024.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner/SC, 04 de janeiro de 2024.

RÚBIA MARIOTTI SCHWEITZER DA SILVA

Presidente

REGINALDO SILVEIRA

1º Secretário

Publicado no mural desta Casa Legislativa em 04/01/2024

DECRETO Nº007/2024

Publicação Nº 5483621

Decreto Legislativo nº 007/2024

NOMEIA SILVIA MARIA ANDERSEN, PARA O CARGO DE OUVIDORA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 50, item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada para o cargo em comissão de Ouvidora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, a partir de 03 de Janeiro de 2024, a Senhora SILVIA MARIA ANDERSEN, brasileira, inscrita no CPF nº 607.228.789-15 e RG nº 1.623.292, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2024.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 04 de Janeiro de 2024.

RÚBIA MARIOTTI SCHWEITZER DA SILVA

Presidente

REGINALDO SILVEIRA

1º Secretário

Publicado no mural desta Casa Legislativa em 04/01/2024

DECRETO Nº008/2024

Publicação Nº 5483625

Decreto Legislativo Nº 008/2024

CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR DO PODER EXECUTIVO OSMAR COELHO PARA RESPONDER PELO CONTROLE INTERNO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 50, Item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, Item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida de acordo com o artigo 6º da Lei nº 760/2.009, gratificação ao Senhor OSMAR COELHO, inscrito no CPF: 416.955.859-68, RG: 739.227, para responder pelo controle interno do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03 de Janeiro de 2024.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner em 04 de janeiro de 2024.

RÚBIA MARIOTTI SCHWEITZER DA SILVA
Presidente

REGINALDO SILVEIRA
1º Secretário

Publicado no mural desta Casa Legislativa em 04/01/2024

Anchieta

PREFEITURA

AVISO DO CREDENCIAMENTO Nº 009/2023-FMS

Publicação Nº 5484592

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Credenciamento nº 009/2023.

Para: Credenciamento de empresas visando a prestação de serviço de Sessões de Fisioterapia na área de saúde nas especialidades de Método Neuroevolutivo Bobath e Eletroacupuntura e Método Neuroevolutivo Bobath, para atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde do município de Anchieta/SC, que necessitam de cuidados especiais quanto a sua reabilitação, em consultórios ou estabelecimentos de saúde. Pago com recursos próprios.

Quantidade: 165 - Sessões de Fisioterapia pelo Método Neuroevolutivo Bobath e Eletroacupuntura - Valor Unitário R\$: 169,48

Quantidade: 165 - Sessões - Fisioterapia Método Neuroevolutivo Bobath - Valor Unitário R\$: 137,70

Anchieta - SC, 03 de janeiro de 2024.

MARTINHOS SCANTAMBURLO
Gestor do FMS

NOME DO CREDENCIADO	TERMO CRED. Nº	Nº CONTRATO
CÁSSYA MAYANE PANDOLFO.	001	003/2024

AVISO DO CREDENCIAMENTO Nº 011/2023-FMS

Publicação Nº 5484593

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Credenciamento 011/2023. Para: Credenciamento de Empresas para confecção e moldagem de Próteses Totais (PT) e Próteses Parciais Removíveis (PPR) para protetização da população usuária do SUS da Rede Básica Municipal, de acordo com o Programa Brasil Sorridente - Saúde Bucal, conforme especificação do anexo I. Pagos com recursos Próprios, SUS Estado - Próteses Dentárias, SUS União - Incentivo para Ações Estratégicas. Nos termos do edital de Credenciamento nº 011/2023.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit
01	190	UN	CONFEÇÃO DE PROTESE PARCIAL REMOVIVEL (PPR), ESTRUTURA METALICA FUNDIDA EM CROMO-COBALTO, ACRILIZADA EM ACRILICO TERMO-POLIMERIZAVEL ROSA DE ALTA RESISTÊNCIA, DENTES COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: DUPLA PRENSAGEM (CORPO E ESMALTE), ALTA RESISTENCIA MECANICA, QUIMICA E A ABRASAO, AUSENCIA TOTAL DE BOLHAS OU POROSIDADES, FLUORESCENCIA NATURAL, INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM, ACRILIZACAO E REEMBASAMENTO.	320,00
02	170	UN	CONFEÇÃO DE PROTESE TOTAL (PT) ACRILIZADA CONFECIONADA EM ACRILICO TERMO-POLIMERIZÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, DENTES COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: DUPLA PRENSAGEM (CORPO E ESMALTE), ALTA RESISTENCIA MECANICA, QUIMICA E A ABRASAO, AUSENCIA TOTAL DE BOLHAS OU POROSIDADES, FLUORESCENCIA NATURAL, INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM, ACRILIZACAO E REEMBASAMENTO.	250,00
03	360	UN	MOLDAGEM SUPERIOR E INFERIOR PARA CONFEÇÃO DE PROTESE	140,00

NOME DO CREDENCIADO	TERMO CRED. Nº	Nº CONTRATO
VANDERLEI JANTSCH	001	004/2024

Anchieta – SC, 03 de janeiro de 2024.

MARTINHOS SCANTAMBURLO
Secretário do FMS

CONTRATO Nº 001/2024-FMAS

Publicação Nº 5484029

CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2024

Por este instrumento de contrato de rateio, elaborado para atender as condições previstas na Lei Federal nº. 11.107/2005 e no Decreto Federal nº. 6.017/2007, de um lado, os municípios consorciados: MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.024.687/0001-22, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 16.841.833/0001-15, com sede Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 59, Centro, Anchieta/SC, Centro Administrativo localizado na Av. Anchieta nº 838, na Cidade de Anchieta/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Em Exercício, Sr. EDGAR JOSÉ BENETTI, brasileiro, portador do CPF sob o nº 239.549.731-20, residente e domiciliado no Município de Anchieta/SC, e pela Gestora do FMAS, Sra. CARLA MARINA TREMARIN, portadora do CPF sob o nº 907.372.029-04, doravante denominados CONTRATANTES, e, do outro, o CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - CRESIM, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 23.279.570/0001-68, com sede na Av. Bandeirantes, nº 1438 - Centro, na Município de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu Presidente, Sr. IVAN JOSE CANCI, brasileiro, portador do CPF sob o nº 625. 835.909-44, residente e domiciliado na Linha São Marcos, Interior, no Município de Anchieta/SC, ajustam a celebração deste Contrato de Rateio, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de gestão associada/consorciada para manutenção da Casa Lar, que dar-se-á de forma a cumprir o Protocolo de Intenções, o Termo de Ajustamento de Conduta TAC nº 06.2012.00004727-5, firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, além de critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores e exigidos constantes da legislação e regulamentos disciplinadores dos serviços, bem como do Contrato de Adesão ao Programa firmado entre as partes.

Parágrafo 1º. – Os recursos repassados destinar-se-ão à execução das despesas Orçamentárias do Consórcio, tais como: pagamento de água, energia elétrica, telefone e comunicação em geral, hospedagem, consertos e reformas, manutenção de máquinas, equipamentos, bens móveis e imóveis, impostos e taxas, materiais de expediente, limpeza permanente, contratação de serviços técnicos e especializados e outras afins.

Parágrafo 2º. – As demais despesas necessárias à consecução do objeto, não previstas no § 1º, serão custeadas com outros recursos do consórcio.

Parágrafo 3º. – Não Integrará a receita própria do consórcio o produto da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre os proventos de qualquer natureza, retidos nos pagamentos realizados, ao final do exercício esse valor será rateado entre os municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços previstos na cláusula anterior serão prestados, na forma direta, por quadro de Servidores formados pelo CRESIM, que deverão ser prestados de forma adequada, entendidos estes como aqueles que estejam de acordo com o disposto no Protocolo de Intenções.

§ 1º. Para os efeitos do que estabelece o caput, serviço adequado é o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e modicidade aos abrigados.

§ 2º. Para os fins previstos no contrato de rateio consideram-se:

- a) regularidade: a prestação dos serviços públicos nas condições estabelecidas na legislação, nos regulamentos, no Protocolo de Intenções e em outras normas técnicas em vigor;
- b) continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços em condições de regularidade;
- c) eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis em padrões satisfatórios, estabelecidos no protocolo de intenções, que assegurem qualitativa e quantitativamente o cumprimento das metas;
- d) segurança: a execução dos serviços de forma a garantir a segurança dos abrigados;
- e) atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos abrigados, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas do contrato de programa;
- f) generalidade: universalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurado o direito de acesso aos serviços de todos os necessitados encaminhados pelo poder judiciário e/ou órgão correlato, observado o programa;
- g) modicidade: a justa correlação entre os encargos decorrentes da prestação dos serviços e a remuneração dos profissionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, ou seja, de 01 de janeiro de 2024, até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

Os recursos destinados ao Consórcio, no valor total de R\$: 150.590,99 (centro e cinquenta mil, quinhentos e noventa reais e noventa e nove centavos) serão repassados pelo ente consorciado da seguinte forma:

I - Os valores serão transferidos pelos Contratantes, ao Consórcio Público da Região do Rio Sargento de Integração Municipal – CRESIM, em doze parcelas mensais, até o dia 10 de cada mês, nos valores abaixo identificados:

MUNICÍPIO	MANUTENÇÃO DA CASA LAR	TOTAL
Anchieta	12.549,24	150.590,99
TOTAL	12.549,24	150.590,99

II - Caso ocorra ampliação dos serviços pré-estabelecidos, poderá haver aumento nos valores de contribuição, que serão cobrados do MUNICÍPIO em forma de serviços excedentes, a serem repassados nas mesmas condições da contribuição mensal, após faturamento;

Parágrafo único - As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos constantes na Lei Orçamentária.

- a) Município de Anchieta: 3.1.71.70.01 (12) – R\$: 109.738,80
- b) Município de Anchieta: 3.3.71.70.01 (13) – R\$: 39.637,19
- c) Município de Anchieta: 4.4.71.70.01 (15) – R\$: 1.215,00

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação da Secretaria Municipal de Assistência Social, de cada Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CONSÓRCIO:

- a) Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- b) Colocar a disposição do MUNICÍPIO informação dos serviços prestados;
- c) Fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;
- d) Colocar a disposição do MUNICÍPIO sistema para encaminhamento de usuários;
- e) Orientar a Secretaria Municipal de Assistência Social em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- f) Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- g) Encaminhar ao Município, após processamento, o relatório analítico dos serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

I – COMPETE AOS MUNICÍPIOS CONTRATANTES:

Consignar em sua Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio deste instrumento;

- a) Pagar o boleto bancário relativo ao valor mensal conforme aqui previsto, no vencimento, ou, manter o débito mensal junto ao banco onde se encontra a conta corrente vinculada;
- b) Pagar os valores mensais excedentes ao aqui previsto através de boleto bancário e/ou depósito bancário junto a conta corrente vinculada, bem como pagamento de tarifas bancárias, que venham a ocorrer devido às movimentações bancárias executadas pelo consórcio.
- c) Pagar os valores destinados aos investimentos, na forma definida pela Assembleia do Consórcio.
- d) Disponibilizar transporte de seus acolhidos quando for necessário deslocar fora da sede do Consórcio.
- e) Pagar os medicamentos e exames que não estão disponíveis na rede do SUS.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

No mês de fevereiro de 2025 será realizado o encontro de contas anual, após o fechamento do faturamento dos municípios da competência dezembro de 2024.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, o MUNICÍPIO ficará sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência, sendo suspensos os serviços até a regularização da dívida.

Parágrafo único. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 30 (trinta) dias, o MUNICÍPIO poderá ser excluído do CONSORCIO, e a exclusão não exime do pagamento do tempo em que permaneceu inadimplente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato de rateio.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Anchieta – SC, 04 de janeiro de 2024.

IVAN JOSE CANCI
Prefeito Municipal de Anchieta
Presidente do CRESIM
CPF nº 625.835.909-44

CARLA MARINA TREMARIN

Gestora do FMAS

CPF nº 907.372.029-04

Testemunhas:

GLACIANA CRESTANI ELIZA DIESEL

CPF: 089.496-279-57 CPF: 089.252.449-93

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato.

NOME: MARLETE TODESCATTO

CPF: 044.947.859-97

Após análise do conteúdo do contrato acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela legislação vigente, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

Carla Roberta Carnette

Procuradora Jurídica do Município

OAB/SC nº. 52.883

CONTRATO Nº 001/2024-FMS

Publicação Nº 5484537

CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2024

"Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Anchieta, através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina e o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Ameosc – CIS/AMEOSC para o ano de 2024".

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.243.552/0001-47, estabelecida à Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, nesta cidade de Anchieta/ SC, representado neste ato pelo Sr. MARTINHOS SCANTAMBURLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 950.525.859-34, residente e domiciliado neste Município de Anchieta/SC, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATANTE, e,

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMEOSC – CIS/AMEOSC, Consórcio público com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 02.311.972/0001-22, estabelecida à Rua Almirante Tamandaré, nº 320, sala 101 – Bairro Centro, no Município de São Miguel do Oeste - Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu representante legal, Sr. ALEXANDRE GOMES RIBAS, brasileiro, casado, Prefeito de Itapiranga/SC, portador da Carteira de Identidade sob o nº 6.644.568-2, órgão expedidor SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 927.322.919-00, residente e domiciliado a Rua da Providência nº 116, Bairro Rainha da Paz, Município de Itapiranga/SC, ora denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio com o objetivo de custear as despesas administrativas oriundas da manutenção do CIS/AMEOSC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplica-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, Lei Federal nº 14.133/21, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIS/AMEOSC Lei Municipal nº 2.704/2023 de 10 de março de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS NORMAS LEGAIS

É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 74, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Ameosc – CIS/AMEOSC, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

Parágrafo Único. Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

- Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição;
- Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público, contratos de programa e convênios;
- Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei; e
- Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA: DO RATEIO

Para a execução do objeto deste Contrato, conforme disposto no Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Município de ANCHIETA repassará mensalmente ao Consórcio a importância de R\$: 2.021,47 (dois mil, vinte e um reais e quarenta e sete centavos), totalizando R\$: 24.257,58 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), correspondendo ao objeto deste Contrato do CIS/AMEOSC. Os valores constantes neste Contrato, foram definidos e aprovados em Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Ameosc - CIS/AMEOSC realizada no dia 14 de dezembro de 2023 e registrada na ata nº 004/2023, depositado em conta específica Banco do Brasil, agência 0599-1, conta corrente 46.858-4.

CLÁUSULA QUINTA: DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da dotação orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária

Anual nº 2.782/2023, e respectivos anexos, nas seguintes especificações orçamentárias:

Código de Especificação	Especificação	Valor (R\$)	(%)
(12) 3.1.71.00	Transferência a Consórcios Públicos	14.554,55	60 %
(14) 3.3.71.00	Transferência a Consórcios Públicos	9.703,03	40 %
Total Geral R\$:		24.257,58	100%

CLÁUSULA SEXTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CIS/AMEOSC:

- Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- Colocar à disposição do Município os serviços credenciados;
- Fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;
- Colocar à disposição do Município sistema informatizado para agendamento de consultas, exames e/ou procedimentos;
- Orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo Município;
- Encaminhar, após processamento, fichas de consultas e exames de usuários ao Município, acompanhado de relatório analítico dos procedimentos.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do Município:

- Acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo Consórcio;
- Auxiliar o Consórcio a ampliar o número de profissionais credenciados na região da AMEOSC;
- Definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá a CONTRATANTE, aplicar à contratada as seguintes sanções, cumuladas ou não, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência;
- Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- Rescisão Contratual;
- Suspensão temporária para licitar e contratar com a CONTRATANTE;
- Declaração de inidoneidade.

Parágrafo Primeiro. A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na entrega do objeto desta licitação ou pela entrega de objeto que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

Parágrafo Terceiro. A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao Município de Anchieta/SC.

Parágrafo Quarto. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas nesta Licitação.
- À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Quinto. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Sexto. As penalidades suspensão temporária e declaração de inidoneidade serão suspensas pela CONTRATANTE assim que cessar a causa que motivou a respectiva sanção.

Parágrafo Sétimo. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

Parágrafo Oitavo. As penalidades de multa, suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela autoridade competente da CONTRATANTE, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, serão registradas junto ao SICAF em desfavor do fornecedor, sendo que a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade implicam na inativação do cadastro, conforme estabelece o subitem 6.4 da IN/MARE/Nº 05/95.

Parágrafo Nono. Incorrem à CONTRATADA as mesmas penalidades no caso de:

- Transferência ou cessão de suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- Inobservância de normas e de determinações da fiscalização;
- Cometimento de qualquer infração às normas legais Federais, Estaduais e Municipais, respondendo ainda, pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- Cometimento de faltas reiteradas na entrega do objeto contratual;

- e) Não iniciar, sem justa causa, a entrega do objeto contratual, no prazo fixado;
- f) Recusar-se a entregar, sem justa causa, no todo ou em parte o objeto contratual;
- g) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por um representante do Município, especialmente designado na forma do artigo 117 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Primeiro. Durante o prazo de duração do contrato, a CONTRATANTE designa a Servidora Municipal, Sra. Carolina Schatz, ou outro agente público que venha a substituí-la nas suas atribuições, para gerir, acompanhar, controlar e avaliar a execução contratual, o qual deverá receber o objeto solicitado, mediante competente atestado.

Parágrafo Segundo. O fiscal do contrato passa a ser o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

Parágrafo Terceiro. Não obstante a empresa será a exclusiva responsável pela execução de todos os serviços e entrega dos materiais, o Município reserva-se o direito, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução da obra diretamente por fiscal designado.

Parágrafo Quarto. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Quinto. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente do Município para adoção das medidas convenientes, consoante com o disposto no artigo 117, da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2024, não podendo ser renovado automaticamente sem a anuência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais questões serão resolvidas consoante às disposições do Estatuto Social do CIS/AMEOSC e das normas da Lei Federal nº 11.107/05, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no DOM/SC, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta/SC, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta/SC, 03 de janeiro de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ANCHIETA/SC CONTRATANTE		CONS. INTERM. DE SAÚDE DA AME- OSC - CIS/AMEOSC CONTRATADA	
Testemunhas: 01-Glaciana Crestani 02-Eliza Diesel CPF: 089.496.279-57 CPF: 089.252.449-93 DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato. NOME: CAROLINA SCHATZ CPF: 078.229.509-67 Após análise do conteúdo do contrato acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela legislação vigente, opinando assim, pela assinatura do presente contrato. Carla Roberta Carnette Procuradora Jurídica do Município OAB/SC nº. 52.883			

CONTRATO Nº 002/2024-FMS

Publicação Nº 5484524

CONTRATO DE RATEIO Nº 002/2024

"Contrato de Rateio, para prestação de serviços de saúde, celebrado entre o Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina e o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMEOSC – CIS/AMEOSC, para o exercício de 2024"

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.243.552/0001-47, estabelecida à Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, nesta cidade de Anchieta/ SC, representado neste ato pelo Sr. MARTINHOS SCANTAMBURLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 950.525.859-34., residente e domiciliado neste Município de Anchieta/SC, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATANTE, e,

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMEOSC – CIS/AMEOSC, Consórcio público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 02.311.972/0001-22, estabelecido à Rua Almirante Tamandaré, nº 320, sala 101, Centro, no Município de São Miguel do Oeste - Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu representante legal, Sr. ALEXANDRE GOMES RIBAS, brasileiro, casado, Prefeito de Itapiranga/SC, portador da Carteira de Identidade sob o nº 6.644.568-2, órgão expedidor SESP/ PR, inscrito no CPF sob o nº 927.322.919-00, residente e domiciliado a Rua da Providência nº 116, Bairro Rainha da Paz, Município de Itapiranga/SC, ora denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente CONTRATO, com o objetivo de utilizar os serviços médicos especializados oferecidos pelo CIS/AMEOSC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Aplicam-se ao presente CONTRATO DE RATEIO as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, Lei Federal nº 14.133/21, que dispõe sobre normas gerais de contratação de Consórcios públicos, legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIS/AMEOSC, Lei Municipal nº 2.704/2023 de 10 de março de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS NORMAS LEGAIS
É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 74, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO
Este Contrato de Rateio tem por objetivo assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, para o ano de 2024.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
Os serviços previstos na cláusula anterior serão prestados pelo CIS/AMEOSC na forma de credenciamento, conforme relação de credenciados.

CLÁUSULA QUINTA: DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação da Secretaria Municipal de Saúde de cada Município.

CLÁUSULA SEXTA: DO RATEIO
Para a execução do objeto deste Contrato, conforme disposto no Contrato de Programa, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC repassará mensalmente ao Consórcio a importância de R\$: 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), perfazendo o valor de R\$: 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) correspondendo a serviços médicos especializados e demais ações do CIS/AMEOSC, depositado em conta específica, Banco do Brasil, Agência 0599-1, conta corrente 1.300-5.
I. O Município de Anchieta/SC, utilizará os valores repassados em serviços médicos especializados a nível ambulatorial, de acordo com sua necessidade e nas condições operacionais do Consórcio;
II. Caso ocorra a necessidade de utilização dos serviços além do valor do repasse estabelecido neste Contrato, o Município deverá firmar Termo Aditivo ou novo Contrato;
III. Os valores não utilizados ficarão como crédito disponível para utilização do Município, e dos valores praticados pela tabela do CIS/AMEOSC.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da dotação orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 2.782/2023 e respectivos anexos, nas seguintes especificações orçamentárias:

Código de Especificação	Especificação	Valor (R\$)	(%)
(16) 3.3.93.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	270.000,00	100 %
	TOTAL R\$:	270.000,00	100 %

Parágrafo Único: Será excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio.

CLÁUSULA OITAVA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES
O Consorciado inadimplente com o CIS/AMEOSC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação:
I. Uma vez notificado da inadimplência, suspender-se-ão os serviços do Consórcio ao respectivo Consorciado até a regularização da dívida;
II. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 90 (noventa) dias, o ente Consorciado será excluído do Consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral, conforme capítulo II do Protocolo de Intenções;
III. A exclusão prevista na cláusula nona, não exime o participante do pagamento de débitos decorrentes referente ao período em que permaneceu inadimplente e como ativo participante, devendo o CIS/AMEOSC proceder a execução dos direitos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO
São obrigações do CIS/AMEOSC:
I. Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
II. Colocar à disposição do Município os serviços credenciados;
III. Fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;
IV. Colocar à disposição do Município sistema informatizado para agendamento de consultas, exames e/ou procedimentos;
V. Orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
VI. Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo Município;
VII. Encaminhar, após processamento, relação de consultas e exames de usuários ao Município, acompanhado de relatório analítico dos procedimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
São obrigações do Município:
I. Acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo Consórcio;
II. Auxiliar o Consórcio a ampliar o número de profissionais credenciados na região da AMEOSC;
III. Definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA
O presente contrato de rateio terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2024, não podendo ser prorrogado sem a anuência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por um representante do Município, especialmente designado na forma do artigo 117 da Lei nº 14.133/21.
Parágrafo Primeiro. Durante o prazo de duração do contrato, a CONTRATANTE designa a Servidora Municipal Sra. Carolina Schatz, ou outro agente público que venha a substituí-la nas suas atribuições, para gerir, acompanhar, controlar e avaliar a execução contratual, o qual deverá receber o objeto solicitado, mediante competente atestado.
Parágrafo Segundo. O fiscal do contrato passa a ser o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.
Parágrafo Terceiro. Não obstante a empresa será a exclusiva responsável pela execução de todos os serviços e entrega dos materiais, o Município reserva-se o direito, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução da obra diretamente por fiscal designado.
Parágrafo Quarto. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133/21.
Parágrafo Quinto. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente do Município para adoção das medidas convenientes, consoante com o disposto no artigo 117, da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
As demais questões serão resolvidas consoantes as disposições do Estatuto Social do CIS/AMEOSC e das normas da Lei Federal nº 11.107/05, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO
O presente contrato será publicado, por extrato, no DOM/SC, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta/SC, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 03 (três) vias de igual teor e forma.
Anchieta, 03 de janeiro de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ANCHIETA/SC CONTRATANTE	CONS. INTERM. DE SAÚDE DA AMEOSC - CIS/AMEOSC CONTRATADA	
--	---	--

Testemunhas:

GLACIANA CRESTANI ELIZA DIESEL
CPF: 089.496-279-57 CPF: 089.252.449-93

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato.
NOME: CAROLINA SCHATZ
CPF: 078.229.509-67

Após análise do conteúdo do contrato acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela legislação vigente, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.
Carla Roberta Carnette
Procuradora Jurídica do Município
OAB/SC nº. 52.883

CONTRATO Nº 003/2024-FMS

Publicação Nº 5484046

CONTRATO Nº 003/2024
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICIPIO DE ANCHIETA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.024.687/0001-22, com sede na Avenida Anchieta, nº 838, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ/MF sob o nº 11.243.552/0001-47, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr. MARTINHOS SCANTAMBURLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Anchieta, SC, portador do CPF sob o nº 950.525.859-34, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa CÁSSYA MAYANE PANDOLFO - ME, com sede a Rua Sete de Setembro, nº 74, Centro, CEP: 89.908-000, no Município de Romelândia/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.641.679/0001-51, neste ato representada pela Responsável Legal, Senhora CÁSSYA MAYANE PANDOLFO, fisioterapeuta, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Anchieta/SC, inscrita no CPF/MF sob o nº 037.168.739-00, RG sob o nº 3.331.090, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de sessões de fisioterapia para a população do Município de Anchieta/SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 009/2023 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Processo Licitatório nº 022/2023 – Inexigibilidade nº 015/2023 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o Credenciamento de empresas visando a prestação de serviço de Sessões de Fisioterapia na área de saúde nas especialidades de Método Neuroevolutivo Bobath e Eletroacupuntura e Método Neuroevolutivo Bobath, para atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde do município de Anchieta/SC, que necessitam de cuidados especiais quanto a sua reabilitação, em consultórios ou estabelecimentos de saúde. Pago com recursos próprios. A saber:

Item	Especificação	Unid.	Quant	Preço Unit.	Preço Total
01	Sessões - Fisioterapia Método Neuroevolutivo Bobath.	UN	165	R\$: 137,70	R\$: 22.720,50
02	Sessões de Fisioterapia pelo Método Neuroevolutivo Bobath e Eletroacupuntura.	UN	165	R\$: 169,48	R\$: 27.964,20

CLÁUSULA TERCEIRA - CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste termo A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de suas propostas, no edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos aos usuários mediante a apresentação da carteira de identidade, ou documento compatível, do usuário acompanhada da autorização do Fundo Municipal de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste termo. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE - O Município pagará pelos serviços prestados os valores constantes no item 01 do edital de credenciamento. O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias de 2024:

Despesa: 15 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/TFD - CONSÓRCIOS

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.061 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/TFD - CONSÓRCIOS

Elemento: 3.3.90.39.50.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 1.500.1002.0000 - Recursos Ordinários - 15% Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS - A pessoa jurídica credenciada deverá realizar as sessões de fisioterapia para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria Municipal da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente à população, mediante ordem de serviço fornecida pelo Fundo Municipal de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O agendamento das sessões de fisioterapia será responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde. A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ANCHIETA, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência;
- Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- Rescisão Contratual;
- Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ANCHIETA;
- Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ANCHIETA.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ANCHIETA.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ANCHIETA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2024, podendo ser prorrogado, de acordo com o que

dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Anchieta – SC, 03 de janeiro de 2024.

MARTINHOS SCANTAMBURLO
Gestor do FMS/Contratante
CPF: 950.525.859-34

CÁSSYA MAYANE PANDOLFO
Fisioterapeuta/Contratada
CPF: 037.168.739-00

TESTEMUNHAS:

GLACIANA CRESTANI
CPF: 089.496.279-57

ELIZA DIESEL
CPF: 089.252.449-93

CONTRATO Nº 004/2024-FMS

Publicação Nº 5484039

CONTRATO Nº 004/2024

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.024.687/0001-22, com sede na Avenida Anchieta, nº 838, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ/MF sob o nº 11.243.552/0001-47, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr. MARTINHOS SCANTAMBURLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado no e Município de Anchieta, SC, portador do CPF sob o nº 950.525.859-34, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa VANDERLEI JANTSCH - ME, com sede na Rua 7 de Setembro, nº 1070, Centro, CEP: 89.899-000, Município de Iporã do Oeste - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.135.451/0001-39, neste ato representado por seu Administrador, Sr. VANDERLEI JANTSCH, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Iporã do Oeste - SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 019.364.589-00, RG sob nº 2.946.042, doravante denominado CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias para a população do Município de Anchieta/SC, em decorrência do Edital de Credenciamento nº 011/2023 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Processo Licitatório nº 028/2023 – Inexigibilidade nº 020/2023 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a solicitação de Credenciamento da CREDENCIADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO - O presente Termo tem por objeto o Credenciamento de Empresas para confecção e moldagem de Próteses Totais (PT) e Próteses Parciais Removíveis (PPR) para protetização da população usuária do SUS da Rede Básica Municipal, de acordo com o Programa Brasil Sorridente - Saúde Bucal, conforme especificação do anexo I. Pagos com recursos Próprios, SUS Estado - Próteses Dentárias, SUS União - Incentivo para Ações Estratégicas.

Observação: Poderão ser utilizados recursos do superávit financeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - O atendimento far-se-á pelo sistema de livre escolha do usuário, dentro os credenciados habilitados nos termos e condições previstas neste edital. Os serviços deverão ser prestados em Consultório Odontológico cedido pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Anchieta/SC. Os serviços deverão ser prestados a pacientes do Município, mediante entrega da Autorização emitida pelo Fundo Municipal de Saúde. As Autorizações para confecção de próteses são pessoais e intransferíveis. As próteses dentárias deverão ser confeccionadas com materiais de primeira qualidade, e de acordo com as especificações deste edital. A Credenciada será responsável por todos os procedimentos necessários à confecção das próteses, inclusive por eventuais reconsultas aos pacientes para ajustes necessários ao perfeito encaixe das mesmas. A Credenciada deverá, as suas expensas, pelo período de garantia de 03 (três) meses, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, quaisquer próteses dentárias, se nelas ocorrerem defeitos ou incorreções resultantes dos serviços ou dos materiais empregados. Intercorrências no pré, trans e pós-protético, relacionados aos procedimentos, serão atendidas pela Contratada, sem ônus ao Fundo de Saúde e o paciente. Todos os materiais e equipamentos necessários para prestação dos serviços são de responsabilidade da Credenciada. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de suas propostas, deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da carteira de identidade, ou documento compatível, acompanhada da autorização do Fundo Municipal de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE - O Município pagará pelos serviços prestados os valores constantes no

Termo de Referência, Anexo I, deste Edital. O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias de 2024:

Despesa: 15 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC - TFD – CONSÓRCIOS.

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.061 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC - TFD – CONSÓRCIOS.

Elemento: 3.3.90.39.50.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 1.600.7000.0006 – SUS UNIÃO/INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS

Despesa: 15 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC - TFD – CONSÓRCIOS.

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.061 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC - TFD – CONSÓRCIOS.

Elemento: 3.3.90.39.50.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 1.621.7000.0001 – SUS ESTADO – PRÓTESES DENTÁRIAS

Despesa: 15 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC - TFD – CONSÓRCIOS.

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.061 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC - TFD – CONSÓRCIOS.

Elemento: 3.3.90.39.50.000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 1.500.1002.0000 – REUCUROS ORDINÁRIOS 15% SAÚDE

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS - A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os serviços para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços todas as quartas-feiras, no período Vespertino, em Consultório Odontológico cedido pelo Fundo Municipal de Saúde. A credenciada deverá atender no mínimo 15 pacientes, mediante Autorização fornecida pelo Fundo Municipal de Saúde. Entregar as próteses dentárias rigorosamente dentro do prazo de no máximo 35 (trinta e cinco) dias, após solicitação através de Autorização. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste Edital, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais pacientes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O agendamento da consulta será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde. A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestado pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa. Disponibilizar Consultório Odontológico para a empresa credenciada realizar os devidos serviços/atendimentos.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste Edital, ensejará, após

devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos pacientes, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratações assumidas e das responsabilidades a elas atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução da demanda a aplicação das sanções definidas neste Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ANCHIETA, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ANCHIETA;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ANCHIETA.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ANCHIETA.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ANCHIETA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Anchieta – SC, 03 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE:

MARTINHOS SCANTAMBURLO
Secretário do FMS
CPF: 950.525.859-34

CONTRATADO:

VANDERLEI JANTSCH
Representante/Empresa
CPF: 019.364.589-00

TESTEMUNHAS:

ELIZA DIESEL	GLACIANA CRESTANI
CPF: 089.252.449-93	CPF: 089.496.279-57

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Credenciamento de Empresas para confecção e moldagem de Próteses Totais (PT) e Próteses Parciais Removíveis (PPR) para protetização da população usuária do SUS da Rede Básica Municipal, de acordo com o Programa Brasil Sorridente - Saúde Bucal, conforme especificação do anexo I. Pagos com recursos Próprios, SUS Estado - Próteses Dentárias, SUS União - Incentivo para Ações Estratégicas.
Observação: Poderão ser utilizados recursos do superávit financeiro.

Item	Und.	Quant.	Especificação	V. Máximo	Total
01	Und.	190	CONFEÇÃO DE PROTESE PARCIAL REMOVIVEL (PPR), ESTRUTURA METALICA FUNDIDA EM CROMO-COBALTO, ACRILIZADA EM ACRILICO TERMO-POLIMERIZAVEL ROSA DE ALTA RESISTÊNCIA, DENTES COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: DUPLA PRENSAGEM (CORPO E ESMALTE), ALTA RESISTENCIA MECANICA, QUIMICA E A ABRASAO, AUSENCIA TOTAL DE BOLHAS OU POROSIDADES, FLUORESCENCIA NATURAL, INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM, ACRILIZACAO E REEMBASAMENTO.	320,00	60.800,00
02	Und.	170	CONFEÇÃO DE PROTESE TOTAL (PT) ACRILIZADA CONFECCIONADA EM ACRILICO TERMO-POLIMERIZÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, DENTES COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: DUPLA PRENSAGEM (CORPO E ESMALTE), ALTA RESISTENCIA MECANICA, QUIMICA E A ABRASAO, AUSENCIA TOTAL DE BOLHAS OU POROSIDADES, FLUORESCENCIA NATURAL, INCLUI: PLACA DE MORDIDA, MONTAGEM, CEROPLASTIA, PRENSAGEM, ACRILIZACAO E REEMBASAMENTO.	250,00	42.500,00
03	Und	360	MOLDAGEM SUPERIOR E INFERIOR PARA CONFEÇÃO DE PROTESE.	140,00	50.400,00
Total R\$:					153.700,00

- A quantidade supra mencionada de próteses a serem confeccionadas é estimativa para o ano, podendo variar de acordo com a demanda ou regularidade no repasse dos recursos do Programa, ficando o Município de Anchieta/Fundo Municipal de Saúde desobrigado a contratar a integralidade indicada.
- O Credenciado deverá, obrigatoriamente, realizar o serviço de moldagem, item 03, relativo à prótese a ser confeccionada.
- Deferido o credenciamento o Fundo Municipal de Saúde efetuará empenho estimativo de parte da quantidade estimada, uma vez que a quantidade de empresas com interesse em prestar o serviço, bem como a demanda para cada uma delas está indefinido.

Anchieta – SC, 03 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE:

MARTINHOS SCANTAMBURLO
Secretário do FMS
CPF: 950.525.859-34

CONTRATADO:

VANDERLEI JANTSCH
Representante/Empresa
CPF: 019.364.589-00

CONTRATO Nº 005/2024-FMS

Publicação Nº 5484032

CONTRATO DE RATEIO Nº 005/2024

Por este instrumento de contrato de rateio, elaborado para atender as condições previstas na Lei Federal nº. 11.107/2005 e no Decreto Federal nº. 6.017/2007, de um lado, o município consorciado: MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.024.687/0001-22, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.243.552/0001-47 com sede à Rua Olímpio Dal Magro, nº 587 - Centro, na cidade de Anchieta - SC, Centro Administrativo localizado na Av. Anchieta nº 838, na Cidade de Anchieta/SC, representado neste pelo Prefeito Em Exercício Sr. EDGAR JOSÉ BENETTI, brasileiro, portador do CPF sob o nº 239.549.731-20, residente e domiciliado no Município de Anchieta/SC, e pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. MARTINHOS SCANTAMBURLO, inscrito no CPF sob o nº 950.525.859-34 doravante denominados CONTRATANTE, e, do outro, o CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - CRESIM, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 23.279.570/0001-68, com sede na Av. Bandeirantes, nº 1438 - Centro, no Município de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu Presidente, Sr. IVAN JOSE CANCI, brasileiro, portador do CPF sob o nº 625.835.909-44, residente e domiciliado na Linha São Marcos, Interior, no Município de Anchieta/SC, ajustam celebração deste Contrato de Rateio, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de gestão associada/consorciada para manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, que dar-se-á de forma a cumprir o Protocolo de Intenções, além de critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores e exigidos constantes da legislação e regulamentos disciplinadores dos serviços.

Parágrafo 1º. – Os recursos repassados destinar-se-ão à execução das despesas Orçamentárias do Consórcio, tais como: pagamento de água, energia elétrica, telefone e comunicação em geral, hospedagem, consertos e reformas, manutenção de máquinas, equipamentos, bens móveis e imóveis, impostos e taxas, materiais de expediente, limpeza permanente, contratação de serviços técnicos e especializados,

peçoal, encargos e outras afins.

Parágrafo 2º. – As demais despesas necessárias à consecução do objeto, não previstas no § 1º, serão custeadas com outros recursos do consórcio.

Parágrafo 3º. – Não Integrará a receita própria do consórcio o produto da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre os proventos de qualquer natureza, retidos nos pagamentos realizados, será rateado ao final de exercício aos municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços previstos na cláusula anterior serão prestados, na forma direta, por quadro de Servidores formados pelo CRESIM, que deverão ser prestados de forma adequada, entendidos estes como aqueles que estejam de acordo com o disposto no Protocolo de Intenções e nas Portarias do Ministério da Saúde.

§ 1º. Para os efeitos do que estabelece o caput, serviço adequado é o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e modicidade aos abrigados.

§ 2º. Para os fins previstos no contrato de rateio consideram-se:

- a) regularidade: a prestação dos serviços públicos nas condições estabelecidas na legislação, nos regulamentos, no Protocolo de Intenções e em outras normas técnicas em vigor;
- b) continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços em condições de regularidade;
- c) eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis em padrões satisfatórios, estabelecidos no protocolo de intenções, que assegurem qualitativa e quantitativamente o cumprimento das metas;
- d) segurança: a execução dos serviços de forma a garantir a segurança dos usuários;
- e) atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos abrigados, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas do contrato de programa;
- f) generalidade: universalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurado o direito de acesso aos serviços de todos os necessitados encaminhados pelo poder judiciário e/ou órgão correlato, observado o programa;
- g) modicidade: a justa correlação entre os encargos decorrentes da prestação dos serviços e a remuneração dos profissionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, ou seja, de 01 de janeiro de 2024, até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

Os recursos destinados ao Consórcio, no valor total de R\$: 135.800,00 (cento e trinta e cinco mil e oitocentos reais) serão repassados pelos entes consorciados da seguinte forma:

- a) O valor mensal destinado à cobertura dos gastos acima previstos para o ano de 2024 é de R\$: 11.316,66 (onze mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) em 12 (doze) parcelas iguais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

MUNICÍPIO	MANUTENÇÃO DO CAPS	TOTAL
Anchieta	11.316,66	135.800,00
TOTAL	11.316,66	135.800,00

- b) Os valores destinados à contrapartida da aquisição de equipamentos para a Sede do Consórcio, além dos previstos neste Contrato de Rateio, serão repassados na medida de sua necessidade.

I – Os valores serão transferidos pelos Contratantes, ao Consórcio Público da Região do Rio Sargento de Integração Municipal – CRESIM, mensalmente, até o dia 10 de cada mês, nos valores abaixo identificados:

II - Caso ocorra ampliação dos serviços pré-estabelecidos, poderá haver aumento nos valores de contribuição, que serão cobrados do MUNICÍPIO em forma de serviços excedentes, a serem repassados nas mesmas condições da contribuição mensal, após faturamento;

Parágrafo único - As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos constantes na Lei Orçamentária.

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0024.2.061 – BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-MAC-TFD-CONSÓRCIOS

a) Município de Anchieta: 3.1.71.70.00 (12) - R\$ 95.060,00

b) Município de Anchieta: 3.3.71.70.01 (14) - R\$ 39.925,20

c) Município de Anchieta: 4.4.71.70.01 (17) - R\$ 814,80

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria da Saúde, de cada Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CONSÓRCIO:

- a) Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- b) Colocar a disposição do MUNICÍPIO informação dos serviços prestados;
- c) Fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;
- d) Colocar a disposição do MUNICÍPIO sistema para encaminhamento de usuários;
- e) Orientar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria da Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- f) Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- g) Encaminhar ao Município, após processamento, o relatório analítico dos serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES**I – COMPETE AOS MUNICÍPIOS CONTRATANTES:**

Consignar em sua Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio deste instrumento;

- a) Pagar o boleto bancário relativo ao valor mensal conforme aqui previsto, no vencimento, ou, manter o débito mensal junto ao banco onde se encontra a conta corrente vinculada;
- b) Pagar os valores mensais excedentes ao aqui previsto através de boleto bancário e/ou depósito bancário junto a conta corrente vinculada, bem como pagamento de tarifas bancárias, que venham a ocorrer devido às movimentações bancárias executadas pelo consórcio.
- c) Pagar os valores destinados aos investimentos, na forma definida pela Assembleia do Consórcio.
- d) Responsabilizar-se pelo transporte dos pacientes;
- e) Fornecer os medicamentos para o tratamento dos pacientes.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

No mês de fevereiro de 2025 será realizado o encontro de contas anual, após o fechamento do faturamento dos municípios da competência dezembro de 2024.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, o MUNICÍPIO ficará sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência, sendo suspensos os serviços até a regularização da dívida.

Parágrafo único. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 30 (trinta) dias, o MUNICÍPIO poderá ser excluído do CONSÓRCIO, e a exclusão não exime do pagamento do tempo em que permaneceu inadimplente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato de rateio.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Anchieta/SC – SC, 04 de janeiro de 2024.

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal de Anchieta

Presidente do CRESIM

CPF nº 625.835.909-44

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

CPF nº 950.525.859-34

Testemunhas:

GLACIANA CRESTANI

CPF: 089.496-279-57

ELIZA DIESEL

CPF: 089.252.449-93

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato.

NOME: CAROLINA SCHATZ

CPF: 078.229.509-67

Após análise do conteúdo do contrato acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela legislação vigente, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

Carla Roberta Carnette
Procuradora Jurídica do Município
OAB/SC nº. 52.883

DECRETO Nº. 003/2024

Publicação Nº 5484584

DECRETO Nº. 003/2024, de 03 de janeiro de 2024.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 17.090,54 (dezessete mil e noventa reais e cinquenta e quatro centavos) e contém outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.782, de 01 de dezembro de 2023 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.782, de 01 de dezembro de 2023, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 17.090,54 (dezessete mil e noventa reais e cinquenta e quatro centavos), distribuídos em conformidade com o prescrito neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 17.090,54 (dezessete mil e noventa reais e cinquenta e quatro centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0024.2.061 – BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC – TFD - CONSÓRCIOS	
(12) 3.1.71.00.00.00.00.00 – 1.500.1002.0000 – Trans. a Consórcios Públicos	R\$ 12.614,55
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0029.2.073 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
(12) 3.1.71.00.00.00.00.00 – 1.500.7000.0000 –Trans. a Consórcios Públicos	R\$ 738,80
(13) 3.3.71.00.00.00.00.00 – 1.500.7000.0000 –Trans. a Consórcios Públicos	R\$ 3.637,19
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
001 – CIDADE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
15.452.0016.2.077 – SINALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	
(131) 3.3.90.00.00.00.00.00 – 2.750.7000.0000 – Aplicações Diretas	R\$ 100,00
Total	R\$ 17.090,54

Art. 3º Para atendimento parcial da abertura dos Créditos constantes neste ato fica autorizada à redução das dotações na importância de até R\$ 16.990,54 (dezesseis mil, novecentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0024.2.061 – BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC – TFD - CONSÓRCIOS	
(16) 3.3.93.00.00.00.00.00 – 1.500.1002.0000 – Aplic. Direta decorrente de Op	R\$ 12.614,55
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0029.2.073 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
(14) 3.3.90.00.00.00.00.00 – 1.500.7000.0000 –Aplicações Diretas	R\$ 738,80
(15) 4.4.71.00.00.00.00.00 – 1.500.7000.0000 –Trans. a Consórcios Públicos	R\$ 3.637,19
Total	R\$ 16.990,54

Art. 4º Para atendimento do restante dos Créditos constantes neste ato, fica utilizada a importância de até R\$ 100,00 (cem reais), concernentes ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2022, de acordo com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, conforme segue:

Recurso	Fonte de Recursos	Valor
Cota-Parte Contr. Interv. Domínio Econômico -CIDE-Superávit	2.750.7000.0000	R\$ 100,00
Total		R\$ 100,00

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.778, de 10 de novembro de 2023, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores dessa lei, relativamente aos Créditos e reduções introduzidos no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 03 de janeiro de 2024.

EDGAR JOSÉ BENETTI
Prefeito Municipal em Exercício

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 004/2024

Publicação Nº 5484622

DECRETO Nº. 004/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

	NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO – LEI Nº 9.503/97, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

O Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei nº 8666/937 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 107/2023, Modalidade Pregão Presencial nº 052/2023, com o objetivo de realizar a contratação de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2024;

CONSIDERANDO o Código Nacional de Trânsito – Lei nº 9.503/97.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão especial para verificação do cumprimento das exigências estabelecidas no Código Nacional de Trânsito – Lei nº 9.503/97, visando a contratação de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2024, composta pelos seguintes membros:
I – Gessiane Trentin;
II- Rodrigo Antonio Rodrigues;
III- Alcimar Ceolin.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta (SC), 04 de janeiro de 2024.

EDGAR JOSÉ BENETTI
Prefeito Municipal em Exercício

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

3ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2023

Publicação Nº 5484704

3ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2023

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovado (a) do Chamamento Público nº 019/2023, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 05/01/2024, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

MOTORISTA	
Class.	Candidato
03º	LUIS RICARDO OLIVEIRA DE MORAIS

Antônio Carlos, 04 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em 05 de janeiro de 2024.
P.A.F.K.

PORTARIA_019/2024

Publicação Nº 5484706

PORTARIA Nº 019/2024
Concede progressão por tempo de serviço.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 004/2022 de 19 de abril de 2022;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder progressão por tempo de serviço, aos servidores efetivos:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	ADMISSÃO
FRANCIELLY KELM	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	05/01/2015
JANICE IVONETE MULLER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	SECRETARIA DE IND., COM., ESPORTE E TURISMO	27/01/2006
LUANA PHILIPPE SCHVARTZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	02/01/2018
MAÍRA TONELLI	ODONTÓLOGO – 20 H	SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12/01/2021
MÁRCIO CAVALLI LAGRECA	ODONTÓLOGO – 40H	SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	05/01/2015
MÁRCIO FURTAK	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	SECRETARIA DE IND., COM., ESPORTE E TURISMO	02/01/2003
MARIZE TEREZINHA PRIM MULLER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	27/01/2006

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 05 de janeiro de 2024.

PORTARIA_020/2024

Publicação Nº 5484709

PORTARIA Nº 020/2024
Concede insalubridade.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei 005/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder insalubridade grau médio, a servidora KATIELI DOS SANTOS BARAN, a razão de 20% (vinte por cento), a partir de 03/01/2024.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 03/01/2024.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 04 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2024.

P.A.F.K.

PORTARIA_021/2024

Publicação Nº 5484710

PORTARIA Nº 021/2024
Concede Licença Prêmio a servidora.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 005/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 12 dias à servidora ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a partir do dia 15 de janeiro de 2024, referente aos períodos aquisitivos de: 09/03/2015 a 08/03/2020 – 6 dias e 09/03/2020 a 19/04/2022 – 6 dias.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2024.

DECRETO Nº 000003/24

Publicação Nº 5484518

DECRETO Nº 000003/24 de 4 de Janeiro de 2024

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001776/23 de 11 de Dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.691,23 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
04.03 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
04.03.13.392.0002.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	15.691,23
Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):	
Superávit financeiro	15.691,23

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Janeiro de 2024

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

FONTE:

DECRETO Nº 000190/23

Publicação Nº 5483392

DECRETO Nº 000190/23 de 22 de Dezembro de 2023

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001739/22 de 12 de Dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.028,10 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS	
04.02.12.365.0001.2.003-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.209,65
04.02.12.361.0001.2.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	9.200,00
05 - SECRETARIA DE SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.03.08.244.0006.2.023-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	2.999,78
08 - SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO, INDUSTRIA E COMERC	
08.02 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E TURISMO	
08.02.27.812.0010.2.043-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.618,67

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):	
Excesso de arrecadação	15.409,65
Superávit financeiro	4.618,45

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Dezembro de 2023

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

FONTE:

DECRETO Nº 000191/23

Publicação Nº 5484436

DECRETO Nº 000191/23 de 22 de Dezembro de 2023

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001739/22 de 12 de Dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 16.566,92 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	
13.01 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	
13.01.04.122.0015.2.056-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	16.566,92

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	
13.01 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	
13.01.04.122.0015.2.056-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	824,00
Excesso de arrecadação	15.742,92

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Dezembro de 2023

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

FONTE:

Araranguá

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO TP 233/2023

Publicação Nº 5483465



MUNICIPIO DE ARARANGUA

Compras e Contratos

Pág 1 / 1

Ata de Julgamento da Proposta - Ata dos Julgamentos

Código Cliente - Licitação: 2153 Ano minuta - Licitação: 2023 Numero minuta - Licitação: 260

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Tomada de Preços Nº. 233/2023**

Presentes: Comissão Permanente de Licitações do(a) MUNICIPIO DE ARARANGUA, designada pela Decreto Nº 1, Portaria Nº 11235/2023, de 01/08/2023, na oportunidade integrada pelas servidoras MOACIR PINHEIRO DA SILVA, ELIZIANE APARECIDA DAUMANN, GESSE ESPINDOLA GOMES, LETICIA MACHADO ZUANAZZI BORGES, LILIANE DA SILVA SOUZA, presidente e membros, respectivamente.

Pauta: Julgamento das propostas de preços modalidade Tomada de Preços nº 233/2023, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NA AVENIDA XV DE NOVEMBRO, TRECHO: DA RUA JOSE ROBERTO PAULINO ATE LOTEAMENTO, NO BAIRRO MATO ALTO, COM ÁREA TOTAL DE 11.986,80M², LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ - SC.

Síntese dos fatos e deliberação: Participam desta fase as empresas JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP, PAVIMENTAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Analisadas as propostas apresentadas e de acordo com o mapa de preços em anexo, a Comissão de Licitações decidiu:

1) Classificar, pelo critério de menor preço, as empresas que seguem para os respectivos itens:

Em primeiro lugar a empresa PAVIMENTAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, com valor global de **R\$ 1.965.227,85**

Em segundo lugar a empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP, com valor global de **R\$ 2.268.455,10**

Registrando que o resultado completo dos classificados consta do mapa de preços em anexo, o qual faz parte integrante desta ata.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, a Comissão de Licitações encerrou os trabalhos. presente Ata vai assinada pelos membros da Comissão.

Araranguá, 3 de janeiro de 2024

MOACIR PINHEIRO DA SILVA
Presidente

ELIZIANE APARECIDA
DAUMANN
Membro

LETICIA MACHADO ZUANAZZI
BORGES
Membro

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 2540

Publicação Nº 5483671

DECRETO Nº 2540, de 04 de janeiro de 2024.

Regulamenta o Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado a ser Dispensado às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoa Física, Microempreendedores Individuais e Sociedades Cooperativas de Consumo no que se refere às Contratações Públicas de Bens, Serviços e Obras no Âmbito do Município de Arroio Trinta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Arroio Trinta, e considerando as disposições contidas no inciso IX do artigo 170 da Constituição Federal, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e artigo 4º da Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021.

DECRETA:

DO TRATAMENTO FAVORECIDO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo, com o objetivo de promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o estímulo à economia criativa, economia verde e economia digital, nos termos deste decreto.

§1º. Subordinam-se a este decreto os órgãos da administração pública direta, as autarquias, fundações públicas e, facultativamente, as empresas públicas e sociedade de economia mista controladas pelo Município de Arroio Trinta.

§2º. Para efeitos deste decreto, considera-se:

I - âmbito local - limites geográficos do Município de Arroio Trinta onde será executado o objeto da contratação;

II - âmbito regional - consideram-se os limites geográficos para Municípios pertencentes a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP, sendo os Municípios de Arroio Trinta, Calmon, Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Regis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira; e os limites geográficos para Municípios pertencentes a Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC, sendo os Municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval D'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tilias e Vargem Bonita.

III - microempresas e empresas de pequeno porte - os beneficiados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do inciso I do caput do artigo 13 e legislação municipal, as quais serão designadas neste decreto pela sigla MPE's.

§3º. A eleição do critério de regionalização do certame considerará as especificidades de cada objeto licitado e o respectivo mercado fornecedor, cabendo ao órgão/entidade licitante motivar nos autos do respectivo processo licitatório os parâmetros utilizados na delimitação da região.

§4º. Para fins do disposto neste decreto, serão beneficiados pelo tratamento favorecido apenas o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar conceituado na Lei Federal n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estejam em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório, observadas as disposições deste decreto e da Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014.

Art. 3º As MPE's, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§1º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§2º. A declaração do vencedor, de que trata o §1º deste artigo, acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

§3º. A prorrogação do prazo previsto no §1º deste artigo deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado pelo órgão ou entidade promotora.

§4º. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 4º A comprovação de regularidade fiscal das MPE's somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 5º Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as MPE's.

§1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MPE's sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada.

§2º. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% superior ao melhor preço.

§3º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por MPE's.

§4º. A preferência de que trata este artigo será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - na hipótese da não contratação da MPE's, com base no inciso I deste parágrafo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, conforme determinado no artigo 6º deste decreto;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas MPE's que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§5º. Não se aplica o sorteio disposto no inciso III do § 4º deste artigo quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

§6º. No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a MPE's melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

§7º. Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pelo órgão ou entidade contratante, e estar previsto no instrumento convocatório.

Art. 6º Para o pregão eletrônico, após a fase de lances, se houver o empate ficto os procedimentos a serem adotados no sistema de compras eletrônicas da Prefeitura Municipal de ARROIO TRINTA serão os seguintes:

I - o sistema eletrônico abrirá tempo para que as MPE's, caso haja interesse, aceitem no prazo de 5 minutos a partir do horário de encerramento da sessão de lance, o envio de novos lances menores do que o melhor preço classificado;

II - após o aceite por parte das MPE's o tempo para o envio do(s) novo(s) lance(s) será de acordo com o número de itens de cada processo, conforme descrito abaixo:

a) processos com 1 a 10 itens, o tempo para envio do(s) novo(s) lance(s) será de 5 minutos;

b) processos com 11 a 30 itens, o tempo para envio do(s) novo(s) lance(s) será de 15 minutos;

c) processos com mais de 31 itens, o tempo para envio do(s) novo(s) lance(s) será de 30 minutos.

III - todas as MPE's participantes, cadastradas no sistema eletrônico e que se enquadram no empate ficto podem dar o aceite e enviar seus lances, porém, será considerado para efeitos de julgamento somente a MPE's que tinha o menor valor (durante a fase de lances) entre as que apresentaram o empate ficto. Caso essa empresa venha a ser desclassificada ou inabilitada, o pregoeiro poderá chamar as demais participantes, em ordem de classificação originada da sessão de lances, incluindo as demais MPE's, primeiramente aquelas que se enquadram no empate ficto e que enviaram seus novos lances;

IV - caso não haja empate ficto ou a melhor classificada seja uma MPE's, o julgamento será feito na ordem de classificação obtida na relação das empresas classificadas após o término da sessão de lances.

Art. 7º O sistema eletrônico de Compras do Município de ARROIO TRINTA fará a validação automática das MPE's na fase posterior à fase de lances, quando houver o empate ficto.

Art. 8º As MPE's para a participação de licitação na modalidade pregão na forma eletrônica deverão estar obrigatoriamente cadastradas nesta condição, no sistema eletrônico.

Parágrafo único. O não cadastramento da empresa no sistema eletrônico acarretará a impossibilidade de participar na apresentação de novo lance conforme disposto no §6º do artigo 5º deste decreto.

Art. 9º A identificação das MPE's na sessão pública do pregão eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impossibilitar o conluio ou fraude no procedimento.

Art. 10 Os órgãos e entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de MPE's nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. A definição de processo licitatório destinado exclusivamente para MPE's, deverá estar indicada no edital.

Art. 11 Em certames para aquisição de bens de natureza divisível, deverá estabelecer cota de até 25% do objeto para a contratação de MPE's.

§1º. O disposto neste artigo não impede a contratação das MPE's na totalidade do objeto.

§2º. O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§3º. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

§4º. Para aplicação da cota reservada, o objeto deverá ter dois subitens, sendo:

I - um com o limite máximo percentual de 25% para a cota reservada, destinado exclusivamente às MPE's;

II - outro, com o percentual complementar destinado ao mercado geral.

§5º. As MPE's poderão participar dos dois subitens, permanecendo para a cota não reservada os direitos de preferência e de saneamento processual.

§6º. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a aquisição ou contratação por preço superior ao que for destinado ao mercado geral.

§7º. Para indicação de cota com percentual inferior a 25%, conforme disposto no caput, será obrigatória apresentação de justificativa pelo gestor do órgão ou entidade contratante, motivando a decisão.

§8º. No caso de licitação para registro de preços que houver divisão dos itens em cotas, os órgãos ou entidades quando forem efetivar a requisição do bem registrado em Ata de Registro, deverão requisitar o quantitativo estabelecido para cada situação observando os percentuais definidos para MPE's e para as empresas vencedoras da cota não reservada.

Art. 12 Nas licitações para fornecimento de bens, serviços e obras, os órgãos e entidades contratantes poderão exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, determinando:

I - o percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação;

II - que as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III - que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das MPE's subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no §1º do artigo 3º deste decreto;

IV - que a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Município, através do órgão ou entidade competente, de forma justificada, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

V - que a empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

§1º. Deverá constar ainda do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - consórcio composto em sua totalidade por MPE's;

III - consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com a participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

§2º. Não se admite a exigência de subcontratação:

I - para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios;

II - quando for inviável, sob o aspecto técnico;

III - quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, de forma devidamente justificada.

§3º. O disposto no inciso II do caput deverá ser comprovado no momento da aceitação, na hipótese de a modalidade de licitação ser pregão, ou no momento da habilitação, nas demais modalidades, sob pena de desclassificação.

§4º. É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§5º. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas poderão ser destinados diretamente às MPE's subcontratadas.

§6º. São vedadas:

I - a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

II - a subcontratação de MPE's que estejam participando da licitação; e

III - a subcontratação de MPE's que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

Art. 13 Não se aplica o disposto nos artigos 10, 11 e 12 quando:

I - não houver um mínimo de 3 fornecedores competitivos enquadrados como MPE's sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE's não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos nos artigos 74 e 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de MPE's, aplicando-se o disposto caput do artigo 10 deste decreto.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II, considera-se não vantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência ou a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Art. 14 Os benefícios referidos nos artigos 10, 11 e 12 poderão, justificadamente pelo órgão promotor, estabelecer a prioridade de contratação para as MEP's sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas MPE's sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% superiores ao menor preço;

b) a MPE's sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da MPE's sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas MPE's sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) nas licitações a que se refere o artigo 12, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de MPE's;

f) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for MPE's sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por MPE's sediadas local ou regionalmente;

g) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro, previstas na margem de preferência referida no art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

h) a aplicação do benefício previsto neste inciso e do percentual da prioridade adotado, limitado a 10%, deverá ser motivada, nos termos dos artigos 47 e 48, §3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 As MPE's poderão participar de licitação cujo valor estimado seja superior àquele estabelecido para enquadramento, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Parágrafo único. Havendo alteração no regime da contratada, o fato não implicará direito a reequilíbrio de contrato.

Art. 16 Para fins do disposto neste decreto, o enquadramento como:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do artigo 3º caput incisos I e II, e §4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - agricultor familiar se dará nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - microempreendedor individual se dará nos termos do §1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e

V - sociedade cooperativa se dará nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do artigo 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§1º. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste decreto.

§2º. Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao artigo 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§3º. No caso de aquisições e contratações eletrônicas, a declaração de que trata o §2º deste artigo, será efetuada eletronicamente pelos interessados em participar.

Art. 17 Nas contratações destinadas exclusivamente para MPE's, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, as pesquisas de preços no mercado deverão ser elaboradas com base em orçamentos disponibilizados por pessoa jurídica ou física da mesma natureza a que a contratação for destinada.

Art. 18 Constatada a inviabilidade da obtenção de preços na forma prevista neste decreto, justificadamente, poderão ser adotadas outras soluções a fim de não frustrar a compra ou a contratação pretendida.

Art. 19 As normas contidas neste decreto deverão ser aplicadas, independentemente de o sistema informatizado estar adequado.

Art. 20 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 04 de janeiro de 2024.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

Publicação Nº 5484616

PUBLICAÇÃO/EXTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ATALANTA (CNPJ Nº 18.070.826/0001-92).

CONTRATADA: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA (CNPJ Nº 11.528.607/0001-92).

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO E DO VALOR DO CONTRATO Nº 36, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE TEM POR OBJETO “CONTRA-
TAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E CUSTEIO MENSAL DE HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E SUPORTE
DE DADOS DE SOFTWARE WEB DE GESTÃO PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O PRAZO CONTRATUAL FICA PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE
1º DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

VALORES PRORROGADOS: FICAM PRORROGADOS OS VALORES PAGOS PELA CONTRATANTE À CONTRATADA, CONFORME DETALHAMENTO:

CUSTEIO MENSAL (HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E SUPORTE)			
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE DE MESES	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DO SOFTWARE DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUPORTE TÉCNICO AOS USUÁRIOS DE TODAS AS UNIDADES, NO EXERCÍCIO DE 2024.	12	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00

DOTAÇÕES: AS DESPESAS DECORRENTES DESTES TERMOS ADITIVOS CONTRATUAIS CORRERÃO POR CONTA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2024, CONFORME ABAIXO:

EXERCÍCIO 2024

DESPESA 9 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF

07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.00

1.500.0000.0080 - RECURSOS ORDINÁRIOS

ATALANTA, 26 DE DEZEMBRO DE 2023.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
PREFEITO MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 72, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

Publicação Nº 5486260

PUBLICAÇÃO/EXTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 72, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA (CNPJ Nº 11.211.260/0001-22).

CONTRATADA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR ALEX KRIESER (CNPJ Nº 83.006.650/0001-71).

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO E DO VALOR DO CONTRATO Nº 72, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE TEM POR OBJETO “PRES-
TAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES, NAS MODALIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ÀS PESSOAS PROVENIENTES DO
MUNICÍPIO DE ATALANTA, SC, NA FORMA DE PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR, EM REGIME DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, E SERVIÇOS
DE INTERNAÇÃO VIA SUS PROVENIENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME PLANO DE TRABALHO EM ANEXO A ESTE TERMO JUNTO À FUN-
DAÇÃO HOSPITALAR ALEX KRIESER, DA CIDADE DE AGROLÂNDIA”.

VIGÊNCIA: O PRAZO CONTRATUAL FICA PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 24 DE DEZEMBRO DE 2023 A 23 DE DEZEMBRO DE 2024.

VALORES PRORROGADOS: FICAM PRORROGADOS OS VALORES PAGOS PELA CONTRATANTE À CONTRATADA, DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO IMPORTE TOTAL DE R\$ 132.000,00 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL REAIS), DIVIDIDOS EM PARCELAS MENSAS NO VALOR DE R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS) CADA.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

EXERCÍCIO 2024

DESPESA 2 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.50.00.00

1.500.1002.0082 - RECURSOS SAÚDE 15%

ATALANTA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Camboriú

PREFEITURA

1 ADT DE SUPRESSÃO - CT 073/2023 - FMS

Publicação Nº 5483402

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1AC64FFA0256543C923A8C8C6FF5C52AD5E9BAFE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERMO 073/2023

Inexigibilidade de Licitação nº 019/2023 – SSSM/ FMS

Órgão: Fundo Municipal de saúde

CONTRATADA: CENTRO DE SAÚDE FELIZMED LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL

CNPJ: 12.554.791/0001-80

OBJETO: Contrato referente ao Credenciamento da empresa Centro de Saúde Felizmed Eireli conforme edital 002/2023, que tem por objeto a prestação de serviços de assistência à saúde na área ambulatorial e/ou hospitalar para a realização de consultas e exames em atenção especializada aos pacientes atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Camboriú.

VALOR GLOBAL: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

PRAZO CONTRATUAL: 12 (doze) meses.

RAPHAEL HENRIQUE MENEGUETTI
Contratada

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

Balneário Camboriú/SC, 15 de dezembro de 2023.

PORTARIA 001/2024

Publicação Nº 5484193

PORTARIA SGA/GSGA nº 001/2024

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Tendo em vista que esta Secretaria Municipal tomou conhecimento por meio do Memorando 103/2024 e considerando que é dever da administração a apuração de eventual responsabilidade de agente público.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 10.827/2022, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Rodrigo Rauen Leão (Secretário); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Natália Camila Cidral Mansolim (Membro), Thaisa Tavares Medeiros Maciel (Membro) e Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel (membro), para apurar mediante SINDICÂNCIA, com fulcro no art. 225 da Lei 1.069/1991, a fim de analisar o fato acima descrito do possível ilícito administrativo praticado e tipificação legal, bem como indicação dos responsáveis por intermédio do competente DESPACHO DE INSTRUÇÃO E INDICAÇÃO.

Art. 2º - Determinar que a respectiva sindicância seja conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa, com fulcro no artigo 235 da Lei Municipal nº 1.069/1991.

Balneário Camboriú, 04 de janeiro de 2024.

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO
Secretária de Gestão Administrativa

PORTARIA 002/2024

Publicação Nº 5484197

PORTARIA SGA/GSGA nº 002/2024

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decore da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Tendo em vista que esta Secretaria Municipal tomou conhecimento por meio do Memorando 104/2024 e considerando que é dever da administração a apuração de eventual responsabilidade de agente público.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 10.827/2022, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Rodrigo Rauen Leão (Secretário); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Natália Camila Cidral Mansolim (Membro), Thaisa Tavares Medeiros Maciel (Membro) e Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel (membro), para apurar mediante SINDICÂNCIA, com fulcro no art. 225 da Lei 1.069/1991, a fim de analisar o fato acima descrito do possível ilícito administrativo praticado e tipificação legal, bem como indicação dos responsáveis por intermédio do competente DESPACHO DE INSTRUÇÃO E INDICAÇÃO.

Art. 2º - Determinar que a respectiva sindicância seja conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa, com fulcro no artigo 235 da Lei Municipal nº 1.069/1991.

Balneário Camboriú, 04 de janeiro de 2024.

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO
Secretária de Gestão Administrativa

PORTARIA 003/2024

Publicação Nº 5484198

PORTARIA SGA/GSGA nº 003/2024

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decore da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Tendo em vista que esta Secretaria Municipal tomou conhecimento por meio do Memorando 105/2024 e considerando que é dever da administração a apuração de eventual responsabilidade de agente público.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 10.827/2022, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Rodrigo Rauen Leão (Secretário); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Natália Camila Cidral Mansolim (Membro), Thaisa Tavares Medeiros Maciel (Membro) e Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel (membro), para apurar mediante SINDICÂNCIA, com fulcro no art. 225 da Lei 1.069/1991, a fim de analisar o fato acima descrito do possível ilícito administrativo praticado e tipificação legal, bem como indicação dos responsáveis por intermédio do competente DESPACHO DE INSTRUÇÃO E INDICAÇÃO.

Art. 2º - Determinar que a respectiva sindicância seja conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa, com fulcro no artigo 235 da Lei Municipal nº 1.069/1991.

Balneário Camboriú, 04 de janeiro de 2024.

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO
Secretária de Gestão Administrativa

PORTARIA 004/2024

Publicação Nº 5484199

PORTARIA SGA/GSGA nº 004/2024

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Tendo em vista que esta Secretaria Municipal tomou conhecimento por meio do Memorando 109/2024 e considerando que é dever da administração a apuração de eventual responsabilidade de agente público.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 10.827/2022, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Rodrigo Rauen Leão (Secretário); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Natália Camila Cidral Mansolim (Membro), Thaisa Tavares Medeiros Maciel (Membro) e Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel (membro), para apurar mediante SINDICÂNCIA, com fulcro no art. 225 da Lei 1.069/1991, a fim de analisar o fato acima descrito do possível ilícito administrativo praticado e tipificação legal, bem como indicação dos responsáveis por intermédio do competente DESPACHO DE INSTRUÇÃO E INDICAÇÃO.

Art. 2º - Determinar que a respectiva sindicância seja conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa, com fulcro no artigo 235 da Lei Municipal nº 1.069/1991.

Balneário Camboriú, 04 de janeiro de 2024.

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO
Secretária de Gestão Administrativa

PORTARIA 005/2024

Publicação Nº 5484200

PORTARIA SGA/GSGA nº 005/2024

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Tendo em vista que esta Secretaria Municipal tomou conhecimento por meio do Memorando 119/2024 e considerando que é dever da administração a apuração de eventual responsabilidade de agente público.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 10.827/2022, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Rodrigo Rauen Leão (Secretário); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Natália Camila Cidral Mansolim (Membro), Thaisa Tavares Medeiros Maciel (Membro) e Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel (membro), para apurar mediante SINDICÂNCIA, com fulcro no art. 225 da Lei 1.069/1991, a fim de analisar o fato acima descrito do possível ilícito administrativo praticado e tipificação legal, bem como indicação dos responsáveis por intermédio do competente DESPACHO DE INSTRUÇÃO E INDICAÇÃO.

Art. 2º - Determinar que a respectiva sindicância seja conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa, com fulcro no artigo 235 da Lei Municipal nº 1.069/1991.

Balneário Camboriú, 04 de janeiro de 2024.

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO
Secretária de Gestão Administrativa

PORTARIA 30.544/2024

Publicação N° 5484842

PORTARIA N° 30.544/2024

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município e de acordo com o caput do artigo 65, da Lei Municipal 1.069/91,

RESOLVE:

1º. – EXONERAR A PEDIDO a Sra. LARISSA ALVES DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, lotada na Secretaria de Saúde, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato entra em vigor nesta data.

Balneário Camboriú, 02 de janeiro de 2024.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 30.546/2024

Publicação N° 5484838

PORTARIA N° 30.546/2024

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 37, da Lei Municipal 1.068/91,

RESOLVE:

1º – DESIGNAR INTERINAMENTE a Sra. EDUARDA MONTIBELLER SCHUCH, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Licenciamento Ambiental, a responder cumulativamente pelo cargo de Secretário, lotada na Secretaria do Meio Ambiente, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato entra em vigor nesta data e cessará seus efeitos em 07 de janeiro de 2024.

Balneário Camboriú, 05 de janeiro de 2024

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

Bandeirante

PREFEITURA

PORTARIA 001 - 02 DE JANEIRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - EDIVALDO MARINHO DE MELO JÚNIOR

Publicação Nº 5484033

Portaria nº 001, de 02 de janeiro de 2024.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR, CONFORME ATESTADO MÉDICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor, Senhor EDIVALDO MARINHO DE MELO JÚNIOR, ocupando o cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo VI – Atividades de Administração 40 hrs, Código AAG - 402, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com as atribuições e a remuneração atinente ao cargo, pelo período de 01 (um) dia, a contar de 02/01/2024, em consonância com o Atestado Médico subscrito na mesma data.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 02 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 002 - 02 DE JANEIRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - HENRIQUE TERNUS PERREIRA

Publicação Nº 5484035

Portaria nº 002, de 02 de janeiro de 2024.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR, CONFORME ATESTADO MÉDICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor, Senhor HENRIQUE TERNUS PERREIRA, ocupando o Cargo de Operador de Máquinas, Código TSG - 402, 40 horas semanais, remanejado e readaptado desempenhando as funções de Motorista junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com as atribuições e a remuneração atinente ao cargo, pelo período de 04 (quatro) dia, a contar de 29/12/2023, em consonância com Atestado Médico subscrito na mesma data.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos ao dia 29/12/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 02 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 003 - 02 DE JANEIRO - FÉRIAS - MARCOS ROBERTO GRIZZON

Publicação Nº 5484036

Portaria nº 003, de 02 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor, Senhor MARCOS ROBERTO GRIZZON, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Agrícola, Grupo IV – Atividades de Nível Técnico, Código ANT - 401, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 01/08/2022 a 31/07/2023, com gozo de 30 (trinta) dias, no período de 08/01/2024 a 06/02/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 02 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 004 - 02 DE JANEIRO - FÉRIAS - REGIANE DILL GRIZZON

Publicação Nº 5484037

Portaria nº 004, de 02 de janeiro de 2024.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora, Senhora REGIANE DILL GRIZZON, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Recepcionista, Grupo VI – Atividades de Administração Geral, Código AAG - 405, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 02/08/2022 a 01/08/2023, com gozo de 30 (trinta) dias, no período de 08/01/2024 a 06/02/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 02 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 005 - 02 DE JANEIRO - FÉRIAS - LILIANA CRIVELATTI

Publicação Nº 5484038

Portaria nº 005, de 02 de janeiro de 2024.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora, Senhora LILIANA CRIVELATTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Orientadora Social, Grupo VI – Atividades de Administração Geral, Código AAG - 402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 22/03/2022 a 21/03/2023, com gozo de 30 (trinta) dias, no período de 08/01/2024 a 06/02/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 02 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 006 - 02 DE JANEIRO - FÉRIAS - ROBERTO CARLOS BASSO

Publicação Nº 5484041

Portaria nº 006, de 02 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor, Senhor ROBERTO CARLOS BASSO, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, Grupo VII - Transportes e Serviços Gerais 40hrs, Código TSG - 402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período de 05/02/2022 a 04/02/2023, com gozo de 30 (trinta) dias, no período de 10/01/2024 a 08/02/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 02 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 007 - 02 DE JANEIRO - FÉRIAS - NADIA DREON FARIAS ZANATTA

Publicação Nº 5484043

Portaria nº 007, de 02 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora, Senhora NADIA DREON FARIAS ZANATTA, ocupando o Cargo de Provimento em Comissão de Advogada – Assessor Geras 30 HS, Grupo II – Direção, Chefia e Assessoramento 30 hrs, Código DCA - 301, 30 horas semanais, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período de 03/01/2021 a 02/01/2022, com gozo de 10 (dez) dias, no período de 08/01/2024 a 17/01/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 02 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 008 - 02 DE JANEIRO - LICENÇA MATERNIDADE - DEBORA DOS PASSOS

Publicação Nº 5484044

Portaria nº 008, de 02 de janeiro de 2024.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade à servidora, Senhora DEBORA DOS PASSOS, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Professora de Inglês Educação Básica – Nível II, Nível II – Licenciatura Plena, Código A - 2, 20 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, de 28/12/2023 a 24/06/2024, em conformidade com a certidão de nascimento de Bernardo Simioni.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos ao dia 29/12/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 02 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 009 - 02 DE JANEIRO - FÉRIAS - FABIO JULIO CAMBRUZZI PILATTI

Publicação Nº 5484045

Portaria nº 009, de 02 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao Servidor, Senhor FÁBIO JULIO CAMBRUZZI PILATTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Grupo VII - Transportes e Serviços Gerais 40 hrs, Código TSG - 403, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 01/04/2022 a 31/03/2023, com gozo de 10 (dez) dias no período de 08/01/2024 a 17/01/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 02 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 010 - 04 DE JANEIRO - FÉRIAS - PAULA ANDREA STRINGHINI

Publicação Nº 5484047

Portaria nº 010, de 04 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Senhora PAULA ANDREA STRINGHINI, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Engenheira Agrônoma, Grupo III – Atividades de Nível Superior 40 hrs, Código ANS - 404, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período de 02/03/2022 a 01/03/2023, com gozo de 10 (dez) dias, no período de 10/01/2024 a 19/01/2024 e posteriormente com gozo de mais 10 (dez) dias, no período de 20/01/2024 a 29/01/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 011 - 04 DE JANEIRO - FÉRIAS - JULIANE JANICE DE ABREU VICENZI

Publicação Nº 5484048

Portaria nº 011, de 04 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Senhora JULIANE JANICE DE ABREU VICENZI, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo VI – Atividades De Administração Geral, Código AAG - 402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com remuneração atinente ao cargo e a carga horária, referente ao período aquisitivo 08/01/2022 a 07/01/2023, com gozo de 15 dias de 08/01/2024 a 22/01/2024.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 012 - 04 DE JANEIRO - EXONERAÇÃO - VOLMIR AIRTON KOPSEL

Publicação Nº 5484049

Portaria nº 012, de 04 de janeiro de 2024.
EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor, Senhor VOLMIR AIRTON KOPSEL, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes, Grupo II – Direção, Chefia e Assessoramento 40 hrs, Código DCA - 401, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos ao dia 02/01/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO 1.758/2024

Publicação Nº 5484610

DECRETO Nº 1.758/2023
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO AOS SERVIDORES QUE REQUEREREM ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade ao inciso VI do art.73º da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art.1º- Nomear a comissão especial, para avaliação dos requerimentos de adicional de pós-graduação do Poder Executivo do Município de Barra Bonita/SC, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Bruna Leticia Costa Oliveira;
Membro: Isabela Caroline Gagliotto Galvan;
Membro: Jose Marcos Lopes.

Art.2º - O requerimento e documentos pertinentes para obtenção do adicional de pós-graduação deverão ser entregues para o prefeito municipal ou presidente da comissão.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Bonita, 04 de janeiro de 2024.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 25, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483460

PORTARIA N.º 25, de 04 de janeiro de 2024.
Concede Férias aos Servidores e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º. Conceder Férias aos Servidores abaixo relacionados:

Nome	Matricula	Período aquisitivo	Período de gozo
Joel Andrigo de Rocco	382401	21/11/2022 a 20/11/2023	08/01/2024 a 27/01/2024
Roberto Francisco Giongo	18402	27/11/2017 a 26/11/2018	15/01/2024 a 03/02/2024

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 04 de janeiro de 2024.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N.º 26, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484243

PORTARIA N.º 26, de 04 de janeiro de 2024.
Concede Férias aos Servidores e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve,

Art.1º. Conceder Férias aos Servidores abaixo relacionados:

Nome	Matricula	Período aquisitivo	Período de gozo
Jean Christofoli	275304	02/05/2021 a 01/05/2022	15/01/2024 a 13/02/2024

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 04 de janeiro de 2024.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 27, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484556

PORTARIA Nº 27, de 04 de janeiro de 2024

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Tafarel Boss, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para realizar transporte de pacientes até a cidade de Chapecó/SC, conforme Memorando Nº 05/2024 e Roteiro de Viagem Nº 05/2024 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, 04 de janeiro de 2024.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

01/059ADRMARTP13

Publicação N° 5484611

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FB41F565E130B0C00523CE6515AB9C76B2209792

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Licitação: Proc. Administrativo 099/2023

Tomada de Preço nº 013/2023

Extrato de Aditivo ao Contrato nº 01/059/2023

FB41F565E130B0C00523CE6515AB9C76B2209792

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

Objeto: Pavimentação Asfáltica das Ruas: 1128, Clarice Rosa Muller, Vice Prefeito Artur Fagundes, Maria Rosa de Oliveira, Victor Zonta, incluindo material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Contrato de Financiamento: N° 40/00035-4, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo, atendendo solicitação da Secretaria de Planejamento através de requisição anexa ao Processo.

Prorrogação de Prazo

Data da assinatura: 04/01/2024

Data do vencimento: 04/04/2024

Barra Velha, 04 de janeiro de 2024

MARCELO BENVENUTTI
Pela Empresa Contratada

Douglas Elias da Costa
Prefeito

01/060LIDERTP013

Publicação N° 5484626

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D02D3B596E9F27B5B027CB37F4D6C7C00144A5A

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Licitação: Proc. Administrativo 099/2023

Tomada de Preço nº 013/2023

Extrato de Aditivo ao Contrato nº 01/060/2023

7D02D3B596E9F27B5B027CB37F4D6C7C00144A5A

Contratada: LIDER OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA

Objeto: Pavimentação Asfáltica da Rua 1134, incluindo material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Contrato de Financiamento: N° 40/00035-4, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo, atendendo solicitação da Secretaria de Planejamento através de requisição anexa ao Processo.

Prorrogação de Prazo

Data da assinatura: 04/01/2024

Data do vencimento: 04/04/2024

Barra Velha, 04 de janeiro de 2024

ANGELA ROBERTA BOING DE SOUZA
Pela Empresa Contratada

Douglas Elias da Costa
Prefeito

6ª CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS FASE 2 DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2023

Publicação Nº 5484588

6ª CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS
Fase 2 do Edital de Convocação nº 006/2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, a relação de candidatos autorizados a efetuar a entrega dos exames médicos admissionais, Fase 2, do 6º Edital de Convocação do Concurso Público 001/2021.

1. DA ENTREGA DE EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS:

1.1 Fica convocado para a Fase 2, o seguinte candidato:

- Auditor Fiscal
- 2º STEPHANIE OLIVEIRA DOS REIS DELFINO

1.2 Os exames médicos deverão ser entregues com a identificação do candidato (envelope ou pasta), até dia 05 de fevereiro de 2024 para o agendamento na perícia médica do município e a expedição de laudo de aptidão física e mental.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 O não comparecimento em qualquer uma das fases implicará no desinteresse do candidato, sendo assim considerado eliminado do cargo para o qual foi convocado, ficando a Prefeitura Municipal o direito de convocar o próximo aprovado.

2.2 Os candidatos convocados que não atenderem aos requisitos exigidos, após indeferimento dos recursos, estão automaticamente eliminados deste certame.

2.2 A Controladoria Geral do Município no uso de suas atribuições e de acordo com a Instrução Normativa N.TC 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC poderá solicitar demais documentos que julgar necessários em quaisquer de suas fases.

2.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

2.4 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 04 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA MAURO DA SILVA
Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração e Finanças

P O R T A R I A N° 001 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5485041

PORTARIAN° 001 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia os membros da Comissão Especial para supervisionar e acompanhar a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação de estagiários para as Secretarias da Prefeitura de Barra Velha, referente o exercício de 2024, e dá outras providências"

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o previsto na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Lei Federal Nº 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008, Lei Municipal Nº 1022/2010 de 21 de dezembro de 2010 e demais dispositivos legais aplicáveis e,

CONSIDERANDO a necessidade de serem adotadas medidas administrativas necessárias à realização de Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Estagiários para Prefeitura Municipal de Barra Velha;

RESOLVE:

Art.1.º Designa os servidores Dirlene Mariza Hess, Mayara Spitzner da Silva Vianna e Rúbia Fernanda Alves, para constituir comissão avaliadora do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Estagiários para Prefeitura Municipal de Barra Velha.

Parágrafo Único: A Comissão designada para supervisionar e acompanhar a realização de Processos Seletivos Simplificados será para o exercício de 2024.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 03 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

PORTARIA Nº 003-GAB, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484916

PORTARIA Nº 003-GAB, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Sr. MAURO DA SILVA, nomeado pela Portaria nº 015-GAB de 04/01/2021, no cargo comissionado de Secretário Municipal de Finanças, bem como nomeado pela Portaria nº 017-GAB de 04/01/2021, no cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração, no período de 03/01/2024 a 22/01/2024, e 10 (dez) dias de abono pecuniário, referente ao período de 2023/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 03 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004-GAB, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484930

PORTARIA Nº 004-GAB, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. PATRICIA MALINSKI, atual Diretora de Finanças, para responder interinamente, pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desempenhando as funções de responsável das pastas, enquanto o secretário estiver no gozo do período de férias, pelo período de 03/01/2024 à 22/01/2024.

Parágrafo Único - Enquanto no exercício da função referida no caput, a servidora ficará responsável pelas pastas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, respondendo pelas ações realizadas no período supramencionado, a servidora receberá como adicional ao salário a diferença da remuneração prevista para o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 03 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito Municipal

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N.º 01/2024

Publicação Nº 5483384

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SETOR DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO, DÍVIDA ATIVA E FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 01/2024

O Prefeito Municipal e os Fiscais Tributários do Município de Bom Jardim da Serra/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Código Tributário Municipal, tornam público, de forma global e impessoal, o lançamento do IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) E A TAXA DE COLETA DE LIXO (TCL) do EXERCÍCIO DE 2024.

1. DO IPTU e TCL

- 0.1 O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na Lei Civil, localizado no Perímetro Urbano do Município;
- 0.2 A Taxa de Coleta de Lixo tem por fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição: coleta e transporte dos resíduos sólidos e pastosos, tratamento dos resíduos sólidos e pastosos e destinação final dos resíduos sólidos e pastosos;
- 0.3 O IPTU e TCL serão cobrados conjuntamente em guia de pagamento a serem entregues aos contribuintes via correios aos endereços de correspondência por aqueles cadastrados;
- 0.4 Forma de Pagamento:

Parcela	Vencimento
Cota Única com 10% de desconto ou 1ª Parcela	15/03/2023
2ª Parcela	15/04/2023
3ª Parcela	15/05/2023
4ª Parcela	15/06/2023

2. DAS PENALIDADES

2.1 O pagamento dos tributos fora dos respectivos prazos de vencimento implicará na incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração; multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês ou fração até o limite de 20% (vinte por cento) e correção monetária, conforme previsto na Legislação Tributária Municipal;

3. DÍVIDA ATIVA

3.1 Esgotado o prazo fixado para pagamento, os débitos dos contribuintes inadimplentes serão inscritos pela repartição administrativa competente em dívida ativa para posterior execução fiscal, conforme o previsto na Lei Municipal nº 997/2006.

4. DOS LOCAIS DE PAGAMENTO

4.1 As guias poderão ser pagas, até da data de vencimento, nas agências bancárias ou postos de atendimento do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou Casas Lotéricas pelo código de barras ou, ainda, pelo QRCODE PIX em qualquer instituição bancária até a data de vencimento. Ocorrendo o vencimento em finais de semana ou feriados, paga-se até o primeiro dia útil seguinte.

5. DA IMPUGNAÇÃO

5.1 É lícito ao sujeito passivo da obrigação tributária principal reclamar dos lançamentos contra ele expedidos, sendo que a petição deverá ser dirigida à autoridade julgadora em primeira instância até o vencimento da Cota Única.

Fiscal Tributário

Bom Jardim da Serra, 03 de Janeiro de 2024.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N.º 02/2024

Publicação Nº 5483388

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SETOR DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO, DÍVIDA ATIVA E FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 02/2024

O Prefeito Municipal e os Fiscais Tributários do Município de Bom Jardim da Serra/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Código Tributário Municipal, tornam público, de forma global e impessoal, o lançamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA PARA PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS (ISS-FIXO) do EXERCÍCIO DE 2024.

1. ISS FIXO

0.1 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador;

0.2 O lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, para os contribuintes sujeitos à tributação fixa de acordo com a lei, será procedido de ofício pela Autoridade Fazendária, anualmente, no início de cada exercício financeiro ou no início das atividades de prestação de serviços, sendo o caso, em quatro parcelas anuais;

0.3 Forma de Pagamento:

Parcela	Vencimento
Cota Única com 20% de desconto ou 1ª Parcela	10/04/2024
2ª Parcela	10/05/2024
3ª Parcela	10/06/2024
4ª Parcela	10/07/2024

2. DAS PENALIDADES

2.1 O pagamento dos tributos fora dos respectivos prazos de vencimento implicará na incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração; multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês ou fração até o limite de 20% (vinte por cento) e correção monetária, conforme previsto na Legislação Tributária Municipal;

3. DÍVIDA ATIVA

3.1 Esgotado o prazo fixado para pagamento, os débitos dos contribuintes inadimplentes serão inscritos pela repartição administrativa competente em dívida ativa para posterior execução fiscal, conforme o previsto na Lei Municipal nº 997/2006.

4. DOS LOCAIS DE PAGAMENTO

4.1 As guias poderão ser pagas, até da data de vencimento, nas agências bancárias ou postos de atendimento do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou Casas Lotéricas pelo código de barras ou, ainda, pelo QRCODE PIX em qualquer instituição bancária até a data de vencimento. Ocorrendo o vencimento em finais de semana ou feriados, paga-se até o primeiro dia útil seguinte.

5. DA IMPUGNAÇÃO

5.1 É lícito ao sujeito passivo da obrigação tributária principal reclamar dos lançamentos contra ele expedidos, sendo que a petição deverá ser dirigida à autoridade julgadora em primeira instância até o vencimento da Cota Única.

Fiscal Tributário

Bom Jardim da Serra, 03 de Janeiro de 2024.

PORTARIA N.º 001/2024 - DESIGNAR COMISSÃO

Publicação Nº 5483908

PORTARIA Nº 001/2024
De 03 de Janeiro de 2024

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR servidores para compor a Comissão para realização de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico:

- CLÉBER DE ÁVILA GARCIA (matrícula n.º 1141) – Pregoeiro.
- JUÇARA DE ASSUNÇÃO (matrícula n.º 293) – Membro.
- VITHÓRIA LAIZ PEREIRA (matrícula n.º 2765/1) – Membro.
- RYLLERY FERNANDA BIBIANA VINGRA (matrícula n.º 2555/1) – Suplente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 03 de janeiro de 2024.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N.º 003/2024 - DESIGNAR COMISSÃO

Publicação N° 5483913

PORTARIA N° 003/2024
De 04 de Janeiro de 2024

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR servidores para compor a Comissão para realização de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação.

- CLÉBER DE ÁVILA GARCIA (matrícula n.º 1141) – Presidente.
- JUÇARA DE ASSUNÇÃO (matrícula n.º 293) – Membro.
- VITHÓRIA LAIZ PEREIRA (matrícula n.º 2765/1) – Membro.
- RYLLERY FERNANDA BIBIANA VINGRA (matrícula n.º 2555/1) – Suplente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 04 de janeiro de 2024.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N.º 004/2024 - CONCEDER LICENÇA

Publicação N° 5483916

PORTARIA N° 004/2024
De 04 de Janeiro de 2024

Pedro Luiz Ostetto Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER licença para tratamento de pessoa doente na família à Sra. ELIANE APARECIDA CORRÊA, pelo período de 09/01/2024 a 18/01/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 04 de Janeiro de 2024.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 591/2023- DESIGNAR FISCAL DE ATA

Publicação N° 5483891

PORTARIA Nº591/2023
De 20 de Dezembro de 2023

Pedro Luiz Ostetto Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR Rosimeri Aparecida Vieira, matrícula nº 2572, para exercer o encargo de Fiscal de Ata Nº 16/2023 referente a dispensa de licitação nº 19/2023 com NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS, cadastrado no CNPJ 03.448.121/0001-99, empresa privada com personalidade jurídica que tem por objetivo DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE URGÊNCIA, CONFORME SOLICITAÇÃO POR OFÍCIO DO MP Nº 310053127782.

Art. 2º - Na impossibilidade deste a Servidora Tainá Vieira dos Santos matrícula 2463, como fiscal suplente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bom Jardim da Serra, em 20 de Dezembro de 2023.

Pedro Luiz Ostetto
Prefeito Municipal

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 592/2023- DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

Publicação N° 5483892

PORTARIA Nº592/2023
De 20 de Dezembro de 2023

Pedro Luiz Ostetto Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR Jorge Emanuel Batista Muniz, matrícula nº 2671, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 84/2023 referente a Tomada de Preços nº 68/2023 com a empresa ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, cadastrado no CNPJ 21.083.542/0001-45, empresa privada com personalidade jurídica que tem por objetivo TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E CONSTRUÇÃO DA ETAPA II DE INFRAESTRUTURA NO MIRANTE DA CASCATA DA BARRINHA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC, ATRAVÉS DO CONVÊNIO OGU MTUR 927889/2022, PROPOSTA 3366/2022.

Art. 2º - Na impossibilidade deste o Servidor Eduardo Pereira matrícula 2751/1, como fiscal suplente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Bom Jardim da Serra, em 20 de Dezembro de 2023.

Pedro Luiz Ostetto
Prefeito Municipal

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 593/2023 - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO PROFESSORA

Publicação N° 5483896

PORTARIA N° 593/2023
De 15 de dezembro de 2023

Pedro Luiz Ostetto Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR por término de contrato a Sra. PALOMA ASSUNÇÃO do cargo de professora III, 20 horas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 15 de dezembro de 2023.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 594/2023 - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO PROFESSORA

Publicação N° 5483899

PORTARIA N° 594/2023
De 20 de dezembro de 2023

Pedro Luiz Ostetto Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR por término de contrato a Sra. JENIFFER GONÇALVES PADILHA RIBEIRO do cargo de professora I, 20 horas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 20 de dezembro de 2023.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Bom Jesus

PREFEITURA

CONTRATOS, ADITIVOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação N° 5483691

I – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 73/2023

Código registro TCE: 6142D3DF2CFC7E92E65D9A496CC50263537207C8

Contrato Original nº: 73/2023

I – Termo Aditivo – Alteração de Quantitativo e Acréscimo de Valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: WARR CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF n. 14.836.528/0001-00

Finalidade: Contratação de empresa de engenharia para obra de revitalização da Praça Pública Jorge Wites dos Santos, no Município de Bom Jesus/SC, com área total de 1.241,65m².

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 69/2023 - T.P nº 4/2023.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. Considerando pedido de aditivo para acréscimo de itens relacionados à obra, quais sejam: grama sintética, passeios em paver e suporte para 3 (três) luminárias.
2. Conforme justificativa apresentada em parecer técnico do Engenheiro Civil, fiscal da obra, este manifestou-se favorável à celebração de termo aditivo.
3. Logo, necessária a alteração contratual para o andamento e conclusão da obra no prazo previsto.

Termo Aditivo ao Contrato nº 73/2023, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **WARR**

CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica, com sede a Avenida 7 de Setembro, nº 333, Centro, na cidade de Maravilha Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 14.836.528/0001-00, neste ato representada pelo Sr. Ayrton Roman, portador da Cédula de Identidade n.º 3.***.***6, e CPF nº 0**.***.***-05, denominado para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVO

Considerando a alteração quantitativa de determinados materiais e serviços previstos na Planilha Orçamentária, as partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Contrato Administrativo, mediante considerações iniciais, celebram o presente aditivo para o acréscimo de quantitativo inicialmente contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DE VALOR

Com a alteração quantitativa e acréscimo de itens constante na Cláusula Primeira deste Aditivo, as partes resolvem alterar o valor do contrato, de **R\$ 277.445,84 (duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)** para **R\$ 314.243,93 (trezentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos)**, resultando em acréscimo de **R\$ 36.798,09 (trinta e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e nove centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 14 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA**Prefeito Municipal****Contratante****WARR CONSTRUTORA LTDA****CNPJ nº 14.836.528/0001-00****Ayrton Roman****CPF nº 0**.***.***-05****Contratada**

Maicon Rodrigo Bianchi

CPF nº 0**.***.***-05

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Valdecir Kunz

CPF nº 0**.***.***-04

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira

CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 73/2023

I – Termo Aditivo – Alteração de Quantitativo e Acréscimo de Valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: WARR CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF n. 14.836.528/0001-00

Finalidade: Alteração de quantitativo e acréscimo de valor.

Valor do aditivo: R\$ 36.798,09 (trinta e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e nove centavos)

Valor total após aditivo: R\$ 314.243,93 (trezentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos)

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 69/2023 - T.P nº 4/2023.

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 13 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

VI – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 88/2022

Código registro TCE: FB37959FBA67952DB8ECA3F5E7AC4AAC997031B1

Contrato Original nº: 88/2022

VI – Termo Aditivo – Alteração de Quantitativo e Acréscimo de Valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: MAP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

CNPJ/MF n 12.361.035/0001-35

Finalidade: Contratação de empresa de engenharia para obra de reforma e ampliação da garagem de máquinas do Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 97/2022 - T.P nº 17/2022.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. Considerando pedido de aditivo para acréscimo de itens relacionados à drenagem pluvial, bem como a inclusão de telhas, sendo que a planilha originária previa a reutilização de telhas cedidas pelo Município, o que não foi possível.
 2. Conforme justificativa apresentada em parecer técnico do Engenheiro Civil, fiscal da obra, este manifestou-se favorável à celebração de termo aditivo.
 3. Logo, necessária a alteração contratual para o andamento e conclusão da obra no prazo previsto.

Termo Aditivo ao Contrato nº 88/2022, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MAP**

CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, pessoa jurídica, com sede a Rua Guanabara, nº 502, Sala 01, Bairro dos Esportes, Xanxerê/SC, neste ato representada pela **Sra. Adriana Maciel Chaves**, portadora da Cédula de Identidade n.º 4.***.23 e CPF nº 0**.***.***-13, denominado para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVO

Considerando a alteração quantitativa de determinados materiais e serviços previstos na Planilha Orçamentária, bem como inclusão de alguns itens, as partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Contrato Administrativo, mediante considerações iniciais, celebram o presente aditivo para o acréscimo de quantitativo inicialmente contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DE VALOR

Com a alteração quantitativa e acréscimo de itens constante na Cláusula Primeira deste Aditivo, as partes resolvem alterar o valor do contrato, de **R\$ 424.874,84 (quatrocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)** para **R\$ 465.892,71 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e um centavos)**, resultando em acréscimo de **R\$ 41.017,87 (quarenta e um mil, dezessete reais e oitenta e sete centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 14 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

MAP CONSTRUTORA E
INCORPORADORA EIRELI
CNPJ nº 12.361.035/0001-35
Adriana Maciel Chaves
CPF nº 0.***.***-13**
Contratada

Enio Narciso
CPF nº 8**.***.***-82
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini
Procuradora
OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 88/2022

VI – Termo Aditivo – Alteração de Quantitativo e Acréscimo de Valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: MAP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

CNPJ/MF n 12.361.035/0001-35

Finalidade: Alteração de quantitativo e acréscimo de valor.

Valor do aditivo: R\$ 41.017,87 (quarenta e um mil, dezessete reais e oitenta e sete centavos)

Valor total após aditivo: R\$ 465.892,71 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e um centavos)

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 97/2022 - T.P nº 17/2022.

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 13 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

II – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 55/2022

Código registro TCE: 81E0515C84204D2B93EDA6734B32329D2D5AAAB2

Contrato Original nº: 55/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ALCEDIR CAPELETTI 03007242924

CNPJ/CPF nº 13.621.633/0001-69

Finalidade: Contratação de empresa que disponibilize profissional para execução de serviços de coral, para idosos inseridos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, com carga horária de 06 horas mensais, com disponibilização de 01 (um) maestro licenciado em música, com experiência comprovada em língua italiana, cursos de música, canto, técnica vocal, partitura, teclado, piano e experiência em regência de coral com certificação.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 60/2022 - P.E nº 2/2022

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro **ALCEDIR CAPELETTI 03007242924**, CNPJ nº 13.621.633/0001-69, sediada na Rua Pedro Bortoluzzi, nº 249, Bairro João Batista Tonial, no município de Xanxerê/SC, representado pelo **Senhor Alcedir Capeletti**, portador do CPF nº 0**.***.***-24, RG nº 3.***.***, domiciliado Rua Pedro Bortoluzzi, nº 249, Bairro João Batista Tonial, no município de Xanxerê/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 55/2022, passando o mesmo a vigorar para o período 31/12/2023 a 31/12/2024, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)** para **R\$ 1.413,18 (um mil quatrocentos e treze reais e dezoito centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 16.958,16 (dezesseis mil novecentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

**Prefeito Municipal
Contratante**

ALCEDIR CAPELETTI 03007242924

**CNPJ nº 13.621.633/0001-69
Alcedir Capeletti
CPF nº 0**.***.***-24
Contratada**

Jaqueline Cadini Fochesato

CPF nº 7**.***.***-00

Responsável Pela Fiscalização
Titular

Maria Selma Muller Tonello

CPF nº 0**.***.***-83

Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira

CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 55/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ALCEDIR CAPELETTI 03007242924

CNPJ/CPF nº 13.621.633/0001-69

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 60/2022 - P.E nº 2/2022

Valor Mensal: R\$ 1.413,18 (um mil quatrocentos e treze reais e dezoito centavos).

Valor Total: R\$ 16.958,16 (dezesesseis mil novecentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos).

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

III – TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2021

Código registro TCE: 7D40FB252FDCCDA6DCB686064A4A02D845B061E7

Termo de Colaboração nº: 2/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS – APADAVIX

CNPJ N. 04.940.781/0001-55

Finalidade: Termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil que ofereça atendimento a pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva. A sociedade deverá dispor ainda de local físico adequado para a parceria estabelecida, com a finalidade de atendimento aos usuários disponibilizando atividades de aulas em braile, atividade de vida diária (AVD), sorobã, educação física, orientação e mobilidade (OM), artes, música, preparação para o mercado de trabalho e acompanhamento familiar.

Vinculação: Processo Administrativo Nº 27/2021 - Edital de Chamamento 01/2021

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**,

doravante denominado de **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e de outro lado **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS – APADAVIX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.940.781/0001-55, com sede na Rua Marechal Bormann, nº 351, sala 01 Centro, Xanxerê/SC, neste ato representada pela **Sra. Rosane Becher Cavalheiro**, CPF nº 8**.***.***-04 e Cédula de Identidade nº 2.***.***-9, residente e domiciliada na Rua Maria do Nascimento, nº 162, Bairro La Salle, Xanxerê – SC, de ora em diante denominado simplesmente de **COLABORADOR**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 13.19/2014, Decreto Municipal nº 007/2018, de 12 de janeiro de 2018, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 13.19/2014, Decreto Municipal nº 007/2018, de 12 de janeiro de 2018, Edital de Chamamento e Cláusula Quarta do Termo de Colaboração nº 02/2021, resolvem prorrogar o prazo de vigência, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com a prorrogação da vigência do termo de colaboração, o valor mensal a ser pago será de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** por aluno, totalizando o montante de até **R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)** para o exercício de 2024.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Administração Pública

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS – APADAVIX
CNPJ nº 04.940.781/0001-55
Rosane Becher Cavalheiro
CPF nº 8.***.***-04**
Colaborador

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Alicia Cousseau
CPF nº 0**.***.***-01

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Termo de Colaboração nº: 2/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS – APADAVIX

CNPJ N. 04.940.781/0001-55

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024.

Vinculação: Processo Administrativo N° 27/2021 - Edital de Chamamento 01/2021

Valor Total: Até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08/2022**Código registro TCE: CD61402C732D34092CFFCA17AB5A060EC910B974****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS-
SC E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, SOCIAL,
EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO.**

MUNICÍPIO DE BOM JESUS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.551.148/0001-87, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, nº 435, centro, Bom Jesus/SC, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Rafael Calza**, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 052.915.469-21 e Cédula de Identidade sob nº 4.165.040, expedida pela SSP/SC em 27/05/2010, residente e domiciliado na Linha Passo Ferraz, interior, Bom Jesus-SC, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO – MANTENEDORA DO LAR APRISCO**, que atende como acolhimento institucional, sito na Rua Odilo Antonio Linck, nº 1621, Sala 01, CEP 89.930-000, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 11.712.456/0001-09, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **Carlos Costa**, brasileiro, casado, aposentado, residente na Rua Jorge Lacerda, nº 1159, centro, na cidade de São José do Cedro – SC, portador do CPF sob nº 2**.***.***-00 e da Cédula de Identidade sob nº 4**.***1, órgão emissor SSP/SC, resolvem por mútuo acordo, celebrar aditivo ao termo de colaboração nº 08/2022, de acordo a Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Municipal nº 577/2013, Decreto Municipal nº 007/2018, Processo Administrativo nº 111/2022, Termo de Colaboração nº 08/2022 e Chamamento nº 005/2022, com as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 13.19/2014, Decreto Municipal nº 007/2018, de 12 de janeiro de 2018, Edital de Chamamento e Cláusula Quarta do Termo de Colaboração nº 08/2022, resolvem prorrogar o prazo de vigência, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com a prorrogação da vigência do termo de colaboração, o valor mensal a ser pago será de **R\$ 4.262,85 (quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)** por vaga, totalizando o montante de até **R\$ 12.788,55 (doze mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)** por mês, totalizando o valor de **R\$ 153.462,60 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos)** para o exercício de 2024.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeita Municipal

CARLOS COSTA

Presidente da Aprisco

Testemunhas:

Alicia Cousseau

CPF nº 0**.***.***-01

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

OAB/SC 43.050

Minuta:**Segundo Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº: 08/2022****MUNICÍPIO DE BOM JESUS**

Fomentador: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO – MANTENEDORA DO LAR APRISCO.

CNPJ nº. 11.712.456/0001-09

Finalidade:

Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Colaboração, passando a vigorar para o período de 31/12/2023 a 31/12/2024.

Vinculação: Processo Administrativo nº 111/2022, Termo de Colaboração nº 08/2022, Chamamento nº 005/2022.

Valor Mensal: R\$ 12.788,55 (doze mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

Valor Total: R\$ 153.462,60 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 26 de dezembro de 2023.

Rafael Calza
Prefeito Municipal

II – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 1/2022

Código registro TCE: 72E35D84600838463BA71755C2AFCE8A8E5C0DA1

Contrato Original nº: 1/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

CNPJ/CPF nº 17.301.930/0001-88

Finalidade: Contratação de Empresa Especializada, para a prestação de serviços técnicos especializados (diversos das atividades rotineiras do atual quadro de pessoal do município) de consultoria contábil, financeira, orçamentária, e patrimonial para a orientação dos técnicos municipais que atuam nestas áreas, com vistas a implementação das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP).

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 70/2021 - T.P nº 7/2021

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **CONTRATADA: ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua da Consolação, nº 317, Sala 03, Bairro Matinho, Xanxerê/SC, neste ato representada pelo Sócio Gerente, **Sr. Loacir Milto Fin** denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 1/2022, passando o mesmo a vigorar para o período 31/12/2023 a 31/12/2024, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ R\$ 10.272,30 (dez mil duzentos e setenta e dois reais e trinta centavos)**, para **R\$ 10.753,04 (dez mil setecentos e cinquenta e três reais e quatro centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 129.036,48 (cento e vinte e nove mil trinta e seis reais e quarenta e oito centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

ASCENCE CONSULTORES
ASSOCIADOS LTDA
CNPJ nº 17.301.930/0001-88
Loacir Milto Fin
CPF nº 5**.***.***-20
Contratada

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Marcelo Colombo

CPF nº 0**.***.***-55

Responsável pela fiscalização

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 1/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

CNPJ/CPF nº 17.301.930/0001-88

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 70/2021 - T.P nº 7/2021.

Valor Mensal: R\$ 10.753,04 (dez mil setecentos e cinquenta e três reais e quatro centavos)

Valor Total: R\$ 129.036,48 (cento e vinte e nove mil trinta e seis reais e quarenta e oito centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

III – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 7/2021

Código registro TCE: EB09D24E914D63B3F681128FAD58633043C5076D

Contrato Original nº: 7/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

CNPJ N. 23.299.477/0001-15

Finalidade: Contratação de empresas especializadas na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para Gestão Pública, bem como a conversão, implantação, o treinamento e serviços técnicos.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 3/2021 - P.P nº 3/2021

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA** pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Marechal Deodoro, n.º 403, sala 02, Centro, em Concórdia - SC, inscrito (a) no CNPJ sob o n.º **23.299.477/0001-15**, neste ato, representado por seu representante Sr. **Silmar Antônio Balbinot**, portador da Cédula de Identidade nº 6*****2, inscrito no CPF nº 3**.***.***-04, Rua Domingos Machado de Lima, nº 361, Centro, Concórdia – SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com

amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 7/2021, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 950,33 (novecentos e cinquenta reais e trinta e três centavos)** para **R\$ 994,80 (novecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 11.937,60 (onze mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
CNPJ nº 23.299.477/0001-15
Silmar Antônio Balbinot
CPF nº 3.***.***-04**
Contratada

Jucelia V. dos S. M. da Silva
CPF nº 9.***.***-72**
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Vanderlei Adilo dos Santos
CPF nº 0.***.***-19**
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0.***.***-65**

Alicia Cousseau
CPF nº 0.***.***-01**

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 7/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

CNPJ N. 23.299.477/0001-15

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 3/2021 - P.P nº 3/2021

Valor Mensal: R\$ 994,80 (novecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)

Valor Total: R\$ 11.937,60 (onze mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

III – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 17/2022

Código registro TCE: 5707CD986932BB7548651EA240C2FB111BD225EA

Contrato Original nº: 17/2022

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: FLAVIO PRADELLA DE CARVALHO

CNPJ nº 26.383.651/0001-00

Finalidade: Contratação de serviços de comunicação, marketing e assessoria de imprensa para atender as Secretarias e Fundos do Município de Bom Jesus.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 10/2022 - P.P nº 2/2022.

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro **FLAVIO PRADELLA DE CARVALHO**, CNPJ nº 26.383.651/0001-00, sediada na Rua João Batista Zago, nº 170, Sala 01, Bairro La Salle no município de Xanxerê - SC, representado pelo Senhor **Flavio Pradella de Carvalho**, portador do CPF nº 0**.***.***-10, RG nº 1*****2 SJS/RS, domiciliado na Rua Frederico Umstadt, nº 401, Bairro Matinho, município de Xanxerê – SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 17/2022, passando o mesmo a vigorar para o período 31/12/2023 a 31/12/2024, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com a prorrogação da vigência do contrato, o valor mensal a ser pago será de **R\$ 6.266,87 (seis mil duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 75.202,44 (setenta e cinco mil duzentos e dois reais e quarenta e quatro centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

FLAVIO PRADELLA DE CARVALHO
CNPJ nº 26.383.651/0001-00
Flavio Pradella de Carvalho
CPF nº 0.***.***-10**
Contratada

Simone Dacheri
CPF nº 0.***.***-86**
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Jaqueline de Oliveira
CPF nº 1.***.***-88**
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 17/2022

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratado: FLAVIO PRADELLA DE CARVALHO

CNPJ nº 26.383.651/0001-00

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 10/2022 - P.P nº 2/2022.

Valor Mensal: R\$ 6.266,87 (seis mil duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos)

Valor Total: R\$ 75.202,44 (setenta e cinco mil duzentos e dois reais e quarenta e quatro centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

V – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 36/2019

Código registro TCE: 1117325685BC5606A989183829C354F2E762CC92

Contrato Original nº: 36/2019

V – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: GEONORTE PROJETOS LTDA

CNPJ: 01.269.718/0001-40

Finalidade: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, conforme Anexo A - Termo de Referência do Edital.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 34/2019 - P.P nº 17/2019

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **GEONORTE PROJETOS LTDA**, CNPJ nº **01.269.718/0001-40**, sediada na Avenida Brasil, nº 79, Sala 09, Shopping Scirea, Bairro Centro, no município Xanxerê - SC, representado pelo Senhor **Carlos Elisio Stahelin**, portador do CPF nº 5**.***.***-87, RG nº 1.***.**1, domiciliado na Cel. Passos Maia, nº 919

Apto 05, Bairro centro, no município de Xanxerê - SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 36/2019, passando o mesmo a vigorar para o período 31/12/2023 a 21/05/2024, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68 (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 17.857,38 (dezessete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos)** para **R\$ 18.693,10 (dezoito mil seiscentos e noventa e três reais e dez centavos)**, totalizando o montante de até **R\$ 93.465,50 (noventa e três mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

Contratante

GEONORTE PROJETOS LTDA

CNPJ nº 01.269.718/0001-40

Carlos Elisio Stahelin

CPF nº 5.***.***-87**

Contratada

Vanderlei Adilio dos Santos

CPF nº 0.***.***-19**

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 36/2019

V – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: GEONORTE PROJETOS LTDA

CNPJ: 01.269.718/0001-40

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 21 de maio de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 34/2019 - P.P nº 17/2019

Valor Mensal: R\$ 18.693,10 (dezoito mil seiscentos e noventa e três reais e dez centavos)

Valor Total: Até R\$ 93.465,50 (noventa e três mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

III – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 16/2021

Código registro TCE: E3B8AEC31C89638E269EDE9FEF3EFE9C128BE16F

Contrato Original nº: 16/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: GOTARDO CONSULTORIA ASSESSORIA E GESTÃO PUBLICA LTDA

CNPJ/MF nº 18.103.581/0001-52

Finalidade: Contratação de empresa na prestação de serviços técnicos e profissionais de consultoria na captação de recursos e gestão de convênios junto ao Governo Federal e Estadual, com objetivo de promover a melhoria da infraestrutura, patrimonial e dos serviços públicos oferecidos à população do Município de Bom Jesus-SC, de acordo com as sistemáticas estabelecidas.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 17/2021 - P.P nº 9/2021

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **GOTARDO CONSULTORIA ASSESSORIA E GESTÃO PUBLICA LTDA**, CNPJ nº 18.103.581/0001-52, sediada na Rua

Messias de Souza Machado nº 145, Bairro Santa Luzia, no município Abelardo Luz - SC, representado pelo Senhor **José Vilmar Vogal**, portador do CPF nº 6**.***.***-53, RG nº 1.***.**8, domiciliado na Rua Messias Souza Machado nº 145, Bairro Santa Luzia, no município Abelardo Luz - SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 16/2021, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 7.411,94 (sete mil quatrocentos e onze reais e noventa e quatro centavos)**, para **R\$ 7.758,81 (sete mil setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 93.105,72 (noventa e três mil cento e cinco reais e setenta e dois centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

GOTARDO CONSULTORIA ASSESSORIA E
GESTÃO PÚBLICA LTDA
CNPJ nº 18.103.581/0001-52
José Vilmar Vogal
CPF nº 6.***.***-53**
Contratada

Simone Dacheri
CPF nº 0.***.***-86**
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0.***.***-65**

Alicia Cousseau
CPF nº 0.***.***-01**

Cinthia Schneider Pellegrini
Assessor Jurídico
OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 16/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: GOTARDO CONSULTORIA ASSESSORIA E GESTÃO PUBLICA LTDA

CNPJ/MF nº 18.103.581/0001-52

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 17/2021 - P.P nº 9/2021

Valor Mensal: R\$ 7.758,81 (sete mil setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos)

Valor Total: R\$ 93.105,72 (noventa e três mil cento e cinco reais e setenta e dois centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

IX – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2021

Código registro TCE: AA83F28EDAE4CC92F2DB242C851AF9B79E33AC34

Contrato Original nº: 19/2021

IX – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: GRANTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA

CNPJ/MF nº 32.893.963/0001-58

Finalidade: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar no Município de Bom Jesus, (sendo incluso um monitor para aferir temperatura e higienização diária do veículo).

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 13/2021 - P.E nº 1/2021

Termo Aditivo ao Contrato nº 42/2020, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **GRANTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA**, CNPJ nº 32.893.963/0001-58, sediada na Rua Manoel Narciso, S/N, Centro, no município de Bom Jesus – SC, representado pelo Senhor **Remoaldo Pedrinho Grando**, portador do CPF nº 4**.***.***-15, RG nº 1****7, domiciliado na Rua Manoel Narciso, S/N, Centro, no município de Bom Jesus – SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 19/2021, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a prorrogação da vigência do contrato e reajuste contratual, o valor mensal a ser pago será de:

ITEM 01 – Serviço de transporte escolar com a disponibilização de um **micro-ônibus** apropriado com capacidade de lotação de no mínimo 26 (vinte e seis) passageiros e motorista devidamente habilitado, de acordo com as normas vigentes.

O preço a ser pago pelo **item 01** será de **R\$ 7,00 (sete reais) por quilômetro rodado**.

O valor estimado será de até **R\$ 124.845,00 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais)** considerando o itinerário de 87 (oitenta e sete) quilômetros por dia letivo, em 205 (duzentos e cinco) dias letivos do ano de 2024, consistindo no valor total contratado para todos os fins legais, sem prejuízos de possível variação em virtude do calendário escolar.

ITEM 03 – Serviço de transporte escolar com a disponibilização de um **ônibus** apropriado com capacidade de lotação de no mínimo 40 (quarenta) passageiros, e motorista devidamente habilitado, de acordo com as normas vigentes.

O preço a ser pago pelo **item 03** será de **R\$ 6,46 (seis reais e quarenta e seis centavos) por quilômetro rodado**.

O valor estimado será de até **R\$ 177.456,20 (cento e setenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos)** considerando o itinerário de 134 (cento e trinta e quatro) quilômetros por dia letivo, em 205 (duzentos e cinco) dias letivos do ano de 2024, consistindo no valor total contratado para todos os fins legais, sem prejuízos de possível variação em virtude do calendário escolar.

O **valor total global** a ser pago do contrato será de até **R\$ 302.301,20 (trezentos e dois mil, trezentos e um reais e vinte centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

Contratante

GRANTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA

CNPJ nº 32.893.963/0001-58

Representante legal

Remoaldo Pedrinho Grando

CPF nº 4.***.***-15**

Contratada

Simone Piovezan

CPF nº 0**.***.***-01

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Testemunhas:

Alicia Cousseau

CPF nº 0**.***.***-01

Simone Dacheri

CPF nº 0**.***.***-86

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 19/2021

IX – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor

Contratado: GRANTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA

CNPJ/MF nº 32.893.963/0001-58

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024.

Valor Total: Até R\$ 302.301,20 (trezentos e dois mil, trezentos e um reais e vinte centavos).
Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 13/2021 - P.E nº 1/2021

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

I – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 49/2023

Código registro TCE: 76F4202E160DEF914DC823DC07E5F31651572230

Contrato Original nº: 49/2023

I – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ITA RENTAL LTDA

CNPJ: 03.602.601/0001-62

Finalidade: Locação mensal um rolo compactador com kit pé de carneiro com mínimo de 12 toneladas, para prestação de serviços no território do Município de Bom Jesus.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 42/2023 – P.P nº 6/2023

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro **ITA RENTAL LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº **03.602.601/0001-62**, pessoa jurídica, com sede na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 444 E, sala 02, Parque das Palmeiras, no Município de Chapecó/SC, neste ato representada pelo Sr. **Idinei Dalle Laste**, portador do CPF nº 0**.***.***-36, domiciliado na Rua Guapore, nº 118 E, Apto. 1601, Ed. Felicittá, centro, Chapecó/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 49/2023, passando o mesmo a vigorar para o período de 31/12/2023 a 31/12/2024, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com a prorrogação da vigência do contrato, o valor mensal a ser pago será de **R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)** totalizando o montante de **R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais)** para o exercício de 2024.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 07 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

ITA RENTAL LTDA
CNPJ nº 03.602.601/0001-62
Idinei Dalle Laste
CPF nº 0**.***.***-36
Contratada

Dirço Rogofski

CPF nº 4**.***.***-15

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Elizandro Tapparello

CPF nº 0**.***.***-66

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Leandro Luiz Mocellin

CPF nº 9**.***.***-00

Rosane Siqueira

CPF nº 0**.***.***-65

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.0540

Minuta:

Contrato Original nº: 49/2023

I – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ITA RENTAL LTDA

CNPJ: 03.602.601/0001-62

Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência contratual.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 42/2023 – P.P nº 6/2023

Valor Mensal: R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais).

Valor Total: R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais).

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 07 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

IV – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 14/2021

Código registro TCE: 442E7B240A80885ED1F41D22F9EA9066CEE86CCB

Contrato Original nº: 14/2021

IV – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: LA ENERGIA EIRELI

CNPJ/CPF nº 13.110.094/0001-01

Finalidade: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de profissional habilitado para instrução de dança e atividades físicas para crianças, adolescentes, mulheres e idosos inseridos em programas sociais (CRAS) de Bom Jesus, ressaltando que os serviços devem ser exercidos por um profissional com comprovada habilitação e experiência, que deverá garantir adequada e plena execução de todas as atividades, buscando fortalecer vínculos e melhorar a qualidade de vida do público inserido nos projetos sociais. Estes projetos serão realizados em dois turnos seguindo cronograma de horários e turmas pré-estabelecidas, atendendo em média 170 crianças, 40 mulheres e 70 idosos, com carga Horaria de 40 horas semanais.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 14/2021 - P.E nº 2/2021

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **LA ENERGIA EIRELI**, CNPJ nº 13.110.094/0001-01, sediada na Avenida Vergílio Sabino da Silva, s/n, Centro, no município de Bom Jesus - SC, representada pela Senhora **Marcia Araldi**, portadora do CPF nº 0**.***.***-16, RG nº 4.***.**6, domiciliada na Avenida Vergílio Sabino da Silva, s/n, Centro, no município de Bom Jesus – SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 14/2021, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 4.498,10 (quatro mil quatrocentos e noventa e oito reais e dez centavos)** para **R\$ 4.708,61 (quatro mil setecentos e oito reais e sessenta e um centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 56.503,32 (cinquenta e seis mil quinhentos e três reais e trinta e dois centavos)** para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

LA ENERGIA EIRELI
CNPJ nº 13.110.094/0001-01
Marcia Araldi
CPF nº 0.***.***-16**
Contratada

Jaqueline Cadini Fochesato
CPF nº 7.***.***-00**
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0.***.***-65**

Alicia Cousseau
CPF nº 0.***.***-01**

Cinthia Schneider Pellegrini
Assessor Jurídico
OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 14/2021

IV – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: LA ENERGIA EIRELI

CNPJ/CPF nº 13.110.094/0001-01

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 14/2021 - P.E nº 2/2021

Valor Mensal: R\$ 4.708,61 (quatro mil setecentos e oito reais e sessenta e um centavos)

Valor Total: R\$ 56.503,32 (cinquenta e seis mil quinhentos e três reais e trinta e dois centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

VII – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 88/2022

Código registro TCE: 84AFF345C476424C162853FE3053F049BC03E861

Contrato Original n°: 88/2022

VII – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: MAP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

CNPJ/MF n 12.361.035/0001-35

Finalidade: Contratação de empresa de engenharia para obra de reforma e ampliação da garagem de máquinas do Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório n° 97/2022 - T.P n° 17/2022.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. Considerando que a obra se encontra em execução, sendo que não será concluída até o prazo estipulado em contrato, faz-se necessária a prorrogação de prazo.

Termo Aditivo ao Contrato n° 88/2022, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MAP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI**, pessoa jurídica, com sede a Rua Guanabara, n° 502, Sala 01, Bairro dos Esportes, Xanxerê/SC, neste ato representada pela **Sra. Adriana Maciel Chaves**, portadora da Cédula de Identidade n.º 4.***.*23 e CPF n° 0**.***.***-13, denominado para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais N° 8.883/94, 9.032/95

e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, mediante considerações iniciais, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 88/2022, passando o mesmo a vigorar até **30/06/2024**, com possíveis novas prorrogações nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir desta data.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

**MAP CONSTRUTORA E
INCORPORADORA EIRELI**
CNPJ nº 12.361.035/0001-35
Adriana Maciel Chaves
CPF nº 0**.***.***-13
Contratada

Enio Narciso
CPF nº 8.***.***-82**
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Jaison da Silva
CPF nº 0.***.***-28**
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini
Procuradora
OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 88/2022

VII – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: MAP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

CNPJ/MF n 12.361.035/0001-35

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de nº 88/2022, passando o mesmo a vigorar até **30/06/2024**.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 97/2022 - T.P nº 17/2022.

Foro: **Comarca de Xanxerê/SC**

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

I – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79/2023

Código registro TCE: 838BF15BA63D89629BB9F0F89F2754259D5733CF

Contrato Original nº: 79/2023

I – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA

CNPJ/CPF 09.687.900/0002-04

Finalidade: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação, na forma de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, para uso dos servidores do executivo municipal de Bom Jesus, SC, em conformidade com a Lei Municipal 755/2020 e alterações.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 87/2023 - P.P nº 19/2023

Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2023, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 09.687.900/0002-04, sediada na Rua Blumenau, Bairro America, nº 178, no município de Joinville/SC, representado pelo Senhor **Deny Guazi Resende**, portador do CPF nº 1**.***.***-15, RG nº 6****3, domiciliado na Rua Ipê-Roxo, nº 46, Bairro Lagoa da Conceição, no município de Florianópolis/SC, de ora em diante denominado

simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais N° 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, mediante considerações iniciais, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 79/2023, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 07 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

**PERSONAL NET TECNOLOGIA
DE INFORMAÇÃO LTDA**
CNPJ nº 09.687.900/0002-04
Deny Guazi Resende
CPF nº 1**.***.***-15
Contratada

Marcelo Colombo

CPF nº 0**.***.***-55

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0**.***.***-10

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Alicia Cousseau

CPF nº 0**.***.***-01

Jaqueline de Oliveira

CPF nº 1**.***.***-88

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 79/2023

I – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo de vigência

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA

CNPJ/CPF 09.687.900/0002-04

Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência contratual.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 87/2023 - P.P nº 19/2023

Vigência: Até 31/12/2024.

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 07 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

II – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2022

Código registro TCE: 949585016AC4207552CDA776C789A21D0F2A398C

Contrato Original nº: 12/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: FAXINAL ALTERNATIVA LTDA

CNPJ/MF n. 18.998.335/0001-06

Finalidade: Credenciamento de emissoras de rádio AM e FM localizadas em até 40 km de distância de Bom Jesus, para divulgação dos atos e atividades oficiais da municipalidade durante o exercício de 2022.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 7/2022 – Credenciamento 1/2022.

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro **FAXINAL ALTERNATIVA LTDA**, CNPJ nº 18.998.335/0001-06, sediada na Rua 20 de Janeiro, nº 52, Centro, Faxinal dos Guedes/SC, CEP: 89.694-000, representado pela Senhora **Nadir Neves de Oliveira**, portadora do CPF nº 2**.***.***-63, RG nº 5**.***1, domiciliada na Rua 20 de Setembro, nº 399, Centro, Faxinal dos Guedes/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 12/2022, passando o mesmo a vigorar para o período 31/12/2023 a 31/12/2024, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com a prorrogação da vigência do contrato, o valor total a ser pago será de até **R\$ 71.251,20 (setenta e um mil duzentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

FAXINAL ALTERNATIVA LTDA
CNPJ/MF n. 18.998.335/0001-06
Nadir Neves de Oliveira
CPF nº 2**.***.***-63
Contratada

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Amarildo Jung
CPF nº 8**.***.***-72
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Alicia Cousseau
CPF nº 0**.***.***-01

Cinthia Schneider Pellegrini
Assessor Jurídico
OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 12/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: FAXINAL ALTERNATIVA LTDA

CNPJ/MF n. 18.998.335/0001-06

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 7/2022 – Credenciamento 1/2022.

Valor Total: Até R\$ 71.251,20 (setenta e um mil duzentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

II – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2022

Código registro TCE: A3E03630827394897654DC88EC01CA658B30BD02

Contrato Original nº: 13/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA

CNPJ/MF n. 83.855.080/0001-94

Finalidade: Credenciamento de emissoras de rádio AM e FM localizadas em até 40 km de distância de Bom Jesus, para divulgação dos atos e atividades oficiais da municipalidade durante o exercício de 2022.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 7/2022 – Credenciamento 1/2022.

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA**, CNPJ nº 83.855.080/0001-94, sediada na Travessa João Winckler, nº 15, Centro, Xanxerê/SC, representado pelo Sr. **Cezar Luiz Bortoluzzi**, portador do CPF nº 2**.**.***-06, RG nº 4.***.***3, domiciliada na Rua Manaus, nº 329, Bairro dos Esportes, Xanxerê/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA.**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94 e Lei nº 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 13/2022, passando o mesmo a vigorar para o período 31/12/2023 a 31/12/2024, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com a prorrogação da vigência do contrato, o valor total a ser pago será de até **R\$ 71.251,20 (setenta e um mil duzentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA
CNPJ/MF n. 83.855.080/0001-94
Cezar Luiz Bortoluzzi
CPF nº 2**.***.***-06
Contratada

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Amarildo Jung
CPF nº 8**.***.***-72
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Alicia Cousseau
CPF nº 0**.***.***-01

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 13/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA

CNPJ/MF n. 83.855.080/0001-94

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 7/2022 – Credenciamento 1/2022.

Valor Total: Até R\$ 71.251,20 (setenta e um mil duzentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

III – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 14/2022

Código registro TCE: 25067D3590D056B7E4277123A3D926A18C0DB5F3

Contrato n°: 14/2022

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA

CNPJ/CPF n° 00.874.813/0001-00

Finalidade: Contratação de empresa especializada em educação, para fornecimento de material didático pedagógico aos alunos e professores do Maternal, Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação Especial, disponibilização de portal educacional e realização de acompanhamento pedagógico.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório n° 9/2022 - P.E n° 1/2022

Aditivo contratual que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 00.874.813/0001-00 sediada na Rua Máximo João Kopp, Bairro Santa Cândida, n° 167, no município de Curitiba/PR, representado pelo Senhor **Roberto Costacurta Alves Pinto**, portador do CPF n° 4**.***.***-15, RG n° 2.***.***-8, domiciliado na Rua Dom Manoel da Silveira D' Elboux, n° 137, Bairro Tarumã, no município de Curitiba/PR, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis

Federais N° 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a aquisição, descritos e caracterizados no Processo Licitatório n° 9/2022, na modalidade de Pregão Eletrônico n° 1/2022, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, mediante considerações iniciais, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de n° 14/2022, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações nos limites da Lei, conforme tabela a seguir:

Item	Unidade	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Uni	Maternal	29	R\$ 369,39	R\$ 10.712,31
02	Uni	Educação Infantil 4	43	R\$ 368,66	R\$ 15.852,38
03	Uni	Educação Infantil 5	48	R\$ 368,66	R\$ 17.695,68
04	Uni	Ensino Fundamental I – 1º ano	60	R\$ 456,47	R\$ 27.388,20
05	Uni	Ensino Fundamental I – 2º ano	65	R\$ 456,47	R\$ 29.670,55
06	Uni	Ensino Fundamental I – 3º ano	68	R\$ 456,47	R\$ 31.039,96
07	Uni	Ensino Fundamental I – 4º ano	50	R\$ 456,47	R\$ 22.823,50
08	Uni	Ensino Fundamental I – 5º ano	60	R\$ 456,47	R\$ 27.388,20

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com a prorrogação do prazo contratual, conforme cláusula primeira do presente aditivo, o valor contratual será de **R\$ 182.570,78 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e setenta reais e setenta e oito centavos)**, para o exercício de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 07 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

Contratante

SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL

FAMILIA E ESCOLA LTDA

CNPJ/CPF nº 00.874.813/0001-00

Roberto Costacurta Alves Pinto

CPF nº 4.***.***-15**

Contratada

Simone Piovezan Quichini

CPF nº 0**.***.***-01

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Clarice Rodigheri Schneider

CPF nº 5**.***.***-25

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Minuta**Contrato nº: 14/2022****III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA****CNPJ/CPF nº 00.874.813/0001-00****Finalidade: Prorrogação de prazo contratual.****Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 9/2022 - P.E nº 1/2022****Valor Total após Aditivo: R\$ 182.570,78 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e setenta reais e setenta e oito centavos)****Foro:** Comarca de Xanxerê

Bom Jesus/SC, 07 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

II – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 72/2022

Código registro TCE: 95610E2B9245AAE1819164115BDE2E6B0AE93DEE

Contrato Original nº: 72/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: SIDNEY LUIZ DEBASTIANI 53926552972

CNPJ/CPF 24.305.818/0001-80

Finalidade: Contratação de empresa que disponibilize profissional para execução de serviços de montagem, regência e condução de banda de percussão, com desenvolvimento de aulas e ensaios, com carga horária de 03 horas semanais para atender crianças, adolescentes e adultos do Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 65/2022 - P.E nº 3/2022

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro **SIDNEY LUIZ DEBASTIANI 53926552972**, CNPJ nº 24.305.818/0001-80, sediada na Rua Amazonas, nº 977, Bairro Colatto, no município Xanxerê/SC, representado pelo Senhor **Sidney Luiz Debastiani**, portador do CPF nº 5**.***.***-72, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 72/2022, passando o mesmo a vigorar para o período 31/12/2023 a 31/12/2024, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais)**, para **R\$ 1.622,54 (um mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 19.470,48 (dezenove mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e oito centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

SIDNEY LUIZ DEBASTIANI 53926552972
CNPJ nº 24.305.818/0001-80
Sidney Luiz Debastiani

CPF nº 5.***.***-72**
Contratado

Ivone dos Santos
CPF nº 0**.***.***-69
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Simone Piovezan Quichini
CPF nº 0**.***.***-01
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Leandro Luiz Mocellin
CPF nº 9**.***.***-00

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 72/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: SIDNEY LUIZ DEBASTIANI 53926552972

CNPJ/CPF 24.305.818/0001-80

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de **31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024**. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 65/2022 - P.E nº 3/2022

Valor Mensal: R\$ 1.622,54 (um mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos)

Valor Total: R\$ 19.470,48 (dezenove mil quatrocentos e setenta reais e quarenta e oito centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

XIV – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 38/2020

Código registro TCE: F134BAF90E94629ED2D60D533F7C098862020C56

Contrato Original nº: 38/2020

XIV – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: TALASKA ENERGIA LTDA

CNPJ/MF nº 32.786.679/0001-82

Finalidade: Contratação de empresa de engenharia para a implantação de rede de distribuição de energia elétrica, de modo a possibilitar a eletrificação de 05 (cinco) quadras com um total de 45 (quarenta e cinco) lotes do “Loteamento Seganfredo”, localizado na Rua Virgílio Sabino da Silva, de propriedade do Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 45/2020 - T.P nº 6/2020

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. Considerando que o prazo contratual se encerra em 31 de dezembro de 2023, sendo apresentado pedido de nova prorrogação de prazo pela contratada.
2. Considerando justificativa da contratada, em que motiva o pedido de aditamento em razão de adversidades no decorrer das obras de implantação do Loteamento Seganfredo.
3. Logo, necessária a celebração de termo aditivo de prorrogação de prazo para que seja concluída a obra de implantação de rede de distribuição de energia elétrica, para qual a empresa foi contratada.

Termo Aditivo ao Contrato nº 38/2020, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa: **TALASKA ENERGIA LTDA**, pessoa jurídica, com sede a Linha Baliza, Bairro interior, na cidade de Xanxerê. Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 32.786.679/0001-82, neste ato representada

pelo Sr. **Thomas Thiago Romário Talaska**, portador do CPF nº 0**.***.***-44 e da Cédula de Identidade n.º 4.***.**4, denominado para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, mediante considerações iniciais, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 38/2020, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 30/06/2024**, com possíveis novas prorrogações nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

TALASKA ENERGIA LTDA

Prefeito Municipal**CNPJ nº 32.786.679/0001-82****Contratante****Representante legal****Thomas Thiago Romário Talaska****CPF nº 0**.***.***-44****Contratada****Arquimedes Basso****CPF nº 8**.***.***-00****Responsável Pela Fiscalização****Titular****Rosane Siqueira****CPF nº 0**.*.***-65****Responsável Pela Fiscalização****Substituto****Testemunhas:****Alicia Cousseau****CPF nº 0**.***.***-01****Jucelia Vites dos Santos Machado da Silva****CPF nº 9**.***.***-72**

Minuta:

Contrato Original nº: 38/2020

XIV – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo

Contratado: TALASKA ENERGIA LTDA

CNPJ/MF nº 32.786.679/0001-82

Finalidade: Prorrogação de prazo de vigência do contrato de nº 38/2020, passando o mesmo a vigorar para o período de 31/12/2023 a 30/06/2024.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 45/2020 - T.P nº 6/2020.

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

II – TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 2/2022

Código registro TCE: 6A4228D5C3AE6BEE4B6D3BB5E90CEB1362FBEC27

Contrato Original nº: 2/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: VALGOI & KOFF ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ/MF nº 20.482.650/0001-28

Finalidade: Contratação de uma sociedade de advogados devidamente registrada na OAB/SC, para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para a Prefeitura Municipal de Bom Jesus, durante o exercício 2022.

Vinculação: Proc. Licitatório nº 77/2021 – T.P. nº 12/2021

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **VALGOI & KOFF ADVOGADOS ASSOCIADOS**, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº 473, Centro, Xanxerê/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 20.482.650/0001-28, neste ato representada pela sócia, **Sra. Adriana Lisboa Koff**, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê/SC, inscrita no CPF sob nº. 0**.***.***-17, Cl. nº. 5.***.***-5, doravante denominado apenas de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 2/2022, passando o mesmo a vigorar para o período 31/12/2023 a 31/12/2024, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 9.414,51 (nove mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e um centavos)** para **R\$ 9.855,10 (nove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 118.261,20 (cento e dezoito mil duzentos e sessenta e um reais e vinte centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA**Prefeito Municipal****CONTRATANTE****VALGOI & KOFF ADVOGADOS ASSOCIADOS****CNPJ/MF nº 20.482.650/0001-28****Adriana Lisboa Koff****CPF nº 0**.***.***-17**

Contratada

Rosane Siqueira

CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Responsável pela fiscalização**Adriano Francisco Conti**

Sub-Procurador

OAB/SC 32.161

Responsável pela fiscalização

Minuta:

Contrato Original nº: 2/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: VALGOI & KOFF ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ/MF nº 20.482.650/0001-28

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Licitatório nº 77/2021 – T.P. nº 12/2021

Valor Mensal: R\$ 9.855,10 (nove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos)

Valor Total: R\$ 118.261,20 (cento e dezoito mil duzentos e sessenta e um reais e vinte centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

I – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 46/2023

Código registro TCE: 050484148D07F5F0F4BCEA946CE6364101E81103

Contrato Original nº: 46/2023

I – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: WARR CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF n. 14.836.528/0001-00

Finalidade: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS POLIÉDRICAS EM TRECHOS DA RUA VERGÍLIO SABINO DA SILVA E TRECHO DA RUA MARCOS MENEGOTTO, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, SC (ANEXO I) - RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CONVÊNIO N° 931923/2022, OPERAÇÃO 1083287-31.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 23/2023 - T.P nº 1/2023

Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2023, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael**

Calza, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **WARR CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica, com sede a Avenida 7 de Setembro, nº 333, Centro, na cidade de Maravilha Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 14.836.528/0001-00, neste ato representada pelo **Sr. Ayrton Roman**, portador da Cédula de Identidade n.º 3.***.**6, e CPF nº 0**.***.**-05, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, mediante considerações iniciais, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 46/2023, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/07/2024**, com possíveis novas prorrogações nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

WARR CONSTRUTORA LTDA
CNPJ nº 14.836.528/0001-00
Ayrton Roman
CPF nº 0.***.***-05**
Contratada

Dirço Rogofski
CPF nº 4**.***.***-15
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Maicon Rodrigo Bianchi
CPF nº 0**.***.***-05
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Leandro Luiz Mocellin
CPF nº 9**.***.***-00

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini
Procuradora
OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 46/2023

I – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: WARR CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF n. 14.836.528/0001-00

Finalidade: Prorrogação de vigência contratual, passando o mesmo a vigorar para o período 31/12/2023 a 31/07/2024.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 23/2023 - T.P nº 1/2023

Vigência: Até 31/07/2024

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

II – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 73/2023

Código registro TCE: E691BF31C158D61B276F774E0BD7AA8F058FF9E2

Contrato Original nº: 73/2023

II – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo de vigência

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: WARR CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF n. 14.836.528/0001-00

Finalidade: Contratação de empresa de engenharia para obra de revitalização da Praça Pública Jorge Wites dos Santos, no Município de Bom Jesus/SC, com área total de 1.241,65m².

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 69/2023 - T.P nº 4/2023.

Termo Aditivo ao Contrato nº 73/2023, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **WARR CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica, com sede a Avenida 7 de Setembro, nº 333, Centro, na cidade de Maravilha Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 14.836.528/0001-00, neste ato representada pelo **Sr. Ayrton Roman**, portador da Cédula de Identidade n.º 3.***.**6, e CPF nº 0**.***.***-05, de ora em diante denominado simplesmente de

CONTRATADA, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, mediante considerações iniciais, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 73/2023, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 30/06/2024**, com possíveis novas prorrogações nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

WARR CONSTRUTORA LTDA
CNPJ nº 14.836.528/0001-00
Ayrton Roman

CPF nº 0.***.***-05****Contratada**

Maicon Rodrigo Bianchi

CPF nº 0**.***.***-05

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Valdecir Kunz

CPF nº 0**.***.***-04

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Leandro Luiz Mocellin

CPF nº 9**.***.***-00

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original nº: 73/2023

II – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo de vigência

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: WARR CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF n. 14.836.528/0001-00

Finalidade: Prorrogação de vigência do contrato, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 30/06/2024**.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 69/2023 - T.P nº 4/2023.

Vigência: Até 30/06/2024.

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

I – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO/FMS N° 12/2023**Código registro TCE: D6FDDF85685E91A4DD2D51CCD9E9F089E79626C7****Contrato Original/FMS nº: 12/2023****I – Termo Aditivo – Alteração de Quantitativo e Acréscimo de Valor****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: ENEIAS CADORI LTDA**

CNPJ/MF n. 26.383.691/0001-43

Finalidade: Contratação de empresa de engenharia para obra de construção de vestiários para a Unidade Básica de Saúde, com área total de 53,30m², no Município de Bom Jesus/SC.**Vinculação:** Proc. Administrativo/FMS nº 10/2023 – T.P/FMS nº 1/2023**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

1. Considerando pedido de aditivo para a execução de melhorias na obra, como ampliação de calçada, da área de alvenaria do oitão e inclusão de espelho de madeira da aba da cobertura, conforme planilha e parecer técnico em anexo.
 2. Considerando parecer técnico do Engenheiro Civil, fiscal da obra, o qual foi favorável à celebração de termo aditivo.
 3. Logo, necessária a alteração contratual para o andamento e conclusão da obra no prazo previsto.

Termo Aditivo ao Contrato/FMS nº 12/2023, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**, com sede na Rua Rogério Pessoa da Silva, nº 436, sala, centro, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 11.391.482/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor Rafael Calza, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ENEIAS CADORI LTDA**, pessoa jurídica, com sede a Avenida Darci Sarmanho Vargas, nº 151, Apto 101, na cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 26.383.691/0001-43, neste ato representada pelo Sr. Eneias Cadori, portador da Cédula de Identidade n.º 4****9, denominado para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais N°

8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVO

Considerando a alteração quantitativa de determinados materiais e serviços previstos na Planilha Orçamentária, bem como acréscimo de item, as partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Contrato Administrativo, mediante considerações iniciais, celebram aditivo para o acréscimo de quantitativos inicialmente contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DE VALOR

Com a alteração quantitativa e acréscimo de itens constante na Cláusula Primeira deste Aditivo, as partes resolvem alterar o valor do contrato, de **R\$ 92.009,13 (noventa e dois mil nove reais e treze centavos)** para **R\$ 101.687,42 (cento e um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos)**, resultando em acréscimo de **R\$ 9.678,29 (nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 01 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

Contratante

ENEIAS CADORI LTDA

CNPJ nº 26.383.691/0001-43

Eneias Cadori

CPF nº 0.***.***-06**

Contratada

Valdemir de Mello

CPF nº 0**.***.***-67

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Mariza Angonese

CPF nº 0**.***.***-50

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:Alicia Cousseau
CPF nº 0**.***.***-01Jucelia Vites dos Santos Machado da Silva
CPF nº 9**.***.***-72

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original/FMS nº: 12/2023

I – Termo Aditivo – Alteração de Quantitativo e Acréscimo de Valor

Contratado: ENEIAS CADORI LTDA

CNPJ/MF n. 26.383.691/0001-43

Finalidade: Acréscimo de quantitativo e valor.

Valor do aditivo: R\$ 9.678,29 (nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos)

Valor após aditivo: R\$ 101.687,42 (cento e um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos)

Vinculação: Proc. Administrativo/FMS nº 10/2023 – T.P/FMS nº 1/2023

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 01 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

I – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO/FMS Nº 16/2023

Código registro TCE: 20AD67110A1362FBB16944782341F2B5050A3140

Contrato Original/FMS nº: 16/2023

I – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo de vigência

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA

CNPJ/CPF 09.687.900/0002-04

Finalidade: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação, na forma de cartão eletrônico com chip ou tarja magnética, para uso dos servidores do executivo municipal de Bom Jesus, SC, em conformidade com a Lei Municipal 755/2020 e alterações.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 87/2023 - P.P nº 19/2023

Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2023, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 09.687.900/0002-04, sediada na Rua Blumenau, Bairro America, nº 178, no município de Joinville/SC, representado pelo Senhor **Deny Guazi Resende**, portador do CPF nº 1**.***.***-15, RG nº 6****3, domiciliado na Rua Ipê-Roxo, nº 46, Bairro Lagoa da Conceição, no município de Florianópolis/SC, de ora em diante denominado

simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais N° 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, mediante considerações iniciais, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato/FMS de nº 16/2023, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 07 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

PERSONAL NET TECNOLOGIA
DE INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ nº 09.687.900/0002-04
Deny Guazi Resende
CPF nº 1**.***.***-15
Contratada

Marcelo Colombo

CPF nº 0**.***.***-55

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0**.***.***-10

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Alicia Cousseau

CPF nº 0**.***.***-01

Jaqueline de Oliveira

CPF nº 1**.***.***-88

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original/FMS nº: 16/2023

I – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo de vigência

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA

CNPJ/CPF 09.687.900/0002-04

Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência contratual.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 87/2023 - P.P nº 19/2023

Vigência: Até 31/12/2024.

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 07 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

IV – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO/FMS N° 1/2020

Código registro TCE: 9A6ACAE1FC20C6FD29B1880D3A555D448A869830

Contrato Original/FMS n°: 1/2020

IV – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

CNPJ/MF n° 02.792.912/0001-79

Finalidade: Contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento de software integrado para gestão pública na área da saúde, incluindo conversão de dados, implantação, treinamento e configuração de backup diário com armazenamento no sistema “nuvem” do banco de dados físicos da secretaria municipal de saúde, conforme especificações descritas no termo de referência.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS n° 1/2020 - P.P/FMS n° 1/2020

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Rogério Pessoa da Silva, n° 436, centro, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 11.391.482/0001-74, neste ato representado pela sua Gestora, Senhora **Odete Correa de Oliveira Paliano**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA**, CNPJ n° 02.792.912/0001-79, sediada na Rua Prefeito Zeno Germano Etges, Bairro Progresso, n° 154, no município São Lourenço do Oeste - SC, representado pelo Senhor **Francisco Antonio Abatti**, portador do CPF n° 6**.***.***-72, RG n° 2.***.***6, domiciliado Rua Zeno Germano Etges, n° 154, Bairro Progresso, no município de São

Lourenço do Oeste - SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 1/2020/FMS, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 1.800,30 (um mil oitocentos reais e trinta centavos)**, para **R\$ 1.884,55 (um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 22.614,60 (vinte e dois mil seiscentos e quatorze reais e sessenta centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

**ODETE CORREA DE OLIVEIRA PALIANO
LTDA**

Gestora

Contratante

CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS

CNPJ nº 02.792.912/0001-79

Francisco Antonio Abatti

CPF nº 6.***.***-72**

Contratada

**Mariza Angonese
CPF nº 008.580.919-50
Responsável Pela Fiscalização
Titular**

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original/FMS nº: 1/2020

IV – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

CNPJ/MF nº 02.792.912/0001-79

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 1/2020 - P.P/FMS nº 1/2020

Valor Mensal: R\$ 1.884,55 (um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

Valor Total: R\$ 22.614,60 (vinte e dois mil seiscentos e quatorze reais e sessenta centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

ODETE CORREA DE OLIVEIRA PALIANO
Gestora

III - TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO/FMS N° 1/2021

Código registro TCE: ADFB742522ACAF4F0D058ABA520A3125577239D0

Contrato Original/FMS nº: 1/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo, reajuste e acréscimo quantitativo

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: DOCTOR INTEGRADA CLINICA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA

CNPJ/MF nº 29.858.233/0001-01

Finalidade: Contratação de prestação de serviços médicos na área de Clínico Geral com a disponibilização de profissional habilitado na área respectiva, com carga horária de 40 horas semanais para atendimento junto ao Posto de Saúde Municipal, bem como atendimento e acompanhamento do Programa PSF/Municipal, com Coordenação Técnica e Regulador SISREG (1) e Emissão de Declaração Óbito (2).

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 12/2020 - P.P/FMS nº 3/2020.

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **DOCTOR INTEGRADA CLINICA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA**, CNPJ nº 29.858.233/0001-01, sediada na Rua

Pagnoncelli, nº 99, Sala 2, Edifício Verde Vale, Centro, Ipuacu-SC, representado pela Senhora **Rosario Vasquez Rodas**, portador do CPF nº 7**.***.***-48, RG nº G2****70, domiciliada na Rua José Bonifácio, nº 205, APT 201, Bloco B, Centro no município de Xanxerê - SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato/FMS de nº 1/2021, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusulas Contratuais, resolvem acrescentar a quantidade de horas de prestação dos serviços em 20% (vinte por cento), passando de 40 horas semanais para 48 horas semanais.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo e acréscimo quantitativo previsto na cláusula terceira, altera-se o valor mensal de **R\$ 24.407,30 (vinte e quatro mil quatrocentos e sete reais e trinta centavos)** para **R\$ 30.659,47 (trinta mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 367.913,64 (trezentos e sessenta e sete mil novecentos e treze reais e sessenta e quatro centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

Contratante

DOCTOR INTEGRADA CLINICA MEDICA E

ODONTOLOGICA LTDA

CNPJ nº 29.858.233/0001-01

Rosario Vasquez Rodas

CPF nº 7.***.***-48**

Contratada

Mariza Angonese

CPF nº 0.***.***-50**

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Soneide Maria Karling

CPF nº 0.***.***-61**

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira

CPF nº 015.656.939-65

Eduardo João Trevisan

CPF nº 041.920.619-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original/FMS nº: 1/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo, reajuste e acréscimo quantitativo

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: DOCTOR INTEGRADA CLINICA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA

CNPJ/MF nº 29.858.233/0001-01

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE. Acréscimo de quantitativo e valor em 20%.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 12/2020 - P.P/FMS nº 3/2020

Valor Mensal: R\$ 30.659,47 (trinta mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos)

Valor Total: R\$ 367.913,64 (trezentos e sessenta e sete mil novecentos e treze reais e sessenta e quatro centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

II – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO/FMS N° 12/2023

Código registro TCE: 60DB5C6170BEA02D4E446A8AC2CBE99F66DC2AE9

Contrato Original/FMS nº: 12/2023

II – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ENEIAS CADORI LTDA

CNPJ/MF n. 26.383.691/0001-43

Finalidade: Contratação de empresa de engenharia para obra de construção de vestiários para a Unidade Básica de Saúde, com área total de 53,30m², no Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Administrativo/FMS nº 10/2023 – T.P/FMS nº 1/2023

Termo Aditivo ao Contrato/FMS nº 12/2023, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**, com sede na Rua Rogério Pessoa da Silva, nº 436, sala, centro, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 11.391.482/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor Rafael Calza, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ENEIAS CADORI LTDA**, pessoa jurídica, com sede a Avenida Darci Sarmanho Vargas, nº 151, Apto 101, na cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 26.383.691/0001-43, neste ato representada pelo Sr. Eneias Cadori, portador da Cédula de Identidade n.º 4****9, denominado para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Leis Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si as alterações contratuais adiante especificadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, mediante considerações iniciais, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato/FMS de nº 12/2023, passando o mesmo a vigorar até **30/06/2024**, com possíveis novas prorrogações nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO ADITIVO

A vigência do presente aditivo terá início a partir desta data.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

A vigência do presente aditivo terá início a partir da data de sua assinatura.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

Contratante

ENEIAS CADORI LTDA

CNPJ nº 26.383.691/0001-43

Eneias Cadori

CPF nº 0.***.***-06**

Contratada

Mariza Angonese

CPF nº 0.***.***-50**

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Testemunhas:

Rosane Siqueira

CPF nº 0**.***.***-65

Alicia Cousseau

CPF nº 0**.***.***-01

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original/FMS nº: 12/2023

II – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ENEIAS CADORI LTDA

CNPJ/MF n. 26.383.691/0001-43

Finalidade: Contratação de empresa de engenharia para obra de construção de vestiários para a Unidade Básica de Saúde, com área total de 53,30m², no Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Administrativo/FMS nº 10/2023 – T.P/FMS nº 1/2023

Vigência: Até 30/06/2024.

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

III – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO/FMS Nº 6/2021

Código registro TCE: 88D1C0FF97EF27FF1D557397D15841AFEFFC7461

Contrato Original/FMS nº: 6/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: LABORATIVA – TREINAMENTO E TESTES LTDA

CNPJ/MF nº 10.757.971/0001-34

Finalidade: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos disponibilizando equipe para atendimento de programas e ações da Secretaria Municipal de Saúde do município de Bom Jesus, SC, de acordo com os quantitativos e descrição das atividades a serem desenvolvidas, constantes dos Anexos D e E, respectivamente, partes integrantes deste Edital.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 5/2021 - P.E/FMS nº 2/2021

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Rogério Pessoa da Silva, nº 436, centro, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 11.391.482/0001-74, neste ato representado pela sua Gestora, Senhora **Odete Correa de Oliveira Paliano**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **LABORATIVA – TREINAMENTO E TESTES LTDA**, CNPJ nº 10.757.971/0001-34, sediada na Rua Gregorio dos Santos, nº 600, Sala 01, Centro, no município de Abelardo Luz -

SC, representado pelo Senhor **Fabricio Pellizzer Teixeira**, portador do CPF nº 6**.***.***-49, RG nº 3*****8, domiciliado à Rua Gregorio dos Santos, nº 600, Apto 103, Centro, no município de Abelardo Luz - SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 6/2021, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 17.579,37 (dezesete mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos)** para **R\$ 18.402,08 (dezoito mil quatrocentos e dois reais e oito centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 220.825,32 (duzentos e vinte mil oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e dois)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

ODETE CORREA DE OLIVEIRA PALIANO

Gestora

Contratante

LABORATIVA – TREINAMENTO E TESTES LTDA

CNPJ nº 33.654.072/0001-01

Fabricio Pellizzer Teixeira

CPF nº 6.***.***-49**

Contratada

Mariza Angonese

CPF nº 0.***.***-50**

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Elizanda Foppa Peccini

CPF nº 893.273.909-97

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira

CPF nº 0.***.***-65**

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0.***.***-10**

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original/FMS nº: 6/2021

III – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: LABORATIVA – TREINAMENTO E TESTES LTDA

CNPJ/MF nº 10.757.971/0001-34

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 5/2021 - P.E/FMS nº 2/2021

Valor Mensal: R\$ 18.402,08 (dezoito mil quatrocentos e dois reais e oito centavos)

Valor Total: R\$ 220.824,96 (duzentos e vinte mil oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

ODETE CORREA DE OLIVEIRA PALIANO

Gestora

II - TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO/FMS Nº 9/2022

Código registro TCE: 5F10EA30FE853EB041AF88290B1F0FBEA2467E9B

Contrato Original/FMS nº: 9/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ORIGINATO – CLINICA MEDICA LTDA

CNPJ/MF nº 19.684.603/0001-88

Finalidade: Contratação de prestação de serviços médicos na área de Pediatria com a disponibilização de profissional habilitado na respectiva área, com carga horária de 4 horas semanais para atendimento junto à Unidade de Saúde do Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 8/2022 - P.P/FMS nº 3/2022.

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Rogério Pessoa da Silva, nº 436, centro, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 11.391.482/0001-74, neste ato representado pela sua Gestora, Senhora **Odete Correa de Oliveira Paliano**, brasileira, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **ORIGINATO – CLINICA MEDICA LTDA**, CNPJ nº 19.684.603/0001-88, sediada na Rua Coronel Santos Marinho, nº 190, Centro, no Município de Xanxerê/SC, representado pelo **Senhor Cássio Daniel Kirchner da Cruz**, portador do CPF nº 0**.***.***-97, RG nº 7****79, domiciliado Rua Independência, nº 1010, Condomínio

Topázio, Avenida La Salle, no Município de Xanxerê/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato/FMS de nº 9/2022, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 31/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 5.150,00 (cinco mil cento e cinquenta reais)**, para **R\$ 5.391,02 (cinco mil trezentos e noventa e um reais e dois centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 64.692,24 (sessenta e quatro mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

ODETE CORREA DE OLIVEIRA PALIANO**Gestora****Contratante****ORIGINATO – CLINICA MEDICA LTDA****CNPJ/MF nº 19.684.603/0001-88****Cássio Daniel Kirchner da Cruz****CPF nº 0**.***.***-97****Contratada**

Mariza Angonese

CPF nº 0**.***.***-50

Responsável Pela Fiscalização
Titular

Soneide Maria Karling

CPF nº 0**.***.***-61

Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira

CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original/FMS nº: 9/2022

II – Termo Aditivo – Prorrogação de prazo e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ORIGINATO – CLINICA MEDICA LTDA

CNPJ/MF nº 19.684.603/0001-88

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 8/2022 - P.P/FMS nº 3/2022.

Valor Mensal: R\$ 5.391,02 (cinco mil trezentos e noventa e um reais e dois centavos)

Valor Total: R\$ 64.692,24 (sessenta e quatro mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 26 de dezembro de 2023.

ODETE CORREA DE OLIVEIRA PALIANO

Gestora

VII – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO/FMS N° 23/2019

Código registro TCE: A8E678A45CD16D8DB184A376C876AE5CD153A58D

Contrato Original/FMS nº: 23/2019

VII – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: BRANDALIZE ODONTOLOGIA EIRELI

CNPJ/MF nº 33.654.072/0001-01

Finalidade: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços odontológicos, a fim de atender a população de Bom Jesus, com carga horária de 40 horas semanais.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 13/2019 - P.P/FMS nº 6/2019

Pelo presente Termo Aditivo e na melhor forma de direito, de um lado **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS/SC**, com sede na Rua Rogério Pessoa da Silva, nº 436, centro, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 11.391.482/0001-74, neste ato representado pela sua Gestora, Senhora **Odete Correa de Oliveira Paliano**, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **BRANDALIZE ODONTOLOGIA EIRELI**, CNPJ nº 33.654.072/0001-01, sediada na Rua Manoel Narciso, nº 37, Bairro Centro, no município de Bom Jesus - SC, representada pela Senhora **Patrícia Thaina Brandalize**, Portadora do CPF nº 094.715.069-21, RG nº 6.046.330, domiciliada

a Rua Manoel Narciso, nº 37, Centro, Bom Jesus – SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, estabelecem as alterações contratuais que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

As partes, de comum acordo, e na conformidade da Lei 8.666/93, Edital de Licitação e Cláusula Segunda do Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato de nº 23/2019, passando o mesmo a vigorar para o período **31/12/2023 a 06/12/2024**, com possíveis novas prorrogações sucessivas nos limites da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Na conformidade da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do Contrato Original, concede-se o reajuste contratual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento) sobre o valor atual do contrato, com base no IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Com a concessão do reajuste previsto na cláusula segunda deste aditivo, altera-se o valor mensal de **R\$ 9.266,25 (nove mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, para **R\$ 9.699,91 (nove mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos)**, totalizando o montante de **R\$ 116.398,92 (cento e dezesseis mil trezentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos)**, para o exercício de 2024.

CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual forma e teor na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram ciência.

Bom Jesus/SC, 27 de dezembro de 2023.

ODETE CORREA DE OLIVEIRA PALIANO

Gestora

Contratante

BRANDALIZE ODONTOLOGIA EIRELI

CNPJ nº 33.654.072/0001-01

Patrícia Thainá Brandalize

CPF nº 0.***.***-21**

Contratada

Mariza Angonese

CPF nº 0.***.***-50**

Responsável Pela Fiscalização

Titular

Alcione Grolli Menegotto

CPF nº 0.***.***-00**

Responsável Pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira

CPF nº 0.***.***-65**

Eduardo João Trevisan

CPF nº 0.***.***-10**

Cinthia Schneider Pellegrini

Assessor Jurídico

OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato Original/FMS nº: 23/2019

VII – Termo Aditivo – Prorrogação do prazo de vigência e reajuste

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: BRANDALIZE ODONTOLOGIA EIRELI

CNPJ/MF nº 33.654.072/0001-01

Finalidade: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para o período de 31 de dezembro de 2023 até 06 de dezembro de 2024. Concede-se reajuste de 4,68% com base no IPCA/IBGE.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 13/2019 - P.P/FMS nº 6/2019

Valor Mensal: R\$ 9.699,91 (nove mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos)

Valor Total: R\$ 116.398,92 (cento e dezesseis mil trezentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC.

Bom Jesus/SC, 27 de dezembro de 2023.

ODETE CORREA DE OLIVEIRA PALIANO

Gestora

Ata nº 93/2023**PROCESSO n. 105/2023****PREGÃO n.º 21/2023**

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa para prestação de 1.500h de serviços de Motoniveladora com lâmina e escarificador, peso mínimo de 15ton, com fornecimento de operador e combustível.

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de 2023, autorizado pelo Processo nº 105/2023, Pregão Presencial nº 21/2023, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: **ITA RENTAL LTDA**, CNPJ/MF nº 03.602.601/0001-62, com sede na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 444 E, sala 02, Parque das Palmeiras, no Município de Chapecó/SC, representado pelo Sr. **Idinei Dalle Laste**, portador do CPF nº 0**.***.***-36, domiciliado na Rua Guapore, nº 118 E, Apto. 1601, Ed. Felicittá, centro, Chapecó/SC, à saber:

1. Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	1.500h	Horas	Locação de uma Motoniveladora com peso operacional mínimo de 15 toneladas, com lâmina e escarificador, com fornecimento de operador devidamente certificado e fornecimento de combustível. O maquinário deve possuir horímetro e ano de fabricação máximo de 05 anos, ou seja, o ano deve ser 2018 acima.	R\$ 455,00	R\$ 682.500,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante

comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no **Edital de Pregão nº 21/2023**.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a prestação dos serviços, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, bem como documentação complementar exigida, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 e 2024.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 21/2023 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 21/2023.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 21/2023, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. **Dirço Rogoski**, da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.***.**0 e CPF sob o nº 0**.***.***-21.

Bom Jesus - SC, 28 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

ITA RENTAL LTDA
CNPJ nº 03.602.601/0001-62
Idinei Dalle Laste
CPF nº 0.***.***-36**
Contratada

Testemunhas:

Leandro Luiz Mocellin
CPF nº 9**.***.***-00

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Dirço Rogoski
CPF nº 4**.***.***.15
Fiscal da Ata

Ata nº 92/2023
PROCESSO n. 98/2023
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 11/2023

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de 2023, autorizado pelo Processo nº 98/2023, Pregão Eletrônico nº 11/2023, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o **ÓRGÃO PARTICIPANTE** e o **DETENTOR DA ATA**:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: **GRAFATO ASSESSORIA E MANUTENCAO LTDA**, CNPJ/MF nº 14.915.055/0001-36, sediada na Rua Projetada, S/N, Linha Vargem Bonita, Xanxerê-SC, CEP 89.820-000, representado pela **Sra. Simone Marció**, inscrito no CPF sob o nº 0**.***.***-02, e RG nº 4.***.**0, residente e domiciliada à Rua Projetada, S/N, Vargem Bonita, Interior, Xanxerê, SC, CEP 89.820-000, à saber:

1.1. Descrição dos Itens:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1.000	horas	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de TI para as Secretarias e Fundos, contemplando: virtualização, segurança da informação, infraestrutura de TI, gestão do backup do ambiente virtual, ambiente de rede VLAN, LAN e WLAN, servidores virtualizados, sistemas operacionais de servidores Windows e Linux, NAS, Active Directory, WSUS, DNS, DHCP, File Server, firewall, proxy, gerenciamento do antivírus corporativo bem como o serviço de suporte técnico relativo à microinformática, suporte aos usuários, manutenção preventiva e corretiva (sem cobertura de peças), pacote Office, Windows, e-mail e de CFTV, incluindo o deslocamento do técnico até o local de prestação dos serviços.	155,00	155.000,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico n° 11/2023.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 e 2024.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal n°. 8.666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 21 do Edital de Pregão Eletrônico N° 11/2023 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal n° 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico n° 11/2023.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico n° 11/2023, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o **Sr. Vanderlei Adílio dos Santos, da Secretaria de Administração**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.***.**0 e CPF sob o nº 0**.***.***-21.

Bom Jesus - SC, 20 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Órgão Participante

GRAFATO ASSESSORIA E MANUTENCAO LTDA
CNPJ nº 14.915.055/0001-36
Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 015.656.939-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 041.920.619-10

Vanderlei Adílio dos Santos
CPF nº 020.913.379-19
Fiscal da Ata

TERMO DE CANCELAMENTO/RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2/2023/FMS

Ata de Registro de Preços nº: 2/2023/FMS

Município: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Detentor da Ata: MARK LABORATORIO DE PROTESES DENTARIAS LTDA

Finalidade: Rescisão Contratual Amigável

Objeto: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de confecção de próteses dentárias para distribuição gratuita pela Secretaria de Saúde do Município de Bom Jesus – SC.

Vinculação: **Proc. Adm. Licitatório/FMS nº 9/2023 – P.E./FMS nº 2/2023**

Considerando o requerimento administrativo formulado pela empresa **MARK LABORATORIO DE PROTESES DENTARIAS LTDA** para rescisão contratual com fundamento no item 1.9 da Ata de Registro de Preços, recebido em 16/11/2023;

Considerando que a rescisão não irá gerar custos ao município e muito menos ao **Cessionário**;

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.551.148/0001-87, situado na Rua Pedro Bortoluzzi, 435 Centro, Bom Jesus, SC, doravante denominada simplesmente de **CONCEDENTE**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **RAFAEL CALZA**, portador da Cédula de Identidade nº 4.165.040 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 052.915.469-21, e, de outro, a empresa **VINCESKI ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E ACABAMENTOS LTDA**, com sede na Rua Carlos Gomes, nº 2.420-E, Bairro Jardim América, Chapecó-SC, CEP:89.803-438, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 18.620.895/0001-22, neste ato representada pelo(a) seu(ua) Sócia, Sr(a). **DIANA RODIGHERI**, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 4.692.819 e inscrito(a) no CPF-MF sob o nº 009.949.649-60, doravante denominada simplesmente **CESSIONÁRIA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas,

pactuam o presente Termo de Rescisão Contratual, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

1. Fica rescindido de pleno direito a contar da data da assinatura contratual, com fundamento no item 7.1.2 do Contrato 047/2020, oriundo da da licitação Concorrência Pública nº 2/2020, Processo Administrativo 43/2020, o contrato anteriormente celebrado entre as partes Concedente e Cessionário de n. 47/2020, pelo qual o Concedente vendeu ao Concessionário o ITEM 01 – Lote 16, da Quadra 72, com área de 862,52m², localizado no lado de numeração par da Rua Virgílio Sabino da Silva, esquina com o lado ímpar da Rua A, no Loteamento Ciro Antônio Seganfredo, nesta cidade de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, conforme Memorial Descritivo e mapas em anexo ao presente Edital, avaliado em R\$ 20.700,48 (vinte mil, setecentos reais e quarenta e oito centavos).

2. As partes celebram a presente rescisão de caráter amigável, sem direito a indenização por quaisquer das partes, voltando a situação do imóvel ao “statu quo ante”.

3. Em razão da não ocorrência da outorga de escritura pública do imóvel pelo Poder Público ao Cessionário, não será necessário proceder com a reversão do imóvel, vez que, nunca saiu de titularidade do município.

4.. Para dirimir divergências sobre o presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em detrimento a qualquer outro por mais privilegiada que seja.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas que a tudo assistiram.

Bom Jesus/SC, 01 de dezembro de 2022.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

Município de Bom Jesus

VINCESKI ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO

E ALUMÍNIO E ACABAMENTOS LTDA

CNPJ nº 18.620.895/0001-22

Diana Rodigheri

CPF nº 009.949.649-60

Cessionária

Michele Nestor S. de Mello

CPF nº 007.748.319-79

Responsável pela Fiscalização

Titular

Enio Narciso

CPF: 827.474.409-82

Responsável pela Fiscalização

Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira

CPF nº 015.656.939-65

Eduardo João Trevisan

CPF nº 041.920.619-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92/2023**Código registro TCE: 9E81259B202A751C7AF7F673F044ECFD589E3C93****Contrato nº: 92/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: GEORGEO ALMEIDA****CNPJ nº 08.195.807/0001-39**

Finalidade: Contratação de empresa especializada para realização do processo seletivo de provimento temporário de vagas dos cargos de **Auxiliar de Serviços Gerais Masculino; Auxiliar de Serviços Gerais Feminino; Operador de Máquinas I (com prova prática); Operador de Máquinas III (com prova prática); Professor Educação Física; Professor de Artes**, do município de Bom Jesus/SC, compreendendo: edital, inscrição de candidatos, homologação de inscrições, elaboração e aplicação das provas, gabarito, correção das provas, análise de títulos e tempo de serviço, entrega do resultado final com a respectiva ordem de classificação e homologação final e demais atividades que compreendam a realização dos serviços, fornecendo toda a mão de obra e materiais necessários a ser realizado no município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 115/2023 – D.L nº 58/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **GEORGEO ALMEIDA**, CNPJ nº 08.195.807/0001-39, sediada na Rua Duque de Caxias, nº 844, Centro, no município de Joaçaba - SC, representado pelo Senhor **Georgio Almeida**, portador do CPF nº 015.447.209-39, RG nº 3.538.055 SSP/SC, domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 844, Ed. D. Olga, 1º andar, Centro, Joaçaba-SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93 consolidada, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a aquisição e prestação de serviços, descritos e caracterizados no Processo Licitatório nº **115/2023**, na modalidade de Dispensa Licitação nº **58/2023**, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização do processo seletivo de provimento temporário de vagas dos cargos de **Auxiliar de Serviços Gerais Masculino; Auxiliar de Serviços Gerais Feminino; Operador de Máquinas I (com**

prova prática); Operador de Máquinas III (com prova prática); Professor Educação Física; Professor de Artes, do município de Bom Jesus/SC, compreendendo: edital, inscrição de candidatos, homologação de inscrições, elaboração e aplicação das provas, gabarito, correção das provas, análise de títulos e tempo de serviço, entrega do resultado final com a respectiva ordem de classificação e homologação final e demais atividades que compreendam a realização dos serviços, fornecendo toda a mão de obra e materiais necessários a ser realizado no município de Bom Jesus/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente contrato é por prazo determinado, **com vigência a partir do dia da assinatura do contrato até 29 de fevereiro de 2024**, independente de qualquer aviso ou notificação, podendo ser prorrogado, a critério das partes, e nos limites da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)**.

Parágrafo primeiro. Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não caberá qualquer espécie de reajuste durante sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O pagamento do contrato será realizado após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e dos documentos fiscais e comprobatórios da prestação dos serviços, através de depósito bancário ou transferência online em agência do Banco do Brasil, caso possua a contratada, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Após o recebimento da ordem de serviço/autorização de Fornecimento a empresa deverá apresentar à Secretaria de Administração **Cronograma** com data máxima de encerramento dos trabalhos, com emissão e entrega de lista final dos aprovados, em ordem de classificação para homologação final, sendo que o prazo máximo para entrega e homologação do Resultado Final com a respectiva Ordem de Classificação, 05 de fevereiro de 2024.
- II. Elaborar o Edital do Teste Seletivo, obtendo informações para tanto junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, quanto às vagas/cargos, turnos, valores das inscrições e outras informações necessárias para a elaboração do mesmo;
- III. Realizar as Inscrições e homologação das mesmas, sendo que as inscrições somente deverão ser realizadas via internet em site próprio da empresa;
- IV. Repassar as informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e/ou telefone, em todas as fases do processo de seleção;
- V. Emitir o boleto bancário da inscrição de forma online, com o crédito dos valores na conta da contratada para posterior transferência a conta de titularidade da contratante correspondente a:

756 Sicoob - Município de Bom Jesus/SC
Agência 3075

CC. 8.560-0

- VI. Efetuar convênio com Instituição Financeira para crédito dos valores correspondentes a taxa de inscrição;
- VII. Elaborar, aplicar e corrigir as provas e gabarito. Sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada, a composição das provas, conteúdos, etc.;
- VIII. Pelos materiais e impressos necessários à aplicação das provas serão previamente organizados, incluindo crachá para toda a equipe de trabalho, lista de chamada, formulários de correção de dados cadastrais e de documento de identificação inadequado, estojo com material de escritório para cada sala, entre outros;
- IX. Prova de títulos deverá ser realizada em sistema (digitalizado), sem atribuir custo ao candidato e sem qualquer intervenção do Município;
- X. Entregar e homologar o Resultado Final com a respectiva Ordem de Classificação, até a data de 05 de fevereiro de 2024;
- XI. A contratada deverá fornecer todos os atos oficiais (editais, lista de inscritos, lista de convocação, lista de classificação, etc), de acordo com as especificações contidas no padrão de Layout para importação do sistema Betha RH;
- XII. Fornecer todo o pessoal e material necessário a realização das inscrições e correção das provas e análise dos títulos e tempo de serviço;
- XIII. Serão de inteira responsabilidade da Contratada, as despesas diretas ou indiretas tais como: transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados ou contratados no desempenho dos serviços prestados do objeto deste Contrato, ficando ainda a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- XIV. Por elaborar e imprimir os materiais para sinalizar o local de provas, além de realizar o ensalamento dos candidatos por ordem alfabética;
- XV. Oferecer treinamento aos fiscais de sala, os quais serão servidores públicos indicados pela Contratante para o dia da prova;
- XVI. Ressalta-se que o pagamento de todos os recursos humanos envolvidos, com exceção dos fiscais, ficará sob responsabilidade exclusiva da empresa contratada;
- XVII. As provas deverão conter 25 questões inéditas, com base no grau de escolaridade exigido;
- XVIII. O tempo para a realização da prova será de no máximo 02 (duas) horas;
- XIX. As provas serão elaboradas, avaliadas e revisadas por bancas examinadoras compostas exclusivamente por profissionais especializados no conteúdo específico da matéria, criteriosamente selecionados por sua experiência, competência e idoneidade;
- XX. Elaborar pareceres referentes a possíveis recursos ou reclamações dos candidatos;
- XXI. Deverá garantir a mais efetiva segurança deste Teste Seletivo, adotando normas e procedimentos técnico-operacionais que permitam garantir lisura do certame, especificamente relativos ao sigilo e confiabilidade dos recursos humanos utilizados, bem como nas estratégias de ação e instrumento adotados;
- XXII. Elaborar os relatórios contendo os nomes e números de inscrição dos candidatos (homologação das inscrições), das listas de presença na data da prova, de relatórios contendo notas individuais em cada disciplina por cargo, de relatórios contendo número de acertos feitos pelo candidato em cada disciplina;

- XXIII. Será responsabilidade da empresa o sigilo, a segurança e a guarda das provas, antes e depois da sua aplicação;
- XXIV. A empresa será responsável pela elaboração do Edital até a publicação do resultado final, e também das provas, gabaritos, impressão, conferência, reprodução, contagem, acondicionamento e lacração dos cadernos de questões, em quantidade suficiente para atender ao número de candidatos inscritos no certame;
- XXV. Os cartões resposta deverão permitir a correção por leitura óptica, com via de rascunho para o candidato;
- XXVI. Fornecer o arquivo final que seja compatível com a integração no Sistema Betha RH (utilizado pelo Departamento de Recursos Humanos), excluindo a redigitação;
- XXVII. A empresa deverá disponibilizar o gabarito em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prova;
- XXVIII. Pela observação nos prazos estabelecidos neste edital, para entrega e validade da proposta;
- XXIX. Pela fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da exercida pela Contratante;
- XXX. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na realização dos serviços contratados;
- XXXI. Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2024, devidamente especificada nos autos do procedimento licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Apresentar Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento;
- b) Fornecer toda a legislação necessária à realização do Teste Seletivo;
- c) Fornecer todos os dados necessários a elaboração do edital;
- d) Os valores das inscrições serão receitas do Município, ingressadas nos cofres públicos.
- e) Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- f) Disponibilizar local, maquinários e fiscais para a realização das provas;
- g) Fiscalizar desde o início até o recebimento definitivo dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I - Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.
- II - Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.
- III - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 115/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

- I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executado, não lhe sendo devido

qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) Quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na prestação do serviço contratado.
 - b) Quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
 - c) Quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
 - d) Quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - e) Quando houver a dissolução da empresa;
 - f) Quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
 - g) Quando houver razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - h) Quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
 - i) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Rosane Siqueira** e **Simone Dacheri**, que exercerão as atividades de fiscalização dos produtos/serviços, aplicação e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato

- III. Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 28 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

GEORGEO ALMEIDA
CNPJ nº 08.195.807/0001-39
Georgeo Almeida
CPF nº 0.***.***-39**
Contratada

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Simone Dacheri
CPF nº 0**.***.***-86
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Alicia Cousseau
CPF nº 0**.***.***-01

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini
OAB/SC 43.050
Procuradora

Minuta:

Contrato nº: 92/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: GEORGEO ALMEIDA

CNPJ nº 08.195.807/0001-39

Finalidade: Contratação de empresa especializada para realização do processo seletivo de provimento temporário de vagas dos cargos de **Auxiliar de Serviços Gerais Masculino; Auxiliar de Serviços Gerais Feminino; Operador de Máquinas I (com prova prática); Operador de Máquinas III (com prova prática); Professor Educação Física; Professor de Artes**, do município de Bom Jesus/SC, compreendendo: edital, inscrição de candidatos, homologação de inscrições, elaboração e aplicação das provas, gabarito, correção das provas, análise de títulos e tempo de serviço, entrega do resultado final com a respectiva ordem de classificação e homologação final e demais atividades que compreendam a realização dos serviços, fornecendo toda a mão de obra e materiais necessários a ser realizado no município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 115/2023 – D.L nº 58/2023

Valor Total: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 28 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 91/2023**Código registro TCE: 5D07E1E0423CCE23750D4D41CF0F2CEE64B7001****Contrato n°: 91/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA**

CNPJ/MF n. 32.241.030/0001-86

Finalidade: Aquisição de cestas básicas de alimentos para atender famílias de baixa renda em situação de risco e vulnerabilidade, buscando proporcionar maior qualidade de vida para as famílias atendidas.**Vinculação:** Proc. Administrativo n° 108/2023 – D.L. n° 57/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **DISTRIBUIDORA LIMA LTDA**, inscrito no **CNPJ n° 32.241.030/0001-86**, sediada na Rua Pará, n° 246 - fundos, centro, no Município de Xanxerê/SC, representada pela Sra. **Karen Cristina de Lima**, portadora do CPF n° 0**.***.***-56, RG n° 5*****9, domiciliada na Rua Pará, n° 246, APT. 101, Centro, no município de Xanxerê – SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais N° 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a locação, descritos e caracterizados no Processo Administrativo n° 108/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação n° 57/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de cestas básicas de alimentos para atender famílias de baixa renda em situação de risco e vulnerabilidade, buscando proporcionar maior qualidade de vida para as famílias atendidas, com as especificações constantes no Edital de Dispensa de Licitação e proposta vencedora, nos seguintes termos:

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Cesta básica de alimentos, contendo os seguintes itens: 1 und. farinha de trigo 5kg – Gardenia 2 und. feijão preto tipo 2 1kg – Caldo Carioca 1 und arroz parboilizado 5kg – Rozcato 1 und. açúcar cristal pacote 2kg – Colombo 1 und. leite em pó instantâneo 400gr – Piracanjuba 1 und. óleo de soja refinado 900ml – Vitalev 1 und. sal refinado 1kg – Zizo 2 und. macarrão espaguete 500gr – Luciana 2 und. farinha de milho 1kg – Beatriz 1 und. biscoito maria pacote 400gr – Luam 1 und. café solúvel 200gr – Ouro 1 und. mistura doce de frutas 400gr – Aurea	60	Und.	125,00	7.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente é por prazo determinado, com vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2023, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)**.

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabe qualquer espécie de reajuste, salvo o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Cumprir o objeto, nos moldes do edital.

II – Arcar com os encargos trabalhistas e tributários decorrentes da execução do contrato.

III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV – Entregar os itens solicitados no local indicado pela Secretaria requisitante, dentro das especificações da proposta vencedora, até o dia 22 de dezembro de 2023.

V – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

VI – Em caso de defeito ou má qualidade do produto, a CONTRATADA deverá arcar com os custos da substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I – Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.
- II – Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.
- III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.
- IV – Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I – Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.
- II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.
- III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Administrativo nº 108/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) quando houver a dissolução da empresa;

f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Jaqueline Cadini Fochesato e Eluziane Caline Wilcke Calza**, que exercerão as atividades de fiscalização do equipamento e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;

III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 19 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

**Prefeito Municipal
Contratante**

Jaqueline Cadini Fochesato
CPF nº 7**.***.***-00
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.05

DISTRIBUIDORA LIMA LTDA

**CNPJ/MF n. 32.241.030/0001-86
Karen Cristina de Lima
CPF nº 0**.***.***-56
Contratada**

Eluziane Caline Wilcke Calza
CPF nº 0**.***.***-79
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Minuta

Contrato nº: 91/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA

CNPJ/MF n. 32.241.030/0001-86

Finalidade: Aquisição de cestas básicas de alimentos para atender famílias de baixa renda em situação de risco e vulnerabilidade, buscando proporcionar maior qualidade de vida para as famílias atendidas.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 108/2023 – D.L. nº 57/2023

Valor Total: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 19 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90/2023

Código registro TCE: EFEF5DC36B817A3985151A93CA36191C9DA7D577

Contrato nº: 90/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ/MF n. 28.614.001/0001-45

Finalidade: Aquisição de materiais elétricos para execução de serviços de instalação de padrão trifásico no Centro Comunitário, de propriedade do Município de Bom Jesus, para aumento de capacidade de carga elétrica no local.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 107/2023 – D.L. nº 56/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrito no **CNPJ nº 28.614.001/0001-45**, sediada na Rua Rui Barbosa, nº 615, sala, centro, no Município de Xanxerê/SC, representada pelo Sr. **Alcemir Francisco Nadaleti**, portadora do CPF nº 3**.***.***-53, domiciliado na Rua Lirio Tronco, nº 122, Bairro Aparecida, no Município de Xanxerê/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a locação, descritos e caracterizados no Processo Administrativo nº 107/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 56/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de materiais elétricos para execução de serviços de instalação de padrão trifásico no Centro Comunitário, de propriedade do Município de Bom Jesus, para aumento de capacidade de carga elétrica no local, com as especificações constantes no Edital de Dispensa de Licitação e proposta vencedora, nos seguintes termos:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente é por prazo determinado, com vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2023, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$14.258,36 (quatorze mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos)**.

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabe qualquer espécie de reajuste, salvo o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Cumprir o objeto, nos moldes do edital.

II – Arcar com os encargos trabalhistas e tributários decorrentes da execução do contrato.

III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV – Entregar os materiais solicitados no local indicado pela Secretaria requisitante, dentro das especificações da proposta vencedora.

V – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

VI – Em caso de defeito ou má qualidade do produto, a CONTRATADA deverá arcar com os custos da substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.

II – Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.

III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.

IV – Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Administrativo nº 107/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato,

mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) quando houver a dissolução da empresa;
- f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Maicon Rodrigo Bianchi** e **Alicia Cousseau**, que exercerão as atividades de fiscalização do equipamento e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;

III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 15 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

**Prefeito Municipal
Contratante**

NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

**CNPJ/MF n. 28.614.001/0001-45
Alcemir Francisco Nadaleti
CPF nº 3**.***.***-53
Contratada**

Maicon Rodrigo Bianchi
CPF nº 0**.***.***-05
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Alicia Cousseau
CPF nº 0**.***.***-01
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Minuta**Contrato nº: 90/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

CNPJ/MF n. 28.614.001/0001-45

Finalidade: Aquisição de materiais elétricos para execução de serviços de instalação de padrão trifásico no Centro Comunitário, de propriedade do Município de Bom Jesus, para aumento de capacidade de carga elétrica no local.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 107/2023 – D.L. nº 56/2023

Valor Total: R\$14.258,36 (quatorze mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 18 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA**Prefeito Municipal**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 89/2023**Código registro TCE: E2EE5C4BFC930F01778ECA5FD059F086B23F9C2C****Contrato nº: 89/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: ELIS MORGANA GONÇALVES DOS SANTOS**

CNPJ/MF n. 26.311.657/0001-63

Finalidade: Contratação de empresa para organização da chegada do Papai Noel, fornecimento e instalação de brinquedos e robô para evento natalino do dia 09 de dezembro de 2023, no Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 104/2023 – D.L. nº 55/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **ELIS MORGANA GONÇALVES DOS SANTOS**, inscrito no **CNPJ nº 26.311.657/0001-63**, sediada na Rodovia SC 480, nº 1043, Centro, no Município de Bom Jesus/SC, representada pela Sra. **Elis Morgana Gonçalves dos Santos**, portadora do CPF nº 0**.***.***-90, RG nº 4.***.**9, domiciliada na Rodovia SC 480, nº 1043, Centro, no Município de Bom Jesus/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a locação, descritos e caracterizados no Processo Administrativo nº 104/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 55/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para organização da chegada do Papai Noel, fornecimento e instalação de brinquedos e robô para evento natalino do dia 09 de dezembro de 2023, no Município de Bom Jesus/SC, com as especificações constantes no Edital de Dispensa de Licitação e proposta vencedora, nos seguintes termos:

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Papai Noel, roupa de luxo, estrutura de cenário, poltrona do Papai Noel, Mamãe Noel, Mickey e Minnie Noel. Duração de 3 (três) horas	1	Ser	2.850,00	2.850,00
2	Brinquedo tobogã inflável de 3 metros de altura. Duração de 4 (quatro) horas.	1	Und.	670,00	670,00
3	Brinquedo tobogã inflável de 2,5 metros de altura. Duração de 4 (quatro) horas.	1	Und.	670,00	670,00
4	Quadra inflável gigante com monitores. Duração de 4 (quatro) horas.	1	Und.	920,00	920,00
5	Barraca de algodão doce, com atendente. Duração de 4 (quatro) horas.	1	Und.	1.330,00	1.330,00
6	Robô com luzes de led, efeito de fumaça para divertimento dos espectadores.	1	Und.	1.780,00	1.780,00

	Duração de 1h30min.				
--	---------------------	--	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente é por prazo determinado, com vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2023, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 8.220,00 (oito mil, duzentos e vinte reais)**.

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabe qualquer espécie de reajuste, salvo o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Cumprir o objeto, nos moldes da proposta.

II – Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato. III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV – Prestar os serviços no local e horário indicados pela Secretaria requisitante, dentro das especificações da proposta vencedora.

V – Serão recusados os serviços prestados em desacordo com a proposta vencedora e previsão contratual, sendo descontados no valor total contratual.

VI – Em caso de defeito ou má qualidade do produto, a CONTRATADA deverá arcar com os custos da substituição, que deverá ocorrer imediatamente, ou optar pelo desconto do item no valor total contratado.

VII – A Contratada deverá manter durante toda a prestação dos serviços, profissionais qualificados e suficientes para acompanharem os itens contratados, prezando pela segurança dos usuários.

VIII – Deverá, também, responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

IX – Providenciar, sob as suas expensas e responsabilidades, todo material necessário a prestação dos referidos serviços, este em perfeito estado de conservação e funcionamento.

X – Responsabilizar-se quanto a quaisquer danos causados ao equipamento utilizado para prestação dos serviços, arcando com todos os custos advindos ou decorrentes do mesmo.

XI – Quanto a toda e qualquer responsabilidade ou reparação civil e penal que porventura surgir em decorrência da prestação dos referidos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.

II – Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.

III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.

IV – Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Administrativo nº 104/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) quando houver a dissolução da empresa;
- f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Janete Filipini** e **Simone Piovezan**, que exercerão as atividades de fiscalização do equipamento e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;

III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 08 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA**Prefeito Municipal
Contratante****ELIS MORGANA GONÇALVES DOS SANTOS****CNPJ/MF n. 26.311.657/0001-63
Elis Morgana Gonçalves dos Santos
CPF nº 0**.***.***-90
Contratada****Janete Filipini
CPF nº 0**.***.***-09
Responsável Pela Fiscalização
Titular****Simone Piovezan
CPF nº 0**.***.***-01
Responsável Pela Fiscalização
Substituto**

Testemunhas:

**Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65****Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10****Cinthia Schneider Pellegrini****Procuradora****OAB/SC 43.050**

Minuta

Contrato nº: 89/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ELIS MORGANA GONÇALVES DOS SANTOS

CNPJ/MF n. 26.311.657/0001-63

Finalidade: Contratação de empresa para organização da chegada do Papai Noel, fornecimento e instalação de brinquedos e robô para evento natalino do dia 09 de dezembro de 2023, no Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 104/2023 – D.L. nº 55/2023

Valor Total: R\$ 8.220,00 (oito mil, duzentos e vinte reais)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 08 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 88/2023**Código registro TCE: B6C65460E935B635A3DAAB063CAC9A831E755CE2****Contrato n°: 88/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: AGN FRIOS LTDA**

CNPJ/MF n. 85.322.840/0001-23

Finalidade: Aquisição de ave natalina para distribuição aos servidores públicos do Município de Bom Jesus/SC, na forma de premiação natalina (brinde), nos termos da Lei Municipal RC n° 684/2017 e Lei Municipal RC n° 795/2021.**Vinculação:** Proc. Administrativo n° 103/2023 – D.L. n° 54/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **AGN FRIOS LTDA**, CNPJ n° 85.322.840/0001-23, sediada na Rua Antonio Pelizzaro, n° 200, Bairro São Cristóvão, Município de Capinzal/SC, representada pelo Senhor Ademar Casagrande, portador do CPF n° 5**.***.***-87, RG n° 1.***.**0 SSP/SC, domiciliado na Rua Dona Linda Santos, n° 201, apto 301, centro, Capinzal/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais N° 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a locação, descritos e caracterizados no Processo Administrativo n° 103/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação n° 54/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de ave natalina para distribuição aos servidores públicos do Município de Bom Jesus/SC, na forma de premiação natalina (brinde), nos termos da Lei Municipal RC nº 684/2017 e Lei Municipal RC nº 795/2021, com as seguintes especificações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Ave natalina temperada, com peso aproximado de 3,300kg.	210	Und.	40,50	8.505,00

O presente é por prazo determinado, com vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2023, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 8.505,00 (oito mil quinhentos e cinco reais)**.

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabe qualquer espécie de reajuste, salvo o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou

transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Cumprir o objeto, nos moldes do edital.

II – Arcar com os encargos trabalhistas e tributários decorrentes da execução do contrato.

III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV – Entregar as aves natalinas até o dia 22 de dezembro de 2023, no local indicado pela Secretaria requisitante, dentro das especificações da proposta vencedora.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.

II – Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.

III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.

IV – Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Administrativo nº 103/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) quando houver a dissolução da empresa;
- f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Amarildo Jung e Vanderlei Adilio dos Santos**, que exercerão as atividades de fiscalização do equipamento e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;

III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 06 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

AGN FRIOS LTDA
CNPJ/MF n. 85.322.840/0001-23
Ademar Casagrande
CPF nº 5**.***.***-87
Contratada

Amarildo Jung
CPF nº 8**.***.***-72
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Vanderlei Adilio dos Santos
CPF nº 0**.***.***-19
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Minuta**Contrato nº: 88/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: AGN FRIOS LTDA**

CNPJ/MF n. 85.322.840/0001-23

Finalidade: Aquisição de ave natalina para distribuição aos servidores públicos do Município de Bom Jesus/SC, na forma de premiação natalina (brinde), nos termos da Lei Municipal RC nº 684/2017 e Lei Municipal RC nº 795/2021.**Vinculação:** Proc. Administrativo nº 103/2023 – D.L. nº 54/2023**Valor Total: R\$ 8.505,00 (oito mil quinhentos e cinco reais).****Foro:** Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 06 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA**Prefeito Municipal**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 87/2023**Código registro TCE: 607134CFE37E4939A72198BCD9E08606CF6D4AD6****Contrato n°: 87/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: JUCAR ESPORTES LTDA**

CNPJ/MF n. 03.652.444/0001-08

Finalidade: Aquisição de kit de show pirotécnico para ser utilizado no evento a ser realizado no dia 09 de dezembro de 2023, em comemoração ao Natal no Município de Bom Jesus.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório n° 102/2023 - D.L n° 53/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Rafael Calza**, brasileiro, casado, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **JUCAR ESPORTES LTDA**, CNPJ n° 03.652.444/0001-08, sediada na Avenida Rio Grande do Sul, n° 221, Centro, Faxinal dos Guedes/SC, representada pelo Senhor Altair Rodrigues, portadora do CPF n° 5**.***.***-00, domiciliado na Avenida São João, n° 191, Centro, Faxinal dos Guedes/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços, descritos e caracterizados no Processo Licitatório n° 102/2023, Dispensa de Licitação n° 53/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de kit de show pirotécnico para ser utilizado no evento a ser realizado no dia 09 de dezembro de 2023, em comemoração ao Natal no Município de Bom Jesus.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente contrato é por prazo determinado, com vigência até 31/12/2023, independente de qualquer aviso ou notificação, podendo ser prorrogado, a critério das partes, e nos limites da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O presente contrato tem valor fixado em **R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais)**, a serem pagos após a prestação dos serviços, conforme tabela a seguir:

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	01	Und	01 Torta 25 tubos 1.5" Enigma – tubos reto efeito cor kamurro, chorão, azul, cracklin 01 Torta 25 tubos 1.5" Enigma – tubos reto efeito cor kamurro, chorão, azul, cracklin 01 Torta 102 tubos 1.8" sintonia - tubos reto e leque efeito cores com trasantes e explosão 01 Brilho show 1.8" sensação mix – tubos reto trasante com explosão coloridas 01 Torta extreme 103 tubos ¾" sunshine - tubos leque efeito trasante prata final verde. 01 Torta Eclipse 177 tubos sendo 156 ¾ + 24 1,5" efeito cascata 08 Bombas de 3" – efeitos: chorão, Kamurro, vermelha, azul, verde, crackling, azul com pontas, vermelho com crackling, lilás. Tempo de queima 4 a 5 minutos. Nesse valor já estão todas as despesas de montagem e execução dos fogos.	R\$ 10.125,00	R\$ 10.125,00

Parágrafo primeiro. Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não caberá qualquer espécie de reajuste durante sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o **exercício financeiro de 2023**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA será responsável por:

- a) Executar os serviços conforme proposta vencedora e atender integralmente as exigências e condições da contratante.
- b) Montar as estruturas para execução dos serviços, inclusive responsabilizar-se pela emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou outros documentos que sejam exigidos por órgãos de fiscalização.
- c) Cumprir a legislação pertinente e aplicável à execução dos serviços.
- d) Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidos na Licitação.
- e) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- f) Cumprir os horários estipulados pela contratante, para que não ocorram atrasos na programação dos mesmos.
- g) Utilizar somente bens, materiais e serviços de acordo com as normas do INMETRO e da ABNT, conforme o caso.
- h) Responsabilizar-se, integralmente, pelo controle de qualidade dos serviços.
- i) Em refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, defeituoso ou com acabamento insatisfatório, bem como a execução fora das especificações técnicas.
- j) Em fornecer e obrigar os empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individual, bem como cumprir as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho, arcando com todos e quaisquer custos advindos ou decorrentes dos mesmos.
- k) Em providenciar, sob as suas expensas e responsabilidades, todo material necessário a prestação dos referidos serviços, este em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- l) Quanto a quaisquer danos causados ao equipamento utilizado para prestação dos serviços, arcando com todos os custos advindos ou decorrentes do mesmo.

- m) Em comunicar a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução destes serviços (por escrito).
- n) Quanto a quaisquer acontecimentos, seja por dolo ou culpa que porventura cometerem pela prestação de serviços objeto deste contrato.
- o) Por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos dos mesmos.
- p) Quanto a toda e qualquer responsabilidade ou reparação civil e penal que porventura surgir em decorrência da prestação dos referidos serviços.
- q) Realizar a entrega de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) para atividades consideradas nocivas à saúde.
- r) Será responsável por quaisquer acidentes decorrentes a acidente de trabalho e legislação pertinente, restando ciente de que seu descumprimento ensejará nas aplicações legais.
- s) Efetuar a prestação dos serviços dentro das condições, no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- t) Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente licitação.
- u) Comunicar à Contratante, de forma escrita, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data do início das prestações de serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- x) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I - Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.
- II - Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.
- III - Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.
- IV - Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II - Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 102/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;

b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) quando houver a dissolução da empresa;

f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera

administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Janete Filipini** e **Simone Piovezan**, que exercerão as atividades de fiscalização dos produtos/serviços, aplicação e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato

III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer

outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em três (03) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 05 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

JUCAR ESPORTES LTDA
CNPJ nº 03.652.444/0001-08
Altair Rodrigues
CPF nº 5**.***.***-00
Contratada

Janete Filipini
CPF nº 0**.***.***-09
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Simone Piovezan
CPF nº 0**.***.***-01
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini
Procuradora
OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato nº: 87/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: JUCAR ESPORTES LTDA

CNPJ/MF n. 03.652.444/0001-08

Finalidade: Aquisição de kit de show pirotécnico para ser utilizado no evento a ser realizado no dia 09 de dezembro de 2023, em comemoração ao Natal no Município de Bom Jesus.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 102/2023 - D.L nº 53/2023

Valor Total: R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 05 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 87/2023**Código registro TCE: 607134CFE37E4939A72198BCD9E08606CF6D4AD6****Contrato n°: 87/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: JUCAR ESPORTES LTDA**

CNPJ/MF n. 03.652.444/0001-08

Finalidade: Aquisição de kit de show pirotécnico para ser utilizado no evento a ser realizado no dia 09 de dezembro de 2023, em comemoração ao Natal no Município de Bom Jesus.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório n° 102/2023 - D.L n° 53/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Rafael Calza**, brasileiro, casado, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **JUCAR ESPORTES LTDA**, CNPJ n° 03.652.444/0001-08, sediada na Avenida Rio Grande do Sul, n° 221, Centro, Faxinal dos Guedes/SC, representada pelo Senhor Altair Rodrigues, portadora do CPF n° 5**.***.***-00, domiciliado na Avenida São João, n° 191, Centro, Faxinal dos Guedes/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços, descritos e caracterizados no Processo Licitatório n° 102/2023, Dispensa de Licitação n° 53/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de kit de show pirotécnico para ser utilizado no evento a ser realizado no dia 09 de dezembro de 2023, em comemoração ao Natal no Município de Bom Jesus.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente contrato é por prazo determinado, com vigência até 31/12/2023, independente de qualquer aviso ou notificação, podendo ser prorrogado, a critério das partes, e nos limites da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O presente contrato tem valor fixado em **R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais)**, a serem pagos após a prestação dos serviços, conforme tabela a seguir:

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	01	Und	01 Torta 25 tubos 1.5" Enigma – tubos reto efeito cor kamurro, chorão, azul, cracklin 01 Torta 25 tubos 1.5" Enigma – tubos reto efeito cor kamurro, chorão, azul, cracklin 01 Torta 102 tubos 1.8" sintonia - tubos reto e leque efeito cores com trasantes e explosão 01 Brilho show 1.8" sensação mix – tubos reto trasante com explosão coloridas 01 Torta extreme 103 tubos ¾" sunshine - tubos leque efeito trasante prata final verde. 01 Torta Eclipse 177 tubos sendo 156 ¾ + 24 1,5" efeito cascata 08 Bombas de 3" – efeitos: chorão, Kamurro, vermelha, azul, verde, crackling, azul com pontas, vermelho com crackling, lilás. Tempo de queima 4 a 5 minutos. Nesse valor já estão todas as despesas de montagem e execução dos fogos.	R\$ 10.125,00	R\$ 10.125,00

Parágrafo primeiro. Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não caberá qualquer espécie de reajuste durante sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o **exercício financeiro de 2023**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA será responsável por:

- a) Executar os serviços conforme proposta vencedora e atender integralmente as exigências e condições da contratante.
- b) Montar as estruturas para execução dos serviços, inclusive responsabilizar-se pela emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou outros documentos que sejam exigidos por órgãos de fiscalização.
- c) Cumprir a legislação pertinente e aplicável à execução dos serviços.
- d) Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidos na Licitação.
- e) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- f) Cumprir os horários estipulados pela contratante, para que não ocorram atrasos na programação dos mesmos.
- g) Utilizar somente bens, materiais e serviços de acordo com as normas do INMETRO e da ABNT, conforme o caso.
- h) Responsabilizar-se, integralmente, pelo controle de qualidade dos serviços.
- i) Em refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, defeituoso ou com acabamento insatisfatório, bem como a execução fora das especificações técnicas.
- j) Em fornecer e obrigar os empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individual, bem como cumprir as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho, arcando com todos e quaisquer custos advindos ou decorrentes dos mesmos.
- k) Em providenciar, sob as suas expensas e responsabilidades, todo material necessário a prestação dos referidos serviços, este em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- l) Quanto a quaisquer danos causados ao equipamento utilizado para prestação dos serviços, arcando com todos os custos advindos ou decorrentes do mesmo.

- m) Em comunicar a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução destes serviços (por escrito).
- n) Quanto a quaisquer acontecimentos, seja por dolo ou culpa que porventura cometerem pela prestação de serviços objeto deste contrato.
- o) Por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos dos mesmos.
- p) Quanto a toda e qualquer responsabilidade ou reparação civil e penal que porventura surgir em decorrência da prestação dos referidos serviços.
- q) Realizar a entrega de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) para atividades consideradas nocivas à saúde.
- r) Será responsável por quaisquer acidentes decorrentes a acidente de trabalho e legislação pertinente, restando ciente de que seu descumprimento ensejará nas aplicações legais.
- s) Efetuar a prestação dos serviços dentro das condições, no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- t) Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente licitação.
- u) Comunicar à Contratante, de forma escrita, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data do início das prestações de serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- x) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I - Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.
- II - Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.
- III - Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.
- IV - Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II - Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 102/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;

b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) quando houver a dissolução da empresa;

f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera

administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Janete Filipini** e **Simone Piovezan**, que exercerão as atividades de fiscalização dos produtos/serviços, aplicação e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato

III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer

outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em três (03) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 05 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

JUCAR ESPORTES LTDA
CNPJ nº 03.652.444/0001-08
Altair Rodrigues
CPF nº 5**.***.***-00
Contratada

Janete Filipini
CPF nº 0**.***.***-09
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Simone Piovezan
CPF nº 0**.***.***-01
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini
Procuradora
OAB/SC 43.050

Minuta:

Contrato nº: 87/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: JUCAR ESPORTES LTDA

CNPJ/MF n. 03.652.444/0001-08

Finalidade: Aquisição de kit de show pirotécnico para ser utilizado no evento a ser realizado no dia 09 de dezembro de 2023, em comemoração ao Natal no Município de Bom Jesus.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 102/2023 - D.L nº 53/2023

Valor Total: R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 05 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 88/2023**Código registro TCE: B6C65460E935B635A3DAAB063CAC9A831E755CE2****Contrato n°: 88/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: AGN FRIOS LTDA**

CNPJ/MF n. 85.322.840/0001-23

Finalidade: Aquisição de ave natalina para distribuição aos servidores públicos do Município de Bom Jesus/SC, na forma de premiação natalina (brinde), nos termos da Lei Municipal RC n° 684/2017 e Lei Municipal RC n° 795/2021.**Vinculação:** Proc. Administrativo n° 103/2023 – D.L. n° 54/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **AGN FRIOS LTDA**, CNPJ n° 85.322.840/0001-23, sediada na Rua Antonio Pelizzaro, n° 200, Bairro São Cristóvão, Município de Capinzal/SC, representada pelo Senhor Ademar Casagrande, portador do CPF n° 5**.***.***-87, RG n° 1.***.**0 SSP/SC, domiciliado na Rua Dona Linda Santos, n° 201, apto 301, centro, Capinzal/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais N° 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a locação, descritos e caracterizados no Processo Administrativo n° 103/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação n° 54/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de ave natalina para distribuição aos servidores públicos do Município de Bom Jesus/SC, na forma de premiação natalina (brinde), nos termos da Lei Municipal RC nº 684/2017 e Lei Municipal RC nº 795/2021, com as seguintes especificações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Ave natalina temperada, com peso aproximado de 3,300kg.	210	Und.	40,50	8.505,00

O presente é por prazo determinado, com vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2023, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 8.505,00 (oito mil quinhentos e cinco reais)**.

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabe qualquer espécie de reajuste, salvo o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou

transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Cumprir o objeto, nos moldes do edital.

II – Arcar com os encargos trabalhistas e tributários decorrentes da execução do contrato.

III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV – Entregar as aves natalinas até o dia 22 de dezembro de 2023, no local indicado pela Secretaria requisitante, dentro das especificações da proposta vencedora.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.

II – Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.

III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.

IV – Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Administrativo nº 103/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) quando houver a dissolução da empresa;
- f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Amarildo Jung e Vanderlei Adilio dos Santos**, que exercerão as atividades de fiscalização do equipamento e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;

III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 06 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

AGN FRIOS LTDA
CNPJ/MF n. 85.322.840/0001-23
Ademar Casagrande
CPF nº 5.***.***-87**
Contratada

Amarildo Jung
CPF nº 8.***.***-72**
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Vanderlei Adilio dos Santos
CPF nº 0.***.***-19**
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0.***.***-65**

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0.***.***-10**

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Minuta**Contrato nº: 88/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: AGN FRIOS LTDA**

CNPJ/MF n. 85.322.840/0001-23

Finalidade: Aquisição de ave natalina para distribuição aos servidores públicos do Município de Bom Jesus/SC, na forma de premiação natalina (brinde), nos termos da Lei Municipal RC nº 684/2017 e Lei Municipal RC nº 795/2021.**Vinculação:** Proc. Administrativo nº 103/2023 – D.L. nº 54/2023**Valor Total: R\$ 8.505,00 (oito mil quinhentos e cinco reais).****Foro:** Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 06 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA**Prefeito Municipal**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/2023**Código registro TCE: E2EE5C4BFC930F01778ECA5FD059F086B23F9C2C****Contrato nº: 89/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: ELIS MORGANA GONÇALVES DOS SANTOS**

CNPJ/MF n. 26.311.657/0001-63

Finalidade: Contratação de empresa para organização da chegada do Papai Noel, fornecimento e instalação de brinquedos e robô para evento natalino do dia 09 de dezembro de 2023, no Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 104/2023 – D.L. nº 55/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **ELIS MORGANA GONÇALVES DOS SANTOS**, inscrito no **CNPJ nº 26.311.657/0001-63**, sediada na Rodovia SC 480, nº 1043, Centro, no Município de Bom Jesus/SC, representada pela Sra. **Elis Morgana Gonçalves dos Santos**, portadora do CPF nº 0**.***.***-90, RG nº 4.***.**9, domiciliada na Rodovia SC 480, nº 1043, Centro, no Município de Bom Jesus/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a locação, descritos e caracterizados no Processo Administrativo nº 104/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 55/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para organização da chegada do Papai Noel, fornecimento e instalação de brinquedos e robô para evento natalino do dia 09 de dezembro de 2023, no Município de Bom Jesus/SC, com as especificações constantes no Edital de Dispensa de Licitação e proposta vencedora, nos seguintes termos:

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Papai Noel, roupa de luxo, estrutura de cenário, poltrona do Papai Noel, Mamãe Noel, Mickey e Minnie Noel. Duração de 3 (três) horas	1	Ser	2.850,00	2.850,00
2	Brinquedo tobogã inflável de 3 metros de altura. Duração de 4 (quatro) horas.	1	Und.	670,00	670,00
3	Brinquedo tobogã inflável de 2,5 metros de altura. Duração de 4 (quatro) horas.	1	Und.	670,00	670,00
4	Quadra inflável gigante com monitores. Duração de 4 (quatro) horas.	1	Und.	920,00	920,00
5	Barraca de algodão doce, com atendente. Duração de 4 (quatro) horas.	1	Und.	1.330,00	1.330,00
6	Robô com luzes de led, efeito de fumaça para divertimento dos espectadores.	1	Und.	1.780,00	1.780,00

	Duração de 1h30min.				
--	---------------------	--	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente é por prazo determinado, com vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2023, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 8.220,00 (oito mil, duzentos e vinte reais)**.

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabe qualquer espécie de reajuste, salvo o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Cumprir o objeto, nos moldes da proposta.

II – Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato. III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV – Prestar os serviços no local e horário indicados pela Secretaria requisitante, dentro das especificações da proposta vencedora.

V – Serão recusados os serviços prestados em desacordo com a proposta vencedora e previsão contratual, sendo descontados no valor total contratual.

VI – Em caso de defeito ou má qualidade do produto, a CONTRATADA deverá arcar com os custos da substituição, que deverá ocorrer imediatamente, ou optar pelo desconto do item no valor total contratado.

VII – A Contratada deverá manter durante toda a prestação dos serviços, profissionais qualificados e suficientes para acompanharem os itens contratados, prezando pela segurança dos usuários.

VIII – Deverá, também, responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

IX – Providenciar, sob as suas expensas e responsabilidades, todo material necessário a prestação dos referidos serviços, este em perfeito estado de conservação e funcionamento.

X – Responsabilizar-se quanto a quaisquer danos causados ao equipamento utilizado para prestação dos serviços, arcando com todos os custos advindos ou decorrentes do mesmo.

XI – Quanto a toda e qualquer responsabilidade ou reparação civil e penal que porventura surgir em decorrência da prestação dos referidos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.

II – Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.

III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.

IV – Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Administrativo nº 104/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) quando houver a dissolução da empresa;
- f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Janete Filipini** e **Simone Piovezan**, que exercerão as atividades de fiscalização do equipamento e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;

III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 08 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA**Prefeito Municipal
Contratante****ELIS MORGANA GONÇALVES DOS SANTOS****CNPJ/MF n. 26.311.657/0001-63
Elis Morgana Gonçalves dos Santos
CPF nº 0**.***.***-90
Contratada****Janete Filipini
CPF nº 0**.***.***-09
Responsável Pela Fiscalização
Titular****Simone Piovezan
CPF nº 0**.***.***-01
Responsável Pela Fiscalização
Substituto**

Testemunhas:

**Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65****Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10****Cinthia Schneider Pellegrini****Procuradora****OAB/SC 43.050**

Minuta

Contrato nº: 89/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ELIS MORGANA GONÇALVES DOS SANTOS

CNPJ/MF n. 26.311.657/0001-63

Finalidade: Contratação de empresa para organização da chegada do Papai Noel, fornecimento e instalação de brinquedos e robô para evento natalino do dia 09 de dezembro de 2023, no Município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 104/2023 – D.L. nº 55/2023

Valor Total: R\$ 8.220,00 (oito mil, duzentos e vinte reais)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 08 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90/2023**Código registro TCE: EFEF5DC36B817A3985151A93CA36191C9DA7D577****Contrato nº: 90/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

CNPJ/MF n. 28.614.001/0001-45

Finalidade: Aquisição de materiais elétricos para execução de serviços de instalação de padrão trifásico no Centro Comunitário, de propriedade do Município de Bom Jesus, para aumento de capacidade de carga elétrica no local.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 107/2023 – D.L. nº 56/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrito no **CNPJ nº 28.614.001/0001-45**, sediada na Rua Rui Barbosa, nº 615, sala, centro, no Município de Xanxerê/SC, representada pelo Sr. **Alcemir Francisco Nadaleti**, portadora do CPF nº 3**.***.***-53, domiciliado na Rua Lirio Tronco, nº 122, Bairro Aparecida, no Município de Xanxerê/SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a locação, descritos e caracterizados no Processo Administrativo nº 107/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 56/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de materiais elétricos para execução de serviços de instalação de padrão trifásico no Centro Comunitário, de propriedade do Município de Bom Jesus, para aumento de capacidade de carga elétrica no local, com as especificações constantes no Edital de Dispensa de Licitação e proposta vencedora, nos seguintes termos:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente é por prazo determinado, com vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2023, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$14.258,36 (quatorze mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos)**.

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabe qualquer espécie de reajuste, salvo o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Cumprir o objeto, nos moldes do edital.

II – Arcar com os encargos trabalhistas e tributários decorrentes da execução do contrato.

III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV – Entregar os materiais solicitados no local indicado pela Secretaria requisitante, dentro das especificações da proposta vencedora.

V – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

VI – Em caso de defeito ou má qualidade do produto, a CONTRATADA deverá arcar com os custos da substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.

II – Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.

III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.

IV – Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Administrativo nº 107/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato,

mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) quando houver a dissolução da empresa;
- f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Maicon Rodrigo Bianchi** e **Alicia Cousseau**, que exercerão as atividades de fiscalização do equipamento e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;

III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 15 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

**Prefeito Municipal
Contratante**

NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

**CNPJ/MF n. 28.614.001/0001-45
Alcemir Francisco Nadaleti
CPF nº 3**.***.***-53
Contratada**

Maicon Rodrigo Bianchi
CPF nº 0**.***.***-05
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Alicia Cousseau
CPF nº 0**.***.***-01
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

Minuta**Contrato nº: 90/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: NADALETI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

CNPJ/MF n. 28.614.001/0001-45

Finalidade: Aquisição de materiais elétricos para execução de serviços de instalação de padrão trifásico no Centro Comunitário, de propriedade do Município de Bom Jesus, para aumento de capacidade de carga elétrica no local.

Vinculação: Proc. Administrativo nº 107/2023 – D.L. nº 56/2023

Valor Total: R\$14.258,36 (quatorze mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 18 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA**Prefeito Municipal**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 91/2023**Código registro TCE: 5D07E1E0423CCE23750D4D41CF0F2CEEF64B7001****Contrato n°: 91/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA**

CNPJ/MF n. 32.241.030/0001-86

Finalidade: Aquisição de cestas básicas de alimentos para atender famílias de baixa renda em situação de risco e vulnerabilidade, buscando proporcionar maior qualidade de vida para as famílias atendidas.

Vinculação: Proc. Administrativo n° 108/2023 – D.L. n° 57/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **DISTRIBUIDORA LIMA LTDA**, inscrito no **CNPJ n° 32.241.030/0001-86**, sediada na Rua Pará, n° 246 - fundos, centro, no Município de Xanxerê/SC, representada pela Sra. **Karen Cristina de Lima**, portadora do CPF n° 0**.***.***-56, RG n° 5****9, domiciliada na Rua Pará, n° 246, APT. 101, Centro, no município de Xanxerê – SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais N° 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a locação, descritos e caracterizados no Processo Administrativo n° 108/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação n° 57/2023, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de cestas básicas de alimentos para atender famílias de baixa renda em situação de risco e vulnerabilidade, buscando proporcionar maior qualidade de vida para as famílias atendidas, com as especificações constantes no Edital de Dispensa de Licitação e proposta vencedora, nos seguintes termos:

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Cesta básica de alimentos, contendo os seguintes itens: 1 und. farinha de trigo 5kg – Gardenia 2 und. feijão preto tipo 2 1kg – Caldo Carioca 1 und arroz parboilizado 5kg – Rozcato 1 und. açúcar cristal pacote 2kg – Colombo 1 und. leite em pó instantâneo 400gr – Piracanjuba 1 und. óleo de soja refinado 900ml – Vitalev 1 und. sal refinado 1kg – Zizo 2 und. macarrão espaguete 500gr – Luciana 2 und. farinha de milho 1kg – Beatriz 1 und. biscoito maria pacote 400gr – Luam 1 und. café solúvel 200gr – Ouro 1 und. mistura doce de frutas 400gr – Aurea	60	Und.	125,00	7.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente é por prazo determinado, com vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2023, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)**.

Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não cabe qualquer espécie de reajuste, salvo o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação obedecendo à ordem cronológica de empenhos e apresentação da respectiva nota fiscal, através de depósito bancário ou transferência online em agência de Banco Oficial, preferencialmente Banco do Brasil, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Cumprir o objeto, nos moldes do edital.

II – Arcar com os encargos trabalhistas e tributários decorrentes da execução do contrato.

III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV – Entregar os itens solicitados no local indicado pela Secretaria requisitante, dentro das especificações da proposta vencedora, até o dia 22 de dezembro de 2023.

V – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

VI – Em caso de defeito ou má qualidade do produto, a CONTRATADA deverá arcar com os custos da substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2023, especificada nos autos do processo licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I – Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quarta.
- II – Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.
- III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.
- IV – Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I – Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.
- II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.
- III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Administrativo nº 108/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos bens já fornecidos, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

- e) quando houver a dissolução da empresa;
- f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Jaqueline Cadini Fochesato e Eluziane Caline Wilcke Calza**, que exercerão as atividades de fiscalização do equipamento e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

A fiscalização por parte da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita qualidade dos produtos/serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato;
- III - Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 19 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA

**Prefeito Municipal
Contratante**

Jaqueline Cadini Fochesato
CPF nº 7**.***.***-00
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Testemunhas:

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65

Cinthia Schneider Pellegrini

Procuradora

OAB/SC 43.050

DISTRIBUIDORA LIMA LTDA

**CNPJ/MF n. 32.241.030/0001-86
Karen Cristina de Lima
CPF nº 0**.***.***-56
Contratada**

Eluziane Caline Wilcke Calza
CPF nº 0**.***.***-79
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Minuta**Contrato nº: 91/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA**

CNPJ/MF n. 32.241.030/0001-86

Finalidade: Aquisição de cestas básicas de alimentos para atender famílias de baixa renda em situação de risco e vulnerabilidade, buscando proporcionar maior qualidade de vida para as famílias atendidas.**Vinculação:** Proc. Administrativo nº 108/2023 – D.L. nº 57/2023**Valor Total: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).****Foro:** Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 19 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA**Prefeito Municipal**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 92/2023**Código registro TCE: 9E81259B202A751C7AF7F673F044ECFD589E3C93****Contrato n°: 92/2023****Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS****Contratado: GEORGEO ALMEIDA****CNPJ n° 08.195.807/0001-39**

Finalidade: Contratação de empresa especializada para realização do processo seletivo de provimento temporário de vagas dos cargos de **Auxiliar de Serviços Gerais Masculino; Auxiliar de Serviços Gerais Feminino; Operador de Máquinas I (com prova prática); Operador de Máquinas III (com prova prática); Professor Educação Física; Professor de Artes**, do município de Bom Jesus/SC, compreendendo: edital, inscrição de candidatos, homologação de inscrições, elaboração e aplicação das provas, gabarito, correção das provas, análise de títulos e tempo de serviço, entrega do resultado final com a respectiva ordem de classificação e homologação final e demais atividades que compreendam a realização dos serviços, fornecendo toda a mão de obra e materiais necessários a ser realizado no município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório n° 115/2023 – D.L n° 58/2023

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o n° 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Calza**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **GEORGEO ALMEIDA**, CNPJ n° 08.195.807/0001-39, sediada na Rua Duque de Caxias, n° 844, Centro, no município de Joaçaba - SC, representado pelo Senhor **Georgeo Almeida**, portador do CPF n° 015.447.209-39, RG n° 3.538.055 SSP/SC, domiciliado na Rua Duque de Caxias, n° 844, Ed. D. Olga, 1º andar, Centro, Joaçaba-SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal N° 8.666/93 consolidada, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a aquisição e prestação de serviços, descritos e caracterizados no Processo Licitatório n° **115/2023**, na modalidade de Dispensa Licitação n° **58/2023**, e nas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização do processo seletivo de provimento temporário de vagas dos cargos de **Auxiliar de Serviços Gerais Masculino; Auxiliar de Serviços Gerais Feminino; Operador de Máquinas I (com prova prática); Operador de Máquinas III (com prova prática); Professor Educação Física; Professor de Artes**, do município de Bom Jesus/SC, compreendendo: edital, inscrição de candidatos, homologação de inscrições, elaboração e aplicação das provas, gabarito, correção

das provas, análise de títulos e tempo de serviço, entrega do resultado final com a respectiva ordem de classificação e homologação final e demais atividades que compreendam a realização dos serviços, fornecendo toda a mão de obra e materiais necessários a ser realizado no município de Bom Jesus/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente contrato é por prazo determinado, **com vigência a partir do dia da assinatura do contrato até 29 de fevereiro de 2024**, independente de qualquer aviso ou notificação, podendo ser prorrogado, a critério das partes, e nos limites da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de **R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)**.

Parágrafo primeiro. Por se tratar de contrato não superior a doze (12) meses, conforme determinação da Lei Federal nº 8.880 de 27 de maio de 1994, nos termos do artigo 11 e 12, não caberá qualquer espécie de reajuste durante sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

O pagamento do contrato será realizado após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e dos documentos fiscais e comprobatórios da prestação dos serviços, através de depósito bancário ou transferência online em agência do Banco do Brasil, caso possua a contratada, ou mediante pagamento de boleto bancário emitido pela contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Após o recebimento da ordem de serviço/autorização de Fornecimento a empresa deverá apresentar à Secretaria de Administração **Cronograma** com data máxima de encerramento dos trabalhos, com emissão e entrega de lista final dos aprovados, em ordem de classificação para homologação final, sendo que o prazo máximo para entrega e homologação do Resultado Final com a respectiva Ordem de Classificação, 05 de fevereiro de 2024.

II. Elaborar o Edital do Teste Seletivo, obtendo informações para tanto junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, quanto às vagas/cargos, turnos, valores das inscrições e outras informações necessárias para a elaboração do mesmo;

III. Realizar as Inscrições e homologação das mesmas, sendo que as inscrições somente deverão ser realizadas via internet em site próprio da empresa;

IV. Repassar as informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e/ou telefone, em todas as fases do processo de seleção;

V. Emitir o boleto bancário da inscrição de forma online, com o crédito dos valores na conta da contratada para posterior transferência a conta de titularidade da contratante correspondente a:

756 Sicoob - Município de Bom Jesus/SC

Agência 3075

CC. 8.560-0

- VI. Efetuar convênio com Instituição Financeira para crédito dos valores correspondentes a taxa de inscrição;
- VII. Elaborar, aplicar e corrigir as provas e gabarito. Sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada, a composição das provas, conteúdos, etc.;
- VIII. Pelos materiais e impressos necessários à aplicação das provas serão previamente organizados, incluindo crachá para toda a equipe de trabalho, lista de chamada, formulários de correção de dados cadastrais e de documento de identificação inadequado, estojo com material de escritório para cada sala, entre outros;
- IX. Prova de títulos deverá ser realizada em sistema (digitalizado), sem atribuir custo ao candidato e sem qualquer intervenção do Município;
- X. Entregar e homologar o Resultado Final com a respectiva Ordem de Classificação, até a data de 05 de fevereiro de 2024;
- XI. A contratada deverá fornecer todos os atos oficiais (editais, lista de inscritos, lista de convocação, lista de classificação, etc), de acordo com as especificações contidas no padrão de Layout para importação do sistema Betha RH;
- XII. Fornecer todo o pessoal e material necessário a realização das inscrições e correção das provas e análise dos títulos e tempo de serviço;
- XIII. Serão de inteira responsabilidade da Contratada, as despesas diretas ou indiretas tais como: transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados ou contratados no desempenho dos serviços prestados do objeto deste Contrato, ficando ainda a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- XIV. Por elaborar e imprimir os materiais para sinalizar o local de provas, além de realizar o ensalamento dos candidatos por ordem alfabética;
- XV. Oferecer treinamento aos fiscais de sala, os quais serão servidores públicos indicados pela Contratante para o dia da prova;
- XVI. Ressalta-se que o pagamento de todos os recursos humanos envolvidos, com exceção dos fiscais, ficará sob responsabilidade exclusiva da empresa contratada;
- XVII. As provas deverão conter 25 questões inéditas, com base no grau de escolaridade exigido;
- XVIII. O tempo para a realização da prova será de no máximo 02 (duas) horas;
- XIX. As provas serão elaboradas, avaliadas e revisadas por bancas examinadoras compostas exclusivamente por profissionais especializados no conteúdo específico da matéria, criteriosamente selecionados por sua experiência, competência e idoneidade;
- XX. Elaborar pareceres referentes a possíveis recursos ou reclamações dos candidatos;
- XXI. Deverá garantir a mais efetiva segurança deste Teste Seletivo, adotando normas e procedimentos técnico-operacionais que permitam garantir lisura do certame, especificamente relativos ao sigilo e confiabilidade dos recursos humanos utilizados, bem como nas estratégias de ação e instrumento adotados;
- XXII. Elaborar os relatórios contendo os nomes e números de inscrição dos candidatos (homologação das inscrições), das listas de presença na data da prova, de relatórios contendo notas individuais em cada disciplina por cargo, de relatórios contendo número de acertos feitos pelo candidato em cada disciplina;
- XXIII. Será responsabilidade da empresa o sigilo, a segurança e a guarda das provas, antes e depois da sua aplicação;

XXIV. A empresa será responsável pela elaboração do Edital até a publicação do resultado final, e também das provas, gabaritos, impressão, conferência, reprodução, contagem, acondicionamento e lacração dos cadernos de questões, em quantidade suficiente para atender ao número de candidatos inscritos no certame;

XXV. Os cartões resposta deverão permitir a correção por leitura óptica, com via de rascunho para o candidato;

XXVI. Fornecer o arquivo final que seja compatível com a integração no Sistema Betha RH (utilizado pelo Departamento de Recursos Humanos), excluindo a redigitação;

XXVII. A empresa deverá disponibilizar o gabarito em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prova;

XXVIII. Pela observação nos prazos estabelecidos neste edital, para entrega e validade da proposta;

XXIX. Pela fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da exercida pela Contratante;

XXX. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na realização dos serviços contratados;

XXXI. Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato serão suportadas pela dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2024, devidamente especificada nos autos do procedimento licitatório respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Apresentar Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento;
- b) Fornecer toda a legislação necessária à realização do Teste Seletivo;
- c) Fornecer todos os dados necessários a elaboração do edital;
- d) Os valores das inscrições serão receitas do Município, ingressadas nos cofres públicos.
- e) Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- f) Disponibilizar local, maquinários e fiscais para a realização das provas;
- g) Fiscalizar desde o início até o recebimento definitivo dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II - Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 115/2023.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executado, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) Quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na prestação do serviço contratado.
- b) Quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) Quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) Quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) Quando houver a dissolução da empresa;
- f) Quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) Quando houver razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- h) Quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- i) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará o cumprimento do contrato através dos servidores **Rosane Siqueira** e **Simone Dacheri**, que exercerão as atividades de fiscalização dos produtos/serviços, aplicação e verificarão o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

- V. Advertência;
- VI. Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato
- VII. Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

VIII. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em quatro (04) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 28 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal
Contratante

GEORGE ALMEIDA
CNPJ nº 08.195.807/0001-39
Georgeo Almeida
CPF nº 0.***.***-39**
Contratada

Rosane Siqueira
CPF nº 0**.***.***-65
Responsável Pela Fiscalização
Titular

Simone Dacheri
CPF nº 0**.***.***-86
Responsável Pela Fiscalização
Substituto

Testemunhas:

Alicia Cousseau
CPF nº 0**.***.***-01

Eduardo João Trevisan
CPF nº 0**.***.***-10

Cinthia Schneider Pellegrini
OAB/SC 43.050
Procuradora

Minuta:

Contrato nº: 92/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: GEORGEO ALMEIDA

CNPJ nº 08.195.807/0001-39

Finalidade: Contratação de empresa especializada para realização do processo seletivo de provimento temporário de vagas dos cargos de **Auxiliar de Serviços Gerais Masculino; Auxiliar de Serviços Gerais Feminino; Operador de Máquinas I (com prova prática); Operador de Máquinas III (com prova prática); Professor Educação Física; Professor de Artes**, do município de Bom Jesus/SC, compreendendo: edital, inscrição de candidatos, homologação de inscrições, elaboração e aplicação das provas, gabarito, correção das provas, análise de títulos e tempo de serviço, entrega do resultado final com a respectiva ordem de classificação e homologação final e demais atividades que compreendam a realização dos serviços, fornecendo toda a mão de obra e materiais necessários a ser realizado no município de Bom Jesus/SC.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 115/2023 – D.L nº 58/2023

Valor Total: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 28 de dezembro de 2023.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

170.23- DECRETO SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO.PMBR

Publicação Nº 5483798

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA



Decreto N.º 170/2023 de 29 de dezembro de 2023.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO.

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, I da Lei n.º 2537 de 14 de dezembro de 2022;

DECRETA:

Art. 1º - O quadro abaixo demonstra as dotações orçamentárias a serem suplementadas e aponta as respectivas fontes de recursos para fazer face a referida suplementação.

Lote	Tipo	Ref.	Crédito Adicional		Vínculo	Valor	Origem de Recursos		Vínculo	Valor
			Dotação	Suplementar			Dotação/Receita	Excesso		
1	Suplementar	10	03.001.0004.0122.0010.2007.332900000000000000		15007000010	1.900,00		Excesso	1500700001	1.900,00
					Total do Lote	1.900,00				1.900,00
2	Suplementar	12	03.001.0004.0122.0010.2007.346900000000000000		15007000010	400,00		Excesso:		400,00
					Total do Lote	400,00		Op. de Crédito:		400,00
					Total	2.300,00			Total	2.300,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 29 de dezembro de 2023.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

EXTRATO TA CONTRATO 139/2022

Publicação N° 5484614

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F1A31BB76719010DDA149DCFDAFE609D07AA4B88

Extrato 2º TA Contrato 139/2022

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Cristiano Sangaletti - ME

Objeto: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato n.º 139/2022, nos termos da Lei n. Lei nº 14.133/21, sendo sua vigência até 06 de dezembro de 2024. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 06 de dezembro de 2023. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 139/2022, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 06 de dezembro de 2023.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO Nº 046-2023 TP 08

Publicação Nº 5484603

MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023

Objeto: Contratação de Empresa especializada para execução da obra de Pavimentação Asfáltica em CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado à Quente), do Trecho da Rua Marino Longhi – acesso a comunidade Vila Aterrados e da Rua Giovani Zampieri - acesso comunidade de Galegos.

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitações torna público que na data de 08/12/2023 foram INDEFERIDOS os recursos administrativos interpostos, na fase de habilitação deste certame, pelas licitantes CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA e PLANALTO BRITAGEM, sendo mantida a habilitação de todos os licitantes. Em consequência, ficam as licitantes habilitadas PLANALTO BRITAGEM, COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA-EPP, STEP CONSTRUÇÕES LTDA, CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, KAENG INFRAESTRUTURA LTDA e CONSTRUTORA D' BRANGER LTDA, convocadas a comparecer na Sala de Licitações da Prefeitura, às 09h (nove horas) do dia 08 de janeiro de 2024, para participar da sessão de abertura e julgamento de suas Propostas de Preços.

Brunópolis, SC, 04 de janeiro de 2024.

ANA MARIA DOS PASSOS GIRARDI
Presidente da C.P.L., em Exercício

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 009/2022- ACEIAS

Publicação Nº 5484970

1º ADITIVO DE VALOR AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº009/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, SANTA CATARINA E A ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL – ACEIAS – EDUCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.074.302/0001-31, estabelecida nesta cidade, na Av. Santa Catarina, nº. 175, Bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal senhor ALENCAR MENDES, CPF sob nº 771.673.849-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e a ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.774.643/0001-43, com sede na Rua João Remílio Rigo, nº 296, Bairro Gioppo, na cidade de Caçador – Estado do Santa Catarina, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada por sua Presidente, JUÇARA ALVES PADILHA VISNIEVSKI, CPF sob o nº 723.443.699-53.

OS PARCEIROS celebram este termo aditivo, com fundamento no art.55, caput, da Lei nº 13.019/2014, e estabelecem as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TERMO PRINCIPAL

Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Termo de Colaboração nº 009/2022 datado de 11 de Agosto de 2022, que tem por objeto o acolhimento institucional de criança e adolescente afastado do convívio familiar, por consequência de abandono ou cuja as famílias ou responsáveis encontram-se impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Aditivo tem por objeto a alteração de valor do Termo de Colaboração nº 009/2022, para ampliação de vagas na Casa Lar Menino Deus, unidade II, conforme solicitação e justificativa emitida pela OSC e autorizada pela Secretaria de Assistência Social e Habitação, para todos fins e efeitos legais, estando o mesmo de acordo com o que estabelece o artigo 57, da Lei 13.019/14, e aprovação legislativa inserida na LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para o aditivo de valor, o mesmo será de R\$ R\$ 262.727,00 (duzentos e sessenta e dois mil e setecentos e vinte e sete reais), equivalente a 8 (oito) parcelas do plano de trabalho.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte verba orçamentária:

Unidade Orçamentária: 5000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244- Assistência Social

Programa: 8 – Assistência Social

Ação: 1.28 – Acolhimento de Crianças e Adolescentes

Despesa: 291 – 3.3.50.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Próprios

CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DE USO DO BEM IMÓVEL E DOS BENS MOVÉIS

Para a ampliação das vagas o município estará cedendo o imóvel de matrícula 5217, situado na Rua Arnaldo de Paula Timermann nº79, Bairro Gioppo, Cidade de Caçador/SC.

E ainda os bens móveis listados a baixo:

Relacionados em termo devidamente aprovados pela plenária do Conselho Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas constantes no termo principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

E, por estarem as partes justas e acordadas firmam este Termo Aditivo.

Caçador/SC, 04 de Janeiro de 2024.

ALENCAR MENDES

Prefeito Municipal

JUÇARA ALVES P. VISNIEVSKI

Presidente da ACEIAS
Social

LUCIANA MARQUES

Gestora das Parcerias da Assistência

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**PORTARIA Nº 2.157, DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

Publicação Nº 5484525

PORTARIA nº 2.157, de 04 de janeiro de 2024.

Convoca servidores inativos e pensionistas nascidos no mês de janeiro para realização de recadastramento obrigatório e prova de vida junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015

R E S O L V E M:

Art. 1º Convocar, nos termos do art. 2º, da Portaria nº 1.294, de 06 de dezembro de 2018, os servidores inativos e pensionistas abaixo listados, nascidos no mês de janeiro, para realização de recadastramento obrigatório e prova de vida junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC:

ADELINA SALETE KOWALCZYK
AFONSO LUCIANO DE CAMPOS
ALAOR LEBELEIN
ALCIDES FERMIANO RIBEIRO
ALZIRA SALETE PADILHA
ANA MARIA RODRIGUES RIBEIRO
ARACY DE PAULA CORDEIRO DE AVILA
ARLETE TEREZINHA BENJAMINI ALVES DOS SAN
ARNALDO FERREIRA
CELIA DE PAULA
DIRCE STIEGLER PUCCI
ELAY ELISANE PALOSCHI
ELVIRA DE ALMEIDA ALVES
ERCI BOHRER
ERMOSILA TEREZINHA SILVEIRA
ERONDINA DE OLIVEIRA TREVISANI
ERONILDES OLEINIK PINTO
EUNICE LINHARES FLECK
EUNICE VASTHI LIEDKE LIMA
GENOEFA MARIA CASAGRANDE
IBRAINA BLEICHVEL CASTILHO
ILTO ADAO FERREIRA
ILZA WITTE ROSSA
IVANIR CORREIA DE JESUS
IVONE VACCARI
IVONETE LUIZ
JANETE APARECIDA TARNIOWICZ
JANICE APARECIDA PERBONI SCHUPPEL

JEFERSON RIBEIRO
JEFFERSON DOS SANTOS LOPES
JUSTINA INEZ ZAMBONIN CASTILHO
KATIA DENIZE MELEK PREVEDO
LAUDENY FAGUNDES
LUCIANITA FURLANETTO
LUIZ CARLOS BARREIRO FILHO
LUIZ CARLOS BITTENCOURT
LUIZ GONCALVES
MARA LUZIA CACHINSKI
MARIA LUCIA ROCHA DOS SANTOS
MARIA TEREZINHA RIBEIRO FERREIRA DIAS
MARILENE COELHO GONCALVES
MARILENE SALETE SETTI BERNARDINO
MARINEIS ANA DAMBROS CASTELANI
MARINEZ PEREIRA
MARLI TEREZINHA BORTOLI WOJEICCHOWSKI
NILCE BASEGGIO FRIZON
NILSE DE FATIMA DO NASCIMENTO
ODETE PONTES LEITE
PAULO DA SILVA
ROSANGELA APARECIDA BALCHAK
ROSANGELA CRISTINA MALAT
ROSELY APARECIDA SORGATTO
SANDRA ELISA MUNCINELLI
SEBASTIANA FRANCA PEREGO
SEBASTIAO GONCALVES
SEBASTIAO MIGUEL CACHOEIRA
SERGIO ROBERTO CAPOTE GOMES
SHIRLEY ALMEIDA CAVALHEIRO
TEREZA GRABASCH
VALDIR DOS SANTOS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 04 de janeiro de 2024.

Cleony Lopes Barboza Figur - DIRETORA PRESIDENTE.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

PORTARIA Nº 2.158, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484530

PORTARIA nº 2.158, de 04 de janeiro de 2024.

Averba tempo de contribuição.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015, c/c o §7º, do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019

RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015, do Tempo de Contribuição da Servidora Pública Municipal MARIA GENI HUÇULAK, inscrita no CPF nº 567.221.339-15, ocupante do cargo de Servente,

comprovado pela Certidão de Tempo de Contribuição nº 19026040.1.00441/23-5, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 04/09/2023, correspondente a 1.409 (um mil, quatrocentos e nove) dias, ou 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 14 (quatorze) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 04 de janeiro de 2024.

Cleony Lopes Barboza Figur - DIRETORA PRESIDENTE.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

Calmon

PREFEITURA

10/2024

Publicação N° 5484168

PORTARIA N.º010 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR CONFORME LEI ESPECIFICA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, no Art. 87 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 33 de 31 de maio de 2010 e demais alteração de legislação pertinente a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor abaixo, referente ao período aquisitivo de 01/02/2023 Á 31/01/2024 ; 01/02/2023 Á 31/01/2024; 06/02/2023 Á 05/02/2024; respectivamente sendo 27 dias de fruição, com efeitos retroativos a contar 03/01/2024 Á 29/01/2024, com retorno ao trabalho em 30/01/2024.

MAIRA M MACHADO AGENTE COPA E LIMPEZA 40H
ROSMARI ROSA AGENTE COPA E LIMPEZA 40H
SILVANA G DA SILVA AGENTE COPA E LIMPEZA 40H

ART. 2º Esta portaria passa vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Prefeitura Municipal de Calmon, 04 de Janeiro de 2024.

HELIO MARCELO OLENKA
Prefeito Municipal de Calmon

11/2024

Publicação N° 5484237

PORTARIA N.º 011 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR CONFORME ESPECIFICA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, no Art. 87 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 33 de 31 de maio de 2010 e demais alteração de legislação pertinente a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o servidor abaixo para exercerem os respectivos cargos, bem como para desempenhar as funções inerentes ao cargo, com carga horária de 40 horas semanais com efeitos a contar desta data .

EDUARDO ALVES PEREIRA MOTORISTA 40H

ART. 2º esta portaria passa vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Prefeitura Municipal de Calmon, 04 de Janeiro de 2024.

HELIO MARCELO OLENKA
Prefeito Municipal de Calmon

Campo Erê

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL - CCA N° 2.409/2023

Publicação N° 5483641



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL - CCA N° 2.409/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 2.409/2023 CONDER

O município de Campo Erê, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, situado na Rua 1º de Maio , nº 736, Bairro Centro, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA N° 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de **Certidão de Conformidade Ambiental - CCA**, com prazo de **validade de 30/11/2023**, formulado pelo empreendedor **Indústria de Mel Moccelini LTDA, CNPJ N° 52.102.232/0001-54**, para a **atividade 26.50.01- Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola**, que será exercida no imóvel situado na Rua Coronel Bertaso , nº 1.800, Bairro Centro, Município de Campo Erê/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.553/23 DE 22/12/2023. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 5484061

DECRETO Nº 9.553/23 DE 22/12/2023.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.748 de 05/11/21 (Plano Plurianual), Lei nº 4.794 de 22/06/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.835 de 26/12/2022 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 19.949,00 (Dezenove mil novecentos e quarenta e nove reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 40-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO HOSPITALAR D. JOSÉ ATHANÁZIO
40.001.10.302.20.2103-4.4.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.0002- Aplicação Direta R\$ 19.949,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do município:

ÓRGÃO: 40-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO HOSPITALAR D. JOSÉ ATHANÁZIO
40.001.10.302.20.2103-3.3.90.00.00.00.00.00.1.500.1002.0002- Aplicação Direta R\$ 19.949,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 22 de dezembro de 2023.

Gilmar Marco Pereira
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1 / 5
Processo Nº 140/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1 / 2024

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2024 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPEDICIONARIO J. B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº 89620000, nesta cidade de Campos Novos,SC, representado pelo SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, o Sr(a) FELIPE SBRUSSI inscrito no cpf sob o nº 057.897.179-85, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 79/2023, Processo licitatório nº 140/2023 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC. , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 10.520/2002, Art. 1, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	22.068.330/0001-51		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
3	CALÇA EM BRIM (COR A ESCOLHER), ELÁSTICO E CORDÃO , 3 BOLSOS, TECIDO 100 % ALGODÃO, GRAMATURA MÍNIMA DE ATÉ 265, COM NO MÍNIMO 2 SERIGRAFIAS.	UNIDADE	PRÓPRIA	350	44,00	15.400,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo

a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem

demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de

validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

Página: 5 / 5

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos,SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Campos Novos, 4 de Janeiro de 2024

BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA
CNPJ: 22.068.330/0001-51

FELIPE SBRUSSI
SECRETÁRIO DA FAZENDA E

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1 / 5
Processo Nº 140/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2 / 2024

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2024 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPEDICIONARIO J. B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº 89620000, nesta cidade de Campos Novos,SC, representado pelo SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, o Sr(a) FELIPE SBRUSSI inscrito no cpf sob o nº 057.897.179-85, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 79/2023, Processo licitatório nº 140/2023 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC. , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
JUAR BRINDES LTDA	1,2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 10.520/2002, Art. 1, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JUAR BRINDES LTDA	50.750.151/0001-35		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: JUAR BRINDES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	CAMISETA DE MANGA CURTA, TECIDO APROXIMADAMENTE 50% ALGODÃO, 50 % POLIÉSTER, EM MALHA PV, GRAMATURA 165, GOLA CARECA, MANGA CURTA, SLIM, PINTURA SIMPLES ATÉ CINCO SERIGRAFIAS	UNIDADE	PROPRIO	4250	15,25	64.812,50
2	CAMISETA DE MANGA CURTA, TECIDO APROXIMADAMENTE 50% ALGODÃO, 50 % POLIÉSTER, EM MALHA PV, GRAMATURA 165, GOLA CARECA, MANGA CURTA, SLIM, PINTURA SIMPLES ATÉ CINCO SERIGRAFIAS	UNIDADE	PROPRIO	1400	15,25	21.350,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e

os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o

número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos,SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assimam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Campos Novos,4 de Janeiro de 2024

JUAR BRINDES LTDA
CNPJ: 50.750.151/0001-35

FELIPE SBRUSSI
SECRETÁRIO DA FAZENDA E

PORTARIA Nº3021/2024-FHJA

Publicação Nº 5483508

PORTARIA Nº 321/2024FHJA DE 03/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) FERNANDA NARDINO**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) FERNANDA NARDINO referente ao período aquisitivo de 08/08/2022 À 07/08/2023 a serem gozadas no período de 03/01/2024 À 01/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 03 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº322/2024-FHJA

Publicação Nº 5483512

PORTARIA Nº 322/2024FHJA DE 03/01/2024**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) IVONETE ALVES DE SOUZA CARNEIRO**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) IVONETE ALVES DE SOUZA CARNEIRO referente ao período aquisitivo de 16/08/2022 À 15/08/2023 a serem gozadas no período de 03/01/2024 À 01/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 03 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº323/2024-FHJA

Publicação Nº 5483513

PORTARIA Nº 323/2024FHJA DE 03/01/2024**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) IVONETE ALVES FAGUNDES DE FREITAS**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) IVONETE ALVES FAGUNDES DE FREITAS referente ao período aquisitivo de 02/09/2022 À 01/09/2023 a serem gozadas no período de 03/01/2024 À 01/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 03 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº324/2024-FHJA

Publicação Nº 5483516

PORTARIA Nº 324/2024FHJA DE 03/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) JANAINA ELAINE BATECINI**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) JANAINA ELAINE BATECINI referente ao período aquisitivo de 16/08/2022 À 15/08/2023 a serem gozadas no período de 03/01/2024 À 01/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 03 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº325/2024-FHJA

Publicação Nº 5483517

PORTARIA Nº 325/2024FHJA DE 03/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARINEZ DE OLIVEIRA**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) MARINEZ DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 08/08/2022 À 07/08/2023 a serem gozadas no período de 03/01/2024 À 17/01/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 03 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº326/2024-FHJA

Publicação Nº 5483518

PORTARIA Nº 326/2024FHJA DE 03/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARI TANIA PIMENTEL**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MARI TANIA PIMENTEL referente ao período aquisitivo de 02/08/2022 À 01/08/2023 a serem gozadas no período de 03/01/2024 À 01/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 03 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº327/2024-FHJA

Publicação Nº 5483520

PORTARIA Nº 327/2024FHJA DE 03/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARIZE MACHADO FAGUNDES**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MARIZE MACHADO FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 23/09/2022 À 22/09/2023 a serem gozadas no período de 03/01/2024 À 01/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 03 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº328/2024-FHJA

Publicação Nº 5483527

PORTARIA Nº 328/2024FHJA DE 03/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) THAIS CARVALHO DA COSTA**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 20 (vinte) dias ao (à) servidor (a) THAIS CARVALHO DA COSTA referente ao período aquisitivo de 08/08/2022 À 07/08/2023 a serem gozadas no período de 03/01/2024 À 22/01/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 03 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº329/2024-FHJA

Publicação Nº 5483531

PORTARIA Nº 329/2024FHJA DE 04/01/2024

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) ADRIANE CARVALHO

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 20 (vinte) dias ao (à) servidor (a) ADRIANE CARVALHO referente ao período aquisitivo de 02/08/2022 À 01/08/2023 a serem gozadas no período de 04/01/2024 À 23/01/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº330/2024-FHJA

Publicação Nº 5483535

PORTARIA Nº 330/2024FHJA DE 04/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) ELIANE ALVES CARVALHO**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) ELIANE ALVES CARVALHO referente ao período aquisitivo de 01/12/2022 À 30/11/2023 a serem gozadas no período de 04/01/2024 À 02/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº3312024-FHJA

Publicação Nº 5483541

PORTARIA Nº 331/2024FHJA DE 04/01/2024**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) ELIZANGELA CRISTINA DOS SANTOS**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) ELIZANGELA CRISTINA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 16/08/2022 À 15/08/2023 a serem gozadas no período de 04/01/2024 À 02/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº332/2024-FHJA

Publicação Nº 5483547

PORTARIA Nº 332/2024FHJA DE 04/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) FRANCILEINE APARECIDA VARELA**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) FRANCILEINE APARECIDA VARELA referente ao período aquisitivo de 08/08/2022 À 07/08/2023 a serem gozadas no período de 04/01/2024 À 02/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº333/2024-FHJA

Publicação Nº 5483552

PORTARIA Nº 333/2024FHJA DE 04/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) ZILDA PEREIRA CARPES**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) ZILDA PEREIRA CARPES referente ao período aquisitivo de 01/12/2022 À 30/11/2023 a serem gozadas no período de 04/01/2024 À 02/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº334/2024-FHJA

Publicação Nº 5483555

PORTARIA Nº 334/2024FHJA DE 04/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) SIMONE DA SILVA**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) SIMONE DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/09/2022 À 31/08/2023 a serem gozadas no período de 04/01/2024 À 02/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº335/2024-FHJA

Publicação Nº 5483562

PORTARIA Nº 335/2024FHJA DE 04/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) JULIANA MARIA RIBEIRO DE DEUS**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) JULIANA MARIA RIBEIRO DE DEUS referente ao período aquisitivo de 08/08/2022 À 07/08/2023 a serem gozadas no período de 04/01/2024 À 02/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº336/2024-FHJA

Publicação Nº 5483567

PORTARIA Nº 336/2024FHJA DE 04/01/2024**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARILENI APARECIDA PORTO DA SILVA**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no anexo VIII da Lei nº 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MARILENI APARECIDA PORTO DA SILVA referente ao período aquisitivo de 08/08/2022 À 07/08/2023 a serem gozadas no período de 04/01/2024 À 02/02/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº337/2024-FHJA

Publicação Nº 5483573

PORTARIA Nº 337/2024FHJA DE 04/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) VIVIANE ANTUNES**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares ao (à) servidor (a) VIVIANE ANTUNES referente ao período aquisitivo de 03/08/2022 À 02/08/2023 a serem gozadas no período de 04/01/2024 À 23/01/2024 convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº338/2024-FHJA

Publicação Nº 5483575

PORTARIA Nº 338/2024FHJA DE 04/01/2024

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARIA LIDIA MORAES**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767 de 24/03/2003,

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) MARIA LIDIA MORAES referente ao período aquisitivo de 16/08/2022 À 15/08/2023 a serem gozadas no período de 08/01/2024 À 22/01/2024.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 04 de Janeiro de 2024.

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 01/2024**

Publicação Nº 5484400

PORTARIA SAMAE CNO 01/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor AGOSTINHO BECKER, Encanador, Padrão 5.2.F, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/06/22 a 03/06/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 01/02/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE**PORTARIA 02/2024**

Publicação Nº 5484401

PORTARIA SAMAE CNO 02/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor ALEXANDRE KUNEN, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 26/12/22 a 25/12/23, para serem gozadas de 08/01/2024 a 27/01/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE**PORTARIA 03/2024**

Publicação Nº 5484404

PORTARIA SAMAE CNO 03/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor ANDRÉ LUIS FAGUNDES, Auxiliar de Operações, Padrão 2.1.A, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/09/22 a 01/09/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 01/02/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE**PORTARIA 04/2024**

Publicação Nº 5484405

PORTARIA SAMAE CNO 04/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor ANTÔNIO CARLOS GOMES DA SILVA, Vigilante, Padrão 3.1.J, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/22 a 31/01/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 01/02/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 05/2024

Publicação N° 5484406

PORTARIA SAMAE CNO 05/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor EDLSON JOACIR LAGO, Pedreiro, Padrão 5.1.J, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 21/10/22 a 20/10/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 22/01/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE**PORTARIA 06/2024**

Publicação N° 5484410

PORTARIA SAMAE CNO 06/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor EDSON JAIR LAGO, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.F, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 30/06/22 a 29/06/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 22/01/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE**PORTARIA 07/2024**

Publicação N° 5484413

PORTARIA SAMAE CNO 07/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor EDSON KUHNNEN, Encanador, Padrão 5.1, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/22 a 31/05/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 22/01/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE**PORTARIA 08/2024**

Publicação N° 5484415

PORTARIA SAMAE CNO 08/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor JEAN CARLOS PEROTONI, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.F, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 25/03/22 a 24/03/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 01/02/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 09/2024

Publicação N° 5484416

PORTARIA SAMAE CNO 09/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor JOEL FRANCISCO FAGUNDES, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.3.L, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/09/22 a 19/09/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 01/02/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 10/2024

Publicação N° 5484419

PORTARIA SAMAE CNO 10/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias à servidora JULIANA PRISCILA RIGO ANTUNES, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/22 a 31/05/23, para serem gozadas de 08/01/2024 a 27/01/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 11/2024

Publicação N° 5484421

PORTARIA SAMAE CNO 11/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor NAHIN ALVES DE CARVALHO, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.1, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 19/10/22 a 18/10/23, para serem gozadas de 08/01/2024 a 27/01/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 12/2024

Publicação N° 5484424

PORTARIA SAMAE CNO 12/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor PEDRO HENRIQUE RIBEIRO, Encanador, Padrão 5.1.G, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/04/22 a 14/04/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 01/02/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 13/2024

Publicação N° 5484425

PORTARIA SAMAE CNO 13/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor RODOLFO RODRIGUES, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 20/07/22 a 19/07/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 22/01/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 14/2024

Publicação N° 5484429

PORTARIA SAMAE CNO 14/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias à servidora VANDA POLTRONIERI MOCELIN, Servente, Padrão 1.1, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/22 a 31/05/23, para serem gozadas de 03/01/2024 a 01/02/2024.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 15/2024

Publicação N° 5484432

PORTARIA SAMAE CNO 15/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder LICENÇA PRÊMIO, com base no Artigo 99, Seção X, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo período de 15 (quinze) dias ao servidor ADÃO ALVÍSIO CORDEIRO, Encanador, Padrão 5.2.J, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 à 01/01/2016. O período da licença é de 03/01/2024 a 17/01/2024.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

003/2024

Publicação N° 5483985

PORTARIA N°. 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

ANTONIO CARLOS MACHADO JÚNIOR, Prefeito do Município de Canelinha em exercício, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXVIII, do art. 70 e alínea "c" do inciso II, do art. 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Canelinha, e especificamente o inciso I, alínea "a" do art. 140 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como fiscal de contratos, os seguintes servidores:

- a) Fundo Municipal de Saúde – Servidora Franciela Alves, matrícula 141, CPF nº. 008.652.099-79;
- b) Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha – Servidora Angélica Rosa da Silva, matrícula 383, CPF nº. 092.614.889-35;
- c) SEMAIS – Servidora Daiani Espíndola – matrícula 65, CPF nº. 081.779.699-19;
- d) Prefeitura – Servidor Edson Luiz Teixeira – matrícula 4308, CPF nº. 682.391.309-68.

Art. 2º. Aos Fiscais de Contratos, ora nomeados, fica garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, sem prejuízo de outros atos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade;

II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;

IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

VI – Solicitar à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

VIII – manter sob sua guarda, cópia dos processos de contratações;

IX – Encaminhar à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

XI – Exercer outras atividades correlatas à sua função;

Art. 3º. O Setor de Compras e Licitações disponibilizará ao Fiscal nomeado, cópia do contrato, do edital de licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da contratada, e, oportunamente, dos aditivos, bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal de Contratos amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº. 085, de 25 de maio de 2023.

Cumpre-se, registre-se e publique-se.

ANTONIO CARLOS MACHADO JÚNIOR
Prefeito do Município em exercício

3537/2023

Publicação Nº 5483776

DECRETO Nº. 3537, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº. 4193, de 13 de dezembro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial na importância de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), para suplementar a Ação: (1.034) Aquisição de Veículo, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

10 – Fundo Municipal de Saúde de Canelinha

01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional programática: 10.301.0025

Modalidade de Aplicação: (027) 4.4.90 (Investimento)

Fonte de Recurso: 02.0600 (S.F. rec. fundo a fundo - Estado)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá por conta do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, na mesma fonte de recurso e respectivo valor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 13 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL

Prefeito de Canelinha

3542/2023

Publicação Nº 5483767

DECRETO Nº. 3542, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 9º da Lei nº. 4055, de 10 de novembro de 2022;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para suplementar a Ação: (2.023) Assistência Hospitalar e Ambulatorial, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

10 – Fundo Municipal de Saúde de Canelinha

01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional programática: 10.302.0025

Modalidade de Aplicação: (001) 3.1.90 (Pessoal)

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculados a impostos)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá por conta da anulação parcial da Ação: (2.023) Assistência Hospitalar e Ambulatorial, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

10 – Fundo Municipal de Saúde de Canelinha

01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional programática: 10.302.0025

Modalidade de Aplicação: (002) 3.3.90 (Custeio) R\$ 52.987,79 (005) 4.4.90 (Investimento) R\$ 27.012,21

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculados a impostos)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 12 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL

Prefeito de Canelinha

3546/2023

Publicação Nº 5483779

DECRETO Nº. 3546, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 10 da Lei nº. 4055, de 30 de novembro de 2022;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 2.053,45 (dois mil, cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos), para suplementar a Ação: (2.023) Assistência Hospitalar e Ambulatorial, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

09 – Fundação Hospitalar de Canelinha

01 – Fundação Hospitalar

Funcional programática: 10.302.0025

Modalidade de Aplicação: (012) 3.1.90 (Pessoal)

Fonte de Recurso: 01.0600 (Trans. fundo a fundo - SUS)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá por conta do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, na mesma fonte de recurso e respectivo valor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 12 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL

Prefeito de Canelinha

3548/2023

Publicação Nº 5483771

DECRETO Nº. 3548, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 9º e 10 da Lei nº. 4055, de 30 de novembro de 2022;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 219.368,90 (duzentos e dezenove mil, trezentos e sessenta e oito reais e noventa centavos), para suplementar as ações, pertencentes ao órgão governamental abaixo especificado:

10 – Fundo Municipal de Saúde de Canelinha

01 – Fundo Municipal de Saúde

Ação: (2.068) Atenção Mac Amb. Hospitalar

Funcional programática: 10.301.0025

Modalidade de Aplicação: (013) 3.1.90 (Pessoal) R\$ 77.323,90

Fonte de Recurso: 01.0604 (Transf. Fed. Comb. Endemias)

Ação: (2.067) Atenção Primária União

Funcional programática: 10.301.0025

Modalidade de Aplicação: (005) 3.1.90 (Pessoal) R\$ 142.045,00

Fonte de Recurso: 01.0500 (rec. não vinculado à impostos)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá por conta do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício no valor de R\$ 77.323,90 (setenta e sete mil, trezentos e vinte e três reais e noventa centavos) e pela anulação parcial da Ação: (2.067) Atenção Primária União, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

10 – Fundo Municipal de Saúde de Canelinha

01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional programática: 10.301.0025

Modalidade de Aplicação: (008) 3.3.90 (Custeio) R\$ 100.000,00

(011) 4.4.90 (Investimento) R\$ 42.045,00

Fonte de Recurso: 01.0500 (Rec. não vinculado de impostos)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 19 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL

Prefeito de Canelinha

3549/2023

Publicação Nº 5483770

DECRETO Nº. 3549, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº. 4171, de 30 de outubro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 146.214,44 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos), para suplementar a Ação: (2.067) Atenção Primária União, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

10 – Fundo Municipal de Saúde de Canelinha

01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional programática: 10.301.0025

Modalidade de Aplicação: (005) 3.1.90 (Pessoal)

Fonte de Recurso: 01.0500 (rec. não vinculado de impostos)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá por conta do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, na mesma fonte de recurso e respectivo valor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 19 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL

Prefeito de Canelinha

3557/2023

Publicação Nº 5483766

DECRETO Nº. 3537, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº. 4193, de 13 de dezembro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial na importância de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), para suplementar a Ação: (1.034) Aquisição de Veículo, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado:

10 – Fundo Municipal de Saúde de Canelinha

01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional programática: 10.301.0025

Modalidade de Aplicação: (027) 4.4.90 (Investimento)

Fonte de Recurso: 02.0600 (S.F. rec. fundo a fundo - Estado)

Art. 2º. O crédito aberto neste Decreto correrá por conta do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, na mesma fonte de recurso e respectivo valor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 13 de dezembro de 2023.

DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL

Prefeito de Canelinha

PORTARIA Nº 001/2024 PMC

Publicação Nº 5486764

PORTARIA Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

Antônio Carlos Machado Junior, Prefeito em Exercício de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso XXVIII, do artigo 70, e alínea "c" do inciso II, do artigo 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Canelinha e demais disposições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Gratificar a servidora Andria Macedo Campos, portadora da matrícula 4429, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, com 1 (uma) gratificação prevista na Lei 4.011/2022, por exercer a função de Diretor de unidade escolar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpre-se, registre-se e publique-se.

Antônio Carlos Machado Junior
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 002/2024 PMC

Publicação Nº 5486768

PORTARIA Nº 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

Antônio Carlos Machado Junior, Prefeito em Exercício de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso XXVIII, do artigo 70, e alínea "c" do inciso II, do artigo 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Canelinha e demais disposições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Gratificar a servidora Miriam Vink Ávila, portadora da matrícula 4192, lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania com 1 (uma) gratificação prevista no inciso II do artigo 1º da Lei nº 3266/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpre-se, registre-se e publique-se.

Antônio Carlos Machado Junior
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 004/2024 PMC

Publicação Nº 5486770

PORTARIA Nº 004 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

Antônio Carlos Machado Junior, Prefeito em Exercício de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso XXVIII, do artigo 70, e alínea "c" do inciso II, do artigo 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Canelinha e demais disposições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar em todos os seus termos a portaria nº 038 de 22 de fevereiro de 2023, em que concedeu uma gratificação a servidora Gilmara Limas, matrícula 2154, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpre-se, registre-se e publique-se.

Antônio Carlos Machado Junior
Prefeito em exercício do Município

PORTARIA Nº 287/2023 PMC

Publicação Nº 5486881

PORTARIA Nº 287, DE 19 de dezembro DE 2023.

Dispõe sobre a exoneração do servidor público Jose De Andrade aposentado pelo RGPS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de CANELINHA, DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos artigos 70, XXVIII, e 86, II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que o art. 37, § 14, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, dispõe que "a aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição";

CONSIDERANDO que o tempo de contribuição para aposentadoria decorreu do cargo público ocupado no Município de Canelinha e o servidor(a) teve o benefício de aposentadoria por tempo de serviço concedido no dia 25 de janeiro de 2022 após a entrada em vigor da EC nº 103/2019;

CONSIDERANDO que o art. 37, § 10, da Constituição Federal veda "a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração";

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2023, o servidor Jose De Andrade, matrícula 575, CPF 919.315.509-30, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que teve o seu vínculo rompido por força de aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS), nos termos da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canelinha/SC, 19 de dezembro de 2023.

Diogo Francisco Alves Maciel
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA N° 07/2024

Publicação N° 5483692



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA N°. 07/2024

MARIA HERMÍNIA MORESCHI, Secretária Municipal de Assistência Social, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1° - Fica exonerada a pedido a servidora **ANA MARIA COLAÇO NIZER**, contratada através Processo Seletivo 004/SEMAS/2023, para o cargo de Orientador Social, vaga em vacância, desempenhando suas funções no CRAS Maria Iracema Kohler Fedalto - região II, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 03/01/2024, conforme o Memorando n° 20/SEMAS/2024.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2024.

MARIA HERMÍNIA MORESCHI
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina (DOM/SC)

PORTARIA N° 08/2024

Publicação N° 5483693



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA N°. 08/2024

MARCOS ANTONIO KUCARZ, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora **LEDIANE MAGALHÃES**, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/01/2024, conforme Memorando n° 30/2024/GAB.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2024.

MARCOS ANTONIO KUCARZ

Prefeito

Esta Portaria foi publicada no Diário
Oficial dos Municípios de Santa
Catarina (DOM/SC)

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR



PORTARIA N° 2986/2023

Publicação N° 5484156



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA N°. 2986/2023

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º - Fica autorizado a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro do servidor **MARCOS ANTONIO DUMAS**, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de dezembro de 2023.

FRANCIELI DA COSTA COLLA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário
Oficial dos Municípios de Santa
Catarina (DOM/SC).

PORTARIA N° 3005/2023

Publicação N° 5484204



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA N°. 3005/2023

MARIA HERMÍNIA MORESCHI, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora **ZENILDA LEMOS DE SOUZA**, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir de 08/01/2024 a 17/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2023.

MARIA HERMÍNIA MORESCHI
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA Nº 3007/2023

Publicação Nº 5484152



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 3007/2023

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora **MARIA APARECIDA CHAVES CUSTODIO**, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 16/12/2023 a 01/12/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2023.

FRANCIELI DA COSTA COLLA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR



PORTARIA N° 3008/2023

Publicação N° 5484160



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA N°. 3008/2023

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora **DEBORA FARIAS DE SOUZA**, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 28/11/2023 a 27/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2023.

FRANCIELI DA COSTA COLLA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR



Capão Alto

PREFEITURA

DECRETO Nº 01/2024

Publicação Nº 5485317



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 001/2024.**De 04 de janeiro de 2024.**

**“DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, AFETADAS POR CHUVAS
INTENSAS - GRANIZO (COBRADE 1.3.2.1.3, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”**

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica, e pelo Inciso VII do Art. 7º, Inciso VI do artigo 8º, todos da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I- Que a chuva (GRANIZO) ocorrida no dia 03 de janeiro do ano corrente, afetou moradores no centro e na zona rural, causando danos e prejuízos;

II- Que em decorrência do referido evento ocorreram danos pela força da tempestade, ruas ficaram interditadas devido ao gelo nas pistas e que instalações públicas e obras de infraestrutura públicas foram danificadas, sendo necessário ações de respostas (entrega de itens de assistência), reconstrução provisória de serviços essenciais prejudicados e interrompidos, recuperação de obras de infraestruturas, benefícios ou ações necessárias para restabelecer a normalidade local;

III- Que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC,

**Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto – SC - CEP: 88.548-000.
CNPJ: 01.599.409/0001-39 - e-mail: gabinete@capaoalto.sc.gov.br
Telefone: (49) 3237-2000 - Fax: (49)3237-2016**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência, conforme disposto no inciso IV do Art. 9º da Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional e Instrução Normativa nº 02, de 30 de outubro de 2019, da Defesa Civil de Santa Catarina;

IV– Que da consequência dos danos materiais, além de prejuízos econômicos e sociais expressivos, a situação de normalidade precisa ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local e complementados com o aporte de recursos dos demais entes federativos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a Situação de Emergência nas áreas do município, registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva – Granizo (COBRADE 1.3.2.1.3], conforme o anexo da Portaria nº 260/MDR/2022.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMP-DEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto – SC - CEP: 88.548-000.
CNPJ: 01.599.409/0001-39 - e-mail: gabinete@capaoalto.sc.gov.br
Telefone: (49) 3237-2000 - Fax: (49)3237-2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMP-DEC do Município de Capão Alto, Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto – SC - CEP: 88.548-000.
CNPJ: 01.599.409/0001-39 - e-mail: gabinete@capaoalto.sc.gov.br
Telefone: (49) 3237-2000 - Fax: (49)3237-2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência pelo prazo de 180 dias.

Capão Alto, 04 de janeiro de 2024.

TITO PEREIRA
FREITAS: 14079468991

Assinado digitalmente por TITO PEREIRA FREITAS: 14079468991
Data: 05/01/2024 10:00:00
Certificado: 14079468991
Assinado digitalmente por TITO PEREIRA FREITAS: 14079468991
Data: 05/01/2024 10:00:00
Certificado: 14079468991

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 - Capão Alto - SC - CEP: 88.548-000.
CNPJ: 01.599.409/0001-39 - e-mail: gabinete@capaoalto.sc.gov.br
Telefone: (49) 3237-2000 - Fax: (49) 3237-2016

Capinzal

PREFEITURA

ATA DE ELEIÇÃO DADIRETORIA DO CIALAS

Publicação Nº 5483702

ATA Nº 16/2023

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS DIRETRIZES (LDO) PARA 2024, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2024, ELEIÇÃO DA DIRETORIA PARA EXERCÍCIO DE 2024 E ASSUNTOS GERAIS.

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às nove horas, nas dependências do Consórcio Abrigo Casa Lar - CIALAR, Situado na Rua Emilia Barison, 130, loteamento Santa Terezinha, em Capinzal, reuniram-se em sessão ordinária os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio CIALAR, o Sr. Nilvo Dorini - Prefeito Municipal de Capinzal; Claudir Duarte - Prefeito do Município de Ouro; Marcelo Baldissera - Prefeito do Município de Ipirá, Sérgio Luiz Calegari - Prefeito do Município de Lacerdópolis, Benjamim Arcangelo Borssoi - Coordenador Administrativo do Município de Capinzal; o Sr. Edinei Gerônimo Teodoro da Silva - Psicólogo do CIALAR, e Taise da Cruz Moraes - Assistente Social do CIALAR. O Município de Piratuba não enviou representantes. Conforme disposto no Edital Nº 001/2023, de 04 de dezembro de 2023, a assembléia teve a seguinte ordem do dia: a) Demonstração dos relatórios financeiros, receitas e despesas período de Janeiro a Novembro de 2023; b) Discussão e aprovação da LDO para exercícios de 2024; c) Discussão e aprovação da LOA para o exercício de 2024; d) Eleição da nova diretoria para exercício de 2024; e) Revisão salarial dos servidores do CIALAR; f) Assuntos gerais. O representante da equipe técnica e coordenação CIALAR Edinei Gerônimo Teodoro da Silva, saudando as autoridades presentes, iniciou a assembleia, agradecendo a presença de todos e repassou a palavra ao Coordenador Administrativo do Município de Capinzal, Sr. Benjamim Arcangelo Borssoi que atendendo ao item "a" do Edital, explanou sobre a prestação de contas preliminar relativa aos gastos com o Consórcio onde foram detalhadas as receitas recebidas de cada município consorciado, a aplicação de recursos, o saldo financeiro disponível e os gastos previstos para o encerramento do exercício de 2023, sendo entregue aos participantes os relatórios explanados na assembléia. Na sequência da ordem do dia, itens "b" e "c" do edital, tratou-se da análise e aprovação das ações a serem contempladas na LDO e na LOA para exercício de 2024. A matéria foi apresentada pelo coordenador Administrativo do Município de Capinzal, Sr. Benjamim Arcangelo Borssoi, através de planilhas demonstrando a provisão com gastos com pessoal, investimentos e demais despesas de custeio. O valor previsto para LDO para o exercício de 2024, ficou estabelecido em R\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais), distribuídos em R\$ 1.660.000,00 (um milhão, seiscentos e sessenta mil reais) em despesas correntes e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em despesas de capital. Em consonância com a LDO, o valor orçado na LOA para exercício de 2024 ficou previsto em R\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais), distribuídos em R\$ 1.660.000,00 (um milhão, seiscentos e sessenta mil reais) em despesas correntes e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para despesas capital. Após a apresentação das ações e valores estabelecidos na LDO e para a proposta orçamentária para 2024, o Presidente do Consórcio, Sr. Claudir Duarte, pôs a matéria em discussão. Discutida a matéria foi posta em votação que por unanimidade dos presentes foram aprovadas as duas peças orçamentárias (LDO e LOA 2024). Ficou também acordado que, no exercício de 2024, os repasses dos municípios ao Consórcio, terão início no mês de JANEIRO e serão efetuados em 12 (doze) parcelas, com a possibilidade de suspensão das parcelas relativas aos meses de Novembro e Dezembro, caso haja saldo suficiente em caixa para o encerramento do exercício de 2024 e suporte para as despesas de Janeiro de 2025. Seguindo a ordem do dia, o assunto pertinente ao item "d" do edital, tratou-se da eleição para nova diretoria para exercício de Janeiro a Dezembro de 2024. Na oportunidade, o Presidente do Consórcio, Sr. Claudir Duarte, informou aos presentes sobre as normativas estatutárias relativas à eleição, bem como, informou aos prefeitos representantes dos municípios consorciados de que não poderia assumir um novo mandato de presidente do consórcio, em vista ser candidato a reeleição para prefeito pelo município de Ouro, no próximo pleito eleitoral que ocorrerá em 2024. Na forma do prevista Estatuto Social, e por consenso houve apresentação de chapa única, assim composta: para Presidente o Sr, Nilvo Dorini - Prefeito Municipal de Capinzal, Vice-Presidente o Sr, Sérgio Luiz Calegari - Prefeito do Município de Lacerdópolis, e para Secretário o Sr. Olmir Paulo Benjamini - Prefeito do Município de Piratuba. Em ato contínuo, tendo sido apresentada uma única chapa, foi realizada a eleição da nova diretoria para o exercício de 2024. A eleição ocorreu por aclamação, na forma do disposto no § 1º, do art. 16, do Estatuto Social, ficando a nova diretoria assim composta: Presidente o Sr, Nilvo Dorini - Prefeito Municipal de Capinzal, Vice-Presidente o Sr, Sérgio Luiz Calegari - Prefeito do Município de Lacerdópolis, e para Secretário o Sr. Olmir Paulo Benjamini - Prefeito do Município de Piratuba. Encerrada a eleição, deu-se continuidade à assembleia, onde o Presidente eleito Sr. Nilvo Dorini agradeceu aos demais consorciados e salientou da importância do apoio dos demais prefeitos para que continue sendo feitas boas ações em prol da instituição CILAR. Seguindo a ordem do dia, o item "e" do edital, tratou-se da revisão dos salários dos servidores do CIALAR, na oportunidade os representantes da Equipe Técnica e Coordenação, Sr. Edinei Gerônimo Teodoro da Silva juntamente com a Sra. Taise da Cruz de Moraes, apresentaram alguns dados em relação às funções, bem como, de suas respectivas cargas horárias e referências salariais em relação aos municípios vizinhos, assim como, o Coordenador Administrativo Sr. Benjamim Borssoi, também trouxe alguns comparativos. Assim, juntamente com os consorciados foi discutida a matéria em questão referente à defasagem salarial, sendo acordado que por ocasião do reajuste anual que ocorrerá na data base abril de 2024, será realizada nova assembleia, no primeiro trimestre de 2024, para discutir além da recomposição inflacionaria a possibilidade de aumento nos vencimentos dos servidores do consórcio. Seguindo a ordem do dia, item "f" do edital, tratou de assuntos gerais, com a palavra os representantes do CIALAR apresentaram o número de acolhimentos ocorridos no ano de 2023 e seus respectivos municípios de origem, bem como, de alguns trabalhos que vêm sendo desenvolvidos para realização e consequente integração social dos acolhidos. Na oportunidade foram questionados sobre o atual quadro de servidores da instituição, sendo respondido, que conta com 10 Monitores Sociais, 7 Serviços Gerais, 3 integrantes da Equipe Técnica e 1 Coordenadora. Não havendo mais manifestações, encerrada a ordem do dia, o atual Presidente do Consórcio e presidente da assembleia, agradeceu aos prefeitos pelo apoio durante a gestão de 2023, colocou-se a disposição dos consorciados, para as eventualidades que surgirem, reiterou o convite para que todos, cada um dentro de suas possibilidades se façam presentes na gestão 2024. Desejou um feliz Natal e um próspero ano novo a todos. Nada mais havendo a tratar, encerrou a Assembleia da qual lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelos presentes.

ATA DE POSSE DIRETORIA CIALAR 2024

Publicação Nº 5483704

ATA Nº 001/2024

POSSE DA DIRETORIA PARA EXERCÍCIO DE 2024

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, nas dependências do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, com sede à Rua Emília Barison 130, em Capinzal, reuniram-se os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio CIALAR, sendo o Sr. Nilvo Dorini – Prefeito do Município de Capinzal; o Sr. Sergio Luiz Calegari - prefeito do Município de Lacerdópolis; Sr. Marcelo Baldissera - prefeito do Município de Ipira; Sr. Claudir Duarte - prefeito do município de ouro; o Sr. Olmir Paulinho Benjamini - Prefeito do Município de Piratuba; a Srª Aline Soccol Minks, coordenadora do Consórcio; a Srª Tayslaine Lopes Rodrigues, Psicóloga da Instituição de Acolhimento; e a Srª Taise da Cruz Moraes, Assistente Social da Instituição de Acolhimento; e o Sr. Edinei Gerônimo Teodora da Silva, Psicólogo do CIALAR. Na forma do disposto no Edital nº 002, de 22 de dezembro de 2023, a assembleia teve a seguinte Ordem do dia: a) Posse da nova Diretoria para o Exercício de 2024; b) Assuntos Gerais. O presidente do Consórcio, eleito nos termos da Ata nº 016, de 04 de dezembro de 2023, Sr. Nilvo Dorini - Prefeito Municipal de Capinzal, saudou aos presentes, agradeceu a presença e desejou boas vindas a todos. Em seguida deu início a Assembleia, na forma prevista no item "a" do Edital e deu início às solenidades de posse da nova Diretoria, sendo empossados os seguintes membros: Para Presidente o Sr. Nilvo Dorini, Prefeito Municipal de Capinzal; para Vice Presidente Sérgio Luiz Calegari - Prefeito do Município de Lacerdópolis, e para Secretário o Sr. Olmir Paulo Benjamini - Prefeito do Município de Piratuba. Encerradas as solenidades de posse da Diretoria, o presidente da assembleia, Sr. Nilvo Dorini, agradeceu a confiança dos consorciados em reconduzi-lo à presidência do consórcio, declarou que vai empenhar-se de forma efetiva dando todo apoio e atenção especial a equipe no desenvolvimento das ações realizadas pelo consórcio e solicitou apoio dos prefeitos consorciados para a boa continuidade das ações do CIALAR. Não havendo manifestação dos demais presentes sobre a solenidade de posse da nova diretoria, foi aberto aos presentes o segundo e último item da pauta da assembleia, tratando-se assuntos gerais. Na oportunidade, a coordenadora do CIALAR, Srª Aline Soccol Minks explanou sobre as atividades a serem desenvolvidas durante o exercício de 2024, no atendimento aos abrigados. Citou as necessidades do abrigo, para o bom andamento das atividades lá desenvolvidas e do bem estar dos acolhidos e fez um breve histórico sobre o total de acolhidos egressos que passaram pelo abrigo no ano de 2023 e os que se mantêm em acolhimento na instituição num total de 10 acolhidos. Informou aos Prefeitos que nos casos de necessidade de atendimentos à saúde e internação dos abrigados que a responsabilidade recai sobre o município de origem dos abrigados. Salientou que as tarefas no cuidado com os abrigados são árduas e ao mesmo tempo compensadoras pois, se não na totalidade, mas a maioria dos casos é obtido êxito. Encerrando assim a sua fala. Não havendo mais manifestações, encerrada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Presidente do Consórcio e da Assembleia, agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia da qual lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelos presentes.

CONTRATO Nº001/2024 RATEIO CIALAR 2024

Publicação Nº 5483717

CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2024

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR) E OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO, IDENTIFICADOS A SEGUIR.

Pelo presente Instrumento Administrativo (Contrato de Rateio) com fundamento no artigo 30 do Estatuto Social do Consórcio, os Municípios integrantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 12.341.411/0001-20, constituído nos termos da Lei Federal 11.107, de 06 de abril de 2005, com sede à Rua Emilia Barison nº 130, Loteamento Santa Terezinha, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Claudir Duarte, inscrito no CPF sob o nº 769.786.139-91, doravante denominado contratado, e os MUNICÍPIOS de: CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, com sede à Rua Carmelo Zócolli, 155, CEP 89.665-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Nilvo Dorini, inscrito no CPF sob o nº 482.175.149-68; LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.439.471/0001-24, com sede à Rua 31 de Março, 1.050, CEP 89.660-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Sergio Luiz Calegari, inscrito no CPF sob o nº 596.847.989-20; OURO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.228/0001-57, com sede à Rua Governador. Jorge Lacerda, 1209, CEP 89.663-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Claudir Duarte, inscrito no CPF sob o nº 769.786.139-91; PIRATUBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.814.481/0001-58, com sede à Rua Jorge Lacerda, 133, CEP 89.667-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Olmir Paulinho Benjamini, inscrito no CPF sob o nº 437.462.509-78 e IPIRA pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.814.260/0001-65, com sede à Rua 15 de Agosto, 324, CEP 89.669-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Sr. Marcelo Baldissera, inscrito no CPF sob o nº 088.073.729-83, doravante denominados contratantes, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e ao Estatuto Social do Consórcio Público CIALAR, o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e das respectivas leis municipais de ratificação do Protocolo de Intenções do CIALAR, e resolução Nº 031/2023, de 04 de dezembro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa do Consórcio CIALAR para o exercício 2024.

DO OBJETO

CLAUSULA SEGUNDA – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelos Municípios Consorciados, (contratantes) para custear as despesas de administração, pessoal, custeio e investimentos dos serviços do Consórcio Público Intermunicipal Abrigo Casa Lar (contratado), para promover a execução dos serviços colocados a disposição pelo contratado, em especial a execução de programa de abrigo provisório, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações, a Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, em especial os seguintes:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- II – atendimento personalizado em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime co-educação;
- V – não-desmembramento de grupos irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo
- X – As crianças e adolescentes abrigados serão submetidos a avaliações periódicas, conforme disposto no § 1º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.509/2017;
- XI – Os prazos máximos de abrigamento serão os dispostos no § 2º do artigo 19 da Lei 8.069/1990, com redação dada pela Lei 12.509/2017.

Parágrafo Único. A estrutura a ser criada não contemplará internamento de infratores e menores com histórico de dependências químicas.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA – Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo Contratado em sua sede e/ou na sede do Contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços a sede do Contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

DO VALOR E DO RATEIO

CLAUSULA QUARTA – O valor global do presente contrato é de R\$ 1.720.000,00 (um milhão setecentos e vinte mil reais), distribuído na classificação econômica conforme tabela a seguir e o rateio entre os contratantes ocorrerá na forma da cláusula quinta.

Elemento	Descrição	Valor
31.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.080.000,00
33.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	580.000,00
44.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	60.000,00
	Total	1.720.000,00

DO REPASSE

CLÁUSULA QUINTA – O repasse do valor contratual previsto para cada contratante será feito em parcelas mensais contadas a partir do mês de janeiro de 2024, vencíveis até o décimo dia útil do mês subseq-ente, operacionalizando-se por meio do pagamento através de depósito no Banco do Brasil, Agência 0644-0, Conta Corrente 37.607-8, ou boleto bancário emitido pelo Contratado.

§ 1º - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual de cada um dos Municípios consorciados, em dotações orçamentárias específicas.

§ 2º - Para a execução do objeto deste contrato, cada Município repassará ao Contratado, durante o exercício de 2024, a importância a seguir descrita:

a) O Município de Capinzal repassará ao CIALAR a importância mensal de R\$ 77.658,00 (setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e oito reais), perfazendo um valor anual de R\$ 931.896,00 (novecentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa e seis reais), de acordo com dotação orçamentária e classificação econômica a seguir:

Órgão: 10. Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal
Unidade Orçamentária: 10.01. Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade: 10.01.08.243.0175.2123 Manutenção do Abrigo, Proteção Social de Alta Complexidade.
Modalidade: 3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000
Modalidade: 3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000
Modalidade: 4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.0000

Elemento	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	585.144,00	48.762,00
33.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	314.244,00	26.187,00
44.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	32.508,00	2.709,00
	Total	931.896,00	77.658,00

b) O Município de Lacerdópolis repassará ao CIALAR a importância mensal de R\$ 7.553,67 (sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), perfazendo um valor anual de R\$ 90.644,00 (noventa mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), de acordo com a dotação orçamentária e classificação econômica a seguir:

Órgão: 09- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Unidade: 01- F. M. dos Direitos da Criança e Adolescência

Projeto/Atividade: 08.243.1013.2046 Transferência Para Consórcio Público CIALAR

Modalidade: 3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Modalidade: 3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Modalidade: 4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Elemento	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	56.916,00	4.743,00
33.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	30.566,00	2.547,17
44.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	3.162,00	263,50
	Total	90.644,00	7.553,67

c) O Município de Ouro repassará ao CIALAR a importância mensal de R\$ 23.535,34 (vinte e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos), perfazendo um valor anual de R\$ 282.424,00 (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), de acordo com a com dotação orçamentária e classificação econômica a seguir:

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001. Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade: 11.001.08.243.0013.2052. Transferência ao Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar

Modalidade: 3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Modalidade: 3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Modalidade: 4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Elemento	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	177.336,00	14.778,00
33.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	95.236,00	7.936,34
44.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	9.852,00	821,00
	Total	282.424,00	23.535,34

d) O Município de Piratuba repassará ao CIALAR a importância mensal de R\$ 19.249,67 (dezenove mil, duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos), perfazendo um valor anual de R\$ 230.996,00 (duzentos e trinta mil, novecentos e noventa e seis reais), de acordo com a dotação orçamentária e classificação econômica a seguir:

10.01.08.243.0017.2.034 - Apoio as Ações à Criança e ao Adolescente

Modalidade: 3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Modalidade: 3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Modalidade: 4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Elemento	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	145.044,00	12.087,00
33.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	77.894,00	6.491,17
44.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	8.058,00	671,50
	Total	230.996,00	19.249,67

e) O Município de Ipira repassará ao CIALAR a importância mensal de R\$ 15.336,67 (quinze mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos), perfazendo um valor anual de R\$ 184.040,00 (cento e oitenta e quatro mil e quarenta reais), de acordo com dotação orçamentária e classificação econômica a seguir:

Órgão: 04. Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social re Ipira

Unidade Orçamentária: 04.03. Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

Projeto Atividade: 04.03.08.243.0007.2.011 - Manutenção das Ações do FIA

Modalidade: 3.1.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Modalidade: 3.3.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Modalidade: 4.4.7.1.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos – Fonte: 1.500.000

Código	Descrição	Valor Anual	Valor Mensal
31.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	115.560,00	9.630,00
33.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	62.060,00	5.171,67
44.71.70.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	6.420,00	535,00
	Total	184.040,00	15.336,67

§ 3º - No decorrer do exercício 2024, por decisão da assembleia do consórcio, os valores do repasse de cada Município poderão ser alterados para atender as despesas do consórcio conforme a execução orçamentária.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA SEXTA – Constitui obrigações do Contratado a prestação adequada dos serviços elencados na cláusula segunda, o disposto na cláusula nona, do presente contrato, bem como zelar pelos bens adquiridos ou produzidos com recursos repassados pelos municípios contratantes.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA SÉTIMA – Constitui obrigações do Contratante as previstas nas cláusulas quinta e oitava do presente contrato.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA – A fiscalização da execução das atividades pelo contratado por força do presente Contratado, será exercida pelo contratante através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do Contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao Contratado, que ficará sujeito a aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela Contratante.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLAUSULA NONA – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio CIALAR deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Parágrafo Único - A prestação de contas bimestral e anual aos Municípios consorciados será efetuada através de balancetes contendo os anexos da Lei 4.320/1964, e em relatórios específicos que demonstrem as despesas pelo rateio.

DAS PENALIDADES

CLAUSULA DÉCIMA – O Consorciado inadimplente com o Consorcio será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia, na forma do disposto nos art. 42 a 45 do Estatuto Social.

DA VIGÊNCIA

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente contrato de rateio tem sua vigência para o exercício de 2024.

DO FORO

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – Por estarem de pleno acordo e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Capinzal, SC, 2 de janeiro de 2024.

NILVO DORINI Presidente Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	CLAUDIR DUARTE Prefeito Município de Ouro
NILVO DORINI Prefeito Município de Capinzal	SERGIO LUIZ CALEGARI Prefeito Município de Lacerdópolis
OLMIR PAULINHO BENJAMINI Prefeito Município de Piratuba	MARCELO BALDISSERA Prefeito Município de Ipira
HILÁRIO CHIAMOLERA Assessor Jurídico OAB/SC 7681	BENJAMIM ARCANGELO BORSOI CPF 386.971.229-53

DECRETO Nº 001 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483581

DECRETO Nº 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação para o Chamamento Público para as Parcerias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade civil, na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Município de Capinzal – SC, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, na forma do Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade da constituição e nomeação da Comissão de Monitoramento e Avaliação para o Chamamento Público para as Parcerias e os Acordos de Cooperação entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil, em Regime de Mútua Cooperação, para a consecução de finalidades de Interesse Público e Recíproco, conforme o estabelecido na Lei Federal nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO o que o Município de Capinzal institui o Sistema Municipal de Cultura, através da Lei nº 3.425, de 18 de novembro de 2021, com a finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural.

DECRETA

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Marco Regulatório para o Chamamento Público para as Parcerias e os Acordos de Cooperação entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil, em Regime de Mútua Cooperação, para a consecução de Finalidades de Interesse Público e Recíproco no Município de Capinzal – SC, que será regida pelo disposto estabelecido na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será constituída por 3 (três) membros titulares e 01 (um) membro suplente, assegurada a participação na Comissão de, pelo menos, 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública, fica assim constituída:

a) Membros titulares:

I - Gisela Nara Martins, Servidora ocupante do cargo de Diretora Administrativa da Educação;

II - Joslei Luiz Martins, Servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo;

III - Vanessa de Mattos, Servidora ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Professor;

b) - Membro Suplente:

I - Ana Paula Franceschi Savariz, Servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora;

§ 1º A Comissão elegerá, dentre seus membros, a função de Presidente e Secretário.

§ 2º O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

Art. 3º A presente Comissão de Monitoramento e Avaliação fica vinculada administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e contará com estrutura para o atendimento de seus serviços técnicos e administrativos, devendo ser previstos recursos orçamentários próprios para tal fim, onde seus membros não serão remunerados ou gratificados a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º A Comissão de Monitoramento e Avaliação atuará como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação.

Art. 5º O mandato dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação instituída através do presente decreto, encerrará em 31 de dezembro de 2024;

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 3 de janeiro de 2024.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues
Secretário da Administração, Finanças.

DECRETO Nº 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483593

DECRETO Nº 002, DE 03 de janeiro DE 2024.

Institui a Comissão de Seleção e Julgamento para o Chamamento Público para as Parcerias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade civil, na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Município de Capinzal – SC, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, na forma do Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade da constituição e nomeação da Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público para as Parcerias e os Acordos de Cooperação entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil, em Regime de Mútua Cooperação, para a consecução de finalidades de Interesse Público e Recíproco, conforme o estabelecido na Lei Federal nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO o que o Município de Capinzal institui o Sistema Municipal de Cultura, através da Lei nº 3.425, de 18 de novembro de 2021, com a finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Seleção e Julgamento para o Chamamento Público para as Parcerias e os Acordos de Cooperação entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil, em Regime de Mútua Cooperação, para a Consecução de Finalidades de Interesse Público e Recíproco no Município de Capinzal – SC, que será regida pelo disposto estabelecido na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações.

Art. 2º A Comissão de Seleção e Julgamento será constituída por 3 (três) membros titulares e 01 (um) membro suplente, assegurada a participação na Comissão de, pelo menos, 1 (um) servidor ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública, ficando assim constituída:

a) Membros titulares:

- I - Kerolin Serafini, Servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de escriturária;
- II - Juliano do Prado, Servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de professor;
- III - Rafaela Daros Mergener, Servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de professora;

b) Membro Suplente:

- I - Carlos Alberto da Silva, Servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de professor;

§ 1º A Comissão elegerá, dentre seus membros, a função de Presidente e Secretário.

§ 2º O membro da Comissão de Seleção e Julgamento deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

Art. 3º A presente Comissão de Seleção e de Julgamento fica vinculada administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e contará com estrutura para o atendimento de seus serviços técnicos e administrativos, devendo ser previstos recursos orçamentários próprios para tal fim, onde seus membros não serão remunerados ou gratificados a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º A Comissão de Seleção e de Julgamento atuará como órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação

Art. 5º O mandato dos membros da Comissão de Seleção e Julgamento instituída através do presente decreto, encerrará em 31 de dezembro de 2024;

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 3 de janeiro de 2024.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues
Secretário da Administração, Finanças.

RESOLUÇÃO Nº 030/2023 LDO/2024 CIALAR

Publicação Nº 5483707

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR
CNPJ 12.341.411/0001-20 - Fone: (49) 3555-8700 - Fax: (49) 3555-8744
89.665-000 - Rua Emilia Barison, 130 - Lot. Santa Terezinha - Capinzal (SC)

CIALAR**RESOLUÇÃO Nº 030, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias (LDO) do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2024 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente, e;

Considerando decisão exarada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), Ata nº 016/2023, de 4 de dezembro de 2023, que aprovou as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovadas as metas do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2024, estimando as receitas e fixando as despesas no valor de R\$ 1.720.000,00 (um milhão, quinhentos e noventa mil reais), conforme detalhamento a seguir:

I - detalhamento da despesa:

ÓRGÃO: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR
UNIDADE: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 243: ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PROGRAMA: 001 - Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.
DIRETRIZ: Oferecer proteção integral às crianças e adolescentes encaminhadas pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e da Juventude.
OBJETIVOS: Incentivar o fortalecimento dos vínculos familiares; fortalecer a rede pública de atendimento e proteção aos acolhidos; propiciar suporte emocional, social, educacional e cognitivo necessário ao resgate da auto-estima e o retorno aos vínculos familiares e comunitários oferecendo proteção integral aos atendidos; garantir acompanhamento social sistemático das famílias estimulando o desenvolvimento e promovendo a auto-organização gradativa à co-responsabilidade na educação dos filhos; acompanhar as crianças e suas famílias articulando com as demais ações e programas da rede do Município destinada à população em situação de risco; encaminhar familiares dos acolhidos aos serviços da rede pública para participar de oficinas sócio educativas visando promover o fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de potenciais e a integração grupal e familiar.
Nome do indicador estabelecido: Crianças em situação de risco e vulnerabilidade social
Indicador (Índice) previsto no planejamento: 90%
Indicador (índice) pretendido no final do plano: 100%

CIALAR

Capinzal – Ipira – Lacerdópolis – Ouro – Piratuba

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR

CNPJ 12.341.411/0001-20 - Fone: (49) 3555-8700 - Fax: (49) 3555-8744

89.665-000 - Rua Emilia Barison, 130 - Lot. Santa Terezinha - Capinzal (SC)

CIALAR

AÇÕES		PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
2001 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIALAR		CONSÓRCIO	UNIDADE	1	5.326.148,75	1.500.0000
DESCRIÇÃO DA DESPESA	ELEMENTO	PREVISÃO	PREVISÃO		PREVISÃO	
		2024	2025		2026	
DESPESAS CORRENTES	300000000000	1.659.500,00	1.742.475,00		1.829.598,75	
DESPESAS COM PESSOAL	310000000000	1.080.000,00	1.134.000,00		1.190.700,00	
Aplicações Diretas	319000000000	1.800.000,00	1.134.000,00		1.190.700,00	
OUTRAS DESPESAS CORENTES	330000000000	579.500,00	608.475,00		638.898,75	
Aplicações Diretas	339000000000	579.500,00	608.475,00		638.898,75	
DESPESAS DE CAPITAL	400000000000	30.000,00	31.500,00		33.075,00	
INVESTIMENTOS	440000000000	30.000,00	31.500,00		33.075,00	
Aplicações Diretas	449000000000	30.000,00	31.500,00		33.075,00	
Sub Total (I)		1.689.500,00	1.773.975,00		1.862.673,75	
AÇÕES		PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
1.001 – AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CIALAR		CONSÓRCIO	UNIDADE	01	96.151,25	1.500.0000
DESCRIÇÃO DA DESPESA	ELEMENTO	PREVISÃO	PREVISÃO		PREVISÃO	
		2024	2025		2026	
DESPESAS CORRENTES	300000000000	500,00	525,00		551,25	
OUTRAS DESPESAS CORENTES	330000000000	500,00	525,00		551,25	
Aplicações Diretas	339000000000	500,00	525,00		551,25	
DESPESAS DE CAPITAL	400000000000	30.000,00	31.500,00		33.075,00	
INVESTIMENTOS	440000000000	30.000,00	31.500,00		33.075,00	
Aplicações Diretas	449000000000	30.000,00	31.500,00		33.075,00	
Sub Total (II)		30.500,00	32.025,00		33.626,25	
Total Geral (I+II)		1.720.000,00	1.806.000,00		1.896.300,00	

II - detalhamento da receita:

CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano: 2024	Ano: 2025	Ano: 2026
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes	1.660.000,00	1.743.000,00	1.830.149,99
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 - Transferências Correntes	1.660.000,00	1.743.000,00	1.830.149,99
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.660.000,00	1.743.000,00	1.830.149,99
1.7.3.9.00.0.0.00.00.00 - Outras Transferências dos Municípios	1.660.000,00	1.743.000,00	1.830.149,99
1.7.3.9.50.0.0.00.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	1.660.000,00	1.743.000,00	1.830.149,99
1.7.3.9.50.0.1.00.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos –	1.660.000,00	1.743.000,00	1.830.149,99
1.7.3.9.50.0.1.01.00.00 - Transferências do Município de Capinzal	899.388,00	944.357,40	981.575,25
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	899.388,00	944.357,40	981.575,25
1.7.3.9.50.0.1.02.00.00 - Transferências do Município de Ouro	272.572,00	286.200,60	310.510,63
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	272.572,00	286.200,60	310.510,63
1.7.3.9.50.0.1.03.00.00 - Transferências do Município de Lacerdópolis	87.482,00	91.856,10	96.448,91
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	87.482,00	91.856,10	96.448,91
1.7.3.9.50.0.1.04.00.00 - Transferências do Município de Piratuba	222.938,00	234.084,90	245.789,15
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	222.938,00	234.084,90	245.789,15

CIALAR
Capinzal – Ipira – Lacerdópolis – Ouro – Piratuba

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR
CNPJ 12.341.411/0001-20 - Fone: (49) 3555-8700 - Fax: (49) 3555-8744
89.665-000 - Rua Emilia Barison, 130 - Lot. Santa Terezinha - Capinzal (SC)

CIALAR

1.7.3.9.50.0.1.05.00.00 - Transferência do Município de Ipira	177.620,00	186.501,00	195.826,05
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	177.620,00	186.501,00	195.826,05
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital	60.000,00	63.000,00	66.150,01
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00 - Transferências de Capital	60.000,00	63.000,00	66.150,01
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	60.000,00	63.000,00	66.150,01
2.4.3.9.00.0.0.00.00.00 - Outras Transferências dos Municípios	60.000,00	63.000,00	66.150,01
2.4.3.9.50.0.0.00.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	60.000,00	63.000,00	66.150,01
2.4.3.9.50.0.1.00.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Principal	60.000,00	63.000,00	66.150,01
2.4.3.9.50.0.1.01.00.00 - Transferências do Município de Capinzal	32.508,00	34.133,40	35.840,07
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	32.508,00	34.133,40	35.840,07
2.4.3.9.50.0.1.02.00.00 - Transferências do Município de Ouro	9.852,00	10.344,60	10.861,83
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	9.852,00	10.344,60	10.861,83
2.4.3.9.50.0.1.03.00.00 - Transferências do Município de Lacerdópolis	3.162,00	3.320,10	3.486,11
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	3.162,00	3.320,10	3.486,11
2.4.3.9.50.0.1.04.00.00 - Transferências do Município de Piratuba	8.058,00	8.460,90	8.883,95
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	8.058,00	8.460,90	8.883,95
2.4.3.9.50.0.1.05.00.00 - Transferências do Município de Ipira	6.420,00	6.741,00	7.078,05
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	6.420,00	6.741,00	7.078,05
Total Geral	1.720.000,00	1.806.000,00	1.896.300,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 4 de dezembro de 2023.

CLAUDIR DUARTE
Prefeito Municipal de Ouro
Presidente do CIALAR

CIALAR
Capinzal – Ipira – Lacerdópolis – Ouro – Piratuba

RESOLUÇÃO Nº031/2023 LOA/2024 CIALAR

Publicação Nº 5483712

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR
CNPJ 12.341.411/0001-20 - Fone: (49) 3555-8700 - Fax: (49) 3555-8744
89.665-000 - Rua Emilia Barison, 130 - Lot. Santa Terezinha - Capinzal (SC)

CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 031 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre o orçamento do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2024 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente, e;

Considerando decisão exarada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), conforme Ata nº 016/2023, de 04 de dezembro de 2023, que aprovou o orçamento (LOA) para o exercício de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o orçamento próprio do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2024, com as receitas estimadas e as despesas fixadas no valor de R\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais), detalhadas a seguir, que serão realizadas de acordo com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação por categoria econômica:

I - detalhamento da despesa:

Órgão:	01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
Unidade Orçamentária:	0101 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
Função:	08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Sub Função:	243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
Programa:	001 - Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.					
Projeto Atividade:	2001 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIALAR	PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
		CONSÓRCIO	UNIDADE	01	1.689.500,00	1.500,00
DESCRIÇÃO DA DESPESA		ELEMENTO	VALOR FIXADO PARA 2024			
DESPESAS CORRENTES		300000000000	1.659.500,00			
DESPESAS COM PESSOAL		310000000000	1.080.000,00			
Aplicações Diretas		319000000000	1.800.000,00			
OUTRAS DESPESAS CORENTES		330000000000	579.500,00			
Aplicações Diretas		339000000000	579.500,00			
DESPESAS DE CAPITAL		400000000000	30.000,00			
INVESTIMENTOS		440000000000	30.000,00			
Aplicações Diretas		449000000000	30.000,00			
Sub Total (I)			1.689.500,00			

CIALAR
Capinzal – Ipira – Lacerdópolis – Ouro – Piratuba

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR

CNPJ 12.341.411/0001-20 - Fone: (49) 3555-8700 - Fax: (49) 3555-8744

89.665-000 - Rua Emilia Barison, 130 - Lot. Santa Terezinha - Capinzal (SC)

CIALAR

Órgão:	01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
Unidade Orçamentária:	0101 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR					
Função:	08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Sub Função:	243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
Programa:	001 - Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.					
Projeto Atividade:	1.001 – AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CIALAR	PRODUTO	UNID/M	META	VALOR	FONTE
		CONSÓRCIO	UNIDADE	01	30.500,00	1.500,00
DESCRIÇÃO DA DESPESA		ELEMENTO	VALOR FIXADO PARA 2024			
DESPESAS CORRENTES		300000000000	500,00			
OUTRAS DESPESAS CORENTES		330000000000	500,00			
Aplicações Diretas		339000000000	500,00			
DESPESAS DE CAPITAL		400000000000	30.000,00			
INVESTIMENTOS		440000000000	30.000,00			
Aplicações Diretas		449000000000	30.000,00			
Sub Total (II)			30.500,00			
Total Geral (I+II)			1.720.000,00			

II - detalhamento da receita:

CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS	Previsão – R\$ 1,00
	Ano: 2024
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes	1.660.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 - Transferências Correntes	1.660.000,00
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.660.000,00
1.7.3.9.00.0.0.00.00.00 - Outras Transferências dos Municípios	1.660.000,00
1.7.3.9.50.0.0.00.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	1.660.000,00
1.7.3.9.50.0.1.00.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos –	1.660.000,00
1.7.3.9.50.0.1.01.00.00 - Transferências do Município de Capinzal	899.388,00
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	899.388,00
1.7.3.9.50.0.1.02.00.00 - Transferências do Município de Ouro	272.572,00
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	272.572,00
1.7.3.9.50.0.1.03.00.00 - Transferências do Município de Lacerdópolis	87.482,00
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	87.482,00
1.7.3.9.50.0.1.04.00.00 - Transferências do Município de Piratuba	222.938,00
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	222.938,00
1.7.3.9.50.0.1.05.00.00 - Transferência do Município de Ipira	177.620,00
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	177.620,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital	60.000,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00 - Transferências de Capital	60.000,00
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades	60.000,00
2.4.3.9.00.0.0.00.00.00 - Outras Transferências dos Municípios	60.000,00
2.4.3.9.50.0.0.00.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	60.000,00
2.4.3.9.50.0.1.00.00.00 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Principal	60.000,00
2.4.3.9.50.0.1.01.00.00 - Transferências do Município de Capinzal	32.508,00
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	32.508,00
2.4.3.9.50.0.1.02.00.00 - Transferências do Município de Ouro	9.852,00
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	9.852,00
2.4.3.9.50.0.1.03.00.00 - Transferências do Município de Lacerdópolis	3.162,00

CIALAR
Capinzal – Ipira – Lacerdópolis – Ouro – Piratuba

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR
CNPJ 12.341.411/0001-20 - Fone: (49) 3555-8700 - Fax: (49) 3555-8744
89.665-000 - Rua Emilia Barison, 130 - Lot. Santa Terezinha - Capinzal (SC)

CIALAR

1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	3.162,00
2.4.3.9.50.0.1.04.00.00 - Transferências do Município de Piratuba	8.058,00
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	8.058,00
2.4.3.9.50.0.1.05.00.00 - Transferências do Município de Ipira	6.420,00
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários	6.420,00
Total Geral	1.720.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 4 de dezembro de 2023.

CLAUDIR DUARTE
Prefeito Municipal de Ouro
Presidente do CIALAR

CIALAR
Capinzal – Ipira – Lacerdópolis – Ouro – Piratuba

Capivari de Baixo

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 12 FMS 2021 (SE CONNECT

Publicação N° 5484813

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO

----- 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO 12 FMS 2021

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: SE-CONNECT INTERNET BANDA LARGA LTDA ME
Vigência: Início: 01/01/2024 Término: 31/12/2024.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/PMCB/FMS/2021

Objeto. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE INTERNET ATRAVÉS DE CABOS DE FIBRA ÓPTICA, COM VELOCIDADE DE MÍNIMO 300 Mbps DOWNLOADS E 150 Mbps DE UPLOAD, BEM COMO DE LINK IP DEDICADO E LINK DE INTERLIGAÇÃO, PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO.

Capivari de Baixo, 27 de dezembro de 2023.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO PRAZO N° 31-20221 PMCB (SE CONNECT

Publicação N° 5484014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°. 31/2021/PMCB 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contratante.: SE-CONNECT INTERNET BANDA LARGA LTDA ME
Vigência: Início: 01/01/2024 Término: 31/12/2024.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 53/PMCB/FMS/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE INTERNET ATRAVÉS DE CABOS DE FIBRA ÓPTICA, COM VELOCIDADE DE MÍNIMO 300 Mbps DOWNLOADS E 150 Mbps DE UPLOAD, BEM COMO DE LINK IP DEDICADO E LINK DE INTERLIGAÇÃO, PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO

Capivari de Baixo, 27 de dezembro de 2023.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO PRAZO N° 58-20222PMCB (CMM

Publicação N° 5483909

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°. 58/2022 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contratante.: CMM ASSESSORIA TRIBUTÁRIA E PROJETOS LTDA
Vigência: Início: 01/01/2024 Término: 31/03/2024.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 58/PMCB/2022

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA, ADEQUAÇÃO, COMPILAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS CADASTRADAS NA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, ELABORAÇÃO E DIAGNÓSTICO SITUACIONAL, IDENTIFICANDO A EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS NO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO/SC"

Capivari de Baixo, 27 de dezembro de 2023.

Catanduvás

PREFEITURA

PORTARIA P/11252/2023

Publicação Nº 5486839

PORTARIA P/ 11252/2023, de 15.12.2023.

“PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvás, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 192, 193, 194, 195 da Lei Complementar 19/02 de 04 de janeiro de 2002; Art. 14 da Lei Complementar 66/2010 de 21 de junho de 2010; e suas alterações previstas no Art. 1º da Lei Complementar 170/2019 de 10 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, considerando a AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO, enquadrando em Promoção Horizontal, os seguintes servidores lotados na Secretaria de Administração:

	Nome	Cargo	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível Referência novo
1	CLARICE AP. RIBEIRO DOS SANTOS GROSS	AGENTE DE COPA E HIGIENE - 25 HS	1/D	1/E
2	LEANDRO GUERRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	611/D	611/E
3	MARIA GORETE BATISTA GINDER	TESOUREIRO	76/D	76/E
4	PATRICIA MORAES DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	611/E	611/F
5	ROSA MARIA DOS SANTOS BRITO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	611/D	611/E
6	VITALINO SALVADOR LORENÇATTO	MOTORISTA	66/D	66/E

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de dezembro de 2023.

Catanduvás, 15 de dezembro de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito de Catanduvás

PORTARIA P/11253/2023

Publicação Nº 5486847

PORTARIA P/ 11253/2023, de 15.12.2023

“PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvás, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 192, 193, 194, 195 da Lei Complementar 19/02 de 04 de janeiro de 2002; Art. 14 da Lei Complementar 66/2010 de 21 de junho de 2010; e suas alterações previstas no Art. 1º da Lei Complementar 170/2019 de 10 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, considerando a AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO, enquadrando em Promoção Horizontal, os seguintes servidores lotados na Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Agricultura:

Nome	Cargo	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível Referência novo
AMILTON CASSIANO DE MORAIS	MOTORISTA	66/D	66/E
AYMARA TEREZINHA ATZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	611/C	611/D
CLECI MARIA SEGALA BERNARDINI	AGENTE DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO	21/D	21/E
DANIEL DA COSTA SILVA	OPERADOR MAQ. AGRIC. E RODOVIA	76/F	77/A
EDMAR LUIZ BORGARO	OPERADOR MAQ. AGRIC. E RODOVIA	76/D	76/E
ELOI JOSE PARISOTTO	MOTORISTA	66/D	66/E
EVALDO ORESTE GUERREIRO	OPERADOR MAQ. AGRIC. E RODOVIA	76/B	76/C
ISMAEL CICERO CHINATO	OPERADOR MAQ. AGRIC. E RODOVIA	76/D	76/E
ITACIR RIBEIRO DOS SANTOS	AGENTE DE CONST E MANUTENCAO	61/D	61/E
IVORETE VIEIRA	AGENTE DE SERV MANUTEN - 40 HS	21/D	21/E

JOAO BATISTA DE OLIVEIRA	AGENTE DE CONST E MANUTENCAO	61/D	61/E
JOAO DEMARTINI	OPERADOR MAQ. AGRIC. E RODOVIA	76/D	76/E
JOSE CARLOS DALSO	OPERADOR MAQ. AGRIC. E RODOVIA	76/D	76/E
JULIANA RODRIGUES GALVÃO	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 25 HRS	1/D	1/E
JULIANO JOSÉ TERLAN	MOTORISTA	66/A	66/D
MADELIR CAETANINHO BASSO	OPERADOR MAQ. AGRIC. E RODOVIA	76/D	76/E
MANDERLEI BASSO	OPERADOR MAQ. AGRIC. E RODOVIA	76/D	76/E
RONI SCHMIETKE	OPERADOR MAQ. AGRIC. E RODOVIA	76/D	76/E
SERGIO ADELAR BERNARDINI	AGENTE DE CONST E MANUTENCAO	61/D	61/E
ZELINDA DO PRADO FREITAS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS	21/D	21/E

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de dezembro de 2023.

Catanduvas, 15 de dezembro de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito de Catanduvas

PORTARIA P/11254/2023

Publicação Nº 5486850

PORTARIA P/ 11254/2023, 15.12.2023

“PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 192, 193, 194, 195 da Lei Complementar 19/02 de 04 de janeiro de 2002; Art. 14 da Lei Complementar 66/2010 de 21 de junho de 2010; e suas alterações previstas no Art. 1º da Lei Complementar 170/2019 de 10 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, considerando a AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO, enquadrando em Promoção Horizontal, os seguintes servidores lotados na Secretaria de Saúde:

Nome	Cargo		
ADELITA PERLA HARO	PSICOLOGO 20 HS	76/D	76/E
ADEMIR DA SILVA	MOTORISTA	66/D	66/E
ALMERI RIZZI	TECNICO EM ENFERMAGEM	511/E	511/F
AMARILDO ROSSONI	MOTORISTA	67/B	67/C
ARIOLODO PAZ PADILHA	MEDICO	116/B	116/C
CLAUDETE BOTTCHE DEBASTIANI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	31/F	32/A
DAIANA FRANIELE MAYER	AUXILIAR CONSULT. ODONTOLOGICO 1	511/D	511/E
DANIELE TISSIANE DEMARTINI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	32/A	32/B
DELSI DA COSTA VIEIRA	AGENTE DE COPA E HIGIENE - 25 HS	21/D	21/E
DIRCE BIASI	AGENTE DE COPA E HIGIENE - 25 HS	1/D	1/E
DIRCEMA MATIAS GIUMBELI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	32/B	32/C
DIRLEI ALVES DE LIMA NUNES DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM	511/D	511/E
DULCE SALETE MAYER	ENFERMEIRO 40 HS	971/E	971/F
ELISANGELA REATO BITENCOURT	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	34/A	34/B
ENORI HENRICH	MOTORISTA	67/E	67/F
FRANCIELE DRESCH SPIER BUTZEN	PSICOLOGO 40 HS	961/D	961/E
FRANCIELI XAVIER DE ALMEIDA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	31/E	31/F
GABRIEL SPADER	FISIOTERAPEUTA 30 HS	791/B	791/C
GENAIR MARIA DIAS DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM	511/F	521/A
GISLAINE DA SILVA	PSICOLOGO	971/B	971/C
ILSE DA ROCHA	TECNICO EM ENFERMAGEM	521/A	521/B
INELVE TEREZINHA CARDOSO DA SILVA CADORI	AGENTE DE COPA E HIGIENE - 25 HS	1/D	1/E

INES MENEGHINI DE LIMA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	32/A	32/B
ISANIA SALETE DOS SANTOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	34/E	34/F
JANICE MAKOWSKI SPASSINI	TECNICO EM ENFERMAGEM	531/B	531/C
JESSICA LUANA DA COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	611/A	611/C
JESSICA TOZATTI	MEDICO PEDIATRA	111/E	111/F
JULIANO GOMES	MOTORISTA	66/A	66/C
JUSSARA JANAINA LEMES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	31/D	31/E
LIDIANE GROSS RAMOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	31/F	32/A
LILIAM DANIELA GUIGGI	ODONTOLOGO	106/D	106/E
LUCIANO JOSE DEBONA	MOTORISTA	67/F	68/A
LUNALVA LENITA CASSIANO ROSSONI	TECNICO EM ENFERMAGEM	511/D	511/E
MARCELO BANDEIRA	MOTORISTA	66/D	66/E
MARCIA REGINA DA SILVA SCHIMITZ	ATENDENTE DE FARMACIA 1	26/E	26/F
MARCOS DOS SANTOS	MOTORISTA	66/A	66/C
MARGARETE APARECIDA CHINATO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	32/A	32/B
MARILENE VIDETE CANALLI GUBIANI	AGENTE DE COPA E HIGIENE - 25 HS	1/D	1/E
MARILETE CHILANTTI	ASSISTENTE SOCIAL	81/A	81/C
MARILIZE MARINS DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	511/F	521/A
MARINEI SANTOS DE BAIRRO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	31/F	32/A
MARISELDA CHILANTTI	TECNICO EM ENFERMAGEM	511/B	511/C
MARIZETE BRESSIANI	TECNICO EM ENFERMAGEM	511/D	511/E
MARLI TOGNI PIERI	AGENTE DE COPA E HIGIENE - 25 HS	1/D	1/E
MICHELLE CRISTINE CAMARGO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	611/B	611/C
NILZA LAVORATTI PEREIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	31/D	31/E
PATRICIA CASER ABRUZZI BOARETTO	FARMACEUTICA 20 HRS	76/D	76/E
ROBSON DOS SANTOS	MOTORISTA	66/D	66/E
ROSE MARI APARECIDA DE OLIVEIRA ANHAYA	AGENTE DE COPA E HIGIENE - 40 HS	21/D	21/E
ROSIMAR HERICKS	MOTORISTA	66/D	66/E
SILMARA DE FATIMA BANDEIRA MEDEIROS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	32/B	32/C
SILVANA APARECIDA ALVES	TECNICO EM ENFERMAGEM	37/B	37/C
VANDERLEI ANTONIO MACIEL	MOTORISTA	66/D	66/E
VANESSA CRISTINE FUNEZ	ENFERMEIRA	991/B	991/C
VERA LUCIA DE LIMA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 1	31/D	31/E

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de dezembro de 2023.

Catanduvas, 15 de dezembro de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito de Catanduvas

PORTARIA P/11255/2023

Publicação Nº 5486854

PORTARIA P/ 11255/2023, de 15.12.2023

“PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 192, 193, 194, 195 da Lei Complementar 19/02 de 04 de janeiro de 2002; Art. 14 da Lei Complementar 66/2010 de 21 de junho de 2010; e suas alterações previstas no Art. 1º da Lei Complementar 170/2019 de 10 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, considerando a AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO, enquadrando em Promoção Horizontal, os seguintes servidores lotados na Secretaria de Assistência Social:

Nome	Cargo	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível Referência novo
ALDOCIR MARCON	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	611/F	621/A
ALICE ALVES DE CARVALHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	631/B	631/C
CARLOS EMILIO RUARO RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO	611/A	611/D
CLAUDEMIR DE JESUS DE OLIVEIRA	MOTORISTA	66/D	66/E
CRISTIANO DE BRITTO	MOTORISTA	66/A	66/C
PATRICIA DRI MORAIS	PSICOLOGO 40 HS	981/C	981/D
TAIANE GOMES DE ALMEIDA	EDUCADOR SOCIAL 40 HS	84/F	85/A
TAMARA CRISTINA DETOFENO JACOMINI	EDUCADOR SOCIAL 40 HS	82/A	82/B
VALERIA APARECIDA DE OLIVEIRA MAROLI	EDUCADOR SOCIAL 40 HS	83/E	83/F

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de dezembro de 2023.

Catanduvas,15 de dezembro de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito de Catanduvas

PORTARIA P/11256/2023

Publicação Nº 5486856

PORTARIA P/ 11256/2023, de 15.12.2023

“PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 192, 193, 194, 195 da Lei Complementar 19/02 de 04 de janeiro de 2002; Art. 14 da Lei Complementar 66/2010 de 21 de junho de 2010; e suas alterações previstas no Art. 1º da Lei Complementar 170/2019 de 10 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, considerando a AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO, enquadrando em Promoção Horizontal, os seguintes servidores lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto:

NOME	CARGO	CLASSE/NIVEL REFERENCIA ANTERIOR	CLASSE/NIVEL REFERENCIA ANTERIOR
ADRIANA MARIA DOS SANTOS	CUIDADOR INFANTIL	16/D	16/E
ANA CRISTINA ZATERA DA COSTA	CUIDADOR INFANTIL	20/B	20/C
ANDREIA RODRIGUES	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 25 HRS	1/D	1/E
ANGELITA CHAVES DA SILVA	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/D	21/E
BENILDE REZENDE	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/C	21/D
CAMILA BANDEIRA	CUIDADOR INFANTIL	16/D	16/E
CARMEN ROSA TABORDA	CUIDADOR INFANTIL	16/D	16/E
CELSO JULIAN	TECNICO ESPORTIVO DE JUDO	81/D	81/E
CLAUDETE APARECIDA DE LIMA FERREIRA	CUIDADOR INFANTIL	16/F	17/A
CLAUDETE TENUTTI	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/B	21/C
CLAUDIA DE OLIVEIRA SEGALA	CUIDADOR INFANTIL	16/D	16/E
CRISTIANE CLOSS	CUIDADOR INFANTIL	16/E	16/F
CRISTIANE PIRES DE LIMA	CUIDADOR INFANTIL	16/D	16/E
DEBORA GEMELLI SANTOS	CUIDADOR INFANTIL	17/B	17/C
DIRCE AP. SIQUEIRA MOLIM	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 25 HRS	1/D	1/E
DIVACIR ANTONIO DALMAGRO	AGENTE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO	61/D	61/E
EGILSE BITTENCOURT	CUIDADOR INFANTIL	16/C	16/D
ELIANE MORAES DE SOUZA	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/E	21/F
ELISANGELA CAMILA PAGOTO PEDROSO	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/E	21/F
EVERSON LIDANI	MOTORISTA	68/D	68/E
GENICE TEREZINHA RODRIGUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	631/C	631/D

GILBERTO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	66/D	66/E
GRAZIELE DA COSTA	CUIDADOR INFANTIL	16/F	17/A
INDIANARA SILVIA LAZAROTTO	ASSISTENTE SOCIAL	81/F	82/A
IVANILCE CABRAL CASCAES	CUIDADOR INFANTIL	16/D	16/E
JANE LUCINA ETGES	CUIDADOR INFANTIL	16/E	16/F
JUCELIR AP. BANDEIRA DO AMARAL	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/D	21/E
JUNIOR PEREIRA DA SILVA	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA	82-B	82-C
JULIANA TEREZINHA CATSCHOR	CUIDADOR INFANTIL	16/F	17/A
LETICIA ULRICH	CUIDADOR INFANTIL	16/F	17/A
LINETE FATIMA LAZARETTI	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/D	21/E
MAIARA AP. BELLO	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/D	21/E
MARCELO SPECART	MOTORISTA	66/D	66/E
MARCOS ANTONIO DE SOUZA	MOTORISTA	66/F	67/A
MARILEIDE ROSA LOVATO VARISA	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 25 HRS	1/D	1/E
MONICA PATRICIA BOSSACRO SARTORI	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/D	21/E
ROSIMERI DA ROZA MACHADO	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 25 HRS	1/D	1/E
ROSINEI TEREZINHA DA SILVA	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 25 HRS	1/D	1/E
SIMONE ANDERSON	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/D	21/E
TAIASSU ALVES LISBOA	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/C	21/D
VANUZA APARECIDA LOPES	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO 40 HRS	21/D	21/E
VERONICE SUTIL VARELA	CUIDADOR INFANTIL	16/E	16/F

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de dezembro de 2023.

Catanduvas, 15 de dezembro de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito de Catanduvas

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 173/2023

Publicação N° 5483578

PORTARIA N° 173/2023

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor(a) Municipal SIMONE BOITT, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 dias referente, período aquisitivo de 17/05/2022 à 16/05/2023.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2024 à 16/01/2024.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Caxambu do Sul - SC, em 18 de dezembro de 2023.

GLAUBER BURTET
Prefeito

Chapecó

PREFEITURA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 5484658

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Considerando que a Lei 8.012 foi publicada por equívoco, realizada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC - Edição Nº 4416 - Publicação Nº 5458015, de 26 de dezembro de 2023, retifica-se sua publicação, passando a vigorar a Lei 8.012 publicada no dia de hoje.

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 46.546, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484764

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 46.546, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.

Designa Pregoeiros Oficiais do Município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais RIQUELMO BEDIN FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Administração, MAIANE OLDONI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Controle de Compras, JOÃO VITOR WILSKÉ WILDNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Administração, GUILHERME TUSSI AYRES TORRES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração, VALQUIRIA ASTRIGI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Consultor Administrativo, para responderem pelas atribuições de Pregoeiros nos processos de licitação do Município, nas modalidades de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico.

Art. 2º A investidura dos pregoeiros e equipe de apoio dos processos de licitação do Município, nas modalidades de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico somente será aplicada aos processos licitatórios que forem referenciados nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02.

Parágrafo único. Os novos processos licitatórios deverão observar o disposto na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 43.976, de 02 de janeiro de 2023.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 46.551

Publicação Nº 5484741

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO Nº 46.551, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.**

Fixa o calendário de feriados do ano de 2024 para os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica fixado o calendário de feriados do ano de 2024 para os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal:

- I - 1º de janeiro, segunda-feira, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II- 29 de março, sexta-feira santa, (feriado municipal);
- III- 21 de abril, domingo, Tiradentes (feriado nacional);
- IV- 1º de maio, quarta-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- V- 30 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (feriado municipal);
- VI- 25 de agosto, domingo, data de Emancipação Político-Administrativa Municipal (feriado municipal);
- VII- 7 de setembro, sábado, Independência do Brasil (feriado nacional);
- VIII- 12 de outubro, sábado, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- IX- 2 de novembro, sábado, Finados (feriado municipal);
- X- 15 de novembro, sexta-feira, Proclamação da República (feriado nacional);
- XI - 20 de novembro, quarta-feira, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (feriado nacional);
- XII- 25 de dezembro, quarta-feira, Natal (feriado nacional).

§ 1º Caberá aos dirigentes das Secretarias e dos Órgãos a manutenção e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

§ 2º Ao longo do ano de 2024 poderão ser fixadas datas de ponto facultativo mediante ato específico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR ANTÔNIO AGNOLETTTO

Prefeito Municipal, em exercício



Documento assinado eletronicamente por **ITAMAR ANTONIO AGNOLETTTO, Vice-Prefeito**, em 04/01/2024, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0005578** e o código CRC **B4CA3128**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

24.0.000000006-6

0005578v3

Decreto 0005578

SEI 24.0.000000006-6 / pg. 1

DECRETO 46.552

Publicação Nº 5484745

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO Nº 46.552, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a nomeação dos membros dos Conselhos Tutelares do município de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 e a Lei nº 6.296 de 19 de julho de 2012 e suas alterações posteriores, **CONSIDERANDO** o Memorando 1DOC nº 569/2024.

D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam nomeados, a partir de 10 de janeiro de 2024, os Conselheiros Tutelares a seguir relacionados, conforme processo de escolha, objeto do Edital CMDCA 003/2023, para comporem os Conselhos Tutelares das regiões Norte e Sul do Município de Chapecó, com mandato de 04 (quatro) anos:

I - Conselho Tutelar da Região Norte:**a) Titulares:**

- 1 - Carla Graboski de Souza;
- 2 - Marloiva de Fatima Goulart;
- 3 - Tarciso Cotiskvisk;
- 4 - Fernanda Soares;
- 5 - Iolanda Maria Echer.

II - Conselho Tutelar da Região Sul:**a) Titulares:**

- 1 - Giovana Carolina Schimdt Sanches;
- 2 - Pedro Francesco Alba Zardo;
- 3 - Izabel Cleci de Brum Carniel;
- 4 - Camila Campagnaro;
- 5 - Cassia Paulina Pizzinato Rodrigues de Oliveira

III - Conselheiros Tutelares Suplentes:

- a) Luan Henrique da Silva
- b) Larissa Muniz Pinto Corrêa
- c) Anai Fernanda dos Santos
- d) Hallany Almeida Bezerra dos Santos
- e) Luciana Gonalves Cunha
- f) Patrícia Damin
- g) Cristiano de Oliveira
- h) Luiz Henrique Debastiani
- i) Felipe Queiroz Pedreira

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 38.126, de 08 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Decreto 0005579

SEI 24.0.000000007-4 / pg. 1

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO



Documento assinado eletronicamente por **ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI**, **Vice-Prefeito**, em 04/01/2024, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0005579** e o código CRC **A94976CF**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

24.0.000000007-4

0005579v4

DECRETO 46.553

Publicação N° 5484747

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO N° 46.553, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a Delegação de Competências e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e, **CONSIDERANDO** o disposto no § 1º artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município de Chapecó; **CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 102 e 103 da Lei Complementar n° 4 98, de 17 de dezembro de 2012, com redação dada pela Lei Complementar n° 726 de 01 de setembro de 2021.

D E C R E T A:

Art. 1º No âmbito do Poder Executivo Municipal, **DESIGNA** como ordenador de despesas, **THIAGO FELIPE ETGES**, matrícula n° 94700, ocupando o cargo de provimento em comissão de Secretário de Governo e Inovação em Serviços Públicos, cumulativamente, até a data de 31/12/2024, ou quando ocorrer o desligamento da função, ou ainda pela superveniência de ato administrativo incompatível com a presente designação, para as seguintes ações:

Ação - Descrição da Ação**2.160 - Manutenção da Secretaria da Casa Civil e Relações Institucionais - SECCRI****2.161 - Manutenção Diretoria de Captação de Recursos**

Art. 2º Ao ordenador de despesas delegadas as seguintes competências:

I - autorizar as despesas procedentes de sua Unidade Orçamentária;

II - autorizar abertura de procedimentos licitatórios, assinatura de editais de licitação, ratificação de justificativa de contratação por inexigibilidade ou dispensa de licitação e decisão de recursos administrativos previstos no artigo 109 da Lei n° 8.666/93;

III - homologar licitações;

IV - assinar contratos, acordos, convênios e outros instrumentos congêneres, bem como designar formalmente servidor, para acompanhar a execução e fiscalização dos mesmos e, ainda, a emitir ordem de serviço, paralisação e reinício da execução do contrato;

V - autorizar empenhos e pagamentos;

VI - determinar para que, no âmbito de sua competência, sejam observadas com rigor as normas da Lei Federal n° 4320/64, especialmente as contidas no art. 63, no que pertence à fase da liquidação da despesa, e das Leis n°s 8666/93 e 10.520/2002 e suas alterações, no que se refere a licitações e contratos, bem como a Lei Complementar Federal n° 101/2000, e demais normas aplicáveis;

VII - autorizar adiantamento, estabelecido no art. 68 da Lei Federal n° 4.320/64, em casos excepcionais, quando não for possível a realização da despesa pelo processo normal, nos precisos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Todos os processos licitatórios deverão ser analisados pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º Toda despesa e o respectivo procedimento licitatório deverá obter a autorização expressa do Comitê Gestor da Administração Pública Municipal de Chapecó, antes de seu lançamento ou efetivação, observadas as normas de funcionamento do próprio Comitê Gestor.

Art. 4º O servidor indicado no art. 1º, é responsável civil, administrativa e criminalmente pelas despesas ordenadas e pelos pagamentos autorizados inclusive perante o Tribunal de Contas do Estado, nos limites definidos no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI**PREFEITO DE CHAPECÓ, EM EXERCÍCIO**

Documento assinado eletronicamente por **ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI**, Vice-Prefeito, em 04/01/2024, às 16:17, conforme Medida Provisória n° 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal n° 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal n° 45.314, de 30/05/2023.

Decreto 0005583

SEI 24.0.000000009-0 / pg. 1



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0005583** e o código CRC **C33521BA**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

24.0.000000009-0

0005583v6

Decreto 0005583

SEI 24.0.000000009-0 / pg. 2

DECRETO 46.555

Publicação Nº 5484749

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO Nº 46.555, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº 46.447, de 14 de dezembro de 2023, que *Fixa a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM para o Exercício de 2024.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó.

D E C R E T A:

Art. 1º O Art.1º do Decreto n. 46.447, de 14 de dezembro de 2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica fixada a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, para o exercício de 2024, no valor de R\$ 5.5660 (cinco reais e cinco mil seiscentos e sessenta décimos de milésimos de real).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTO**PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO**

Documento assinado eletronicamente por **ITAMAR ANTONIO AGNOLETTO, Vice-Prefeito**, em 04/01/2024, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0005602** e o código CRC **E6A77D02**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001618-7

0005602v3

DECRETO Nº 46.550

Publicação Nº 5484840

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO Nº. 46.550, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.**

Abre crédito Suplementar e adicionando pela movimentação de dotações os valores no Orçamento programa do exercício de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7.999/2023, de 19 de dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto suplementar pela movimentação de dotações no orçamento do corrente exercício, nas seguintes dotações:

8000 - Secretaria de Desenvolvimento Rural - SEDER	
8008 - Secretaria de Desenvolvimento Rural - SEDER	
Despesa 400 - 3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	
1000 - Recursos não Vinculados de Impostos - 1.500.7000	2.097,05
21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	
21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	
Despesa 245 - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
1020 - 02 Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde - 1.500.1002	10.000.000,00
Despesa 262 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
1020 - 02 Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde - 1.500.1002	10.000.000,00
Despesa 264 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
1020 - 02 Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde - 1.500.1002	3.000.000,00
Despesa 268 - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
1382 - 38 Transferências do SUS - MAC - 1.600.7000	6.000.000,00
SOMA	29.002.097,05

Art. 2º Para atendimento do Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte programação:

8000 - Secretaria de Desenvolvimento Rural - SEDER	
8008 - Secretaria de Desenvolvimento Rural - SEDER	
Despesa 402 - 4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	
1000 - Recursos não Vinculados de Impostos - 1.500.7000	2.097,05
21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	
21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS	
Despesa 242 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
1020 - 02 Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde - 1.500.1002	10.000.000,00
Despesa 260 - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	
1020 - 02 Receitas de Imp e Transf. de Imp. - Saúde - 1.500.1002	13.000.000,00
Despesa 269 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
1382 - 38 Transferências do SUS - MAC - 1.600.7000	6.000.000,00
SOMA	29.002.097,05

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2024.

Decreto 0005621 SEI 24.0.000000019-8 / pg. 1

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

24.0.000000019-8

0005621v2

Decreto 0005621

SEI 24.0.000000019-8 / pg. 2

DECRETO Nº 46.554

Publicação Nº 5484839

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****DECRETO Nº 46.554, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.***Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 04 de janeiro de 2024, o(a) servidor(a) público(a) municipal ORIOVALDO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Equipe.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI**PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO**

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

24.0.000000015-5

0005623v2

Decreto 0005623

SEI 24.0.000000015-5 / pg. 1

LEI 8.012

Publicação N° 5484663

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****LEI N° 8.012 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares, no âmbito do município de Chapecó.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica regulamentada a prestação de serviço de assistência religiosa nas entidades hospitalares do município de Chapecó.

§ 1º A prestação de assistência religiosa tem caráter voluntário, é de atividade espontânea, não remunerada, prestada por pessoa física, maior ou capaz, não gerando vínculo empregatício, nem obrigações de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

§ 2º Para cumprimento no disposto na presente lei, entende-se por entidades hospitalares, todos os hospitais públicos ou privados, unidades de saúde, Unidades de Pronto Atendimento, Pronto Atendimento, ou qualquer estabelecimento de saúde que tenha atendimento de urgência e emergência e leitos de internação.

§ 3º Para o cumprimento no disposto na presente Lei, entende-se por instituição religiosa, todas as Igrejas ou templos que professam culto, devidamente reconhecidas perante a legislação brasileira, bem como, ordens de capelania devidamente registradas perante a legislação brasileira.

§ 4º Para o cumprimento no disposto na presente Lei, entende-se por assistente religioso, os pastores, padres, bispos, capelães ou qualquer autoridade religiosa devidamente instituída e cadastrada perante a sua instituição religiosa.

Art. 2º Os assistentes religiosos terão acesso às entidades hospitalares mediante apresentação de credencial da instituição religiosa que representam, acompanhada de documento oficial com foto.

§ 1º As instituições religiosas, deverão enviar previamente as entidades hospitalares, a relação dos assistentes religiosos que estão autorizados a prestar o serviço, constando o nome completo, data de nascimento, CPF e número de telefone de cada um dos assistentes religiosos.

§ 2º A entidade hospitalar deverá indicar o servidor responsável pelo recebimento das informações e do atendimento a ser prestado as instituições religiosas, bem como, as instituições religiosas deverão informar o nome e contato do responsável pelos assistentes religiosos.

§ 3º As entidades hospitalares não poderão estipular número de assistentes religiosos que cada instituição religiosa deverá indicar, nem mesmo, se negar a receber a relação apresentada pelas instituições religiosas.

§ 4º Havendo descumprimento do disposto na presente lei por qualquer assistente religioso, deverá o responsável pela entidade hospitalar, comunicar imediatamente o responsável da instituição religiosa.

Art. 3º São deveres das instituições religiosas:

I - orientar os assistentes religiosos de como devem se portar no momento do atendimento ao paciente, bem como, das consequências de possíveis problemas causados no ambiente hospitalar;

II - emitir a credencial de identificação do assistente religioso;

III - apresentar a relação dos assistentes religiosos as entidades hospitalares, conforme disposto no § 1º do Art. 2º da presente Lei;

IV - informar as entidades hospitalares, o nome completo e contato do responsável pelos assistentes religiosos da instituição;

V - sempre que chamados ou comunicados pela entidade hospitalar, prestarem todas as informações necessárias;

VI - manter atualizada a listagem dos assistentes religiosos autorizados, junto as entidades hospitalares.

Art. 4º São deveres dos assistentes religiosos:

I - apresentar a credencial com documento oficial com foto à direção, ao órgão ou à pessoa indicada pela instituição de saúde;

II - informar o nome e o setor que a pessoa pretende visitar e assistir;

III - estar portando a credencial de identificação durante a sua permanência na instituição de saúde, e apresentá-la sempre que for solicitado;

IV - utilizar vestimenta adequada ao ambiente;

V - em nenhuma hipótese intervir ou opinar no tratamento clínico/médico do paciente;

VI - visitar apenas o paciente que solicitou o atendimento religioso;

VII - permanecer no ambiente apenas pelo tempo necessário ao atendimento religioso.

Lei Ordinária 0005599

SEI 23.0.000001630-6 / pg. 1

Art. 5º São deveres das instituições de saúde:

I - acolher de forma cordial, respeitosa e indiscriminada os assistentes religiosos, autorizando o acesso de todos os assistentes devidamente cadastrados;

II - assessorar os assistentes religiosos, facilitando sua entrada nos lugares onde realizarão suas atividades;

III - providenciar as vestes paramentares necessárias, tais como avental, máscara respiratória, gorro e outras vestimentas afins, para utilização dos assistentes religiosos quando precisarem prestar assistência a pacientes internados nos centros ou unidades de tratamento intensivo ou em unidade de risco, isolamento ou de doenças infectocontagiosas, e outras situações semelhantes, conforme normas hospitalares próprias;

IV - manter os setores e servidores devidamente informados a respeito da presente Lei, devendo obrigatoriamente disponibilizá-la nas portarias, além de afixá-la nas dependências da instituição de saúde, em local público de livre acesso.

V - receber a relação dos assistentes religiosos quando apresentado pelas entidades religiosas.

VI - comunicar imediatamente ao responsável das entidades religiosas, quando ocorrer qualquer situação no ambiente hospitalar, que envolva assistentes religiosos cadastrados.

VII - instituir servidor responsável para o cumprimento do previsto na presente legislação, informando o nome completo e contato as entidades religiosas e aos assistentes religiosos.

Art. 6º A visita de assistente religioso a instituições de saúde para fins de assistência religiosa poderá ser feita:

I - a qualquer hora do dia ou da noite, em todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, quando em atendimento solicitado pelo paciente ou seu responsável, devendo o assistente religioso permanecer no ambiente hospitalar apenas pelo tempo necessário ao atendimento.

§ 1º A visita religiosa poderá ser interrompida:

I - quando o paciente necessitar receber medicação;

II - quando o paciente necessitar receber higienização;

III - quando houver necessidade da realização de qualquer procedimento.

§ 2º A continuidade ou não da visita religiosa dar-se-á a partir da cessação dos motivos geradores da sua interrupção, uma vez que, ouvido o paciente e ficando opcional, salvo a deliberação do profissional de saúde por ele responsável.

Art. 7º A celebração de missa, culto ou realização de outras atividades religiosas de natureza coletiva poderão acontecer a partir da iniciativa da instituição de saúde ou ainda por proposta do assistente religioso, desde que haja:

I - autorização expressa da entidade hospitalar;

II - existência de capela ou espaço adequado, sendo vedada a realização em quartos;

III - participação voluntária dos enfermos, diretores, profissionais da saúde, funcionários ou prestadores de serviço;

IV - respeito às ordens de silêncio, higiene e acessibilidade;

V - respeito e tolerância religiosa;

VI - calendário fixado de comum acordo entre a direção da instituição de saúde e a instituição religiosa interessada.

Art. 8º Para ter acesso ao atendimento religioso, basta que o paciente ou seu responsável, comuniquem de forma verbal ao responsável pelos cuidados clínicos que estiver em plantão, seja enfermeiro, técnico em enfermagem, médico, ou qualquer profissional de saúde, que obrigatoriamente comunicará ao setor responsável do pedido.

Parágrafo único. O paciente que não professar nenhuma religião ou optar por não declarar sua fé poderá manifestar, no ato de preenchimento do seu prontuário, o seu desejo de receber a assistência religiosa, podendo, neste caso, indicar sua preferência.

Art. 9º São proibidos nos termos da presente lei:

I - a tentativa de mudar o credo religioso, ou retirar, substituir objetos religiosos dos pacientes;

II - negar o acesso do assistente religioso devidamente cadastrado;

III - assistente religioso permanecer no ambiente hospitalar em período excessivo ao atendimento religioso;

IV - acessar as dependências do hospital para prestação de atendimento religioso, sem os respectivos documentos de identificação, previstos na presente lei;

V - negar o atendimento religioso a qualquer paciente, desde que solicitado por este ou por familiar;

VI - indicar ou induzir qual assistente religioso deve ser escolhido pelo paciente ou familiar;

VII - dificultar o acesso de cidadãos, funcionários, assistentes religiosos a visualização da presente Lei nos acessos das entidades hospitalares;

VIII - entidade hospitalar negar o recebimento de informações dos assistentes religiosos e das entidades religiosas;

IX - exigir documentos não estabelecidos na presente Lei;

X - acessar as dependências da entidade hospitalar sem estar devidamente cadastrado junto a instituição religiosa;

Lei Ordinária 0005599 SEI 23.0.000001630-6 / pg. 2

§ 1º (VETADO).

§ 2º O assistente religioso que descumprir o disposto na presente Lei estará sujeito a proibição de acesso ao ambiente hospitalar para prestação do atendimento religioso;

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI

Prefeito Municipal, em exercício



Documento assinado eletronicamente por **ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI**, **Vice-Prefeito**, em 04/01/2024, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0005599** e o código CRC **0A367BB4**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001630-6

0005599v2

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - DECRETO 46.441

Publicação Nº 5484651

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO****DECRETO Nº 46.441, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº 43.842, de 14 de dezembro de 2022, que constitui e nomeia os membros da Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo (CPAD) do Museu Antônio Selistre de Campos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da [Lei Orgânica](#) do Município de Chapecó.

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I, II e III do artigo 3º, do Decreto nº 43.842, de 14 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

I – Aline Tavares da Silva – Museóloga e Presidente;

II – Daniel Dalla Zen – Técnico em Museu;

III – Sérgio Paulo Ribeiro – Coordenador Administrativo."

Art. 2º Ficam revogados os incisos IV e V, do artigo 3º do Decreto nº 43.842, de 14 de dezembro de 2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI

Prefeito de Chapecó, em Exercício



Documento assinado eletronicamente por **ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI, Vice-Prefeito**, em 04/01/2024, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0005596** e o código CRC **73F426CA**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001608-0

0005596v2

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - DECRETO 46.442

Publicação Nº 5484655

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO****DECRETO Nº 46.442, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº 43.845, de 14 de dezembro de 2022, que constitui e nomeia os membros da Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo (CPAD) do Museu de História e Arte de Chapecó (MHAC), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da [Lei Orgânica](#) do Município de Chapecó.

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I, II e III, do artigo 3º do Decreto nº 43.845, de 14 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

I – Aline Tavares da Silva – Museóloga e Presidente;

II – Daniel Dalla Zen – Técnico em Museu;

III – Sérgio Paulo Ribeiro – Coordenador Administrativo."

Art. 2º Ficam revogados os incisos IV e V, do artigo 3º do Decreto nº 43.845, de 14 de dezembro de 2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTTO

Prefeito de Chapecó, em Exercício



Documento assinado eletronicamente por **ITAMAR ANTONIO AGNOLETTTO, Vice-Prefeito**, em 04/01/2024, às 16:17, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 45.314, de 30/05/2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.chapeco.sc.gov.br/> informando o código verificador **0005589** e o código CRC **DASE2F76**.

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S - Bairro Palmital - CEP 89812-000 - Chapecó - SC - www.chapeco.sc.gov.br

23.0.000001609-8

0005589v4

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 01/24

Publicação Nº 5483981

DECRETO SAF/Nº. 01/24, de 02 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

VANDERLEI FIGUEIREDO, portador do CPF 770.352.409-34, para o cargo em comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural, a partir de 02 de janeiro de 2024.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2024.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal, de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 02/24

Publicação Nº 5483982

DECRETO SAF/Nº. 02/24, de 02 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

BRUNA DE FÁVERI, portadora do CPF nº 068.919.359-97, Fiscal de Obras, nomeada pelo Decreto SAF/N. 583/23, de 17 de novembro de 2023, a partir de 02 de janeiro de 2024.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2024.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 03/24

Publicação Nº 5483983

DECRETO SAF/Nº. 03/24, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerando, os dispositivos previstos nos art. 6º., inciso L e art. 8º, da Lei Federal nº. 14.133/2021, resolve

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, para compor a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO, na forma que segue:

Presidente: Gustavo da Silva de Melo;

Suplente: Felipe Marcos Dagostin Fernandes;

Secretário: Simoni Martins da Silva;

Membro: João Geraldo Echeli.



Art. 2º Fica nomeado o servidor Fabiano Bolsoni Francisco para atuar como agente de contratação nos termos do art. 8º., da Lei Federal nº. 14.133/2021 para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quais outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Art. 3º Tanto a comissão de contratação quanto o agente de contratação, poderão contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o Decreto SAF/N. 377/23, de 05 de abril de 2023.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de janeiro de 2024.

FERNANDO DE FÁVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 766/23

Publicação Nº 5483973

DECRETO SAF/N. 766/23, de 20 de dezembro de 2023.

ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.797, de 31 de agosto de 2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor total de R\$ 80.410,89 (oitenta mil, quatrocentos e dez reais e oitenta e nove centavos) para o exercício de 2023, com a seguinte descrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	17	
Manutenção da Gerência Executiva de Cultura e Turismo	2.048	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00.1.715.0000.5046	Transf. À Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos	21.000,00
3.3.60.00.00.00.00.00.1.715.0000.5046	Transf. À Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos	34.910,89
3.3.50.00.00.00.00.00.1.716.0000.5047	Transf. À Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos	9.000,00
3.3.60.00.00.00.00.00.1.716.0000.5047	Transf. À Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos	15.500,00

Total R\$ 80.410,89

Art. 2º A abertura de crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, se dá pelo excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 715 e 716 –Recursos ao Setor Cultural – LC 195/2022 Art. 5º Audiovisual e Art. 8º Demais Áreas da Cultura, para aplicação nos termos culturais estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 195/2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 767/23

Publicação Nº 5483975

DECRETO SAF/N. 767/23, de 20 de dezembro de 2023.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.797, de 31 de agosto de 2023.
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor total de R\$ 47.934,40 (quarenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos) para o exercício de 2023, com a seguinte descrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL		
ÓRGÃO	17	
Manutenção da Gerência Executiva de Cultura e Turismo	2.048	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.1.715.0000.5046	Aplicações Diretas	25.861,72
3.3.90.00.00.00.00.00.1.716.0000.5047	Aplicações Diretas	22.072,68

Total R\$ 47.934,40

Art. 2º A abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, se dá pelo excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 715 e 716 –Recursos ao Setor Cultural – LC 195/2022 Art. 5º Audiovisual e Art. 8º Demais Áreas da Cultura, para aplicação nos termos culturais estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 195/2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 768/23

Publicação Nº 5483976

DECRETO SAF/Nº. 768/23, de 26 de dezembro de 2023.
O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de contrato de trabalho por prazo determinado KATIA DA SILVA, portadora do CPF nº 052.353.669-05, Professor ACT 30 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 101/23, de 03 de fevereiro de 2023, a partir de 28 de dezembro de 2023.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 769/23

Publicação Nº 5483977

DECRETO SAF/N. 769/23, de 26 de dezembro de 2023.
CONCEDE FOLGA PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica concedido folga para os servidores da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural, nos dias 26 de dezembro de 2023 e dia 02 de janeiro de 2024.
§ 1º Somente farão jus as folgas, quem trabalhar no período 27 a 29 de dezembro de 2023 e/ou 03 a 05 de janeiro de 2024.
§ 2º Excetuam-se do alcance desse decreto o servidor ocupante do cargo de Vigia.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

JULGAMENTO, CONFORME PORTARIA 28/2023

Publicação Nº 5483993

JULGAMENTO

Aprovo e Homologo o Relatório Final apresentado pela Comissão Permanente de Processo Administrativo, referente ao Processo Administrativo Disciplinar, instaurado conforme Portaria nº. 28/23, de 27 de setembro de 2023, movido em face de LUCIANA JERONIMO, CPF 719.182.139-68, ROSILENE CIPRIANO BARBOSA, CPF 914.561.429-68 e ABEL ALVES DE ARAÚJO NETO, CPF 041.542.349-00, ante o exposto, considerando que o conjunto probatório acostado aos autos demonstrou, de forma cabal, a infringência aos dispositivos legais que disciplinam a matéria em comentos, opina-se por aplicar aos servidores LUCIANA JERONIMO, CPF 719.182.139-68, ROSILENE CIPRIANO BARBOSA, CPF 914.561.429-68 e ABEL ALVES DE ARAÚJO NETO, CPF 041.542.349-00, a penalidade disposta no art. 83 (a advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do Art. 78, incisos I a VIII e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna) todo da Lei Complementar n. 06, de 14 de outubro de 2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Restitua-se o processo à Comissão Permanente de Processo Administrativo, para dar ciência ao servidor e demais providências, inclusive aquelas indicadas nas conclusões do Relatório Final.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de janeiro de 2024.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

LEI 1.822

Publicação Nº 5483994

LEI Nº. 1.822, de 26 de dezembro de 2023.

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL QUINTINO DE NONI, E ESTÁDIO MUNICIPAL WALMOR MÁRIO GUOLLO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA:

“Art. 1º Passa a denominar-se COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL QUINTINO DE NONI o Complexo Esportivo localizado na Avenida Carlos Osellame, bairro Monte Carlos, neste Município.”

“Art. 2º Passa a denominar-se ESTÁDIO MUNICIPAL WALMOR MÁRIO GUOLLO, o Estádio Municipal localizado no Complexo Esportivo Municipal na Avenida Carlos Osellame, bairro Monte Carlos, neste Município.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 386, de 14 de março de 2000.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de dezembro de 2023.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

LEI Nº. 1.823, de 04 de janeiro de 2024.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 784, DE 30 DE MARÇO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, FERNANDO DE FAVERI MARCELINO, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º O inciso I do art. 3º da Lei 784, de 30 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Cargos de provimento em comissão:

Nº CARGO (vagas)	NOMENCLATURA	SIMBOLO	HABILITAÇÃO	HORAS SEMANAIS
01	ASSESSOR JURIDICO	ECPL-1	Advogado com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.	20 horas
01	ASSESSOR DE IMPRENSA	ECPL-2	3º grau completo na área de jornalismo com conhecimento na área.	30 horas

Art. 2º O inciso II do art. 3º da Lei 784, de 30 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

II – Cargos de Provimento efetivo:

NÚMERO CARGOS (vagas)	NUMENCLATURA	AMPLIT. DE REFERÊNCIA	HABILITAÇÃO	HORAS SEMANAIS
-----------------------	--------------	-----------------------	-------------	----------------

01	OFICIAL LEGISLATIVO	18 a 25	3º grau completo	40 horas
01	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	23 a 30	Técnico em Contabilidade ou equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.	40h
01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	6 a 13	Alfabetizado	40h
01	OFICIAL ADMINISTRATIVO	13 a 20	Curso Superior Completo com formação em Ciências Contábeis, Administração de Empresas, Economia ou Direito,	40h
01	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	10 a 17	Certificado de conclusão de ensino médio, com conhecimento em informática	40h

Art. 3º O Anexo I da Lei N° 784, de 30 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

SÍMBOLO	VALOR – R\$ / MÊS
ECPL-I	R\$ 6.301,48
ECPL-II	R\$ 2.947,98
REFERÊNCIA	
1	R\$ 1.276,41
2	R\$ 1.404,05
3	R\$ 1.544,45
4	R\$ 1.698,90
5	R\$ 1.868,79
6	R\$ 2.055,67
7	R\$ 2.261,23
8	R\$ 2.487,35
9	R\$ 2.736,09

10	R\$ 3.009,70
11	R\$ 3.310,67
12	R\$ 3.641,73
13	R\$ 4.005,90
14	R\$ 4.406,49
15	R\$ 4.847,13
16	R\$ 5.331,84
17	R\$ 5.865,02
18	R\$ 6.451,52
19	R\$ 7.096,67
20	R\$ 7.806,33
21	R\$ 8.586,96
22	R\$ 9.445,65
23	R\$ 10.390,21
24	R\$ 11.429,23
25	R\$ 12.572,15
26	R\$ 13.829,36
27	R\$ 15.212,28
28	R\$ 16.733,50
29	R\$ 18.406,85
30	R\$ 20.247,53

Art. 4º O Anexo II da Lei Nº 784, de 30 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

CARGO	ATRIBUIÇÕES
ASSESSOR	Os trabalhos relativos á defesa do Poder Legislativo, em juízo ou

JURIDICO	fora dele, emissão de pareceres sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria que transite em plenário antes da deliberação deste, instrução de processos junto à Comissões Permanentes, assistência às Comissões Temporárias e de Investigação e/ou de Inquérito e outras inerentes ao exercício do cargo. Emitir pareceres em processos licitatórios.
OFICIAL LEGISLATIVO	Supervisão e direção dos trabalhos administrativos e legislativos da Câmara, no seu todo. Compete-lhe a coordenação de todos os trabalhos desenvolvidos pela Câmara Municipal. Direção das atividades ligadas à Secretaria, tais como protocolo, recepção, arquivo, material, pauta, ata, correspondência, processo legislativo, pareceres e projetos, minutas de convênios, consórcios. Atividades burocráticas relacionadas com o funcionamento da Câmara Municipal cuja estrutura administrativa e legislativa é do seu inteiro conhecimento; assiste a Mesa e as Comissões Permanentes, temporárias, e Especiais; estuda e oferece parecer prévia à matéria em discussão; conhece o processo legislativo e a técnica legislativa.
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Fiscalizar as finanças da Câmara, juntamente com a Presidência, controlar as entradas e saídas de numerários pertencentes à Câmara Municipal, responder pelos trabalhos de natureza contábil, desempenhar atividades de execução e assessoramento qualificado, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balancete e balanços, registros e demonstração contábeis, supervisão de despesas e receitas e outras atividades correlatas.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Exercer atividades de natureza operacional, abrangendo limpeza e conservação das dependências e dos pátios da edilidade; cuida dos afazeres da copa/cozinha servindo líquido e alimentos aos agentes públicos, políticos e demais pessoas que frequentam a Câmara. Leva e traz documentos, objetos e coisas e outras inerentes ao cargo.
ASSESSOR DE IMPRENSA	Acompanhar o desenvolvimento das atividades Legislativas e informar a imprensa escrita e falada sobre as matérias que tramitam na Câmara Municipal, de interesse da comunidade sul cocalense e responsável por alimentar o site oficial e as redes sociais do Poder Legislativo.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Executar atividades administrativas em geral nas diversas áreas do Poder Legislativo Municipal, envolvendo: suporte administrativo e parlamentar aos vereadores incluindo redação

	de moções, requerimentos, indicações, projetos, pareceres e outros documentos relacionados ao exercício da vereança; bem como auxiliar nos trabalhos administrativos da secretaria da câmara, trabalhos de digitação, fotocópia, atendimento de chamadas telefônicas, anotar e enviar recados; acompanhar o desenvolvimento das atividades legislativas e informar a imprensa escrita e falada sobre as matérias que tramitam na câmara municipal de interesse do poder legislativo, bem como os trabalhos dos vereadores. Responsável pelo sistema de alarmes da Câmara, devendo em caso de acionamento, acompanhar a empresa responsável pela segurança; auxilia na organização de sessões solenes e especiais, montar o cerimonial, decoração, organização do local, convites e coquetel. Executar as tarefas compatíveis com as previstas no cargo e/ou com as necessidades da câmara municipal. Assiste a mesa e as comissões permanentes, temporárias e especiais nas áreas de sua competência. Operar a transmissão das reuniões da Câmara, deve operar aparelhos de equipamentos como projetores multimídia, data show, câmeras de filmagem dentro outros .
OFICIAL ADMINISTRATIVO	Realizar serviços na área administrativa ligada à área de recursos humanos, setor de pessoal, licitação, compras e patrimônio do Poder Legislativo.

Art. 5º As despesas inerentes a presente lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de janeiro de 2024.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

PORTARIA N. 31/23

Publicação Nº 5483987

PORTARIA SMS/Nº 31/23, de 22 de dezembro de 2023.

AUTORIZA A SERVIDORA ABAIXO MENCIONADA A DIRIGIR OS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

Art. 1º Fica a servidora público municipal abaixo relacionada autorizada a dirigir os veículos: CLIO QHV 6735, CLIO QHV 6645:

- PAULA ORLANDI EVANGELISTA, Técnica de Enfermagem, CPF n. 050.694.499-90, CNH n. 06019270620, Categoria B;

Art. 2º A servidora desempenhará a função inerente ao seu cargo, e quando da necessidade, fica autorizada a dirigir os veículos acima mencionados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de dezembro de 2023.

GLÍCIA PAGNAN
Secretária Municipal de Saúde

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2024 – PMC

Publicação Nº 5484013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2024 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo da construção civil, para execução de serviço comum de engenharia, visando à construção de edificações, para abrigar as novas estruturas dos Centros Municipais de Educação Infantil, do bairro São Cristóvão e do Distrito de Tamanduá, deste Município, de acordo com os Projetos e Memorial Descritivo, constantes no Anexo "A" do Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h00min do dia 19/01/2024.

Início da Sessão: dia 19/01/2024 às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 4 de janeiro de 2024.

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Planejamento

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2023 – PMC

Publicação Nº 5484009

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2023 - PMC

Contratação de serviços

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F304A949148F301A092CE59DF85C52F5C6B2D178

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de exames de 400 Audiometria, 50 Espirometria e 400 Eletrocardiograma, que serão utilizados posteriormente no exame periódico dos Servidores Públicos Municipais de Concórdia.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Global - (Nova Lei de Licitações)

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 19/01/2024.

Início da Sessão: dia 19/01/2024 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h00min às 13h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167. Registrado no TCE com a chave: F304A949148F301A092CE59DF85C52F5C6B2D178

Concórdia, SC, 4 de janeiro de 2024.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA

Secretária Municipal de Administração, em exercício

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2024 – PMC

Publicação Nº 5483952

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2024 - PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8FA278A68F7E5040B25CB18AB024B280BC19F008

Objeto: contratação de empresa do ramo da construção civil, para execução de serviço comum de engenharia, visando à construção de garagens cobertas, em atendimento às necessidades da Polícia Militar, com recursos oriundos do Convênio de Rádio Patrulha nº 40122/2023, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "A" do Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço GLOBAL - (Nova Lei de Licitações)

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 22/01/2024.

Início da Sessão: dia 22/01/2024 as 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h00min às 13h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167. Registrado no TCE com a chave: 8FA278A68F7E5040B25CB18AB024B280BC19F008

Concórdia, SC, 4 de janeiro de 2024.

WAGNER LUIS BEE

Secretária Municipal de Gestão Urbana

EXTRATO 11º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 157/2021 - PMC

Publicação Nº 5486883

Contrato Nº : 157/2021

Aditivo Nº : 11AP Ctr 157/2021

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JACUTINGA AMBIENTAL LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 47/2021

Objeto : Contratação de serviços de limpeza de fossas, limpeza de caixas da água, limpeza de caixas de gordura, limpeza de forros, limpeza de desentupimento de calha, desinsetização, desratização, descupinização, aplicação de repelente para morcego, hidrojateamento, desentupimento de vaso sanitário, limpeza completa de lago para atendimento das necessidades das Secretarias, Fundos, 14º DRP de Concórdia - Polícia Civil, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 04/11/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 48.408,37 (quarenta e oito mil, quatrocentos e oito reais e trinta e sete centavos)

Dotação : 22 - 04.001.2007.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 50 - 06.002.2013.3339039780000000000.150010010000 - Limpeza e conservação

Dotação : 95 - 07.001.2022.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 121 - 08.001.2029.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 177 - 11.001.2041.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 193 - 12.001.2043.3339039780000000000.150070000011 - Limpeza e conservação

Dotação : 214 - 13.001.2101.3339039780000000000.150010020000 - Limpeza e conservação

Dotação : 268 - 15.001.2202.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 307 - 30.001.2451.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 316 - 30.002.2401.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDREIA DE PINHO

Fiscal Técnico-Administrativo: CAMILA KASPARY BOFF

Fiscal Técnico-Administrativo: AGENOR LUIS CEMBRANI

Fiscal Técnico-Administrativo: APARECIDA PETRONILHA DA SILVA FERREIRA

Fiscal Técnico-Administrativo: MONICA PIVOTTO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCELLO PAOLO MORETTO TUMELERO

EXTRATO 11º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 58/2021 - PMC

Publicação Nº 5486880

Contrato Nº : 58/2021

Aditivo Nº : 11AP Ctr 58/2021

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GAZDA SOLUCOES EM IMPRESSAO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 26/2021

Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com fornecimento de equipamentos multifuncionais e impressoras, bem como a manutenção de equipamentos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 03/06/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 191.924,89 (Cento e Noventa e Um Mil, Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Dotação : 10 - 02.001.2002.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 22 - 04.001.2007.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 24 - 04.001.2008.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 36 - 05.001.2010.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 39 - 06.001.2012.3339040110000000000.150010010000 - Impressão

Dotação : 95 - 07.001.2022.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 119 - 08.001.2027.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 159 - 10.001.2036.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 176 - 11.001.2040.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 191 - 12.001.2043.3339040110000000000.150070000006 - Impressão

Dotação : 214 - 13.001.2101.3339040110000000000.150010020000 - Impressão

Dotação : 259 - 15.001.2201.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 268 - 15.001.2202.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 307 - 30.001.2451.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 316 - 30.002.2401.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 341 - 31.001.2005.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 346 - 32.001.2622.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 350 - 33.001.2004.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Dotação : 366 - 34.001.2003.3339040110000000000.150070000001 - Impressão

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: MICHELE GALEAZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDREIA DE PINHO

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDERSON SCHARDONG

Fiscal Técnico-Administrativo: SIMONE DARTORA SOSTER

Fiscal Técnico-Administrativo: DENILSON LORENSETTI

Fiscal Técnico-Administrativo: CELINA NASCIMENTO MACHADO

Fiscal Técnico-Administrativo: CRISTIANE PERIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARITANIA VIVAN DUARTE

Fiscal Técnico-Administrativo: CLAUDIA CRISTINA RAUBER

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCELO CUCCHI

Fiscal Técnico-Administrativo: DIEGO PORTO

Fiscal Técnico-Administrativo: FABIO DALLAZEN

Fiscal Técnico-Administrativo: LORENA ZOLETTI ZAPALAI

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 269/2023 - PMC

Publicação Nº 5486813

Contrato Nº : 269/2023
Aditivo Nº : 1AP Ctr 269/2023
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : HYDRO SERVICOS LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 49/2023
Objeto : contratação de empresa especializada para a execução de lombadas e faixas de pedestres elevadas em Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ, com reenquadramento e limpeza, para atender as necessidades da Diretoria de Trânsito do Município de Concórdia, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 17/08/2024
Assinatura : 02/01/2024

Dotação : 128 - 08.001.2031.33390305100000000000.175270060000 - Material de conserv. e manut. bens uso comum povo

Dotação : 128 - 08.001.2031.33390399900000000000.175270060000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: RUDIMAR VITTO

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 302/2023 - PMC

Publicação Nº 5486815

Contrato Nº : 302/2023
Aditivo Nº : 1AP Ctr 302/2023
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : MHNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 68/2023
Objeto : contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de telecomunicações na modalidade STFC (serviço Telefônico Fixo Comutado), analógico e/ou digital, e na modalidade VoIP (Voz sobre Protocolo de Internet), contemplando pacote/plano de ligações ilimitadas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 28/09/2024
Assinatura : 02/01/2024
Valor R\$: 29.960,00 (Vinte e Nove Mil e Novecentos e Sessenta Reais)

Dotação : 50 - 06.002.2013.33390396400000000000.150010010000 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 71 - 06.004.2018.33390396400000000000.150010010000 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 119 - 08.001.2027.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

Fiscal Técnico: ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA

Fiscal Administrativo: KELLY FATIMA HOCH

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 319/2023 - PMC

Publicação Nº 5486816

Contrato Nº : 319/2023

Aditivo Nº : 1AP Ctr 319/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PHRSSEC SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 58/2023

Objeto : Contratação de empresa para a prestação de serviço de encarregado de dados - Data Protection Officer (DPO) - para cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 30/11/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 67.416,63 (Sessenta e Sete Mil, Quatrocentos e Dezesesseis Reais e Sessenta e Três Centavos)

Dotação : 366 - 34.001.2003.3339039050000000000.150070000001 - Servicos técnicos profissionais

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: MARCOS JOSE KLEIN

Fiscal Administrativo: SIMONE DARTORA SOSTER

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 337/2023 - PMC

Publicação Nº 5486821

Contrato Nº : 337/2023

Aditivo Nº : 1AP Ctr 337/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CRI GESTAO DE RESIDUOS LTDA

Licitação : Concorrência para Contratação de Serviços 7/2023

Objeto : contratação de serviço de disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 26/12/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 450.351,00 (Quatrocentos e Cinquenta Mil e Trezentos e Cinquenta e Um Reais)

Dotação : 123 - 08.001.2030.3339039280000000000.150070000001 - Coleta de lixo e demais resíduos

Fiscal Técnico: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: OLIR MAXIMINO DA SILVA JÚNIOR

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 48/2023 - PMC

Publicação Nº 5486804

Contrato Nº : 48/2023

Aditivo Nº : 1AP Ctr 48/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COMERCIAL AGROALBA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 56/2022

Objeto : contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de caixas d'água, em atendimento às necessidades das

Secretarias, Fundos e 14º DRP de Concórdia - Polícia Civil, com recursos próprios, estaduais e federais, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 15/02/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor: R\$7.060,00 (sete mil e sessenta reais)

Dotação : 22 - 04.001.2007.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 50 - 06.002.2013.3339039780000000000.150010010000 - Limpeza e conservação

Dotação : 95 - 07.001.2022.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 121 - 08.001.2029.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 177 - 11.001.2041.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 193 - 12.001.2043.3339039780000000000.150070000011 - Limpeza e conservação

Dotação : 214 - 13.001.2101.3339039780000000000.150010020000 - Limpeza e conservação

Dotação : 268 - 15.001.2202.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 288 - 15.001.2623.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 307 - 30.001.2451.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 316 - 30.002.2401.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: CHARLES KOPSEL

Fiscal Técnico-Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDREIA DE PINHO

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDERSON SCHARDONG

Fiscal Técnico-Administrativo: EDILENE CONTE CHITOLINA

Fiscal Técnico-Administrativo: CAMILA KASPARY BOFF

Fiscal Técnico-Administrativo: ANGELA MARIA GARCIA DEZORDI

Fiscal Técnico-Administrativo: APARECIDA PETRONILHA DA SILVA FERREIRA

Fiscal Técnico-Administrativo: MONICA PIVOTTO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCELLO PAOLO MORETTO TUMELERO

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 61/2023 - PMC

Publicação Nº 5486806

Contrato Nº : 61/2023

Aditivo Nº : 1AP Ctr 61/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMOVEIS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 8/2023

Objeto : Locação de imóvel, para o funcionamento da sala de audiências da Prefeitura de Concórdia, localizado na Rua Marechal Deodoro, 1000, Sala 403, Centro.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 05/03/2024

Assinatura : 02/01/2024
Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação : 22 - 04.001.2007.3339039020000000000.150070000001 - Condomínios

Dotação : 22 - 04.001.2007.3339039100000000000.150070000001 - Locação de imóveis

Fiscal Técnico-Administrativo: CHARLES KOPSEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 64/2023 - PMC

Publicação Nº 5486807

Contrato Nº : 64/2023
Aditivo Nº : 1AP Ctr 64/2023
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ARAUJO FLORICULTURA E SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI
Licitação : Concorrência para Contratação de Serviços 1/2023
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços gerais de manutenção preventiva e corretiva elétrica e hidráulica, reparos e pequenas obras na construção civil, pintura, serviços de jardinagem e supervisor dos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município de Concórdia - Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Saúde, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 19/03/2024
Assinatura : 02/01/2024
Valor R\$: 62.282,38 (Sessenta e Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta e Oito Centavos)

Dotação : 50 - 06.002.2013.3339034010000000000.150010010000 - Substituição Mão-de-obra LRF Art. 18 §1º

Dotação : 214 - 13.001.2101.3339039160000000000.150010020000 - Manutenção e conservação bens imóveis

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 71/2023 - PMC

Publicação Nº 5486811

Contrato Nº : 71/2023
Aditivo Nº : 1AP Ctr 71/2023
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS DE CONCORDIA-AMC
Licitação : Dispensa de Licitação 12/2023
Objeto : Locação de imóvel para desenvolvimento de atividades da Diretoria de Esportes, para prática e treinamento das equipes de rendimentos nas modalidades de Bolão e Bocha.
Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 23/03/2024
Assinatura : 02/01/2024
Valor R\$: 7.000,00 (Sete Mil Reais)

Dotação : 307 - 30.001.2451.3339039100000000000.150070000001 - Locação de imóveis

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 80/2023 - PMC

Publicação Nº 5486812

Contrato Nº : 80/2023
Aditivo Nº : 1AP Ctr 80/2023
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI
Licitação : Pregão Presencial 15/2023
Objeto : Contratação de empresa para prestação dos serviços técnico-especializados de Cuidador, Psicólogo e serviços de limpeza

higienização, organização e preparo de refeições, para atender as necessidades do Abrigo Provisório Anjo Gabriel, famílias em situação de vulnerabilidade social e da Secretaria Municipal de Assistência Social e suas unidades, com recursos oriundos das reprogramações PSE-AC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 14/04/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 48.588,60 (Quarenta e Oito Mil, Quinhentos e Oitenta e Oito Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 143 - 09.001.2035.3339039990000000000.150070000001 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Dotação : 268 - 15.001.2202.3339034010000000000.150070000001 - Substituição Mão-de-obra LRF Art. 18 §1º

Dotação : 288 - 15.001.2623.3339034010000000000.150070000001 - Substituição Mão-de-obra LRF Art. 18 §1º

Dotação : 288 - 15.001.2623.3339039530000000000.150070000001 - Serviços de assistência social

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JOSIANE ESPINOSA CABRAL

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 235/2022 - PMC

Publicação N° 5486837

Contrato N° : 235/2022

Aditivo N° : 2AP Ctr 235/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SMARTMAQ LTDA

Licitação : Pregão Presencial 133/2022

Objeto : Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de elevador e plataforma elevatória existentes no Parque de Exposições, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/10/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 13.044,20 (Treze Mil, Quarenta e Quatro Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 307 - 30.001.2451.3339039160000000000.150070000001 - Manutenção e conservação bens imóveis

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDILENE CONTE CHITOLINA

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 304/2023 - PMC

Publicação N° 5486841

Contrato N° : 304/2023

Aditivo N° : 2AP Ctr 304/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 19/2023

Objeto : contratação de empresa para execução de pavimentação no regime de empreitada por preço global e unitário, através de recursos próprios e/ou emenda federal da Rua dos Pássaros, Convênio 937719/2023, e Rua São Lucas, Convênio 932181/2022, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" dp Edital

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 09/10/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 1.363.444,47 (Um Milhão, Trezentos e Sessenta e Três Mil, Quatrocentos e Quarenta e Quatro Reais e Quarenta e Sete Centavos)

Dotação : 353 - 34.001.1009.3449051980000000000.150070000001 - Obras contratadas

Dotação : 355 - 34.001.1009.3449051980000000000.170070000000 - Obras contratadas

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: VINICIUS DOS SANTOS

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 38/2021 - PMC

Publicação N° 5486828

Contrato N° : 38/2021
Aditivo N° : 2AP Ctr 38/2021
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ALERT SEGURANÇA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 8/2021
Objeto : contratação de serviços de vigilância desarmada para o Centro Cultural Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital
Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 02/05/2024
Assinatura : 02/01/2024
Valor R\$: 13.098,99 (treze mil, noventa e oito reais e noventa e nove centavos)

Dotação : 316 - 30.002.2401.3339039770000000000.150070000001 - Vigilância ostensiva/monitorada

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: GABRIEL GIRARDI

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 52/2022 - PMC

Publicação N° 5486830

Contrato N° : 52/2022
Aditivo N° : 2AP Ctr 52/2022
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : MARCELO ZANON IMÓVEIS LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 11/2022
Objeto : locação de imóvel para o desenvolvimento de atividades do serviço de assistência ao servidor - SEMAS
Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/03/2024
Assinatura : 02/01/2024
Valor R\$: 9.014,61 (Nove Mil, Quatorze Reais e Sessenta e Um Centavos)

Dotação : 31 - 04.003.2351.3339039020000000000.175370000001 - Condomínios

Dotação : 31 - 04.003.2351.3339039100000000000.175370000001 - Locação de imóveis

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 63/2022 - PMC

Publicação N° 5486831

Contrato N° : 63/2022
Aditivo N° : 2AP Ctr 63/2022
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : FAST MONITORAMENTO LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 15/2022
Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de monitoramento eletrônico com o fornecimento de equipamentos em comodato, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Gestão Urbana, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 20/04/2024
Assinatura : 02/01/2024
Valor R\$: 10.316,04 (Dez Mil, Trezentos e Dezesseis Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 50 - 06.002.2013.3339039770000000000.150010010000 - Vigilância ostensiva/monitorada

Dotação : 72 - 06.004.2018.3339039770000000000.154070000000 - Vigilância ostensiva/monitorada

Dotação : 121 - 08.001.2029.3339039770000000000.150070000001 - Vigilância ostensiva/monitorada

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 64/2022 - PMC

Publicação Nº 5486833

Contrato Nº : 64/2022

Aditivo Nº : 2AP Ctr 64/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PÁTRIA SEGURANÇA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 15/2022

Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de monitoramento eletrônico com o fornecimento de equipamentos em comodato, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Gestão Urbana, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 20/04/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 1.915,53 (Um Mil, Novecentos e Quinze Reais e Cinquenta e Três Centavos)

Dotação : 50 - 06.002.2013.33390397700000000000.150010010000 - Vigilância ostensiva/monitorada

Dotação : 72 - 06.004.2018.33390397700000000000.154070000000 - Vigilância ostensiva/monitorada

Dotação : 121 - 08.001.2029.33390397700000000000.150070000001 - Vigilância ostensiva/monitorada

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FILIPE GNOATTO

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 68/2022 - PMC

Publicação Nº 5486836

Contrato Nº : 68/2022

Aditivo Nº : 2AP Ctr 68/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TIM S A

Licitação : Pregão Presencial 40/2022

Objeto : Contratação de empresa para gerenciamento e prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades de Telefonia Móvel Pessoal - SMP com pacote de dados.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 30/04/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 61.391,81 (Sessenta e Um Mil, Trezentos e Noventa e Um Reais e Oitenta e Um Centavos)

Dotação : 10 - 02.001.2002.33390303000000000000.150070000001 - Material para comunicações

Dotação : 10 - 02.001.2002.33390400500000000000.150070000001 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 11 - 02.002.2621.33390303000000000000.150070000001 - Material para comunicações

Dotação : 11 - 02.002.2621.33390400500000000000.150070000001 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 22 - 04.001.2007.33390303000000000000.150070000001 - Material para comunicações

Dotação : 22 - 04.001.2007.33390400500000000000.150070000001 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 36 - 05.001.2010.33390303000000000000.150070000001 - Material para comunicações

Dotação : 36 - 05.001.2010.33390400500000000000.150070000001 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 50 - 06.002.2013.33390303000000000000.150010010000 - Material para comunicações

Dotação : 50 - 06.002.2013.33390400500000000000.150010010000 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 95 - 07.001.2022.33390303000000000000.150070000001 - Material para comunicações

Dotação : 95 - 07.001.2022.33390400500000000000.150070000001 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de

comunicação de dados)

Dotação : 119 - 08.001.2027.3339030300000000000.150070000001 - Material para comunicações

Dotação : 119 - 08.001.2027.3339040050000000000.150070000001 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 141 - 09.001.2032.3339030300000000000.150070000001 - Material para comunicações

Dotação : 141 - 09.001.2032.3339040050000000000.150070000001 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 214 - 13.001.2101.3339030300000000000.150010020000 - Material para comunicações

Dotação : 214 - 13.001.2101.3339040050000000000.150010020000 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 288 - 15.001.2623.3339030300000000000.150070000001 - Material para comunicações

Dotação : 288 - 15.001.2623.3339040050000000000.150070000001 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

Fiscal Técnico-Administrativo: MAURO FRIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: MARLON DE LAI DENEGA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CELINA NASCIMENTO MACHADO

Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA DALLA ROSA SULENTA

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 11/2021 - PMC

Publicação N° 5486844

Contrato N° : 11/2021/2021

Aditivo N° : 3AP Ctr 11/2021

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DE ARBITROS

Licitação : Pregão Presencial 1/2021

Objeto : Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de arbitragem, visando a possível realização de eventos organizados pela SEDEC no exercício de 2021, sendo eles: Olimpíada da Terceira Idade (bocha e bolão); Jogos estudantis entre 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (Futsal, Handebol, Basquete, Voleibol e Badminton); Campeonato de Futebol Escolar (Moleque Bom de Bola); Olimpíada Interbairros; Campeonato Municipal do Interior de Futebol Amador (séries A, B e C); Campeonato de Futebol Sete (masculino e feminino); Serviços de arbitragem, súmulas e caso necessário, julgamento de eventos acima citados, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/01/2024

Assinatura : 02/01/2024

Dotação : 310 - 30.001.2453.3339039990000000000.150070000001 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JADERSON MORETTO

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 12/2021 - PMC

Publicação N° 5486845

Contrato N° : 12/2021/2021

Aditivo N° : 3AP Ctr 12/2021

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ADAC EVENTOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 1/2021

Objeto : Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de arbitragem, visando a possível realização de eventos organizados pela SEDEC no exercício de 2021, sendo eles: Olimpíada da Terceira Idade (bocha e bolão); Jogos estudantis entre 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (Futsal, Handebol, Basquete, Voleibol e Badminton); Campeonato de Futebol Escolar (Moleque Bom de Bola); Olimpíada Interbairros; Campeonato Municipal do Interior de Futebol Amador (séries A, B e C); Campeonato de Futebol Sete (masculino e feminino); Serviços de arbitragem, súmulas e caso necessário, julgamento de eventos acima citados, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/01/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 20.303,65 (vinte mil, trezentos e três reais e sessenta e cinco centavos)

Dotação : 310 - 30.001.2453.3339039990000000000.150070000001 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JADERSON MORETTO

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 129/2022 - PMC

Publicação N° 5486853

Contrato N° : 129/2022

Aditivo N° : 3AP Ctr 129/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ADRIANO DE SOUZA - BRILHACAR - ME

Licitação : Pregão Presencial 87/2022

Objeto : Prestação de serviços de lavagem completa de veículos utilitários, vans, furgões, micro-ônibus, ônibus e caminhões da frota do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 10/05/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 5.530,00 (cinco mil, quinhentos e trinta reais)

Dotação : 10 - 02.001.2002.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 39 - 06.001.2012.3339039150000000000.150010010000 - Limpeza de veículos

Dotação : 121 - 08.001.2029.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 141 - 09.001.2032.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Fiscal Técnico-Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CELINA NASCIMENTO MACHADO

Fiscal Técnico-Administrativo: THIAGO D ALVES BORSATI

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 15/2020 - PMC

Publicação N° 5486848

Contrato N° : 15/2020

Aditivo N° : 3AP Ctr 15/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA

Licitação : Inexigibilidade 6/2020

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural na área de Agricultura

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 02/02/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 7.069,15 (Sete Mil, Sessenta e Nove Reais e Quinze Centavos)

Dotação : 99 - 07.001.2026.3339039790000000000.150070000001 - Serviços apoio administrativo, técnico e operacional

Fiscal Técnico: CRISTIANO PASTERNAK

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 43/2022 - PMC

Publicação N° 5486851

Contrato N° : 43/2022/2022

Aditivo N° : 3AP Ctr 43/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GEO PIXEL GEOTECNOLOGIAS CONSULTORIA E SERVICO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 119/2021

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, integração via web services, e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de Sistema Web para Controle de Licenciamento Ambiental, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 15/03/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 3.553,55 (Três Mil, Quinhentos e Cinquenta e Três Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)

Dotação : 366 - 34.001.2003.3339040010000000000.150070000001 - Locação de equipamentos e softwares

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: SIMONE DARTORA SOSTER

Fiscal Técnico: ANDRESSA ZANELLA

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 10/2021 - PMC

Publicação N° 5486855

Contrato N° : 10/2021/2021

Aditivo N° : 4AP Ctr 10/2021

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FANTIN CHAVES E EVENTOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 1/2021

Objeto : Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de arbitragem, visando a possível realização de eventos organizados pela SEDEC no exercício de 2021, sendo eles: Olimpíada da Terceira Idade (bocha e bolão); Jogos estudantis entre 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (Futsal, Handebol, Basquete, Voleibol e Badminton); Campeonato de Futebol Escolar (Moleque Bom de Bola); Olimpíada Interbairros; Campeonato Municipal do Interior de Futebol Amador (séries A, B e C); Campeonato de Futebol Sete (masculino e feminino); Serviços de arbitragem, súmulas e caso necessário, julgamento de eventos acima citados, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/01/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$:27.929.88 (vinte e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos)

Dotação : 310 - 30.001.2453.3339039990000000000.150070000001 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JADERSON MORETTO

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 207/2020 - PMC

Publicação N° 5486862

Contrato N° : 207/2020

Aditivo N° : 4AP Ctr 207/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

Licitação : Pregão Presencial 47/2020

Objeto : Contratação de empresa especializada, para o fornecimento de sistema de Gerenciamento do Processo Seletivo e/ou Chamada Pública para a Secretaria Municipal de Educação, incluindo a prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema, licença de direito de uso, customização, implantação, treinamento de suporte técnico, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/08/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 6.805,76 (Seis Mil, Oitocentos e Cinco Reais e Setenta e Seis Centavos)

Dotação : 50 - 06.002.2013.3339040010000000000.150010010000 - Locação de equipamentos e softwares

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: TATIANE LUZZI

Fiscal Técnico: ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 51/2022 - PMC

Publicação N° 5486860

Contrato N° : 51/2022

Aditivo N° : 4AP Ctr 51/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SOFEC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 29/2022

Objeto : contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de limpeza nas dependências internas do 20º Batalhão de Polícia Militar, com recursos oriundos do convênio Rádio Patrulha nº 31957/2021, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/03/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 10.767,27 (Dez Mil, Setecentos e Sessenta e Sete Reais e Vinte e Sete Centavos)

Dotação : 191 - 12.001.2043.3339039780000000000.150070000006 - Limpeza e conservação

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DIEGO PORTO

Fiscal Técnico-Administrativo: FABIO DALLAZEN

EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 203/2019 - PMC

Publicação N° 5486868

Contrato N° : 203/2019

Aditivo N° : 5AP Ctr 203/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SPEED REDES CONECTIVIDADE E INFRAESTRUTURA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 81/2019

Objeto : Contratação de empresa para locação e instalação de câmeras, licença, implantação de plataforma para armazenamento de câmera em nuvem e manutenção corretiva e preventiva das câmeras, para uso da 14ª Delegacia Regional de Polícia de Concórdia, projeto "Concórdia mais segura", com recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 07/07/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 12.274,74 (Doze Mil, Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Setenta e Quatro Centavos)

Dotação : 27 - 04.002.2045.3339039120000000000.175970000002 - Locação de máquinas e equipamentos

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: RICARDO CADAVAL SENHORINHO

EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 275/2020 - PMC

Publicação N° 5486870

Contrato N° : 275/2020

Aditivo N° : 5AP Ctr 275/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GEOVANE TERESINHA SAMPAIO DE OLIVEIRA EIRELI - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 58/2020

Objeto : Contratação de serviços técnicos profissionais especializados para a prestação de serviços de consultoria, assessoria, prestação de

contas, cadastro e acompanhamento de convênios junto ao Governo Federal e Estadual, monitoramento a operacionalização dos sistemas de transferências de recursos (Plataforma + Brasil, FNS/SISMOB, SIGEF, SIMEC/PAR, etc) com o objetivo de captação de recursos para a realização de obras e serviços, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 30/11/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 67.679,26 (Sessenta e Sete Mil, Seiscentos e Setenta e Nove Reais e Vinte e Seis Centavos)

Dotação : 366 - 34.001.2003.33390390500000000000.150070000001 - Servicos técnicos profissionais

Fiscal Técnico-Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 5/2022 - PMC

Publicação N° 5486864

Contrato N° : 05/2022

Aditivo N° : 5AP Ctr 5/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JACUTINGA AMBIENTAL LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 118/2021

Objeto : Contratação de serviços de limpeza e desentupimento de calha, hidrojateamento, desentupimento de vaso sanitário, para atendimento das necessidades das Secretarias, Fundos, 14º DRP de Concórdia - Polícia Civil com recursos próprios, estaduais e federais, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 04/11/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 10.094,24 (dez mil, noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos)

Dotação : 22 - 04.001.2007.33390397800000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 50 - 06.002.2013.33390397800000000000.150010010000 - Limpeza e conservação

Dotação : 193 - 12.001.2043.33390397800000000000.150070000011 - Limpeza e conservação

Dotação : 214 - 13.001.2101.33390397800000000000.150010020000 - Limpeza e conservação

Dotação : 259 - 15.001.2201.33390397800000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CHARLES KOPSEL

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: CAMILA KASPARY BOFF

Fiscal Técnico-Administrativo: APARECIDA PETRONILHA DA SILVA FERREIRA

Fiscal Técnico-Administrativo: MONICA PIVOTTO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCELLO PAOLO MORETTO TUMELERO

EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 54/2020 - PMC

Publicação N° 5486867

Contrato N° : 54/2020

Aditivo N° : 5AP Ctr 54/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GEO PIXEL GEOTECNOLOGIAS CONSULTORIA E SERVICO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 151/2019

Objeto : aquisição de solução de geoprocessamento para continuidade e evolução da construção e do compartilhamento multiplataforma de mapas e análises espaciais, incluindo sistema(s) de informação geográfica (SIG) que permita a edição, visualização, compartilhamento, localização e análises espaciais de forma autônoma (em ambiente Web ou Windows Desktop), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 05/09/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 148.800,00 (Cento e Quarenta e Oito Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 121 - 08.001.2029.3339040020000000000.150070000001 - Desenvolvimento e manutenção de software

Dotação : 366 - 34.001.2003.3339040020000000000.150070000001 - Desenvolvimento e manutenção de software

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS

Fiscal Técnico: CASSIANO POZZA

Fiscal Administrativo: GELSON LONGO

EXTRATO 7º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 78/2022 - PMC

Publicação Nº 5486872

Contrato Nº : 78/2022

Aditivo Nº : 7AP Ctr 78/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ADRIANO DE SOUZA - BRILHACAR - ME

Licitação : Pregão Presencial 53/2022

Objeto : prestação de serviços de lavagem completa de veículos (passeio, utilitários, vans, furgão, micro-ônibus, motocicletas) da frota do Município de Concórdia, Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiro Militar, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 11/05/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 10.130,00 (dez mil, cento e trinta reais)

Dotação : 10 - 02.001.2002.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 22 - 04.001.2007.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 36 - 05.001.2010.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 39 - 06.001.2012.3339039150000000000.150010010000 - Limpeza de veículos

Dotação : 99 - 07.001.2026.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 121 - 08.001.2029.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 141 - 09.001.2032.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 159 - 10.001.2036.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 191 - 12.001.2043.3339039150000000000.150070000006 - Limpeza de veículos

Dotação : 192 - 12.001.2043.3339039150000000000.150070000008 - Limpeza de veículos

Dotação : 193 - 12.001.2043.3339039150000000000.150070000011 - Limpeza de veículos

Dotação : 214 - 13.001.2101.3339039150000000000.150010020000 - Limpeza de veículos

Dotação : 259 - 15.001.2201.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 288 - 15.001.2623.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 307 - 30.001.2451.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 316 - 30.002.2401.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Dotação : 366 - 34.001.2003.3339039150000000000.150070000001 - Limpeza de veículos

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: CHARLES KOPSEL

Fiscal Técnico-Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SIMONE DARTORA SOSTER

Fiscal Técnico-Administrativo: DENILSON LORENSETTI

Fiscal Técnico-Administrativo: CELINA NASCIMENTO MACHADO

Fiscal Técnico-Administrativo: GILVAN PAZZINI

Fiscal Técnico-Administrativo: CAMILA KASPARY BOFF

Fiscal Técnico-Administrativo: JAIR ANTONIO ORTIGARA

Fiscal Técnico-Administrativo: GABRIEL GIRARDI

Fiscal Técnico-Administrativo: DIEGO PORTO

Fiscal Técnico-Administrativo: FABIO DALLAZEN

Fiscal Técnico-Administrativo: THIAGO D ALVES BORSATI

EXTRATO 8º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 156/2021 - PMC

Publicação N° 5486874

Contrato N° : 156/2021

Aditivo N° : 8AP Ctr 156/2021

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FV QUÍMICA AMBIENTAL LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 47/2021

Objeto : Contratação de serviços de limpeza de fossas, limpeza de caixas da água, limpeza de caixas de gordura, limpeza de forros, limpeza de desentupimento de calha, desinsetização, desratização, descupinização, aplicação de repelente para morcego, hidrojateamento, desentupimento de vaso sanitário, limpeza completa de lago para atendimento das necessidades das Secretarias, Fundos, 14º DRP de Concórdia - Polícia Civil, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 04/11/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 27.198,75 (vinte e sete mil, cento e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos)

Dotação : 22 - 04.001.2007.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 50 - 06.002.2013.3339039780000000000.150010010000 - Limpeza e conservação

Dotação : 95 - 07.001.2022.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 121 - 08.001.2029.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 177 - 11.001.2041.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 193 - 12.001.2043.3339039780000000000.150070000011 - Limpeza e conservação

Dotação : 214 - 13.001.2101.3339039780000000000.150010020000 - Limpeza e conservação

Dotação : 288 - 15.001.2623.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 307 - 30.001.2451.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Dotação : 316 - 30.002.2401.3339039780000000000.150070000001 - Limpeza e conservação

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDREIA DE PINHO

Fiscal Técnico-Administrativo: CAMILA KASPARY BOFF

Fiscal Técnico-Administrativo: APARECIDA PETRONILHA DA SILVA FERREIRA

Fiscal Técnico-Administrativo: MONICA PIVOTTO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCELLO PAOLO MORETTO TUMELERO

EXTRATO 9º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 18/2023 - PMC

Publicação N° 5486876

Contrato N° : 18/2023

Aditivo N° : 9AP Ctr 18/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IPM SISTEMAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2023

Objeto : Contratação de empresa especializada, para fornecimento, mediante locação, de sistema de gestão pública e sistema de gestão em saúde, com serviços de implantação, migração, diagnósticos, treinamento, manutenção e suporte técnico, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/01/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 133.274,78 (cento e trinta e três mil, duzentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos)

Dotação : 366 - 34.001.2003.3339040010000000000.150070000001 - Locação de equipamentos e softwares

Dotação : 366 - 34.001.2003.3339040080000000000.150070000001 - Serviços técnicos profissionais de TIC

Fiscal Técnico-Administrativo: LEO MARCOS AMPESSAN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARLON DE LAI DENEGA

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS JOSE KLEIN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DARLINE NEUMANN

Fiscal Técnico-Administrativo: SIMONE DARTORA SOSTER

Fiscal Administrativo: JESSICA MARCHESE FURTADO DE BONA

Fiscal Administrativo: SAMANTA RIZELO KELLER

Fiscal Técnico-Administrativo: SARA PRISCILA DUTKWICZ

Fiscal Técnico-Administrativo: JOEL CARLOS TREVISOL

EXTRATO 9º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 76/2019 - PMC

Publicação N° 5486877

Contrato N° : 76/2019

Aditivo N° : 9AP Ctr 76/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SINALINDS TECNOLOGIA EM SINZALIAÇÃO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 28/2019

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pintura visando à sinalização viária horizontal em diversas vias, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/03/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 21.341,94 (Vinte e Um Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação : 128 - 08.001.2031.3339030440000000000.175270060000 - Material de sinalização visual e afins

Dotação : 128 - 08.001.2031.3339039210000000000.175270060000 - Manutenção e conservação de estradas e vias

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: RUDIMAR VITTO

EXTRATO 9º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 97/2020 - PMC

Publicação Nº 5486879

Contrato Nº : 97/2020

Aditivo Nº : 9AP Ctr 97/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MHNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Licitação : Pregão Presencial 174/2019

Objeto : Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades STFC (serviço Telefônico Fixo Comutado) analógico e/ou Digital, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 29/04/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 31.633,67 (Trinta e Um Mil, Seiscentos e Trinta e Três Reais e Sessenta e Sete Centavos)

Dotação : 10 - 02.001.2002.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 22 - 04.001.2007.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 36 - 05.001.2010.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 39 - 06.001.2012.3339039640000000000.150010010000 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 50 - 06.002.2013.3339039640000000000.150010010000 - Serviços domésticos

Dotação : 71 - 06.004.2018.3339039640000000000.150010010000 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 95 - 07.001.2022.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 119 - 08.001.2027.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 141 - 09.001.2032.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 159 - 10.001.2036.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 176 - 11.001.2040.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 214 - 13.001.2101.3339039640000000000.150010020000 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 259 - 15.001.2201.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 300 - 19.001.2601.3339039640000000000.180270000000 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 307 - 30.001.2451.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 316 - 30.002.2401.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 341 - 31.001.2005.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 346 - 32.001.2622.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 350 - 33.001.2004.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Dotação : 366 - 34.001.2003.3339039640000000000.150070000001 - Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

Fiscal Técnico-Administrativo: MICHELE GALEAZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico-Administrativo: MARLON DE LAI DENEGA

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDREIA DE PINHO

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDERSON SCHARDONG

Fiscal Técnico-Administrativo: EDGAR DA CRUZ BISSONI

Fiscal Técnico-Administrativo: DENILSON LORENSETTI

Fiscal Técnico-Administrativo: CELINA NASCIMENTO MACHADO

Fiscal Técnico-Administrativo: CRISTIANE PERIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANA CAROLINA COLOMBO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCELO CUCCHI

Fiscal Técnico-Administrativo: SAMARA CRISTINA CONTI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2024

Publicação Nº 5486751

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA	
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001 / 2024	
ESPÉCIE:	Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) NOELI DALBELO BORTOLETI, inscrito(a) no CPF sob nº 809.047.429-20, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM GENERALISTA - TEMPORÁRIO, nível 06-40-GTA1 horas semanais.
VALOR:	O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2732,95 (dois mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos).
PRAZO:	02/01/2024 a 01/01/2025
DATA DA ASSINATURA: 2 de janeiro de 2024	

Cordilheira Alta

PREFEITURA

PORTARIA 002/2024

Publicação Nº 5483532

PORTARIA Nº 002/2024

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor municipal DIRCEU CESAR GUOLO, ocupante do cargo de Motorista, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2021 a 14/04/2022, que serão gozadas a partir do dia 05/02/2024.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2024.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 003/2024

Publicação Nº 5483589

PORTARIA Nº 003/2024

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor municipal JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico Especialista - Geriatria, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2023 a 31/01/2024, que serão gozadas a partir do dia 20/02/2024.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2024.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 004/2024

Publicação Nº 5483586

PORTARIA Nº 004/2024

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a servidora municipal DAIANA MARIA CARBONERA, ocupante do cargo de Farmacêutica, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2022 a 31/03/2023, que serão gozadas a partir do dia 14/02/2024.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2024.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 005/2024

Publicação N° 5483592

PORTARIA N° 005/2024

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a servidora municipal SOELI DE FÁTIMA RODRIGUES BORSÓI, ocupante do cargo de Supervisor de Políticas Sociais, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14/01/2023 a 13/01/2024, que serão gozadas a partir do dia 01/02/2024.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2024.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

Cunha Porã

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO Nº 002/2023

Publicação Nº 5484270

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Constituição Federal, resolve

TORNAR PÚBLICA

Art. 1º - A CONVOCAÇÃO da candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 002/2023.

Art. 2º - A candidata deverá estar ciente dos itens e subitens previstos no edital e entrar em contato com o Setor de Recursos Humanos do Município de Cunha Porã, para tomar posse no prazo legal.

CARGO	CANDIDATO
AGENTE DE ENDEMIAS	ADRIANA REGINA MARIOTTI OTTO

Cunha Porã, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº001/2023

Publicação Nº 5484277

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Constituição Federal, resolve

TORNAR PÚBLICA

Art. 1º - A CONVOCAÇÃO dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo nº 001/2023.

Art. 2º - O candidato deverá estar ciente dos itens e subitens previstos no edital e entrar em contato com o Setor de Recursos Humanos do Município de Cunha Porã, para tomar posse no prazo legal.

CARGO	NOME
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 01	ADRIANI WACHTER
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 01	CLADIS MAYER GUARDA
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 01	TRAUDELI CARLA GAUSMANN PUNTEL
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 01	PAMELA GRADE BIASIBETTI
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 01	SCHAIANI WIEZOREK FERRABOLI
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 01	DAIANE DA SILVA
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 02	RENI MARCIA ALTHAUS ZIMMERMANN
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 02	SELMIRA MEINERZ LUBENOW
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 02	MILENE PAULA KOOP
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 02	ISOLDI CAMARA
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 02	LARISSA GRAEFF
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 02	ALEXANDRE MARCOS BAUERMANN
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 02	KARIN DAIANA BOECK
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 03	CAROLINE JESSICA DA SILVA
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 03	ADRIANA REGINA MARIOTTI OTTO
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 03	ALISON DANIEL GOLLMANN
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 03	JESSICA DA SILVA
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 03	LORECI ROSALIA WELKER
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 03	CAROLINE BIANCA KEMPFER
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 04	LUCIA GATELLI PORTOLAN NAUE
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 04	VELANIR MAIRA HUF

AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 04	CLAIDES BELING SCHAFER
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 04	CINTIA DANIELA FICAGNA
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 04	CLECI RAUCH
AGENTES DE SAÚDE - ÁREA 04	LUANA BUSS PERREIRA
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CARLA ENGLER
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SIMONE PANSEIRA
ASSISTENTE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	RAFAELA SALES DE ASSUNCAO
ASSISTENTE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	LUCIANA MARGARIDA PELISSARI BALBINOT
ASSISTENTE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	JUCARA CRISTIANE ARAUJO MOREIRA

Cunha Porã, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO 115-2023

Publicação Nº 5484735

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1470DCA8014EABEBB0AE87C98175CFA6343A9E6D

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155/2023
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO E ALAMBRADO NO CAMPO MUNICIPAL, LOCALIZADO NA EXTENSÃO DA AVENIDA DO COMÉRCIO, SN, LINHA CENTRAL.
CONTRATADA: J.R.M. ELETRICA LTDA, CNPJ Nº:15.600.788/0001-44
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ
VALOR: R\$211.511,00 (DUZENTOS E ONZE MIL, QUINHENTOS E ONZE REAIS).
AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÕES PODEM SER OBTIDAS NO SITE CUNHAPORA.ATENDE.NET
29/12/2023, CUNHA PORÃ, SANTA CATARINA.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO 116-2023

Publicação Nº 5484737

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4141D936ADFD23A017D65292F1D7CDA22A220A07

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155/2023
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO E ALAMBRADO NO CAMPO MUNICIPAL, LOCALIZADO NA EXTENSÃO DA AVENIDA DO COMÉRCIO, SN, LINHA CENTRAL.
CONTRATADA: VGA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº:20.066.677/0001-30
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ
VALOR: R\$ 23.617,00 (VINTE E TRÊS MIL, SEISCENTOS E DEZESETE REAIS).
AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÕES PODEM SER OBTIDAS NO SITE CUNHAPORA.ATENDE.NET
29/12/2023, CUNHA PORÃ, SANTA CATARINA.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº002, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484101

PORTARIANº 002, de 04 de janeiro de 2024.
NOMEIA POR CONCURSO LUCIA CAMPANHOLO PANZENHAGEN PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto N° 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, LUCIA CAMPANHOLO PANZENHAGEN para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N°003, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484103

PORTARIANº 003, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA POR CONCURSO LISANDRA RAHMEIER PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto N° 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, LISANDRA RAHMEIER para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N°004, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484104

PORTARIANº 004, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA POR CONCURSO ALESSANDRA CORRÊA NETTO PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto N° 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, ALESSANDRA CORRÊA NETTO para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N°005, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484106

PORTARIAN° 005, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA POR CONCURSO PATRÍCIA FREITAS DOS SANTOS PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto N° 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, PATRÍCIA FREITAS DOS SANTOS para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N°006, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484107

PORTARIAN° 006, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA POR CONCURSO JAQUELINE CARLA KEMPFER PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto N° 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, JAQUELINE CARLA KEMPFER para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N°007, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484108

PORTARIANº 007, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA POR CONCURSO EDINEIA REGINA MORA PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto N° 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, EDINEIA REGINA MORA para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N°008, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484109

PORTARIANº 008, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA POR CONCURSO JOCIMARA PROIS PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto N° 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, JOCIMARA PROIS para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N°009, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484113

PORTARIANº 009, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA POR CONCURSO REGIANE FRIGO PIASESKI PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto N° 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, REGIANE FRIGO PIASESKI para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL,

com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº010, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484114

PORTARIANº 010, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA POR CONCURSO JAQUELINE ANDRESSA ROYER PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto Nº 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, JAQUELINE ANDRESSA ROYER para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº011, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484115

PORTARIANº 011, de 04 de janeiro de 2024.

NOMEIA POR CONCURSO ADRIANE RHODEN BAUERMANN PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 58/15 e 91/23

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto Nº 175/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 03 de janeiro de 2024, ADRIANE RHODEN BAUERMANN para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,2 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, conforme Anexo III da Lei Complementar 091/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do dia 03 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 04 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

PORTARIA 30/2024 - CURITIBANOS

Publicação Nº 5484583

PORTARIA Nº 30/2024
HOMOLOGA CLASSIFICADO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE ESTÁGIO TRABALHO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 4.384/2009.

Kleberon Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e Lei 4384/2009.

RESOLVE

Art. 1º - Fica homologada a inscrição do candidato Gabriel Granemann de Oliveira, devidamente cadastrada no CPF nº xxx.458.xxx-xx, aluna do curso de Bacharel em Administração junto à UNIASSELVI, para o programa Municipal de estágio de Trabalho para Estudantes, com carga horária de 30 horas, a partir de 03/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 05 de janeiro de 2024.

Kleberon Luciano de Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Diego Sebem Wordell
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO
Nos termos da Lei nº 4.384/2009

As partes a seguir qualificadas:

UNIDADE CONCEDENTE:

Razão Social: Município de Curitibanos			
Endereço: Rua Cel. Vidal Ramos, nº 860		Bairro: Centro	
CEP: 89520-000	Cidade: Curitibanos	UF: SC	Fone: (49) 3245-7200
CNPJ: 83.754.044/0001-34			
Representada pelo Prefeito Municipal: Kleberon Luciano Lima			
Secretária Municipal de Administração e Finanças: Diego Sebem Wordell			

ESTAGIÁRIO (A):

Nome Completo: Gabriel Granemann de Oliveira			
Endereço: Rua Benjamin Constante, nº 557	Bairro: Centro	Cidade: Curitibanos	UF: SC
CEP: 89520-000	Fones: (49) 99985-7910		
Matrícula nº 12410001	Matriculada na 2ª fase	Semestre: 2º/2023	
Curso: Bacharel em Administração			
CPF nº: xxx.458.xxx-xx			

INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

Nome da Instituição: UNIASSELVI			
Endereço: R. Lages, 179		Bairro: Centro	
CEP: 89520-000	Cidade: Curitibanos	UF: SC	Fone: (49) 3380-4064
CNPJ: 01.894.432/0109-76			

Têm entre si justo e acertado firmarem o presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO celebrado em 03/01/2024, nos termos da Lei nº 4.384/2009 e Portaria nº 30/2024, mediante as cláusulas e condições seguintes que reciprocamente estipulam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo de compromisso de estágio visa formalizar as condições básicas para a participação do estudante no Programa Municipal de Bolsa Estágio para estudantes junto ao Município de Curitibanos, nos termos da Lei nº 4.384/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA: O estudante realizará seu estágio junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, vinculada ao Secretário Municipal, com batida de ponto a ser definida.

CLÁUSULA TERCEIRA: O estágio terá a duração máxima de 02 (dois) anos não podendo em qualquer hipótese ultrapassar o último dia do semestre do ano fixado para a conclusão do Curso do (a) Estagiário (a).

CLÁUSULA QUARTA: A vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio é de 03/01/2024 à 03/01/2025, podendo, porém, ser renunciado por ambas às partes, a qualquer tempo, unilateralmente, ou prorrogado, desde que não ultrapasse o limite de dois anos.

CLÁUSULA QUINTA: O valor da bolsa a ser paga à Estagiária deverá ser de R\$ 1.477,31 (um mil quatrocentos e setenta e sete reais com trinta e um centavos)

CLÁUSULA SEXTA: São Obrigações do Município:

- a) A fazer, na vigência do presente Termo, em favor do (a) Estagiário(a), Seguro Contra Acidentes Pessoais, como proteção de sua integridade física no local de Estágio.
- b) É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

CLÁUSULA SÉTIMA: O (A) Estagiário (a) responderá pela perda e pelos danos consequentes da inobservância das normas de trabalho estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA: Os motivos para a rescisão automática do TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO são os seguintes:

- a) a conclusão ou abandono do Curso ou Faculdade, ou Trancamento de matrícula;
- b) transferência para Curso ou Faculdade que não tenha relação com o serviço da Empresa;
- c) descumprimento com o convencionado no presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO.
- d) caso não haja frequência do estagiário;
- e) caso o estagiário não demonstre aproveitamento escolar.

CLÁUSULA NONA: O (A) Estagiário (a) poderá desistir do Estágio a qualquer tempo, quando deverá ser comunicado à Empresa com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

CLAUSULA DECIMA: Caso o estagiário fique afastado em decorrência de atestado médico, os dias de afastamento não serão computados para efeito do pagamento de bolsa auxílio, sendo que, após 03 (três) dias de afastamento, sucessivos ou não, o contrato será rescindido;
Parágrafo Único: Na hipótese de a estagiária ser afastada por motivo de gravidez, o contrato de estágio será rescindido imediatamente, não tendo o Município qualquer responsabilidade quanto ao auxílio gestante ou equiparados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Para o desenvolvimento do trabalho burocrático, os estagiários deverão preencher os requisitos constantes no artigo 5º da Lei 4.384/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá ao estagiário:

- a) Cumprir com todo empenho e interesse toda a programação estabelecida para seu estágio;
- b) Observar e obedecer às normas internas da Prefeitura Municipal;
- c) Apresentar a cada bimestre comprovante de frequência e aproveitamento escolar (artigo 4º, inciso XI, Lei 4.384/2009).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A Instituição de Ensino frequentada pelo (a) Estagiário(a) assina o presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, como interveniente, e, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e dizeres do acordo de cooperação e do decorrente Termo de Compromisso de Estágio (TCE), as partes assinam em 04 (quatro) vias de igual teor.

Curitiba, 05 de janeiro de 2024.

Kleberson Luciano Lima Prefeito Municipal	Gabriel Granemann de Oliveira
Instituição de Ensino	

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 53/2023

Publicação Nº 5484206

RETIFICAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 53/2023

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, por intermédio de sua autoridade competente, torna público a retificação da autoridade competente, conforme segue:

No item 3.1 do edital

Onde se lê:

Para o Credenciamento dos interessados, instalados dentro da área de abrangência do município, deverão apresentar a seguinte documentação:

Leia-se:

Para o Credenciamento dos interessados, sediados neste município ou com sede distante a até um raio de 200 km do município de Curitiba, deverão apresentar a seguinte documentação:

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024.

Roque Stanguerlin
Presidente do Fundo

ADITIVO 1 - ADITIVO DE PRAZO E VALOR (ACRÉSCIMO) AO CONTRATO 01/2023

Publicação Nº 5485284

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A2B5C83551A94C037288A7827B9A5B08A0313C71

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2023

TERMO ADITIVO Nº 1 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS No 1/2023 QUE FAZEM O IPESMUC DE CURITIBANOS E REFERÊNCIA CONSULTORIA LTDA-ME LTDA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2022

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 1/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR NA DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE SGI NA ÁREA ECONÔMICO FINANCEIRA DE ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO IPESMUC, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8.666/93 E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência até 05/01/2025, conforme solicitação em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Pelos serviços a serem prestados o IPESMUC pagará o valor de R\$ 618,73 (Seiscentos e dezoito reais e setenta e três centavos) mensais, totalizando R\$ 7.424,76 (Sete mil, quatrocentos e vinte e quatro Reais e Setenta e Seis Centavos) conforme prestação de serviços e nota fiscal.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 04 de janeiro de 2024.

Anna Christina Ribeiro
Presidente do Fundo

REFERÊNCIA CONSULTORIA LTDA-ME LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 04 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO 4 - ADITIVO DE PRAZO E VALOR (ACRÉSCIMO) AO CONTRATO 1/2022

Publicação Nº 5485044

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3552165D0F631D622F7D2D5573CAB6D767736550

TERMO ADITIVO Nº 4 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2022

TERMO ADITIVO Nº 4 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2022 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CURITIBANOS E CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, REFERENTE AO PREGAO PRESENCIAL 265/2021.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 01/2022, alterando a cláusula que estabelece o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE ALARMES ELETRÔNICOS E DE IMAGENS (CFTV), COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência contratual será até 03/01/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O Fundo pagará à CONTRATADA pela adição do serviço objeto deste contrato, a importância total de R\$ 17.078,40 (Dezessete mil, setenta e oito Reais e quarenta centavos) conforme solicitações de Fornecimento nº 1/2024 e 2/2024

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 03 de fevereiro de 2024.

Diego Sebem Wordell CASVIG Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda
Presidente do Fundo e/e Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 03 de fevereiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 1 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 60/2023

Publicação Nº 5484979

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 550875C56D5BBEDA5EDADB102066AEF8927D2E10

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 60/2023

TERMO ADITIVO Nº 1 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS No 60/2023 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURITIBANOS E ALENCAR DE CARVALHO LOPES, REFERENTE A OUTRAS MODALIDADES Nº 12/2022.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 60/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO PARA Contratação de entidades Privadas, Filantrópicas com ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde (restrito a pessoa jurídica) interessadas em participar de forma complementar ao Sistema Único de Saúde no município, para realização dos procedimentos conforme anexo I deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência contratual será até 30/07/2024, conforme solicitação da Secretaria de Saude em anexo.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 04 de janeiro de 2024.

Roque Stanguerlin
Presidente do Fundo

ALENCAR DE CARVALHO LOPES
Contratado

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 04 de janeiro de 2024

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 1 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 80/2023

Publicação Nº 5484980

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A7C8D458527BED0576EC9F7494134597A3C012A5

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 80/2023

TERMO ADITIVO Nº 1 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS No 80/2023 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURITIBANOS E ANISBEY BOLUFÉ GARCIA, REFERENTE A OUTRAS MODALIDADES Nº 12/2022.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 80/2023, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO PARA Contratação de entidades Privadas, Filantrópicas com ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde (restrito a pessoa jurídica) interessadas em participar de forma complementar ao Sistema Único de Saúde no município, para realização dos procedimentos conforme anexo I deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência contratual será até 30/07/2024, conforme solicitação da Secretaria de Saude em anexo.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 04 de janeiro de 2024.

Roque Stanguerlin
Presidente do Fundo

ANISBEY BOLUFE GARCIA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 04 de janeiro de 2024

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 1/2024 (SEQ. 10813)

Publicação Nº 5484948

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 847E7D3BCBAF023DC34C4CD2EAFAC62A7DCF0D90

TERMO DE CONTRATO Nº 1/2024

CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS E CLODI JOSE DE SOUZA.

Pelo presente instrumento particular de compra e venda e prestação de serviços que fazem o Fundo de Saúde de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Roque Stanguerlin, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, CLODI JOSE DE SOUZA, com sede em CURITIBANOS/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 08.890.025/0001-10 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 224/2023, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI VIGENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA NÃO DESONERADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO

Os itens e serviços deverão ser entregues/prestados de forma parcelada, conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, durante o período de **12 (doze) meses**, em local a ser definido no momento da solicitação.

A vigência será de 01 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico do Fundo e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

15 - 06.001.10.301.8.2028.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00

15 - 06.001.10.301.8.2028.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023** conforme descrito abaixo:

O Fundo pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 26.950 (Vinte e seis mil novecentos e cinquenta reais) após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO FUNDO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do FUNDO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão eletrônico nº 224/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024.

ROQUE STANGUERLIN

Presidente do Fundo

CLODI JOSE DE SOUZA

Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 1/2024 (SEQ. 5024)

Publicação Nº 5485111

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D12AB7327895732F2A280C7E87810FFD04926AFC

TERMO DE CONTRATO Nº 1/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS E LIGSEG SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que fazem o Fundo Municipal de Educação de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular E/E Sr. Diego Sebem Wordell, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, LIGSEG SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA com sede na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.752.369/0001-72 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA, PARA OS NUCLEOS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS - SC. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLÁUSULA SEGUNDA – O PRAZO

O prazo de execução e vigencia do contrato será até 26/06/2024, a partir da data de assinatura do contrato e conforme solicitação da Secretaria Municipal da Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

9 07.001.12.361.10.2111.3.3.90.39.77.00.00.00

16 07.001.12.365.14.2112.3.3.90.39.77.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão Eletrônico nº **25/2023** conforme descrito abaixo:

O Fundo pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 782.284,80 (setecentos e oitenta e dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, conforme relatório de prestação de serviço, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **25/2023**.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Fundo efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO FUNDO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do FUNDO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;
- III. por via judicial, nos termos da legislação.
- IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **25/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024

Diego Sebem Wordell

Presidente do Fundo E/E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024

LIGSEG SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA

Contratada

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 2/2024 (SEQ. 10815)

Publicação Nº 5484949

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C6BE81CE5401A8A8B5A0F633A260E903A6CD3236

TERMO DE CONTRATO Nº 2/2024

CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS E VOLTTI CONSTRUÇÕES LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda e prestação de serviços que fazem o Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr., doravante denominado de FUNDO e de outro lado, VOLTTI CONSTRUÇÕES LTDA com sede em Lages inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 29.728.488/0001-50 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI VIGENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA NÃO DESONERADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO

Os itens e serviços deverão ser entregues/prestados de forma parcelada, conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, durante o período de **12 (doze) meses**, em local a ser definido no momento da solicitação.

A vigência será de 01 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

1.600.0000.1038 15-06.001.10.301.8.2028.3.3.90.00 3.3.90.30.26.00.00.00

1.600.0000.1038 15-06.001.10.301.8.2028.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ 15.800,00, após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da

CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO ciente para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado,

a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão eletrônico nº 224/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 04 de janeiro de 2024.

Roque Stanguerlin
Presidente do Fundo

VOLTTI CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 3/2024 (SEQ. 10823)

Publicação Nº 5484951

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9267C2A7189076E2D3D1CAAE653454EC500917B1

TERMO DE CONTRATO Nº 3/2024

CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURITIBANOS E SAMUEL ANTUNES DOS REIS

Pelo presente instrumento particular de compra e venda e prestação de serviços que fazem o Fundo Municipal de Saude de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Roque Stanguerlin, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, SAMUEL ANTUNES DOS REIS com sede na cidade de Curitiba - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 47.781.896/0001-57 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI VIGENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA NÃO DESONERADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO

Os itens e serviços deverão ser entregues/prestados de forma parcelada, conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, durante o período de **12 (doze) meses**, em local a ser definido no momento da solicitação.

A vigência será de 01 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

15 06.001.10.301.8.2028.3.3.90.30.24.00.00.00 - 3.3.90.39.16.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ 26.566,80 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da

CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO ciente para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado,

a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão eletrônico nº 224/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 04 de janeiro de 2024

Roque Stanguerlin
Presidente do Fundo

SAMUEL ANTUNES DOS REIS
Contratado

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 4/2024 (SEQ. 10832)

Publicação Nº 5484952

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 964A30259572CF85BFC4BD1C5B9646532AC2F544

TERMO DE CONTRATO Nº 4/2024

CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS E C&C CAMPO E CONSTRUÇÃO LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda e prestação de serviços que fazem o Fundo de Saúde de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba, SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Roque Stanguerlin, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, C&C CAMPO E CONSTRUÇÃO LTDA, com sede em PONTE ALTA/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 52.538.199/0001-00, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 224/2023, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI VIGENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA NÃO DESONERADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO

Os itens e serviços deverão ser entregues/prestados de forma parcelada, conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, durante o período de **12 (doze) meses**, em local a ser definido no momento da solicitação.

A vigência será de 01 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico do Fundo e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

15 - 06.001.10.301.8.2028.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00

15 - 06.001.10.301.8.2028.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023** conforme descrito abaixo:

O Fundo pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 35.100,00 (Trinta e cinco mil e cem reais) após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO FUNDO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do FUNDO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão eletrônico nº 224/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024.

ROQUE STANGUERLIN

Presidente do Fundo

C&C CAMPO E CONSTRUÇÃO LTDA

Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 5/2024 (SEQ. 10848)

Publicação Nº 5484954

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7200810C514D369BFDD4436B8A30C0A56A56FEE2

TERMO DE CONTRATO Nº 5/2024

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS E TJ PRIME LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr., doravante denominado de FUNDO e de outro lado, TJ PRIME LTDA com sede em São José/SC inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 50.056.834/0001-97 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega deverá ser conforme a solicitação do departamento competente, com vigência de 1 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

1.500.1002.1002 15-06.001.10.301.8.2028.3.3.90.00 3.3.90.39.17.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 216/2023 conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 3.226,00 após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **216/2023**.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este

CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;
- III. por via judicial, nos termos da legislação.
- IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **216/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 04 de janeiro de 2024.

Roque Stanguerlin
Presidente do Fundo

TJ PRIME LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, Curitibanos, 04 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1017/2023

Publicação Nº 5483648

PORTARIA Nº 1017/2023

INSTAURA SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA DISCIPLINAR, PARA APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA ENVOLVENDO VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THIAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, prefeito do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Art. 84, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que, a Administração Pública é regida pelos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, conforme estatuído no art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, o contido no Ofício GCI nº 023/2023, encaminhado pelo Sr. Cleonir Luiz Welter – Gerente de Controle Interno, solicitando apuração de indícios de irregularidade constatada durante prestações de contas de adiantamentos de viagens, e demais providências cabíveis;

CONSIDERANDO ainda, o que consta no ofício acima referido, e os documentos anexados; encontram indícios de materialidade e autoria de possível infração, suficiente para abertura de Sindicância Investigativa Disciplinar;

CONSIDERANDO o Art. 141 e seus parágrafos, o Art. 140 e Art. 135, incisos I, II, III e IX, todos da Lei 2.069/1994 - Estatuto dos Servidores do Município de Dionísio Cerqueira/SC.;

CONSIDERANDO, ante o exposto no art. 162, da Lei 2.069/1994 - Estatuto dos Servidores do Município de Dionísio Cerqueira/SC.;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância Administrativa Disciplinar, para ampla apuração do(s) fato(s) relacionado(s) à ocorrência.

Art. 2º - Submeta-se a presente ao Setor Jurídico para o devido parecer, caso necessário.

Art. 3º - Designar os servidores HELIOMAR ALVES BRANDÃO, matrícula nº 2.911, WILLIAN HAEFLIGER ANDREOLLA, matrícula nº 2.905 e CARLOS ROBERTO AULER, matrícula nº 1.335, para compor a COMISSÃO e, proceder a devida e completa apuração do(s) fato(s) informado(s) em ofício, sob a presidência do primeiro.

Art. 4º - Designar ainda, o servidor RAFAEL BALSAN MANGINI, matrícula nº 3.626, Portaria 646/2019, Assessor Jurídico, para, sem prejuízo de suas demais atribuições funcionais, atuar junto à Comissão, com vistas a dar o devido suporte jurídico.

Art. 4º - O prazo para conclusão da Sindicância Administrativa Disciplinar será de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior, com fulcro no art. 171, da Lei nº 2.069/1994.

Art. 5º - As despesas decorrentes com a execução desta Portaria, correrão à conta da execução orçamentária vigente.

Art. 6º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Estado de Santa Catarina, município de Dionísio Cerqueira, em 4 de janeiro de 2024.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi registrada e publicada no DOM, na forma da lei.

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 012, DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5486752

PORTARIA Nº 012, de 02 de Janeiro de 2024.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, KATIA APARECIDA PEREIRA, Matrícula nº 518, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE AGRICULTURA, Nível DASU-1, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº 071, de 02 de Março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de Janeiro de 2024.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 014, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5486756

PORTARIA Nº 014, de 03 de Janeiro de 2024.

Dispõe sobre a Exoneração de Servidor de Cargo Efetivo que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 40, inciso I, da Lei Complementar nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, ao Servidor LUCAS ROQUE CLEMES, CPF nº 098.***.259-33, Matrícula nº 1754, do cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de Janeiro de 2024.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 015, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5486758

PORTARIA Nº 015, de 03 de Janeiro de 2024.

Concede Licença Prêmio a Servidor que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91, da Lei Complementar nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora MARTA PEZENTE, matrícula nº 529, referente aos períodos aquisitivos de 17/12/2016 a 16/12/2018, a serem gozadas 03 de janeiro de 2024 a 01 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de janeiro de 2024.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 013, DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5486754

PORTARIA Nº. 013, de 02 de Janeiro de 2024.

Faz Alteração de Função de Servidores em Cargo de Comissão que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a função da Servidora TAINARA FABRICIO MASSCHMANN, do cargo de Diretor de Contabilidade, Nível DASU-2, para DIRETOR DE COMPRAS E ESTOQUE, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Fica alterada a função do Servidor CAIO JOÃO PEREIRA CANELA, do cargo de Diretor de Agricultura, Nível DASU-2, para DIRETOR DE CONTABILIDADE, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Fica alterada a função do Servidor ANTONIO PAULO SILVEIRA, do cargo de Diretor de Compras e Estoque, Nível DASU 2, para DIRETOR DE AGRICULTURA, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 4º Fica revogada as Portarias nº009 de 06 de janeiro de 2022, Portaria nº401, de 21 de dezembro de 2023 e Portaria nº220 de 19 de junho de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de Janeiro de 2024.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

PORTARIA 4850/2024

Publicação Nº 5486800

PORTARIA 4850, de 04 de janeiro de 2024.

PRORROGA PRAZO DA PORTARIA Nº 4774, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no artigo 85, inciso XXVI e artigo 115, inciso II, alínea “c” e alínea “f”, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado em 30 dias, a contar de 01 de janeiro de 2023, o prazo para conclusão da Sindicância instaurada pela Portaria nº 4774, de 31 de outubro de 2023.

Art. 2º. A prorrogação de prazo se justifica pela necessidade de estudo e conclusão dos trabalhos da Comissão da Sindicância.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de janeiro de 2024.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2024 FMS

Publicação Nº 5483557



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saude@ervalvelho.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

LEI 14.133

1. PREÂMBULO

1.1 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO, SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.490.261/0001-90, representado pelo seu Gestor, Sr. João Luis Wiest **TORNA PÚBLICO** que fará realizar **CREDENCIAMENTO** sob a forma **ELETRÔNICA**, a ser processada e julgada em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 O edital e seus anexos estarão disponíveis para download na **Página Oficial do Município** <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/> e na Plataforma Eletrônica do **Portal de Compras Públicas** <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

1.3 O **TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** deverão ser encaminhadas, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br, a partir do dia **05 de janeiro de 2024**.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto do presente edital é o **Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviço de coleta e análises de exames laboratoriais e biópsias para atender a demanda do Município de Erval Velho**, em conformidade com as especificações do Termo de Referência - Anexo II deste edital.

Item	Descrição/ Especificação	Tipo de item	Unidade de medida	Quantidade	Preço de referência
1	Credenciamento de pessoa jurídica para realização de coleta e	Prestação de Serviços	UN	Limite do valor	Tabela SUS



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

	análises de exames laboratoriais e biópsias para atender a demanda no Município de Erval Velho/SC				
--	---	--	--	--	--

2.2 Valor total estimado do objeto para os 12 (doze) meses: **R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais).**

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. O certame será regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, de 01 de abril de 2021, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

3.2. O credenciamento pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

4.1 Os serviços a serem executados deverão ser prestados de acordo com o **Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I) e no Termo de Referência (ANEXO II).**

5. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

7 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.500.1002.0000.00 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS –
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO
15.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.065 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

6.1 Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação;

6.2 Vedações. Não poderão participar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, N° 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

6.4 O licitante obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

7. CREDENCIAMENTO

7.1. Os proponentes interessados deverão encaminhar **O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br, a partir do dia **05 de janeiro de 2024**:

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A proponente interessada deverá apresentar a seguinte documentação de Habilitação

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saude@ervalvelho.sc.gov.br

- 8.3.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.3.3 Regularidade perante a Fazenda Federal;
- 8.3.4 Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- 8.3.5 Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;
- 8.3.6 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 8.3.7 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);
- 8.3.8 Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Município de Erval Velho/SC (essa certidão pode ser emitida através da Internet, pelo site do município (www.ervalvelho.sc.gov.br), no link: “Serviços – Cidadão – CND Online” **(Quando não for possível a emissão da presente certidão nos casos em que a licitante não possui cadastro junto à municipalidade, por exemplo, a pregoeira poderá consultar junto ao setor tributário e, não havendo débitos, habilitar a licitante no tocante ao presente item).**
- 8.3.9 Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

8.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

- 8.4.1 **Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

8.5 QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 8.5.1 a) Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), com lista de serviços que serão realizadas pelo laboratório e caso utilize serviços terceirizados, esses deverão estar descritos nesse cadastro;
- b) Alvará Sanitário Atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual;
- c) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, atualizado;
- d) Registro do Responsável Técnico pelo Laboratório no respectivo Conselho Profissional e comprovante de especialização emitido pela sociedade científica respectiva;
- e) Comprovação de vínculo do(s) responsável(is) técnico(s), em uma das seguintes formas:



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

- Profissional empregado da empresa: cópia do registro em carteira de trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada junto à Delegacia Regional do Trabalho;
 - Profissional sócio/diretor/proprietário: cópia do contrato social e suas modificações em vigor;
 - Profissional Autônomo: que presta serviço à empresa, mediante contrato de prestação de serviço: cópia do contrato em vigor.
- f) Apresentar certificado e/ou contrato de coleta, transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde, conforme RDC/ANVISA Nº 222/2018 e suas atualizações.

8.6 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

8.6.1 A proponente deverá **DECLARAR** em documento **único (conforme modelo Anexo III)**:

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Luzerna ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

i) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

8.7 A proponente deverá apresentar o **TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXX/2024 (conforme modelo Anexo V):**

8.8 A proponente enquadrada como **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, deverá apresentar a **DECLARAÇÃO** conforme **Anexo IV**.

9. DO ENVIO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão encaminhar **O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br.

9.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Agente de Contratações e Equipe de apoio **em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do envio dos documentos para o endereço: licitacao@ervalvelho.sc.gov.br.

9.3 A Agente de Contratações poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

9.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

10. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

10.1 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/>

10.2 Após ser habilitado, o proponente será convocado para assinar o **TERMO DE CONTRATO**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3 Os **TERMOS DE CONTRATO** que vierem a ser realizados, serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos:



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

- 11. I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
- 12. II Página do Município <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/>
- 13. III - Diário Oficial dos Municípios – DOM; <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>
- 14. IV - Plataforma <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1. O(a) interessado(a) que preencher os requisitos exigidos neste Edital, no que a ele(a) for aplicável, será considerado habilitado(a) no credenciamento.

12. DO TERMO DE CONTRATO

12.1. As contratações para a prestação dos serviços de que este instrumento convocatório trata dar-se-ão de forma direta, por inexigibilidade de licitação, através do sistema de credenciamento, com arrimo no disposto no art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021.

14.1 12.2. Após ser habilitado, o proponente será convocado para assinar o **TERMO DE CONTRATO**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis

12.2.1. O mencionado instrumento contratual será formalizado na conformidade dos termos da minuta constituinte do **Anexo VI** deste Edital, presentes as disposições do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. O credenciamento para prestação dos serviços de que o presente Edital trata não gera vínculo empregatício entre a o(a) Credenciado(a) e o Município de Erval Velho/SC.

12.4. Até a data prevista para ocorrência de assinatura do Termo de Contrato, o Município de Erval Velho/SC, poderá inabilitar o convocado para prestação dos serviços, mediante despacho fundamentado, se tiver informação segura sobre qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, regularidade trabalhista ou qualificação técnica.

12.5. O termo de contrato será formalizado com presença, no que couber, das cláusulas previstas no art. 89 da Lei 14.133/2021.

12.7. O contrato poderá ser alterado, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021

12.8. Os CREDENCIADOS não terão vínculo empregatício com o Município, sendo de exclusiva responsabilidade daquele as despesas com seguros de natureza trabalhista vigentes, transporte, alimentação e quaisquer outros encargos que forem devidos, referentes à prestação dos serviços.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE (MUNICÍPIO)

13.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.2 Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

13.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS

14.1 As obrigações do Credenciado constam do **ITEM 16 DO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o(a) Credenciado(a) a pagamento de multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia, a incidir sobre o valor daquele, aplicada na forma prevista no art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1. Contar-se-á o termo inicial de incidência da multa da data estipulada na ordem de serviço emitida pela Credenciante ou, quando for o caso, após prazo concedido através de notificação.

15.2. A inexecução total ou parcial do Contrato ou o descumprimento de qualquer das obrigações contratuais ou condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento sujeitará o (a) Credenciado (a), nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

15.2.1. Advertência;

15.2.1.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do Contrato ou da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

15.2.1.2. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total desse;

15.2.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Erval Velho/SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

15.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.3. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, às empresas e aos profissionais que, em razão de contrato regido pela Lei nº 14.133/2021:

15.3.1. Hajam sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

15.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao(à) Credenciado(a) o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes.

15.5. As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e a de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no correspondente processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.6. Na aplicação da penalidade, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.7. O recolhimento da multa deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento da correspondente comunicação da autoridade competente.

13.8. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.9. A cominação de penalidade administrativa ao(à) Credenciado(a) não impede ocorrência de rescisão do seu contrato.

16. DA EXTINÇÃO

16.1. As possibilidades de extinção do contrato estão previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

17. DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

17.1. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

18. DOS RECURSOS

18.1. Dos atos da Administração praticados com referência aos procedimentos de habilitação, de credenciamento e de execução dos correspondentes contratos serão admitidos:

18.1.1. Recurso hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

18.1.1.1. Habilitação ou inabilitação de requerente de credenciamento;

18.1.1.2. Anulação ou revogação do processo de credenciamento;

18.1.1.3. Aplicação de pena de advertência, de multa ou de suspensão temporária;

18.1.1.4. Extinção do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021;

18.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação da decisão relacionada com o objeto deste Edital ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

18.1.3. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.2. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

18.3. O recurso previsto contra caso de habilitação ou inabilitação do requerente de credenciamento terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

18.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, cabendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

19.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei que o rege, devendo protocolar pedido até o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação oficial deste edital.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

20.1 A fiscalização e gestão do contrato serão realizadas por meio da servidora do Município: **Bruna Primo Ferreira Lopes**, Diretora de Saúde, a qual realizará a conferência do recebimento do serviço.

20.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

20.1.2. O fiscal do contrato anotarás todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

20.1.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

20.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

20.2 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2.1 A contratação poderá ter prorrogações sucessivas, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

21.2. É facultada à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e no Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.4. Os referidos prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente.

21.5. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e nas demais Leis a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

21.4 Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

II Página do Município <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/>

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM; <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>

IV - Plataforma <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

21.5 São anexos deste edital:

I) Estudo Técnico Preliminar – ETP.

II) Termo de Referência – TR.

III) Modelo de Declaração ÚNICA.

IV) Modelo Declaração LC 123/2006.

V) Modelo De Termo de Adesão ao Credenciamento

VI) Minuta de Contrato Administrativo.

22. DO FORO

22.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Herval D'Oeste/SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Erval Velho/SC, 04 de janeiro de 2024.

João Luis Wiest

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR poderá ser obtido gratuitamente nos endereços eletrônicos <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/> e <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, N° 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO N° 001/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N° 001/2024

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

O **TERMO DE REFERÊNCIA** poderá ser obtido gratuitamente nos endereços eletrônicos <https://ervalvelho.sc.gov.br/licitacoes/> e <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024 EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

(Razão Social) _____, inscrita no
CNPJ/MF nº _____, sediada no endereço
_____, na cidade de _____, por seu
representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final
subscreve, **DECLARA EXPRESSAMENTE** a quem interessar possa e para fins de atendimento do
edital e processo em referência, QUE:

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

i) DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

j) Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, N° 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saude@ervalvelho.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO N° 001/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N° 001/2024

ANEXO IV**APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006****MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

_____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____, do CPF n° _____,

DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

Declaro, sob as penas da lei, não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.

Declaro ainda que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar n° 123/2006, art. 3º, II).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saude@ervalvelho.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

ANEXO V

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXX/2024

Através do presente, a proponente, inscrita no CNPJ sob o nº _____, telefone (____) _____, e-mail _____, localizada no endereço _____, bairro _____, no Município de _____, _____, tendo como responsável o Sr.(a) _____, portador(a) do documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, vem aderir ao **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISES DE EXAMES LABORATORIAIS E BIÓPSIAS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES E VALORES CONSTANTES DO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL**, conforme disposto no item 8.7 do presente Edital.

Item	Descrição/ Especificação	Tipo de item	Unidade de medida	Quantidade	Preço de Referência
1	Credenciamento de pessoa jurídica para realização de coleta e análises de exames laboratoriais e biópsias para atender a demanda no Município de Erval Velho/SC	Prestação de Serviços	UN	Limite do valor	Tabela SUS

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

Erval Velho/SC, xx de xxxx de 2024.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2024

ANEXO VI

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.490261/0001-90, sito a Rua Nereu Ramos, 204, Centro da Cidade de Erval Velho, SC, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. João Luis Wiest., e de outro lado, a empresa -----, inscrita no CNPJ nº -----, com sede na -----, telefone ----- e e-mail -----, neste ato devidamente representada pelo senhor(a) -----, portador(a) do RG nº ----- e CPF nº -----, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do **Processo Licitatório nº 001/2024, CREDENCIAMENTO nº 001/2024**, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1 O objeto deste processo licitatório é a **credenciamento para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises de exames laboratoriais e biópsias para atender a demanda do Município de Erval Velho**, conforme especificações e quantidades constantes Termo de Referência anexo ao edital de **Processo Licitatório nº 001/2024, CREDENCIAMENTO nº 001/2024**

Item	Descrição/ Especificação	Tipo de item	Unidade de medida	Quantidade	Preço de referência
1	Credenciamento de pessoa jurídica para realização de coleta e análises de exames laboratoriais e biópsias para atender a demanda no Município de Erval	Prestação de Serviços	UN	Limite do valor	Tabela SUS



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

	Velho/SC				
--	----------	--	--	--	--

1.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

1.3.1 A contratada deverá prestar os serviços objeto deste Termo de Contrato em conformidade com os prazos estabelecidos no **Termo de Referência (ANEXO II) deste edital**.

1.2. Este contrato é vinculado ao edital do **Processo Licitatório nº 001/2024, CREDENCIAMENTO nº 001/2024**.

1.3 Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA SEGUNDA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

2.1 O Município de Erval Velho pagará a contratada o valor total estimado de **R\$**

2.1.1 Após o recebimento e aprovação dos serviços, o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao Município de Erval Velho, localizada no endereço Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC – CEP: 89.613-000, e-mail contabilidade@ervalvelho.sc.gov.br.

2.2 O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

2.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

2.4 Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

2.5 O Município poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer(qualsquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

2.6 Os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

2.7 O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do bem/produto/serviço e somente será reajustado passado 12 meses do contrato, se renovado, utilizando-se o índice INPC.

2.8 As despesas decorrentes deste Termo de Contrato, ocorrerão por conta do Orçamento Geral do Município, do seguinte programa:

7 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002.0000.00 - RECEITAS

DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS –

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

15.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.065 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE.

2.9 O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

2.10 Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.

2.11 A CONTRATADA deverá obedecer aos itens dispostos no **EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO, NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO TERMO DE REFERÊNCIA.**



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

2.12 O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2.13 A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

2.14 Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

2.15 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

2.17 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

2.18 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências legais.

2.19 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo.

2.20 Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

2.21 O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPC, no caso de prorrogação, desde que transcorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

2.22 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

2.22.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

2.22.2 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

2.22.3 As obrigações da Contratada constam do **ITEM 16 DO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

2.23 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

2.23.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

2.23.2 Permitir o acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA para a execução do contrato;

2.23.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da CONTRATADA, desde que inerentes ao objeto do Contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ

3.1 A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio do servidor do Município: **Bruna Primo Ferreira Lopes**, Diretora de Saúde, a qual realizará a conferência do recebimento do serviço.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

4.1.1 Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente CONTRATO, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.1.2. O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

4.1.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.1.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

4.2 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1 A contratação poderá ter prorrogações sucessivas, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

5.2 As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições:

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 02 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

5.4 A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

5.5 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

c) Pagamento do custo da desmobilização.

5.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

c) Execução da garantia contratual para:

I) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

5.7 A aplicação das medidas previstas nas letras "a" e "b" do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

5.8 Na hipótese da letra "b", o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5.9 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: saúde@ervalvelho.sc.gov.br

CLÁUSULA SEXTA: FORO

6. É declarado competente o foro da Comarca de Herval D'Oeste para dirimir qualquer questão contratual.

CLÁUSULA SETIMA: PUBLICAÇÃO

7.1 Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes.

7.2 Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município;

II - Página do Município de Erval Velho/SC;

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM;

IV - Plataforma: Portal de Compras Públicas.

Erval Velho, xxxx de xxxx de 2024.

João Luis Wiest

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho/SC

CONTRATANTE

Empresa

CONTRATADO

1ª Testemunha Nome:

2ª Testemunha Nome:

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO 01 A ATA DE RP Nº 11/2023

Publicação Nº 5484620



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

TERMO ADITIVO N. 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0011/2023

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES**, Estado de Santa Catarina, com endereço na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, município que lhe empresta o nome, inscrito no CNPJ sob n. **CNPJ sob n. 83.009.910/0001-62**, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor **GILBERTO ANGELO LAZZARI**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **POSTO ECONORTE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede jurídica na Cidade de Faxinal dos Guedes/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 39.229.987/0001-56, representada pelo Senhor Neidson Diogo Martarelo, inscrito no CPF/MF sob n. 066.***.***-97, designada simplesmente de **CONTRATADA**, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado no artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO PREÇOS

Conforme citado em ata originária: “3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.”.

Conforme também, acordo ajustado entre as partes a o prazo de vigência da ata originária 11/2023, passa a ser de 04 de janeiro de 2024 para 04 de janeiro de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o Contrato originário permanecem em pleno vigor.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo n. 01, em quatro (4) vias de igual teor e forma, os representantes das partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 04 de Janeiro de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARRI
PREFEITO MUNICIPAL

POSTO ECONORTE LTDA
CNPJ sob o nº 39.229.987/0001-56
Neidson Diogo Martarelo

Testemunhas:

1) _____
Ledemir Dos Santos
CPF/MF sob n. 085.***.***-63

2) _____
Rikelvin Dall Acqua
CPF/MF sob n. 078.***.***-36

CONTRATO 02/2024

Publicação Nº 5483788

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C4D47DE91276CE1C001F3FF2F3A65B2D5947A9AA



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES**

EXTRATO DE CONTRATO Contrato nº 02/2024.

Contratante: Prefeitura Municipal De Faxinal Dos Guedes.

Contratado: **KNAPP & CIA LTDA.****OBJETO: AQUISIÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS.**

Do Preço do objeto contratado é da ordem de R\$ 98.800,00 (Noventa e oito mil e oitocentos reais), pagáveis de acordo com o cronograma estabelecido pelas Secretaria Municipal de Infraestrutura, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e relatórios de atendimento, devidamente recebida e liquidada pelo fiscal do presente contrato. Prazo de vigência: até 04/01/2025.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de Janeiro de 2024.

Código registro TCE: C4D47DE91276CE1C001F3FF2F3A65B2D5947A9AA

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 602/2023

Publicação Nº 5484422



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

DECRETO Nº. 602/2023.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N. 006/2023, PARA PROVIMENTO DO QUADRO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO-ACTS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando, a Contratação de empresa visando o planejamento, a organização, a operacionalização e execução de Concurso Público para os cargos do Processo Seletivo Público para vagas de empregados públicos;

Considerando, a necessidade de dar rigorosa transparência a todas as fases do Concurso Público e do Processo Seletivo Público, como elaboração, publicação e divulgação do edital, inscrições, aplicação de provas e classificação;

Considerando, a necessidade de se criar um colegiado incumbido de, além de acompanhar todas as fases do certame, proceder à deliberação de casos omissos;

Considerando, a necessidade de se constituir Comissão Especial Interna para organização, acompanhamento e fiscalização de todas as fases do Processo Seletivo, em conjunto com a empresa contratada.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados novos membros para compor a Comissão Especial de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Público Municipal n. 006/2023, para o preenchimento de cargos vagos, ou que vierem a vagar na vigência do seletivo, no quadro de empregados públicos, os seguintes servidores:

I – Marilete Aparecida de Ramos, servidora pública municipal, do quadro permanente de servidores, ocupante do cargo de Assistente Administrativo;

II –Haite Roberta Gusberti, servidora pública municipal, do quadro permanente de servidores, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

III – Marcia Bringhenti Ferreira, servidora pública municipal, do quadro permanente de servidores, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil;

Art. 2º - A Comissão fica responsável pelo acompanhamento e fiscalização direta dos atos relacionados ao certame, visando ao controle da lisura do processo representado pelo Seletivo Público Para Emprego Público n. 006/2023, realizado pela municipalidade e sob a execução da Empresa Fenix Instituto Ltda.

Art. 3º - Dentre as atribuições a esta Comissão compete:

- a) Supervisionar e fiscalizar os trabalhos da empresa contratada, cabendo a ela conferir o cumprimento de toda legislação municipal relacionada à realização do seletivo público;
- b) Dar apoio e auxiliar a empresa contratada em todas as fases do Certame fornecendo todos os dados e informações precisas para que a mesma possa elaborar os editais necessários para a abertura do seletivo público, podendo para tanto requisitar informações junto à Secretaria e demais órgãos do Poder Público Municipal;
- c) Requisitar da contratada todas as informações que se fizerem necessárias ao esclarecimento público do andamento do certame, bem como cobrar a solução de quaisquer pendências relacionadas aos atos do Seletivo;
- d) Aferir a condução da contratada quanto à segurança dos materiais ou informações que devam, a bem da lisura e demais princípios aplicados ao certame, permanecer em sigilo;
- e) Receber e analisar os relatórios diversos e listagens contendo os resultados das provas;
- f) Aprovar os atos realizados pela empresa contratada, tais como: cronograma de execução de acordo com as fases do seletivo, entre outros atos necessários ao bom andamento do seletivo, inclusive realizando apontamentos;
- g) Todos os atos que se fizerem necessários ao controle da legalidade, isonomia e moralidade na execução do seletivo público, podendo, para tanto, requisitar, entre outros, apoio logístico e jurídico à Administração Municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

Art. 4º - Homologado o Processo Seletivo Público para Emprego Público n. 006/2023, a comissão de que trata o art. 1º deste Decreto será extinta automaticamente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas às disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 27 de Dezembro de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EDITAL 001/2024

Publicação N° 5484263



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2024.
(Processo Administrativo n.º 001/2024)**

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do art. 75, *Inciso II*, nos termos da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, mais, o **DECRETO N. 202/2023** e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 11/01/2024**Link: <https://licitar.digital/>****Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa por dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPRESSÕES DE APOSTILAS PARA A DISCIPLINA DE ESPANHOL, PARA OS ALUNOS DE 1º AO 9º ANO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

EDITAL 02/2024

Publicação Nº 5484304



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
PARA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024
Processo Administrativo n 02/2024**

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento, com a entrega de forma **PARCELADA**, para **AQUISIÇÃO DE MARMITAS PARA ATENDER A DEMANDA DOS FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHAM NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E NO DISTRITO DA BARRA GRANDE**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do **DECRETO N. 208/2023** e demais legislação aplicável.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço:

Link: <https://licitar.digital/>

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 05/01/2024 às 8h

Até 18/01/2024 às 8h

PERÍODO DE LANCES

De 18/01/2024 às 8h

Até 18/01/2024 às 16h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

EDITAL 08/2024

Publicação N° 5484320



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
PARA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2024
Processo Administrativo n 008/2023**

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento, com a entrega de forma **PARCELADA**, para **AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO E ÓLEO MOTOR PARA SUPRIR TODA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do **DECRETO N. 208/2023** e demais legislação aplicável.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço:

Link: <https://licitar.digital/>

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 05/01/2024 às 8h

Até 18/01/2024 às 8h

PERÍODO DE LANCES

De 18/01/2024 às 8h

Até 18/01/2024 às 16h


CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 124/2023

Publicação Nº 5483738

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B5CF3F165723606D7084FA1D5763014FCC7BCF9B

 <div>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES</div> <div>CNPJ: 83.009.910/0001-62 Telefone: (49) 3436-4300 Endereço: Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro CEP: 89694-000 - Faxinal dos Guedes</div>	CONCORRÊNCIA Nr.: 3/2023
	Processo Adm.: 124/2023 Data do Processo: 28/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Código registro TCE: B5CF3F165723606D7084FA1D5763014FCC7BCF9B

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:

124/2023
- b) Nr. Licitação:

3/2023 - CC
- c) Modalidade:

Concorrência
- d) Data de Homologação:

04/01/2024
- e) Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
KNAPP & CIA LTDA				
1 - SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS - SERVIÇO DE PERFURFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM DIÂMETROS DOS FUROS DE 2,5 POLEADAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EXPLOSIVOS E OUTROS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS MESMOS. - Marca:	MT. LINEAR	1.000,000	98,8000	R\$ 98.800,00
Total geral:				R\$ 98.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	05.001.15.451.1501.2050.3.3.90.00.00	R\$ 74.145,00
MANUT. DAS ATI. DE APOIO AO AGRICULTOR	06.001.20.606.2001.2052.3.3.90.00.00	R\$ 24.715,00

Faxinal dos Guedes, 04/01/2024

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 028/2024

Publicação Nº 5483846

	PORTARIA Nº 028/2024
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal DIRCIANE FALKOSKI NEUHAUS, ocupante do Cargo de Assistente de Tributação lotada na Secretaria Municipal da Fazenda no período de 05/01/2024 a 19/01/2024, conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 12/22 a 12/23.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 05 dias do mês de Janeiro de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 029/2024

Publicação Nº 5483848

	PORTARIA Nº 029/2024
	CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE a Servidora Municipal JANAINÉ POMATTI ocupante do cargo de Professora a partir da data de 05/01/2024 pelo prazo de 180 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 05 dias do mês de Janeiro de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N.º 04/2024 AO CONTRATO SUPERIOR N.º 47/2021, FIRMADO EM 27/04/2021

Publicação Nº 5486809

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2582CA3922EE279835918DDF28768EF7879A5462

TERMO ADITIVO N.º 04/2024 AO CONTRATO SUPERIOR
N.º 47/2021, FIRMADO EM 27/04/2021.

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 580, Centro, cidade de Formosa do Sul, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Jorge Antônio Comunello, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a empresa DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA, com sede na Av. Martin Piasieski nº435, sala 01, centro, Descanso, inscrita no CNPJ sob o nº22.366.517/0001-31, neste ato representada por seu representante legal Senhor LEANDRO CARLOS SILVEIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo Nº.38/2021, Dispensa de Licitação Nº 20/2021, homologado em 27/04/2021 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a adição do valor contratado originariamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR ACRESCIDO

2.1 Fica acrescido ao valor originalmente contratado pelo Contrato Administrativo n.º 47/2021, o valor de R\$ 1.774,64 (um mil e setecentos e setenta e quatro reais com sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 47/2021, que não se contrapõem, permanecem inalteradas e válidas.

E, assim, por estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Formosa do Sul- SC, em 05 de Janeiro de 2024.

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

LEANDRO CARLOS SILVEIRA
REPRESENTANTE LEGAL

Fraiburgo

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO CLAUDINEI DE MELLO

Publicação Nº 5484370



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO Edital de Concurso Público n. 1/2023

Senhor(a): **CLAUDINEI DE MELLO**

Endereço: **RUA BELGOLDEN, BAIRRO: MACIEIRA, FRAIBURGO CEP: 89.580-000**

Inscrição nº: **3702243**

Telefone: **(49) 99136-3634**
49991363634

Celular: **(49) 98893-3880**

Cargo: **325 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**

Classificação: **3º Lugar**

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 1/2023 destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 922/2023, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto, identificação, último contrato e página seguinte em branco;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco CAIXA – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda;
- v) Declaração conforme Lei Municipal Nº 2525/2021;
- w) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I – Hemograma Completo;
 - II – Glicemia;
 - III Creatinina,
 - IV – Parcial de Urina;
 - V – TGO e TGP;
 - VI – Triglicerídeo;
 - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

VIII – TSH (acima de 45 anos);
IX – PSA (homens acima de 45 anos);
X – Parasitológico de Fezes - 03 amostras (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
XII - Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
XIII - Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo;
XVII - Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
XVIII - Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
XIX - Audiometria (Grupo Operacional);
XX - Comprovante de Vacinação Atualizado.

x) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

y) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

z) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “z” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 04 de janeiro de 2024.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior
Prefeito Municipal

Data do Recebimento ____/____/____

CLAUDINEI DE MELLO

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2023 -333

Publicação Nº 5483457

DECRETO Nº 333/2023

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 998/2022 de 29/11/2022, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento do exercício de 2023 do Município de Galvão-SC, crédito suplementar por superávit financeiro, no valor de R\$ 4,95 (quatro reais e noventa e cinco centavos), na seguinte programação de despesa:

04.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.001.12.361.1201.2036
33900000000000 – Aplicações Diretas
2.569.0000.0000.00 - Outras Transferências do FNDE

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro, evidenciado no exercício anterior, no valor de R\$ 4,95 (quatro reais e noventa e cinco centavos), na seguinte programação:

2.569.0000.0000.00 - Outras Transferências do FNDE

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de dezembro de 2023.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2024 RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Publicação Nº 5483859

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2024

NOTIFICA RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

O MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 227, de 29 de outubro de 2018, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Garopaba, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	21/12/23	CONVENIO FEDERAL 922681/2021	R\$ 171.368,34
TRANSFERÊNCIA DIRETA	02/01/24	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 18.297,56
TRANSFERÊNCIA DIRETA	03/01/24	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 17.202,20

Garopaba – SC, 04 de janeiro de 2024.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 05/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

MARCOS ANDRÉ CASCAES
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

Publicação Nº 5485323

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2023
PMG

ATA Nº: 001/2024; PROCESSO Nº: 143/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: AMANTES DA NÁUTICA; CNPJ Nº: 10.430.342/0001-03; OBJETO: Registro de preço pelo período de 12 (doze) meses para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças, materiais, acessórios e mão de obra, para embarcações, motor de popa e equipamentos marítimos do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 256.998,00; DATA DA ASSINATURA: 04/01/2024.

PORTARIA Nº. 053/2024

Publicação Nº 5485372

PORTARIA N.º 053, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2383/2021 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55 da Lei Municipal n.º 1000/2005, MARCOS ROBERTO FOSSA FILHO, Matrícula nº. 7826-01, das funções do cargo de MOTORISTA, da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento, a partir de 01/01/2024.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2024.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2024.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 054/2024

Publicação Nº 5485376

PORTARIA N.º 054, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2.410/2022 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, ANA AMELIA CASTAMANN, CPF nº. ***.***.999-91, das funções do cargo de GERENTE DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, a partir de 08/01/2024.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 08/01/2024.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2024.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 055/2024

Publicação Nº 5485380

PORTARIA N.º 055, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2.410/2022 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, BEATRICE COELHO JAHN, CPF nº. ***.***.549-34, das funções do cargo de DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA, a partir de 09/01/2024.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 09/01/2024.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2024.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 056/2024

Publicação Nº 5485383

PORTARIA N.º 056 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2.410/2022 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, Inciso II da Lei Municipal n.º 1000/2005, JULIA MARIA ABREU DE SOUZA, CPF nº. ***.***.059-93, das funções do cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 03/01/2024.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 03/01/2024.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2024.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 01/2024

Publicação Nº 5483509

PORTARIA Nº 01 de 03 de janeiro de 2024.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 244/2023 de 11 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, a vacância do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para o cargo de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

Art. 2º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria deverão encaminhar, no prazo legal, os documentos indicados a seguir, através da página oficial da Prefeitura de Garuva, na aba: emissão de protocolos / assunto (portal) servidor público / subassunto (portal) admissão – Concursado/Temporário/Celetista, disponível no link: <https://garuva.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital/detalhar/1>, e após, encaminhamento para a avaliação médica, destinados à deflagração do processo de Posse.

1. RG, CPF e CNH (se o cargo exigir)
2. Registro no Conselho/órgão de classe (quando o cargo requerer)
3. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil) e Cartão do PIS/PASEP
4. Título de eleitor
5. Certificado de reservista (p/ homens)
6. Certidão de nascimento (se solteiro)
7. Certidão de casamento (se casado)
8. Qualificação cadastral e-social, retirada no link: (<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>)
9. Comprovante de residência atual (sendo aceitas apenas faturas de fornecimento de água, energia elétrica ou telefone com validade de até 60 dias da data da apresentação documental)
10. RG e/ou certidão de nascimento; e CPF dos dependentes em geral para fins de imposto de renda e salário família.
11. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
12. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo: (<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
13. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo: (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
14. Certidão emitida pela Justiça Federal PARA FINS CRIMINAIS da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª regiões no link: <http://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>
15. Certidão negativa de antecedente CRIMINAL e CIVIL – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo: (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)
16. Certidão de Antecedentes Criminais – Polícia Federal retirada no link: <http://www.dpf.gov.br/servicos/antecedentes-criminais>
17. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
18. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
19. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
20. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho.
21. Declaração de encargos de família para fins de imposto de renda (fornecida pelo RH)
22. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
23. Comprovante de abertura de CONTA SALÁRIO junto à Cooperativa Sicredi, contendo a agência e o número da conta, para crédito salarial (declaração para abertura será fornecida após a entrega do restante dos documentos)
24. Atestado de saúde ocupacional - ASO (a guia será entregue após a entrega correta de toda a documentação)

25. Comprovante de atendimento às determinações constantes no Decreto n. 213/2021 (vacinação contra covid-19)
26. 01 foto 3x4 RECENTE

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis
Cópia autenticada

27. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA e histórico escolar)
28. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)
29. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)
30. Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer)

Art. 3º - Somente tomará posse aquele que cumprir as exigências do artigo anterior.

Art. 4º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria que não tomar posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, renunciarão, tacitamente, à vaga para qual foi nomeado. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

Art. 5º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria que não desejar ser empossado no cargo poderá formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

ANEXO I - Portaria 01/2024
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Psicólogo

Inscrição	Nome	Colocação
1332	LIZ TOMI HARTKOFF MATSUNE	1º

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 5484122

Ata da 43ª Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Garuva. Em 19 de dezembro de 2023, reuniram-se os membros do Poder Legislativo Municipal na Sede Administrativa da Câmara Municipal de Garuva, sito a Rua Castro Alves, 44, sob a presidência do vereador Carlos Leite Filho, contando com a presença dos vereadores conforme livro de presença, folha nº 77. Havendo quórum regimental, o presidente declarou aberta a sessão. No pequeno expediente da corrente sessão foram lidos os ofícios e demais correspondências recebidas. Foram encaminhadas ao Poder Executivo os pedidos de providência de nº 285 a 288 de 2023, e as indicações de nº 244 a 247 de 2023. Foram recebidos e baixados para as comissões os seguintes projetos: Projeto de Decreto (L) nº 0012/2023. Durante a ordem do dia, as seguintes proposições foram discutidas, votadas e aprovadas por unanimidade: Em segunda votação, o Projeto de Lei Complementar Substitutivo (E) 13/2023; Projeto de Decreto (L) nº 0010/2023; Projeto de Decreto (L) nº 0011/2023; Projeto de Lei Ordinária (L) 17/2023; Projeto de Lei Ordinária (L) 20/2023; Projeto de Lei Ordinária (L) 22/2023; Projeto de Lei Ordinária (L) 23/2023; Projeto de Lei Ordinária (E) 98/2023; Projeto de Lei Ordinária (E) 99/2023. Por fim, os vereadores inscritos realizaram o uso da palavra livre e da palavra das lideranças para efetuarem os seus pronunciamentos. O contador desta Casa, o Sr. José Carlos Schutz, efetuou a leitura do parecer, da Mesa Diretora, pelo arquivamento da denúncia ofertada contra Edson Jair Back. Durante o encerramento da sessão, o presidente Calos Leite Filho comunicou a todos, com fulcro no artigo 35 do Regimento Interno dessa Casa, Resolução nº 33/2018, que renúncia ao cargo de Presidente da Mesa Diretora para o exercício de 2024, ficando a Mesa Diretora assim constituída em 1º de janeiro de 2024: o vereador Jarbas Budal assumirá a Presidência da Mesa Diretora (atual Vice-Presidente) e o vereador Ivo Mariano (atual Secretário) assumirá a Vice-presidência da Mesa Diretora, ficando o cargo de Secretário da Mesa Diretora vacante até ser eleito o novo Secretário. A presente ata foi elaborada de acordo com artigo 104 do Regimento Interno e, se aprovada, será assinada pela Mesa Diretora. Lembrando que a Sessão Ordinária se encontra na íntegra no site www.camaragaruva.sc.gov.br/tvcamara. Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2023.

Carlos Leite Filho
Presidente da Mesa Diretora

Jarbas Budal
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Ivo Mariano
Secretário da Mesa Diretora

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 8.093, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410871

PORTARIA Nº 8.093, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 04/2023, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA M. S. DOS S.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n.º 05/2023 – PAD nº 04/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 5 de janeiro de 2024, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2023, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora M. S. dos S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 8 de dezembro de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 8.094, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5410883

PORTARIA Nº 8.094, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2023, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR C. M.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n.º 06/2023 – PAD nº 03/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 5 de janeiro de 2024, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2023, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor C. M.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 8 de dezembro de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 8.100, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5414772

PORTARIA Nº 8.100, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO EX-SERVIDOR A. T. O. DA S.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n.º 02/2023 – Proc. Adm. n.º 04/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a partir de 7 de janeiro de 2024, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Procedimento Administrativo n.º 04/2023, instaurado para apurar a responsabilidade do ex-servidor A. T. O. da S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de dezembro de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 8.101, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5414797

PORTARIA Nº 8.101, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 03/2023, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA EX-SERVIDORA J. DA S. M. E.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n.º 02/2023 – Proc. Adm. n.º 03/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a partir de 7 de janeiro de 2024, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Procedimento Administrativo n.º 03/2023, instaurado para apurar a responsabilidade da ex-servidora J. da S. M. E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de dezembro de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar


Grão Pará

PREFEITURA

NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA - PROCESSO N. 137/2023

Publicação Nº 5484333

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 59770AD597949F64D4414E138E2FBB44BB509810

 <div>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</div> <div>CNPJ: 82558149000155 RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187 C.E.P: 88890000 - Grão Pará</div>	Pregão eletrônico Nr.: 137/2023 - PE	
	Nr. do Processo:	137/2023
	Data do Processo:	14/12/2023

Página 1 / 1

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GRÃO- PARÁ.

NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA/FRACASSADA - PREGÃO ELETRÔNICO Nr.:137/2023

MOTIVO: Nenhuma proposta cadastrada na plataforma BLL.

HELIO
ALBERTON
JUNIOR:0568
8591978

Assinado digitalmente por HELIO
ALBERTON JUNIOR:0568591978
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
FCDL SC v5, OU=8289597000167,
OU=Videoconferencia, OU=Certificado
PF A1, CN=HELIO ALBERTON
JUNIOR:0568591978
Razão: Eu sou o autor deste documento

Localização:
Data: 2024.01.04 14:39:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

Grão Pará,4 de Janeiro de 2024

Guaraciaba

PREFEITURA

DECRETO 09.2024

Publicação Nº 5483824

DECRETO Nº 09, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

ALTERA O ART. 3º, ALÍNEA "E" DO DECRETO Nº 202, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDECIR DORIGON, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 3º, alínea "e" do Decreto Municipal nº 202, de 01 de dezembro de 2020, que passa a constar com a seguinte redação:

Art. 3º. (...)

e) Nos casos de alteração de carga horária a mesma será vigente a partir da data prevista no edital. (...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC
EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

VANDECIR DORIGON
PREFEITO DE GUARACIABA/SC

ERRATA EDITAL 02/2024

Publicação Nº 5483823

ERRATA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024 – ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no uso de suas atribuições verificou ser necessário o seguinte ajuste no edital:

ONDE LÊ-SE:

[...]

2.2 Documentos necessários para a inscrição neste edital:

[...]

d) Declaração de tempo de serviço na rede Municipal de Ensino de Guaraciaba, até 31 de dezembro de 2023.

[...]

LEIA-SE:

[...]

2.2 Documentos necessários para a inscrição neste edital:

[...]

d) Declaração de tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Guaraciaba como professor efetivo no vínculo atual até 31 de dezembro de 2023.

[...]

ONDE LÊ-SE:

[...]

4.2 A classificação para remoção seguirá os seguintes critérios:

[...]

LEIA-SE:

[...]

Fica revogado o Item 4.2 e seu parágrafo único.

[...]

ONDE LÊ-SE:

[...]

6.1 Caso o professor tenha carga horária alterada, a nova carga horária será vigente no primeiro dia do mês de fevereiro do ano subsequente ao edital aderido.

[...]

LEIA-SE:

[...]

6.1 Caso o professor tenha carga horária alterada, a nova carga horária será vigente no primeiro dia útil do mês de fevereiro deste ano corrente.

[...]

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

PREFEITURA DE GUARACIABA/SC, 03 de janeiro de 2024.

VANDECIR DORIGON

Prefeito Municipal

SANDRA REGIANI WASTOWSKI GASPERIN

Secretária Municipal de Educação

Guarujá do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 01

Publicação Nº 5483932

Errata - Portaria Legislativa Nº 38/2023 de 02 de agosto de 2024.

ERRATA

Informamos que a Portaria Legislativa Nº 38/2023, Código 5478971, foi publicada com erro, cadastrada em 03 de janeiro de 2024, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA LEGISLATIVA Nº. 01/2024

HOMOLOGAÇÃO DE FÉRIAS

DALVÂNI ROBERTA LERMEN, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o pedido de férias da Servidora SABRINA DILLMANN RODRIGUES, Secretária Executiva da Câmara Municipal de Vereadores, conforme requerimento em anexo, para gozar um período de 20 (vinte) dias de férias consecutivos, ou seja, de 02 de janeiro de 2024, a 21 (vinte e um) de janeiro de 2024, conforme determina o Estatuto Unificado dos Funcionários Públicos Cíveis de Guarujá do Sul, em seu Capítulo V, art. 124.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 02 de janeiro de 2024.

Em sua 15ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 2º Período, 61ª Instalação Legislativa.

DALVÂNI ROBERTA LERMEN

Presidente

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

SABRINA DILLMANN RODRIGUES

Secretária Executiva

Ibicaré

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 001/2024

Publicação Nº 5484520



Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE IBICARÉ
IBICARÉ-SC – Rua D. Pedro II, 133 – CEP: 89.640-000 – Caixa Postal 01 – Fone: (049) 3538-0472
www.camaraibicare.sc.gov.br – contato@camaraibicare.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 001/2024 de 02 de Janeiro de 2024***“Concede férias regulares a servidora que menciona”.***O Presidente da Câmara de Vereadores de Ibicaré - SC**

No uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Legislação em vigor, **RESOLVE:**

CONCEDER:

Art. 1º – Férias regulares para a servidora GISELA GANDIN, brasileira, casada, nascida aos 02 dias do mês de agosto do ano de 1.976, portadora do CPF nº 016.790.939-83, Identidade nº 3.538.105 e inscrita no Conselho Regional de Contabilidade através do nº **SC-025557/O-8**, ocupante do cargo efetivo de CONTADORA, desta Câmara de Vereadores, e referentes ao período de aquisição de **02 de janeiro de 2023 a 01 de janeiro de 2024**, a que faz jus, a serem gozadas de 02 de janeiro de 2024 à 01 de fevereiro de 2024.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Ibicaré – SC, em 02 de janeiro de 2024.

Sigmar Krumenauer
PRESIDENTE

PORTARIA 002/2024

Publicação Nº 5484522



Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE IBICARÉ
IBICARÉ-SC – Rua D. Pedro II, 133 – CEP: 89.640-000 – Caixa Postal 01 – Fone: (049) 3538-0472
www.camaraibicare.sc.gov.br – contato@camaraibicare.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 002/2024 de 02 de Janeiro de 2024**

“Concede férias regulares para servidora que menciona”.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ibicaré - SC

No uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Legislação em vigor, **RESOLVE:**

CONCEDER:

Art. 1º – Férias regulares para servidora **Darlana Hackbarth**, brasileira, solteira, nascida no dia 16 do mês de janeiro do ano de 1.995, ocupante do cargo Comissionado de **Assessora Jurídica** (CC-1) da Câmara de Vereadores de Ibicaré, conforme *Anexo I da Lei Complementar nº 046/2018*, referentes ao período de aquisição de **02 de janeiro de 2023 a 01 de janeiro de 2024**, a que faz jus, a serem gozadas de 02 de janeiro de 2024 à 01 de fevereiro de 2024.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.
Câmara de Vereadores de Ibicaré – SC, em 02 de janeiro de 2024.

Sigmar Krumenauer
PRESIDENTE

PORTARIA 003/2024

Publicação Nº 5484527



Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE IBICARÉ
IBICARÉ-SC – Rua D. Pedro II, 133 – CEP: 89.640-000 – Caixa Postal 01 – Fone: (049) 3538-0472
www.camaraibicare.sc.gov.br – contato@camaraibicare.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 003/2024 de 04 de Janeiro de 2024**

“Concede férias remanescentes a servidor que menciona”.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ibicaré - SC

No uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Legislação em vigor, **RESOLVE:**

CONCEDER:

Art. 1º – Férias remanescentes ao servidor **Erickson Butzen**, brasileiro, solteiro, nascido aos 11 dias do mês de abril do ano de 1973, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Escriturário**, Série de Classe **01**, Letra **“F”**, constante do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal e referentes ao período de aquisição de **25 de maio de 2021 a 24 de maio de 2022**, a que faz juz, gozadas de 09 de janeiro de 2024 à 22 de janeiro de 2024.

Art. 2º – Estas férias se referem ao período remanescente da portaria **002/2023**.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Ibicaré – SC, em 04 de janeiro de 2024.

Sigmar Krumenauer
PRESIDENTE

Içara

PREFEITURA

PORTARIA N° GP/1.757/23, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5484220

PORTARIA N° GP/1.757/23, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder redução de carga horária, conforme inciso I do Art. 2.º do Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023, a Sra. Sandra dos Passos Cardoso de Souza, nascida em 2 de julho de 1976, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar de 6 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 11 de dezembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 11 de dezembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/1.758/23, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5484224

PORTARIA N° GP/1.758/23, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 122, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder Licença para Tratamento de Saúde, conforme laudo da junta médica municipal, a Sra. Roseli de Souza Campos, nascida em 2 de dezembro de 1981, ocupante do Cargo professora, Nível II, em exercício no Centro de Educação Infantil Anna Escaravaco Fernandes com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por 15 dias, a contar de 7 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 11 de dezembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 11 de dezembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/1.759/23, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5484229

PORTARIA N° GP/1.759/23, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 122, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder Licença para Tratamento de Saúde, conforme laudo da junta médica municipal, a Sra. Rosane Teixeira Nunes, nascida em 1.º de abril de 1969, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por 15 (quinze) dias, a contar de 6 de novembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 11 de dezembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 11 de dezembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.763/23, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484382

PORTARIA Nº GP/1.763/23, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o parágrafo único do art. 3.º Lei Complementar Nº 101/2014, de 20 de novembro de 2014, considerando o Memorando SMS nº. 698/2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter excepcional e temporário, o Sr. Rodrigo Albernaz Leal, nascido em 9 de outubro de 1978, portador do CPF Nº **.***.040-20, para ocupar o cargo de Técnico de Enfermagem (SAMU), com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 8 de dezembro de 2023, em substituição ao Sr. Luiz Carlos Gomes.

Art. 2.º O prazo de contratação fica limitado ao prazo de 1 ano ou até a realização de concurso ou processo seletivo.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de dezembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de dezembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.764/23, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484385

PORTARIA Nº GP/1.764/23, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o parágrafo único do art. 3.º Lei Complementar Nº 101/2014, de 20 de novembro de 2014, considerando o Memorando SMS nº. 699/2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter excepcional e temporário, o Sr. Diego Ramiro Souza da Silva, nascido em 30 de agosto de 1979, portador do CPF Nº **.***.650-68, para ocupar o cargo de Motorista Socorrista (SAMU), com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 8 de dezembro de 2023, em substituição ao Sr. Cassio Aurelio da Silva.

Art. 2.º O prazo de contratação fica limitado ao prazo de 1 ano ou até a realização de concurso ou processo seletivo.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 18 de dezembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 18 de dezembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2023 EDITAL Nº 04/2024 HOMOLOGAÇÕES DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 5483655

A Prefeita de Içara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de processos seletivos, nomeada através do Decreto nº 234/2023, de 10 de novembro de 2023, resolve,

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A homologação das inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado nº 03/2023, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Abertura nº 01/2023.

Art. 2º - O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação com fotografia para ingresso na sala de provas. Ressalta-se que não serão aceitos em hipótese alguma a apresentação de qualquer tipo de "documento digital" para ingresso na sala de provas.

Art. 3º - A convocação dos candidatos inscritos e homologados neste Concurso Público, aos cargos de Professor II/III -AEE (Habilitado), Professor III - Arte (Habilitado), Professor III - Ciências (Habilitado), Professor III – Ed. Física (Habilitado), Professor III - Geografia (Habilitado), Professor III - História (Habilitado), Professor III - Língua Portuguesa (Habilitado), Professor III - Matemática(Habilitado), Professor IV - Arte (Não Habilitado), Professor IV - Ciências (Não Habilitado), Professor IV - Geografia (Não Habilitado), Professor IV - História (Não Habilitado), Professor IV - Língua Portuguesa (Não Habilitado) e Professor IV – Matemática (Não Habilitado), para a realização da prova escrita, a ser realizada no dia 14 de janeiro de 2024 - DOMINGO, no período da MANHÃ, devendo os candidatos comparecer ao local de realização das provas, às 08 horas, pois os portões permanecerão abertos somente até as 08h30min (horário oficial de Brasília), horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local de prova.

Art. 4º - O local de realização das provas, distribuídos por cargo, conforme segue:

14/01/2024 - DOMINGO - PERÍODO DA MANHÃ

ESCOLA MUNICIPAL QUINTINO RIZZIERI
Rua Olivio Biff - Bairro Jardim Elisabete - Içara - SC

CARGOS	CARGOS
PROFESSOR II/III -AEE (HABILITADO)	PROFESSOR III – ED. FÍSICA (HABILITADO)
PROFESSOR III - ARTE (HABILITADO)	PROFESSOR III - GEOGRAFIA (HABILITADO)
PROFESSOR III - CIÊNCIAS (HABILITADO)	

ESCOLA MUNICIPAL ANGELO ZANELATO
Rua Joao Menegaro, nº 1644 - Bairro Primeiro de Maio - Içara - SC

CARGOS	CARGOS
PROFESSOR III - HISTÓRIA (HABILITADO)	PROFESSOR IV - GEOGRAFIA (NÃO HABILITADO)
PROFESSOR III - LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO)	PROFESSOR IV - HISTÓRIA (NÃO HABILITADO)
PROFESSOR III - MATEMÁTICA (HABILITADO)	PROFESSOR IV - LÍNGUA PORTUGUESA (NÃO HABILITADO)
PROFESSOR IV - ARTE (NÃO HABILITADO)	PROFESSOR IV – MATEMÁTICA (NÃO HABILITADO)
PROFESSOR IV - CIÊNCIAS (NÃO HABILITADO)	

Art. 5º - A convocação dos candidatos aos cargos relacionados no art. 3º, para a realização da prova de títulos, a ser realizada no dia 14 de janeiro de 2024, das 10h00min às 11h30min (horário de Brasília), no mesmo local da prova escrita, em sala especial para este fim.

Art. 6º - A apresentação dos títulos se dará por fotocópia juntamente com o documento original para conferência da banca e não poderão apresentar rasuras, borrões, emendas ou entrelinhas. Não serão recebidos documentos sem o original, excetuando-se os documentos com autenticação digital, desde que contenham o QR CODE, site e o código de verificação da autenticidade impressos no certificado ou diploma.

Art. 7º - A prova de títulos é de caráter tão somente classificatória. O candidato que não obtiver titulação para apresentar não será desclassificado, o candidato permanecerá na listagem apenas com a nota da prova objetiva.

Art. 8º - O candidato deverá levar juntamente com seus títulos, o formulário Anexo I deste edital, devidamente preenchido.

Art. 9º - A convocação dos candidatos inscritos e homologados neste Concurso Público, aos cargos de Monitor de Sistemas de Informática, Psicólogo, Prof. I – Ed. Infantil e Ens. Fundamental I (Não Habilitado), Professor II - Bilíngue – Libras, Professor II – Ed. Infantil e Ens. Fundamental I (Habilitado), Professor III - Ensino Religioso (Habilitado), Professor III -Língua Estrangeira - Inglês (Habilitado), Professor IV - Ensino Religioso (Não Habilitado) e Professor IV -Língua Estrangeira – Inglês (Não Habilitado), para a realização da prova escrita, a ser

realizada no dia 14 de janeiro de 2024 - DOMINGO, no período da TARDE, devendo os candidatos comparecer ao local de realização das provas, às 13h30min, pois os portões permanecerão abertos somente até as 14h00min (horário oficial de Brasília), horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local de prova.

Art. 10º - O local de realização das provas, distribuídos por cargo, conforme segue:

14/01/2024 - DOMINGO - PERÍODO DA TARDE

ESCOLA MUNICIPAL QUINTINO RIZZIERI

Rua Olívio Biff - Bairro Jardim Elisabete - Içara - SC

CARGOS	CARGOS
PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I (HABILITADO) - NOMES COM LETRA INICIAL DE "A" ATÉ "K"	PROFESSOR III - ENSINO RELIGIOSO (HABILITADO)
PROFESSOR II - BILÍNGUE - LIBRAS	PROFESSOR IV - ENSINO RELIGIOSO (NÃO HABILITADO)
PROFESSOR III -LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS (HABILITADO)	PROFESSOR IV -LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS (NÃO HABILITADO)
PROFESSOR III -LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS (HABILITADO)	

ESCOLA MUNICIPAL ANGELO ZANELATO

Rua Joao Menegaro, nº 1644 - Bairro Primeiro de Maio - Içara - SC

CARGOS	CARGOS
PROF. I – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I (NÃO HABILITADO)	MONITOR DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA
PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I (HABILITADO) - NOMES COM LETRA INICIAL DE "O" ATÉ "Z"	

ESCOLA MUNICIPAL TRANQUILLO PISSETTI

Rua Rodovia Icr - nº 250, Linha Tres Ribeirões - Içara - SC

CARGOS	CARGOS
PSICÓLOGO	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I (HABILITADO) - NOMES COM LETRA INICIAL DE "L" ATÉ "N"

Art. 11º - A convocação dos candidatos aos cargos relacionados no art. 9º, para a realização da prova de títulos, a ser realizada no dia 14 de janeiro de 2024, das 16h00min às 16h45min (horário de Brasília), no mesmo local da prova escrita, em sala especial para este fim.

Art. 12º - A apresentação dos títulos se dará por fotocópia juntamente com o documento original para conferência da banca e não poderão apresentar rasuras, borrões, emendas ou entrelinhas. Não serão recebidos documentos sem o original, excetuando-se os documentos com autenticação digital, desde que contenham o QR CODE, site e o código de verificação da autenticidade impressos no certificado ou diploma.

Art. 13º - A prova de títulos é de caráter tão somente classificatória. O candidato que não obtiver titulação para apresentar não será desclassificado, o candidato permanecerá na listagem apenas com a nota da prova objetiva.

Art. 14º - O candidato deverá levar juntamente com seus títulos, o formulário Anexo I deste edital, devidamente preenchido.

Art. 15º - O Ensalamento e local da prova estará disponível no site www.ippec.org.br em data de 04 de janeiro de 2024.

Art. 16º - A relação nominal dos candidatos homologados, conforme segue:

PROFESSOR II/III - AEE (HABILITADO)		
INSC.	NOME	NASC.
364328	ACACIO DOS SANTOS	06/02/1989
358680	ADRIANA LEANDRA DOMBROWSKI	30/07/1976
353507	ANA PAULA RAULINO NASCIMENTO	26/07/1995
371678	ANDREA MACHADO DOS SANTOS	25/01/1990
351285	APOLONIA FELICIANO SERAFIM	01/08/1968
357336	BÁRBARA MARCINEIRO TEIXEIRA	22/11/1989
350474	BRUNA LUIZ RABELLO	30/10/1996
356073	CRISTINA ROSANE MARQUES DA SILVA	25/02/1974
351289	DAIANA DA SILVA ZACARIAS	24/12/1994
350812	DANIELA DA ROSA BRANCO	05/08/1978
353124	DANIELA TEIXEIRA REUS	08/08/1989
356635	DEISE DA SILVA TOMAZ	24/07/1987
356932	ELIANA LUIZA LUIZ	22/01/1969
353044	FABIANA BORGES JORDAO	30/03/1985
357225	FERNANDA TEIXEIRA DA SILVA	20/02/1994
354519	FRANCIELE CRISTINA RISSATO RODRIGUES	07/08/1978
351381	GABRIELE DOS SANTOS DA ROSA	13/06/1997

355680	GISELE DA SILVA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	10/03/1980
351614	GISLAINE DE QUADROS	08/09/1982
350769	GRAZIELA LAZZARIS CARDOSO **	06/08/1982
353518	ISABEL DE BORBA BENINCA PESSOA	05/12/1987
350847	ISAURA DOS SANTOS	27/10/1958
373024	IVANEILE ALVES PEREIRA	10/12/1974
353864	JACILENE MARIA DA SILVA	09/10/1995
362666	JANAINA RODRIGUES MADEIRA	09/05/1987
350986	JANAINA SABINO SACKETI	27/01/1992
353203	JANAINA TEIXEIRA DE SOUZA EDUARDO	09/08/1984
372127	JENIFER DA ROSA TAVARES	01/07/1985
354448	JUCELAINE DEMETRIO GABRIEL	10/11/1976
365840	KARINA ELIAS MACHADO	28/09/1977
365728	KARINA MAURÍCIO TEIXEIRA FELISBERTO	14/07/1988
351543	KEILA BORGES FELICIANO FELIPE	04/10/1984
350794	KELLEN MADEIRA GONÇALVES DE MORAES	29/03/1978
350516	LIDIANGE MARQUES DE FREITAS	29/09/1988
373042	LUDMILLA XIMENES BUENO DE CARVALHO	30/08/1989
370757	MARIA IZABEL LUIZ	25/05/1970
352281	MARLI JORGE MATEUS	01/07/1969
354850	MARMIS BARCELIA CUSTODIO ROUSSENQ	10/10/1974
353206	MAYARA CRISS AMOROSO CABREIRA	27/11/1991
358298	MIRELLA MURIEL DA SILVA	23/03/1985
353046	MÔNICA RAQUEL MARRONE	15/01/1975
371791	NILDA JAQUELINE DA ROSA	16/12/1967
351288	PATRÍCIA GOMES DOS SANTOS	01/12/1977
350647	PATRICIA SOARES DE SOUZA	09/09/1985
350566	PAULA MARTINS MADEIRA	06/05/1985
360042	RAQUEL ASSUNÇÃO SALVATO	28/09/1980
370974	RENATA SARTOR RODRIGUES	22/09/1991
353068	ROGÉRIA CRISTINA MARRONE CUSTÓDIO	05/08/1972
355492	ROSÂNGELA MARIA RECH EUZÉBIO	21/04/1968
373105	ROSEANE VARGAS ALEXANDRE	23/06/1997
353427	ROSIELTE DA SILVAMARCOLINO	07/02/1969
353809	SABRINA DE OLIVEIRA NUNES	23/02/1990
355222	SIBELLE BORGES CUSTODIO	19/06/1986
353979	SUZANA PEREIRA	12/12/1980
350977	TATIANE DA LUZ ALVES MEDEIROS	13/01/1981
350473	THIAGO DA SILVA ARAÚJO	07/09/1989
350759	THIELY LOUREIRO COSTA	13/02/1985
371201	VALCILENE MANOEL PACHECO	17/01/1961
355775	VALDECI DE OLIVEIRA	22/08/1965
351169	VANDERLÉIA DA SILVA COSTA	11/04/1975
356112	VANESSA BUENO DE MELO VENANCIO	29/07/1992
360366	VANESSA DO CANTO	04/01/1987
354600	VIVIANE ANTONIO DA SILVA	18/05/1985
352551	VIVIANE CEHELLA HORACIO	13/12/1978
372714	WAGNER ALEXANDRE LARA	19/09/1982

PROFESSOR III - ARTE (HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
372983	ADRIANA SANDRINI DE OLIVEIRA	25/10/1972
359741	ALDENIRA SOARES	06/04/1971
353967	ANA CLÁUDIA PINHEIRO MARQUES	13/10/1995
353924	ANA CRISTINA GONÇALVES	23/08/1969
356215	ANDERSON HENFRAIN GUOLLO	23/07/1989
373068	ANDRÉIA CAMPOS MARQUES PEREIRA	18/10/1977
358101	ANTONIA DE SOUZA CARDOSO	24/02/1973
350561	BIANCA AGUIAR DA SILVA	14/07/1995
371069	BRUNA CANDIDO DE MELLO	01/05/1993
360060	BRUNA CARDOSO VARMELING	09/02/1989
371016	BRUNA GUOLLO PATRICIO	23/10/1992
354315	CAMILA DE MELLO CONSTÂNCIA	22/08/1997
356730	CINTIA DA ROSA LIMA **	26/02/1978

356114	DAIANE MARCELLO HILARIANO	22/08/1984
373000	DANILA BERTELI RODRIGUES CORREA	24/06/1990
372234	DÉBORA DE SOUZA BARBOSA	12/08/1993
359866	DEBORA RODRIGUES TEIXEIRA	22/10/1993
368660	DENISE MATOS DA SILVA	11/07/1995
371956	DENISE NONNENMACHER HILÁRIO ALBINO	27/07/1973
357884	DRIELE COSTA	05/11/1987
362273	EDINEIA SILVINO SKIBA	30/04/1994
356455	EVELYN PEREIRA GOMES DE SÁ	28/01/1986
366689	FABIANA RODRIGUES EZIQUIEL SILVEIRA	24/02/1981
360392	FRANCIELLE DIANA ROCHA	19/05/1986
351998	FRANCINE DOS SANTOS RODRIGUES	16/05/1982
350624	FRANCIS LENY DA SILVA CACHOEIRA	12/08/1978
357797	GEIZA SILVA DE JESUS VIANA	09/09/1984
372175	GIOVANE RABELLO CARDOSO	03/04/1990
370956	GISELE CARDOSO PATRICIO	07/09/1994
352886	GISLAINE DOS SANTOS DA ROSA	27/12/1976
371921	GRAZIELA DA SILVA DEMÉTRIO	16/12/1978
352300	INES APARECIDA DOS REIS FONSECA	01/02/1985
360178	JAMILE SPERLING DA SILVA	02/11/1980
372880	JANETI FERNANDES KASMIERCHCKI	24/06/1991
350793	JARLENE XIMENDES PARDIM BARBOSA	15/02/1994
350601	JEAN CLEYTON ALBANO	16/01/1976
353742	JESSE REZENDE FERREIRA	20/09/1977
350813	JESSICA GREGORIO LANDIN	24/07/1995
371865	JESSICA MENDONÇA DA SILVA	15/09/1993
353341	JULIA PEREIRA DIAS SAVI MUNDO	18/12/1991
362906	KAROLINE GODOI SOUZA RICARDO	19/10/1988
354938	KATIUSCIA ANGÉLICA MICAELA DE OLIVEIRA **	14/03/1997
372826	KELEN PERES CIZENSKI DEMÉTRIO	18/06/1982
371437	LARISSA APARECIDA DO NASCIMENTO	23/12/2000
350471	LEONARDO PINHEIRO	07/03/1989
372252	LIDIANE DE SOUZA	15/08/1989
372307	LUANA DE BONA	08/04/1988
353238	LUCILENE DA COSTA DE OLIVEIRA	29/10/1976
352655	LUIZ EDUARDO UGGIONI DE AZEVEDO	26/05/1998
350784	MAISE DE SÁ DOS SANTOS	30/10/1995
372141	MARCIA APARECIDA CARDOSO REUS	16/09/1986
350396	MARIA APARECIDA FEIFARICK	03/05/1971
353737	MARIA CAROLINA DOS SANTOS FRANCESCONI	10/07/1997
352332	MARIA DE LOUDES R> CESCONETO	21/12/1969
355037	MARIA DOLORES DE OLIVEIRA REUS	20/05/1968
353909	MARIA ELENA COSTA	24/02/1970
353410	MARINES PINHEIRO MARQUES	03/10/1981
372991	MERI TEREZINHA AMARAL XAVIER	09/12/1967
352995	MICHELLI ANDREIA SOUZA	21/06/1976
351143	MIRELLA DOS SANTOS DA SILVA ZANETTA	11/08/1995
372403	NATAN MARTINS VELASQUE	05/05/1995
354055	PAOLA JUCOSKI INÁCIO	24/11/1987
354306	PATRICIA DA ROSA SANTOS POSANSKI	17/12/1982
359641	PATRICIA DE PAULA PHILIPPI	29/06/1980
352728	PATRÍCIA DO NASCIMENTO VICENTE	27/02/1992
357707	PRISCILA ANDRÉIA SILVERIO	28/11/1979
351595	REJANE BORGES FERNANDES MARCELINO	24/01/1981
354675	RENATA RIBEIRO COSTA	24/01/1983
350517	RENATO MEDEIROS	08/10/1974
354652	ROSELI DE SOUZA CAMPOS	02/12/1981
353882	SAIONARA REGINA MARTINS CRISPIN	04/06/1990
361613	SANDRÉIA DE FARIAS MELLER	03/10/1970
351803	SELMA SERAFIM	05/12/1968
352293	SHEILA DE SOUZA BRIGIDO	05/01/1995
350500	SHEILA FERNANDES MARCELINO	02/08/1999
371227	SILVANA RODRIGUES DOS SANTOS	18/09/1986
351974	SIMONE BEATRIZ GUEDES	23/07/1969

355233	SINARA DE MORAIS WUSNIESKI	12/08/1979
371167	SOLANGE TEIXEIRA	31/10/1963
358163	SUZIANE BORTOLON GONÇALVES SARTOR	29/07/1983
356037	TAIRINE TEIXEIRA NUNES DIMAS	02/07/1993
372647	TAIS DOS SANTOS RABELO	24/01/1994
355771	TANIA MARIA CARDOSO	29/12/1963
350683	TANIRA VIEIRA DAL MOLIN	31/08/1999
356539	TANIZE DA CRUZ DA COSTA	31/01/1987
358964	THAÍS KLIMA MACHADO	04/10/1997
372548	TIAGO BARBOZA CRUZ	15/10/1989
372617	WAGNER FRANCISCO ALFREDO CORREA	08/10/1989
353343	YASMIN LUCIANO CRESCÊNCIO	27/05/1997

PROFESSOR III - CIÊNCIAS (HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
351185	ADNA FRETTE BECKER	12/11/1987
354286	ADRIELE DE CARVALHO GOULART CAMPOS	07/12/1990
356651	ANA ELISA LOPES DA SILVEIRA	18/11/1974
350859	ANA PAULA MOREIRA	12/02/1992
354574	BARBARA CECHINEL GONCALVES	20/01/1982
373002	BEATRIZ LUIZ SEBASTIÃO	22/07/1998
370531	CARLA SABRINA DA SILVA	21/09/1987
372788	CAROLINA DAGOSTIN FRATONI	14/04/1999
364477	CAROLINE CRISPIM CRUZ	30/10/1985
350583	CLAUDIO OLIVEIRA E SILVA	01/10/1996
351062	DÉCIO ESCOBAR DE OLIVEIRA LADISLAU	17/11/1965
350671	DILAMAR RODRIGUES ACOSTA	22/06/1970
353869	DJÉSSICA MORGANA DE AVIZ	23/05/1997
356884	ELENICE MARTINS BRASIL	14/07/1979
351665	FLAVIO TEIXEIRA	08/06/1953
352783	FRANCIÉLE GARCIA DE OLIVEIRA	23/04/1990
353768	GABRIELLA CARDOSO MARQUES BIELLA	08/12/1978
372723	ISABELA FERNANDES	17/03/1996
355550	JENIFER DOS SANTOS VICENTE	16/07/1986
371095	JOESIA BARROS DA SILVA CAMPOS	15/01/1979
363784	JULIANE DA SILVA DONATO	11/03/1985
372986	JULIANE RODRIGUES BUDNY	23/02/1989
358955	KARIN CRISTINE BRAGLIA	31/07/1976
352217	KATRIEL MEIRA NESI	19/02/2000
353064	LETÍCIA PEDRO FIGUEREDO **	14/07/1994
371949	LOURECIL DE OLIVEIRA COSTA	31/01/1978
372309	LUCIANA VEFAGO CASCAES VERTUOSO	29/01/1982
350572	MARIA CLAUDIA HONORATO ACOSTA	08/01/1972
370994	MARIANI AUGUSTINHO	12/07/1982
351443	MIRIAN DA SILVA ALESSIO	29/06/1990
364844	MONIQUE CATANEO MARCELINO CARDOSO	19/07/1987
350588	RANIERE SILVANO GUGLIELMI	13/07/1991
356743	RENATA DUARTE BORGES	19/01/1981
354186	TAINÁ ELIAS CONSTÂNCIA	24/02/1996
357238	TALITA MACHADO ELIAS **	06/05/1995
372686	TUANY DUARTE DE AGUIAR	27/09/1994
368141	VERIDIANA ROBETTI	22/02/1990

PROFESSOR III – ED. FÍSICA (HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
356616	ALEX APARECIDO ANTUNES	24/10/1974
360762	ALEXANDRE DE MEDEIROS LODETTI	18/07/1991
352968	ALEXSANDER FLORENTINO COSTA	19/03/1996
357269	ALISSON CARDOSO FERNANDES	17/05/1996
353501	ALLAN REZENDE ANDRADE	01/03/1986
359324	AMANDA CARDOSO TEIXEIRA	25/05/2001
361845	AMANDA DA ROSA TEIXEIRA	07/07/2000
355220	ANA KAROLINE SIMÃO MACHADO	10/05/1994
361117	ANA LÚCIA DE BEM MENEZES	30/05/1966

353601	ANA LUÍSA GOULART	14/07/1999
354939	ANA PAULA PAZ TEIXEIRA	11/04/1993
354077	ANA PAULA SPECK STACHOWSKI	30/03/1987
357670	ANDRIELE BERNARDO DE ARAUJO	19/06/1999
352517	ANGÉLICA DAGOSTIN NUNES	17/09/1996
351955	ARLENE MAZZUCHELLO	11/12/1974
351528	ARTUR FELISBERTO CALDAS	13/03/1996
356184	BRUNA PIZZETTI ANGELO	03/11/1993
352660	BRUNA RODRIGUES MADALENA DE AGUIAR	28/03/1995
372571	BRUNO ALVES DUARTE	22/08/1999
372885	CAMILA PEREIRA CASAGRANDE	28/08/1989
350592	CAMILA SILVEIRA JOSÉ	02/12/1989
353258	CARINE COVATTI	14/01/1980
371713	CARLA APARECIDA SANTIAGO DUARTE	08/07/1994
355845	CARLA BEATRIZ DE SOUZA	10/05/1976
371489	CARLOS EDUARDO REMOR	28/06/1971
355367	CAROLAINI ZEFINO PEREIRA	30/06/2001
354370	CATRINI BORGES DA SILVA	10/01/2002
360047	CECÍLIA DA SILVA PATRÍCIO MARCELO	12/03/1983
352409	DANIELA DORDETE MARTINS **	13/12/1989
372764	DARLEI TEIXEIRA FELICIO	13/07/1995
350828	DEISE BATISTA SILVEIRA	01/07/1994
372748	DENISE GOMES BARDINI	18/02/1985
354462	DOUGLAS UGIONI MARQUES DE SOUZA	22/12/1989
353988	EDNA GETNER MARCELINO	04/02/1989
363995	EDUARDO DE SOUZA ROSA	29/11/1994
353836	EDUARDO NOVAKOSKI GARCIA	06/08/1997
371591	ELAINE ADRIANO DOS SANTOS	16/05/1996
372070	ELIANA SALVADOR	23/03/1967
350692	ELISEU CARDOSO MACHADO	23/05/1978
360306	ÉRICA SILVEIRA DA SILVA	22/02/1996
354607	ETIENE ELIAS ONOFRE	10/02/1990
371356	EUGÊNIO FIEIRA JUNIOR	27/05/1976
355343	EVERALDO INACIO PEREIRA	16/09/1976
354681	FABIANO DELFINO SARTOR	24/09/1977
353386	FABRICIO MARTINS	30/09/1976
372950	FELIPE CHOSECK POTRIKUS	26/01/1997
372281	FELLIPE GARCIA BERNARDEZ	19/03/2000
356579	FERNANDA COLLE PAVEI	24/05/1980
368435	FILIFE FERNANDES PACHECO	26/05/1993
353121	FLÁVIA DE CARVALHO MARTINSK	11/08/1998
350843	FLAVIA FRÉCCIA DE FREITAS TEIXEIRA	22/06/1982
371666	FRANCELLY BONOTTO NIEHUES	23/08/1979
350640	FRANCIELE MEZZARI RONCHI WILLEMANN	12/06/1982
372524	FRANKLIN DE ARAUJO MARCIANO LEACINA	19/06/1993
363033	GABRIEL LESSA ANACLETO	14/12/2001
359981	GABRIELA CANCELLIER	18/09/1988
371476	GIOVANE DIECKES NUNES	08/05/1985
373052	GISLAINE DA SILVA OLIVEIRA	14/06/1989
358084	GRACIOMAR JOSÉ OLIVEIRA	16/05/1972
353649	GRAZIANE MOISÉS ESTEVES	05/02/1988
356956	GREICY ANACLETO DA CUNHA GUERREIRO **	06/03/1992
372529	GUILHERME CREPALDI PACHECO	17/12/1991
351491	GUILHERME FRETTE	07/04/1994
350919	GUILHERME JEREMIAS SCOTTI	05/08/1996
371301	GUSTAVO BERGMANN	30/04/1987
371643	GUSTAVO DE OLIVEIRA SILVA	21/07/1996
358832	GUSTAVO DOS SANTOS LOPES	05/08/1994
352820	GUSTAVO MAZZUCO	18/12/1986
372279	HENRIQUE LESSA DOMINGUES PINHO DE OLIVEIRA	20/07/1992
350531	ISRAEL CARDOSO GARCIA	20/12/1988
371721	IZABEL FORTUNATO FELIPE	14/11/2000
370920	JAMILLE DOS SANTOS DA SILVA FERNANDES	18/09/1990
371349	JHONATA SARTOR CARPES **	25/01/1988

358581	JOAO VICTOR SIMÃO SILVEIRA	01/07/1999
371298	JONATHAS DEVAI	14/05/1987
352853	JOSÉ HENRIQUE SILVEIRA	01/08/1995
368646	JOSELAINE SCHUTZ ROSA	03/06/1986
350569	JULIA PATRÍCIA PEREIRA TRUSZ	14/04/1974
371418	JULIANA DE MEDEIROS VITORIO DA SILVA	23/09/1985
372839	JULIANO ORTOLAN DA LUZ	27/11/1977
355433	KATIUSCIA ZEFERINO DE SOUZA	28/04/1982
351519	KENIA CRISTINA ALVES FLORES	25/12/1987
351059	KERLEN NUNES GONCSLVES	25/03/1980
357150	KETLIN DA SOLER DE SOUZA	19/06/2002
372347	KETULLI PACAGNAN FERNANDES	31/01/1988
352870	LAIANE PEREIRA FERNANDES	13/05/1997
371460	LEIDIANI PRAXEDES SANTOS	20/11/1992
363285	LETICIA GARCIA DE AZEVEDO	15/11/1996
357392	LÍDIO LUMMERTZ PEREIRA	06/09/1990
350530	LILIANE DE SOUZA DA SILVA	22/02/2000
353408	LUANA FERNANDES ALVES	03/05/1999
351838	LUCAS GUGLIELMI HECKLER	28/10/1994
371838	LUCAS MIZIESKI MENDES	29/05/1990
372915	LUCAS REINERT SIQUEIRA	17/02/1997
353454	LUIZ GUSTAVO MARTINHAGO LOCKS **	21/07/1987
350948	LUIZ RICARDO CLEMENTE MONTEIRO	15/12/1984
352084	MAIARA PRUDÊNCIO RODRIGUES	01/09/1994
366033	MAICON ANDREI SOUZA EGEWARTH	26/01/1994
353249	MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO	08/09/1983
372229	MARCIO RABELO	06/03/1971
372231	MARCO ANTÔNIO BENAVIDES DA SILVEIRA	10/04/1997
372387	MARCO ANTONIO NUNES	04/12/1991
352810	MARCOS MEDEIROS PEREIRA	31/01/1985
359905	MARCOS SIMIANO DE AMORIM	26/04/1997
355335	MARCOS UGIONI DE SOUZA	16/05/1985
350487	MARIA ANTONIA FERNANDES RABELO	05/10/1995
359796	MARIA EDUARDA MONTEDO CORNEO	25/08/1999
352270	MARIA ELISA POSSAMAI	18/02/1986
371581	MARIELE MACHADO EYNG	30/04/1994
372819	MARIZA TEIXEIRA PIRES FLORIANO	19/06/1993
353086	MARLON ALBERT ALEXANDRE	05/12/1987
354256	MAYCON GOULART	16/09/1994
353468	MAYSA PEREIRA SOARES LOCKS	16/04/1993
355435	NATAN SANTIAGO SEBASTIÃO	25/12/1996
372503	NELSON MACHADO PISONI	06/10/1990
351310	NILSON FERNANDES SPECK	06/11/1975
352081	PAULA NUNES CANDIDO	09/06/1989
354990	PAULA RIBEIRO VITORIO	29/04/1981
354380	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS FELISBERTO	11/11/1999
353964	POLIANA COELHO CATÃO	13/02/2001
356638	PRISCILLA SEMONETTI PIZZETTI	05/03/1992
371630	RAFAEL MORETO MOROTESKOSKI	04/04/1984
372449	RAFAEL PADILHA MAZETTO	21/09/1995
361461	RAFAELA PRUDE CABRAL	21/05/1990
359943	RAMON DE JESUS LEOPOLDO	16/05/1998
371425	RAMON PACHECO FRAGA	09/10/1985
354647	RAMON STUCCHI GOMES	16/11/1983
372720	RAQUEL ZILLI ZANETTE LARA	17/02/1982
354168	RENATA FERNANDES GERONIMO	12/02/1999
353607	RICHARD TSCHOSECK DE OLIVEIRA	25/09/1979
353344	ROBERTA RUBIA RODRIGUES	30/06/1975
371402	RODRIGO DE SOUZA BIFF	15/05/1993
361062	RODRIGO DO NASCIMENTO BORGES	12/07/1989
352278	ROGÉRIO OGIONI MARTINS	12/08/1970
372400	ROSANE VILARNO DA SILVA	10/09/1982
351935	ROSELI XAVIER DA SILVA	31/08/1969
371192	ROSIMERI DOS REIS SALVALAIO	12/12/1979

355338	SABRINA ZEFINO PEREIRA	16/06/1998
373064	SALMI ROBERTO PEREIRA	18/06/1981
350846	SAMUEL GALVÃO AMIDES	14/10/1999
371109	SIDELMA FERREIRA DA SILVA BRIGIDO	15/08/1989
350922	SIMONE BERNARDO CUSTODIO	12/09/2000
356160	SUELEN COSTA SANTIAGO	26/12/1992
361075	SUIANE BERNARDO CUSTÓDIO	12/09/2000
353451	SUZANA ALVES DIAS	20/10/1971
351087	TAINÁ OLIVEIRA DE FARIAS	20/06/1995
351408	TALITA ELIAS LUIZ	29/08/1992
354579	TAMIREZ ESTACIO GUISLON	15/09/1997
361602	THAISE JOÃO DE FREITAS	30/08/1995
352713	THIAGO MACHADO DOS SANTOS	27/03/1994
352715	VANESSA MACIEL MARTINS	13/06/1997
363247	VANUSA BARBOSA DA SILVA SOUSA	08/11/1975
371316	VICTOR ARAUJO RAMOS	15/03/1996
372424	VÍTOR ADAMI SUSIN	21/02/1997
361769	VITORIA ALFREDO BELTRAME	05/06/2000
350458	VIVIANE DE BETIO ALEXANDRE	01/08/1999
356655	WILLIAM SILVEIRA MOREIRA	15/08/1993

PROFESSOR III - GEOGRAFIA (HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
372689	ANDRÉIA DE ARAÚJO	18/09/1983
363790	ARACELI BUDNI	20/01/1983
372178	DOUGLAS PEDRO GOULAR	10/09/1993
372087	EDERALDO DO NASCIMENTO DE SOUZA	25/04/1995
354034	ELIANA DO NASCIMENTO JUCOSKI ARCARI	16/01/1990
351283	ELVIS CAMPAGNOLLO	11/05/1986
354628	ELVIS MEDEIROS DA ROCHA	21/09/1980
351697	FABRÍCIO DEFINO SARTOR	27/02/1979
359064	FRANCINE LUNARDI CALEGARI	03/12/1999
371071	GABRIEL DA SILVEIRA ANGELO	27/04/1996
353686	GUSTAVO FERREIRA DA ROCHA	19/10/1979
363542	JOSI ZANETTE DO CANTO	20/07/1982
353242	JULIANO BOETTGE PERES	28/06/1989
352104	MARCELO FRANCISCO COSTA	24/02/1982
353784	MARCIA AUGUSTA CANEGOSKI	15/06/1997
353512	MATEUS FERNANDES DE SOUZA	09/03/1992
351871	MICHELE QUARTI	07/06/1986
367176	NILMAR OLIVEIRA DOS SANTOS	02/10/1982
350395	RENATO DE BEM MARCELINO	25/08/1971
350591	RITA DE CASSIA NUNES BERTACO DOS SANTOS	24/09/1986
357066	RITA IZE ROSA SARTOR	15/09/1967
351597	RUBIA DUARTE PARENE	31/12/1991
357167	SAMURAI DA SILVA HIPOLITO	17/01/1987
371894	SANDRA REGINA DOS REIS FONSECA CECHINEL	06/01/1977
351167	TACIANA ALVES RIBEIRO	03/08/1975
356584	VALDIRENE ALVES	30/04/1971

PROFESSOR III - HISTÓRIA (HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
353303	ALANNA FERNANDES DUARTE	10/01/1989
371193	ALEXANDRINA SCARIOT BENDO	30/08/1982
360858	ANDRÉ CECÍLIO PREMOLI BORGES	15/07/1969
357017	ANDRÉ DE OLIVEIRA RAMILO	15/04/1987
350963	ANDRÉ MIGUEL MACHADO	24/07/1979
358202	ANDREIA MACHADO DOS SANTOS	17/12/1982
361679	ANE PRISCILLA SANINANA	04/12/1988
372726	ARIEL ALVES MEDEIROS	05/12/1997
372932	BRUNA CORRÊA DE OLIVEIRA	12/06/1989
354595	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS **	21/12/1962
362286	CÍNTIA MAGNUS GOMES	31/08/1982
351744	CLEITON FERNANDO ANGELI FOGACA	07/12/1974

356007	CLEVERSON DE SOUZA GOULART	05/08/1981
359028	DENISE TOGNON CADILHAC	28/12/1986
352365	EDSON ZILLI	02/09/1983
360537	ELIANE FLORENCIO SALVADOR	05/06/1972
367966	ERICK MARTIGNAGO DAGOSTIM	09/09/1996
371979	FABRÍCIA DA SILVA SOARES	17/11/1976
356582	GILVANI MAZZUCCO JUNG	03/02/1987
350959	GLAUCO ROBERTO SALVAN	13/12/1986
351646	HEVILIN MAGALHÃES RAMOS	17/02/2000
356541	ISABEL CRISTINA KUSTER PEREIRA TEIXEIRA	23/05/1977
352803	JONATAN DE SOUZA TOMAZ	11/11/1986
357139	JOSÉ MÁRIO MENEGARO	11/07/1985
352475	JUCILENE DE SOUZA PLÁCIDO FRANCISCO	06/07/1985
355436	JULIA SABINO BALDESSAR	17/10/1988
353628	JULIANE BARTOCIAKI PACHECO MEDEIROS	29/10/1990
372624	KARINELE RONCHI	13/04/1991
363385	LUCIMARA DE OLIVEIRA	12/05/1978
360497	MARCIO ALBINO STEMPNIAK DE LIMA	09/04/1975
360084	MONALISA MATIAS DA ROLT DAL PONT	26/07/1985
351096	NATHÃ MENDES GONÇALVES	24/08/2000
367013	PIERRE POSSAMAI DA SILVA	06/12/1996
353459	PRISCILA DE SOUZA CLAUDINO	31/05/1983
353346	RAFAEL MEDEIROS DOS SANTOS	31/07/1987
359138	RAMON DE MELLO CONSTÂNCIA	01/10/1986
360742	ROBERTO DE SOUZA CAMILO	19/07/1982
352150	RONISE GONÇALVES FRASSON	19/02/1980
351054	SABRINA CUSTODIO RODRIGUES	12/06/1987
371166	SABRINA DOS SANTOS FRAUSINO	30/05/1990
372378	SAMUEL DOS SANTOS RIBEIRO	28/11/1991
370788	TAISE NUNES SILVA	05/05/1981
357249	VANESSA SANTOS VICENTE	09/04/1998

PROFESSOR III - LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
354178	ALCYRLEN SILVA DE ALMEIDA	23/10/1977
353301	ANA FLÁVIA FILISBINO BATISTA	20/10/1999
364464	ANA KAROLINE CARDOSO DA CUINHA	12/04/1994
351301	ANALICE CARDOSO PEREIRA	17/09/1994
372674	BÁRBARA LUZIA SERAFIN	17/12/1952
371475	CINTIA PIMENTEL	28/09/1985
372989	CLAUDINÉIA VALENTIM FELIX	05/08/1984
353377	DANIELA COELHO GRACIANO DE SOUZA	12/08/1979
353379	DIANA DANIELI DE MELLO DO AMARAL	25/05/1981
352148	EDILAMAR VAZ FRANCO	26/02/1967
372567	EDNA APARECIDA SOARES VIIRA	24/06/1976
371709	ELIANE SARTOR PACHECO	06/06/1977
372746	ELIAS BITTENCOURT MENDES	22/06/1971
372586	ELIZANDRA DOS SANTOS DE LIMA	28/11/1994
356879	ERIKA SANDRA DE SOUZA CORRÊA	18/06/1987
371130	FERNANDA GARCIA BLASKIEWICZ	05/06/1973
372416	GABRIELA TEIXEIRA BORDINI	11/03/2001
356338	GABRIELE EDUARDO DE SOUZA	30/10/1997
352850	GISELE SILVA DE JESUS	02/12/1979
354559	GISELE TEIXEIRA FERNANDES	28/06/1980
352921	JUCÉLIA BORGES FERNANDES	21/06/1981
371640	JULIANA MARTINS FERNANDES	08/03/1982
352943	KELLY SUZANE DA SILVA	28/01/1998
351078	LUCIANO AMARAL VILLAS BOAS	21/01/1980
373027	MAIARA AMORIM GOULART	02/12/1986
372705	MAIRA DA CUNHA PATRICIO	21/09/1990
353119	MARIA APARECIDA ROCHA	07/07/1969
351336	MARIZELIA FERREIRA	31/03/1971
372926	NAIARA BEATRIZ DE SOUZA DA SILVA	23/11/1994
357110	NECY DE LIMA SOARES	04/08/1982

350998	POLIANA VIEIRA LUIZ	14/02/1987
351306	RAQUEL FERMINO	24/06/1994
371388	RAQUEL LIMA ARCENO	02/09/1982
350961	ROSANE PEDRO VIANA	23/08/1970
357905	ROSILANE PEDRO EZIQUEL	08/02/1979
351837	ROSINEI TERESINHA MARGOTTI DARELLA L.FERNANDES	03/09/1972
356959	SAMARA MADEIRA TAVARES	01/01/1988
372552	SARITA APARECIDA ANTUNES RODRIGUES	22/01/1983
372082	SILMARA DAIANE CORREA VIANA	24/05/1984
354117	SILVANA MAZZUQUELO TEIXEIRA	10/12/1999
352469	SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA	21/11/1978

PROFESSOR III - MATEMÁTICA(HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
353871	AGATHA DE SOUZA NIERO	12/09/2000
372476	ANDRESA DA SILVA RONSANI	27/12/1984
372052	BRUNA ANTUNES CORRÊA MONTEIRO	16/10/1993
358655	CLAUDIA CONSTANTINO UGIONI LOPES	16/11/1993
356401	CRISTIAN MOREIRA DE SOUZA	06/06/1988
351921	CRISTIANE CYPRIANO DA SILVA	01/03/1988
352347	CRISTIANE GHEDIN PEREIRA	01/06/1988
363751	DANIELA DIAS	01/12/1986
372245	DIANA ARAJO BORGES	19/03/1990
371850	DIEGO LUIZ COSTA **	30/06/1986
354291	EDSON LUIS MARTINS DA SILVA	30/11/1975
354646	ELBILI BORGES VISCARDI	06/05/1983
357033	EMILLY VICENTE DE FREITAS	10/11/1999
352295	EVERTON DA CONCEIÇÃO DA SILVA	22/09/1992
371253	FERNANDA SALES	26/06/1979
351734	FRANCIELE VARGAS MAXIMO GOMES	07/11/1990
360823	GABRIEL ROCHA BORGES MORO	02/06/1997
371031	GISELE CECILIA DA SILVA SABINO	19/03/1982
370805	GISELE FELICIANO JOAQUIM	13/07/1982
357031	GUILHERME DE BEM CARVALHO	20/08/1997
365574	JAQUELINE BELOLI DO NASCIMENTO	06/12/1993
354125	JOSÉ CARLOS FERRAREZI **	30/12/1976
371457	KATELYN LUZIA DOS SANTOS DABOIT	09/09/1994
362924	LILIAN FELISBERTO COELHO CUSTODIO	10/06/1986
352780	LUCIMARA MUZYKANT DA SILVA	08/08/1982
372157	MARCELO JOSE COSTA	23/12/1970
357240	MARIANA DE OLIVEIRA ZUCHINALLI	27/10/1987
372978	MARIANE DE OLIVEIRA FILASTRO	19/04/1999
352972	MATEUS DOS SANTOS BITENCOURT	21/04/1998
365550	MATEUS GONÇALVES CYPRIANO	08/04/1996
351409	ROSANI DA SILVA VIANA	11/10/1982
359538	SABRINA CATANIO GONÇALVES	19/12/1995
357534	SABRINA ELÍAS ZACCARON	17/07/2002
352426	SABRINA SANTOS DE MATOS	02/05/1992
357835	SARITA DE BEM JOAQUIM BATISTA	27/09/1982
367169	SILVANA ZACCARON DOS SANTOS	12/12/1975
351292	SUZANA MARIA TRAMONTIN FELTRIN	16/11/1977
354976	TATIANA GOMES WESSLER	09/10/1999
350819	VALDEMIR SCHUEROFF	02/03/1968

PROFESSOR IV - ARTE (NÃO HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
354517	BIANCA PHILIPPI MARTINS	12/12/2002
357971	FERNANDA MARTINS LEMOS	28/04/1974
353053	GALGANI DOS SANTOS MEDEIROS	24/03/2002
354136	INGRED PEREIRA	24/12/2002
352727	MARIA THERESA FERNANDES PHILIPPI	08/01/2002
354428	REGIANE MACHADO RÉUS	21/05/1975
372134	THAYS RODRIGUES CARDOSO	24/09/2002
358258	THAYZE VIRTUOZO MENDES	05/11/2004

PROFESSOR IV - CIÊNCIAS (NÃO HABILITADO)		
INSC.	NOME	NASC.
354458	PAULO CESAR BARBOSA DE MELO	30/03/2006
PROFESSOR IV - GEOGRAFIA (NÃO HABILITADO)		
INSC.	NOME	NASC.
353271	ANDRÉ SAEZ	19/07/1977
353490	JANINE GONÇALVES SIQUEIRA	19/10/1975
370885	LAVINA VIEIRA SANTANA	15/02/1999
PROFESSOR IV - HISTÓRIA (NÃO HABILITADO)		
INSC.	NOME	NASC.
371697	DIANA TEIXEIRA DE SOUZA ROSSI	21/05/1988
370056	KATIA PERONI	03/09/1984
354639	LÉO ANTÔNIO DA SILVA DE JESUS	23/02/1987
372822	LUIZ HENRIQUE MARCOS FERREIRA	11/05/1999
371126	PETERSON DA SILVA ANDRADE BONETTI	15/08/1992
351374	RAFAEL FARIAS DA SILVA	07/08/1981
355194	RODOLDO BORBA DE JESUS	27/01/1985
364342	VALDEMAR ANTONIO FERNANDES	24/03/1974
PROFESSOR IV - LÍNGUA PORTUGUESA (NÃO HABILITADO)		
INSC.	NOME	NASC.
363524	ALINE DIAS DE CARVALHO	16/01/1993
372172	CÂNDIDA MÁRCIA DE LEMOS RODRIGUES	28/09/1978
359069	ESTER SAMPAIO PEREIRA DA SILVA	12/02/1971
355577	TALITA CRISTIANE FRIZON BORBA	23/01/1997
PROFESSOR IV – MATEMÁTICA (NÃO HABILITADO)		
INSC.	NOME	NASC.
351155	ALEXANDRE DE VASCONCELOS INÁCIO	14/03/1981
372861	DEJAIR SILVEIRA JUNIOR	09/07/1986
371502	EVERTON CAETANO SILVÉRIO	18/12/1984
352429	FABIO BELMIRO DE SOUSA	21/03/1978
372704	JOSE ANOR DOS REIS	08/09/1971
357034	JULIANA GOULART MARTINS	04/09/2002
367152	KAMILLY CUSTÓDIO RODRIGUES	14/09/2004
350760	KARINA ROSSA	08/10/1993
371375	LILIAN VITALI DOS REIS	06/04/1973
357989	STHEFANIE LEMOS DOS SANTOS	19/09/1999
MONITOR DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA		
INSC.	NOME	NASC.
352352	ALEF JHONNIE DO NASCIMENTO BARBOSA	25/03/1994
353127	ALEXANDRE RONCHI PINHEIRO	12/09/1993
353318	CARLOS HENRIQUE PICKLER NANDI	06/05/1997
372698	FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA NASCIMENTO	04/10/1981
370807	GISELE FELICIANO JOAQUIM	13/07/1982
354145	GUSTAVO LUIZ BRISTOT	02/02/1986
350366	MAURICIO TEIXEIRA FIGUEIREDO	16/12/1992
PROF. I – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I (NÃO HABILITADO)		
INSC.	NOME	NASC.
359157	ADRIANA APARECIDA ROSA	24/01/1978
371545	ADRIANA MACHADO AMÉRICO	27/07/1971
358613	ADRIANY DA SILVA FERREIRA	31/10/2001
372434	ALINE MIRANDA CORREA	07/01/1988
370606	ALYSSON FERNANDES DOS SANTOS	13/08/1995
372713	AMANDA PADILHA DOS SANTOS BERNARDO	13/02/1990
352529	ANDREIA DE CAMARGO	03/10/1971
358204	ANDREIA MACHADO DOS SANTOS	17/12/1982
360528	ANDRÉIA MARIA DA ROSA MORONA	23/11/2003
351018	AURISTELA BURIN BROCCA	04/06/1978

351061	BEATRIZ DE SOUZA PEREIRA	24/05/2000
352126	BIANCA MAZUHI	30/10/1998
351513	BRUNA GOULART JEREMIAS	28/08/1988
353099	CAMILLA RAYANE DOS SANTOS NASCIMENTO	26/12/1991
372694	CARLA GERHARDT MENDES	22/10/1983
355905	CAROLINE FRANCISCO MARQUES	17/11/1996
350709	DANIELA CORRÊA BORGES	17/10/1992
352630	DARILANE DA SILVA FAUSTO	24/03/1987
350550	DIANDRA BARBOSA PEREIRA DE MELO	28/12/1990
367167	EURIDIANE SANTOS LISBOA	29/11/1995
372874	FERNANDA ARMINDO	05/03/2004
359469	FERNANDA FABRE MIRANDA	07/03/1993
357850	FLAVIA ROSA MEDEIROS SCUSSEL	14/12/1978
353205	GISELE FÁTIMA DA SILVA LUZ	27/07/1982
373031	JADHI DA SILVA DAGOSTIN	17/03/2002
371753	JAKELINE FREIRE ALVES OLIVEIRA	26/10/1982
353938	JANAINA GARCIA ESMITTE CASAGRANDE	11/06/1991
363339	JÉSSICA BORGES DA SILVA	06/09/1993
361556	JESSICA DA SILVA DE OLIVEIRA	23/03/1991
351474	JESSICA DE AGUIAR FEGHERA	17/01/1993
353036	JOÃO VITOR SOUSA DE ASSIS	15/07/1999
356578	JÚLIA BERNARDES DA SILVA	16/05/2004
359728	JULIA MORAIS MANARIN	09/03/2002
352170	JULIANA DA ROSA CLAUDINO	12/09/1999
362112	JULIETE SANTIAGO MARTINS	09/07/1983
354690	KATHERINE MAGDALENA DE FARIAS DOS SANTOS	22/09/1992
354706	KEROLIN FERNANDES JOAQUIM	09/09/1995
371140	LUANA SA DE OLIVEIRA	31/08/1996
371177	LUCAS DE OLIVEIRA SABINO	27/06/1995
370952	LUIZ AUGUSTO SILVEIRA TISNE	30/04/1989
372708	MAIRA DA CUNHA PATRÍCIO	21/09/1990
357566	MARGARETE JOSE REUS MANARIM	09/02/1984
359190	MARIA EDUARDA FRANCISCO LESSA	30/09/2002
351347	MARIA LÚCIA DOS ANJOS PORTO	25/12/2000
351003	MARIA LUCIANE DO NASCIMENTO	07/02/1982
354439	NARILDA ELIAS VIEIRA	27/09/1984
353334	REGINA LEOPOLDINA CARDOSO PACHECO	07/06/1989
354946	SANDRA REGINA DE BEM	16/10/1966
351241	SARA ALVES CÂNDIDO CANDIDO	13/02/1988
354958	SIRLEI CRISTIANE ALVES	11/12/1977
370838	STEFANY FLAUSINO ROLDÃO	23/02/2004
352770	SUELEN CAROLINI DA ROSA	06/09/1999
351138	TAISE FELICIO CÂNDIDO MARTINS	05/04/1991
372731	TAMIREZ DAVID MATTOS	29/01/1992
364350	VALDEMAR ANTONIO FERNANDES	24/03/1974
350673	VIVIANE DE JESUS DA SILVA	09/09/1987

PROFESSOR II - BILÍNGUE - LIBRAS

INSC.	NOME	NASC.
350619	ANA PAULA JEREMIAS DA MATTA **	16/08/1977
356211	ANDERSON HENFRAIN GUOLLO	23/07/1989
355098	JOHANA VIEIRA DE MEDEIROS	13/08/1994
373038	LUDMILLA XIMENES BUENO DE CARVALHO	30/08/1989
354285	SILVIA VITALI **	23/06/1969
354182	VANESSA DO CANTO	04/01/1987

PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
351846	ABNER JAACA DIAS ASSIS	10/08/1981
364335	ACACIO DOS SANTOS **	06/02/1989
358845	ADENIR TEIXEIRA	03/02/1969
353210	ADRIA VANUSA CORRÊA	14/03/1969
364266	ADRIANA CALEGARI ZAVARIZE	05/01/1974
372203	ADRIANA DA SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA	20/08/1973

359279	ADRIANA FRASSON	04/10/1982
358622	ADRIANA GUESSI KAZIMIACK	10/02/1986
358664	ADRIANA LEANDRA DOMBROWSKI	30/07/1976
364654	ADRIANA LIMA TEREZA	10/09/1990
363880	ADRIANA LÚCIA LOPES JANUÁRIO	12/12/1978
372558	ADRIANA MACHADO LIBERATO PURKHARD	14/11/1980
372373	ADRIANA MARIA EUZEBIO RIBEIRO	01/04/1984
353388	ADRIANA NUNES SILVEIRA	08/03/1984
350418	ADRIANA PIRES DOS SANTOS PEDRO	28/03/1973
353037	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA **	14/11/1974
353392	ADRIANA ROLDÃO	19/10/1968
364146	ADRIANA SILVA DO GRACIANO	04/07/1970
356300	ADRIANA SIMONI VIEIRA	12/07/1993
370970	ADRIANA VENANCIO	07/05/1969
353627	ADRIANE FERREIRA BARBOSA	25/09/1991
351883	ADRIELLE TIBINCOSKI MILAK	10/08/1987
350746	AGDA BRANDÃO VOLPATO MELLO	06/10/1999
355527	AGUIDA DAMASIO TOMAZ	14/03/1984
372246	AIUMY SILVA DA SILVA	17/10/1991
371984	ALBERTINA HELENA LENHANI CARDOSO	25/05/1977
361665	ALEXANDRA ARCENIO	19/12/1976
356421	ALEXANDRA FRELLO FRASSON	14/11/1980
372895	ALEXSANDRA DE CÁSSIA DA SILVEIRA DE ARAGÃO	11/01/1981
350999	ALEXSANDRA TEIXEIRA	05/07/1974
359521	ALICE DIMAS MENDES	19/04/1980
372636	ALICE STEFANY SANTOS NIZA	24/07/2001
354457	ALINE ALBANO VIEIRA	02/07/1990
354167	ALINE ALVES DE MELO	14/12/1989
350942	ALINE BEATRIS CASSIA FERREIRA	08/02/1976
371551	ALINE BORGES ALVES	03/02/1989
370568	ALINE BORGES BISPO	13/08/1989
354464	ALINE GUESSI FERNANDES DE MELLO	11/05/1980
352851	ALINE GUGLIELMI MANARIM **	05/10/1988
354524	ALINE INACIO DE OLIVEIRA	07/11/1997
354033	ALINE JORGE BORBA	01/02/1989
351237	ALINE LEVANDOSKI LIMA	12/03/1991
357085	ALINE NOVAES RODRIGUES	24/11/1989
372921	AMANDA ADRIANO DE OLIVEIRA	12/04/1992
355889	AMANDA BERNADINO POMINI LIMA	26/06/1986
352840	AMANDA DA ROSA PINHEIRO	13/12/1983
372901	AMANDA TERTULIANO MAURÍCIO	13/02/1998
357656	ANA ALICE DE MELLO RODRIGUES	04/10/1986
354509	ANA CARLA FIGUEIRA DIAS	29/07/1999
372695	ANA CAROLINE DOS SANTOS XAVIER	08/03/2002
357701	ANA CRISTINA DOS SANTOS GIASI	09/09/1974
353918	ANA CRISTINA GONÇALVES	23/08/1969
353172	ANA LÚCIA DA TRINDADE	25/04/1991
354550	ANA MARIA DA ROSA PEREIRA	25/09/1964
372237	ANA NERICE DO NASCIMENTO	25/09/1984
354385	ANA PAULA ANTUNES DE OLIVEIRA	29/05/1997
354529	ANA PAULA GUGLIELMI HECKLER	31/03/1999
371495	ANA PAULA MARIOTT DAL TOÉ	22/02/1987
366994	ANA PAULA SILVÉRIO BORGES	11/08/1983
357266	ANA PAULA SORATTO PIZZETTI	18/01/1997
357907	ANA PAULA TEODORO PAVANATI	21/10/1982
350611	ANA PAULA TOMAZ FURLAN	24/06/1999
350832	ANA PAULA VICENTE	25/03/1979
356062	ANDRÉA CUSTÓDIO CALEGARI	09/04/1975
351256	ANDREA KAISER	13/01/1987
353566	ANDREA MACHADO DOS SANTOS	25/01/1990
373044	ANDRÉA SOUZA BENTO	27/03/1974
355360	ANDREIA CARDOSO FERNANDES	12/05/1984
353335	ANDREIA CARDOSO RODRIGUES	19/09/1976
350496	ANDRÉIA DE LIMA	03/12/1973

353739	ANDRÉIA DE OLIVEIRA FRANÇA	09/09/1985
370662	ANDRÉIA FALKOWSKI GUSE	21/11/1986
371746	ANDRÉIA FLORÊNCIO	09/10/1969
353910	ANDREIA GRACIANO LINO	08/10/1976
371234	ANDREIA JOSIANE BRISTOT ROCHA	31/03/1971
350809	ANDREIA MARCELLO	11/03/1978
351684	ANDREIA PRESTES DE SOUZA	19/02/1975
362361	ANDRÉIA ROCHA ANSELMO	14/06/1971
372473	ANDRESA DA SILVA RONSANI	27/12/1984
354373	ANDRESA ROSA LEMOS TEIXEIRA	18/09/1985
360157	ANDRESSA DOS SANTOS INÁCIO	05/11/1990
359370	ANDREZA MATIOLA ALVES ESEQUIEL	27/12/1977
370731	ANDRIELE ZANZI DA SILVA	16/06/1994
371823	ANE CAROLINE FELIPE MOTTA	30/01/1997
355892	ANGELA CAROLINE DELFINO	17/11/1982
358082	ANGELA CELESTINO DE ALMEIDA	14/04/1979
359291	ANGELA DA SILVA BITENCOURT SILVEIRA	19/03/1980
371876	ANGELITA FELIZARDO ANDRÉ	10/12/1976
372787	ARACELE ALVES TEIXEIRA INACIO	17/11/1980
354418	ARIANA CECHINEL	23/05/1985
371962	ARIANA DIMAS EMERENCIANO ALVES	23/01/1987
351419	ARIANA LEÔNCIO FLORÊNCIA	19/09/1988
361562	ARIANE DE SOUZA ALVES	27/01/1995
357460	ARIANY FARIAS DOS SANTOS SALES	14/02/1979
369572	ATAISE MENDES	29/04/1985
371242	ÁUREA DA ROSA PORTO ALEGRE DE LOS SANTOS	02/03/1971
367160	AURIDÉIA RÉUS CARDOSO	21/01/1980
371121	BARBARA EMÍDIO MACHADO JOAQUIM	07/10/1989
353817	BÁRBARA MARCINEIRO TEIXEIRA	22/11/1989
367357	BÁRBARA TAVARES	04/12/1972
351957	BEATRIZ RIBEIRO LALAU	02/09/1998
351041	BEATRIZ FERREIRA DOS SANTOS	03/09/1998
354240	BEATRIZ MARTINS DA CUNHA	03/10/1995
355093	BEATRIZ MORAIS	08/06/1983
372623	BEATRIZ SARTOR DE CASTRO	23/03/1998
363367	BIANCA SERAFIM GASPAR	17/08/1994
372964	BRUNA CANDIOTTO TREVISOL	05/03/1989
359376	BRUNA DE OLIVEIRA CECHINEL	16/08/1990
372919	BRUNA FERNANDES DE FREITAS	12/05/1995
350738	BRUNA GOMES RODRIGUES	14/07/1997
371409	BRUNA MARCELO DA SILVA	19/02/1992
351383	BRUNA MICHELE SANTOS DA SILVA	17/12/1982
352413	BRUNA PERRARO BERNARDINO	09/07/1995
353239	BRUNA VIANA PAGANI SCOTTI	25/02/1991
352453	CACILDA MARIA GHEDIN DE FAVERI	01/05/1970
358934	CAMILA DOS PASSOS ANTUNES PEREIRA	14/08/1988
360574	CAMILA GRIEBELER VIEIRA GOULART	08/10/1996
365734	CAMILA LIMA TEIXEIRA	09/11/1990
351833	CAMILA PATRICIO GOULART	10/04/1995
354426	CAMILA TIBINCOSKI	15/11/1990
353212	CARINA BORTOLIN MILAK	08/02/1981
360709	CARINA DE MEDEIROS PIZONI DE SOUZA	23/02/1987
372873	CARINA MANIQUE FERNANDES	21/11/1983
350386	CARINE PACHECO ALVES	14/05/1986
350932	CARINI DA SILVA ROCHA WATERKEMPER	01/05/1983
350547	CARLA CAROLINE SILVEIRA	05/02/1991
353920	CARLA CRISTINA SANTOS DA SILVA	22/12/1987
350605	CARLA DELFINO TERESA	12/04/1972
370533	CARLA SABRINA DA SILVA	21/09/1987
353950	CARMELITA BARRETO LUCIANO	06/04/1979
371198	CAROLINE CRISPIM DE OLIVEIRA EUZÉBIO	14/09/1987
351988	CAROLINI CREPALDI UGIONI	19/06/1994
371758	CÁSSIA DA SILVA SPINELLI	11/04/1991
371773	CASSIANE DE OLIVEIRA DOERNER	27/06/1976

355712	CÁTIA DEFREYN LICTENFELS CHECOSSI	08/10/1977
354954	CHAIANE BUDINY RÉUS	11/11/1991
371793	CHAIANE PATRICIO DA SILVA	06/08/1993
350826	CHANNAELE MANGILI COLONETTI	16/05/1983
358117	CHEILA MARIA CORAL COSTA	26/01/1974
361941	CIMONE DOS SANTOS REZIN	06/12/1978
359601	CINTIA SILVEIRA BORBA	13/06/1986
359265	CLAUDIA ALVES DA VEIGA	02/03/1979
359424	CLAUDIA FABIANA DA SILVA MACHADO	16/07/1980
350646	CLAUDIA ÍTALA GOMES DE LUCENA STEINBACH	18/01/1989
359176	CLAUDIA LUIZ DOS SANTOS CARDOSO	24/03/1976
358255	CLAUDIA NASCIMENTO VIEIRA	22/02/1991
352653	CLAUDIA PAMELA AGUIAR DA SILVA	12/02/1984
351654	CLAUDIA REGINA DA ROSA	30/06/1973
354260	CLAUDICÉIA MARIA RABELO NIETTO	18/02/1962
354629	CLAUDINEIA ROUSSENQ	06/12/1976
356609	CLEIDE ZILLI DONADEL	01/12/1967
372775	CLEIMAR DE SOUZA CARDOSO BERNARDINO	19/03/1981
371507	CLENILSE ROQUE ALVES RODRIGUES	20/07/1985
352102	CLEUSA RZATKI DA SILVA	28/09/1973
352511	CRISTIANE ANACLETO BIAVA	09/10/1985
371488	CRISTIANE COSTA PRUDENCIO GOULART	03/03/1986
358368	CRISTIANE CRUZ FERREIRA MUTTINI	16/04/1981
362568	CRISTIANE DE ASSIS PEREIRA	06/12/1978
350820	CRISTIANE DE MEDEIROS PIZONI CAMILO	23/03/1977
372285	CRISTIANE GARCIA DE SOUZA	25/05/1983
353973	CRISTIANE MATEUS PAULINO SIQUEIRA	25/03/1987
372266	CRISTIANE RODRIGUES ZEFERINO DA SILVA	25/02/1981
372390	CRISTIANI DO NASCIMENTO COIMBRA	26/02/1997
372214	DAIANA BERNARDO DE AGUIAR ROCHA	15/10/1981
361242	DAIANA BITENCOURT DE ANDRADE	25/08/1988
371480	DAIANA CARDOSO VARGAS DE FIGUEIREDO	15/07/1985
351233	DAIANA DA SILVA ZACARIAS	24/12/1994
371479	DAIANE DA SILVA COSTA	07/01/1989
370691	DAIANE GONÇALVES PEREIRA	14/07/1987
364108	DAIANE MAGAGNIN CARDOSO	03/09/1987
370784	DAIANE MENDONÇA	09/08/1979
350964	DAIANE PACHECO CANDIDO	29/01/1984
370990	DAIANE ROSA	14/04/1987
352509	DAIANI FOGAÇA LUIZ DOMINGOS	28/01/1982
355219	DANDÁRA BERTAN GUOLLO	11/05/1990
350490	DANIELA CASAGRANDE BRIGIDO	31/08/1983
350816	DANIELA DA ROSA BRANCO	05/08/1978
351260	DANIELA DA SILVA	24/08/1971
352590	DANIELA GOMES MARCÍLIO	05/11/1986
358458	DANIELA GUGLIELMI CUSTÓDIO DE BITTENCOURT	05/05/1987
357349	DANIELA MARCELINO ROQUE VARGAS	28/01/1980
371176	DANIELA MARTINS MADEIRA	15/10/1979
352286	DANIELA MAXIMO RAMOS	25/01/1985
353126	DANIELA TEIXEIRA REUS	08/08/1989
372286	DANIELE FORTUNATO DA SILVEIRA DE SOUZA	19/04/1988
363112	DANIELI DOS ANJOS SARTOR	27/04/1995
353077	DANIELLA SANTOS RODRIGUES	09/03/1989
355352	DANILA BERTELI RODRIGUES CORREA	24/06/1990
355183	DAVI BRÍGIDO CUSTÓDIO	06/10/2000
357501	DÉBORA MATIAS CAROLLO GAZOLA	05/04/1989
354038	DÉBORA MEDEIROS AMORIM LUIZ	19/11/1994
372232	DEISE DA SILVA LUCIANO MAXIMIANO	19/08/1983
356633	DEISE DA SILVA TOMAZ	24/07/1987
372871	DEISE MAXIMIANO	26/10/1983
357271	DEISE RODRIGUES PAES	12/07/1988
350823	DELCIANE FREITAS FERRAREZ BRIGIDO	29/07/1991
372119	DELIRIA ANTONIO ALVES	07/11/1965
371975	DENISE NONNENMACHER HILÁRIO ALBINO	27/07/1973

365770	DENIZE ZANETTE DE SOUZA	06/01/1984
355818	DIANDRA COSTA CORRÊA	02/01/1998
355922	DIEIME DE O ROUSSENQ TOMAZ	30/12/1983
371105	DRIELEN SANTIAGO AMANCIO	19/09/1992
359557	EDILAINE DE OLIVEIRA INÁCIO	08/04/1984
354208	EDILAINE RILO FERNANDES	24/04/1986
372517	EDIMARA SILVANA BONOTTO CAETANO	29/10/1971
372050	EDIRLAINE BURIGO AMBONI *	22/03/1982
371239	EDLAINE PEREIRA GOULART VARGAS	26/11/1982
355058	EDNA BURIGO	21/01/1974
357780	EDNA FERNANDES CARDOSO	24/07/1980
360623	EDNA LUCIANE GONÇALVES	30/04/1976
353555	EDNA MARIA DA SILVA	23/01/1971
358466	EDUARDA ASSIS DA SILVA	22/11/1994
363321	ELAINE DA SILVA FERNANDES BATISTA	16/12/1980
359270	ELAINE MARQUES LAURINDO	24/07/1982
359677	ELANIA FERNANDES PEREIRA JERÔNIMO	25/11/1982
352165	ELIANA LUCAS CASTAGNETTI	18/01/1980
361069	ELIANE DO NASCIMENTO	28/07/1969
354072	ELIS REGINA BORGES MARTINS	25/06/1973
353604	ELISANGELA MARTINS ELEUTERIO	05/12/1973
357035	ELISÂNGELA NAZÁRIO GARCIA DA SILVA	30/09/1982
371834	ELISANGELA PATRICIO REUS ALVES	28/02/1994
357608	ELISETE DA SILVA MACHADO **	15/01/1977
357108	ELISIANE AGOSTINHO MENDES	11/04/1990
371200	ELIZA BASTOS FRANCO	14/04/1970
370828	ELIZANDRA CARDOSO DE SOUZA	01/12/1978
353542	ELOISA REBELO DE SOUSA	18/01/1988
357146	EMILY ARAUJO MACHADO	15/08/1995
371532	EMYARA MARTINS DE ALMEIDA	22/03/1996
354220	ENIR SILVEIRA PRUDÊNCIO	07/09/1978
353216	ÉRICA BERNARDO ESTEVAM BOTEON	23/09/1993
352324	ÉRICA DE CASTRO PINHEIRO	21/06/2001
355480	ÉRICA HENRIQUE RODRIGUES	15/10/1986
359256	ERIKA DA SILVA FERREIRA	11/12/1998
353583	EVA MARIA TEIXEIRA ALVES	22/04/1963
371269	EVA MORO BOTELHO HOEPERS	21/11/1960
363085	EVELIN GARCIA MAFFIOLETTI	29/04/1997
351917	FABIA CRISTINA DE QUADRA	30/04/1973
355506	FABIANA ANTÔNIO LUCIANO DOS SANTOS	01/09/1972
353039	FABIANA BORGES JORDAO	30/03/1985
351527	FABIANA ROCHA SILVA	24/06/1979
366693	FABIANA RODRIGUES EZIQUIEL SILVEIRA	24/02/1981
352888	FABIANA SISTE MONTEIRO	24/03/1980
352487	FABIANA ZEGERINO GONÇALVES	29/10/1982
361123	FABIANE CORREA DA SILVA STEINER	17/06/1982
352062	FELIPE D OLIVEIRA	10/10/1991
359094	FERNANDA BORGES FERNANDES	11/03/1984
359329	FERNANDA DE JESUS	04/04/2000
350559	FERNANDA FREGNANI DA SILVA TYBINKOVSKI	26/01/1990
371320	FERNANDA SARTOR VEFAGO	24/03/1994
351798	FLAVIA ARMINDO	11/01/1998
355471	FLÁVIA WUSNIESKI BITENCOURT CALEGARI	17/09/1991
372998	FRANCIELE BERNARDO MACHADO	18/12/1991
354511	FRANCIELE CRISTINA RISSATO RODRIGUES	07/08/1978
361151	FRANCIELE DOS SANTOS BARBOZA	14/04/1991
355639	FRANCIELE DOS SANTOS ZEGERINA	01/12/1997
353319	FRANCIELE MONTEIRO TEXEIRA	23/07/1981
356218	FRANCIELE SCHIPINSKI RODRIGUES	14/10/1992
352873	FRANCIELE STIPPE DE SOUSA	22/07/1983
370570	FRANCIELI CORRÊA NASCIMENTO SKALEE	19/01/1993
371257	FRANCIELI GESSER DA SILVA	17/04/1993
372345	FRANCIELLE DA SILVA PADILHA TEIXEIRA	04/05/1987
358790	FRANCIELLE DA SILVA TEIXEIRA	28/02/1988

359588	FRANCISCA DE LIMA MACEDO	02/07/1986
372487	GABRIELA ALVES CARDOSO	12/01/1986
373035	GABRIELA COLONETTI DOS REIS FRANCESCONI	14/03/1981
358154	GABRIELA DE OLIVEIRA DAGOSTIN	17/01/1991
359254	GABRIELA JOSE LIMAS	15/06/1992
372239	GABRIELA PEREIRA VIANA	01/11/1995
351382	GABRIELE DOS SANTOS DA ROSA	13/06/1997
356987	GEANE DOS REIS	09/01/1974
350924	GECI FATIMA DA ROSA	24/03/1976
371785	GENAINA PATRÍCIO NASCIMENTO DE FREITAS	18/05/1984
354572	GENI VARGAS	27/01/1966
366312	GEOVÂNIA GRACIANO VALENTIM GRACI	20/03/1972
372375	GIANE APARECIDA DE FREITAS DOS SANTOS	22/02/1973
370673	GIANE MIRANDA ROSA DOS SANTOS	15/02/1979
354082	GIANNI RAMOS ANTUNES	29/12/1998
364408	GIOVANA PERUCHI FERNANDES	04/05/1993
351272	GIOVANA SEBASTIÃO SALVALAIO	13/08/1971
353438	GIOVANIA DE SOUZA SALVADOR	16/08/1971
359267	GIOVANIA SILVEIRA	04/05/1969
352462	GIOVANNA GOMES NOGUEIRA RAYMUNDO	13/04/1993
350840	GISELE APARECIDA PAVANATI LOPES CASAGRANDE	06/05/1980
354544	GISELE BORGES CAETANO DA TRINDADE	11/07/1980
371741	GISELE CARDOSO PATRICIO	07/09/1994
355678	GISELE DA SILVA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	10/03/1980
372241	GISELE FELICIO DE MELLO	15/05/1998
352633	GISELE POSSAMAI	19/06/1987
361132	GISELE SANTOS SILVA FRANK	03/02/1986
372609	GISELE VIEIRA GARCIA	13/03/1980
357179	GISELI BITENCOURTE COLOMBO MACHADO	24/04/1981
372165	GISELI DE MARCH	05/09/1979
355076	GISELLE SILVEIRA BORGES	11/02/1980
371258	GISLAINE ALMEIDA HORACIO	21/02/1988
371800	GISLAINE BERTAN BOAVENTURA	13/06/1983
351613	GISLAINE DE QUADROS	08/09/1982
366374	GISLAINE FERNANDES DOS PASSOS LIMA	23/10/1979
362941	GISLAINE FERNANDES RODRIGUES	13/04/1977
350744	GISLAINE LAUDELINO	12/08/1983
371747	GISLANI ROSA	16/09/1974
363002	GIZELE VANI ANTUNES KÜSTER **	30/06/1982
358351	GLADNA GUEDIN DA SILVA	23/10/1971
370835	GRAZIELA CIZESCKI MACHADO	04/09/1979
357144	GRAZIELA DA SILVA DEMÉTRIO	16/12/1978
350780	GRAZIELA LAZZARIS CARDOSO **	06/08/1982
356515	GRAZIELA PRUDÊNCIO SORATTO DO NASCIMENTO	11/12/1981
352013	GREICE SILVANO BARBOSA	14/04/1984
371064	GREICIANE MEDEIROS FRANCISCO DE MELLO	25/03/1990
356972	GREICY ANACLETO DA CUNHA GUERREIRO	06/03/1992
355429	GREYCE REGINA MARTINS BARCELOS	27/10/1990
351326	HÉLBIA LÚCIA ALVES DO ROSÁRIO	06/10/1964
372664	HELOÍSA MARTINS FLORENÇO	04/07/1999
352242	HEVELYNE EWANY DIAS DE OLIVEIRA	02/01/1985
354086	HILDA PRISCILA SOARES FORMIGONI	25/09/1980
370980	IANDRA MARCOLINO DA SILVA	05/09/1999
350674	INAIARA FIGUEIREDO TRINDADE	27/07/1995
353569	INGRIA CANCELIER DA LUZ ANTUNES	19/10/1976
357125	IOLANDA ROMELI	11/05/1968
352328	ISABEL ALEXANDRE DE SOUZA MANARIN	08/07/1989
350722	ISABEL CRISTINA TINELLI PEDROSO	08/08/1971
353517	ISABEL DE BORBA BENINCA PESSOA	05/12/1987
351820	ISABEL DE STEFANI MACIEL	20/11/1993
371911	IVANEILE ALVES PEREIRA	10/12/1974
357793	IVONE RAULINO MATIAS DE FIGUEREDO **	16/01/1975
351736	IVONETE MARTINHAGO	11/12/1965
359163	IZABEL DE MELLO	31/12/1966

371833	IZABELA FURLAN RODRIGUES DE RESENDE	12/03/1985
372513	IZIMARA MAI CAMPAGNARO	21/04/1972
361146	IZOLA REGINA RIBEIRO NUNES	14/08/1979
362818	JACIARA DAL MOLIN ROSSO GHEDIN	31/10/1990
357820	JACILENE MARIA DA SILVA	09/10/1995
354116	JADNA M COSTA	13/11/1989
351175	JAMILA COSTA DE OLIVEIRA	20/08/1998
371119	JAMILE MARIA SCHIMINSKI MENDES	04/05/1979
351114	JANAÍNA ALMEIDA DA SILVA CANTÃO	26/03/1983
352661	JANAINA GRUNOW DOMINGOS	10/12/1988
354141	JANAINA NUNES LIMA	02/04/1980
350626	JANAINA SABINO SACKETI	27/01/1992
372804	JANAINA SOUZA DE MELLO CASTANHETTI	05/10/1979
353185	JANAINA TEIXEIRA DE SOUZA EDUARDO	09/08/1984
370877	JANICE DOS SANTOS STANO	01/12/1963
353605	JAQUELINE BRUNEL DA SILVEIRA	20/06/1981
363193	JAQUELINE MARTINS MARCOLINO	30/07/1982
353702	JAQUELINE RAFAELLA CAMARGO PONTES	12/07/1994
372109	JENIFER DA ROSA TAVARES	01/07/1985
372904	JENIFER DE JESUS NAZARIO DE SOUZA	26/07/1984
360601	JENIFFER DA ROCHA PORTO	22/11/1988
372533	JESSICA ALVES CARDOSO	19/05/1988
371337	JESSICA CUSTÓDIO DA ROSA MACHADO	19/04/1991
360438	JÉSSICA GOMES ELIAS	17/05/1990
359992	JESSICA GUISSO BUDINY DE MELLO	12/03/1991
372532	JESSICA GUOLLO LUIZ	12/02/1993
360706	JESSICA JACKECHESKI SORATTO	21/03/1996
372627	JÉSSICA KAROLINE BERNARDI	10/01/1989
352101	JÉSSICA MARIA DA ROSA LOPES DE AMORIN	24/07/1992
357186	JESSICA MOTTA DA SILVEIRA	13/01/1991
356095	JÉSSICA SARTOR TEIXEIRA	28/11/1994
353332	JESSICA VAZ DE LIMA	14/05/1995
352129	JESSICALEINE ZABOT	09/04/1996
352992	JOICE CAMPOS DA SILVA	16/06/1998
369580	JOICE DA SILVA ALVES	11/10/1993
355313	JOICE DA SILVA SANTANA FERNANDES	08/08/1977
372063	JOISE ALVES BARZAN	20/03/1996
351882	JORDANA FERRAREZI	16/04/1988
350811	JORDANA ZANONI MARTINELLO MAURICIO	15/10/1985
371256	JOSIANE ALMEIDA HORACIO RUFINO	04/10/1982
355388	JOSIANE DA LUZ BARZAN	29/01/1996
372461	JOSIANE DA SILVA	18/03/1982
359224	JOSIANE DE AVILA	19/05/1984
355949	JOSIANE KONZEN SALVALAIO	23/06/1985
354817	JOSIANE SANTOS DA SILVA CANDIDO	02/02/1981
354442	JUCELAINE DEMETRIO GABRIEL	10/11/1976
360688	JUCÉLIA CIPRIANO DO CANTO DA SIVEIRA **	01/05/1965
371229	JUCÉLIA WILLEMANN ALBINO	05/03/1976
356072	JUCENARA BERNARDINO DA ROSA	26/08/1980
350415	JUCIANE CRISTINA DA SILVA NICOSKI	06/06/1978
355881	JUCIANE SILVEIRA BORGES	18/08/1974
352468	JUCILENE DE SOUZA PLÁCIDO FRANCISCO	06/07/1985
350952	JUCILENE LOPES PORTO	05/01/1974
353000	JUCILENI MARANGONI COSTA	03/05/1973
356923	JULIA DA ROSA GAZOLA	02/07/2000
359909	JULIA DA SILVA	13/11/1983
350429	JULIANA ALVES DAGOSTIM ALBANO	12/01/1981
355707	JULIANA BARBOSA MEDEIROS	06/08/1981
352243	JULIANA CARDOSO MEDEIROS CARDOSO	18/07/1989
355731	JULIANA DAMÁSIO DE AGUIAR	24/05/1984
371419	JULIANA DE MEDEIROS VITORIO DA SILVA	23/09/1985
356810	JULIANA GAVA BROLESII CASTAGNETI	28/04/1978
354390	JULIANA PARREIRA LERIANO RODRIGUES	19/02/1988
370989	JULIANA PORFIRIO MARQUES DO NASCIMENTO **	23/08/1979

372256	JULIANA RONSANI ROSSO	13/10/1985
355714	JULIANA SILVEIRA MARTINS	15/08/1990
355154	JULIANA TEIXEIRA DA SILVA	10/10/1985
354114	JULIANA TEIXEIRA DE SOUZA	10/03/1979
357158	JULIETE BORGES MIGUEL	02/06/1982
373036	JUSSARA ARINO FERREIRA	06/09/1996
357067	JUSSARA DEMETRIO LUIZ DA SILVA	21/07/1979
351181	KAIANE DE ANDRADE IGNACIA	21/01/1987
371664	KALLESSA CRISTIANI GONÇALVES	16/07/2000
371396	KARIN CRISTHINE MEDEIROS LADISLAU	13/11/1975
365830	KARINA ELIAS MACHADO	28/09/1977
354404	KARINA LEANDRO DAMASIO DE MEDEIROS	23/05/1987
365714	KARINA MAURÍCIO TEIXEIRA FELISBERTO	14/07/1988
355663	KARINA OLIVEIRA LIMA	18/07/1990
355744	KARINA VALÉRIA GALDINO DO NASCIMENTO HENRIQUES	07/09/1996
352206	KARINI FAGUNDES LOPES **	31/12/1990
372213	KARIZE FERNANDES DOS SANTOS	05/08/1996
354526	KAROLAINE INÁCIO DA SILVEIRA SIPINSKI	07/06/1997
367794	KAROLINA DA SILVA CABRAL	05/06/1985
351013	KAROLINA DOS ANJOS	30/10/1994
355382	KAROLINE CARDOSO SILVEIRA DA SILVA	17/02/1993
353933	KAROLINE GARCIA NOVAKOSKI	27/08/1998
352950	KAROLINE VALDECI RIBEIRO	11/12/1990
353972	KATIA GARCIA NOVAKOSKI	30/07/1987
371448	KAUANA DE SOUZA PESCADOR	05/08/1994
351545	KEILA BORGES FELICIANO FELIPE	04/10/1984
361924	KELEN MACHADO LIMA	23/04/1984
350752	KELEN MADEIRA GONÇALVES DE MORAES	29/03/1978
353658	KETLEEN ALVES BEZ FONTANA	10/08/1996
372519	KEYLLA DOMINGOS ELIAS GOMES	18/01/1988
372326	KIARA CAMILE BANDEIRA ALVES SCHMIDT	02/10/1996
355753	LAIS PORFIRIO ANDRE	04/01/2000
361904	LAIS RECCO DO NASCIMENTO	27/01/1981
372612	LARISSA DOS SANTOS LEMOS MARIA	15/10/1994
370991	LARISSA SILVEIRA PEREIRA	26/01/1997
371172	LAUANA GUERREIRO GUOLLO	16/02/2001
353033	LAUREN BORGES DE MORAES	19/01/2002
352552	LEILA BEATRIZ FREITAS SCHUTZ	21/03/1971
372550	LETICIA MARANGONI WITT	27/04/1997
372518	LETÍCIA MATHIAS	03/05/1986
372441	LETÍCIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	14/06/1988
372918	LETICIA SOUZA DA SILVA DE FAVERI	25/05/1981
372941	LEZIANE ZACARIAS NASCIMENTO	02/09/1985
365202	LIANA LIMA TEIXEIRA	28/09/1998
372541	LIANA PACHECO	06/11/1986
356009	LIDIANA PORTO SIMON	06/07/1980
353923	LIDIANE FLORES FERNANDES	16/06/2000
355179	LIDIANE MACHADO DE FARIAS VIEIRA	28/08/1991
350514	LIDIANGE MARQUES DE FREITAS	29/09/1988
353120	LIGIANE FARACO CARDOSO MARQUES	30/10/1983
351026	LILIANA DE SOUZA INÁCIO FERNANDES	16/02/1983
353471	LILIANE DA SILVA MACHADO GABRIEL	12/04/1994
350534	LILIANE DE SOUZA DA SILVA	22/02/2000
351799	LILIANE MENDES FLORIANO	31/03/1986
354684	LILIANE VAZ DOS SANTOS	16/01/1984
355486	LINDANEY MEDEIROS RODRIGUES	20/06/1960
353840	LISANDRA CAETANO MATIAS	19/10/1997
355235	LISBETE DE LARIA DOS SANTOS	03/06/1992
357161	LIZIANE MARCOS DOS SANTOS	22/12/1986
360966	LIZIANE SANTOS DAHMER	06/10/1966
353137	LOUISE RAFAELA ACIOLY AMORIM	11/09/1995
354065	LUANA ANACLETO BOTTINI	13/02/1992
371729	LUANA ANTUNES	26/02/1998
372255	LUANA CANDIOTTO VIEIRA	30/03/1989

352171	LUANA CAROLINE MIRI	22/03/1992
360355	LUANA HORÁCIO DE MEDEIROS	04/08/1982
356974	LUANA MELO DE SOUZA	09/03/1995
352977	LUCI MARI SEHN	12/08/1978
361270	LUCIA TAVARES DOS SANTOS **	17/02/1980
359184	LUCIANA CARDOSO MEDEIROS PERDONA	26/01/1977
350712	LUCIANA GALLI RIBEIRO	20/10/1979
362345	LUCIANA TRINDADE DE FREITAS	07/09/1978
372313	LUCIANA VEFAGO CASCAES VERTUOSO	29/01/1982
350971	LUCIANA ZANOLLI VIEIRA	11/07/1985
362354	LUCIANE APARECIDA VELHO	25/09/1979
358498	LUCIANE LUIZ	11/06/1973
351051	LUCIANE MARIA DOS SANTOS SILVA MORAES	10/01/1972
354093	LUCIANI PINHEIRO RODRIGUES	15/10/1972
353151	LUCIENE DE CAMPOS BITTNER D AGOSTIN THOMAZ	06/04/1982
353236	LUCILENE DA COSTA DE OLIVEIRA	29/10/1976
354423	LUCIMARI DE ARAUJO	09/02/1980
350455	LUCINDA KEITY RONCHI	09/02/1989
351863	LUCINEIA BORGES VIEIRA	10/11/1982
350890	MABEL FIGUEREDO DA SILVA	08/10/1972
350384	MADALENA DA SILVA	01/03/1975
370942	MAGDA DE SOUZA GOULART	06/12/1985
372301	MAIARA MACCARI GERHARDT	14/08/1993
367828	MAÍRA DE SOUZA ISIDORIO	20/05/1992
352447	MAIRA DIGIANNY DE FREITAS PEREIRA	05/03/2001
371008	MANUELA HELENA DA SILVA	11/05/1981
351707	MANUELA MARTINS MACCARI FLORIANO	04/11/1989
361228	MANUELA NUNES DE SOUZA	15/09/1994
353987	MARA RUBIA CASTRO DE SOUZA RIBEIRO	08/06/1981
359932	MARA RÚBIA PEDRO CAMILO	17/11/1965
367782	MARCELIA RAMOS PEREIRA VARGAS	03/12/1978
354127	MÁRCIA BERTAN DE OLIVEIRA RANKEL	06/12/1982
365268	MARCIA DA SILVA TOMAZ FELIX	27/04/1977
371175	MÁRCIA DE OLIVEIRA SABINO	22/02/1971
353563	MARCIA DONARI ULIANO	11/05/1983
362435	MÁRCIA GALDINO CAETANO LORENSON	06/11/1992
361210	MARCIA LIMA DA COSTA	06/03/1996
350723	MÁRCIA MARTINS TEIXEIRA FELICIO	01/08/1978
369362	MÁRCIA STUDZINSKI CASMIERCHCKI	23/05/1986
353310	MARCIANA SARTOR GOMES	17/09/1991
372946	MARCILEI COSTA FIRMIANO FRANCIONI	01/06/1982
352078	MARGARETE BIAVA	05/10/1967
350394	MARIA APARECIDA FEIFARICK	03/05/1971
358391	MARIA APARECIDA GARCIA SOARES	04/04/1969
357454	MARIA APARECIDA MARCILIO	24/05/1967
355718	MARIA APARECIDA MELO DE CÓRDOVA DO NASCIMENTO	20/06/1980
352407	MARIA APARECIDA RECCO DE SOUZA	18/09/1995
356631	MARIA APARECIDA VIANNA DOS SANTOS	11/11/1974
351038	MARIA CLAUDIA FERNANDES	07/05/1975
353653	MARIA CRISTINA DA SILVA	29/12/1983
371029	MARIA CRISTINA DA SILVA	09/02/1981
371067	MARIA DA GLORIA DOS SANTOS **	14/08/1973
354453	MARIA DE FÁTIMA MATOS FERREIRA **	07/02/1962
364728	MARIA DE LOURDES HYGIDIO FERNANDES	03/09/1962
371252	MARIA EDUARDA CARDOSO DA CONCEIÇÃO	19/02/1999
351290	MARIA EDUARDA GUOLLO JOVINO	19/12/2000
359136	MARIA EDUARDA WATREKEMPER FERNANDES	30/05/2000
370957	MARIA EMÍLIA MACHADO MEDEIROS MARCELINO	01/12/1978
354008	MARIA GIULLYA DE FREITAS PEREIRA	05/03/2001
373003	MARIA GORETE TEIXEIRA BOEIRA	08/07/1957
352210	MARIA HELENA DA SILVA	27/04/1975
363024	MARIA JOSÉ SILVA DE OLIVEIRA	14/11/1980
371386	MARIA JOSIANE SOARES DA ROSA	14/07/1977
372756	MARIA LAUDELINO DA SILVEIRA FORTUNATO	03/03/1980

372834	MARIA LUCAS FERNANDES TEIXEIRA	26/09/1972
355012	MARIA REGINA BELOLI DE OLIVEIRA	01/12/1965
363440	MARIA RITA DA ROSA ANTONIO FERNANDES	22/07/1983
351630	MARIA SILVEIRA BORGES	06/04/1967
353571	MARIA TEREZINHA DA SILVA DAGOSTIM	04/10/1965
354525	MARIA TEREZINHA MORETTI BALDESSAR	18/03/1963
358155	MARIAJANICE FREGNANI SCHAEFER	21/12/1977
372592	MARIANA MIGUEL DE SOUZA	01/05/1982
357433	MARIANA TAVARES DE ALMEIDA	04/12/1999
353811	MARIANA TENORIO RAMOS	18/01/1994
373073	MARIANE DUARTE MEDEIROS	14/05/1991
350398	MARIANE ESTEVES ZEFERINO	30/07/1990
372891	MARIANE LUIZ TEIXEIRA	31/08/1990
372101	MARIANE VICENTE DA SILVA	11/07/1996
350643	MARIANE WOJAHAN E SILVA	12/01/1983
352032	MARILÉIA SANTA HELENA	04/09/1966
354853	MARILEIA TINELLI TREVISOL	05/05/1972
357180	MARILÉIA ZANELATO BORGES	09/05/1971
372931	MARILENE DA SILVA MARTINELLI	09/05/1982
358735	MARILENE MENDONÇA FERNANDES	26/01/1978
372131	MARÍLIA CARDOSO REUS PATRICIO	22/01/1992
357308	MARILIA ROMANCINI MORAES	26/08/1997
353073	MARILIA SERAFIM BATISTA	29/02/1988
350361	MARILU GIASI **	10/12/1969
372889	MARILZA TEIXEIRA DE SOUZA	10/01/1970
351706	MARINALDA ROSA MEDEIROS WIGGERS	08/10/1982
359501	MARISTELA MACHADO SILVEIRA	10/08/1963
353916	MARISTELA SARTOR	06/07/1979
368083	MARLENE DA SILVA CAZNOK	21/06/1972
358731	MARLENE MENDONÇA	26/01/1978
362627	MARLENE RONSANI MAZZUCHETTI	24/10/1967
356156	MARLENE VIEIRA RODRIGUES	20/02/1975
354076	MARLETE HENRIQUE DO CARMO SILVA MACIEL	14/03/1978
352277	MARLI JORGE MATEUS	01/07/1969
352142	MAURA LÚCIA CHAVEIRO RAMOS	03/04/1969
350472	MAYARA CRISS AMOROSO CABREIRA	27/11/1991
357962	MICHELE APARECIDA SOARES DA SILVA	06/07/1987
350539	MICHELE CAETANO ALVES MARTINHO	25/11/1990
350589	MICHELE CREPALDI DA ROSA	20/06/1986
371788	MICHELE DA ROCHA CAETANO PORFIRIO	06/03/1982
352544	MICHELE DE MELO NENES MACHADO	15/06/1993
372522	MICHELE FARIAS EME	03/12/1988
354366	MICHELE MICHELS MOTTA	07/05/1987
351147	MICHELE PEREIRA EUGÊNIO	04/09/1983
353620	MICHELE RODRIGUES DE ARAÚJO	04/04/1980
372722	MICHELI GOLOMBIESKI BERTAN	11/11/1981
356784	MICHELLE CRISTHINE PEREIRA DA SILVA BEZERRA	18/08/1998
354459	MICHELLE FLORÊNCIO POSSAMAI DELLA	08/10/1997
372792	MICHELLE SORATTO FERREIRA VELHO	29/03/1993
352997	MICHELLI ANDREIA SOUZA	21/06/1976
364055	MICLEITON DOS SANTOS HILARIO	17/07/1994
351509	MILENA DOS SANTOS GRACIANO	16/05/1996
350584	MILENA MARCELINO GOULART	20/05/1985
360985	MILENA REIS DA SILVA	06/12/2001
372740	MILENE DUARTE VIDART	22/06/1986
372981	MINÉIA BELMIRO	10/08/1974
357828	MIRELLA MURIEL DA SILVA	23/03/1985
351995	MIRIAN BORGES	09/02/1966
351446	MIRIAN DA SILVA ALESSIO	29/06/1990
363462	MIRIAN MADEIRA TAVARES DE BONA SARTOR	21/02/1972
351749	MIRIELLE DA ROSA CARLOTO DELFINO	29/05/1986
358246	MISLAINE CRISTINA LEMOS VIRTUOZO	21/09/1982
366900	MISLEINE SCHIPINSKI TEIXEIRA SILVANO	27/09/1982
353043	MÔNICA RAQUEL MARRONE	15/01/1975

371727	MONICA VICENTIN MARQUES	31/03/2001
359487	MONIKE ALEIXO DOS SANTOS	04/05/1999
356878	MONIQUE DE OLIVEIRA SCHMITZ RABELLO	02/07/1991
352889	MORGANA DA ROSA LIMAS ZANETTA	13/10/1988
357229	MORGANA FRANÇA EZEQUIEL	16/04/1991
354926	MORGANA RAQUEL PAVEI ZILLI	21/02/1974
354025	MURIEL GRACIANO DA SILVA	15/06/1983
354573	MYRIAM ROBERTA BITTENCOURT CARVALHO DEBRIDA	04/06/1998
356687	NÁDIA SILVA DOS SANTOS	25/10/1973
371466	NAIARA MACHADO FELISBERTO	06/12/1980
350501	NAIARA MIRANDA UGGIONI	21/06/1985
371805	NATALYA COSTA CAMILO	07/01/1998
351752	NAYARA GODOY FERNANDES EGUES	29/12/1992
356643	NEFTALI NOAMA SILVA TAUCHERT RICARDO	12/01/1999
372189	NEIVA CORREA FELTRIN	23/03/1977
358274	NELCA GIORGIANA FIGUEREDO	02/06/1975
371350	NELI FELISBINO RABELO **	13/09/1966
372670	NIVEA MARIA OLIVEIRA AMORIM	05/07/1987
370735	NUBIA FERREIRA DELFINO	15/11/1978
372716	OLIVIA SAUL FERREIRA	25/03/1975
357228	PÂMELA DE LIMA DA CUNDA LARA	12/01/1989
352518	PAMELA VARGAS MARTINS	16/01/1998
354296	PATRICIA DA ROSA SANTOS POSANSKI	17/12/1982
357405	PATRÍCIA DE CORDES GIASI	12/12/1979
350581	PATRÍCIA DE JESUS CARVALHO	19/08/1976
353441	PATRICIA DE JESUS CRESCENCIO	06/12/1981
373030	PATRÍCIA DE MIRANDA ANDRADE	03/05/1983
353623	PATRICIA FERNANDES GONCALVES	24/11/1985
351291	PATRÍCIA GOMES DOS SANTOS	01/12/1977
350844	PATRICIA LUCIMARI FERRARI DE OLIVEIRA	24/01/1980
353383	PATRICIA RAMOS DA SILVA	05/02/1980
350630	PATRICIA SOARES DE SOUZA	09/09/1985
371194	PATRÍCIA SOARES PEREIRA SILVA	02/08/1977
350564	PAULA MARTINS MADEIRA	06/05/1985
360854	PRISCILA APARECIDA DO PRADO BONADIA	05/05/1987
353467	PRISCILA DE SOUZA CLAUDINO	31/05/1983
352059	PRISCILA DE SOUZA NASCIMENTO	08/08/1991
355196	PRISCILA POMPEU AMADIGI DE SOUZA	31/07/1992
350437	PRISCILA ROCHA MAZUCHELI BONELI	10/05/1987
351997	PRISCILLA CECCONELLO GONÇALVES	25/05/1983
371124	QUEREN HAPUQUE BONETTI ANDRADE	27/10/1995
360227	RAFAELA CRISPIM	03/05/1980
354552	RAIKA MARQUES VALERIO DA SILVA	10/09/1978
363034	RAISSA DA SILVA BOEGER	02/06/1998
360052	RAQUEL ASSUNÇÃO SALVATO	28/09/1980
357791	RAQUEL DA SILVA JOSÉ	05/07/1983
350493	RAQUEL DE OLIVEIRA FOSSATI **	19/04/1989
355861	RAQUEL FLORIANO GUERIM	29/12/1987
372870	RAQUEL ORLANDO CONSTANTINO **	10/06/1977
352969	RAQUEL SILVEIRA GOMES	25/05/1976
370810	REGIANE DE OLIVEIRA NASCIMENTO LEANDRO	24/09/1972
353426	REGIANE FERREIRA AMBROSO	12/12/1982
357606	REGIANE FRASSON	31/07/1981
357596	REGIANE NOEL RODRIGUES	07/04/1986
372778	REGINA DO PRADO DIAS	13/01/1976
357326	REJANE FELISBERTO	06/12/1971
353163	RENATA DA SILVA GONÇALVES	06/05/1990
354262	RENATA MARCELO DA SILVA	12/11/1986
353406	RENATA ROSA PEDRO DUTRA	09/08/1998
350662	RENATO DE BEM MARCELINO	25/08/1971
355706	RITA DE CASSIA JOSE DE OLIVEIRA	10/02/1964
361658	RITA DE CASSIA TEREZA JAQUES	18/07/1975
372158	ROBERTA DA SILVA MARTINS	14/09/1989
350940	ROBERTA FERNANDES LUIZ	28/12/1989

357824	ROBERTA SANTIAGO DE OLIVEIRA MACHADO	19/07/1996
353065	ROGÉRIA CRISTINA MARRONE CUSTÓDIO	05/08/1972
354699	ROMILDA ESTEVES RAICHASKI	20/03/1979
373013	ROSA MARIA DUTRA	05/05/1960
360745	ROSANE DIAS DA SILVA	27/06/1965
354722	ROSANE TEREZINHA SENN	12/05/1983
371397	ROSANE XAVIER DA ROSA	23/08/1984
355862	ROSÂNGELA DA SILVA	12/06/1980
350495	ROSANGELA DA SILVA TOURNIER	05/12/1971
363661	ROSANGELA DOMENGHINI MACAN	15/10/1969
352560	ROSANGELA GOMES JOSE	20/07/1962
360465	ROSANGELA IRENE DANDOLINI TISCOSKI	21/12/1959
373039	ROSANGELA SCHUG FELDHAUS	20/03/1977
350400	ROSELAYNE SABINO MORAES	18/09/1983
354645	ROSELI DE SOUZA CAMPOS	02/12/1981
357506	ROSEMERE SILVEIRA MANOEL **	06/02/1972
353397	ROSIELTE DA SILVAMARCOLINO	07/02/1969
355934	ROSILANE MASIERO NUNES FERNANDES	27/01/1971
355564	ROSILENE NOEL RODRIGUES PAULINO	24/04/1991
362333	ROSILENE RAICHASKI BRUNELLI CRECENCIO	04/06/1979
372288	ROSIMARI SILVA DE OLIVEIRA DE FARIAS	02/08/1966
353398	ROSIMARI VIEIRA	16/06/1971
354614	ROSIMERE FLORIANO GERALDO NAZÁRIO	09/06/1982
352408	ROSINEIA ABREU DA SILVA	09/09/1989
371702	ROSINEIA MILENE MACIEL MARCELINO	15/10/1986
358894	ROSITA MARICEL KLUNCK SARTORI	13/09/1975
373084	RUBIA DA SILVA	23/08/1978
353201	RÚBIA JOÃO CUSTÓDIO	06/12/1959
363116	RUTE MROSCOSKI	01/08/1969
351043	SABRINA CUSTODIO RODRIGUES	12/06/1987
356113	SABRINA DA ROLT AGOSTINHO	06/07/1991
353808	SABRINA DE OLIVEIRA NUNES	23/02/1990
356213	SABRINA GERMANO DA SILVA	17/05/1991
353769	SABRINA MATOS DA SILVA	12/07/1988
364292	SABRINA SCHMITZ PADILHA	02/11/1983
371435	SAIONARA MINATTO CASAGRANDE	04/03/1987
350857	SAMANTA DAGOSTIN	23/05/1994
372539	SAMARA CAMARGO FELISBINO	10/06/1991
371639	SAMARA PORTAN CUSTODIO	09/06/1993
359453	SAMIRA BATISTA GABRIEL	23/05/1993
353867	SAMIRA GHISI	30/12/1985
353381	SAMIRES FERNANDES ARCENO SALVADOR **	23/05/1990
362220	SANDRA CARLOS BONETTI	20/12/1978
362347	SANDRA ELIAS JOSEFINO	06/12/1975
372250	SANDRA FLORENCIO	30/04/1965
360353	SANDRA GILVANA AMOROSO BORDIGNON	03/11/1975
357801	SANDRA REGINA DA ROLT DELLA	19/05/1975
351309	SANDRA REGINA STANO DOMINGOS	02/04/1972
353614	SARA ESTEFÂNIA RONCHI ZAPELINI	14/11/1976
371296	SARA FRANCELINO ALEXANDRE PINHEIRO	07/07/1995
350406	SARAE DE JESUS ANTUNES **	23/05/1985
371429	SARAH CRISTIANE FREITAS DA SILVA	15/04/1987
356374	SCHEILA FRASSON MOTTA	20/06/1978
372048	SCHIRLEI BARBOSA PEREIRA VALENTIM	27/02/1977
355159	SELMA TEIXEIRA DE SOUZA	04/03/1972
355742	SIBELE GUEDIN CUSTODIO	05/10/1999
353524	SIBELE RODRIGUES MARCIANO	13/05/1989
355218	SIBELLE BORGES CUSTODIO	19/06/1986
372905	SIDENEI SALETE DE OLIVEIRA	12/05/1975
359926	SILMARA FERREIRA DE LIMA	26/04/1993
358775	SILMARA MACHADO MELO	22/06/1993
355765	SILVANA DA SILVA	10/06/1982
357321	SILVANA DOS SANTOS RANACOSKI SCARPATTO	09/10/1979
355901	SILVANA FRELLO VALENTIM	20/02/1985

372875	SILVANA MACHADO FAGUNDES	29/01/1971
372044	SILVANA MIGUEL DA SILVA	01/12/1974
355728	SILVANA VIEIRA SILVA	06/04/1972
372642	SILVANIA ANTUNES	24/07/1983
360390	SILVANIA DA SILVA JUNKOSKI	19/02/1985
352169	SILVIA FERNANDES DE MELO	05/07/1977
361102	SILVIA LETICIA BORGES DA SILVEIRA	03/12/1972
350484	SÍLVIA LÚCIA FELIZARDO MENDONÇA	22/12/1977
354932	SILVIA PREIS	29/06/1975
352091	SILVIA SELMA BRITO SOEIRO	17/10/1970
354109	SIMÉIA ANTUNES FELICIANO DE OLIVEIRA	05/07/1986
361867	SIMONE DE OLIVEIRA FELISBINO	20/08/1974
357580	SIMONE DE OLIVEIRA PICOLO	17/04/1974
356123	SIMONE DE SOUZA JACQUES DOS SANTOS	07/06/1977
350529	SIMONE FERNANDES NUNES JÚLIO	28/04/1980
371414	SIMONE MINOTTO ZANETTE	06/12/1975
372604	SIMONE SILVEIRA DOS SANTOS DE AVILA MANGANELLI	06/05/1977
352282	SIMONE SORATTO PIZZETTI	18/06/1975
361035	SIMONI SELAU BORGES	20/04/1982
357819	SINARA BITENCOURT CANDIDO	07/03/1996
367779	SIONE CAETANO FERNANDES	30/11/1980
352064	SOLANGE OLIVEIRA HAHN	18/02/1981
372790	STEFANI DA SILVA VIANA	25/07/1999
351200	STELA MARIS MODOLON PAULINO	08/12/1970
350419	STÉPHANIE ROCHA FARIAS NASARIO	05/05/1998
372192	STEPHANY FAUSTINO ROSA	24/09/1996
354151	SUELEM REBELO DAMAZIO	21/11/1990
351373	SUELEN GALANT DA SILVA MORAES	13/06/1989
351436	SUELLEN TIBINCOSKI MILAK	26/11/1991
356505	SUELY PINTO DE OLIVEIRA DA ROSA	10/08/1959
371995	SUSANA FONTANELLA EUFRASIO	01/10/1981
371944	SUZANA COSTA DE SOUZA	16/06/1976
357021	SUZANA DA SILVA GOULART DOS SANTOS	19/02/1969
353981	SUZANA PEREIRA	12/12/1980
350724	SUZIANI PICKLER NANDI CARDOSO	17/07/1984
355736	TAIANE DE BONA DA SILVA	11/06/1993
358221	TAIMARA PEREIRA DOS SANTOS	13/02/1997
353805	TAINARA RODRIGUES DE OLIVEIRA	14/08/1999
356033	TAIRINE TEIXEIRA NUNES DIMAS	02/07/1993
372925	TAIRINI FRATONI MENDES	28/02/1997
354407	TAÍS DA SILVA FERNANDES	27/11/1991
353798	TAÍS INÁCIO MOTTA	23/08/1994
350894	TAIZI BRASIL FÉLIX PORFIRIO	11/01/1978
372501	TALITA AMARAL GIMENES	28/09/1988
371342	TALITA MACHADO ELIAS **	06/05/1995
372544	TALITA RODRIGUES PAES	13/01/1981
373050	TALITA VIEIRA	03/02/1989
353286	TALLYTA JOSÉ CUSTÓDIA	02/04/1987
356070	TALYTA FELIZARDO MENDES MEZZARI	28/09/1992
373072	TAMARA BEZ FONTANA MACHADO	21/08/1991
350756	TAMARA DE ARAÚJO	01/05/1995
356890	TAMARA NUNES FERNANDES	30/03/1991
351564	TAMIRES CAROLINE HILÁRIO DA ROSA	15/10/1990
352042	TAMIRES GOMES DA CRUZ	06/09/1990
353153	TAMIRES PEDRO MARTINS NIERO	21/07/1993
359473	TAMIRIS PADOIN DOS SANTOS	30/05/1990
371089	TANIA REGINA ZANETTE BIF	24/01/1986
372761	TANIA SAMARA DOS SANTOS OSCAR	19/02/1976
356533	TANIZE DA CRUZ DA COSTA	31/01/1987
350480	TANIZE MACHADO SILVEIRA TEIXEIRA	19/08/1981
372807	TATIANA COSTA CAMILO	04/08/1974
364584	TATIANA DA ROSA DE SOUZA ELIAS	28/07/1981
371216	TATIANA GARCIA DAL FARRA	23/03/1980
353528	TATIANA LOURENÇO FELIPE	30/03/1979

351270	TATIANA SERAFIM MIGUEL	25/10/1994
353492	TATIANE CARDOSO CUSTODIO	26/09/1988
350598	TATIANE DA LUZ ALVES MEDEIROS	13/01/1981
354056	TATIANE DE SOUZA TEIXEIRA DE CARVALHO	15/09/1988
351668	TATIANE NOVAK RAICHASKI CASTAGNETTI	22/08/1985
371801	TATIANE PACHECO ZANETTE	26/06/1984
372944	TATIANE RODRIGUES OZÓRIO BONFANTE	01/10/1979
356001	TATIANE SOUZA DOS SANTOS	28/10/1984
351836	TATIANI TIBINCOSKI STACKOWSKI	13/05/1981
372545	TERCIANE APARECIDA MADEIRA ROSSO	12/04/1974
372098	TEREZINHA FERNANDES	11/08/1971
359464	THAINE VILLA RÉUS	24/06/1998
363236	THAIS MACHADO GOULARTE ANACLETO	30/06/1982
356087	THAIS NUNES FARIAS	15/09/1998
354051	THAMIRES BORGES DO NASCIMENTO	09/10/1988
355347	THAMIRIS DO NASCIMENTO MELLER	11/06/1992
351763	THAMYRIS BARBOSA DE OLIVEIRA	13/07/1996
357716	THENIZA LOUREIRO COSTA	11/05/1987
350719	THIELY LOUREIRO COSTA	13/02/1985
353075	TUANY ALEXANDRE	14/10/1996
356591	VALDIRENE ALVES	30/04/1971
372438	VALDIRENE GOULARTE GABRIEL ESPANHOL	01/12/1975
350867	VALDIRENE SEVERGNINI	06/01/1974
372580	VALÉRIA DANIEL WESSLER	14/11/1986
352827	VALQUIRIA NEVES ESTÁCIO	11/02/1969
357738	VALQUIRIA PEREIRA	17/05/1964
353770	VANDERLÉIA DA SILVA COSTA	11/04/1975
354894	VANDERLI RODRIGUES MOREIRA VANZELOTI	15/04/1974
353700	VANESSA BORDINIS DA SILVA AREND	28/01/1986
350699	VANESSA BORGES PACHECO	12/03/1985
356058	VANESSA BUENO DE MELO VENANCIO	29/07/1992
353956	VANESSA CABREIRA DAL MOLIM	15/05/1987
355670	VANESSA CAVALHEIRO CÔRTEZ SCHAEFER	01/11/1990
359736	VANESSA DA SILVA MIEHE	29/01/1985
358865	VANESSA FERNANDA CARDOSO	05/03/1978
361370	VANESSA KAMMER FELTRIN	13/03/1987
372057	VANESSA MACHADO DE OLIVEIRA	12/02/1983
372793	VANESSA MEDEIROS PADILHA	26/03/1987
370960	VANESSA ZANINI FORMANSKI	04/03/1981
354382	VANIA LÚCIA VISCARDI	03/08/1973
358045	VANUSA MARTINS DA SILVA RAMOS	05/12/1976
361110	VIVIANE ALVES DA ROSA	28/08/1982
351032	VIVIANE ANTONIO DA SILVA	18/05/1985
357840	VIVIANE BERTOLINO PEDROSO	08/02/1986
352548	VIVIANE CECHELLA HORACIO	13/12/1978
359005	VIVIANE DORDETE MARTINS FELISBERTO **	12/06/1986
350390	VIVIANE FERNANDES LESSA	03/12/1997
356866	VIVIANE MANIQUE BARRETO	06/04/1971
372814	VIVIANE PIAN GONÇALVES	23/07/1989
370753	VIVIANE ROSSO DE LUCCA BRESSAN	17/09/1975
350535	WANIELLE ROSSO DA SILVA DE BRITTO	28/05/1990
367162	ZAIRA CARDOSO	09/11/1968
367862	ZÉLIA MARQUES DE FARIAS	20/09/1968
356289	ZITA VIEIRA GERVÁSIO PEREIRA	19/03/1969
371508	ZULMA MENDER DA ROSA	13/03/1971
353498	ZURENE REGINA NUERNBERG	22/02/1966

PROFESSOR III - ENSINO RELIGIOSO (HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
351117	ALISSON FLORSOVSKI FERREIRA	14/09/1997
351879	ISABEL CARDOSO ANTUNES	19/12/1988
353355	RAFAEL MEDEIROS DOS SANTOS	31/07/1987

PROFESSOR III -LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS (HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
370986	ALINE CÓLVERO	30/09/1986
352608	ALYSSON RAFAEL RODRIGUES SILVA	10/09/1999
355164	ANA PAULA PEREIRA DE SOUZA	01/05/1978
366892	ANDRESSA CORONEL OVELAR	10/01/1981
357159	APARECIDA RONCONI SARTOR	09/08/1981
372676	BÁRBARA LUZIA SERAFIN	17/12/1952
371544	DANIELE HAX GOMES	18/08/1994
371705	ELIANE SARTOR PACHECO	06/06/1977
372747	ELIAS BITTENCOURT MENDES	22/06/1971
357151	ELIZANGELA INACIO VIEIRA PEREIRA	01/04/1985
354612	ERIKA SANDRA DE SOUZA CORRÊA	18/06/1987
352846	GISELE SILVA DE JESUS	02/12/1979
354555	GISELE TEIXEIRA FERNANDES	28/06/1980
372046	HEITOR DE MEDEIROS DOS SANTOS	19/10/1995
350506	JORGE LUIZ FERNANDES SAVI	24/07/1997
357795	JULIANA DE LUCA BORGES	08/06/1978
351110	LEIDE BARBARA COLOMBO BALDESSAR	02/01/1985
360650	LEONARDO VICTOR CANDIDO THOMÉ	09/11/1997
352925	LUCAS DA ROSA DUARTE	02/09/1998
362682	LUCIANE BURIGO MATHIOLA	19/07/1987
350967	MAFALDA DE SOUZA SILVANO	17/09/1970
371866	MARCOS PAULO BORGES ZANETTA	28/08/1985
372130	MARIA APARECIDA ROCHA	07/07/1969
372815	MARIE LAURA DOS SANTOS COSTA	01/01/1983
351340	MARIZELIA FERREIRA	31/03/1971
353094	MARLON ALBERT ALEXANDRE	05/12/1987
372543	MONIKE DA LUZ MEDEIROS BURIGO	26/08/1989
365785	NATALIA BROUWENSTYN DA ROSA	03/02/1999
372999	PATRICIA TOMELIN	22/12/1971
350555	PATRICIA VOTRI GUEDIN **	09/12/1985
351000	POLIANA VIEIRA LUIZ	14/02/1987
354951	RENATA LESSA MARCON	12/05/1994
350955	ROSANE PEDRO VIANA	23/08/1970
356960	SAMARA MADEIRA TAVARES	01/01/1988
372078	SILMARA DAIANE CORREA VIANA	24/05/1984
372887	SIMONE CESCONETTO	18/08/1972
350943	TANIA APARECIDA DE MORAES VITORIO	12/10/1969
372872	VIVIANI CORREA DE SOUZA	17/06/1974

PROFESSOR IV - ENSINO RELIGIOSO (NÃO HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
363407	LUCIMARA DE OLIVEIRA	12/05/1978
372806	LUIZ HENRIQUE MARCOS FERREIRA	11/05/1999
352706	MATEUS BORGES DA SILVA	01/07/1991
355418	ROSIMERI MEDEIROS BASILIO	26/08/1965

PROFESSOR IV - LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS (NÃO HABILITADO)

INSC.	NOME	NASC.
371951	CYNARA CRISTINA DA COSTA	20/10/1966
351832	JONAS TEIXEIRA IGNACIO	23/09/1996
356312	LARISSA LIMA MANOEL	24/02/1996
365800	LAUREN STEFANYE BERTACO DOS SANTOS	24/07/2004
368813	SIBELE TESSMANN COAN	23/11/1978

PSICÓLOGO

INSC.	NOME	NASC.
370873	ALICE CAVANHOLI DE JESUS	05/01/1997
350389	ANA CAROLINE FLORENTINO	04/12/1999
360384	ARIELE TEIXEIRA ZEFERINO	23/06/1993
372936	CARLOS RUIBARDOS SUAREZ	05/06/1961
371085	DANILA FERNANDES CARLOS	14/02/2001
351163	FERNANDA HENRIQUE BATISTA	30/11/1995
355684	FERNANDA INACIO PATRICIO	12/07/1993

356222	GLORIA VIEIRA	13/08/1995
362621	IGOR SOARES DE OLIVEIRA	18/10/1994
355587	JÉSSICA GOMES MAY	17/04/1991
351966	KACIELY DA SILVA MARTINS	27/06/1999
354341	KELLY DAIANE SAVARIZ BOLLA	28/12/1987
370836	LUCAS DE MATTOS MAFIOLETI	20/03/2000
351885	MARCIA FELICIO	13/04/1969
361606	MARLENE ROLDÃO PEREIRA GABRIEL	01/07/1963
354310	PAULA SPILERE MANGILI FONTANA	08/11/1983
372737	SABRINA SILVEIRA JOAO	06/08/1999
371202	SILAS RODRIGUES DA ROCHA	28/09/1975
372298	SIMONE BROUWENSTYN	16/10/1975
373075	VALERIA MATOS ANDRADE	15/02/1997
372710	WAGNER ALEXANDRE LARA	19/09/1982
372618	WAGNER FRANCISCO ALFREDO CORREA	08/10/1989

** candidato PCD - Pessoa com deficiência.

Art. 17º - A relação de pedidos especiais para realização da prova escrita, encontra-se a seguir. O candidato que solicitou o atendimento especial e não constar nesta relação deverá protocolar recurso, no prazo estabelecido em edital, solicitando o atendimento especial que necessita.

Art. 18º - O candidato portador de necessidades especiais que não recorrer no prazo estipulado em Edital NÃO poderá reclamar ou solicitar condições especiais no dia da prova.

SOLICITAÇÕES DEFERIDAS					
INSC.	CARGO	NOME	RESERVA DE VAGA	NECESSIDADE ESPECIAL	SALA ESPECIAL
350619	PROFESSOR II - BILÍNGUE - LIBRAS	ANA PAULA JEREMIAS DA MATTA	SIM	NÃO	NÃO
354285	PROFESSOR II - BILÍNGUE - LIBRAS	SILVIA VITALI	SIM	SIM - intérprete de libras	SIM
364335	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	ACACIO DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO
353037	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO
352851	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	ALINE GUGLIELMI MANARIM	SIM	NÃO	NÃO
372050	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	EDIRLAINE BURIGO AMBONI	SIM	NÃO	NÃO
357608	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	ELISETE DA SILVA MACHADO	SIM	SIM - Uso de aparelho auditivo	NÃO
363002	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	GIZELE VANI ANTUNES KÜSTER	SIM	NÃO	NÃO
350780	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	GRAZIELA LAZZARIS CARDOSO	SIM	NÃO	NÃO
357793	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	IVONE RAULINO MATIAS DE FIGUEREDO	SIM	SIM - ACESSIBILIDADE	NÃO
360688	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	JUCÉLIA CIPRIANO DO CANTO DA SIVEIRA	SIM	NÃO	NÃO
370989	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	JULIANA PORFIRIO MARQUES DO NASCIMENTO	SIM	NÃO	NÃO
352206	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	KARINI FAGUNDES LOPES	SIM	NÃO	NÃO
361270	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	LUCIA TAVARES DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO
371067	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	MARIA DA GLORIA DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO
354453	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	MARIA DE FÁTIMA MATOS FERREIRA	SIM	NÃO	NÃO
350361	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	MARILU GIASI	SIM	NÃO	NÃO
371350	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	NELI FELISBINO RABELO	SIM	NÃO	NÃO
350493	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	RAQUEL DE OLIVEIRA FOSSATI	SIM	NÃO	NÃO

372870	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	RAQUEL ORLANDO CONSTANTINO	SIM	SIM - Uso de aparelho auditivo	NÃO
357506	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	ROSEMERE SILVEIRA MANOEL	SIM	NÃO	NÃO
353381	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	SAMIRES FERNANDES ARCENO SALVADOR	SIM	NÃO	NÃO
350406	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	SARAE DE JESUS ANTUNES	SIM	NÃO	NÃO
371342	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	TALITA MACHADO ELIAS	SIM	NÃO	NÃO
359005	PROFESSOR II – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL I - (HABILITADO)	VIVIANE DORDETE MARTINS FELISBERTO	SIM	SIM - Tempo adicional de 30 min	SIM
350769	PROFESSOR II/III - AEE (HABILITADO)	GRAZIELA LAZZARIS CARDOSO	SIM	NÃO	NÃO
356730	PROFESSOR III - ARTE (HABILITADO)	CINTIA DA ROSA LIMA	SIM	NÃO	NÃO
354938	PROFESSOR III - ARTE (HABILITADO)	KATIUSCIA ANGÉLICA MICAELA DE OLIVEIRA	SIM	NÃO	NÃO
353064	PROFESSOR III - CIÊNCIAS (HABILITADO)	LETÍCIA PEDRO FIGUEREDO	SIM	NÃO	NÃO
357238	PROFESSOR III - CIÊNCIAS (HABILITADO)	TALITA MACHADO ELIAS	SIM	NÃO	NÃO
352409	PROFESSOR III – ED. FÍSICA (HABILITADO)	DANIELA DORDETE MARTINS	SIM	SIM - TDAH	SIM
356956	PROFESSOR III – ED. FÍSICA (HABILITADO)	GREICY ANACLETO DA CUNHA GUERREIRO	SIM	NÃO	NÃO
371349	PROFESSOR III – ED. FÍSICA (HABILITADO)	JHONATA SARTOR CARPES	SIM	NÃO	NÃO
353454	PROFESSOR III – ED. FÍSICA (HABILITADO)	LUIZ GUSTAVO MARTINHAGO LOCKS	SIM	NÃO	NÃO
354595	PROFESSOR III - HISTÓRIA (HABILITADO)	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS	SIM	NÃO	NÃO
371850	PROFESSOR III - MATEMÁTICA(HABILITADO)	DIEGO LUIZ COSTA	SIM	NÃO	NÃO
354125	PROFESSOR III - MATEMÁTICA(HABILITADO)	JOSÉ CARLOS FERRAREZI	SIM	NÃO	NÃO
350555	PROFESSOR III -LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS (HABILITADO)	PATRICIA VOTRI GUEDIN	SIM	NÃO	NÃO

Art. 19º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Içara - SC, 04 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

ANEXO I - FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS

CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Título	Valor de cada título	Valor máximo dos títulos	Pontuação Obtida
a) Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós Graduação a nível de ESPECIALIZAÇÃO, com carga horária mínima de 360 horas na área da educação.	10,0	10,0	
b) Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós Graduação a nível de MESTRADO, na área da educação.	15,0	15,0	
c) Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós Graduação a nível de DOUTORADO, na área da educação.	20,0	20,0	
MÁXIMO DE PONTOS A SER OBTIDO		20,00	

Para a comprovação de pós-graduação NÃO serão aceitas DECLARAÇÕES em hipótese alguma, devendo ser apresentado o Diploma ou Certidão de Conclusão.

A apresentação dos títulos se dará por fotocópia juntamente com o documento original para conferência da banca e não poderão apresentar rasuras, borrões, emendas ou entrelinhas. Não serão recebidos documentos sem o original, excetuando-se os documentos com autenticação digital, desde que contenham o QR CODE, site e o código de verificação da autenticidade impressos no certificado ou diploma.

O candidato que realizar a prova para dois cargos deverá entregar os títulos duas vezes, uma para cada cargo inscrito, caso tenha títulos para apresentar.

A avaliação dos títulos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado não é cumulativa e é limitada a um único título de pós-graduação.

OBS: OS TÍTULOS DEVERÃO SER ENTREGUES GRAMPEADOS COM ESTA FOLHA DE ENTREGA DE TÍTULOS. O CANDIDATO DEVERÁ PRE-ENCHER SOMENTE O NOME COMPLETO E CARGO. (NÃO COLOCAR EM ENVELOPE)

Nº de cópias entregues: _____ Assinatura do atendente

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2024

COMPROVANTE DE ENTREGA DE TÍTULOS

CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____

Nº de cópias entregues: _____ Assinatura do atendente

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 02 AO CONTRATO Nº. 001/FUNDAI/2022

Publicação Nº 5483937

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNIC. DE MEIO AMBIENTE DE ICARA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 2/1/2022 - Contrato Nº: 001/2022
Contratante...: FUNDACAO MUNIC. DE MEIO AMBIENTE DE ICARA
Contratada...: SANTOS JOSÉ DA SILVA
Valor.....: 45.904,92 (quarenta e cinco mil novecentos e quatro reais e noventa e dois centavos)
Vigência.....: Início: 07/01/2024 Término: 06/01/2025
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2022
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: FICA ESTABELECIDADA POR ACORDO ENTRE AS PARTES A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº. 001/FUNDAI/2022, QUE PREVÊ O TÉRMINO EM 06/01/2024 E POR ESTE TERMO ADITIVO PASSA A SER ATÉ 06/01/2025, BASEADO NOS FATOS ELENCADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, PARECER JURÍDICO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, COM FULCRO NAS LEIS PERTINENTES.

Içara, 4 de Janeiro de 2024

TERCEIRA ATA DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 130.PMI.2023

Publicação Nº 5484597



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IÇARA
PODER EXECUTIVO
SETOR DE LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 130/PMI/2023

TERCEIRA ATA PARA RETIFICAÇÃO DA SEGUNDA ATA REFERENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 130/PMI/2023.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para construção do cercamento do Centro de Educação Infantil Alegria do Saber, Bairro Presidente Vargas, Içara/SC, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo e planilha orçamentária.

Às treze horas do dia quatro do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município de Içara designada pelo Decreto Municipal nº 238/2023, de 14 de novembro de 2023, para retificação da Segunda Ata emitida no dia 03/01/2024. Após nova análise, foi verificado um equívoco na inabilitação da empresa **NG3 CONSTRUTORA E PUBLICIDADE LTDA** a empresa havia anexado também junto a sua documentação de habilitação um Certificado de Registro Cadastral (CRC) com validade para a abertura da sessão, conforme abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA
Diretoria de Gestão de Recursos
CNPJ 82.916.800/0001-11

A Validade é de 1 ano
a contar da data deste
certificado.

Nº 921 CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDOR

Certificamos que a empresa **NG3 CONSTRUTORA E PUBLICIDADE LTDA** inscrita pelo CNPJ 10.634.960/0001-67, estabelecida na Rua Santana Milanez, Nº 855, Lote 06, Bairro Pinheirinho, Criciúma/SC, CEP 88.804-660, com atividade econômica principal em Construção de Edifícios, encontra-se registrada no Cadastro de Fornecedores desta Prefeitura Municipal, nos termos do Cap. II, Seção III, da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

O referido é verdade.

Içara/SC, 21 de dezembro de 2023.

GIOVANI MARTINS DA SILVA
Matrícula- 0548

Praça Presidente João Goulart, 120 - Centro - Içara/SC - CEP 88820-000
Fone: (48) 3431-3500 email: adm@icara.sc.gov.br

Diante disso, a empresa restou habilitada, por atender a todas as exigências do edital. Fica mantido o prazo recursal da fase de habilitação mencionado na Segunda Ata. As licitantes serão cientificadas via publicação desta ATA no Diário Oficial Eletrônico do Município de Içara. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitação deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão e presentes que desejarem. Içara - SC, 04 de janeiro de 2024.

Elias Junior Gonçalves
Presidente da Comissão

Maria Luiza de Mello Sombrio Spillere
Secretária

Renata da Silva
Membro

Suyani Calegari Marques
Membro

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/SEAD Nº 06/2024

Publicação Nº 5484165

PORTARIA PMI/SEAD Nº 06, de 04 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre a Revogação da PORTARIA PMI/SEAD Nº 1415, de 21 de dezembro de 2023, referente a nomeação de servidor(a) para exercer cargo de provimento em comissão junto ao órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 5.395, de 30 de março de 2023, considerando o Memorando nº 37.571/2023 e ainda todo o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a PORTARIA PMI/SEAD Nº 1415, de 21 de dezembro de 2023, referente a nomeação de servidor(a), para exercer cargo de provimento em comissão, em decorrência da vigência do Decreto PMI nº 133, de 03 de outubro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de janeiro de 2024.

Rosivaldo da Silva Júnior Robson David
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 07/2024

Publicação Nº 5484581

PORTARIA PMI/SEAD Nº 07, de 04 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre a Exoneração dos Conselheiros Tutelares / Quadriênio (2020 – 2024), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 4.110, de 11 de setembro de 2012, considerando o Memorando nº 202/2024, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 09 de janeiro de 2024, os Conselheiros Tutelares eleitos para compor o Conselho Tutelar de Imbituba, nomeados(as) através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 26, de 09 de janeiro de 2020 para o referido cargo, durante o quadriênio 2020 – 2024.

Titulares:

- I - Karina Kosmin – matr. nº 12630;
- II - Leticia Thiesen Higino – matr. nº 12633;
- III - Sintia de Farias – matr. nº 12631;
- IV - Dayane Luiz – matr. nº 12634;
- V - Fabricia Nascimento Siqueira – matr. nº 12771.

Suplentes:

- I - Karine da Silva Marques
- II - Luiz Alberto Butter
- III - Rogéria Pittigliani Ikebata
- IV - Sinara Fraga Freitas Lima
- V - Otavio Custódio
- VI - Joel Luiz Pires
- VII - Ana Paula Barcelos
- VIII - Edcarlos Cascaes Corrêa

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de janeiro de 2024.

Rosivaldo da Silva Júnior Robson David
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração
(Interino)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

EDITAL N.001/2024/SEFIC

Publicação N° 5484064



EDITAL PMI/SEFIC N° 001/2024

NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO – CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO

A Secretária Municipal de Fiscalização e Controle Urbano, Sra. Ana Paula Pereira, em conformidade com o disposto no art. 120 da Lei n.º 377, de 16 de dezembro de 1974, **NOTIFICA** nesta data, os(as) proprietários(as) abaixo relacionados(as), da autuação pelo cometimento de infração, para que proceda o pagamento no prazo legal.

Nº do Processo	Identificação do Autuado(a)	CPF/CNPJ	Nº do Auto de Infração
Proc. Administrativo 1.582/2023	ALESSANDRA	989.310.080-15	384
Proc. Administrativo 1.526/2023	HC CONSTRUTORA & INCORPORADORA LTDA.	19.391.191/0001-98	442
Proc. Administrativo 1.648/2022	ROBERTO KASPER SEVERO EIRELI	39.455.924./0001-18	5728
Proc. Administrativo 1.598/2023	PATRÍCIA	987.579.629-87	386
Proc. Administrativo 1.633/2022	VALDECI	455.480.059-87	5717



Proc. Administrativo 1.626/2023	PATRÍCIA	987.579.629-87	393
Proc. Administrativo 123/2023	ALOHA NATURAL LTDA	26.634.997/0001-25	5689
Proc. Administrativo 126/2023	OSVALDO	246.145.309-82	5692
Proc. Administrativo 1.580/2023	PRISCILA	075.229.439-30	381

Imbituba, 04 de janeiro de 2024.

ANA PAULA PEREIRA

Secretária Municipal de Fiscalização e Controle Urbano – SEFIC

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Imbuia

PREFEITURA

DECRETO Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484534

DECRETO Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2024

Designa servidores para as funções de Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 70, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora Adriana Schaffer, para exercer a função de Agente de Contratação, nos termos do Decreto nº 64, de 18 de outubro de 2023.

Art. 2º Ficam designadas as servidoras Cristiane Milverstet e Fabiola Machado para integrarem a Equipe de Apoio para desenvolverem atividades de auxílio nas funções desempenhadas pelo Agente de Contratação.

Parágrafo único. Ficam designados para a suplência da Equipe de Apoio de que trata o caput deste artigo, respectivamente, os servidores Guilherme Subtil Arruda e Lícia Lima como suplentes.

Art. 3º A designação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio terá abrangência para todos os setores da Prefeitura Municipal de Imbuia: Administração, Agricultura, Obras, Educação, Saúde, Assistência Social, Fundação Hospitalar, Fundo Municipal e Saúde de Imbuia e todos os Fundos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 02, de 3 de janeiro de 2023.

Imbuia, 3 de janeiro de 2024.

DENY SCHEIDT
Prefeito Municipal

VALDORI STEINHEUSER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484562

DECRETO Nº 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2024

Designa servidores para a Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 70, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados (as) os (as) servidores (as) Adriana Schaffer, Cristiane Milverstet, e Fabiola Machado para integrarem a Comissão Permanente de Licitações, para desenvolverem o recebimento, a abertura e o julgamento das propostas, nas diversas modalidades de licitações, inclusive Pregão Presencial e Eletrônico.

§ 1º A designação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio terá abrangência para todos os setores da Prefeitura Municipal de Imbuia: Administração, Agricultura, Obras, Educação, Saúde, Assistência Social, Fundação Hospitalar, Fundo Municipal e Saúde de Imbuia e todos os Fundos Municipais.

§ 2º Ficam designados (as) para a suplência da Comissão de que trata o caput deste artigo, respectivamente, os servidores Guilherme Subtil Arruda e Lícia Lima como suplentes.

Art. 2º A presidência da Comissão caberá a servidora Cristiane Milverstet.

Art. 3º A função de Pregoeira caberá a servidora Adriana Schaffer.

Art. 4º A servidora Fabiola Machado secretariará os trabalhos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 01, de 3 de janeiro de 2023.

Imbuia, 3 de janeiro de 2024.

DENY SCHEIDT
Prefeito Municipal

VALDORI STEINHEUSER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 83, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484194

DECRETO Nº 83, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Suplementa dotação orçamentária.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o art. 8º, inciso I da Lei nº 1.810, de 20 de dezembro de 2022.

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento corrente, a saber:
R\$

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
2.009 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (28) 3.1.90.00.00.00.00.1.500.1001.0000 – Aplicações Diretas	240.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à suplementação prevista no artigo anterior são oriundos do provável excesso de arrecadação do exercício do ano de 2023, segundo as respectivas fontes e destinações de recursos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbuia, 22 de dezembro de 2023.

DENY SCHEIDT
Prefeito Municipal

VALDORI STEINHEUSER
Secretário de Administração,
Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 84, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484195

DECRETO Nº 84, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Define a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2023 e estabelece outras providências.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do artigo 70, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e observado o disposto no art. 19 da Lei Municipal nº 1.829, de 30 de novembro de 2023 (LDO).

DECRETA

Art. 1º Para a execução orçamentária de 2024, fica estabelecida a programação financeira, fixado o cronograma de execução mensal de desembolso e definido o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, consoante a Lei Municipal nº 1.829, de 30 de novembro de 2023 (LDO) e Lei Municipal nº 1.835, de 13 de dezembro de 2023 (LOA) as quais estimam a receita e fixa a despesa do Município de Imbuia para o exercício de 2024.

Parágrafo único. Integram o presente Decreto:

I – O Anexo I – Dispõe sobre o desdobramento da receita em metas mensais e bimestrais para o exercício, da receita estimada no orçamento, evidenciado na forma analítica as receitas de acordo com a classificação legal; e

II – O Anexo II – Dispõe sobre a programação e cronograma de execução mensal de desembolso sintético que os órgãos municipais ficam autorizadas a utilizar no exercício de 2024, com base nas metas de arrecadação constantes no Anexo I, servindo como demonstrativo para a publicação legal, em atendimento aos artigos 8º e 13, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbuia, 31 de dezembro de 2023.

DENY SCHEIDT
Prefeito Municipal

VALDORI STEINHEUSER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 2296/2024

Publicação Nº 5483903

DECRETO Nº 2296 DE QUATRO DE JANEIRO DE 2024.

Revoga Decreto 2290 de 18 de dezembro de 2023 e autoriza desmembramento de áreas.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Fica autorizado a Sra. **NIVEA ELIZABETE DALLA COSTA E OUTROS**, a desmembrar os lotes abaixo discriminados, após aprovação do projeto de desmembramento conforme legislação vigente. O imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 24.998 com área total de **39.284,408m²** (trinta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro metros e quatrocentos e oito centímetros quadrados) **situa-se totalmente em zona urbana.**

Para aprovação do projeto de desmembramento pela municipalidade, **não foi solicitado execução de obras de melhoramentos públicos, nem o projeto sanitário, uma vez que será exigido na apresentação do projeto de edificação do imóvel.**

Lote nº: 01
Quadra: 62
Inscrição Imobiliária: 01.62.01.0.1
Rodovia SC 355 – Km 64 - Centro

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL - MATRICULA 24.998

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.014.277,32m e E 479.450,14m; divisa com linha ideal; deste, segue confrontando com RG-30.022 Itailor Domingos Simonetto e Clarice Salete Baseggio Simonetto, com os seguintes azimutes e distâncias: 175°53'50" e 195,96 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.014.081,86m e E 479.464,16m; divisa com linha ideal; deste, segue confrontando com RG-31.408 Valdair Jandir Dal Pizzol e Vitorina Vieceli, com os seguintes azimutes e distâncias: 267°23'04" e 239,29 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.014.070,94m e E 479.225,12m; divisa com linha ideal; deste, segue confrontando com RG-0.319 Antonio Rebellato e Tercilia Regina Rebellato, com os seguintes azimutes e distâncias: 353°08'07" e 127,76 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.014.197,78m e E 479.209,85m; faixa de domínio; deste, segue confrontando com SC-355, com os seguintes azimutes e distâncias: 71°41'05" e 253,11 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

DESCRIÇÃO ÁREA 01 – A DESMEMBRAR

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.014.197,78m e E 479.209,85m; divisa com faixa de domínio; deste, segue confrontando com Rodovia Estadual SC 355, com o seguinte azimute e distância: 71°41'05" e 97,89 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.014.228,54m e E 479.302,79m; divisa com linha ideal; deste, segue confrontando com Área Desmembrada Lote 2, com os seguintes azimutes e distâncias: 168°11'56" e 35,65 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.014.193,65m e E 479.310,08m; 171°06'00" e 119,42 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.014.075,67m e E 479.328,55m; divisa com cerca; deste, segue confrontando com Valdair Jandir Dal Pizzol, matrícula 31.408, com o seguinte azimute e distância: 267°23'04" e 103,54 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.014.070,94m e E 479.225,12m; divisa com cerca; deste, segue confrontando com Antônio Rebellato, matrícula 0.319, com o seguinte azimute e distância: 353°08'07" e 127,76 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Fechando assim o perímetro e formando uma área de 14.206,420 m² Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

DESCRIÇÃO ÁREA 02 – A DESMEMBRAR

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.014.228,54m e E 479.302,79m; divisa com faixa de domínio; deste, segue confrontando com Rodovia Estadual SC 355, com o seguinte azimute e distância: 71°41'01" e 87,07 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.014.255,90m e E 479.385,45m; divisa com linha ideal; deste, segue confrontando com Área Desmembrada Lote 3, com o seguinte azimute e distância: 176°38'04" e 177,47 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.014.078,74m e E 479.395,87m; divisa com cerca; deste, segue confrontando com Valdair Jandir Dal Pizzol, matrícula 31.408, com o seguinte azimute e distância: 267°23'06" e 67,38 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.014.075,70m e E 479.328,55m; divisa com linha ideal; deste, segue confrontando com Área Desmembrada Lote 1, com os seguintes azimutes e distâncias: 351°06'00" e 119,42 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.014.193,65m e E 479.310,08m; 348°11'56" e 35,65 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Fechando assim o perímetro e formando uma área de 12.538,994 m² Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

DESCRIÇÃO ÁREA 3 – A DESMEMBRAR

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.014.255,90m e E 479.385,45m; divisa com faixa de domínio; deste, segue confrontando com Rodovia Estadual SC 355, com o seguinte azimute e distância: 71°41'05" e 68,15 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.014.277,32m e E 479.450,14m; divisa com cerca; deste, segue confrontando

com Itailor Domingos Simonetto, matrícula 30.022, com o seguinte azimuth e distância: 175°53'50" e 195,96 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.014.081,86m e E 479.464,16m; divisa com cerca; deste, segue confrontando com Valdair Jandir Dal Pizzol, matrícula 31.408, com o seguinte azimuth e distância: 267°23'04" e 68,37 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.014.078,74m e E 479.395,87m; divisa com linha ideal; deste, segue confrontando com Área Desmembrada lote 2, com o seguinte azimuth e distância: 356°38'04" e 177,47 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Fechando assim o perímetro e formando uma área de 12.538,994 m² Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimuths e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita.

Iomerê, 04 de janeiro de 2024.

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DECRETO 2297

Publicação Nº 5483500

DECRETO Nº. 2297 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Homologa aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Títulos 020/2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas os classificados referentes ao edital de Processo Seletivo Simplificado de Títulos 20/2023 conf. relação abaixo:

CARGO DE MÉDICO CLINICO GERAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO DE TITULOS
1.	NATÁLIA FARENZENA	15
2.	FRANCIELI MONICA SCHUCH	14
3	LARISSA FURTADO BLOEMER BRAND	06

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 04 de janeiro de 2024

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

PORTARIA 4275

Publicação Nº 5483876

PORTARIA Nº 4275 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

Altera portaria nº 4260 de 18 de dezembro de 2023 que autoriza servidores a conduzirem veículos da frota municipal.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE,

Art. 1º Altera portaria nº 4260 de 18 de dezembro de 2023, que autoriza servidores a conduzirem veículos da frota municipal. Ficando autorizados a partir desta data os seguintes servidores:

Gabinete do Prefeito
Emanuel Sipp
Luci Peretti
Teresinha Baroncello Devalieri
Ivair Ceron

Secretaria de Administração e Finanças
Araceli Mezzomo Weirich
Helin Perazzoli Bogoni
Jakson Alves Moreira
Jaqueline Terezinha Deon
Joselito Luiz Munaro
Josnei Bavaresco
Jucilene Consoni Rech
Jurandir Crestani Nunes
Lucas Falchetti
Mariane Laise Coeli
Neuza Corrent
Ricardo Peretti
Yuri Piccoli Hentz

Secretaria de Educação
Ana Paula Michelon Menegon
Carla Candiago
Diva Mugnol Perosa
Eliane Ansiliero

Eliane dos Santos de Souza Andreola
Geane Cristina Ferreira Mendes
Henrique Locatelli
Ines Kumiechick Mariani
Jucieli Ap Camargo da Silva
Marines Maksimavic Colissi
Marines Zanetti Zago
Maura Renata Tragancin Perazzoli
Macleise Trento
Olivir Pagno
Paulo Eduardo Gonçalves da Silva
Robson Fernando Volpato
Ronaldo Harz
Sarajane Helena Pazin Gonçalves Dias
Simone Cantu Centofanti
Valério Peretti
Alexandra de Fátima Proença

Secretaria de Agricultura
Alex de Souza Machado
Gilmar Barbacovi
Helio Miguel de Jesus
Juares Vieira de Barros
Leandro Zamboni
Luciane Wickert
Luiz Antonio Mugnol
Marcos Antonio Ribeiro de Lima
Moacir Ernesto Crestani

Secretaria de Infraestrutura
Anderson Tomazi
Ferminio Sovrani
Joelmir Roberto Cividini
Juarez Antonio Lima
Leonor Odilo Kaiser
Maikon Turmina
Marildo Fantinel
Neide Araldi
Odacir Antonio Menegatt
Silvio Maksimavic
Valdenir Pereti

Secretaria de Saúde e Ação Social
Angela Cristina Pasqual
Ana Karine dos Santos
Cleide Colombo Nava
Daiana Amália Chaves
Gabriella Cristina R. Martins
Daniele Wilmsen
Estelamar Fiorelli
Eduardo Mario Zanini
Eduardo Paulo Riedtmann da Silva
Eliane de Brito Cordeiro
Fabiola Ansiliero de Paula
Fabiano Basen Coser
Grazielle Faletti Rodrigues Batista
Gisele Nora Souza Lazzari
Iriberto Antonio Volpato
Isabela Rech Biscaro
Itacyr José Bridi
Igor da Silva de Oliveira
Jordana dos Santos Saurin
Leonardo Vanim
Leonilde F. Faccin
Loreci Maria Pereti
Lucas de Camargo Moreira
Lucas Longo Scalabrin
Kelli Siewerdt Saldanha
Maria Ines Pasqual

Marcelo Maraninchi Pavesi
Marcelo Sandri
Marisa Oss Cenci
Maristela Brugnago Crestani
Marizete Tais de Oliveira
Odir Pagno
Patricia Dias da Silva Lima
Roger de Freitas de Avila
Suelen Camila G. Zamboni
Sibeli Aparecida Morelato Fiorentin
Simara Cividini
Valdir Foschiera
Valdemir Machado da Silveira
Valeria Grifante
Vanessa Verona
Veriano Modena
Vitoria Ap de Souza

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do servidor estar habilitado para condução do veículo dentro da sua respectiva categoria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

Iomerê 03 de janeiro de 2024.

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO EM METAS MENSAIS DE DESEMBOLSO EXERCÍCIO 2024

Publicação Nº 5486858

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IOMERÊ

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2024						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE	
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO	5.913.000,00		5.915.000,00		5.920.000,00	
(+) SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2021	0,00		0,00		0,00	
(+) SALDO BIM. ANTERIOR	0,00		277.300,00		502.900,00	
(=) DISPONIBILIDADES (A)	5.913.000,00		6.192.300,00		6.422.900,00	
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
DESPESAS CORRENTES	2.681.000,00	2.731.000,00	2.739.800,00	2.730.600,00	2.737.300,00	2.715.800,00
> Pessoal e Encargos Soc.	1.240.000,00	1.250.000,00	1.293.000,00	1.280.800,00	1.290.000,00	1.270.000,00
> Juros e Enc. Da Dívida	31.000,00	31.000,00	30.800,00	30.800,00	30.800,00	30.800,00
> Outras Despesas Corr.	1.410.000,00	1.450.000,00	1.416.000,00	1.419.000,00	1.416.500,00	1.415.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	112.000,00	111.700,00	112.000,00	107.000,00	112.000,00	111.000,00
> Investimentos	95.000,00	94.700,00	95.000,00	90.000,00	94.000,00	94.000,00
> Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
> Amortização da Dívida	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	2.793.000,00	2.842.700,00	2.851.800,00	2.837.600,00	2.849.300,00	2.826.800,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)	5.635.700,00		5.689.400,00		5.676.100,00	
SUPERAVIT = (A - B)	277.300,00		502.900,00		746.800,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IOMERE

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2024						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE	
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO	5.888.000,00		6.120.600,00		6.103.400,00	
(+) SALDO BIMEST. ANTERIOR	746.800,00		959.200,00		1.323.200,00	
(=) DISPONIBILIDADES (A)	6.634.800,00		7.079.800,00		7.426.600,00	
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	2.733.800,00	2.717.800,00	2.755.800,00	2.777.800,00	2.765.800,00	4.016.800,00
> Pessoal e Encargos Soc.	1.290.000,00	1.280.000,00	1.320.000,00	1.340.000,00	1.320.000,00	2.570.000,00
> Juros e Enc. Da Dívida	30.800,00	30.800,00	30.800,00	30.800,00	30.800,00	30.800,00
> Outras Despesas Corr.	1.413.000,00	1.407.000,00	1.405.000,00	1.407.000,00	1.415.000,00	1.416.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	112.000,00	112.000,00	112.000,00	111.000,00	113.000,00	114.000,00
> Investimentos	95.000,00	95.000,00	96.000,00	95.000,00	97.000,00	98.000,00
> Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Amortização da Dívida	17.000,00	17.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	2.845.800,00	2.829.800,00	2.867.800,00	2.888.800,00	2.878.800,00	4.130.800,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)	5.675.600,00		5.756.600,00		7.009.600,00	
SUPERAVIT = (A - B)	959.200,00		1.323.200,00		417.000,00	

NÃO FOI INCLUIDO DO CRONOGRAMA OS RECURSOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E A RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Iomerê, SC 20 de Dezembro de 2023

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

SIRLEI ALTENHOFEN
Contadora CRC-SC 32379/O-4

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS DE ARRECADAÇÃO EM METAS BIMESTRAIS
EXERCÍCIO 2024

Publicação Nº 5486865

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

UNIDADE: MUNICÍPIO/CONSOLIDADO

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - EXERCÍCIO 2024 (ART. 13, DA LEI 101/2000)

DESCRIÇÃO	%	ORÇADO	%	1º BIMESTRE	%	2º BIMESTRE	%	3º BIMESTRE	%	4º BIMESTRE	%	5º BIMESTRE	%	6º BIMESTRE
RECEITAS ORÇAMENT.		35.860.000		5.913.000		5.915.000		5.920.000		5.888.000		6.120.600		6.103.400
RECEITAS CORRENTES		35.829.000,00		5.908.000,00		5.909.000,00		5.915.000,00		5.883.000,00		6.115.600,00		6.098.400,00
- IMPOSTOS, TAXAS E CONT. I	0	3.077.000,00		450.000,00		500.000,00		600.000,00		520.000,00		540.000,00		467.000,00
- CONTRIBUIÇÕES	0	503.000,00		80.000,00		84.000,00		85.000,00		85.000,00		86.000,00		83.000,00
- RECEITA PATRIMONIAL	0	638.600,00		105.000,00		105.000,00		105.000,00		105.000,00		114.600,00		104.000,00
- RECEITA AGROPECUÁRIA	0	6.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00		1.000,00		1.000,00		1.000,00		1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0	-		-		-		-		-		-		-
- RECEITA DE SERVIÇOS	0	53.000,00		8.000,00		7.000,00		9.000,00		10.000,00		9.000,00		10.000,00
- TRANSFERÊNCIAS COR.	0	31.463.400,00		5.250.000,00		5.200.000,00		5.100.000,00		5.150.000,00		5.350.000,00		5.413.400,00
- OUTRAS RECEITAS COR.	0	88.000,00		14.000,00	0	12.000,00		15.000,00		12.000,00		15.000,00		20.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		31.000,00		5.000,00		6.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	1.000,00		1.000,00		-		-		-		-		-
- ALIENAÇÃO DE BENS	0	2.000,00		-		2.000,00		-		-		-		-
- AMORTIZ. DE EMPRÉST.	0	-		-		-		-		-		-		-
- TRANSF. DE CAPITAL	0	28.000,00		4.000,00		4.000,00		5.000,00		5.000,00	0	5.000,00		5.000,00
TRANSF.FIN. DO MUN.	0			-		-		-		-		-		-
TOTAIS		35.860.000		5.913.000		5.915.000		5.920.000		5.888.000		6.120.600		6.103.400

LUCI PERETTI
PREFEITA MUNICIPAL

SIRLEI CRISTINA S. ALTENHOFEN
CONTADORA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 003/2024

Publicação Nº 5484177

DECRETO MUNICIPAL Nº 003 DE 2 DE JANEIRO DE 2024
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, POR CONTA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 2.046/2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	09.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Unidade:	09.001	Encargos Gerais do Município	
Proj./Ativ.	0028.0843.0000.0003	Amortização da dívida – juros e encargos sobre a dívida	
3.3.29.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
1.500.7000.0000		Recursos Ordinários	162.000,00
		TOTAL	162.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, redução parcial e/ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	09.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Unidade:	09.001	Encargos Gerais do Município	
Proj./Ativ.	0028.0843.0000.0003	Amortização da dívida – juros e encargos sobre a dívida	
3.4.69.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
1.500.7000.0000		Recursos Ordinários	162.000,00
		TOTAL	162.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2022/2025 - Lei Municipal nº 1.949/2021, da LDO 2024 - Lei Municipal nº 2.041/2023 e da LOA 2024 – Lei Municipal nº 2.046/2023, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 2 de janeiro de 2024.

Registre-se e publique-se

ADELIO MARX
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

ERVINO HENKEL
Secretário de Administração e Finanças

Ipuaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 132 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483467

PORTARIA Nº 132
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 14, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
ANDRÉIA APARECIDA RODRIGUES OLIVEIRA	Agente de Copa e Limpeza	CHEFE DE SETOR de Controle de Serviços Gerais dos Setores de Educação

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, a chefia dos serviços de limpeza em geral nos setores de educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 133 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483468

PORTARIA Nº 133
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 15, inciso V, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
ADRIANA SALETE ZORZI	Agente Comunitária de Saúde	DIRETOR-GERAL de Departamento de Programa de Saúde

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, as funções da presente designação, cuja as atribuições estão previstas no § 5º, do Art. 15 da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 135 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483470

PORTARIA Nº 135
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 15, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
ALEXANDRA MEZZALIRA XAVIER DOS SANTOS	Agente Comunitária de Saúde	CHEFE DE SETOR de Departamento de Agendamentos de Exames

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, a função de chefia na organização, controle e agendamento dos exames realizados por pacientes atendidos pela secretaria municipal de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 136 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483471

PORTARIA Nº 136
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 13, inciso II, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
ELENICE MÜLLER	Telefonista	DIRETOR-GERAL de Departamento de Tributação e Fiscalização

Parágrafo único. As atribuições da presente designação são as previstas no § 2º, do Art. 13, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 137 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483472

PORTARIA Nº 137
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 16, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
ADENILTO MARCO LAZAROTTO	Agente de Manutenção e Construção	CHEFE DE SETOR de Equipamentos Agrícolas

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, o abastecimento da frota agrícola e rodoviária do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 138 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483473

PORTARIA Nº 138
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 15, inciso II, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
ELIZANGELA SELERY	Auxiliar Administrativo	DIRETOR DE DEPARTAMENTO de Ações de Saúde

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, as funções da presente designação, cuja as atribuições estão previstas no § 2º, do Art. 15 da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 139 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483475

PORTARIA Nº 139
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 21, inciso I, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
GILBERTO MOCELLIN	Auxiliar de Serviços Gerais	DIRETOR DE DEPARTAMENTO de Obras

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, as funções da presente designação, cuja as atribuições estão previstas no § 1º, do Art. 21 da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição N° 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 140 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483476

PORTARIA Nº 140
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e

Considerando o princípio do interesse público;

Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 14, inciso III, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
HÉLIO NEVES DE OLIVEIRA	Vigia	DIRETOR DE DEPARTAMENTO de Incentivo e Promoção Cultural

Parágrafo único. As atribuições da presente designação são as previstas no § 3º, do Art. 14, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

.Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição N° 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 141 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483479

PORTARIA Nº 141
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 15, inciso IV, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
JAIR BIANCHINI	Técnico em Agropecuária	DIRETOR-GERAL do Departamento de Transporte de Pacientes

Parágrafo único. As atribuições da presente designação são as previstas no § 4º, do Art. 15, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022, além do transporte de pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 142 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483480

PORTARIA Nº 142
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 12, inciso I, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
JUCELE ANES DE OLIVEIRA PEDROSO	Auxiliar Administrativo	CHEFE DE SETOR de Departamento de Recursos Humanos

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, as funções da presente designação, cuja as atribuições estão previstas no § 1º, do Art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 144 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483481

PORTARIA Nº 144
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 13, inciso I, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
MARI LUCIA ROVANI ZAMBERLAN	Agente Administrativo	DIRETOR DE DEPARTAMENTO de Finanças

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, as funções da presente designação, cuja as atribuições estão previstas no § 1º, do Art. 13 da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 145 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483482

PORTARIA Nº 145
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 18, inciso I, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
NELICIMA FÁTIMA NOVELLO	Assistente Social	DIRETOR-GERAL de Departamento de Proteção Social Básica

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, as funções da presente designação, cuja as atribuições estão previstas no § 1º, do Art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição N° 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 146 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483486

PORTARIA Nº 146
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e

Considerando o princípio do interesse público;

Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 16, inciso I, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
PAULO CEZAR NAVAREZZI	Técnico em Agropecuária	DIRETOR-GERAL de Departamento da Agricultura

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, as funções da presente designação, cuja as atribuições estão previstas no § 1º, do Art. 16 da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição N° 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 147 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483487

PORTARIA Nº 147
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 17, inciso II, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
RENAN TOALDO	Mecânico	DIRETOR DE DEPARTAMENTO de Estradas e Rodagem

Parágrafo único. As atribuições da presente designação são as previstas no § 2º, do Art. 17, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022, além da manutenção em geral dos prédios públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 148 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483489

PORTARIA Nº 148
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 14, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
ROSANA CRISTINA SEMINOTTI	Agente de Copa e Limpeza	CHEFE DE SETOR de Controle e Estoque de Merenda Escolar

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, a chefia do controle da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino localizados na sede do município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 149 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483491

PORTARIA Nº 149
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 20, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
VAGNER PIANA	Professor II	CHEFE DE SETOR de Departamento de Esporte e Lazer

Parágrafo único. Compete ao servidor ora designado chefiar ações de promoção e incentivo as atividades de desporto praticado por equipes de bairros, comunidades rurais e principalmente com a iniciação de crianças e adolescentes nas modalidades esportivas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 150 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483493

PORTARIA Nº 150
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 15, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
VIVIANE AUGUSTA GIROTTO	Auxiliar de Odontologia	CHEFE DE SETOR de Programas de Saúde Preventiva

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, a função de chefia no suporte aos odontólogos no desenvolvimento de programas de saúde bucal preventiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 151 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483494

PORTARIA Nº 151
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 17, inciso III, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
WESLEN AUGUSTO MÖLLMANN	Agente Administrativo	DIRETOR DE DEPARTAMENTO de Defesa Civil

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, as funções da presente designação, cuja as atribuições estão previstas no § 3º, do Art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 152 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483495

PORTARIA Nº 152
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 14, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
ZELI NÉRES	Agente de Copa e Limpeza	CHEFE DE SETOR de Controle e Organização de Estoque da Merenda Escolar

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, a chefia do controle da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino localizados na Terra Indígena Xapeco.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição Nº 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 153 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 5483497

PORTARIA Nº 153
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022; e
Considerando o princípio do interesse público;
Considerando que o servidor possui qualificação técnica para bem desempenhar a função;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, para o exercício de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, com a concessão da função gratificada, em conformidade com o Art. 15, Art. 24 e ANEXO II, da Lei Complementar Municipal nº 088, de 31 de agosto de 2022:

SERVIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO GRATIFICADA:
LIDIANE ANDRESSA BURIN	Odontóloga	CHEFE DE SETOR de Programas Implementados e Financiados pelo Município

Parágrafo único. O servidor desempenhará concomitantemente as atribuições inerentes a seu cargo de origem, a função de chefia dos e programas de saúde bucal preventiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 23 de novembro de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

(Este texto substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 24 de novembro de 2023- DOM/SC - Edição N° 4390).

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br


Ipumirim

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL 152 PP N° 55 - 2023 - TRANSPORTE PASSAGEIROS

Publicação N° 5483666

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 Telefone: (49) 3438-3400 Endereço: RUA DOM PEDRO II, 230 - CENTRO CEP: 89790-000 - Ipumirim	Pregão presencial 55/2023
	Número Processo: 152/2023 Data do Processo: 18/12/2023

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, DESTINADO AOS ATLETAS QUE REPRESENTAM O NOSSO MUNICÍPIO, ALUNOS DAS ESCOLAS ESPORTIVAS E CULTURAIS, ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO, PACIENTES QUE PRECISAM SER DESLOCADOS PARA OUTROS MUNICÍPIOS, E EVENTUAIS VIAGENS DA ADMINISTRAÇÃO, COM VIGÊNCIA PARA O ANO DE 2024, CONFORME QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS ANEXADAS AO EDITAL, PARA A FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO II E TERMO DE REFERÊNCIA DO ANEXO III DO EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS N° 161/2023

Reuniram-se no dia 04/01/2024, às 09:00 os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto N° 398/2023, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório N° 152/2023 na modalidade de Pregão presencial. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Aos quatro dias do mês de janeiro de 2024, às nove horas, o Pregoeiro Iago José Petrechen e os servidores Laudécir Francio e Henrique Pedro Schneider, membros da Equipe de Apoio, designados pela Portaria n° 398/2023 de 24 de julho de 2023, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as licitantes: TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA e TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA. Inicialmente as partes foram advertidas de que a licitação seria gravada através do sistema audiovisual. A Comissão de licitação procedeu à verificação no cadastro, sendo que as empresas participantes não apresentaram qualquer espécie de restrição. As consultas passam a integrar a documentação do certame, conforme o item 6.1.6 do edital. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº HEDIO MEINE, representante credenciado da empresa TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA e o Srº VILMAR LORASCHI, sócio proprietário da empresa TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa, ambas as empresas se credenciam como microempresa ou empresa de pequeno porte. Na sequência, foi observada a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Porém, a empresa TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA apresentou na proposta veículo com ano de fabricação de carroceria inferior ao estipulado no Edital, restando desclassificada no item 2 do termo de referência. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais se encontram registrados em planilha anexa ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA não apresentou as Certidões negativas débitos Municipais e Trabalhistas, conforme itens 6.2.3 e 6.2.5 do Edital e, conforme previsto no Art. 43 da LC 123/2006, foram abertas diligências e anexadas as referidas certidões negativas ao processo. Quanto à demais documentação, ambas as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

Participante: TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	Viagens de Van com capacidade mínima de 17 passageiros. - Viagens de Van com capacidade mínima de 17 passageiros.	10.000,	KM		5,9200	59.200,00
Total do Participante:						59.200,00

Participante: TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Viagem de microônibus com capacidade mínima de 32 passageiros. - Viagem de microônibus com capacidade mínima de 32 passageiros.	20.000,	KM		6,9600	139.200,00
Total do Participante:						139.200,00
Total Geral:						198.400,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 04/01/2024

IAGO JOSÉ PETRECHEN

PREGOEIRO

LAUDECIR FRANCIO

MEMBRO

HENRIQUE PEDRO SCHNEIDER

MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA

HEDIO MEINE

TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA

VILMAR LORASCHI

RELATÓRIO DE LANCES DO PL 152 PP Nº 55 - 2023 - TRANSPORTE PASSAGEIROS

Publicação Nº 5483669

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 Telefone: (49) 3438-3400 Endereço: RUA DOM PEDRO II, 230 - CENTRO CEP: 89790-000	PREGÃO PRESENCIAL 55/2023
	Número Processo: 152/2023 Data do Processo: 18/12/2023

Histórico do Pregão - Lances

Abaixo seguem os licitantes classificados e que participaram da fase de lances da licitação:

TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA	08.168.725/0001-03
TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA	75.484.311/0001-72

ITEM 2 - VIAGEM DE MICROÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 32 PASSAGEIROS.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Fornecedor	Credenciado	Valor Proposta Inicial	Valor Proposta Final
TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA	Sim	0,00	0,00
TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA	Sim	139.200,00	139.200,00

Nº Lance	Fornecedor	Valor do Lance (R\$)	Valor da Proposta
1	TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA	6,9600	

O licitante TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 2 deste pregão presencial o fornecedor TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA pelo valor de R\$ 6,9600.

ITEM 3 - VIAGENS DE VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 17 PASSAGEIROS.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Fornecedor	Credenciado	Valor Proposta Inicial	Valor Proposta Final
TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA	Sim	59.300,00	59.200,00
TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA	Sim	59.300,00	59.300,00

Nº Lance	Fornecedor	Valor do Lance (R\$)	Valor da Proposta
1	TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA	Desistiu	5,9300
1	TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA	5,9200	
2	TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA	5,9200	

O licitante TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 3 deste pregão presencial o fornecedor TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA pelo valor de R\$ 5,9200.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

IAGO JOSÉ PETRECHEN

PREGOEIRO

LAUDECI FRANCIO

MEMBRO

HENRIQUE PEDRO SCHNEIDER

MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

HEDIO MEINE

(TRANSPORTES E TURISMO MMH LTDA)

VILMAR LORASCHI

(TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA)

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA 001 2024

Publicação N° 5483805

PORTARIA N° 001/2024, 02 DE JANEIRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 20 dias, ao Servidor Público Municipal, Sr. FABRICIO FARIAS, funcionário efetivo nomeado para atuar no cargo de TECNICA EM INFORMATICA, com 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no período de 04 a 24 de JANEIRO DE 2024, referente ao período aquisitivo de 15/01/2022 a 14/01/2023.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 02 de Janeiro de 2024.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA 002 2024

Publicação N° 5483808

PORTARIA N° 002/2024, 02 DE JANEIRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 20 dias, ao Servidor Público Municipal, Sr. VILCEU VIVIAN, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com carga horária semanal de 40 horas, no período de 08 A 27 DE JANEIRO DE 2024, referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 A 31/01/2023

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 02 de Janeiro de 2024.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA 004 2024

Publicação N° 5483811

PORTARIA N° 004/2024, 02 DE JANIERO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 20 dias, ao Servidor Público Municipal, Sra. CARLA VANESSA LUZI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA com 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 08 A 27 DE JANEIRO DE 2024, referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 A 31/01/2023.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 02 de janeiro de 2024.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA 005 2024

Publicação N° 5483812

PORTARIA N° 005/2024, 02 DE JANIERO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 10 dias, ao Servidor Público Municipal, Sr. GUSTAVO LUIZ DRESCHER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, responsável pelo departamento da TESOURARIA, no período de 08 A 17 DE JANEIRO DE 2024, referente ao período aquisitivo de 17/10/2022 A 16/10/2023.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 02 de janeiro de 2024.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 630/2023 DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Publicação Nº 5483644

PORTARIA Nº. 630/2023 de 31 de outubro de 2023.
"CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com os Art. 31, 32 e 33 da Lei Complementar nº 001/98, de 29 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO que a documentação requisitada e o prazo estabelecido para requerer a progressão estão em conformidade com o Art. 31, da Lei Complementar nº 001/98,

CONSIDERANDO que as condições estabelecidas na lei para concessão da progressão referida foram atendidas;

RESOLVE:
Art.1º- Conceder progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação aos servidores do magistério público municipal abaixo relacionados, referente a 2% (dois por cento) para cada cem horas, sobre o vencimento.

MATRÍCULA	SERVIDOR
4911	Adaiane Dulcinéia Lopes Santana Knobloch
4760	Adriana Paula Louzada
488/799	Amarilce Aparecida Pereira Alves da Rocha
60/489	Andreia Dalla Costa
4775	Cassius Fernando Webber
712	Cione Webber
178	Claudicir José Bizon
179	Claudimir Basso
484/741	Cleidete Maziero
4707	Crisley Maciel Dalla Costa
4757	Daiana Paula de Avila
662	Dilce Aparecida de Vargas
714	Dircema Lucia Piffer Bertoldi
495/843	Doroteia Gasparini Lins
3274	Elenita Ribeiro
2497	Eliana Hilário
4912	Eliane Pegoraro Guimarães
498	Elizete Ana Guareski Fachin
2465	Evanes de Oliveira Ribeiro Fidel
5007	Fernanda Rubia Petini
4705	Franciana Dayana Pereira Pegoraro
4879	Gisele Chaves
4909	Greice Eliana Hofsteter
4710	Iniana Kaster
2807	Ivanete Pedroso Braghirolli
740	Ivani Pedroso Ricci
4713	Janaina de Campos Trindade Guareski
4715	Jocemar Kades
98/503	Joice Aparecida Gonçalves Lins
4855	José Noel Santos Menezes
4709	Josiani Patricia Zenaro Santos
99	Jucemar Antônio Souza da Luz
2577	Judite Seganfredo
2471	Juliana das Neves Sarturi
2474	Juliana Maria Griza de Oliveira
4716	Juliana Zuchi
501	Juraci Ricci
644/797	Katiana Kuntz Moraes
2473	Laise de Rezende Trindade dos Santos Romancini
181/227	Leonerci Aparecida Paz

2892	Lucianita Bombassaro Ruaro
800/2490	Magali Cristina da Silva
667	Margarida Gazoni Zenaro
108	Maria Onilce Ferreira do Amarante
111/2703	Maria Zimmer Rodrigues
487/743	Marielle Cristina Bortoli
716	Marlene Pedroski
4712	Mayara Perez Zamarki
497	Milania Salete de Gregori
4848	Neiva Blotz da Rocha
127/486	Neiva Salete Basso Zampieri
2495	Neiva Vargas Bragagnolo
506	Nelsi Terezinha Trentin Dalla Costa
844	Rosalina Rodrigues dos Santos
132	Rosani Schardong de Oliveira
2783/4708	Rosani Paula de Oliveira de Ávila
131/2415	Rosicler Regina Mistura Deitos
183/485	Sandra Isabel Guareski Kades
494	Sandra Regina de Oliveira
2482/4703	Sara Ferreira
2469	Silvana Sganzerla Pagnoncelli
4714	Simone Gomes de Oliveira
141/2476	Sirleide Marcelina Soligo de Oliveira
3077	Saiúra Trombetta
4924	Susana Ionara de Oliveira
4704	Suzane Longo Peruzzo
4706	Taline Ebert
144	Vilce Dalla Costa

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 31 de outubro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 742/2023 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483525

PORTARIA Nº. 742/2023 de 20 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares ao servidor Icedrio Junior Cassol, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, matrícula nº 2451, atuando na Secretaria Municipal de Transportes, referente ao período aquisitivo de 16 de novembro de 2022 a 15 de novembro de 2023, para serem gozadas no período de 20 de dezembro de 2023 a 03 de janeiro de 2024 (15 dias de férias-1ª etapa), devendo retornar as suas funções normais em 04 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 20 de dezembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 743/2023 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483529

PORTARIA Nº. 743/2023 de 20 de dezembro de 2023.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares ao servidor Dilamar Peres Mendes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, matrícula nº 2009, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 13 de novembro de 2021 a 12 de novembro de 2022, para serem gozadas no período de 20 de dezembro de 2023 a 18 de janeiro de 2024 (30 dias de férias)

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 20 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 744/2023 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483530

PORTARIA Nº. 744/2023 de 20 de dezembro de 2023.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Elizangela Alves Rodrigues Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 5507, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2022 a 02 de outubro de 2023, para serem gozadas no período de 20 de dezembro de 2023 a 08 de janeiro de 2024 (20 dias de férias- 1º etapa), devendo retornar as suas funções normais em 09 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 20 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 745/2023 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483539

PORTARIA Nº 745/2023 de 21 de dezembro de 2023.

“REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- REVOGAR as Portarias nº 051/2021 e 052/2021 de 18 de janeiro de 2021, que designou a servidora Sirleide Marcelina Soligo de Oliveira, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, matrícula nº 141 e 2476, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para o cargo de Diretora de Creche.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 21 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 746/2023 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483545

PORTARIA Nº 746/2023 de 21 de dezembro de 2023.

“REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- REVOGAR a Portaria nº 204/2023 de 1º de março de 2023 e a Portaria nº 660/2023 de 10 de novembro de 2023, que alterou a carga horária da servidora Amália Antoninha Spuldaro Ferreira, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, matrícula nº 63, atuando na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 21 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 747/2023 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483548

PORTARIA Nº 747/2023 de 21 de dezembro de 2023.

“REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- REVOGAR a Portaria nº 659/2023 de 10 de novembro de 2023, que alterou a carga horária do servidor José Noel Santos, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, matrícula nº 659/2023 de 10 de novembro de 2023, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 21 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 748/2023 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483553

PORTARIA Nº 748, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

ARQUIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO POR MEIO DA PORTARIA Nº 705/2023, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a documentação juntada dos autos do Processo Administrativo Disciplinar, bem como o Relatório Final apresentado pela Comissão (cf. fls. 66 a 73),

RESOLVE:

Art. 1º- ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 705/2023, de 16 de novembro de 2023.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 21 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA Nº. 749/2023 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483558

PORTARIA Nº 749/2023 de 22 de dezembro de 2023.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos do da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO o atestado médico, datado em 22 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Madalena Zimmer, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 2466, atuando na Creche Municipal Neri Terezinha Guareschi, no período de 22 de dezembro de 2023, mediante remuneração pelo município, a partir de 23 de dezembro de 2023, deverá ser submetida a perícia médica junto ao Instituto Nacional de Seguro Social- INSS.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 22 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 750/2023 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483564

PORTARIA Nº. 750/2023 de 26 de dezembro de 2023.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Taiza Dal Pian, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, matrícula nº 32255, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 09 de abril de 2022 a 08 de abril de 2023, para serem gozadas no período de 26 de dezembro de 2023 a 14 de janeiro de 2024(20 dias de férias-1º etapa), devendo retornar as suas funções normais em 15 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 26 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 751/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483571

PORTARIA Nº. 751/2023 de 27 de dezembro de 2023.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares ao servidor Aleson Zentner Scatolin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo (Educação), matrícula nº 5535, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 1º de novembro de 2022 a 31 de outubro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 752/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483576

PORTARIA Nº. 752/2023 de 27 de dezembro de 2023.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Idinéia Weiss, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social (Educação), matrícula nº 5548, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 1º de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 753/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483579

PORTARIA Nº. 753/2023 de 27 de dezembro de 2023.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Aires Pasquali, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 5498, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2022 a 02 de outubro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 754/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483580

PORTARIA Nº. 754/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Lucimara Aguilheira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 5508, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2022 a 02 de outubro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 755/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483583

PORTARIA Nº. 755/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Maura Gabriela Felipe Rosa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 5525, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 05 de outubro de 2022 a 04 de outubro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 15 de janeiro de 2024 (20 dias de férias- 1ª etapa), devendo retornar as suas funções normais em 16 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 756/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483585

PORTARIA Nº. 756/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Marta da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 5496, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro de 2022 a 02 de outubro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 15 de janeiro de 2024 (20 dias de férias-1ª etapa), devendo retornar as suas funções normais em 16 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 757/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483587

PORTARIA Nº. 757/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Rosemari Sartori, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 5518, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 04 de outubro de 2022 a 03 de outubro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 758/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483588

PORTARIA Nº. 758/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Clarisse Kichel Ebert, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 4322, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2022 a 1º de outubro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 759/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483590

PORTARIA Nº. 759/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Ivete Alves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 2575, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 24 de fevereiro de 2022 a 23 de fevereiro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 760/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483595

PORTARIA Nº. 760/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Marines Maria Massing de Avila, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 5518, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 21 de novembro de 2022 a 20 de novembro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 761/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483596

PORTARIA Nº. 761/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Sueli Dalberti Santin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 2462, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 21 de novembro de 2022 a 20 de novembro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 762/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483600

PORTARIA Nº. 762/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Selso do Amaral Mariano, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2452, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 16 de novembro de 2022 a 15 de novembro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 763/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483602

PORTARIA Nº. 763/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Sirlei Zavorki Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 2552, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 31 de julho de 2022 a 30 de julho de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 764/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483605

PORTARIA Nº. 764/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Nair Telles da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 2462, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 21 de novembro de 2022 a 20 de novembro de 2023, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 765/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483607

PORTARIA Nº. 765/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Ana Fabricio Cardoso, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 752, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 18 de março de 2023 a 17 de março de 2024, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 766/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483610

PORTARIA Nº. 766/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Loeri Rossetti, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 4505, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 19 de março de 2023 a 18 de março de 2024, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 767/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483613

PORTARIA Nº. 767/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Marisete de Fátima Bello Alves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 2640, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 26 de março de 2023 a 25 de março de 2024, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 15 de janeiro de 2024 (20 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 16 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 768/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483616

PORTARIA Nº. 768/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Sueli Carneiro de Oliveira Amadei, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 4751, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 22 de fevereiro de 2023 a 21 de fevereiro de 2024, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 25 de janeiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 26 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 769/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483618

PORTARIA Nº. 769/2023 de 27 de dezembro de 2023.

“CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ENSINO TÉCNICO, ENSINO SUPERIOR OU DE PÓS- GRADUAÇÃO. ”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e Art. 16, Inciso IV, Alínea “a” da Lei Complementar nº 155/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Concede progressão decorrente da conclusão de especialização em nível de pós-graduação a servidora Giovana Aparecida Dias, matrícula nº 2434, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, Nível 107, Referência “A”, passando para o Nível 107, Referência “F”, do Anexo II- Tabela de vencimentos Cargos de Provimento Efetivos da Lei Complementar nº 155, de 16 de dezembro de 2022.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 1º de dezembro de 2023.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 770/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483619

PORTARIA Nº. 770/2023 de 27 de dezembro de 2023.

“CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ENSINO TÉCNICO, ENSINO SUPERIOR OU DE PÓS- GRADUAÇÃO. ”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e Art. 16, Inciso II, Alínea “a” da Lei Complementar nº 155/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Concede progressão decorrente da conclusão do ensino médio ao servidor Oziel Roberto Laves de Mello, matrícula nº 4332, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, Nível 57, Referência “C”, passando para o Nível 57, Referência “F”, do Anexo II- Tabela de vencimentos Cargos de Provimento Efetivos da Lei Complementar nº 155, de 16 de dezembro de 2022.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 1º de dezembro de 2023.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 27 de dezembro de 2023.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 771/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483624

PORTARIA Nº. 771/2023 de 27 de dezembro de 2023.

“CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ENSINO TÉCNICO, ENSINO SUPERIOR OU DE PÓS- GRADUAÇÃO. ”

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e Art. 16, Inciso II, Alínea “a” da Lei Complementar nº 155/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Concede progressão decorrente da conclusão do ensino médio ao servidor Jaisson Luiz de Marco, matrícula nº 4430, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, Nível 57, Referência “C”, passando para o Nível 57, Referência “F”, do Anexo II- Tabela de vencimentos Cargos de Provimento Efetivos da Lei Complementar nº 155, de 16 de dezembro de 2022.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 1º de dezembro de 2023.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 27 de dezembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 772/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483626

PORTARIA Nº 772/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- REVOGAR a Portaria nº 039/2021 de 11 de janeiro de 2021, que designou a servidora Juliana Maria Griza de Oliveira, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, matrícula nº 2474, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na Escola de Educação Básica Prefeito Valdecir Ângelo Zampieri, para o cargo de Secretária de Escola.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 773/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483628

PORTARIA Nº 773/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"REVOGA ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE JORNADA DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- REVOGAR a concessão da alteração temporária de jornada de trabalho da servidora Juliana das Neves Sarturi, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, matrícula nº 2471, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, mencionada na Portaria nº 150/2023 de 1º de fevereiro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 774/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483629

PORTARIA Nº 774/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"REVOGA ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE JORNADA DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- REVOGAR a concessão da alteração temporária de jornada de trabalho da servidora Suzane Longo Peruzzo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, matrícula nº 4704, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, mencionada na Portaria nº 150/2023 de 1º de fevereiro de 2023.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 775/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483631

TERMO DE EXERCÍCIO Nº 775/2023, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

SUZANE LONGO PERUZZO, empossada no dia 15 de dezembro de 2023, entrou em exercício na presente data, no devido prazo estabelecido em lei, iniciando-se o efetivo exercício na atividade pública.

Irani/SC, 27 de dezembro de 2023.
MARIA INEZ DE BASTIANI
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA Nº. 776/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483634

PORTARIA Nº. 767/2023 de 27 de dezembro de 2023.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Marisete de Fátima Bello Alves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 2640, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 26 de março de 2023 a 25 de março de 2024, para serem gozadas no período de 27 de dezembro de 2023 a 15 de janeiro de 2024 (20 dias de férias), devendo retornar as suas funções normais em 16 de janeiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 27 de dezembro de 2023.
VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 777/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483636

TERMO DE EXERCÍCIO Nº 777/2023, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

JULIANA MARIA GRIZA DE OLIVEIRA, empossada no dia 15 de dezembro de 2023, entrou em exercício na presente data, no devido prazo estabelecido em lei, iniciando-se o efetivo exercício na atividade pública.

Irani/SC, 27 de dezembro de 2023.
MARIA INEZ DE BASTIANI
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA Nº. 778/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483637

TERMO DE EXERCÍCIO Nº 778/2023, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

CRISLEY MACIEL DALLA COSTA, empossada no dia 15 de dezembro de 2023, entrou em exercício na presente data, no devido prazo estabelecido em lei, iniciando-se o efetivo exercício na atividade pública.

Irani/SC, 27 de dezembro de 2023.
MARIA INEZ DE BASTIANI
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA Nº. 779/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483639

TERMO DE EXERCÍCIO Nº 779/2023, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

JOSÉ NOEL SANTOS MENEZES, empossado no dia 15 de dezembro de 2023, entrou em exercício na presente data, no devido prazo estabelecido em lei, iniciando-se o efetivo exercício na atividade pública.

Irani/SC, 27 de dezembro de 2023.

MARIA INEZ DE BASTIANI

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA Nº. 780/2023 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483642

TERMO DE EXERCÍCIO Nº 780/2023, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

JULIANA DAS NEVES SARTURI, empossada no dia 15 de dezembro de 2023, entrou em exercício na presente data, no devido prazo estabelecido em lei, iniciando-se o efetivo exercício na atividade pública.

Irani/SC, 27 de dezembro de 2023.

MARIA INEZ DE BASTIANI

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Irati**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2024**

Publicação Nº 5485338

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**
IRATI – SANTA CATARINA**AVISO****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2024**

A Câmara Municipal de Irati/SC, em atendimento ao §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, o presente aviso da Dispensa de Licitação nº 01/2024, modalidade menor preço, para “CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA RESPONDER PELA CONTABILIDADE E RH DA CÂMARA DE VEREADORES, CONFORME TERMO DE REFERENCIA”, a fim de obter propostas adicionais.

Para tanto, convoca os interessados a enviarem suas propostas para o objeto constante do Termo de Referência, disponibilizado no sítio eletrônico oficial (<https://www.camarairati.sc.gov.br/>), de forma física, em envelope devidamente lacrado, no setor de protocolos da Câmara Municipal, localizada na Rua Telmiro Bodanese, nº93, centro, Irati/SC, atendimento de segunda a sexta-feira das 13:00 às 19:00 horas ou por meio eletrônico no e-mail camara@irati.sc.gov.br.

Limite para entrega de envelope: 15/01/2024 às 13:30 horas

Sessão pública: 15/01/2024 às 14:00 horas.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa será comunicada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias à contratação, nos termos legais, para que a presente no prazo máximo de 05 dias, podendo ainda, a referida documentação ser apresentada juntamente com a proposta.

Irati/SC, 04 de janeiro de 2024.

RENATO RITTER

Presidente

Rua Telmiro Bodanese ☎ (0xx) 49-3349-0041 – CEP 89856-000 – Irati – SC.

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 07/2024 PM

Publicação Nº 5484682

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 90FD03CD9F74889926664CE02EB8004651E52216

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 07/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS.
CONTRATADA: AMANDA A. DE ALMEIDA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS ME.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA COM RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS Nº 09032023-037069 E RECURSOS PRÓPRIOS.
VALOR TOTAL R\$ 20.286,00 (VINTE MIL DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS).
VIGÊNCIA: 04.01.2024. A 31.12.2024.
BASE LEGAL – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2023 – PREGÃO ELETRONICO Nº 15/2023
LEI 8.666/93 CONSOLIDADA E DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 08/2024 PM

Publicação Nº 5484702

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 996FD984017843289D4A0A39B49634A311A1C400

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 08/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS.
CONTRATADA: TDF NEGÓCIOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA COM RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS Nº 09032023-037069 E RECURSOS PRÓPRIOS.
VALOR TOTAL R\$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS).
VIGÊNCIA: 04.01.2024. A 31.12.2024.
BASE LEGAL – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2023 – PREGÃO ELETRONICO Nº 15/2023
LEI 8.666/93 CONSOLIDADA E DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 09/2024 PM

Publicação Nº 5484705

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3502748C32BC272A49A3D8E170800F40A6CC1499

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 09/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS.
CONTRATADA: DELBA VICENTINI CREMASCO EPP.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA COM RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS Nº 09032023-037069 E RECURSOS PRÓPRIOS.
VALOR TOTAL R\$ 33.500,00 (TRINTA E TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS).
VIGÊNCIA: 04.01.2024. A 31.12.2024.
BASE LEGAL – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2023 – PREGÃO ELETRONICO Nº 15/2023
LEI 8.666/93 CONSOLIDADA E DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 64/2023 PM

Publicação Nº 5484674

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 78B38EC3A647E59C6B33A1FFF15A10C71B41CB88

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2023
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Amanda A. de Almeida Implementos Agrícolas ME; TDF Negócios Agropecuários Ltda EPP e Delba Vicentini Cremasco EPP.
Irineópolis, 04 de janeiro de 2024.
Lademir Fernando Arcari
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2024

Publicação Nº 5483526

PORTARIA Nº 001/2024.
HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO Nº 003/2023/SME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LADEMIR FERNANDO ARCARI, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:
Art. 1.º HOMOLOGAR o resultado final do Processo Seletivo n.º 003/2023/SME, com sua respectiva classificação, conforme ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 02 de Janeiro de 2024.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

EDITAL 3.4/2023/SME – ANEXO ÚNICO À PORTARIA Nº 001/2024.
RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

A Secretária Municipal de Educação do município de Irineópolis, SC, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital, conforme Processo Seletivo nº 03/2023/SME, a publicação do Resultado Final para a contratação temporária de atividades de: Monitor de Creche, Professor de Educação Infantil, Professor de Anos Iniciais, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Geografia, Professor de História, Professor de Educação Física, Professor de Inglês, Professor de Ciências, Professor de Artes e Professor de Música.

1. ARTES
HABILITADOS

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Jéssica Caroline de Oliveira	3.0	1.92	4.92
2º	Jaíne Aparecida Vieira	2.1	1.67	3.77
3º	Tania Regina Hoiça Novacoski	2.4	1.35	3.75

NÃO HABILITADOS

1º	Rafaela Hatschbach	3.6	3.03	6.63
----	--------------------	-----	------	------

2. INGLÊS

HABILITADOS

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Clarice Stefani Gibinski	3.0	1.28	4.28

NÃO HABILITADOS

1º	Daiane Muziol dos Santos	2.4	0.18	2.58
----	--------------------------	-----	------	------

**3. PROFESSOR DE MATEMÁTICA
HABILITADOS**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Giovana Paray	3.3	0.12	3.42

NÃO HABILITADOS

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Ana Paula Soares	2.7	0.85	3.55

**4. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
HABILITADOS**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Aline Schorr	4.2	0.5	4.7
2º	Thaís Oltman Kubiaki	3.0	1.11	4.11
3º	Eliane de Fátima Santana Zientara	3.3	0.10	3.4
4º	Adriana Borges da Silva	2.1	1.05	3.15
5º	Débora Leilane Mello	2.1	0.13	2.23

NÃO HABILITADA

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Jéssika Maria Rappe Melek	3.6	1.0	4.6

**5. PROFESSOR DE MÚSICA
NÃO HABILITADO**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Valderi Braga	3.3	0.0	3.3

**6. PROFESSOR DE HISTÓRIA
HABILITADOS**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Lígia Daniele Parra	3.0	1.36	4.36

**7. MONITOR DE CRECHE
HABILITADOS**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Tania Aparecida Bay	3.3	3.21	6.51
2º	Caroline dos Santos Camargo	3.9	1.18	5.08
3º	Roberta Moreira	2.7	1.11	3.81
4º	Caroline de Fátima Treuk	3.6	0.0	3.6
5º	Cristiane Reichardt	2.1	1.1	3.2
6º	Ana Maria Ferreira	2.4	0.60	3.0
7º	Taís Aparecida Senn Silveira	3.0	0.0	3.0

NÃO HABILITADOS

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Jucinéia Aparecida Kostulski	4.2	1.09	5.29
2º	Sandra Ramos Raffa Gomes	3.9	0.9	4.8
3º	Eloiza Halabura	2.7	1.13	3.83

4	Meri Terezinha dos Santos	2.7	1.1	3.8
5º	Paloma Henning	2.1	0.7	2.8
6º	Maria Joelma Senn	2.7	0.0	2.7
7º	Barbara Kostulski	2.7	0.0	2.7
8º	Paola Henning	2.7	0.0	2.7
9º	Angela Naeli Maier	2.1	0.0	2.1

**8. PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA
HABILITADOS**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Leidiane Artner	2.7	1.0	3.7
2º	Ana Karina Buogo	2.7	1.0	3.7
3º	Eliane Roczinski	2.1	0.43	2.53

NÃO HABILITADOS

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Mariane Leandro de Souza	3.0	0.0	3.0

**9. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS**

**10. PROFESSOR DE CIÊNCIAS
HABILITADO**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	João Pedro Kubiaki	2.7	1.82	4.52

**11. PROFESSOR DE GEOGRAFIA
HABILITADOS**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA		PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Jucilene Gelinski	3.6	1.61		5.21

**12. PROFESSOR DE ANOS INICIAIS
HABILITADOS**

COLOCAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO PROVA	PONTUAÇÃO TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Fernanda dos Santos Hoiga	3.3	1.71	5.01
2º	Loici Fabiane Oltman	3.0	1.19	4.19
3º	Vilcinéia Leszak	2.4	1.09	3.49
4º	Elizandra Aparecida Rocha	3.0	0.08	3.08

NÃO HABILITADOS

1º	Jocinéia Schiessl	2.7	0,0	2.7
----	-------------------	-----	-----	-----

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

13.1 Observamos que a questão nº 5 da Prova Escrita foi anulada devido a resposta correta ser a letra D e no gabarito estar a letra B, sendo atribuída pontuação para os candidatos que não haviam sido favorecidos ainda com a referida questão.

13.2 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, SC, 20 de dezembro de 2023.
Chirlei Aparecida Lezan Kuyava
Secretária Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 002/2024

Publicação Nº 5483874

PORTARIA N.º 002/2024.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar exonerado a pedido em data de 31/12/2023, GLAUCIR ALVES MACHADO, do cargo efetivo de Operador de Equipamentos (44h/sem), para o qual foi nomeado em 01/02/2023, através da Portaria n.º 042/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 31/12/2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2024.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 003/2024

Publicação Nº 5483877

PORTARIA N.º 003/2024.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar exonerada a pedido em data de 31/12/2023, ALINE ALESSANDRA SWIDZINSKI MACHADO, do cargo efetivo de Monitora de Creche (44h/sem), para o qual foi nomeada em 27/01/2020, através da Portaria n.º 032/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 31/12/2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2024.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 004/2024

Publicação Nº 5483880

PORTARIA N.º 004/2024.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em 02/01/2024, a servidora LADI TIEDTKE HALABURA ocupante do cargo de Professora (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada em 15/02/2006, através da Portaria n.º 034/2006.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2024.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 005/2024

Publicação N° 5483881

PORTARIA N.º 005/2024.

"CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Paternidade ao servidor efetivo GILBERTO SZEWCZUK, no período de 02/01/2024 a 06/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2024.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 006/2024

Publicação N° 5483882

PORTARIA N.º 006/2024.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 17/01/2024 à 31/01/2024, à servidora efetiva IRIS VANESSA BAY.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17/01/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2024.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 569/2023

Publicação N° 5483761

PORTARIA 569/2023.

INSTITUI NORMAS DE ETIQUETA PROFISSIONAL EM ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o inciso VII E IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, CONSIDERANDO que, a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal; e, CONSIDERANDO que, a Etiqueta Profissional está ligada aos atos, comportamentos e atitudes dentro do ambiente de trabalho, e se constitui de um conjunto de boas maneiras que tem como objetivo principal criar uma convivência harmônica entre colegas de trabalho e destes com a população em geral, evitando ofender ou constranger alguém,

RESOLVE:

Art. 1º A conduta dos agentes públicos no âmbito de todas as Secretarias Municipais e demais órgãos do Poder Executivo Municipal, deverá observar os seguintes princípios:

I. Atenha-se ao horário de trabalho

- O registro de frequência é pessoal e intransferível, devendo ser realizado no início da jornada, na saída e no retorno do intervalo para refeição e descanso, e no término da jornada diária;
- O registro da entrada não deve ser realizado anterior a 5 min do horário definido oficialmente para o início da jornada e nem tampouco ter o seu fechamento antes do horário oficialmente estabelecido para o seu término, salvo autorização formal da chefia imediata.

- Não se ausente externamente do seu local de trabalho durante o expediente, sem comunicar o superior e registrar o ponto;
- As saídas antecipadas e atrasos deverão ser comunicados, previamente, à chefia imediata que definirá a forma de compensação no controle eletrônico;
- O intervalo para refeição não é considerado no cômputo das horas da jornada de trabalho do servidor, mesmo quando realizado em espaço adequado na sede do órgão/secretaria, e não poderá ser utilizado para compensação de jornada, inclusive não deve suprir atrasos, ausências e saídas antecipadas;
- Na jornada de horas corridas, são exceções, no qual intervalos intrajornada são obrigatórios e então poderão ser contabilizados como parcela da jornada a ser cumprida;
- Durante a jornada de trabalho fica coibida a prática de alimentar-se (almoço ou lanche) bem como fazer uso de chimarrão, em seu espaço de trabalho;
- A alimentação é permitida desde que se enquadre na Legislação vigente que dispõe sobre os intervalos para repouso e alimentação e deverá ser realizada no espaço apropriado para tal (cozinha, copa, etc.).

II. Mantenha uma boa imagem

- Nunca esteja com roupas sujas, amassadas ou inadequadas;
 - Cuide da sua apresentação pessoal, mantendo bons hábitos, tais como: higiene corporal; cabelos limpos, penteados e bem cortados; barba bem feita ou raspada; unhas limpas; dentes escovados e bom hálito;
 - Opte por roupas mais confortáveis e discretas;
- a) Com relação às vestimentas não devem ser adotadas pelos servidores, roupas como bermudas, shorts, regatas, chinelos, roupas esportivas ou de academias, miniblusas, blusas e vestidos frente única, minissaias, roupas transparentes, decotes e fendas acentuados e outras vestimentas que possam afetar a imagem profissional;

III. Seja coerente e educado

- Em hipótese alguma interrompa alguém;
- Quando entrar em uma sala, por exemplo, não vá sentando direto, espere o convite;
- Mantenha-se em sua sala de trabalho. Quando necessitar se dirigir a outros recintos internos, permaneça somente o tempo necessário para tratar do assunto inerente as atividades funcionais;
- Nos momentos de possível inatividade não permaneça em grupos pelos corredores, nem tampouco se mantenha junto ao balcão de recepção. Isso pode atrapalhar o atendimento à população.

Art. 2º. O descumprimento dos critérios fixados nesta Portaria sujeitará o servidor e a chefia imediata às sanções estabelecidas pelo regime disciplinar previsto na Lei Complementar nº 01/1997, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 3º. As secretarias municipais, em articulação com a Secretaria de Administração e Finanças, poderão estabelecer normas específicas complementares a esta Portaria, a fim de atender suas peculiaridades.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 101/2017 de 16 de março de 2017.

Município de Irineópolis (SC), 28 de Novembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO Nº 10/2024 - PM

Publicação Nº 5484289

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23340659ED73C441CCB8FAB3AAA8DC9DBBDAC4FA

TERMO DE COMPROMISSO Nº 10/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 70/2022

CONCORRÊNCIA N.º 06/2022

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO N.º 02/2023 QUE TAIS APARECIDA SENN SILVEIRA 09406919907, ASSINA PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS.

Tais Aparecida Senn Silveira 09406919907, inscrita no CNPJ do MF sob o n.º 47.951.638/0001-71, com sede na Rua Vereador Antonio Ribeiro Batista, nº 41, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, através de sua representante legal, Sra. Tais Aparecida Senn Silveira, sob o CPF nº 094.***.***-07 e RG nº 71***, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga n.º 01/2023, referente a destinação para exploração comercial da edificação e seu entorno para destinação turística e ou comercial, para a permissão de uso do bem público, com a finalidade de exploração comercial, através de instalação de ponto comercial, lanchonete e/ou comercialização de artesanato e produtos coloniais da EDIFICAÇÃO ANEXA AO GINÁSIO MUNICIPAL "WILSON BINDER", COM ÁREA DE 40 M² DE ACORDO COM LEI 2.172/2022 ciente do seu texto e efeitos correlatos, de acordo com Processo Licitatório nº 70/2022, Concorrência nº 06/2022, bem como as obrigações a seguir especificadas, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Terceira do Termo de Compromisso de Permissão de Uso nº 85/2021, conforme Ofício nº 01/2024 de 02 de janeiro de 2024, do Senhor Juliano Pozzi Pereira – Chefe de Gabinete, e deferido em 02 de janeiro de 2024, pelo Senhor Lademir Fernando Arcari - Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência a partir de 02 de janeiro de 2024 até 03 de janeiro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Permissionária pagará à Permitente o reajuste de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos), conforme faculta a alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93 consolidada, e Cláusula Décima Quarta do Termo de Compromisso de Permissão de Uso nº 02/2023. Em função do reajuste ora aplicado, o valor para pagamento da permissão anual de uso do bem público passará a ser de R\$ 104,15 (cento e quatro reais e quinze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas do contrato principal e seus aditivos.

E, por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 04 de janeiro de 2024.
RODRIGO ANTONIO JURCK
MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS
PERMITENTE

TAIS APARECIDA SENN SILVEIRA
TAIS APARECIDA SENN SILVEIRA 09406919907
PERMISSIONÁRIO

Testemunhas:	
Nome: Letícia Elaine Chaves CPF: 117.***.***-90	Nome: Andressa Teska CPF: 080.***.***-57

Itá

PREFEITURA

AVISO DE ADENDO 01 AO PL 226/2023

Publicação Nº 5484359

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8EADAE13F71F5B79D0716462584DACCA4BECED9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 226/2023
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2023
ADENDO 01

O Prefeito do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que em razão da necessidade, houve alteração na data de abertura do edital do Concorrência Eletrônica, visando a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, incluindo fornecimento de material e mão de obra, para execução da Etapa 01 de Revitalização da Rua 03, no Município de Itá/SC. Em consequência das alterações, as propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 23 de janeiro de 2024 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital retificado encontra-se disponível nos sites "ita.atende.net" e "compras.gov.br", as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9506/9534. Itá-SC, 04 de janeiro de 2024.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito de Itá-SC

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024 - FMS

Publicação Nº 5486790

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Itá – SC torna público que fará realizar licitação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, para Credenciamento de FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS a partir de 05 de janeiro de 2024, para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, graves ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoque. Lei nº 14.133/2021, art. 79. O edital encontra-se disponível no site "ita.atende.net" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9510/9534. Itá SC, 05 de janeiro de 2024.

JULIANA APARECIDA BATISTA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Itaiópolis

PREFEITURA

DECRETO 3.113

Publicação Nº 5484494

DECRETO Nº 3.113, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre feriados municipais e pontos facultativos de 2024, no Município de Itaiópolis.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 71 da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990:

DECRETA

Art.1º Ficam estabelecidos no Município de Itaiópolis, os dias de Feriados e Pontos Facultativos, no período de janeiro a dezembro de 2024, para os órgãos e autarquias da Administração Municipal:

- I – 1º de janeiro (segunda-feira), Confraternização Universal – Feriado Nacional;
II - 12 de fevereiro (segunda-feira), Carnaval - Ponto Facultativo Nacional;
III - 13 de fevereiro (terça-feira), Carnaval - Ponto Facultativo Nacional;
IV – 14 de fevereiro Quarta-Feira de Cinzas - Ponto Facultativo até às 13 horas
V - 29 de março (sexta-feira), Paixão de Cristo – Feriado Nacional;
VI - 21 de abril (domingo), Tiradentes – Feriado Nacional;
VII - 1º de maio (quarta-feira), Dia Mundial do Trabalho – Feriado Nacional;
VIII – 30 de maio (quinta-feira), Corpus Christi – Ponto Facultativo Nacional;
IX - 07 de setembro (sábado), Independência do Brasil – Feriado Nacional;
X - 12 de outubro (sábado), Dia de Nossa Senhora Aparecida – Feriado Nacional;
XI - 28 de outubro (segunda-feira), Aniversário de Emancipação Político-administrativa do Município de Itaiópolis – Feriado Municipal;
XII - 02 de novembro (sábado), Finados – Feriado Nacional;
XIII - 15 de novembro (sexta-feira), Proclamação da República – Feriado Nacional;
XIV – 20 de novembro (quarta-feira), Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra;
XVI - 27 de novembro (quarta-feira), Dia de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa - Padroeira do Município – Feriado Municipal e;
XVII - 25 de dezembro (quarta-feira), Natal – Feriado Nacional.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 29 de dezembro de 2023.

MOZART JOÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

AMAURI GELBCKE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 3.114/2024

Publicação Nº 5484507

DECRETO Nº 3.114, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 023/2022.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990 e;

Considerando o estabelecido no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 023/2022, homologado em 24 de janeiro de 2023:

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado até 21 de janeiro de 2025, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado n.º 023/2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itaiópolis, 04 de janeiro de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

AMAUURI GELBCKE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ERRATA - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 259/2023

Publicação Nº 5484613

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 14EF7CE863D1922CFBFF70219FA11706C3BD0889
Publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na data de 28/12/2023, Edição nº 4418, página 820, ONDE SE LÊ: Valor Mensal: R\$ 2.112,02 - LEIA-SE: Valor Mensal: R\$ 2.175,38
ONDE SE LÊ: Valor Total: R\$ 25.344,24 - LEIA-SE: Valor Total: 26.104,56
Itaiópolis, 03/01/2024 – Departamento de Licitações

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020 - CÂMARA DE VEREADORES

Publicação Nº 5483647

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1D30E65DEC553A50876CD4F15737C5D1BA3FA258
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE ITAIÓPOLIS
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.
OBJETO: O prazo de vigência do contrato nº 02/2020, fica prorrogado até 17 de setembro de 2024, a contar de 1º de janeiro de 2024.
VALOR TOTAL: R\$ 17.250,39

Itaiópolis, 13 de dezembro de 2023
KELY FERNANDA ESTRISER
Presidente

PORTARIA 006/2023

Publicação Nº 5484695

PORTARIA Nº 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei Complementar nº 001, de 1º de março de 1992 e amparado pela Lei Complementar nº 17, de 03 de abril de 2012 e suas alterações; e Considerando a Carta de Exoneração, protocolada pelo servidor público municipal André Gustavo Cubas Silva, junto a Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 03 de janeiro de 2024:

RESOLVE

Exonerar a pedido, a contar de 04 de janeiro de 2024, o servidor público municipal ANDRÉ GUSTAVO CUBAS SILVA do cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE com carga horária de 40 horas semanais, para o qual fora nomeado por meio da Portaria nº 756, de 18 de maio de 2022, voltando a contar desta data a exercer o cargo de concurso.

Itaiópolis, 04 de janeiro de 2024.
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005/2024

Publicação Nº 5484519

PORTARIA Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base na Lei nº 762, de 15 de agosto de 2017; e

Considerando requerimento protocolado junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaiópolis sob nº 04, em 03 de janeiro de 2024:

RESOLVE

Designar GENÉSIO BILOBRAN, Técnico em Enfermagem para, a contar de 03 de janeiro de 2024, realizar suas funções em regime de sobreaviso no Pronto Atendimento da Secretaria Municipal Santo de Itaiópolis, podendo permanecer nesta condição em período máximo de 240 horas mensais, distribuídas conforme disposto no Art. 3º, da Lei Municipal nº 762, de 15 de agosto de 2017.

Itaiópolis, 04 de janeiro de 2024.
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO N° 177/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 07.079.2023 - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação N° 5484183

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo Licitatório n° 177/2023, Pregão Eletrônico n° 07.079.2023. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados à sinalização viária vertical e horizontal, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Itapema, conforme condições, especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital N° 07.079.2023. Ata de Registro de Preços n° 001/2024: Fornecedor: ACS Cut Print Cortes e Impressões Digitais Ltda; CNPJ: 41.863.541/0001-20. Valor total estimado: R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais). Ata de Registro de Preços n° 002/2023: Fornecedor: Marcelo Simoni ME; CNPJ: 37.652.289/0001-33. Valor total estimado: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais). Ata de Registro de Preços n° 003/2023: Fornecedor: Serrana Viária Comércio Ltda; CNPJ: 41.976.238/0001-34. Valor total estimado: R\$ 279.000,00 (duzentos e setenta e nove mil reais). Ata de Registro de Preços n° 004/2023: Fornecedor: Sulvale Equipamentos Ltda; CNPJ: 35.830.997/0001-91. Valor total estimado: R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil, e quinhentos reais). Ata de Registro de Preços n° 005/2023: Fornecedor: Usibras Indústria e Comércio de Vidros Ltda; CNPJ: 37.954.602/0001-98. Valor total estimado: R\$ 18.600,00 (dezoito mil, e seiscentos reais). Ata de Registro de Preços n° 006/2023: Fornecedor: Via Parana Indústria e Comércio de Tintas Ltda; CNPJ: 34.216.708/0001-04. Valor total estimado: R\$ 305.570,00 (trezentos e cinco mil, quinhentos e setenta reais). Data de Homologação: 04/01/2024. Prazo: 12 (doze) meses.

Itapema, 04 de janeiro de 2024.

Nilza Nilda Simas
Prefeita Municipal**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO N° 178/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 07.080.2023 - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação N° 5484823

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo Licitatório n° 178/2023, Pregão Eletrônico n° 07.080.2023. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição, de forma parcelada, de kit's de equipamentos e materiais para implantação do Projeto "Espaço Maker", para atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital N° 07.080.2023. Ata de Registro de Preços n° 008/2024: Fornecedor: Mastertec Tecnologia e Serviços Especializados Ltda; CNPJ: 01.177.978/0001-96. Valor total estimado: R\$ 13.149,92 (treze mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos). Ata de Registro de Preços n° 009/2023: Fornecedor: Kasa Completa Comércio e Serviços Ltda; CNPJ: 04.932.770/0001-23. Valor total estimado: R\$ 29.147,76 (vinte e nove mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos). Ata de Registro de Preços n° 010/2023: Fornecedor: Nelson da Cunha Empreendimentos e Assessoria ME; CNPJ: 35.587.889/0001-30. Valor total estimado: R\$ 84.970,65 (oitenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos). Data de Homologação: 04/01/2024. Prazo: 12 (doze) meses.

Itapema, 04 de janeiro de 2024.

Nilza Nilda Simas
Prefeita Municipal**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO N° 183/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 07.084.2023 - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2024**

Publicação N° 5484826

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo Licitatório n° 183/2023, Pregão Eletrônico n° 07.084.2023. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição, de forma parcelada, de carimbos, almofadas e borrachas de carimbo, a fim de atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital N° 07.084.2023. Ata de Registro de Preços n° 011/2024: Fornecedor: D S A Chaves Ltda; CNPJ: 53.089.257/0001-28. Valor total estimado: R\$ 162.369,15 (cento e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e quinze centavos). Data de Homologação: 04/01/2024. Prazo: 12 (doze) meses.

Itapema, 04 de janeiro de 2024.
Nilza Nilda Simas
Prefeita Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 188/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.039.2023 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2024

Publicação Nº 5484187

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo Licitatório nº 188/2023, Pregão Presencial nº 04.039.2023. Objeto: Registro de Preços – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assentamento e remoção de lajotas sextavadas e colocação de meio fio para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Transportes de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital nº. 04.039.2023. Ata de Registro de Preços nº 007/2024: Fornecedor: VMT Prestadora de Serviços Ltda; CNPJ: 06.910.596/0001-43. Valor total estimado: R\$ 2.009.980,00 (dois milhões, nove mil, novecentos e oitenta reais). Data de Homologação: 04/01/2024. Prazo: 12 (doze) meses.

Itapema, 04 de janeiro de 2024.
Nilza Nilda Simas
Prefeita Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 198/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.043.2023 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2024

Publicação Nº 5484829

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo Licitatório nº 198/2023, Pregão Presencial nº 04.043.2023. Objeto: Registro de Preços – Aquisição de brita, base de brita graduada, rachão e afins para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Transportes do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital nº. 04.043.2023. Ata de Registro de Preços nº 012/2024: Fornecedor: MC Comércio de Areia e Terraplenagem Ltda; CNPJ: 43.282.056/0001-99. Valor total estimado: R\$ 2.946.700,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, e setecentos reais). Data de Homologação: 04/01/2024. Prazo: 12 (doze) meses.

Itapema, 04 de janeiro de 2024.
Nilza Nilda Simas
Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 121.2023

Publicação Nº 5485366

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2023
PROCESSO Nº 200/2023

DO OBJETO: Aquisição de cartilhas educativas sobre "Viver sem violência é direito de todas as Mulheres" e "Proteger é Preciso" exclusiva com todos os direitos reservados para o Município de Itapema/SC, conforme a deliberação do Conselho na resolução nº. 008/2023/CMDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ITAPEMA
CNPJ: 20.973.207/0001-50
CONTRATADO: JSM ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 34.815.718/0001-58

DO VALOR: O valor global do presente termo é de R\$ 50.937,60 (cinquenta mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).

DO PRAZO: O prazo contratual vai até 01 de fevereiro de 2024, contados a partir da assinatura do presente contrato.

DATA DA ASSINATURA: 19/12/2023

Itapema, 19 de dezembro de 2023.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2023

Publicação Nº 5483399

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 87333106D031AFC90284B26CA899BC151FB2C059

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 007/2023
Aditivo Nº: 2 T.A 007/2023
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: TRSIS LTDA
Licitação: Pregão Presencial 196/2022
Objeto: REAJUSTE DO FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA CONTROLE DO MOVIMENTO AGROPECUÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.
Vigência: Início: 10/01/2024 Término: 31/12/2024
Assinatura: 04/01/2024
Valor R\$: 3.779,45 (Três Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Quarenta e Cinco Centavos)
Dotação: 274 - 04.001.2012.3339040010000000000.150070000000 - Locação de equipamentos e softwares
Itapiranga, 04 de janeiro de 2024

PORTARIA 08/2024

Publicação Nº 5484589

Portaria nº 08 de 02 de janeiro de 2024

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011, Lei Complementar nº 002/2006 e Lei Complementar nº 168/2022.

RESOLVE:

- Art. 1º - Exonerar, a partir do dia 02 de janeiro de 2024, KARINE RITTER GRUTZMANN BERWANGER sob matrícula nº 15454/02, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Turismo.
- Art. 2º - Nomear a partir de 02 de janeiro de 2024, KARINE RITTER GRUTZMANN BERWANGER sob matrícula nº 15454/02, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com 40 horas semanais, exercendo as atribuições do referido cargo em conformidade com a Lei Complementar nº 168/2022.
- Art. 3º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no Anexo I-G da Lei Complementar nº 168/2022, no nível 677, classe A-01.
- Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
- Art. 5º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Itapiranga SC, 02 de janeiro de 2024.
Alexandre Gomes Ribas
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Thaina Luize Stein Schuck
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 09/2024

Publicação Nº 5484590

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ECD6E879C5EFF32BE07419E70CEE23CF2685F0FB

Portaria nº 09, de 04 de janeiro de 2024

O Prefeito de Itapiranga Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 168/2022 e Lei Complementar nº 002/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

- Art. 1º - Nomear CEZAR AUGUSTO SPIES matrícula nº 15416/10, a partir do dia 04 de janeiro de 2024, no cargo de provimento em comissão de GERENTE DE EVENTOS ESPORTIVOS em 40 horas semanais.
- Art. 2º - Vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 693 classe A-01.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 04 de janeiro de 2024.
Alexandre Gomes Ribas
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Thaina Luize Stein Schuck
Diretora de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

DESPACHO DE REMESSA E JULGAMENTO Nº 01 2024 CP 12 2023

Publicação Nº 5483989

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO Nº 01/2024

REF: CONCORRÊNCIA Nº 12/2023 - PROCESSO Nº 115/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para abertura de barra e fixação de desembocadura do Rio Saí Mirim, a partir de estrutura rígida do tipo molhe, incluindo a dragagem e a execução/acompanhamento dos controles, programas e demais condicionantes ambientais, conforme projetos, planilhas e demais anexos partes integrantes do Edital.

À Gerente de Compras, Licitações, Contratos e Almoxarifado
Sra. ISABELA RAICIK DUTRA POHL RISSI

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sa. no que se refere aos recursos impetrados através do Protocolo nº 42714/2023, pela empresa ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA, sob fls. 1620 a 1687.

Outrossim, a decisão do pedido encontra-se detalhada em Parecer Técnico emitido mediante CI nº 0608/SEPLAN e Parecer Jurídico nº 003/2024, os quais consideram PARCIALMENTE PROCEDENTES as razões apresentadas pela empresa ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA.

Itapoá, 04 de janeiro de 2024.
LAYRA DE OLIVEIRA
1ª PRESIDENTE-ADJUNTA DA CPL

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: CONCORRÊNCIA Nº 12/2023 - PROCESSO Nº 115/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para abertura de barra e fixação de desembocadura do Rio Saí Mirim, a partir de estrutura rígida do tipo molhe, incluindo a dragagem e a execução/acompanhamento dos controles, programas e demais condicionantes ambientais, conforme projetos, planilhas e demais anexos partes integrantes do Edital.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas em Parecer Contábil nº 675/2023, Parecer Técnico nº 96/2023 e Parecer Jurídico nº 354/2023, como se minhas fossem, e considerando-as integradas a este, para conceder PARCIAL PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA, para que cumpram-se os atos decorrentes.

Itapoá, 04 de janeiro de 2024.
ISABELA RAICIK DUTRA POHL RISSI
GERENTE DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E ALMOXARIFADO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5691/2023

ERRATA E AVISO DE REABERTURA CP 15/2023 - EAS ESTRADA CENTENÁRIA

Publicação Nº 5483436

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 105B36CD772FE0D692E00A075B87E673DD8DA7B5

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERRATA À CONCORRÊNCIA Nº 15/2023 - PROCESSO Nº 155/2023

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E DE REABERTURA DE PRAZO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de Estudo Ambiental Simplificado, Inventários Florestal e Fitossociológico, Levantamento Faunístico, Laudo Hidrológico e estudos complementares para protocolo e acompanhamento de processo de licenciamento trifásico, para implantação de trecho da Estrada 11000 – Centenária, com área de 17.384,77m², conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

Em cumprimento ao disposto no §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o Município de Itapoá torna públicas as alterações promovidas no edital de Concorrência nº 15/2023 - Processo nº 155/2023.

Em virtude de pedido de esclarecimento protocolado sob nº 45759/2023 pela empresa BIOSYSTEM ASSESSORIA AMBIENTAL, que culminou na presente errata.

O Município de Itapoá torna públicas as seguintes alterações ao edital em epígrafe:

ONDE CONSTA: Demais anexos:

DIRETRIZES PARA FORNECIMENTO DE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

2. A proposta orçamentária deverá englobar todos os itens solicitados na Instrução Normativa Nº 63 – Empreendimentos Viários e na Instrução Normativa Nº 23 – Supressão de vegetação nativa em área rural, do Instituto do Meio Ambiente.

PASSA A VIGORAR: Demais anexos:

DIRETRIZES PARA FORNECIMENTO DE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

2. A proposta orçamentária deverá englobar todos os itens solicitados na Instrução Normativa Nº 63 – Empreendimentos Viários e na Instrução Normativa Nº 23 – Supressão de vegetação nativa em área rural, do Instituto do Meio Ambiente, exceto os projetos de engenharia civil, sendo eles: projeto executivo, com memorial descritivo de cálculo, das unidades que compõem o empreendimento nas fases de instalação e operação, projeto básico, com memorial descritivo, do(s) canteiro(s) de obra(s) e mapa, em escala adequada, das áreas de empréstimo caracterizadas como jazidas não comerciais integrantes da atividade de execução de aberturas de vias e transporte segundo portaria MME nº 441/2009, selecionadas para implantação do empreendimento, quando couber.

Onde consta a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO passa a vigorar da seguinte forma:

Envio das Propostas e Habilitação até às 08h30min do dia 09/02/2024. Abertura da Sessão às 09h00min do dia 09/02/2024.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 04 de janeiro de 2024.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL RISSI
GERENTE DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E ALMOXARIFADO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5691/2023

RAFAEL BRITO SILVEIRA
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 10.417/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484094

PORTARIA Nº 10.417/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Denise Alves, investido(a) no cargo efetivo de Professor II 40H, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria nº 0646/2016 e demais disposição em contrário.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
E.A.O.S.

PORTARIA Nº 10.418/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484095

PORTARIA Nº 10.418/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Edna Rafaela da Silva Vasconcelos, investido(a) no cargo efetivo de Professor II 40H, na Unidade Escolar Primeiros Passos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria nº 0310/2017 e demais disposição em contrário.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.419/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484098

PORTARIA Nº10.419/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Daniela Soares, investido(a) no cargo efetivo de Professor II 40H, na Unidade Escolar Primeiros Passos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria nº 7.734/2021 e demais disposição em contrário.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.420/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484099

PORTARIA Nº10.420/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Rosane Kominkiewicz, investido(a) no cargo efetivo de Professor II 40H, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria nº 7.737/2021 e demais disposição em contrário.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.421/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484102

PORTARIA Nº10.421/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Karin Daiane Barth, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Primeiro Passos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.422/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484105

PORTARIA Nº10.422/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Cristiane Aparecida Gavleta de Mello, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Primeiro Passos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.423/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484112

PORTARIA Nº10.423/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Itana Cristina Paulus, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.424/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484116

PORTARIA Nº10.424/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Ivone Labas, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Lua de Cristal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.425/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484120

PORTARIA Nº10.425/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Karoline Fiorelli Alves, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Gente Feliz.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.426/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484123

PORTARIA Nº10.426/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Marcela Deunio Olkoski, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Gente Feliz.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.427/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484126

PORTARIA Nº10.427/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Geisa Rafaela Malanski Pomari, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Primeiro Passos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.428/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484127

PORTARIA Nº10.428/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Sabrina Marie Rosa, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Primeiro Passos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.429/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484128

PORTARIA Nº10.429/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Elaine Cristina Fagundes, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Gente Feliz.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.430 /2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484129

PORTARIA Nº10.430 /2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Alan Junio da Silva Alves Bove, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, na Unidade Escolar Gente Feliz.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.431/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484130

PORTARIA Nº10.431/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Michelly Duarte Pêgos, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, nas Unidades Escolares Gente Feliz 20 horas e Primeiros Passos 20 horas.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.432/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484133

PORTARIA Nº10.432/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Patrícia Luana Nicolin, investido(a) no cargo efetivo de Professor Educação Infantil I 40H, nas Unidades Escolares Gente Feliz 20 horas e Lua de Cristal 20 horas.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.433/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484134

PORTARIA Nº10.433/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Alair Maria Schneider Reolon, investido(a) no cargo efetivo de Professor II 40H, nas Unidades Escolares Claiton Almir Hermes 20 horas e Euclides Emídio da Silva 20 horas.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria nº 7.703/2021 e demais disposição em contrário.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.434/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484136

PORTARIA Nº10.434/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Catia Huebner, investido(a) no cargo efetivo de Professor II 40H, na Unidades Escolares Zózimo Neres do Rosário.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria nº 0037/2015 e demais disposição em contrário.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.435/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484137

PORTARIA Nº10.435/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Claudia da Silva Souza, investido(a) no cargo efetivo de Professor Atendimento Educacional Especializado AEE I 40H, na Unidade Escolar Euclides Emídio da Silva.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.436/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484138

PORTARIA Nº10.436/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Ana Paula Felici dos Santos Halaiko Carvalho, investido(a) no cargo efetivo de Professor Atendimento Educacional Especializado AEE I 40H, na Unidade Escolar Ayrton Senna.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.437/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484141

PORTARIA Nº10.437/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Rosely Manicaldi, investido(a) no cargo efetivo de Professor Atendimento Educacional Especializado AEE I 20H, na Unidade Escolar Primeiros Passos.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.438/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484142

PORTARIA Nº10.438/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Juliana Soares Richardt, investido(a) no cargo efetivo de Professor Atendimento Educacional Especializado AEE I 40H, na Unidade Escolar Frei Valentim.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.439/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484143

PORTARIA Nº10.439/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Nelma Regina de Oliveira, investido(a) no cargo efetivo de Professor Atendimento Educacional Especializado AEE I 40H, na Unidade Escolar Pequeno Aprendiz.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.440/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484144

PORTARIA Nº10.440/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Selma Cristina Geremias Loures, investido(a) no cargo efetivo de Professor Atendimento Educacional Especializado AEE I 20H, nas Unidades Escolares João Monteiro Cabral 10 horas e Arco Iris 10 horas.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

PORTARIA Nº10.441/2024 DE: 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484145

PORTARIA Nº10.441/2024

De: 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Lotação de Servidor(a) Público Municipal conforme a Lei Municipal nº 44/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:
Edital nº 010/2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do (a) Servidor(a) Nelma Machado, investido(a) no cargo efetivo de Professor Atendimento Educacional Especializado AEE I 20H, na Unidade Escolar Lua de Cristal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 02 de janeiro de 2024.

Célia Maria Reinert

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

E.A.O.S.

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 061/2023 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 0047/2021

Publicação Nº 5483988

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 061/2023

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 0047/2021

JEFERSON RUBENS GARCIA – Prefeito do Município de Itapoá, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os(as) candidatos(as) abaixo relacionado(s) para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação deste, a fim de manifestar interesse em assumir a(s) vaga(s) mediante a apresentação dos documentos (cópias autenticadas) exigidos no Edital e específicos para esta fase:

CARGO – AGENTE ADMINISTRATIVO I

Classificação	Candidato	Escolaridade
66º	LUIZ GUSTAVO BORGES MANDT	ENSINO MÉDIO
67º	JOÃO VITOR BUENO FIDENCIO	ENSINO MÉDIO
68º	AMANDA MONTEIRO FERREIRA	ENSINO MÉDIO

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS, DEVIDAMENTE AUTENTICADOS:

- Cédula de Identidade – RG;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor ;
- Certidão de nascimento e/ou certidão de casamento (União estável);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Duas fotos recentes 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo;
- Comprovante de Escolaridade - diploma;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 18(dezoito)anos;

- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão negativa Criminal, expedida pela Comarca/Cidade onde reside;
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br)
- Declaração de IRRF; (caso seja isento, apresentar declaração com assinatura reconhecida em cartório);
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, apto para o trabalho, encaminhado pela prefeitura;
- Extrato de Contribuições previdenciárias anteriores;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração);
- Parecer contábil (prefeitura fornece);
- Quitação militar.

Itapoá, 04 de JANEIRO de 2024

JEFERSON RUBENS GARCIA

Prefeito do Município de Itapoá

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA CP 12/2023

Publicação Nº 5484042



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Setor de Licitações e Contratos

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERRATA À CONCORRÊNCIA Nº 12/2023 - PROCESSO Nº 115/2023

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E DE REABERTURA DE PRAZO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para abertura de barra e fixação de desembocadura do Rio Saí Mirim, a partir de estrutura rígida do tipo molhe, incluindo a dragagem e a execução/acompanhamento dos controles, programas e demais condicionantes ambientais, conforme projetos, planilhas e demais anexos partes integrantes do Edital.

Em cumprimento ao disposto no §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o Município de Itapoá torna públicas as alterações promovidas no edital de Concorrência nº 12/2023 - Processo nº 115/2023.

Em virtude de impugnação interposta sob protocolo nº 42714/2023, pela empresa **ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 30.002.366/0001-60, que culminou na presente errata.

O Município de Itapoá torna públicas as seguintes alterações ao edital em epígrafe:

ONDE CONSTA:**7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1):****7.6.4.4. Capacidade técnica profissional:**

7.6.4.4.2. Para a comprovação da qualificação técnico-profissional do serviço previsto no subitem acima, será permitido o somatório de atestados para a comprovação da quantidade mínima exigida para o serviço, desde que referidos ao mesmo período;

21.12. Constituem-se em anexos do presente edital:

(...)

Lote I – Projeto Executivo (Pranchas 1 á 23)

(...)

Lote I – Composição de BDI

PASSA A VIGORAR:**7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1):****7.6.4.4. Capacidade técnica profissional:**

7.6.4.4.2. SURPIMIDO

21.12. Constituem-se em anexos do presente edital:

(...)

Lote I – Projeto Executivo (Pranchas 1 á 23) – Prancha 2/23 alterada por errata

(...)

Lote I – Composição de BDI - alterada por errata

Onde consta a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO passa a vigorar da seguinte forma:

Envio das Propostas e Habilitação até às **08h30min** do dia **15/02/2024**. Abertura da Sessão às **09h00min** do dia **15/02/2024**.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 04 de janeiro de 2024.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL RISSI
GERENTE DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E
ALMOXARIFADO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5691/2023

STÉFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA

1/1

Rua Mariana Michels Borges, 201 – Itapema do Norte – Itapoá – SC / CEP: 89249-000
E-mail: licitacoes@itapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 3443-8800

Ituporanga

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO CONTRATUAL - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUPORANGA

Publicação Nº 5484543

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
5º TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Que fazem entre si, de um lado o Município de Ituporanga, através da /secretaria Municipal de Saúde, entidade de direito público, com sede em Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.640/0001-30, doravante denominada SMS, situada na Rua Emilio Altemburg, s/nº - Centro, Ituporanga – SC, neste ato representada pelo Secretária Municipal de Saúde, ALINE DE ABREU POSTAIS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 4932043, expedida pela SESP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 08090921906, residente em Ituporanga/SC, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.781.575/0001-16, com sede na Rua Naide Guimarães Melo, 50 – Centro, Ituporanga SC, com Contrato Social registrado sob o nº 1705/fls. 92/ livro A-14, e posteriores alterações, neste ato representado pela sua representante legal TATIANE LUCHETNBERG, brasileira, empresaria, residente na Avenida Paraguai, nº 622 – Jardim América, Ituporanga SC, portadora do Registro Geral nº 3164999 SSP/SC, emitida em 09/04/2013, e CPF nº 007.956.529-84. As demais informações seguem conforme Contrato Administrativo nº 008/2019, firmado em 20/12/2019, oriundo do Edital de Chamada Pública nº 008/2019, publicado no DOM, páginas 825/832, datado de 25 de outubro de 2019, para a prestação de serviços de atendimento, tratamento e orientações às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas síndromes, e crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, de acordo com as normas do SUS, para pacientes do de Ituporanga, sendo aditado nesta data pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

CLÁSUSULA PRIMEIRA - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta – Da Vigência e Prorrogação – Contrato 008/2019, prorrogado até 31 de dezembro de 2024, a contar de 01 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 008/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA TERCEIRA – O instrumento deverá ser publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município dentro de 20 (vinte) dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga SC, com renuncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer questões fundadas nesse Convênio.

E pela validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas subscritas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

Ituporanga, 02 de janeiro de 2024.
ALINE DE ABREU POSTAIS
Contratante

TATIANE LUCHTEMBERG
Contratado /Executante

Testemunhas:

AMARILDO GRAH
CPF 06625926973

LUIS CARLOS SUZZENA
CPF 30899338

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO Nº 5473980, EDIÇÃO 4422, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483765

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO Nº 5473980, EDIÇÃO 4422, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

Retificamos o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Saúde nº017/2023, firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga SC e a Empresa top Atividades de Condicionamento Físico Ltda.- ME, alterando o nome da Representante Legal, constante do enunciado, qualificação, conforme a seguir:

ONDE SE LÊ:
"BUNA CAROLINA FRANÇA KUHNEN"

LEIA-SE:
"BRUNA CAROLINA FRANÇA KUHNEN"
ITUPORANGA, 04 DE JANEIRO DE 2024.

LUIS CARLOS SUZZENA
Diretor do Departamento de Saúde
Matrícula 199.754

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO Nº 5474037, EDIÇÃO 4422, DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483764

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO Nº 5474037, EDIÇÃO 4422, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

Retificamos o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Saúde nº016/2023, firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga SC e a Clínica Sawada Ltda., alterando o enunciado conforme a seguir:

ONDE SE LÊ:

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2023, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA E CLINICA DE FISIOTERAPIA PERFORMANCE LTDA."

LEIA-SE:

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2023, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA E CLINICA SAWADA LTDA."

ITUPORANGA, 04 DE JANEIRO DE 2024.

LUIS CARLOS SUZZENA

Diretor do Departamento de Saúde

Matrícula 199.754

Jaguaruna

PREFEITURA

CONTRATO DE RATEIO N° 07/2023

Publicação N° 5484510

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E802C4DB4D82A66B03BE1164FAC7C15C8EE7CA61

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JAGUARUNAAvenida Duque de Caxias - 490 Predio | Jaguaruna - SC | Cep 88.715-000
Fone: (48) 3624-0138 | CNPJ: 82.928.698/0001-74
e-mail: administracao@jaguaruna.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

EXTRATO DO CONTRATO N° 07/2023-1/2023

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO**DATA CONTRATO:** 19 de dezembro de 2023.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, n° 490, inscrito no CNPJ/MF n° 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG n° 5335671, CPF/MF n° 061.661.769-02.**CONTRATADO:** CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF n° 09.427.503/0001-12, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. GILSONI LUNARDI ALBINO, Administrador, portador do RG/CI n° e no CPF/MF n° 912.833.619-49, com endereço à RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, 1885, CANTO - 88.070-800, Florianópolis - SC.**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO,.**VALOR:** Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$16.117,15 (dezesseis mil, cento e dezessete reais e quinze centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. n° 64 parágrafo 2º.**EXECUÇÃO:** Prazo para execução do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.**VIGÊNCIA:** Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura._____
LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE_____
GILSONI LUNARDI ALBINO
CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP
CONTRATADA

CONTRATO DE RATEIO N° 10/2023

Publicação N° 5483832

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FB85870558045B234520BFF8AFEE33FA6C8AEBA6

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JAGUARUNA**

Avenida Duque de Caxias - 490 Predio | Jaguaruna - SC | Cep 88.715-000
Fone: (48) 3624-0138 | CNPJ: 82.928.698/0001-74
e-mail: administracao@jaguaruna.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

EXTRATO DO CONTRATO N° 10/2023-1/2023

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO**DATA CONTRATO:** 1 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, n° 490, inscrito no CNPJ/MF n° 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG n° 5335671, CPF/MF n° 061.661.769-02.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF n° 12.075.748/0001-32, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. , Administrador, portador do RG/CI n° e no CPF/MF n° , com endereço à RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, 1885, CANTO - 88.070-800, Florianópolis - SC.

OBJETO: O CONTRATO DE RATEIO TEM POR OBJETO A ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO. A FINALIDADE É O CUSTEIO DAS DESPESAS DE PESSOAL, CORRENTES E DE CAPITAL DO CONTRATADO, PARA ATENDIMENTO DO TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - TU132/01..

VALOR: Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$82.776,00 (oitenta e dois mil e setecentos e setenta e seis reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. n° 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATA
CONTRATADA

DECRETO Nº 003, EM 04 DE JANEIRO DE 2023

Publicação Nº 5484096

DECRETO Nº 003, EM 04 DE JANEIRO DE 2023.
"FAZ CORREÇÃO DO VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL (UFRM) PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LAERTE SILVA DOS SANTOS, prefeito municipal de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso V da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica corrigido para o exercício de 2024, o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM), para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), referente ao acúmulo do IGP-M no período de outubro de 2022 a outubro de 2023.

Art. 2º. Comunique-se o Departamento de Arrecadação Municipal para que tome as devidas providências, no tocante ao lançamento dos tributos gerados por esta unidade de referência.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01.01.2024.

Paço Municipal, em 04 de janeiro de 2024.
LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
Registre-se e Publique-se.

GILMAR DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PL Nº 133/2022 TP Nº 22/2022

Publicação Nº 5483784

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 01657ED62C42AEE9455E8C15BDF3D0804A354B7A

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2023-5/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 133/2022

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 3 de janeiro de 2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 490, inscrito no CNPJ/MF nº 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.
CONTRATADO: LIXATEKO CONSTRUÇOES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 07.543.767/0001-06, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CRISTINA MEDEIROS DE SOUZA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 045.375.459-76, com endereço à RUA EGIDIO PEDRO GOULART, 260, SAO MARTINHO - 88.708-750, Tubarão - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDÍCA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR O PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFª DALCY ÁVILA DE SOUZA DE JAGUARUNA CONFORME PROJETOS EM ANEXO..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$0,00 (zero), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até2 (dois) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 2 (dois) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
CRISTINA MEDEIROS DE SOUZA LIXATEKO CONSTRUÇOES LTDA CONTRATADA

PL Nº 14/2021 PP Nº 09/2021

Publicação Nº 5483697

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CE655BED2CFE40A92CDD112DAC87DCC8FE774986

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2021-3/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2021
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 3 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 490, inscrito no CNPJ/MF nº 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.

CONTRATADO: PLANEJE ASSESSORIA CONTABIL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 33.547.053/0001-86, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. MURILLO FERREIRA SAVI, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 094.068.589-24, com endereço à RODOVIA SC 442, 975, ENCRUZO - 88.715-000, Jaguaruna - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CIACA, JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$18.480,00 (dezoito mil e quatrocentos e oitenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MURILLO FERREIRA SAVI
PLANEJE ASSESSORIA CONTABIL LTDA
CONTRATADA

PL Nº 21/2023 TP Nº 06/2023

Publicação Nº 5483653

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D57506110CB75CEA1BFEB6DF464EBD40E693CA14

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2023-1/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 21/2023
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 3 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 490, inscrito no CNPJ/MF nº 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.

CONTRATADO: BPC CONSTRUÇOES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 35.920.440/0001-41, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ANDREIA FENILLI, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 022.435.629-10, com endereço à RODOVIA BR - 101, , morro azul - 88.715-000, Jaguaruna - SC.

OBJETO: TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO NAS RUAS PROJETADAS NA VILA VALDECIR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$0,00 (zero), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até 3 (três) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 3 (três) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ANDREIA FENILLI
BPC CONSTRUÇOES LTDA
CONTRATADA

PL N° 29/2023 DL N° 01/2023

Publicação N° 5483381

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 24136DA76DC3C7CCC2B84312E4334FD695667983

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA
EXTRATO DO CONTRATO N° 19/2023-2/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2023
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 26 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 490, inscrito no CNPJ/MF nº 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.

CONTRATADO: JANETE FERNANDES MEDEIROS PEREIRA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 018.323.249-66, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. JANETE FERNANDES MEDEIROS PEREIRA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 018.323.249-66, com endereço à RUA JOSE JOAQUIM FERREIRA, 758, cristo rei - 88.715-000, Jaguaruna - SC.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO TEMPORARIO DA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE JAGUARUNA, TENDO EM VISTA QUE A ATUAL SEDE PASSARÁ POR REFORMAS..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$8.000,00 (oito mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 1 (um) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JANETE FERNANDES MEDEIROS PEREIRA

JANETE FERNANDES MEDEIROS PEREIRA

CONTRATADA

PL N° 35/2022 PP N° 23/2022

Publicação N° 5483514

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 60102382907F232BA51C214E7F02FE350C2A9BB4

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO N° 05/2022-2/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 35/2022
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 3 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº SN, inscrito no CNPJ/MF nº 01.746.656/0001-10, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.

CONTRATADO: GETEL COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.548.910/0001-64, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. THAIS BITENCOURT DE SOUZA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 114.109.459-28, com endereço à RUA ANTONIO HULSE, 84, Dehon - 88.704-220, Tubarão - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO, PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS INCLUINDO NÚMERO DE CÓPIAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, AUTARQUIAS, FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ANEXOS AO EDITAL..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$5.525,00 (cinco mil e quinhentos e vinte e cinco reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

THAIS BITENCOURT DE SOUZA

GETEL COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS EIRELI

CONTRATADA

PL Nº 35/2022 PP Nº 23/2022

Publicação Nº 5483484

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7DCDFC24E131443C05CA838A69A0E29E838237A0

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2022-2/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 35/2022

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 3 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 490, inscrito no CNPJ/MF nº 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.

CONTRATADO: GETEL COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.548.910/0001-64, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. THAIS BITENCOURT DE SOUZA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 114.109.459-28, com endereço à RUA ANTONIO HULSE, 84, Dehon - 88.704-220, Tubarão - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO, PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS INCLUINDO NÚMERO DE CÓPIAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, AUTARQUIAS, FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ANEXOS AO EDITAL..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$52.650,00 (cinquenta e dois mil e seiscientos e cinquenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

THAIS BITENCOURT DE SOUZA

GETEL COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS EIRELI

CONTRATADA

PL Nº 35/2022 PP Nº 23/2022

Publicação Nº 5483496

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3F8E7ED433E2379D5B642D58C400A403F999C0E2

INSTITUTO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE JAGUARUNA-IMAJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2022-2/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 35/2022

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 3 de janeiro de 2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 274, inscrito no CNPJ/MF nº 16.881.151/0001-36, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.

CONTRATADO: GETEL COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.548.910/0001-64, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. THAIS BITENCOURT DE SOUZA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 114.109.459-28, com endereço à RUA ANTONIO HULSE, 84, Dehon - 88.704-220, Tubarão - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO, PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS INCLUINDO NÚMERO DE CÓPIAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, AUTARQUIAS, FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ANEXOS AO EDITAL..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$0,00 (zero), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
THAIS BITENCOURT DE SOUZA GETEL COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS EIRELI CONTRATADA

PL Nº 35/2022 PP Nº 23/2022

Publicação Nº 5483522

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D29EBF03B2930C3956BED9B3D5450217BA2A0218

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2022-2/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 35/2022

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 3 de janeiro de 2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço RUA ERNESTO LACOMB, nº 100, inscrito no CNPJ/MF nº 01.746.653/0001-87, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.
CONTRATADO: GETEL COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.548.910/0001-64, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. THAIS BITENCOURT DE SOUZA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 114.109.459-28, com endereço à RUA ANTONIO HULSE, 84, Dehon - 88.704-220, Tubarão - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO, PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS INCLUINDO NÚMERO DE CÓPIAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, AUTARQUIAS, FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ANEXOS AO EDITAL..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$8.450,00 (oito mil e quatrocentos e cinquenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
THAIS BITENCOURT DE SOUZA GETEL COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS EIRELI CONTRATADA

PL Nº 50/2022 TP Nº 08/2022

Publicação Nº 5483597

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6BB6E553F61598D0DDF1AAF37A26B9F80A650927

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2022-8/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 50/2022
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 3 de janeiro de 2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 490, inscrito no CNPJ/MF nº 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.
CONTRATADO: BPC CONSTRUÇOES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 35.920.440/0001-41, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ANDREIA FENILLI, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 022.435.629-10, com endereço à RODOVIA BR - 101, , morro azul - 88.715-000, Jaguaruna - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS , INCLUINDO DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, DE DOIS TRECHOS DA RUA JOÃO LUIZ ALBINO NA COMUNIDADE DE BOA VISTA, NO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA. DEMAIS INFORMAÇÕES ENCONTRA-SE ANEXO AO EDITAL..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$0,00 (zero), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.
EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até2 (dois) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.
VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 2 (dois) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
ANDREIA FENILLI BPC CONSTRUÇOES LTDA CONTRATADA

PL Nº 53/2022 CC Nº 02/2022

Publicação Nº 5483746

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 09F603C36D7DEF7A5D0F3C76E64E378EF31B6DD0

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2022-4/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 53/2022
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

DATA CONTRATO: 3 de janeiro de 2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - Estado Santa Catarina, com endereço Avenida Duque de Caxias, nº 490, inscrito no CNPJ/MF nº 82.928.698/0001-74, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. LAERTE SILVA DOS SANTOS, portador do CI/RG nº 5335671, CPF/MF nº 061.661.769-02.
CONTRATADO: DUTRA CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 27.272.075/0001-88, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ADRIANA PORTO DA SILVA ROCHA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 989.203.167-91, com endereço à Avenida ATLANTICA, , CAMACHO - 88.715-000, Jaguaruna - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA EXECUTAR A DEMOLIÇÃO, CONSTRUÇÃO E REFORMA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROF LUIZA NICOLAZZI, NO BAIRRO OLHO D'ÁGUA, MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO ANEXOS..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$0,00 (zero), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.
EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será de até7 (sete) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.
VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 7 (sete) meses, a partir da sua assinatura.

LAERTE SILVA DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
ADRIANA PORTO DA SILVA ROCHA DUTRA CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA CONTRATADA

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.038 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484124

DECRETO Nº 7.038 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 33,V DA LEI MUNICIPAL Nº 5.628 DE 03 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

O Prefeito Municipal em Exercício de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 2.361.155,15 (dois milhões, trezentos e sessenta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais e quinze centavos), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, por conta do superávit financeiro do exercício anterior de recursos ordinários do município:

Órgão 08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
Unidade Orçamentária 01 – DIRETORIA DE OBRAS E URBANISMO
Proj./Ativ.: 2.035 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.2.500.0000.0000 (133)
Valor R\$ 2.361.155,15

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 03 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 7.040 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484955

DECRETO Nº 7.040 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 33,V DA LEI MUNICIPAL 5.628 DE 02/10/2023 (LDO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 12.228,62 (doze mil, duzentos e vinte oito reais e sessenta e dois centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos da entidade PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS:

ÓRGÃO: 26 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS
UNIDADE: 001 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS
Proj./Ativ.: 0.009 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - PLASS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.2.753.0000.0201 (1)
Valor: R\$ 12.228,62

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 04 de janeiro de 2024.
José Otávio Caliari Filho
Prefeito em Exercício

EDITAL DE ELEIÇÃO 01.2024 - CMAS

Publicação Nº 5485107

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2024/CMAS-JBA

Convoca para realização do Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal de Assistência Social/Joaçaba no biênio 2024/2026.

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/Joaçaba, no uso de suas atribuições, previstas na Lei Federal 8.742/93, Lei Municipal nº Lei 4.281 de 23 de novembro de 2012 e suas alterações e, do Regimento Interno do CMAS, torna público e convoca os representantes da Sociedade Civil, através das entidades e organizações de assistência social, organizações ou representantes de usuários de

assistência social e, organizações ou representantes de trabalhadores do SUAS, para participarem do Fórum de Eleição da Sociedade Civil.

§ 1º Membros representantes governamentais em número de 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes, cujos membros serão nomeados pelo Poder Executivo Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 2º Representantes das Organizações da Sociedade Civil, escolhidos no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, com a seguinte distribuição:

- a) 02 (dois) de organizações e entidades de Assistência Social;
- b) 02 (dois) de organizações e entidades de trabalhadores do setor;
- c) 01 (um) de organizações e representantes de usuários.

Art. 2º - O Fórum será coordenado por uma Comissão nomeada pelo CMAS, que ficará responsável pelos procedimentos necessários para efetivação do Processo, conforme Resolução CMAS.

Art. 3º - O Processo de Escolha dos Representantes da Sociedade Civil dar-se-á no Fórum, por segmento, segundo os artigos 2º e 3º da Resolução 001/2024/CMAS-JBA, no dia 02 de fevereiro de 2024, às 14 horas, nas dependências da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC), sito à Rua Getúlio Vargas, 193, Centro, Joaçaba.

Joaçaba (SC), 04 de janeiro de 2024.

Gisele da Silva Valmorbida Cecconello

Presidente CMAS-Joaçaba

EXTRATO PE-56-23-PMJ PL-186-23-PMJ VIGILÂNCIA DESARMADA

Publicação Nº 5484245

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 74C130710CFA0D3318B83B5D72E98A91B529C085

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2023/PMJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2023/PMJ

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada, a serem prestados junto ao Parque Central Municipal Ivan Oreste Bonato, Terminal Rodoviário de Joaçaba e Aeroporto Santa Terezinha, Joaçaba - SC.

Data da abertura: Dia 22/01/2024, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Forma de Julgamento: Menor global. DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até o dia 22/01/2024. HORÁRIO LIMITE: até 13h20min. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 22/01/2024. HORÁRIO: às 13h30min. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou nos sites www.joacaba.sc.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8815 / 3527-8828 ou pelo e-mail compras@joacaba.sc.gov.br

Joaçaba, 04 de janeiro de 2024.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE
DIOCLELIO RAGNINI – Prefeito

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 7.036 DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484969

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
DECRETO Nº 7.036 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 33,V DA LEI MUNICIPAL 5.628 DE 02/10/2023 (LDO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos da entidade PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS:

ÓRGÃO: 26 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS
UNIDADE: 001 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS
Proj./Ativ.: 2.220 – ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.2.753.0000.0201 (6)

Valor: R\$ 2.300.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 02 de janeiro de 2024.

José Otávio Caliarí Filho

Prefeito em Exercício

RESOLUÇÃO 01.2024 - CMAS - ELEIÇÕES

Publicação Nº 5485090

**RESOLUÇÃO nº 001/2024 CMAS-JBA**

Dispõe sobre a realização do Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal de Assistência Social/Joaçaba no biênio 2024/2026.

**CAPÍTULO I
DA CONVOCAÇÃO**

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/Joaçaba, no uso de suas atribuições, previstas na Lei Federal 8.742/93, Lei Municipal nº Lei 4.281 de 23 de novembro de 2012, e do Regimento Interno do CMAS, **torna público e convoca** os representantes da Sociedade Civil, através das entidades e organizações de assistência social, organizações ou representantes de usuários de assistência social e, organizações ou representantes de trabalhadores do setor e da defesa dos direitos e da cidadania, para participarem do Fórum de Eleição da Sociedade Civil que acontecerá no dia 01 de fevereiro de 2024, nas dependências da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC), sito à Rua Getúlio Vargas, 193, Joaçaba – SC, às 14:00 horas, para a composição do respectivo Conselho no biênio 2024/2026.

Parágrafo Único: - O Fórum será coordenado por uma Comissão nomeada pelo CMAS, que ficará responsável pelos procedimentos necessários para efetivação do Processo, conforme Resolução CMAS.

**CAPÍTULO II
DA PARTICIPAÇÃO**

Art. 2º - Poderão participar do Fórum de Eleição da Sociedade Civil os indicados através de ofício pelas Organizações da Sociedade Civil com atuação no município de Joaçaba, definidos através da Lei Municipal 4.281/12 e suas alterações e do Regimento Interno do CMAS.

I - Entende-se por Organizações da Sociedade Civil as Organizações de Usuários e/ou Representantes de Usuários, Representantes dos segmentos de Trabalhadores do SUAS, Entidades, Organizações e Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social de acordo com as Resoluções do CNAS nº 23 e 24 de 16 de fevereiro de 2006, Decreto Presidencial nº 6.308 de 14 de dezembro de 2007, Resolução nº 16 do CNAS, de 05 de maio de 2010 e Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993.



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba – SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855



CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

§ 1º - Consideram-se **Representantes de Usuários** pessoas vinculadas aos serviços, programas, projetos, e benefícios da PNAS – Política Nacional de Assistência Social, organizadas sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos. Reconhecem-se como legítimos: associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

§ 2º - Consideram-se **Organizações de Usuários** aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

§ 3º - Consideram-se **Entidades, Organizações e ou Serviços Programas e Projetos de Assistência Social** aquelas que de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção dos novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação dos órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de Assistência Social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993. As entidades e/ou organizações devem estar inscritas no CMAS de Joaçaba.

§ 4º - Consideram-se **Organizações e ou Representantes de Trabalhadores do SUAS** todas as formas de organização de trabalhadores do setor como, associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único da Assistência Social.

§ 5º - Uma organização é representativa dos trabalhadores do setor da assistência social quando:

- a) tem em sua base de representação segmentos de trabalhadores que atuam na Política Pública de Assistência Social;
- b) defende direitos dos segmentos de trabalhadores na Política de Assistência Social;
- c) propõe-se à defesa dos direitos sociais aos cidadãos e aos usuários da assistência social;
- d) tem formato jurídico de sindicato, federação, confederação, central sindical ou conselho federal de profissão regulamentada, ou associação de trabalhadores legalmente constituída;
- e) não é representação patronal ou empresarial.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba – SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855



CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, regido pela Lei 4281/12 é composto da seguinte representação:

I - Membros representantes governamentais em número de 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes, cujos membros serão nomeados pelo Poder Executivo Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução, com a seguinte distribuição:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira;
- e) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

II - Representantes das Organizações da Sociedade Civil, escolhidos no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, com a seguinte distribuição:

- a) dois (2) titulares e seus respectivos suplentes representantes de entidades, organizações, serviços, programas e projetos de assistência social;
- b) dois (2) titulares e seus respectivos suplentes representantes de organizações e/ ou trabalhadores do SUAS;
- c) um (1) titular e seus respectivos suplentes representantes de organizações e/ou representantes de usuários.

CAPÍTULO IV DA HABILITAÇÃO

Art. 4º - As Organizações e/ou Representantes de Usuários, os representantes das Categorias de Trabalhadores do SUAS e as Entidades, Organizações, Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social, que desejarem participar como eleitor (a) ou como candidato (a) no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, deverão:

I - Estar juridicamente constituídas, em regular funcionamento e devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

II - Habilitar-se conforme os critérios referidos no art. 2º desta Resolução, inscrevendo, de acordo com o segmento, um (1) representante candidato(a)/eleitor(a) e seu respectivo suplente, conforme anexo I.

III - Inscrever até 5 (cinco) representantes da entidade para serem eleitores, conforme anexo II.

Parágrafo Único: Em não havendo interesse de lançar candidato, as entidades, organizações, serviços, programas e projetos, poderão indicar até cinco (5) representantes para serem eleitores, através de ofício contendo o anexo II, até o dia 29 de janeiro de 2024, no horário das 13 às



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba - SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855



CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

19 horas junto Secretaria Executiva do Conselho, à Av. XV de Novembro, 378, Centro – Joaçaba - SC.

Art. 5º - No ofício de indicação deverão estar anexados os Requerimentos de Habilitação devidamente preenchidos (Anexo I e II).

Parágrafo Único: As Organizações da Sociedade Civil não poderão indicar como participantes do Fórum de Eleição pessoa estranha a seu quadro.

CAPÍTULO V DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 6º - O Processo de Escolha dos Representantes da Sociedade Civil dar-se-á em no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, por segmento, segundo os artigos 2º e 3º desta Resolução, no dia 01 de fevereiro de 2024, a partir das 14 horas, nas dependências da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC), sito à Rua Getúlio Vargas, 193, Centro – Joaçaba – SC.

§ 1º - O Processo de Escolha ocorrerá de acordo com esta Resolução, Lei Municipal 4.281/12 e suas alterações e, Regimento Interno do CMAS;

§2º - Como pré-requisito ao pleito, os (as) candidatos e os indicados como eleitores, deverão se apresentar no dia 01 de fevereiro de 2024 às 14 horas, no local indicado para participar da seguinte programação:

I - Abertura do Fórum e Procedimento de Votação;

II - Apresentação oral, por 01 (um) minuto, do trabalho desenvolvido pelo (a) candidato (a) ou sua entidade/organização.

III - Eleição dos Representantes da Sociedade Civil, na seguinte ordem: Usuários, Entidades e Trabalhadores e/ou Organizações de Trabalhadores;

IV - Apuração e divulgação dos resultados no Fórum de Eleição.

§3º - A votação será secreta e os votos serão depositados em urna perante a Comissão Organizadora e aos demais presentes no Fórum.

Art. 7º - Cada representante da Sociedade Civil candidato (a)/eleitor (a) ou eleitor (a) terá direito a votar em dois representantes do segmento que representa.

§ 1º: Os indicados usuários, dos serviços ou das entidades serão votados também pelos indicados eleitores dos serviços ou das entidades.



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba – SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855



CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

§ 2º: Os votos serão dados pelos candidatos (as) eleitores(as), conforme indicado no ofício, determinado no artigo 4º desta Resolução.

Art 8º - A votação seguirá a seguinte ordem:

I - Os primeiros a votar são os indicados representantes de entidades, organizações, serviços, programas e projetos de assistência social;

II - A seguir votarão os representantes de organizações e/ ou trabalhadores do SUAS;

III - Por último votarão os representantes de organizações e/ou representantes de usuários.

Art 9º A contagem de votos acontecerá após a votação de todos os representantes citados no art. 8º.

Parágrafo único: No caso de empate haverá nova eleição entre as representatividades empatadas.

Art. 10 - Terminada a votação passar-se-á imediatamente à apuração dos votos pela Comissão Organizadora.

Parágrafo Único: Serão considerados eleitos:

I – Os candidatos mais votados em cada segmento de representação;

II - Em caso de empate, será feita nova eleição, reapresentando os candidatos empatados, e votados por aclamação pela maioria simples dos votantes habilitados;

III – Persistindo o empate, o candidato será o indicado titular com maior idade.

CAPÍTULO VI DA POSSE

Art. 11 - A Posse dos Representantes da Sociedade Civil e dos membros indicados pelo executivo municipal, titulares e suplentes, que comporão o CMAS/Joaçaba no biênio 2024/2026, acontecerá no mês de fevereiro de 2024 após a publicação do Decreto de nomeação dos conselheiros.

Parágrafo único: A data da posse será comunicada com antecedência a todos os eleitos (titulares e suplentes).

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Os casos omissos serão julgados e deliberados pela Comissão Organizadora do Fórum de Eleição da Sociedade Civil.



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba – SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855



CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 13 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 04 de fevereiro de 2024.

Gisele da Silva Valmorbida Cecconello
Presidente CMAS-Joaçaba 2022/2024

ANEXO I



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba - SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855



CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

Senhora Presidente,

Fundamentado na Resolução do CMAS nº 001/24, venho pelo presente requerer **HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL DA SOCIEDADE CIVIL**, junto à Comissão Eleitoral, da entidade/organização/serviço socioassistencial abaixo identificado:

Entidade:

.....

Presidente:.....

CNPJ:.....

Endereço:.....

Telefone:.....

Endereço Eletrônico:.....

Referência para contatos:

(nome e qualificação)

Nome do representante/candidato

TITULAR:.....

CPF:.....

RG:.....

Vínculo com a entidade/organização:

.....

Nome do representante/candidato

SUPLENTE:.....

CPF:.....

RG:.....

Vínculo com a entidade/organização:

.....



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba - SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855



CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Habilitação:

*Segmento:

- ☐ Entidade e organização de Assistência Social
- ☐ Organização ou representante de Usuários de Assistência Social
- ☐ Entidade e organização de Trabalhadores da Assistência Social

***Campos com preenchimento obrigatório e deve ser assinalada apenas uma alternativa na identificação da condição e segmento.**

Presidente ou seu Representante legal



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba - SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855



CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO II
REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO PARA ELEITOR

Senhora Presidente,

Fundamentado na Resolução do CMAS nº 001/24, venho pelo presente requerer **HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL DA SOCIEDADE CIVIL**, junto à Comissão Eleitoral, da entidade/organização/serviço socioassistencial abaixo identificado:

Entidade:

.....

1) Nome do representante eleitor:

.....

CPF:.....

Vínculo com o serviço/entidade/organização:

.....

2) Nome do representante eleitor:

.....

CPF:.....

Vínculo com o serviço/entidade/organização:

.....

3) Nome do representante eleitor:

.....

CPF:.....

Vínculo com o serviço/entidade/organização:

.....

4) Nome do representante eleitor:

.....

CPF:.....

Vínculo com o serviço/entidade/organização:

.....

5) Nome do representante eleitor:

.....



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba – SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855



CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

CPF:.....

Vínculo com o serviço/entidade/organização:

.....

***Habilitação:**

- ☐ Entidade e organização de Assistência Social
- ☐ Organização ou representante de Usuários de Assistência Social
- ☐ Entidade e organização de Trabalhadores da Assistência Social

***Campos com preenchimento obrigatório e deve ser assinalada apenas uma alternativa na identificação da condição e segmento.**

Presidente ou seu Representante legal



Av. XV de Novembro,
378, Centro,
Joaçaba – SC



cmasjoacaba@hotmail.com



(49) 3527-8855

CONTRATO 03-2020 - FMS - TA 07

Publicação Nº 5484604

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1B4B72C7F2C8055A96C14C1BA07B8055934B0543



MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 03/2020/FMS – TA 07

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CONTROLLAB CONTROLE DE QUALIDADE PARA LABORATÓRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.511.607/0001-18, estabelecida na Rua Ana Neri, nº. 416, Bairro Benfica, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.911-441, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. ELVANDIR DE ALMEIDA BIASOLI, diretora financeira, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 39xxx58, inscrita no CPF/MF sob o nº 690.xxx.xxx-15, residente e domiciliada na Rua das Palmeiras, nº. 32, apartamento 805, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, resolvem celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2020/FMS, celebrado em 09 de janeiro de 2020, proveniente do o Processo de Licitação nº 20/2019/FMS – Edital PP nº 07/2019/FMS, homologado em 09 de janeiro de 2020, que tem como objeto *a prestação de serviço de Controle Externo de Qualidade (CEQ) para laboratório clínico, destinado à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba/SC*, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de **08 de janeiro de 2024**, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução do objeto da contratação passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 04 de janeiro de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
VALMOR JOÃO REISDORFER
SECRETÁRIO

CONTROLLAB CONTROLE DE QUALIDADE PARA LABORATÓRIOS LTDA
ELVANDIR DE ALMEIDA BIASOLI
CONTRATADA

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

CONTRATO 04/2021/FMS - TA 05

Publicação Nº 5484345

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BC8A442A561C5F21ECED8B2D59A821A63C61E303



MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 04/2021/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA/SC, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Primeiro Andar, Bairro Centro de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.594.533/0001-00, representada neste ato pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa **CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.212/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº. 188, 1º andar, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000 neste ato representada pelo Sr. LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO, portador da Carteira de Identidade nº 4xxxxxx42, inscrito no CPF/MF sob o nº 198.xxx.xxx-87, residente e domiciliada na Rua Francisco Lindner, nº. 188, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebram entre si o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 01/2020/FMS e Anexos, lançado no dia 27/07/2020 – Primeira Alteração em 18/09/2020, Processo de Licitação 32/2020/FMS – Inexigibilidade 15/2020/FMS, homologado no dia 07 de janeiro de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 07 de janeiro de 2024, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 04 de janeiro de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
VALMOR JOÃO REISDORFER
SECRETÁRIO

CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO
CREDENCIADA
LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CONTRATO 05 -2021 - FMS- TA 05

Publicação Nº 5484512

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 85CC6B8716EC4F48D0B8202C7E986216705D0A4F



MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 05/2021/FMS - TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA/SC, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Primeiro Andar, Bairro Centro de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.594.533/0001-00, representada neste ato pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa **CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.212/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº. 188, 1º andar, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000 neste ato representada pelo Sr. LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO, portador da Carteira de Identidade nº 4XXXXXX42, inscrito no CPF/MF sob o nº 198.XXX.XXX-87, residente e domiciliada na Rua Francisco Lindner, nº. 188, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebram entre si o presente **TERMO ADITIVO** mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 06/2018/FMS e Anexos, lançado no dia 18/10/2018, Processo de Licitação 31/2020/FMS – Inexigibilidade 14/2020/FMS, homologado no dia 07 de janeiro de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 07 de janeiro de 2024, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 04 de janeiro de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
VALMOR JOÃO REISDORFER
SECRETÁRIO

CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO
CREDENCIADA
LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CONTRATO 08-2021 - FMS- TA 03

Publicação Nº 5484785

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 787B8CF1921159814846C07D485A3B156CA8F6BA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 08/2021/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pelo secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**, com sede à Avenida Rua Getúlio Vargas, 205, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a Empresa **G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.491.172/0001-00, estabelecida Avenida XV de Novembro, nº 138, Bairro Centro de Joaçaba/SC, neste ato representada pelo Sr. GLÁUCIO GRANDO GALLI, portador do RG nº. 1.XXX.687, inscrito no CPF/MF sob o nº 503.XXX.XXX-20, residente na Avenida Barão do Rio Branco, Edifício Barriga Verde, apto 1201, Bairro Centro de Joaçaba/SC, doravante denominada **CREDENCIADA**, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato 8/2021/FMS, firmado em 26/01/2021, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2021/FMS e Anexos, lançado no dia 11 de janeiro de 2021, Processo de Licitação 03/021/FMS – Inexigibilidade 03/2021/FMS, cujo objeto é a realização pela CREDENCIADA dos procedimentos constantes no Grupo 0202 – Diagnóstico em Laboratório Clínico/0214 Diagnóstico por Teste Rápido e no Grupo 0203 – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia do BLOCO DE PROCEDIMENTOS PPI AMBULATORIAL – MAC, com a finalidade de suprir às necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba e de outros municípios da região (população referenciada), incluídos no TCGA, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 26 de janeiro de 2024, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passam a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, 04 de janeiro de 2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE
VALMOR JOÃO REISDORFER – Secretário

G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA
GLÁUDIO GRANDO GALLI
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 134/2023**

Publicação Nº 5483863

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0134/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0075/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0028/2022

PREGÃO PRESENCIAL 0021/2022

Data: 01/12/2023

Objeto O pagamento estabelecido na Cláusula Terceira do Contrato Aditado, passa a ser o seguinte:

d) R\$ 120,86 (cento e vinte reais e oitenta e seis centavos) por hora, para os serviços de customização, após a implantação dos sistemas, compreendendo uma estimativa de 200 horas.

Valor: R\$ 24.172,00 (vinte e quatro mil cento e setenta e dois reais)

Prazo de vigência: 01/12/2023 a 20/06/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 135/2023

Publicação Nº 5483871

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0134/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0075/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0028/2022

PREGÃO PRESENCIAL 0021/2022

Data: 01/12/2023

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração contratual, com vista ao acréscimo qualitativo para o envio de dados referente ao exercício completo de 2023 ao e-Sfinge Tributos, de acordo com os parâmetros vigentes do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Acrescendo ao contrato o valor de R\$ 15.415,02 (quinze mil, quatrocentos e quinze reais e dois centavos) que será pago mediante comprovação do envio, reenvios se necessários com seus respectivos aceites do TCE.

Valor: R\$ 15.415,02 (quinze mil, quatrocentos e quinze reais e dois centavos)

Prazo de vigência: 01/12/2023 a 20/06/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 137/2023

Publicação Nº 5484170

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0137/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 73/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0022/2023

TOMADA DE PREÇO 0003/2023

Data: 08/12/2023

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II, III e IV, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução da obra do Contrato em 15 dias corridos encerrando em 23 de dezembro de 2023

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 138/2023

Publicação Nº 5484176

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0138/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0126/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0051/2023

PREGÃO RESENCIAL 0038/2023

Data: 12/12/2023

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração contratual, com vista ao acréscimo qualitativo para atender a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nº 13.709/2018.

Clausulas acrescidas:

CLÁUSULA SEGUNDA: A Lei Geral de Proteção de Dados será obedecida, em todos os seus termos, pela CONTRATADA, obrigando-se ela a tratar os dados da CONTRATANTE que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade. (art. 7º, LGPD).

CLÁUSULA TERCEIRA: Conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, obriga-se a CONTRATADA a executar os seus trabalhos e tratar

os dados da CONTRATANTE respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação. (Art. 6º, LGPD)

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA obriga-se a garantir a confidencialidade dos dados coletados da CONTRATANTE por meio de uma política interna de privacidade, a fim de respeitar, por si, seus funcionários e seus prepostos, o objetivo do presente termo. (art. 50, LGPD).

CLÁUSULA QUINTA: Eventuais dados coletados pela CONTRATADA serão arquivados por esta somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 15, LGPD).

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 141/2023

Publicação Nº 5484430

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0141/2023
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0088/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0028/2023
TOMADA DE PREÇO 0006/2023
Data: 14/12/2023
Objeto com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem realizar aditivo no valor total de R\$ 14.024,20 (quatorze mil e vinte e quatro reais e vinte centavos) conforme comunicado do fiscal do contrato apensada ao processo.
Valor: de R\$ 14.024,20 (quatorze mil e vinte e quatro reais e vinte centavos)
Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 142/2023

Publicação Nº 5484438

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0142/2023
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0093/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0036/2023
TOMADA DE PREÇO 0008/2023
Data: 18/12/2023
Objeto Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II, III e IV, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução da obra do Contrato em 45 dias corridos encerrando em 02 de fevereiro de 2024.
Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 143/2023

Publicação Nº 5484447

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0143/2023
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0125/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0067/2023
PREGÃO PRESENCIAL 0055/2022
Data: 19/12/2023
Objeto Com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar a vigência do Contrato JHL nº 0125/2022. Fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 3.564,55 (três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) correspondendo ao seguro para bens móveis e imóveis de propriedade do Simae. Conforme planilha:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Seguro Sede Adminis- trativa e conteúdo	un	01	R\$ 3.564,55	R\$ 3.564,55

Valor: R\$ 3.564,55 (três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)
Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 146/2023

Publicação Nº 5484625

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0146/2023
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0027/2023
SMOS 0056/2023
Data: 21/12/2023

Objeto Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato em 62 (sessenta e dois) dias a contar de 28 de dezembro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2024, conforme justificativa apresentada pelo fiscal do contrato e anexada ao processo.

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 149/2023

Publicação Nº 5484659

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0149/2023
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0079/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0015/2023
TOMADA DE PREÇO 0002/2023

Data: 26/12/2023

Objeto com fundamento no artigo 65, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem realizar aditivo no valor total de R\$ 21.963,31 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos) conforme comunicado do fiscal do contrato apensada ao processo.

Valor: R\$ 21.963,31 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos)

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 150/2023

Publicação Nº 5484661

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0150/2023
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0093/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0036/2023
TOMADA DE PREÇO 0008/2023

Data: 26/12/2023

Objeto com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem realizar aditivo no valor total de R\$ 12.276,59 (doze mil duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) conforme comunicado do fiscal do contrato apensada ao processo.

Valor: R\$ 12.276,59 (doze mil duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 152/2023

Publicação Nº 5484665

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0152/2023
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0093/2023 - SUPRESSÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0036/2023
TOMADA DE PREÇO 0008/2023

Data: 26/12/2023

Objeto Com fundamento no artigo 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/93, após ajustes necessários na planilha do contrato, será suprimido o valor total de R\$ 5.621,25 (cinco mil seiscentos e vinte um reais e vinte e cinco centavos). O novo valor do contrato passará a ser de R\$ 113.980,56 (cento e treze mil novecentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos).

Valor: R\$ 5.621,25 (cinco mil seiscentos e vinte um reais e vinte e cinco centavos)

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

PORTARIA JHL 004/2024

Publicação Nº 5483499

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 004/2024 de 04.01.2024.
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA".

Patrícia Callegari Warken, Diretora-Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido a Servidora Graciela Pratto do cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-2, Ref. E-4, Matrícula 128 lotada na Diretoria Administrativa, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Publique-se e registre-se,

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 04 de janeiro de 2024.

Patrícia Callegari Warken

Diretora-Presidente

Jupirá

PREFEITURA

CONTRATO Nº 42/23 DE 18/12/2023

Publicação Nº 5484515

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/23 de 18/12/2023.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

MUNICÍPIO DE JUPIÁ, pessoa jurídica de direito público, estabelecido a Rua Rio Branco, 320, com sede e foro na cidade de Jupirá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.593.132/0001-37, representado neste ato pelo Prefeito Municipal VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, brasileiro, inscrito no CPF n.º 986.xxx.xxx-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE,

A EMPRESA PRIMUS COMÉRCIO DE AMBIENTES CORPORATIVOS E ESCOLARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob n.º 52.143.694/0001-10, com endereço na Rua Alcebiades da Cunha Cabral, na cidade de Erechim – RS, neste ato representada por seu Diretor, TIAGO FERNANDES DOS SANTOS, titular do CPF nº 029.xxx.xxx-14, doravante denominado simplesmente CONTRATADA,

Que de comum acordo e com amparo legal na Legislação vigente, em especial o Processo Licitatório nº. 35/2023, modalidade de Pregão Eletrônico nº 25/2023, resolvem contratar o objeto do presente, pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório supra citado, em que a empresa foi vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

O valor do presente contrato é de R\$ 236.485,60(duzentos e trinta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais c/ sessenta centavos) cujo pagamento será efetuado quando da entrega do objeto, e apresentação de nota fiscal/fatura emitidas pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado responsabiliza-se a:

- Entregar o objeto constante do termo de adjudicação e homologação constantes do processo licitatório supra citado, que a empresa foi vencedora, com as garantias específicas na legislação pertinente, no município de Jupirá, sem custo adicional de frete;
- Assumir responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, por sua culpa ou dolo;
- Assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços;
- Obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- Cumprirá o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Município ficará obrigado a:

- receber o bem/objeto, fiscalizar sua entrega de acordo com o estabelecido na cláusula primeira;
- efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

A vigência do presente Contrato será da data de sua assinatura até a entrega final do objeto e seu efetivo pagamento, ou em 31/12/2024, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência Administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor do objeto já entregue, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização sob qualquer alegação ou fundamento; Em caso de inexecução contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais;

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do Município;
Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente em especial a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações posteriores;
As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão processadas no Orçamento vigente;
Integra o presente contrato o Processo Licitatório supra citado.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Município de Jupiá SC, 18 de Dezembro de 2023.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ

Contratante

TIAGO FERNANDES DOS SANTOS

Contratado

Fiscal designado para este contrato:

Giamili Rossoni Turmina - _____

Testemunhas:

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:
ASSINATURA	ASSINATURA

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores, opinando assim pela assinatura do presente contrato.

Jorge Matiotti Neto

Assessor Jurídico - OAB/SC 17.879-B

CONTRATO Nº 43/23 DE 18/12/2023

Publicação Nº 5484539

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 43/23 de 18/12/2023.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

MUNICÍPIO DE JUPIÁ, pessoa jurídica de direito público, estabelecido a Rua Rio Branco, 320, com sede e foro na cidade de Jupiá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.593.132/0001-37, representado neste ato pelo Prefeito Municipal VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, brasileiro, inscrito no CPF n.º 986.xxx.xxx-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE,

A EMPRESA RS ELETRO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 34.887.479/0001-41, com endereço na Rua Manoel Lino de Jesus, 687, sala 03, na cidade de Lages – SC, neste ato representada por seu Sócio Diretor, ISRAEL PUCCI MACHADO PITZ SILVÉRIO, titular do CPF nº 012.xxx.xxx-70, doravante denominado simplesmente CONTRATADA,

Que de comum acordo e com amparo legal na Legislação vigente, em especial o Processo Licitatório nº. 35/2023, modalidade de Pregão Eletrônico nº 25/2023, resolvem contratar o objeto do presente, pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório supra citado, em que a empresa foi vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

O valor do presente contrato é de R\$ 12.099,00(doze mil e noventa e nove reais) cujo pagamento será efetuado quando da entrega do objeto, e apresentação de nota fiscal/fatura emitidas pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado responsabiliza-se a:

a) Entregar o objeto constante do termo de adjudicação e homologação constantes do processo licitatório supra citado, que a empresa foi

vencedora, com as garantias específicas na legislação pertinente, no município de Jupiá, sem custo adicional de frete;

b) Assumir responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, por sua culpa ou dolo;

c) Assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços;

d) Obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

e) Cumprirá o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Município ficará obrigado a:

- a) receber o bem/objeto, fiscalizar sua entrega de acordo com o estabelecido na cláusula primeira;
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

A vigência do presente Contrato será da data de sua assinatura até a entrega final do objeto e seu efetivo pagamento, ou em 31/12/2024, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência Administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor do objeto já entregue, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização sob qualquer alegação ou fundamento;

Em caso de inexecução contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais;

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do Município;

Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente em especial a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações posteriores;

As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão processadas no Orçamento vigente;

Integra o presente contrato o Processo Licitatório supra citado.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Município de Jupiá SC, 18 de Dezembro de 2023.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ

Contratante

ISRAEL PUCCI MACHADO PITZ SILVÉRIO

Contratado

Fiscal designado para este contrato:

Giamili Rossoni Turmina - _____

Testemunhas:

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:
ASSINATURA	ASSINATURA

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores, opinando assim pela assinatura do presente contrato.

Jorge Matiotti Neto

Assessor Jurídico - OAB/SC 17.879-B

CONTRATO Nº 44/23 DE 18/12/2023

Publicação Nº 5484551

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 44/23 de 18/12/2023.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

MUNICÍPIO DE JUPIÁ, pessoa jurídica de direito público, estabelecido a Rua Rio Branco, 320, com sede e foro na cidade de Jupiá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.593.132/0001-37, representado neste ato pelo Prefeito Municipal VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, brasileiro, inscrito no CPF n.º 986.xxx.xxx-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE,

A EMPRESA FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob n.º 05.047.599/0001-32, com endereço na Avenida Manoel Ribas, na cidade de União da Vitória – PR, neste ato representada por seu Proprietário, ODIRLEI DOZORSKI, titular do CPF nº 029.xxx.xxx-88, doravante denominado simplesmente CONTRATADA,

Que de comum acordo e com amparo legal na Legislação vigente, em especial o Processo Licitatório nº. 35/2023, modalidade de Pregão Eletrônico nº 25/2023, resolvem contratar o objeto do presente, pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório supra citado, em que a empresa foi vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

O valor do presente contrato é de R\$ 3.295,00(três mil duzentos e noventa e cinco reais) cujo pagamento será efetuado quando da entrega do objeto, e apresentação de nota fiscal/fatura emitidas pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado responsabiliza-se a:

- Entregar o objeto constante do termo de adjudicação e homologação constantes do processo licitatório supra citado, que a empresa foi vencedora, com as garantias específicas na legislação pertinente, no município de Jupiá, sem custo adicional de frete;
- Assumir responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, por sua culpa ou dolo;
- Assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços;
- Obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- Cumprirá o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Município ficará obrigado a:

- receber o bem/objeto, fiscalizar sua entrega de acordo com o estabelecido na cláusula primeira;
- efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

A vigência do presente Contrato será da data de sua assinatura até a entrega final do objeto e seu efetivo pagamento, ou em 31/12/2024, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência Administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor do objeto já entregue, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização sob qualquer alegação ou fundamento; Em caso de inexecução contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais;

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do Município; Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente em especial a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações posteriores;

As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão processadas no Orçamento vigente; Integra o presente contrato o Processo Licitatório supra citado.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Município de Jupiá SC, 18 de Dezembro de 2023.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Contratante

ODIRLEI DOZORSKI
Contratado

Fiscal designado para este contrato:

Giamili Rossoni Turmina - _____

Testemunhas:

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:
ASSINATURA	ASSINATURA

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores, opinando assim pela assinatura do presente contrato.

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico - OAB/SC 17.879-B

CONTRATO Nº 45/23 DE 18/12/2023

Publicação Nº 5484555

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 45/23 de 18/12/2023.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

MUNICÍPIO DE JUPIÁ, pessoa jurídica de direito público, estabelecido a Rua Rio Branco, 320, com sede e foro na cidade de Jupiá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.593.132/0001-37, representado neste ato pelo Prefeito Municipal VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, brasileiro, inscrito no CPF n.º 986.xxx.xxx-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE,

A EMPRESA FORMIGARI COMERCIO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 42.727.372/0001-64, com endereço na Avenida Nereu Ramos, na cidade de Araquari – SC, neste ato representada por seu Proprietário, ADEMIR FORMIGARI, titular do CPF nº 584.xxx.xxx-87, doravante denominado simplesmente CONTRATADA,

Que de comum acordo e com amparo legal na Legislação vigente, em especial o Processo Licitatório nº. 35/2023, modalidade de Pregão Eletrônico nº 25/2023, resolvem contratar o objeto do presente, pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório supra citado, em que a empresa foi vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

O valor do presente contrato é de R\$ 3.060,00(três mil e sessenta reais) cujo pagamento será efetuado quando da entrega do objeto, e apresentação de nota fiscal/fatura emitidas pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado responsabiliza-se a:

- Entregar o objeto constante do termo de adjudicação e homologação constantes do processo licitatório supra citado, que a empresa foi vencedora, com as garantias específicas na legislação pertinente, no município de Jupiá, sem custo adicional de frete;
- Assumir responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, por sua culpa ou dolo;
- Assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços;
- Obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições



de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
e) Cumprirá o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Município ficará obrigado a:

- a) receber o bem/objeto, fiscalizar sua entrega de acordo com o estabelecido na cláusula primeira;
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

A vigência do presente Contrato será da data de sua assinatura até a entrega final do objeto e seu efetivo pagamento, ou em 31/12/2024, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência Administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor do objeto já entregue, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização sob qualquer alegação ou fundamento;
Em caso de inexecução contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais;

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do Município;
Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente em especial a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações posteriores;
As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão processadas no Orçamento vigente;
Integra o presente contrato o Processo Licitatório supra citado.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Município de Jupiá SC, 18 de Dezembro de 2023.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Contratante

ADEMIR FORMIGARI
Contratado

Fiscal designado para este contrato:

Giamili Rossoni Turmina - _____

Testemunhas:

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:
ASSINATURA	ASSINATURA

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores, opinando assim pela assinatura do presente contrato.

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico - OAB/SC 17.879-B

CONTRATO Nº 46/23 DE 18/12/2023

Publicação Nº 5484557

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 46/23 de 18/12/2023.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

MUNICÍPIO DE JUPIÁ, pessoa jurídica de direito público, estabelecido a Rua Rio Branco, 320, com sede e foro na cidade de Jupiá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.593.132/0001-37, representado neste ato pelo Prefeito Municipal VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, brasileiro, inscrito no CPF n.º 986.xxx.xxx-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE,

A EMPRESA MICRON INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 39.791.096/0001-99, com endereço na RUA Nidolfo Carlos Matije, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada por seu Proprietário, JACKSON EICHSTAEDT, titular do CPF nº 011.xxx.xxx-51, doravante denominado simplesmente CONTRATADA,

Que de comum acordo e com amparo legal na Legislação vigente, em especial o Processo Licitatório nº. 35/2023, modalidade de Pregão Eletrônico nº 25/2023, resolvem contratar o objeto do presente, pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório supra citado, em que a empresa foi vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

O valor do presente contrato é de R\$ 3.040,00(três mil e quarenta reais) cujo pagamento será efetuado quando da entrega do objeto, e apresentação de nota fiscal/fatura emitidas pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado responsabiliza-se a:

- Entregar o objeto constante do termo de adjudicação e homologação constantes do processo licitatório supra citado, que a empresa foi vencedora, com as garantias específicas na legislação pertinente, no município de Jupiá, sem custo adicional de frete;
- Assumir responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, por sua culpa ou dolo;
- Assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços;
- Obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- Cumprirá o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Município ficará obrigado a:

- receber o bem/objeto, fiscalizar sua entrega de acordo com o estabelecido na cláusula primeira;
- efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

A vigência do presente Contrato será da data de sua assinatura até a entrega final do objeto e seu efetivo pagamento, ou em 31/12/2024, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência Administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor do objeto já entregue, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização sob qualquer alegação ou fundamento; Em caso de inexecução contratual prevista no Art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais;

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do Município; Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente em especial a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações posteriores;

As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão processadas no Orçamento vigente; Integra o presente contrato o Processo Licitatório supra citado.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Município de Jupiá SC, 18 de Dezembro de 2023.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ

JACKSON EICHSTAEDT

Contratante

Contratado

Fiscal designado para este contrato:

Giamili Rossoni Turmina - _____

Testemunhas:

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:
ASSINATURA	ASSINATURA

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores, opinando assim pela assinatura do presente contrato.

Jorge Matiotti Neto
Assessor Jurídico - OAB/SC 17.879-B

EXTRATO DE CONTRATO 46/23 DE 18/12/2023

Publicação N° 5484387

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	46/23
Data:	18/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	A EMPRESA MICRON INFORMATICA LTDA , inscrita no CNPJ sob n.º 39.791.096/0001-99, com endereço na Rua: Nidolfo Carlos Matije, na cidade de Maravilha - SC, representada por JACKSON EICHSTAEDT , portador do CPF n.º 11.xxx.xxx-51.
Objeto:	objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório.
Vigência:	18/12/2023 a 31/12/2024.
Valor:	R\$ 3.040,00(três mil e quarenta reais).
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo ROBERT JACKSON EICHSTAEDT , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO N° 40/23 DE 12/12/2023

Publicação N° 5484341

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	40/23
Data:	12/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	A EMPRESA CEGE ENGENHARIA LTDA , com endereço na PRC 280, KM 161, Zona Rural, Sala 01, Clevelândia – PR, 04.484.014/0001-89, representada por GEORGE LEANDRO DOS SANTOS , portador do CPF n.º 006.xxx.xxx-45.
Objeto:	O presente tem por objeto a pavimentação asfáltica na rua São Paulo, com área de 4.182,90m².
Vigência:	12/12/2023 a 31/12/2024
Valor:	R\$ 538.491,16(quinientos e trinta e oito mil quatrocentos e noventa um reais c/ dezesseis centavos)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo GEORGE LEANDRO DOS SANTOS , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO N° 41/23 DE 12/12/2023

Publicação N° 5484349

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	41/23
Data:	12/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	REDE DIARIO DE COMUNICAÇÃO LTDA – ME , com endereço na rua Carlos Batista Bruck, 197D, centro, na cidade de Chapecó – SC, 24.528.666/0001-85, representada WILLIAN DA SILVA , portador do CPF n.º 085.XXX.XXX-46.
Objeto:	Contratação de empresa jornalística para publicação de atos oficiais, bem como demais informações de interesse da administração municipal no exercício financeiro de 2024.
Vigência:	12/12/2023 a 31/12/2024
Valor:	R\$ 9.489,36(nove mil quatrocentos e oitenta e nove reais c/ trinta e seis centavos).
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo WILLIAN DA SILVA , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO N° 42/23 DE 12/12/2023

Publicação N° 5484352

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	42/23
Data:	12/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	A EMPRESA PRIMUS COMÉRCIO DE AMBIENTES CORPORATIVOS E ESCOLARES LTDA – ME , inscrita no CNPJ sob n.º 52.143.694/0001-10, com endereço na Rua Alcebíades da Cunha Cabral, na cidade de Erechim – RS, representada TIAGO FERNANDES DOS SANTOS , portador do CPF n.º 029.xxx.xxx-14.
Objeto:	objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório
Vigência:	12/12/2023 a 31/12/2024
Valor:	R\$ 236.485,60(duzentos e trinta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais c/ sessenta centavos).
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo TIAGO FERNANDES DOS SANTOS , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/23 DE 18/12/2023

Publicação Nº 5484360

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	43/23
Data:	18/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	A EMPRESA RS ELETRO LTDA , inscrita no CNPJ sob n.º 34.887.479/0001-41, com endereço na Rua Manoel Lino de Jesus, 687, sala 03, na cidade de Lages – SC, representada ISRAEL PUCCI MACHADO PITZ SILVÉRIO , portador do CPF n.º 012.xxx.xxx-70.
Objeto:	objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório
Vigência:	18/12/2023 a 31/12/2024
Valor:	R\$ 12.099,00(doze mil e noventa e nove reais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo ISRAEL PUCCI MACHADO PITZ SILVÉRIO , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO N° 44/23 DE 18/12/2023

Publicação N° 5484368

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	44/23
Data:	18/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	A EMPRESA FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA – ME , inscrita no CNPJ sob n.º 05.047.599/0001-32, com endereço na Avenida Manoel Ribas, na cidade de União da Vitória – PR, representada ODIRLEI DOZORSKI , portador do CPF n.º 029.xxx.xxx-88.
Objeto:	objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório.
Vigência:	18/12/2023 a 31/12/2024
Valor:	R\$ 3.295,00(três mil duzentos e noventa e cinco reais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo ODIRLEI DOZORSKI , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/23 DE 18/12/2023

Publicação Nº 5484380

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	45/23
Data:	18/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	A EMPRESA FORMIGARI COMERCIO DE MOVEIS LTDA , inscrita no CNPJ sob n.º 42.727.372/0001-64, com endereço na Avenida Nereu Ramos, na cidade de Araquari – SC, representada ADEMIR FORMIGARI , portador do CPF n.º 584.xxx.xxx-87.
Objeto:	objeto deste contrato a contratação de materiais e equipamentos para a rede municipal de ensino, de acordo com o termo de homologação e adjudicação do processo licitatório.
Vigência:	18/12/2023 a 31/12/2024
Valor:	R\$ 3.060,00(três mil e sessenta reais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo ADEMIR FORMIGARI , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO N° 47/23 DE 20/12/2023

Publicação N° 5484412

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	47/23
Data:	20/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	CIMAM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINARITÁRIO DA AMNOROESTE , inscrita no CNPJ sob n.º 46.335.839/0001-81, com sede na Rua Jarbas Mendes, 270, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste -SC, representada por VANDERLEI SANAGIOTTO, portador do CPF n.º 7**.***.***-04.
Objeto:	Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição. Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público. Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei. Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, locação de softwares de gestão, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.
Vigência:	20/12/2023 a 31/12/2024.
Valor:	R\$ 90.900,00 (noventa mil e novecentos reais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo VANDERLEI SANAGIOTTO, pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO N° 48/23 DE 20/12/2023

Publicação N° 5484427

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	48/23
Data:	20/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	POSTO TRÊS CORES LTDA , com endereço a Av. Tupinambá, s/n.º, representada por JHONATAN KUNZ , portador do CPF n.º 099.991.719-66.
Objeto:	objeto deste contrato a aquisição de Óleo Diesel S 500, para abastecimento dos veículos e máquinas desta municipalidade.
Vigência:	20/12/2023 a 31/12/2024.
Valor:	R\$ 174.107,00 (cento e setenta e quatro mil cento e sete reais).
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo JHONATAN KUNZ , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO N° 49/23 DE 20/12/2023

Publicação N° 5484443

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	49/23
Data:	20/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS SANTOS LTDA , com endereço à Rua Rio Branco, 230, com sede e foro na cidade de Jupiá , , inscrita no CNPJ n.º 29.864.425/0001-20 representada por CLAUDEMIR DOS SANTOS , portador do CPF n.º 020.xxx.xxx-20.
Objeto:	objeto deste contrato a aquisição de Óleo Diesel S 500, para abastecimento dos veículos e máquinas desta municipalidade.
Vigência:	20/12/2023 a 31/12/2024.
Valor:	R\$ 175.892,99 ((cento e setenta e cinco mil oitocentos e noventa e dois reais c/ noventa e nove centavos).
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo CLAUDEMIR DOS SANTOS , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/23 DE 21/12/2023

Publicação Nº 5484452

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	50/23
Data:	21/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA JUPIÁ – SERJU , com endereço à rua Amapá, s/n.º, inscrita no CNPJ n.º 78.509.502/0001-30, representada por IVAN CARLOS MARCONSSONI , portador do CPF n.º 008.xxx.xxx-29.
Objeto:	Locação da sede da Sociedade Esportiva e Recreativa Jupiá – SERJU, para realização de reuniões, encontros, disputa de jogos pelos campeonatos municipais, entre outras atividades essenciais ao município.
Vigência:	21/12/2023 a 31/12/2024.
Valor:	R\$ 18.000,00(dezoito mil reais).
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo IVAN CARLOS MARCONSSONI , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO N° 51/23 DE 21/12/2023

Publicação N° 5484455

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	51/23
Data:	21/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	A Empresa HELP INFORMÁTICA LTDA , com sede na Avenida Brasil, 1097, sala 07, centro, no Município de São Lourenço do Oeste – SC, inscrita no CNPJ n.º. 05.874.059/0001-22, representada por PEDRO LAZARIN FILHO , portador do CPF n.º 576.xxx.xxx-20.
Objeto:	Contratação de serviços de locação de impressoras para atender as atividades da administração municipal no exercício de 2024.
Vigência:	21/12/2023 a 31/12/2024.
Valor:	R\$ 12.600,00(doze mil e seiscentos reais).
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo PEDRO LAZARIN FILHO , pelo contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/23 DE 22/12/2023

Publicação Nº 5484461

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	52/23
Data:	22/12/2023
Contratante:	Município de Jupiá - SC
Contratado:	A EMPRESA AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA , com endereço na rua Brasília, 956, centro, na cidade de Ampere – PR, inscrita no CNPJ nº.04.596.419/0001-09, representada por THIAGO PARISOTTO LUQUINI , portador do CPF n.º 031.xxx.xxx-71.
Objeto:	objeto deste contrato o fornecimento de internet através de fibra ótica e telefonia fixa com serviço de portabilidade para todos os setores do Município e Câmara Municipal de Vereadores.
Vigência:	22/12/2023 a 31/12/2024.
Valor:	R\$ 33.000,00(trinta e três mil reais)
Assinaturas:	Valdelirio Locatelli da Cruz prefeito Município e pelo THIAGO PARISOTTO LUQUINI , pelo contratado.

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 01/2024**

Publicação Nº 5483674

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C584C06089A536C90C6AC4108218F3822ABAE0E6

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPIÁ SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.447.594/0001-08, Inscrição Estadual Isenta, com sede na Rua Rio Branco, nº 336, Centro, no município de Jupiá, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Presidente, Darci Moschen, portador do CPF nº 006.543.989-92, brasileiro, residente na Linha Pinheiro, interior, Município de Jupiá, (SC), Fone: (49) 3341-0256, e-mail: contabilidade@camarajupia.sc.gov.br, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO SO VIVO LTDA, com sede na Rua Primeiro de Maio, nº 1208, Sala 03, Centro, Cidade de Guaraciaba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n. 11.520.032/0001-34, neste ato representada pelo sócio Willian Perondi, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.384.798 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 083.489.779-29, doravante denominada de CONTRATADA, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, decorrente processo Licitatório nº 03/2023, na modalidade de dispensa de Licitação nº 03/2023, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLAUSULA PRIMEIRA – do objeto

Locação de plataforma completa de transmissão ao vivo, contendo:

- Câmera hd robotizada com zoom óptico de no mínimo 18 vezes com posicionamento em 3D;
- Câmara fullHD fixa com lente varifocal,
- Servidor de vídeo com capacidade de HARDWARE para transmissão ao vivo para até duas redes sociais simultâneas e gravação local fullHD;
- Retorno do vídeo em telão ou TV com conexão HDMI fullHD;
- Backup das imagens com gravação local;
- Software para transmissão ao vivo com sincronização automática via API com Facebook e Youtube sem o uso de chave de transmissão RTMP;
- Software de posicionamento 3D para automação de câmera robotizada;
- Software que permita inserção digital de legenda com nome dos vereadores no vídeo ao vivo;
- Cronômetro digital presente no retorno de vídeo com o tempo das faltas dos vereadores;
- Tecnologia patenteada de posicionamento 3D da câmera "Controlador TV do legislativo e Licitações transparente" (Patente N. BR512019000069).

CLAUSULA SEGUNDA – do FUNDAMENTO LEGAL

I - Este Contrato é celebrado com fundamento no item X, do Art. 38 e Capítulo III, da Lei Nacional nº 8.666/93 e Processo Licitatório nº 03/2023, modalidade Dispensa de Licitação nº 03/2023.

CLAUSULA TERCEIRA – das condições econômico-financeira**I - do preço:**

O preço ajustado é de Dez mil, trezentos e noventa e seis reais, com quatorze centavos (R\$ 10.396,14) pelos serviços prestados durante o ano de 2024.

II - da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em parcela mensais no valor de oitocentos e sessenta e seis reais, com trinta e cinco centavos (R\$ 866,35). Através de transferência bancária.

III - da dotação orçamentária:

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Câmara de Vereadores para o exercício 2024.

CLAUSULA QUARTA – das OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) a contratada será responsável pela assistência técnica dos equipamentos, bem como pela manutenção e fornecimento das atualizações necessárias durante toda a vigência do contrato. Entregar o objeto da presente licitação, respeitando os prazos, as quantidades, características e especificações dos serviços e demais condições ajustadas, devendo substituí-los caso forem entregues fora das especificações previstas na licitação e proposta de preço, sem ônus para a Câmara de Vereadores de Jupiá - SC.
- b) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pela contratante quando da entrega dos serviços, a fim de verificar se estes conferem com o solicitado.
- c) responsabilizar-se por toda e qualquer despesa, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes a execução do objeto do presente edital.
- d) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos e materiais que possam vir a ser causados a contratante ou a terceiros, quando da execução do contrato.
- e) solucionar possíveis defeitos e/ou problemas em até 04 (quatro) horas desde que sejam resolvidos remotamente, se for necessário deslocamento este prazo aumentará para no máximo 48 horas após abertura do chamado técnico realizado por parte da Câmara de Vereadores

de Jupiá - SC.

f) manter serviço de suporte para atendimento via telefone, internet ou até mesmo IN LOCO, sempre que necessário, sem custos para a Câmara de Vereadores de Jupiá - SC.

g) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

a) Fornecer mensalmente nota fiscal, conforme nominados na cláusula primeira deste contrato.

b) Fornecer declaração de enquadramento fiscal junto aos órgãos competentes

indicando o regime vigente comprometendo a fornecer documentações imediata em casos de mudança.

c) Adequar-se a Instrução normativa 001/2023 de 12 de junho de 2023.

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme dispositivos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA – das obrigações da contratante

a) efetuar o pagamento ajustado;

b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

c) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

d) rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

e) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de seus representantes;

f) notificar, por escrito, a contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;

g) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

h) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLAUSULA SEXTA – da vigência

I - O contrato celebrado terá vigência para o ano de 2023. Podendo ser prorrogado conforme lei 8.666/93.

CLAUSULA SETIMA – das disposições gerais

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio da CONTRATANTE;

II - Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente, em especial à Lei Nacional nº 8.666/93.

CLAUSULA OITAVA – da rescisão

I - Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor do objeto já entregue, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento;

II - Em caso de inexecução contratual prevista no Art. 78, da Lei Nacional nº 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido à multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais;

III - Presume-se culpa da CONTRATADA a ocorrência das hipóteses descritas nos inciso I a XI do artigo supra mencionado;

CLAUSULA NONA – Do foro

I - Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa

de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII, do Art. 29 da Constituição Federal.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Câmara de Vereadores de Jupiá - SC, 02 de janeiro de 2024.

DARCI MOSCHEN CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPIÁ Contratante	WILLIAN PERONDI CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO SO VIVO LTDA Contratada
---	--

Fiscal designado para este contrato:

Nome: Bolivar Turmina

CPF: 000.092.999-98

Testemunhas:

Nome: Gilnei Jose Valandro CPF: 779.981.979-00	Nome: Grazielle Vottri CPF: 102.957.279-85
---	---

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que esse cumpre com os requisitos estabelecidos pela lei 8666/93 optando assim pela assinatura do Contrato.

Rafael Micheletto
Assessor Jurídico/OAB 33.384

CONTRATO 02/2024

Publicação Nº 5483690

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 42F89394451423F00D098BF172A4C171F81D3E54

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2024

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Jupiá (SC)

CNPJ: 01.447.594/0001-08

Endereço: Rua Rio Branco, nº 336, Centro, Jupiá - SC.

CEP: 89839-000

Telefone: (49) 3341-0256

Contratada: Lancer Soluções em Informatica LTDA - EPP

CNPJ: 00.685.840/0001-35

Endereço: Rua XV de Novembro, 1480, sala 704

CEP: 89.010.002

Telefone: (47) 3322 3097

A Câmara Municipal de Vereadores de Jupiá, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Rio Branco, nº 336, Centro, nesta cidade de Jupiá (SC), inscrito no CNPJ sob nº 01.447.594/0001-08, neste ato representada pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara, Sr. Darci Moschen, CPF nº 006.543.989-92 e a empresa Lancer Soluções em Informatica LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 00.685.840/0001-35, neste ato representada pelo Sr(a) Marcia Massignan de Feitas CPF Nº 549.153.769-15, RG Nº 690.118 SSP-SC, Nos termos do Processo Licitatório nº 04/2023, na modalidade de Pregão Presencial nº 01/2023, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente Contrato tem por objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de licença de uso, manutenção, atualização e suporte dos Softwares de gestão legislativa contendo instalação, implantação, conversão de dados, treinamento e atualização dos sistemas de controle do processo legislativo com disponibilização de aplicativo mobile, sistema de atualização automática de website, site administrável com sistema para gerenciamento do conteúdo legislativo, envolvendo a disponibilização de informações variadas e respectiva hospedagem e sistema para divulgação na Internet das sessões plenárias da Câmara, ao vivo e sob demanda, para a Câmara Municipal de Vereadores de Jupiá (SC).

1.2 Integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta de preço da CONTRATADA e o Pregão Presencial nº 01/2023 e seus Anexos.

1.3 A presente contratação não gera qualquer vínculo empregatício da CONTRANTE perante a CONTRATADA e seus subordinados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses contados, a partir de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

2.2 O presente contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), e poderá ser prorrogado por até 48 meses, conforme o Art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O preço global previsto neste contrato é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) anuais.

3.2 O pagamento da presente licitação será efetivado conforme abaixo descrito, após o recebimento definitivo dos produtos e serviços licitados, juntamente com a nota fiscal em conformidade.

3.2.1 Caso sejam detectados problemas relativos aos produtos e serviços entregues, apurados estes pelo corpo técnico da Câmara de Vereadores, o prazo de pagamento iniciará sua contagem após a regularização do problema apontado.

3.3 O pagamento referente aos serviços de implantação, conversão, parametrização e capacitação/treinamento inicial dos usuários dos sistemas adquiridos será efetuado, em parcela única, mediante apresentação da nota fiscal e liquidação do setor competente, no prazo de até 10 dias após a realização dos serviços.

3.5 O pagamento mensal de locação, suporte técnico ou operacional, sustentação, manutenção corretiva e atualização legal dos sistemas, será efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

3.6 O pagamento dos serviços técnicos realizados através de hora técnica, para criação de novas funcionalidades, customização, implantação de alterações e melhorias previamente solicitadas pela CONTRATANTE, bem como eventuais treinamentos para os sistemas, ocorrerá em até dez dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal dos serviços prestados, devidamente liquidada pelo setor competente.

3.7 Os valores ofertados para locação mensal, suporte técnico ou operacional, sustentação, manutenção corretiva e atualização legal, dos sistemas, bem como alterações específicas da CONTRATANTE somente serão reajustados após o primeiro ano contratual, com base no índice o INP-C acumulado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

3.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação, em virtude de penalidade ou

inadimplência contratual, não caracterizando atraso por parte da Câmara de Vereadores.

3.9 O pagamento será efetuado através de boleto bancário ou transferência bancária, conforme conta informada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias da Câmara Municipal, na classificação 01.001.2001, elemento de despesa 3.3.90.00.00.00.00.00, manutenção do Poder Legislativo Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO DE DIREITO DE USO DO SISTEMA

5.1 É vedada a cópia dos sistemas e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup.

5.2 Os sistemas estão protegidos pela lei nº 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei nº 9.610/98.

5.3 É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

5.4 Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar (o)s referido(s) Sistema(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

6.1 Caberá à CONTRATANTE:

6.1.1 Efetuar o pagamento pela do(s) Sistemas(s) e serviços objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados.

6.1.2 Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

6.1.3 Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes.

6.1.4 Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas quando for o caso.

6.1.5 Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo:

6.1.5.1 Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas.

6.1.5.2 Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina.

6.1.5.3 Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

6.1.5.4 Conferir os resultados obtidos na utilização dos sistemas licitados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro nos programas.

6.1.5.5 Caberá a CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a instalação dos sistemas do seu interesse e os serviços de assistência técnica necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas.

6.1.5.6 Usar os sistemas exclusivamente nas unidades gestoras, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.

6.1.5.7 Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

7.1 Caberá a CONTRATADA:

7.1.1 Instalar e treinar os usuários da CONTRATANTE na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da ordem de serviço.

7.1.2 Prestar suporte somente na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.

7.1.3 Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

7.1.4 Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos Sistemas, causadas por problemas originados dos códigos-fonte dos seus programas.

7.1.5 Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.

7.1.6 Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

7.1.7 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.

7.1.8 Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

7.1.9 Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.

7.1.10 Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.11 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO

8.1 O treinamento para o usuário operacionalizar o sistema deverá ser realizado dentro do prazo de implantação e obedecerá aos seguintes critérios:

8.1.1 A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados.

8.1.2 A CONTRATANTE indicará dois usuários aos quais o treinamento será realizado com características de possibilidade de suporte ao usuário posteriormente.

8.1.3 Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento, conforme programa a ser apresentado pela CONTRATADA em uma única etapa, sem obrigação de repetir;

8.1.4 O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário.

8.1.5 O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

8.1.6 O termo de aceite de implantação emitido pela CONTRATANTE implicará na declaração de que os serviços de treinamento foram entregues a contento.

CLÁUSULA NONA - DA MANUTENÇÃO

9.1. Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 02/2019:

9.1.1 Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos.

9.1.2 Alterações de sistemas em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação federal e estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10.1 A prestação de serviços não incluídos na manutenção, será cobrada conforme proposta apresentada pela vencedora, observado o Anexo I do Edital, entendendo-se:

10.1.1 Mudanças nos programas descritos no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 02/2019, para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE.

10.1.2 Elaboração ou alteração de programas solicitados pela CONTRATANTE.

10.1.3 Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos sistemas.

10.1.4 Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.

10.1.5 Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backups adequados para satisfazer as necessidades de segurança.

10.1.6. Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.

10.2 As solicitações de manutenções ou alterações nos programas, serão enviadas pela CONTRATANTE, através de pessoa ou área responsável, à CONTRATADA, em seu domicílio, via fax ou correio eletrônico, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado.

10.3 Após a execução do serviço, a CONTRATADA repassará o programa alterado em sua forma executável, via internet, para os endereços pactuados da CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do sistema.

10.4 Este atendimento poderá ser realizado por telefone, fac-símile, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

10.5 O suporte por telefone ou remoto deverão ser atendidos quando feito por servidor que possuam habilitação para a operação do sistema, do equipamento, do sistema operacional e utilitários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1 O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita a:

13.1.1 Advertência.

13.1.2 Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor total do empenho, no caso de atraso na entrega, até o limite de trinta dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido.

13.1.2.1 Após trinta dias, será cobrada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total empenho, no caso do inciso anterior;

13.1.3 As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

13.1.4 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de desistência de fornecimento, ou na recusa injustificada em retirar a nota de empenho e qualquer descumprimento contratual (exceto atraso na entrega);

13.1.5 10% (dez por cento) nos demais casos previstos em lei e não enumerados nos itens acima.

13.1.6 O valor total das multas não poderá ultrapassar de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, a multa prevista na Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1 A Câmara Municipal poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrer uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

14.1.1 O descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente Contrato, além de rescisão do mesmo.

14.1.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.3 Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 As partes elegem o foro da cidade de São Lourenço do Oeste (SC) para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

15.2 E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Jupia (SC), 02 de Janeiro de 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPIÁ

Darci Moschen – Presidente

CPF: 006.543.989-92

Lancer Soluções em Informática LTDA - EPP

Marcia Massignan de Feitas – Representante

CPF: 549.153.769-15

Fiscal designado para este Contrato:

BOLIVAR TURMINA: _____

Técnico Legislativo - CPF: 000.092.999-98

Testemunhas:

Nome: Gilnei Jose Valandro

CPF: 779.981.979-00

Assinatura:

Nome: Nilce Lucia Biavatti

CPF: 692.782.709-97

Assinatura:

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações posteriores, opinando pela assinatura do presente contrato.

RAFAEL MICHELETTO

Assessor Jurídico - OAB nº 33.384

CONTRATO 03/2024

Publicação Nº 5483743

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C8088B7DA29C901D73C1DC5BC3C68C263529D1D4

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPIÁ SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.447.594/0001-08, Inscrição Estadual Isenta, com sede na Rua Rio Branco, nº 336, Centro, no Município de Jupia, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Presidente, Darci Moschen, portador do CPF nº 006.543.989-92, brasileiro, residente na Linha Pinheiro, interior, Município de Jupia, (SC), Fone: (49) 3341-0256, e-mail: contabilidade@camarajupia.sc.gov.br, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa CLINICA MÉDICA VIANA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.563.973/0001-05, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 811, centro, no município de São Lourenço do Oeste – SC, neste ato representada por Sr. Thiago Almeida Viana, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.440.425, SSP, SC e inscrito (a) no CPF sob o nº 069.936.376-42, doravante denominada de CONTRATADA, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, decorrente processo Licitatório nº 05/2023, na modalidade de dispensa de Licitação nº 04/2023, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação dos seguintes serviços:

- Serviços e a elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)
- Emissão do LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho);
- Emissão do laudo PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário realizando o levantamento de dados dos agentes causadores de doenças ocupacionais), conforme portaria MTB nº 3.214 de 08/06/1978, que aprova as normas regulamentadoras do capítulo V, título II, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) relativas à medicina e segurança do trabalho.
- Abastecimento dos dados trabalhistas exigidos pelo eSocial para cumprimento de todas as informações solicitadas dos trabalhadores constantes nos laudos acima, no formato XML.

CLÁUSULA SEGUNDA - Dos fundamentos legais

Este contrato é celebrado com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 (dispensa de licitação – compra direta) e no Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do preço e das condições

- a) Para a elaboração dos programas PPRA, PCMSO, PPP e LTCAT, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a quantia de R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais), cujo pagamento se dará em parcela mensal de cento e trinta reais (130,00), incluso neste, visitas técnicas trimestral durante a vigência do contrato, a fim de acompanhar e orientar a implantação dos programas.
- b) Os atestados ocupacionais, admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho, estão inclusos no valor cobrado pela CONTRATADA.
- c) Os exames complementares (radiológicos, laboratoriais e audiometrias), não estão inclusos no valor acima referido e será realizada a cobrança separadamente.
- d) Os serviços opcionais de atendimento nutricional, ginástica laboral, treinamentos, palestras e implantação da CIPA, acompanhamento de perícias trabalhistas, também não estão inclusos no valor acima referido, mas, no entanto, caso for do interesse da CONTRATANTE, poderão ser prestados e implantados, cujos custos serão acordados oportunamente pelas partes.
- e) Levando-se em conta que o objeto do presente contrato refere-se exclusivamente à serviços relacionados com a saúde e medicina do trabalho no âmbito ocupacional, fica a CONTRATANTE ciente que, caso necessite eventuais serviços ou atendimento de ordem não-ocupacional, estes serão cobrados separadamente, de acordo com cada serviço, cujos valores poderão ser previamente informados, desde que solicitados pela CONTRATANTE.
- f) Fica a CONTRATADA com a obrigatoriedade de repassar tais informações em arquivos XML, objetivando o cumprimento das exigências com o e-Social, sem custo adicional.
- g) Do mesmo modo, na hipótese de a CONTRATANTE necessitar de consulta ou reavaliação pelos profissionais médicos vinculados à CONTRATADA, decorrentes de atestados médicos apresentados pelos empregados da CONTRATANTE, cujos atestados possuam CID de doença considerada não ocupacional, a CONTRATADA deverá arcar com os custos da consulta, no valor praticado pelo referido profissional, cujo valor igualmente poderá ser previamente informado, desde que solicitados pela CONTRATANTE.
- h) As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão a conta de dotação orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Câmara de Vereadores para o exercício de 2023.

CLÁUSULA QUARTA: Das obrigações da contratada

- a) A CONTRATADA compromete-se em coordenar o PCMSO e o PPRA e conforme o disposto da NR-7 e NR-9 é de responsabilidade da CONTRATANTE a efetiva implementação e cumprimento do PCMSO E PPRA, bem como zelar pela sua eficácia.
- b) Fica a CONTRATADA responsável por iniciar seus serviços a partir do dia 02 de janeiro de 2023 e a prestar os serviços em sua sede ou em locais credenciados.
- c) A CONTRATADA obriga-se a arquivar, sob sua responsabilidade todos os formulários que lhe tenham sido encaminhados, neles anotando todas as informações que digam respeito ao exame realizado.
- d) Os dados descritos na cláusula primeira deverão ser repassados a CONTRATANTE em conformidade com as exigências do programa e-Social para cumprimento legal na transmissão dos eventos quando exigidos.
- e) a CONTRATADA obriga-se a fornecer os dados das obrigatoriedades em XML para transmissão e cumprimento da legislação ao eSocial.

CLÁUSULA QUINTA - Do prazo de validade

- 5.1 O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses contados, a partir de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2024.
- 5.2 O presente contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), e poderá ser prorrogado por até 48 meses, conforme o Art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - Da rescisão e das penalidades

6. Obedecida a Lei, o presente contrato poderá ser rescindido:
- 5.1. Pelo descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos estabelecidos;
- 5.2. Pela lentidão, o atraso ou paralisação que impeça, no prazo, o fornecimento do objeto contratado, sem justa causa e prévia comunicação por escrito à CONTRATANTE, ou fornecimento de objeto diferente do proposto;
- 5.3. Pela decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil dos sócios da CONTRATADA;
- 5.4. Em caso de a CONTRATANTE deixar de efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA;
- 5.5. Pela subcontratação total ou parcial deste contrato;
- 5.6. Por mútuo acordo ou conveniência administrativa;
- 5.7. Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- 5.8. Em outros casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e legislação alteradora.
- 5.9. Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei nº 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no art. 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das disposições gerais

- a) Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio da CONTRATANTE.
- b) Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente, em especial à Lei nº 8.666/93 e legislação alteradora.

CLÁUSULA OITAVA - Do foro

Para as questões decorrentes da execução deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste – SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Jupirá – SC, 02 de janeiro de 2024

DARCI MOSCHEN -CPF nº 006.543.989-92 Câmara Munic. De vereadores de Jupirá-SC Contratante	
Fiscal designado para este contrato:	THIAGO ALMEIDA VIANA – 069.936.376-42 Clínica Medicina Viana - ME Contratada
Bolivar Turmina: _____ Técnico Legislativo CPF: 000.092.999-98	

Testemunhas:

Nome: Gilnei Jose Valandro Nome: Nilce Lucia Biavatti

CPF: 779.981.979-00 CPF: 692.782.709-97

Assinatura: Assinatura:

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações posteriores, opinando pela assinatura do presente contrato.

RAFAEL MICHELETTO

Assessor Jurídico - OAB nº 33.384

CONTRATO 04/2024

Publicação Nº 5483878

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE DE VEREADORES DE JUPIÁ SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.447.594/0001-08, Inscrição Estadual Isenta, com sede na Rua Rio Branco, nº 336, Centro, no município de Jupirá, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Presidente, Darci Moschen, portador do CPF nº 006.543.989-92, brasileiro, residente na Linha Pinheiro, interior, Município de Jupirá, (SC), Fone: (49) 3341-0256, e-mail: contabilidade@camarajupia.sc.gov.br, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa Auto posto de combustíveis Santos LTDA, com sede a Rua Rio Branco, nº 175, Centro da Cidade de Jupirá SC. Inscrita no CNPJ sob nº 29.864.425/0001-20, neste ato representado pelo Sr. Claudemir dos Santos, Brasileiro, casado, portador de RG nº 3.767.517 SSP/SC e inscrito no CPF nº 020.813.449-20, doravante denominada de CONTRATADA, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, decorrente processo Licitatório nº 06/2023, na modalidade de dispensa de Licitação nº 05/2023, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLAUSULA PRIMEIRA – do objeto

Contratação de empresa para o fornecimento de 360 litros de combustível tipo gasolina comum, para uso exclusivo no veículo o veículo Etios SD X Plus MT, Placa RDW3D29, de propriedade desta Câmara Municipal de Vereadores de Jupirá SC.

CLAUSULA SEGUNDA – do FUNDAMENTO LEGAL

I - Este Contrato é celebrado com fundamento no item X, do Art. 38 e Capítulo III, da Lei Nacional nº 8.666/93 e Processo Licitatório nº 06/2023, modalidade Dispensa de Licitação nº 05/2023.

CLAUSULA TERCEIRA – das condições econômico-financeira

I - do preço:

Pelo fornecimento do combustive sera pago valor de R\$ 5,7315 por litro.

II - da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado mensalmente, conforme a necessidade de utilização do combustível.

III - da dotação orçamentária:

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Câmara de Vereadores para o exercício 2024.

IV - Do reajuste:

a) Na hipótese de alteração de preço de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovada estes poderão ser revistos, visando o restabelecimento de relação

inicialmente pactuada em decorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do caput do inciso 5º do art. 65 da lei 8.666 de 21 de junho de 2023.

CLAUSULA QUARTA – das obrigações da contratada

I - Compete à Contratada:



- a) Fornecer o combustível, de acordo com o descrito neste contrato;
- b) Atender às reclamações da Contratante sobre falhas no atendimento e corrigi-las sem ônus à Contratante, desde que os danos causados não sejam de responsabilidade desta;
- c) Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 05 (cinco dias), a necessidade de reajustes, conforme consta clausula terceira.

CLAUSULA QUINTA – das obrigações da contratante

- I - Compete à Contratante:
- a) fiscalizar o fornecimento;
 - b) comunicar a Contratada sobre possíveis falhas no fornecimento;
 - c) cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato. bem como fornecimento de energia para os equipamentos ali instalados, às suas expensas.
 - d) Comunicar à Contratada qualquer anormalidade observada na qualidade do fornecimento.

CLAUSULA SEXTA – da vigência

I - A vigência deste contrato é de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, nos termos do art. 57, IV da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA OITAVA – da rescisão

- I - A rescisão deste Contrato poderá ocorrer por iniciativa da qualquer uma das partes, com aviso prévio de 30 dias, mediante circunstanciada justificativa.
- II - Serão ainda objeto de rescisão de contrato as hipóteses previstas nos arts. 78 e 79 da Lei n. 8.666/93.
- III - A contratante poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, nos seguintes casos:
- a) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do contrato;
 - b) no caso de subcontratação total ou parcial deste contrato.

CLAUSULA NONA – das disposições gerais

- I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio da Câmara de Vereadores;
- II - Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente, em especial à Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94.
- III - Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes de responsabilidade na forma do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro. A parte que for afetada por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada, deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrente deste contrato. Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

CLAUSULA DÉCIMA – Do foro

- I - Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII, do Art. 29 da Constituição Federal.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Câmara de Vereadores de Jupiá - SC, 02 de janeiro de 2024.

DARCI MOSCHEN CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUPIÁ Contratante	CLAUDEMIR DOS SANTOS AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS SANTOS LTDA Contratada
---	--

Fiscal designado para este contrato:

Nome: Bolivar Turmina
CPF: 000.092.999-98

Testemunhas:

Nome: Gilnei Jose Valandro CPF: 779.981.979-00	Nome: Graziele Vottri CPF: 102.957.279-85
---	--

Após análise do conteúdo acima mencionado, verificou-se que esse cumpre com os requisitos estabelecidos pela lei 8666/93 optando assim pela assinatura do Contrato.

Rafael Micheletto
Assessor Jurídico/OAB 33.384

Lacerdópolis

PREFEITURA

PORTARIA N. 007/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484353

PORTARIA N. 007/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024
"Concede férias aos Servidores Públicos Municipais com lotação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na forma que especifica".

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito do Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares à servidora pública municipal abaixo nominada, relativo aos períodos de gozo e períodos aquisitivos que menciona:

SERVIDOR	MAT.	CARGO	PERIODO AQUIS.	PERIODO DE GOZO	ABONO PEC.
Maria Angela papni	1260	Assessor de Cultura	15/02/2023 à 14/02/2024	02/01/2024 à 31/01/2024	Não

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 02 de janeiro de 2024.

Lacerdópolis/SC, 04 de janeiro de 2024.

Sérgio Luiz Calegari Prefeito	
----------------------------------	--

ATA REGISTRO DE PREÇO 02/2024

Publicação Nº 5484744

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 1/8
Processo Nº.: 38/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2024

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2024, o MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 26/2023 Processo Licitatório nº 38/2023, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
7938	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	3, 6, 9, 11, 12, 16, 23, 26, 32, 37, 40, 44, 52, 53, 54, 59, 63, 65, 66, 71, 72, 73, 74, 84, 86, 94, 96
8897	MUNARI ATACADISTA LTDA	2, 8, 18, 21, 27, 33, 39, 41, 46, 49, 57, 61, 69, 70, 78, 79, 81, 85, 91, 93, 95, 101, 102, 103, 104
9340	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	1, 5, 13, 17, 19, 22, 30, 31, 42, 45, 47, 55, 56, 60, 68, 76, 77, 80, 82, 83, 87, 88, 89, 92, 97, 98, 99, 100
9204	SD SUPERMERCADO LTDA	4, 7, 10, 14, 15, 20, 24, 25, 28, 29, 34, 35, 36, 38, 43, 48, 50, 51, 58, 62, 64, 67, 75, 90

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	05.758.684/0001-09	ROBERTO ANTONIO TESSARO	518.086.929-34
MUNARI ATACADISTA LTDA	10.878.273/0001-97	ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFAN	590.834.339-00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	11.499.653/0001-83	KLEBER LUIZ LIBANO	848.629.399-53
SD SUPERMERCADO LTDA	06.867.544/0001-31	ENIO DELAZERI	453.533.100-63

Fornecedor: 7938 - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Esponja de louça multiuso verde e amarela, pct. Com 3 unid. Dupla face 110x74x23mm, composição espuma de poliuretano abrasivo fibra sintética.	UN	SUPERPRO	450,000	3,1000	1.395,00
6	Papel interfoldado 2 dobras branco 100% celulose virgem medindo 20 x 21cm. Com 1000 folhas cada pacote Cx. c/ 5000 fls	UN	SOFIPEL	400,000	55,9000	22.360,00
9	Saco para lixo 100 lts. Pct c/ 25 Unid. Cor azul, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 75x105 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 25 unid.	UN	VISION	350,000	11,9000	4.165,00
11	Saco para lixo 30 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor azul, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 50 unid.	UN	VISION	300,000	11,8000	3.540,00
12	Saco para lixo 15 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor azul, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 100 unid.	UN	VISION	350,000	11,8000	4.130,00
16	Vassoura de palha colonial c/ 5 fios, c/ 700 gramas de palha, 03 alturas de amarelos em suas palhas, formato 135 x 10 x 3 cm (Comprimento x Largura x Altura), abertura de 30cm. Cabo de madeira com 1,20 metros.	UN	COLONIAL	300,000	27,8000	8.340,00
23	Pedra sanitária. Pedra sanitária 20g com suporte plástico para vasos sanitários, aromas diversos. Composição: p-diclorobenzeno, PHMB essência e corante.	UN	SANY	600,000	3,1500	1.890,00
26	Perfume de ambientes, concentrado, com borrifador, a base de óleo de frutas, nas fragrâncias doce carinho, vanilha e erva doce. Composição: álcool, água, perfume, nonoxynol-9, benzalkonionchloride, bht, alpha-isomethylionone, benzylsalicylate, butylphenyl, methylpropionalcinnamylalcohol, citronellol, coumarin, geraniol, hexylcinnamal, limonene. Frasco 400 ml	UN	PREMISSE 3	180,000	23,4000	4.212,00
32	Luva composta de látex natural aditivado, impermeabilizada com verniz silver, agente redutor antialérgico. Palma antiderrapante, resistente a atrito, perfuração e corte.tamanhos P, M e G, o par	UN	TALGE	300,000	5,1900	1.557,00
37	Sabão pedra, de álcool, pacote com 5 unidades, 5x180gr cada	UN	OTIMO	100,000	10,9000	1.090,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 38/2023
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2023

Fornecedor: 7938 - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	Papel higiênico branco rolo c/30 mts, folhas dupla, picotado e grofado, pacote com 16 rolos	PCT	BOB	800,000	15,9000	12.720,00
44	Hipoclorito de sódio 12% indicado na remoção de limo e mofo em paredes, muros e pisos, limpando e eliminando os fungos, embalagem de 5 litros	UN	AUDAX	150,000	35,0000	5.250,00
52	Pratos de papelão medida 30 cm diâmetro, embalagem com 100 unidades	UN	C&P	50,000	79,0000	3.950,00
53	Pratos de papelão medida 23 cm diâmetro, embalagem com 100 unidades	UN	C&P	50,000	76,0000	3.800,00
54	Toalha felpuda, para limpeza de chão, 100% algodão medida: 70cmx1,30m.	UN	DE LIMAS	220,000	14,9000	3.278,00
59	Prato descartável plástico branco raso, 15 cm de diâmetro, embalagem com 10 unidades	UN	COPOSUL	350,000	1,7000	595,00
63	Colher sobremesa embalagem com 50 unidades	UN	STRAEPLAST	200,000	4,8000	960,00
65	Mexedor grande 11 cm, ideal para chá e café embalagem com 240 unidades	UN	STRAWPLAS	100,000	11,9000	1.190,00
66	Álcool em Gel Antisséptico para mãos 70% INPM 5 Lts	UN	MEGA	200,000	39,9000	7.980,00
71	Bobina Plástica filme PVC 45cm x 300 mts	UN	GUARUFILM	20,000	30,9000	618,00
72	Rolo de Papel alumínio , tam:45cm x 65mts.	UN	NOSSO ALUM	50,000	29,9000	1.495,00
73	Rolo papel manteiga tam: 29cm x 50mts	UN	BOMPACK	50,000	21,1000	1.055,00
74	Kit de limpeza conjunto Pá e vassoura com cabos de metal e ponteira de rosquear de plástico A x L= 75 X 24cm.	UN	ALKLIM	50,000	34,4000	1.720,00
84	Jogo de copos de vidro liso 330ml com 6 peças	UN	NADIR	30,000	30,7000	921,00
86	Assadeira de alumínio retangular medindo: 47cmx32cmx65cm.	UN	NOSSO ALUM	20,000	36,8000	736,00
94	Sacola plástica com alça camiseta, alta densidade. Medidas 40x50, colorida, embalagem com 100 unidades (a cor será definida na solicitação).	UN	LIBRPLAST	10,000	73,0000	730,00
96	Sacola plástica alça vazada (boca de palhaço), alta densidade, medidas 16 x 20 cm, embalagem com 25 unidades. Colorida (a cor será definida na solicitação).	UN	LIBREPLAST	50,000	79,8000	3.990,00
					Total	103.667,00

Fornecedor: 8897 - MUNARI ATACADISTA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Limpador perfumado concentrado p/ limpeza de pisos, azulejos e outras superfícies laváveis como o fórmicas, pias e bancadas. Composição: alquil, dimetil amina oxidada, nonil fenol etoxilado, conservante, fragrância, corante e água. O produto deve estar registrado ou notificado junto a ANVISA, galão 5 lts.	UN	BRILHO MAG	200,000	17,9500	3.590,00
8	Alvejante com cloro alveja e desinfeta com teor de cloro de 2% a 2,5%. composição hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio, essência, coadjuvante e veículo. Produto notificado na ANVISA, embalagem de 5 litros	UN	BRILHO MAG	300,000	18,9900	5.697,00
18	Prendedor de roupas em madeira resistente, grandes, embalagem c/ 12 unid.	UN	GABOARDI	100,000	4,1700	417,00
21	Desinfetante perfumado, limpa, perfuma e dá brilho, uso em limpeza e desinfecção de pisos em geral, produto concentrado em aroma, diluição de 10ml do produto p/ 100ml de água. Composição: tensoativo aniônico e catiônico. Espessante alcalisante, conservante, coadjuvantes essência, corante e veículo. Polímero e acrílico produto biodegradável c/ registro na ANVISA, embalagem 5 lts	UN	BRILHO MAG	400,000	17,8200	7.128,00
27	Saponáceo cremoso 300ml, composição: tensoativos, aniônico e não aniônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo, preservante, fragrância, veículo, linear alquibenzeno sulfonato de sódio.	UN	PERFECT	500,000	5,6500	2.825,00
33	Rodo plástico 60 cm com cabo de madeira	UN	LOCATELI	80,000	12,8900	1.031,20
39	Cera líquida auto brilho 750ml, composição: agente de polimento, formador de filma, cera natural e sintética, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, corante tensoativa não iônica e veículo. Cor vermelha, amarela ou incolor	UN	GIOCA	100,000	10,0000	1.000,00
41	Amaciante de roupas concentrado embalagem 5 lts.	UN	BRILHO MAG	100,000	19,9500	1.995,00
46	Detergente clorado, embalagem de 5 litros,	UN	BM	320,000	27,2500	8.720,00
49	Oleo de peroba, frasco com 250 ml	UN	PEROBA	30,000	19,7900	593,70
57	Copo térmico capacidade 180ml, tira com 25 unidades	UN	BOMPACK	300,000	9,8400	2.952,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 3/8
 Processo Nº.: 38/2023
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2023

Fornecedor: 8897 - MUNARI ATACADISTA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
61	Prato descartável plástico branco 23 cm de diâmetro, embalagem com 10 unidades	UN	COPOZAN	350,000	3,8600	1.351,00
69	Alvejante sem cloro, composição básica peróxido de hidrogênio, alquil benzeno sulfonato de sódio, fragrância, veículo e demais substâncias químicas permitidas. Não agride os tecidos, especial para roupas coloridas, diluição padrão 100ml de produto para 10l de água. Galão opaco com no mínimo 3l contendo a marca, dados do fabricante, procedência, lote e validade.	UN	BRILHO MAG	100,000	18,4900	1.849,00
70	Soda cáustica em escamas, produto de uso domiciliar, pote com 1kg, a embalagem e o rótulo devem atender as normas da RDC Nº 32/13 ANVISA. Deve possuir registro na Anvisa.	UN	SODADEZ	50,000	16,0000	800,00
78	Pote plástico hermético com tampa 1200ml BPA free.	UN	PLASVALE	50,000	16,0000	800,00
79	Assadeira de vidro temperado com tampa plástica 1.8 lts.	UN	NADIR	30,000	43,8700	1.316,10
81	Assadeira de vidro temperado com tampa plástica, 3.2 lts.	UN	MARINEX	30,000	57,9000	1.737,00
85	Jarra plástica resistente, transparente, c/ tampa e cabo, 5lts, BPA Free.	UN	PLASMOR	30,000	16,1900	485,70
91	Pote plástico descartável, redondo, transparente 200 ml, tira com 50 unidades.	UN	COPOSUL	300,000	8,9500	2.685,00
93	Sacola plástica com alça camiseta, alta densidade. Medidas 50x60, colorida, embalagem com 100 unidades (a cor será definida na solicitação).	UN	DICIPLAN	10,000	84,0000	840,00
95	Sacola plástica com alça camiseta, alta densidade. Medidas 32x40, colorida, embalagem com 100 unidades (a cor será definida na solicitação).	UN	DICIPLAN	10,000	71,3900	713,90
101	Faca de serra em aço inox e cabos de polipropileno. Na cor	UN	TRAMONTINA/	96,000	5,8600	562,56
102	Garfo em aço inox e cabos de polipropileno. Na cor preta. Dimensões: 19,1 cm x 2,4 cm	UN	TRAMONTINA/	96,000	5,8600	562,56
103	Colheres de sopa em aço inox e cabos de polipropileno. Na cor preta. Dimensões aproximadas 19cm.	UN	BORINDELLC	96,000	5,8600	562,56
104	Colheres de café em aço inox e cabos de polipropileno. Na cor preta. Dimensões aproximadas 11,5 cm.	UN	TRAMONTINA/	96,000	4,9800	478,08
					Total	50.692,36

Fornecedor: 9204 - SD SUPERMERCADO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Toalha listrada felpuda p/ limpeza de chão, medida mínima 60x85cm, 100% algodão	UN	BELMOND	400,000	8,2900	3.316,00
7	Água sanitária c/ teor de sódio 2% a 2,5%, embalagem 5 lts	UN	classlimp	350,000	10,9600	3.836,00
10	Saco para lixo 50 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor azul, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 50 unid.	UN	nosso rool	300,000	12,2900	3.687,00
14	Toalha de papel multiuso, contém 2 rolos com 60 toalhas de 19cmX22cm cada, branco de boa qualidade. Composição: 100% fibras naturais.	UN	stylus	700,000	4,2900	3.003,00
15	Alcool etílico embalagem de 1l. 92,8° inpm com registro na ANVISA	UN	super vale	400,000	8,1900	3.276,00
20	Limpa alumínio limpeza de superfícies e objetos de alumínio. Composição: linear alquilbenzenosulfonatod sódio, tensoativos não iônicos, ácido inorgânico, corante e veículo, embalagem 5 lts	UN	claslimp	120,000	15,9800	1.917,60
24	Limpa vidro com registro na ANVISA Composição. Útil glicol, lauril éter sulfato de sódio, álcool etílico, hidróxido de amônia, coadjuvantes, desnaturante, fragrância floral e corante frasco com 500 ml	UN	ideal	120,000	8,8400	1.060,80
25	Detergente de louça neutro 500 ml, tendo certificado na ANVISA. Composição. Componente Ativo, glicerina, coadjuvantes, conservantes, sequestrante, espessante, corante e veículo..	UN	limpol	900,000	2,5400	2.286,00
28	Filtro de papel para café dupla costura nº 103 cx	CX	supremo	120,000	4,3400	520,80
29	Multi inseticida, ingredientes ativos: Permetrina e transflutrina. Composição: solvente, antioxidante, emulsificante, veículos e propelentes, 400ml	UN	proinset	120,000	11,8900	1.426,80
34	Fosforo 5 cm, clorato de potássio e aglutinantes caixa com 200 palitos.	UN	gaboardi	50,000	4,1900	209,50
35	Pano de limpeza microfibra medindo 60cmx38cm. Composto por 90%poliester, 10% poliamida.	UN	martins	250,000	9,1400	2.285,00
36	Pano de prato branco 100% algodão, sem estampa, com bainha, trama fechada, medidas 50 x 90 cm	UN	belomnd	100,000	8,8900	889,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLISPágina: 4/8
Processo Nº.: 38/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2023

Fornecedor: 9204 - SD SUPERMERCADO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
38	Vassoura de nylon reforçada, c/ sepa de plástico, c/ cerdas de nylon felpudas na ponta, composta de no mínimo 60 tufo, organizados no mínimo de 4 por 15 fileiras e cada tufo formado por no mínimo 14 cerdas de nylon macio e flexível c/ pontas de comprimento de 14 cm, c/ no mínimo 27 cm de base, c/ cabo de madeira ou tubo metálico, revestido de película plástica, c/ no mínimo 1,10 mts e no máximo 1,25 mts de comprimento, inclusa ponta plástica com rosca p/ fixar na vassoura.	UN	condor	220,000	12,7800	2.811,60
43	Limpador específico para remover sujeiras e crostas em superfície de cerâmica, azulejos e rejuntas, concentrado diluição 1 parte do produto para 15 partes de água. Composição linear alquil benzeno, sulfato de sódio, coadjuvantes, essência, corante e veículo, embalagem de 5 litros	UN	clasiimp	110,000	36,9000	4.059,00
48	Escova Sanitária Com Suporte, produto indicado Para Lavagem e Higienização Do Vaso Sanitário.	UN	sd	100,000	9,3900	939,00
50	Guardanapo branco medida 19,5cmx19,5cm, embalagem com 50 unidades	PCT	bela vista	200,000	1,9000	380,00
51	Guardanapo branco medida 29,5cmx29,5cm, embalagem com 50 unidades	PCT	bela vista	200,000	2,9700	594,00
58	Copo plástico branco capacidade 80ml, tira com 100 unidades	UN	coposul	200,000	5,0900	1.018,00
62	Prato descartável plástico branco 26 cm de diâmetro, embalagem com 10 unidades	UN	coposul	350,000	5,0900	1.781,50
64	Garfo sobremesa embalagem com 50 unidades	UN	strapiast	200,000	4,4400	888,00
67	Álcool Líquido 70% INPM 5 Lts	UN	super vale	400,000	47,6900	19.076,00
75	Lenço umedecido, pacote com 100 unidades de 20 x 15cm.	UN	anjinho	80,000	8,8800	710,40
90	Rodo com esponja abrasiva, com cabo, medidas 25x7 cm.	UN	desafio	150,000	12,9900	1.948,50
					Total	61.919,50

Fornecedor: 9340 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Esponja de lã de aço carbono 44g embalagem com 8 unidades	UN	Q LUSTRO	200,000	2,7100	542,00
5	Bolsa p/ limpeza grossa atalhada, alvejada medida mínima 50x70cm, 100% algodão	UN	MARTINS	200,000	7,9500	1.590,00
13	Copo descartável 180ml, transparente pct c/ 25 tiras, caixa com 2500 copos	CX	CRISTAL COF	250,000	120,0000	30.000,00
17	Balde 12 lts em plástico, não reciclado com cabo de metal	UN	ARQPLAST	50,000	15,3000	765,00
19	Sabão em pó ultrafino, com ativo concentrado, composição básica alquil benzenosulfonato de sódio ou dodecilbenzenosulfonato de sódio tensoativos, corantes, espessantes, conservantes, corantes, fragrâncias, enzimas, água e outras substâncias químicas permitidas, caixa com no mínimo 1,6KG, contendo a marca, dados do fabricante, procedência, lote e validade.	CX	TIXAN YPE	300,000	21,2900	6.387,00
22	Álcool perfumado. Uso na limpeza e desinfecção de mesas, cadeiras, e superfícies em geral, aroma pérola ou lavanda. Composição: Álcool etílico solubilizante, essência, desnaturante, corante e veículo. Produto biodegradável com registro na ANVISA e MS. Embalagem de 05 litros	UN	LOWEST	300,000	31,3000	9.390,00
30	Multiuso concentrado ação desengordurante, embalagem 5 lts, limpador instantâneo, limpeza pesada, composição: linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de	UN	ATTIVO	150,000	26,6000	3.990,00
31	Neutralizador de odores. Neutraliza os odores indesejáveis em ambientes fechados e úmidos e deixa um perfume agradável no ambiente. Composição: cloro de benzalconico, tensoativo não iônico, coadjuvante, fragrância e água. Embalagem de 500 ml com burrifador	UN	PREMISSE	300,000	22,1500	6.645,00
42	Sabonete líquido perolado, embalagem 5 lts., cremoso gel, composição lauriléter, sulfonato de sódio edta, dietanalimida de ácido graxo de coco, dieterato de polietilenoglicol 6000, dieterato de etilenaglicol olamida de coco, nas fragrâncias: pérola, pitanga, morango, cheiro de bebê, flor de laranjeira.	UN	PREMISSE	100,000	27,9000	2.790,00
45	Limpa telha, desincrostante alcalino, com hidróxido de sódio, teor de cloro 7% p/p, produto destinado a limpeza de telhados, pisos brutos, muros e outras superfícies rústicas com acúmulo de crostas. Produto deve ter registro no ministério da saúde, apresentar ficha técnica e registro Anvisa do produto, embalagem de 05 litros.	UN	LOWEST	100,000	44,0000	4.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 5/8

Processo Nº.: 38/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2023

Fornecedor: 9340 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	Rodo de espuma medindo 25x9,8 cm c/ cabo de 1,20 mts	UN	DESAFIO	100,000	12,9000	1.290,00
55	Toalha para cozinha medidas mínimas 60cmx70cm, COM BAINHA	UN	MARTINS	100,000	7,9000	790,00
56	Palito dental embalado individualmente, com 50 unidades	UN	BOMPACK	100,000	5,7000	570,00
60	Prato descartável plástico branco 21 cm de diâmetro, embalagem com 10 unidades	UN	CRISTAL COF	350,000	3,0000	1.050,00
68	Vassoura 25,5 larg. no plástico, 31 cm larg. nas cerdas, 11,7cm altura das cerdas até o plástico 20 x 4 tuchos = 80 "tuchos"	UN	GAUCHA	200,000	15,9000	3.180,00
76	Jogo de potes plásticos hermético com tampa 500 ml, com BPA free.	UN	PLASVALE	50,000	19,9000	995,00
77	Pote plástico hermético com tampa 1000 ml BPA free.	UN	PLASVALE	50,000	13,9500	697,50
80	Assadeira de vidro temperado com tampa plástica, 2lts.	UN	MARINEX	30,000	53,5000	1.605,00
82	Assadeira de vidro temperado com tampa plástica 5 lts.	UN	MARINEX	30,000	78,5000	2.355,00
83	Jogo de copos de vidro liso 265ml com 6 peças	UN	NADIR	30,000	21,9000	657,00
87	Caixa plástica com tampa, para cozinha, 18lts, BPA Free.	UN	PLASVALE	20,000	42,6000	852,00
88	Caneca de alumínio polido resistente com alça 300ml.	UN	DAT	120,000	9,2500	1.110,00
89	Pano de microfibra, 80% poliéster, 20 % poliamida, medida mínima 100cm x 70 cm	UN	MARTINS	200,000	18,3000	3.660,00
92	Pote plástico descartável, redondo com tampa, transparente 250 ml, tira com 50 unidades.	UN	ORLEPLAST	150,000	21,5000	3.225,00
97	Sacola papel kraft, medidas 14 x 33 cm.	UN	DACK	500,000	2,8000	1.400,00
98	Sacola papel kraft, medidas 24 x 30 cm.	UN	DACK	500,000	4,4500	2.225,00
99	Sacola papel kraft, medidas 28 x 39 cm	UN	DACK	500,000	5,3500	2.675,00
100	Copo plástico transparente, 300 ml, embalagem 100 unidades.	UN	ORLEPLAST	500,000	9,8500	4.925,00
					Total	99.760,50

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 26/2023, Processo Licitatório nº 38/2023 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

- 2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.
- 2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.
- 3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.
- 3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.
- 3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.
- 3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 6/8
Processo Nº.: 38/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2023

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. Os valores a serem pagos pelos itens contratados são aqueles constantes na proposta que instrui o Processo Licitatório nº. 38/2023 - Pregão Presencial nº. 26/2023 com valor global na importância de R\$ 316.039,36 (trezentos e dezesseis mil e trinta e nove reais e trinta e seis centavos).

8.2. Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 26/2023, Processo Licitatório nº 38/2023 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 7/8
Processo N°: 38/2023
PREGÃO PRESENCIAL N°. 26/2023

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n°. 26/2023 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n°. 26/2023;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 8/8

Processo Nº.: 38/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2023

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 38/2023; o Edital do Pregão nº 26/2023 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 4 de Janeiro de 2024.

Município de Lacerdópolis
SERGIO LUIZ CALEGARI
PREFEITO

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1516/2023

Publicação Nº 5484814



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1516/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 8.899/2023;

R E S O L V E:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. **ANDRESA MARIA CLAUDINO**, Professora, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 21/12/2023, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1517/2023

Publicação Nº 5484816



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1517/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR, as pessoas abaixo relacionadas do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

- Ana Cláudia da Silva;
- Ana Helena Henrique Lopes Oliveira;
- Cláudia Luiza Machado Carboni;
- Cristilda Vieira Ferreira;
- Dalcimery Alves;
- Georgia Fernandes Mattos;
- Gisele Teodoro do Carmo;
- Gizelle Maria dos Santos Batista Silva;
- Graciele de Souza Horácio;
- Ivalda Cardoso Guedes;
- Joelma Martins Teodoro dos Santos;
- Júlio Serafim da Costa Júnior;
- Kátia Machado Santana;
- Laís Biehl Fernandes;
- Larissa Leandro de Freitas;
- Licemar da Silva;
- Leonardo Gonzaga David;
- Lucas Berendt Fernandes;
- Maria Gabriela da Silva;
- Maria Regina de Oliveira Bertolino;

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

www.laguna.sc.gov.br comunicacao@laguna.sc.gov.br

@prefeituradelaguna

@prefeiturallaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

- Mariana Anselmo Vieira;
- Marisa Helena Freitas Pereira;
- Natália Navegantes Silva;
- Nazaré dos Santos Fernandes;
- Noemia Nunes;
- Patrícia Freitas Epifânio;
- Patricia Guederte;
- Rejane Adriano;
- Renata Martins Adriano;
- Rosana Zeferino Tavares;
- Roseli Pasuch;
- Samanta Bucheler Sabino;
- Silvana da Rosa Cardoso;
- Susi Mere Cabreira Viveiro;
- Taise Eduardo de Quadros;
- Tamiris Ribeiro Jacinto;
- Tatiana Rodrigues Castro;
- Thais de Souza;
- Valéria Lopes Oliveira.
-

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1518/2023

Publicação Nº 5484818



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1518/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR, as pessoas abaixo relacionadas do Cargo de Professor Corregente, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

- Ana Carolina Garcia dos Santos – 20 horas;
- Ana Carolina Garcia dos Santos – 20 horas;
- Ângela Fidelix Teodoro – 20 horas;
- Ângela Fidelix Teodoro – 10 horas;
- Ângela Fidelix Teodoro – 10 horas;
- Ângela Soares José da Silva – 20 horas;
- Camila Bento Martins – 30 horas;
- Camila Elíbio da Rosa – 10 horas;
- Camile Fernanda Machado dos Santos – 40 horas;
- Carmélia Moura Matos – 20 horas;
- Caroline Rosa Teixeira – 40 horas;
- Cleide Wandrey do Nascimento – 20 horas;
- Daisiane Souza de Oliveira – 20 horas;
- Damarys Santana Francioni da Silva – 20 horas;
- Daniela da Rosa Gonaçalves – 40 horas;
- Danielle Crescêncio Neves – 40 horas;
- Danielle Mendes Leonel – 20 horas;
- Danielle Mendes Leonel – 20 horas;
- Danúbia Francisco Ramos – 20 horas;
- Daucira Duarte Martins Patrício – 20 horas;
- Débora Matuxari – 40 horas;
- Diana Mendes da Silva – 10 horas;
- Diana Mendes da Silva – 10 horas;
- Fernanda Falcão Mohr – 20 horas;
- Fernanda Martins da Silva dos Santos – 20 horas;

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

www.laguna.sc.gov.br comunicacao@laguna.sc.gov.br

@prefeituralaguna

@prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**

Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC

☎ 48 3646-3619

- Fernanda Tonial Freitas – 10 horas;
- Flávia Fidelix Teodoro Pigatto – 20 horas;
- Francieli Aparecida Araújo Justino Silveira – 20 horas;
- Gabriela Reis Araújo – 40 horas;
- Graziela Pacheco Rosa – 10 horas;
- Haruany de Oliveira Medeiros – 40 horas;
- Janaina Kosztrzepa – 40 horas;
- Jane de Carvalho Alves – 20 horas;
- Jaqueline Costa Amaro – 20 horas;
- José Ferreira de Córdova Filho – 20 horas;
- Josiane Batista – 20 horas;
- Josiane Laurindo – 10 horas;
- Karina Cardoso Abreu – 40 horas;
- Kátia Maria da Silva Buim – 20 horas;
- Laércio de Freitas Vargas – 20 horas;
- Lisnara Prá Zandonato – 40 horas;
- Lucas Gome Antunes – 40 horas;
- Lúcia Camilo Jerônimo de Araújo – 10 horas;
- Luciani Ramos de Souza – 40 horas;
- Marcelo Machado – 10 horas;
- Margarete Adriano – 20 horas;
- Marynara Souza Santos – 20 horas;
- Michele Araújo de Souza – 10 horas;
- Morgana Medeiros de Castro – 40 horas;
- Paula Regina Vitorino Schonardie – 20 horas;
- Raquel Rebelo Figueiredo Rosa – 20 horas;
- Raquel Rebelo Figueiredo Rosa – 20 horas;
- Renata Puluceno de Oliveira – 20 horas;
- Rosilda Soares – 40 horas;
- Sabrina Fagundes Barbosa – 20 horas;
- Sabrina Fagundes Barbosa – 20 horas;
- Sayonara Laureano Ferreira – 20 horas;
- Sílvia de Sousa Saviatto – 10 horas;
- Simone José – 20 horas;
- Simone Mendes – 20 horas;
- Suelen Santhiago Gustavo – 20 horas;

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📺 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

- Suelen Vargas Nunes Tasso – 20 horas;
- Tainá Emídio Santos – 20 horas;
- Tania Maria Luiz Urbano – 20 horas;
- Thayná Oliveira Bonifácio – 20 horas;
- Thayná Oliveira Bonifácio – 20 horas;
- Wellington Vieira Nascimento – 40 horas;
- Zulaide Araújo da Conceição Martins – 20 horas.

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1519/2023

Publicação Nº 5484819



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1519/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, as pessoas abaixo relacionadas do Cargo de Professor Anos Iniciais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

- Ana Luiza Souza – 20 horas;
- Andreia Daiane Velozo – 20 horas;
- Ângela Cristina Felisberto Antônio – 40 horas;
- Bárbara Andrade – 40 horas;
- Beatriz de Abreu – 20 horas.
- Cristiani Duarte de Souza Henrique – 10 horas;
- Damarys Santana Francioni da Silva – 20 horas;
- Danielle Souza Justino – 20 horas;
- Danielle Souza Justino – 20 horas;
- Elisângela Oliveira Patrício – 40 horas;
- Elizabeth Leandro de Oliveira de Paula – 40 horas;
- Ercila Ramos Vianna – 20 horas;
- Ercila Ramos Vianna – 20 horas;
- Gilmara Peixoto Camilo Venério – 40 horas;
- Jainara Araújo Alves – 20 horas;
- Janaina Rodrigues da Silva – 40 horas;
- Juliana Lopes Goulart – 10 horas;
- Jurandir Martins Marques Júnior – 40 horas;
- Lilian Mariano Monteiro – 20 horas;
- Patrícia Pedroso Eulipia – 40 horas;
- Renata Mendonça Teixeira Rebelo – 40 horas;
- Roziléia Guimarães Constantino – 20 horas;
- Roziléia Guimarães Constantino – 20 horas;

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

www.laguna.sc.gov.br

comunicacao@laguna.sc.gov.br

@prefeituradelaguna

@prefeituragaluna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

- Samuel Brígido dos Santos – 20 horas;
- Scheila Preve Costa – 40 horas;
- Solange de Andrade Martins – 40 horas;
- Tathiane de Souza Thomaz – 40 horas;
- Vânia Balduino Pereira – 20 horas;
- Vânia Balduino Pereira – 20 horas;
- Vera Lúcia Viana – 20 horas;
- Viviane Nascimento da Rosa Silva – 40 horas.

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1520/2023

Publicação Nº 5484820



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1520/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR, as pessoas abaixo relacionadas do Cargo de Professor de Inglês, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

- Jean de Sousa Cardoso – 40 horas;
- Juliana Reis Pacheco – 30 horas;
- Maria Aparecida dos Passos – 20 horas;
- Patrícia dos Santos Fortunato Andrade – 30 horas;
- Paula Cristina Monsueto Tomé – 30 horas;
- Renata Gomes Cardoso – 40 horas;
- Rosicleia Gordo Rodrigues Motta – 40 horas.

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituradelaguna

📘 @prefeituragaluna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1521/2023

Publicação Nº 5484825



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1521/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR, as pessoas abaixo relacionadas do Cargo de Professor de Artes, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

- Ana Paula de Oliveira Jesus Laureano – 40 horas;
- Christiane Cardoso – 20 horas;
- Gislane da Silva Martins Andrade – 30 horas;
- Hélio da Silva Júnior – 20 horas;
- Hélio da Silva Júnior – 10 horas;
- Márcia Duarte Felisberto – 40 horas;
- Roberta Pinho Santos – 40 horas.

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA N° 1522/2023

Publicação N° 5484827

**Secretaria da
Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619**PORTARIA RH N° 1522/2023**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR, as pessoas abaixo relacionadas do Cargo de Professor de Língua Portuguesa, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

- Carla Geremias Batista – 20 horas;
- Danielle de Oliveira Berto - 40 horas;
- Júlio César Frey Pereira – 40 horas.

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

www.laguna.sc.gov.br comunicacao@laguna.sc.gov.br

@prefeituradelaguna

@prefeituragaluna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1523/2023

Publicação Nº 5484831



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1523/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR, as pessoas abaixo relacionadas do Cargo de Professor de Geografia, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

- Monique Helena da Silva – 20 horas;
- Rafael Tomaz dos Santos – 20 horas.

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA N° 1524/2023

Publicação N° 5484832



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH N° 1524/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DEMITIR, as pessoas abaixo relacionadas do Cargo de Professor de Ciências, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

- Julini Fernandes Bonifácio – 20 horas;
- Luana Fernandes Delgado – 30 horas;
- Luana Fernandes Delgado – 10 horas;
- Rita de Cássia da Silveira Ribeiro – 40 horas.

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituradelaguna

📘 @prefeituradelaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1525/2023

Publicação Nº 5484833



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles,145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1525/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, as pessoas abaixo relacionadas do cargo em comissão de Diretor Escolar, ANS 1, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

NOME	UNIDADE ESCOLAR	LOCALIDADE
Alessandra Estefânia Polucena Pontes	EEB Iraci Virginia Rodrigues	Bentos
Andrea Damiani Fidelix André	CEI Turma da Mônica e EEB Comandante Moreira	Campos Verdes
Andrea Gluch Zeferino	CEI Pequeno Cisne e EEB Elizabeth Ulysséa Arantes	Portinho
Casilda Caemerer da Silva	CEI Saci Pererê e EEB José de Souza Guimarães	Figueira
Iraci Vieira	EEB Nininha Guedes dos Reis	Barbacena
José Rinaldo F. Batista	CEI Chapeuzinho Vermelho e EEB Ver. Jurandir P.dos Santos	Cigana
Marli Caemerer Jerônimo	CEI Super Amigos e EEB Agrícola Índio Guimarães	Parobé
Valdiana Alexandre da Silva	EEB Dr. Armando Calil Bulos	Estreito

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

www.laguna.sc.gov.br
comunicacao@laguna.sc.gov.br
☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

[@prefeituradelaguna](#)
[@prefeituradelaguna](#)



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**

Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC

☎ 48 3646-3619

Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituradelaguna

📘 @prefeituragalaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1526/2023

Publicação Nº 5484834



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1526/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR os servidores abaixo nominados ocupantes de cargos em comissão, lotados na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

NOME	CARGO
Fernanda Fernandes Bernardo	Assessor de Direção – CEI Sonho de Criança; EEB Chiquinha Gomes de Carvalho; CEI Tio Patinha e EEF Morro Grande
Júlio Cruz David	Assessor de Direção – CEI Irmã Vera; CEI Meu Primeiro Passo e EEB Francisco Zezuino Vieira
Luciana Martins dos Santos Leandro	Assessor de Direção – EEB Custódio Floriano Córdova

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituradelaguna

📘 @prefeituragaluna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA Nº 1527/2023

Publicação Nº 5484835



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH Nº 1527/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

EXONERAR, SUSANI CÓRDOVA RAMOS do cargo em Comissão de Diretor Escolar da EEB Custódio Floriano de Córdova – Passagem da Barra, com lotação na Secretaria de Educação e Esporte, partir desta data.

Laguna, SC, 29 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📷 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

PORTARIA N° 1528/2023

Publicação N° 5484836



Secretaria da
**Fazenda,
Administração e
Serviços Públicos**
Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 3º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3646-3619

PORTARIA RH N° 1528/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E

DEMITIR, JULIANA FERNANDES DOS SANTOS do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Laguna, SC, 29 de Dezembro de 2023.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

Av. Colombo Machado Salles, 145 - Centro Administrativo Tordesilhas - Centro / Laguna-SC

🌐 www.laguna.sc.gov.br

✉ comunicacao@laguna.sc.gov.br

📱 @prefeituralaguna

📘 @prefeituralaguna

☎ 48 3644-1655 / 3644-1625

FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE - FLAMA**INSTRUÇÃO NORMATIVA FLAMA N. 01/2024**

Publicação Nº 5484513

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência****PORTARIA FLAMA N. 01/2024**

Regulamenta o procedimento administrativo de abertura e tramitação do processo administrativo de fiscalização ambiental no âmbito da Fundação Lagunense do Meio Ambiente.

O **PRESIDENTE** da **FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE – FLAMA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, V, do Decreto Municipal n. 1.727/2006 (Estatuto da Fundação Lagunense do Meio Ambiente); e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo fiscalizatório ambiental será formalizado mediante portaria expedida pelo Presidente do órgão ambiental municipal, na forma do art. 49 da Lei Municipal n. 2.293/2022;

RESOLVE:**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Esta Portaria regulamenta o procedimento administrativo para abertura e tramitação do processo administrativo de fiscalização ambiental no âmbito da Fundação Lagunense do Meio Ambiente.

Art. 2º. As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições da Lei Municipal n. 2.293/2022.

Art. 3º. Constituem princípios básicos do processo administrativo infracional a legalidade, a finalidade, a motivação, a razoabilidade, a proporcionalidade, a moralidade, o formalismo moderado, a publicidade, o contraditório, a ampla defesa, a segurança jurídica, o interesse público, a impessoalidade, a boa-fé e a eficiência, conforme disposto no art. 45 da Lei Municipal n. 2.293/2022.

Art. 4º. A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva e solidária, na forma do art. 35 da Lei Municipal n. 2.293/2022.

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência****CAPÍTULO II****Apreciação e Autorização da Presidência**

Art. 5º - Todo despacho ou processo administrativo na Fundação Lagunense do Meio Ambiente (FLAMA) deverá, antes de ser enviado a qualquer setor ou entidade externa, passar pela apreciação da Presidência para procedimento.

Art. 6º - Em todas as fases dos processos administrativos e em todos os atos que demandem decisão, deverá ser incluída a etapa de apreciação pela Presidência da FLAMA, garantindo o cumprimento das normativas e leis aplicáveis.

Art. 7º - A Presidência da FLAMA tem o poder de realizar diligências em outros órgãos para cooperação e ajuda na mitigação de qualquer risco, ou recomendar a suspensão de alvarás em eventos que tentem burlar a lei ou normativas.

Art. 8º - Qualquer ação judicial a ser ingressada pela FLAMA deverá ter a ciência e a aprovação do Presidente, incluindo a análise dos valores das custas judiciais e demais despesas processuais.

Art. 9º - A Presidência da FLAMA deverá ser informada e dar sua aprovação em todas as etapas significativas de qualquer processo ou ação, garantindo a aderência às políticas e diretrizes da fundação.

Art. 10 - Em casos de processos administrativos que envolvam sanções ou penalidades, o processo será, em primeiro lugar, submetido à análise e apreciação da Presidência.

Art. 11 - A emissão de qualquer parecer técnico ou jurídico em processos administrativos será realizada/divulgado apenas após a autorização da Presidência.

Art. 12 - A Presidência da FLAMA terá a prerrogativa de solicitar revisões, modificações ou complementações em qualquer processo administrativo, visando à conformidade com a legislação e as políticas internas.

Art. 13 - As decisões finais em processos administrativos, especialmente aqueles que possam impactar a imagem ou as finanças da FLAMA, serão tomadas exclusivamente pela Presidência.

Art. 14 - Todos os setores da FLAMA deverão reportar periodicamente à Presidência sobre o andamento dos processos e as ações em curso, mantendo um canal de comunicação efetivo e transparente.

Art. 15 - A Presidência da FLAMA terá autoridade final em questões relacionadas a parcerias, acordos de cooperação e quaisquer outras formas de colaboração com entidades externas.

Art. 16 - A Presidência da FLAMA deverá ser consultada e dar a aprovação final em todos os assuntos relacionados à política ambiental, sustentabilidade e projetos de grande impacto.

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

Art. 17 - Para os fins desta Portaria, entende-se por:

I – atendimento: meio de comunicação escrita realizado pelo usuário externo para o pedido/encaminhamento de informação, sugestão, reclamação, denúncia, elogio ou solicitação, desde que não vinculado a Protocolo FLAMA ou Processo Administrativo previamente aberto, com o recebimento de numeração própria.

II – agente fiscal: o servidor de carreira da Fundação Lagunense do Meio Ambiente, devidamente qualificado e capacitado, possuidor do poder de polícia ambiental, responsável por lavrar o auto de infração ambiental e tomar as medidas preventivas que visem cessar o dano ambiental.

III – autoridade ambiental fiscalizadora: o(a) Presidente(a) da Fundação Lagunense do Meio Ambiente, com poderes para, depois de transcorrido o prazo para alegações finais, julgar o processo administrativo de fiscalização ambiental, por meio de decisão administrativa.

IV – conversão de multa: o procedimento especial de quitação da multa, que visa, nos termos de regulamentação específica, converter o valor pecuniário correspondente através de termo de compromisso ambiental.

V – decisão administrativa: o ato de julgamento, proferido pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora, passível de recurso pelo autuado.

VI – decisão de recurso administrativo: a decisão prolatada em processo administrativo de fiscalização ambiental pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA) do Município de Laguna.

VII – decisão administrativa de penalidade: a decisão proferida pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora após o trânsito em julgado administrativo do processo administrativo de fiscalização ambiental.

VIII - degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

IX – despacho: ato administrativo de comunicação entre usuários internos, em ordem crescente, dentro de um Atendimento, Memorando, Ofício, Protocolo FLAMA ou Processo Administrativo.

X - fiscalização ambiental: o instrumento do poder de polícia ambiental voltado à verificação de irregularidades ambientais no uso dos recursos naturais ou atividades potenciais ou efetivamente poluidoras, bem como à apuração de ocorrência de dano ambiental, de forma a garantir a preservação do meio ambiente pela coletividade;

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

XI - meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

XII – multa indicada: a multa estabelecida pelo agente fiscal no auto de infração ambiental, por ocasião de sua lavratura, que dá início ao processo administrativo de fiscalização ambiental.

XIII – multa consolidada: a multa que resulta da decisão no julgamento de defesa administrativa ou de recurso administrativo, consideradas as circunstâncias agravantes, atenuantes, bem como a majoração e minoração incidentes nos termos desta Portaria, além dos acréscimos legais.

XIV – multa simples aberta: a sanção pecuniária prevista em ato normativo estabelecida objetivamente por tabela de valoração, dentro de um intervalo entre um mínimo e um máximo legal, sem indicação de um valor fixo.

XV – multa simples fechada: a sanção pecuniária prevista em ato normativo com valor certo e determinado.

XVI - ofício: ato administrativo expedido pelo Presidente, através do Gabinete da Presidência (FLAMA-GP) endereçado a usuário externo, para fins de comunicação, resposta, encaminhamento de informações ou documentos, vinculado ou não a um Protocolo FLAMA ou Processo Administrativo previamente aberto, com o recebimento de numeração própria.

XVII - órgão ambiental municipal: a Fundação Lagunense do Meio Ambiente - FLAMA, entidade ambiental responsável pela execução da Política Municipal do Meio Ambiente e pela preservação, conservação, recuperação, licenciamento, autorização, fiscalização e planejamento das ações relacionadas ao meio ambiente, com a utilização de servidores próprios do seu quadro funcional;

XVIII – órgão recursal: o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA).

XIX - poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição do meio ambiente;

XX - poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudique a saúde, a segurança e o bem-estar das populações ou que possam vir a comprometer seus valores culturais;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) comprometam as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

e) alterem desfavoravelmente o patrimônio genético e cultural (histórico, arqueológico, paleontológico, turístico, paisagístico e artístico);

f) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

g) criem condições inadequadas de uso do meio ambiente para fins públicos, domésticos,

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06

- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000

protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

agropecuários, industriais, comerciais, recreativos e outros;

XXI - poluição rural: todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

a) contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequada de produtos agrotóxicos e/ou fertilizantes;

b) disposição de embalagem de produtos agrotóxicos sobre o solo;

c) lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com produtos agrotóxicos, com disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação;

d) disposição de resíduos orgânicos de animais sobre o solo e nas águas, exceto através de técnicas adequadas a serem aprovadas pelo órgão ambiental competente, precedidas de tratamento em instalações apropriadas;

XXII - poluição sonora: a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público;

XXIII - poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

XXIV - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna, a flora e demais componentes do ecossistema necessários à manutenção do equilíbrio e da qualidade do meio ambiente associada à qualidade de vida e à proteção do patrimônio natural, artificial ou cultural (histórico, arqueológico, paleontológico, turístico, paisagístico e artístico), passíveis ou não de utilização econômica;

XXV - processo administrativo: o ato administrativo de abertura de processo administrativo realizado por usuário interno, com o recebimento de numeração própria.

XXVI - processo administrativo de fiscalização ambiental: o procedimento originado pelo órgão ambiental municipal que tem origem com a lavratura da notificação preliminar ambiental/intimação ambiental ou do auto de infração ambiental.

XXVII - reincidência: o cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, contados da lavratura de auto de infração ambiental anterior devidamente confirmado em decisão transitada em julgado administrativo.

XXVIII - representação: denúncia formalizada por usuário interno ou externo sobre fato que contenha indícios de infração administrativa ambiental.

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

XXIX – suspensão da exigibilidade da multa: procedimento especial de suspensão da cobrança com possibilidade de redução do valor da multa que visa, nos termos de regulamentação específica, ofertar ao infrator, ou a requerimento deste, por termo de compromisso, obrigar-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

XXX – termo de compromisso ambiental: constitui título executivo extrajudicial, sendo o instrumento legal próprio, firmado, individual ou coletivamente, entre o infrator ambiental e a autoridade ambiental competente, visando à execução de medidas com condicionantes técnicas específicas de modo a cessar, adaptar, recompor, compensar ou corrigir a atividade degradadora ou potencialmente poluidora e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, observados os prazos e metas acordados.

XXXI – trânsito em julgado administrativo: momento processual administrativo no qual a decisão torna-se definitiva, não havendo possibilidade de modificação, em virtude do esgotamento do prazo para interposição de recurso administrativo ou da decisão de recurso administrativo.

XXXII - usuário externo: pessoas jurídicas de direito público (entes federativos, entidades públicas e órgãos públicos de qualquer esfera de poder) e pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que solicitem serviços, informações ou documentos por meio de Atendimento ou Protocolo FLAMA.

XXXIII - usuário interno: órgãos internos da FLAMA, com as seguintes nomenclaturas e siglas: Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), Procuradoria Jurídica Fundacional (FLAMA-PJF), Diretoria de Licenciamento Ambiental (FLAMA-DLA) e Diretoria de Fiscalização Ambiental (FLAMA-DFA), Núcleo de Conciliação Ambiental (FLAMA-NCA) e Setor de Protocolo (FLAMA-PRO).

CAPÍTULO III**DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ORDINÁRIO****Seção I****Disposições Gerais**

Art. 18. Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração ambiental, do qual deverá ser dada ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 19. A comunicação do autuado sobre os atos praticados no processo administrativo de fiscalização ambiental se dará na forma do art. 46 da Lei Municipal n. 2.293/2022.

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

Art. 20. No exercício das funções fiscalizadoras, os agentes fiscais podem lavrar os seguintes instrumentos legais do exercício da atividade:

- I** - Auto de Constatação Ambiental;
- II** - Auto de Infração Ambiental;
- III** - Notificação Preliminar Ambiental;
- IV** - Parecer Fiscal;
- V** - Relatório Fiscal;
- VI** - Termo de Apreensão, Destruição, Inutilização Devolução e Soltura;
- VII** - Termo de Embargo, Interdição ou Suspensão;
- VIII** - Termo de Visita Fiscal.

Seção II**Do procedimento para a apuração de infração administrativa ambiental**

Art. 21. Havendo indícios de ocorrência de infração administrativa ambiental, constatados de ofício pelo Agente Fiscal ou por meio de representação interna ou externa, deverá ser aberto procedimento administrativo para a sua apuração, observado o seguinte rito:

- I** – realização do cadastro da representação externa ou interna, na forma Portaria FLAMA n. 04/2023;
- II** – recebimento do procedimento pelo servidor responsável do Setor de Protocolo (FLAMA-PRO);
- III** – encaminhamento do procedimento, via despacho, ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP);
- IV** – encaminhamento do procedimento do Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), via despacho, à Diretoria de Fiscalização Ambiental (FLAMA-DFA), para fins de apuração, pelo agente fiscal, da ocorrência de infração administrativa ambiental, podendo, para tanto, solicitar parecer técnico ou jurídico a fim de fundamentar a conclusão da apuração;
- V** – finalização da apuração da ocorrência de infração administrativa ambiental pela Diretoria de Fiscalização Ambiental (FLAMA-DFA), com a emissão do ato administrativo conclusivo.
- VI** – encaminhamento do procedimento ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), informando a conclusão da apuração e solicitando o arquivamento do procedimento;
- VII** – envio da resposta ao denunciante, para conhecimento, e posterior arquivamento do procedimento pelo Gabinete da Presidência (FLAMA-GP).

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

Art. 22. Emitido o ato administrativo descrito no inciso V do artigo anterior e concluindo-se pela inexistência de infração administrativa ambiental, o agente fiscal encaminhará o procedimento ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), via despacho, recomendando o seu arquivamento.

Parágrafo único. Ao receber o procedimento na forma do inciso anterior, o Gabinete da Presidência (FLAMA-GP) determinará o seu arquivamento, salvo em caso de obtenção de novas provas, onde deverá reencaminhar o procedimento à Diretoria de Fiscalização Ambiental para nova apuração, na forma do inciso IV do artigo anterior.

Art. 23. Emitido o ato administrativo descrito no inciso V do artigo 9º e concluindo-se pela constatação da ocorrência de infração administrativa ambiental, o agente fiscal aplicará as medidas administrativas cabíveis, dando início à abertura do respectivo processo administrativo de fiscalização ambiental, na forma do art. 12 desta Portaria, a fim de corrigir a irregularidade, quando sanável (expedição de notificação preliminar ambiental), sancionar o autuado (lavratura do auto de infração ambiental), e fazer cessar a ocorrência do dano ambiental (lavratura do termo de embargo/interdição/suspensão ou outro ato administrativo correlato) e demais atos administrativos sancionatórios que se fizerem necessários.

Art. 24. Aberto o processo administrativo de fiscalização ambiental, o agente fiscal relatará o ocorrido no procedimento para a apuração de infração administrativa ambiental e o encaminhará ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), recomendando o seu arquivamento.

Parágrafo Único. Ao receber o procedimento, o Gabinete da Presidência (FLAMA-GP) determinará o seu arquivamento ou tomar outras providências.

Seção III**Do processo administrativo de fiscalização ambiental**

Art. 25. O processo administrativo de fiscalização ambiental deverá ser iniciado com a lavratura da notificação preliminar ambiental ou do auto de infração ambiental, conforme o caso.

Art. 26. O processo previsto no artigo anterior observará o seguinte rito:

I – abertura do processo administrativo de fiscalização ambiental pelo Setor de Protocolo (FLAMA-PRO), e posterior remessa ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), via despacho;

II – encaminhamento, pelo Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), do processo administrativo de fiscalização ambiental, via despacho, à Diretoria de Fiscalização Ambiental (FLAMA-

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

DFA);

III – juntada dos documentos lavrados pelo agente fiscal no processo e posterior comunicação/intimação do autuado sobre o processo administrativo de fiscalização ambiental, instaurando-se o contraditório e a ampla defesa;

IV – sanada a irregularidade ambiental pelo notificado após a lavratura da notificação preliminar ambiental, o agente fiscal registrará o ocorrido, e encaminhará o processo, via Despacho, ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), que promoverá o seu arquivamento.

V – lavrado o auto de infração ambiental, acompanhado ou não do termo de embargo/interdição/suspensão demais atos administrativos sancionatórios necessários, o agente fiscal emitirá relatório fiscal no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, contados da data da lavratura do auto de infração ambiental, realizando a sua juntada no processo; podendo ser concedido mais 5 (cinco dias) após solicitação a presidência,

VI – encaminhamento do processo administrativo de fiscalização ambiental ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP) se assim presidente decidir, poderá, na sequência, ao Núcleo de Conciliação Ambiental (FLAMA-NCA), para a realização de audiência de conciliação ambiental, em data a ser designada na notificação preliminar ambiental;

VII – realizada a audiência de conciliação ambiental e restando exitosa a conciliação, será lavrado o termo de audiência e o processo será encaminhado à Procuradoria Jurídica Fundacional (FLAMA-PJF), via despacho, para a elaboração de da minuta do termo de compromisso ambiental que devesse adotar medidas mínimas de especificidade;

VIII – minutado o termo de compromisso ambiental e realizada a sua juntada, o processo será encaminhado ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP) para decisão administrativa, onde serão avaliadas as circunstâncias agravantes e atenuantes, bem como a situação econômica do infrator, podendo a Autoridade Ambiental Fiscalizadora readequar o valor da multa indicada no auto de infração ambiental, minorando-a ou majorando-a, a fim de fixar o valor da multa consolidada;

IX – emitida a decisão administrativa, será firmado o termo de compromisso ambiental, com os requisitos do art. 51 da Lei Municipal n. 2.293/2022

X - anexados a decisão administrativa e o termo de compromisso ambiental assinado entre as compromissários no processo administrativo de fiscalização ambiental, o processo será arquivado pelo Gabinete da Presidência (FLAMA-GP).

XI – realizada a audiência de conciliação ambiental e restando inexitosa a conciliação, ou não comparecendo o autuado à audiência, será lavrado o termo de audiência, onde constará a abertura do prazo para a apresentação de defesa administrativa pelo autuado, sendo este de 10 (dias) dias, devendo juntar as provas que entender pertinentes ao seu direito de defesa;

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

XII – decorrido o prazo do inciso anterior, com ou sem a apresentação de defesa administrativa pelo autuado, se assim o presidente entender após análise do núcleo de uniformização procedimental, poderá processo será encaminhado, via despacho, à Procuradoria Jurídica Fundacional (FLAMA-PJF) para a emissão de parecer jurídico;

XIII – emitido o parecer jurídico, o processo será encaminhado, via despacho, ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), que intimará o autuado, via ofício ou outro meio legal, para a apresentação de alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias;

XIV – decorrido o prazo do inciso anterior, com ou sem a apresentação de alegações finais pelo autuado, a Autoridade Ambiental Fiscalizadora proferirá decisão administrativa de penalidade, onde serão avaliadas as circunstâncias agravantes e atenuantes, bem como a situação econômica do infrator, podendo, a Autoridade Ambiental Fiscalizadora, readequar o valor da multa indicada no auto de infração ambiental, minorando-a ou majorando-a, a fim de fixar o valor da multa consolidada;

XV – proferida a decisão administrativa de penalidade pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora, o autuado será intimado, via ofício ou outro meio legal, para a interposição de recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias;

XVI – recebido o recurso administrativo, o processo será encaminhado, via despacho, ao órgão recursal para o julgamento do recurso administrativo.

XVII – Retornando o processo do órgão recursal com a confirmação ou a reforma da decisão administrativa, a Autoridade Ambiental Fiscalizadora certificará o trânsito em julgado administrativo, via despacho, e dará início ao cumprimento da decisão pelos meios legais cabíveis.

§ 1º. O prazo para a apresentação da defesa administrativa contra o auto de infração ambiental ficará suspenso em razão do agendamento da audiência de conciliação ambiental e iniciará no primeiro dia útil seguinte à realização da audiência, facultado ao autuado a apresentação da defesa administrativa antes da realização da audiência.

§ 2º. Para as autuações que não envolvam a necessidade de recuperação ambiental da área degradada, a regularização do licenciamento ambiental ou a compensação ambiental pelo corte/supressão de vegetação nativa ilegal, após manifestação do grupo técnico de formalização procedimental e de licenciamento, o processo será encaminhado à Procuradoria Jurídica Fundacional (FLAMA-PJF), com o início de abertura do prazo para a apresentação de defesa administrativa, sem necessidade de encaminhamento ao Núcleo de Conciliação Ambiental (FLAMA-NCA).

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência****Seção IV****Do procedimento sumário em caso de risco iminente**

Art. 27. Em caso de constatação de infração administrativa ambiental decorrente de obra, edificação ou construção não habitada com a ocorrência de risco iminente, consubstanciado no risco de agravamento do dano ambiental ou risco à saúde ou à segurança pública, o processo administrativo de fiscalização ambiental deverá observar o procedimento sumário previsto nesta Seção.

Art. 28. O procedimento sumário observará o seguinte rito:

I – abertura do processo administrativo de fiscalização ambiental pelo Setor de Protocolo (FLAMA-PRO), e posterior remessa ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), via despacho;

II – encaminhamento, pelo Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), do processo administrativo de fiscalização ambiental, via despacho, à Diretoria de Fiscalização Ambiental (FLAMA-DFA);

III – solicitação, ao órgão competente, pela Diretoria de Fiscalização Ambiental (FLAMA-DFA), de documento técnico que justifique a medida descrita no art. 15 (ocorrência de risco iminente, consubstanciado no risco de agravamento do dano ambiental ou risco à saúde ou à segurança pública);

IV – lavratura do auto de infração ambiental com a sanção de demolição da obra, do termo de embargo/interdição/suspensão e demais atos administrativos sancionatórios necessários, promovendo-se a sua juntada no processo administrativo;

V – emissão do relatório fiscal no prazo de 15 (quinze) podendo ser acrescido por mais 5 (cinco) dias mediante pedido a presidência, contados da data da lavratura do auto de infração ambiental, com justificativa fundamentada sobre ocorrência de risco iminente, consubstanciado no risco de agravamento do dano ambiental ou risco à saúde ou à segurança pública, promovendo-se a sua juntada no processo administrativo;

VI – encaminhamento do processo ao Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), via despacho;

VII – decisão administrativa de penalidade, emitido pelo Gabinete da Presidência (FLAMA-GP);

VIII – encaminhamento do processo, pelo Gabinete da Presidência (FLAMA-GP), ao órgão competente do Município de Laguna, com a solicitação de apoio para a demolição da obra.

§ 1º. Realizada a demolição da obra, a Fundação deverá exigir, do autuado, as despesas relativas à realização da demolição, bem como a recuperação da área degradada.

§ 2º. Para a confirmação do risco iminente previsto no *caput*, o agente fiscal poderá solicitar

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

parecer técnico da Diretoria de Licenciamento Ambiental (FLAMA-DFA) ou laudo técnico da Defesa Civil, a ser emitido pelo servidor competente.

§ 3º. Da decisão administrativa de penalidade a que se refere o inciso VII deste artigo cabe recurso administrativo a ser endereçado ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, considerando-se o prazo e o rito previsto no art. 14, XV, XVI e XVII, desta Portaria.

Seção IV**Regulamentação de Advogados Fundacionais**

Art. 29. Obrigatoriedade de Prestação de Contas e Comunicação Prévia à Presidência por Advogados Fundacionais

§1º - Advogados atuando sob a égide de fundações públicas ou privadas no Brasil são obrigados a prestar contas detalhadamente de todos os valores recebidos em nome da fundação, incluindo, mas não se limitando a, honorários advocatícios e valores sucumbenciais.

§2º - A prestação de contas referida no §1º deste artigo deve ocorrer de forma pormenorizada, transparente e periódica, em conformidade com as normas éticas e legais estabelecidas pelo Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

§3º - Antes do ingresso de qualquer ação judicial ou administrativa que possa resultar em imposição de custas, despesas processuais ou honorários de sucumbência, o advogado fundacional deve informar e obter a ciência expressa da Presidência da fundação. Esta comunicação prévia deve incluir uma estimativa detalhada dos custos potenciais e dos riscos associados à ação proposta.

§4º - O descumprimento das obrigações estabelecidas neste artigo constituirá falta grave, sujeita às penalidades previstas no regime disciplinar aplicável ao advogado, sem prejuízo de outras sanções cíveis e administrativas.

§5º - Esta regulamentação visa assegurar a máxima transparência e responsabilidade na gestão dos recursos e na condução dos processos legais pelas fundações, fortalecendo a confiança pública na integridade dessas instituições.

CAPÍTULO V**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 29. O processo administrativo de fiscalização ambiental será formado isolada ou conjuntamente, conforme o caso, pelos seguintes atos administrativos:

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

- I - Notificação Preliminar Ambiental/Intimação Ambiental
- II – Auto de Infração Ambiental;
- III – Termo de Embargo/Interdição/Suspensão;
- IV – Relatório Fiscal;
- V - Termo de Audiência;
- VI – Defesa Administrativa;
- VII - Apreciação do núcleo de uniformização procedimental e licenciamento
- VIII – Parecer Jurídico;
- IX – Alegações Finais,
- X – Decisão Administrativa de Penalidade;
- XI – Termo de Compromisso Ambiental;
- XII – Decisão de Recurso Administrativo.

§ 1º. Quando da existência da demanda de fiscalização e de outros documentos, estes deverão fazer parte do processo administrativo de fiscalização ambiental.

§ 2º. A Autoridade Ambiental Fiscalizadora poderá requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, inclusive parecer técnico, especificando o objeto a ser esclarecido, após manifestação da Residência da concordância ou não.

§ 3º. Todos os documentos relativos ao processo administrativo deverão ser digitalizados e inseridos integralmente na Plataforma 1Doc.

§ 4º. Todas as movimentações relativas ao processo administrativo deverão ser inseridas na Plataforma 1Doc.

Art. 30. A imposição da pena, a graduação da sanção administrativa de multa, a classificação do dano ambiental e o grau de lesividade da infração administrativa, as circunstâncias atenuantes e agravantes deverão observar os critérios estabelecidos no art. 39 ao art. 43 da Lei Municipal n. 2.293/2022.

Art. 31. Ao autuado que aceitar a proposta de acordo oferecida pelo Núcleo de Conciliação Ambiental (FLAMA-NCA), obrigando-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental mediante termo de compromisso ambiental será aplicado o desconto do valor da multa consolidada nos seguintes percentuais:

- I – 50% iniquenta por cento quando o requerimento for apresentado até a audiência de conciliação ambiental;
- II – 40% quarenta por cento, quando o requerimento for apresentado até a decisão de primeira instância; e
- III – 30% trinta por cento, quando o requerimento for apresentado até a decisão de segunda

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

instância.

Art. 32. A Fundação Lagunense do Meio Ambiente, por meio do Procuradoria Jurídica Fundacional (FLAMA-PJF), dará ciência do processo administrativo de fiscalização ambiental ao Ministério Público, mediante o encaminhamento do respectivo auto de infração ambiental, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua lavratura.

Art. 33. Os prazos prescricionais relativos às infrações administrativas ambientais serão regidos pelos artigos 58 a 60 da Lei Municipal n. 2.293/2022.

Art. 34. Fica adotada, de forma subsidiária às normas desta Portaria, a Portaria Conjunta IMA/CPMA n. 143/2019, respeitadas as normas da Lei Municipal n. 2.293/2022.

Art. 35. Os órgãos internos e os servidores envolvidos no processo administrativo de fiscalização ambiental poderão fazer contato direto com o autuado, utilizando qualquer meio de comunicação, para o desempenho de suas funções.

Art. 36. Fica revogada a Portaria n. 05/2023 FLAMA.

Art. 37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 04 de Janeiro de 2024.

DENER VIEIRA NASCIMENTO

Presidente

Matrícula n. 7799-02

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

PORTARIA FLAMA N. 015/2023

Publicação Nº 5484376

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência****PORTARIA FLAMA N. 015/2023**

Nomeação de membros para compor o grupo de estudos para o Rio Dragado.

O **PRESIDENTE** da **FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE – FLAMA**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e considerando a necessidade de elaborar um Relatório Técnico para a intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) de Baixo Impacto Ambiental, conforme estabelecido pela Instrução Normativa n. 04/2023 e pela Resolução do CONSEMA N. 128/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **Inácia Machado dos Santos**, Engenheira Ambiental, e o **Engenheiro Henrique de Pelegrini**, para comporem o grupo de estudos dedicado ao projeto do Rio Dragado.

Art. 2º. Este grupo de estudos terá a responsabilidade de elaborar um Relatório Técnico, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Portaria FLAMA n. 10/2023 e as diretrizes da Instrução Normativa N. 004/2023.

Art. 3º. O grupo deverá realizar um levantamento detalhado das condições atuais do Rio Dragado, avaliando os impactos ambientais e propondo medidas para a realização de desassoreamento, limpeza de leito e outras intervenções necessárias.

Art. 4º. A coordenação do grupo ficará a cargo de **Inácia Machado dos Santos**, que deverá convocar reuniões periódicas para acompanhar o progresso dos trabalhos e assegurar a aderência às normativas ambientais vigentes.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos administrativos a partir desta data.

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

**FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE****Gabinete da Presidência**

Laguna, 15 de dezembro de 2023.

DENER VIEIRA NASCIMENTO**Presidente****Matrícula n. 6957-01**

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ: 08.381.102/0001-06
- Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

Leoberto Leal

PREFEITURA

PORTARIA Nº 208/2023

Publicação Nº 5483403

Portaria n.º 208, de 01 de dezembro de 2023.
"Exonera Servidor Municipal e dá Outras Providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º Exonera o servidor Municipal da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	2349	Adriel Burg	Motorista	01.12.2023

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, conforme data de exoneração acima citada, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 01 de dezembro de 2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 209/2023

Publicação Nº 5483406

Portaria n.º 209, de 13 de dezembro de 2023.
"Exonera Servidor Municipal e dá outras Providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, SERGIO CLASEN, a partir de 13 de dezembro de 2023, Servidor Municipal inscrito sob a matrícula nº 2380, ocupante do cargo em Comissão de Secretário da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, a pedido do mesmo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 13 de dezembro de 2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 210/2023

Publicação Nº 5483410

Portaria n.º 210, de 13 de dezembro de 2023.
"Exonera Servidora Municipal e dá Outras Providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, ZELI VERMOHLEN, a partir de 13 de dezembro de 2023, Servidora Municipal inscrita sob a matrícula nº 2379, ocupante do

cargo em Comissão de Secretária da Saúde, a pedido da mesma.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 13 de dezembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 211/2023

Publicação Nº 5483413

Portaria nº 211, de 15 de dezembro de 2023.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei complementar nº 269, de 27 de junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o senhor SERGIO CLASEN, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 4.097.498 e do CPF nº 031.517.729-27, para o exercício das funções do cargo público de agente político de Secretário Municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquela descrita na Lei Municipal Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 15 de dezembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 212/2023

Publicação Nº 5483419

Portaria n.º 212, de 15 de dezembro de 2023.

“Nomeia Secretária Municipal de Saúde e da outras providencias.”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal Complementar n.º 269, de 27 de junho 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ZELI VERMOHLEN, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 679.878 e CPF nº 378.558.919-00, para o exercício das funções do cargo público de agente político de Secretária Municipal de Saúde, a partir de 15 de dezembro de 2023.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquela descrita na Lei Municipal Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 15 de dezembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 213/2023

Publicação Nº 5483424

Portaria n.º 213, de 19 de dezembro de 2023.

“Exonera servidores Municipais e dá outras Providências.”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores Municipais da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	2302	Aliandre Luzia Lohn	Professora	15/12/2023
02	2318	Alini Scheimann Amorim	Merendeira	15/12/2023
03	2304	Ana Paula Linhares	Professora	15/12/2023
04	2317	Ana Paula Marian	Professora	15/12/2023
05	2372	Ana Paula Marian	Professora	15/12/2023
06	2287	Andreia Alexandre Batista	Professora	15/12/2023
07	2314	Angelica Cecilia Lohn Reitz	Professora	15/12/2023
08	2285	Bianca M. Tholl Cognacco	Professora	15/12/2023
09	2388	Bruna Moreira Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	15/12/2023
10	2319	Clarice Weber Kammer	Auxiliar de Serviços Gerais	15/12/2023
11	2279	Dilvani Filippus Leal	Professora	15/12/2023
12	2281	Eigle Mara Henckel	Professora	15/12/2023
13	2389	Eigle Mara Henckel	Professora	15/12/2023
14	2360	Elisangela de Lima	Professora	15/12/2023
15	2306	Eliza Henckel Kreusch	Professora	15/12/2023
16	2303	Elizamar Hoffmann Frutuoso	Professora	15/12/2023
17	2315	Érica de Oliveira	Professora	15/12/2023
18	2290	Fabiana Aparecida Martins	Professora	15/12/2023
19	2383	Fabiana Aparecida Martins	Professora	15/12/2023
20	2295	Graciele Karina de Souza	Professora	15/12/2023
21	2375	Graciele Karina de Souza	Professora	15/12/2023
22	2278	Iana Martina Knaul	Professora	15/12/2023
23	2282	Joel Leal	Professor	15/12/2023
24	2362	Juliana Gabriela Pinheiro Barni	Professora	15/12/2023
25	2313	Maiara Kammer	Professora	15/12/2023
26	2377	Maisa Debora Lohn	Professora	15/12/2023
27	2323	Marcio Donato Breciani	Motorista	19/12/2023
28	2368	Maria Helena de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	15/12/2023
29	2283	Marlete Schappo Leal	Professora	15/12/2023
30	2390	Marlize Aparecida Motta Steffens	Professora	15/12/2023
31	2305	Mirian Helena Marian Hach	Professora	15/12/2023
32	2309	Patricia Aparecida Krauze	Professora	15/12/2023
33	2293	Patricia Carmisini Franzen	Professora	15/12/2023
34	2301	Paulo Cezar Cardozo	Motorista	19/12/2023
35	2284	Rosilene Krauze Bambinetti	Professora	15/12/2023
36	2324	Rosilene Krauze Bambinetti	Professora	15/12/2023
37	2307	Ruan Henrique da Silva Kreusch	Motorista	19/12/2023
38	2320	Sabrina Hugen	Professora	15/12/2023
39	2322	Sabrina Hugen	Professora	15/12/2023
40	2308	Silvana Ferreira	Monitor de Transporte Escolar	15/12/2023
41	2348	Soleide Schappo	Motorista	19/12/2023
42	2326	Taila Suhelen Marian dos Anjos	Professora	15/12/2023
43	2310	Valdele Oliveira de Souza	Motorista	19/12/2023
44	2300	Vanessa Coelho	Auxiliar de Serviços Gerais	15/12/2023

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças



Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.060, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484085

DECRETO Nº 4.060, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Nomeia membros da comissão permanente de licitações, pregoeiros e equipe de apoio para as licitações que ainda estão em andamento pela Lei n. 8.666/93 e pela Lei n. 10.520/02.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a comissão permanente de licitações para as licitações que ainda estão em andamento pela Lei n. 8.666/93:

I – Josemar Techio – Presidente.
II – Tatiane Longo – Vice-Presidente.
III – Edison Domingos Giron – Secretário.
IV- Antônio Carlos Vicente – membro.
V - Diego Frare – membro.
VI - Edna Cristina Kappke – membro.
VII - Elizeu Pereira Lopes – membro.
VIII - Felipe Augusto Bottcher – membro.
IX - Fernanda Ramos – membro.
X - Gabriela Fernanda Grisa – membro.
XI - Ligia Libera Venturin – membro.
XII - Giovana Andreza de Oliveira – membro.
XIII – Paula Damke Berwaldt – membro.
XIV - Josiel Carlos Artmann – membro.
XV – Franciele Locatelli – membro.
XVI - Leonardo Junior Cavallier – membro.
XVII - Marciane Agustini – membro.
XVIII - Marinês Ribeiro Perondi – membro.
XIX - Marisa Paula Carbori – membro.
XX - Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz – membro.
XXI – Izanir Colle – membro.
XXII – Tania Rissi Cason – membro.
XXIII - Robson da Silva – membro.
XXIV – Ronaldo Adriano Zuanazzi – membro.

Art. 2º. Ficam nomeados os pregoeiros para as licitações que ainda estão em andamento pela Lei n. 10.520/02:

- I – Josemar Techio.
- II – Tatiane Longo.
- III – Lígia Rossini Gonsalves Rigo.
- IV – Edison Domingos Giron.

Art. 3º. Ficam nomeados para a equipe de apoio para as licitações que ainda estão em andamento pela Lei n. 10.520/02:

- I – Adenir Agustini.
- II – Alan Junior Pizzato.
- III – Antônio Carlos Vicente.
- IV – Diego Frare.
- V – Edna Cristina Kappke.
- VI – Elizeu Pereira Lopes.
- VII – Felipe Augusto Bottcher.
- VIII – Fernanda Ramos.
- IX – Gabriela Fernanda Grisa.
- X – Leonardo Junior Cavallier
- XI – Giovana Andreza de Oliveira.
- XII – Paula Damke Berwaldt.
- XIII – Gabriela Pizzatto.
- XIV – Josiel Carlos Artmann.
- XV – Maurício Isaac Roberto
- XVI – Ligia Libera Venturin.

XVII – Marciane Agustini.
XVIII – Marinês Ribeiro Perondi.
XIX – Marisa Paula Carbori.
XX – Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz.
XXI – Tania Rissi Cason.
XXII – Robson da Silva.
XXIII – Ronaldo Adriano Zuanazzi.
XXIV – Izanir Colle.
XXV – Franciele Locatelli.

Art. 4º. Os pregoeiros que não estiverem exercendo a função designada poderão integrar a equipe de apoio.

Art. 5º. Os nomeados, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Lindóia do Sul for integrante.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 04 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO N° 4.061, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484283

DECRETO N° 4.061, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

Estabelece o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM – exercício de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM do ano de 2023;

Considerando o percentual de 3,85% referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo ao período de dezembro de 2022 a novembro de 2023;

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido o valor de R\$ 312,80 (trezentos e doze reais e oitenta centavos) para a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM – exercício 2024.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 04 de Janeiro de 2024.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal em Exercício

Conferido e registrado.

Para publicação no DOM/SC.

_____/_____/_____.

Maurício Isaac Roberto

Assistente Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 01/2024

Publicação Nº 5485050

PORTARIA Nº 01/2024 de 04 de janeiro de 2024.
"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art.1º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados conforme período aquisitivo e de gozo descritos:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO		DIAS
Cristiane Martini Scheu-fele	03/02/2022	02/02/2023	08/01/2024	17/01/2024	10
Marcelo Costa Beber	05/01/2021	04/01/2022	08/01/2024	17/01/2024	10
Simone Volpato Fabro	01/08/2022	31/07/2023	02/01/2024	31/01/2024	30

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de janeiro de 2024.
JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 5446/2024

Publicação Nº 5483523

PORTARIA Nº5446/2024
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 68/2014 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 1158 de 04 de Abril de 2023 de 2023, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece a estrutura e funcionamento do conselho tutelar.

CONSIDERANDO, o Edital do CMDCA nº01/2023, que dispõe sobre o processo de escolha unificada dos Conselheiros Tutelares do Município de Macieira/SC;

CONSIDERANDO, a Ata de apuração e que dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Macieira/SC, eleições realizadas no dia 01/10/2023.

RESOLVE
Art.1º Nomear o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, Gestão 10/01/2024 a 09/01/2028, que será constituído pelos seguintes Membros:

ANGELA CASTILHO DA SILVA
EDENILDE PEREIRA FELIX
MARISA FONSECA
MARISETE DE OLIVEIRA SANTOS
NANDINI ROSSI

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de Janeiro de 2024.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 04 de Janeiro de 2024.
EDGARD FARINON
Prefeito Municipal

PORTARIA 5447/2023

Publicação Nº 5486780

PORTARIA Nº 5447/2023
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde aos Servidores Públicos abaixo relacionados, conforme atestados médicos anexo.

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
ADRIANO LAZZAROTTI	ADM. DE RECURSOS HUMANOS	13/12/2023	1/2
ALEXA RAQUEL DI DOMENICO	PROFESSOR DE ARTES I	19/12/2023	04
ANA CLAUDIA CERRY	PROFESSOR PEDAGOGO II-ACT	15/12/2023	01
ANDREIA SCHWANTZ	PROFESSOR PEDAGOGO II-ACT	08/12/2023	1/2
ANDRIELI JULIA BRAMBILA	AUXILIAR EDUCACIONAL- ACT	08/12/2023	01
BRUNA CESCA BAHIR DE ANDRADE	ODONTÓLOGO II	15/12/2023	01
CARLA LOCATELLI	PROFESSOR PEDAGOGO I	05/12/2023	01
CLAUDIA BONASSA	AUXILIAR EDUCACIONAL-ACT	01/12/2023	01
CLAUDIA BONASSA	AUXILIAR EDUCACIONAL-ACT	05/12/2023	01
CLEIDE MARIA CORREIA SERRIGHELLI	SERVIÇOS GERAIS II	12/12/2023	01
CRISTINA LAZZAROTTI	PROFESSOR DE HISTÓRIA I	13/12/2023	1/2
CRISTINA LAZZAROTTI	PROFESSOR DE HISTÓRIA I	08/12/2023	1/2

EVELIZE ZANELLA DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA I	01/12/2023	1/2
FRANCIELE MANENTTI	PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	05/12/2023	01
JANETE TEREZINHA ZANELLA CAMUZZATO	SERVIÇOS GERAIS II	14/12/2023	1/2
JENIFER TOMASI BEGNINI	PROFESSOR PEDAGOGO I	21/12/2023	1/2
KAROLINA MANENTI	PSICÓLOGO-ACT	05/12/2023	1/2
MARIZA TEREZINHA CAVICHIOLI FRIGERI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	04/12/2023	05
MAUDINÊS LOCATELLI	PSICÓLOGO	20/12/2023	1/2
MIRIAM CRISTIANE CITADIM BAPTTISTELA	AGENTE COMUM. DE SAÚDE	01/12/2023	01
ROMAIANE APARECIDA DAL PONTE	CONTADOR II	06/12/2023	1/2
ROMAIANE APARECIDA DAL PONTE	CONTADOR II	13/12/2023	01
ROSANGELA WOSNIAK	PROFESSOR PEDAGOG II	05/12/2023	1/2
ROSELENE ANA ARCONTI	SERVIÇOS GERAIS II	01/12/2023	01
ROSELENE ANA ARCONTI	SERVIÇOS GERAIS II	07/12/2023	1/2
ROSELENE ANA ARCONTI	SERVIÇOS GERAIS II	21/12/2023	01
SILMARA CAMPOS HOFFMANN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA II-ACT	08/12/2023	01
SILMARA CAMPOS HOFFMANN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA II-ACT	01/12/2023	1/2
SILMARA CAMPOS HOFFMANN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA II-ACT	14/12/2023	1/2
VIVIAN LOCATELLI LAZZAROTTI	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	13/12/2023	1/2

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 05 de Janeiro de 2024.

EDGARD FARINON

Prefeito Municipal

Major Vieira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2024

Publicação Nº 5484754

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2024
DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

EDSON SIDNEI SCHROEDER, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Complementar nº 94 de 21 de março de 2023 e na Resolução do TSE nº 23.719 de 13 de junho de 2023,

CONVOCA:

As candidatas abaixo relacionadas, ELEITAS no Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar a comparecer no dia 10 de janeiro de 2024, às 08:30 horas, na Câmara de Vereadores de Major Vieira/SC, para fins de DIPLOMAÇÃO E POSSE:

Nome	Cargo
Esteffany Boreck	CONSELHEIRO TUTELAR
Sandra Mara Wille Canfil	CONSELHEIRO TUTELAR
Vanessa Smentkovski	CONSELHEIRO TUTELAR
Marinéia Paloma Fernandes Lourenço	CONSELHEIRO TUTELAR
Raquel Andréa Meiners	CONSELHEIRO TUTELAR

Major Vieira. SC, 04 de janeiro de 2024.
EDSON SIDNEI SCHROEDER
Prefeito Municipal

Maracajá**PREFEITURA****PORTARIA 001/2024**

Publicação N° 5483442

PORTARIA N° 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR ANATONI AUGUSTO PEZENTE ZILLI DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 426 de 7 de outubro de 1997 e n° 1039 de 15 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonera a pedido o servidor **ANATONI AUGUSTO PEZENTE ZILLI**, brasileiro, maior, nascido em 04 de abril de 1990, inscrito no CPF sob n° 077.468.219-10, do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Contabilidade, retornando ao cargo efetivo de Contador do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º- Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social- RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria n° 071 de 07 de Abril de 2022.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA
Secretária de Administração

PORTARIA 002/2024

Publicação Nº 5483444

PORTARIA Nº 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**TRANSFERE DE CARGO COMISSIONADO O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.**

ANIBAL BRAMBILA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º-Transferir o servidor comissionado **HELDER FRANCISCO LOCH**, brasileiro, maior, nascido em 03 de junho de 1955, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 288.787.289-34, do cargo de provimento em Comissão de Assessor Contábil, para o cargo de Chefe de Divisão de Contabilidade do quadro de comissionados do Poder Executivo, que passa a perceber a gratificação mensal de 90%(noventa por cento) sobre o vencimento do cargo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 072 de 06 de abril de 2022.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA

Secretária de Administração

PORTARIA 003/2024

Publicação N° 5483446

PORTARIA N° 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**TRANSFERE DE CARGO COMISSIONADO O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.**

ANIBAL BRAMBILA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 426 de 7 de outubro de 1997 e n° 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º-Transferir o servidor comissionado **JOSÉ CARLOS DAL TOÉ**, brasileiro, maior, nascido em 14 de novembro de 1969, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o n° 738.019.339-20, do cargo de provimento em Comissão de Chefe de Divisão de Arrecadação e Tributos, para o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos do quadro de comissionados do Poder Executivo, que passa a perceber 37% (trinta e sete por cento) sobre o vencimento do cargo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 126 de 01 de julho de 2021.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA**Prefeito Municipal**

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA**Secretária de Administração**

PORTARIA 004/2024

Publicação Nº 5483449

PORTARIA Nº 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**TRANFERE DE CARGO COMISSIONADO A SERVIDORA SUZANA ROCHA BORGES.**

ANIBAL BRAMBILA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º-Transferir a servidora comissionada **SUZANA ROCHA BORGES**, brasileira, maior, nascida em 20 de abril de 1972, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 845.917.229-53, do cargo de provimento em Comissão de Chefe de Divisão de Coordenação da 3ª Idade e Clube de Mães, para o cargo de Diretora do Departamento da Assistência e Bem Estar Social do quadro de comissionados do Poder Executivo, que passa a perceber 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 038 de 14 de fevereiro de 2023.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA**Prefeito Municipal**

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA**Secretária de Administração**

PORTARIA 005/2024

Publicação N° 5483450

PORTARIA N° 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**TRANFERE DE CARGO COMISSIONADO O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.**

ANIBAL BRAMBILA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 426 de 7 de outubro de 1997 e n° 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º-Transferir o servidor comissionado **VLADIMIR BORGES BITENCOURT**, brasileiro, maior, nascido em 06 de agosto de 1965, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o n° 518.435.289-91, do cargo de provimento em Comissão de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, para o cargo de Assessor Contábil do quadro de comissionados do Poder Executivo, que passa a perceber 90% (noventa por cento) sobre o vencimento do cargo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 106 de 01 de junho de 2021.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA

Secretária de Administração

PORTARIA 006/2024

Publicação Nº 5483452

PORTARIA Nº 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**TRANFERE DE CARGO COMISSIONADO O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.**

ANIBAL BRAMBILA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º-Transferir a servidora comissionada **HELEN AMARÍLIS SIMON BERTI**, brasileira, maior, nascida em 05 de outubro de 1992, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 064.921.199-59, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Compras, para o cargo de Chefe de Divisão de Arrecadação e Tributos do Quadro de Comissionados do Poder Executivo, com carga horária de 40 horas semanais, atribuindo-lhe a gratificação mensal de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 053 de 01 de março de 2023.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA**Prefeito Municipal**

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA**Secretária de Administração**

PORTARIA 007/2024

Publicação N° 5483453

PORTARIA N° 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**NOMEIA A SERVIDORA GRASIELA BECKER PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 426 de 7 de outubro de 1997 e n° 1039 de 15 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear a servidora **GRASIELA BECKER**, brasileira, maior, nascida em 13 de setembro de 1978, inscrita no CPF sob n° 986.250.399-87, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Compras, do quadro de comissionados do Poder Executivo, com carga horária de 40 horas semanais, atribuindo-lhe a gratificação mensal de 72% (setenta e dois por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º- Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social- RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA
Secretária de Administração

PORTARIA 008/2024

Publicação N° 5483454

PORTARIA N° 008 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**ALTERA PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, ABAIXO RELACIONADOS.**

ANIBAL BRAMBILA, prefeito municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 1039 de 15 de outubro de 2015, Lei 426 de 7 de outubro de 1997 e em concordância com o Decreto 257 de 13 de Agosto de 2010:

RESOLVE:

Art.1º- Alterar o percentual de gratificação dos servidores abaixo relacionados:

CARLA FERNANDA COSTA, brasileira, maior, nascida em 19 de agosto de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 036.519.519-79, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Comunicação Social**, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a partir desta data gratificação mensal de 70% (setenta por cento) sobre o valor do vencimento do cargo.

CLEIANE PEREIRA DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 27 de julho de 1981, inscrita no CPF sob nº 032.087.089-80, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Cultura e Esportes**, do Quadro Comissionado do Poder executivo, que passa a perceber a partir desta data a gratificação mensal de 100(cem) por cento sobre o valor do vencimento do cargo.

CLESIO ZADROSKI ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 02 de abril de 1978, inscrito no CPF sob nº 023.902.709-48, ocupante do cargo de provimento em comissão **Administrador do Centro de Triagem**, do Quadro Comissionado do Poder executivo, que passa a perceber a partir desta data, gratificação mensal de 63% (sessenta e três por cento) sobre o vencimento do cargo.

DANIEL DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 10 de julho de 1978, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 024.495.709-69, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Educação e Cultura**, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a gratificação mensal de 100% (cem por cento) sobre o vencimento do cargo.

EVANIO MACALOSSI, brasileiro, maior, nascido em 05 de maio de 1957, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 344.806.179-49, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos**, que passa a perceber a partir desta data gratificação mensal de 20%(vinte por cento) sobre o vencimento do cargo.

JAIRO PEDRO DA SILVA, brasileiro, maior, nascido em 20 de novembro de 1986, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob nº 062572549-22, ocupante do cargo de provimento em comissão **Chefe da Divisão de Agricultura**, do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a partir desta data gratificação mensal de 30%(trinta por cento) sobre o vencimento do cargo.

JOSÉ MANOEL CUSTÓDIO, brasileiro, maior, nascido em 26 de abril de 1961, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 480.045.709-25, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Obras**, do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a partir desta data gratificação mensal de 57%(cinquenta e sete por cento) sobre o vencimento do cargo.

JUCEMAR PEDRO GONÇALVES, brasileiro, maior, nascido em 19 de junho de 1968, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 636.844.209-30, ocupante do cargo de provimento em comissão **Diretor do Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio**, do quadro de pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a partir desta data gratificação mensal de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo.

LUCIANE RONCHI VALNIER, brasileira, maior, nascida em 07/07/1972, inscrita no CPF sob nº 784.975.909-53, ocupante do cargo de provimento em comissão **Chefe da Divisão Técnica Administrativa**, do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a partir desta data, gratificação mensal de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o vencimento do cargo.

MICHELE CONSTANTINO GONÇALVES, brasileira, maior, nascida em 18 de agosto de 1984, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 051.720.709-58, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Saúde**, do Quadro de Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a partir desta data, gratificação mensal de 100% (cem por cento) sobre o vencimento do cargo.

MICHELE FERNANDES DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 19 de maio de 1987, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF

sob o nº 056.158.769-80, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Habitação e Serviços Urbanos**, do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a partir desta data, gratificação mensal de 37% (trinta e sete por cento) sobre o vencimento do cargo.

PATRICIA GAIO DE FREITAS ROCHA, brasileira, maior, nascida em 19 de novembro de 1977, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 018.628.469-10 ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Planejamento**, do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder executivo, que passa a perceber a partir desta data gratificação mensal de 57%(cinquenta e sete por cento) sobre o vencimento do cargo.

RAFAEL MARTINS DA SILVA, brasileiro, maior, nascido em 26 de abril de 1985, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 044.015.279-84, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Projetos e Fiscalização de Obras** do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a partir desta data, gratificação mensal do 100% (cem por cento) sobre o vencimento do cargo.

VALMIR PEDRO, brasileiro, maior, nascido em 28 de julho de 1969, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 674.593.159-15, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Indústria e Comércio**, do Quadro Comissionado de Pessoal do Poder Executivo, que passa a perceber a partir desta data, gratificação mensal do 100% (cem por cento) sobre o vencimento do cargo.

ODÉCIA ALMEIDA DE SOUZA DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 27 de setembro de 1981, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 035.801.679-79, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Ensino**, que passa a perceber a partir desta data gratificação mensal de 15%(quinze por cento) sobre o vencimento do cargo.

EDMILSO PEREIRA, brasileiro, maior, nascido em 15 de outubro de 1964, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 516.101.089-49, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor de Departamento de Transportes**, que passa a perceber a partir desta data gratificação mensal de 25%(vinte e cinco por cento) sobre o vencimento do cargo.

DEBORA ALEXANDRE, brasileira, maior, nascida em 22 de julho de 1999, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 120.815.459-18, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe de Gabinete**, que

passa a perceber a partir desta data, gratificação mensal de 25%(vinte e cinco por cento) sobre o vencimento do cargo.

MARZEU RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, maior, nascido em 31 de julho de 1975, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 950.711.309-63, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Turismo, que passa a perceber a partir desta data, gratificação mensal de 25%(vinte e cinco por cento) sobre o vencimento do cargo.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA
Secretária de Administração

PORTARIA 009/2024

Publicação N° 5483456

PORTARIA N° 009 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.**

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 75, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar N°. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar N°. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora que se relaciona:

ROSANE JOÃO GONÇALVES, ocupante do Cargo de Servente de Escola, referente ao período aquisitivo de 04/03/2023 a 03/03/2024, com gozo em 08/1/2024 e término em 06/2/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA
Secretária de Administração

PORTARIA 010/2024

Publicação N° 5483458

PORTARIA N° 010 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.**

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 75, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar N°. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar N°. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora que se relaciona:

PATRICIA GAIO DE FREITAS ROCHA, ocupante do Cargo de Chefe de Divisão, referente ao período aquisitivo de 18/02/2023 a 17/02/2024, com gozo em 02/1/2024 e término em 31/1/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA
Secretária de Administração

PORTARIA 011/2024

Publicação N° 5483461

PORTARIA N° 011 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.**

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 75, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar N°. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar N°. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora que se relaciona:

ROSILANE DASSOLER DA SILVA VALERIO, MAT.2016, ocupante do Cargo de Enfermeira, referente ao período aquisitivo de 02/03/2023 a 01/03/2024, com gozo em 22/01/2024 e término em 20/02/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA
Secretária de Administração

PORTARIA 012/2024

Publicação N° 5483893

PORTARIA N° 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

ALTERA A PORTARIA 195 DE 18/12/2023, REFERENTE AO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR DARCIO PAGANI VIEIRA.

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Altera a portaria 195 de 18/12/2023, referente ao período de gozo de férias do servidor **DARCIO PAGANI VIEIRA**, MAT.2323, ocupante do cargo de Engenheiro Agrimensor, que passa a gozar férias do período de **12/1/2024 e término em 31/1/2024**.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário em especial ao Art.1º da portaria 195 de 18 de dezembro de 2023, que trata do período de gozo de férias do servidor supra citado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 02 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração municipal, em 02 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA
Secretária de Administração

PORTARIA 013/2024

Publicação N° 5484396

PORTARIA N° 013 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

ALTERA A PORTARIA 196 DE 18/12/2023, ARTIGO 1º, REFERENTE AO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR VILMAR LEANDRO.

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Altera a portaria 196 de 18/12/2023, referente ao período aquisitivo de férias do servidor **VILMAR LEANDRO**, MAT.335, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, cujo período aquisitivo seria de 16/08/2022 a 15/08/2023.

Art.2º Revogam-se as disposições em contrário em especial ao Art.1º da portaria 196 de 18 de dezembro de 2023, que trata do período aquisitivo de férias do servidor supra citado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 04 de janeiro de 2024.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração municipal, em 04 de janeiro de 2024.

REJANE PEREIRA
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 027/2024

Publicação Nº 5486784

DECRETO Nº 027, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Processo Seletivo 001/2023, homologado pelo Decreto 1038/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, JULIA DUTRA LAGO, para ocupar o cargo de Agente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 028/224

Publicação Nº 5486786

DECRETO Nº 028, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Processo Seletivo 001/2023, homologado pelo Decreto 1038/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, JULIANA FERRAZ RODRIGUES, para ocupar o cargo de Agente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 029/2024

Publicação Nº 5486787

DECRETO Nº 029, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Processo Seletivo 001/2023, homologado pelo Decreto 1038/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, ANNA-BEL POLLIANA LOPES, para ocupar o cargo de Agente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 030/2024

Publicação Nº 5486789

DECRETO Nº 030, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Processo Seletivo 001/2023, homologado pelo Decreto 1038/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, MAELI CARLA MELO GOMES, para ocupar o cargo de Agente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 031/2024

Publicação Nº 5486792

DECRETO Nº 031, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Processo Seletivo 001/2023, homologado pelo Decreto 1038/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, MARCIANA DIAS, para ocupar o cargo de Agente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 032/2024

Publicação Nº 5486793

DECRETO Nº 032, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Processo Seletivo 001/2023, homologado pelo Decreto 1038/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, FERNANDA FISCHER DE MATTOS, para ocupar o cargo de Agente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 033/2024

Publicação Nº 5486795

DECRETO Nº 033, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Processo Seletivo 001/2023, homologado pelo Decreto 1038/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, LENI FATIMA TEODORO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 034/2024

Publicação Nº 5486796

DECRETO Nº 034, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Processo Seletivo 001/2023, homologado pelo Decreto 1038/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, JULIELLY KEREN DA SILVA BARROS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 035/2024

Publicação Nº 5486798

DECRETO Nº 035, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal.

Considerado o Edital de Processo Seletivo nº 002/2022, homologado pelo Decreto nº 1189, de 12 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024, CIHN-TIA LEVINALLI, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 036/2024

Publicação Nº 5486799

DECRETO Nº 036, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre prorrogação de contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme art. 12, inciso II da Lei Complementar 003/2002,

Considerado o Edital de Processo Seletivo nº 002/2022, homologado pelo Decreto nº 1189, de 12 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato temporário, pelo período de 02 de janeiro de 2023 a 02 de janeiro de 2025, da Servidora ANDREA DE FATIMA NASCIMENTO LOPES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 037/2024

Publicação Nº 5486801

DECRETO Nº 037, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

Nomeia Secretário Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado LUIZ ROBERT, para assumir o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 038/2024

Publicação Nº 5486802

DECRETO Nº 038, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Processo Seletivo 001/2023, homologado pelo Decreto 1038/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 04 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, MAYSA OLIVEIRA SANTOS, para ocupar o cargo de Agente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de janeiro de 2024.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

EXTRATO APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.040/2023

Publicação Nº 5484472

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Extrato de Apostilamento

Espécie: Ata de Registro de Preço n. 040/2023. Partes: Município de Maravilha – SC e Abastecedora Fae Ltda. Objeto: Aquisição de Diesel S10. Valor após o reajuste: R\$5,66. Data de assinatura do Apostilamento: 04/01/2023. Signatários: SANDRO DONATI pela Contratante.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 214/2023

Publicação N° 5484496

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 214/2023 – Modalidade Dispensa por Justificativa n. 214/2023.

Locador: Zelio Mink

Contrato Administrativo n. 177/2023

A Secretária de Educação e Cultura de Maravilha CLEUSAMAR TOSETTO PREUSS, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Justificativa n. 214/2023, para locação de imóvel para abrigar as atividades do Secretaria de Educação. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 28 de dezembro de 2023. CLEUSAMAR TOSETTO PREUSS – Secretária de Educação e Cultura de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 07/2024 - DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO AUXILIAR DO CREDENCIAMENTO, DE QUE TRATA A LEI Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MAREMA, ESTADO DE SANTA CATARINA

Publicação Nº 5484325

DECRETO Nº 007/2024

04 de janeiro de 2024.

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO AUXILIAR DO CREDENCIAMENTO, DE QUE TRATA A LEI Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MAREMA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, bem como da necessidade de regulamentação específica diante das disposições da Lei Federal nº 14.133, 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativo);

DECRETA

Art. 1º Este Decreto estabelece regras e diretrizes pertinentes ao procedimento auxiliar de credenciamento de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021, no âmbito do Administração Municipal de Marema;

§1º. Na aplicação deste regulamento, serão observados os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade, da Eficiência, do Interesse Público, da Probidade Administrativa, da Igualdade, do Planejamento, da Transparência, da Eficácia, da Segregação de Funções, da Motivação, da Vinculação ao Edital, do Julgamento Objetivo, da Segurança Jurídica, da Razoabilidade, da Competitividade, da Proporcionalidade, da Celeridade, da Economicidade e do Desenvolvimento Nacional Sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)

§ 2º Quando forem executados recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão ser observar os procedimentos regidos pelas normas federais.

Art. 2º Credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto quando convocados.

§1º. O procedimento de credenciamento será conduzido por um agente de contratação ou comissão especial de credenciamento designada pela autoridade competente.

§2º - O credenciamento poderá ser utilizado para formar uma rede de prestadores de serviços e fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas, nos casos em que a satisfação do interesse público estiver vinculada à possibilidade de contratação de qualquer um, de alguns ou de todos os credenciados, mediante o pagamento de valor previamente estabelecido pela Administração Municipal.

§3º O estabelecimento prévio do valor a ser pago pela Administração Municipal poderá, justificadamente, ser dispensado nos casos de mercados fluidos, nos quais a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabilize a seleção de interessado por meio de processo de licitação.

Art. 3º. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I- paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para o Administração Municipal;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação;

§ 2º Na hipótese do inciso II:

I – A Administração Municipal definirá no edital o valor da contratação por serviço ou bem, que será o mesmo para todos os credenciados;

II – o contratado só poderá prestar serviços ou fornecer bens mediante prévia autorização do Administração Municipal.

§ 3º Na hipótese do inciso III

I – A Administração Municipal poderá definir no edital a porcentagem de desconto a ser aplicada sobre o valor do objeto no momento da contratação, que será a mesma para todos os credenciados;

II – A Administração Municipal deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação.

Art. 4º Para as contratações paralelas e não excludentes, decorrentes de credenciamento no âmbito da Saúde, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, nos termos do inciso I do caput e inciso II do parágrafo único, do artigo 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser adotados, de forma combinada ou não, os seguintes critérios de distribuição de demanda na forma do respectivo Edital:

I – proximidade geográfica do fornecedor à residência do usuário a qual se destina o serviço ou bem;

II – maior brevidade da disponibilização do serviço ou bem ao usuário;

III – conveniência do atendimento em consonância com deslocamentos promovidos por TFD, e procedimentos concomitantes de mais de

um usuário;
IV – distribuição proporcional da demanda à capacidade disponibilizada de cada fornecedor;
V – sorteio;
VI – outras formas devidamente justificadas; (exemplo: capacidade técnica na contratação de médicos -especialidades);

§ 1º Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o objeto será distribuído por sorteio, observando-se sempre o critério de rotatividade e as demais exigências do Edital.

§ 2º. O Interessado que se descredenciar poderá requerer novo credenciamento para o mesmo ou outro objeto a ser contratado.

§ 3º O sorteio de demanda será formalizado em lista, disponibilizada pela Administração Municipal em seu sítio eletrônico oficial, na forma do respectivo Edital.

Da Concessão do Credenciamento e da Contratação

Art. 5º - O edital de chamamento público para credenciamento deverá ser elaborado considerando as peculiaridades da respectiva hipótese legal de cabimento, disciplinando, conforme o caso, sobre:

- I - condições gerais de ingresso;
- II - exigências específicas de qualificação técnica;
- III - regras de contratação;
- IV - valores fixados para a remuneração ou forma de cálculo do valor a ser pago;
- V - critério para distribuição de demandas;
- VI - formalização da contratação;
- VII - recusa em contratar e sanções cabíveis;
- VIII - minuta de instrumento de contrato;
- IX - modelos de declarações;
- X - outros aspectos relevantes.

Parágrafo único - O edital de credenciamento será mantido à disposição para acesso público no sítio eletrônico oficial, sendo admitido o credenciamento enquanto perdurar a necessidade de contratação, não sendo necessária a sua publicação a cada exercício, prorrogando-se automaticamente.

Art. 6º. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital, se habilitado, será credenciado junto a Administração Municipal, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

§1º. Será vedada a participação de pessoas físicas ou jurídicas cumprindo sanção que as impeça de participar de licitações ou ser contratada pela Administração Municipal;

§2º Fica admitida a subscrição de atos, inclusive o Contrato, pela via digital, desde que observadas as formalidades da lei regente.

§3º O processo de formalização do Contrato será pela via da inexigibilidade de licitação, prevista no inciso IV, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, podendo ser firmado contrato de prestação de serviços;

Art. 7º. Conforme previsão em Edital, a Administração Municipal poderá exigir prestação de garantia nas contratações oriundas do credenciamento.

§1º. A garantia somente será liberada após cientificada a integralidade do cumprimento da obrigação contratada e desde que não haja outras pendências do Credenciado contratado.

§2º No caso da utilização da garantia pela Administração Municipal, por terem sido aplicadas penalidades pecuniárias em regular processo administrativo, o Credenciado deverá repor a garantia no montante original, sob pena de rescisão contratual e descredenciamento, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

§3º É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

Da Manutenção do Credenciamento

Art. 8º A qualquer momento e, obrigatoriamente, a cada nova prorrogação de vigência contratual, a Administração Municipal, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento, sob pena de descredenciamento.

Art. 9º. O credenciamento não estabelece a obrigação da Administração Municipal de efetivar a contratação, face à sua precariedade, nem de manter o respectivo contrato até o seu vencimento.

Do Cancelamento do Credenciamento

Art. 10. O credenciado que deixar de cumprir às exigências deste Regulamento, do edital de credenciamento e dos contratos firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 11. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, observadas as condições do Edital.

Das Obrigações do Credenciado

Art. 12. São obrigações do credenciado contratado:

I - executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço ou fornecimento de bens em conformidade com as especificações básicas constantes do edital;

II - ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

III - responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

IV - manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber;

V - justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço ou o fornecimento do bem, objeto do contrato;

VI - responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa da Administração Municipal;

VII - conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do local de execução do Contrato, de modo a não causar transtornos, quando for o caso;

VIII - manter as informações e dados a que tiver acesso, mantidos pela Administração Municipal em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio;

Parágrafo único. Quando a Administração Municipal vier a ser demandado, em qualquer esfera, por atos praticados pelo Credenciado, além de obrigatória a ação de regresso em face do Contratado, caso haja condenação da Administração Municipal, deve ser aberto processo administrativo apuratório, ainda que já rescindido o Contrato.

Art. 13. Ficam convalidados os Editais de credenciamento e respectivos contratos já lançados com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 2021, que se adequem às exigências desta Resolução.

Art. 14º Este Decreto entra em vigor na data da a publicação.

Gabinete do Prefeito, Marema/SC em 04 de janeiro de 2024.

Mauri Dal Bello

Prefeito Municipal

Matos Costa**PREFEITURA****PORTARIA 660/2023**

Publicação Nº 5483407

PORTARIA Nº 660/2023 – De 29 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR os efeitos da Portaria nº 002/2023, que designou a servidora ELAINE CRISTINA CASTILHO, nomeada no cargo de provimento em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, para responder pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar do dia 31 de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de 31 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 661/2023

Publicação Nº 5483408

PORTARIA Nº 661/2023 – De 29 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora ELAINE CRISTINA CASTILHO, nomeada no cargo de provimento em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, designada para responder pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar do dia 31 de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de 31 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 662/2023

Publicação Nº 5483409

PORTARIA Nº 662/2023 – De 29 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor JOAO ANTUNES DE LIMA, nomeado no cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO, a contar do dia 31 de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de 31 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 663/2023

Publicação N° 5483412

PORTARIA N° 663/2023 – De 29 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora ANDREIA FERNANDA SCHWARTZ, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, a contar do dia 31 de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de 31 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 664/2023

Publicação N° 5483415

PORTARIA N° 664/2023 – De 29 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor ERVINO FREISLEBEN, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SERVIÇOS, a contar do dia 31 de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de 31 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 665/2023

Publicação N° 5483426

PORTARIA N° 665/2023 – De 29 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor JOÃO BATISTA FERREIRA DOS SANTOS, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, a contar do dia 31 de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de 31 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 666/2023

Publicação Nº 5483427

PORTARIA Nº 666/2023 – De 29 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora SIDIANE AMARO ANKLER BOITA, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DA SECRETARIA DE SAUDE, a contar do dia 31 de Dezembro de 2023.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de 31 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 667/2023

Publicação Nº 5483428

PORTARIA Nº 667/2023 – De 29 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 30 (trinta) dias da Licença Prêmio em pecúnia em favor da servidora SCHEILA GIESELI TEODORO CHARNMESKI, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional MAGISTÉRIO na categoria funcional de PROFESSOR, referente ao período aquisitivo de 01.08.2017 a 01.08.2022 de conformidade com o insculpido no § 2º do art. 134, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 29 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 668/2023

Publicação Nº 5483429

PORTARIA Nº 668/2023 – De 29 de Dezembro de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER, 30 (trinta) dias da Licença Prêmio em pecúnia em favor do servidor DENILSON DE FREITAS, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 26.06.2017 a 26.06.2022 de conformidade com o insculpido no § 2º do art. 134, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 29 de Dezembro de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 002/2024

Publicação Nº 5483762

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 002/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratada: IEXPERTISE TECNOLÓGICA LTDA
Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE NO LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS INTEGRADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SUPORTE TÉCNICOS AOS USUÁRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS PARAMETRIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA E ADAPTATIVA DO SISTEMA PROVIDO. TODO O SISTEMA DE INFORMÁTICA ATENDERÁ NAS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL I E II, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024.
VALOR: R\$ 24.000,00(vinte e quatro mil reais).
Vigência: Início: 04/01/2024 Término: 03/01/2025.
Data da assinatura: 04 de janeiro de 2024.

EXTRATO CONTRATO N. 003/2024

Publicação Nº 5483966

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 003/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratada: GRECA DISTRIBUIDORA DE ALFALTOS LTDA
Objeto: O presente Contrato tem por objetivo o PREGÃO ELETRÔNICO para AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUAS E RODOVIAS, SENDO: MEL 358, MEL 462, MEL 449, MEL 030, MEL 452, RUA 14 DE DEZEMBRO, RUA 041, VISANDO O ATENDIMENTO DA PORTARIA CONJUNTA SGG/SEF Nº 009/2023 DE 27/10/2023.
VALOR: R\$ 1.395.812,21 (um milhão e trezentos e noventa e cinco mil e oitocentos e doze reais e vinte e um centavos).
Vigência: Início: 04/01/2024 Término: 03/01/2025.
Data da assinatura: 04 de janeiro de 2024.

EXTRATO CONTRATO N. 004/2024

Publicação Nº 5484018

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 004/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratada: TOBIAS ROGERIO VEIRA LTDA
Objeto: O presente Contrato tem por objetivo o PREGÃO ELETRÔNICO para AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUAS E RODOVIAS, SENDO: MEL 358, MEL 462, MEL 449, MEL 030, MEL 452, RUA 14 DE DEZEMBRO, RUA 041, VISANDO O ATENDIMENTO DA PORTARIA CONJUNTA SGG/SEF Nº 009/2023 DE 27/10/2023.
VALOR: R\$ 1.584.965,81 (um milhão e quinhentos e oitenta e quatro mil e novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos).
Vigência: Início: 04/01/2024 Término: 03/01/2025.
Data da assinatura: 04 de janeiro de 2024.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2024

Publicação N° 5484324

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 24/01/2024, às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2024, que tem por objetivo REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA/COZINHA E DESCARTÁVEIS COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA, PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PARA AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2024. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:00 as 13:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br .

Meleiro/SC, 04 de janeiro de 2024.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2024

Publicação N° 5485195

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 25/01/2024, às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2024, que tem por objetivo REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA ESCOLAR) COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO DE 2024. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:00 as 13:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br .

Meleiro/SC, 04 de janeiro de 2024.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Mirim Doce

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2022

Publicação Nº 5484699

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A6825978766004FF1E6D304DD93ACDE2D238228D

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2022

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.952.248/0001-69, com sede à Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro, neste ato representado pelo Sr. Bernardo Peron, brasileiro, casado, portador do RG nº 345.935 SSP/SC, inscrito no CPF nº 380.295.969-87, residente e domiciliado à Rua Frederico Westphal, nº 268, bairro Centro, Mirim Doce/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 240, nº 400, Sala 02, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, no Processo Administrativo Nº 01/2022, instaurado através da Inexigibilidade nº 01/2022, resolvem de comum acordo, ADITAR contrato original de nº 01/2022, cujo objeto consiste no SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CONTRATADA à CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Quinta do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, de 07/01/2024 à 06/01/2025, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - Considera-se como valor para a execução deste Termo a quantia anual total de R\$ 3.812,28/ano, pago em Parcelas Semestrais de R\$1.906,14 (Mil novecentos e seis reais e quatorze centavos). Tais valores serão reajustados anualmente de acordo com o IPCA (IBGE) ou, na impossibilidade de aplicá-lo, conforme o índice que vier oficialmente substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Mirim Doce (SC), 04 de janeiro de 2024.

BERNARDO PERON

CARLITO MELLO DE LIZ

Município de Mirim Doce/SC

LIZ Serviços Online Ltda.

Testemunhas:

Nome: Micheli Dos Santos

CPF:109.364.959-36

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2019

Publicação Nº 5484164

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F7B94C6189A145EA2B97B52B795EDE19F2836C4A

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2019

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.952.248/0001-69, com sede à Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro, neste ato representado pelo Sr. BERNARDO PERON, brasileiro, casado, portador do RG nº 345.935 SSP/SC, inscrito no CPF nº 380.295.969-87, residente e domiciliado à Rua Frederico Westphal, nº 268, bairro Centro, Mirim Doce/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (FUSAVI), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº73.433.427/0001-57, estabelecida na Rua Tuiuti, nº 218, Centro, no município de Rio do Sul/SC, residente e domiciliado no município de Rio do Sul (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente termo aditivo conforme as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

O presente termo aditivo tem como fulcro as disposições da Lei 8.666/93, a previsão no contrato 28/2019 e devido ao interesse da empresa FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (FUSAVI) e do Município de Mirim Doce/SC, que necessita dos serviços de médicos, por parte da CONTRATADA, em moldes que garantam o atendimento da população oriunda do município CONTRATANTE durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, visando a garantia da atenção integral à saúde dos municípios, nas especialidades pactuadas pela CONTRATADA junto ao Sistema Único de Saúde, em especial: clínica médica, clínica ortopédica, clínica de anestesiologia, clínica pediátrica, clínica cirúrgica geral e clínica obstétrica. Constitui ainda objeto do presente instrumento a administração geral do serviço médico e de enfermagem, mão de obra assistencial e de apoio e fornecimento de insumos gerais para garantia de atendimento em pronto-socorro nos casos em que

os munícipes optarem voluntariamente por buscar serviços de atenção básica junto à CONTRATADA (demanda espontânea), ou quando o CONTRATANTE não dispor do atendimento básico, ou ainda, quando por situações excepcionais, o CONTRATANTE esgotar sua capacidade de atendimento. Não estão compreendidos no presente contrato os serviços já pactuados no âmbito do Sistema Único de Saúde, para os quais a CONTRATADA já esteja obrigada.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato 28/2019, de 01/01/2024 até 31/12/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 28/2019.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Mirim Doce – SC, 04 de janeiro de 2024.

BERNARDO PERON
MUNICÍPIO DE MIRIM
CONTRATANTE

FUND. DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ
DOCE FUSAVI
CONTRATADA

Modelo

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE EDITAL/ ERRATA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48-2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 17-2023

Publicação Nº 5483998

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação
ERRATA

PROCESSO Nº 48/2023

Modalidade Pregão Presencial Nº 17/2023 Código de pré-publicação:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADORES EVAPORATIVOS E EXAUSTOR, para instalação em alguns ambientes do município, como: ginásio de esportes e prédios públicos:

Objeto da Errata:

Alteração no descritivo dos Itens no anexo I – Termo de Referência.

Os envelopes serão recebidos até às 09:30:00 horas do dia 18/01/2024, sendo abertos a partir das 09:40:00 do mesmo dia, na Prefeitura Mun. de Modelo.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.atende.net Modelo/SC, 04/01/2024.

DIRCEU SILVEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 001/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483434

DECRETO Nº 001/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR FURST BECKER E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento do servidor.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 04 de janeiro de 2024, o Servidor Valdir Furst Becker, matrícula nº 27976-1 do cargo efetivo de Operador de Maquinas, 40 horas semanais, conforme Decreto de Nomeação nº 136/2023, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Em decorrência da exoneração de que trata este Decreto, fica declarada a vacância do cargo, na forma prevista no art. 35 da Lei Municipal 1.513/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos do município de Modelo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 04 de janeiro de 2024.

DIRCEU SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

CLEBER EBERHART

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 004/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483694

PORTARIA Nº 004/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2607/2023 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando requerimento dos servidores.

RESOLVE:
Art. 1º - Ficam concedidas aos Servidores Público Municipais férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
CLEDSON MICHELS 25780-3	04.01.2022 A 03.01.2023	15.01.2024 A 24.01.2024 (10 dias)
RODRIGO FERRONATTO 24155-1	02.05.2022 A 01.05.2023	10.01.2024 A 19.01.2024 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 04 de janeiro de 2024.
DIRCEU SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
Registrado e publicado na data supra:

CLEBER EBERHART
secretário da administração e fazenda

PORTARIA Nº 005/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483940

PORTARIA Nº 005/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO EDITAL 002/2022, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90 1.513/2002 e 2.607/2023, e Edital de Concurso 002/2022 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 038/2023, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando a Classificação do Concurso Público 002/2022.

RESOLVE:
Art.1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar administrativo, aprovada no Concurso Público nº 002/2022 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo, com a respectiva carga horária de 40 horas semanais, observado as determinações legais do cargo.

1. TAINARA CASA NOVA SILVA.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria deverá apresentar-se até a data de 12.01.2024, para manifestação de interesse, apresentação dos documentos originais e suas devidas cópias (ANEXO I), conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, solicitando a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 04 de janeiro de 2024.
DIRCEU SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra

CLEBER EBERHART
Secretário de Administração e Fazenda

ANEXO I

ROL DE DOCUMENTOS/CRITÉRIOS
NOTA DE CONFERÊNCIA – ADMISSÃO/NOMEAÇÃO

OBS: Trazer as CÓPIAS acompanhadas dos documentos ORIGINAIS, para a autenticação.

1. Estar em dia com as obrigações militares; (Certificado de Dispensa de Incorporação, (Masculino)	
2. Estar em dia com as obrigações eleitorais; (Certidão de Quitação Eleitoral, expedida pela internet)	
3. Apresentar: () fotocópia da escolaridade exigida (certificado de conclusão do curso); () Certificado de Pós Graduação (se houver); () inscrição no órgão fiscalizador da profissão (Carteira de inscrição em Conselho, se for o caso); () histórico escolar; () Atestado de frequência;	
4. Apresentar prova de aptidão física e mental, através de exame médico admissional (A.S.O. Atestado de Saúde Ocupacional), para o exercício da atribuição do cargo, realizada por órgão médico oficial, expedida até a data da posse;	
5. Apresentar declaração de bens; (declaração de imposto de renda, caso tiver); (Não possuindo nenhum Bem, Declaração Negativa de Bens)	
6. Certidão de Nascimento ou Casamento;	
7. Cópia de Título de Eleitor, CPF, Carteira de Identidade;	
8. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 21 anos; É dependente para Salário Família () e IR ()?	
9. Cópia da carteira de vacina dos filhos menores de 14 anos;	
10. Comprovante/Cópia de número de PIS/PASEP;	
11. Cópia do número, série, UF e data de emissão da CTPS (1ª folha frente e verso)	
12. Uma foto 3x4 (recente);	
13. Certidão Criminal (disponível no site http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do)	
14. Certidão Cível (disponível no site http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do)	
15. Certidão negativa de Improbidade Administrativa, em consulta no endereço: http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	
16. Cópia de Carteira Nacional de Habilitação, quando o cargo exigir;	
17. Comprovante de Conta Bancária Individual (Ex: Cópia cartão OU Declaração do Banco); OBS: A conta bancária deve ser () corrente ou () salário (OBS: Não pode ser conta poupança) Departamento de Educação Obrigatório conta no Banco do Brasil.	
18. Comprovante de Residência recente;	
19. Qualificação cadastral (E-Social);	

IMPORTANTE: O SERVIDOR SOMENTE ENTRARÁ EM EXERCÍCIO NO CARGO APÓS A ENTREGA DE TODOS OS DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO SETOR DE PESSOAL E APÓS A AVALIAÇÃO DOS MESMOS.

PORTARIA Nº 006/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484010

PORTARIA Nº 006/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO EDITAL 002/2022, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90 1.513/2002 e 2.567/2022, e Edital de Concurso 002/2022 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 038/2023, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando o interesse e necessidade publica para atendimento dos serviços e da continuidade no efetivo atendimento dos serviços públicos no Departamento de Educação.

Considerando a Classificação do Concurso Público 002/2022.

RESOLVE:

Art.1º - Ficam convocados para nomeação e posse no cargo de Auxiliar Educacional, aprovados no Concurso Público nº 002/2022 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo, com a respectiva carga horária de 40 horas semanais, observado as determinações legais do cargo.

1. ALESSANDRA L. RODRIGUES
2. BARBARA CAMILE SAUGO
3. TATIANE ROJAHN
4. ANA L. MARTENDAL
5. MARGARETE T. F. CECATTO

Art. 2º - Os aprovados citados nesta Portaria deverão apresentar-se até a data de 15.01.2024, para manifestação de interesse, apresentação dos documentos originais e suas devidas copias (ANEXO I), conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, solicitando a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 04 de janeiro de 2024.
DIRCEU SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
Registrado e publicado na data supra
CLEBER EBERHART
Secretário de Administração e Fazenda

ANEXO I

ROL DE DOCUMENTOS/CRITÉRIOS
NOTA DE CONFERÊNCIA – ADMISSÃO/NOMEAÇÃO

OBS: Trazer as CÓPIAS acompanhadas dos documentos ORIGINAIS, para a autenticação.

1. Estar em dia com as obrigações militares; (Certificado de Dispensa de Incorporação, (Masculino)	
2. Estar em dia com as obrigações eleitorais; (Certidão de Quitação Eleitoral, expedida pela internet)	
3. Apresentar: () fotocópia da escolaridade exigida (certificado de conclusão do curso); () Certificado de Pós Graduação (se houver); () inscrição no órgão fiscalizador da profissão (Carteira de inscrição em Conselho, se for o caso); () histórico escolar; () Atestado de frequência;	
4. Apresentar prova de aptidão física e mental, através de exame médico admissional (A.S.O. Atestado de Saúde Ocupacional), para o exercício da atribuição do cargo, realizada por órgão médico oficial, expedida até a data da posse;	
5. Apresentar declaração de bens; (declaração de imposto de renda, caso tiver); (Não possuindo nenhum Bem, Declaração Negativa de Bens)	
6. Certidão de Nascimento ou Casamento;	
7. Cópia de Título de Eleitor, CPF, Carteira de Identidade;	
8. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 21 anos; É dependente para Salário Família () e IR ()?	
9. Cópia da carteira de vacina dos filhos menores de 14 anos;	
10. Comprovante/Cópia de número de PIS/PASEP;	
11. Cópia do número, série, UF e data de emissão da CTPS (1ª folha frente e verso)	
12. Uma foto 3x4 (recente);	
13. Certidão Criminal (disponível no site http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do)	
14. Certidão Cível (disponível no site http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do)	
15. Certidão negativa de Improbidade Administrativa, em consulta no endereço: http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	
16. Cópia de Carteira Nacional de Habilitação, quando o cargo exigir;	
17. Comprovante de Conta Bancária Individual (Ex: Cópia cartão OU Declaração do Banco); OBS: A conta bancária deve ser () corrente ou () salário (OBS: Não pode ser conta poupança) Departamento de Educação Obrigatório conta no Banco do Brasil.	
18. Comprovante de Residência recente;	
19. Qualificação cadastral (E-Social);	

IMPORTANTE: O SERVIDOR SOMENTE ENTRARÁ EM EXERCÍCIO NO CARGO APÓS A ENTREGA DE TODOS OS DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO SETOR DE PESSOAL E APÓS A AVALIAÇÃO DOS MESMOS.

TERMO ADITIVO Nº 001/2023 CONTRATO Nº 048/2023 PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 007/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

Publicação Nº 5484026

TERMO ADITIVO Nº 001/2023
CONTRATO Nº 048/2023
Processo Licitatório FMS nº 007/2023
Pregão Presencial nº 002/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2023, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA MEDICARE ATIVIDADE MÉDICA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, Modelo – Santa Catarina, CEP 98.872-000, por meio do

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Presidente Vargas, 20, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.511.812/0001-18, neste ato representado por sua Gestora, Senhora GISELI ELISA DA SILVA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MEDICARE ATIVIDADE MÉDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.401.946/0001-84, com sede na Rua José Bonifácio, 87, na cidade de Maravilha (SC), doravante denominada simplesmente CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, considerando a justificativa apresentada pela Diretora de Saúde e a necessidade de manutenção da prestação de serviço em favor da população, fica aditado o contrato nº 048/2023, especialmente o constante na Cláusula Quarta, estendendo o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços por 12 (doze) meses, até 31.12.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização da administração municipal, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

O valor mensal do contrato originário permanece inalterado, sendo que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), totalizando o valor de R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais), para o exercício 2024.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo nº 048/2023. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos. Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega. Para desempenhar as atribuições de “Fiscal do Contrato”, fica designada a servidora Giseli Elisa da Silva, para acompanhar e fiscalizar o presente contrato. Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal do CONTRATADO. Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 29 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO Dirceu Silveira Prefeito Municipal - Contratante	IVANIA TUR CERUTTI - MEI
--	--------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

TERMO ADITIVO Nº 002/2023 CONTRATO Nº 076/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1461/2022

Publicação Nº 5484023

TERMO ADITIVO Nº 002/2023
CONTRATO Nº 076/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1461/2022

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2022, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA LEZ COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA (INSTALTEC), NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº. 83.021.832/001-11, com sua sede na Rua do Comércio, 1304, Centro, CEP 89872-000, neste ato representado Prefeito Municipal Senhor DIRCEU SILVEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, e de outro lado a empresa LEZ COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA (INSTALTEC), inscrita no CNPJ nº 15.345.797/0001-36, com sede na Rua João Pessoa, 685, bairro São José, na cidade de Pinhalzinho (SC), neste ato representada por seu Representante Legal, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração é oriunda do processo licitatório nº 1461/2021, Pregão Presencial (SRP) nº 036/2021, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Considerando a existência de saldo para consumo pelo Contratante e o menor preço encontrado em processo licitatório, necessária a prorrogação do prazo contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:

Por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, fica aditado o contrato nº 076/2022, especialmente o constante na Cláusula Quarta, nos termos do Artigo 57, II, da Lei 8.666/93, estendendo o prazo de vigência do contrato até 31.12.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização da administração municipal, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

Os valores pactuados no contrato originário permanecem inalterados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo nº 076/2022.

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Para desempenhar as atribuições de “Fiscal de Contrato”, fica designado a Sr. Cleber Eberhart. Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal do CONTRATADO.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 29 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO Contratante Dirceu Silveira	LEZ COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA (INSTALTEC)
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

TERMO ADITIVO Nº 01/2023 CONTRATO Nº 001/2023 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022

Publicação Nº 5484024

TERMO ADITIVO Nº 01/2023
CONTRATO Nº 001/2023
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA GUINCHO E TRANSPORTE BIGODE LTDA.

Termo Aditivo Contratual, que celebram O MUNICÍPIO DE MODELO, pessoa jurídica de direito público, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor DIRCEU SILVEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GUINCHO E TRANSPORTE BIGODE LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 22.112.185/0001-69, com sede na Rua João Pessoa, 985, na cidade de Pinhalzinho (SC), neste ato representado por seu sócio administrador, doravante denominada simplesmente CONTRATADA;

Tem de comum acordo e com amparo legal no Artigo 57, II, da Lei 8666/93, resolvem aditar o contrato originário, somente em relação ao prazo, conforme cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Considerando que trata-se de serviço contínuo, bem como por conveniência administrativa, de comum acordo entre as partes, fica aditado o contrato nº 001/2023, prorrogando-se a vigência do contrato por 12 (doze) meses (contados a partir de 01.01.2024), passando a vigor até 31.12.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente aditivo possui autorização do Chefe do Executivo e solicitação da Contratada, que fazem parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal no artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor contratado permanece inalterado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições firmadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 26 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO GUINCHO E TRANSPORTE BIGODE LTDA

DIRCEU SILVEIRA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 03/2022 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021

Publicação Nº 5484022

TERMO ADITIVO Nº 03/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2021, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E DE OUTRO A EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO.

Termo Aditivo Contratual que fazem o MUNICÍPIO DE MODELO SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua do Comercio, n. 1304 centro, Cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 83.021.832/0001-11, por meio de seu gestor o Prefeito Municipal, Sr. Dirceu Silveira, doravante denominado CONTRATANTE e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, entidade beneficente de assistência social, de direito privado, constituída sob a forma associativa, sem fins lucrativos, de âmbito estadual, inscrito no CNPJ sob o nº 04.310.564/0001-81, com sede Central à Rua Antônio Dib Mussi nº 473, Centro, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.015-110, neste ato representada pelo seu PROCURADOR Sr. Marcelo Firmino Vaz, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 888.286.979-20, RG nº 2.068.573-4 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Paula Ramos, nº 95, bairro Capoeiras, Florianópolis-SC, doravante denominado CONTRATADO; que, em de comum acordo e com amparo legal no Artigo 57, II, da Lei 8666/93, resolvem aditivar o contrato originário, somente em relação ao prazo, conforme cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Considerando que trata-se de serviço contínuo, fica aditado o contrato nº 014/2021, prorrogando-se a vigência do contrato de prestação de serviços em mais 12 (doze) meses (contados a partir de 01.01.2024), passando a vigor até 31.12.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de requerimento da contratada e autorização do Prefeito Municipal, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal no artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor contratado permanece inalterado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo nº 014/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 26 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC Contratada
---------------------	---

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

TERMO ADITIVO Nº 03/2023 CONTRATO DE LOCAÇÃO 001/2021 LICENÇA DE USO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE

Publicação Nº 5484021

TERMO ADITIVO Nº 03/2023
CONTRATO DE LOCAÇÃO 001/2021
LICENÇA DE USO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2021, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E DE OUTRO A EMPRESA IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor DIRCEU SILVEIRA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 08.546.421/0001-24, com sede na Rua Carolina 286, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, Santa Catarina, neste ato representada pelo seu diretor, o Senhor DANIEL POZZER, doravante somente denominado de CONTRATADO, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

Tem de comum acordo e com amparo legal no Artigo 57, II, da Lei 8666/93, resolvem aditar o contrato originário, em relação ao prazo e valores, conforme cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Considerando que trata-se de serviço contínuo, bem como por conveniência administrativa, haja vista a manutenção do menor preço encontrado, de comum acordo entre as partes, fica aditado o Contrato de Locação nº 001/2021, prorrogando-se a vigência do contrato de prestação de serviços por 12 (doze) meses, iniciando em 01.01.2024 e terminando em 31.12.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de requerimento da contratada e autorização do Prefeito Municipal, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal no artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor contratado é reajustado pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses (3,13%) conforme previsto na Cláusula Quarta, §2º, do Contrato Originário, ou seja, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 5.753,28 (cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos), sendo R\$ 479,44 (quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensalmente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato de Locação nº 001/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 29 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO	IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME Contratada
---------------------	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

TERMO ADITIVO Nº 03/2023 CONTRATO Nº 026/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 162/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2022

Publicação Nº 5483425

TERMO ADITIVO Nº 03/2023
CONTRATO Nº 026/2022
Processo Licitatório nº. 162/2022
Pregão Presencial nº. 009/2022

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA MHNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E GERENCIAMENTO DE REDE MUNICIPAL DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS EM FIBRA ÓTICA PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Termo Aditivo Contratual, que celebram O MUNICÍPIO DE MODELO, pessoa jurídica de direito público, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor DIRCEU SILVEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MHNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.245.502/0001-04, com sede Avenida Presidente Kennedy, 527, centro, na cidade

de Maravilha (SC), neste ato representado por seu sócio administrador, doravante denominada simplesmente CONTRATADA; Tem de comum acordo e com amparo legal no Artigo 57, II, da Lei 8666/93, resolvem aditivar o contrato originário, somente em relação ao prazo, conforme cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Considerando que trata-se de serviço contínuo, bem como por conveniência administrativa, haja vista a manutenção do menor preço encontrado, de comum acordo entre as partes, fica aditado o contrato nº 076/2022, prorrogando-se a vigência do contrato de prestação de serviços em mais 12 (doze) meses (contados a partir de 01.01.2024), passando a vigor até 31.12.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente aditivo possui autorização do Chefe do Executivo e solicitação da Contratada, que fazem parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal no artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor contratado permanece inalterado, ou seja, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 1.551,00 (mil quinhentos e cinquenta e um reais), totalizando R\$ 18.612,00 (dezoito mil, seiscentos e doze reais) para o exercício de 2024.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo nº 026/2022 e Aditivo nº 02/2023 (aumento objeto – IP FIXO).

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 26 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO MHNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA
DIRCEU SILVEIRA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 04/2023 CONTRATO Nº 022/2022 PROCESSO Nº 149/2022, PREGAO PRESENCIAL Nº 006/2022

Publicação Nº 5483659

TERMO ADITIVO Nº 04/2023
CONTRATO Nº 022/2022
PROCESSO Nº 149/2022, PREGAO PRESENCIAL Nº 006/2022

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA ALTAIR AURI ARENDT 92853978915 - MEI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CORTE E ROÇADA DE GRAMA EM ESPAÇOS PÚBLICOS.

Termo Aditivo Contratual, que celebram O MUNICÍPIO DE MODELO, pessoa jurídica de direito público, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor DIRCEU SILVEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ALTAIR AURI ARENDT 92853978915 - MEI, microempresendedor individual, inscrita no CNPJ sob nº. 44.851.430/0001-92, com sede na Rua Euclides da Cunha, 716, Distrito de Machado, na cidade de Pinhalzinho (SC), doravante denominada simplesmente CONTRATADA; Tem de comum acordo e com amparo legal no Artigo 57, II, da Lei 8666/93, resolvem aditivar o contrato originário, somente em relação ao prazo, conforme cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Considerando que trata-se de serviço contínuo, bem como por conveniência administrativa, haja vista a manutenção do menor preço encontrado, de comum acordo entre as partes, fica aditado o contrato nº 022/2022, prorrogando-se a vigência do contrato de prestação de serviços em mais 12 (doze) meses (contados a partir de 01.01.2024), passando a vigor até 31.12.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente aditivo possui autorização do Chefe do Executivo e solicitação da Contratada, que fazem parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal no artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE DO PREÇO

Fica aditado o contrato nº 022/2022, constante da Cláusula Segunda, com reajuste dos preços, nos termos do parágrafo 8º do artigo 65

da Lei 8.666/93, nos termos do requerimento da CONTRATADA, e autorização, que fazem parte integrante do presente aditivo, no índice do INPC acumulado no período entre fevereiro/2023 e novembro/2023, equivalente a 2,64%, fixando o valor mensal, a partir de janeiro de 2024, em R\$ 5.034,38 (cinco mil, trinta e quatro reais e trinta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO GLOBAL

Fica aditado o preço global do contrato nº 022/2022, totalizando para o exercício de 2024 o valor de R\$ 60.412,67 (sessenta mil, quatrocentos e doze reais e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo nº 022/2022.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 26 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO
DIRCEU

ALTAIR AURI ARENDT 92853978915 - MEI
SILVEIRA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº. 002/2023 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 5484019

TERMO ADITIVO Nº. 002/2023
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2022, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA IVANIA TUR CERUTTI - MEI, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor DIRCEU SILVEIRA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa IVANIA TUR CERUTTI - MEI, microempreendedor individual, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob nº 46.346.056/0001-01, com sede na Rua XV de Novembro, sn, centro, na cidade de Modelo – SC, neste ato representado por seu titular, a Sra. IVANIA TUR CERUTTI, brasileira, inscrita no CPF/MF nº 031.215.329-52, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, considerando a justificativa apresentada pela Contratada, fica aditado o contrato nº 057/2022, especialmente o constante na Cláusula Quarta, estendendo o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços por mais 12 (doze) meses, até 31.12.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização da administração municipal, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

O valor mensal do contrato originário permanece inalterado, sendo que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais), totalizando o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), para o exercício 2024.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo nº 057/2022.

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Para desempenhar as atribuições de "Fiscal do Contrato", fica designado a servidor Claudinei dos Santos (E-mail esporte@modelo.sc.gov.br), para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal do CONTRATADO.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 29 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO Dirceu Silveira Prefeito Municipal - Contratante	IVANIA TUR CERUTTI - MEI
--	--------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

TERMO ADITIVO Nº. 003/2023 CONTRATO Nº 011/2021 PROCESSO Nº 090/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021

Publicação Nº 5483459

TERMO ADITIVO Nº. 003/2023

CONTRATO Nº 011/2021

PROCESSO Nº 090/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2021, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA RÁDIO MODELO LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E REAJUSTE.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor DIRCEU SILVEIRA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa RÁDIO MODELO LTDA, pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 75.875.716/0001-31, com sede na Rua do Comércio, 1112, centro, na cidade de Modelo (SC), representada por sua Procuradora Sra. Elisangela Oestreich Schaffazick, doravante somente denominado de CONTRATADO, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem aditar o contrato pelas seguintes cláusulas e condições:

Considerando o interesse Público e a necessidade de manutenção na prestação de Serviços da Contratada em favor do Município de Modelo (SC); Considerando que não há alteração no valor contratado, somente reposição por meio da aplicação do INPC acumulado no período:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO: Fica aditado o contrato nº 011/2021, especialmente a Cláusula Quarta, com a PRORROGAÇÃO da vigência por 12 (doze) meses, contados a partir do dia 1º de janeiro de 2024 e terminando em 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, inciso II da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo decorre de autorização da Autoridade competente e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR: Considerando a prorrogação da vigência, o valor será corrigido pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado no período no período entre janeiro e dezembro/2023, que perfaz o índice de 3,13% (três vírgula treze por cento).

Parágrafo Primeiro: Considerando o reajuste definido no caput, bem como a prorrogação da vigência por 12 meses (até 31.12.2024), o valor mensal do presente contrato passa a ser de R\$ 4.223,87 (quatro mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 50.686,49 (cinquenta mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos) para o exercício de 2024.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo nº 011/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO: Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 26 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO Dirceu Silveira Prefeito Municipal - Contratante	RÁDIO MODELO LTDA
--	-------------------

Testemunhas: _____

TERMO ADITIVO Nº. 004/2023 CONTRATO Nº 025/2021

Publicação Nº 5483722

TERMO ADITIVO Nº. 004/2023
CONTRATO Nº 025/2021

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2021, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA MODELO SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E REAJUSTE DO PREÇO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram O MUNICIPIO DE MODELO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº. 83.021.832/0001-11, com sua sede na Rua do Comércio, nº 1304, neste ato representado Prefeito Municipal o Sr. DIRCEU SILVEIRA, e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Presidente Vargas, 20, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.511.812/0001-18, neste ato representado por sua Gestora, Senhora GISELI ELISA DA SILVA, doravante denominados CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MODELO SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, 2454, Sala 02, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.679.673/0001-52, neste ato representada por seu sócio administrador, Senhor DÉRCIO MENEGASSI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, doravante denominada simplesmente CONTRADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:

Por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, fica aditado o contrato nº 025/2021, especialmente o constante na Cláusula Quarta, nos termos do Artigo 57, II, da Lei 8.666/93, estendendo o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços até 31.12.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE:

Considerando a prorrogação do contrato, fica reajustado o preço, nos termos do requerimento da CONTRATADA, que fazem parte integrante do presente aditivo, no índice do INPC acumulado no período de 12 meses - dez/2022 a nov/2023 - em 3,85%:

Lote	Item	Descrição	Und.	Qdt.	Vlr atual	Valor reajustado	Valor Total
1	1	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	2	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS EPAGRI/CIDASC	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	3	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL GRISELDI MARIA MULLER	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	4	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DO JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	5	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO LAR	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	6	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	7	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	8	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DA QUADRA DE ESPORTES COBERTA DO BAIRRO FLORESTA	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	9	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA DE ARTES	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	10	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DO CONSELHO TUTELAR	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	11	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (PROJETO CULTIVAR)	mês	12	133,56	138,70	1.664,40
1	12	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	mês	12	133,56	138,70	1.664,40

O valor total do presente aditivo é de R\$ 19.972,80 (dezenove mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).

O presente termo aditivo decorre de autorização da administração municipal, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 025/2021 de e seus respectivos aditivos. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Para desempenhar as atribuições de “Fiscal do Contrato”, fica designo o servidor CLEBER EBERHART, para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal do CONTRATADO.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 26 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO Dirceu Silveira Prefeito Municipal - Contratante		MODELO SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - DÉR-CIO MENEGASSI Sócio Administrador – Contratada
--	--	---

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Monte Castelo

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 010/2023 - EXONERAÇÃO ROBERTO

Publicação Nº 5484390



PODER LEGISLATIVO CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

PORTARIA Nº 010, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 23 inciso III alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. **EXONERAR** o servidor **Roberto Carlos Lisboa Filho**, do cargo de **TECNICO LEGISLATIVO**, do Quadro de Pessoal de Provisão Temporário Poder Legislativo Municipal, a partir da presente data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Monte Castelo, 29 de Dezembro de 2023.

ROBERTO CARLOS BARANKIEVICZ
PRESIDENTE

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

PORTARIA Nº 011/2023 EXONERAÇÃO EVERSON

Publicação Nº 5484403

**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO****PORTARIA Nº 011, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 23 inciso III alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. **EXONERAR** o servidor **Everson Spagnollo**, do cargo de **Contador**, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário Poder Legislativo Municipal, a partir da presente data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Monte Castelo, 29 de Dezembro de 2023.

ROBERTO CARLOS BARANKIEVICZ
PRESIDENTE

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

PORTARIA Nº 012/2023 EXONERAÇÃO CRISLEINE

Publicação Nº 5484409

**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO****PORTARIA Nº 012, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 23 inciso III alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. **EXONERAR** a servidora **Crisleine Regina Marghott**, do cargo de **Assessoria Jurídica**, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário Poder Legislativo Municipal, a partir da presente data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Monte Castelo, 29 de Dezembro de 2023.

ROBERTO CARLOS BARANKIEVICZ
PRESIDENTE

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

TERMO DE POSSE Nº 001/2024

Publicação Nº 5484420



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL N. 001/2023

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, compareceu perante a autoridade infra descrita o Sr. **Hassan de Souza Prestes**, para tomar posse no cargo de Agente Legislativo, declarando conhecedor dos direitos e obrigações constantes da Legislação, devendo cumprir com zelo suas atribuições como Servidor Público, assinando o presente termo, para o qual declaro empossado.

Monte Castelo, 02 de janeiro de 2024.

Leandro Simões de Lima
Presidente da Câmara

Hassan de Souza Prestes
Agente Legislativo

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

TERMO DE POSSE Nº 002/2024

Publicação Nº 5484444



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL N. 002/2023

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, compareceu perante a autoridade infra descrita o Sr. **EDUARDO MURARA SUCHEK** para tomar posse no cargo de Advogado Legislativo, declarando conhecedor dos direitos e obrigações constantes da Legislação, devendo cumprir com zelo suas atribuições como Servidor Público, assinando o presente termo, para o qual declaro empossado.

Monte Castelo, 02 de janeiro de 2024.

Leandro Simões de Lima
Presidente da Câmara

Eduardo Murara Suchek
Advogado Legislativo

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 007/2023

Publicação Nº 5483936

DECRETO Nº 007/2023, de 04 de janeiro de 2024

"NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS DA SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, em consonância com a Portaria nº 02 de 15 de Janeiro de 2018 do FNDE;

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação financeira das contas da Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura e Turismo será administrada pela Senhora GREICY SALVADOR ZACCARON, inscrita no CPF sob nº 036.354.749-59 e RG nº 3.934.164 - Secretária Municipal do Sistema de Educação, Cultura, Esportes e Turismo em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGENOR CORAL, inscrito no CPF sob o nº 590.026.389-49 e RG nº 1.936.851, sendo lhes conferido os seguintes poderes:

Emitir cheques, abrir contas de depósito, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrapor ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques - conta corrente, efetuar saques - poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico, efetuar transferências, exceto por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos de investimentos, emitir comprovantes, efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico, encerrar contas de depósito.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 04 de janeiro de 2024.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

PORT 008 SEC GREICY SALVADOR ZACCARON

Publicação N° 5483926

**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02

www.morrodafumaca.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA**PORTARIA N° 008/2024 DE, 02 DE JANEIRO DE 2024.**

**NOMEIA GREICY SALVADOR ZACCARON PARA O
CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DA
SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece o art. 69, inciso IX da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 038/2015 de 15/06/2015 e Lei Complementar 060/2016 de 12/12/2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **GREICY SALVADOR ZACCARON**, para o cargo de **Secretária Municipal** da **Secretaria do Sistema de Educação Cultura Esporte e Turismo** a partir de 02/01/2024. Nível DAS do Quadro de Direção e Assessoramento Superior, com vencimentos em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar n° 038/2015 de 15/06/2015 e Lei Complementar n° 060/2016 de 12/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, *em 02 de Janeiro de 2024.*

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:**ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO**

Secretário Municipal do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Página 1 de 1

Morro Grande

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO DE RATEIO Nº 15/2023/CISAMREC

Publicação Nº 5483980

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C4FB17D2F5C995F98E199A0241BB65B568B20ABC

Contrato nº:	15/CISAMREC/2023
Contratante:	Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Contratada:	Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC
Valor (R\$):	83.910,60
Data da Assinatura:	15/12/2023
Vigência Inicial:	02/01/2024
Vigência Final:	31/12/2024
Dotações:	31717000; 33717000; 44717000
Licitação:	Lei Federal nº. 11.107/2005
Objeto Resumido:	Rateio das despesas administrativas e de manutenção do Consórcio, inclusive as pré-operacionais (parte fixa).
Espécie:	Contrato de Rateio

PORTARIA Nº 105/2023

Publicação Nº 5483591

PORTARIA Nº 105/2023
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 255/1999.

Considerando o Comunicado de Decisão do INSS, requerimento nº 302728820 e benefício nº 646.715.931-8.

RESOLVE:

Art. 1º Fica CONCEDIDO a licença para tratamento de saúde até o dia 13/11/2024, ao servidor AGENOR RIBEIRO PEREIRA, matrícula nº 343, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, com vantagens e obrigações estabelecidos em lei.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 28/11/2023.

Morro Grande/SC, 08 de dezembro de 2023.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106/2023

Publicação Nº 5483604

PORTARIA Nº 106/2023
TRATA DA EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor e,

Considerando o requerimento;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada em 14/12/2023, a servidora SUZANA LONGARETTI MARCELO, matrícula nº 9, portadora do CPF nº 656.969.729-34, ocupante do cargo de Professor, do Grupo Docente, do quadro permanente do magistério da Prefeitura de Morro Grande.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 14 de dezembro de 2023.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/2023

Publicação Nº 5483611

PORTARIA Nº 107/2023

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias de 30 dias, para a servidora Gabriela Biff Olivo, matrícula nº 206- SAMAE, ocupante do cargo Bióloga, referente ao período aquisitivo de 07/03/2022 a 06/03/2023.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 18 de dezembro de 2023.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108/2023

Publicação Nº 5483614

PORTARIA Nº 108/2023

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor e,

Considerando o requerimento;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada em 19/12/2023, a servidora TANIA MARIA PETERLE, matrícula nº 120, portadora do CPF nº 573.470.189-00, ocupante do cargo de Professor, do Grupo Docente, do quadro permanente do magistério da Prefeitura de Morro Grande.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 19 de dezembro de 2023.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109/2023

Publicação Nº 5483615

PORTARIA N. 109/2023

Concede licença para assistência pessoal a familiar com doença e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 82 da Lei Municipal n. 05/93 e art. 23 da Lei Federal n. 12.269/2010, e,

Considerando o deferimento do requerimento protocolado pela servidora Valdiani Martignago Rosso, através do Processo Administrativo nº 343/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a servidora Valdiani Martignago Rosso, matrícula n. 794, licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período necessário à assistência pessoal, com o cumprimento dos dias da licença de forma não consecutiva sem prejuízo ao exercício e cumprimento das funções de seu cargo, mantida sua remuneração nos termos do parágrafo único do art. 82 da Lei Municipal n. 05/93.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11 de dezembro de 2023.

Morro Grande/SC, 19 de dezembro de 2023.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/2023

Publicação Nº 5483620

PORTARIA Nº 110/2023
TRATA DA CONCESSÃO DE AUXILIO MATERNIDADE À SERVIDORA

O Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o artigo 83 da Lei Municipal nº 005/93 e as leis 657/2008 e 758/2013, e,

CONSIDERANDO o Atestado médico emitido em 18/12/2023 por Dr. Vinicio Mucillo Neto, CRM nº 7760;
CONSIDERANDO o nascimento de DAVI CANDEO BOSA, nascido em Meleiro/SC, no dia 18/12/2023;
CONSIDERANDO o direito a prorrogação de licença maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido "Licença Maternidade" à servidora Tâmilis Candeco, matrícula 808, ocupante do cargo de "Agente administrativo", do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura de Morro Grande, 18/12/2023 a 15/04/2024.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/12/2023.

Morro Grande-SC, 26 de dezembro de 2023.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111/2023

Publicação Nº 5483623

PORTARIA Nº 111/2023

TRATA DA CONCESSÃO DE AUXILIO MATERNIDADE À SERVIDORA

O Prefeito de Morro Grande, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o artigo 83 da Lei Municipal nº 005/93 e as leis 657/2008 e 758/2013, e,

CONSIDERANDO o Atestado médico emitido em 27/12/2023 por Dr. Roberto Carlos Montecinos Gallo, CRM nº 7525;
CONSIDERANDO o nascimento de PIETRO CORAL ZANELATTO, nascido em Meleiro/SC, no dia 21/12/2023;
CONSIDERANDO o direito a prorrogação de licença maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Licença Maternidade à KARINA CORAL, matrícula 1361, ocupante do cargo de Professor -ACT, admitida por tempo determinado, através do Contrato n.24/2023 e Termo Aditivo n.07/2023. O período da licença de 180 dias, será de 21/12/2023 a 17/06/2024.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21/12/2023.

Morro Grande-SC, 27 de dezembro de 2023.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112/2023

Publicação Nº 5483627

PORTARIA Nº 112/2023
TRATA DA EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor e, Considerando o requerimento;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada em 02/01/2024, a servidora IVONETE BARBOSA CREPALDI, matrícula nº 325, portadora do CPF nº 045.560.889-09, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do quadro permanente dos servidores da Prefeitura de Morro Grande.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 29 de dezembro de 2023.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ADITIVO DE CONTRATO 0004-2024 DE 05 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484517

ADITIVO DE CONTRATO 0004/2024
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 1347/2023.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para REINTEGRAÇÃO e PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALINEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, e DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa da Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Srta. Nathalia Zabel, CPF 085.921.649-74 e de outro lado NOEMIA NOGUEIRA DE SOUZA – CPF 607.583.922-49 doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1347/2023, nos termos que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original de prestação de serviços na função de ENFERMEIRO, firmado em 05/07/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA
2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 05/01/2024 até 31/01/2024, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS
3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:
ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.

Navegantes/SC, 04 de janeiro de 2024

NATHALIA ZABEL Diretora do Departamento de Recursos Humanos	NOEMIA NOGUEIRA DE SOUZA Contratado
--	--

DECRETO 001 AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO

Publicação Nº 5483538

decreto n º 001 DE 03 DE JANEIRO de 2024

averba o tempo de contribuição da certidão nº 190.210.50.1.00392/23-3 do inss, ao assento funcional da servidora para fins de aposentadoria junto ao navegantesprev.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:
Art. 1º. Fica averbado ao assento funcional da servidora pública municipal MARINETE PEREIRA, de matrícula funcional nº 6210901, detentora do cargo de provimento efetivo de MONITORA, inscrita no CPF sob nº 469.***.*** - 20, o período de contribuição de 1.058 (um mil e cinquenta e oito dias), que correspondem a 02 anos, 10 meses e 28 dias constante na Certidão de Tempo de Contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, protocolo nº 190.210.50.1.00392/23-3, emitida em 20/12/2023, conforme requerimento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2024.
Libardoni Lauro Claudino Fronza
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 002 AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO

Publicação Nº 5483544

decreto n º 002 DE 03 DE JANEIRO de 2024

averba o tempo de contribuição da certidão nº 200.221.40.1.00331/23-7 do inss, ao assento funcional do servidor para fins de aposentadoria junto ao navegantesprev.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1º. Fica averbado ao assento funcional do servidor público municipal LUIZ GONZAGA LUZ, de matrícula funcional nº 63272802, detentor do cargo de provimento efetivo de VIGIA, inscrito no CPF sob nº 400.***.*** - 91, o período de contribuição de 3.788 (três mil, setecentos e oitenta e oito dias), que correspondem a 10 anos, 04 meses e 18 dias constante na Certidão de Tempo de Contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, protocolo nº 200.221.40.1.00331/23-7, emitida em 15/09/2023, conforme requerimento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2024.

Libardoni Lauro Claudino Fronza

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 003 AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO

Publicação Nº 5483549

decreto n º 003 DE 03 DE JANEIRO de 2024

averba o tempo de contribuição da certidão nº 190.230.80.1.00066/23-5 do inss, ao assento funcional da servidora para fins de aposentadoria junto ao navegantesprev.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1º. Fica averbado ao assento funcional da servidora pública municipal CLOTILDE RAMOS, de matrícula funcional nº 165710, detentora do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, inscrita no CPF sob nº 775.***.*** - 68, o período de contribuição de 5.586 (cinco mil, quinhentos e oitenta e seis dias), que correspondem a 15 anos, 03 meses e 21 dias constante na Certidão de Tempo de Contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, protocolo nº 190.230.80.1.00066/23-5, emitida em 21/12/2023, conforme requerimento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2024.

Libardoni Lauro Claudino Fronza

PREFEITO MUNICIPAL

DISTRATO 05 DE 04-01-2023 DE SARA SANTOS ANTONELLO

Publicação Nº 5484570

DISTRATO Nº 05-2024

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pela Diretora de Departamento de Recursos Humanos Srta. Nathalia Zabel, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado SARA SANTOS ANTONELLO – 63598501, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010 e DECRETO nº 42 de 06 de Março de 2023, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TÉRMINO DE CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato 008/2023 de prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 03/01/2024.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.

Navegantes, 04 de janeiro de 2024.

Nathalia Zabel

Diretora de Departamento de Recursos Humanos

Sara Santos Antonello

Contratado

NAVEGANTES (PM) - EDITAL CP 001-2024_04_01_24

Publicação Nº 5486767

O Prefeito Municipal de Navegantes/ SC faz saber que realizará, por meio da empresa RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., em datas, locais e horários a serem oportunamente divulgados, Concurso Público regido de acordo com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, Lei Complementar Municipal nº 72/2010, Lei Municipal nº 07/2003 e Lei Orgânica Municipal com respectivas atualizações, destinado ao provimento de vagas para os cargos descritos na Tabela I, especificada no Capítulo 1 do Concurso Público deste edital, bem como formação de cadastro reserva.

O Concurso Público – Edital 001/2024 reger-se-á pelas disposições contidas nas Instruções Especiais, que são parte integrante deste Edital.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

1. DO CONCURSO PÚBLICO

- 1.1. O presente Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e à formação de cadastro reserva para os cargos indicados no presente edital, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 72/2010 e Lei Municipal nº 07/2003 atualizadas, dentro do prazo de validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, a contar da data da homologação do certame, a critério da Prefeitura Municipal de NAVEGANTES/ SC.
- 1.2. As vagas oferecidas são para o Município de NAVEGANTES/ SC.
- 1.3. Os cargos, as vagas, o salário inicial, a carga horária, os requisitos mínimos exigidos e a taxa de inscrição são os estabelecidos na Tabela I de Cargos, especificada abaixo.
- 1.4. As atribuições dos cargos estão descritas no Anexo I, deste Edital.
- 1.5. Todas as etapas constantes neste Edital serão realizadas observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

TABELA I – CARGOS, VAGAS, SALÁRIO INICIAL, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

Ensino superior						
Cargo	Total de vagas (1)	Vagas reservadas às pessoas com deficiência	Carga horária	Salário inicial (2)	Requisitos mínimos exigidos	Taxa de inscrição
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ARTES	01 + Cadastro Reserva	--	20 horas semanais	R\$ 2.320,48	Ensino superior completo com Licenciatura Plena, na disciplina específica.	R\$ 29,05
			40 horas semanais	R\$4.640,97		
PROFESSOR DE SÉRIES/ ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS	01 + Cadastro Reserva	--	20 horas semanais	R\$ 2.320,48	Ensino superior completo com Licenciatura Plena, na disciplina específica.	R\$ 29,05
			40 horas semanais	R\$4.640,97		
PROFESSOR DE CIÊNCIAS	01 + Cadastro Reserva	--	20 horas semanais	R\$ 2.320,48	Ensino superior completo com Licenciatura Plena, na disciplina específica.	R\$ 29,05
			40 horas semanais	R\$4.640,97		
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	01 + Cadastro Reserva	--	20 horas semanais	R\$ 2.320,48	Ensino superior completo com Licenciatura Plena, na disciplina específica.	R\$ 29,05
			40 horas semanais	R\$4.640,97		
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	01 + Cadastro Reserva	--	20 horas semanais	R\$ 2.320,48	Ensino superior completo com Licenciatura Plena, na disciplina específica.	R\$ 29,05
			40 horas semanais	R\$4.640,97		
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	01 + Cadastro Reserva	--	20 horas semanais	R\$ 2.320,48	Ensino superior completo com Licenciatura Plena, na disciplina específica.	R\$ 29,05
			40 horas semanais	R\$4.640,97		

NOTAS DE RODAPÉ DA TABELA DE CARGOS	
1	Os Candidatos classificados neste certame são meros detentores de expectativa de direito à nomeação, de forma que sua admissão fica condicionada à liberação e/ou à criação futura de vagas dentro do prazo de validade deste certame, de acordo, ainda, com a necessidade e disponibilidade orçamentária da Administração Municipal, respeitada sempre a ordem de classificação e o percentual de vagas reservadas;

NOTAS DE RODAPÉ DA TABELA DE CARGOS

2	Valor inicial de ingresso, conforme legislação vigente no Município, limitado ao teto estabelecido pela Constituição Federal de 1988, art. 37, XI. O contratado fará jus ainda ao Auxílio-Alimentação, no valor de R\$ 423,16 (quatrocentos e vinte e três reais e dezesseis centavos) e Auxílio - Transporte, podendo ainda ser concedidos outros benefícios, nos termos da legislação vigente;
---	--

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1. Para se inscrever o candidato deverá ler este edital em sua íntegra, tendo conhecimento e estando de acordo com as exigências nele contidas, principalmente, as especificadas a seguir, que devem ser comprovadas à época da posse:

2.1.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ser estrangeiro, com igualdade de direitos, nos termos em que dispuser a legislação específica;

2.1.2. Ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

2.1.3. No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar, nos termos do Decreto nº 57.654/66, alterado pelo Decreto nº 93.670/86;

2.1.4. Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;

2.1.5. Possuir documentação comprobatória, no ato da posse, dos REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS para o cargo conforme especificado na Tabela I, do Capítulo 1, e a DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA determinada no item 12.5 do Capítulo 12 deste edital;

2.1.6. Ter aptidão física e mental e não possuir deficiência física incompatível com o exercício do cargo, comprovada em inspeção realizada pelo Serviço Médico indicado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC;

2.1.7. Não ter sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, condenado em processo criminal por prática de crimes contra a administração pública, capitulados nos títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492/86 e na Lei nº 8.429/92;

2.1.8. Não estar, no ato da posse, incompatibilizado para nova nomeação em novo cargo;

2.1.9. Não possuir antecedentes criminais (condenação com trânsito em julgado);

2.1.10. Não estar com idade de aposentadoria compulsória;

2.1.11. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados as funções acumuláveis previstas na Constituição Federal.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico www.concursosrbo.com.br, iniciando-se no dia 8 de janeiro de 2024 e encerrando-se no dia 2 de fevereiro de 2024, observado o horário oficial de Brasília/ DF e os itens estabelecidos no Capítulo 2. Das Condições para Inscrição, deste Edital.

3.2. Após o preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, de acordo com o valor definido na Tabela I, do Capítulo 1 deste Edital.

3.3. Objetivando evitar ônus desnecessários, o candidato deverá recolher o valor da taxa de inscrição somente se atender a todos os requisitos exigidos para o cargo pretendido.

3.4. A inscrição do candidato implicará no completo conhecimento e a tácita aceitação das normas legais pertinentes e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, e as condições previstas em Lei, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária, com vencimento para o dia 5 de fevereiro de 2024, primeiro dia útil subsequente após a data de encerramento do período de inscrição. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.5.1. O boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico www.concursosrbo.com.br até a data de encerramento das inscrições e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

3.5.2. Após o encerramento do período de inscrição, não haverá possibilidade de impressão do boleto para pagamento, seja qual for o motivo alegado.

3.5.3. A inscrição somente será confirmada após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição.

3.5.4. O comprovante de inscrição é o boleto bancário devidamente quitado e deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização da Prova Objetiva. É de inteira responsabilidade do candidato a manutenção sob sua guarda do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, para posterior apresentação, se necessário.

3.6. O candidato deverá efetuar somente uma inscrição neste concurso público.

3.6.1. Em caso de mais de uma inscrição para o mesmo período de aplicação de prova, o candidato deverá optar somente por uma inscrição por período, sendo considerado como ausente para a(s) outra(s) inscrição(ões) do referido período de aplicação, mesmo que a aplicação das provas ocorra na mesma sala.

3.6.2. Ocorrendo a hipótese do item 3.6.1 ou pagamento duplicado de um mesmo boleto bancário, não haverá restituição parcial ou integral dos valores pagos a título de taxa de inscrição.

3.7. Não serão aceitas inscrições recebidas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência ou depósito em conta corrente, por depósito "por meio de envelope" em caixa rápido, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital, bem como fora do período de inscrição estabelecido.

3.8. Não será aceito, como comprovante de pagamento da inscrição, comprovante de agendamento bancário.

3.9. Salvo nos casos de anulação ou cancelamento do certame, não haverá devolução, parcial ou integral, da importância paga, ainda que superior ou em duplicidade, nem isenção total ou parcial de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado.

3.10. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de opção de função sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve verificar atentamente a opção preenchida.

3.10.1. É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outros concursos/ processos seletivos.

3.11. A RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. e a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento

das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Assim é recomendável que o candidato realize sua inscrição e respectivo pagamento com a devida antecedência.

3.12. A partir do dia 9 de fevereiro de 2024, o candidato deverá conferir nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br se os dados da inscrição, efetuada via Internet, e se o valor da inscrição foi recebido pela RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., ou seja, se a inscrição está confirmada.

3.12.1. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato da RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., através do e-mail duvidas@rboconcursos.com.br para verificar o ocorrido, nos dias úteis no horário das 9h às 17h, bem como interpor recurso nos termos do capítulo 12 deste Edital.

3.13. A apresentação dos documentos e das condições exigidas para participação no referido Concurso Público será feita por ocasião da posse, sendo que a não apresentação implicará a anulação de todos os atos praticados pelo candidato.

3.14. As informações prestadas na ficha de inscrição on-line são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que realizada com o auxílio de terceiros, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC e à RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. o direito de excluir do Concurso Público aquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

3.15. O candidato que desejar concorrer à vaga reservada a pessoas com deficiência deverá, obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico da Ficha de Inscrição, e proceder conforme estabelecido no Capítulo 4 deste Edital.

3.16. O candidato que necessitar de condições especiais para realização das provas deverá encaminhar, por meio de correspondência com AR (Aviso de Recebimento) ou Sedex, até o dia útil subsequente ao término das inscrições, declaração constante no Anexo III deste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova, identificando no envelope: nome e cargo ao qual está concorrendo e nome do Concurso Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC - Concurso Público 001/2024 – “Cond. Especial”, à RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., localizado à Rua Inácio Ribeiro, 993 B – Centro - Santa Rita do Passa Quatro - SP, CEP 13670-000.

3.16.1. O candidato que não o fizer durante o período de inscrição estabelecido no item anterior, não terá a prova e as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.

3.16.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

3.16.3. Para efeito do prazo de recebimento da solicitação por correspondência com AR ou SEDEX, estipulado no item 3.16 deste Capítulo, será considerado 5 (cinco) dias corridos após a data de término das inscrições.

3.16.4. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante (maior de 18 anos), que também se submeterá às regras deste Edital e Anexos e ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas.

3.16.4.1. A candidata lactante deverá declarar a referida condição na ficha de inscrição on line e encaminhar sua solicitação à RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. até o dia útil subsequente ao término das inscrições, por correspondência com AR ou SEDEX, conforme estabelecido no item 3.16.

3.17. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova por motivo de crença religiosa, deverá encaminhar solicitação à RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., nos termos do item 3.16 deste Capítulo.

3.18. O candidato que solicitar condição especial para a realização das provas deverá, a partir de 9 de fevereiro de 2024, acessar os endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br para verificar o resultado da solicitação pleiteada.

3.19. São de exclusiva responsabilidade do candidato, sob as penas da lei, as informações fornecidas no ato da inscrição.

4. DA INSCRIÇÃO PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Concurso Público, desde que as atribuições do emprego pretendido sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.

4.2. Em obediência ao disposto na legislação federal, bem como pela Lei Complementar Municipal nº 007/2003 aos candidatos com deficiência habilitados, será reservado o percentual mínimo de 10% (dez por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso Público.

4.2.1. Se o resultado da aplicação do percentual de que trata o item anterior resultar em número fracionado este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, respeitado o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas disponíveis por cargo.

4.2.2. Para fins de nomeação, a deficiência de que é portador deverá, obrigatoriamente, ser compatível com as atribuições do cargo para o qual se classificou, uma vez que, em hipótese alguma as atribuições do cargo serão modificadas para se adaptarem às condições especiais do PCD, não sendo, todavia, obstáculo ao exercício das atribuições do cargo a utilização de material tecnológico ou equipamentos específicos de uso habitual do candidato ou a necessidade de adaptação do ambiente de trabalho.

4.3. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei Federal nº 13.146 de 06/07/2015.

4.3.1. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- a) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- c) a limitação no desempenho de atividades; e
- d) a restrição de participação.

4.4. O candidato, convocado para a posse em razão da aplicação do Decreto Federal nº 9.508, de 24/09/2018 atualizado, cuja deficiência, declarada na inscrição, não se constate, terá sua convocação cancelada, devendo ser convocado, posteriormente, de acordo sua classificação, respeitada a ordem de classificação geral de aprovados.

4.5. Será eliminado do Concurso Público o candidato cuja deficiência declarada na inscrição seja incompatível com o cargo pretendido.

4.6. As pessoas com deficiência participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

- 4.6.1. Os critérios de aprovação nas provas físicas para os candidatos com deficiência, no estágio probatório ou no período de experiência, serão os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos.
- 4.7. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.
- 4.8. No ato da inscrição, o candidato com deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do Concurso Público deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas, bem como proceder de acordo com o estabelecido no item 4.10 deste Capítulo.
- 4.9. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá declarar a condição na Ficha de Inscrição, bem como de acordo com o estabelecido no item 4.10 deste Capítulo.
- 4.10. O candidato com deficiência, até o dia útil subsequente ao término das inscrições, deverá encaminhar, via Sedex ou correspondência com Aviso de Recebimento (AR), à RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., aos cuidados do Departamento de Planejamento de Concursos, localizado à Rua Inácio Ribeiro, 993 B – Centro - Santa Rita do Passa Quatro - SP, CEP 13670-000, identificando o nome do Concurso Público no envelope: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC – Concurso Público 001/2024, os documentos a seguir:
- a) Declaração constante no Anexo III deste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova (caso a condição especial seja necessária); e
- b) Cópia do Laudo Médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando o seu nome, número do RG e do CPF.
- 4.10.1. Os candidatos que solicitarem a prova em braille deverão levar, para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção.
- 4.10.2. O candidato com deficiência auditiva poderá solicitar, na declaração constante no Anexo III deste Edital, a autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação da Comissão Multidisciplinar, com a finalidade de garantir a lisura do Concurso Público.
- 4.10.3 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional de 1 (uma) hora para a realização das provas objetivas, deverá enviar a documentação indicada nas alíneas “a” e “b” do item 4.10, com justificativa acompanhada de parecer emitido por profissional especialista da área de sua deficiência.
- 4.10.4. A comprovação da tempestividade do envio da documentação tratada nas alíneas do item 4.10 e subitem 4.10.3 será feita pela data da postagem.
- 4.10.5. Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas neste sistema, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.
- 4.10.6. As condições específicas e ajudas técnicas previstas acima não excluem outras que se fizerem necessárias.
- 4.10.7. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido e será divulgado conforme disposto no item 3.18 e seus subitens, do Capítulo 3 deste edital.
- 4.11. O laudo médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.
- 4.12. O candidato que não atender, dentro do período das inscrições, aos dispositivos mencionados no item 4.10 e respectivas alíneas e subitens, não terá a condição especial atendida ou não será considerado pessoa com deficiência, seja qual for o motivo alegado.
- 4.13. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
- 4.14. Os candidatos, que no ato da inscrição se declararem pessoas com deficiência, se aprovados no Concurso Público, terão seus nomes divulgados na lista geral dos aprovados, observada a reserva de vagas às pessoas com deficiência estabelecida no Decreto Federal nº 9.508, de 24/09/2018.
- 4.15. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação, licença-saúde ou aposentadoria por invalidez.

5. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 5.1. O candidato, que estiver amparado pelos dispositivos contidos na Lei Municipal nº 2.233/2009, poderá requerer a isenção da taxa de inscrição deste Concurso Público, desde que comprove os requisitos previstos no item 5.1.1 deste Capítulo, a saber:
- 5.1.1. Seja doador de sangue, não inferior a 1 (uma) vez ao ano, durante o período de 1 (um) ano imediatamente anterior à data de publicação deste edital, para órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.
- 5.1.1.1. A comprovação do requisito disposto no item 5.1.1 será realizada por meio dos seguintes documentos:
- a) Cópia simples do documento de identidade (RG) – frente e verso;
- b) Cópia simples do CPF – frente e verso;
- c) Comprovantes de doação de sangue, sendo, no mínimo, 1 (uma) vez ao ano, durante o período de 1 (um) ano imediatamente anterior à data de publicação deste edital, para órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município, e que sejam expedidos pela entidade coletora;
- d) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no Anexo IV deste Edital.
- 5.2. O candidato que preencher a condição estabelecida no item 5.1.1 deverá solicitar a isenção do pagamento do valor de inscrição obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 5.2.1. Acessar, no período de 8 a 11 de janeiro de 2024, o site da RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. - www.concursosrbo.com.br e, na área do Concurso Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC, realizar a inscrição on-line;
- 5.2.2. Imprimir o formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no Anexo IV deste Edital, preenchê-lo e assiná-lo;
- 5.2.3. Enviar o formulário especificado no subitem anterior, juntamente com a cópia do documento de identidade (RG) – frente e verso, até 12 de janeiro de 2024, por SEDEX ou correspondência com registro de Aviso de Recebimento (AR), à RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., localizada à Rua Inácio Ribeiro, 993 B – Centro - Santa Rita do Passa Quatro - SP, CEP 13670-000, identificando no envelope: “Isenção para a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC- Concurso Público 001/2024.
- 5.3. O formulário discriminado no subitem 5.2.2 deverá ser enviado devidamente preenchido e conter a assinatura do solicitante e a data.
- 5.4. A comprovação da tempestividade da solicitação de isenção será feita pela data do e-mail.
- 5.5. Deverá ser realizada uma inscrição on-line e um envio de formulário com documentação comprobatória de isenção da taxa para cada cargo de interesse.
- 5.6. O formulário de solicitação de isenção postado por SEDEX ou correspondência com AR, conforme disposto no subitem 5.2.3, refere-se

a um único candidato.

5.7. A documentação comprobatória enviada pelo candidato será analisada pela RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. que decidirá sobre a isenção do valor de inscrição, considerando o estabelecido neste capítulo.

5.8. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

- a) deixar de efetuar a inscrição pela internet no período estabelecido no item 5.2.1, deste capítulo;
- b) deixar de enviar a documentação comprobatória estabelecida nas alíneas do subitem 5.1.1.1, deste capítulo;
- c) deixar de enviar a documentação comprobatória das alíneas do subitem 5.1.1.1, na forma e no prazo previstos neste capítulo;
- d) deixar de preencher corretamente ou de assinar o formulário discriminado no subitem 5.2.2, deste capítulo;
- e) omitir informações e/ou torná-las inverídicas.

5.9. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, bem como exclusão do candidato do certame em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. No dia 22 de janeiro de 2024, o candidato deverá verificar a situação sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação da isenção do valor de inscrição nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br.

5.11. O candidato disporá de 3 (três) dias úteis a partir da divulgação dos resultados da análise dos requerimentos de isenção do pagamento da inscrição, citada no subitem anterior, para contestar o indeferimento por meio de interposição de recurso, conforme previsto no Capítulo 11 deste edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.12. No dia 29 de janeiro de 2024, será divulgado nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br o resultado do recurso contra o indeferimento da solicitação da isenção do valor de inscrição.

5.13. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos, para efetivar a sua inscrição no Concurso Público, deverão acessar o endereço eletrônico www.concursosrbo.com.br, imprimir a segunda via do respectivo boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição e pagá-lo até a data de seu vencimento, na forma do item 3.5 do capítulo 3, deste edital.

5.14. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção deferidos estarão automaticamente inscritos no certame.

5.15. O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no item 5.13 estará automaticamente excluído do Concurso Público.

6. DAS PROVAS

6.1. O Concurso Público constará das seguintes provas e respectivo número de questões:

Ensino superior				
Cargo	Formas de Avaliação	Quantidade de questões POCG	Quantidade de questões POCE	Pontuação
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ARTES PROFESSOR DE SÉRIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS PROFESSOR DE CIÊNCIAS PROFESSOR DE GEOGRAFIA PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA PROFESSOR DE MATEMÁTICA	Objetiva + Títulos	10 Língua Portuguesa 05 Raciocínio Lógico/ Matemática 05 Conhecimentos Gerais	20 Conhecimentos Específicos	Conforme disposto no Capítulo 8 e 9 deste Edital.

6.2. A Prova Escrita Objetiva será realizada com base em instrumentos que mensuram as habilidades e conhecimentos exigidos pelo cargo conforme indicação do ANEXO I, composta de questões de Conhecimentos Gerais (POCG) e de Conhecimentos Específicos (POCE).

6.3. As questões de Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos serão objetivas de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada, terão uma única resposta correta e versarão sobre os programas contidos no ANEXO II deste Edital.

6.4. A prova de títulos será realizada e avaliada conforme o disposto no Capítulo 9, deste Edital.

7. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS

7.1. As provas objetivas serão realizadas na cidade de NAVEGANTES/ SC, na data prevista de 25 de fevereiro de 2024, em locais e horários a serem comunicados oportunamente através de Edital de Convocação para as Provas Objetivas a ser publicado no Diário Oficial do Município e divulgado através da Internet nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br, observado o horário oficial de Brasília/DF.

7.1.1. Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares existentes nos colégios da cidade de NAVEGANTES/ SC, a RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. reserva-se do direito de alocá-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas e/ou, ainda, dividir aplicação das provas em mais datas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

7.1.2. Não será enviado Cartão Informativo do Candidato para o endereço ou e-mail do candidato. O candidato deverá, a partir do dia 16 de fevereiro de 2024, informar-se, pela internet, nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br, em que local e horário irá realizar a prova. Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.

7.1.3. Não serão fornecidas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas, exceto na condição do candidato com deficiência, que demande condição especial para a realização das provas e/ou esteja concorrendo às vagas reservadas para pessoas com deficiência, que, nesse caso, deverá entrar em contato com a empresa realizadora do Concurso Público, através do e-mail duvidas@rboconcursos.com.br.

7.2. Ao candidato só será permitida a participação nas provas, na respectiva data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 7.1 deste Capítulo.

7.3. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização das provas em outro dia, horário ou fora do local designado.

7.4. Os eventuais erros referentes a nome, número de documento de identidade, sexo ou data de nascimento, deverão ser comunicados no

dia da realização das provas objetivas para que o fiscal da sala faça a devida correção em Ata da Sala de Prova.

7.4.1. O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais nos termos do item anterior deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.

7.5. Caso haja inexistência na informação relativa à opção de cargo e/ou condição de candidato com deficiência, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., pelo e-mail duvidas@rboconcursos.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de aplicação das Provas Objetivas.

7.5.1. A alteração da condição de candidato com deficiência somente será efetuada na hipótese de que o dado expresso pelo candidato em sua ficha de inscrição tenha sido transcrito erroneamente nas listas afixadas e disponibilizado nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br desde que o candidato tenha cumprido todas as normas e exigências constantes no Capítulo 4 deste Edital.

7.5.2. O candidato que não entrar em contato com o SAC, no prazo mencionado no item 7.5 deste Capítulo, será o único responsável pelas consequências ocasionadas pela sua omissão.

7.6. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de:

a) Comprovante de inscrição (boleto bancário correspondente à inscrição, com o respectivo comprovante de pagamento);

b) Original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ, CRM etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97).

c) caneta esferográfica de tinta preta ou azul, lápis preto nº 2 e borracha macia.

7.6.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

7.6.2. O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identidade.

7.6.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

7.6.3.1. A identificação especial também será exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

7.6.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

7.6.5. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

7.6. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

7.8. No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, a RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição.

7.8.1. A inclusão de que trata o item 7.8, será realizada de forma condicional e será confirmada pela RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

7.8.2. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 7.8, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

7.8.3. No dia da realização das provas, não será permitido ao candidato:

7.8.3.1. Entrar ou permanecer no local de exame portando arma(s), mesmo que possua o respectivo porte;

7.8.3.2. Entrar ou permanecer no local de exame com aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios digitais, relógios com banco de dados, telefone celular, walkman etc.) ligados ou semelhantes, boné, gorro, chapéu, óculos de sol, fones de ouvido, bem como protetores auriculares.

7.8.4. Na ocorrência do funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização das provas objetivas, o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.

7.8.4.1. Os equipamentos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em invólucros lacrados específicos para esse fim, que serão fornecidos aos candidatos pelo fiscal de sala. O aparelho celular deverá ter a bateria removida pelo próprio candidato.

7.8.4.2. O invólucro lacrado contendo os equipamentos eletrônicos desligados deverá permanecer sob a carteira do candidato até a entrega da folha de respostas ao fiscal, ao término da prova. O invólucro lacrado apenas poderá ser aberto pelo candidato após a saída do colégio de prova.

7.8.5. O descumprimento dos itens 7.8.3.1, 7.8.3.2 e 7.8.4 implicará na eliminação do candidato.

7.8.6. A RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

7.8.7. Durante a realização das provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou pessoa estranha ao Concurso Público, nem a utilização de livros, códigos, manuais, revistas, impressos, quaisquer anotações, calculadora, celulares ou qualquer outro aparelho eletrônico.

7.9. Quanto às Provas:

7.9.1. Para a realização das provas objetivas, o candidato lerá as questões no caderno de questões e marcará suas respostas na Folha de Respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A Folha de Respostas é o único documento válido para correção.

7.9.1.1. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis, ou aquelas respondidas a lápis.

7.9.1.2. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

7.9.1.3. A Folha de Respostas será identificada, em campo específico, pelo próprio candidato com sua assinatura.

7.9.2. É de responsabilidade do candidato a leitura das orientações contidas na capa do caderno de questões e na folha de respostas, bem como a conferência do material entregue pela RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., para a realização da prova.

7.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal a folha de respostas.

7.11. A totalidade das Provas terá a duração de 3h00 (três horas).

- 7.11.1. Após o período de 1 (uma) hora, o candidato, ao terminar a sua prova, poderá levar o caderno de questões, deixando com o fiscal da sala as folhas de resposta, que serão os únicos documentos válidos para a correção. Em nenhuma outra situação será fornecido o Caderno de Questões.
- 7.12. Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida 1 (uma) hora.
- 7.12.1. O início da prova será definido em cada sala de aplicação.
- 7.13. As Folhas de Resposta dos candidatos serão personalizadas, impossibilitando a substituição.
- 7.14. Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:
- 7.14.1. Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- 7.14.2. Não apresentar o documento de identidade exigido no item 7.6, alínea "b", deste Capítulo;
- 7.14.3. Não comparecer a qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado;
- 7.14.4. Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, do tempo mínimo de permanência estabelecido no item 7.12, deste capítulo;
- 7.14.5. For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada, ou utilizando-se de livros, notas, impressos não permitidos, calculadora ou similar;
- 7.14.6. For surpreendido portando equipamentos eletrônicos como agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios digitais, relógios com banco de dados, telefone celular, fone de ouvido, walkman e/ou equipamentos semelhantes, ou ainda boné, gorro, chapéu, óculos de sol, bem como protetores auriculares;
- 7.14.7. Estiver com qualquer tipo de equipamento eletrônico em funcionamento durante a realização das provas objetivas, incluindo os sinais sonoros referentes a alarmes;
- 7.14.8. Lançar mão de meios ilícitos para executar as provas;
- 7.14.9. Não devolver a Folha de Resposta cedida para realização das provas;
- 7.14.10. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;
- 7.14.11. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
- 7.14.12. Ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando as folhas de respostas;
- 7.14.13. Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões de provas e nas folhas de respostas;
- 7.14.14. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público.
- 7.15. Constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 7.16. No caso de candidata lactante, não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata. A criança deverá permanecer em local designado, acompanhada de familiar ou terceiro, adulto responsável, indicado pela candidata.
- 7.16.1. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 7.16.2. Na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 7.16.3. Excetuada a situação prevista no item 3.16.4 do Capítulo 3 deste Edital, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização da prova, podendo ocasionar, inclusive, a não participação da candidata no Concurso Público.
- 7.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.
- 7.18. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova será de sua exclusiva responsabilidade.
- 7.19. Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário.
- 7.20. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.
- 7.21. Reserva-se ao Coordenador do Concurso Público designado pela RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado ou que desobedecer a qualquer regulamento constante deste Edital, bem como, tomar medidas saneadoras, e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.
- 7.22. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 7.23. As instruções dadas pelos Fiscais e Coordenadores, assim como as contidas na prova, deverão ser respeitadas pelos candidatos.
- 7.24. O candidato não poderá ausentar-se da sala ou local de prova, salvo em caso de extrema necessidade, desde que acompanhado por Fiscal Credenciado e autorizado pelo Fiscal da Sala e, nesse caso, não poderá levar consigo qualquer tipo de bolsa, estojo ou qualquer objeto constante no item 7.14.6 deste capítulo, sob pena de exclusão do Concurso Público.
- 7.25. Ao final da prova, os 2 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinarem ata de prova, atestando a idoneidade de sua fiscalização, e se retirando todos da sala ao mesmo tempo, sob pena de eliminação do certame.
- 7.26. Durante a realização da prova, o candidato que quiser ir ao banheiro deverá solicitar ao fiscal da sala sua saída e este designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo o candidato manter-se em silêncio durante todo o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e/ou depois da utilização deste, ser submetido à revista por meio de detector de metais.
- 7.27. Os gabaritos da prova objetiva serão divulgados nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br em data a ser comunicada no dia da realização das provas.

8. DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

- 8.1. A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e terá caráter eliminatório e classificatório, para os cargos que não tenham provas de títulos.
- 8.1.1. Na avaliação e correção da Prova Objetiva será utilizado o Escore Bruto.

8.2. O Escore Bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.

8.2.1. Para se chegar ao total de pontos o candidato deverá dividir 100 (cem) pelo número de questões da prova, e multiplicar pelo número de questões acertadas.

8.2.2. O cálculo final será igual ao total de pontos do candidato na Prova Objetiva.

8.3. Será considerado habilitado na Prova Objetiva o candidato que obtiver total de pontos igual ou superior a 60 (sessenta).

8.4. O candidato não habilitado na Prova Objetiva será eliminado do Concurso Público.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1. Concorrerão à prova de Títulos somente os candidatos habilitados nas provas objetivas, conforme estabelecido no Capítulo 8 deste Edital.

9.1.1. A prova de títulos terá caráter classificatório. O candidato que não entregar o Título não será eliminado do Concurso Público.

9.2. O candidato deverá enviar os documentos abaixo, via postal por Sedex ou carta com Aviso de Recebimento (AR), até o dia útil subsequente ao término das inscrições, para a empresa RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., Caixa Postal 35 – Casa Branca - SP, CEP 13700-000, identificando o nome do Concurso Público, no envelope: Concurso Público 001/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC - Títulos:

a) Cópia dos Títulos a que venha possuir, assim como seus respectivos históricos escolares;

b) Cópia do Documento de Identificação (RG); e

c) Formulário de entrega de títulos, cujo modelo é o constante do Anexo V deste Edital, em via original, identificado, preenchido com os Títulos a serem enviados e assinado.

9.2.1. A comprovação de envio dos Títulos será feita pelo comprovante de postagem emitido pelos Correios, onde consta o número de identificação do objeto.

9.2.2. Após o prazo estabelecido no item 9.2 não serão aceitos Títulos, sob qualquer hipótese.

9.2.3. As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma. Não serão aceitos documentos originais.

9.3. Enviada a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.4. Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por estabelecimento e instituições de ensino regularizadas perante os órgãos e entidades oficiais de ensino estaduais e federais, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.4.1. Os documentos de Títulos que forem representados por declarações ou certidões deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, bem como deverão ser expedidos por Instituição Oficial, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.4.2. Os certificados de Pós Graduação Lato Sensu, com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas, deverão estar de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

9.4.3. No caso de Certificado de Conclusão de Pós Graduação "Stricto Sensu" (Mestrado ou Doutorado), este deverá conter a data de conclusão e a aprovação da Dissertação ou Defesa da Tese.

9.4.4. Somente serão válidos para efeito de contagem dos títulos de Mestre e Doutor, os cursos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC.

9.4.5. Os certificados expedidos em língua estrangeira deverão vir acompanhados pela correspondente tradução efetuada por tradutor juramentado ou pela revalidação dada pelo órgão competente.

9.5. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.

9.6. É da exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de Títulos.

9.7. Não serão aceitas substituições de documentos, bem como, Títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste Capítulo.

9.8. A pontuação da documentação de Títulos se limitará ao valor máximo de 13 (treze) pontos.

9.9. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

9.10. Serão considerados Títulos somente os constantes na tabela a seguir:

TABELA DE TÍTULOS

TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO	COMPROVAÇÃO
a) Doutorado na área de atuação - Pós Graduação Stricto Sensu, concluído até a data de apresentação dos títulos.	5 pontos	5 pontos	Cópia do Diploma devidamente registrado ou de Certificado/ Certidão/ Declaração de conclusão de curso, acompanhado(a) da cópia do respectivo Histórico Escolar.
b) Mestrado na área de atuação - Pós Graduação Stricto Sensu, concluído até a data de apresentação dos títulos.	4 pontos	4 pontos	Cópia do Diploma devidamente registrado ou de Certificado/ Certidão/ Declaração de conclusão de curso, acompanhado(a) da cópia do respectivo Histórico Escolar.
c) Pós Graduação Lato Sensu (especialização) na área de atuação, com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos.	2 pontos	4 pontos	Cópia do Certificado, Certidão ou Declaração de conclusão do Curso, indicando o número de horas e período de realização do curso. No caso de Declaração ou Certidão de conclusão de curso, estas devem vir acompanhadas da cópia do respectivo Histórico Escolar.

10. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

10.1. A nota final de cada candidato será IGUAL ao total de pontos obtidos na prova objetiva, acrescido dos pontos obtidos na prova de títulos para todos os cargos.

10.2. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente, da Nota Final, em lista de classificação por opção de cargo.

10.3. O resultado deste Concurso Público será publicado em lista única com a pontuação dos candidatos e a sua classificação, observada a

reserva de vagas às pessoas com deficiência.

10.4. O resultado provisório do Concurso Público será publicado no Diário Oficial do Município e divulgado na Internet nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br, cabendo recurso nos termos do Capítulo 11. Dos Recursos deste Edital.

10.5. Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, será divulgada a lista de Classificação Final, não cabendo mais recursos.

10.6. A lista de Classificação Final será divulgada nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br e publicado no Diário Oficial do Município.

10.6.1. Serão publicados no Diário Oficial do Município apenas os resultados dos candidatos que lograram classificação no Concurso Público.

10.6.2. O resultado geral final do Concurso Público poderá ser consultado no endereço eletrônico www.concursosrbo.com.br, pelo prazo de 3 (três) meses, a contar da data de sua publicação.

10.7. No caso de igualdade na classificação final, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:

10.7.1. Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Concurso Público, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741/03;

10.7.2. Obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

10.7.3. Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso.

10.7.4. Tenha exercido a função de jurado, devidamente comprovado, nos termos da Lei Federal nº 11.689/08;

10.7.4.1. O candidato que desejar exercer a preferência na condição de jurado deverá preencher o formulário Anexo VI deste Edital e enviá-lo, até o primeiro dia útil após o término das inscrições, via postal por Sedex ou carta com Aviso de Recebimento (AR), para a empresa RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., localizada na Rua Inácio Ribeiro, 993 B – Centro - Santa Rita do Passa Quatro - SP, CEP 13670-000, identificando o nome do Concurso Público, no envelope: Edital Nº 001/2024 – Concurso Público – Prefeitura Municipal de Navegantes – Jurado, juntamente, com a cópia do RG e cópia autenticada da Certidão, Declaração, Atestado ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual ou Federal, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal (alterado pela Lei Federal nº 11.689/08), a partir da vigência da lei.

10.7.5. Ter exercido a função de mesário nos 2 (dois) últimos processos eleitorais.

10.7.5.1. Para fins de comprovação do subitem anterior, serão aceitos certidão, declaração, atestado ou outros documentos públicos, emitidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

10.7.5.2. O candidato que tenha exercido função de mesário nos 2 (dois) últimos processos eleitorais deverá encaminhar via postal (Sedex ou Carta com aviso de recebimento – AR) o formulário constante no Anexo VII deste edital, devidamente assinado e preenchido, à RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., localizada na Rua Inácio Ribeiro, 993 B – Centro - Santa Rita do Passa Quatro - SP, CEP 13670-000, até o primeiro dia útil após o término das inscrições, Ref.: Edital Nº 001/2024 – Concurso Público – Prefeitura Municipal de Navegantes – Mesário, acompanhado do seguinte documento:

a) Cópia autenticada da Certidão, Declaração ou atestado expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, declarando que o candidato tenha exercido a função de mesário nos 2 (dois) últimos processos eleitorais.

10.8. Persistindo o empate, mesmo após aplicados os respectivos critérios de desempate previstos no item 10.7 e subitens deste Capítulo, deverá ser feito sorteio na presença dos candidatos envolvidos por cargo.

10.9. A classificação no presente Concurso Público não gera aos candidatos direito à nomeação para o cargo, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de nomeação de todos os candidatos aprovados no Concurso Público, respeitada sempre, a ordem de classificação, bem como não lhes garante escolha do local de trabalho.

11. DOS RECURSOS

11.1. O candidato que desejar interpor recurso em face dos atos previstos no presente Edital disporá de 3 (três) dias úteis para fazê-lo, com início no dia útil seguinte à publicação do edital do evento, conforme segue:

a) Divulgação do edital de abertura;

b) Divulgação do indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição;

c) Divulgação do indeferimento de inscrição;

d) Divulgação do indeferimento da concorrência nas vagas reservadas às pessoas com deficiência;

e) Divulgação do indeferimento da solicitação de condição especial;

f) Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva;

g) Divulgação das notas da prova escrita objetiva;

h) Divulgação das notas da prova de títulos;

i) Divulgação da classificação.

11.1.1. Todos os recursos deverão ser interpostos em até 3 (três) dias úteis, a contar da divulgação, por edital, de cada evento.

11.1.2. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos apazados não serão apreciados.

11.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico da empresa realizadora do certame <http://www.concursosrbo.com.br/>, acessar a área da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC – Edital Nº 001/2024 (Concurso Público) e seguir as instruções ali contidas.

11.2.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC não receberá em hipótese alguma, seja presencial ou de forma eletrônica, quaisquer recursos administrativos, independentemente da fase, tampouco julgará qualquer recurso, cabendo à RBO o fazer.

11.3. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo pré-estabelecido e que possuírem fundamentação e argumentação lógica e consistente que permita sua adequada avaliação.

11.4. Não serão aceitos recursos interpostos por fax, e-mail, telegrama ou outro meio que não seja o especificado no item 11.2.

11.5. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

11.6. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento. Em caso de recurso referente ao gabarito, o candidato poderá interpor um recurso por questão.

11.6.1. O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter a identificação do Concurso Público, nome do candidato, número de inscrição, cargo pretendido, o questionamento e o número da questão (se for o caso).

11.7. Recebido o recurso, a RBO decidirá pelo provimento ou não do ato recorrido, dando-se ciência da referida decisão ao interessado por meio do endereço eletrônico <http://www.concursosrbo.com.br/>, na área da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC – Edital Nº

001/2024 (Concurso Público).

11.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recursos de recursos e recurso de gabarito oficial definitivo.

11.9. Se do exame de recursos contra questões da Prova Objetiva resultar sua anulação, a pontuação correspondente à questão será atribuída a todos os candidatos que ainda não tiveram acumulado a mesma na sua pontuação final da prova objetiva, independentemente de terem recorrido ou não.

11.9.1. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, haver alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.

11.10. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o resultado final do respectivo Concurso Público, com as alterações ocorridas em face do disposto no item 11.9.

11.11. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

12. DA NOMEAÇÃO

12.1. A nomeação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados, observada a necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC, dentro do prazo de validade do certame.

12.2. A aprovação e a classificação final geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à nomeação. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, dentro do prazo de validade do Concurso Público.

12.3. A nomeação dos candidatos será regida pela Lei Complementar Municipal nº 72/2010 e Lei Municipal nº 07/2003 atualizadas.

12.3.1. A nomeação dos aprovados neste Concurso Público obedecerá à ordem de classificação, observados os critérios de alternância e de proporcionalidade entre a classificação de ampla concorrência e da reserva para as pessoas com deficiência.

12.4. A convocação para posse será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Município, no site da prefeitura, por e-mail e em mural público da Secretaria Municipal de Educação, devendo o candidato apresentar-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC no prazo estabelecido.

12.5. Os candidatos, no ato da posse, deverão apresentar originais e cópias dos documentos discriminados a seguir: Carteira de Trabalho e Previdência Social (as cópias devem ser das páginas onde está a foto e o número da CTPS, bem como da folha de qualificação civil); Certidão de Nascimento (quando solteiro) ou Casamento (quando casado); Título de Eleitor; Certidão de quitação eleitoral; Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, quando do sexo masculino; Cédula de Identidade – RG ou RNE; 1 (uma) foto 3x4 recente e colorida; Inscrição no PIS/PASEP ou declaração de firma anterior, informando não haver feito o cadastro; Cadastro de Pessoa Física – CPF; Comprovante de Residência (emitido há, no máximo, 3 meses da data da apresentação); Comprovações de escolaridade requeridos pelo cargo; Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando possuir; Caderneta de Vacinação dos filhos menores de 6 anos; Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina); Certidão expedida pelo órgão competente, se o candidato foi servidor público, afirmando que não sofreu qualquer penalidade no desempenho do serviço público; Declaração de bens e valores que constituem o seu patrimônio; Declaração de Imposto de Renda do último ano-calendário; Caso seja ocupante de outro cargo, emprego ou função pública em qualquer esfera do governo, apresentar declaração constando o nome do cargo, carga horária e horário de trabalho emitida pelo setor competente do órgão; e outras declarações ou documentações necessárias a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC.

12.5.1. No ato de posse, o candidato deverá declarar, sob as penas da lei, se exerce ou não, outro cargo, função ou emprego público remunerado, em outro órgão público da administração pública direta ou indireta de qualquer ente federativo, e se é aposentado por regime próprio de previdência social em âmbito municipal, estadual ou federal.

12.5.2. Caso haja necessidade, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC poderá solicitar outras declarações e documentos complementares.

12.5.3. Não serão aceitos, no ato da posse, protocolos ou cópias dos documentos exigidos. As cópias somente serão aceitas se estiverem acompanhadas do original.

12.6. Obedecida à ordem de classificação, os candidatos convocados e que comprovarem os requisitos mínimos da forma definida neste Edital, serão submetidos a exame-médico, que avaliará sua capacidade física e mental no desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.

12.6.1. As decisões do Serviço Médico indicado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC, de caráter eliminatório para efeito de posse, são soberanas.

12.6.2. O candidato com deficiência, aprovado no Concurso Público, será submetido à perícia médica oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC.

12.7. O não comparecimento ao exame médico/ perícia médica oficial do Município, bem como à posse, na data agendada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC caracterizarão sua desistência e consequente eliminação do Concurso Público.

12.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e aqueles determinados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC acarretarão na exclusão do candidato deste Concurso Público.

12.9. O candidato que não comparecer à PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC, conforme estabelecido no subitem 12.4 e no prazo estipulado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC ou, ainda, que manifestar sua desistência por escrito será considerado desclassificado, perdendo os direitos decorrentes de sua classificação no Concurso Público.

12.10. O candidato que não comprovar os requisitos mínimos será eliminado deste Concurso Público, não cabendo recurso.

12.11. O candidato classificado no Concurso Público que não aceitar a vaga para a qual foi convocado será eliminado do Concurso Público.

12.12. No caso de desistência do candidato selecionado, quando convocado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo por meio de Termo de Desistência.

12.13. O candidato classificado se obriga a manter atualizado o endereço perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC, conforme o disposto nos itens 13.8 e 13.9 do Capítulo 13 deste Edital.

12.14. Não poderá ser nomeado o candidato habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa, inexata para fins de posse, não possuir os requisitos mínimos exigidos ou não comprovar as condições estabelecidas no capítulo 2 deste Edital, na data estabelecida para apresentação da documentação.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Todas as convocações, avisos, resultado provisório e outras informações referentes exclusivamente às etapas do presente Concurso Público serão publicados no Diário Oficial do Município por meio de extrato e divulgados, na íntegra, na Internet nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br. É de responsabilidade do candidato acompanhar estas publicações.

13.2. Serão divulgados apenas os resultados dos candidatos que lograrem classificação no Concurso Público.

13.3. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC e a RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. se eximem das despesas com viagens e estadia dos candidatos em quaisquer das fases do Concurso Público.

13.4. A aprovação no Concurso Público não gera direito à nomeação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.

13.5. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da posse, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

13.6. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC a homologação dos resultados finais do Concurso Público.

13.6.1. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo para esse fim, a Classificação Final e o Termo de Homologação do referido cargo, publicados no Diário Oficial do Município e divulgados na Internet nos endereços eletrônicos www.concursosrbo.com.br e www.navegantes.sc.gov.br.

13.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da respectiva providência ou evento, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no Diário Oficial do Município, bem como divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.concursosrbo.com.br.

13.8. O candidato se obriga a manter atualizado o endereço perante a RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., situada à Rua Inácio Ribeiro, 993 B – Centro - Santa Rita do Passa Quatro - SP, CEP 13670-000, até a data de publicação da homologação dos resultados e, após esta data, junto à sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC, situada à Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes – SC CEP 88370-446, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos, pessoalmente (munido de documento de identificação original com foto) ou através de correspondência com aviso de recebimento.

13.9. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Concurso Público, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de quando for convocado, perder o prazo para posse, caso não seja localizado.

13.10. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC e a RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

13.10.1. Endereço não atualizado.

13.10.2. Endereço de difícil acesso.

13.10.3. Correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato.

13.10.4. Correspondência recebida por terceiros.

13.11. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

13.12. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC, por decisão motivada e justificada, poderá revogar ou anular o presente Concurso Público, no todo ou em parte, bem como alterar os quantitativos de vagas constantes na Tabela I, do Capítulo 1 deste Edital.

13.13. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC e a RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda. não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

13.14. Em caso de dúvida, o candidato poderá entrar em contato com a RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda por meio do Serviço de Atendimento ao Candidato pelo e-mail duvidas@rboconcursos.com.br ou pelo telefone (47) 99280-4304.

13.15. Todos os cálculos de notas descritos neste edital serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

13.16. A legislação indicada no ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO inclui eventuais alterações posteriores, ainda que não expressamente mencionadas. Considerar-se-á, para efeito de aplicação e correção das provas, a legislação vigente até a data de publicação deste Edital.

13.17. Qualquer legislação citada ao longo deste documento deve ser considerada conjuntamente às alterações com entrada em vigor até a data de publicação deste edital, ainda que não mencionadas.

13.18. Não serão admitidas inscrições de candidatos que possuam com qualquer dos membros do quadro societário da empresa contratada para aplicação e correção do presente certame a relação de parentesco definida e prevista nos artigos 1591 a 1595 do Código Civil, valorizando-se assim os princípios de moralidade e impessoalidade que devem nortear a Administração Pública. Constatada a tempo será a inscrição indeferida pela Comissão Fiscalizadora e, posterior à homologação será o candidato eliminado do Concurso Público, sem prejuízo de responsabilidade civil, penal e administrativa.

13.19. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não havendo óbice administrativo, judicial ou legal, é facultada a incineração dos registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.20. A realização do Concurso Público será feita sob exclusiva responsabilidade da RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., não havendo o envolvimento na realização e avaliação de suas etapas, de recursos humanos da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC.

13.21. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Fiscalizadora do Concurso Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC e pela RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., no que tange a realização deste Concurso Público.

Navegantes, 5 de janeiro de 2024.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

Prefeito do Município de Navegantes/SC

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES

PROFESSORES (TODOS)

Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho do aluno atribuindo-lhe notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os serviços de orientação e supervisão escolar;

promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reuniões, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanado do órgão superior competente e fornecer dados e apresentar relatório de suas atividades compatíveis com o cargo.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO SUPERIOR

PARA TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase. Sintaxe.

RACIOCÍNIO LÓGICO/ MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Raciocínio Lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS

Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de novembro de 2023, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do município de NAVEGANTES/ SC.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ARTES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Parte 1: Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Educação. Pensadores da educação. A História da Educação no Brasil. Teorias e tendências pedagógicas. Aprendizagem: desenvolvimento, dificuldades e transtornos. Didática. Planejamento e avaliação. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Trabalho com projetos. Transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Diversidade, Multiculturalismo e Interculturalidade. Educação inclusiva. Relação aluno/professor/escola/família/comunidade. Temas contemporâneos na sala-de aula. Metodologia Ativa e Tecnologia na Sala de Aula. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. Bullying e Violência no espaço escolar.

Sugestão Bibliográfica:

1. ARAUJO; Wagner (org); Nascimento, Deise (org). Contemporaneidades: temas transversais. 1ª ed. – Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2020.
2. BARROS, Renata Chrystina Bianchi de. Educação e Saúde: Considerações sobre o processo de integração e inclusão escolar. Paco Editorial, 2013.
3. CAMARGO, Fausto. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.
4. CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.
5. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010.
6. FIUZA, Patricia Jantsch; LEMOS, Robson Rodrigues. (orgs.). Tecnologias Interativas Mídia e Conhecimento na Educação. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
7. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 2003.
8. GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias - 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
9. GESSER, V. O planejamento educacional: da gênese histórico-filosófica aos pressupostos da prática. Curitiba: CRV, 2011.
10. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
11. MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
12. MONTOYA, Adrián Oscar Dongo (org.) [et al.]. Jean Piaget no século XXI: escritos de epistemologia e psicologia genéticas. [São Paulo]: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.
13. MOURA, Jefferson Sampaio de. Para uma metodologia contra hegemônica: a mediação estética como ferramenta no trabalho pedagógico emancipador e crítico. In MACEDO, Aldenora Conceição de; BARBOSA, Jaqueline Aparecida (Orgs.). Práticas pedagógicas de resistência: a escola como lugar da diversidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 137-154.
14. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico — São Paulo: Scipione, 2011.
15. PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social. [6. ed.]. - São Paulo: Summus, 2015.
16. PEREIRA, Ana Carolina Reis. Direitos Humanos, Justiça Restaurativa e Violência Escolar / Ana Carolina Reis Pereira. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.
17. RIBEIRO, Márcen de Pádua. Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas. Currículo sem Fronteiras, v.17, n. 3, p. 574-599, set./dez. 2017.
18. ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Organizadores. Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e Multidisciplinar / 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2016.
19. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
20. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. -3. ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

21. TAILLE, Yves de La. OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019.
22. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
23. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: Uma Construção Possível. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2020.
24. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (coord.). Repensando a didática - 29ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
25. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Penso, 2014.
26. ZABALA, Antoni. Métodos para ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2020.
27. BRASIL. Ministério da Educação. Parceria família-escola [recurso eletrônico]: benefícios desafios e proposta de ação / Lisiane Alvim Saraiva Jungles; ilustrado por Bruno Henrique Junges. – Brasília, 2022.
28. Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017: Introdução, estrutura e a etapa do ensino fundamental.
29. Conselho Nacional de Justiça. Bullying - Cartilha 2010 – Justiça nas escolas.

Parte 2:

1. Lei Federal nº 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
 2. Lei Federal nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.
 3. Lei nº 13.005/14 - Plano Nacional de Educação.
 4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
 5. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
 6. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
 7. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007.

Parte 3: Teoria e História da Arte. Movimentos artísticos. A arte no Brasil. Fundamentos da linguagem visual. Composição, cor, equilíbrio, espaço, estética, expressão, forma, luz, percepção, simetria, textura, volume. Gestalt. Arte e cultura Afro-brasileira. Manifestações culturais brasileiras e de outros povos. O ensino da arte na perspectiva da BNCC. A arte na educação: fundamentos, relevância social e cultural, métodos, criação, ensino e aprendizagem. O trabalho com diferentes materiais. Escultura, pintura e gravura. O lúdico e a arte. O desenvolvimento do pensamento estético. Fruição e reflexão. Linguagens de expressão através da arte: dança, teatro, música e artes visuais.

Bibliografia sugerida:

1. Brasil, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 4.1.2: Arte; e 4.1.2.2: Arte no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Brasília: MEC, 2017.
2. AMARAL, Aracy A. Arte para quê? A Preocupação Social na Arte Brasileira 1930-1970. Editora: Studio Nobel, 2003.
3. ARCHER, Michael. Arte contemporânea: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
4. ARGAN, Giulio Carlo. Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o barroco. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
5. ARNHEIM, Rudolf. Arte & percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira, 1986.
6. BARBOSA, Ana Mae (org). Arte-Educação: leitura no subsolo. 9ª edição. Editora Cortez, 2015.
7. BARBOSA, Ana Mae (org); Rejane Galvão Coutinho. Arte/educação como mediação cultural e social. Editora Unesp, 2009.
8. CAMELLA, Elaine. História da Arte: fundamentos semióticos - teoria e método em debate. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
9. COSTELLA, Antonio F. Introdução à Gravura e à Sua História. 1ª edição. Editora: Mantiqueira, 2006.
10. DEWEY, John. Arte como Experiência. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Coleção Todas as Artes).
11. DONDIS, Donis. Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
12. FARTHING, Stephen. Tudo sobre arte I. Stephen Farthing [tradução de Paulo Polzonoff Jr. et al.]. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
13. GOMPERTZ, Will. Isso é arte? 150 anos de arte moderna do impressionismo até hoje. Editora Zahar, 2013.
14. GUADAGNINI, Sílvia Regina. Sintaxe da linguagem visual. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
15. HARRISON, Charles. Modernismo: Movimentos da Arte Moderna. Cosac & Naify, 2001.
16. MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer a arte. São Paulo: FTD, 1998.
17. PROSSER, Elisabeth Seraphim. Ensino de Artes. IESDE Brasil, 2012.
18. STANGOS, Nikos. Conceitos da Arte Moderna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
19. TIRAPELI, Percival. Arte Brasileira: arte moderna e contemporânea - figuração, abstração e novos meios. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE SÉRIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Parte 1: Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Educação. Pensadores da educação. A História da Educação no Brasil. Teorias e tendências pedagógicas. Aprendizagem: desenvolvimento, dificuldades e transtornos. Didática. Planejamento e avaliação. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Trabalho com projetos. Transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Diversidade, Multiculturalismo e Interculturalidade. Educação inclusiva. Relação aluno/professor/escola/família/comunidade. Temas contemporâneos na sala-de aula. Metodologia Ativa e Tecnologia na Sala de Aula. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. Bullying e Violência no espaço escolar.

Sugestão Bibliográfica:

1. ARAUJO; Wagner (org); Nascimento, Deise (org). Contemporaneidades: temas transversais. 1ª ed. – Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2020.
2. BARROS, Renata Chrystina Bianchi de. Educação e Saúde: Considerações sobre o processo de integração e inclusão escolar. Paco Editorial, 2013.
3. CAMARGO, Fausto. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.
4. CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, v. 33, n. 118, p.

235-250, 2012.

5. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). *Interação escola família: subsídios para práticas escolares*. Brasília: UNESCO; MEC, 2010.
6. FIUZA, Patricia Jantsch; LEMOS, Robson Rodrigues. (orgs.). *Tecnologias Interativas Mídia e Conhecimento na Educação*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
7. GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 2003.
8. GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. *A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias - 3ª ed.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
9. GESSER, V. *O planejamento educacional: da gênese histórico-filosófica aos pressupostos da prática*. Curitiba: CRV, 2011.
10. LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
11. MANTOAN, Maria Teresa Égler. *Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?* 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
12. MONTOYA, Adrián Oscar Dongo (org.) [et al.]. *Jean Piaget no século XXI: escritos de epistemologia e psicologia genéticas*. [São Paulo]: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.
13. MOURA, Jefferson Sampaio de. Para uma metodologia contra hegemônica: a mediação estética como ferramenta no trabalho pedagógico emancipador e crítico. In MACEDO, Aldenora Conceição de; BARBOSA, Jaqueline Aparecida (Orgs.). *Práticas pedagógicas de resistência: a escola como lugar da diversidade*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 137-154.
14. OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico* — São Paulo: Scipione, 2011.
15. PALANGANA, Isilda Campaner. *Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social*. [6. ed.]. - São Paulo: Summus, 2015.
16. PEREIRA, Ana Carolina Reis. *Direitos Humanos, Justiça Restaurativa e Violência Escolar / Ana Carolina Reis Pereira*. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.
17. RIBEIRO, Márcen de Pádua. *Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas*. *Currículo sem Fronteiras*, v.17, n. 3, p. 574-599, set./dez. 2017.
18. ROTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Organizadores. *Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e Multidisciplinar / 2. ed.* — Porto Alegre : Artmed, 2016.
19. SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
20. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. -3. ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
21. TAILLE, Yves de La. OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019.
22. VASCONCELOS, C. S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
23. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: Uma Construção Possível*. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2020.
24. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (coord.). *Repensando a didática - 29ª ed.* Campinas, SP: Papirus, 2011.
25. ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Penso, 2014.
26. ZABALA, Antoni. *Métodos para ensinar competências*. Porto Alegre: Penso, 2020.
27. BRASIL. Ministério da Educação. *Parceria família-escola [recurso eletrônico]: benefícios desafios e proposta de ação / Lisiane Alvim Saraiva Jungles; ilustrado por Bruno Henrique Junges*. — Brasília, 2022.
28. Brasil. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília: MEC, 2017: Introdução, estrutura e a etapa do ensino fundamental.
29. Conselho Nacional de Justiça. *Bullying - Cartilha 2010 – Justiça nas escolas*.

Parte 2:

1. Lei Federal nº 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
2. Lei Federal nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.
3. Lei n.º 13.005/14 - Plano Nacional de Educação.
4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
5. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
6. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
7. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007.

Parte 3: Ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira. Didática e avaliação. Interpretação: Identificação do tema central e das diferentes ideias contidas nos textos. Estabelecimento de relações entre as diferentes partes nos textos. Identificação de enunciados que expressam lugar, tempo, modo, finalidade, causa condição, consequência e comparação. Estudo do vocabulário: significado de palavras e expressões num contexto. Semelhanças e diferenças de significados de palavras e expressões (falsos cognatos). Aspectos gramaticais/aplicação prática: flexão do nome, do pronome e do artigo. Substantivos (contáveis e não contáveis em inglês). Flexão do verbo. Significado através da utilização do tempo verbal e verbos auxiliares. Regência e concordância nominal/verbal. Preposições de tempo/lugar. Substantivos, adjetivos e verbos seguidos de preposição. Orações com relação de causa, consequência, tempo, modo, condição, concessão, comparação. Orações relativas. Pronomes interrogativos. Frases interrogativas. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. Sugestão Bibliográfica:

- ALEXANDER, L.G. 1998. *English Grammar Practice*. Longman.
- ALMEIDA FILHO, J.C.P. 2002.
- Dimensões Comunicativas no ensino de línguas. Campinas, SP: Pontes. CARTER, Ronald; MC CARTHY, Michael. *Cambridge Grammar of English (A Comprehensive Guide Spoken and Written English Grammar and Usage)*. EASTWOOD, John. 2002.
- Oxford Guide to English Grammar. Oxford. LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan. 2002.
- A Communicative Grammar of English. PEBI - PEARSON EDUCATION DO BRASIL - IMP HEWINGS, Martin. 1999.
- Advanced Grammar in Use. Cambridge University Press. MURPHY, R. 1995.
- English Grammar in Use. Great Britain: Cambridge University Press. WALTON, Richard. 2000.

- Advanced English. C.A.E. - Grammar Practice. Longman.

- BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC: 4.1.4. Língua Inglesa. 4.1.4.1. Língua Inglesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE CIÊNCIAS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Parte 1: Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Educação. Pensadores da educação. A História da Educação no Brasil. Teorias e tendências pedagógicas. Aprendizagem: desenvolvimento, dificuldades e transtornos. Didática. Planejamento e avaliação. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Trabalho com projetos. Transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Diversidade, Multiculturalismo e Interculturalidade. Educação inclusiva. Relação aluno/professor/escola/família/comunidade. Temas contemporâneos na sala-de aula. Metodologia Ativa e Tecnologia na Sala de Aula. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. Bullying e Violência no espaço escolar.

Sugestão Bibliográfica:

1. ARAUJO; Wagner (org); Nascimento, Deise (org). Contemporaneidades: temas transversais. 1ª ed. – Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2020.
2. BARROS, Renata Chrystina Bianchi de. Educação e Saúde: Considerações sobre o processo de integração e inclusão escolar. Paco Editorial, 2013.
3. CAMARGO, Fausto. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.
4. CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.
5. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010.
6. FIUZA, Patricia Jantsch; LEMOS, Robson Rodrigues. (orgs.). Tecnologias Interativas Mídia e Conhecimento na Educação. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
7. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 2003.
8. GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias - 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
9. GESSER, V. O planejamento educacional: da gênese histórico-filosófica aos pressupostos da prática. Curitiba: CRV, 2011.
10. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
11. MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
12. MONTOYA. Adrián Oscar Dongo (org.) [et al.]. Jean Piaget no século XXI: escritos de epistemologia e psicologia genéticas. [São Paulo]: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.
13. MOURA, Jefferson Sampaio de. Para uma metodologia contra hegemônica: a mediação estética como ferramenta no trabalho pedagógico emancipador e crítico. In MACEDO, Aldenora Conceição de; BARBOSA, Jaqueline Aparecida (Orgs.). Práticas pedagógicas de resistência: a escola como lugar da diversidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 137-154.
14. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico — São Paulo: Scipione, 2011.
15. PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social. [6. ed.]. - São Paulo: Summus, 2015.
16. PEREIRA, Ana Carolina Reis. Direitos Humanos, Justiça Restaurativa e Violência Escolar / Ana Carolina Reis Pereira. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.
17. RIBEIRO, Márcen de Pádua. Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas. Currículo sem Fronteiras, v.17, n. 3, p. 574-599, set./dez. 2017.
18. ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Organizadores. Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e Multidisciplinar / 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2016.
19. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
20. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. -3. ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
21. TAILLE, Yves de La. OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019.
22. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
23. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: Uma Construção Possível. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2020.
24. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (coord.). Repensando a didática - 29ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
25. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Penso, 2014.
26. ZABALA, Antoni. Métodos para ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2020.
27. BRASIL. Ministério da Educação. Parceria família-escola [recurso eletrônico]: benefícios desafios e proposta de ação / Lisiane Alvim Saraiva Jungles; ilustrado por Bruno Henrique Junges. – Brasília, 2022.
28. Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017: Introdução, estrutura e a etapa do ensino fundamental.
29. Conselho Nacional de Justiça. Bullying - Cartilha 2010 – Justiça nas escolas.

Parte 2:

1. Lei Federal nº 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
2. Lei Federal nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.
3. Lei n.º 13.005/14 - Plano Nacional de Educação.
4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
5. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
6. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
7. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007.

Parte 3: Ciências: ensino, aprendizagem e avaliação. Ciências Naturais e Tecnologia. Temas transversais e Ciências. Terra e Universo. Evolução. Atmosfera e hidrosfera. Solos e rochas. Sustentabilidade, reciclagem e coleta seletiva. Ecologia. Poluição do solo, ar e água. Matéria. Transformações químicas. Energia. Movimento e força. Calor e temperatura. Magnetismo. Átomos e moléculas. Substâncias simples e Composta, substâncias orgânicas e inorgânicas.

Sugestão Bibliográfica:

- ASTOLFI, Jean-Pierre; DEVELAY, Michel. A didática das ciências. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1995.132p
- BARROS, H. L. C. A água que bebemos. Presença Pedagógica. Belo Horizonte, vol 2, nº 7, p.79, 1996.
- BIZZO, Nélio - Mais Ciência no Ensino Fundamental: metodologia de ensino em foco – Editora do Brasil, 2014.
- CARVALHO, Ana Maria Pessoa de, et ali. Ciências no ensino fundamental. São Paulo, Scipione,1998.
- CARVALHO, Anna Maria P. (org.) Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- CHASSOT, Attico Inácio. Para quem é útil o ensino da Ciência. Presença Pedagógica. Ed. Dimensão, ano I, nº 1, Jan/fev, 1995.
- DELIZOICOV, Demetrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, c2002.
- FEYNMAN, R. P. Física em seis lições. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999
- FIGUEIREDO, A & PIETROCOLA, M. Faces da Energia. Coleção "Física: um outro lado. São Paulo: FTD, 2000
- GIANANTI, R. O desafio do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Atual, 1999.
- HEWITT, P. G. Física Conceitual. Porto Alegre: ArtMed/ Bookman. 2001.
- LIMA, Maria Emília C. C. e BRAGA, Selma A. M. AGUIAR Jr., Orlando. Aprender Ciências: um mundo de materiais - livro do aluno e livro do professor. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MAGOSSI, R. L.; BONACELLA, P. H. Poluição das águas. São Paulo: Moderna, 1990
- NARDI R. (org). Questões atuais no ensino de ciências. São Paulo: Escrituras, 1998.
- ROSA, A. V.; Agricultura e meio ambiente. São Paulo: Editora Atual, 1998.
- SANTOS, M. E V. M. Mudança Conceitual na sala de aula: um desafio pedagógico. Lisboa: Livros Horizontes, 1989.
- TOKITAKA, S.; GEBARA, H.; O verde e a vida: compreendendo o equilíbrio e o desequilíbrio ecológico. São Paulo: Ática,1997.
- UCKO, David A. Química para as Ciências da Saúde: uma introdução à Química Geral, Orgânica e Biológica. São Paulo: Ed. Manole, 1992.
- UZUNIAN, A. e ERNESTO, B. (2002). Biologia. São Paulo: Harbra. V1, V2, V3.
- Base Nacional Comum Curricular

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE GEOGRAFIA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Parte 1: Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Educação. Pensadores da educação. A História da Educação no Brasil. Teorias e tendências pedagógicas. Aprendizagem: desenvolvimento, dificuldades e transtornos. Didática. Planejamento e avaliação. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Trabalho com projetos. Transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Diversidade, Multiculturalismo e Interculturalidade. Educação inclusiva. Relação aluno/professor/escola/família/comunidade. Temas contemporâneos na sala-de aula. Metodologia Ativa e Tecnologia na Sala de Aula. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. Bullying e Violência no espaço escolar.

Sugestão Bibliográfica:

1. ARAUJO; Wagner (org); Nascimento, Deise (org). Contemporaneidades: temas transversais. 1ª ed. – Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2020.
2. BARROS, Renata Chrystina Bianchi de. Educação e Saúde: Considerações sobre o processo de integração e inclusão escolar. Paco Editorial, 2013.
3. CAMARGO, Fausto. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.
4. CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.
5. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010.
6. FIUZA, Patricia Jantsch; LEMOS, Robson Rodrigues. (orgs.). Tecnologias Interativas Mídia e Conhecimento na Educação. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
7. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 2003.
8. GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias - 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
9. GESSER, V. O planejamento educacional: da gênese histórico-filosófica aos pressupostos da prática. Curitiba: CRV, 2011.
10. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
11. MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
12. MONTOYA. Adrián Oscar Dongo (org.) [et al.]. Jean Piaget no século XXI: escritos de epistemologia e psicologia genéticas. [São Paulo]: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.
13. MOURA, Jefferson Sampaio de. Para uma metodologia contra hegemônica: a mediação estética como ferramenta no trabalho pedagógico emancipador e crítico. In MACEDO, Aldenora Conceição de; BARBOSA, Jaqueline Aparecida (Orgs.). Práticas pedagógicas de resistência: a escola como lugar da diversidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 137-154.
14. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico — São Paulo: Scipione, 2011.
15. PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social. [6. ed.]. - São Paulo: Summus, 2015.
16. PEREIRA, Ana Carolina Reis. Direitos Humanos, Justiça Restaurativa e Violência Escolar / Ana Carolina Reis Pereira. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.
17. RIBEIRO, Márcen de Pádua. Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas. Currículo sem Fronteiras, v.17, n. 3, p. 574-599, set./dez. 2017.

18. ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Organizadores. Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e Multidisciplinar / 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2016.
19. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
20. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. -3. ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
21. TAILLE, Yves de La. OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019.
22. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
23. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: Uma Construção Possível. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2020.
24. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (coord.). Repensando a didática - 29ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
25. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Penso, 2014.
26. ZABALA, Antoni. Métodos para ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2020.
27. BRASIL. Ministério da Educação. Parceria família-escola [recurso eletrônico]: benefícios desafios e proposta de ação / Lisiane Alvim Saraiva Jungles; ilustrado por Bruno Henrique Junges. – Brasília, 2022.
28. Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017: Introdução, estrutura e a etapa do ensino fundamental.
29. Conselho Nacional de Justiça. Bullying - Cartilha 2010 – Justiça nas escolas.

Parte 2:

1. Lei Federal nº 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
 2. Lei Federal nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.
 3. Lei n.º 13.005/14 - Plano Nacional de Educação.
 4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
 5. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
 6. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
 7. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007.

Parte 3: O ensino da geografia na perspectiva da BNCC. Metodologia do Ensino de Geografia. A diversificação de linguagens e sua aplicação no ensino. Uso de mapas na sala de aula. Cartografia. Geologia. Relevo, vegetação e solos. Biogeografia e Meio ambiente. Recursos Naturais. Fontes energéticas. Climatologia. Geografia da População e Urbana. Geografia econômica. Formas de organização do capital. Geopolítica. Território, Cultura, Identidade e Diversidade. Formação territorial, social, política e econômica do Brasil, América Latina e Continente Africano. Regionalização do Espaço Mundial. Mundo Contemporâneo. Processos de industrialização e urbanização. Globalização. Os modos e sistemas de produção. Meios de comunicação e transportes. A atividade industrial brasileira. O Brasil no contexto mundial.

Sugestão Bibliográfica:

1. ALMEIDA, Hermes Alves de. Climatologia aplicada à geografia. [Livro eletrônico] / Campina Grande: EDUEPB, 2016.
2. ALMEIDA, R. D. (Org.) Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologias. São Paulo: Contexto, 2011.
3. ARROYO, M.; GERAIGES LEMOS, A; SILVEIRA, M.L. Questões territoriais na América Latina. São Paulo, USP, 2006.
4. ASCHER, F. Os Novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra. 2010.
5. BARRY, Roger G., CHORLEY, Richard J. Atmosfera, Tempo e Clima. 9a edição, Porto Alegre; Bookman, 2013.
6. BIGARELLA, J. J.; PASSOS, E.; HERMANN, M. L. P.; SANTOS, G. F.; SALAMUNI, E.; SUGUIO, K. Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
7. BLOOM, A. L. Superfície da Terra. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2000.
8. BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
9. BROWN, James H.; LOMOLINO, Mark V. Biogeografia. Tradução Editora Funpec, 2006.
10. CARLOS, A.F.A. (org.) e outros. Geografia em sala de aula, práticas e reflexões. São Paulo, Contexto, 2004.
11. CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A cidade e a cultura urbana na Geografia escolar. BPG. São Paulo. Dez/ 2006.
12. COSTA, Wanderley Messias da, VASCONCELOS, Daniel Bruno; (organizadores). Geografia e geopolítica da América do Sul [recurso eletrônico]: integrações e conflitos / São Paulo: FFLCH/USP, 2019.
13. CASTRO, Iná Elias de. Espaço político. GEOgraphia (UFF), v. 20, n. 42, p. 120-126, 2018.
14. COUTINHO, Leopoldo Magno. Biomas brasileiros - São Paulo: Oficina de Textos, 2016.
15. DICKEN, Peter. Mudança Global - Mapeando as Novas Fronteiras da Economia Mundial. São Paulo: Artmed, 2010.
16. FITZ, P. Cartografia básica. São Paulo: Ed Oficina de Textos, 2008.
17. HINRICHS, Roger A. Merlin Kleinbach, Lineu Belico dos Reis. Energia e meio ambiente - São Paulo: Cengage Learning, 2014.
18. HUNT, E.K. e SHERMAN, Howard. História do pensamento econômico. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
19. IANNI, O. (1971). Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). São Paulo: Ed. Civilização Brasileira. (3ª. ed). 1979.
20. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
21. KATUTA, A. M. Geografia e Conhecimentos Cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância dos mapas. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP. 2001.
22. LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio E. Geologia Geral, 14 ed., São Paulo, Editora Nacional, 2003.
23. MARCUSO, Marcus Fernandes. Formação social, econômica e política do Brasil. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
24. MENDONÇA, Francisco; Danni-Oliveira, I. M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
25. MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia. São Paulo: Ed. Annablume.
26. MOREIRA, Ruy. A geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital - 1. Ed. - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.
27. OLIVEIRA, K. A. T. de; PIRES, L. M. (orgas.). Ensinar sobre a cidade. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2017.
28. PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

29. PONTUSCHKA, Nídia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Orgs.). Geografia em perspectiva. 3ª Edição. São Paulo: Contexto, 2010.
30. PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. Para entender a Terra. Porto Alegre: Bookman, 2006
31. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
32. SANTOS, Marco Aurélio dos. Fontes de energia nova e renovável - Editora: LTC, 2013.
33. Brasil, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 4.4.1: Geografia; e 4.4.1.2: Geografia no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Brasília: MEC, 2017.
34. VENTURI, Luis Antonio Bittar (org) Geografia – Práticas de Campo, Laboratório e Sala de Aula. São Paulo: Sarandi, 2011.
35. YNOUE, R.Y., Reboita, M.S., Ambrizzi, T., Silva, G.A.M. Meteorologia básica e aplicações. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Parte 1: Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Educação. Pensadores da educação. A História da Educação no Brasil. Teorias e tendências pedagógicas. Aprendizagem: desenvolvimento, dificuldades e transtornos. Didática. Planejamento e avaliação. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Trabalho com projetos. Transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Diversidade, Multiculturalismo e Interculturalidade. Educação inclusiva. Relação aluno/professor/escola/família/comunidade. Temas contemporâneos na sala-de aula. Metodologia Ativa e Tecnologia na Sala de Aula. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. Bullying e Violência no espaço escolar.

Sugestão Bibliográfica:

1. ARAUJO; Wagner (org); Nascimento, Deise (org). Contemporaneidades: temas transversais. 1ª ed. – Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2020.
2. BARROS, Renata Chrystina Bianchi de. Educação e Saúde: Considerações sobre o processo de integração e inclusão escolar. Paco Editorial, 2013.
3. CAMARGO, Fausto. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.
4. CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.
5. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010.
6. FIUZA, Patricia Jantsch; LEMOS, Robson Rodrigues. (orgs.). Tecnologias Interativas Mídia e Conhecimento na Educação. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
7. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 2003.
8. GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias - 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
9. GESSER, V. O planejamento educacional: da gênese histórico-filosófica aos pressupostos da prática. Curitiba: CRV, 2011.
10. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
11. MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
12. MONTOYA, Adrián Oscar Dongo (org.) [et al.]. Jean Piaget no século XXI: escritos de epistemologia e psicologia genéticas. [São Paulo]: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.
13. MOURA, Jefferson Sampaio de. Para uma metodologia contra hegemônica: a mediação estética como ferramenta no trabalho pedagógico emancipador e crítico. In MACEDO, Aldenora Conceição de; BARBOSA, Jaqueline Aparecida (Orgs.). Práticas pedagógicas de resistência: a escola como lugar da diversidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 137-154.
14. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico — São Paulo: Scipione, 2011.
15. PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social. [6. ed.]. - São Paulo: Summus, 2015.
16. PEREIRA, Ana Carolina Reis. Direitos Humanos, Justiça Restaurativa e Violência Escolar / Ana Carolina Reis Pereira. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.
17. RIBEIRO, Márcen de Pádua. Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas. Currículo sem Fronteiras, v.17, n. 3, p. 574-599, set./dez. 2017.
18. ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Organizadores. Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e Multidisciplinar / 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2016.
19. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
20. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. -3. ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
21. TAILLE, Yves de La. OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019.
22. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
23. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: Uma Construção Possível. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2020.
24. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (coord.). Repensando a didática - 29ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
25. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Penso, 2014.
26. ZABALA, Antoni. Métodos para ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2020.
27. BRASIL. Ministério da Educação. Parceria família-escola [recurso eletrônico]: benefícios desafios e proposta de ação / Lisiane Alvim Saraiva Jungles; ilustrado por Bruno Henrique Junges. – Brasília, 2022.
28. Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017: Introdução, estrutura e a etapa do ensino fundamental.
29. Conselho Nacional de Justiça. Bullying - Cartilha 2010 – Justiça nas escolas.

Parte 2:

1. Lei Federal nº 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
2. Lei Federal nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.
3. Lei n.º 13.005/14 - Plano Nacional de Educação.

4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
5. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
6. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
7. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007.
- Parte 3: Metodologia de Ensino. Leitura, Escrita e Cultura; O Processo da Leitura; Seleção de textos, reflexão sobre a linguagem; Produção Textual; Coerência Textual; Coesão Textual; Estilística; A história da Língua Portuguesa; Literatura como sistema; O nacionalismo literário; Literatura Brasileira e Portuguesa (autores e obras); A Língua Literária; Literatura oral e Literatura popular; A escola e a Literatura; Formação e Desenvolvimento da Língua Nacional Brasileira; Estilos de época; Gêneros textuais; Variantes linguísticas; A intertextualidade; Tipos de linguagem; Fonema; Morfologia; Formação de palavras; Figuras de estilo; Vícios de linguagem. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular.
- Bibliografia sugerida:
- ABAURRE, Maria Luiza; Pontara, Marcela Nogueira - Literatura Brasileira - Tempos, Leitores e Leituras. Editora: Moderna
 - ABAURRE, Maria Luiza. PONTARA, Marcela Nogueira. FADEL, Tatiana. Português: Língua, Literatura e Produção de texto. Editora: Moderna.
 - BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
 - BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC: 4.1.1. Língua Portuguesa. 4.1.1.2. Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades.
 - BECHARA, Evanildo - Moderna Gramática Portuguesa - Atualizada Pelo Novo Acordo Ortográfico
 - BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. Editora: Cultrix.
 - CANDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira, vol. 1 e 2. Editora: Itatiaia Ltda.
 - CUNHA, Celso. Nova Gramática do Português Contemporâneo - 6ª Ed. 2013
 - COUTINHO, Afrânio. A Literatura no Brasil, Era barroca, neoclássica e modernista. Editora: Global.
 - KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2007.
 - LIMA, Carlos Henrique da Rocha - Gramática Normativa da Língua Portuguesa - Segundo o Novo Acordo Ortográfico
 - SARMENTO, Leila Lauar. TUFANO, Douglas. Português: Literatura, Gramática e Produção de texto. Editora: Moderna.
 - SOUZA, Jesus Barbosa de; Campedelli, Samira Yousseff - Literaturas Brasileira e Portuguesa. Editora: Saraiva.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE MATEMÁTICA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Parte 1: Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Educação. Pensadores da educação. A História da Educação no Brasil. Teorias e tendências pedagógicas. Aprendizagem: desenvolvimento, dificuldades e transtornos. Didática. Planejamento e avaliação. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Trabalho com projetos. Transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Diversidade, Multiculturalismo e Interculturalidade. Educação inclusiva. Relação aluno/professor/escola/família/comunidade. Temas contemporâneos na sala-de aula. Metodologia Ativa e Tecnologia na Sala de Aula. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. Bullying e Violência no espaço escolar.

Sugestão Bibliográfica:

1. ARAUJO; Wagner (org); Nascimento, Deise (org). Contemporaneidades: temas transversais. 1ª ed. – Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2020.
2. BARROS, Renata Chrystina Bianchi de. Educação e Saúde: Considerações sobre o processo de integração e inclusão escolar. Paco Editorial, 2013.
3. CAMARGO, Fausto. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.
4. CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.
5. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010.
6. FIUZA, Patricia Jantsch; LEMOS, Robson Rodrigues. (orgs.). Tecnologias Interativas Mídia e Conhecimento na Educação. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
7. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 2003.
8. GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias - 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
9. GESSER, V. O planejamento educacional: da gênese histórico-filosófica aos pressupostos da prática. Curitiba: CRV, 2011.
10. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
11. MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
12. MONTOYA, Adrián Oscar Dongo (org.) [et al.]. Jean Piaget no século XXI: escritos de epistemologia e psicologia genéticas. [São Paulo]: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.
13. MOURA, Jefferson Sampaio de. Para uma metodologia contra hegemônica: a mediação estética como ferramenta no trabalho pedagógico emancipador e crítico. In MACEDO, Aldenora Conceição de; BARBOSA, Jaqueline Aparecida (Orgs.). Práticas pedagógicas de resistência: a escola como lugar da diversidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 137-154.
14. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico — São Paulo: Scipione, 2011.
15. PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social. [6. ed.]. - São Paulo: Summus, 2015.
16. PEREIRA, Ana Carolina Reis. Direitos Humanos, Justiça Restaurativa e Violência Escolar / Ana Carolina Reis Pereira. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.
17. RIBEIRO, Márcen de Pádua. Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas. Currículo sem Fronteiras, v.17, n. 3, p. 574-599, set./dez. 2017.
18. ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Organizadores. Transtornos da aprendizagem: abordagem

neurobiológica e Multidisciplinar / 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2016.

19. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

20. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. -3. ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

21. TAILLE, Yves de La. OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019.

22. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.

23. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: Uma Construção Possível. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2020.

24. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (coord.). Repensando a didática - 29ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

25. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Penso, 2014.

26. ZABALA, Antoni. Métodos para ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2020.

27. BRASIL. Ministério da Educação. Parceria família-escola [recurso eletrônico]: benefícios desafios e proposta de ação / Lisiane Alvim Saraiva Jungles; ilustrado por Bruno Henrique Junges. – Brasília, 2022.

28. Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017: Introdução, estrutura e a etapa do ensino fundamental.

29. Conselho Nacional de Justiça. Bullying - Cartilha 2010 – Justiça nas escolas.

Parte 2:

1. Lei Federal nº 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

2. Lei Federal nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.

3. Lei n.º 13.005/14 - Plano Nacional de Educação.

4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Da Educação, Capítulo III, Seção I.

5. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

6. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

7. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007.

Parte 3: Metodologia de Ensino e Didática. O ensino de matemática na perspectiva da BNCC. Processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento dos conceitos matemáticos. Saberes Matemáticos Escolares. Matemática e os temas transversais. A resolução de problemas. A ludicidade e a tecnologia no ensino de matemática. Fundamentos de Matemática Elementar. Trigonometria. Exponenciais e Logaritmos. Estruturas Algébricas. Geometria plana e espacial. Equações diferenciais. Funções elementares, suas representações gráficas e aplicações. Progressões aritméticas e geométricas. Polinômios. Números complexos. Matrizes e determinantes. Geometria Analítica e Álgebra Linear.

Sugestão Bibliográfica:

1. Brasil, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 4.2: A área de Matemática; 4.2.1: Matemática e 4.2.1.2: Matemática no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Brasília: MEC, 2017.

2. BOALER, Jô. Mentalidades matemáticas: estimulando o potencial dos estudantes por meio da matemática criativa, das mensagens inspiradoras e do ensino inovador. Porto Alegre: PENSO, 2018.

3. IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar. Volumes 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9 e 10. São Paulo: Atual, 2013.

4. IEZZI, Gelson. DOLCE Osvaldo. DEGENSZAJN David. PÉRIGO, Roberto. ALMEIDA, Nilze de - Matemática - Ciências e Aplicações - Editora Atual (Grupo Saraiva).

5. LIMA, Elon Lages. Geometria analítica e álgebra linear. 1.ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2014.

6. ROSA, Ernesto. Didática da matemática. 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

7. SILVA, Claudionor Renato da. Mateludicando: ensaios sobre filosofia, matemática e ludicidade.1.ed. Curitiba: Appris, 2017.

8. WALLE, John A. Van de Walle. Matemática no Ensino Fundamental. Artmed.

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E/OU

SOLICITANTE DE CONDIÇÃO ESPECIAL

Concurso Público nº 001/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC

Dados do candidato:

NOME:			
INSCRIÇÃO:		RG:	
CARGO:			
TELEFONE:		CELULAR:	

CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNCIA? ☐ SIM ☐ NÃO

Se sim, especifique a deficiência: _____

Nº do CID: _____

Nome do médico que assina do Laudo: _____

Nº do CRM: _____

NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA? ☐SIM ☐NÃO

☐ SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TÉRREO COM RAMPA)

☐ MESA PARA CADEIRANTE

☐ SANITÁRIO ADAPTADO PARA CADEIRANTE

☐ LEDOR

☐ TRANSCRITOR

☐ PROVA EM BRAILE

☐ PROVA COM FONTE AMPLIADA (FONTE TAMANHO 24)

☐ INTERPRETE DE LIBRAS

☐ OUTRA. QUAL? _____

ATENÇÃO: Esta declaração e o respectivo Laudo Médico deverão ser encaminhados via Sedex ou carta com aviso de recebimento para a empresa RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., localizada na Rua Inácio Ribeiro, 993 B – Centro - Santa Rita do Passa Quatro - SP, CEP 13670-000, até o dia útil subsequente ao término das inscrições, conforme disposto no Capítulo 4 do Edital.

Navegantes, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Concurso Público nº 001/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC

Dados do candidato:

NOME:			
INSCRIÇÃO:		RG:	
CPF:			
CARGO:			
TELEFONE:		CELULAR:	

Assinale a condição para solicitação da isenção da taxa de inscrição:

☐ DOADOR DE SANGUE (nos termos do subitem 5.1.1 do edital do Concurso Público) - (Lei Municipal nº 2.233/2009)

Eu, _____, portador(a) da cédula de

identidade nº _____, venho por meio desta, requerer isenção da taxa de inscrição amparado(a) pela legislação do município de NAVEGANTES/ SC.

Declaro, sob as penas da Lei, e, para os devidos fins, que me enquadro nas NORMAS PARA OBTENÇÃO DA ISENÇÃO DA TAXA pela legislação do município de NAVEGANTES/ SC e que as informações apresentadas por mim são verdadeiras e que estou ciente de que se for constatado omissão de informações e (ou) apresentação de informações inverídicas e (ou) falsificação e (ou) fraude da documentação por mim apresentada, será considerada nula a isenção de pagamento de taxa de inscrição, bem como estarei sujeito às penalidades da Lei. Declaro, ainda, que se deferida a minha solicitação de isenção da taxa de inscrição no Concurso para a opção indicada acima, estou ciente de que a mesma representa a formalização da minha inscrição.

Firmo, através da presente, minha aceitação e tácita ciência das normas e condições estabelecidas no Edital, sobre as quais não poderei alegar desconhecimento.

Navegantes, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO V

FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULO
Concurso Público Nº 001/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC

Dados do candidato:

NOME:			
CARGO:			
INSCRIÇÃO:		RG:	
TELEFONE:		CELULAR:	

Relação de Documentos entregues (Assinalar com um 'X'):

☐ Título de Doutor.

Especificação:

☐ Título de Mestre.

Especificação:

☐ Pós-Graduação lato sensu.

Especificação:

ATENÇÃO: Somente serão pontuados os documentos constantes da relação acima, conforme Edital. A entrega destes documentos é de inteira responsabilidade do candidato, e tem como efeito pontuação extra, que será somada à nota da Prova Escrita Objetiva.

_____, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do candidato

ANEXO VI

REQUERIMENTO DE DESEMPATE – CONDIÇÃO DE JURADO

Edital Nº 001/2024 – Concurso Público – Prefeitura Municipal de Navegantes

Dados do candidato:

NOME:			
CARGO:			
INSCRIÇÃO:		RG:	
TELEFONE:		CELULAR:	

Eu, _____, venho requerer que, em caso de aprovação, restando empatado, haja preferência no critério de desempate pela condição de jurado (conforme art. 440, Código de Processo Penal). Para tanto, segue anexo o documento original ou cópia autenticada, que comprova esta condição, nos termos deste Edital.

Obs.: Somente serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual e Federal do país, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 Código de Processo Penal), a partir da entrada em vigor, da Lei Federal nº 11.689/08.

Navegantes, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO VII - FORMULÁRIO DE MESÁRIO EM ELEIÇÕES

Edital Nº 001/2024 – Concurso Público – Prefeitura Municipal de Navegantes

Dados do candidato:

NOME:			
CARGO:			
INSCRIÇÃO:		RG:	
TELEFONE:		CELULAR:	

Eu, _____, portador(a) do RG – nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____ - Bairro _____, no município de _____, declaro para os devidos fins de Direito que exerci o cargo de mesário nos dois últimos processos eleitorais: _____, no ano de _____ e _____, no ano de _____.

Navegantes, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do candidato

PORTARIA 041 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484572

PORTARIA Nº 041 DE 04 DE JANEIRO DE 2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, ANDREIA SCHMITT PONTALDI matrícula 1673202 ocupante do cargo de PROFESSOR, com carga horaria de 20 horas semanais, pelo período de 135 (cento e trinta e cinco) dias consecutivos, com início em 23.08.2023 e termino em 04.01.2024, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04.01.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2024.
RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 043 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484575

PORTARIA Nº 043 DE 04 DE JANEIRO DE 2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, SOLANGE RAMOS matrícula 63297201 ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 2736 (dois mil setecentos e trinta e seis) dias consecutivos, com início em 09.07.2016 e termino em 04.01.2024, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04.01.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2024.
RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 044 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5486771

PORTARIA Nº 044 DE 04 DE JANEIRO DE 2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, SUELI DORTI DE MELO matrícula 418707 ocupante do cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horaria de 30 horas semanais, pelo período de 63 (sessenta e três) dias consecutivos, com início em 03.11.2023 e termino em 04.01.2024, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04.01.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2024.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA N ° 036 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484442

PORTARIA N ° 036 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.
EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Complementar nº 62/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA A PEDIDO, por este ato, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, NAIDI NÁGILA ESPÍNDOLA EGER.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2024.

NATHÁLIA ZABEL

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N ° 045 DE 05 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5486779

PORTARIA N ° 045 DE 05 DE JANEIRO DE 2024.

INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N°. 001/2024

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art 1º INSTITUIR a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público Edital nº 001/2024, que será realizado pelo (a) RBO - Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda, para acompanhar e coordenar as etapas do certame, cujos integrantes são os seguintes:

I PRESIDENTE - TAIS FARIA (matrícula 63440503)

II 1º MEMBRO - LIGIA GORGES (matrícula 6253801)

III 2º MEMBRO - BRUNO OLIVEIRA BARBOSA (matrícula 63372001)

Parágrafo único: Na falta, impedimento ou afastamento do Presidente, o substituto será o membro acima designado no inciso II e assim sucessivamente.

Art 2º Os servidores designados farão jus a gratificação prevista no Artigo 30 da Lei Complementar nº.426 de 31 de agosto de 2023, regulamentada por meio do Decreto nº.391 de 27 de outubro de 2023, o qual aprovou a Instrução Normativa nº 002/2023.

Art 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

NAVEGANTES/SC, 05 DE JANEIRO DE 2024.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 38 DE 04 DE JANEIRO DE 2023

Publicação N° 5484445

PORTARIA N ° 38 DE 04 DE JANEIRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a CINTIA JANAINA DE SOUZA, matrícula 383810, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de TÉCNICO SERV. COMPLEMENT., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 08 de janeiro de 2024 a 06 de fevereiro de 2024.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2013/2018.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08/01/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2024.

NATHALIA ZABEL

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N º 40 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484448

PORTARIA N º 40 DE 04 DE JANEIRO DE 2024
READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A JUNTA MÉDICA DO MUNICIPIO , no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR CARIN SIMONI FRITZKE, matrícula 462305, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 01 mes, conforme ofício nº 001/2024 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04.01.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2024.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA

MÉDICO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 01 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484449

PORTARIA N º 01 DE 03 DE JANEIRO DE 2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 07/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO Nº 031/2023, para exercer o cargo de efetivo de FISCAL DE POSTURAS, que exercerá suas atividades em regime de escala 12X36, DANIEL RODRIGUES DE SOUZA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JANEIRO DE 2024

NATHÁLIA ZABEL

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 29/2024

Publicação Nº 5484161

PORTARIA Nº 29/2024
DESIGNA SERVIDORES AUTORIZADOS A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE SAÚDE, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR, por este ato, os servidores abaixo relacionados, a dirigir os veículos oficiais para a execução de serviços da Administração Pública de Navegantes, observada a habilitação específica na CNH:

I) ANA CLAUDIA LUIZ NAUS – matrícula nº 63540402;

II) GISELI ONOLES – matrícula nº 63271201;

III) EDVALDO COUTO – matrícula nº 444203.

Art. 2º Os servidores públicos autorizados a dirigir deverão obter autorização específica do Gestor da pasta para utilização do veículo naquele dia, não podendo:

a) Ceder à direção do veículo a terceiros;

b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;

c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º Os servidores públicos autorizados a dirigir veículos oficiais deverão cumprir as determinações expressas na Instrução Normativa SGC Nº 03/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

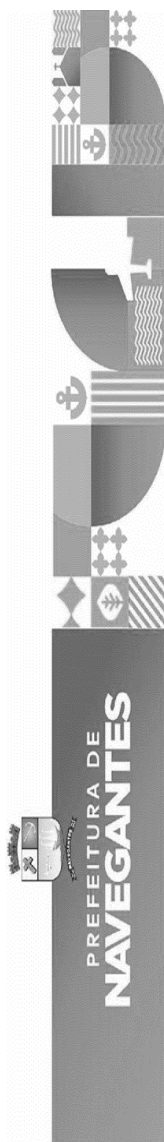
NAVEGANTES/SC, 03 de janeiro de 2024.

ALESSANDRA MAAS

SECRETÁRIA-ADJUNTA DE SAÚDE

EDITAL Nº 58-2023-SME - HOMOLOGAÇÃO DA ESCOLHA DE VAGAS DO PROCESSO DE AUMENTO DE CARGA HORÁRIA

Publicação Nº 5485259

**EDITAL Nº 58/2023/SME – HOMOLOGAÇÃO DA ESCOLHA DE VAGAS DO PROCESSO DE AUMENTO DE CARGA HORÁRIA**

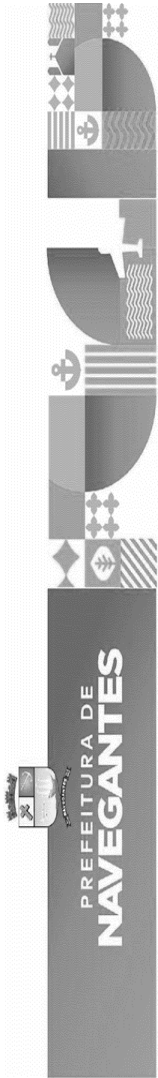
HOMOLOGA E TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA ESCOLHA DE VAGAS DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DESTINADO AO AUMENTO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DE TRABALHO PERMITIDO AOS OCUPANTES DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE NAVEGANTES EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 9 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES**, no uso de suas atribuições e com fundamento nas disposições legais previstas na Lei n. 009 de 18 de novembro de 2003, Lei n. 2230 de 30 de outubro de 2009, Lei n. 2530 de 18 de novembro de 2011 e Lei n. 3071 de 19 de janeiro de 2016, homologa e torna público o resultado da escolha de vagas do processo de ampliação de carga horária semanal de trabalho permitida aos ocupantes do cargo efetivo de professor do quadro do Magistério Público Municipal de Navegantes, regulamentado pelo Edital nº 058/2023, conforme segue:

Página 1 de 8

PREFEITURA DE NAVEGANTES - SC
Secretaria Municipal de Educação
CNPJ: 30.481.875/0001-13
Avenida José Juvenal Mafra, 430 – Centro
Navegantes – SC – CEP: 88370-094



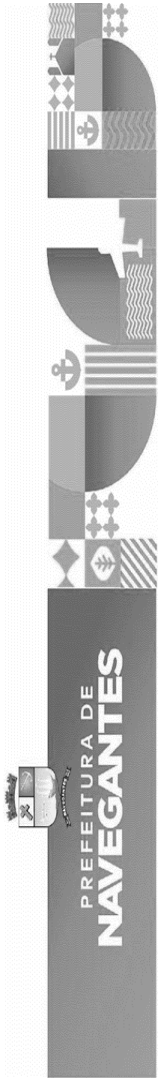


1. CLASSIFICAÇÃO DOS HABILITADOS E LOCAL DE AMPLIAÇÃO

1.1. Professor de Educação Infantil

CL	NOME	MATRÍCULA	ÁREA/DISCIPLINA	C.H	TURNO QUE ATUA	LOTAÇÃO ORIGINAL	AMPLIA EM	C.H	TURNO
1.	FERNANDA DOS SANTOS	166503	Educação Infantil	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª ALCIREIA DA CONCEIÇÃO COUTO	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DA SILVA SANTOS	20H	MAT
2.	MARIA LOSANGELA MACIEL DO NASCIMENTO	171204	Educação Infantil	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª REGINA MARLY DA COSTA	C.M.E.I. PROF.ª REGINA MARLY DA COSTA	20H	MAT
3.	LUCIANA ISABEL BORGES	122508	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	20H	VESP
4.	DANUBIA ALEXANDRA TORRES SANTANA	365702	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DOS NAVEGANTES RAMOS	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DOS NAVEGANTES RAMOS	20H	VESP
5.	CLAUDIA APARECIDA DE GEORGE GONÇALVES	165908	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	20H	VESP
6.	CLEIDE DAS NEVES SILVA	448901	Educação Infantil	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª ISABEL FLORES PAGANI	C.M.E.I. PROF.ª ISABEL FLORES PAGANI	20H	MAT
7.	MARGARETE DA ROSA BRUSTOLIN	236009	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	20H	VESP
8.	JOÃO EVANGELISTA CHAGAS SANTOS NETO	266605	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	C.M.E.I. PROF.ª NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	20H	VESP
9.	LUCIANA MACHADO	246810	Educação Infantil	20H	MAT	E.M. PROF.ª BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA	E.M. PROF.ª BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA	20H	VESP
10.	CELIA DZIN	1981201	Educação Infantil	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	C.M.E.I. PROF.ª NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	20H	VESP
11.	EDINEIA MONICA DE ANDRADE	1977001	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª ROSANA DE FÁTIMA GAYÁ BARRETO	C.M.E.I. PROF.ª ROSANA DE FÁTIMA GAYÁ BARRETO	20H	VESP
12.	TERESINHA APARECIDA PAULO DE OLIVEIRA	362210	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª ALCIREIA DA CONCEIÇÃO COUTO	C.M.E.I. PROF.ª ALCIREIA DA CONCEIÇÃO COUTO	20H	VESP
13.	ROSANGELEI POSSAMAI DOS SANTOS	1823104	Educação Infantil	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	20H	MAT
14.	MARINEZ DE SOUZA	409610	Educação Infantil	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DOS NAVEGANTES RAMOS	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DOS NAVEGANTES RAMOS	20H	MAT
15.	ROSANE DE SIQUEIRA	420807	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	C.M.E.I. PROF.ª NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	20H	VESP
16.	SILVANETE BEZERRA DE OLIVEIRA	232403	Educação Infantil	20H	MAT	E.M. PROF.ª BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA	E.M. PROF.ª BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA	20H	VESP
17.	CRISTIANE DA ROSA LAGUNA SILVEIRA	447502	Educação Infantil	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	C.M.E.I. PROF.ª NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	20H	MAT





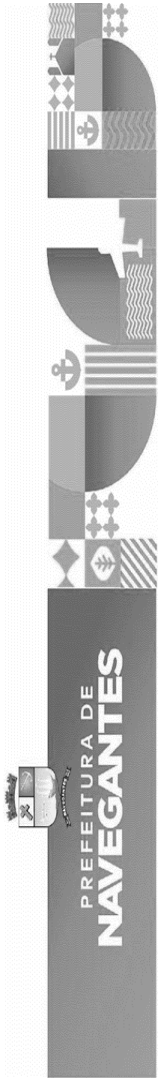
18.	ANDRÉA APARECIDA GRITTENS	1698207	Educação Infantil	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	20H	MAT
19.	FRANCELLE GONÇALVES DOS SANTOS	6237602	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª REGINA MARLY DA COSTA	C.M.E.I. PROF.ª REGINA MARLY DA COSTA	20H	VESP
20.	DAIANE SIQUEIRA FERREIRA	1730707	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. LACIANA DE BORBA CESÁRIO	C.M.E.I. LACIANA DE BORBA CESÁRIO	20H	VESP
21.	MARIA LUCIANA DE OLIVEIRA	307204	Educação Infantil	20H	MAT	E.M. PROF.ª BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA	E.M. PROF.ª BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA	20H	VESP
22.	KATIA MARIA DOS SANTOS	227104	Educação Infantil	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	C.M.E.I. PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	20H	MAT
23.	CAROLINE CHAGAS SANTOS	1678104	Educação Infantil	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	20H	VESP

Os servidores relacionados deverão comparecer nas unidades de ensino de sua ampliação no dia 06 de fevereiro de 2024, no respectivo horário de trabalho, para assumirem sua nova carga horária para o ano letivo de 2024.

1.2. Professor de Anos Iniciais

CL	NOME	MATRÍCULA	ÁREA/DISCIPLINA	C.H	TURNO QUE ATUA	LOTAÇÃO ORIGINAL	AMPLIA EM	C.H	TURNO
1.	DANIELA BORTOLATTO RANGUET SOARES	181002	Anos Iniciais	20H	MAT	E.M PROF.ª ILKA MULLER DE MELLO	E.M PROF.ª ILKA MULLER DE MELLO	20H	VESP
2.	MERIELE NASCIMENTO	152103	Anos Iniciais	20H	VESP	E.M PROF.ª ENI ERNA GAYA	E.M PROF.ª ENI ERNA GAYA	20H	MAT
3.	FABIANA PATRICIA RODRIGUES PORRÃO	109910	Anos Iniciais	20H	MAT	C.E.M. PROF.ª MARIA DE LOURDES ANTUNES	C.E.M. PROF.ª MARIA DE LOURDES ANTUNES	20H	VESP
4.	ARIELE VIEGAS LUIZA	63288401	Anos Iniciais	20H	VESP	E.M. PROF.ª ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO	E.M. PROF.ª ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO	20H	MAT
5.	VALDELIRIA MIOTTO	433306	Anos Iniciais	20H	MAT	C.E.M PROF.ª MARIA REGINA GAZANIGA DA COSTA	E.M. PROF.ª ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO	20H	VESP
6.	ADRIANA PRESTES FURTADO	491615	Anos Iniciais	20H	VESP	C.E.M. PROF.ª GIOVANA SOARES DA CUNHA	C.M.E.I. PROF.ª ALCIREIA DA CONCEIÇÃO COUTO	20H	MAT
7.	FABIANA REGINA DE SOUZA SANTOS	132420	Anos Iniciais	20H	MAT	E.M PROF.ª MARIA HOSTIM DA COSTA	E.M PROF.ª MARIA HOSTIM DA COSTA	20H	VESP
8.	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	6283105	Anos Iniciais	20H	VESP	E.M. PROF.ª NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	E.M. PROF.ª VERGINA GUEDES LEMOS	20H	MAT
9.	JANAINA FORLIM DE SOUZA	384221	Anos Iniciais	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª ALCIREIA DA CONCEIÇÃO COUTO	C.E.M. PROF.ª LEONORA SCHMITZ	20H	VESP
10.	RAQUEL PALOMA DA SILVA	1737818	Anos Iniciais	20H	MAT	C.E.M PROF.ª MARIA DE LOURDES ANTUNES	E.M. PROF.ª ELSIR BERNARDETE GAYA MULLER	20H	VESP





11.	MARLI REGINA PACHECO FAUSTO	376421	Anos Iniciais	20H	MAT	C.E.M PROF.ª GIOVANA SOARES DA CUNHA	E.M. PROF.ª ENI ERNA GAYA	20H	VESP
12.	ANDREIA GERALDO	185217	Anos Iniciais	20H	MAT	E.M. PROF.ª VILNA CORREA PRETTI	E.M. PROF.ª VILNA CORREA PRETTI	20H	VESP
13.	SILVIA ELIZABETE KOSSE	116705	Anos Iniciais	20H	MAT	C.E PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	C.E PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	20H	VESP
14.	GRAZIELA DA SILVA FLORES	1688711	Anos Iniciais	20H	MAT	E.M PROF.ª MARIA HOSTIM DA COSTA	E.M PROF.ª MARIA HOSTIM DA COSTA	20H	VESP
15.	MARCIA RODRIGUES LUCAS	411519	Anos Iniciais	20H	MAT	E.M. PROF.ª ENI ERNA GAYA	C.E.M. PROF.ª LEONORA SCHMITZ	20H	VESP
16.	JESSICA DOS SANTOS	63285505	Anos Iniciais	20H	VESP	E.M. PROF.ª ILKA MULLER DE MELLO	DESISTÊNCIA	--/--	--/--
17.	ANA CAROLINE RAUE	6224213	Anos Iniciais	20H	MAT	E.M. PROF.ª MARIA HOSTIM DA COSTA	C.E PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	20H	VESP
18.	CLAUDIA RUTH DA SILVA CHAGAS SANTOS	457512	Anos Iniciais	20H	MAT	C.E PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	C.E PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	20H	VESP

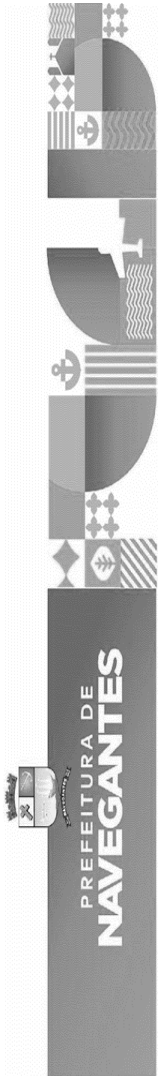
Os servidores relacionados deverão comparecer nas unidades de ensino de sua ampliação no dia 06 de fevereiro de 2024, no respectivo horário de trabalho, para assumirem sua nova carga horária para o ano letivo de 2024.

1.3. Educação Física – Educação Infantil

CL	NOME	MATRÍCULA	ÁREA/DISCIPLINA	C.H	TURNO QUE ATUA	LOTAÇÃO ORIGINAL	AMPLIA EM	C.H	TURNO
1.	ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES	108926	Educação Física	20H	VESP	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	E.M. PROF.ª BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA	20H	MAT
2.	LINARA ZANCANELA DA CUNHA	63512901	Educação Física	20H	MAT	C.M.E.I. PROF.ª SILVETE COUTO DE MIRANDA	C.E.M. PROF.ª CLARINDA MARIA GAYA	20H	VESP

Os servidores relacionados deverão comparecer nas unidades de ensino de sua ampliação no dia 06 de fevereiro de 2024, no respectivo horário de trabalho, para assumirem sua nova carga horária para o ano letivo de 2024.





1.4. Educação Física – Ensino Fundamental

CL	NOME	MATRÍCULA	ÁREA/DISCIPLINA	C.H	TURNO QUE ATUA	LOTAÇÃO ORIGINAL	AMPLIA EM	C.H	TURNO
1.	HARRY KREUTZFELD JUNIOR	322202	Educação Física	20H	MAT	E.M. PROF.ª ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO	E.M. PROF.ª ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO	20H	VESP
2.	ILSON SOARES	1974501	Educação Física	20H	VESP	E.M. PROF.ª NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	C.E PROF.ª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	20H	MAT
3.	CARLOS AUGUSTO MACIEL	1977201	Educação Física	20H	VESP	C.E.M GIOVANA SOARES DA CUNHA	DESISTÊNCIA	-/-	-/-

Os servidores relacionados deverão comparecer nas unidades de ensino de sua ampliação no dia 06 de fevereiro de 2024, no respectivo horário de trabalho, para assumirem sua nova carga horária para o ano letivo de 2024.

1.5. Professor de Arte

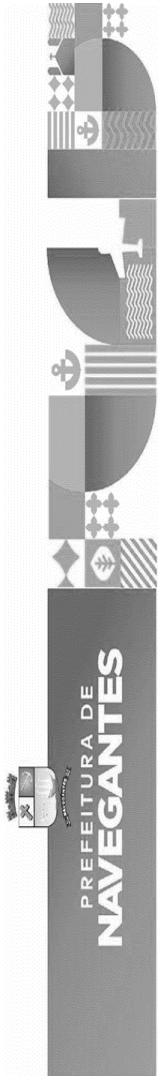
CL	NOME	MATRÍCULA	ÁREA/DISCIPLINA	C.H	TURNO QUE ATUA	LOTAÇÃO ORIGINAL	AMPLIA EM	C.H	TURNO
1.	MARIA NEUCIOLI BORBA MEDEIROS	6331601	Arte	10H	MAT	E.M. PROF.ª MARIA TEREZA LEAL	DESISTÊNCIA	-/-	-/-
2.	JULIANA FERNANDES JACINTO	63322901	Arte	10H	VESP	E.M. PROF.ª ELSIR BERNADETE GAYA MULLER	C.E.M. PROF.ª LEONORA SCHMITZ	10H	MAT

Os servidores relacionados deverão comparecer nas unidades de ensino de sua ampliação no dia 06 de fevereiro de 2024, no respectivo horário de trabalho, para assumirem sua nova carga horária para o ano letivo de 2024.

1.6. Professor de Geografia

CL	NOME	MATRÍCULA	ÁREA/DISCIPLINA	C.H	TURNO QUE ATUA	LOTAÇÃO ORIGINAL	AMPLIA EM	C.H	TURNO
1.	NAYARA CAROLINE LEACHENSKI	63322802	Geografia	10H	MAT	E.M PROF.ª MARIA TEREZA LEAL	E.M. PROF.ª ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO	10H	MAT
2.	GLEICE BENEVENUTO DE OLIVEIRA RODRIGUES DOS SANTOS	63351604	Geografia	20H	MAT/VESP	E.M. PROF.ª NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	E.M PROF.ª MARIA HOSTIM DA COSTA	10H	MAT/VESP





Os servidores relacionados deverão comparecer nas unidades de ensino de sua ampliação no dia 06 de fevereiro de 2024, no respectivo horário de trabalho, para assumirem sua nova carga horária para o ano letivo de 2024.

1.7. Professor de Inglês

CL	NOME	MATRÍCULA	ÁREA/DISCIPLINA	C.H	TURNO QUE ATUA	LOTAÇÃO ORIGINAL	AMPLIA EM	C.H	TURNO
1.	SUZAN CRISTINA LEAL	6278104	Inglês	10H	VESP	E.M. PROF.ª MARIA HOSTIM DA COSTA	E.M. PROF.ª NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	10H	VESP

Os servidores relacionados deverão comparecer nas unidades de ensino de sua ampliação no dia 06 de fevereiro de 2024, no respectivo horário de trabalho, para assumirem sua nova carga horária para o ano letivo de 2024.

1.8. Professor de Matemática

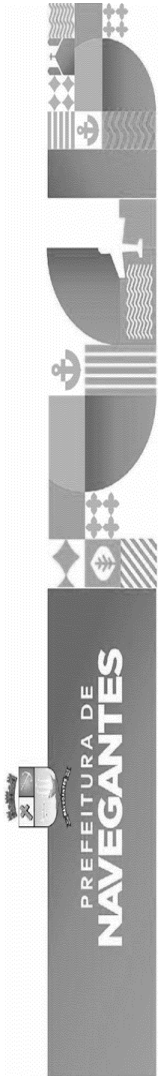
CL	NOME	MATRÍCULA	ÁREA/DISCIPLINA	C.H	TURNO QUE ATUA	LOTAÇÃO ORIGINAL	AMPLIA EM	C.H	TURNO
1.	JONAS WALTRIK	6281602	Matemática	20H	MAT	C.E.M. PROF.ª LEONORA SCHMITZ E.M. PROF.ª ILKA MULLER DE MELO	E.M. PROF.ª NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	20H	VESP

Os servidores relacionados deverão comparecer nas unidades de ensino de sua ampliação no dia 06 de fevereiro de 2024, no respectivo horário de trabalho, para assumirem sua nova carga horária para o ano letivo de 2024.

1.9. Professor de Português

CL	NOME	MATRÍCULA	ÁREA/DISCIPLINA	C.H	TURNO QUE ATUA	LOTAÇÃO ORIGINAL	AMPLIA EM	C.H	TURNO
1.	VIVIANE THEODOROVICZ	63327804	Português	30H	MAT/VESP	E.M. PROF.ª ELSIR BERNADETTE GAYA MULLER E.M. PROF.ª NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	E.M. PROF.ª NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	10H	VESP





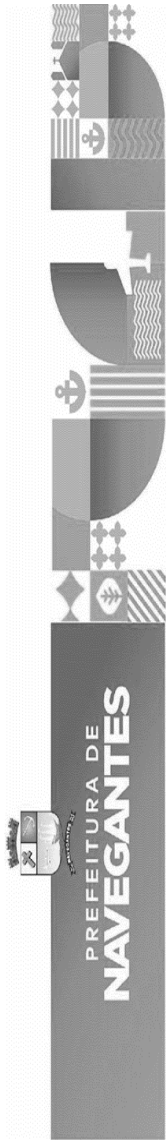
2.	LUCIANA KREJCI DE ABREU	6311801	Português	30H	MAT/VESP	E.M. PROFª ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO	DESISTÊNCIA	--/--	--/--
3.	VANESSA CRISTINA TAVARES LOPES VIEIRA	63444701	Português	20H	MAT	C.E PROFª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	C.E PROFª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	20H	VESP
4.	THAIS GONÇALVES DANTAS BESSITIL	63355502	Português	10H	MAT	E.M. PROF. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	E.M. PROF.ª NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA C.E PROFª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL	10H	MAT VESP

Os servidores relacionados deverão comparecer nas unidades de ensino de sua ampliação no dia 06 de fevereiro de 2024, no respectivo horário de trabalho, para assumirem sua nova carga horária para o ano letivo de 2024.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

- I - O professor que aumentar a carga horária não poderá se afastar do exercício, a pedido, para exercer atividade em outro órgão municipal, estadual ou federal, pelo período mínimo de 2 (dois) anos, contado da alteração;
 - II - Em conformidade com a Lei n. 2230/2009, o servidor que ter a carga horária estendida não poderá usufruir de licenças pelo período de 2 (dois) anos, excetuando os casos previstos nos incisos I e IX do artigo 82 da Lei Complementar nº 07/2003.
 - III - O período mínimo de 2 (dois) anos contado da alteração citado nos itens anteriores iniciará a partir da data inicial do efetivo exercício do cargo na nova carga horária de trabalho;
- Navegantes/SC, 05 de janeiro de 2024.





TEREZA CRISTINA SOCORRO DOS SANTOS

ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO

RITA DE CASSIA DA SILVA

JOHANNA EMILE FINGER

VIVIANE BERKEMBROCK RAMOS

JAISON JOSÉ POLICARPO

PATRÍCIA DUARTE CRIAL

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA 014-2024 - NOMEAR CARGO COMISSIONADO - CLODOALDO SARTORI

Publicação Nº 5483510

PORTARIA Nº 014/2024

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Esportes.

TIAGO DALSSASSO, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 9, inciso II, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

NOMEAR, CLODOALDO SARTORI, inscrito no CPF nº 692.XXX.XXX-X7, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Esportes, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Esportes, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de janeiro de 2024.

Nova Trento, em 03 de janeiro de 2024.

Tiago Dalsasso

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA 015-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - SAMANTA LAZZAROTO FRANZOI

Publicação Nº 5483556

PORTARIA Nº 015/2024

Concessão de Férias

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 05 (cinco) dias, à Servidora Pública Municipal, SAMANTA LAZZAROTTO FRANZOI, matrícula nº 6961, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 07/01/2024, relativo ao período aquisitivo de 05/10/2020 a 04/10/2021.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.

Tiago Dalsasso

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA 016-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - MOACIR TADEU DALLA BRIDA

Publicação Nº 5483559

PORTARIA Nº 016/2024

Concessão de Férias

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, MOACIR TADEU DALLA BRIDA, matrícula nº 8405, ocupante do cargo de Vice-Prefeito Municipal, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 01/02/2024, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.

Tiago Dalsasso

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA 017-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - LORENA POLLI

Publicação Nº 5483561

PORTARIA Nº 017/2024
Concessão de Férias

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10 (dez) dias, à Servidora Pública Municipal, LORENA POLLI, matrícula nº 8791, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 12/01/2024, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2022 a 11/01/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.
Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA 018-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - CATIA MARIA BURIGO

Publicação Nº 5483563

PORTARIA Nº 018/2024
Concessão de Férias

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 15 (quinze) dias, à Servidora Pública Municipal, CATIA MARIA BURIGO, matrícula nº 8410, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Controle Interno, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 17/01/2024, relativo ao período aquisitivo de 04/01/2021 a 03/01/2022.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.
Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA 019-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - CASSIANO ZANELLA

Publicação Nº 5483565

PORTARIA Nº 019/2024
Concessão de Férias

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, CASSIANO ZANELLA, matrícula nº 941, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 01/02/2024, relativo ao período aquisitivo de 01/02/2022 a 31/01/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.
Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA 020-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - JULIANA SGROTT VEBER

Publicação N° 5483568

PORTARIA N° 020/2024
Concessão de Férias

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei n° 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10 (dez) dias, à Servidora Pública Municipal, JULIANA SGROTT VEBER, matrícula n° 8457, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Assistência Social, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 12/01/2024, relativo ao período aquisitivo de 16/02/2022 a 15/02/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.
Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA 021-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - EDEZIO LUIZ COSTA

Publicação N° 5483572

PORTARIA N° 021/2024
Concessão de Férias

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei n° 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 15 (quinze) dias, ao Servidor Público Municipal, EDEZIO LUIZ COSTA, matrícula n° 9127, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Serviços do SINE, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 17/01/2024, relativo ao período aquisitivo de 25/10/2022 a 24/10/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.
Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA 022-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - ALINE MAZZOLA BORATTI

Publicação N° 5483574

PORTARIA N° 022/2024
Concessão de Férias

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei n° 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10 (dez) dias, à Servidora Pública Municipal, ALINE MAZZOLA BORATTI, matrícula n° 925, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Casa da Cidadania, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 12/01/2024, relativo ao período aquisitivo de 21/01/2021 a 20/01/2022.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.
Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA 023-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - DÉBORA MATTÉ

Publicação Nº 5484595

PORTARIA Nº 023/2024

Concessão de Férias

Marileia Cipriani Tomasoni, Secretária Municipal de Cultura e Turismo, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, DÉBORA MATTÉ, matrícula nº 7604, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Turismólogo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 01/02/2024, relativo ao período aquisitivo de 13/09/2022 a 12/09/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.

Marileia Cipriani Tomasoni

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Eliane Tomaz

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA 024-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - JULIANA MACHADO DOS SANTOS

Publicação Nº 5484596

PORTARIA Nº 024/2024

Concessão de Férias

Marileia Cipriani Tomasoni, Secretária Municipal de Cultura e Turismo, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, JULIANA MACHADO DOS SANTOS, matrícula nº 6966, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, Readaptada Conforme Portaria nº 1.227/2023, em exercício na Biblioteca Pública Municipal - Centro, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 01/02/2024, relativo ao período aquisitivo de 16/10/2022 a 15/10/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.

Marileia Cipriani Tomasoni

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Eliane Tomaz

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA 025-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - MARINA ANTONIETA FACCHINI TOMAZI

Publicação Nº 5484598

PORTARIA Nº 025/2024

Concessão de Férias

Marileia Cipriani Tomasoni, Secretária Municipal de Cultura e Turismo, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, MARINA ANTONIETA FACCHINI TOMAZI, matrícula nº 535, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Monitor de Educação Infantil, com 30 (trinta) horas semanais, em exercício na

Biblioteca Pública Municipal - Centro, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 01/02/2024, relativo ao período aquisitivo de 06/09/2022 a 05/09/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.
Marileia Cipriani Tomasoni
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Eliane Tomaz
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA 026-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - DOLORES DO ROCIO BATTISTI MARCHI

Publicação Nº 5484599

PORTARIA Nº 026/2024

Concessão de Férias

Marileia Cipriani Tomasoni, Secretária Municipal de Cultura e Turismo, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, DOLORES DO ROCIO BATTISTI MARCHI, matrícula nº 3529, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 01/02/2024, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2022 a 02/08/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.
Marileia Cipriani Tomasoni
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Eliane Tomaz
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA 027-2024 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - JULIANO MARTINS MAZZOLA

Publicação Nº 5484600

PORTARIA Nº 027/2024

Concessão de Férias

Marileia Cipriani Tomasoni, Secretária Municipal de Cultura e Turismo, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, JULIANO MARTINS MAZZOLA, matrícula nº 8785, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/01/2024 a 01/02/2024, relativo ao período aquisitivo de 04/11/2022 a 03/11/2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de janeiro de 2024.
Marileia Cipriani Tomasoni
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Eliane Tomaz
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2023 - PROCESSO Nº 128/2023

Publicação Nº 5483772

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 1 / 8

Processo Nº 128/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92 / 2023

No dia 21 do mês de Dezembro do ano de 2023 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na Praça del Comune, 126, bairro Centro, CEP nº 88270000, nesta cidade de Nova Trento,SC, representado pelo PREFEITO, o Sr(a) TIAGO DALSSASSO inscrito no cpf sob o nº 069.433.949-08, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 86/2023, Processo licitatório nº 128/2023 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO E FILTROS DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
AUTO POSTO VOLTOLINI LTDA	40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68,69,70,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,122,123,124,125,126,127,128,129,130,131,132,133,134,135,136,137,138,139,140,141,142,143,144,145,146,147,148,149,150,151,152,153,154,155,156,157,158,159,160,161,162,175,176,177,178,179,180,181,182

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 10.520/2002, Art. 37, XXI, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO POSTO VOLTOLINI LTDA	75.294.082/0001-23		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para selação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE TROCA DE ÓLEO E FILTROS DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: AUTO POSTO VOLTOLINI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
40	FILTRO DE COMBUSTIVEL FIAT UNO MILLE	UNIDADES	WEGA	5	21,10	105,50
41	FILTRO DE AR FIAT UNO MILE	UNIDADES	WEGA	5	41,50	207,50
42	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR FIAT UNO MILE	UNIDADE	LUST	5	144,70	723,50
43	FILTRO DE COMBUSTIVEL GM MONTANA / 2007	UNIDADES	WEGA	5	26,70	133,50
44	FILTRO DE AR GM MONTANA /2007	UNIDADES	WEGA	5	46,40	232,00

						Página: 2 / 8	
45	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR GM MONTANA /2007	UNIDADES	LUST	5	187,20	936,00	
46	FILTRO DE COMBUSTIVEL VW KOMBI /2010	UNIDADES	WEGA	5	25,60	128,00	
47	FILTRO DE AR VW KOMBI /2010	UNIDADES	WEGA	5	40,30	201,50	
48	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR VW KOMBI /2010	UNIDADES	LUST	5	179,10	895,50	
49	FILTRO DE COMBUSTIVEL VW PARATI 1.6 /2007	UNIDADES	WEGA	5	28,50	142,50	
50	FILTRO DE AR VW PARATI 1.6 /2007	UNIDADES	WEGA	5	26,00	130,00	
51	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR VW PARATI 1.6 /2007	UNIDADES	LUST	5	146,50	732,50	
52	FILTRO DE COMBUSTIVEL RENALT CLIO 1.0 /2007	UNIDADES	WEGA	5	25,20	126,00	
53	FILTRO DE AR RENALT CLIO 1.0 /2007	UNIDADES	WEGA	5	48,00	240,00	
54	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR RENALT CLIO 1.0 /2007	UNIDADES	LUST	5	176,00	880,00	
55	FILTRO DE COMBUSTIVEL GM/ ASTRA SEDAN /2007	UNIDADES	WEGA	5	24,00	120,00	
56	FILTRO DE AR GM / ASTRA SEDAN 2007	UNIDADES	WEGA	5	48,90	244,50	
57	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR GM / ASTRA SEDAN 2007	UNIDADES	LUST	5	176,00	880,00	
58	FILTRO DE COMBUSTIVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY /2011	UNIDADES	WEGA	5	30,80	154,00	
59	FILTRO DE AR FIAT UNO MILE ECONOMY 2011	UNIDADES	WEGA	10	39,90	399,00	
60	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR FIAT UNO MILLE ECON 2011	UNIDADES	LUST	5	169,90	849,50	
61	FILTRO DE AR FIAT ARGO /2019	UNIDADES	WEGA	15	23,60	354,00	
62	FILTRO DE AR FIAT ARGO 2019	UNIDADES	WEGA	15	60,30	904,50	
63	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR FIAT ARGO 2019	UNIDADES	LUST	15	209,80	3.147,00	
64	FILTRO COMBUSTIVEL FIAT DOBLO 2016	UNIDADES	WEGA	10	27,70	277,00	
65	FILTRO DE AR FIAT DOBLÔ /2016	UNIDADES	WEGA	10	63,10	631,00	
66	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR FIAT DOBLÔ /2016	UNIDADES	LUST	10	184,10	1.841,00	
67	FILTRO DE COMBUSTIVEL VW UP TAKE 2017/2018	UNIDADES	WEGA	10	29,30	293,00	
68	FILTRO DE AR VW UP TAKE 2017/2018	UNIDADES	WEGA	10	71,70	717,00	
69	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR VW UP TAKE 2017/2018	UNIDADES	LUST	10	178,20	1.782,00	
70	FILTRO DE COMBUSTIVEL VW GOL 1.0 2020/2021	UNIDADES	WEGA	5	33,40	167,00	
71	FILTRO DE AR VW GOL 1.0 2020/2021	UNIDADES	WEGA	5	57,00	285,00	
72	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR VW GOL 1.0 2020/2021	UNIDADES	LUST	5	172,90	864,50	
73	FILTRO DE COMBUSTIVEL SPIN 1.8 AT PREMIER 2022	UNIDADES	WEGA	10	29,30	293,00	
74	FILTRO DE AR SPIN 1.8 AT PREMIER 2022	UNIDADES	WEGA	10	71,70	717,00	
75	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR SPIN 1.8 AT PREMIER 2022	UNIDADES	LUST	10	178,20	1.782,00	
76	FILTRO DE COMBUSTIVEL STRADA FREEDON 1.3 202	UNIDADES	WEGA	5	29,30	146,50	
77	FILTRO DE AR STRADA FREEDON1.3 202	UNIDADES	WEGA	5	71,70	358,50	
78	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR STRADA FREEDON 1.3 202	UNIDADES	LUST	5	178,20	891,00	
79	FILTRO DE COMBUSTIVEL ONIX 1.0 MT LTZ 2022	UNIDADES	WEGA	15	29,30	439,50	

					Página: 3 / 8	
80	FILTRO DE AR ONIX 1.0 MT LTZ 2022	UNIDADES	WEGA	15	71,70	1.075,50
81	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR ONIX 1.0 MT LTZ 2022	UNIDADES	LUST	15	178,20	2.673,00
122	FILTRO DE COMBUSTIVEL CAMINHÃO MERCEDES ATEGO 1726 /2019	UNIDADES	WEGA	10	53,46	534,60
123	FILTRO DE AR CAMINHÃO MERCEDES ATEGO 1726 /2019	UNIDADES	WEGA	10	286,72	2.867,20
124	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR CAMINHÃO MER. ATEGO1726 /2019	UNIDADES	LUST	10	413,60	4.136,00
125	FILTRO DE COMBUSTIVEL CAMINHÃO MERCEDES ATRON 2729 /2013	UNIDADES	WEGA	5	53,14	265,70
126	FILTRO DE AR CAMINHÃO MERCEDES ATRON 2729 /2013	UNIDADES	WEGA	5	131,52	657,60
127	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR CAMINHÃO MER. ATRON 2729 /2013	UNIDADES	LUST	5	468,53	2.342,65
128	FILTRO DE COMBUSTIVEL CAMINHÃO VW 13.180 CNV /2011	UNIDADES	WEGA	5	76,13	380,65
129	FILTRO DE AR CAMINHÃO VW 13.180 CNV /2011	UNIDADES	WEGA	5	111,65	558,25
130	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR CAMINHÃO VW 13.180 CNV /2011	UNIDADES	LUST	5	437,60	2.188,00
131	FILTRO DE COMBUSTIVEL CAMINHÃO FORD CARGO 2628 /2011	UNIDADES	WEGA	5	63,86	319,30
132	FILTRO DE AR CAMINHÃO FORD CARGO 2628 /2011	UNIDADES	WEGA	5	111,65	558,25
133	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR CAMINHÃO FORD CARGO 2628 /2011	UNIDADES	LUST	5	499,46	2.497,30
134	FILTRO DE COMBUSTIVEL CAMINHÃO MERCEDES LK 1614 /1994	UNIDADES	WEGA	5	25,21	126,05
135	FILTRO DE AR CAMINHÃO MERCEDES LK 1614 /1994	UNIDADES	WEGA	5	101,25	506,25
136	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR CAMINHÃO MERCEDES LK 1614 /1994	UNIDADES	LUST	5	472,53	2.362,65
137	FILTRO DE COMBUSTIVEL CAMINHÃO PRANCHA FORD /2007	UNIDADES	WEGA	5	70,53	352,65
138	FILTRO DE AR CAMINHÃO PRANCHA FORD /2007	UNIDADES	WEGA	5	110,85	554,25
139	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR CAMINHÃO PRANCHA FORD 2007	UNIDADES	LUST	5	507,20	2.536,00
140	FILTRO DE COMBUSTIVEL MICRO ÔNIBUS VOLARE V6 /2009	UNIDADES	WEGA	10	79,86	798,60
141	FILTRO DE AR MICRO ÔNIBUS VOLARE V6 /2009	UNIDADES	WEGA	10	81,41	814,10
142	FILTRO SEPARADOR MICRO ÔNIBUS VOLARE V6 /2009	UNIDADES	WEGA	10	84,42	844,20
143	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR MICRO ÔNIBUS VOLARE V6 /2009	UNIDADES	LUST	10	425,06	4.250,60
144	FILTRO DE COMBUSTIVEL MICRO ÔNIBUS CITY CLASS 70C17 /2014	UNIDADES	WEGA	5	79,86	399,30
145	FILTRO DE AR MICRO ÔNIBUS CITY CLAS 70C17 /2014	UNIDADES	WEGA	5	90,72	453,60
146	FILTRO SEPARADOR MICRO ÔNIBUS CITY CLASS 70C17 /2014	UNIDADES	WEGA	5	108,66	543,30
147	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR MICRO ÔNIBUS CITY CLASS 70C17 /2014	UNIDADES	LUST	5	425,06	2.125,30
148	FILTRO DE COMBUSTIVEL IVECO TECTOR 170E22 /2012	UNIDADES	WEGA	5	80,18	400,90
149	FILTRO DE AR IVECO TECTOR 170E22 /2012	UNIDADES	WEGA	5	102,80	514,00
150	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR IVECO TECTOR 170E22 /2012	UNIDADES	LUST	5	441,06	2.205,30
151	FILTRO DE COMBUSTIVEL ONIBUS CITY CLASS 70C17 - 2012/2013	UNIDADES	WEGA	10	90,72	907,20
152	FILTRO DE AR ONIBUS CITY CLASS 70C17 - 2012/2013	UNIDADES	WEGA	10	108,66	1.086,60
153	OLEO E FILTRO DE MOTOR ONIBUS CITY CLASS 70C17 2012/2013	UNIDADES	LUST	10	425,06	4.250,60
154	FILTRO DE COMBUSTIVEL ONIBUS CITY CLASS 70C17 2013/2014	UNIDADES	WEGA	5	90,72	453,60

						Página: 4 / 8	
155	FILTRO DE AR ONIBUS CITY CLASS 70C17 - 2013/2014 UNIDADES	WEGA	5	108,66	543,30		
156	OLEO E FILTRO DE MOTOR ONIBUS CITY CLASS 70C17 UNIDADES	LUST	5	425,06	2.125,30		
157	FILTRO DE COMBUSTIVEL CAMINHÃO MB ATEGO 2730K -2021	UNIDADES WEGA	5	76,13	380,65		
158	FILTRO DE AR CAMINHÃO MB ATEGO 2730K -2021	UNIDADES WEGA	5	111,64	558,20		
159	OLEO E FILTRO DO MOTOR CAMINHÃO MB/ATEGO 2730K -2021	UNIDADES LUST	5	437,60	2.188,00		
160	FILTRO DE COMBUSTIVEL CAMINHÃO TECTOR 170E22-2012	UNIDADES WEGA	5	76,12	380,60		
161	FILTRO DE AR CAMINHÃO TECTOR 170E22 -2012	UNIDADES WEGA	5	111,65	558,25		
162	OLEO E FILTRO DE MOTOR CAMINHÃO TECTOR 170E22 -2012	UNIDADES LUST	5	437,60	2.188,00		
175	FILTRO DE AR CG 125 TITAN KS /2001	UNIDADES WEGA	5	27,80	139,00		
176	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR CG 125 TITAN KS UNIDADES	LUST	5	38,20	191,00		
177	FILTRO DE COMBUSTIVEL CG 125 FAN 2011/2012	UNIDADES WEGA	10	26,10	261,00		
178	FILTRO DE AR CG 125 FAN 2011/2012	UNIDADES WEGA	10	28,60	286,00		
179	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR CG 125 FAN2011/2012	UNIDADES LUST	10	37,40	374,00		
180	FILTRO DE COMBUSTIVEL HONDA BIS 125 /2005	UNIDADES WEGA	10	28,20	282,00		
181	FILTRO DE AR HONDA BIS 125 /2005	UNIDADES WEGA	10	36,10	361,00		
182	OLEO E FILTRO DE OLEO DO MOTOR HONDA BIS 125 /2005	UNIDADES LUST	10	39,40	394,00		

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente

atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente

Página: 8 / 8

instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Nova Trento, 21 de Dezembro de 2023

AUTO POSTO VOLTOLINI LTDA
CNPJ: 75.294.082/0001-23

TIAGO DALSASSO
PREFEITO

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL PM N° 059/2023 - PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2023 - RETIFICADO ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

Publicação N° 5483747

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 059/2023-PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2023 - Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DE IMAGENS POR CÂMERAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA MONITORAMENTO DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min do dia 10.01.2024, as 07h50min do dia 19.01.2024 na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 08:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, N° 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email:licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei N° 8.666/93, alterada pela Lei Federal N° 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 26 de dezembro 2023. 04 de janeiro 2024 - Vanderlei Sanagiotto - Prefeito Municipal

Otacílio Costa

PREFEITURA

EXTRATO_CONTRATO_128_2023_PMOC

Publicação Nº 5484052

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AA597E36F3169AECBE0610F4638147E606E83185

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 128/2023
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
Contratada: **VIGO ENGENHARIA LTDA** (CNPJ sob o nº 21.851.263/0001-84
Valor Total: 329.900,00 (trezentos e vinte nove mil e novecentos reais)
Vigência: Início: 21/12/2023– Término: 18/06/2024.
Licitação: **Processo Licitatório** nº 123/2023 – **Concorrência Eletrônica** nº 001/2023.
Fundamentação Legal: 14.133/2021.
Recursos: **Dotações conforme Processo Licitatório.**
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E TUDO QUE SE FIZER NECESSÁRIO PARA A REFORMA DA E.B.M. MARECHAL RONDON NO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA;
Município de Otacílio Costa 21 de dezembro de 2023.

Ouro

PREFEITURA

03 007-2023 GENTE SEGURADORA 2024

Publicação Nº 5484804

TERMO ADITIVO N. 03/2024 AO CONTRATO N. 007/2023
Processo Licitatório n 0120/2022
Pregão Presencial n. 0072/2022
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: GENTE SEGURADORA S. A.
Objeto: Contratação de seguro para os veículos da frota do município.
Alteração: Prorrogação.
Valor do aditivo: R\$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais).
Vigência: das 24h do dia 09/01/2024 até às 24h do dia 08/01/2025.
Data da assinatura: 04/01/2024.

05 003-2020 GENTE SEGURADORA 2024

Publicação Nº 5484805

TERMO ADITIVO N. 05/2024 AO CONTRATO N. 003/2020
Processo Licitatório n 0069/2019
Pregão Presencial n. 0045/2019
Contratante: Município de Ouro.
Contratado: GENTE SEGURADORA S. A.
Objeto: Contratação de seguro para os veículos da frota do município.
Alteração: Prorrogação.
Valor do aditivo: R\$ 9.136,38 (nove mil cento e trinta e seis reais e trinta e oito centavos).
Vigência: das 24h do dia 07/01/2024 até às 24h do dia 06/01/2025.
Data da assinatura: 04/01/2024.

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024

Publicação Nº 5486763

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024

O Município de Ouro, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e da Comissão de Seleção e Julgamento de Chamamentos Públicos, nomeada conforme Decreto nº 738/2021, de 09 de fevereiro de 2021, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, torna público o edital de Chamamento Público para Seleção de Propostas de projeto cultural para firmar Termo de Colaboração, com Organizações da Sociedade Civil, para Seleção de Proposta de Projeto Cultural que tenha como característica essencial a promoção e o desenvolvimento da iniciação e formação musical, aulas de técnica vocal, violão, teclado, acordeon, flauta doce, fanfarra, artesanato e dança no Município de Ouro, para formalização de parceria por TERMO DE COLABORAÇÃO, com Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme Artigo 24, §2º, incisos I e II da Lei nº 13.019/2014, em regime de mútua colaboração com a Administração Pública, com duração de 10 (dez) meses.

As Propostas Contendo o Plano de Trabalho, em conformidade com o Edital, deverá ser protocolado em um envelope fechado, mediante ofício individualizado para a Comissão de Seleção e Julgamento e Julgamento, no seguinte endereço: R. Gov. Jorge Lacerda, n 1199 - Centro, Ouro - SC, 89663-000, no período de 05/01/2024 a 06/02/2024. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados pelo e-mail: educacao@ouro.sc.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção e Julgamento.

Claudir Duarte, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

ERRATA EDITAL TOMADA DE PREÇO 004/2023

Publicação N° 5483991

ERRATA EDITAL TOMADA DE PREÇOS N° 004/2023

Município de Ouro Verde inscrito CNPJ sob. nº 80.913.031/0001-72, vem por meio deste retificar o item 5.5 letra a onde se lê Pavimentação asfáltica e Recapeamento sobre pavimentação. lê-se conforme objeto fica inalterado a data para abertura. Obt. Infor. Setor de licit. Municipal de Ouro Verde-SC, e está disponível do site www.ouroverde.sc.gov.br. fone (49) 3447-0007. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde (SC), 04 de janeiro de 2024. Moacir Mottin Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

RESUMO CONTRATO 002-2024 MAC SERVIÇOS

Publicação N° 5484110



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Rua AVENIDA JULIO BENDER - 765 | Paial - SC | Cep 89.765-000
Fone: (49)3451-0045 | CNPJ: 01.614.376/0001-59
e-mail: contabil@paial.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE PAIAL

EXTRATO DO CONTRATO N° 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2023**DATA CONTRATO:** 4 de janeiro de 2024.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PAIAL - Estado Santa Catarina, com endereço Rua AVENIDA JULIO BENDER, nº 765, inscrito no CNPJ/MF nº 01.614.376/0001-59, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. NEVIO ANTONIO MORTARI.**CONTRATADO:** MAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 38.414.442/0001-57, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CAROLINA FERRAREZE GOMES, Administrador,**OBJETO:** O PRESENTE PREGÃO TEM COMO OBJETO CONTRATAÇÕES DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS - TRABALHO, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E, OU RISCO SOCIAL PARA ACESSO A CURSOS DE CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DEMAIS AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS N° 33/2011 E 18/2012, NO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS INTEGRANTES DESTE EDITAL..**VALOR:** Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$43.939,40 (quarenta e três mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.**EXECUÇÃO:** Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.**VIGÊNCIA:** Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 001/2024

Publicação Nº 5484328

ATO Nº. 001/2024.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F3C63773B119966AAE7889E96C1334C8BFF79B77

EDUARDO FRECCIA, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR ERIKA ARANTES ALVES, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.
EDUARDO FRECCIA
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 335/2023-RP 576/2023

Publicação Nº 5484457

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ATA Nº 335/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 576/2023
Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa – ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para os 38 (trinta e oito) Centros de Educação Infantil e as 26 (vinte e seis) Unidades de Ensino Fundamental da rede pública municipal, além dos demais setores da Secretaria de Educação do Município de Palhoça – Registro de Preços.
VALOR: R\$ 12.946,00 (doze mil novecentos e quarenta e dois reais).
DATA: 20/12/2023 a 20/12/2024.

Fornecedor: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI(14.990.312/0001-02)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
5	Esfregão/mop com esponja abrasiva de no mínimo 26 cm, suporte de plástico com cabo em alumínio medindo a altura mínima de 1,4m.	PRIMAVE-RA	UN	400	R\$ 26,85	R\$ 10.740,00
15	Desentupidor de vaso sanitário, cabo em madeira revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base do desentupidor e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico. medindo aproximadamente: altura 46 cm, largura 14 cm e profundidade 14 cm.	PEROVI-NHA	UN	100	R\$ 8,55	R\$ 855,00
16	Rolo de papel alumínio medindo 45 cm x 7,5 m, mínimo 7 metros.	Vabene	UN	300	R\$ 4,49	R\$ 1.347,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 12.942,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 336/2023-RP 576/2023

Publicação Nº 5484459

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ATA Nº 336/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 576/2023
Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa – RAVEX EMBALAGENS LTDA
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para os 38 (trinta e oito) Centros de Educação Infantil e as 26 (vinte e seis) Unidades de Ensino Fundamental da rede pública municipal, além dos demais setores da Secretaria de Educação do Município de Palhoça – Registro de Preços.

VALOR: R\$ 13.717,00 (treze mil setecentos e dezessete reais).
DATA: 20/12/2023 a 20/12/2024.

Fornecedor: RAVEX EMBALAGENS LTDA(43.203.943/0001-24)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
3	Pá coletora de lixo em plástico, com aproximadaemnte 23 cm comprimento, 19 cm largura e 9 cm de altura e com cabo de aproximadamente 60cm, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da pá	Dalcin	UN	800	R\$ 5,99	R\$ 4.792,00
13	Bobina de saco picotado, tamanho aproximado de 30cmx40cm, bobina com aproximadamente 500 unidades.	Coex	UN	500	R\$ 17,85	R\$ 8.925,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 13.717,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 337/2023-RP 576/2023

Publicação Nº 5484460

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ATA Nº 337/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 576/2023
Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa 48.400.615 MARCELA MARTINS DOS SANTOS
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para os 38 (trinta e oito) Centros de Educação Infantil e as 26 (vinte e seis) Unidades de Ensino Fundamental da rede pública municipal, além dos demais setores da Secretaria de Educação do Município de Palhoça – Registro de Preços.
VALOR: R\$ 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais).
DATA: 20/12/2023 a 20/12/2024.

Fornecedor: 48.400.615 MARCELA MARTINS DOS SANTOS(48.400.615/0001-31)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
1	Pano de copa (prato) em tecido 100% algodão, medindo aproximadamen- te 70x50cm, na cor branca, alvejado, com bainha, e com no mínimo de gramatura de 70 gramas.	PALOSKI	UN	6.000	R\$ 2,55	R\$ 15.300,00
2	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amacia- do, resistente, com trama grossa (bem fechada) medindo aproximadamen- te 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade, com peso mínimo de 140 gramas.	PALOSKI	UN	6.000	R\$ 3,00	R\$ 18.000,00
17	Rolo de papel filme de PVC, medindo 28 cm x 30 m com embalagem com serrilha, mínimo de 100 metros	PALOSKI	UN	150	R\$ 4,00	R\$ 600,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 33.900,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 338/2023-RP 576/2023

Publicação Nº 5484462

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ATA Nº 338/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 576/2023
Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para os 38 (trinta e oito) Centros de Educação Infantil e as 26 (vinte e seis) Unidades de Ensino Fundamental da rede pública municipal, além dos demais setores da Secretaria de Educação do Município de Palhoça – Registro de Preços.
VALOR: R\$ 14.780,00 (quartoze mil setecentos e oitenta reais).
DATA: 20/12/2023 a 20/12/2024.

Fornecedor: SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI(33.154.286/0001-19)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
8	Desinfetante líquido, fragrância suave, com ação bactericida, desinfe- tante e germicida para limpeza de sanitários, pias, ralos. Embalagem PET com 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade. O material deverá ser acondicionado em caixa de material resistente.	SEBOLD	UN	2.000	R\$ 7,39	R\$ 14.780,00
Total do Fornecedor:						R\$ 14.780,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 339/2023-RP 576/2023

Publicação Nº 5484466

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 339/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 576/2023

Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GNB COMÉRCIO ATACADISTA LTDA

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para os 38 (trinta e oito) Centros de Educação Infantil e as 26 (vinte e seis) Unidades de Ensino Fundamental da rede pública municipal, além dos demais setores da Secretaria de Educação do Município de Palhoça – Registro de Preços.

VALOR: R\$ 67.964,00 (sessenta e sete mil novecentos e sessenta e quatro reais)

DATA: 20/12/2023 a 20/12/2024.

Fornecedor: GNB COMERCIO ATACADISTA LTDA(43.688.856/0001-04)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
4	Vassoura esfregão de chão, com cerda dura de polipropileno, cabo de aproximadamente 1,26m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.	Goulart/ Hailton Gourlart Ind de Vassoura	UN	2.000	R\$ 9,00	R\$ 18.000,00
9	Sanitizante em pó, composição dicloroisocianurato de sódio e excipiente QSP, com finalidade de desinfecção de frutas, verduras, legumes. Embalagem de 1kg, deve acompanhar colher medida/medidor, diluição de 3g a 5g por litro de água, concentração de 100-250 ppm, coloração branca, solubilidade em água.	SANITVEG/ CLARALUX	UN	100	R\$ 20,22	R\$ 2.022,00
14	Sabão, Barra, TIPO: Glicerina do, testado dermatologicamente, QUALIDADE: Biodegradável. Aroma: neutro. Peso líquido: 200g por barra, embalados em plástico com 05 barras e acondicionado em caixas resistentes.	Girando Sol / Girando Sol	PCT	100	R\$ 9,42	R\$ 942,00
18	Cloro em Gel, concentrado, em gel, de ampla aplicação, possui alto poder sanitizante e desengordurante, características mínimas composição: hipoclorito de sódio 2,5% p/p (*) como cloro ativo, princípio ativo, tensoativos aniônicos (ácido láurico, lauril éter sulfato de sódio), tensoativo anfótero (óxido de amina), estabilizantes, agente de controle de ph, corante, fragrância e água. A fragrância deverá ajudar a reduzir o forte odor de cloro característico das águas sanitárias. Possuir alto rendimento e formação de espuma, aderindo facilmente em superfícies inclinadas, produto concentrado, devendo ser diluído antes do uso, na proporção de 1 parte do produto para até 99 partes de água (1:100), obtendo-se uma solução de 200 ppm de cloro ativo. Embalagem de 5 litros. Na embalagem deverá constar o registro na Anvisa.	VERDESAN/ VERDESAN	UN	2.000	R\$ 23,50	R\$ 47.000,00
Total do Fornecedor:						R\$ 67.964,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 340/2023-RP 576/2023

Publicação Nº 5484473

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 340/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 576/2023

Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AVPLAS COMÉRCIO ATACADISTA DE PLÁSTICOS RECICLADOS LTDA

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para os 38 (trinta e oito) Centros de Educação Infantil e as 26 (vinte e seis) Unidades de Ensino Fundamental da rede pública municipal, além dos demais setores da Secretaria de Educação do Município de Palhoça – Registro de Preços.

VALOR: R\$ 18.040,00 (dezoito mil e quarenta reais)

DATA: 20/12/2023 a 20/12/2024.

Fornecedor: Avplas Comercio Atacadista de Plasticos Reciclados Ltda - EPP(13.628.328/0001-07)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
11	Saco plástico para amostra de alimentos com tarja para identificação. ESTÉRIL.	PCR/ PCR DO BRASIL	PCT	220	R\$ 82,00	R\$ 18.040,00

		PLÁSTICOS				
Total do Fornecedor:						R\$ 18.040,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 341/2023-RP 576/2023

Publicação Nº 5484475

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ATA Nº 341/2023 do PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 576/2023
Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRIOJARAGUA COM PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para os 38 (trinta e oito) Centros de Educação Infantil e as 26 (vinte e seis) Unidades de Ensino Fundamental da rede pública municipal, além dos demais setores da Secretaria de Educação do Município de Palhoça – Registro de Preços.
VALOR: R\$ 23.400,00 (vinte e três mil quatrocentos reais)
DATA: 20/12/2023 a 20/12/2024.

Fornecedor: BRIOJARAGUA COM PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA(02.706.629/0001-87)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
10	Luva plástica descartável, tamanho único, modelagem ambidestra, transparente, apropriada para manipulação de alimentos, embalada em caixa ou pacote com 100 unidades	INOVE	PCT	1.000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
12	Bobina de saco picotado, tamanho aproximado de 40cmx-60cm, bobina com 500 unidades	SHOW	UN	800	R\$ 28,00	R\$ 22.400,00
Total do Fornecedor:						R\$ 23.400,00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 467/2023

Publicação Nº 5484777

EXTRATO DE CONTRATO Nº 467/2023
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Palhoça
CONTRATANTE: Município de Palhoça
CNPJ: 82.892.316/0001-08
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 413/2023
CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão de Obras - CIGA Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 110.170,14 (cento e dez mil, cento e setenta reais e quatorze centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2023.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA Nº. 0001/2024

Publicação Nº 5484273

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A85F31F2F7ECF85E5EC5BF52CE7303B6C724BE1A

PORTARIA Nº. 0001/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 2154 de 08 de março de 2023, que Prorrogou a Contratação Por Tempo Determinado da servidora CRISTIANE AMARAL DA SILVA BORGES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à data de término que deverá ser 04/01/2024 e não como consta na referida Portaria.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0002/2024

Publicação Nº 5484275

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FA76C5A30949A02EFE523C9F48542A7A54925DA6

PORTARIA Nº. 0002/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO BRUNO VICENTE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Ponte Imaruim da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 007/SMA2021, homologado em 08/07/2022, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0003/2024

Publicação Nº 5484288

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ADE50365B8A19E94C343C3190AC651913C152A40

PORTARIA Nº. 0003/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MAYCON ROBSON SOARES, titular do cargo de Guarda Patrimonial, Matrícula nº. 3763439-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0004/2024

Publicação Nº 5484290

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 31B537042B6FDD331AA8D88441DFA00E827B9EAC

PORTARIA Nº. 0004/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JULIANO HOUDINE CARDOSO REIS, titular do cargo de Guarda Patrimonial, Matrícula nº. 3764576-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0005/2024

Publicação Nº 5484292

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B6FE82BEF7BCC80EE7E8012A42F6C24C95A9F646

PORTARIA Nº. 0005/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CHRISTIAN DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Guarda Patrimonial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Romeu e Julieta de Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 007/SMA2021, homologado em 08/07/2022, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0006/2024

Publicação Nº 5484294

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 09AE0A57B36AEC0267D8DBADFD81BC4D0821BA25

PORTARIA Nº. 0006/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARCELI LUCHTENBERG MATOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Guarda Patrimonial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EBM Palhoça de Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 007/SMA2021, homologado em 08/07/2022, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0007/2024

Publicação Nº 5484297

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1260A9CD3DF62E6E75E3BBE9D4FDB7F2FD288C26

PORTARIA Nº. 0007/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIO CESAR DA CUNHA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Guarda Patrimonial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EBM Prefeito Reinaldo Weingartner de Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 007/SMA2021, homologado em 08/07/2022, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0008/2024

Publicação Nº 5484298

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C0F65A32D57C9C3866C20CE2BE3C6BE2A69DA46C

PORTARIA Nº. 0008/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUCIENE DOS REIS TEIXEIRA CATERING, para ocupar o cargo da categoria funcional de Guarda Patrimonial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Aquarela de Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 007/SMA2021, homologado em 08/07/2022, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0009/2024

Publicação Nº 5484299

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 25DCFB7020E3774F322C5816F6EAD79EAE2BC06E

PORTARIA Nº. 0009/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DAYANA SOFIA ERICO ESTEVÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº 013/PMP/2023, para ocupar o cargo de Socorrista Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do SAMU da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/01/2024 a 04/01/2026.

Palhoça, SC, em, 04 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº. 0010/2024

Publicação Nº 5484301

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C7789DBAC4469D056ED1F962B56415DE2C82687

PORTARIA Nº. 0010/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DARIO LUIZ DE FREITAS, cargo de ASO, Matrícula nº. 3764464-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0011/2024

Publicação Nº 5484303

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 49F62734F1232C7B4FA916C4CAB247F7E1984020

PORTARIA Nº. 0011/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MALTON DE OLIVEIRA FUCKNER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Frei Damião, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/SME/2022, homologado em 29/08/2022, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Procedimento Civil nº. 5010856-51.2023.8.24.0045/SC, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0013/2024

Publicação Nº 5484308

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9325F7275FC311B66CC19C8CF3C8FDB4E6151A43

PORTARIA Nº. 0013/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PAOLA TEREZINHA KLAUMANN, cargo de Estagiário, Matrícula nº. 3766625-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2024.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0012/2024

Publicação Nº 5484306

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 27B8BB1C39C4543DA3E645B6F03024209FFB87E4



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0012/2024.

MAURICIO ROQUE DA SILVA, Secretário de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDRE LUIS DE ARAUJO PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 259/2018 e Processo Seletivo Edital nº. 013/PMP/2023, para ocupar o cargo de **Entrevistador Social com 40 (quarenta) horas/semanais**, do Quadro de Pessoal da **Secretaria Municipal de Assistente Social**, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de **04/01/2024 a 04/01/2026**.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2024.



Assinado eletronicamente por:
MAURICIO ROQUE DA
SILVA: 71633960900
CPF: 716.339.609-00
EM: 04/01/2024 17:35:00

MAURICIO ROQUE DA SILVA
Secretário de Assistência Social

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2024 17:30-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p6597157916a9>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 04/01/2024 17:30



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Prefeitura Municipal de Palhoça

Em 04/01/2024

Patrícia Schmitz
SEGP - Expediente



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
CPF: 004.608.739-70; (48) 3279-1831/1734/1889 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 04/01/2024 17:30:47
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2022

Publicação Nº 5483801

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2022. Pregão Presencial 301/2022 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Aquisição de toners para impressora Kyocera Ecosys P5021, para impressão de exames de ultrassonografia. Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: F62192C309F4091516C77A48EED533C0F0F42EB9
DATA: 02/01/2023 a 01/01/2024.

Licitação: Pregão Eletrônico 301/2022							
Fornecedor: 4366077 - DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
1	78451 - Cartucho de toner TK-5232M, novo, compatível com a impressora Kyocera Ecosys, série P5021CDN, novo, com capacidade para imprimir 2.600 páginas, cor magenta.	UN	0,	0,	R\$50,00	R\$0,00	R\$0,00
2	78452 - Cartucho de toner TK-5232C, novo, compatível com a impressora Kyocera Ecosys, série P5021CDN, novo, com capacidade para imprimir 2.600 páginas, cor ciano	UN	0,	0,	R\$49,60	R\$0,00	R\$0,00
3	78453 - Cartucho de toner TK-5232Y, novo, compatível com a impressora Kyocera Ecosys, série P5021CDN, novo, com capacidade para imprimir 2.600 páginas, cor amarelo.	UN	0,	0,	R\$49,60	R\$0,00	R\$0,00
4	78454 - Cartucho de toner TK-5232K, novo, compatível com a impressora Kyocera Ecosys, série P5021CDN, novo, com capacidade para imprimir 2.600 páginas, cor preto.	UN	0,	0,	R\$50,00	R\$0,00	R\$0,00
Saldo Disponível na Licitação:						R\$0,00	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2023

Publicação Nº 5483806

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2023. Pregão Presencial 337/2023. Partes:
MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: W & Z COMERCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP.
OBJETO: Aquisição de eletrodos para desfibrilador, monitorização de ECG e precordiais, os materiais serão
utilizados nos equipamentos que estão sendo usados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto
Atendimentos (UPA), SAMU e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: A71A19EF165E7758D67F0ED0C41BA4AAE7FF621
DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 889385 - W & Z COMERCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
1	88970 - Eletrodo modelo P-740K descartáveis para desfibriladores Nihon Kohden. São produtos de uso único, livre de látex, projetado para ser usado a uma distância de 50cm do operador, proporciona análise de VF Contínua Nihon Kohden, analise a forma de onda de ECG mesmo durante a RCP. Original ou compatível com a marca Nihon Kohden. Compatibilidade: AED-2100K, AED-2150K, AED-2151K, AED-2152K, AED-3100, AED-5500(série), TEC-5600 (série), TEC-7600 (série), TEC-7700 (série), TEC-8300 (série).	PAR	30,	0,	R\$564,14	R\$0,00	R\$16.924,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2023

Publicação Nº 5483810

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2023. Pregão Presencial 337/2023. Partes:
MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.
OBJETO: Aquisição de eletrodos para desfibrilador, monitorização de ECG e precordiais, os materiais serão utilizados nos equipamentos que estão sendo usados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), SAMU e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: A71A19EF165E77758D67F0ED0C41BA4AAE7FF621
DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 3584976 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
7	59606 - Eletrodo para monitorização de ECG para uso adulto e pediátrico, com as seguintes especificações mínimas: descartável, pacote com 50 unidades, dorso de espuma de polietileno, gel condutivo adesivo sólido, adesivo acrílico hipoalergênico em uma das faces e laminado com fita de polipropileno impresso na outra face, pino metálico de aço inox e conta pino de polímero reforçado com fibra de vidro recoberto com tratamento de prata e liner de poliéster ou papel siliconado.	PCT	670,	0,	R\$12,04	R\$0,00	R\$8.066,80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 190/2023

Publicação N° 5483815

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 190/2023. Pregão Presencial 337/2023. Partes:
MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: YELO COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.
OBJETO: Aquisição de eletrodos para desfibrilador, monitorização de ECG e precordiais, os materiais serão utilizados nos equipamentos que estão sendo usados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), SAMU e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: A71A19EF165E77758D67F0ED0C41BA4AAE7FF621
DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 39894134 - YELO COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
2	88971 - Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, infantil (PEDI-PADZ), DEA, original ou compatível com a marca ZOLL, modelo AED-PLUS. Marcas pré aprovadas: ZOLL - AED-PLUS	PAR	20,	0,	R\$1.819,14	R\$0,00	R\$36.382,80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2023

Publicação Nº 5483816

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2023. Pregão Presencial 337/2023. Partes:
MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CMOS DRAKE DO NORDESTE S/A. OBJETO: Aquisição de eletrodos para desfibrilador, monitorização de ECG e precordiais, os materiais serão utilizados nos equipamentos que estão sendo usados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), SAMU e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: A71A19EF165E77758D67F0ED0C41BA4AAE7FF621
DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 46529276 - CMOS DRAKE DO NORDESTE S/A							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
3	88972 - Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, infantil, DEA, original ou compatível com a marca Cmos Drake. Cor azul/branco. Par.	PAR	30,	0,	R\$194,00	R\$0,00	R\$5.820,00
4	88974 - Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, infantil, DEA, original ou compatível com a marca Cmos Drake. Cor preto. Par.	PAR	30,	0,	R\$510,00	R\$0,00	R\$15.300,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2023

Publicação Nº 5483825

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2023. Pregão Eletrônico 394/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PANIFICADORA E CONFEITARIA SAO FRANCISCO LTDA - ME. OBJETO Aquisição de gêneros alimentícios, tais como: carnes, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS i, para os servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede, bem como para os grupos do Programa TEA, pelo Sistema de Registro de Preços, com entrega de forma parcelada.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0D2DE7DCFD2C29E545D7CF500D3CDD3E78147545
DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 728683 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SAO FRANCISCO LTDA - ME								
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível	
100	73351 - Pão de hamburguer - embalagem com 300gr com 6 unidades - fabricado com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. o produto deve estar em conformidade com as leis específicas vigentes.	KG	140,	0,	R\$17,72	R\$0,00	R\$2.480,80	
101	71422 - PÃO DE MILHO FATIADO. Especificação: massa preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, glúten, gordura vegetal, sal emulsificantes e conservadores. Embalagem a partir de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade e tabela com informação nutricional, conforme legislação vigente.	PCT	85,	0,	R\$11,67	R\$0,00	R\$991,95	
102	79499 - Pão de forma, branco, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.	PCT	252,	0,	R\$9,62	R\$0,00	R\$2.424,24	
103	79500 - Pão de forma, integral. Especificação: pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo integral, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e tabela com informação nutricional.	PCT	180,	0,	R\$9,63	R\$0,00	R\$1.733,40	
104	73352 - Pão para cachorro quente. Especificação: massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Peso aproximado de 50 gramas por unidade. Embalagem com 10 pães, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do	KG	455,	0,	R\$14,29	R\$0,00	R\$6.501,95	

fabricante, data de fabricação e tabela com
informação nutricional

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2023

Publicação Nº 5483826

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2023. Pregão Eletrônico 394/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como: carnes, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS i, para os servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede, bem como para os grupos do Programa TEA, pelo Sistema de Registro de Preços, com entrega de forma parcelada.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0D2DE7DCFD2C29E545D7CF500D3CDD3E78147545
DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
39	73328 - Creme de Leite, embalagem lacrada com rotulagem conforme legislação vigente. Unidade de 200 gramas	UN	450,	0,	R\$2,75	R\$0,00	R\$1.237,50
63	76790 - Massa com ovos sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (B9) ovos e corante natural peso líquido 500 gramas	PCT	20,	0,	R\$2,99	R\$0,00	R\$59,80
91	73345 - Iogurte natural. Ingredientes: leite integral e fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem com no mínimo 900 ml. Observação não deve conter edulcorantes artificiais. Rotulagem conforme legislação vigente.	UN	15,	0,	R\$9,90	R\$0,00	R\$148,50
95	70867 - NATA FRESCA. Especificação: Creme de leite padronizado quanto ao teor de gordura. Produto lácteo relativamente rico em gordura retirada do leite, que apresenta a forma de uma emulsão de gordura em água, homogeneizado ou não, e submetido a processo de pasteurização, mediante tratamento térmico e procedimentos tecnologicamente adequados, suficientes para destruir todos os microrganismos patogênicos. Contém no mínimo 45% de gordura láctea. Embalagem com 300g. Rotulagem conforme legislação vigente.	POTE	290,	0,	R\$8,65	R\$0,00	R\$2.508,50
106	70878 - ABACAXI PÉROLA. Características Técnicas: Tamanho médio: pesando 1000 a 1400 gramas, a unidade. Frutos perfeitos, sadios, maduros, isentos de danos mecânicos, sem pragas ou doenças. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei, de acordo com a resolução no. 12/78 da CNNPA.	UN	40,	0,	R\$8,10	R\$0,00	R\$324,00
107	73354 - Banana branca. Características Técnicas: Categoria 1, classe 16 (16 a 18 cm) de conformidade com a Portaria M.A no. 126 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	200,	0,	R\$4,60	R\$0,00	R\$920,00
108	70882 - Cebola de cabeça. Características Técnicas: Classe 4, tipo especial (de 70 a 90mm de diâmetro transversal) pesando entre 100 a 200g a unidade, de acordo com a Portaria M. A no 529 de 18/03/97. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem isológicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	120,	0,	R\$5,30	R\$0,00	R\$636,00
109	70883 - Cebolinha verde. Características Técnicas: Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que	PCT	85,	0,	R\$3,50	R\$0,00	R\$297,50

	alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos, sem defeitos graves de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes. Pacotes de 100 gramas.						
110	73355 - Cenoura. Características técnicas: Classe média, tipo especial. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	120,	0,	R\$6,50	R\$0,00	R\$780,00
112	76804 - Laranja pera, Rio ou Coroa. Características técnicas: Grupo I - Classe: 2 a 4 (de 85 a 92 mm) - Tipo: especial, Portaria MA 125 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	185,	0,	R\$4,33	R\$0,00	R\$801,05
113	73356 - Limão Taiti. Características técnicas: Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	15,	0,	R\$4,99	R\$0,00	R\$74,85
114	73357 - Maçã Gala. Características técnicas: Grupo: rajada classe 100, tipo ou categoria 02, conforme a norma 50. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	370,	0,	R\$8,99	R\$0,00	R\$3.326,30
115	70891 - Mamão formosa. Características Técnicas: Tamanho médio - pesando entre 1000 a 1500 gramas a unidade. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	70,	0,	R\$11,94	R\$0,00	R\$835,80
116	72995 - Melancia. Características Técnicas: Tamanho médio, pesando entre 9 a 12 Kg a unidade. Frutos perfeitos, são, isentos de danos mecânicos, pragas ou doenças, maturação no ponto apropriado para o consumo. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isentos de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	70,	0,	R\$3,93	R\$0,00	R\$275,10
118	71043 - SALSA - Características Técnicas: Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos, sem defeitos graves de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes. Pacotes de 100 gramas.	PCT	90,	0,	R\$3,68	R\$0,00	R\$331,20
119	73359 - Tangerina, mexerica, bergamota ou vergamota. Características técnicas: Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	260,	0,	R\$7,11	R\$0,00	R\$1.848,60
120	70894 - TOMATE Características Técnicas: Grupo Oblongo ou redondo, subgrupo rosado, classe: médio ou grande, de 50 a 60mm de diâmetro transversal do fruto, tipo	KG	260,	0,	R\$7,31	R\$0,00	R\$1.900,60

<p>especial, pesando de 100 a 200g a unidade, de conformidade com a portaria M.A no 533 de 30/08/95. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de umidade externa anormal. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.</p>					
--	--	--	--	--	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2023

Publicação Nº 5483828

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2023. Pregão Eletrônico 394/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como: cárneos, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS i, para os servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede, bem como para os grupos do Programa TEA, pelo Sistema de Registro de Preços, com entrega de forma parcelada.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0D2DE7DCFD2C29E545D7CF500D3CDD3E78147545

DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 3583988 - ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
2	71399 - Achocolatado em Pó Solúvel, deve ser preparado com ingredientes são e limpos de primeira qualidade, tendo aparência pó fino homogêneo, cor marrom, odor característico, sabor próprio. Ingredientes: cacau em pó, açúcar e mistura vitamínica. Embalagem: 400gr do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente.	UN	375,	0,	R\$3,95	R\$0,00	R\$1.481,25
4	79470 - Açúcar mascavo - de primeira qualidade, cor amarronzada e sabor semelhante ao da cana de açúcar, 100% integral, açúcar integral. Embalagem com 500 gramas ou 01 kg.	KG	50,	0,	R\$11,46	R\$0,00	R\$573,00
5	4894 - Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com até 01 Kg.	KG	950,	0,	R\$4,28	R\$0,00	R\$4.066,00
7	79523 - Água mineral, sem gás 500 ml, fardo com 12 unidades.	FD	41,	0,	R\$11,57	R\$0,00	R\$474,37
13	70763 - Azeitona verde sem caroço , ingredientes :azeitonas verdes sem caroço , salmora (água e sal), e acidulante. Embalagem deve apresentar tabela com informação nutricional. Deverá conter aproximadamente peso drenado de 150 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente	UN	250,	0,	R\$6,23	R\$0,00	R\$1.557,50
14	89026 - Batata Palha, ingredientes: batata , gordura vegetal e sal. Embalagem polipropileno ou polietileno, embaladas em pacote. Rotulagem conforme legislação vigente.	KG	15,	0,	R\$24,85	R\$0,00	R\$372,75
24	73324 - Café preto em pó, características técnicas: café em pó, torrado, moído, de primeira qualidade (top de linha), tipo tradicional com selo de pureza e qualidade ABIC. Embalagem: pacotes de poliéster metalizado, de 500 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	880,	0,	R\$13,24	R\$0,00	R\$11.651,20
25	79480 - Canela em pó: características técnicas: canela em pó, acondicionada em embalagem de polietileno atóxica, transparente, aproximadamente 50 gramas, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso fornecido , data de fabricação e validade. Isento de sujilidades, parasita, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	140,	0,	R\$2,00	R\$0,00	R\$280,00
30	86318 - Chocolate granulado, feito de cacau, embalagem com aproximadamente 150g.	PCT	300,	0,	R\$4,50	R\$0,00	R\$1.350,00
52	86321 - Gelatina em pó sem sabor, incolor 24 gramas.	UN	15,	0,	R\$4,99	R\$0,00	R\$74,85
60	66403 - Maionese tradicional, 1ª qualidade, embalagem com 500 gr	UN	150,	0,	R\$5,50	R\$0,00	R\$825,00
61	79488 - Manjerição desidratado Especificação Manjerição desidratado, acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, pacote com	PCT	20,	0,	R\$1,10	R\$0,00	R\$22,00

	aproximadamente 12 gramas com identificação na embalagem, (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades parasitas, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.						
67	76792 - Molho de tomate sabor pizza, Ingredientes: Tomate, amido modificado, açúcar, sal, cebola, orégano, extrato de levedura, conservador sorbato de potássio, realçador de sabor glutamato monossódico e aromatizante. Sachê com no mínimo 300gr.	Unid	250,	0,	R\$1,90	R\$0,00	R\$475,00
69	73338 - Óleo de soja refinado - Características Técnicas: produto obtido por prensagem mecânica e/ou extração por solvente, dos grãos de soja, isento de misturas de outros óleos, gorduras ou outras matérias estranhas ao produto e de cheiro forte. Óleo de soja refinado, 100% natural. Embalagem primária: Garrafa "pet" com capacidade 900 ml	FRS	975,	0,	R\$5,90	R\$0,00	R\$5.752,50
70	70869 - Orégano desidratado, em embalagem plástica transparente resistente, contendo 100g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	300,	0,	R\$4,50	R\$0,00	R\$1.350,00
71	89038 - Paçoca rolha, amendoim torrado e triturado, açúcar e sal, embalagem com no mínimo 50 unidades.	EMB	40,	0,	R\$24,90	R\$0,00	R\$996,00
77	76793 - Polvilho azedo fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais, pacote de polietileno atóxico resistente. Embalagem para entrega contendo peso líquido de 500gr ou 1 KG	KG	80,	0,	R\$9,00	R\$0,00	R\$720,00
78	76794 - Polvilho doce fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais, pacote de polietileno atóxico resistente. Embalagem para entrega contendo peso líquido de 500gr ou 1 KG	KG	85,	0,	R\$8,70	R\$0,00	R\$739,50
79	76796 - Queijo parmesão ralado, composição queijo parmesão ralado 75% queijo montanhês queijo tropical, queijo mussarela, fermento lácteo, sal, antiaglutinante: celulose microcristalina ou dióxido de silício, conservador ácido sórbico pacote de 100 gramas	PCT	400,	0,	R\$6,50	R\$0,00	R\$2.600,00
80	79491 - Refresco. Especificação: preparo sólido para refresco, nos sabores: laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com aproximadamente 30 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	800,	0,	R\$0,62	R\$0,00	R\$496,00
82	73341 - Sal Refinado Iodado. Não deve apresentar sujidade e misturas inadequadas. Umidade máxima de 0,2%. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg.	KG	45,	0,	R\$1,20	R\$0,00	R\$54,00
84	76798 - Suco industrializado, apresentação pronto pra beber, de néctar de fruta, sabor variados, pêssego, laranja, uva, maçã, composto de suco e polpa de fruta concentrados, embalagem Tetra Pack de 1000 ml.	Litro	470,	0,	R\$5,02	R\$0,00	R\$2.359,40
85	89043 - Uva passa preta, embalada em pacote com até 400 gramas.	KG	0,	0,	R\$23,50	R\$0,00	R\$0,00
93	73347 - Margarina. Especificação: produto obtido de óleos vegetais líquidos e Inter esterificados, água, sal, leite desnatado, vitamina A e corante urucum. Embalagem: de 500gr, com 65 a 80% de lipídeos. Rotulagem conforme legislação vigente.	UN	300,	0,	R\$4,00	R\$0,00	R\$1.200,00
105	73353 - Alho. Características técnicas: Alho branco, gráudo, novo, de 1° qualidade, sem réstia, acondicionando em embalagem resistente e transparente. Rotulagem conforme legislação vigente	KG	20,	0,	R\$25,77	R\$0,00	R\$515,40
117	73358 - Ovos de galinha. Características técnicas: Ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55g por unidade, conforme Decreto Lei 3748 de 12/07/93, artigo 687. Isento de sujidades, de	DZ	500,	0,	R\$10,83	R\$0,00	R\$5.415,00

	fungos ou substâncias tóxicas, cor, odor e sabor anormais. Acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo a RISPOA/MA, resolução CIPOA 005 de 05/07/91. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem primária: Descartável, fechada, com capacidade para 01 dúzia, identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente.						
122	79483 - Copo descartável, material isopor, capacidade 180 a 200 ml, pacote com 25 unidades	PCT	100,	0,	R\$4,55	R\$0,00	R\$455,00
123	89044 - Filme plástico, em pvc transparente, dimensões aprox. 28cm x 30cm	RL	400,	0,	R\$4,62	R\$0,00	R\$1.848,00
124	79486 - Garfo plástico descartável para sobremesa/bolo, nas cores branco ou cristal, medidas aproximadas 12,5cm x 2,5cm, embalagem com 50 unidades	PCT	200,	0,	R\$5,34	R\$0,00	R\$1.068,00
126	86324 - Prato descartável plástico, 18 cm, pacote com 10 unidades.	PCT	200,	0,	R\$2,42	R\$0,00	R\$484,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2023

Publicação Nº 5483829

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2023. Pregão Eletrônico 394/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como: cárneos, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS i, para os servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede, bem como para os grupos do Programa TEA, pelo Sistema de Registro de Preços, com entrega de forma parcelada. Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0D2DE7DCFD2C29E545D7CF500D3CDD3E78147545
DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 4172990 - IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
11	86317 - Arroz tipo 1 branco, beneficiado, polido com no mínimo 90% de grãos inteiros isento de matéria terrosa, de parasitos, de detritod animais e vegetais, pacote em polietileno atóxico, resistente de peso de 1 KG	KG	25,	0,	R\$4,56	R\$0,00	R\$114,00
19	73322 - Biscoito de Água e Sal, ingredientes, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, Embalagem primária polipropileno ou polietileno, pacote de 340 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	170,	0,	R\$4,00	R\$0,00	R\$680,00
20	70765 - Biscoito doce tipo maria, Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, amido, sal, fermento químico e aromatizante. Embalagem : plástica com dupla proteção, contendo 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	270,	0,	R\$4,00	R\$0,00	R\$1.080,00
21	70767 - BISCOITO ROSCA DE CHOCOLATE Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, gordura vegetal, açúcar invertido, cacau em pó, sal, corante, fermentos químicos, emulsificante, aromatizantes. Embalagem de polipropileno ou polietileno contendo 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	370,	0,	R\$3,21	R\$0,00	R\$1.187,70
22	73323 - Biscoito Rosca de Coco: Farinha de trigo enriquecida com ferro e acido fólico e ferro, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal, coco e fermentos químicos. Embalagem primária: polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente	PCT	370,	0,	R\$3,46	R\$0,00	R\$1.280,20
23	70766 - Biscoito Rosca de Leite - Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, sal, fermentos químicos. Embalagem polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	370,	0,	R\$3,46	R\$0,00	R\$1.280,20
26	70778 - Canjica Branca: Milho de primeira qualidade isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Embalagem plástica atóxica de 500 gramas. Rotulagem conforme legislação	PCT	30,	0,	R\$6,09	R\$0,00	R\$182,70
34	89032 - Colorau, produzico com fubá de milho, urucum, sal e óleo de soja, pacote com 100 gramas.	PCT	230,	0,	R\$1,22	R\$0,00	R\$280,60
35	73327 - Cominho em pó, pacote com no mínimo 50gr.	PCT	200,	0,	R\$3,00	R\$0,00	R\$600,00
36	89033 - Confeite granulado colorido, embalagem de no mínimo 100 gramas.	PCT	80,	0,	R\$2,95	R\$0,00	R\$236,00
38	79484 - Cravo da Índia, pacote com no mínimo 08 gramas	PCT	20,	0,	R\$2,44	R\$0,00	R\$48,80
40	73329 - Doce de leite - doce de leite cremoso, pote de 400 gramas, livre de sujidades, bom sabor, cor e odor característicos. Deverá ser fabricado com matériasprimas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e em perfieto	POTE	150,	0,	R\$5,54	R\$0,00	R\$831,00

	estado de conservação. Sem adição de amido.						
42	76774 - Ervilha em conserva. Embalagem: latas sem ferrugem e/ou amassadas de no mínimo 200 gramas drenado .Rotulagem conforme legislação.	LATA	150,	0,	R\$2,90	R\$0,00	R\$435,00
45	76778 - Farinha de Mandioca: Grupo: farinha seca Subgrupo: fina Classe: branca Tipo 1. Não devesa apresentar misturas, resíduos, impurezas, odor forte e intenso não característico e coloração anormal. Embalagem : Pacotes com capacidade de 1 kg. Observação: NÃO DEVE CONTER GLÚTEN E NEM LACTOSE.	KG	25,	0,	R\$5,35	R\$0,00	R\$133,75
46	17273 - Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico- sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujidade, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá se de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.	KG	20,	0,	R\$4,00	R\$0,00	R\$80,00
47	70838 - Farinha de Trigo especial. Especificação: Deverá ser fabricada a partir de grão de trigo sã e limpa, isentos de matéria terrosa. embalagem primária: Sacos de Polietileno transparente, atóxico pacotes de 1 kg. Rotulagem conforme legislação vigente.	KG	1.050,	0,	R\$3,60	R\$0,00	R\$3.780,00
49	89035 - Fermento biológico seco, embalagem 500 gramas, hermeticamente vedada e resistente. Rotulagem conforme legislação vigente.	UN	290,	0,	R\$17,69	R\$0,00	R\$5.130,10
50	73330 - Fermento em Pó Químico. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem Primária: pote de plástico em polietileno de alta densidade, com tampa também em polietileno de alta densidade, com capacidade para 100 gramas. No rótulo devem constar as denominações "Fermento Químico" e "Conservar em lugar fresco e seco ". Rotulagem conforme legislação vigente.	FRS	400,	0,	R\$2,45	R\$0,00	R\$980,00
55	76788 - Leite condensado, embalagem com aproximadamente 395gr.	UN	648,	0,	R\$5,47	R\$0,00	R\$3.544,56
57	79487 - Leite de vaca em pó integral instantâneo, embalagem com 400 gr. A lata deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da portaria nº 369 de 04/09/1997 do Ministério da agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Conservação em ambiente seco e arejado.	UN	250,	0,	R\$16,50	R\$0,00	R\$4.125,00
58	73335 - Leite U.A.T. ou U.H.T. Integral. Características técnicas. Leite de vaca integral homogeneizado, submetido ao processo de ultrapasteurização, UAT (Ultra alta temperatura) ou UHT (do inglês Ultra High Temperature) e envasado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas. embalagem Tetra Pack de 1 litro, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção e validade e tabela com informação nutricional conforme legislação vigente.	Litro	904,	0,	R\$4,55	R\$0,00	R\$4.113,20
59	70861 - Leite UHT para dietas com restrição de Lactose - Zero Lactose. Ingredientes: Leite semidesnatados, enzima lactase e estabilizantes. Embalagem: 1 litro, cartonada, composta por polietileno, papel branco, papel	Litro	276,	0,	R\$5,05	R\$0,00	R\$1.393,80

	pardo e alumínio. Com tampa. Rotulagem conforme legislação vigente.						
65	17452 - Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, tipo 1, embalados em plástico atóxico, transparente e incolor, termosselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente, embalagem 500 gramas.	KG	400,	0,	R\$3,75	R\$0,00	R\$1.500,00
66	70865 - Milho verde em conserva. Embalagem: Latas sem ferrugem e/ou amassadas de no mínimo 200 gramas drenado. Rotulagem conforme legislação vigente.	LATA	400,	0,	R\$3,15	R\$0,00	R\$1.260,00
76	79489 - Pó para preparo de pudim, caixa com aproximadamente 50g, produto constituído de amido, açúcar, espessantes e outras substâncias aprovadas. sabores diversos. o produto deve estar em conformidade com as leis específicas vigentes	CX	70,	0,	R\$0,93	R\$0,00	R\$65,10
83	70872 - Sardinha. Especificação: Pescado em óleo, conserva. Embalagem: lata com aproximadamente 125 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente	UN	270,	0,	R\$4,26	R\$0,00	R\$1.150,20
89	73343 - Iogurte com polpa de frutas sabor Coco. Ingredientes: leite açúcar, preparado de Coco, fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem deverá conter no mínimo 900 ml. Rotulagem conforme legislação vigente	UN	70,	0,	R\$7,20	R\$0,00	R\$504,00
90	73344 - Iogurte de frutas com polpa sabor Morango Ingredientes: leite, açúcar, preparado de morango, fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem com no mínimo 900 ml . Rotulagem conforme legislação vigente.	UN	10,	0,	R\$7,20	R\$0,00	R\$72,00
98	79497 - Requeijão - Ingredientes: leite pasteurizado, creme de leite, sal, fermento lácteo. Acondicionado em vasilhame com tampa que possibilite vedar o produto após a sua abertura. Embalagem de 180 a 200gr. Possuir selo SIF.	POTE	370,	0,	R\$6,59	R\$0,00	R\$2.438,30

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2023

Publicação Nº 5483830

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2023. Pregão Eletrônico 394/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JUTTEL TRANSPORTES LTDA . OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como: carnes, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS i, para os servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede, bem como para os grupos do Programa TEA, pelo Sistema de Registro de Preços, com entrega de forma parcelada.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0D2DE7DCFD2C29E545D7CF500D3CDD3E78147545

DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 4510127 - JUTTEL TRANSPORTES LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
87	79493 - Carne bovina moída, de primeira (fraldinha, patinho, coxão mole etc..) congelada, limpa, sem nervos, sem aponevroses e sem gorduras, com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de produção e validade.	KG	180,	0,	R\$20,00	R\$0,00	R\$3.600,00
88	70897 - Filé de frango do tipo Sassami. Características técnicas: Corte de Frango in - natura provenientes de animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. Deverá ser realizada a aparagem (eliminação de toda gordura aderida e pele) durante o processamento. Os cortes de frango deverão ser isentos de tecidos inferiores como (cartilagens, ossos, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos). Deve apresentar-se livre de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes que possam alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve possuir Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. E deve conter no máximo 2,0% de soro na embalagem. RDC n.º 13 de 02 de janeiro de 2001.	KG	190,	0,	R\$13,80	R\$0,00	R\$2.622,00
92	79494 - Linguiça calabresa, ingredientes carne suína e frango, empacotada à vácuo. Com certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto	KG	270,	0,	R\$13,37	R\$0,00	R\$3.609,90
94	76800 - Manteiga pura com sal. Embalagem com, no mínimo, 200g, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura.	UN	355,	0,	R\$8,80	R\$0,00	R\$3.124,00
96	79495 - Presunto cozido fatiado, sem gordura, devidamente identificados com rótulo impresso, de acordo com a Legislação vigente.	KG	250,	0,	R\$22,19	R\$0,00	R\$5.547,50
99	70900 - Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio. Embalagem: devidamente identificada com rótulo impresso, de acordo com a Legislação vigente.	KG	240,	0,	R\$8,40	R\$0,00	R\$2.016,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2023

Publicação Nº 5483831

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2023. Pregão Eletrônico 394/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como: carnes, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS i, para os servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede, bem como para os grupos do Programa TEA, pelo Sistema de Registro de Preços, com entrega de forma parcelada.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0D2DE7DCFD2C29E545D7CF500D3CDD3E78147545

DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 39208303 - MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
1	17284 - Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 400 gramas.	LATA	390,	0,	R\$12,04	R\$0,00	R\$4.695,60
3	86314 - Açúcar de confeitiro, com granulos finos. Embalagem com 500 gramas ou 01 kg.	KG	190,	0,	R\$10,55	R\$0,00	R\$2.004,50
8	79471 - Ameixa em calda sem caroço, peso drenado com aproximadamente 400 gramas	LATA	35,	0,	R\$17,45	R\$0,00	R\$610,75
9	79472 - Amendoim sem casca, pacote com 400 a 500 gramas.	PCT	130,	0,	R\$5,00	R\$0,00	R\$650,00
10	86316 - Amido de milho - aspecto: pó fino cor branca odor próprio. Embalagem padronizada de até 500gr	PCT	90,	0,	R\$4,25	R\$0,00	R\$382,50
15	89027 - Bebida gaseificada a base de cola, garrafa pet de 02 litros.	GF	185,	0,	R\$5,25	R\$0,00	R\$971,25
16	89028 - Bebida gaseificada a base de guaraná, garrafa pet de 02 litros.	GF	185,	0,	R\$5,25	R\$0,00	R\$971,25
17	89029 - Bebida gaseificada a base de limão, garrafa pet de 02 litros.	GF	185,	0,	R\$5,25	R\$0,00	R\$971,25
27	79481 - Catchup - Embalagem com no mínimo 390 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	FRS	20,	0,	R\$6,00	R\$0,00	R\$120,00
28	79482 - Chá sabores diversos. Embalagem: Embalados em pacotinhos individuais , cada caixa deve conter 10 saquinhos, devendo conter a especificação do sabor. Rotulagem conforme legislação vigente	CX	30,	0,	R\$2,50	R\$0,00	R\$75,00
31	89031 - Cocada branca.	KG	50,	0,	R\$26,22	R\$0,00	R\$1.311,00
32	345 - Coador de pano em algodão para coar café, tamanho padrão para bule.	UN	40,	0,	R\$6,35	R\$0,00	R\$254,00
33	17277 - Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas	PCT	300,	0,	R\$2,25	R\$0,00	R\$675,00
41	86319 - Emulsificante. Ingredientes: Água, monoglicerídeos de ácidos graxos destilados (INS 471), sal de ácidos graxos (INS 470), monoestearato de sorbitana (INS 491) e polioxietileno de monoestearato de sorbitana (INS 435), sem glúten. Pote com no mínimo 200 gramas	POTE	40,	0,	R\$10,84	R\$0,00	R\$433,60
44	59225 - Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20%, substancia seca e Brix entre 15% a 20%, em latas sem ferrugem e/ou amassadas de aproximadamente 340 gramas, sem aditivos ou conservantes.	UN	300,	0,	R\$2,25	R\$0,00	R\$675,00
48	76781 - Farinha de trigo integral fina, de primeira qualidade, com no mínimo 6 gramas de fibra alimentar de 50g de produtos secos. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, atóxico pacotes de 1 kg. Rotulagem conforme legislação vigente.	KG	100,	0,	R\$6,25	R\$0,00	R\$625,00
51	89036 - Gelatina em pó nos sabores: Uva, Framboesa, Morango, limão e Tutti Fruti. Ingredientes Açúcar, gelatina, sal acidulante, regulador de acidez aromatizantes e corantes, 80 unidades de cada sabor, embalagem com no mínimo 25 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.	UN	300,	0,	R\$1,20	R\$0,00	R\$360,00
53	73332 - Goiabada cascao de primeira qualidade embalagem 400 gramas. O produto deverá estar em conformidade com as leis especificas vigentes.	UN	80,	0,	R\$4,25	R\$0,00	R\$340,00
54	73333 - Gordura vegetal, gordura parcialmente hidrogenada, apresentar boa estabilidade oxidativa, plasticidade e	UN	30,	0,	R\$12,92	R\$0,00	R\$387,60

	facilidade no desenvolvimento da massa. Sachê de 500 gramas.						
56	76789 - Leite de coco, 1ª qualidade, embalagem de 500ml.	FRS	35,	0,	R\$8,50	R\$0,00	R\$297,50
62	89037 - Maria mole mista, caixa com 50 unidades	CX	50,	0,	R\$28,43	R\$0,00	R\$1.421,50
64	86322 - Massa de pastel em rolo de 1 kg.	RL	80,	0,	R\$14,35	R\$0,00	R\$1.148,00
72	89039 - Pé de moça pacote com 20 unidades	CX	40,	0,	R\$33,71	R\$0,00	R\$1.348,40
73	89040 - Pé de moleque pacote com com 50 unidades	PCT	30,	0,	R\$33,33	R\$0,00	R\$999,90
75	72055 - Pipoca doce pacote com 10 grama, fardo com 50 unidades	FD	30,	0,	R\$27,13	R\$0,00	R\$813,90
86	5725 - Vinagre de alcool 900ml	UN	20,	0,	R\$1,89	R\$0,00	R\$37,80
97	79496 - Queijo tipo mussarela, fatiado, devidamente identificados com rótulo impresso, de acordo com a Legislação vigente.	KG	270,	0,	R\$44,00	R\$0,00	R\$11.880,00
121	76808 - Colher descartável, plástico, branco, resistente, para refeição, pacote com 50 unidades.	PCT	200,	0,	R\$5,24	R\$0,00	R\$1.048,00
125	86231 - Palito de dente de madeira ou bambu, caixa com 100 unidades	CX	60,	0,	R\$1,72	R\$0,00	R\$103,20
127	89045 - saco para pipoca cor branco, medindo 7x15 cm. Pacote com 500 unidades.	PCT	4,	0,	R\$17,33	R\$0,00	R\$69,32

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2023

Publicação Nº 5483834

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2023. Pregão Eletrônico 394/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GNB COMERCIO ATACADISTA LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, tais como: carnes, frios, hortifrutigranjeiros, pães e outros, os alimentos serão manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPS i, para os servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede, bem como para os grupos do Programa TEA, pelo Sistema de Registro de Preços, com entrega de forma parcelada.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0D2DE7DCFD2C29E545D7CF500D3CDD3E78147545
DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 40642003 - GNB COMERCIO ATACADISTA LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
12	73320 - Aveia em flocos finos: Características Técnicas: Aveia 100% natural, grãos finos, integral. Umidade máxima de 11,5%. Ingredientes: 100% aveia. Embalagem primária: sacos de polipropileno e polietileno com capacidade para até 200 gr. Observação: Não deve conter lactose.	PCT	188,	0,	R\$3,70	R\$0,00	R\$695,60
29	71405 - Chocolate em pó, 50% de cacau. Embalagem de 200 gr. Rotulagem conforme legislação vigente.	UN	300,	0,	R\$7,00	R\$0,00	R\$2.100,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2023

Publicação Nº 5483723

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 404CD0EF5658AD0F1EE5CE2EEAE38391F42BF778



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2023. Pregão Eletrônico 600/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BETHE OTICA E JOALHERIA EIRELI. OBJETO: Aquisição de armações e lentes oftálmicas, de acordo com indicações oftalmológicas, sendo armações de metal, acetato, especial e lentes visão simples, bifocais, multifocais, e lentes especiais, visando atender a demanda e continuidade do Programa Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 404CD0EF5658AD0F1EE5CE2EEAE38391F42BF778
DATA: 05/01/2024 a 04/01/2025.

Nome da Empresa: BETHE OTICA E JOALHERIA EIRELI				CNPJ: 31.154.855/0001-09	
Lote 1: LOTE ÚNICO					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Armação em acetato ou injetado com agulha nas hastes, com molas flexíveis nas haste, com fio de nylon e fechada com 30 modelos (mínimo), modelo unissex, tamanhos e cores diferenciadas.					
1	800,00	UN	GALANT	R\$177,0000	R\$141.600,0000
Especificação: Armação em metal ou alumínio com molas flexíveis nas hastes, com fio de nylon e fechada, com 30 modelos (mínimo) modelo unissex, tamanhos e cores diferenciadas.					
2	800,00	UN	GALANT	R\$177,0000	R\$141.600,0000
Especificação: Armação especial Infantil Para Criança com Necessidade Especial, toda emborrachada flexível sem parafusos e partes metálicas, de alta flexibilidade, fechada, com 6 modelos(mínimo),modelo unissex tamanhos e cores diferenciadas.					
3	150,00	UN	GALANT	R\$222,0000	R\$33.300,0000
Especificação: Lentes orgânicas Visão simples com tratamento antirreflexo, esf. 000 a + ou - 4.00 dioptrias com cil até 200.					
4	1980,00	UN	Essilor	R\$108,0000	R\$213.840,0000
Especificação: Lentes orgânicas visão simples com tratamento antirreflexo, esf. + ou - 4,25 a + ou - 6.00 dioptrias com cil até 200.					
5	460,00	UN	Essilor	R\$128,0000	R\$58.880,0000
Especificação: Lentes orgânicas Visão Simples com tratamento antirreflexo, fabricado em qualquer dioptria e força de cil.					
6	250,00	UN	Essilor	R\$271,0000	R\$67.750,0000
Especificação: Lentes especial, policarbonato ou trivex de alta resistência Visão Simples com tratamento antirreflexo, qualquer dioptria e força de cil.					
7	250,00	UN	Essilor	R\$294,0000	R\$73.500,0000
Especificação: Lentes especial, bifocais orgânica com tratamento antirreflexo, qualquer dioptria e força de cil. (base inferior e base superior)					
8	80,00	UN	Essilor	R\$182,0000	R\$14.560,0000
Especificação: Lentes especial, multifocais orgânica com amplo campo de visão com tratamento antirreflexo, qualquer dioptria e força de cil.					
9	80,00	UN	Essilor	R\$226,5000	R\$18.120,0000
Especificação: Lentes especiais de auto índice orgânicas ou material de alta resistência com tratamento anti reflexo, fabricado em qualquer dioptria e força de cil.					
10	450,00	UN	Essilor	R\$406,0000	R\$182.700,0000
Valor Total(novecentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais)					R\$945.850,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº189/2023

Publicação Nº 5483813

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2023. Pregão Presencial 337/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de eletrodos para desfibrilador, monitorização de ECG e precordiais, os materiais serão utilizados nos equipamentos que estão sendo usados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), SAMU e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: A71A19EF165E77758D67F0ED0C41BA4AAE7FF621
DATA: 03/10/2023 a 02/10/2024.

Fornecedor: 3587428 - CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
5	88904 - Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, adulto, DEA, original ou compatível com a marca da marca Cardiomax/Instramed.	PAR	50,	0,	R\$265,00	R\$0,00	R\$13.250,00
6	88905 - Eletrodos para o DEA (Desfibrilador Externo Automático) descartáveis, multifuncionais, infantil, DEA, original ou compatível com a marca Cardiomax/Instramed.	PAR	20,	0,	R\$284,00	R\$0,00	R\$5.680,00

Paraíso

PREFEITURA

011/2024 - CECILIA MARCIA GRALOW SCHMIDT

Publicação Nº 5486783

PORTARIA Nº 011/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal CECÍLIA MÁRCIA GRALOW SCHMIDT, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal CECÍLIA MÁRCIA GRALOW SCHMIDT, matrícula funcional nº 2017-06, admitido(a) em 09 de março de 2021, titular do cargo de provimento efetivo de Supervisor(a) Escolar, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 14 dias referente ao período aquisitivo de 09/03/2021 a 08/03/2022; e
- 16 dias referente ao período aquisitivo de 09/03/2022 a 08/03/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

012/2024 - ANDREIA PAULA GUARESI

Publicação Nº 5486785

PORTARIA Nº 012/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal ANDRÉIA PAULA GUARESI, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal ANDRÉIA PAULA GUARESI, matrícula funcional nº 1185-12, admitido(a) em 18 de setembro de 2009, titular do cargo de provimento efetivo de Orientador(a) Educacional, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 16 dias referente ao período aquisitivo de 18/09/2020 a 17/09/2021; e
- 14 dias referente ao período aquisitivo de 18/09/2021 a 17/09/2022.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

013/2024 - CRISTHIAN JOSÉ MOCELLIN

Publicação Nº 5486788

PORTARIA Nº 013/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal CRISTHIAN JOSÉ MOCELLIN, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal CRISTHIAN JOSÉ MOCELLIN, matrícula funcional nº 1928-01, admitido(a) em 25 de novembro de 2019, titular do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 25/11/2021 a 24/11/2022.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

014/2024 - JEISON DIESEL

Publicação Nº 5486791

PORTARIA Nº 014/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal JEISON DIESEL, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal JEISON DIESEL, matrícula funcional nº 1561-01, admitido(a) em 01 de setembro de 2014, titular do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/09/2021 a 31/08/2022.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

015/2024 - ADRIANA CARDOSO GODOY

Publicação Nº 5486794

PORTARIA Nº 015/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal ADRIANA CARDOSO GODOY, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal ADRIANA CARDOSO GODOY, matrícula funcional nº 1872-09, admitido(a) em 06 de fevereiro de 2019, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 06/02/2022 a 05/02/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

016/2024 - ADRIANA LAMB SIEBENEICHLER

Publicação Nº 5486797

PORTARIA Nº 016/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal ADRIANA LAMB SIEBENEICHLER, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal ADRIANA LAMB SIEBENEICHLER, matrícula funcional nº 615-01, admitido(a) em 04 de março de 2002, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 04/03/2022 a 03/03/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

017/2024 - ANA CLAUDIA LINDENMAYR GAZZI

Publicação Nº 5486803

PORTARIA Nº 017/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal ANA CLAUDIA LINDENMAYR GAZZI, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal ANA CLAUDIA LINDENMAYR GAZZI, matrícula funcional nº 1794-08, admitido(a) em 01 de fevereiro de 2018, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 a 31/01/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

018/2024 - ARI CARLOS SCHWENDLER

Publicação Nº 5486805

PORTARIA Nº 018/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal ARI CARLOS SCHWENDLER, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal ARI CARLOS SCHWENDLER, matrícula funcional nº 1795-04, admitido(a) em 01 de fevereiro de 2018, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 03 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 a 31/01/2023; e

- 27 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2023 a 31/01/2024.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

019/2024 - CLAIR TERESINHA ECKERT

Publicação Nº 5486810

PORTARIA Nº 019/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal CLAIR TERESINHA ECKERT, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64,

Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal CLAIR TERESINHA ECKERT, matrícula funcional nº 1793-13, admitido(a) em 01 de fevereiro de 2018, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 03 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 a 31/01/2023; e

- 27 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2023 a 31/01/2024.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

020/2024 - CLEUDETE ROSARIO DE LIMA SCHUSTER

Publicação Nº 5486814

PORTARIA Nº 020/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal CLEUDETE ROSÁRIO DE LIMA SCHUSTER, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal CLEUDETE ROSÁRIO DE LIMA SCHUSTER, matrícula funcional nº 773-05, admitido(a) em 01 de julho de 2004, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2022 a 30/06/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

021/2024 - DELIRES MORESCO

Publicação Nº 5486817

PORTARIA Nº 021/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal DELIRES MORESCO, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a)

municipal DELIRES MORESCO, matrícula funcional nº 775-05, admitido(a) em 01 de julho de 2004, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo 31/01/2021 a 30/01/2022.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

022/2024 - DIONARA MARCIA CASAGRANDE

Publicação Nº 5486822

PORTARIA Nº 022/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal DIONARA MÁRCIA CASAGRANDE, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal DIONARA MÁRCIA CASAGRANDE, matrícula funcional nº 1790-01, admitido(a) em 01 de fevereiro de 2018, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 03 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 a 31/01/2023; e

- 27 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2023 a 31/01/2024.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

023/2024 - ELAINE KONZEN

Publicação Nº 5486824

PORTARIA Nº 023/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal ELAINE KONZEN, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal ELAINE KONZEN, matrícula funcional nº 586-07, admitido(a) em 25 de fevereiro de 2002, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 25/02/2022 a 24/02/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

024/2024 - FERNANDA MARIA GALLINA GEHLEN

Publicação Nº 5486829

PORTARIA Nº 024/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal FERNANDA MARIA GALLINA GEHLEN, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal FERNANDA MARIA GALLINA GEHLEN, matrícula nº 772-01, admitido(a) em 01 de julho de 2004, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2022 a 30/06/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

025/2024 - IVANEZ SCHANNE RECKZIEGEL

Publicação Nº 5486834

PORTARIA Nº 025/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal IVANEZ SCHANNE RECKZIEGEL, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal IVANEZ SCHANNE RECKZIEGEL, matrícula funcional nº 776-05, admitido(a) em 01 de julho de 2004, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2022 a 30/06/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

026/2024 - MARCELAINE SCHULTZ

Publicação N° 5486838

PORTARIA N° 026/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal MARCELAINE SCHULTZ, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal n° 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal MARCELAINE SCHULTZ, matrícula funcional n° 701-02, admitido(a) em 09 de junho de 2003, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 09/06/2022 a 08/06/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

027/2024 - MARCELI KAEFFER BERWANGER

Publicação N° 5486843

PORTARIA N° 027/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal MARCELÍ KAEFFER BERWANGER, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal n° 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal MARCELÍ KAEFFER BERWANGER, matrícula funcional n° 1810-01, admitido(a) em 15 de fevereiro de 2018, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 03 dias referente ao período aquisitivo de 15/02/2022 a 14/02/2023;

- 27 dias referente ao período aquisitivo de 15/02/2023 a 14/02/2024.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

028/2024 - MARINES REBELATO GIACOMINI

Publicação N° 5486846

PORTARIA N° 028/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal MARINEZ REBELATO GIACOMINI, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal n° 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal MARINEZ REBELATO GIACOMINI, matrícula funcional n° 1792-13, admitido(a) em 01 de fevereiro de 2018, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 a 31/01/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

029/2024 - MARIZETE APARECIDA MOMOLI SALLA

Publicação N° 5486852

PORTARIA N° 029/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal MARIZETE APARECIDA MOMOLI SALLA, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal n° 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal MARIZETE APARECIDA MOMOLI SALLA, matrícula funcional n° 085-01, admitido(a) em 02 de fevereiro de 1995, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

030/2024 - NADIA CRISTINA SANDERS VOLPÁTO

Publicação Nº 5486859

PORTARIA Nº 030/2024
Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal NÁDIA CRISTINA SANDERS VOLPATO, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal NÁDIA CRISTINA SANDERS VOLPATO, matrícula funcional nº 1791-11, admitido(a) em 01 de fevereiro de 2018, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2022 a 31/01/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

031/2024 - NELCI DILKIN

Publicação Nº 5486861

PORTARIA Nº 031/2024
Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal NELCI DILKIN, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal NELCI DILKIN, matrícula funcional nº 086-01, admitido(a) em 02 de fevereiro de 1995, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

032/2024 - NEUZA MARIA SIMIONI MORO

Publicação Nº 5486866

PORTARIA Nº 032/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal NEUZA MARIA SIMIONI MORO, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal NEUZA MARIA SIMIONI MORO, matrícula funcional nº 777-02, admitido(a) em 01 de julho de 2004, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2021 a 30/06/2022.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

033/2024 - PATRICIA ZANIN ANTUNES CARNEIRO

Publicação Nº 5486869

PORTARIA Nº 033/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal PATRICIA ZANIN ANTUNES CARNEIRO, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal PATRICIA ZANIN ANTUNES CARNEIRO, matrícula nº 678-02, admitido(a) em 26 de fevereiro de 2002, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 26/02/2022 a 25/02/2023.

Art. 2º As férias serão usufruídas no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

034/2024 - SIDINEIDE LEÃO

Publicação Nº 5486873

PORTARIA Nº 034/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal SIDINEIDE LEÃO, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal SIDINEIDE LEÃO, matrícula funcional nº 1782-08, admitido(a) em 01 de setembro de 2017, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/09/2022 a 31/08/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

035/2024 - SUELY SALETE FRAPORTI

Publicação Nº 5486875

PORTARIA Nº 035/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal SUELY SALETE FRAPORTI, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal SUELY SALETE FRAPORTI, matrícula nº 088-01, admitido(a) em 02 de fevereiro de 1995, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

036/2024 - TANIA MARIA BERTICELLI TAFFAREL

Publicação Nº 5486878

PORTARIA Nº 036/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal TÂNIA MARIA BERTICELLI TAFFAREL, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal TÂNIA MARIA BERTICELLI TAFFAREL, matrícula funcional nº 578-04, admitido(a) em 25 de fevereiro de 2002, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 25/02/2022 a 24/02/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

037/2024 - TERESINHA NATALINA SCHMITT

Publicação Nº 5486882

PORTARIA Nº 037/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal TERESINHA NATALINA SCHMITT, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021 de 07 de julho de 2020 e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal TERESINHA NATALINA SCHMITT, matrícula funcional nº 1776-01, admitido(a) em 11 de agosto de 2017, titular do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 11/08/2022 a 10/08/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 02 de janeiro de 2024 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 02 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 02 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2024 FMEDUC

Publicação Nº 5483684

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2023 – FMEDUC
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023 – FMEDUC
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE CADERNO DE ACOMPANHAMENTO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Rua Prefeito José João Batista, nº 115, inscrita no CNPJ sob nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA DA COSTA, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4987073 e inscrita no CPF/MF sob o nº 064.255.039-55, residente e domiciliada à Avenida Aníbal de Lara Cardoso, nº. 844 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PERUZZO INDUSTRIA GRÁFICA LTDA, estabelecida à Rua AV Miguel Soccol nº 2839, na cidade de Serafina Correa, Bairro Centro, CEP 99250-000, Estado de RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 054.606.420/0001-97, E-mail fernando@graficaperuzzo.com.br , telefone 54 3444-1721, representada, neste ato pelo Sr. FERNANDO JOSÉ PERUZZO, CPF sob o nº 753.049.700-63, Cargo/Função Representante, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 011/2023-FMEDUC para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de cadernos de acompanhamento individual para atender o ano letivo de 2024, conforme solicitação nº 89/2023, do Fundo Municipal de Educação, anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (Doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, na forma do Termo de Referência, após 05 (cinco) dias do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras da Secretaria de Educação, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As prestações dos fornecimentos registrados neste instrumento serão executadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao contratado que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do contratado/prestador do serviço, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar os fornecimentos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade;

III - Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Ordem de Compras bem como no Edital;

IV - Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);

V - Corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 03 (três) dias, todos os materiais recusados na fase de recebimento e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93;

VI - Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos/entregues, bem como se responsabilizar pelo custo do frete e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos materiais;

VII - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, previdenciárias, trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho;

VIII - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunistica do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

IX - Garantir a entrega dos materiais com pontualidade na forma estabelecida no instrumento contratual;

X - Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão fornecimento/entrega dos materiais;

XI - Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Penha/SC e Entidade Solicitante, para efetivação dos pedidos durante o período contratual;

XII - Os materiais deverão ser fornecidos/entregues em perfeitas condições de utilização;

XIII - Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto do Contrato, inclusive o frete para transporte dos materiais;

XIV - Executar o fornecimento e entrega parcial ou total do material (de acordo com a solicitação da CONTRATANTE), inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizada pela Prefeitura Municipal de Penha/SC;

XV - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto no Contrato;

XVI - Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega do material em questão;

XVII - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XVIII - O proponente será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de transporte inadequado ou feita sem os devidos cuidados;

XIX - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12,13, 17 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078 de 1990).

XX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

XXI - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XXII – Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os fornecimentos, recusados na fase de recebimento;

XXIII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XXIV – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

7.1 É de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA o fornecimento adequado do material, conforme especificação, respeitando o previsto no Edital, assim como a entrega do material diretamente na Secretaria Solicitante ou em local oportunamente indicado pela mesma;

7.2 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do Contrato e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO;

7.3 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93;

7.4 As contribuições sociais e os eventuais danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora;

7.5 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes do fornecimento/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato, eximindo o Município de Penha/SC de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do contrato;

7.6 Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade e quantidade dos materiais fornecidos;
- b) efetuar o pagamento dos materiais fornecidos na época de sua exigibilidade;

8.1. Rejeitar os materiais que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2. Aplicar à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

8.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO.

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelos responsáveis das Secretarias, Fundos, Fundações, Instituto e Procuradoria.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de paralisação dos fornecimentos, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para execução dos fornecimentos.

13.3. No caso de paralisação dos fornecimentos por mais de 05 (cinco) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 06º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de profissionais ou epi's não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes aos orçamentos do exercício da Secretarias, Fundos, Fundações, Instituto, Controladoria e Procuradoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA DA COSTA PERUZZO INDUSTRIA GRÁFICA LTDA
Gestora do Fundo Municipal de Educação FERNANDO JOSÉ PERUZZO

FISCAIS DE CONTRATO

FÁTIMA APARECIDA CARDOSO - PORTARIA PORTARIA N.º 616/2023

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

CAMILA LUCHTENBERG GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO Secretária de Administração e Finanças Controle Interno

ATA Nº 001/2024 FMS

Publicação Nº 5483466

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2023 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023 - FMS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela Sr. RODRIGO RENAN MEDEIROS, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG 5.101.943 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.037.479-95, residente e domiciliado na Av. Antônio Joaquim Tavares, nº 1.536, ap. 303 – Centro – Penha/SC doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ACS CUT PRINT CORTES E IMPRESSÕES DIGITAIS, estabelecida à Rodovia BR-376, sala 01, na cidade de São José dos Pinhais, Bairro São Marcos, CEP 83030-720, Estado de PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.863.541/0001-20, e-mail licitacao@ampdigital.com.br, telefone: (41) 3382-9308, representada, neste ato pelo Sr. ALEXANDRE CAETANO DA SILVA, CPF Nº 038.095.899-69, Cargo/Função Representante, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 026/2023-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada na confecção e instalação de material de comunicação visual (adesivo e placas), visando atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, conforme requisição ao compras nº 897/2023, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e termo de referência, parte integrante do presente processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (Doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. A prestação dos serviços deverá ser realizada pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As prestações dos serviços registrados neste instrumento serão executadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao contratado que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do contratado/prestador do serviço, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

- I - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II - Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade;
- III - Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Ordem de Compras bem como no Edital;
- IV - Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
- V - Corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 03 (três) dias, todos os materiais recusados na fase de recebimento e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93;
- VI - Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos/entregues, bem como se responsabilizar pelo custo do frete e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos materiais;
- VII - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, previdenciárias, trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho;
- VIII - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infelizmente do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- IX - Garantir a entrega dos materiais com pontualidade na forma estabelecida no instrumento contratual;
- X - Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão fornecimento/entrega dos materiais;
- XI - Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Penha/SC e Secretaria Solicitante, para efetivação dos pedidos durante o período contratual;
- XII - Os materiais deverão ser fornecidos/entregues em perfeitas condições de utilização;
- XIII - Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto do Contrato, inclusive o frete para transporte dos materiais;
- XIV - Executar o fornecimento e entrega parcial ou total do material (de acordo com a solicitação da CONTRATANTE), inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizada pela Prefeitura Municipal de Penha/SC;
- XV - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto no Contrato;
- XVI - Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega do material em questão;
- XVII - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XVIII - O proponente será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de transporte inadequado ou feita sem os devidos cuidados;
- XIX - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12,13, 17 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078 de 1990).
- XX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- XXI - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XXII – Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os serviços, recusados na fase de recebimento;
- XXIII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XXIV – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- 7.1 É de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA o fornecimento adequado do material, conforme especificação, respeitando o previsto no Edital, assim como a entrega do material diretamente na Secretaria Solicitante ou em local oportunamente indicado pela mesma;
- 7.2 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do Contrato e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO;
- 7.3 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93;
- 7.4 As contribuições sociais e os eventuais danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora;
- 7.5 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes do fornecimento/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato, eximindo o Município de Penha/SC de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do contrato;
- 7.6 Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade e quantidade dos materiais fornecidos;
- b) efetuar o pagamento dos materiais fornecidos na época de sua exigibilidade;

8.1. Rejeitar os materiais que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2. Aplicar à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

8.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO.

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.1 NÃO HAVERÁ SOB HIPÓTESE ALGUMA PAGAMENTO ANTECIPADO.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais n.º 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de paralisação dos serviços, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para execução dos serviços.

13.3. No caso de paralisação dos serviços por mais de 05 (cinco) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 06º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda

descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

RODRIGO RENAN MEDEIROS ACS CUT PRINT CORTES E IMPRESSÕES DIGITAIS
Secretário Municipal de Saúde ALEXANDRE CAETANO DA SILVA
CONTRATADO

FISCAL DE CONTRATO: FERNANDA CRISTINA VIEIRA
PORTARIA N.º 1.958/2021

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

De acordo:

GLAUCIA COSTAS DOS SANTOS FRANCISCO
Controle Interno

CONVOCAÇÃO AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL 1º

Publicação Nº 5484034

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público – Emprego Público nº 02/2023.

Cargo: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - ESF
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 360997-6 LEIDE DAIANA LEONI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; **NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;**
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino médio completo e curso de Auxiliar em Saúde Bucal e comprovante de registro no CRO; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original;
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (será agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF ou Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- a) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- b) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua _____ nº. _____, Bairro: _____, Ci-

dade de _____/SC, telefone: _____/_____ e-mail.: _____.

2 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

3 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO ENFERMEIRO 12º

Publicação Nº 5483995

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público – Emprego Público nº 01/2022.

Cargo: ENFERMEIRO - ESF

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

12º. 10691 THOBYAS ITAMAR TOMASI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Curso de Nível Superior em Enfermagem e comprovante de registro no COREN - SC; As cópias deverão ser apresentadas acompanhadas do documento original;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF ou Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral;
- Fotocópia Comprovante de vacinação completa contra CODIV-19, através de cópia da carteira de vacinação ou cópia do registro disponível no app Conect SUS.

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a), () SOLTEIRO (A) () CASADO (A)

(A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena – () Outros

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua _____ nº. _____, Bairro: _____ Ci-

dade de _____/SC, telefone: _____/_____ e-mail.: _____

2 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

() Efetivo Cargo: _____

() Emprego Público – ESF Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

3 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO ENFERMEIRO 13º

Publicação Nº 5483996

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público – Emprego Público nº 01/2022.

Cargo: ENFERMEIRO - ESF

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

13º. 10539 FILIPE PRADO DO NASCIMENTO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Curso de Nível Superior em Enfermagem e comprovante de registro no COREN - SC; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original;
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF ou Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Título Eleitoral;
- m) Fotocópia Comprovante de vacinação completa contra COVID-19, através de cópia da carteira de vacinação ou cópia do registro disponível no app Conect SUS.

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- a) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- b) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a), () SOLTEIRO (A) () CASADO (A)

(A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena – () Outros

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua _____ nº. _____, Bairro: _____, Ci-

dade de _____/SC, telefone: _____/_____ e-mail.: _____

_____.

2 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

() Efetivo Cargo: _____

() Emprego Público – ESF Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

3 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sou servidor(a) público(a) municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO ENFERMEIRO 30 HORAS 5º

Publicação Nº 5484247

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala 22 – (pisos superiores do Banco Caixa Econômica) - Centro, até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 01/2023.

Cargo: ENFERMEIRO 30 HORAS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 364190-3 MELISSA REGINA ARAUJO LANGENDYK

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Diploma em graduação de Enfermagem e comprovante de registro no COREN"; As cópias deverão ser apresentadas acompanhadas do documento original.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, certidões SAJ e EPROC do local de

residência ou domicílio do candidato;

- a) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- b) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro= _____, Cidade de _____/SC, Bairro= _____, telefone= _____

ro: _____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:



Entrada

- () Efetivo Cargo: _____
- () Contratado (ACT) Cargo: _____
- () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
- () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
- () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO FONOAUDIÓLOGO 3º

Publicação N° 5484606

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala 22 – (piso superior do Banco Caixa Econômica) - Centro, até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 01/2023.

Cargo: FONOAUDIÓLOGO (A)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 358235-1 KELLY SABRINA PIGOZZO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Diploma em graduação em Fonoaudiologia e comprovante de registro no CREFONO"; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, certidões SAJ e EPROC do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 34º

Publicação Nº 5483502

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 05/01/2024 as 8:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

34º. 4633 VIRGINIA PAULA DE LIMA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Ensino Superior completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º; As cópias deverão ser apresentadas acompanhadas do documento original.

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho

(agendado pelo setor de Recursos Humanos).

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

l) Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitido pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

a) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

b) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),



() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____ Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____ e- mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 35º

Publicação Nº 5483503

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 05/01/2024 as 8:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superiores do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

35º. 4046 NATASHA BATISTA ROSA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Ensino Superior completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º; As cópias deverão ser apresentadas acompanhadas do documento original.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos).
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitido pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____ e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 36º

Publicação Nº 5483504

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação

no dia 05/01/2024 as 8:30 horas para escolha de vaga, e apresentação dos documentos no departamento de Recursos Humanos, no endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

36º. 4953 CRISTIANE RODRIGUES OLIVEIRA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Ensino Superior completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º; As cópias deverão ser apresentadas acompanhadas do documento original.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos).
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitido pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____ e- mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 10º

Publicação Nº 5484482

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194, sala nº 22 - (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) Centro, até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
10º. 4291 EZILDA FATIMA DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Comprovante de vacinação completa contra CODIV-19, através de cópia da carteira de vacinação ou cópia do registro disponível no app Conect SUS.
- Fotocópia Título de Eleitor

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitida pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou

domicílio do candidato;

d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

e) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a), () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A)

OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua _____ nº. _____, Bairro: _____

_____ Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____ e-mail.: _____

2 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____



() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

3 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 7º

Publicação Nº 5484182

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194, sala nº 22 - (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) Centro, até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
7º. 346 NILDA STIEHLER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo;
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Comprovante de vacinação completa contra CODIV-19, através de cópia da carteira de vacinação ou cópia do registro disponível no app Conect SUS.
- m) Fotocópia Título de Eleitor

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitida pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- e) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a), () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A)

OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua _____ nº. _____, Bairro: _____

_____ Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____ e-mail.: _____

2 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

3 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 8º

Publicação Nº 5484184

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194, sala nº 22 - (piso superior do Banco da Caixa Econômica Federal) Centro, até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

8º. 2240 SIMONE ROBERTA DE OLIVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo;

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);

f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);

k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

l) Fotocópia Comprovante de vacinação completa contra CODIV-19, através de cópia da carteira de vacinação ou cópia do registro disponível no app Conect SUS.

m) Fotocópia Título de Eleitor

CERTIDÕES

a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitida pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou

domicílio do candidato;

d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

e) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a), () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A)

OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua _____ nº. _____, Bairro: _____

_____ Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____ e-mail.: _____

2 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

3 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 9º

Publicação Nº 5484186

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194, sala nº 22 - (pisos superior do Banco da Caixa Econômica Federal) Centro, até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 02/2022.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
9º. 5078 VALDETE PEREIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo;
- e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- l) Fotocópia Comprovante de vacinação completa contra CODIV-19, através de cópia da carteira de vacinação ou cópia do registro disponível no app Conect SUS.
- m) Fotocópia Título de Eleitor

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, emitida pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- d) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- e) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a), () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A)

OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua _____ nº. _____, Bairro: _____

_____ Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____ e-mail.: _____

_____.

2 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

3 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM 30 HORAS 1º - PCD

Publicação Nº 5484226

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PCD

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala 22 – (pisos superior do Banco Caixa Econômica) - Centro, até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 01/2023.

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM 30 HORAS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 361014-1 NSTHALIA CRISTINA BERTOLINODOS SANTOS ULBRICH

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Certificado Curso de Técnico de Enfermagem e comprovante de registro no COREN"; As cópias deverão ser apresentadas acompanhadas do documento original.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral.

m) Fotocópia Laudo Médico, expedido no prazo máximo a doze meses, atestados as condições de PCD, a cópia deverá ser apresentadas acompanhada do documento original;

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, certidões SAJ e EPROC do local de residência ou domicílio do candidato;

a) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;

b) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;

c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;

d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____ e-mail: _____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO



4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM 30 HORAS 5º

Publicação N° 5484227

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala 22 – (piso superior do Banco Caixa Econômica) - Centro, até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público nº 01/2023.

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM 30 HORAS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 357996-5 MARCIA CRISTINA NESQUE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

- Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Certificado de Curso Técnico em Enfermagem e comprovante de registro no COREN"; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original.
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, será agendado pelo setor de Recursos Humanos.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG/CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Fotocópia Título Eleitoral.

CERTIDÕES

- Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual de primeiro grau, pelo site www.tjsc.jus.br, certidões SAJ e EPROC do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____ e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

CONVOCAÇÃO TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL 1º

Publicação Nº 5484055

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 194 – sala nº 22 – Centro – Penha -SC, (pisosuperior do Banco da Caixa Econômica Federal) até o dia 08/01/2024, das 7:00 às 12:00, conforme Edital Concurso Público – Emprego Público nº 02/2023.

Cargo: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL - ESF

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 359189-1 JAQUELINE CALIXTO KERSCHER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS PESSOAIS

a) Fotocópia Cédula de Identidade; NÃO SUBSTITUÍVEL POR OUTRO DOCUMENTO COM FOTO;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado, (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

d) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego; Ensino médio completo e curso de Técnico em Saúde Bucal e comprovante de registro no CRO; As cópias deverão ser apresentadas acompanhada do documento original;

e) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho (será agendado pelo setor de Recursos Humanos);

- f) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
g) Fotocópia Carteira de trabalho, onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
h) Fotocópia Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
i) Fotocópia RG/CPF ou Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
j) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5 (o formulário para abertura de conta pode ser retirado no setor de Recursos Humanos);
k) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
l) Fotocópia Título Eleitoral;

CERTIDÕES

- a) Original Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
b) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
c) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
a) Original Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
b) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line.

DECLARAÇÕES

- a) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
b) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme Resolução N-TC - 10/1994 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo II;
c) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; Conforme anexo III;
d) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria; Conforme anexo IV.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

COR: () Branco – () Preto – () Amarelo – () Parda – () Indígena

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua _____ nº. _____, Bairro: _____ Cidade de _____/SC, telefone: _____ e-mail.: _____.

2 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

3 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____.

_____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

DECRETO Nº 4201/2023 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5486808

DECRETO Nº 4201/2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 64, inciso VI da Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 953.957,74 (Novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos), conforme Inciso II do art. 13 da Lei Municipal nº 3.343 de 05 de dezembro de 2022, para a suplementação da seguinte dotação:

Entidade: Fundo Municipal de Educação

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.0361.0009

Atividade: 2.125 – Funcionamento e Manutenção do FUNDEB 70% - Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 154010700000 – Recursos Vinculados – FUNDEB

Elemento: 3.3.1.90.00.00.00.00(098) – Aplicações Diretas R\$ 489.798,98

Entidade: Fundo Municipal de Educação

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.0365.0009

Atividade: 2.127 – Funcionamento e Manutenção do FUNDEB 70% - Creche

Fonte de Recursos: 154070000000 – Recursos Vinculados – FUNDEB

Elemento: 3.3.1.90.00.00.00.00(112) – Aplicações Diretas R\$ 464.158,76

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento do art. 1º do presente Decreto de abertura de crédito suplementar no valor total de R\$ 953.957,74 (Novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos), correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

Entidade: Fundo Municipal de Educação

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.0361.0009

Atividade: 2.128 – Funcionamento e Manutenção do FUNDEB 30% - Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 154070000000 – Recursos Vinculados – FUNDEB

Elemento: 3.3.1.90.00.00.00.00(100) – Aplicações Diretas R\$ 489.798,98

Entidade: Fundo Municipal de Educação

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.0365.0009

Atividade: 2.130 – Funcionamento e Manutenção do FUNDEB 30% - Creche

Fonte de Recursos: 154070000000 – Recursos Vinculados – FUNDEB

Elemento: 3.3.1.90.00.00.00.00(114) – Aplicações Diretas R\$ 464.158,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 29 de dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 4/2024 - FMEDUC

Publicação Nº 5483394

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2023 - FMEDUC

Objeto: Chamada Pública para aquisição de gênero alimentício da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado a atender os alunos matriculados na Rede Municipal de ensino do Município de Penha/SC, conforme quantidades e cronograma de entrega anexo ao presente edital, para atender solicitação nº 094/2023 do Fundo Municipal de Educação, tudo de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no edital e termo de referência/proposta de preços, parte integrante do processo.

Entrega dos Envelopes e Abertura do Processo: 30/01/2024 às 09:00 horas na Secretaria de Administração, situado a Avenida Antônio Joaquim Tavares, 194, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: ROVENA ROSA PRESTINI – Presidente da CPL.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 194, Centro, Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h às 18:00h.

Penha/SC, 04 de janeiro de 2024.
CAMILA LUCHTENBERG
Secretária da Administração e Finanças

ERRATA N. 002/2023 REF. A O CONTRATO Nº 007/2023 FMS

Publicação Nº 5483700

ERRATA REFERENTE AO CONTRATO Nº 007/2023FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2022 - FMS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022

ONDE SE LÊ:
CLÁUSULA SÉTIMA

7- A CONTRATADA deverá executar o objeto da seguinte forma:
Os serviços, deverão ser iniciados/prestados/executados pela CONTRATADA, por meio próprio, diretamente nos locais indicados pelo Órgão solicitante em até 24 horas após a emissão da Ordem de Compras (OC).

7.2 – O presente contrato terá vigência até o dia 31/12/2023, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

LEIA-SE:

7- A CONTRATADA deverá executar o objeto da seguinte forma:
Os serviços, deverão ser iniciados/prestados/executados pela CONTRATADA, por meio próprio, diretamente nos locais indicados pelo Órgão solicitante em até 24 horas após a emissão da Ordem de Compras (OC).

7.2 – O presente contrato terá vigência até o dia 20/03/2024, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

PUBLIQUE-SE.
Penha, 22 de Dezembro de 2023

RODRIGO RENAN MEDEIROS
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O presente termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos

Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DE ACORDO:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
CONTROLADORA INTERNA

ERRATA REF. AO CONTRATO N° 080/2023 PMP

Publicação N° 5483821

ERRATA REFERENTE O CONTRATO N° 080/2023 PMP
PROCESSO LICITATÓRIO N. 063/2018 - PMP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2018 – PMP

ONDE SE LÊ:

17º TERMO ADITIVO N° 080/2023-PMP
CONTRATO PRINCIPAL N° 167/2018-PMP

Licitação: Processo nº. 063/2018-PMP- Multientidade, Modalidade Pregão Presencial N° 042/2018.

Conforme o CONTRATO PRINCIPAL N° 167/2018-PMP e 18º TERMO ADITIVO N° 040/2022-PMP, do Processo Licitatório nº 063/2018 PMP, Modalidade Pregão Presencial nº 042/2018, para prestar serviços de Limpeza Urbana no Município de Penha. A vigência será acrescida para mais 90 (Noventa) dias a contar do seu vencimento dia 18/12/2023 a 17/03/2024, conforme solicitado pela secretaria de ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS e deferido pelo Parecer Jurídico nº 257/2023PGM.

LEIA-SE:

19º TERMO ADITIVO N° 080/2023-PMP
CONTRATO PRINCIPAL N° 167/2018-PMP

Licitação: Processo nº. 063/2018-PMP- Multientidade, Modalidade Pregão Presencial N° 042/2018.

Conforme o CONTRATO PRINCIPAL N° 167/2018-PMP e 18º TERMO ADITIVO N° 040/2022-PMP, do Processo Licitatório nº 063/2018 PMP, Modalidade Pregão Presencial nº 042/2018, a vigência será acrescida para mais 90 (Noventa) dias a contar do seu vencimento dia 18/12/2023 a 17/03/2024, conforme solicitado pela secretaria de ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS e deferido pelo Parecer Jurídico nº 257/2023PGM.

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

PUBLIQUE-SE.
Penha, 22 de dezembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
CONTROLE INTERNO

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 03/2024

Publicação Nº 5483781

DECRETO N.º 03/2024

FIXA CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS
PARA O ANO DE 2023

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.
DECRETA:

- Art. 1.º O rol dos feriados, nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal vigente, e pontos facultativos para os servidores do Município de Peritiba, no curso do ano de 2023, ficam assim constituídos:
- I – 13 de fevereiro – terça-feira – Carnaval - Feriado
 - II - 29 de março – sexta-feira – Sexta-feira Santa – Feriado Nacional
 - III - 01 de maio – quarta-feira – Dia do Trabalhador – Feriado Nacional
 - IV - 20 de maio - Kerbfest - segunda-feira – Feriado Municipal
 - V - 30 de maio – quinta-feira – Corpus Christi – Feriado Nacional
 - VI - 31 de maio – sexta-feira – ponto facultativo
 - VII - 15 de agosto – quinta-feira – Aniversário de Município – Feriado Municipal
 - VIII - 15 de novembro – sexta-feira – Feriado Nacional
 - IX - 25 de dezembro – quarta-feira – Natal – Feriado Nacional

- Art. 2.º Nas datas fixadas no art. 1º deste Decreto, os serviços públicos considerados essenciais devem garantir o atendimento por meio de escala de serviço ou plantão.
- Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 03 de janeiro de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Em 03/janeiro/2024	
--	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO 04/2024

Publicação Nº 5483858

DECRETO N.º 04/2024

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS FISCAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este Município; e

CONSIDERANDO a necessidade de oferecer subsídios aos fiscais para exercerem suas atribuições;

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados para atuarem como fiscais nos contratos administrativos exercendo as atividades de orientação, fiscalização e

controle previstas na IN CI 15/2020, de 14 de fevereiro de 2020, e atendendo as exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, os seguintes servidores municipais:

Secretaria de Administração e Finanças – 49 3453 1122 ou 1132

GEISE GROSS – contador@peritiba.sc.gov.br

DANIEL JOCELIO FANTIN – engenharia@peritiba.sc.gov.br

LIZIANE KLEIN – liziane@peritiba.sc.gov.br

LUAN PICININ SARTORI – engenharia02@peritiba.sc.gov.br

IVETE FRANCISCA FINGER – prefeitura@peritiba.sc.gov.br

CRISTIANE TURATTO – bloco@peritiba.sc.gov.br

ADRIANO JOSÉ KRINDGES – informatica@peritiba.sc.gov.br

MARCI MARGARIDA GERHARDT – prefeitura@peritiba.sc.gov.br

PAULO C. DE SOUZA SOARES JUNIOR – patrimonio@peritiba.sc.gov.br

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL – gabinete@peritiba.sc.gov.br

DAIANA MOLLMANN MATTOS – tributacao@peritiba.sc.gov.br

Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente – 49 3453 1122 ou 1132

ADEMAR GRAVE – agricultura@peritiba.sc.gov.br

NESTOR JOSÉ BOLL – viceprefeitonestor@peritiba.sc.gov.br

Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social – 49 34531104 ou 1536

LAIS BIAZUS BISOL – farmacia@peritiba.sc.gov.br

MARLO DANIEL FINGER – secretariasaudef@peritiba.sc.gov.br

JULIANA AP. DA SILVA THOMAZ – admsaudef@peritiba.sc.gov.br

EDILSON ROBERTO FRAUENDORF – frotas@peritiba.sc.gov.br

SIMONE SORDI – enfermagem@peritiba.sc.gov.br

MARCIANE DAISE W. FINGER - tfdsaudef@peritiba.sc.gov.br

DAIANA REGINA DE BRITTO – enfermagemtecnico@peritiba.sc.gov.br

MARCELLY C. DEITOS VICINI – epidemiologia@peritiba.sc.gov.br

VALERIA SCALON – odonto@peritiba.sc.gov.br

IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT – izabel@peritiba.sc.gov.br

NADIA TEREZINHA KUHN PIASSA – nadia.cras@peritiba.sc.gov.br

KATIUSCIA F. BRUCKMANN DA SILVA – vigilancia@peritiba.sc.gov.br

NÉRCIA MÉRI SGANDERLA – cras@peritiba.sc.gov.br

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo 49 3453 1249

CRISTIANE S. HOFFMANN DA COSTA – cepjaw@peritiba.sc.gov.br

LUCIANA NILSON – educacao@edu.peritiba.sc.gov.br

MARILUCI SORDI KLEIN – coordenacaopedagogica@edu.peritiba.sc.gov.br

CLEONILDE TEREZA THOMAS – ceimateuspetter@peritiba.sc.gov.br

ANGELA LUCIA S. SPIELMANN – ceimateuspetter@peritiba.sc.gov.br

CLÁUDIA CAMILLO MIOZZO – merendeira@edu.peritiba.sc.gov.br

CLECI REITEL – ceimateuspetter@peritiba.sc.gov.br

NÁDIA MARIA SCHNEIDER KLEBER – cultura@peritiba.sc.gov.br

ELISÂNGELA CICHOTTA – nutricao@peritiba.sc.gov.br

NELSON JOSÉ HILGERT - educacao@edu.peritiba.sc.gov.br

RODRIGO JOSÉ MULLER – coordenadorpedagogico@edu.peritiba.sc.gov.br

ANGELA LUCIA SIMON - esporte@edu.peritiba.sc.gov.br

Secretaria de Serviços Municipais

ROSANGELA ALVES DUTRA – rodutra173068@gmail.com

EDER LUIZ KRINDGES – obras@peritiba.sc.gov.br

VICTOR ANTONIO BAYS – obras@peritiba.sc.gov.br

GIOVANI TIAGO DAMETTO – garagem@peritiba.sc.gov.br

Art. 2.º Fica designado o Servidor DANIEL JOCELIO FANTIN e LUAN PICININ SARTORI, profissional de Engenharia Civil do Município para fiscalização de obras públicas e reforma.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 03 de janeiro de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em., 03/janeiro/2024.

IVETE FRANCISCA FINGER
Responsável pela publicação

DECRETO 05/2024

Publicação Nº 5484502

DECRETO Nº. 05/2024
EXONERA SERVIDOR EFETIVO
JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:
Art. 1.º Exonerar a pedido a partir do dia 03/01/2024 o Servidor JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2.º Face o disposto neste ato, fica revogado o Decreto n.º 105/2023 de 31 de março de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 03 de janeiro de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/janeiro/2024	
--	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO 01/2024

Publicação Nº 5484063

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do pelo Processo Licitatório nº 218/2023, Pregão Eletrônico nº 61/2023

Objeto: O presente contrato por objeto a aquisição de uniforme escolar para os alunos e professores da Rede Municipal de Ensino de Peritiba, SCFV Aquarela e SCFV Clareou, para o ano letivo de 2024.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024
Contratada: SUPERA UNIFORME INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA
CNPJ nº 82.112.475/0001-34
VALOR: R\$ 169.768,00 (cento e sessenta e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais)
Data de Vigência: 04/01/2024 até 04/07/2024

Município de Peritiba – SC., em 04 de janeiro de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 02/2024

Publicação Nº 5484119

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do pelo Processo Licitatório nº 218/2023, Pregão Eletrônico nº 61/2023

Objeto: O presente contrato por objeto a aquisição de uniforme escolar para os alunos e professores da Rede Municipal de Ensino de Peritiba, SCFV Aquarela e SCFV Clareou, para o ano letivo de 2024.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 02/2024
Contratada: MICHELE FERREIRA CARDOSO ME
CNPJ n° 30.938.826/0001-67
VALOR: R\$ 30.362,00 (trinta mil, trezentos e sessenta e dois reais)
Data de Vigência: 04/01/2024 até 04/07/2024

Município de Peritiba – SC., em 04 de janeiro de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 03/2024

Publicação N° 5484326

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do pelo Processo Licitatório n° 167/2023, Pregão Eletrônico n° 46/2023

Objeto: O objeto do presente contrato é prorrogar o contrato n° 230/2023 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de uma avaliação administrativa (pesquisa de opinião) com o objetivo de identificar o grau de satisfação e insatisfação da população em relação aos serviços prestados pela Administração Municipal.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 03/2024
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 230/2023
Contratada: ARQUITETURA VERDE LTDA
CNPJ n° 46.000.640/0001-00
VALOR: R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais)
Data de Vigência: 31/12/2023 até 31/03/2024

Município de Peritiba – SC., em 04 de janeiro de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 04/2024

Publicação N° 5484377

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do pelo Processo Licitatório n° 125/2021, Dispensa de licitação n° 19/2021

Objeto: O objeto do presente contrato é anular o contrato n° 318/2023 – Segundo Termo Aditivo ao contrato n° 191/2021 que tem por objeto a contratação de empresa para licenciamento mensal do direito de uso não exclusivo dos aplicativos: educação, pais e aluno, professores e biblioteca, bem como, serviços de manutenção legal e corretiva, suporte técnico operacional, serviços de alterações específicas da entidade e serviços de treinamento de reciclagem.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 04/2024
TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 191/2021
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ n° 00.456.865/0001-67
VALOR: R\$ 15.953,28 (Quinze mil, novecentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos)
Data de Vigência: 04/01/2023 até 31/03/2024

Município de Peritiba – SC., em 04 de janeiro de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

PORTARIA 02/2024

Publicação Nº 5483778

PORTARIA Nº 02/2024
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora JULIANA APARECIDA DA SILVA THOMAZ, exercendo o cargo de efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, Grupo 3, Nível 2, Classe "B", 15 (quinze) dias de férias, no período de 23/01 a 06/02/2024 e 07 (sete) dias de férias, no período de 07/02 a 13/02/2024, relativas ao período aquisitivo de 20/08/2022 a 19/08/2023, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 03 de janeiro de 2024.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/janeiro/2024.	
---	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 197/2023

Publicação Nº 5483884

DECRETO Nº. 197, de 28 de Dezembro de 2023.
SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRONE DUARTE, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1822, de 20 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 245.981,26 (Duzentos e quarenta e cinco mil, noventa e oito e um reais e vinte e seis centavos) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

- 02.000 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
02.001 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
02.001.4.122.201.2002
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta R\$ 4.771,02
1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM
- 03.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
03.001 – Manutenção da Secretaria de Administração
03.001.4.122.301.2003
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta R\$ 35.602,11
1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM
- 03.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
03.001 – Manutenção da Secretaria de Administração
03.001.8.243.301.2050
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta R\$ 1.458,14
1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM
- 03.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
03.001 – Manutenção da Secretaria de Administração
03.001.4.122.301.2003
3.3.50.00.00.00.00.00 Transf. a Inst. Privada sem fins Lucrativos... R\$ 7.000,00
1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM
- 03.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
03.001 – Manutenção da Secretaria de Administração
03.001.28.845.0.0052
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta R\$ 15.000,00
1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM
- 04.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
04.001 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
04.001.12.361.501.2022
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta R\$ 68.778,63
1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM
- 04.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
04.001 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
04.001.12.365.501.2023
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta R\$ 28.701,96
1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM
- 05.000 – SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO
05.001 – SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO
05.001.27.812.502.2030
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta R\$ 2.866,25
1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM

07.000 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

07.001 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

07.001.26.782.702.2038

3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta R\$ 81.803,15

1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 1.711.0000.5010.00 – Recursos Reposição das Perdas do FPM, na importância de R\$ 245.981,26 (duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 28 de Dezembro de 2023.

IRONE DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL

Pinhalzinho

PREFEITURA

ATA PL 036-2023 IL 007-2023 FMS

Publicação Nº 5483990

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2023

Ata de Inexigibilidade de Licitação

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS DE CASTRAÇÃO CIRÚRGICA NAS ESPÉCIES CANINAS E FELINAS SEM RAÇA DEFINIDA (SRD), DOMICILIADOS, SEMIDOMICILIADOS E DE RUA, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO, SANTA CATARINA.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Em de 04/01/2023 os fornecedores CLÍNICA VETERINÁRIA BICHO FACEIRO LTDA ME, protocolaram envelope para credenciamento.

Ao quarto dia do primeiro mês do ano de dois mil e vinte e quatro, as 12 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 236/2023; sob a presidência de Josimara Fusqueira Antunes, com a finalidade de julgar a documentação dos proponentes.

DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO:

A CPL procedeu à abertura do Envelope dos proponentes, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pela CPL, sendo constatado que as proponentes apresentaram sua documentação para fins de credenciamento em plena conformidade com os requisitos constantes no item 5.1 do Edital.

DA CONSULTA AO DE SISTEMA DE CERTIDÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Ainda, como condição de habilitação, a CPL procedeu conferência das certidões emitidas no serviço automatizado para emissão ou validação de certidões negativas referentes a punições vigentes contidas no sistema CGU-PAD (no caso de servidores e empregados públicos federais do Poder Executivo Federal) e nos Sistemas, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM (no caso de pessoas jurídicas) e, também no sistema de consulta do CNJ, das empresas participantes do presente credenciamento e seus sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DO ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a relatar, sobre o presente julgamento, a Presidente encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela CPL e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação.

Josimara Fusqueira Antunes Presidente da CPL	Kelly de Fatima Kopcheski Feronato Membro da CPL	Fernando Felipe Gerhard Membro da CPL

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 010/2024

Publicação Nº 5484265

PORTARIA Nº010/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

MILENA DE VARGAS, matrícula nº4.747, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo VI da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 011/2024

Publicação Nº 5484268

PORTARIA Nº011/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

STELLA MARIA LOPES DUARTE, matrícula nº4.748, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-PS do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 012/2024

Publicação Nº 5484272

PORTARIA Nº012/2024

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

JOAO GABRIEL AZEREDO, matrícula nº4.749, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo VI da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 013/2024

Publicação Nº 5484276

PORTARIA Nº013/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

BRUNA CRISTINA DE LIMA, matrícula nº4.750, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 014/2024

Publicação Nº 5484279

PORTARIA Nº014/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando

também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.
CONTRATA

ROSANGELA DA SILVA, matrícula nº4.751, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 015/2024

Publicação Nº 5484282

PORTARIA Nº015/2024
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.
CONTRATA

CARLA FRANCIANE WEBER SCHWINGEL, matrícula nº4.752, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 016/2024

Publicação Nº 5484284

PORTARIA Nº016/2024
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.
CONTRATA

LAIS MENEGHETTI, matrícula nº4.753, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-PS do Anexo VI da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 017/2024

Publicação Nº 5484291

PORTARIA Nº017/2024
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

SILVANA LIESCH, matrícula nº4.754, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível AC-PP-40INI do Anexo VIII, alterada pela Lei Complementar nº 110/2022, de 30 de novembro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 018/2024

Publicação Nº 5484296

PORTARIA Nº018/2024
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

LENIRA THEODORO DA SILVA, matrícula nº4.755, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível AC-PP-40INI do Anexo VIII, alterada pela Lei Complementar nº 110/2022, de 30 de novembro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 019/2024

Publicação Nº 5484302

PORTARIA Nº019/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

EMELY FRIES, matrícula nº4.756, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível AC-PS-40INI do Anexo VIII, alterada pela Lei Complementar nº 110/2022, de 30 de novembro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 02 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 020/2024

Publicação Nº 5484312

PORTARIA Nº020/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

DARLI DALETE DE MELLO DALMAGRO, matrícula nº4.757, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível AC-PP-40INI do Anexo VIII, alterada pela Lei Complementar nº 110/2022, de 30 de novembro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 02 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 021/2024

Publicação Nº 5484316

PORTARIA Nº021/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando

também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.
CONTRATA

ANA CLAUDIA MONTIPO, matrícula nº4.758, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível AC-PP-40INI do Anexo VIII, alterada pela Lei Complementar nº 110/2022, de 30 de novembro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 022/2024

Publicação Nº 5484323

PORTARIA Nº022/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.
CONTRATA

SUELEN REGINA DE OLIVEIRA NORA, matrícula nº4.759, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível AC-PS-40INI do Anexo VIII, alterada pela Lei Complementar nº 110/2022, de 30 de novembro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 023/2024

Publicação Nº 5484329

PORTARIA Nº023/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.
CONTRATA

FABIANI SALETE WEBER, matrícula nº4.760, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível AC-PS-40INI do Anexo VIII, alterada pela Lei Complementar nº 110/2022, de 30 de novembro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 024/2024

Publicação Nº 5484338

PORTARIA Nº024/2024
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

MARILETE NOGUEIRA, matrícula nº4.761, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível AC-PS-40INI do Anexo VIII, alterada pela Lei Complementar nº 110/2022, de 30 de novembro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 025/2024

Publicação Nº 5484348

PORTARIA Nº025/2024
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022. CONTRATA

GISELE NERES DA ROCHA, matrícula nº4.762, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, alterada pela Lei nº109/2022, de 03 de outubro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 21-INI do Anexo I da mesma lei. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 026/2024

Publicação Nº 5484346

PORTARIA Nº026/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.

CONTRATA

CLARINICE MARQUES UCHOA, matrícula nº4.763, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, alterada pela Lei nº109/2022, de 03 de outubro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 21-INI do Anexo I da mesma lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 036/2024

Publicação Nº 5484205

PORTARIA Nº 036/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar no 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

DEBORA CRISTINA CARMO DE OLIVEIRA, matrícula no 2.046, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Designada para o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Departamento de Administração, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de janeiro de 2024, abril de 2025 e abril de 2026, convertendo 1/3 da licença prêmio em dinheiro sendo o mês de janeiro de 2024, referente ao período de 01.03.2018 a 01.03.2023.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº 226/93 e Lei no 1.388/2017.

Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 037/2024

Publicação Nº 5484213

PORTARIA Nº 037/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar no 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

ROMILDO MATTANA, matrícula no 687, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024, convertendo 1/3 da licença prêmio em dinheiro sendo o mês de março de 2024, referente ao período de 03.06.2010 a 03.06.2015

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº 226/93 e Lei no 1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 038/2024

Publicação Nº 5484218

PORTARIA Nº 038/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar no 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

GLECI SCHMIDT, matrícula no 2.034, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais Interno, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de janeiro, setembro e outubro de 2024, ao período de 05.02.2018 a 05.02.2023.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº 226/93 e Lei no 1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 039/2024

Publicação Nº 5484230

PORTARIA Nº 039/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar no 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

MARCIA ISABEL DOS SANTOS, matrícula no 2.030, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais Interno, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024, ao período de 05.02.2018 a 05.02.2023.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº 226/93 e Lei no 1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 040/2024

Publicação N° 5484241

PORTARIA N° 040/2024

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar no 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

ALCIANE BORGES DA SILVA, matrícula no 2.934, ocupante do cargo efetivo de Agente de Recursos Humanos, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de janeiro de 2024, julho de 2025 e julho de 2026, convertendo 1/3 da licença prêmio em dinheiro sendo o mês de janeiro de 2024, referente ao período de 01.10.2017 a 01.10.2022.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº 226/93 e Lei no 1.388/2017.
Em 02 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 041/2024

Publicação N° 5484249

PORTARIA N°041/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.

CONTRATA

VANDERLEIA DE OLIVEIRA ALENCASTRO, matrícula nº4.764, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, alterada pela Lei nº109/2022, de 03 de outubro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 21-INI do Anexo I da mesma lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 03 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 042/2024

Publicação N° 5484253

PORTARIA N°042/2024

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.

CONTRATA

MAIKE DOUGLAS PEREIRA, matrícula nº4.765, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, alterada pela Lei nº109/2022, de 03 de outubro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 21-INI do Anexo I da mesma lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 043/2024

Publicação Nº 5484258

PORTARIA Nº043/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE FARMACÊUTICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.

CONTRATA

MARLEI SALETE ENGEL, matrícula nº4.766, para exercer em caráter temporário o cargo de FARMACÊUTICO 20 HORAS, constante no Anexo I, Grupo B, da Lei Complementar nº 67/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 110-INI do Anexo III da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de janeiro de 2024.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 001/2024

Publicação Nº 5484860

PORTARIA Nº 001 DE 2024

DESIGNA SERVIDORES EM OBSERVANCIA AO PRINCIPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES COM BASE NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NA CAMARA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE/SC.

A Presidente da Câmara Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno, considerando a entrada em vigor da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Legislativo n.º. 002/2023, a merecer regulamentação em âmbito municipal, resolve:

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, já se encontra em vigor e que sua aplicabilidade deverá estar em plena utilização na Câmara Municipal no dia 02/01/2024;

CONSIDERANDO que, desde sua publicação, não é permitido utilizar a Lei nº 14.133/2021 e demais vigentes que tratam de licitações e contratos de forma combinada;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de garantir a transparência dos atos praticados até a efetiva implementação e integração do Portal Nacional das Contratações Públicas com o Sistema de Aquisições utilizado na Câmara Municipal de Planalto Alegre/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecimento quanto a responsabilidade atribuída ao agente de contratação, bem como a comissão de contratação e ainda a imprescindibilidade de detalhamento quanto às atribuições dos mesmos;

CONSIDERANDO a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado como agente de contratação a servidora Daniela Bet para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§1º Havendo necessidade do órgão, o agente de contratação realizará a minuta do edital e fará a conferência e autenticação de documentos;

§2º. O Agente de Contratação em caso de licitação na modalidade Leilão será designado como Leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio, ou, alternativamente, contratação de um Leiloeiro Oficial para conduzir o certame; e nas licitações de pregão, será o pregoeiro;

Art. 2º. Fica designado como responsável pela pesquisa de preço o servidor Weliton Alves de Souza, elaboração do estudo técnico preliminar ou projeto básico; Emissão de solicitação de compra e fiscalização do contrato.

Art. 3º. Fica designado como responsável pelo fechamento do preço, pela realização do termo de referência/projeto básico; autenticado e fazendo a conferência dos documentos o servidor Tatiane Mauricia Cardozo Kramer.

§1º No âmbito da Câmara Municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - Dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - Contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

Art. 4º. - Fica designado como responsável pela realização da Minuta do contrato; providencias do equilíbrio, aditivos e publicações do contrato servidor Maikeli da Campo.

Art. 5º - Fica facultada a contratação de novos servidores, comissionados ou temporários, conforme a necessidade de cada Secretaria para apoio ao processo licitatório, cabendo a eles, dentre outros.

I – A elaboração da pesquisa de preços segundo a normativa feita por este órgão;

II – A elaboração do termo de referência após o recebimento do estudo técnico preliminar (ETP) pelo demandante;

III - Integrar equipe de apoio aos agentes de contratação nos termos do artigo 8.º da Lei 14.133 de 21.

Vigência

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto Alegre/SC, 04 de Janeiro de 2024.

Ivone Dallacorte

Presidente da Câmara

Registre-se e publique-se.

PORTARIA N° 002/2024

Publicação N° 5484867

PORTARIA N° 002/2024

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

IVONE DALLACORTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora da Câmara Municipal, TAISE GUINDANI, para gozo no período de 08 á 22 de Janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo de 16 de Novembro de 2021 á 15 de Novembro de 2022.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 04 de Janeiro de 2024.

Ivone Dallacorte
Presidente

Registre-se e publique-se.

PORTARIA N° 003/2024

Publicação N° 5484872

PORTARIA N° 003/2024

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

IVONE DALLACORTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora da Câmara Municipal PRISCILA DO AMARAL, para gozo no período de 09 á 28 de Janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo de 16 de Novembro de 2021 á 15 de Novembro de 2022.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 04 de Janeiro de 2024.

Ivone Dallacorte
Presidente

Registre-se e publique-se.

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 011/2024

Publicação Nº 5484066

DECRETO Nº 011/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.
"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 1º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de Engenheiro Civil.

DECRETA:
Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ALEXSANDER LANGE BERGAMASCHI, portador do RG n. 5.879.839 e do CPF n. 077.565.949-59, para exercer o cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 012/2024

Publicação Nº 5484068

DECRETO Nº 012/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.
"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 2º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de Auxiliar Administrativo.

DECRETA:
Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MAURICIO FERNANDO DE FREITAS, portador do CPF n. 082.301.659-55, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 013/2024

Publicação Nº 5484070

DECRETO Nº 013/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.
"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 1º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de motorista.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MARCIO VICENSI, portador do CPF n. 007.883.959-98, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 014/2024

Publicação Nº 5484072

DECRETO Nº 014/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 1º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de Auxiliar Administrativo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JORGE RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR, portador do CPF n. 012.602.739-03, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 015/2024

Publicação Nº 5484076

DECRETO Nº 015/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 1º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de Fiscal da Vigilância Sanitária.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CESAR AUGUSTUS BRUNELI MARI, portador do CPF n. 149.441.798-71, para exercer o cargo efetivo de FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 016/2024

Publicação Nº 5484077

DECRETO Nº 016/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 3º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de Auxiliar Administrativo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MAICO ANTONIO ARCARI, portador do CPF n. 090.382.179-60, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 017/2024

Publicação Nº 5484079

DECRETO Nº 017/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 2º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de Fiscal da Vigilância Sanitária.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. SLACH MATHEUS BARBOSA, portador do CPF n. 094.796.099-67, para exercer o cargo efetivo de FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 018/2024

Publicação Nº 5484081

DECRETO Nº 018/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 1º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de Operador de Operador de Rolo Compactador.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MARCOS DA SILVA VIANA, portador do CPF n. 999.820.300-78, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE

ROLO COMPACTADOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 019/2024

Publicação Nº 5484084

DECRETO Nº 019/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 3º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de motorista.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. FERNANDO GIACHINI, portador do CPF n. 097.288.829-20, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 020/2024

Publicação Nº 5484090

DECRETO Nº 020/2024 DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei Municipal Complementar n. 022/2002, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 080/2007 e suas alterações:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação em 1º lugar no Concurso Público Edital nº 001/2023, para o cargo de Operador de Motoniveladora.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. VALDEMIR JOSINO MORAS, portador do CPF n. 069.036.189-02, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 021/2024

Publicação Nº 5484092

DECRETO Nº 021/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. IVAN HOECKLER, ocupante do cargo de CONTROLADOR INTERNO, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, por um período 10 dias referente ao período aquisitivo de 15/09/2019 A 14/09/2020 para serem gozadas de 15/01/2024 a 24/01/2024.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 022/2024

Publicação Nº 5484097

DECRETO Nº 022/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA"

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. DENIZE SPEZZATTO, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2022 A 03/01/2023, para serem gozadas de 07 de fevereiro de 2022 a 08 de março de 202205/02/2024 A 19/02/2024.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 023/2024

Publicação Nº 5484225

DECRETO Nº 023/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

"DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR AO CARGO EFETIVO".

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,
Considerando a solicitação da servidora em retornar ao cargo efetivo.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a partir do dia 01 de fevereiro de 2024,, a Sra. LUCIANA HAEFLIGER, matrícula 5956, atualmente ocupante do cargo em comissão de DIRETORA DE ESCOLA, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, retorna ao cargo de efetivo de SECRETARIA DE ESCOLA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e com exercício na EBM Antonio Paglia.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 024/2024

Publicação N° 5484228

DECRETO N° 024/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

Considerando o requerimento do servidor e o deferimento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratar de Assuntos Particulares, a Funcionária Pública Municipal Sra. ANDRESSA CALEFFI TAMANHO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 02 (dois) anos a contar do dia 01 de fevereiro de 2024.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2024.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 001/2024

Publicação Nº 5483507

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. ELAINE CRISTINA VIEIRA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO Nº: 001/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 003/2022-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício Municipal, o Sr. AILTO NECKEL DE SOUZA, brasileiro, casado, portador de CPF sob o nº: 586.000.000-68 e RG sob o nº: 4736500, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. ELAINE CRISTINA VIEIRA, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 2374445-6 e inscrita no CPF sob o nº: 044.650.709-18, domiciliada e residente no Município de Porto Belo-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2.022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico à CONTRATANTE. As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo

O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.

Início: 02/01/2024

Término: 31/12/2024

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato

A remuneração mensal paga ao contratado será de R\$ 2.384,49 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

Cláusula Quarta - Do Pagamento

O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.

O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante

O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades

O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades: a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido; b) rescisão contratual; c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação

O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:



- I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa da Administração Pública; e
III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões

Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Primeira - Do Foro Eleito

Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 02 de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
PREFEITO EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

ELAINE CRISTINA VIEIRA
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

CONTRATO Nº: 002/2024

Publicação Nº 5484062

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. THAYSE ARCENO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE Nº: 002/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 002/2022-FMEDUCA, para preenchimento de vagas temporárias, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal.

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício Municipal, o Sr. AILTO NECKEL DE SOUZA, brasileiro, casado, portador de CPF sob o nº: 586.000.000-68 e RG sob o nº: 4736500, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. THAYSE ARCENO, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 4312224 e inscrita no CPF sob o nº: 062.980.479-64, domiciliada e residente no Município de Porto Belo-SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2.022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Servente, à CONTRATANTE, para atuar no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha, Turno: Matutino e Vespertino, Vínculo: Servidora Rosemari Watzko, licença saúde (até 31/01/2024) e licença prêmio (período de 01/02/2024 até 30/04/2024).

As atribuições do cargo deverão ser seguidas pela CONTRATADA, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo

O prazo de vigência do presente instrumento é de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.

Início: 02/01/2024

Término: 30/04/2024

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato

A remuneração mensal paga ao contratado será de R\$ 1.823,56 (um mil oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

Cláusula Quarta - Do Pagamento

O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública. O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante

O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho a CONTRATADA, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades: a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido; b) rescisão contratual; c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação

O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da Administração Pública; e

III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões

Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Primeira - Do Foro Eleito

Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 02 de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
PREFEITO EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

THAYSE ARCENO
CONTRATADO

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

ADRIANA A. SCHIMIGUEL
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

CONTRATO Nº: 003/2024

Publicação Nº 5483689

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. MARIA HELOISA BINDER A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO Nº: 003/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 003/2022-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício Municipal, o Sr. AILTO NECKEL DE SOUZA, brasileiro, casado, portador de CPF sob o nº: 586.000.000-68 e RG sob o nº: 4736500, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. MARIA HELOISA BINDER, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 7359320 e inscrita no CPF sob o nº: 116.845.739-47 domiciliada e residente no Município de Tijucas-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2.022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e

condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico à CONTRATANTE. As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo

O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.

Início: 02/01/2024

Término: 31/12/2024

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato

A remuneração mensal paga ao contratado será de R\$ 2.384,49 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

Cláusula Quarta - Do Pagamento

O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.

O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante

O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades

O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades: a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido; b) rescisão contratual; c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação

O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da Administração Pública; e

III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões

Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Primeira - Do Foro Eleito

Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 02 de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
PREFEITO EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

MARIA HELOISA BINDER
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

CONTRATO Nº: 004/2024

Publicação Nº 5483724

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. ANA CRISTINA DE ANDRADE RODRIGUES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPEUTA DE Nº: 004/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 003/2022-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício Municipal, o Sr. AILTO NECKEL DE SOUZA, brasileiro, casado, portador de CPF sob o nº: 586.000.000-68 e RG sob o nº: 4736500, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. ANA CRISTINA DE ANDRADE RODRIGUES, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 7021628 e inscrita no CPF sob o nº: 099.591.839-20, domiciliado e residente no Município de Porto Belo-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Fisioterapeuta à CONTRATANTE, para atuar no Centro de Fisioterapia (CEFIR). As atribuições do cargo deverão ser seguidas pela CONTRATADA, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo

O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.

Início: 02/01/2024

Término: 31/12/2024

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato

A remuneração mensal paga ao contratado será de R\$ 4.338,13 (quatro mil trezentos e trinta e oito reais e treze centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

Cláusula Quarta - Do Pagamento

O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Fisioterapeuta, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.

O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante

O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades

O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:

- advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido;
- rescisão contratual;
- na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação

O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da Administração Pública; e

III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões

Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Primeira - Do Foro Eleito

Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 02 de janeiro de 2024

AILTO NECKEL DE SOUZA
PREFEITO EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

ANA CRISTINA DE ANDRADE RODRIGUES
CONTRATADA

Testemunhas:

HERMANDES R DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

CONTRATO Nº: 006/2024

Publicação Nº 5483599

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A SRA. ROSIENE TRINDADE ADRIANO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO Nº: 006/2024.

Considerando o Processo Seletivo nº: 003/2022-FMS, para admissão em caráter temporário e de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público;

Considerando a necessidade de contratação para atendimento no Município de Porto Belo, firma-se:

O presente Termo de Contrato, que fazem o MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício Municipal, o Sr. AILTO NECKEL DE SOUZA, brasileiro, casado, portador de CPF sob o nº: 586.000.000-68 e RG sob o nº: 4736500, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. ROSIENE TRINDADE ADRIANO, brasileira, casada, portadora de Cédula de Identidade nº: 43764487 e inscrita no CPF sob o nº: 051.767.909-47, domiciliada e residente no Município de Itapema-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Municipal nº 2.022/2012, têm justo e contratado o presente instrumento que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico à CONTRATANTE. As atribuições do cargo deverão ser seguidas pelo CONTRATADO, de acordo com a sua função e com base na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Prazo

O prazo de vigência do presente instrumento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, por meio de Aditivo, se persistir o interesse da Administração Pública, na forma da legislação vigente.

Início: 02/01/2024

Término: 31/12/2024

Cláusula Terceira - Do Valor do Contrato

A remuneração mensal paga ao contratado será de R\$ 2.384,49 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), de acordo com o vencimento da carreira relacionada.

Cláusula Quarta - Do Pagamento

O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado parcelas proporcionais, pagas até o quinto dia útil do mês, através de holerite.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratado e Avaliação

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de Auxiliar de Gabinete Odontológico, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em estreita colaboração com o CONTRATANTE, mantendo-o permanentemente informado sobre o andamento, bem como a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração Pública.

O servidor poderá ser avaliado a cada 3 (três) meses por seu superior hierárquico, sendo que, caso sua avaliação seja insuficiente, o mesmo poderá ser dispensado de seus serviços, sem direito a indenização.

Cláusula Sexta - Das Obrigações do Contratante

O CONTRATANTE obriga-se a dar total condição de trabalho ao CONTRATADO, fornecendo todos os dados e materiais necessários para a execução dos serviços contratados.

Cláusula Sétima - Dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Oitava - Das Penalidades

O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades: a) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido; b) rescisão contratual; c) na aplicação destas penalidades serão consideradas o grau de gravidade da falta nos termos do Estatuto, sendo admitidos os recursos previstos em Lei e garantida a ampla defesa.

Cláusula Nona - Da Natureza Jurídica da Contratação

O presente contrato vincula-se ao regime jurídico administrativo.

Cláusula Décima - Da Inexecução e da Rescisão

O presente contrato poderá ser rescindido, em conformidade com a Lei Municipal nº 2022/2012, sem direito a indenizações, nos seguintes casos:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da Administração Pública; e

III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Primeira - Das Omissões

Os casos omissos, não previstos neste contrato serão regulados, regidos e solucionados de acordo com as normas da Lei Municipal nº 2022/2012, e demais legislações que normatizam o tipo jurídico deste instrumento e suas alterações.

Cláusula Décima Primeira - Do Foro Eleito

Fica definido o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir as dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim sendo, por estarem juntas e contratadas, assinam as partes este presente contrato, em uma via de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 02 de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
PREFEITO EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

ROSIENE TRINDADE ADRIANO
CONTRATADO

Testemunhas:

HERMANDES RODRIGUES DA COSTA
SECRETARIO EXECUTIVO

JAINARA SOARES NORDIO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

PORARIA Nº: 029/2024

Publicação Nº 5484175

PORTARIA Nº: 029/2024

"Exonera o Servidor Público Municipal Miqueias Manoel da Silvado cargo de Diretor de Assistência Social do Município de Porto Belo e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o comunicado do Gabinete do Prefeito do Município de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal Miqueias Manoel da Silva, brasileiro, divorciado, portador de Cédula de Identidade nº: 4293847 e inscrito no CPF sob o nº: 035.245.499-77, do cargo em comissão de Diretor Geral de Assistência Social, Nível – N1- CC1/FG1, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Porto Belo, com efeitos a partir do dia 31 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 31 de janeiro de 2024.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA 014/2024

Publicação N° 5483838

PORTARIA N°: 014/2024

“Amplia Carga Horária Semanal Provisoriamente da Servidora Pública Municipal Senhora Andrea Panassol da Rosa e dá outras providências.”

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando a necessidade de suprir a demanda de trabalho no Instituto de Previdência – PORTOBELOPREV, faz-se indispensável a ampliação de Carga Horária de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais..

Resolve:

Art. 1º Ampliar a carga horária semanal provisoriamente da Servidora Pública Municipal Senhora Andrea Panassol da Rosa, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 22.379.779-0 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 896.846.720-04, ocupante do cargo efetivo de Advogada, OAB/SC 61.154 A e OAB/RS 83.210, no Instituto de Previdência - PORTOBELOPREV, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº 002/2019, Portaria nº 346/2021, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, durante o período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria poderá ser revogada a critério do PORTOBELOPREV.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos dois dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício

PORTARIA N°: 022/2024

Publicação N° 5483379

PORTARIA N°: 022/2024

“Retorno do Servidor Público Municipal Senhor Diego Barcelos Sa as atividades funcionais de Motorista e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o requerimento do Servidor Público Municipal Senhor Diego Barcelos Sa, no qual solicita o retorno as atividades funcionais de Motorista.

Considerando a Lei Municipal nº: 718/93, Estatuto do Servidor Público Municipal.

Resolve:

Art. 1º Conceder o retorno do Servidor Público Municipal Senhor Diego Barcelos Sa, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº: 4083389066 e inscrito no CPF sob o nº: 014.203.160-79, ocupante do cargo público efetivo de Motorista do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 324/2021, lotado na Secretaria de Educação do Município de Porto Belo, com efeitos a partir do dia 08 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir do dia 08 de janeiro de 2024.

Porto Belo – SC, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 023/2024

Publicação Nº 5484111

PORTARIA Nº: 023/2024

“Revoga a Portaria nº: 015/2024 e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica;

Resolve:

Art. 1º Revogar os efeitos da Portaria nº: 015/2024, de 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 024/2024

Publicação Nº 5484117

PORTARIA Nº: 024/2024

“Revoga a Portaria nº: 016/2024 e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica;

Resolve:

Art. 1º Revogar os efeitos da Portaria nº: 016/2024, de 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 025/2024

Publicação Nº 5484150

PORTARIA Nº: 025/2024

“Revoga a Portaria nº: 017/2024 e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica;

Resolve:

Art. 1º Revogar os efeitos da Portaria nº: 017/2024, de 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 026/2024

Publicação Nº 5484151

PORTARIA Nº: 026/2024

“Revoga a Portaria nº: 018/2024 e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica;

Resolve:

Art. 1º Revogar os efeitos da Portaria nº: 018/2024, de 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 027/2024

Publicação Nº 5484158

PORTARIA Nº: 027/2024

“Revoga a Portaria nº: 019/2024 e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica;

Resolve:

Art. 1º Revogar os efeitos da Portaria nº: 019/2024, de 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 028/2024

Publicação Nº 5484169

PORTARIA Nº: 028/2024

“Exonera a Servidora Pública Municipal Patricia da Silva do cargo de Diretora de Planejamento em Saúde do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o comunicado do Gabinete do Prefeito do Município de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal Patricia da Silva, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 3.780062 e inscrita no CPF sob o nº: 035.401.139-16, do o cargo em comissão de Diretora de Planejamento em Saúde, Nível – N1- CC1/FG1, lotada na

Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, do Município de Porto Belo, com efeitos a partir do dia 31 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 31 de janeiro de 2024.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 030/2024

Publicação Nº 5484185

PORTARIA Nº: 030/2024

“Nomeia a Senhora Patricia da Silva para o cargo de Diretora de Vigilância Epidemiológica do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica, e em conformidade com a Lei nº: 2722, de 15 de janeiro de 2019,

Resolve:

Art. 1º Nomear em comissão, na forma do inciso II, do artigo 9º, da Lei Municipal nº: 718, de 31 de maio de 1993, a Senhora Patricia da Silva, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 3.780062 e inscrita no CPF sob o nº: 035.401.139-16, para assumir o cargo em comissão de Diretora de Vigilância Epidemiológica, Nível – N1- CC1/FG1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir do dia 01 de fevereiro de 2024.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024,

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 031/2024

Publicação Nº 5484196

PORTARIA Nº: 031/2024

“Nomeia o Senhor Miqueias Manoel da Silva para o cargo de Diretor de Planejamento em Saúde do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica, e em conformidade com a Lei nº: 2722, de 15 de janeiro de 2019,

Resolve:

Art. 1º Nomear em comissão, na forma do inciso II, do artigo 9º, da Lei Municipal nº: 718, de 31 de maio de 1993, o Senhor Miqueias Manoel da Silva, brasileiro, divorciado, portador de Cédula de Identidade nº: 4293847 e inscrito no CPF sob o nº: 035.245.499-77, para assumir o cargo em comissão de Diretor de Planejamento em Saúde, Nível – N1- CC1/FG1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, com efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir do dia 01 de fevereiro de 2024.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DO ENSALAMENTO - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023

Publicação Nº 5484091

1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023

DIVULGAÇÃO DO ENSALAMENTO

Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
96765	ADRIANE RODRIGUES DE MORAIS PASQUALI LEITE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93892	ADRIELEN LARISSA ZAMBONI CORREIA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94139	ALDA LINE JUNGLES DE CAMARGO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96610	ALESSANDRA CRISTINA HOLOVATY	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94506	ALEXANDRA MARA CORRÊA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96417	AMANDA ALINE VOLANICK BERBEIK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95078	AMANDA GELINSKI LOURES DAS CHAGAS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96628	ANA CAROLINE DA LUZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96754	ANA PAULA MIZVUA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93985	ANDREA WITASIAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94463	ANDREIA CRISTINA TEIXEIRA FERREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93694	ANDREIA GAN KNOL	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94861	ANDREIA PATRICIA BUENO CORREA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95813	ANDRESSA KULIBABA PINTO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96695	ANE CAROLINA FERNANDES CZADOTZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95564	ANGELICA APARECIDA DE MOURA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96631	ANTONIO RENATO GONZAGA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96317	ARLETE APARECIDA DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95170	CAMILA DIAS DE MOURA AGUIAR	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96553	CAMILA RIBEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96670	CAMILA SUELEN DOS SANTOS WAGNER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93598	CAROLINA BORDIGNON	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95758	CAROLINA FERREIRA DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

96703	CAROLINE DA CONCEIÇÃO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94263	CAROLINE SUELI DE OLIVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96192	CELIA APARECIDA CARRARO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95397	CINTIA WINTER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94203	CLARA KAROLINNE DE ARAUJO VIRGINIO FRAGÔSO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96253	CLARICE DA LUZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96041	CLAUDIA APARECIDA WLODARCZYK SLIVINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94101	DAIANE FATIMA DOMINGUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95959	DANIELLY EMILIA STACHERA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95892	DAYANA DAMBROSKI DE LIMA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95939	DEBORA CRISTIANE VENCE SCHNEIDER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96354	DENISE MARIA SOARES DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93908	DINA SARAIVA FINCK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95203	DIRLEI SELEDES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93610	DRIELLE TAYNÁ MUXFELDT	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96574	EDCLEA MARIA STACHERA DAMASCENO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93936	EDICLEIA GURALH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96395	EDSON RIBEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96246	ELAINE DAIANE MARINHUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94447	ELIANE FERREIRA NUNES DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96441	ELIANE ISABEL MARINHUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94165	ELIANE JOICE SIQUEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95569	ELIANE LUCZKIEWICZ DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
93944	ELIANE PROKOPOVICZ SCHUERI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96671	ELIS PAULA WERUS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95421	ELISIANE NEIVA BAHNERT	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96693	ELIZA FRANCIELE PADILHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96797	ELIZETE DE MATIAS ALMEIDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96097	ELOINA FERNANDES DOS SANTOS MEDEIROS DA ROSA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95881	EVELISE CRISTINA RIKACZEWSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

94517	EVERLISE SOARES DIAS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94418	FLÁVIA CRISTINA DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95133	FRANCIELI PATRICIA FERREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96333	FRANCIELLE SCHMITK SESTERHENN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96508	FRANCIELLI JULIANA PICUR CIRINO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94088	GABRIEL VERGOPOLAN MILESKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
93863	GABRIELA KAMILY BATISTA PELEPIO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96595	GABRIELA NUNES DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94470	GABRIELLE DE LIMA MELLE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94897	GIOVANA CLEIA MANRICH ROSALINO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94413	GISELE DA SILVA BRUNS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96747	GISELI APARECIDA OLINEK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96241	HELAYNE CÂNDIDO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
93777	HELOISA MIRIAN VIEIRA PAIS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94978	IARA SANTOS NASCIMENTO MONCH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95947	IARA APARECIDA DAMS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94993	IARA APARECIDA SIMÕES STEIN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94248	ISOLETE DA LUZ DA CUNHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94284	IVANA CRISTINA RAMOS DOMINGUES JOLY	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96659	IVETE SANTOS MORAES MOURA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
93906	IVETE SILVEIRA BUOGO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
93933	IVONE PILAR LINK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94892	JAMILLE BATISTA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
93739	JANAINA DE FÁTIMA SAVI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94666	JANAINA SANTANA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94505	JANETE DE FÁTIMA FERREIRA MIRANDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96606	JANETE RIBAS DA SILVA GODOY	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94888	JAQUELINE PARASTCHUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95067	JÉSSICA MOURA DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96714	JÉSSICA CARLA LIMA WOLF	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

93740	JOCEILENE CRISTINA MAIA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95718	JOCIANE APARECIDA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94272	JOSIANE SATORSKI DE MATOS RODRIGUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96716	JOZIANE APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
93663	JULIANA APARECIDA GONÇALVES SLIVINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96500	KEITY DAIANE DE ALMEIDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95866	LETICIA SPIES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95156	LOIVA DREYER WACHTEL	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94611	LUCELIA PEREIRA COUTO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95351	LUCIANE ZAPOTOCZNY	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95221	LUCINÉIA DE ALMEIDA LARA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96284	MARA INES STELMATCHUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96790	MARCIELY LUANA RIBEIRO DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96238	MARIA ADRIANA NASCIMENTO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96589	MARIANE DE PAULA CORDEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96435	MARILDA VIEIRA DE LIMA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94678	MARILEUZA FREISLEBEN BARDELLA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94015	MARILSE CAPISTRANO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94444	MARINA ANTUNES DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96282	MARINA CARMEN VERGOPOLAN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94750	MAYARA GISLAINE BEDRITCHUK FURLAN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96123	MICHELE CRISTINA DOS SANTOS FELSINGER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96707	MIRIAN PIRES DE OLIVEIRA OSTROSKY	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
93789	NATASHA TEIXEIRA DE FREITAS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94356	NERLI APARECIDA BAZE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96391	NOELI TEREZINHA VAUDAN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96319	PAOLA HELENA MUXFELDT MORANDI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96091	PATRICIA APARECIDA LUTES MICALICHEN FERNANDES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94556	PAULA FERNANDA TEIXEIRA MARTINS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95184	PRISCILA BOAVENTURA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

93922	PRISCILA FOROSTECKY DA ROCHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94253	PRISCILA PONTES MACEDO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96624	RAFAELA THAIS MORANDI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96662	RAQUEL DE PAULA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96780	REGIMARI FRANCO PINTO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95206	RENATA CHEVEN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95835	RENI DE FÁTIMA MARTINS DA ROSA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95766	RHUANA PAULA MARQUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96181	RISOLANE CRISTIELE MIGUELISSA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96258	rita MARGARETE DOBINSKI ZANGRANDE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95936	ROSE MARI TRISNO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95605	ROSEMERI ZILINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94805	ROSICLEIDE SALETE DA SILVA DE MORAES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96249	SABRINA LIANDRA RODRIGUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94392	SANDRA MARA BATISTA DE RAMOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96479	SANDY BUENO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95789	SARAH SCHEID PALMITO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95669	SELMA MARIA SALDANHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96299	SHARA MONIQUE DE ASSIS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96698	SILVIA LUCIANE SENFF	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96634	SIMONE ALVES DA SILVA IVANKIO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96437	SIRLEI DA ROCHA DOBLER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94004	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95676	TALITA MIRANDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
93762	TÂNIA DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95497	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTECKY	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96128	VANDERLEIA SAMPAIO DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
93633	VANDRELI CRISTINA FLEITUX KEREZC	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96690	VANESSA APARECIDA BECKER JACK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96356	VANUZA APARECIDA DA SILVA CHAVES.	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

96586	VILCINÉIA LESZAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95460	VILMA IRENO PAGESKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
93785	VIVIANE CANDIDO DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105

Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais - AEE

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
94976	ALCIONE MARIA DE JESUS FELIPSEN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
93676	ANDRÉA GRUBER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96174	ANDREA VERBANEK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96665	BEATRIZ SCHENA ROTTA DE CAMPOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95934	CAMILA GISELE TUCHLINOVITCH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96756	DAIANA DANIEL DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95740	DIRLEI APARECIDA BONFIM MANRICH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
93945	ELIANE PROKOPOVICZ SCHUERI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
93966	ELIZETE JANKOSKI NOGATZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96268	EMANOELI DOS SANTOS AGOSTINHAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95188	GISLAINE SANDERS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96008	IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96131	JAMILLE BATISTA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95059	JÉSSICA MOURA DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96497	MARCIA GREGORIO DELVOSS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96146	MARIA TERESA ALVAREZ VERA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94016	MARILSE CAPISTRANO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95825	OSIANE LUIZA DA ROSA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96708	PATRICIA ROCHELLE AMARANTES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94557	PAULA FERNANDA TEIXEIRA MARTINS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95836	RENI DE FÁTIMA MARTINS DA ROSA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96365	ROSANGELA DA APARECIDA DE LARA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94230	ROSENI DA ROSA FREITAS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

95911	SIRLEI JUNG SCHNEIDER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95461	VILMA IRENO PAGESKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95063	ZENILDA PASZKO BERNARDI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Artes

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
95152	ARNALDO LUCAS FINK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95715	CLEIDE MENDES MARINHO NOGUEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95773	ENEAS ELTON SOARES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96771	JEAN CARLOS PAULEK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95530	MATHEUS LEONARDO DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96175	OTOMAR PEDRO WAGNER JUNIOR	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96700	rita de fátima mareck coelho	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94812	SABRINA DOS SANTOS KUNS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95253	TANIA REGINA HOIÇA NOVACOSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Educação Física

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
96737	ADILSON JOSÉ NAZÁRIO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96349	ALANDRI WAGNER DA COSTA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
93736	ALDRI GRAZIELE DA COSTA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95980	ANDRESSA APARECIDA PRADO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96666	BEATRIZ SCHENA ROTTA DE CAMPOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96297	CAMILA DE BARROS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96702	CAROLINE HELENA RODRIGUES WALPERES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95119	DANIELA MARTINS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94234	DARVIN LUAN NIZER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96691	DIONEIDE DA CRUZ RIBEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

96281	EDUARDO LENON HENZ MOTTA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96216	ELISABETE SILVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
93967	ELIZETE JANKOSKI NOGATZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96233	ERILDE KREUZBERG	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96682	EWERTON FRANCISCO DE PAULA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95585	FERNANDA GABRIELA HEIDE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96339	FRANCIELLE MENDES DE MORAES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96204	GABRIEL LUIS FIUTEK RACHAKOSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94860	GENTIL PEREIRA DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94820	GERALDO BLASKOWSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96635	GISLAINE KARPINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
93716	GRAZIELE APARECIDA FERNANDES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94594	JANAÍNA GONCALVES DE JESUS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
93828	JOHNNY FERNANDO CONDE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96612	JONATHAN ANTUNES DE JESUS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95783	JOSE CLAUDIO WALKIU	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
93737	LUCAS FELIPE DOLINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94432	MÁRCIA REGINA RIBEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96689	MARIA ANGELITA KONKOL	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94434	MATEUS VINÍCIOS MAIESKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95001	MIRIAN DE PAULA PSCHWOSNE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95020	PRICILA POLETTO DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94876	RAFAEL IRIAN PRESZNHUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95207	RENATA CHEVEN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96400	RICARDO FERREIRA GELINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96063	RUBENS IENTZ JUNIOR	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94637	SUZANE FONSECA TAVARES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96785	TAIS GRACIELE KOCHINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96095	THAIS APARECIDA DE LIMA NAGURNHAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96079	VANESSA GOMES DOS SANTOS WOITEXEN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Geografia

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
94547	ACIR ARNO FECHT	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96422	ADRIANE COROSQUE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96452	ALEXANDRE MATOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
94592	ANA KARLLA PENNA ROCHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96751	ANDERSON LUIS FERREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
95468	ANDRE RENATO GOMES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
95153	ARNALDO LUCAS FINK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96334	BRUNO EDUARDO PIAZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96643	HELDER BUCK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
93798	MARCOS CESAR DE PAULA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96792	WILSON DE JESUS ALMEIDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - História

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
96725	CLEUNICE FERREIRA DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96611	DULCE CASAGRANDE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96639	FLÁVIA SCHENA ROTTA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96388	GUILHERME FERNANDO LESSING	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96242	HELAYNE CÂNDIDO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95748	JÉSSICA LUANA AZEREDO ZAMBONI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96651	JOACIR LUCAS DE DEUS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
94017	JOSÉ ROBERTO WOSGRAU	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
95630	JOSNELLI LEVANDOVSKI VELOSO MARTINS WEIWANKO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
93660	LEANDERSON CRISTIANO VOZNEI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
94579	MANUELA FLEITUCH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96176	OTOMAR PEDRO WAGNER JUNIOR	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
94337	PRISCILA DE CASTRO SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

96741	SANDY LIMA CAVALCANTI DE OLIVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
94632	ZULEIDE MARIA MATULLE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Informática

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
93962	JEFFERSON DOBLER BARAN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
95114	KLEBER LUCAS SKUBISZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Língua Inglesa

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
96564	ANNE CAROLINE CZORNOBAY DOLINSKI JAKIMILU	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
95720	DANIELE GARMÊNDIO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
94588	EDIMARA ARIANE MARTINS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96692	ELAINE CRISTINA MARINHUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96768	KARLA ADRIANE DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96274	MARIANA CRISTINA ANTUNES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96773	MARIANE LEANDRO DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96461	ROSANA MARIA SANTANNA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96072	SUELI BEATRIZ FILIPAK COLMÁN DIAZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
95060	VINICIUS MYCHAYLYK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96515	VIVIANE NORONHA DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Língua Portuguesa

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
96565	ANNE CAROLINE CZORNOBAY DOLINSKI JAKIMILU	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96669	BRUNA APARECIDA CHRUN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96579	BRUNO CANDIDO DE OLIVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

94264	CAROLINE SUELI DE OLIVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93977	CLEIDE REGIANE DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
94885	EDIANÊS APARECIDA MACHADO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
94089	GABRIEL VERGOPOLAN MILESKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94804	GRACIELE APARECIDA DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96613	GUSTAVO BERTOCHÉ GUIMARÃES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
95948	IARA APARECIDA DAMS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96034	JANETE APARECIDA SILVA ANDRADE SCHEID	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
94053	JULIANA KESSIN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96071	LAISA MARYANE NUNES DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
95902	LEILA MARIA DE ALMEIDA KOLODA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
94045	LICIANE COUTINHO DE PAULA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
93591	LUCÉLIA CRISTINA DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
93996	LUIZ HENRIQUE VENSOWSKI SCHRODER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
95674	MADELAINE EVA WIELEWSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96313	MARCIONEI DANIEL TARACIUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96275	MARIANA CRISTINA ANTUNES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96774	MARIANE LEANDRO DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96808	PRISCILLA ZASTANNY WILHELMS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
95848	SARAH SEROISKA TOMKO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
95061	VINICIUS MYCHAYLYK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Matemática

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
95118	ADRIEL CRISTINE BUENO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
93678	ANA FLAVIA FERREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96343	ANDREA VLADCOVSKI BORILLE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
95089	CAMILA MARIA KOFTUN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
95039	ELINTON OLIVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

95083	EMILI BONIECKI CARNEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96561	FABIANA APARECIDA DOLINE DE OLIVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
94481	GIOVANI FEGER SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
94900	MARCIA FRANCAZAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
95816	MARCOS BARON	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96686	RENATA GALVÃO DA COSTA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96793	WILSON DE JESUS ALMEIDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais Ciências

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
96766	ADRIANE RODRIGUES DE MORAIS PASQUALI LEITE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96267	ALINE HAMANN ALMEIDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96344	ANDREA VLADCOVSKI BORILLE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
94536	ANDREIA CRISTINA TEIXEIRA FERREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95036	BEATRIZ WIERZBICKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96681	BRUNA MARIA CAZNOK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
94019	CARINA ORTH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96732	GRAZIELE APARECIDA SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
94162	JAQUELINE MAZZOCO FLORES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 04
96744	JAQUELINE MILENA SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96076	LUANA KZIOZEK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94070	LUCI FATIMA PEREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96198	MARCELA BANASZEWSKI CASARA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96718	MARIA JOINETE FURST	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94426	PATRICIA MACHADO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95842	POLIANA GLEINSKI MACUCO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94531	SABRINA DOS SANTOS KUNS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95871	SÉRGIO RICARDO GONÇALVES CORREIA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94957	SUNAH JESSIE MAKIOLKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

93792	SUSANA FERREIRA DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96733	THAIS APARECIDA DULZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95138	WELINTON MALLMANN DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05

Professor Docente Educação Infantil

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
96262	ADRIANA ANDREIA DE OLIVEIRA POTOKOSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96001	ADRIANA SILVA SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94267	ADRIANE BRITO DE MIRANDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
93893	ADRIELEN LARISSA ZAMBONI CORREIA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93703	ALESSANDRA BUCH FAUATE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95963	ALINE MARJORIE ROCHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94982	ALINE SCHORR	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96316	ALZIMARY DÉKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96418	AMANDA ALINE VOLANICK BERBEHK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94774	AMANDA NIZER PORTELA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96761	AMANDA TATIANE SACHINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96064	ANA CAROLINA KLEIN IENTZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96629	ANA CAROLINE DA LUZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96060	ANA JACINTA MESQUITA BEZERRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96755	ANA PAULA MIZVUA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93990	ANA PAULA SMYKALUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96801	ANA PAULA SOARES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
93695	ANDREIA GAN KNOL	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94862	ANDREIA PATRICIA BUENO CORREA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
94215	ANDREIA SZNICER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96371	ANNA MARIA CUNHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95527	ARISLAINE MARIA POLIKA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96318	ARLETE APARECIDA DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

96620	BERENICE APARECIDA OLIVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94047	CACIA REGINA GELINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96077	CAMILA DE FÁTIMA FERREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95171	CAMILA DIAS DE MOURA AGUIAR	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95935	CAMILA GISELE TUCHLINOVITCH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96465	CARINA ESTÁCIO DE PAULA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95759	CAROLINA FERREIRA DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96701	CAROLINE DA CONCEIÇÃO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95702	CELIA APARECIDA CHECHELAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
93713	CHAIANE FERNANDA SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94122	CÍNTIA GABRIELE DE ALMEIDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94204	CLARA KAROLINNE DE ARAUJO VIRGINIO FRAGÔSO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96254	CLARICE DA LUZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93639	CRISTIANE APARECIDA MARQUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94827	DANIELE APARECIDA STRUCKS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94013	DANIELE APARECIDA ZAULESKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94798	DANIELE PRISCILA LANGER ZIELINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94620	DANIELLE CRISTINA ANDRUKIU	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95960	DANIELLY EMILIA STACHERA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93641	DANYELE DOS SANTOS FERNANDES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95940	DEBORA CRISTIANE VENCE SCHNEIDER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96355	DENISE MARIA SOARES DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93925	DINA SARAIVA FINCK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
95741	DIRLEI APARECIDA BONFIM MANRICH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96648	DJESSICA LUANA ZAGO WOITEXEN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
93611	DRIELLE TAYNÁ MUXFELDT	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96711	EDILMARA SZYMANSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95997	EDNA REGINA COSTA MOREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96247	ELAINE DAIANE MARINHUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93718	ELAINE MARTINS DEINGER LOURENÇO DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

	KORMANN		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96055	ELENICE GONÇALVES DE JESUS		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96721	ELIANE DE FÁTIMA ALVES MARTINS		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94166	ELIANE JOICE SIQUEIRA		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95570	ELIANE LUCZKIEWICZ DA SILVA		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96217	ELISABETE SILVEIRA		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96536	ELISIANE NEIVA BAHNERT		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96093	ELOINA FERNANDES DOS SANTOS MEDEIROS DA ROSA		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96269	EMANOELI DOS SANTOS AGOSTINHAK		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96000	EUNICE SIEMIATKOSKI		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96753	EVELIN DE FÁTIMA MOUSSE		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95882	EVELISE CRISTINA RIKACZEWSKI		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94514	EVERLISE SOARES DIAS		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96457	FABIANA CORREIA E SILVA		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94487	FABIELI LUZIA DUMA RAMOS		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 01
96640	FLÁVIA SCHENA ROTTA		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96783	FRANCIANE CRISTINE BRIXI		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95529	FRANCIELE KARINA SANTOS ZIELINSKI		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95649	FRANCIELI BARDECIKI ZAIONS		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95877	GABRIELE SCHNEIDER FLEITUCH		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96189	GABRIELLE APARECIDA KREUTZFELT		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94471	GABRIELLE DE LIMA MELLE		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94056	GABRIELLY STOCKER SANTOS		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95267	GILMARA MISCHKA		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94898	GIOVANA CLEIA MANRICH ROSALINO		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
94414	GISELE DA SILVA BRUNS		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96748	GISELI APARECIDA OLINEK		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96382	GLAUCIANA ALVES DE CAMARGO		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94738	HELAINE KUBIAK		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95433	HELOISE CRISTIANE BARBOSA		FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

94994	IARA APARECIDA SIMÕES STEIN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95434	INGRID NALIN TROCHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95560	IOLE BENASSI CAPPELLARI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94285	IVANA CRISTINA RAMOS DOMINGUES JOLY	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
93907	IVETE SILVEIRA BUOGO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96009	IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
93926	IVONE PILAR LINK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95981	JAMILE FERNANDA DOMINGUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94667	JANAINA SANTANA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96303	JENYFFER LETICIA RIBEIRO GUIZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96266	JESSICA FABIANA CORDEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95849	JÉSSICA SUELEN DA MOTA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96713	JOCEMARA DA SILVA CHARAVARA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95719	JOCIANE APARECIDA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95121	JOELMA VERIDIANE TEIXEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96726	JOSIANE DE PAULA DROSZAK SARAIVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94278	JOSIANE SATORSKI DE MATOS RODRIGUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96717	JOZIANE APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95596	JUCELEI STADNIK PONTES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
93664	JULIANA APARECIDA GONÇALVES SLIVINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95880	JULIANA DA COSTA GONÇALVES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96019	KAREN ROBERTA CORDEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96604	KARIN ANDRIELI DE LIMA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95914	KARINA ROSANGELA PARASTCHUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96469	KAUANA DE BRITO CORASSA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96499	KEITY DAIANE DE ALMEIDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
93608	KELLEN MALLMANN DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95115	KELYN CAROLINE BUENO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95828	KETLIN GISLIANI ALVES DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96623	LARISSA LUANA NIZER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

96724	LETÍCIA BORGES DE SOUZA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94189	LETICIA DE LIMA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96730	LETICIA FLEITUCH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95986	LETICIA GREGORIO DE AMORIM	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94932	LETICIA LUANA KREBS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95867	LETICIA SPIES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94675	LETICIA WURR BIGOSINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96791	LILIAN DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96084	LIRIANE LETICIA DOS REIS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95157	LOIVA DREYER WACHTEL	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95352	LUCIANE ZAPOTOCZNY	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95216	LUCINÉIA DE ALMEIDA LARA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96594	MÁRCIA APARECIDA MIRANDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96498	MARCIA GREGORIO DELVOSS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94433	MÁRCIA REGINA RIBEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96605	MARIA CLAUDICÉIA BRAUN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
94528	MARIA SILMARA FERMINO IWANCZUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96436	MARILDA VIEIRA DE LIMA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94679	MARILEUZA FREISLEBEN BARDELLA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94092	MARÍLIA PRADO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
94445	MARINA ANTUNES DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94901	MARINA GABRIELLI TOPOLSKI CHELEPA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
95727	MARIZETE DE FATIMA ROSA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
95610	MARTA WRUBLEWSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
95806	MARY GLECIA AIRES FERREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96124	MICHELE CRISTINA DOS SANTOS FELSINGER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96245	MILENA SILVÉRIO FERREIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
95002	MIRIAN DE PAULA PSCHWOSNE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
95827	MISLEINE WOLF	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96240	NAIARA MARIA IZIDORO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

93790	NATASHA TEIXEIRA DE FREITAS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
94357	NERLI APARECIDA BAZE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95826	OSIANE LUIZA DA ROSA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94915	PAMELA CARDOZO BERNARDES RIBEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96219	PAOLA ARIELY DOMINGUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96092	PATRICIA APARECIDA LUTES MICALICHEN FERNANDES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96656	PATRÍCIA MARCENIUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96709	PATRICIA ROCHELLE AMARANTES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95843	POLIANA GLEINSKI MACUCO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95388	PRISCILA FOROSTECKY DA ROCHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96736	REGINA DE FARIAS BATISTA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
95767	RHIANA PAULA MARQUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
96259	RITA MARGARETE DOBINSKI ZANGRANDE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94498	ROBERTA DA SILVA IENSEN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
95699	ROSAMARIA RUCINSKI TAVARES E SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96230	ROSANDE DE MORAES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
94680	ROSEMARI BOBAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
94806	ROSICLEIDE SALETE DA SILVA DE MORAES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96787	RUTE RODRIGUES DA ROSA PASSULD	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
94797	SABRINA FERREIRA DE LIMA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96250	SABRINA LIANDRA RODRIGUES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96098	SANDRA BALDIN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
95854	SANDRA MADALENA PEREMIDA PINTO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
95790	SARAH SCHEID PALMITO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95182	SARITA PADILHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
95670	SELMA MARIA SALDANHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96300	SHARA MONIQUE DE ASSIS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
93732	SILMARA VIEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
96090	SILVIA LUCIANE SENFF	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94281	SIMONE APARECIDA WRUBLESKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

96546	SIMONE ZAVIRCZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
94929	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96278	SUÉLEN APARECIDA ANTONIUTTI DE BRITO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
94697	SUELEN RAJANI MEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
95772	TAINÁ APARECIDA DA SILVA CHAVES LAMERA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
93807	TAINA LOPES DE MATOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
96661	TAÍS CRISTINA FELIZ DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
95677	TALITA MIRANDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96802	TATIANA MENDES DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
94081	TERESINHA APARECIDA DE OLIVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
96389	TEREZINHA ALBIGAUS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
96059	THAIS MENEGUEL	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
94560	THAYLINE LETICIA RIBEIRO VIVI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
95498	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTECKY	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96583	VANDERLEIA DE CRISTO KOSLOVSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
96129	VANDERLEIA SAMPAIO DOS SANTOS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
94194	VANDRELI CRISTINA FLEITUX KEREZCZ	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96143	VANESSA CORDEIRO PINTO SCHIER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
94682	VANESSA JANAYNA NICOLAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
96323	VANUSA REGINA NEDILHA KOBROSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
96357	VANUZA APARECIDA DA SILVA CHAVES.	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
93786	VIVIANE CANDIDO DA SILVA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
95974	WANDA APARECIDA DE LIMA FRONCHETTI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
94400	WILLIAM LOURENÇO DE PAULA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08

Professor Pedagogo

Nº INSC	CANDIDATO	ENDEREÇO	PERÍODO	INÍCIO	SALA
94268	ADRIANE BRITO DE MIRANDA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94507	ALEXANDRA MARA CORRÊA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

94983	ALINE SCHORR	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
94775	AMANDA NIZER PORTELA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
96554	CAMILA RIBEIRO	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
93919	CARLA CRISTINA PEPPE	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
94799	DANIELE PRISCILA LANGER ZIELINSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95200	DIRLEI SELEDES	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 102
96647	ELIANE ISABEL MARINHUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96694	ELIZA FRANCIELE PADILHA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
96332	FRANCIELLE SCHMITK SESTERHENN	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 103
95878	GABRIELE SCHNEIDER FLEITUCH	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95561	IOLE BENASSI CAPPELLARI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 05
95851	MARCELE REISDORFER	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
94529	MARIA SILMARA FERMINO IWANCZUK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96147	MARIA TERESA ALVAREZ VERA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105
96663	RAQUEL DE PAULA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 104
95052	ROSE MÁRCIA FARIAS	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
94681	ROSEMARI BOBAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 07
96096	THAIS APARECIDA DE LIMA NAGURNHAK	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 106
96728	VANESSA OLIVEIRA	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
96324	VANUSA REGINA NEDILHA KOBROSKI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 08
95064	ZENILDA PASZKO BERNARDI	FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO	Matutino	07/01/2024 08:00-08:30	Sala 105

Prefeitura Municipal de Porto União, 04 de janeiro de 2024.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023

Publicação Nº 5484086

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

O **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)** faz saber a quem possa interessar a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023.

Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
96765	ADRIANE RODRIGUES DE MORAIS PASQUALI LEITE	21/12/1987
93892	ADRIELEN LARISSA ZAMBONI CORREIA	15/04/1996
94139	ALDA LINE JUNGLES DE CAMARGO	17/07/1995
96610	ALESSANDRA CRISTINA HOLOVATY	11/09/1972
94506	ALEXANDRA MARA CORRÊA	06/07/1983
96417	AMANDA ALINE VOLANICK BERBEHK	30/06/1986
95078	AMANDA GELINSKI LOURES DAS CHAGAS	16/10/2000
96628	ANA CAROLINE DA LUZ	05/08/2000
96754	ANA PAULA MIZVUA	31/10/1990
93985	ANDREA WITASIAK	22/03/1994
94463	ANDREIA CRISTINA TEIXEIRA FERREIRA	19/03/1980
93694	ANDREIA GAN KNOL	18/11/1985
94861	ANDREIA PATRICIA BUENO CORREA	11/02/1989
95813	ANDRESSA KULIBABA PINTO	24/09/1997
96695	ANE CAROLINA FERNANDES CZADOTZ	27/07/1994
95564	ANGELICA APARECIDA DE MOURA	03/07/1978
96631	ANTONIO RENATO GONZAGA	20/05/1996
96317	ARLETE APARECIDA DA SILVA	06/06/1977
95170	CAMILA DIAS DE MOURA AGUIAR	15/04/1991
96553	CAMILA RIBEIRO	05/09/1991
96670	CAMILA SUELEN DOS SANTOS WAGNER	10/12/1988
93598	CAROLINA BORDIGNON	18/06/1991
95758	CAROLINA FERREIRA DOS SANTOS	14/11/1987
96703	CAROLINE DA CONCEIÇÃO	08/08/1995
94263	CAROLINE SUELI DE OLIVEIRA	08/02/1998
96192	CELIA APARECIDA CARRARO	18/09/1969
95397	CINTIA WINTER	06/11/2002
94203	CLARA KAROLINNE DE ARAUJO VIRGINIO FRAGÓSO	04/11/1994
96253	CLARICE DA LUZ	10/09/1985
96041	CLAUDIA APARECIDA WLODARCZYK SLIVINSKI	06/10/1978
94101	DAIANE FATIMA DOMINGUES	30/06/2001
95959	DANIELLY EMILIA STACHERA	27/09/1985
95892	DAYANA DAMBROSKI DE LIMA	28/12/1986
95939	DEBORA CRISTIANE VENCE SCHNEIDER	13/10/1980
96354	DENISE MARIA SOARES DOS SANTOS	25/09/1968
93908	DINA SARAIVA FINCK	09/01/1977

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

95203	DIRLEI SELEDES	13/03/1987
93610	DRIELLE TAYNÁ MUXFELDT	15/08/1996
96574	EDCLEA MARIA STACHERA DAMASCENO	24/05/1982
93936	EDICLEIA GURALH	11/05/1988
96395	EDSON RIBEIRO	10/03/1976
96246	ELAINE DAIANE MARINHUK	09/11/1989
94447	ELIANE FERREIRA NUNES DE SOUZA	01/02/1999
96441	ELIANE ISABEL MARINHUK	06/02/1983
94165	ELIANE JOICE SIQUEIRA	09/12/1996
95569	ELIANE LUCZKIEWICZ DA SILVA	15/11/1991
93944	ELIANE PROKOPOVICZ SCHUERI	14/03/1989
96671	ELIS PAULA WERUS	10/09/1988
95421	ELISIANE NEIVA BAHNERT	06/06/1987
96693	ELIZA FRANCIELE PADILHA	30/05/1987
96797	ELIZETE DE MATIAS ALMEIDA	07/08/1977
96097	ELOINA FERNANDES DOS SANTOS MEDEIROS DA ROSA	24/02/1987
95881	EVELISE CRISTINA RIKACZEWSKI	03/11/1978
94517	EVERLISE SOARES DIAS	21/09/1995
94418	FLÁVIA CRISTINA DOS SANTOS	24/05/1996
95133	FRANCIELI PATRICIA FERREIRA	17/11/1991
96333	FRANCIELLE SCHMITK SESTERHENN	03/01/1989
96508	FRANCIELLI JULIANA PICUR CIRINO	04/06/1981
94088	GABRIEL VERGOPOLAN MILESKI	15/12/1999
93863	GABRIELA KAMILY BATISTA PELEPIO	23/10/2000
96595	GABRIELA NUNES DE SOUZA	21/07/2000
94470	GABRIELLE DE LIMA MELLE	14/08/2000
94897	GIOVANA CLEIA MANRICH ROSALINO	17/01/1990
94413	GISELE DA SILVA BRUNS	16/07/1991
96747	GISELI APARECIDA OLINEK	23/07/1981
96241	HELAYNE CÂNDIDO	23/10/1980
93777	HELOISA MIRIAN VIEIRA PAIS	25/09/1997
94978	IARA SANTOS NASCIMENTO MONCH	03/02/1980
95947	IARA APARECIDA DAMS	16/07/1997
94993	IARA APARECIDA SIMÕES STEIN	23/11/1981
94248	ISOLETE DA LUZ DA CUNHA	09/09/1965
94284	IVANA CRISTINA RAMOS DOMINGUES JOLY	05/08/1996
96659	IVETE SANTOS MORAES MOURA	24/05/1981
93906	IVETE SILVEIRA BUOGO	20/04/1981
93933	IVONE PILAR LINK	22/06/1990
94892	JAMILLE BATISTA	12/08/1975
93739	JANAINA DE FÁTIMA SAVI	15/05/1969
94666	JANAINA SANTANA SILVA	04/07/1991
94505	JANETE DE FÁTIMA FERREIRA MIRANDA	03/11/1970
96606	JANETE RIBAS DA SILVA GODOY	06/02/1977
94888	JAQUELINE PARASTCHUK	01/06/1997
95067	JÉSSICA MOURA DA SILVA	18/11/1995

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

96714	JÉSSICA CARLA LIMA WOLF	05/01/1992
93740	JOCEILENE CRISTINA MAIA	20/01/1986
95718	JOCIANE APARECIDA SILVA	14/01/1983
94272	JOSIANE SATORSKI DE MATOS RODRIGUES	04/09/1986
96716	JOZIANE APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	14/12/1990
93663	JULIANA APARECIDA GONÇALVES SLIVINSKI	07/11/1983
96500	KEITY DAIANE DE ALMEIDA	06/08/1989
95866	LETICIA SPIES	01/11/1994
95156	LOIVA DREYER WACHTEL	21/07/1988
94611	LUCELIA PEREIRA COUTO	12/05/1980
95351	LUCIANE ZAPOTOCZNY	08/02/1987
95221	LUCINÉIA DE ALMEIDA LARA	09/05/1989
96284	MARA INES STELMATCHUK	04/03/1972
96790	MARCIELY LUANA RIBEIRO DOS SANTOS	01/10/1996
96238	MARIA ADRIANA NASCIMENTO	10/05/1971
96589	MARIANE DE PAULA CORDEIRO	09/08/1980
96435	MARILDA VIEIRA DE LIMA	17/06/1980
94678	MARILEUZA FREISLEBEN BARDELLA	09/06/1978
94015	MARILSE CAPISTRANO	19/08/1975
94444	MARINA ANTUNES DOS SANTOS	18/04/1992
96282	MARINA CARMEN VERGOPOLAN	23/01/2001
94750	MAYARA GISLAINE BEDRITCHUK FURLAN	12/06/1998
96123	MICHELE CRISTINA DOS SANTOS FELSINGER	12/04/1980
96707	MIRIAN PIRES DE OLIVEIRA OSTROSKY	28/04/1981
93789	NATASHA TEIXEIRA DE FREITAS	19/06/1998
94356	NERLI APARECIDA BAZE	28/10/1990
96391	NOELI TEREZINHA VAUDAN	04/01/1968
96319	PAOLA HELENA MUXFELDT MORANDI	20/04/1992
96091	PATRICIA APARECIDA LUTES MICALICHEN FERNANDES	28/01/1989
94556	PAULA FERNANDA TEIXEIRA MARTINS	16/09/1992
95184	PRISCILA BOAVENTURA	10/09/1986
93922	PRISCILA FOROSTECKY DA ROCHA	18/09/1987
94253	PRISCILA PONTES MACEDO	23/09/1993
96624	RAFAELA THAIS MORANDI	27/08/1999
96662	RAQUEL DE PAULA	05/04/1987
96780	REGIMARI FRANCO PINTO	10/04/1987
95206	RENATA CHEVEN	14/07/1987
95835	RENI DE FÁTIMA MARTINS DA ROSA	19/11/1971
95766	RHUANA PAULA MARQUES	07/03/1992
96181	RISOLANE CRISTIELE MIGUELISSA	21/11/1988
96258	RITA MARGARETE DOBINSKI ZANGRANDE	05/07/1979
95936	ROSE MARI TRISNO	08/05/1969
95605	ROSEMERI ZILINSKI	04/06/1975
94805	ROSICLEIDE SALETE DA SILVA DE MORAES	15/05/1983
96249	SABRINA LIANDRA RODRIGUES	10/01/2000
94392	SANDRA MARA BATISTA DE RAMOS	20/11/1985

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

96479	SANDY BUENO	02/07/2001
95789	SARAH SCHEID PALMITO	22/09/2000
95669	SELMA MARIA SALDANHA	16/08/1983
96299	SHARA MONIQUE DE ASSIS	04/02/1994
96698	SILVIA LUCIANE SENFF	23/01/1983
96634	SIMONE ALVES DA SILVA IVANKIO	06/09/1975
96437	SIRLEI DA ROCHA DOBLER	25/02/1982
94004	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	22/08/1987
95676	TALITA MIRANDA	07/02/1995
93762	TÂNIA DA SILVA	26/12/1985
95497	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTECKY	04/08/1967
96128	VANDERLEIA SAMPAIO DOS SANTOS	15/06/1993
93633	VANDRELI CRISTINA FLEITUX KEREZCZ	25/12/1981
96690	VANESSA APARECIDA BECKER JACK	21/01/1987
96356	VANUZA APARECIDA DA SILVA CHAVES.	04/05/1982
96586	VILCINÉIA LESZAK	19/04/1995
95460	VILMA IRENO PAGESKI	01/09/1977
93785	VIVIANE CANDIDO DA SILVA	17/05/1988

Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais - AEE

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
94976	ALCIONE MARIA DE JESUS FELIPSEN	18/04/1972
93676	ANDRÉA GRUBER	23/12/1981
96174	ANDREA VERBANER	21/07/1975
96665	BEATRIZ SCHENA ROTTA DE CAMPOS	25/03/1992
95934	CAMILA GISELE TUCHLINOVITCH	25/10/1990
96756	DAIANA DANIEL DOS SANTOS	26/02/1984
95740	DIRLEI APARECIDA BONFIM MANRICH	06/02/1969
93945	ELIANE PROKOPOVICZ SCHUERI	14/03/1989
93966	ELIZETE JANKOSKI NOGATZ	21/07/1986
96268	EMANOELI DOS SANTOS AGOSTINHAK	20/07/1988
95188	GISLAINE SANDERS	25/04/1972
96008	IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA	30/01/1973
96131	JAMILLE BATISTA	12/08/1975
95059	JÉSSICA MOURA DA SILVA	18/11/1995
96497	MARCIA GREGORIO DELVOSS	19/10/1985
96146	MARIA TERESA ALVAREZ VERA	26/04/1962
94016	MARILSE CAPISTRANO	19/08/1975
95825	OSIANE LUIZA DA ROSA	14/07/1990
96708	PATRICIA ROCHELLE AMARANTES	30/03/1983
94557	PAULA FERNANDA TEIXEIRA MARTINS	16/09/1992
95836	RENI DE FÁTIMA MARTINS DA ROSA	19/11/1971
96365	ROSANGELA DA APARECIDA DE LARA	19/10/1974
94230	ROSENI DA ROSA FREITAS	22/08/1964
95911	SIRLEI JUNG SCHNEIDER	30/12/1980
95461	VILMA IRENO PAGESKI	01/09/1977

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

95063	ZENILDA PASZKO BERNARDI	14/04/1978
-------	-------------------------	------------

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Artes

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
95152	ARNALDO LUCAS FINK	21/04/1984
95715	CLEIDE MENDES MARINHO NOGUEIRA	03/10/1983
95773	ENEAS ELTON SOARES	23/06/1989
96771	JEAN CARLOS PAULEK	22/01/1996
95530	MATHEUS LEONARDO DA SILVA	19/01/1996
96175	OTOMAR PEDRO WAGNER JUNIOR	10/07/1992
96700	RITA DE FÁTIMA MARECK COELHO	27/10/1975
94812	SABRINA DOS SANTOS KUNS	11/09/1993
95253	TANIA REGINA HOIÇA NOVACOSKI	17/12/1985

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Educação Física

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
96737	ADILSON JOSÉ NAZÁRIO	22/07/1977
96349	ALANDRI WAGNER DA COSTA	12/08/2001
93736	ALDRI GRAZIELE DA COSTA	02/05/1994
95980	ANDRESSA APARECIDA PRADO	17/02/2003
96666	BEATRIZ SCHENA ROTTA DE CAMPOS	25/03/1992
96297	CAMILA DE BARROS	07/07/1989
96702	CAROLINE HELENA RODRIGUES WALPERES	27/07/1994
95119	DANIELA MARTINS	10/04/1998
94234	DARVIN LUAN NIZER	30/12/1994
96691	DIONEIDE DA CRUZ RIBEIRO	13/08/1993
96281	EDUARDO LENON HENZ MOTTA	27/07/1999
96216	ELISABETE SILVEIRA	31/10/1979
93967	ELIZETE JANKOSKI NOGATZ	21/07/1986
96233	ERILDE KREUZBERG	14/03/1971
96682	EWERTON FRANCISCO DE PAULA	29/10/1993
95585	FERNANDA GABRIELA HEIDE	11/02/1996
96339	FRANCIELLE MENDES DE MORAES	20/01/1990
96204	GABRIEL LUIS FIUTEK RACHAKOSKI	24/07/2000
94860	GENTIL PEREIRA DA SILVA	18/03/1967
94820	GERALDO BLASKOWSKI	10/11/1974
96635	GISLAINE KARPINSKI	31/07/1989
93716	GRAZIELE APARECIDA FERNANDES	07/12/1998
94594	JANAÍNA GONCALVES DE JESUS	23/07/1993
93828	JOHNNY FERNANDO CONDE	18/03/2000
96612	JONATHAN ANTUNES DE JESUS	19/12/1994
95783	JOSE CLAUDIO WALKIU	05/12/1971
93737	LUCAS FELIPE DOLINSKI	14/12/1995
94432	MÁRCIA REGINA RIBEIRO	25/10/1989
96689	MARIA ANGELITA KONKOL	29/04/1984
94434	MATEUS VINICIOS MAIESKI	10/12/1994

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

95001	MIRIAN DE PAULA PSCHWOSNE	21/06/1994
95020	PRICILA POLETO DE SOUZA	16/09/1987
94876	RAFAEL IRIAN PRESZNHUK	28/09/1983
95207	RENATA CHEVEN	14/07/1987
96400	RICARDO FERREIRA GELINSKI	16/04/2003
96063	RUBENS IENTZ JUNIOR	12/10/1988
94637	SUZANE FONSECA TAVARES	04/06/1986
96785	TAIS GRACIELE KOCHINSKI	03/05/1990
96095	THAIS APARECIDA DE LIMA NAGURNHAK	22/06/1994
96079	VANESSA GOMES DOS SANTOS WOITEXEN	27/07/1994

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Geografia

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
94547	ACIR ARNO FECHT	16/02/1963
96422	ADRIANE COROSQUE	19/12/1992
96452	ALEXANDRE MATOS	05/05/1985
94592	ANA KARLLA PENNA ROCHA	10/01/1989
96751	ANDERSON LUIS FERREIRA	27/03/1999
95468	ANDRE RENATO GOMES	12/06/1995
95153	ARNALDO LUCAS FINK	21/04/1984
96334	BRUNO EDUARDO PIAZ	11/04/1996
96643	HELDER BUCK	16/11/1998
93798	MARCOS CESAR DE PAULA	07/04/1974
96792	WILSON DE JESUS ALMEIDA	05/12/1978

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - História

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
96725	CLEUNICE FERREIRA DE SOUZA	04/10/1976
96611	DULCE CASAGRANDE	06/07/1990
96639	FLÁVIA SCHENA ROTTA	21/08/1999
96388	GUILHERME FERNANDO LESSING	29/04/1999
96242	HELAYNE CÂNDIDO	23/10/1980
95748	JÉSSICA LUANA AZEREDO ZAMBONI	13/07/1997
96651	JOACIR LUCAS DE DEUS	04/02/1990
94017	JOSÉ ROBERTO WOSGRAU	07/09/1976
95630	JOSNELLI LEVANDOVSKI VELOSO MARTINS WEIWANKO	07/09/1988
93660	LEANDERSON CRISTIANO VOZNEI	29/08/1988
94579	MANUELA FLEITUCH	17/06/1999
96176	OTOMAR PEDRO WAGNER JUNIOR	10/07/1992
94337	PRISCILA DE CASTRO SOUZA	21/09/2001
96741	SANDY LIMA CAVALCANTI DE OLIVEIRA	19/01/2000
94632	ZULEIDE MARIA MATULLE	08/07/1983

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Informática

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
93962	JEFFERSON DOBLER BARAN	10/04/1984
95114	KLEBER LUCAS SKUBISZ	25/06/1987

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Língua Inglesa

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
96564	ANNE CAROLINE CZORNOBAY DOLINSKI JAKIMIU	01/06/1995
95720	DANIELE GARMÊNDIO	22/07/1998
94588	EDIMARA ARIANE MARTINS	31/05/2000
96692	ELAINE CRISTINA MARINHUK	23/01/1992
96768	KARLA ADRIANE DOS SANTOS	18/01/1982
96274	MARIANA CRISTINA ANTUNES	22/06/1999
96773	MARIANE LEANDRO DE SOUZA	26/02/2002
96461	ROSANA MARIA SANTANNA	10/08/1981
96072	SUELI BEATRIZ FILIPAK COLMÁN DIAZ	18/02/1970
95060	VINICIUS MYCHAYLYK	10/02/2002
96515	VIVIANE NORONHA DA SILVA	09/04/1984

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Língua Portuguesa

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
96565	ANNE CAROLINE CZORNOBAY DOLINSKI JAKIMIU	01/06/1995
96669	BRUNA APARECIDA CHRUN	16/06/2000
96579	BRUNO CANDIDO DE OLIVEIRA	18/03/1997
94264	CAROLINE SUELI DE OLIVEIRA	08/02/1998
93977	CLEIDE REGIANE DOS SANTOS	22/10/1979
94885	EDIANÊS APARECIDA MACHADO	21/09/1983
94089	GABRIEL VERGOPOLAN MILESKI	15/12/1999
94804	GRACIELE APARECIDA DA SILVA	23/12/1985
96613	GUSTAVO BERTOCHÉ GUIMARÃES	11/11/1979
95948	IARA APARECIDA DAMS	16/07/1997
96034	JANETE APARECIDA SILVA ANDRADE SCHEID	14/09/1968
94053	JULIANA KESSIN	03/07/1989
96071	LAISA MARYANE NUNES DE SOUZA	27/12/1994
95902	LEILA MARIA DE ALMEIDA KOLODA	16/11/1991
94045	LICIANE COUTINHO DE PAULA	08/03/1988
93591	LUCELIA CRISTINA DE SOUZA	22/08/1981
93996	LUIZ HENRIQUE VENSOLOWSKI SCHRODER	02/09/1998
95674	MADELAINE EVA WIELEWSKI	06/04/1989
96313	MARCIONEI DANIEL TARACIUK	02/10/1993
96275	MARIANA CRISTINA ANTUNES	22/06/1999
96774	MARIANE LEANDRO DE SOUZA	26/02/2002
96808	PRISCILLA ZASTANNY WILHELMS	07/06/1987
95848	SARAH SEROISKA TOMKO	26/03/1988
95061	VINICIUS MYCHAYLYK	10/02/2002

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais - Matemática

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
95118	ADRIELI CRISTINE BUENO	27/04/1998
93678	ANA FLAVIA FERREIRA	22/10/1991
96343	ANDREA VLADCOVSKI BORILLE	04/01/1979
95089	CAMILA MARIA KOFTUN	14/05/1997

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

95039	ELINTON OLIVEIRA	06/10/1997
95083	EMILI BONIECKI CARNEIRO	25/02/2001
96561	FABIANA APARECIDA DOLINE DE OLIVEIRA	05/09/1984
94481	GIOVANI FEGER SILVA	15/11/1995
94900	MARCIA FRANCAZAK	29/10/1994
95816	MARCOS BARON	13/09/1963
96686	RENATA GALVÃO DA COSTA	01/02/1995
96793	WILSON DE JESUS ALMEIDA	05/12/1978

Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais Ciências

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
96766	ADRIANE RODRIGUES DE MORAIS PASQUALI LEITE	21/12/1987
96267	ALINE HAMANN ALMEIDA	11/10/1987
96344	ANDREA VLADCOVSKI BORILLE	04/01/1979
94536	ANDREIA CRISTINA TEIXEIRA FERREIRA	19/03/1980
95036	BEATRIZ WIERZBICKI	12/12/2002
96681	BRUNA MARIA CAZNOK	06/07/1995
94019	CARINA ORTH	13/11/1996
96732	GRAZIELE APARECIDA SANTOS	26/06/1998
94162	JAQUELINE MAZZOCO FLORES	08/08/1998
96744	JAQUELINE MILENA SANTOS	07/11/1998
96076	LUANA KZIOZEK	18/12/1996
94070	LUCI FATIMA PEREIRA	08/10/1990
96198	MARCELA BANASZEWSKI CASARA	18/06/1981
96718	MARIA JOCINETE FURST	18/05/1987
94426	PATRICIA MACHADO	27/12/1994
95842	POLIANA GLEINSKI MACUCO	11/09/1999
94531	SABRINA DOS SANTOS KUNS	11/09/1993
95871	SÉRGIO RICARDO GONÇALVES CORREIA	10/06/1992
94957	SUNAH JESSIE MAKIOLKI	11/01/1989
93792	SUSANA FERREIRA DOS SANTOS	20/02/1983
96733	THAIS APARECIDA DULZ	15/11/1987
95138	WELINTON MALLMANN DOS SANTOS	25/10/1999

Professor Docente Educação Infantil

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
96262	ADRIANA ANDREIA DE OLIVEIRA POTOKOSKI	30/01/1991
96001	ADRIANA SILVA SANTOS	27/02/1984
94267	ADRIANE BRITO DE MIRANDA	13/09/1996
93893	ADRIELEN LARISSA ZAMBONI CORREIA	15/04/1996
93703	ALESSANDRA BUCH FAUATE	07/10/1986
95963	ALINE MARJORIE ROCHA	07/04/1990
94982	ALINE SCHORR	17/12/1995
96316	ALZIMARY DÉKI	31/03/1979
96418	AMANDA ALINE VOLANICK BERBEHK	30/06/1986
94774	AMANDA NIZER PORTELA	08/05/1993

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

96761	AMANDA TATIANE SACHINSKI	31/03/1995
96064	ANA CAROLINA KLEIN IENTZ	18/03/1993
96629	ANA CAROLINE DA LUZ	05/08/2000
96060	ANA JACINTA MESQUITA BEZERRA	02/11/1985
96755	ANA PAULA MIZVUA	31/10/1990
93990	ANA PAULA SMYKALUK	02/11/1991
96801	ANA PAULA SOARES	16/05/1994
93695	ANDREIA GAN KNOL	18/11/1985
94862	ANDREIA PATRICIA BUENO CORREA	11/02/1989
94215	ANDREIA SZNICER	20/08/1996
96371	ANNA MARIA CUNHA	12/07/1959
95527	ARISLAINE MARIA POLIKA	01/03/1988
96318	ARLETE APARECIDA DA SILVA	06/06/1977
96620	BERENICE APARECIDA OLIVEIRA	07/03/1987
94047	CACIA REGINA GELINSKI	14/03/1970
96077	CAMILA DE FÁTIMA FERREIRA	14/01/2001
95171	CAMILA DIAS DE MOURA AGUIAR	15/04/1991
95935	CAMILA GISELE TUCHLINOVITCH	25/10/1990
96465	CARINA ESTÁCIO DE PAULA	03/12/1991
95759	CAROLINA FERREIRA DOS SANTOS	14/11/1987
96701	CAROLINE DA CONCEIÇÃO	08/08/1995
95702	CELIA APARECIDA CHECHELAK	09/12/1994
93713	CHAIANE FERNANDA SANTOS	01/10/1992
94122	CÍNTIA GABRIELE DE ALMEIDA	02/10/1998
94204	CLARA KAROLINNE DE ARAUJO VIRGINIO FRAGÔSO	04/11/1994
96254	CLARICE DA LUZ	10/09/1985
93639	CRISTIANE APARECIDA MARQUES	29/03/1985
94827	DANIELE APARECIDA STRUCKS	26/05/1999
94013	DANIELE APARECIDA ZAULESKI	06/11/1995
94798	DANIELE PRISCILA LANGER ZIELINSKI	26/09/1990
94620	DANIELLE CRISTINA ANDRUKIU	16/11/1980
95960	DANIELLY EMILIA STACHERA	27/09/1985
93641	DANYELE DOS SANTOS FERNANDES	10/07/1995
95940	DEBORA CRISTIANE VENCE SCHNEIDER	13/10/1980
96355	DENISE MARIA SOARES DOS SANTOS	25/09/1968
93925	DINA SARAIVA FINCK	09/01/1977
95741	DIRLEI APARECIDA BONFIM MANRICH	06/02/1969
96648	DJESSICA LUANA ZAGO WOITEXEN	08/01/1993
93611	DRIELLE TAYNÁ MUXFELDT	15/08/1996
96711	EDILMARA SZYMANSKI	15/05/1976
95997	EDNA REGINA COSTA MOREIRA	13/08/1971
96247	ELAINE DAIANE MARINHUK	09/11/1989
93718	ELAINE MARTINS DEINGER LOURENÇO DE SOUZA KORMANN	06/08/1987
96055	ELENICE GONÇALVES DE JESUS	03/11/1984
96721	ELIANE DE FÁTIMA ALVES MARTINS	11/01/1969
94166	ELIANE JOICE SIQUEIRA	09/12/1996

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

95570	ELIANE LUCZKIEWICZ DA SILVA	15/11/1991
96217	ELISABETE SILVEIRA	31/10/1979
96536	ELISIANE NEIVA BAHNERT	06/06/1987
96093	ELOINA FERNANDES DOS SANTOS MEDEIROS DA ROSA	24/02/1987
96269	EMANOELI DOS SANTOS AGOSTINHAK	20/07/1988
96000	EUNICE SIEMIATKOSKI	12/06/1979
96753	EVELIN DE FÁTIMA MOUSSE	13/05/1983
95882	EVELISE CRISTINA RIKACZEWSKI	03/11/1978
94514	EVERLISE SOARES DIAS	21/09/1995
96457	FABIANA CORREIA E SILVA	03/01/1994
94487	FABIELI LUZIA DUMA RAMOS	05/07/1988
96640	FLÁVIA SCHENA ROTTA	21/08/1999
96783	FRANCIANE CRISTINE BRIXI	11/10/1991
95529	FRANCIELE KARINA SANTOS ZIELINSKI	20/08/1991
95649	FRANCIELI BARDECIKI ZAIONS	16/03/1999
95877	GABRIELE SCHNEIDER FLEITUCH	09/01/1999
96189	GABRIELLE APARECIDA KREUTZFELT	04/05/1999
94471	GABRIELLE DE LIMA MELLE	14/08/2000
94056	GABRIELLY STOCKER SANTOS	06/06/2000
95267	GILMARA MISCHKA	20/08/1981
94898	GIOVANA CLEIA MANRICH ROSALINO	17/01/1990
94414	GISELE DA SILVA BRUNS	16/07/1991
96748	GISELI APARECIDA OLINEK	23/07/1981
96382	GLAUCIANA ALVES DE CAMARGO	04/05/1985
94738	HELAINÉ KUBIAK	30/01/1999
95433	HELOISE CRISTIANE BARBOSA	01/10/1984
94994	IARA APARECIDA SIMÕES STEIN	23/11/1981
95434	INGRID NALIN TROCHA	17/07/2001
95560	IOLE BENASSI CAPPELLARI	23/10/1987
94285	IVANA CRISTINA RAMOS DOMINGUES JOLY	05/08/1996
93907	IVETE SILVEIRA BUOGO	20/04/1981
96009	IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA	30/01/1973
93926	IVONE PILAR LINK	22/06/1990
95981	JAMILE FERNANDA DOMINGUES	01/08/1992
94667	JANAINA SANTANA SILVA	04/07/1991
96303	JENYFFER LETICIA RIBEIRO GUIZ	24/03/1994
96266	JESSICA FABIANA CORDEIRO	30/11/1996
95849	JÉSSICA SUELEN DA MOTA	27/02/1996
96713	JOCEMARA DA SILVA CHARAVARA	28/03/1999
95719	JOCIANE APARECIDA SILVA	14/01/1983
95121	JOELMA VERIDIANE TEIXEIRA	28/10/1991
96726	JOSIANE DE PAULA DROSZAK SARAIVA	23/10/1985
94278	JOSIANE SATORSKI DE MATOS RODRIGUES	04/09/1986
96717	JOZIANE APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	14/12/1990
95596	JUCELEI STADNIK PONTES	04/06/1980
93664	JULIANA APARECIDA GONÇALVES SLIVINSKI	07/11/1983

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

95880	JULIANA DA COSTA GONÇALVES	20/01/1997
96019	KAREN ROBERTA CORDEIRO	22/08/1993
96604	KARIN ANDRIELI DE LIMA	25/10/1996
95914	KARINA ROSANGELA PARASTCHUK	06/01/1988
96469	KAUANA DE BRITO CORASSA	11/11/1995
96499	KEITY DAIANE DE ALMEIDA	06/08/1989
93608	KELEN MALLMANN DOS SANTOS	30/09/1995
95115	KELYN CAROLINE BUENO	27/04/1998
95828	KETLIN GISLIANI ALVES DA SILVA	13/07/1998
96623	LARISSA LUANA NIZER	02/05/1996
96724	LETÍCIA BORGES DE SOUZA	01/01/1996
94189	LETICIA DE LIMA	15/07/1997
96730	LETICIA FLEITUCH	29/05/2002
95986	LETICIA GREGORIO DE AMORIM	27/03/1997
94932	LETICIA LUANA KREBS	13/07/1988
95867	LETICIA SPIES	01/11/1994
94675	LETICIA WURR BIGOSINSKI	06/01/1993
96791	LILIAN DOS SANTOS	22/07/1982
96084	LIRIANE LETICIA DOS REIS	20/03/1998
95157	LOIVA DREYER WACHTEL	21/07/1988
95352	LUCIANE ZAPOTOCZNY	08/02/1987
95216	LUCINÉIA DE ALMEIDA LARA	09/05/1989
96594	MÁRCIA APARECIDA MIRANDA	25/04/1986
96498	MARCIA GREGORIO DELVOSS	19/10/1985
94433	MÁRCIA REGINA RIBEIRO	25/10/1989
96605	MARIA CLAUDICÉIA BRAUN	26/09/1988
94528	MARIA SILMARA FERMINO IWANCZUK	04/12/1979
96436	MARILDA VIEIRA DE LIMA	17/06/1980
94679	MARILEUZA FREISLEBEN BARDELLA	09/06/1978
94092	MARÍLIA PRADO	16/12/1992
94445	MARINA ANTUNES DOS SANTOS	18/04/1992
94901	MARINA GABRIELLI TOPOLSKI CHELEPA	11/09/1998
95727	MARIZETE DE FATIMA ROSA	31/08/1964
95610	MARTA WRUBLEWSKI	04/12/1987
95806	MARY GLECIA AIRES FERREIRA	12/11/1993
96124	MICHELE CRISTINA DOS SANTOS FELSINGER	12/04/1980
96245	MILENA SILVÉRIO FERREIRA	22/04/1999
95002	MIRIAN DE PAULA PSCHWOSNE	21/06/1994
95827	MISLEINE WOLF	07/11/1979
96240	NAIARA MARIA IZIDORO	25/08/1998
93790	NATASHA TEIXEIRA DE FREITAS	19/06/1998
94357	NERLI APARECIDA BAZE	28/10/1990
95826	OSIANE LUIZA DA ROSA	14/07/1990
94915	PAMELA CARDOZO BERNARDES RIBEIRO	04/05/1993
96219	PAOLA ARIELY DOMINGUES	27/08/1992
96092	PATRICIA APARECIDA LUTES MICALICHEN FERNANDES	28/01/1989

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

96656	PATRÍCIA MARCENIUK	04/12/1990
96709	PATRICIA ROCHELLE AMARANTES	30/03/1983
95843	POLIANA GLEINSKI MACUCO	11/09/1999
95388	PRISCILA FOROSTECKY DA ROCHA	18/09/1987
96736	REGINA DE FARIAS BATISTA	07/04/1981
95767	RHUANA PAULA MARQUES	07/03/1992
96259	RITA MARGARETE DOBINSKI ZANGRANDE	05/07/1979
94498	ROBERTA DA SILVA IENSEN	22/07/2001
95699	ROSAMARIA RUCINSKI TAVARES E SILVA	06/12/1989
96230	ROSANDE DE MORAES	07/10/1970
94680	ROSEMARI BOBAK	21/05/1967
94806	ROSICLEIDE SALETE DA SILVA DE MORAES	15/05/1983
96787	RUTE RODRIGUES DA ROSA PASSULD	13/03/1975
94797	SABRINA FERREIRA DE LIMA	29/10/1999
96250	SABRINA LIANDRA RODRIGUES	10/01/2000
96098	SANDRA BALDIN	08/07/1966
95854	SANDRA MADALENA PEREMIDA PINTO	13/12/1985
95790	SARAH SCHEID PALMITO	22/09/2000
95182	SARITA PADILHA	15/12/1983
95670	SELMA MARIA SALDANHA	16/08/1983
96300	SHARA MONIQUE DE ASSIS	04/02/1994
93732	SILMARA VIEIRA	25/01/1991
96090	SILVIA LUCIANE SENFF	23/01/1983
94281	SIMONE APARECIDA WRUBLESKI	08/04/2002
96546	SIMONE ZAVIRCZ	25/11/1990
94929	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	22/08/1987
96278	SUÉLEN APARECIDA ANTONIUTTI DE BRITO	21/08/1987
94697	SUELEN RAIANI MEIRA	04/10/1990
95772	TAINÁ APARECIDA DA SILVA CHAVES LAMERA	01/09/1995
93807	TAINA LOPES DE MATOS	02/11/1996
96661	TAÍS CRISTINA FELIZ DOS SANTOS	15/04/1997
95677	TALITA MIRANDA	07/02/1995
96802	TATIANA MENDES DA SILVA	08/03/1983
94081	TERESINHA APARECIDA DE OLIVEIRA	18/08/1981
96389	TEREZINHA ALBIGAUS	05/09/1965
96059	THAIS MENEGUEL	22/10/2002
94560	THAYLINE LETICIA RIBEIRO VIVI	18/01/2001
95498	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTECKY	04/08/1967
96583	VANDERLEIA DE CRISTO KOSLOVSKI	04/11/1978
96129	VANDERLEIA SAMPAIO DOS SANTOS	15/06/1993
94194	VANDRELI CRISTINA FLEITUX KEREZCZ	25/12/1981
96143	VANESSA CORDEIRO PINTO SCHIER	14/07/1981
94682	VANESSA JANAYNA NICOLAK	06/05/1993
96323	VANUSA REGINA NEDILHA KOBROSKI	09/11/1989
96357	VANUZA APARECIDA DA SILVA CHAVES.	04/05/1982
93786	VIVIANE CANDIDO DA SILVA	17/05/1988

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

95974	WANDA APARECIDA DE LIMA FRONCHETTI	24/07/1998
94400	WILLIAM LOURENÇO DE PAULA	28/07/1998

Professor Pedagogo

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc
94268	ADRIANE BRITO DE MIRANDA	13/09/1996
94507	ALEXANDRA MARA CORRÊA	06/07/1983
94983	ALINE SCHORR	17/12/1995
94775	AMANDA NIZER PORTELA	08/05/1993
96554	CAMILA RIBEIRO	05/09/1991
93919	CARLA CRISTINA PEPPE	06/03/1983
94799	DANIELE PRISCILA LANGER ZIELINSKI	26/09/1990
95200	DIRLEI SELEDES	13/03/1987
96647	ELIANE ISABEL MARINHUK	06/02/1983
96694	ELIZA FRANCIELE PADILHA	30/05/1987
96332	FRANCIELLE SCHMITK SESTERHENN	03/01/1989
95878	GABRIELE SCHNEIDER FLEITUCH	09/01/1999
95561	IOLE BENASSI CAPPELLARI	23/10/1987
95851	MARCIELE REISDORFER	11/11/1995
94529	MARIA SILMARA FERMINO IWANCZUK	04/12/1979
96147	MARIA TERESA ALVAREZ VERA	26/04/1962
96663	RAQUEL DE PAULA	05/04/1987
95052	ROSE MÁRCIA FARIAS	02/04/1967
94681	ROSEMARI BOBAK	21/05/1967
96096	THAIS APARECIDA DE LIMA NAGURNHAK	22/06/1994
96728	VANESSA OLIVEIRA	07/01/1989
96324	VANUSA REGINA NEDILHA KOBROSKI	09/11/1989
95064	ZENILDA PASZKO BERNARDI	14/04/1978

Prefeitura Municipal de Porto União, 04 de janeiro de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2023

Publicação N° 5484083

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2023
JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

O **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)** faz saber a quem possa interessar o **JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO** do **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2023**.

Recurso n° 01. Candidato(a) de inscrição n° 96234 e 96235.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O(A) candidato(a) se insurge quanto ao indeferimento da sua inscrição e requer outra forma de pagamento da taxa de inscrição.

Recurso não assiste razão ao(à) candidato(a), tendo em vista que o mesmo não comprova o pagamento da taxa de inscrição de forma tempestiva. O edital é claro e objetivo quanto ao prazo e forma de pagamento da taxa de inscrição e conforme item 3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento. Portanto, é o caso de indeferimento da solicitação.

Prefeitura Municipal de Porto União, 04 de janeiro de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2023

Publicação N° 5484089

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2023
LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA**

O **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC)** faz saber a quem possa interessar o **LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA** do **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2023**.

1. A PROVA OBJETIVA para todos os cargos será realizada no dia **07/01/2024**, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, das **8h45min às 11h45min**, na **FACULDADE SENAC PORTO UNIÃO**, situada na Av. Getúlio Vargas, 890 - Centro, na cidade de Porto União – SC.

1.2 Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às **8h30min**, sob qualquer alegação.

1.3 O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

ATENÇÃO AOS HORÁRIOS

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	8h e 00min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	8h e 30min
Início da prova	8h e 45min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até às	9h e 15min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 45min

Prefeitura Municipal de Porto União, 04 de janeiro de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 100 2023 - PMPG

Publicação Nº 5484007

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2023
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023
CONTRATO Nº 100/2023
CONTRATADA: GN ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA
DO OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE VIAS URBANAS (RUAS GOV. HERIBERTO HULSE, E A RUA ALBERTO CINÉSIO DE LIMA) NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO.
DO VALOR: R\$ 249.071,94
DA VIGENCIA: 15/12/2023 À 31/12/2024.
PRAIA GRANDE - SC, 15 DE DEZEMBRO DE 2023.
ELISANDRO PEREIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2023 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 5484003



MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
Compras e Contratos
Termo de Adjudicação

Pág 1 / 2

Adj Seq - Adjudicação - Item Adjudicação: 1 Ano - Minuta - Adjudicação: 2023 Número - Minuta -
Adjudicação: 71 Cliente - Minuta - Licitação - Participante Licitação - Cota Credenciamento: 2162
codigoCliente: 2162 anoMinuta: 2023 numeroMinuta: 71 cotaCredenciamento: 0

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços
5/2023
Processo Administrativo: 71/2023
Adjudicação: 1

O(a) Sr(a). , no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, conforme o parecer da comissão de licitação resolve:

Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:

Recurso: 358						
Órgão: 7 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO						
Unidade: 1 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos						
Ação: 1014 - Pavimentação de Rua, Passeios, Praças e Parques						
Elemento: 3449051910000000000 - Obras em andamento						
Vínculo: 170631100215 - Transf. Especial União Emenda Ind. - Pav. Trecho Rua Gov Heriberto Hulse e Rua Alberto Cinésio de Lima (Emenda nº 2023-40150006 - Hélio Costa)						
Fornecedor: 120200 - GN ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA						
Sem Lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE VIAS URBANAS (RUAS GOV. HERIBERTO HULSE, E RUA ALBERTO CINÉSIO DE LIMA) NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO	UN	GN	1	R\$249.071,94	R\$249.071,94
Total do Fornecedor:						R\$249.071,94
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$249.071,94

58491 TSN PRE-MOLDADOS EIRELI					
Sem Lote					
Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTÇÃO EM LAJOTAS DE VIAS URBANAS (RUAS GOV. HERIBERTO HULSE, E RUA ALBERTO CINÉSIO DE LIMA) NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO	UN	1,00	R\$270.015,86	R\$270.015,86
			Total do Fornecedor:		R\$270.015,86
120200 GN ASSESSORIA EM ENGENHARIA LTDA					
Sem Lote					
Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTÇÃO EM LAJOTAS DE VIAS URBANAS (RUAS GOV. HERIBERTO HULSE, E RUA ALBERTO CINÉSIO DE LIMA) NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO	UN	1,00	R\$249.071,94	R\$249.071,94
			Total do Fornecedor:		R\$249.071,94
			Total Geral:		R\$519.087,80

ESTE DOCUMENTO FOMADO EM 04/01/2024 12:30:03 PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE https://c.atende.net/p659cct/084075 POR ELISANDRO PEREIRA MACHADO - (986.356.119-34)



**MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE**

Compras e Contratos

Termo de Adjudicação

Adj Seq - Adjudicação - Item Adjudicação: 1 Ano - Minuta - Adjudicação: 2023 Número - Minuta -
Adjudicação: 71 Cliente - Minuta - Licitação - Participante Licitação - Cota Credenciamento: 2162
codigoCliente: 2162 anoMinuta: 2023 numeroMinuta: 71 cotaCredenciamento: 0

Pág 2 / 2

Praia Grande, 15 de dezembro de 2023



Assinado digitalmente por:

ELISANDRO PEREIRA**MACHADO**

Prefeito

04/01/2024 12:30:15

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2024 12:30:03-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.alende.net/p6596c1084075>.
POR ELISANDRO PEREIRA MACHADO - (986.356.119-34)



Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO Nº D/6.150/2023, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5483735

DECRETO Nº D/6.150/2023, de 21 de dezembro de 2023.

"Abre crédito adicional suplementar com recursos da anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias vigentes e do excesso de arrecadação, considerada a tendência de arrecadação do exercício".

Neiva Kleemann Toniello, Prefeita Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar com recursos da anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias vigentes no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), e do excesso de arrecadação, considerada a tendencia de arrecadação do exercício, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme abaixo:

06.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
06.002 – Diretoria Municipal de Cultura e Desporto
2.036 – Manutenção do Desporto Amador
4490.1.500 (85) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

08.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.002 - Diretoria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
2.039 – Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo e Limpeza Pública
3390 1.500 (112) – Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos obtidos no artigo precedente ficam suplementadas as dotações orçamentárias seguintes:

14.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRES. CASTELLO BRANCO
14.001 – Fundo Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco
2.010 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
3190 1.500 (1002) – Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Art. 3º Por conta do excesso de arrecadação, considerada a tendencia de arrecadação do exercício, ficam reforçadas as seguintes dotações orçamentárias:

14.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRES. CASTELLO BRANCO
14.001 – Fundo Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco
2.046 – Ações de Atenção Básica - FMS
3190 1.604 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 4º O presente Decreto tem suporte legal nos artigos 5º, alínea "a" e "c" da Lei 1939/2022, de 18/11/2022(LOA), e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco - SC, em 21 de dezembro de 2023.

NEIVA KLEEMANN TONIELO
Prefeita Municipal

Publicado o presente Decreto em 21/12/2023, na forma da L.O.M (Art. 21).

ELIANE SIGNOR
Diretora da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Presidente Nereu

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DUX 2024

Publicação Nº 5486739

CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2023

CONTRATO Nº 12/2023

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU

CONTRATADA: DUX CONSULTORIA JURÍDICA E APOIO ADMINISTRATIVO ME, CNPJ nº 49.417.998/0001-13.

ENDEREÇO: Estabelecida na Rua Dom Pedro I, 1866, Bairro Km 15, Cep 89.178-000, no Município de Braço do Trombudo /SC.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Consultoria Jurídica e Apoio Administrativo, especialmente no que compete a implantação e aplicação da nova lei de licitações – Lei 14.133/2021, no âmbito da Câmara de Vereadores de Presidente Nereu/SC.

VALOR TOTAL: Valor total de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), dividido em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, I, da Lei Federal nº. 14.133, de 1 de abril de 2021 c/c Art. 3-A da Lei 8.906/94 de 04 de julho de 1994.

VIGÊNCIA: 02/01/2024 até 31/12/2024.

ASSINATURA: 22.12.2023.

Presidente Nereu, em 22 de dezembro de 2023.

EDINEIA CATIA DE MELO BACK

Presidente

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E SOCIAL 2024

Publicação Nº 5486742

CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2023

CONTRATO Nº 10/2023

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU

CONTRATADA: RONALDO GARLINI – 'GOVERNA PÚBLICA', inscrita no CNPJ sob o n. 25.402.768/0001-12.

ENDEREÇO: Estabelecida na Estrada Leopoldo Schifter, n. 509, bairro Nova Stettin, município de Ibirama/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E SUPORTE PARA ACOMPANHAMENTO E ASSESSORIA DURANTE O ENVIO DAS INFORMAÇÕES DO ESOCIAL EM TODAS AS FASES DO PROCESSO, CONTENDO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO, OBJETIVANDO A GERAÇÃO DOS DADOS E VALIDAÇÃO PARA O ESOCIAL DO GOVERNO FEDERAL, FECHAMENTO DO MOVIMENTO DO ESOCIAL E ACOMPANHAMENTO NA GERAÇÃO DOS DADOS AO ESFINGE SC, REINF, CONFERÊNCIA DO VALOR APRESENTADO DA DCTFWEB NO SITE DA RECEITA FEDERAL EM RELAÇÃO ÀS FOLHAS DE PAGAMENTO MENSAL, INCLUINDO 13º SALÁRIO 2024, BEM COMO ORIENTAÇÃO NO PREENCHIMENTO E ENVIO DOS DADOS DIÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ENTIDADE CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU/SC.

VALOR TOTAL: Valor total de R\$ 11.520,00 (onze mil, quinhentos e vinte reais), para 12 meses de contratação, sendo o valor mensal de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), mensais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993.

VIGÊNCIA: 02/01/2024 até 31/12/2024.

ASSINATURA: 22.12.2023.

Presidente Nereu, em 22 de dezembro de 2023.

EDINEIA CATIA DE MELO BACK

Presidente

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO INFOVR 2024

Publicação Nº 5486737

CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2023

CONTRATO Nº 13/2023

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU

CONTRATADA: INFO - VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.662.246/0001-30.

ENDEREÇO: Estabelecida na Avenida Jorge Lacerda, n. 1017, sala 01, Centro, Município de Vidal Ramos/SC.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SEGUINTE SISTEMAS: Sistema do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão; SCP - Sistema de Controle Patrimonial;
Sistema de geração e publicação dos relatórios de Contas Públicas; e SAF – Sistema de Avaliação Funcional.
VALOR TOTAL: Valor total de R\$ 12.492,00 (doze mil, quatrocentos e noventa e dois reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, I, da Lei Federal nº. 14.133, de 1 de abril de 2021.
VIGÊNCIA: 02/01/2024 até 31/12/2024.
ASSINATURA: 22.12.2023.

Presidente Nereu, em 22 de dezembro de 2023.

EDINEIA CATIA DE MELO BACK
Presidente

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SITE2024

Publicação Nº 5486740

CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU-SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2023
CONTRATO Nº 11/2023
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU
CONTRATADA: COMPLETA SOLUÇÕES WEB LTDA, inscrita no CNPJ Nº. 20.521.405/0001-82.
ENDEREÇO: Estabelecida à Rua Prefeito Vergílio Scheller, 1187, Centro, 88400-000, Ituporanga/SC.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A HOSPEDAGEM DO SITIO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.
VALOR TOTAL: Valor total de R\$ 3.743,28 (três mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos), para licença anual, compreendendo a quantia de R\$ 311,94 (trezentos e onze reais e noventa e quatro centavos), para prestação do serviço MENSAL.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993.
VIGÊNCIA: 02/01/2024 até 31/12/2024.
ASSINATURA: 22.12.2023.

Presidente Nereu, em 22 de dezembro de 2023.

EDINEIA CATIA DE MELO BACK
Presidente

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO VEX INTERNET E TELEFONE 2024

Publicação Nº 5486743

CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU-SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2023
CONTRATO Nº 09/2023
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU
CONTRATADA: VEXPERT TELECOM LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 21.488.113/0001-58.
ENDEREÇO: Estabelecida à Rua Lauro M-Iler, n. 291, Centro, Município de Presidente Nereu /SC.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET e TELEFONIA EMPRESARIAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.
VALOR TOTAL: Valor total de R\$ 2.638,80 (dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), para licença anual, compreendendo a quantia de R\$ 219,90 (duzentos e dezenove reais e noventa centavos), para prestação do serviço MENSAL.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993.
VIGÊNCIA: 02/01/2024 até 31/12/2024.
ASSINATURA: 22.12.2023.

Presidente Nereu, em 22 de dezembro de 2023.

EDINEIA CATIA DE MELO BACK
Presidente

Princesa

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 44 Sessão ORDINÁRIA

Publicação Nº 5483488

Ata da 44ª Sessão Ordinária do 3º período da 7ª Legislatura da Câmara Municipal de Vereadores de Princesa/SC. Às 18:00h do dia 18 de dezembro de 2023, sob a Presidência da Vereadora FÁTIMA FABIANA DE LARA, realizou-se a 44ª Sessão Ordinária da 7ª legislatura. O secretário Mateus Vendruscolo fez a leitura de uma passagem bíblica. Após, o secretário legislativo fez a leitura da Ata da 43ª Sessão Ordinária do 3º período da 7ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Princesa, que foi votada e aprovada. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 71, de 11 de dezembro de 2023, que autoriza o município de Princesa/SC a aderir ao "programa lixo zero" instituído pelo consórcio intermunicipal de desenvolvimento regional – CONDER, firmando os respectivos contratos de programa e contrato de aporte financeiro de ingresso ao programa e dá outras providências. A presidente colocou o projeto em discussão, Passou a palavra ao vereador Claudemir Nós que cumprimentou a todos e questionou o projeto que vem pronto do CONDER, disse que por não ter conhecimento dos cargos e encargos criados no mesmo não votaria, não havendo mais discussão foi posto em segunda votação e aprovado com voto contrário do vereador Claudemir Nós. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 72, de 11 de dezembro de 2023, que ratifica as alterações realizadas na 10ª alteração contratual de consórcio público do consórcio intermunicipal de desenvolvimento regional – CONDER e dá outras providências. A presidente colocou o projeto em discussão, passou a palavra ao vereador Claudinei Paulo Morsch, que colocou que seria esse o projeto que cria as vagas e questionou se o CONDER não poderia se explicar porque tantas vagas, e se o prefeito não queria dar uma explicação, o prefeito municipal cumprimentou a todos e em resposta explicou que é possível sim membros do CONDER vir explicar seus trabalhos e que se os vereadores quiserem visitar a instituição para conhecer e ter noção do que é feito também seria possível organizar uma viagem para isso, atestou que o trabalho do CONDER é um trabalho sério que ele mesmo presenciou e pediu voto favorável ao projeto, A presidente passou a palavra ao vereador Valdir Markus que cumprimentou a todos e tirou sua dúvida com o prefeito se o município pode sair a qualquer momento dos programas, falou que acredita que o CONDER seja uma empresa séria, ainda concordou com os colegas Claudinei e Claudio que deve ser melhor observado e que estaria disposto a conhecer a instituição afim de ter o conhecimento sobre o funcionamento da mesma, não havendo mais discussão foi posto em segunda votação e aprovado com abstenção dos vereadores Claudinei Paulo Morsch e Claudio Nós. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 73, de 11 de dezembro de 2023, que altera o parágrafo 1º do artigo 11 da lei 1.238, de 09 de outubro de 2023. A presidente colocou o projeto em discussão, não havendo discussão foi posto em segunda votação e aprovado sem abstenções. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 74, de 11 de dezembro de 2023, que autoriza o chefe do executivo a firmar contrato de cessão de direito real de uso de imóvel com associação cultural e esportiva aliança dá outras providências. A presidente colocou o projeto em discussão, não havendo discussão foi posto em segunda votação e aprovado sem abstenções. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 75, de 11 de dezembro de 2023, que autoriza o chefe do executivo a firmar contrato de cessão de direito real de uso de imóvel com associação centro de tradições gaúchas princesa dá outras providências. A presidente colocou o projeto em discussão, Passou a palavra ao vereador Vadir Markus que parabenizou a administração pela iniciativa, parabenizou o representante do CTG, disse que se sente bem na questão de manter tradições, que é muito importante o trabalho feito pelo CTG, questão das crianças e jovens terem um caminho melhor para seguir, seguindo tradições, e deixando de lado possíveis ilícitos, não havendo mais discussão foi posto em segunda votação e aprovado sem abstenções. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 76, de 11 de dezembro de 2023, que autoriza o poder executivo municipal a transferir recursos e celebrar termo de fomento para o ano de 2024 com a associação de pais e amigos dos excepcionais de São José do Cedro/SC. A presidente colocou o projeto em discussão, não havendo discussão foi posto em segunda votação e aprovado sem abstenções. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei Complementar nº 14, de 11 de dezembro de 2023, que acresce e altera cargos, cria cargo e gratificação na estrutura dos planos de cargos, carreiras e vencimentos da administração pública municipal. A presidente colocou o projeto em discussão, passou a palavra ao vereador Claudemir Nós que questionou sobre a gratificação, o prefeito explicou que a gratificação é para quem assumir a cozinha da escola, não havendo mais discussão foi posto em segunda votação e aprovado sem abstenções. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 77, de 18 de dezembro de 2023, que autoriza a transferência de recursos financeiros à associação beneficente hospitalar de cedro, mediante convênio, e dá outras providências. A presidente colocou o projeto em discussão, passou a palavra ao prefeito que explicou o projeto que é o repasse do valor já previsto na lei orçamentária, não havendo mais discussão foi posto em única votação e aprovado sem abstenções. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 78, de 18 de dezembro de 2023, que autoriza a alteração da lei orçamentária anual através da abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do fundo municipal de saúde de princesa e das outras providências. A presidente colocou o projeto em discussão, passou a palavra ao prefeito que explicou o projeto, não havendo mais discussão foi posto em única votação e aprovado sem abstenções. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 79, de 18 de dezembro de 2023, que autoriza a alteração da lei orçamentária anual através da abertura de um crédito adicional suplementar (incremento e decréscimo entre entidades) no orçamento vigente da prefeitura municipal e das outras providências. A presidente colocou o projeto em discussão, passou a palavra ao prefeito que explicou o projeto, que trata de adquirir um veículo para secretaria de educação, como foi recebida uma emenda parlamentar, e a sobra do orçamento da câmara será remanejado como contra partida para este fim, não havendo mais discussão foi posto em única votação e aprovado sem abstenções. Foi apresentado o seguinte projeto: Projeto de lei nº 80, de 18 de dezembro de 2023, que autoriza a alteração da lei orçamentária anual através da abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento vigente da prefeitura municipal e das outras providências. A presidente colocou o projeto em discussão, passou a palavra ao prefeito que explicou o projeto, não havendo mais discussão foi posto em única votação e aprovado sem abstenções. A presidente comunicou que está à disposição dos vereadores, na secretaria da casa, resposta da secretaria de educação Luciane da Silveira, referente a sua convocação. Não havendo mais projetos, passou-se as indicações e requerimentos. Não havendo indicações e requerimentos, passou-se então a palavra livre. A presidente passou a palavra ao vereador Claudinei que fez relatos a respeito da presença das secretarias de educação e saúde, que não compareceram, e alguns requerimentos que não foram atendidos, comentou que encerra-se um ano produtivo com quase todos os projetos aprovados, que a câmara trabalha atendendo a todos, pelo benefício da população de Princesa, e reclamou que os vereadores não estão sendo atendidos da mesma forma, para que o próximo ano o atendimento ao vereador melhore, aproveitou a oportunidade para desejar um feliz natal e um próspero ano novo a todos, a presidente passou a palavra ao prefeito municipal que justificou que a convocação é

destinada a ele, e optou por não convocar as secretárias e ele próprio responderia qualquer dúvida por parte dos vereadores. A presidente passou a palavra ao vereador Valdir Markus que se manifestou que as vezes realmente não tem respostas, parabenizou o prefeito por estar comprando mais um ônibus, ressaltou sua preocupação com o transporte de pessoas , e principalmente transporte de nossas crianças, ainda disse que realmente foi aprovado quase todos os projetos durante o ano, e isso é mérito não só dos vereadores mais também da administração, pois os projetos vindo de acordo e com boas situações serão aprovados em benefício da população, aproveitou o momento para deixar um feliz natal e um prospero ano novo a todos, elogiando a harmonia de trabalho dentro desse mandato. A presidente passou a palavra ao vereador Leandro Schein que cumprimentou a todos e pediu desculpas aos colegas se por acaso durante o ano tenha cometido algum equívoco ou até mesmo ter ofendido alguém, aproveitou para desejar feliz natal e prospero ano novo a todos, e desejou que no próximo ano possa se continuar com a parceria entre colegas vereadores. A presidente passou a palavra a vereadora Adriana L. G. Nascimento que cumprimentou a todos e comentou que seu requerimento foi atendido sim, aproveitando para agradecer a administração, e todos os colegas pela parceria do ano, ainda desejou um feliz natal e prospero ano novo a todos. A presidente comunicou que fica na presidência até dia 31 de dezembro de 2023 e renuncia a partir do dia 01 de janeiro de 2024 onde seu Vice Leandro Schein assumirá como presidente, aproveitou para pedir desculpas por qualquer erro que possa ter cometido, completou que sempre fez o possível pelo bem da população e do município, não pensando em si e sim no geral. Desejou um feliz natal e um feliz ano novo a todos. Sem mais, Presidente da Câmara de Vereadores de Princesa, Fátima Fabiana de Lara, convocou os Legisladores para a próxima Sessão Ordinária, a realizar-se no dia 5 de fevereiro de 2024, segunda-feira, às 18:00h. Não havendo mais nada para tratar, foi encerrada a Sessão e para constar foi lavrada a presente ata.

Fátima Fabiana de Lara
Presidente

Valdemiro A. Giehl
Vereador

Leandro Schein
Vereador

Silmar C. S. Franco
Vereador

Valdir Markus
Vereador

Mari S. Barth
Vereadora

Claudinei P. Morsch
Vereador

Adriana L. G. Nascimento
Vereador

Claudemir Nós
Vereador

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 011/2024 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483668

DECRETO Nº 011/2024 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024.**DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os Incisos IX e XXIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Inciso I do Art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001 e Art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

Considerando o Decreto nº 474/2023, de 27 de dezembro de 2023, que homologa o resultado final do Concurso Público nº 01/2023, exceto para o cargo de motorista;

Considerando o Decreto nº 006/2024, de 03 de janeiro de 2024, que homologa o resultado final do Concurso Público nº 01/2023, para o cargo de motorista;

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada a lista de candidatos aprovados no concurso Público Municipal 01/2023, passando a vigorar a classificação conforme o **Anexo Único** do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 03 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

ANEXO ÚNICO DO DECRETO 011/2024 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024.**AGENTE DE ENDEMIAS**

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
91	IDIAMARA CENI	5,70	1º	Classificado
206	JUCELEI BEZ	5,60	2º	Classificado

ASSISTENTE DE SERVIÇO SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
191	ARONILDO PEREIRA FLOR	7,70	1º	Classificado
89	DANIELE OTONI	7,00	2º	Classificado
60	ROSILEI DIAS DE SIQUEIRA	6,60	3º	Classificado

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
34	MARLI DA SILVA DOMBROWSKI	7,00	1º	Classificado

AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
58	INGRID GARBIN DOS SANTOS	5,70	1º	Classificado

ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
87	JAKELINE TREVIZOL BORSOI GUNTZEL	7,40	1º	Classificado
205	DIEYNI MATIASO BOIN	6,50	2º	Classificado
43	JOLVANA REBELATTO SANTORE	6,10	3º	Classificado
195	GABRIELA SCHWAAB	6,10	4º	Classificado

FARMACÊUTICO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
127	SINTIAM RAQUEL GRANDO	6,70	1º	Classificado

MOTORISTA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
210	DIOGO ALVARO BACKES	9,38	1º	Classificado
119	DANIEL VAZ DA SILVA	8,80	2º	Classificado

MÉDICO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
186	JULIANO CESAR HUF FARIAS	6,90	1º	Classificado
177	DANIELA HUBNER DA SILVA	6,50	2º	Classificado

NUTRICIONISTA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
42	NICOLE YASMIM SCHOLZE FLOSS	6,50	1º	Classificado

OPERADOR DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
46	MANOEL FRANCISCO DE LIMA	8,92	1º	Classificado
142	ADELIR BERTOLDI	8,63	2º	Classificado

PROCURADOR JURÍDICO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
192	CIRO DINI	7,40	1º	Classificado
129	ANILSON SPRICIGO JUNIOR	7,30	2º	Classificado
49	NEWTON JONES TRAVASSOS NETO	7,20	3º	Classificado
25	AMANDA CRISTINA GROTTO SILVA	7,10	4º	Classificado
209	MIGUEL INÁCIO KREUZ	6,90	5º	Classificado
12	SCHEILA CRISTIANE GREFIN	6,70	6º	Classificado
4	SIMONE VIEIRA	6,70	7º	Classificado
201	MARCIO SCHAKER	6,70	8º	Classificado
93	RÓGERSON MACEDO DE OLIVEIRA	6,60	9º	Classificado
19	LIARA MARIA KNAACK FARAH RIBEIRO	6,40	10º	Classificado
170	SADI FRANCO GONÇALVES	6,10	11º	Classificado

PROFESSOR DE PORTUGUÊS / LINGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
100	GISLAINE FÁTIMA VIEIRA	6,70	1º	Classificado
160	VANILA DAL PRÁ	6,30	2º	Classificado
115	CAROLINE HOHN COPATTI	6,10	3º	Classificado

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
204	VALDECIRA HILLMANN	6,20	1º	Classificado
18	JOSIANE FLORES DE LIMA	5,90	2º	Classificado
113	KEIZI CRISTINI MARQUES HENRIQUESSON	5,80	3º	Classificado
99	ROSIMERI DA NHAIA	5,00	4º	Classificado

PORTARIA Nº.0010/2024 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484428



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0010/2024 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

**INTERROMPE AS FÉRIAS DA SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL ROSANGELA TOAZZA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 1710/2023 - de 12 de dezembro de 2023, da Servidora Pública Municipal, **Rosangela Toazza** (1872), ocupante do cargo de Enfermeira, nos dias 04 e 05 de janeiro de 2024, no período integral, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, os 02 (dois) dias de férias referentes a esse período serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0001/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483820



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0001/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
IDIAMARA CENI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública **Idiamara Ceni**, (20370) ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde Pública, no dia 29 de dezembro de 2023, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17984/2023, de 29 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 20h20min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0002/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484293



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0002/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANA
LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública **Luciana Lima** (20606), ocupante do cargo de Procurador Geral, no dia 29 de dezembro de 2023, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17982/2023, de 28 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 45h14min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0003/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484314



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0003/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
ARLINDO SEGALIN E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Arlindo Segalin**, ocupante do cargo de Motorista, no dia 29 de dezembro de 2023, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17980/2023, de 28 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de zero horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0004/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484321



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0004/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAIR
DE MICHELI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Jair de Micheli (368)**, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, no dia 29 de dezembro de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo N°17979/2023, de 28 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 186h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0005/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484347



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0005/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
DEJAIME MARSAL DE LIMA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Dejaime Marssal de Lima** (19955), ocupante do cargo de Vigia, nos dias 26, 27, 28 e 29 de dezembro de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17983/2023, de 28 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 56h50min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0006/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484355



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0006/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
ALSEVEDO SCHMITT E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Alsevedo Schmitt** (1316), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 02 à 31 de janeiro de 2024, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17990/2023, de 02 de janeiro de 2024.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 06h54min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0007/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484364



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0007/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MILENA
VITORIA TUBIN BOZA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública **Milena Vitoria Tubin Boza** (20631), ocupante do cargo de Chefe de Setor, no dia 02 de janeiro de 2024, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo N°17985/2023, de 02 de janeiro de 2024.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 14h06min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0008/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484379



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0008/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
CAROLINE PIANA GRIGOL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública **Caroline Piana Grigol** (20389), ocupante do cargo de Assessor, nos dias 04 e 05 de janeiro de 2024, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17987/2023, de 02 de janeiro de 2024.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 183h35min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0012/2024 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484451



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0012/2024 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARINE
VENTURIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública **Carine Venturin** (20110), ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, no dia 09 de janeiro de 2024, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17993/2023, de 03 de janeiro de 2024.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0013/2024 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484456



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0013/2024 - DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
IDIAMARA CENI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública **Idiamara Ceni**, (20370) ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde Pública, no dia 05 de janeiro de 2024, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17994/2023, de 03 de janeiro de 2024.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº0009/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484411



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº0009/2024 - DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO
SECRETARIO MUNICIPAL LEONIR DALLSSAÇO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Secretário Municipal, **Leonir Dallssaço** (20382), ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, nos dias 05, 08, 09, 10, 11 e 12 de janeiro de 2024, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº17988/2024, de 02 de janeiro de 2024.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento do referido secretário, na competência 01/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.817

Publicação Nº 5483737

DECRETO Nº 4.817/2024

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT, PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – PPRA E O PROGRAMA DE CONTROLE MEDICO DE SAUDE OCUPACIONAL – PCMSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JUAREZ FURTADO, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho LTCAT, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e o Programa De Controle Medico de Saúde Ocupacional – PCMSO elaborados pela empresa CONSUSEG ENGENHARIA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA CNPJ n. 29.029.075/0001-87, elaborado em 2023.

Art. 2º. Fica estabelecido o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, e suas possíveis alterações, como parâmetro para concessão do adicional de insalubridade e adicional de periculosidade devido aos servidores do município de Romelândia que desenvolvem atividades consideradas por lei e, verificadas pelos técnicos responsáveis pelo Laudo como insalubres e/ou perigosas, nos percentuais definidos no laudo, a serem calculados sobre o menor padrão de vencimento do Município, conforme dispõe o artigo 91 da Lei Complementar nº 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º. No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade será considerado o de grau mais elevado para efeito de acréscimo salarial, sendo vedada a percepção cumulativa.

Art. 4º. O adicional de insalubridade e/ou periculosidade não se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito.

Art. 5º. Não será devido o pagamento do adicional de insalubridade quando:

I – o ambiente de trabalho apresentar a concentração dos agentes agressivos dentro dos limites de tolerância;

II – não houver habitualidade;

III – a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador reduzir a intensidade ou a concentração do agente agressivo aos limites de tolerância ou anulá-lo completamente;

IV – o servidor for removido do ambiente que originou a concessão do adicional;

V – o servidor estiver afastado ao local insalubre ou deixar de exercer a atividade que deu origem ao pagamento do adicional;

Art. 6º. A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:

I – com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II – com a utilização dos equipamentos proteção individual.

Parágrafo único. Será considerado desidioso o servidor público que não fizer a utilização do equipamento de proteção individual fornecido, estando sujeito a penalidade prevista no estatuto dos servidores públicos de Romelândia.

Art. 7º. O valor pago ao servidor a título de periculosidade será eliminado, quando cessado o risco à saúde e integridade física, nos termos da Norma Regulamentadora nº 16.

§1º. É vedado à chefia alterar atividade ou local de trabalho de servidor, sempre que a mudança envolver atividade ou áreas que impliquem em percepção de adicional de insalubridade ou periculosidade, sem a prévia autorização da Autoridade Superior e comunicação ao Departamento de Recursos Humanos.

§2º. A transferência de servidor de atividade ou área de trabalho insalubre ou perigosa para outra sobre a qual não incida o adicional de insalubridade ou periculosidade deverá ser comunicada imediatamente ao Departamento de Recursos Humanos para análise e atualização do sistema.

Art. 8º. Cabe ao Município encaminhar a realização de vistorias para elaboração e manutenção de pareceres técnicos que estipulem ou alterem a aplicação das normas aos vários ambientes de trabalho da Prefeitura Municipal de Romelândia.

Art. 9º. Compete ao Departamento de Recursos Humanos a aplicação das normas contidas neste Decreto.

Art. 10º. Para o fiel cumprimento deste Decreto poderão ser realizadas, periodicamente, novas inspeções no local e reexames das concessões dos adicionais sob pena de suspensão do respectivo pagamento.

Art. 11º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 12º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º. Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia, 04 de janeiro de 2024.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado o presente em data supra.

Saltinho

PREFEITURA

DECRETO EXECUTIVO Nº 5089/2024, DE 04/01/2024

Publicação Nº 5483505

DECRETO Nº. 5089/2024, de 04 de Janeiro de 2024.

Fixa Turno Único de Expediente, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Saltinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fixado Turno Único de Expediente nas repartições Públicas Municipais de Saltinho, das 07 horas às 13 horas, no período compreendido entre 08 de Janeiro de 2024 a 31 de Janeiro de 2024.

Art. 2º. Fica excluída do horário fixado no artigo 1º deste decreto, a Secretaria Municipal de Saúde e os Servidores Públicos Municipais IURI FINCO, mat. 10479/02, ocupante do cargo de provimento temporário de Operador de Equipamentos Rodoviários e TAYLOR FRANCISCO TOSETTO, mat. 10474/02 ocupante do cargo de provimento temporário de Operador de Equipamentos Rodoviários.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº.5086/2023, de 29/12/2023.

Saltinho - SC, 04 de Janeiro de 2024.

EDIMAR NORONHA DE FREITAS
Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDO PACASSA
Secretaria de Administração e Fazenda

Registrado e publicado em data supra.
Elisângela Sganzerla
Agente de Administração

Santa Helena

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0345/2024

Publicação Nº 5483756

PORTARIA Nº 0345/2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 2 DO REGIMENTO INTERNO E ART. 38 E ART. 41 INCISSE III DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0345/2024
O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 2 DO REGIMENTO INTERNO E ART. 38 E ART. 41 INCISSE III DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

RESOLVE:

Art. 1º – Reconhece o expediente turno único excepcionalmente no dia 22 de dezembro de 2023, das 7:30 as 13:30 horas, em razão da sessão extraordinária designada.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Câmara Municipal de Santa Helena, em 04 de janeiro de 2024.

MARIO PRESIDENTE	SERGIO DA	DE CÂMARA	OLIVEIRA MUNICIPAL
---------------------	--------------	--------------	-----------------------

Registrada Presente	e em	Publicada Data	a supra
------------------------	---------	-------------------	------------

Mario Sérgio de Oliveira
Vereador

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 068/2023

Publicação Nº 5479386

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
TERMO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2023 - IN
CONTRATADO: Gráfica e Editora Posigraf Ltda
Objeto: A presente Inexigibilidade de Licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento do Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Plataforma Virtual de Aprendizagem com conteúdos educacionais; Assessoramento Pedagógico; e, Ferramentas de Avaliação, Gestão e Acompanhamento dos resultados educacionais do município, do qual a futura CONTRATADA é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição, de acordo com as diretrizes estabelecidas neste Termo de Inexigibilidade e nos termos dos incisos I e II do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.
Do valor estimado: R\$ 494.871,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais).
Vigência: 01/01/2024 a 31/12/2024.

Santa Rosa do Sul, 28 de Dezembro de 2023.

Vitória Nunes Lopes
Presidente da CPL
ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA
Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

CAIXA DE ARQUIVO MORTO, DEVE ACONDICIONAR FOLHAS TAMANHO A4 OU OFÍCIO SEM A

Publicação Nº 5484027

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS N. 001/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL – SC torna público para conhecimento dos interessados, a ABERTURA DE INSCRIÇÕES DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS para o preenchimento de vagas de Estágio não obrigatório e cadastro de reserva destinado a estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino de Educação de Nível Médio e Superior, por intermédio do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Federal n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, de acordo com as normas e condições do presente Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será composto das seguintes fases:

ETAPAS	DATA
Publicação do Edital no site da Prefeitura de Santiago Do Sul – SC: www.santiagodosul.sc.gov.br , bem como no site do CIEE/SC: www.cieesc.org.br	04/01/2024
Período de recebimento das inscrições e da documentação dos candidatos pelo site do CIEE/SC: www.cieesc.org.br	04/01/2024 até 31/12/2024
Publicação do resultado e ordem final de classificação e Homologação final no site da Prefeitura de Santiago Do Sul – SC: www.santiagodosul.sc.gov.br , bem como no site do CIEE/SC: www.cieesc.org.br	1ª Lista de Classificação em 16/01/2024, as demais listas de classificação serão emitidas conforme encerrar os classificados a 1ª Lista de Classificação deste edital, e assim sucessivamente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Processo Seletivo Simplificado de Estagiários será regido por este Edital, de forma que o pedido de inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação tácita das normas e condições aqui previstas, e será executado pelo CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.
- 1.2 O Processo Seletivo Simplificado Contínuo de caráter classificatório e eliminatório, destina-se ao preenchimento de vagas e à formação de cadastro de reserva de estagiário na medida das necessidades da Prefeitura Municipal de Santiago Do Sul – SC.
- 1.3 As informações prestadas pelo(s) candidato(s) serão de sua inteira responsabilidade, dispondo à Prefeitura de Santiago Do Sul – SC, bem como ao CIEE/SC o direito de excluir do processo seletivo aquele(s) que fornecerem dados comprovadamente inverídicos.
- 1.4 O estágio, tanto do Ensino Médio, Técnico ou Superior compreende o exercício transitório de atividades relacionadas ao currículo escolar do estudante, tendo como objetivo o aprendizado prático de caráter educativo e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Prefeitura Municipal de Santiago Do Sul – SC.
- 1.5 A duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados, salvo se se tratar de pessoa com deficiência.
- 1.6 O estudante que já tenha estagiado na Prefeitura Municipal de Santiago Do Sul – SC, não poderá ser novamente contratado se a contagem dos períodos, mesmo que fracionados, for igual a 2 (dois) anos.
- 1.7 A participação dos candidatos neste Processo Seletivo Simplificado não implica obrigatoriamente de sua contratação, ocorrendo apenas a expectativa de convocação e contratação, ficando reservado ao Município de Santiago Do Sul – SC, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital.
- 1.8 O candidato deverá estar ciente das exigências e condições para realização de estágios não obrigatórios, definidas pela Instituição de Ensino e ou pelo Conselho Regional/Federal da categoria, sobre pena de, mesmo que aprovado, não ter sua contratação efetivada em virtude do não atendimento destas exigências legais.
- 1.9 Ao realizar a sua inscrição o candidato aceita que os seus dados pessoais sejam tratados e processados de forma a permitir a efetiva execução do processo seletivo, autorizando expressamente a divulgação do seu nome e notas/conceitos obtidos, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a administração pública.
- 1.10 A inscrição é gratuita, vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes.

2. DAS VAGAS

2.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se a possibilidade de preenchimento de estágio para:

NÍVEL	ÁREA/CURSO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA BOLSA AUXÍLIO	VAGAS	CR**	PcD***
Médio	Ensino médio	20 horas semanais	R\$400,00*	1	sim	10%
Superior	Graduações	20 horas semanais	R\$600,00*	1	sim	10%
Superior	Graduações	30 horas semanais	R\$700,00*	1	sim	10%

* Auxílio Transporte Incluso.

**CR: Cadastro de Reserva.

***PcD: Pessoa com Deficiência

2.2 Aos candidatos participantes na qualidade de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o §5º, art. 17 da Lei nº 11.788/08, serão assegurados o percentual de 10% (dez) por cento das vagas de estágio ofertadas e cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que tenham.

2.3 O candidato deverá anexar à documentação de inscrição, declaração conforme modelo constante no Anexo I deste Edital.

2.4 As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos.

2.5 As vagas destinadas aos portadores de deficiência que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

2.6 Constatada a falsidade da declaração, a que se refere o item 2.3, será o candidato eliminado do Processo Seletivo Simplificado, após procedimento administrativo, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

3. DO ESTÁGIO

3.1 A jornada de estágio para nível médio será de até 4 horas diárias ou 20 semanais e superior será de até 6 horas diárias ou 30 semanais, a ser acordada com o gestor da área em que o estagiário irá atuar.

3.2 O estágio será desenvolvido com desempenho de atividades pré-estabelecidas no Plano de Atividades, relacionadas ao curso em que o candidato estiver matriculado em consonância com o Termo de Compromisso de Estágio, devendo ser acompanhado por professor orientador indicado pela da Instituição de Ensino e supervisionado pelo servidor público responsável pelo setor de estágio ao qual o estagiário estiver subordinado.

4. DO AUXÍLIO E BENEFÍCIOS

4.1 O estagiário fará jus a uma bolsa-auxílio, conforme valores estipulados no item 2.1.

4.2 É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, nos termos do art. 13 da Lei n. 11.788/08.

4.3 Será contratado seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, nos termos do art. 9º, IV, da Lei n. 11.788/08, a cargo do Agente Integrador – CIEE/SC.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 Para realizar a inscrição, o estudante interessado deverá ter idade mínima de 16 anos e realizar cadastro no CIEE/SC através do site www.cieesc.org.br ou pessoalmente em uma das unidades da entidade, ao finalizar o cadastro o estudante receberá login e senha para acessar o portal do estudante, bem como deverá realizar o upload dentro do portal do estudante das documentações constantes no item 5.2 e seus subitens. Por fim, poderá buscar pelo referido edital no campo: Processos Seletivos / Inscrições Abertas, no portal do estudante e realizar a sua inscrição clicando na opção "QUERO ME INSCREVER".

5.2 Documentos para Inscrição:

5.2.1 Comprovante de índice escolar/acadêmico, onde comprove o índice de rendimento escolar/acadêmico do último bimestre/trimestre/semestre ou equivalente.

5.2.2 Atestado de matrícula e ou frequência escolar/acadêmica, do curso em andamento.

5.3 As cópias dos documentos constantes nos itens anteriores, não necessitarão de reconhecimento em cartório.

6. DA SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1 O processo Seletivo Simplificado será de caráter classificatório e eliminatório dentro da área e com o curso o qual o candidato se inscreveu, sendo estabelecido como critério de seleção/classificação o candidato que estiver mais avançado no seu curso (ano ou semestre), com base nas seguintes instruções:

a) O resultado será aferido pela conferência da declaração de frequência ou matrícula. Quanto mais avançado na sua formação o estudante estiver, mais bem classificado será;

b) Os casos que ocorram empate no critério ano/semestre serão desempatados pelo critério de melhor média do último bimestre/semestre ou equivalente cursado. Para o cálculo da média deverá ser utilizado a seguinte fórmula: $MA = (N1 + N2 + N3 + \dots) / X$, sendo que MA é a média aritmética, N1, N2, N3... correspondem às notas das disciplinas cursadas no último semestre/bimestre ou equivalente e X é o número de disciplinas cursadas no semestre/bimestre ou equivalente.

c) Permanecendo o empate, terá preferência o candidato que possuir maior idade.

6.2 Para os estudantes que estão iniciando a graduação (1º semestre), ou iniciando o ensino médio (1º ano), deverão apresentar o restante da documentação, exceto histórico das disciplinas cursadas. Serão classificados somente por idade, que é o critério de desempate.

7. DA DESCLASSIFICAÇÃO

7.1 O candidato será desclassificado do processo seletivo se:

7.1.1 Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

7.1.2 Não forem localizados em decorrência de telefone/e-mail desatualizado, incompleto ou incorreto;

7.1.3 Não apresentar no ato da inscrição toda a documentação exigida neste Edital;

7.1.4 Não atender às determinações deste Edital e de seus atos complementares;

7.1.5 Quando, após sua convocação para admissão, não comparecer ao local no prazo designado;

7.1.6 Se a instituição de ensino não disponibilizar sistema que permita valoração por conceito ou nota, pela inviabilidade de apuração do desempenho acadêmico, critério preliminar de avaliação definido na alínea 'a' do item 6.1.

7.1.7 Não possuir 16 anos completos no momento da convocação para assumir a vaga de estágio.

8. DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

8.1 A convocação dos aprovados será de acordo com o quadro de vagas e a necessidade da Prefeitura Municipal de Santiago Do Sul – SC, sendo que os aprovados serão convocados por ordem de classificação estabelecida de acordo com o presente Edital.

8.2 Para a respectiva contratação, o candidato aprovado e convocado deverá comparecer perante o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santiago Do Sul – SC no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a convocação, apresentando interesse na oportunidade, sob pena de perda da vaga, e recolocação do seu nome ao final da lista de aprovados

8.3 No dia 16/01/2024 será emitida a 1ª Lista de Classificação deste Processo Seletivo Simplificado, assim como ocorrerá a publicação do resultado e ordem final de classificação e Homologação final no site da Prefeitura de Santiago Do Sul – SC: www.santiagodosul.sc.gov.br, bem como no site do CIEE/SC: www.cieesc.org.br.

8.4 As demais listas de classificação serão emitidas somente quando encerrar a convocação de todos os candidatos classificados da 1ª Lista de Classificação deste edital, ou caso encerrar a convocação de todos os candidatos classificados em algum curso específico da 1ª Lista de Classificação e ainda ter vagas a serem preenchidas, e assim sucessivamente.

9. DOS REQUISITOS E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação para a vaga de estágio dar-se-á por meio de Termo de Compromisso, nos termos da Lei Federal 11.788/08.

9.2 Para a contratação no estágio no âmbito da Prefeitura Municipal de Santiago Do Sul – SC, o estudante deverá:

- ter idade mínima de 16 (dezesesseis) anos;
- ter sido classificado por meio do processo seletivo simplificado;
- estar devidamente matriculado e com frequência regular no nível de escolaridade em que foi inscrito, mediante atestado expedido pela instituição de ensino no máximo 90 (noventa) dias;
- fornecer cópia simples do CPF e RG, devidamente conferidos com os originais;
- fornecer cópia do comprovante de residência;
- fornecer número da conta corrente, conta poupança ou conta eletrônica, de titularidade do candidato no BANCO DO BRASIL, bem como a indicação da agência bancária;
- os portadores de necessidades especiais deverão apresentar atestado médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID (Classificação Internacional de Doenças);
- Por fim, será firmado termo de compromisso de estágio (TCE) com a Prefeitura Municipal de Santiago Do Sul – SC, CIEE/SC e com a respectiva Instituição de Ensino, devendo estar representado por seu responsável legal em se tratando de menor de 18 anos;

10. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

10.1 O (A) CANDIDATO (A) está ciente, ao realizar sua inscrição, de que seus dados pessoais serão tratados pela PARTE CONTRATANTE DE ESTÁGIO e pelo CIEE/SC de modo compatível com as finalidades e necessidades da legislação de proteção de dados pessoais em vigor, autorizando- os, neste ato, a realizarem todas as ações relacionadas ao processo seletivo, bem como se comprometem, neste ato, a protegerem a privacidade dos seus dados pessoais, inclusive perante terceiros, tendo conhecimento, que o compartilhamento inapropriado destes dados poderão acarretar nas suas responsabilizações.

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

11.1 O processo seletivo tem validade de até 31/12/2024.

11.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo CIEE/SC.

11.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Santiago Do Sul – SC, 04 de janeiro de 2024.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal de Santiago Do Sul – SC

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CONTÍNUO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS N. 001/2024

Declaração de Portador de Deficiência

Eu, (nome do candidato), portador(a) do Registro Geral (RG) n. _____, inscrito(a) no CPF sob o n. _____, declaro para os devidos fins que sou portador(a) de deficiência e que quero realizar minha inscrição às vagas reservadas aos portadores de deficiência. Estou ciente que todas as informações declaradas por mim serão averiguadas e deverão estar acompanhadas dos documentos comprobatórios exigidos neste certame.

Santiago do Sul - SC, ____ de _____ 2024.

Assinatura do Candidato

PORTARIA Nº004/2024 – DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484563

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº004/2024 – DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ANA LUCI SAGAS NUNES DOS SANTOS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora ANA LUCI SAGAS NUNES DOS SANTOS, ocupante do Cargo de ASSESSOR DE SECRETARIA, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 04 de janeiro de 2024, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de janeiro de 2024.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

PORTARIA Nº005/2024– DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484662

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº005/2024– DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal DARA CRISTINA IZOTON ZINI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal DARA CRISTINA IZOTON ZINI, ocupante do Cargo de ODONTÓLOGO, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 04 de janeiro de 2024, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de janeiro de 2024.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração

São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/N° 711, DE 4 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484311

PORTARIA/SAMAE/SBS N° 711, de 4 de janeiro de 2024.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor VALDECIR RIBEIRO, matrícula 330, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2º – As férias a que se refere o Artigo 1º, serão gozadas em dois períodos, sendo os dias de folga de 8/1/2024 a 17/1/2024, e de 22/7/2024 a 31/7/2024, respectivamente.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/N° 712, DE 4 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484317

PORTARIA/SAMAE/SBS N° 712, de 4 de janeiro de 2023.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor ARNALDO DZIEDZIC JÚNIOR, matrícula 359, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 8 de janeiro de 2023.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/N° 713, DE 4 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484322

PORTARIA/SAMAE/SBS N° 713, de 4 de janeiro de 2024.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor CRISTIANO TEIXEIRA DA SILVA, matrícula 395, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 8 de janeiro de 2024.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 714, DE 4 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484327

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 714, de 4 de janeiro de 2024.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO, matrícula 415, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 8 de janeiro de 2024.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 715, DE 4 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484330

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 715, de 4 de janeiro de 2024.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – Art. 1º – CONCEDER à servidora ROSANE MARIA BAYERL, matrícula 452, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2º – As férias a que se refere o Artigo 1º, serão gozadas em dois períodos, sendo os dias de folga de 10/1/2024 a 19/1/2024, e de 12/2/2024 a 21/2/2024, respectivamente.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

ATA DE D LICITAÇÃO DESERTA LIC.06/2023 PR5/2023 FMS

Publicação Nº 5483635

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO</div> <div>CNPJ: 11.431.615/0001-99</div> <div>RUA VERÔNICA SCHEID</div> <div>C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC</div>	<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 5/2023 - PR</div>
	<div>Processo Administrativo: 6/2023</div> <div>Processo de Licitação: 6/2023</div> <div>Data do Processo: 06/12/2023</div>

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 1/2024 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL DE FARMACEUTICA(O) 8(OITO) HORAS SEMANAIS PARA ATUAR NO PERIODO DO TURNO ESTENDIDO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE (NOTURNO), INICIANDO AS 18:00 HORAS ATÉ AS 22:00 HORAS. ESTA CONTRATAÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA GARANTIR A SEGURANÇA E A EFICÁCIA DOS MEDICAMENTOS, FORNECER ORIENTAÇÕES ADEQUADAS AOS PACIENTES, PROMOVER O USO RACIONAL, EVITANDO ERROS DE DOSAGEM, INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS E OUTROS PROBLEMAS QUE POSSAM COMPR

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2023 PREGÃO PRESENCIAL N. 05/2023
OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL DE FARMACEUTICA(O) 8(OITO) HORAS SEMANAIS PARA ATUAR NO PERIODO DO TURNO ESTENDIDO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE (NOTURNO), INICIANDO AS 18:00 HORAS ATÉ AS 22:00 HORAS. ESTA CONTRATAÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA GARANTIR A SEGURANÇA E A EFICÁCIA DOS MEDICAMENTOS, FORNECER ORIENTAÇÕES ADEQUADAS AOS PACIENTES, PROMOVER O USO RACIONAL, EVITANDO ERROS DE DOSAGEM, INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS E OUTROS PROBLEMAS QUE POSSAM COMPROMETER A SAÚDE DOS PACIENTES, REALIZAR A GESTÃO ADEQUADA DOS ESTOQUES E OFERECER ATENDIMENTO PERSONALIZADO E INDIVIDUALIZADO AOS PACIENTES. É UMA MEDIDA ESSENCIAL PARA GARANTIR A QUALIDADE E A SEGURANÇA DOS CUIDADOS DE SAÚDE RELACIONADOS AOS MEDICAMENTOS. As 09h15min do dia 04/01 /2024, reuniu-se o pregoeiro Sr. Lucas J. Ceni e equipe de apoio nomeados pela portaria nº 165/2023 de 02/05/2023, para analise e julgamento do processo de licitação nº 06/2023 PR05/2023 do FUNDO DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO. Aberta a sessão, não foi verificada a presença de licitantes interessados em participar do certame, razão pela qual o pregoeiro declarou a licitação DESERTA.

São Bernardino, 4 de Janeiro de 2024

COMISSÃO:

- LUCAS CENI - - Pregoeiro(a)
- LUIZ CARLOS NEGRI - - Equipe de Apoio
- NATANI SERPA BARBOSA - - Equipe de Apoio
- JULIANO DA SILVA - - Equipe de Apoio

CÂMARA MUNICIPAL

POSSE VEREADOR PORTARIA Nº. 15/2023 DE 18/12/2023

Publicação Nº 5484309

PORTARIA Nº. 15/2023 DE 18/12/2023.

	DA POSSE A VERERADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BERNARDINO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
--	--

Ênio Luiz Klipel, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal:

- RESOLVE:
- Art. 1º - Fica empossado no Cargo de vereador Sr. GUSTAVO SEMIONATO a partir de 18/12/2023, devido à extinção do cargo do vereador Lacir Domingos Piaia por decisão judicial.
- Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta do orçamento vigente.
- Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

	Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de São Bernardino – SC, em 18 de dezembro de 2023.
--	---

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ÊNIO LUIZ KLIPEL
Presidente da Câmara Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELIZANDRA FAVARETTO
Diretora Administrativa

São Carlos

PREFEITURA

RELATÓRIO DE GESTÃO DA OUVIDORIA EXERCÍCIO DE 2023

Publicação Nº 5483566



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Ouvidoria Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, SC

RELATÓRIO DE GESTÃO DA OUVIDORIA EXERCÍCIO DE 2023

A Ouvidoria do Poder Executivo do Município de São Carlos – SC, nos termos do disposto na Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 069/2019, apresenta a seguir o Relatório de Gestão referente às atividades realizadas no exercício de 2023 em cumprimento a suas atribuições.

DO FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA

A Ouvidoria Municipal representa um ambiente dedicado à participação ativa e ao controle social, proporcionando um canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração municipal. Operando em colaboração com a Controladoria Geral do Município, a Ouvidoria desempenha um papel crucial como receptor de reclamações, denúncias, sugestões, pedidos de informação e elogios.

Sua missão é fomentar a participação cidadã no acompanhamento e avaliação dos serviços oferecidos, bem como na gestão responsável dos recursos públicos. Este espaço se destaca por estar aberto a toda a comunidade, fortalecendo o diálogo entre os cidadãos e o governo local. Por meio da Ouvidoria, busca-se promover a transparência, a eficiência e a eficácia das ações municipais, assegurando um ambiente propício para a construção conjunta de uma sociedade mais participativa e consciente.

CANAIS DE ATENDIMENTO

As requisições à Ouvidoria são predominantemente encaminhadas por meio do sistema eletrônico Fala.BR, uma plataforma integrada de ouvidoria disponível no endereço eletrônico: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>.

Qualquer manifestação recebida por escrito ou durante atendimento presencial é posteriormente registrada no Sistema Eletrônico Fala.BR, garantindo uma tramitação eficiente

Rua Demétrio Lorenz, nº 747, Centro | CEP 89.885-000 | CNPJ 82.945.718/0001-15
Fone (49)3325-3000 | <https://saocarlos.atende.net/cidadao> | cisc@saocarlos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Ouvidoria Municipal

e eletrônica de todo o processo.

DO NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NO ANO ANTERIOR

Em 2023, foram recebidas 27 manifestações sendo classificadas como:

Elogios: São demonstração de reconhecimento ou de satisfação sobre o serviço público oferecido ou o atendimento recebido em órgãos e entidades da administração pública municipal.

Denúncias: comunicação de ato ilícito ou práticas de irregularidade, cuja solução dependa da atuação de órgãos apuratórios. Ainda que **anônima**, é apurada, desde que contenha indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade.

Reclamações: demonstração de insatisfação relativa à prestação de qualquer serviço público e à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desses serviços.

Sugestões: apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços públicos prestados por órgãos e entidades da administração pública municipal.

Solicitação: pedido para adoção de providências por parte dos órgãos e das entidades da administração pública municipal.

As manifestações foram respondidas em um prazo médio de 16 dias, cumprindo a exigência do artigo 16 da Lei Federal nº 13.460/2017 “Art. 16. A ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período”.

Em que pese o esforço envidado para o melhor atendimento possível aos cidadãos, a capacidade de absorção da Ouvidoria ainda está atendendo o quantitativo de manifestações recebidas.

DOS MOTIVOS DAS MANIFESTAÇÕES

Os motivos das manifestações incluíram pedidos de informações, denúncias, solicitações e comunicações. É relevante destacar que, das 27 manifestações recebidas, 9 foram direcionadas erroneamente, com o destino adequado sendo identificado como São Carlos, no estado de São Paulo. Em resposta, foram fornecidas orientações para o correto endereçamento dessas manifestações.

Rua Demétrio Lorenz, nº 747, Centro | CEP 89.885-000 | CNPJ 82.945.718/0001-15
Fone (49)3325-3000 | <https://saocarlos.atende.net/cidadao> | cisc@saocarlos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Ouvidoria Municipal

NATUREZA DAS MANIFESTAÇÕES

NATUREZA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
SUGESTÃO													
ELOGIO													
SOLICITAÇÃO			1		1				1	1		1	4
RECLAMAÇÃO					1	1						1	3
DENÚNCIA				1						1	1	1	3
COMUNICAÇÃO				1				1	2		2		6
ERRÔNEA	1	1	3	3		1							9
TOTAL													27

DA ANÁLISE DOS PONTOS RECORRENTES

As manifestações mais frequentes estão vinculadas a pedidos de informação e alegações de conduta profissional. Cada uma dessas manifestações foi minuciosamente investigada, empenhando-se na busca pela abordagem mais apropriada para resolver ou esclarecer os pontos apresentados.

DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NAS SOLUÇÕES APRESENTADAS.

No que diz respeito às denúncias, todas as manifestações registradas são cuidadosamente analisadas de maneira individual, visando identificar a abordagem mais apropriada para seu tratamento.

Cada denúncia é minuciosamente investigada para verificar a veracidade dos fatos relatados ou para esclarecer eventuais mal-entendidos. Uma vez identificado a quem ou a quem se referem os elogios, denúncias, reclamações, sugestões ou solicitações, são adotadas as medidas necessárias para esclarecimento e, sempre que possível, resolução dos casos.

CONCLUSÃO

A aprovação da Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso a Informação, e a aprovação da Lei Federal nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços da administração pública, representaram dois marcos para consolidar a possibilidade de participação da sociedade nos assuntos do Poder Público Municipal.

Rua Demétrio Lorenz, nº 747, Centro | CEP 89.885-000 | CNPJ 82.945.718/0001-15
Fone (49)3325-3000 | <https://saocarlos.atende.net/cidadao> | cisc@saocarlos.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Ouvidoria Municipal

Uma das atribuições da Ouvidoria é o tratamento das manifestações dos usuários. Por meio dos Decreto Municipal nº 069/2019, procurou-se adequar os procedimentos à legislação, com definições e regras básicas para o tratamento e solução dessas manifestações.

Vale concluir, que embora a Ouvidoria tenha sido instituída e regulamentada, nos trâmites da Lei Federal nº 13.460/2017, no Município de São Carlos – SC, alcançou-se significativo reconhecimento interno quanto ao papel de instrumento mediador entre, de um lado, as necessidades de informação e participação da sociedade e, de outro, as realidades operacionais e administrativas do Poder Executivo Municipal.

Ao mesmo tempo, parece-nos fundamental fortalecer este instrumento, como protagonista da prevenção de conflitos e de riscos institucionais, e, particularmente, em favor de um ambiente organizacional com alto nível de respeito mútuo.

Lúcio Backes
Ouvidoria
Mat.: 3699

Rua Demétrio Lorenz, nº 747, Centro | CEP 89.885-000 | CNPJ 82.945.718/0001-15
Fone (49)3325-3000 | <https://saocarlos.atende.net/cidadao> | cisc@saocarlos.sc.gov.br

São Domingos

CÂMARA MUNICIPAL

RECIBO DO SICONFI 3 QUADRIMESTRE 2023

Publicação Nº 5484285



Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada



A instituição **Câmara de Vereadores de São Domingos - SC (SC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Câmara de Vereadores de São Domingos - SC (SC)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal
Periodicidade:	Quadrimestral
Período:	3º quadrimestre
Exercício:	2023
Assinatura(s):	<div>Nome: NIOMAR LUIZ CANTELLI Titular do Poder Legislativo</div>
	CPF: 008.261.289-71
	Data: 04/01/2024 13:45:41

O Código do Recibo da declaração homologada em 04/01/2024, às 13:45:46 , é:

05.4M.VC-0


Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio <https://siconfi.tesouro.gov.br>, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Publicação Nº 5484280

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Página 1 de 8

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de São Domingos - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	48.103.112,19	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	500.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	483.635,19	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	47.119.477,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.090.531,43	2,31
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.827.168,62	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.685.810,19	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.544.451,76	5,40


RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de São Domingos - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Tegridade de Roteiro ao Limite de Despesa Total com Pessoal	Exercício em que Excedeu o Limite		Tegridade de Roteiro ao Limite de Despesa Total com Pessoal		Exercício de Segundo Período Seguinte	
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	Limite Máximo de 11 do Excedente (c) = (a-b)	% Excedente (d) = (c-b)	Limite (e) = (a-d)	% DTP (f)
Tegridade de Roteiro ao Limite de Despesa Total com Pessoal						
Exercício de Primeiro Período Seguinte						
Exercício de Segundo Período Seguinte						
Exercício de Terceiro Período Seguinte						
Exercício de Quarto Período Seguinte						
Exercício de Quinto Período Seguinte						
Exercício de Sexto Período Seguinte						
Exercício de Sétimo Período Seguinte						
Exercício de Oitavo Período Seguinte						
Exercício de Nono Período Seguinte						
Exercício de Décimo Período Seguinte						
Exercício de Undécimo Período Seguinte						
Exercício de Duodécimo Período Seguinte						
Exercício de Treze Períodos Seguintes						
Exercício de Quatorze Períodos Seguintes						
Exercício de Quinze Períodos Seguintes						
Exercício de Dezesseis Períodos Seguintes						
Exercício de Dezessete Períodos Seguintes						
Exercício de Dezoito Períodos Seguintes						
Exercício de Dezenove Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Vinte e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Trinta e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Dez Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Treze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Quatorze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Quinze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Dezesseis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Dezessete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Dezoito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Dezenove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Vinte e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Dez Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Treze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Quatorze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Quinze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Dezesseis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Dezessete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Dezoito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Dezenove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Vinte e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Dez Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Treze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Quatorze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Quinze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Dezesseis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Dezessete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Dezoito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Dezenove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Vinte e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Dez Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Treze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Quatorze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Quinze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezesseis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezessete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezoito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezenove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dez Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Treze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Quatorze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Quinze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezesseis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezessete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezoito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezenove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dez Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Treze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Quatorze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Quinze Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezesseis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezessete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezoito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dezenove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Vinte e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Um Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dois Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Três Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Quatro Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Cinco Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Seis Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Sete Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Oito Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Nove Períodos Seguintes						
Exercício de Quarenta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Trinta e Dez Períodos Seguintes					</	

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de São Domingos - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	-
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de São Domingos - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social


CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 16 da LC 176/2021)		Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 16 da LC 176/2021)											
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 16 da LC 176/2021)		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)													
% DTP (VIII / VII)													
LIMITE CONFORME ART. 16 DA LC 176/2021 (%)													

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de São Domingos - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º quadrimestre


RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

<div><div><div><div><div><div><div><div><div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Físicas do Setor Público Brasileiro</div></div></div></div><div><div><div><div><div>Tesouro Nacional</div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div>	<div>Relatório de Gestão Fiscal</div> <div>Câmara de Vereadores de São Domingos - SC (Poder Legislativo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2023</div> <div>Período de referência: 3º quadrimestre</div>
---	--

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					Disponibilidade de Caixa			EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA APÓS A CANCELAMENTO DE DÉBITOS PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (f) - (g)
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA E EQUIVALENTES (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Exercícios Anteriores (b)	De Exercício (c)	Restos e Não Liquidados do Exercício Anterior (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA CANCELAMENTO DE DÉBITOS PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) [(b)+(c)-(e)]	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	-17.602,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.602,18	0,00	0,00	-17.602,18
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	-17.602,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.602,18	0,00	0,00	-17.602,18
Recursos Vinculados à Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao Fim Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Administração de Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Entregues em Vinculação a Prestações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Entregues em Vinculação a Despesas Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Entregues em Vinculação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	-17.602,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.602,18	0,00	0,00	-17.602,18

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de São Domingos - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	48.103.112,19
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	47.119.477,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	Apuração do Valor	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.090.531,43	2,31
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	2.827.168,62	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	2.685.810,19	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.544.451,76	5,40

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by NIOMAR LUIZ CANTELLI:00826128971 Date: 2024.01.04 13:43:16 GMT-03:00 Reason: Perfil: Titular do Poder Legislativo Location: Instituição: Câmara de Vereadores de São Domingos - SC
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010 DO PROCESSO SELETIVO 010/2023 - MOTORISTA

Publicação Nº 5486840

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010
DO PROCESSO SELETIVO 010/2023

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul considerando a necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais convoca o(s) candidato(s) classificado(s) conforme necessidade para preenchimento de vagas do Processo Seletivo nº 007/2023, a se apresentar no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação no DOM - Diário Oficial, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, sito a Praça Dr. Getúlio Vargas – nº 01, Centro, no horário 08h30 às 13h30, munidos da documentação conforme edital para contratação. Sendo que, maiores informações poderão ser obtidas através do fone (47) 3471-2242.

Função: MOTORISTA

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
29º	HÉLIO JUNIOR BARROS PEREIRA	25527/2023	14,00
31º	EDINEI FRITZ SOUZA	25666/2023	14,00

São Francisco do Sul – SC, 04 de Janeiro de 2024.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e
Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 014 DO PROCESSO SELETIVO 007/2023 - MÉDICO ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Publicação Nº 5486825

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014
DO PROCESSO SELETIVO 007/2023

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul considerando a necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais convoca o(s) candidato(s) classificado(s) conforme necessidade para preenchimento de vagas do Processo Seletivo nº 007/2023, a se apresentar no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação no DOM - Diário Oficial, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, sito a Praça Dr. Getúlio Vargas – nº 01, Centro, no horário 08h30 às 13h30, munidos da documentação conforme edital para contratação. Sendo que, maiores informações poderão ser obtidas através do fone (47) 3471-2242.

Função: MÉDICO ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
27º	LAÍNE PRÊMOLI PERUCHI	17.735/2023	0,00

São Francisco do Sul – SC, 04 de Dezembro de 2023.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e
Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 039 DO PROCESSO SELETIVO 017/2022 - TÊC. DE ENFERMAGEM - ENFERMEIRO

Publicação Nº 5486832

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039
DO PROCESSO SELETIVO 017/2022

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul considerando a necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais convoca o(s) candidato(s) classificado(s) conforme necessidade para preenchimento de vagas do Processo Seletivo nº 017/2022, a se apresentar no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação no DOM - Diário Oficial, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, sito a Praça Dr. Getúlio Vargas – nº 01, Centro, no horário 08h30 às 13h30, munidos da documentação conforme edital para contratação. Sendo que, maiores informações poderão ser obtidas através do fone (47) 3471-2242.

Função: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
42º	RAFAEL HENRIQUE HAUSS	25.222/2022	3,65
43º	REGIANE EUNICE FERNANDES	25.395/2022	3,37

Função: ENFERMEIRO

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
34º	EUNICE DE FREITAS ISRAEL	25.082/2022	11,78

São Francisco do Sul – SC, 04 de Janeiro de 2024.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e
Gestão de Pessoas

EXTRATO ADIT. 172.4-22 ADRIMAR

Publicação Nº 5483887

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 172.4-22
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR CNPJ: 03.574.370.0001-20
PROCESSO LICITATÓRIO: Edital de Concorrência Pública Nº 159-2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA FRANCISCO MASCARENHAS, COM TRECHO A SER CONTEMPLADO DE 2.937,34 METROS, NOS BAIRROS PAULAS E RETA, NESTE MUNICÍPIO, prorroga o prazo de execução em 03(três) meses (05/12/2023 findando em 04/03/2024), sendo a vigência prorrogada também por 03(três) meses (05/02/2024 findando em 04/05/2024)
VIGÊNCIA: 05/12/2023 findando em 04/05/2024
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 18003-1028-344905198-13902000.
São Francisco do Sul, 05 de Dezembro de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

PAF 339_2023 - OBRA

Publicação Nº 5486820

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO 299/2023
O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento na Lei nº 603 de 1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele ALEIR MARTINS que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda com a apresentação de Alvará de Construção ou documento que comprove sua regularização de obra situada na Rua Ponte Alta - Ubatuba, nesta municipalidade, conforme determinam as Leis Municipais.
São Francisco do Sul, 04 de janeiro de 2024.

Tiago Furlan Lemos
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PORTARIA Nº 19.032/2024

Publicação Nº 5483850

PORTARIA nº 19.032, de 04 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o inciso II, do art. 245, da Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e considerando o período de férias do Secretário de Infraestrutura e Urbanismo titular;

RESOLVE:
Art. 1º Designar Fernanda Truppel Schmidt Raupp, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 066.394.839-80,

Diretora de Análise de Viabilidade e Projetos, para exercer INTERINAMENTE o cargo de Secretária de Infraestrutura e Urbanismo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, no período entre os dias 08 a 17 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 04 de janeiro de 2024.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 19.033/2024

Publicação Nº 5483852

PORTARIA nº 19.033, de 04 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL em exercício de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e considerando o Processo Administrativo nº 35066/2023 bem como o Ofício nº 307/2023 do IPRESF;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Abono de Permanência ao servidor JORGE ANTONIO SOARES, matrícula nº 217107, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, a partir de 16 de novembro de 2023.

Art. 2º O Abono de Permanência cessará quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular do cargo de provimento efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 16 de novembro de 2023.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 04 de janeiro de 2024.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 19.034/2024

Publicação Nº 5483854

PORTARIA nº 19.034, de 04 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL em exercício de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e considerando o Processo Administrativo nº 30753/2023 bem como o Ofício nº 306/2023 do IPRESF;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Abono de Permanência ao servidor PAULO ROBERTO VIEIRA, matrícula nº 228834, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Vigilância em Saúde, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10 de outubro de 2023.

Art. 2º O Abono de Permanência cessará quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular do cargo de provimento efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 10 de outubro de 2023.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 04 de janeiro de 2024.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 19.035/2024

Publicação Nº 5483855

PORTARIA nº 19.035, de 04 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL em exercício de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e considerando o Processo Administrativo nº 33917/2023 bem como o Ofício nº 303/2023 do IPRESF;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Abono de Permanência ao servidor GETULIO ALVES DA COSTA NETTO, matrícula nº 423912, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 01 de setembro de 2020.

Art. 2º O Abono de Permanência cessará quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular do cargo de provimento efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2020.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 04 de janeiro de 2024.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 19.036/2024

Publicação Nº 5483857

PORTARIA nº 19.036, de 04 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL em exercício de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e considerando o Processo Administrativo nº 30505/2023 bem como o Ofício nº 299/2023 do IPRESF;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Abono de Permanência à servidora MARLENE MACIEL DE OLIVEIRA, matrícula nº 508101, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º O Abono de Permanência cessará quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular do cargo de provimento efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 04 de janeiro de 2024.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2024

Publicação Nº 5484487

DECRETO Nº 001/2024

"QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORES MUNICIPAIS"

A Prefeita Municipal – em exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 81 da Lei Municipal Nº 4.323/2015, de 15/05/2015; ficam concedidos 45 (quarenta e cinco) dias de LICENÇA PRÊMIO aos seguintes servidores: - GISLAINE DE FATIMA NUNES, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga – Mat. 10237, a contar do dia 02/01/2024 á 15/02/2024. – LUCIA HELENA GEREMIAS, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social – Mat. 2408, a contar do dia 02/01/2024 á 15/02/2024. - LUCIANI PADILHA MACEDO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Mat. 9283, a contar do dia 02/01/2024 á 15/02/2024. - MARCOS PAULO DE JESUS, ocupante do cargo efetivo de Calceteiro – Mat. 10581, a contar do dia 02/01/2024 á 15/02/2024.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de janeiro de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de
São Joaquim, 04 de janeiro de 2024.

ANA FLORÊNCIO DE MELO ARRUDA
Prefeita Municipal – em exercício

EXTRATO CONTRATO 03/2024 PMSJ

Publicação Nº 5484331



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Praça João Ribeiro, 01 - Centro - São Joaquim - SC
CEP: 88600-000 CNPJ: 82.561.093/0001-98 Telefone: (49) 3233-6400

Página: 1 / 1
Página: 1 / 1
Data: 04/01/2024

Mês / Ano de Assinatura
1/2024

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS

Tipo de Instrumento: Termo de Contrato	
Nº Contrato: 3/2024	
Contratado:	ME INFORMATICA LTDA
CNPJ/CPF:	07.841.983/0001-38
Nº Licitação:	60/2023 Nº Processo: 139/2023
Modalidade:	Pregão presencial
Fundamento Legal:	10520
Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de Tecnologia da informação e Comunicação (TIC), e ambiente do Centro de Processamento de Dados (CPD) da Prefeitura de São Joaquim e setores descentralizados, sem mão de obra exclusiva, conforme especificações e condições do Termo de Referência (TR), e seus anexos.
Data da Assinatura: 04/01/2024	
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
Valor:	120.000,00
Vigência:	04/01/2024 a 03/01/2025
Despesa(s):	12 - 02.003.04.123.0001.2006.3.3.90.00.00

PORTARIA Nº 010/2024

Publicação Nº 5484480

PORTARIANº 010/2024

A Prefeita Municipal – em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 039/2023, de 11/12/2023, Lei Nº Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei nº 4.644/2019 e Lei Nº 4.844/2021; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: – SOLANGE FONTOURA LEMES, para exercer a função de Educador Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social – Abrigo Municipal, período noturno, com 40 horas semanais, a contar do dia 01/01/2024, vaga excedente..

Parágrafo Único – A designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de janeiro de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de
São Joaquim, 04 de janeiro de 2024.

ANA FLORÊNCIO DE MELO ARRUDA
Prefeita Municipal – em Exercício

PORTARIA Nº 011/2024

Publicação Nº 5484484

PORTARIANº 011/2024

A Prefeita Municipal – em exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por término de contrato a senhora: - ALINE NUNES COSTA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, na E.E.I.M. Alcides Zobot, bairro São José, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 643/2023, de 06/07/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de
São Joaquim, 04 de janeiro de 2024.

ANA FLORÊNCIO DE MELO ARRUDA
Prefeita Municipal – em Exercício

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001 / 2023

Publicação N° 5484549

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2023**

ANA FLORENCIO DE MELO ARRUDA, PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO JOAQUIM- SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Edital de Processo Seletivo 001/2023, conforme segue:

JULGAMENTO DOS RECURSOS

NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO NESTE ATO.

Município de São Joaquim, 04 de janeiro de 2024.

ANA FLORENCIO DE MELO ARRUDA
Prefeita Municipal em Exercício

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002 /2023

Publicação N° 5484553

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2023**

ANA FLORENCIO DE MELO ARRUDA, PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO JOAQUIM- SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Edital de Processo Seletivo 002/2023, conforme segue:

JULGAMENTO DOS RECURSOS

NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO NESTE ATO.

Município de São Joaquim, 04 de janeiro de 2024.

ANA FLORENCIO DE MELO ARRUDA
Prefeita Municipal em Exercício

São José

PREFEITURA

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023

Publicação Nº 5484636

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023 - Processo Digital nº 15639/2023 - Proc. Adm. 200/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR E CONTROLES, PARA EQUIPAR AS INSTALAÇÕES DAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 04 de janeiro de 2024 às 18h00min até dia 19 de janeiro de 2024 às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 13h30min do dia 19 de janeiro de 2024. INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h31min do dia 19 de janeiro de 2024. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Fone: (48) 33810002.

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2023

Publicação Nº 5484647

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2839A46E2F7F05B88C1BD75E97211D293F7A1A87

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2023 – Processo Digital nº 31183/2023 – Proc. Adm. 295/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MUDAS E INSUMOS AGRÍCOLAS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES PÚBLICOS, DE RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e local: O pregão eletrônico será realizado no sistema de licitações Paradigma, por meio da internet. As propostas poderão ser cadastradas a partir de 05 de janeiro de 2024 às 18h00min no site <https://egov.paradigmabs.com.br/saojose/Default.aspx> e a sessão pública ocorrerá em 17 de janeiro de 2024 às 13h30min.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2023

Publicação Nº 5485282

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2023 - PE 065/2023 - Processo Digital nº 25241/2023 – Proc. Adm. nº 235/2023. CONTRATADO: INFINITY PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER O LABORATÓRIO MUNICIPAL, VINCULADO A DIRETORIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R\$ 612,90 (seiscentos e doze reais e noventa centavos). Data de Assinatura: 14 de dezembro de 2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2023

Publicação Nº 5485300

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2023 - PE 065/2023 - Processo Digital nº 25241/2023 – Proc. Adm. nº 235/2023. CONTRATADO: MATLAB REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER O LABORATÓRIO MUNICIPAL, VINCULADO A DIRETORIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R\$ 13.999,20 (treze mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos). Data de Assinatura: 14 de dezembro de 2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 183/2023

Publicação N° 5485313

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 183/2023 - PE 065/2023 - Processo Digital n° 25241/2023 – Proc. Adm. n° 235/2023. CONTRATADO: INGALAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER O LABORATÓRIO MUNICIPAL, VINCULADO A DIRETORIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. DO VALOR: R\$ 3.630,00 (três mil, seiscentos e trinta reais). Data de Assinatura: 14 de dezembro de 2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 186/2023

Publicação N° 5484910

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 186/2023 - PE 070/2023 - Processo Digital n° 23625/2023 – Proc. Adm. n° 189/2023. CONTRATADO: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS SERVIÇOS ATENDIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CENTRO DE ATENDIMENTO A TERCEIRA IDADE-CATI, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, ITENS NÃO CONTEMPLADOS NO PE 010/2023." DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. DO VALOR: R\$202.370,00 (duzentos e dois mil, trezentos e setenta reais). Data de Assinatura: 22 de dezembro de 2023.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 187/2023

Publicação N° 5484919

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 187/2023 - PE 070/2023 - Processo Digital n° 23625/2023 – Proc. Adm. n° 189/2023. CONTRATADO: IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS SERVIÇOS ATENDIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CENTRO DE ATENDIMENTO A TERCEIRA IDADE-CATI, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, ITENS NÃO CONTEMPLADOS NO PE 010/2023." DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. DO VALOR: R\$79.293,40 (setenta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta centavos). Data de Assinatura: 22 de dezembro de 2023.

PORTARIA SMS/PMSJ N° 047/2023

Publicação N° 5485339

PORTARIA SMS/PMSJ n° 047, de 19 de dezembro de 2023.

DESIGNA FISCAL DE ATAS DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL N° 18.410/2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei n° 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. n° 65, da Lei Ordinária n° 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora, Rita de Cássia Brandão Delgado, matrícula n° 22.346-8, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços n° 181/2023, 182/2023 e 183/2023, decorrentes do Pregão Eletrônico n° 065/2023, nos termos do art. 117 da Lei n° 14.133/2021 e do art. 74 do Decreto Municipal n° 18.410/2023, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designada a servidora, Scheila Monteiro Evaristo, matrícula nº 179.833-1, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2023

Publicação Nº 5484673

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 19525128AD373CF06F7667E1C59AE312AB0476D5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2023 – Processo Digital nº 18667/2023 – Proc. Adm. 206/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COLETES, BOLSAS IMPERMEÁVEIS E BONÉS DE ABA LARGA, DESTINADOS AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS VINCULADOS AO PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Fornecedor: K&K DISTRIBUIDORA LTDA. Valor Total: R\$ 31.259,52 (trinta e um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos). Priscilla Adriana Dutra – Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 001/2017/SCC-16

Publicação Nº 5485035

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO DE GESTÃO nº 001/2017/SCC-16 - Proc. Digital. nº 44240/2023. CONTRATADO: INSTITUTO DESENVOLVIMENTO ENSINO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE – I.D.E.A.S. OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a RETIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS DOS TERMOS ADITIVOS ANTERIORES 13º E 15º, nos termos previstos Contrato nº 001/2017/SCC e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DA RETIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Conforme justificativa apresentada pelo órgão gestor do contrato, através do Memorando nº 584/2023/SMS/COMPRAS de 23/11/2023, se faz necessário constar no Termo Aditivo nº 001/2017/SCC -13 a seguinte informação: “4.2 – Os acréscimos supramencionados alteram o valor do Contrato nº 001/2017/SCC de R\$ 16.100.247,12 (dezesseis milhões, cem mil, duzentos e quarenta e sete reais e doze centavos) para R\$ 19.300.429,68 (dezenove milhões, trezentos mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos)” conforme consta na minuta do Processo Digital nº 32347/2022. No Termo Aditivo nº 001/2017/SSC-15 se faz necessário a correção dos valores alterando a cláusula terceira para o que segue “ 3.2 – O acréscimo supramencionado corresponde ao percentual de 3,285390%, alterando o valor do Contrato nº 001/2017/SCC de R\$ 19.300.429,68 (dezenove milhões, trezentos mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos) para R\$ 19.829.385,72 (dezenove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois reais)”. Data de assinatura: 06 de dezembro de 2023.

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2024

Publicação Nº 5484672

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2024

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conforme determina os Arts. 12, 13 e 14, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o candidato aprovado no Concurso Público Edital nº. 002/2021, de 09 de março de 2021, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 7.057, de 14 de maio de 2021, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº1049, no horário de expediente da Prefeitura, a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LAIS TATIANE PEREIRA DE OLIVEIRA

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2024

Publicação Nº 5484675

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 02/2024

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conforme determina os Arts. 12, 13 e 14, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, os candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº. 01/2023, de 26 de janeiro de 2023, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº. 7.618, de 31 de março de 2023, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº. 1049, no horário de expediente da Prefeitura, a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

SIMONE GAWSKI
CLAUDIANE PAULI
CLEISON DA SILVA
CRISTIANE GARBIN
SILENE ÁGUEDA ETGES
CINDIA CAROLINA DALMAGRO

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2024

Publicação Nº 5484678

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 03/2024

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conforme determina os Arts. 12, 13 e 14, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Edital nº. 19/2023, de 04 de julho de 2023, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº. 7.732, de 15 de setembro de 2023, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº. 1049, no horário de expediente da Prefeitura, a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

ROSEANE MOSSMANN
MARINEUZA WEBER LEBENS

NOELI GONÇALVES GUIMARÃES
MARLICE TEREZINHA HENDGES

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

PORTARIA N° 001/2024

Publicação N° 5484680

PORTARIA N° 001/2024

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 16, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 02 de janeiro de 2024, o servidor público municipal, Fabiano Rodrigo Mayer Schmidt, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº. 2.672-1, para ter exercício junto à Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 02 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

LUIZ CARLOS TREVISOL
Secretário Municipal de Administração/Transportes e Obras

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA N° 002/2024

Publicação N° 5484684

PORTARIA N° 002/2024

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 16, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 03 de janeiro de 2024, o servidor público municipal, Marcos Rafael Schmitt, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº. 4.590-1, para ter exercício junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 03 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

CARLA PATRÍCIA SILVESTRI
Secretária Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 003/2024

Publicação Nº 5484685

PORTARIA Nº 003/2024

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas nos Arts. 82 e 84, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 03 de janeiro de 2024, adicional de insalubridade em grau médio, que fica estabelecido em valor correspondente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, ao servidor público municipal, Marcos Rafael Schmitt, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº. 4.590-1, conforme laudos elaborados pelos técnicos em saúde e segurança no trabalho do Serviço Social da Indústria – SESI, devido aos trabalhos e operações realizadas em estabelecimento destinado ao cuidado da saúde humana, contato com pacientes ou manuseio de materiais contaminados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 03 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

CARLA PATRÍCIA SILVESTRI
Secretária Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 004/2024

Publicação Nº 5484688

PORTARIA Nº 004/2024

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 12, I, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspende, a partir de 04 de janeiro de 2024, os efeitos da Portaria nº. 687/2023, que designou o servidor público municipal, Luiz Carlos Trevisol, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração, matrícula nº. 4.468-1, para responder pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 005/2024

Publicação Nº 5484690

PORTARIA Nº 005/2024

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 92, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a partir de 04 de janeiro de 2024, a licença para tratamento de saúde de familiar concedida ao servidor público municipal, Gilberto Carlos Justen, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula nº.1.778-3

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

OLÍVIA LUNKES
Secretária Municipal de Agricultura

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

DECRETO Nº 7809/2024

Publicação Nº 5484671

DECRETO Nº 7.809, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.**“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”**

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, combinado com o Art. 12, Inciso I, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

D E C R E T A:

Art. 1. Fica **NOMEADO** o funcionário público municipal, **NEURÍ BALEN**, para exercer o cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS**, de livre nomeação e exoneração, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019, com os vencimentos e atribuições previstos em Lei, a partir de 04 de janeiro de 2024.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor a partir de 04 de janeiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ,
Prefeito municipal em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Rafael Santin,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.409, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483802

DECRETO Nº 8.409, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.
Dispõe sobre o comércio ambulante durante a realização da 7ª EFAISLO (Exposição Feira Agropecuária e Industrial de São Lourenço do Oeste), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Municipal nº 1.101, de 19 de setembro de 1997, e

CONSIDERANDO o grande fluxo de veículos e pessoas durante a realização da feira, e de modo a primar pela organização e livre circulação do público;

CONSIDERANDO que a 7ª EFAISLO (Exposição Feira Agropecuária e Industrial de São Lourenço do Oeste) possuirá espaço próprio para expositores;

DECRETA:
Art. 1º Fica vedado o comércio ambulante nas imediações da 7ª EFAISLO (Exposição Feira Agropecuária e Industrial de São Lourenço do Oeste), em até 100 (cem) metros, contados dos portais de acesso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

EDITAL 001.7/2023/CMDCA

Publicação Nº 5484585

EDITAL 001.7/2023/CMDCA

Retifica o Edital 001.6/2023/CMDCA, homologa o resultado da apuração dos votos do Processo de Escolha Unificado 2023 dos membros do Conselho Tutelar e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de São Lourenço do Oeste - SC, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto nos art. 132 e 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Resolução Conanda nº 231/2022, bem como nas Leis Municipais nºs 2.452, de 03 de abril de 2019 e 1.827, de 25 de setembro de 2009, com alterações posteriores;

CONSIDERANDO a Resolução nº 01, de 19 de novembro de 2023 da CCE (Comissão Especial Eleitoral) do CMDCA, que dispõe sobre a aplicação da sanção de inidoneidade moral e impugnação do registro da candidatura da concorrente que obteve maior votação no pleito, conforme julgamento proferido no Processo Administrativo nº 001/2023; que resulta em consequente ascensão da primeira suplente para a vaga de titular;

RESOLVE:
1. DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001.6/2023/CMDCA
1.1. Fica RETIFICADO o Edital 001.6/2023/CMDCA, de 02 de outubro de 2023, que divulgou o resultado preliminar da apuração dos votos do Processo de Escolha Unificado 2023 dos membros do Conselho Tutelar, nos seguintes termos:
a) A tabela constante no item 2 do Edital 001.6/2023/CMDCA, que trata da lista de candidatos eleitos, na condição de titulares, em ordem de votação, passa vigorar com a seguinte redação:

CANDIDATOS ELEITOS - CONSELHO TUTELAR		
1	Teresinha Aparecida Peres Mattei	235 votos
2	Claudemir Ecker	227 votos
3	Vanderleia Goulart Rambo	194 votos

4	Debora Flôr	188 votos
5	Ana Célia Pelissaro	185 votos

(N.R.)”.

b) A tabela constante no item 3 do Edital 001.6/2023/CMDCA, que trata da lista de candidatos eleitos, na condição de suplentes, em ordem de votação, passa vigorar com a seguinte redação:

”

CANDIDATOS SUPLENTEs - CONSELHO TUTELAR		
6	Terezinha Barzan	149 votos
7	Laudenir da Rosa	132 votos
8	Graziela Dallagnol	88 votos
9	Isac Ari Alves	85 votos
10	Terezinha Lurdes Nunes	63 votos
11	Claucia Teresinha Tibola	34 votos
12	Luciane Biazussi	25 votos
13	Italo de Castro Paulino Correa	6 votos

(N.R.)”.

c) Ficam mantidas as demais disposições constantes no Edital 001.6/2023/CMDCA, de 02 de outubro de 2023.

2. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

2.1. Fica HOMOLOGADO o resultado da votação realizada em 1º de outubro de 2023, referente ao Processo de Escolha Unificado 2023, para o mandato de 2024/2028 dos membros do Conselho Tutelar, conforme segue:

a) Lista de candidatos eleitos, na condição de titulares, em ordem de votação:

CANDIDATOS ELEITOS - CONSELHO TUTELAR		
1	Teresinha Aparecida Peres Mattei	235 votos
2	Claudemir Ecker	227 votos
3	Vanderleia Goulart Rambo	194 votos
4	Debora Flôr	188 votos
5	Ana Célia Pelissaro	185 votos

b) Lista de candidatos eleitos, na condição de suplentes, em ordem de votação:

CANDIDATOS SUPLENTEs - CONSELHO TUTELAR		
6	Terezinha Barzan	149 votos
7	Laudenir da Rosa	132 votos
8	Graziela Dallagnol	88 votos
9	Isac Ari Alves	85 votos
10	Terezinha Lurdes Nunes	63 votos
11	Claucia Teresinha Tibola	34 votos
12	Luciane Biazussi	25 votos
13	Italo de Castro Paulino Correa	6 votos

3. DA CONVOCAÇÃO

3.1. Ficam CONVOCADOS os candidatos eleitos no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares para o Município de São Lourenço do Oeste/SC, Gestão 2024/2028, acima nominados, para se fazerem presentes na solenidade de posse do Conselho Tutelar que realizar-se-á no dia 10 de janeiro de 2024, às 09h, no auditório da AMNoroeste (Rua Jarbas Mendes, 270, bairro Brasília, neste município).

3.2. Ficam CONVIDADOS os candidatos suplentes, acima nominados, a participarem da solenidade supracitada.

São Lourenço do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2024.

GUSTAVO POGERE
Presidente

PORTARIA N° 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484619

PORTARIA N° 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº 01/2023, de 03 de Outubro de 2023, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 025/2024, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover 20 horas semanais matutino, da EBM Irmã Neusa para a EBM Irmã Cecília, a servidora pública municipal TEREZINHA IVETE COSTA MADRUGA, matrícula nº 3664/01 ocupante do cargo efetivo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na EBM irmã Cecília.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484633

PORTARIA N° 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº 01/2023, de 03 de Outubro de 2023, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 025/2024, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover 20 horas semanais vespertino, da EBM Irmã Cecília, para a EBM Irmã Neusa a servidora pública municipal JULIANA DE MELO, matrícula nº 2002/09, ocupante do cargo efetivo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ficando 40 horas semanais, na EBM Irmã Neusa .

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5484649

PORTARIA N° 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº 01/2023, de 03 de Outubro de 2023, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 025/2024, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover 20 horas semanais matutino da EBM Irmã Neusa e 20 horas vespertino da EBM Irmã Cecília, a servidora pública SORAIA IRRIGARAY ZAPATA, matrícula nº 3751/01, ocupante do cargo efetivo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Escola Municipal de Educação Integral.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484664

PORTARIA Nº 016, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº 01/2023, de 03 de Outubro de 2023, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 025/2024, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover 20 horas semanais matutino da EBM Irmã Neusa e 20 horas vespertino da EBM Irmã Cecília, da servidora pública MARA FATIMA DE QUADROS POZZER, matrícula nº 3693/01, ocupante do cargo efetivo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Escola Municipal de Educação Integral .

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17, DE 05 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5486759

PORTARIA Nº 17, DE 05 DE JANEIRO 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 188, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de São Lourenço do Oeste,

CONSIDERANDO a impossibilidade de finalização do Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2023 no prazo ordinário de 30 (trinta) dias, por motivos de força maior, nos moldes do artigo 188, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de São Lourenço do Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2023, por mais 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste ato administrativo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 011, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483601



Município de São Lourenço do Oeste
Estado de Santa Catarina

PORTARIA Nº 011, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

Altera o Art. 1º da Portaria nº 1392 de 27 de dezembro de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

RESOLVE:

Art.1º Conceder **Licença Maternidade** à servidora pública municipal **ADRIANE GORETE DE JESUS**, ocupante de cargo de **Técnico de Apoio Administrativo**, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3312/01, no período de 20 de dezembro de 2023 a 17 de abril de 2024. Concede também a prorrogação da licença maternidade de 18 de abril a 16 de junho de 2024, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de Janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC
Dia: 05/01/2024

Eneia Paula Ranzan Turatti
Analista Administrativo
Matrícula nº 1690/01

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560.
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

OFICIO_DE_CONVOCACAO_251_2023_VANESSA_LUANA_BERGMANN_SCHMIDT

Publicação Nº 5484591

São Miguel do Oeste/SC, 04 de janeiro de 2024.

OFÍCIO Nº 251/2024 – SAGP – DDP

A(o) Senhor(a)
VANESSA LUANA BERGMANN SCHMIDT

Prezado(a) Senhor(a),

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de ENFERMEIRO, 40h (quarenta horas) semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2023 de 11 de abril de 2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-0012023>, Processo Seletivo Edital nº 001/2023, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas M

PORT_0009_LUISA_ELLEN_FOLMER_CONTRATAR_EM_CARATER_TEMPORARIO_AGENTE_SAUDE

Publicação Nº 5484310

PORTARIA SAGP/DDP Nº 0009/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e, Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023;

Considerando o Memorando 47.875/2023, com a solicitação de contratação de profissional para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, para atuar na Unidade Básica de Saúde do bairro São Jorge; em substituição a servidora Marlene de Fatima Lacerda de Mattos, que está afastada em auxílio previdenciário, conforme Portaria SAGP/DDP n. 0014/2022;

Considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde e que não há concurso público vigente para o cargo de Agente Comunitário de Saúde;

Considerando os princípios da eficiência, da continuidade da prestação dos serviços e do interesse público aplicado à Administração;

Considerando os termos do Contrato de Admissão em Caráter Temporário de Pessoal firmado pelas partes.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a Senhora LUISA ELLEN FOLMER, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto à Unidade Básica de Saúde do bairro São Jorge, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 05 de janeiro de 2024 até que perdure a necessidade ou até a realização e homologação de concurso público para o cargo de Agente Comunitário de Saúde ou até 04 de janeiro de 2026.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 78 a 87, 89 a 93, 97 a 111, 115 a 126, 128 a 185, 188, 190, 191, 193 e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE,SC.
Em 04 de janeiro de 2024.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas
soas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Sandra Beatriz Kreuzberg
Técnico Administrativo

PORT_0010_RETIFICAR_PORTARIA_0002_2024_ADRIANA_FATIMA_BEDIN_NOMEAR

Publicação N° 5484388

PORTARIA SAGP/DDP N° 0010/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e,

Considerando que fora emitida a Portaria SAGP/DDP n. 0002, de 02 de janeiro de 2024, de nomeação a senhora ADRIANA FÁTIMA BEDIN pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 200 horas semanais, conforme escala de trabalho, com vencimento referente ao cargo, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2022, homologado em 21 de junho de 2022.

Considerando que constou de forma equivocada a carga horária de 200 horas semanais, sendo o correto 200 horas mensais;

Considerando que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a portaria SAGP/DDP n. 0002, de 02 de janeiro de 2024:

Onde se lê:

Art. 1º NOMEAR a senhora ADRIANA FÁTIMA BEDIN pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 200 horas semanais, conforme escala de trabalho, com vencimento referente ao cargo, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2022, homologado em 21 de junho de 2022.

Leia-se:

Art. 1º NOMEAR a senhora ADRIANA FÁTIMA BEDIN pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 200 horas mensais, conforme escala de trabalho, com vencimento referente ao cargo, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2022, homologado em 21 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de janeiro de 2024.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 04 de janeiro de 2024.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas


Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Sandra Beatriz kreuzberg
Técnico Administrativo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 153/2023

Publicação Nº 5483416

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE CNPJ: 82.821.174/0001-80 Telefone: (49) 3631-2000 Endereço: RUA MARCÍLIO DIAS, 1199 - CENTRO CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 104/2023
	Processo Adm.: 153/2023 Data do Processo: 06/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 153/2023
b) **Nr. Licitação:** 104/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 04/01/2024
e) **Objeto da Licitação:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO E ESTRUTURAS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS EVENTOS DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Participante: EMPORIO EVENTUALL LTDA

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PALCO COM COBERTURA BACK STAGE LATERAL 14MX10M COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES: TABLADO DE PALCO DE 14MX10M, ALTURA ENTRE 1.10/1.30M DO CHÃO AO TABLADO. COM PERFIL ENRIJECIDO DE 14MX10M; TABLADO OSB 25MM, ESCADA LATERAL, BACK STAGE LATERAL DE NO MINIMO 4.40MX 3.30M, NA MESMA ALTURA DO TABLADO COM COBERTURA.	N/C	10,000	UN/D	12.936,0000	129.360,00
2	PALCO BASE MEDINDO 14 X10 EM ESTRUTURA DE FERRO COM ASSOALHO CHAPA NAVAL 18MM	N/C	15,000	UN/D	7.252,0000	108.780,00
3	LOCAÇÃO DE SISTEMA PIRAMIDAL MEDINDO 5 X 5 M, CHAPÉU DE BRUXA EM ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA DE LONA NA COR BRANCA, COM 03 LATERAIS FECHADAS.	N/C	51,000	UN/D	1.308,3000	66.723,30
4	PALCO BASE MEDINDO 10X08 METROS EM ESTRUTURA DE FERRO COM ASSOALHO CHAPA NAVAL COM 18MM	N/C	10,000	UN/D	4.897,5500	48.975,50
5	PALCO COM COBERTURA MEDINDO 10X 08 EM ESTRUTURA DE FERRO COM COM ASSOALHO CHAPA	N/C	5,000	UN/D	9.530,5000	47.652,50

São Miguel do Oeste, 04/01/2024

THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

NAVAL 18MM E COBERTURA EM Q 30 COM LONA NA COR BRANCA						
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
6	CAMARINS MEDIDAS DE 4 X 4 M EM OCTONORM COM COBERTURA , TABLADO, FORRADO EM CARPE COM 2 MESAS CROMADAS E 3 BANQUETAS E UM ESPELHO	N/C	8,000	UN/D	3.917,5500	31.340,40
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
7	CAMARIM C/ESTRUTURA METALICA MEDINDO 4X4 COM COBERTURA COM PISO DE MADEIRA COM CARPETE	N/C	2,000	UN/D	3.194,8000	6.389,60
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
8	LOCAÇÃO DE PISO LINÓLEO	PROPRIA	500,000	M²	56,1000	28.050,00
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
9	GRADE DE CONTENÇÃO PARA ISOLAMENTO DO PUBLICO COM 1 METRO DE ALTURA	N/C	1.300,0	M	35,3900	46.007,00
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
11	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA DE PALCO INTERNO MEDINDO 7,5 M X 9M X 1M ,CONTENDO FORRAÇÃO, ESCADA COM ENTRADA E SAIDA DIFERENCIADAS, INCLUSO CAMARIM NA LATERAL.	N/C	2,000	UN/D	9.077,2500	18.154,50
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
12	STAND EM OCTANORM MEDINDO 4 X 3 M COM ASSOALHO PISO DECK 2 LÂMPADAS, COM UMA TOMADA CONFORME TERMO DE REFERENCIA	N/C	30,000	UN/D	1.046,1500	31.384,50
Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
13	BOX DE ALIMENTAÇÃO DE 4 X 3 M COM BALCÃO FRONTAL EM OCTANORM, COM ASSOALHO CONFORME TERMO DE REFERENCIA	N/C	15,000	UN/D	1.408,7500	21.131,25
Total do Participante:						583.948,55

Participante: MOBILE AMBIENTAL TOPSAN LTDA

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
10	BANHEIRO QUIMICO COM SISTEMA DE SUCÇÃO E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA.	N/C	24,000	UN/D	290,0000	6.960,00
Total do Participante:						6.960,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Total Geral: 590.908,55

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
----------------------	---------	----------------

São Miguel do Oeste, 04/01/2024

.....

THAIS JALINE SIPPERT COSTA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação Nº 5484528

Convocação Concurso Público nº. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, o (a) Sr. (a) ANGELICA CARLOS DE CASTRO, inscrito (a) no CPF sob nº 120.398.899-06, aprovado (a) em 21º lugar no Concurso Público nº. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação Nº 5483675

Convocação Concurso Público nº. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, a Sra. FRANCINE CARNEIRO DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 202.448.828-51, aprovada em 12º lugar no Concurso Público nº. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação Nº 5483677

Convocação Concurso Público nº. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, a Sra. SABRINA MASCHIETTO CHAGAS, inscrita no CPF sob nº 120.935.359-80, aprovada em 14º lugar no Concurso Público nº. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação Nº 5483680

Convocação Concurso Público nº. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, o (a) Sr. (a) LARISSA ANA BUZON, inscrito (a) no CPF sob nº 114.241.189-30, aprovado (a) em 17º lugar no Concurso Público nº.

001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação Nº 5484529

Convocação Concurso Público nº. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, o (a) Sr. (a) DRIELE JANINE NICHELATTI, inscrito (a) no CPF sob nº 081.901.319-66, aprovado (a) em 22º lugar no Concurso Público nº. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação Nº 5484540

Convocação Concurso Público nº. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, o (a) Sr. (a) ROMI KLEBBER DA SILVA, inscrito (a) no CPF sob nº 066.742.819-48, aprovado (a) em 23º lugar no Concurso Público nº. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação Nº 5484417

Convocação Concurso Público nº. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, o (a) Sr. (a) GRACIELLA STRELOW, inscrito (a) no CPF sob nº 080.091.819-35, aprovado (a) em 20º lugar no Concurso Público nº. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N°. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação N° 5483678

Convocação Concurso Público n°. 001/2023 - 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, a Sra. MARIA DA GLÓRIA LOPES CAMPOS, inscrita no CPF sob n° 483.568.912-72, aprovada em 15º lugar no Concurso Público n°. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N°. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação N° 5484408

Convocação Concurso Público n°. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, o (a) Sr. (a) MARIA ANGELA DE TOLEDO, inscrito (a) no CPF sob n° 081.033.769-06, aprovado (a) em 19º lugar no Concurso Público n°. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N°. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação N° 5483682

Convocação Concurso Público n°. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, o (a) Sr. (a) JOSEFA DERLANJE DE JESUS, inscrito (a) no CPF sob n° 056.082.635-45, aprovado (a) em 18º lugar no Concurso Público n°. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N°. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação N° 5483673

Convocação Concurso Público n°. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, a Sra. VANESSA MARIA CAMPOS, inscrita no CPF sob n° 016.038.276-92, aprovada em 11º lugar no Concurso Público n°. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N°. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação N° 5483676

Convocação Concurso Público n°. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, a Sra. BRUNA DE PAULA, inscrita no CPF sob n° 090.084.809-05, aprovada em 13º lugar no Concurso Público n°. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N°. 001/2023 – 2ª CHAMADA

Publicação N° 5483679

Convocação Concurso Público n°. 001/2023 – 2ª Chamada

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, em segunda chamada, o (a) Sr. (a) CHRISTINA DOS REIS, inscrito (a) no CPF sob n° 090.202.539-21, aprovado (a) em 16º lugar no Concurso Público n°. 001/2023, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5484423

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) ELENILSON BARBOSA EVANGELISTA, inscrito (a) no CPF sob n°. 027.184.152-40, aprovado (a) em 2º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – LÍNGUA PORTUGUESA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

A convocação dar-se-á para o início do ano letivo escolar de 2024.

Schroeder, 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 004/2022-SEMEC/PMS

Publicação N° 5483683

Convocação Processo Seletivo n°. 004/2022-SEMEC/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) JOHANNA MYCHELLE KONELL, inscrito (a) no CPF sob n°. 094.789.049-14, aprovado (a) em 61º lugar no Processo Seletivo n°. 004/2022-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – EDUCAÇÃO INFANTIL para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 004/2022-SEMEC/PMS

Publicação N° 5483686

Convocação Processo Seletivo n°. 004/2022-SEMEC/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) LUCIANE CRISTINA FURLAN PRETTI, inscrito (a) no CPF sob n°. 040.250.389-94, aprovado (a) em 63º lugar no Processo Seletivo n°. 004/2022-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – EDUCAÇÃO INFANTIL para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 004/2022-SEMEC/PMS

Publicação N° 5483687

Convocação Processo Seletivo n°. 004/2022-SEMEC/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) SIRLEIA VALCANIA, inscrito (a) no CPF sob n°. 042.761.319-10, aprovado (a) em 64º lugar no Processo Seletivo n°. 004/2022-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – EDUCAÇÃO INFANTIL para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 004/2022-SEMEC/PMS

Publicação N° 5483685

Convocação Processo Seletivo n°. 004/2022-SEMEC/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) SARAH SANTOS GOMES DE SOUZA, inscrito (a) no CPF sob n°. 110.119.944-02, aprovado (a) em 62º lugar no Processo Seletivo n°. 004/2022-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – EDUCAÇÃO INFANTIL para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 8 de janeiro de 2024, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 4 de janeiro de 2024.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 3021

Publicação Nº 5484140

DECRETO Nº 3021, de 04 de janeiro de 2024

Divulga calendário de feriados e pontos facultativos do município de Seara-SC, para o exercício de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº 20 de 17 de maio de 1967 e Lei Municipal nº 893, de 19 de novembro de 1993,

DECRETA

Art. 1º Os feriados e pontos facultativos do Município de Seara/SC para o exercício de 2024, serão:

- I – Feriados Municipais:
- a) Dia do Município – dia 03 de abril;
 - b) Corpus Christi – dia 30 de maio;
 - c) São Cristóvão – dia 25 de julho.

II – Pontos Facultativos:

- a) Dias 12 e 13 de fevereiro – carnaval;
- b) Dia 24 de dezembro – Véspera de Natal (turno vespertino)
- c) Dia 31 de dezembro – Véspera de Ano novo (turno vespertino).

§ 1º. Nos dias de ponto facultativo os serviços emergenciais de saúde funcionarão junto ao plantão municipal no Hospital São Roque.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2024.

EDEMILSON CANALE
Prefeito

Registra-se e Publica-se
Em, 04 de janeiro de 2024

Jerson Antônio Brusamarello
Secretário da Fazenda

PORTARIA Nº 07

Publicação Nº 5483837

PORTARIA Nº 07, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Institui o calendário do pagamento da remuneração dos Servidores Públicos da Administração Municipal do Poder Executivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido a seguir o calendário de pagamento da remuneração dos Servidores Públicos da Administração Municipal do Poder Executivo para o exercício de 2024:

Competência	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Pagamento	01/02	04/03	27/03	02/05	03/06	02/07
Competência	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Pagamento	01/08	02/09	01/10	04/11	02/12	23/12

§ 1º O pagamento do 13º Salário será efetuado em parcela única no dia 12 de dezembro de 2024.

§ 2º A efetiva disponibilização dos recursos na conta dos servidores ocorrerá no primeiro dia útil da data do pagamento.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2024.

EDEMILSON CANALE
Prefeito

Registra-se e Publica-se
Em, 04 de janeiro de 2024

Jerson Antônio Brusamarello
Secretário da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1/2024

Publicação Nº 5484566

PORTARIA Nº 1/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.
Concede férias à servidora

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, conforme arts. 129 §4º e 132 da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, RESOLVE:

Conceder, conforme requerido em 15 de dezembro de 2023, protocolo nº 20865, férias à servidora ADRIANA DE CAMARGO, matrícula 2, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Administrador Legislativo, Nível 50, referente ao período aquisitivo de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023, por 20 (vinte) dias, a partir de 8 de janeiro de 2024.

A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON CARPE DA SILVEIRA
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 2/2024

Publicação Nº 5484568

PORTARIA Nº 2/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.
Concede férias à servidora

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, conforme arts. 129 §4º e 132 da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, RESOLVE:

Conceder, conforme requerido em 15 de dezembro de 2023, protocolo nº 20866, férias à servidora MARINÊS MIRANDA, matrícula 5, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível 20, referente ao período aquisitivo de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023, por 20 (vinte) dias, a partir de 8 de janeiro de 2024.

A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

[assinado digitalmente]

NELSON CARPE DA SILVEIRA
Presidente da Mesa

Serra Alta

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2024

Publicação Nº 5483797

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2024

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital do Processo Seletivo Nº 004/2023.

DETERMINA

I – CONVOCAR os (as) candidatos (as) a seguir relacionados (as) aprovados (as) no referido Processo Seletivo, seguindo a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, no Departamento de Recursos Humanos situado na Av. Dom Pedro II, nº 830, Centro, até o dia 08/01/2024 para preenchimento da vaga.

SERVENTE

- 1- LENIR SOARES DE ANHAYA BIOLCHI
- 2- LIANDRA MARCA DALL AGNOL
- 3- GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA
- 4- SIDINEIA RAMOS PADILHA ART
- 5- MARIVONE ELISABETE LAZARI
- 6- LEILANE VIEIRA DA SILVA
- 7- NILVE BOURSCHIEDT
- 8- GEANI MARIA CEREZOLLI GIRELLI

II – DETERMINA que os (as) candidatos (as) convocados (as) apresentem cópia da documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber:

OBS : as cópias deverão ser feitas separadamente por folha, (ex: Identidade frente e verso em uma folha, título de eleitor em outra folha).

- 01 Foto 3x4 (atual);
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Quitação com as obrigações eleitorais;
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- PIS/PASEP;
- Carteira nacional de Habilitação;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Registro de Nascimento dos filhos até 21 anos de idade;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos filhos;
- Histórico Escolar;
- Diploma e registro no respectivo órgão fiscalizador da Profissão.
- Comprovante de Vacinação COVID-19;
- Comprovante de residência (atualizado);
- Certidão Cível e Criminal;
- Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, remuneração, órgão ao qual pertence e carga horária;
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;
- Declaração de etnia;
- Declaração de Bens Completa;
- Conta corrente do Banco do Brasil S/A;
- Comprovante de impressão da Consulta à Qualificação Cadastral – CQC – e-Social, sem divergências, que poderá ser obtido no endereço eletrônico do Governo Federal <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>.
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;

Obs.: Fica a pessoa obrigada a trazer os documentos devidamente xerocados.

III – HORÁRIO DE CHAMAMENTO, comunicamos aos convocados (as) no Processo Seletivo Nº 004/2023, que o não comparecimento no prazo previsto, implicará na reclassificação, por uma única vez, para o final da lista de candidatos, sendo que tais medidas se fazem necessárias frente à necessidade do atendimento profissional junto ao setor competente.

Serra Alta/SC, 04 de janeiro de 2024.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5484139

PORTARIA Nº 001/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JESSICA DE ALMEIDA PARA O CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2001; Lei Complementar nº 038/2018; Lei Municipal nº 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2023 do Município de Serra Alta/SC.

RESOLVE:
Art. 1º Fica contratada, a partir do dia 04 de janeiro de 2024, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	JESSICA DE ALMEIDA
RG E CPF:	XXX.XXX.389-05 SSP/SC
CARGO:	Assistente Administrativo
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde
GRUPO:	II - SAU
NÍVEL:	122
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº 692/2006, art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	04/01/2024 A 03/01/2025

Art. 2º Este contrato pode ser suspenso e/ou encerrado de acordo com os termos da Lei Municipal 1.141 de 15 de maio de 2020, Artigo II, inciso 4º.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 5º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº 498/2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 04 de janeiro de 2024.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Planejamento

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 106, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486147

DECRETO N.º 106, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2023

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO, para surtir os seus imediatos efeitos, o RESULTADO FINAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2023 - destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro reserva do Quadro Permanente de Pessoal da Secretária Municipal de Educação de Siderópolis, conforme relação de candidatos classificados constante no anexo I - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA e anexo II - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL (PcD), deste instrumento.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de Dezembro de 2023

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Dezembro de 2023.

Anexo I - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

Anexo II - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL (PcD)

DECRETO N.º 107, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486192

DECRETO N.º 107, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023
NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COM INTUITO DE PREENCHER AS VAGAS DISPONÍVEIS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA ATUAÇÃO NO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, sem ônus para os cofres públicos, a comissão de acompanhamento e avaliação do Processo Seletivo Simplificado com intuito de preencher as vagas disponíveis e formação de cadastro reserva para atuação no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, com os seguintes membros:

Presidente: RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI;

Secretário: JANY URBANO;

Membro: MARIA MADALENA PEDRO INÁCIO.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de Dezembro de 2023

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Dezembro de 2023.

DECRETO N.º 108, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486209

DECRETO N.º 108, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO PARA AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 155/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, sem ônus para os cofres públicos, a comissão avaliadora do PROCESSO SELETIVO PARA AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO, com fulcro no Decreto Municipal nº 155, de 30 de setembro de 2015, na Lei Ordinária 1.479, de 19 de novembro de 2003, com os seguintes membros:

I. Três representantes do Governo Municipal:

- a. DENISE CRISTINA MARTINS NUNES
- b. EDNA RONSANI PATEL
- c. VANESSA PAES PAZETTO

II. Três representantes de Instituições de Ensino:

- a. CLAIRE DIAS MARQUES
- b. LAIDE SILVEIRA CERCENA
- c. MARILÚCIA APARECIDA DA SILVA;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de Dezembro de 2023ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de Dezembro de 2023.

DECRETO N.º 109, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486217

DECRETO N.º 109, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

EXONERA A PEDIDO RONI REMOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, inciso V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e nº. 1.818/2009 e Decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado(a) a pedido, RONI REMOR, brasileiro, Matrícula nº 70340, Diretor Geral, na Secretaria de Administração, a contar de 19/12/2023.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 19 de Dezembro de 2023ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Dezembro de 2023.

PORTARIA Nº 496, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486047

PORTARIA Nº 496, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDI A PEDIDO O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) DANIEL FERMINO PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato temporário do(a) funcionário(a) DANIEL FERMINO PEREIRA, brasileiro(a), Matrícula nº 70552, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ACT, na Secretaria Municipal de Obras, a contar de 18/12/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 18 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Dezembro de 2023.

PORTARIA Nº 405 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5485953

PORTARIA Nº 405 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023
CONTRATA TEMPORARIAMENTE PATRICIA SANTOS COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente PATRICIA SANTOS COSTA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 006.XXX.XXX-61, para ocupar a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria Municipal de Obras, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 06 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de Dezembro de 2023.

PORTARIA Nº 406, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486023

**PORTARIA Nº 406, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023**

**CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO(A)
FUNCIONÁRIO(A) GABRIELA RODRIGUES EVALDT PARA TRATAMENTO
DE SAÚDE**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, o(a) funcionário(a) **GABRIELA RODRIGUES EVALDT**, Matrícula nº 70342, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, a partir de 21/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 11 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br

PORTARIA Nº 497, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486055

**PORTARIA Nº 497, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023****PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DO(A) SERVIDOR(A) MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares do(a) servidor(a) **MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS**, Matrícula nº 879, PROFESSOR MAG LP - ACT, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 03/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 18 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br

PORTARIA Nº407 A 495, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486039

**PORTARIA Nº407, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ADRIANA DA SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ADRIANA DA SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro(a), Matrícula nº70395 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº408, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ADRIANA GIONGO FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ADRIANA GIONGO FERNANDES**, brasileiro(a), Matrícula nº70396 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº409, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ADRIANA ROSSI ILADI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ADRIANA ROSSI ILADI**, brasileiro(a), Matrícula nº70434 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº410, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) ALICE ZANELATO BOTINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ALICE ZANELATO BOTINI**, brasileiro(a), Matrícula nº70397 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº411, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) ALINE
GUIGUER OLIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ALINE GUIGUER OLIVO**, brasileiro(a), Matrícula nº70435 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº412, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) ANA CAROLINE SAVI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ANA CAROLINE SAVI**, brasileiro(a), Matrícula nº70494 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº413, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ANDREIA BEZ FONTANA ROSSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ANDREIA BEZ FONTANA ROSSA**, brasileiro(a), Matrícula nº70398 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº414, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ANDREIA CAMBRUZZI CITTADIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ANDREIA CAMBRUZZI CITTADIN**, brasileiro(a), Matrícula nº70399 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº415, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ANDREIA FALKOWSKI GUSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ANDREIA FALKOWSKI GUSE**, brasileiro(a), Matrícula nº70516 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº416, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ANDREIA MARTINS LUIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ANDREIA MARTINS LUIZ**, brasileiro(a), Matrícula nº70436 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº417, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ANDREZA TEIXEIRA MARIANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ANDREZA TEIXEIRA MARIANO**, brasileiro(a), Matrícula nº70400 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº418, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
BARBARA LIMA SAMPAIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **BARBARA LIMA SAMPAIO**, brasileiro(a), Matrícula nº70401 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº419, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
BRAULIO MORAES NETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **BRAULIO MORAES NETO**, brasileiro(a), Matrícula nº70402 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº420, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
BRUNA DE SOUZA DAL FARRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **BRUNA DE SOUZA DAL FARRA**, brasileiro(a), Matrícula nº70512 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº421, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
BRUNA PEDROSO PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **BRUNA PEDROSO PEREIRA**, brasileiro(a), Matrícula nº70274 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº422, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
CAMILA MACHADO LOPES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **CAMILA MACHADO LOPES**, brasileiro(a), Matrícula nº70573 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº423, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) CATIA
SILENE STRADIOTO SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **CATIA SILENE STRADIOTO SOARES**, brasileiro(a), Matrícula nº70437 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº424, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
CINTIA ZANONI FURLAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **CINTIA ZANONI FURLAN**, brasileiro(a), Matrícula nº70561 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº425, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
CLAUDINEIA VALENTIM FELIX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **CLAUDINEIA VALENTIM FELIX**, brasileiro(a), Matrícula nº70439 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº426, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
CLAUDIO JAIR RUFINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **CLAUDIO JAIR RUFINO**, brasileiro(a), Matrícula nº70404 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº427, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
DAIANE CARDOSO PAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **DAIANE CARDOSO PAES**, brasileiro(a), Matrícula nº70405 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº428, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
DANIELI CARMINATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **DANIELI CARMINATTI**, brasileiro(a), Matrícula nº70407 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº429, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
DILAMAR RODRIGUES ACOSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **DILAMAR RODRIGUES ACOSTA**, brasileiro(a), Matrícula nº70440 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº430, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
EDUARDA CERCENÁ TRAMONTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **EDUARDA CERCENÁ TRAMONTIN**, brasileiro(a), Matrícula nº70441 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº431, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ELIZANGELA VITORINO BRUNEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ELIZANGELA VITORINO BRUNEL**, brasileiro(a), Matrícula nº70467 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº432, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) EMILY VENTURINI DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **EMILY VENTURINI DA SILVA**, brasileiro(a), Matrícula nº70409 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº433, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) ERICK DOMINGOS AMBROSIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ERICK DOMINGOS AMBROSIO**, brasileiro(a), Matrícula nº70410 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº434, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
FERNANDA DEMETRIO ROBERGE DE MELO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **FERNANDA DEMETRIO ROBERGE DE MELO**, brasileiro(a), Matrícula nº70443 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº435, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
GELSON VIANA DE MIRANDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **GELSON VIANA DE MIRANDA**, brasileiro(a), Matrícula nº70470 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº436, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
GEOVANA ELIZA DA SILVA MELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **GEOVANA ELIZA DA SILVA MELLO**, brasileiro(a), Matrícula nº70503 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº437, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
GILVANI MAZZUCCO JUNG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **GILVANI MAZZUCCO JUNG**, brasileiro(a), Matrícula nº70411 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº438, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
GLADYS LAIS CESA ROVARIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **GLADYS LAIS CESA ROVARIS**, brasileiro(a), Matrícula nº70413 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº439, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
GRAZIELA NESI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **GRAZIELA NESI**, brasileiro(a), Matrícula nº70446 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº440, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
HELOISA MARTINS FLORENCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **HELOISA MARTINS FLORENCO**, brasileiro(a), Matrícula nº70416 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº441, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
JAMILE SPERLING DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **JAMILE SPERLING DA SILVA**, brasileiro(a), Matrícula nº70418 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº442, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
JAQUELINE APARECIDA CREPALDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **JAQUELINE APARECIDA CREPALDI**, brasileiro(a), Matrícula nº70505 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº443, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
JAQUELINE RONSONI THOMASI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **JAQUELINE RONSONI THOMASI**, brasileiro(a), Matrícula nº70572 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº444, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
JOSEANE GONÇALVES RONSONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **JOSEANE GONÇALVES RONSONI**, brasileiro(a), Matrícula nº70448 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº445, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
JULIANA BITTENCOURT CLEMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **JULIANA BITTENCOURT CLEMENTE**, brasileiro(a), Matrícula nº70488 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº446, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
JUSSARA DE SOUZA MARTINELI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **JUSSARA DE SOUZA MARTINELI**, brasileiro(a), Matrícula nº70449 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº447, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
LAURA ABEL LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **LAURA ABEL LIMA**, brasileiro(a), Matrícula nº70468 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº448, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) LUCIA MARIA VICENTE DE MELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **LUCIA MARIA VICENTE DE MELLO**, brasileiro(a), Matrícula nº70419 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº449, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
LUCIANA RODRIGUES MELO CORREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **LUCIANA RODRIGUES MELO CORREA**, brasileiro(a), Matrícula nº70452 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº450, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
LUZIETE IZAIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **LUZIETE IZAIAS**, brasileiro(a), Matrícula nº70580 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº451, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
MAIARA FREITAS MARIANO DE MATTIA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MAIARA FREITAS MARIANO DE MATTIA**, brasileiro(a), Matrícula nº70420 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº452, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) MARIA HELENA SCAINI BONFANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MARIA HELENA SCAINI BONFANTE**, brasileiro(a), Matrícula nº70421 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº453, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) MARIA LAURA SELINGER DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MARIA LAURA SELINGER DA SILVA**, brasileiro(a), Matrícula nº70502 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº454, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) MARIA MARCIANI FREITAS GUESSI DANIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MARIA MARCIANI FREITAS GUESSI DANIEL**, brasileiro(a), Matrícula nº70422 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº455, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
MARIONI MACIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MARIONI MACIEL**, brasileiro(a), Matrícula nº70425 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº456, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
MARISTELA DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MARISTELA DE OLIVEIRA**, brasileiro(a), Matrícula nº70427 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº457, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
MARYELLI REGINA VICENTE DIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MARYELLI REGINA VICENTE DIAS**, brasileiro(a), Matrícula nº70455 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº458, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
MAYARA CASAGRANDE SAVI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MAYARA CASAGRANDE SAVI**, brasileiro(a), Matrícula nº70456 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº459, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
MILENE FRENHANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MILENE FRENHANI**, brasileiro(a), Matrícula nº70504 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº460, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI**, brasileiro(a), Matrícula nº70428 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº461, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
NAZARET MARIA FELTRIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **NAZARET MARIA FELTRIN**, brasileiro(a), Matrícula nº70514 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº462, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
PATRICIA MARQUES HORACIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **PATRICIA MARQUES HORACIO**, brasileiro(a), Matrícula nº70555 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br

**PORTARIA Nº463, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
PATRICIA NART DE OLIVEIRA FORGIARINI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **PATRICIA NART DE OLIVEIRA FORGIARINI**, brasileiro(a), Matrícula nº70429 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº464, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
PAULA PERICO ELIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **PAULA PERICO ELIAS**, brasileiro(a), Matrícula nº70430 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº465, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
REJANE MARIA COLOMBO PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **REJANE MARIA COLOMBO PEREIRA**, brasileiro(a), Matrícula nº70543 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº466, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
RICARDO CARDOSO DE CAMPOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **RICARDO CARDOSO DE CAMPOS**, brasileiro(a), Matrícula nº70459 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº467, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ROSIMERI APARECIDA DE LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ROSIMERI APARECIDA DE LIMA**, brasileiro(a), Matrícula nº70460 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº468, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
SAMUEL JUNIOR AGASSI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **SAMUEL JUNIOR AGASSI**, brasileiro(a), Matrícula nº70472 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº469, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
SOLANGE SILVANO OLIVEIRA AMBROSIO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **SOLANGE SILVANO OLIVEIRA AMBROSIO**, brasileiro(a), Matrícula nº70484 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº470, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
SUELLEN SCREMIN PEDROSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **SUELLEN SCREMIN PEDROSO**, brasileiro(a), Matrícula nº70471 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº471, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
TALITA RUZZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **TALITA RUZZA**, brasileiro(a), Matrícula nº70431 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br

**PORTARIA Nº472, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
TATIANE RODRIGUES OZORIO BONFANTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **TATIANE RODRIGUES OZORIO BONFANTE**, brasileiro(a), Matrícula nº70462 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº473, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
TAYNA DANDARA LEONOR MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **TAYNA DANDARA LEONOR MACHADO**, brasileiro(a), Matrícula nº70575 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº474, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
THIAGO ADRIANO DE SOUZA LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **THIAGO ADRIANO DE SOUZA LIMA**, brasileiro(a), Matrícula nº70485 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº475, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
VANESSA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **VANESSA DA SILVA**, brasileiro(a), Matrícula nº70464 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº476, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) VILMA CECILIA MARTINS CARVALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **VILMA CECILIA MARTINS CARVALHO**, brasileiro(a), Matrícula nº70433 / 0 , PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº477, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) ALINE DAMIN RONCONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ALINE DAMIN RONCONI**, brasileiro(a), Matrícula nº70579 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº478, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) ALINE
FERNANDES PATRICIO PEDROSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ALINE FERNANDES PATRICIO PEDROSO**, brasileiro(a), Matrícula nº70582 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº479, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ANGELICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ANGELICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS**, brasileiro(a), Matrícula nº70525 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº480, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
BRUNA DE SOUZA DAL FARRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **BRUNA DE SOUZA DAL FARRA**, brasileiro(a), Matrícula nº70546 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº481, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
CLEISE KELLEN CARDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **CLEISE KELLEN CARDOSO**, brasileiro(a), Matrícula nº70542 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº482, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
CRISTIANI MELO FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **CRISTIANI MELO FREITAS**, brasileiro(a), Matrícula nº70510 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº483, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
DAIANE MATTIA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **DAIANE MATTIA DE SOUZA**, brasileiro(a), Matrícula nº70493 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº484, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
DEBORA PEREIRA SANSANOVICZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **DEBORA PEREIRA SANSANOVICZ**, brasileiro(a), Matrícula nº70574 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº485, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ELIANA GORETI RUFINO SEBASTIAO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ELIANA GORETI RUFINO SEBASTIAO**, brasileiro(a), Matrícula nº70442 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº486, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
FABIANA BORGES ADAO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **FABIANA BORGES ADAO**, brasileiro(a), Matrícula nº70570 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº487, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
JULIANA BITTENCOURT CLEMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **JULIANA BITTENCOURT CLEMENTE**, brasileiro(a), Matrícula nº70492 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº488, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) LAIS ALVES DE MESSIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **LAIS ALVES DE MESSIAS**, brasileiro(a), Matrícula nº70535 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**
Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº489, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
NAZARET MARIA FELTRIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **NAZARET MARIA FELTRIN**, brasileiro(a), Matrícula nº70530 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº490, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
RAMILA SCUSSEL DE MATTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **RAMILA SCUSSEL DE MATTIA**, brasileiro(a), Matrícula nº70536 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº491, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ROSANGELA SOARES LEVATI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ROSANGELA SOARES LEVATI**, brasileiro(a), Matrícula nº70569 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº492, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
SABRINA PIVA MACHADO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **SABRINA PIVA MACHADO DA SILVA**, brasileiro(a), Matrícula nº70520 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº493, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
TATIANE RODRIGUES OZORIO BONFANTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **TATIANE RODRIGUES OZORIO BONFANTE**, brasileiro(a), Matrícula nº70532 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br



PORTARIA Nº494, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

**RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
TAYNA DANDARA LEONOR MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **TAYNA DANDARA LEONOR MACHADO**, brasileiro(a), Matrícula nº70523 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br

**PORTARIA Nº495, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023****RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
JUCELIA DE LOURDES SPADA MELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **JUCELIA DE LOURDES SPADA MELO**, brasileiro(a), Matrícula nº70508 / 0 , AUXILIAR DE ENSINO DE ED. INF. E CRECHE-ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 15 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina



(48) 3435-8900



www.sideropolis.sc.gov.br

PORTARIA Nº498, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486061

**PORTARIA Nº498, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023****RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
ARACELI FRENHANI DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **ARACELI FRENHANI DOS SANTOS**, brasileiro(a), Matrícula nº7487 / 3, PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 20 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Dezembro de 2023.
de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina

**(48) 3435-8900****www.sideropolis.sc.gov.br**

PORTARIA Nº499, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486074

**PORTARIA Nº499, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023****RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
DANIELA DE OLIVEIRA SEBASTIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **DANIELA DE OLIVEIRA SEBASTIÃO**, brasileiro(a), Matrícula nº7406/ 7, PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 20 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina

**(48) 3435-8900****www.sideropolis.sc.gov.br**

PORTARIA Nº500, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486083

**PORTARIA Nº500, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023****RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A)
DANIELA DE OLIVEIRA SEBASTIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) **DANIELA DE OLIVEIRA SEBASTIÃO**, brasileiro(a), Matrícula nº7466/ 0, PROFESSOR-MAG-LP - ACT, na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal **ANTÔNIO FELTRIN**

Em, 20 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Dezembro de 2023.

Avenida Presidente Dutra, nº 01 - Centro - CEP: 88.860-000 - Siderópolis - Santa Catarina

**(48) 3435-8900****www.sideropolis.sc.gov.br**

PORTARIA Nº501, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486098

PORTARIA Nº501, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO(A) FUNCIONÁRIO(A) ELIETE VIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato temporário do(a) funcionário(a) ELIETE VIEIRA, brasileiro(a), Matrícula Nº 70293 - 5, AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - ACT, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 30/12/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 22 de Dezembro de 2023.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Dezembro de 2023.

ANEXO I - DECRETO N.º 106, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486167



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	EC	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000347	RAFAELA PEIXOTO ZAMPRONIO	0,80	0,80	7,60	9,20	02/05/1999	1º	Classificado
Ampla Concorrência	0000398	ODAIZA MORGEROT AMÉRICO	0,80	0,60	7,60	9,00	15/02/1996	2º	Classificado
Ampla Concorrência	0000109	CAMILY DA LUZ GOULARTE	0,80	0,60	7,60	9,00	13/10/2004	3º	Classificado
Ampla Concorrência	0000638	BRUNA DE BONA CARMINATTI	0,80	0,40	7,60	8,80	29/06/1999	4º	Classificado
Ampla Concorrência	0000636	FERNANDA DA SILVA	0,60	0,60	7,60	8,80	04/09/2004	5º	Classificado
Ampla Concorrência	0000161	MIRELLI BIANCO MONTÉGUTTI BERTI	0,40	0,80	7,60	8,80	12/04/1995	6º	Classificado
Ampla Concorrência	0000266	SUELEN RABELLO MAGAGNIN ANTUNES	0,80	0,60	7,20	8,60	08/04/1986	7º	Classificado
Ampla Concorrência	0000814	THUIANE DE NEZ	0,80	0,60	7,20	8,60	04/02/2004	8º	Classificado
Ampla Concorrência	0000179	JASNA ANASTACIO BONASSA	0,40	0,40	7,60	8,40	28/10/1988	9º	Classificado
Ampla Concorrência	0000236	STEPHANIE CAROLINE BERNARDO	0,40	0,40	7,60	8,40	29/08/1994	10º	Classificado
Ampla Concorrência	0000027	BRUNA DE SOUZA OLIVEIRA	0,80	0,40	7,20	8,40	22/01/2003	11º	Classificado
Ampla Concorrência	0000370	KAUANI CANAPINI	0,80	0,40	7,20	8,40	02/03/2004	12º	Classificado
Ampla Concorrência	0000338	RENATO TEMPLE LOPES	0,60	0,60	7,20	8,40	08/12/1975	13º	Classificado
Ampla Concorrência	0000358	ALINE MANOEL VIEIRA DE OLIVEIRA	0,60	0,60	7,20	8,40	07/05/1984	14º	Classificado
Ampla Concorrência	0000354	SABRINA PIVA MACHADO DA SILVA	0,40	0,80	7,20	8,40	15/07/1988	15º	Classificado
Ampla Concorrência	0000152	TAYLINE LEVATI DE FREITAS	0,40	0,80	7,20	8,40	08/07/1991	16º	Classificado
Ampla Concorrência	0000767	MAIANA ANGELO COLOMBO FELTRIN	0,40	0,20	7,60	8,20	13/06/1990	17º	Classificado
Ampla Concorrência	0000625	MARILETE GONÇALVES	0,60	0,40	7,20	8,20	03/08/1992	18º	Classificado
Ampla Concorrência	0000818	FRANCIELE IRMA DE OLIVEIRA NUNES	0,40	0,60	7,20	8,20	06/02/1990	19º	Classificado
Ampla Concorrência	0000887	INDIANARA DAVID CARDOSO	0,40	0,60	7,20	8,20	13/07/1997	20º	Classificado
Ampla Concorrência	0000132	ANA PAULA MARQUES PAGANI	0,20	0,80	7,20	8,20	08/03/1992	21º	Classificado
Ampla Concorrência	0000426	KÉTHELYN MICAELA BETTIOL	1,00	0,40	6,80	8,20	13/09/2005	22º	Classificado
Ampla Concorrência	0000049	RAFAELA MAFFIOLETTI	0,80	0,60	6,80	8,20	12/09/1996	23º	Classificado
Ampla Concorrência	0000100	FERNANDA BALDIN	0,80	0,60	6,80	8,20	03/07/1998	24º	Classificado
Ampla Concorrência	0000428	MIRIAM DANUSA SILVA DA SILVA	0,60	0,80	6,80	8,20	05/05/1989	25º	Classificado
Ampla Concorrência	0000375	GÉLY PEREIRA BETTIOL	0,40	1,00	6,80	8,20	15/04/1992	26º	Classificado
Ampla Concorrência	0000007	DEBORA PEREIRA SANSANOVICZ	0,40	1,00	6,80	8,20	24/12/1999	27º	Classificado
Ampla Concorrência	0000166	OTÁVIO VICENTE VARGAS	0,40	1,00	6,80	8,20	12/06/2006	28º	Classificado
Ampla Concorrência	0000230	ALANA CAMILI MELLO DE MORAES	0,40	0,40	7,20	8,00	10/05/2003	29º	Classificado
Ampla Concorrência	0000080	JESSICA DA ROSA MACHADO RIBEIRO	0,20	0,60	7,20	8,00	08/10/1991	30º	Classificado
Ampla Concorrência	0000849	MONIKE ALEIXO DOS SANTOS	0,80	0,40	6,80	8,00	04/05/1999	31º	Classificado
Ampla Concorrência	0000289	TAYNÁ DANDARA LEONOR MACHADO	0,60	0,60	6,80	8,00	09/08/1993	32º	Classificado
Ampla Concorrência	0000068	DIEGO VIEIRA DE SOUZA	0,40	0,80	6,80	8,00	28/08/1997	33º	Classificado
Ampla Concorrência	0000010	MARIA EDUARDA MARQUES	0,40	0,20	7,20	7,80	17/07/2001	34º	Classificado
Ampla Concorrência	0000215	ANA PAULA DA SILVA RICARDO	0,20	0,40	7,20	7,80	05/06/1984	35º	Classificado
Ampla Concorrência	0000708	SUELLEN PIRES	0,20	0,40	7,20	7,80	19/11/1992	36º	Classificado
Ampla Concorrência	0000264	NEURACI ALVES DA SILVA	0,60	0,40	6,80	7,80	25/07/1977	37º	Classificado
Ampla Concorrência	0000438	JULIA LIMA SILVA	0,60	0,40	6,80	7,80	06/06/2003	38º	Classificado
Ampla Concorrência	0000670	DENISE CONSONI CIVIDINI	0,40	0,60	6,80	7,80	08/05/1982	39º	Classificado
Ampla Concorrência	0000159	LARISSA PEREIRA	0,40	0,60	6,80	7,80	12/02/1999	40º	Classificado
Ampla Concorrência	0000305	EDUARDA MAKELLY FIERA	0,40	0,60	6,80	7,80	01/10/2002	41º	Classificado
Ampla Concorrência	0000043	JOCINEIDE IZIDORIO DANIEL	0,60	0,20	6,80	7,60	26/12/1963	42º	Classificado
Ampla Concorrência	0000585	KAMILY VITÓRIA SOARES	0,60	0,20	6,80	7,60	15/09/2006	43º	Classificado
Ampla Concorrência	0000028	ELAINE CRISTINA SANTOS	0,40	0,40	6,80	7,60	29/07/1987	44º	Classificado
Ampla Concorrência	0000140	PALOMA DA ROSA MACHADO	0,40	0,40	6,80	7,60	27/09/1995	45º	Classificado
Ampla Concorrência	0000858	GABRIELA TAVARES MELLO	0,20	0,60	6,80	7,60	03/12/1992	46º	Classificado
Ampla Concorrência	0000423	BRUNA CONSONI	0,20	0,60	6,80	7,60	26/01/2000	47º	Classificado
Ampla Concorrência	0000727	IASMIN MENDES DE SOUZA	0,00	0,80	6,80	7,60	10/12/1995	48º	Classificado

Página 1 de 15



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	EC	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000101	PAMELA DA SILVA MACHADO	0,80	0,40	6,40	7,60	17/07/1994	49º	Classificado
Ampla Concorrência	0000459	KAROL ALEIXO DOS SANTOS	0,40	0,80	6,40	7,60	18/05/1996	50º	Classificado
Ampla Concorrência	0000329	ALINE DAMIN RONCONI	0,20	0,00	7,20	7,40	06/11/1989	51º	Classificado
Ampla Concorrência	0000327	ELOISA DIAS MARQUES	0,40	0,20	6,80	7,40	10/06/2005	52º	Classificado
Ampla Concorrência	0000765	DANIELA DE LIMA PEREIRA DE MATTIA	0,20	0,40	6,80	7,40	27/11/1997	53º	Classificado
Ampla Concorrência	0000460	BEATRIZ NEVES DE ANSELMO BOTINI MARQUES	0,20	0,40	6,80	7,40	16/04/1999	54º	Classificado
Ampla Concorrência	0000685	RAYANA LOSSO	0,20	0,40	6,80	7,40	01/06/2003	55º	Classificado
Ampla Concorrência	0000402	GIOVANA DA SILVA SOUZA	0,60	0,40	6,40	7,40	10/02/1981	56º	Classificado
Ampla Concorrência	0000872	BEATRIZ SANTANA FERRO	0,60	0,40	6,40	7,40	15/05/2000	57º	Classificado
Ampla Concorrência	0000070	MARIANE GONÇALVES MONTEIRO	0,60	0,20	6,40	7,20	24/01/1994	58º	Classificado
Ampla Concorrência	0000118	JACIRA BERNADETE DA ROCHA RODRIGUES	0,40	0,40	6,40	7,20	25/10/1978	59º	Classificado
Ampla Concorrência	0000493	FELIPE PACHECO	0,20	0,60	6,40	7,20	05/03/1983	60º	Classificado
Ampla Concorrência	0000511	KTHELLEN FOGLIARINI LOURENÇO ZAMPOLI	0,60	0,60	6,00	7,20	25/12/1987	61º	Classificado
Ampla Concorrência	0000216	JOSEANE FELICIANO MARTINS	0,40	0,20	6,40	7,00	22/06/1989	62º	Classificado
Ampla Concorrência	0000538	KAREN FOGLIARINI LOURENÇO CARDOSO	0,20	0,40	6,40	7,00	09/07/1991	63º	Classificado
Ampla Concorrência	0000582	VANESSA PRUDÊNCIO ALEIXO DOS SANTOS	0,20	0,80	6,00	7,00	02/02/1978	64º	Classificado
Ampla Concorrência	0000081	VANESSA FELTRIN NEOTI	0,40	1,00	5,60	7,00	28/12/1997	65º	Classificado
Ampla Concorrência	0000021	CRISTIANI MELO FREITAS	0,20	0,20	6,40	6,80	20/12/1992	66º	Classificado
Ampla Concorrência	0000527	SERLI TEREZINHA PEROVANO	0,00	0,40	6,40	6,80	27/11/1966	67º	Classificado
Ampla Concorrência	0000564	ELAINE LEOPOLDO ELIAS	0,00	0,40	6,40	6,80	30/12/1988	68º	Classificado
Ampla Concorrência	0000342	GISLENE TASCA ELIAS	0,40	0,40	6,00	6,80	12/11/1984	69º	Classificado
Ampla Concorrência	0000340	MICHELLI DOS SANTOS DAMASCENO	0,40	0,40	6,00	6,80	06/07/1993	70º	Classificado
Ampla Concorrência	0000596	ANA CACILDA ZAMPOLLI	0,40	0,80	5,60	6,80	06/05/1966	71º	Classificado
Ampla Concorrência	0000417	MARIANA APARECIDA MIOTELI	0,40	0,20	6,00	6,60	26/11/2004	72º	Classificado
Ampla Concorrência	0000451	LARYANE MONIQUE PEROVANO	0,20	0,40	6,00	6,60	23/09/1997	73º	Classificado
Ampla Concorrência	0000728	GEOVANA EUFRÁSIO SCUSSEL	0,20	0,40	6,00	6,60	26/08/2005	74º	Classificado
Ampla Concorrência	0000628	CINTIA DE OLIVEIRA	0,60	0,40	5,60	6,60	26/09/1995	75º	Classificado
Ampla Concorrência	0000210	CELINE FRANCISCO	0,60	0,40	5,60	6,60	27/10/2000	76º	Classificado
Ampla Concorrência	0000640	JULIANE NASCIMENTO DE FREITAS	0,60	0,40	5,60	6,60	07/05/2005	77º	Classificado
Ampla Concorrência	0000836	BIANCA QUADRA SILVEIRA	0,20	0,80	5,60	6,60	09/03/2006	78º	Classificado
Ampla Concorrência	0000040	LOIR FIRMINO DA SILVA	0,80	0,80	4,80	6,40	10/02/1962	79º	Classificado
Ampla Concorrência	0000381	FÁTIMA ZANELATO BOTINI	0,20	0,20	6,00	6,40	15/11/1991	80º	Classificado
Ampla Concorrência	0000494	ANA PAULA ALVES TEIXEIRA	0,00	0,40	6,00	6,40	21/12/1999	81º	Classificado
Ampla Concorrência	0000711	LEYDE VITÓRIA BARRETO DE SOUZA NAVA	0,40	0,40	5,60	6,40	12/12/2002	82º	Classificado
Ampla Concorrência	0000433	CIBELE CAMPOS DAGOSTIN	0,20	0,60	5,60	6,40	12/04/1980	83º	Classificado
Ampla Concorrência	0000714	DIRLENE MARTINHO DE OLIVEIRA ANTUNES	0,20	0,00	6,00	6,20	12/10/1972	84º	Classificado
Ampla Concorrência	0000251	ROSELI MOREIRA CRUZ	0,00	0,20	6,00	6,20	22/07/1970	85º	Classificado
Ampla Concorrência	0000351	CLEISE KELLEN CARDOSO	0,00	0,20	6,00	6,20	25/01/2001	86º	Classificado
Ampla Concorrência	0000143	CLAUDIA LIMA DANTAS	0,40	0,20	5,60	6,20	16/10/1972	87º	Classificado
Ampla Concorrência	0000202	VANESSA FERNANDES LESSA	0,20	0,40	5,60	6,20	04/09/1984	88º	Classificado
Ampla Concorrência	0000029	DAIANE MATTIA DE SOUZA	0,20	0,40	5,60	6,20	13/01/1988	89º	Classificado
Ampla Concorrência	0000518	LUCIANA SIPRIANO	0,80	0,20	5,20	6,20	30/05/1976	90º	Classificado
Ampla Concorrência	0000859	DANIELI PAES COELHO	0,40	0,60	5,20	6,20	17/08/1992	91º	Classificado
Ampla Concorrência	0000128	FERNANDA CECCONI BETTIOL	0,20	0,20	5,60	6,00	02/03/1986	92º	Classificado
Ampla Concorrência	0000539	DANIELA SIMIANO NAZÁRIO	0,60	0,00	5,20	5,80	01/02/2000	93º	Classificado
Ampla Concorrência	0000290	FABIANA BORGES ADAO	0,40	0,20	5,20	5,80	07/10/1990	94º	Classificado
Ampla Concorrência	0000676	SILMARA DAMIN GERVASIO COMIN	0,20	0,80	4,80	5,80	30/11/1999	95º	Classificado
Ampla Concorrência	0000315	KARINA DE OLIVEIRA ROSA DOS SANTOS	0,80	0,60	4,40	5,80	11/10/1987	96º	Classificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	EC	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000876	MARIA APARECIDA DE SANTANA FERRO	0,00	0,80	4,80	5,60	30/10/1982	97º	Classificado
Ampla Concorrência	0000346	CARLA MARIA MELO FREITAS	0,20	0,20	4,80	5,20	01/08/1977	98º	Classificado
Ampla Concorrência	0000574	ROSITA AGASSI SARTOR	0,00	0,40	4,80	5,20	14/11/1977	99º	Classificado
Ampla Concorrência	0000785	PAULA BETT GIONGO	0,00	0,60	4,40	5,00	01/01/1980	100º	Classificado
Ampla Concorrência	0000020	GESIANE RODRIGUES CREPALDI	0,00	0,40	4,40	4,80	01/06/1986	101º	Classificado
Ampla Concorrência	0000149	JANAÍNA COMIN FERRO LOS	0,60	0,20	4,00	4,80	16/01/1988	102º	Classificado
Ampla Concorrência	0000492	JULIANA CESCONETO MACHADO	0,00	0,40	4,00	4,40	09/03/1985	103º	Classificado
Ampla Concorrência	0000262	SANDRA EMIDIO PADILHA	0,40	0,40	2,80	3,60	09/11/1975	104º	Classificado
Ampla Concorrência	0000105	ZALMIR RIBEIRO	-	-	-	-	25/06/1965	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000227	JOÃO BATISTA MANZONI	-	-	-	-	15/07/1967	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000847	DELIS REGINA BEZ BIROLO	-	-	-	-	21/01/1968	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000271	BEBIANA FRANCISCO MARCELINO	-	-	-	-	07/07/1974	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000196	ANDREY MARCIO CARDOSO	-	-	-	-	19/04/1978	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000461	ANTONIA ROSEMIRA FRANCA DE MESQUITA	-	-	-	-	07/04/1980	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000480	VANUSA SOMARIVA	-	-	-	-	27/04/1980	-	Desclassificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000521	GILSANE DAS GRACAS COSTA CARVALHO	-	-	-	-	16/11/1982	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000713	NAGELI OLIVEIRA PEREIRA	-	-	-	-	01/02/1983	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000061	JANICE SILVA LAGO	-	-	-	-	31/01/1984	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000146	NEILEANE OLIVEIRA SCHAFRANSKI	-	-	-	-	28/01/1988	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000421	JULIANE DE AGUIAR MENDES	-	-	-	-	19/08/1989	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000042	RAFAEL SOARES PATEIS	-	-	-	-	08/07/1990	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000039	REGINA GONÇALVES VIEIRA	-	-	-	-	24/04/1992	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000852	FRANCIELE MONTEIRO ARAÚJO	-	-	-	-	11/04/1993	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000738	ANDREZA OLIVEIRA DE SOUSA	-	-	-	-	23/01/1995	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000139	LUANA MELO DE SOUZA	-	-	-	-	09/03/1995	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000680	TAINARA CRISTHINE JOÃO DE SOUZA	-	-	-	-	28/03/1995	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000254	ANDRE CORREA	-	-	-	-	28/09/1998	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000719	GILDEANE VIEIRA RODRIGUES	-	-	-	-	08/05/2000	-	Desclassificado

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000635	KHAMILA MARA CECCONI FERNANDES	2,00	0,80	0,40	5,70	1,50	10,40	15/07/1994	1º	Classificado
Ampla Concorrência	0000371	DAIANE ROCHA PEREIRA	1,60	0,60	0,80	5,70	1,50	10,20	05/08/1985	2º	Classificado
Ampla Concorrência	0000085	ADRIANA GIONGO FERNANDES	1,60	0,80	0,80	5,40	1,50	10,10	10/08/1986	3º	Classificado
Ampla Concorrência	0000682	AMANDA DA SILVA LOURENÇO	1,20	0,60	0,60	6,00	1,50	9,90	29/05/1997	4º	Classificado
Ampla Concorrência	0000690	MARIELE HIPOLITO DA SILVA	1,00	0,80	0,60	6,00	1,50	9,90	14/12/1986	5º	Classificado
Ampla Concorrência	0000835	AMANDA LUIZA DA SILVA	2,00	0,60	0,40	5,40	1,50	9,90	03/04/1981	6º	Classificado
Ampla Concorrência	0000199	NATALIA TROJAHN BENITES	1,00	1,00	0,80	5,10	2,00	9,90	06/12/1995	7º	Classificado
Ampla Concorrência	0000839	RAFAELA TEIXEIRA PASETTO	1,60	0,80	0,20	5,70	1,50	9,80	12/01/1996	8º	Classificado
Ampla Concorrência	0000059	JOZILENE PILLON SAVIATO DE BETTIO	1,20	0,80	0,60	5,70	1,50	9,80	26/09/1978	9º	Classificado
Ampla Concorrência	0000288	SANDRA MARA MACCARI	1,00	1,00	0,60	5,70	1,50	9,80	28/07/1975	10º	Classificado
Ampla Concorrência	0000862	LETÍCIA ZANETTE	2,00	0,80	0,40	5,10	1,50	9,80	05/05/2000	11º	Classificado
Ampla Concorrência	0000296	GABRIELA DE SOUSA ALVES DA BOIT	1,40	0,60	0,20	6,00	1,50	9,70	11/07/1988	12º	Classificado
Ampla Concorrência	0000255	MARIONI MACIEL	1,20	0,60	0,40	6,00	1,50	9,70	22/06/1974	13º	Classificado
Ampla Concorrência	0000239	ELIDA LUIZA KESTERING DA CONCEIÇÃO BEZ FONTANA	1,20	0,80	0,20	6,00	1,50	9,70	15/03/1987	14º	Classificado
Ampla Concorrência	0000843	VALQUIRIA GARCIA DOS PASSOS	1,80	0,80	0,20	5,40	1,50	9,70	29/01/1980	15º	Classificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS											
MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000243	DÉBORA DE SOUSA VIANA KANAREK	1,80	0,60	0,40	5,40	1,50	9,70	02/06/1987	16º	Classificado
Ampla Concorrência	0000057	MARISTELA DE OLIVEIRA	1,60	0,80	0,40	5,40	1,50	9,70	14/07/1979	17º	Classificado
Ampla Concorrência	0000624	CRISTIANE MENEGON FERRO	1,60	0,80	0,40	5,40	1,50	9,70	23/06/1990	18º	Classificado
Ampla Concorrência	0000352	ARIEL SALVARO JORGE GOULARTI	1,40	0,80	0,60	5,40	1,50	9,70	06/06/1989	19º	Classificado
Ampla Concorrência	0000415	ERIKA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVEIRA	1,40	0,80	0,20	5,70	1,50	9,60	18/09/1993	20º	Classificado
Ampla Concorrência	0000077	DÉBORA SAVARIS PAGANI	1,00	0,80	0,60	5,70	1,50	9,60	21/09/1987	21º	Classificado
Ampla Concorrência	0000699	JANE DE FARIAS	1,40	0,80	0,80	5,10	1,50	9,60	24/03/1976	22º	Classificado
Ampla Concorrência	0000883	FERNANDA VALENTIM DA ROCHA	1,40	0,60	0,60	5,40	1,50	9,50	17/06/1988	23º	Classificado
Ampla Concorrência	0000213	JAQUELINE MAXIMIANO HERT	1,20	0,80	0,60	5,40	1,50	9,50	22/12/1986	24º	Classificado
Ampla Concorrência	0000645	CARINE BONGIOLO GOMES	1,40	0,80	0,00	5,70	1,50	9,40	17/12/1975	25º	Classificado
Ampla Concorrência	0000436	BRUNA TEIXEIRA JULIANI	1,20	0,60	0,40	5,70	1,50	9,40	05/07/1993	26º	Classificado
Ampla Concorrência	0000336	CAMILA GRIEBELER VIEIRA GOULART	0,80	0,80	0,60	5,70	1,50	9,40	08/10/1996	27º	Classificado
Ampla Concorrência	0000659	SOLANGE FATIMA CAMBRUZZI AVILA	0,60	0,80	0,80	5,70	1,50	9,40	02/07/1972	28º	Classificado
Ampla Concorrência	0000099	FERNANDA VITORINO ANTUNES	1,60	0,80	0,40	5,10	1,50	9,40	09/07/1996	29º	Classificado
Ampla Concorrência	0000245	ELISABETH PERDONÁ PAZETTO	1,40	0,80	0,60	5,10	1,50	9,40	18/01/1998	30º	Classificado
Ampla Concorrência	0000353	JOANA FRANCONI INÁCIO COLLE	1,60	1,00	0,80	4,50	1,50	9,40	02/01/1991	31º	Classificado
Ampla Concorrência	0000483	VIVIANE BARCHINSKI DA ROSA	1,20	0,80	0,40	5,40	1,50	9,30	12/07/1975	32º	Classificado
Ampla Concorrência	0000186	HEVELYNE EWANY DIAS DE OLIVEIRA	1,20	1,00	0,20	5,40	1,50	9,30	02/01/1985	33º	Classificado
Ampla Concorrência	0000737	GABRIELLA FERRO TEIXEIRA	1,20	0,80	0,40	5,40	1,50	9,30	11/08/1988	34º	Classificado
Ampla Concorrência	0000774	AIUMY SILVA DA SILVA	1,20	0,60	0,60	5,40	1,50	9,30	17/10/1991	35º	Classificado
Ampla Concorrência	0000572	BRUNA MARAVAI	0,80	0,60	1,00	5,40	1,50	9,30	07/01/1997	36º	Classificado
Ampla Concorrência	0000280	LEILA CLARA MESSAGGI MARTINHAGO DOS SANTOS	1,40	0,80	0,80	4,80	1,50	9,30	18/05/1984	37º	Classificado
Ampla Concorrência	0000491	GENAINA PATRÍCIO NASCIMENTO DE FREITAS	1,40	0,60	1,00	4,80	1,50	9,30	18/05/1984	38º	Classificado
Ampla Concorrência	0000889	ROSANA DE SOUZA COLOMBO	1,40	0,80	0,80	4,80	1,50	9,30	26/09/1986	39º	Classificado
Ampla Concorrência	0000643	MIRIÂ DE OLIVEIRA CLAUDINO COELHO	1,40	0,60	0,00	5,70	1,50	9,20	27/01/1993	40º	Classificado
Ampla Concorrência	0000746	BÁRBARA MARIALETE ROMAN FONTANA MEZARI	0,80	0,60	0,60	5,70	1,50	9,20	03/01/1978	41º	Classificado
Ampla Concorrência	0000238	DANIELI CARMINATTI	0,80	0,60	0,60	5,70	1,50	9,20	11/04/1994	42º	Classificado
Ampla Concorrência	0000194	DAIANE PACHECO CANDIDO	1,60	0,60	0,40	5,10	1,50	9,20	29/01/1984	43º	Classificado
Ampla Concorrência	0000667	KARIZE FERNANDES DOS SANTOS	1,40	0,60	0,60	5,10	1,50	9,20	05/08/1996	44º	Classificado
Ampla Concorrência	0000121	CRISTIANE ANACLETO BIAVA	1,20	1,00	0,40	5,10	1,50	9,20	09/10/1985	45º	Classificado
Ampla Concorrência	0000823	AMANDA BERNADINO POMINI LIMA	1,20	0,80	0,60	5,10	1,50	9,20	26/06/1986	46º	Classificado
Ampla Concorrência	0000554	HELEN TREVISOL CARDOSO	1,20	0,80	0,60	5,10	1,50	9,20	12/11/1990	47º	Classificado
Ampla Concorrência	0000165	VANESSA DA ROSA DIAS DOS SANTOS	1,00	0,80	0,80	5,10	1,50	9,20	29/08/1983	48º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000608	JULIANA POSSATO	1,00	1,00	0,60	5,10	1,50	9,20	24/05/1994	49º	Classificado
Ampla Concorrência	0000660	ELIZANE GENEROSO RODRIGUES	0,80	0,80	1,00	5,10	1,50	9,20	03/11/1984	50º	Classificado
Ampla Concorrência	0000319	CLEMAR POMA	1,00	0,80	0,60	5,70	1,00	9,10	14/01/1982	51º	Classificado
Ampla Concorrência	0000374	JENIFER DA ROSA TAVARES	1,40	0,60	0,20	5,40	1,50	9,10	01/07/1985	52º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000135	TATIANE CAMILO GONÇALVES	1,20	0,60	0,40	5,40	1,50	9,10	20/03/1981	53º	Classificado
Ampla Concorrência	0000037	MARIANNE ALÉSSIO DA SILVA FRASSETTO	1,20	1,00	0,00	5,40	1,50	9,10	09/06/1985	54º	Classificado
Ampla Concorrência	0000127	ISABELA DE BEM SILVA FERNANDES	1,20	0,60	0,40	5,40	1,50	9,10	23/09/1999	55º	Classificado
Ampla Concorrência	0000732	SIRLENE DA ROSA RIBEIRO	1,60	0,80	0,40	4,80	1,50	9,10	08/08/1979	56º	Classificado
Ampla Concorrência	0000695	ANDREZA DE ARAÚJO PEREIRA DOS SANTOS	1,40	1,00	0,40	4,80	1,50	9,10	08/07/1982	57º	Classificado
Ampla Concorrência	0000086	VIVIANE DA SOLER	1,40	0,80	0,60	4,80	1,50	9,10	30/05/1985	58º	Classificado
Ampla Concorrência	0000148	JOSEANE GONÇALVES RONSONI	1,40	0,80	0,60	4,80	1,50	9,10	18/11/1993	59º	Classificado
Ampla Concorrência	0000503	EDUARDA CERCENÁ TRAMONTIN	1,40	0,80	0,60	4,80	1,50	9,10	02/09/2001	60º	Classificado
Ampla Concorrência	0000013	ANDRÉIA DE LIMA	1,00	1,00	0,80	4,80	1,50	9,10	03/12/1973	61º	Classificado
Ampla Concorrência	0000784	LOURIVAL AMORIM RAMOS	0,60	0,80	0,40	5,70	1,50	9,00	12/09/1985	62º	Classificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS											
MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000129	ERLAINE CRISTINA PEREIRA BETTIOL	1,40	0,80	0,20	5,10	1,50	9,00	26/07/1976	63º	Classificado
Ampla Concorrência	0000385	GISLAINE FREDERICO MARQUES DOS SANTOS	1,40	0,80	0,20	5,10	1,50	9,00	08/02/1982	64º	Classificado
Ampla Concorrência	0000730	ANDRÉA BONIFÁCIO	1,20	0,80	0,40	5,10	1,50	9,00	21/12/1970	65º	Classificado
Ampla Concorrência	0000214	RENATA ZEFERINO	1,00	0,60	0,80	5,10	1,50	9,00	05/06/1991	66º	Classificado
Ampla Concorrência	0000882	FLÁVIA FLORÊNCIA DE ALMEIDA	1,20	0,80	0,00	5,40	1,50	8,90	21/08/1983	67º	Classificado
Ampla Concorrência	0000547	JADNA CRISTINA MACHADO POSSATO	1,00	0,80	0,20	5,40	1,50	8,90	26/06/1974	68º	Classificado
Ampla Concorrência	0000792	ADRIANA AMARAL SANTOS GARLINI	1,00	0,40	0,60	5,40	1,50	8,90	19/02/1982	69º	Classificado
Ampla Concorrência	0000244	CARINA RONCHI RODRIGUES	1,00	0,60	0,40	5,40	1,50	8,90	20/11/1985	70º	Classificado
Ampla Concorrência	0000884	GRAZIELA DE OLIVEIRA TEIXEIRA	1,60	0,60	0,40	4,80	1,50	8,90	02/04/1980	71º	Classificado
Ampla Concorrência	0000376	GRAZIELA ESPINDOLA MANENTI	1,40	0,60	0,60	4,80	1,50	8,90	20/12/1978	72º	Classificado
Ampla Concorrência	0000084	MARIELI MACCARINI	1,40	0,80	0,40	4,80	1,50	8,90	16/10/1984	73º	Classificado
Ampla Concorrência	0000184	EDINALVA ROSANA LEOPOLDINA PAIVA MARQUES	1,00	1,00	0,60	4,80	1,50	8,90	23/02/1987	74º	Classificado
Ampla Concorrência	0000830	VILMA CECÍLIA MARTINS CARVALHO	1,60	0,60	0,20	5,40	1,00	8,80	07/10/1968	75º	Classificado
Ampla Concorrência	0000106	ROSELAYNE SABINO MORAES	1,20	0,80	0,20	5,10	1,50	8,80	18/09/1983	76º	Classificado
Ampla Concorrência	0000377	ISABEL DE BORBA BENINCÁ PESSOA	1,00	0,60	0,60	5,10	1,50	8,80	05/12/1987	77º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000098	MIRIAN FLORENCIO DE ARRUDA	1,00	0,80	0,40	5,10	1,50	8,80	05/05/1988	78º	Classificado
Ampla Concorrência	0000163	BRUNA MARCELO DA SILVA	1,00	0,60	0,60	5,10	1,50	8,80	19/02/1992	79º	Classificado
Ampla Concorrência	0000463	ALMIR DE ALMEIDA SILVA	1,60	0,80	0,40	4,50	1,50	8,80	27/05/1995	80º	Classificado
Ampla Concorrência	0000380	BIANCA SERAFIM GASPAR	1,20	1,00	0,60	4,50	1,50	8,80	17/08/1994	81º	Classificado
Ampla Concorrência	0000360	RENATO PORTO DE BORBA	1,60	0,80	0,20	4,20	2,00	8,80	14/05/1991	82º	Classificado
Ampla Concorrência	0000637	LUZIE TE IZAIS DA SILVA	1,00	0,60	0,20	5,40	1,50	8,70	30/08/1978	83º	Classificado
Ampla Concorrência	0000776	GRAZIELA MORO MARINI	1,00	0,40	0,40	5,40	1,50	8,70	28/08/1996	84º	Classificado
Ampla Concorrência	0000182	TANIA MARIA CARDOSO	0,60	0,60	0,60	5,40	1,50	8,70	29/12/1963	85º	Classificado
Ampla Concorrência	0000788	MARIA EMILIA MACHADO MEDEIROS MARCELINO	0,40	0,80	0,60	5,40	1,50	8,70	01/12/1978	86º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000437	CRISTIANI CLEMENTE NUNES	1,20	0,80	0,60	5,10	1,00	8,70	26/04/1987	87º	Classificado
Ampla Concorrência	0000810	ANA CRISTINA DOS SANTOS GIASI	1,20	0,80	0,40	4,80	1,50	8,70	09/09/1974	88º	Classificado
Ampla Concorrência	0000850	JENIFER DE JESUS NAZARIO DE SOUZA	1,20	0,60	0,60	4,80	1,50	8,70	26/07/1984	89º	Classificado
Ampla Concorrência	0000556	CRISTIANE RODRIGUES MACIEL	1,00	1,00	0,40	4,80	1,50	8,70	26/07/1981	90º	Classificado
Ampla Concorrência	0000384	PAULA MARTINS MADEIRA	0,80	0,80	0,80	4,80	1,50	8,70	06/05/1985	91º	Classificado
Ampla Concorrência	0000030	PATRICIA LUCIMARI FERRARI DE OLIVEIRA	1,00	0,80	0,40	5,40	1,00	8,60	24/01/1980	92º	Classificado
Ampla Concorrência	0000112	TATIANE SERAFIM	1,40	0,60	0,00	5,10	1,50	8,60	11/04/1980	93º	Classificado
Ampla Concorrência	0000798	MARIA LEONOR RODRIGUES SERRA	1,20	0,80	0,00	5,10	1,50	8,60	11/12/1986	94º	Classificado
Ampla Concorrência	0000550	MARIELE MUTINI DALEFFE	1,00	0,60	0,40	5,10	1,50	8,60	22/07/1985	95º	Classificado
Ampla Concorrência	0000566	BRUNA FREITAS DE AGUIAR DA ROSA	0,80	0,80	0,40	5,10	1,50	8,60	20/05/1990	96º	Classificado
Ampla Concorrência	0000031	MALU EDUARDA CARVALHO PIACENTINI MARAVAI	0,80	0,80	0,40	5,10	1,50	8,60	02/06/1993	97º	Classificado
Ampla Concorrência	0000697	ADRIANA GHISI LAURIANO	1,40	0,80	0,40	4,50	1,50	8,60	31/12/1976	98º	Classificado
Ampla Concorrência	0000231	ANA PAULA AMOROSO	1,40	0,40	0,80	4,50	1,50	8,60	06/10/1984	99º	Classificado
Ampla Concorrência	0000717	CARLA CRISTINA SANTOS DA SILVA	1,40	0,60	0,60	4,50	1,50	8,60	22/12/1987	100º	Classificado
Ampla Concorrência	0000466	LUANE ZANONI MARTINS	1,40	0,80	0,40	4,50	1,50	8,60	24/11/1999	101º	Classificado
Ampla Concorrência	0000841	ROBERTA RISSI TROMBIN	1,40	1,00	0,20	4,50	1,50	8,60	16/12/2000	102º	Classificado
Ampla Concorrência	0000802	EDNA RODRIGUES VENÂNCIO PEREIRA	1,20	0,60	0,80	4,50	1,50	8,60	31/01/1986	103º	Classificado
Ampla Concorrência	0000497	GREICIANE MEDEIROS FRANCISCO DE MELLO	1,20	1,00	0,60	5,70	0,00	8,50	25/03/1990	104º	Classificado
Ampla Concorrência	0000411	MARIA EDUARDA WATERKEMPER FERNANDES	1,00	0,40	0,20	5,40	1,50	8,50	30/05/2000	105º	Classificado
Ampla Concorrência	0000180	CAROLINE DA SILVA	0,60	0,40	0,60	5,40	1,50	8,50	30/01/1990	106º	Classificado
Ampla Concorrência	0000662	JULIANE TEIXEIRA VITORIO	0,60	1,00	0,80	5,10	1,00	8,50	27/01/1989	107º	Classificado
Ampla Concorrência	0000675	PATRICIA DA ROCHA FRANCELINO	1,40	0,40	0,40	4,80	1,50	8,50	12/02/1983	108º	Classificado
Ampla Concorrência	0000172	ALEXSANDRA GOMES VIEIRA	1,20	0,40	0,60	4,80	1,50	8,50	02/02/1979	109º	Classificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS											
MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000302	JANAINA NUNES LIMA	1,20	0,80	0,20	4,80	1,50	8,50	02/04/1980	110º	Classificado
Ampla Concorrência	0000207	ALEXANDRA POSSAMAI DELLA	1,00	0,60	0,60	4,80	1,50	8,50	15/10/1986	111º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000629	GRAZIELA ACORDI CORREA	1,00	0,80	0,40	4,80	1,50	8,50	14/06/1987	112º	Classificado
Ampla Concorrência	0000570	KARINA VALÉRIA GALDINO DO NASCIMENTO HENRIQUES	1,00	1,00	0,20	4,80	1,50	8,50	07/09/1996	113º	Classificado
Ampla Concorrência	0000604	DÉBORA TRAMONTIN	1,00	0,80	0,40	4,80	1,50	8,50	16/11/1997	114º	Classificado
Ampla Concorrência	0000233	EMILY VENTURINI DA SILVA	1,00	0,60	0,60	4,80	1,50	8,50	20/10/1998	115º	Classificado
Ampla Concorrência	0000720	VIVIAN BORGES FURLANETTO	1,40	0,80	0,60	4,20	1,50	8,50	01/08/1983	116º	Classificado
Ampla Concorrência	0000457	TANIZE MACHADO SILVEIRA TEIXEIRA	1,20	1,00	0,60	4,20	1,50	8,50	19/08/1981	117º	Classificado
Ampla Concorrência	0000237	MARIA GIULLYA DE FREITAS PEREIRA	1,20	0,80	1,00	5,40	0,00	8,40	05/03/2001	118º	Classificado
Ampla Concorrência	0000287	SALUTE ZANELATO	1,00	0,60	0,20	5,10	1,50	8,40	16/11/1969	119º	Classificado
Ampla Concorrência	0000448	JAQUELINE APARECIDA CREPALDI	1,00	0,60	0,20	5,10	1,50	8,40	17/02/1998	120º	Classificado
Ampla Concorrência	0000396	FERNANDA DA SILVA	1,00	0,60	0,20	5,10	1,50	8,40	22/02/1998	121º	Classificado
Ampla Concorrência	0000422	THAYSE LIECHESKI CARDOSO	0,80	0,60	0,40	5,10	1,50	8,40	04/01/1979	122º	Classificado
Ampla Concorrência	0000326	ROSIMERI APARECIDA DE LIMA ZANDONADI DE CARVALHO	0,60	0,80	0,40	5,10	1,50	8,40	02/12/1965	123º	Classificado
Ampla Concorrência	0000467	ROBERTA DA SILVA FEIJÓ FERNANDES	1,40	0,80	0,20	4,50	1,50	8,40	13/11/1974	124º	Classificado
Ampla Concorrência	0000334	REJANE MARIA COLOMBO PEREIRA	1,20	0,40	0,80	4,50	1,50	8,40	24/09/1976	125º	Classificado
Ampla Concorrência	0000777	PATRICIA DA SILVA SERAFIM	1,20	0,60	0,60	4,50	1,50	8,40	26/03/1982	126º	Classificado
Ampla Concorrência	0000404	SUELI MACHADO	1,00	0,80	0,60	4,50	1,50	8,40	25/01/1970	127º	Classificado
Ampla Concorrência	0000498	CRISTINA SILVEIRA SONAI	1,00	0,80	0,60	4,50	1,50	8,40	14/01/1982	128º	Classificado
Ampla Concorrência	0000447	CRISTINI SOARES DOS SANTOS TEODORO	1,00	0,60	0,80	4,50	1,50	8,40	08/08/1993	129º	Classificado
Ampla Concorrência	0000530	CAROLINI ZANETTE BONFANTE	1,00	0,80	0,60	4,50	1,50	8,40	29/12/1995	130º	Classificado
Ampla Concorrência	0000335	ANA CRISTINA GONÇALVES	1,20	0,60	0,40	4,20	2,00	8,40	23/08/1969	131º	Classificado
Ampla Concorrência	0000783	ANDREA MACHADO DOS SANTOS	0,40	0,80	0,20	5,40	1,50	8,30	25/01/1990	132º	Classificado
Ampla Concorrência	0000546	CLARIENE DANIELI PORFIRIO	0,80	0,80	0,60	5,10	1,00	8,30	20/04/1995	133º	Classificado
Ampla Concorrência	0000863	ELIZANGELA VITORINO BRUNEL	1,00	0,60	0,40	4,80	1,50	8,30	08/10/1979	134º	Classificado
Ampla Concorrência	0000116	MICHELE MONTEIRO PIZZETTI	1,00	0,60	0,40	4,80	1,50	8,30	15/12/1986	135º	Classificado
Ampla Concorrência	0000197	JULIA DA ROSA GAZOLA	1,00	0,40	0,60	4,80	1,50	8,30	02/07/2000	136º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000615	REGIANE MARTINS DA SILVA MARCELO	0,80	0,40	0,80	4,80	1,50	8,30	19/11/1977	137º	Classificado
Ampla Concorrência	0000177	DAIANE VIEIRA BIANCHINI	0,80	0,80	0,40	4,80	1,50	8,30	16/04/1984	138º	Classificado
Ampla Concorrência	0000544	ALINY FURLAN GOULART	0,80	0,80	0,40	4,80	1,50	8,30	25/03/1988	139º	Classificado
Ampla Concorrência	0000622	JUCINEIA NUNES	1,40	1,00	0,20	4,20	1,50	8,30	09/01/1977	140º	Classificado
Ampla Concorrência	0000414	ANA PAULA GERBER	1,40	0,60	0,60	4,20	1,50	8,30	19/12/1980	141º	Classificado
Ampla Concorrência	0000242	ELIZIANE MORELLI FREITAS	1,40	0,60	0,60	4,20	1,50	8,30	01/01/1982	142º	Classificado
Ampla Concorrência	0000115	JULIANA RODRIGUES BUDAL	1,20	1,00	0,40	4,20	1,50	8,30	16/08/1984	143º	Classificado
Ampla Concorrência	0000591	RHULLIA VICENTE FLORENTINO	1,20	0,80	0,60	4,20	1,50	8,30	26/11/1985	144º	Classificado
Ampla Concorrência	0000853	TUANI JOAQUIM CUNHA HOESER	1,00	0,40	0,40	5,40	1,00	8,20	23/04/1991	145º	Classificado
Ampla Concorrência	0000686	LORIZETE CARDOSO BALDESSAR	1,20	0,20	0,20	5,10	1,50	8,20	19/09/1987	146º	Classificado
Ampla Concorrência	0000815	ANGÉLICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS	1,00	0,20	0,40	5,10	1,50	8,20	15/02/1974	147º	Classificado
Ampla Concorrência	0000111	VANESSA MEDEIROS PADILHA	0,80	0,80	0,00	5,10	1,50	8,20	26/03/1987	148º	Classificado
Ampla Concorrência	0000144	PATRICIA NART DE OLIVEIRA FORGIARINI	1,40	0,60	0,20	4,50	1,50	8,20	27/11/1992	149º	Classificado
Ampla Concorrência	0000723	VANESSA APARECIDA JOAQUIM GEREMIAS	1,20	0,60	0,40	4,50	1,50	8,20	27/03/1983	150º	Classificado
Ampla Concorrência	0000401	JUSSARA DE SOUZA MARTINELLI	1,00	0,60	0,60	4,50	1,50	8,20	12/12/1966	151º	Classificado
Ampla Concorrência	0000295	NAIR CARNIATO	1,00	0,80	0,40	4,50	1,50	8,20	08/02/1972	152º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000072	PAULA SOARES SALVATO	1,00	0,60	0,60	4,50	1,50	8,20	23/08/1991	153º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000092	SUELEN MARQUES AMBONI	1,00	0,80	0,40	4,50	1,50	8,20	03/11/1992	154º	Classificado

Página 6 de 15



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS											
MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000110	ANDREIA CAMBRUZZI CITTADIN	0,80	0,60	0,80	4,50	1,50	8,20	24/08/1982	155º	Classificado
Ampla Concorrência	0000824	CRISTIANE PAGANI	0,80	0,80	0,60	4,50	1,50	8,20	12/05/1986	156º	Classificado
Ampla Concorrência	0000304	ANA DÉBORA OLIVO PANCIERA	0,80	0,80	0,60	4,50	1,50	8,20	03/06/1986	157º	Classificado
Ampla Concorrência	0000861	ANA LETÍCIA DA SILVA OLIVEIRA SOUZA	1,40	0,80	0,60	3,90	1,50	8,20	04/04/2001	158º	Classificado
Ampla Concorrência	0000060	ALINE GUIQUER OLIVO	1,20	0,80	0,80	3,90	1,50	8,20	06/11/1981	159º	Classificado
Ampla Concorrência	0000812	MIRIAM SILVA SCOTTI	1,20	0,80	0,80	3,90	1,50	8,20	28/08/1983	160º	Classificado
Ampla Concorrência	0000470	TATIANA BUSSULO MARTINS NUNES	0,60	0,40	0,20	5,40	1,50	8,10	20/02/1984	161º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000631	VIVIANE DORDETE MARTINS FELISBERTO	1,00	0,40	0,40	4,80	1,50	8,10	12/06/1986	162º	Classificado
Ampla Concorrência	0000702	LUANA GERMANO DA SILVA	1,00	0,60	0,20	4,80	1,50	8,10	13/08/1990	163º	Classificado
Ampla Concorrência	0000071	LARISSA ROSA BRIGIDO	1,00	0,60	0,20	4,80	1,50	8,10	16/10/1997	164º	Classificado
Ampla Concorrência	0000429	ANDRÉIA DE SOUZA PACHECO RAMOS	0,80	0,80	0,20	4,80	1,50	8,10	12/01/1981	165º	Classificado
Ampla Concorrência	0000369	ELIANE FLORÊNCIO SALVADOR	1,40	0,80	0,20	4,20	1,50	8,10	05/06/1972	166º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000571	MARÍLIA ACORDI CORREA POSSAMAI	1,20	0,60	0,60	4,20	1,50	8,10	04/09/1982	167º	Classificado
Ampla Concorrência	0000691	ALEXSANDRA DE SOUZA FELISBERTO	1,00	1,00	0,40	4,20	1,50	8,10	19/06/1972	168º	Classificado
Ampla Concorrência	0000665	JANAINA CORAL DE BONA GHISI	1,00	0,80	0,60	4,20	1,50	8,10	10/10/1977	169º	Classificado
Ampla Concorrência	0000223	ÉRICA HENRIQUE RODRIGUES	1,00	0,80	0,60	4,20	1,50	8,10	15/10/1986	170º	Classificado
Ampla Concorrência	0000248	MAIRA DIGIANNY DE FREITAS PEREIRA	0,80	0,60	0,60	6,00	0,00	8,00	05/03/2001	171º	Classificado
Ampla Concorrência	0000300	PATRICIA FERNANDES GONÇALVES	0,80	0,60	0,00	5,10	1,50	8,00	24/11/1985	172º	Classificado
Ampla Concorrência	0000750	GIZELE LOCATELLI	1,00	0,60	0,60	4,80	1,00	8,00	19/03/1988	173º	Classificado
Ampla Concorrência	0000050	MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI	1,20	0,60	0,20	4,50	1,50	8,00	26/01/1971	174º	Classificado
Ampla Concorrência	0000856	FERNANDA DE AMORIM CONSTANTINO	1,20	0,20	0,60	4,50	1,50	8,00	24/11/1982	175º	Classificado
Ampla Concorrência	0000472	PRISCILA DE SOUZA CLAUDINO	1,20	0,80	0,00	4,50	1,50	8,00	31/05/1983	176º	Classificado
Ampla Concorrência	0000799	ISABEL CRISTINA SATORNO SACHET	1,00	0,80	0,20	4,50	1,50	8,00	27/09/1967	177º	Classificado
Ampla Concorrência	0000811	NILDE RITA LOSSO LORENZON	1,00	0,60	0,40	4,50	1,50	8,00	05/10/1971	178º	Classificado
Ampla Concorrência	0000787	EDINARA MEZZARI VILLAIN	1,00	0,80	0,20	4,50	1,50	8,00	16/08/1981	179º	Classificado
Ampla Concorrência	0000156	CRISTINA GHISI	1,00	0,60	0,40	4,50	1,50	8,00	12/11/1985	180º	Classificado
Ampla Concorrência	0000696	ARACÉLI FRENHANI DOS SANTOS	0,80	0,80	0,40	4,50	1,50	8,00	13/11/1978	181º	Classificado
Ampla Concorrência	0000220	JUCENARA BERNARDINO DA ROSA	0,80	0,80	0,40	4,50	1,50	8,00	26/08/1980	182º	Classificado
Ampla Concorrência	0000265	TALITA VIEIRA	1,20	0,60	0,80	3,90	1,50	8,00	03/02/1989	183º	Classificado
Ampla Concorrência	0000074	CÍNTIA MÁXIMO DE SOUZA	1,20	1,00	0,40	3,90	1,50	8,00	12/06/1991	184º	Classificado
Ampla Concorrência	0000420	CINTIA APARECIDA MARCELINO FELISBERTO	1,00	0,80	0,80	3,90	1,50	8,00	30/12/1976	185º	Classificado
Ampla Concorrência	0000515	SILVANA GONÇALVES DE ABREU	1,00	0,60	0,80	4,50	1,00	7,90	19/08/1984	186º	Classificado
Ampla Concorrência	0000026	ROSINEA LUCIANO MACHADO FERNANDES	1,00	0,80	0,40	4,20	1,50	7,90	14/02/1977	187º	Classificado
Ampla Concorrência	0000809	PATRICIA DE CÁSSIA MARTINS	1,00	0,80	0,40	4,20	1,50	7,90	01/09/1978	188º	Classificado
Ampla Concorrência	0000832	TATIANI TIBINCOSKI STACKOWSKI	1,00	0,80	0,40	4,20	1,50	7,90	13/05/1981	189º	Classificado
Ampla Concorrência	0000131	ROZENIRA MARLENE TEIXEIRA	1,00	0,60	0,60	4,20	1,50	7,90	14/05/1981	190º	Classificado
Ampla Concorrência	0000563	ZAIRA CARDOSO	0,80	0,60	0,80	4,20	1,50	7,90	09/11/1968	191º	Classificado
Ampla Concorrência	0000757	EDIVÂNIA TEIXEIRA MORAES	0,80	0,80	0,60	4,20	1,50	7,90	26/01/1972	192º	Classificado
Ampla Concorrência	0000489	VIVIANE BARBOSA CORRÊA	0,80	0,60	0,80	4,20	1,50	7,90	19/09/1977	193º	Classificado
Ampla Concorrência	0000580	FRÂNCIELI BOTINI DE MATTIA	1,20	0,20	0,40	4,50	1,50	7,80	28/10/1984	194º	Classificado
Ampla Concorrência	0000169	MARINA DAMINELLI ZANETTE	1,20	0,40	0,20	4,50	1,50	7,80	08/01/1994	195º	Classificado
Ampla Concorrência	0000559	BRAIANE MARIA CASTAGNETI	1,20	0,60	0,00	4,50	1,50	7,80	03/02/1996	196º	Classificado
Ampla Concorrência	0000281	ROSANGELA DA SILVA TOURNIER	1,00	0,40	0,40	4,50	1,50	7,80	05/12/1971	197º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000430	RAQUEL ORLANDO CONSTANTINO	1,00	0,40	0,40	4,50	1,50	7,80	10/06/1977	198º	Classificado
Ampla Concorrência	0000208	LUANA ANACLETO BOTTINI	1,00	0,60	0,20	4,50	1,50	7,80	13/02/1992	199º	Classificado
Ampla Concorrência	0000486	LUCIANA TRINDADE DE FREITAS	0,80	0,80	0,20	4,50	1,50	7,80	07/09/1978	200º	Classificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS											
MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000151	ANDRESA DAS NEVES MARANGONI	0,80	0,80	0,20	4,50	1,50	7,80	19/12/1980	201º	Classificado
Ampla Concorrência	0000201	HELOISA MARTINS FLORENÇO	0,80	0,60	0,40	4,50	1,50	7,80	04/07/1999	202º	Classificado
Ampla Concorrência	0000171	ANDRÉIA ANSELMO	0,60	0,60	0,60	4,50	1,50	7,80	07/11/1971	203º	Classificado
Ampla Concorrência	0000434	JORDANA FERRAREZI	0,60	0,80	0,40	4,50	1,50	7,80	16/04/1988	204º	Classificado
Ampla Concorrência	0000688	LUCIANA HONORATO DA ROCHA	0,60	0,80	0,40	4,50	1,50	7,80	04/07/1991	205º	Classificado
Ampla Concorrência	0000807	JANAINA DE SOUZA ANTUNES	1,00	0,80	0,60	3,90	1,50	7,80	14/01/1977	206º	Classificado
Ampla Concorrência	0000816	ADRIELE SILVA DE CASTRO	1,00	0,80	0,60	3,90	1,50	7,80	04/08/1997	207º	Classificado
Ampla Concorrência	0000378	ROZEMAR ZANELATO TASCA	0,80	0,80	0,80	3,90	1,50	7,80	02/07/1975	208º	Classificado
Ampla Concorrência	0000677	MARIA MARCIANI FREITAS GUESSI DANIEL	1,40	0,60	0,60	5,10	0,00	7,70	04/08/1977	209º	Classificado
Ampla Concorrência	0000211	FABIANA ZEGERINO GONÇALVES	0,80	0,60	0,00	4,80	1,50	7,70	29/10/1982	210º	Classificado
Ampla Concorrência	0000419	TAINARA MARAVAI FERNANDES	0,80	0,80	0,60	4,50	1,00	7,70	20/09/1996	211º	Classificado
Ampla Concorrência	0000650	ELISÂNGELA NAZÁRIO GARCIA DA SILVA	1,20	0,40	0,40	4,20	1,50	7,70	30/09/1982	212º	Classificado
Ampla Concorrência	0000450	LUCIANA DA ROSA ELEOTERO	1,20	0,40	0,40	4,20	1,50	7,70	19/02/1986	213º	Classificado
Ampla Concorrência	0000364	SILVANA FIRMINO COSTA	1,20	0,40	0,40	4,20	1,50	7,70	22/12/1989	214º	Classificado
Ampla Concorrência	0000299	MAURA LUCIA CHAVEIRO RAMOS	1,00	0,60	0,40	4,20	1,50	7,70	03/04/1969	215º	Classificado
Ampla Concorrência	0000748	CIMONE DOS SANTOS REZIN	1,00	0,80	0,20	4,20	1,50	7,70	06/12/1978	216º	Classificado
Ampla Concorrência	0000052	RITA DE CASSIA TAVARES	1,00	0,80	0,20	4,20	1,50	7,70	06/01/1980	217º	Classificado
Ampla Concorrência	0000291	ANDRÉIA DE OLIVEIRA FRANÇA	1,00	0,80	0,20	4,20	1,50	7,70	09/09/1985	218º	Classificado
Ampla Concorrência	0000474	NADIR DE MATTIA	1,00	0,60	0,40	4,20	1,50	7,70	01/11/1986	219º	Classificado
Ampla Concorrência	0000866	FRANCIELE LALAU LIMAS MAZZUCO	1,00	0,60	0,40	4,20	1,50	7,70	08/12/1988	220º	Classificado
Ampla Concorrência	0000864	MONIQUE CHRISTINE PEREIRA	1,00	0,80	0,20	4,20	1,50	7,70	25/09/1990	221º	Classificado
Ampla Concorrência	0000328	MANUELA NUNES DE SOUZA	1,00	0,60	0,40	4,20	1,50	7,70	15/09/1994	222º	Classificado
Ampla Concorrência	0000393	ÉRICA INNOCENTI BROGNI	1,00	0,40	0,60	4,20	1,50	7,70	14/05/2000	223º	Classificado
Ampla Concorrência	0000392	FABIANA CRISTINA BIAJANTE	0,80	0,80	0,40	4,20	1,50	7,70	24/10/1979	224º	Classificado
Ampla Concorrência	0000758	FRANCISCA DE LIMA MACEDO	0,80	0,80	0,40	4,20	1,50	7,70	02/07/1986	225º	Classificado
Ampla Concorrência	0000569	MARIANE VILLAIN RABELLO	0,80	0,80	0,40	4,20	1,50	7,70	04/02/1988	226º	Classificado
Ampla Concorrência	0000400	ALINE FERNANDES PATRICIO PEDROSO	0,60	1,00	0,40	4,20	1,50	7,70	24/04/1989	227º	Classificado
Ampla Concorrência	0000107	ESMAIRA DE ARAUJO MORAES	0,60	0,60	0,80	4,20	1,50	7,70	25/12/1991	228º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000270	PATRICIA VOTRI GUEDIN	1,40	0,80	0,40	3,60	1,50	7,70	09/12/1985	229º	Classificado
Ampla Concorrência	0000318	VANESSA DA SILVA	0,40	0,80	0,60	4,80	1,00	7,60	26/05/1999	230º	Classificado
Ampla Concorrência	0000373	MARIA APARECIDA RAMOS CÂNDIDO LEONARDO	1,00	0,60	0,00	4,50	1,50	7,60	05/02/1981	231º	Classificado
Ampla Concorrência	0000386	MARIA HELENA SCAINI BONFANTE	0,80	0,60	0,20	4,50	1,50	7,60	27/12/1963	232º	Classificado
Ampla Concorrência	0000692	SIMONE CAETANA FELISBERTO DA ROSA	0,80	0,60	0,20	4,50	1,50	7,60	23/10/1970	233º	Classificado
Ampla Concorrência	0000409	EDNA WATERKEMPER FERNANDES	0,80	0,60	0,20	4,50	1,50	7,60	01/07/1974	234º	Classificado
Ampla Concorrência	0000592	KARINA MARIA FLORES DE SOUZA	0,80	0,60	0,20	4,50	1,50	7,60	28/08/1987	235º	Classificado
Ampla Concorrência	0000341	LARISSA HOLZ	0,80	0,40	0,40	4,50	1,50	7,60	23/09/1995	236º	Classificado
Ampla Concorrência	0000178	FLAVIA GAVA	0,60	0,60	0,40	4,50	1,50	7,60	07/07/1996	237º	Classificado
Ampla Concorrência	0000065	RENATO DE BEM MARCELINO	0,40	1,00	0,20	4,50	1,50	7,60	25/08/1971	238º	Classificado
Ampla Concorrência	0000600	LEONICE LONGEN PANATTO	0,40	0,80	0,40	4,50	1,50	7,60	29/07/1977	239º	Classificado
Ampla Concorrência	0000495	GREIZIELA ELIEGE LOPES MANENTI VIANA	0,40	0,80	0,40	4,50	1,50	7,60	13/05/1987	240º	Classificado
Ampla Concorrência	0000796	RAMILA SCUSSEL DE MATTIA	1,40	0,80	0,20	4,20	1,00	7,60	14/09/1996	241º	Classificado
Ampla Concorrência	0000517	KATIA RAMOS TOLFO	1,20	0,80	0,40	4,20	1,00	7,60	05/07/1986	242º	Classificado
Ampla Concorrência	0000269	PRISCILA LISBOA	1,00	0,80	0,60	4,20	1,00	7,60	13/07/1987	243º	Classificado
Ampla Concorrência	0000229	DANIELA BRANCO FERREIRA FREIRE	1,00	0,80	0,40	3,90	1,50	7,60	05/08/1978	244º	Classificado
Ampla Concorrência	0000523	JULIANA UGIONI DAMINELLI	1,00	0,80	0,40	3,90	1,50	7,60	12/05/1995	245º	Classificado
Ampla Concorrência	0000203	ALESSANDRA LOSSO GRANEMANN	0,80	0,80	0,60	3,90	1,50	7,60	01/09/1981	246º	Classificado
Ampla Concorrência	0000565	MAYARA CASAGRANDE SAVI	0,80	0,80	0,60	3,90	1,50	7,60	01/02/1985	247º	Classificado
Ampla Concorrência	0000479	MARIANE DUARTE MEDEIROS	0,80	0,80	0,60	3,90	1,50	7,60	14/05/1991	248º	Classificado

Página 8 de 15



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000257	PRISCILA PEREIRA VITALI	0,80	0,80	0,60	3,90	1,50	7,60	25/06/1992	249º	Classificado
Ampla Concorrência	0000154	BRUNA DE OLIVEIRA CECHELIN	1,20	0,80	0,40	5,10	0,00	7,50	16/08/1990	250º	Classificado
Ampla Concorrência	0000286	RENATA GOULART CARDOSO COLOMBO	1,40	0,80	0,80	4,50	0,00	7,50	09/08/1980	251º	Classificado
Ampla Concorrência	0000173	JANAINA EDUARDO	1,00	0,60	0,20	4,20	1,50	7,50	09/08/1984	252º	Classificado
Ampla Concorrência	0000837	PATRICIA MARCOS PAES	1,00	0,60	0,20	4,20	1,50	7,50	19/08/1993	253º	Classificado
Ampla Concorrência	0000222	SIMONE GOULART JOAQUIM MOTTA	0,80	0,60	0,40	4,20	1,50	7,50	25/11/1976	254º	Classificado
Ampla Concorrência	0000589	LARISSA SERAFIM DA CONCEIÇÃO	0,80	0,80	0,20	4,20	1,50	7,50	08/12/1993	255º	Classificado
Ampla Concorrência	0000739	SIMONE CAETANO FERNANDES	0,60	0,80	0,40	4,20	1,50	7,50	30/11/1980	256º	Classificado
Ampla Concorrência	0000568	PÁBOLA PALOMA FERREIRA BONASSA	0,40	0,80	0,60	4,20	1,50	7,50	27/04/1990	257º	Classificado
Ampla Concorrência	0000488	WAGNER PAZETTO MARTINELLO	1,20	0,80	0,60	3,90	1,00	7,50	23/02/1983	258º	Classificado
Ampla Concorrência	0000611	CAMILA CARMINATTI DE BONA	1,20	0,80	0,60	3,90	1,00	7,50	10/07/1988	259º	Classificado
Ampla Concorrência	0000389	ANA CAROLINE SAVI	1,00	0,80	0,60	3,60	1,50	7,50	14/11/1987	260º	Classificado
Ampla Concorrência	0000303	CAMILA VIEIRA BENTO CORRÊA	1,00	0,80	0,60	3,60	1,50	7,50	14/11/1988	261º	Classificado
Ampla Concorrência	0000647	LUCINDA KEITY RONCHI	0,80	0,60	1,00	3,60	1,50	7,50	09/02/1989	262º	Classificado
Ampla Concorrência	0000877	DULCINEIA FELICIDADE CLARINDA	1,40	0,60	0,20	3,30	2,00	7,50	10/10/1987	263º	Classificado
Ampla Concorrência	0000715	MARIA EOTALIA MACHADO OLIVEIRA	1,00	0,60	0,40	3,90	1,50	7,40	04/11/1963	264º	Classificado
Ampla Concorrência	0000119	SAIONARA FELISBERTO SALVADEGO TOPANOTTI	1,80	0,40	0,40	4,80	0,00	7,40	02/05/1980	265º	Classificado
Ampla Concorrência	0000857	ALEXANDRA DE ALMEIDA SILVA NUNES	1,40	1,00	0,20	4,80	0,00	7,40	25/04/1981	266º	Classificado
Ampla Concorrência	0000781	JESSICA DE AGUIAR FEGHERA	1,20	0,80	0,60	4,80	0,00	7,40	17/01/1993	267º	Classificado
Ampla Concorrência	0000653	SHIRLEI DA SILVA DE OLIVEIRA	0,60	0,40	0,60	4,80	1,00	7,40	17/11/1979	268º	Classificado
Ampla Concorrência	0000410	MARCIA FELIX DOS SANTOS	0,80	0,40	0,20	4,50	1,50	7,40	13/03/1965	269º	Classificado
Ampla Concorrência	0000721	SILVANA COSTA	0,60	0,60	0,20	4,50	1,50	7,40	10/12/1968	270º	Classificado
Ampla Concorrência	0000510	DEISE DA SILVA TOMAZ	0,60	0,40	0,40	4,50	1,50	7,40	24/07/1987	271º	Classificado
Ampla Concorrência	0000504	ALICE ZANELATO BOTINI	0,60	0,60	0,20	4,50	1,50	7,40	12/03/1994	272º	Classificado
Ampla Concorrência	0000051	EDMARA SILVANA VELHO SOMARIVA RODRIGUES	1,20	0,80	0,00	3,90	1,50	7,40	16/04/1986	273º	Classificado
Ampla Concorrência	0000855	MICHELE CARDOSO GONÇALVES	1,00	1,00	0,00	3,90	1,50	7,40	30/04/1983	274º	Classificado
Ampla Concorrência	0000820	LUCIANA MORO DA SILVA BERNARDO	1,00	0,40	0,60	3,90	1,50	7,40	29/07/1986	275º	Classificado
Ampla Concorrência	0000279	TALITA AMARAL GIMENES	1,00	0,80	0,20	3,90	1,50	7,40	28/09/1988	276º	Classificado
Ampla Concorrência	0000769	MARA FERNANDA RAMOS DA SILVA	0,80	0,80	0,40	3,90	1,50	7,40	21/11/1979	277º	Classificado
Ampla Concorrência	0000541	GREICE ELEN FIGUEIREDO CARVALHO ROCHA	1,20	0,80	0,60	3,30	1,50	7,40	04/04/1985	278º	Classificado
Ampla Concorrência	0000014	TAIRINE DOS SANTOS BASILIO	1,60	0,40	0,20	5,10	0,00	7,30	05/06/1991	279º	Classificado
Ampla Concorrência	0000722	AMANDA DAMINELLI ZANETTE	1,20	0,20	0,20	4,20	1,50	7,30	31/01/1996	280º	Classificado
Ampla Concorrência	0000183	LUZIA MARIOT	0,80	0,60	0,20	4,20	1,50	7,30	10/06/1982	281º	Classificado
Ampla Concorrência	0000657	MARIA APARECIDA DA SILVA CREPALDI	0,60	0,80	0,20	4,20	1,50	7,30	13/01/1966	282º	Classificado
Ampla Concorrência	0000114	LETÍCIA SOUZA DA SILVA DE FAVERI	1,00	0,80	0,60	3,90	1,00	7,30	25/05/1981	283º	Classificado
Ampla Concorrência	0000531	CIBELE APARECIDA DAVID SIMÃO	0,80	0,80	0,60	3,60	1,50	7,30	25/02/1985	284º	Classificado
Ampla Concorrência	0000716	PATRICIA MARQUES HORACIO	0,80	0,80	0,60	3,60	1,50	7,30	15/06/1992	285º	Classificado
Ampla Concorrência	0000297	LISBETE DE LARIA DOS SANTOS	0,60	0,80	0,80	3,60	1,50	7,30	03/06/1992	286º	Classificado
Ampla Concorrência	0000501	DANIELA DE OLIVEIRA SEBASTIÃO	0,80	0,40	0,00	4,50	1,50	7,20	08/02/1979	287º	Classificado
Ampla Concorrência	0000157	BRUNA DE SOUZA DAL FARRA	0,60	0,80	0,60	4,20	1,00	7,20	06/09/1986	288º	Classificado
Ampla Concorrência	0000345	ANDRÉIA BEZ FONTANA ROSSA	1,20	0,40	0,20	3,90	1,50	7,20	03/11/1971	289º	Classificado
Ampla Concorrência	0000471	ELEN MARTINS PATRICIO	1,20	0,20	0,40	3,90	1,50	7,20	11/08/1996	290º	Classificado
Ampla Concorrência	0000885	MARIA LAURA SELINGER DA SILVA	1,20	0,20	0,40	3,90	1,50	7,20	26/11/1999	291º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000301	ELISETE DA SILVA MACHADO	1,00	0,60	0,20	3,90	1,50	7,20	15/01/1977	292º	Classificado
Ampla Concorrência	0000577	CRISTINA PEREGO	1,00	0,60	0,20	3,90	1,50	7,20	09/10/1987	293º	Classificado
Ampla Concorrência	0000366	ANDRÉIA MARCELLO	0,60	0,60	0,60	3,90	1,50	7,20	11/03/1978	294º	Classificado
Ampla Concorrência	0000192	JULIANA BITTENCOURT CLEMENTE	0,60	0,60	0,60	3,90	1,50	7,20	29/09/1984	295º	Classificado
Ampla Concorrência	0000829	ISADORA DE OLIVEIRA	0,60	0,80	0,40	3,90	1,50	7,20	13/01/1985	296º	Classificado

Página 9 de 15



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000397	LARISSA DA ROSA ELEOTERO	0,60	0,80	0,40	3,90	1,50	7,20	13/07/1996	297º	Classificado
Ampla Concorrência	0000331	TAMIRES URBANO MAGENIS	0,40	0,80	0,60	3,90	1,50	7,20	05/07/1988	298º	Classificado
Ampla Concorrência	0000599	BRUNO PEREIRA ROCHA	1,20	0,80	0,40	3,30	1,50	7,20	22/11/1989	299º	Classificado
Ampla Concorrência	0000742	FRANCINI COMIN	1,00	0,60	0,80	3,30	1,50	7,20	17/06/1999	300º	Classificado
Ampla Concorrência	0000018	HELEN FREURI DANTAS	1,40	0,60	0,60	4,50	0,00	7,10	22/02/1994	301º	Classificado
Ampla Concorrência	0000846	NELCA GIORGIANA FIGUEREDO	1,20	0,80	0,60	4,50	0,00	7,10	02/06/1975	302º	Classificado
Ampla Concorrência	0000579	BELISA NAVA DA SILVA	0,60	0,60	0,20	4,20	1,50	7,10	28/03/1985	303º	Classificado
Ampla Concorrência	0000744	ANDRÉIA FALKOWSKI GUSE	1,00	0,80	0,40	3,90	1,00	7,10	21/11/1986	304º	Classificado
Ampla Concorrência	0000726	SABRINA GHISI	0,80	0,60	0,80	3,90	1,00	7,10	27/06/1988	305º	Classificado
Ampla Concorrência	0000359	ELIANA CLAUDIA DA SILVA DE SOUZA	1,00	0,80	0,20	3,60	1,50	7,10	14/03/1986	306º	Classificado
Ampla Concorrência	0000683	MICHELE MICHELS MOTTA	1,20	0,60	0,40	4,80	0,00	7,00	07/05/1987	307º	Classificado
Ampla Concorrência	0000532	LUANA ANTUNES	1,00	0,40	0,20	3,90	1,50	7,00	26/02/1998	308º	Classificado
Ampla Concorrência	0000267	ZULMA MENDER DA ROSA	0,80	0,60	0,20	3,90	1,50	7,00	13/03/1971	309º	Classificado
Ampla Concorrência	0000516	ROSANGELA SOARES LEVATI	1,20	0,60	0,60	3,60	1,00	7,00	16/01/1973	310º	Classificado
Ampla Concorrência	0000468	MEURY MEDSON DA SILVA	1,00	0,80	0,60	4,50	0,00	6,90	08/04/1996	311º	Classificado
Ampla Concorrência	0000482	TATIANE RODRIGUES OZÓRIO BONFANTE	0,80	0,80	0,80	4,50	0,00	6,90	01/10/1979	312º	Classificado
Ampla Concorrência	0000312	DÉBORA CARDOSO MADEIRA VICENTE	0,80	0,00	0,40	4,20	1,50	6,90	06/09/1988	313º	Classificado
Ampla Concorrência	0000694	ROSINEI MEURER	0,40	0,40	0,40	4,20	1,50	6,90	20/10/1970	314º	Classificado
Ampla Concorrência	0000773	ANA PAULA VICENTE	1,00	0,60	0,40	3,90	1,00	6,90	25/03/1979	315º	Classificado
Ampla Concorrência	0000125	JUCILENE DE SOUZA PLÁCIDO FRANCISCO	1,00	0,40	0,40	3,60	1,50	6,90	06/07/1985	316º	Classificado
Ampla Concorrência	0000321	ADRIELI CARVALHO DA SILVA	1,00	0,80	0,00	3,60	1,50	6,90	26/09/1988	317º	Classificado
Ampla Concorrência	0000712	JULIANA LOURENÇO COLOMBO	1,20	0,40	0,80	3,00	1,50	6,90	05/01/1987	318º	Classificado
Ampla Concorrência	0000793	ANDRÉIA BATISTA	1,00	0,80	0,60	3,00	1,50	6,90	28/11/1973	319º	Classificado
Ampla Concorrência	0000339	JUCELIA DE LOURDES SPADA MELO	1,00	0,80	0,60	3,00	1,50	6,90	07/03/1980	320º	Classificado
Ampla Concorrência	0000762	MARCIA REGINA LOPES DOS SANTOS	1,20	0,20	0,60	4,80	0,00	6,80	05/01/1999	321º	Classificado
Ampla Concorrência	0000656	MARIA EDUARDA COLOMBO	1,40	0,60	0,60	4,20	0,00	6,80	23/12/2000	322º	Classificado
Ampla Concorrência	0000006	PATRICIA VIEIRA LUIZ	1,00	0,20	0,40	4,20	1,00	6,80	02/06/1998	323º	Classificado
Ampla Concorrência	0000797	MICLEITON DOS SANTOS HILARIO	1,00	0,40	0,00	3,90	1,50	6,80	17/07/1994	324º	Classificado
Ampla Concorrência	0000045	CLEIA KIESLARK	0,60	0,60	0,20	3,90	1,50	6,80	06/05/1968	325º	Classificado
Ampla Concorrência	0000023	CLAUDIA PAMELA AGUIAR DA SILVA	0,60	0,40	0,40	3,90	1,50	6,80	12/02/1984	326º	Classificado
Ampla Concorrência	0000534	MICHELE PRUDÊNCIO VIEIRA	1,20	0,20	0,60	3,30	1,50	6,80	22/11/1985	327º	Classificado
Ampla Concorrência	0000500	CLEUNICE TRAMONTIN	1,00	0,40	0,60	3,30	1,50	6,80	14/07/1977	328º	Classificado
Ampla Concorrência	0000813	GRAZIELI TEIXEIRA MORONA FERNANDES	1,00	0,80	0,20	3,30	1,50	6,80	08/06/1984	329º	Classificado
Ampla Concorrência	0000860	ADRIANA DA SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA	0,80	0,60	0,60	3,30	1,50	6,80	20/08/1973	330º	Classificado
Ampla Concorrência	0000250	SOLANGE SILVANO OLIVEIRA AMBROSIO	0,80	0,80	0,40	3,30	1,50	6,80	01/03/1978	331º	Classificado
Ampla Concorrência	0000661	ANA PAULA NASCIMENTO	0,80	0,60	0,60	3,30	1,50	6,80	09/01/1986	332º	Classificado
Ampla Concorrência	0000587	MANUELA MARTINS MACCARI FLORIANO	0,60	0,80	0,60	3,30	1,50	6,80	04/11/1989	333º	Classificado
Ampla Concorrência	0000234	JEANINE CRISPIM LUCAS	0,60	0,60	0,80	3,30	1,50	6,80	01/06/1997	334º	Classificado
Ampla Concorrência	0000283	AMANDA DA ROSA PINHEIRO	1,20	0,60	0,40	4,50	0,00	6,70	13/12/1983	335º	Classificado
Ampla Concorrência	0000083	PATRICIA DA ROCHA INÁCIO	0,60	0,80	0,40	3,90	1,00	6,70	30/01/1980	336º	Classificado
Ampla Concorrência	0000198	SINARA BITENCOURT CANDIDO	1,00	0,80	0,40	3,00	1,50	6,70	07/03/1996	337º	Classificado
Ampla Concorrência	0000041	JOISE ALVES BARZAN	1,20	0,40	0,20	4,80	0,00	6,60	20/03/1996	338º	Classificado
Ampla Concorrência	0000736	ÉRICA SALUTE RODOLFO	0,80	1,00	0,00	4,80	0,00	6,60	21/07/1997	339º	Classificado
Ampla Concorrência	0000831	EDSON LUÍS FERREIRA DE LIMA	1,20	0,80	0,40	4,20	0,00	6,60	09/08/1981	340º	Classificado
Ampla Concorrência	0000103	ANDREZA TEIXEIRA MARIANO	0,40	0,60	0,20	3,90	1,50	6,60	05/05/1983	341º	Classificado
Ampla Concorrência	0000361	NATALIA NAGILDO SILVÉRIO	0,60	0,60	0,80	3,60	1,00	6,60	22/03/1992	342º	Classificado
Ampla Concorrência	0000024	DANIELLE ALOHA DE SOUZA	1,80	1,00	0,80	3,00	0,00	6,60	12/12/1981	343º	Classificado
Ampla Concorrência	0000476	MARTA SANTOS	0,80	0,40	0,20	5,10	0,00	6,50	23/08/1993	344º	Classificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS											
MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000614	ANA CAROLINE ELIAS	1,20	0,60	0,20	4,50	0,00	6,50	21/02/1994	345º	Classificado
Ampla Concorrência	0000594	FABIANA SISTE MONTEIRO	1,00	0,60	0,40	4,50	0,00	6,50	24/03/1980	346º	Classificado
Ampla Concorrência	0000605	LUANA ZAMPOLI	1,00	0,40	0,60	4,50	0,00	6,50	01/03/1996	347º	Classificado
Ampla Concorrência	0000754	ADRIANA DA SILVA DUARTE	1,20	0,80	0,60	3,90	0,00	6,50	02/11/1974	348º	Classificado
Ampla Concorrência	0000845	DENISE DA SILVA ALBINO	1,00	0,40	0,00	3,60	1,50	6,50	27/07/1981	349º	Classificado
Ampla Concorrência	0000035	BRUNA MACIEL DE JESUS DA ROSA	1,20	0,60	0,20	3,00	1,50	6,50	20/09/1988	350º	Classificado
Ampla Concorrência	0000825	MILENA BELMIRO CÂNDIDO	0,80	0,80	0,40	3,00	1,50	6,50	29/03/1978	351º	Classificado
Ampla Concorrência	0000763	ADRIANA SOARES COSTA	1,20	0,40	0,00	4,80	0,00	6,40	04/02/1992	352º	Classificado
Ampla Concorrência	0000663	VANESSA REGINA DOS SANTOS	0,60	0,60	0,40	4,80	0,00	6,40	07/04/1985	353º	Classificado
Ampla Concorrência	0000091	NAIARA MIRANDA UGGIONI	1,00	0,80	0,40	4,20	0,00	6,40	21/06/1985	354º	Classificado
Ampla Concorrência	0000142	RENATA MENEGÃO BECKER	1,00	0,80	0,40	4,20	0,00	6,40	06/09/1989	355º	Classificado
Ampla Concorrência	0000348	DEISE MAXIMIANO	0,80	0,80	0,60	4,20	0,00	6,40	26/10/1983	356º	Classificado
Ampla Concorrência	0000607	ELAINE LUIZ CONSTANCE	0,40	0,40	0,20	3,90	1,50	6,40	10/05/1983	357º	Classificado
Ampla Concorrência	0000673	DAIANE ACCORDI JUNKES GERALDINO	1,00	0,40	0,20	3,30	1,50	6,40	09/07/1981	358º	Classificado
Ampla Concorrência	0000134	DENIZE COLOMBO PORFIRIO DIAS	0,80	0,40	0,40	3,30	1,50	6,40	08/10/1981	359º	Classificado
Ampla Concorrência	0000044	ANA ELIZA GABRIEL MODENA	1,00	0,80	0,60	3,00	1,00	6,40	10/09/1987	360º	Classificado
Ampla Concorrência	0000294	REGIANE DE OLIVEIRA NASCIMENTO LEANDRO	0,80	0,60	0,40	4,50	0,00	6,30	24/09/1972	361º	Classificado
Ampla Concorrência	0000573	ANDREZA CORAL GOULART MORO	0,60	0,60	0,60	4,50	0,00	6,30	31/12/1983	362º	Classificado
Ampla Concorrência	0000838	JHENIFFER GOMES	1,00	0,60	0,40	3,30	1,00	6,30	04/04/1996	363º	Classificado
Ampla Concorrência	0000753	FERNANDA LENHANI PEREIRA	0,80	0,80	0,20	3,00	1,50	6,30	03/07/1983	364º	Classificado
Ampla Concorrência	0000292	FATIMA MARIA DO NASCIMENTO	0,60	0,80	0,40	3,00	1,50	6,30	25/02/1998	365º	Classificado
Ampla Concorrência	0000308	NAZARET MARIA FELTRIN	0,60	0,20	0,00	3,90	1,50	6,20	10/06/1961	366º	Classificado
Ampla Concorrência	0000490	BRUNA PEDROSO PEREIRA MEDEIROS	1,00	0,60	0,00	3,60	1,00	6,20	17/07/1999	367º	Classificado
Ampla Concorrência	0000079	MIRELA BERNARDO SEBASTIÃO	0,60	0,60	0,40	3,60	1,00	6,20	08/03/1996	368º	Classificado
Ampla Concorrência	0000805	JOANA DE SOUZA TUPAN	0,60	0,80	0,00	3,30	1,50	6,20	15/04/1968	369º	Classificado
Ampla Concorrência	0000232	ELIANA GORETI RUFINO SEBASTIÃO	0,40	0,60	0,40	3,30	1,50	6,20	06/10/1964	370º	Classificado
Ampla Concorrência	0000221	TATIANE SOUZA DOS SANTOS	1,00	0,80	0,40	3,00	1,00	6,20	28/10/1984	371º	Classificado
Ampla Concorrência	0000325	FELIPPE D OLIVEIRA	1,20	0,60	0,20	2,70	1,50	6,20	10/10/1991	372º	Classificado
Ampla Concorrência	0000689	JAQUELINE RICARDO DA ROCHA MAXIMIANO	0,80	0,60	0,20	4,50	0,00	6,10	23/08/1989	373º	Classificado
Ampla Concorrência	0000524	TATIANE ALANO	0,60	0,60	0,40	4,50	0,00	6,10	02/05/1991	374º	Classificado
Ampla Concorrência	0000356	ISADORA MARTINS CONGER	0,60	0,60	0,40	4,50	0,00	6,10	09/06/1991	375º	Classificado
Ampla Concorrência	0000465	JULIANA PESSOA PÉRICO	0,60	0,20	0,20	3,60	1,50	6,10	24/09/1983	376º	Classificado
Ampla Concorrência	0000017	FABRICIA RICARDO CARVALHO	0,80	0,60	0,40	3,30	1,00	6,10	12/04/1980	377º	Classificado
Ampla Concorrência	0000150	CAROLINA DE SOUZA LOCATELLI	0,80	0,40	0,60	3,30	1,00	6,10	25/07/1990	378º	Classificado
Ampla Concorrência	0000704	FERNANDA TEIXEIRA DA SILVA	0,80	0,60	0,40	3,30	1,00	6,10	20/02/1994	379º	Classificado
Ampla Concorrência	0000790	CAMILA MENDES COLOMBO	0,40	0,60	0,60	3,00	1,50	6,10	15/11/1991	380º	Classificado
Ampla Concorrência	0000509	NILTA REGINA PEREIRA BORGES	1,00	0,20	0,60	4,20	0,00	6,00	06/07/1975	381º	Classificado
Ampla Concorrência	0000658	SUELEN URBANO MARTIGNAGO	1,40	0,60	0,40	3,60	0,00	6,00	13/09/1988	382º	Classificado
Ampla Concorrência	0000668	DANIELA DAL PONT VIER	0,80	0,80	0,80	3,60	0,00	6,00	10/04/1977	383º	Classificado
Ampla Concorrência	0000525	FRANCIELE LEOPOLDO DE OLIVEIRA	0,60	0,40	0,40	3,60	1,00	6,00	10/12/1990	384º	Classificado
Ampla Concorrência	0000226	KELY CINTIA AGUIAR DA SILVA	0,80	0,40	0,00	3,30	1,50	6,00	13/12/1985	385º	Classificado
Ampla Concorrência	0000803	SUZANE CARVALHO DE OLIVEIRA	0,80	0,80	0,40	3,00	1,00	6,00	12/12/1996	386º	Classificado
Ampla Concorrência	0000890	GISELE BORGES CAETANO DA TRINDADE	0,60	0,40	0,40	4,50	0,00	5,90	11/07/1980	387º	Classificado
Ampla Concorrência	0000542	GISLAINE MARTINS DIAS COLOMBO	0,80	0,60	0,60	3,90	0,00	5,90	19/12/1981	388º	Classificado
Ampla Concorrência	0000679	GABRIELA DE MELO	1,20	0,80	0,60	3,30	0,00	5,90	01/04/1994	389º	Classificado
Ampla Concorrência	0000453	MARIA TEREZINHA MORETTI BALDESSAR	0,40	0,80	0,40	2,70	1,50	5,80	18/03/1963	390º	Classificado
Ampla Concorrência	0000313	LUCIA MARIA VICENTE DE MELLO	0,80	0,80	0,00	4,20	0,00	5,80	16/03/1967	391º	Classificado
Ampla Concorrência	0000609	MARA RUBIA CASTRO DE SOUZA RIBEIRO	0,40	0,60	0,00	3,30	1,50	5,80	08/06/1981	392º	Classificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS											
MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000181	NAYARA GODOY FERNANDES EGUES	0,80	0,80	0,20	3,00	1,00	5,80	29/12/1992	393º	Classificado
Ampla Concorrência	0000642	GISLAINE DE ABREU QUADRA	1,60	0,60	0,20	3,30	0,00	5,70	09/09/1988	394º	Classificado
Ampla Concorrência	0000681	EURICO DE ASSIS CARDOSO	1,20	0,80	0,40	3,30	0,00	5,70	04/05/1980	395º	Classificado
Ampla Concorrência	0000804	ADRIANA LEANDRA DOMBROWSKI	1,00	0,80	0,20	3,60	0,00	5,60	30/07/1976	396º	Classificado
Ampla Concorrência	0000089	MARISTELA MARIA MATIOLA MORETTI	1,00	0,60	0,40	3,60	0,00	5,60	15/01/1990	397º	Classificado
Ampla Concorrência	0000022	PATRICIA DE JESUS CRECENCIO	0,80	0,80	0,40	3,60	0,00	5,60	06/12/1981	398º	Classificado
Ampla Concorrência	0000821	MORGANA DE MEDEIROS CARDOSO COELHO	0,60	0,80	0,20	3,90	0,00	5,50	13/05/1985	399º	Classificado
Ampla Concorrência	0000136	JOSANIRA SILVA DOS SANTOS	0,60	0,60	0,40	3,90	0,00	5,50	28/03/1986	400º	Classificado
Ampla Concorrência	0000033	INGRIT MARLUCE SILVA DE MELO	0,60	0,60	0,40	3,90	0,00	5,50	19/11/1993	401º	Classificado
Ampla Concorrência	0000520	BIANCA MAZUHI DA SILVA	0,60	0,80	0,20	3,90	0,00	5,50	30/10/1998	402º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000545	LUCIA TAVARES DOS SANTOS	1,00	0,40	0,80	3,30	0,00	5,50	17/02/1980	403º	Classificado
Ampla Concorrência	0000219	LUCIANA RODRIGUES MELO CORRÊA	1,00	0,80	0,40	3,30	0,00	5,50	06/09/1980	404º	Classificado
Ampla Concorrência	0000176	MIRELE SILVA DE OLIVEIRA	0,60	0,60	0,00	3,30	1,00	5,50	12/06/1988	405º	Classificado
Ampla Concorrência	0000801	PATRICIA DE MIRANDA ANDRADE	1,20	0,40	0,20	3,60	0,00	5,40	03/05/1983	406º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000519	QUEZIA DA SILVA DE OLIVEIRA	0,60	0,80	0,40	3,60	0,00	5,40	28/03/1991	407º	Classificado
Ampla Concorrência	0000828	TATIANA DA SILVA LIMA	1,40	0,60	0,40	3,00	0,00	5,40	08/02/1987	408º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000307	RAQUEL DE OLIVEIRA FOSSATI	0,80	0,40	0,20	3,00	1,00	5,40	19/04/1989	409º	Classificado
Ampla Concorrência	0000616	ROSILÉIA CARBONI	1,00	0,60	0,40	2,40	1,00	5,40	19/04/1979	410º	Classificado
Ampla Concorrência	0000133	ABIGAIL MARECY CORRÊA DA SILVA	0,80	0,80	0,20	2,10	1,50	5,40	03/02/1977	411º	Classificado
Ampla Concorrência	0000707	ANGÉLICA ANTUNES COLOMBO	0,80	0,80	0,00	3,60	0,00	5,20	22/05/1982	412º	Classificado
Ampla Concorrência	0000693	TAMIRIS FERNANDES	0,80	0,40	0,60	2,40	1,00	5,20	29/07/1994	413º	Classificado
Ampla Concorrência	0000844	GISLENE PEREIRA PEDRO LEDEBRUM	0,80	0,40	0,20	3,60	0,00	5,00	21/12/1983	414º	Classificado
Ampla Concorrência	0000586	GEOVANA ELIZA DA SILVA MELLO	0,80	0,40	0,40	3,30	0,00	4,90	17/05/1999	415º	Classificado
Ampla Concorrência	0000449	LAIANA DE SOUZA FERNANDES GOULART	1,00	0,60	0,60	2,70	0,00	4,90	16/07/1982	416º	Classificado
Ampla Concorrência	0000113	FRANCIELE FERNANDES COSTA	0,60	0,60	0,20	3,30	0,00	4,70	04/10/1992	417º	Classificado
Ampla Concorrência	0000189	MARIA DE JESUS RAMOS	1,20	0,80	0,20	2,40	0,00	4,60	15/08/1961	418º	Classificado
Ampla Concorrência	0000800	JÚLIA FERNANDA SACHET	0,60	0,40	0,00	3,60	0,00	4,60	05/03/2002	419º	Classificado
Ampla Concorrência	0000826	LUANA ALVES SANTIAGO DE SOUZA	0,60	0,40	0,20	3,30	0,00	4,50	21/10/1987	420º	Classificado
Ampla Concorrência	0000004	RAISSA DA SILVA PASSOS	0,60	0,60	0,00	3,30	0,00	4,50	22/07/1997	421º	Classificado
Ampla Concorrência	0000543	EDMARA DE LIMA	1,00	0,80	0,00	2,70	0,00	4,50	03/03/1972	422º	Classificado
Ampla Concorrência	0000632	BEATRIZ ANACLETO FLORIANO	0,60	0,20	0,20	2,40	1,00	4,40	25/09/1998	423º	Classificado
Ampla Concorrência	0000513	CLEIDE PEREIRA	0,60	0,80	0,40	2,40	0,00	4,20	09/04/1980	424º	Classificado
Ampla Concorrência	0000772	ISAURA DOS SANTOS	1,00	0,20	0,20	2,70	0,00	4,10	27/10/1958	425º	Classificado
Ampla Concorrência	0000147	VALDIRENE RODRIGUES PAVAN	0,60	0,00	0,20	3,30	0,00	4,10	10/09/1970	426º	Classificado
Ampla Concorrência	0000416	MARIA ELISÂNGELA DE SOUSA DA SILVA	0,60	0,80	0,20	2,40	0,00	4,00	08/11/1972	427º	Classificado
Ampla Concorrência	0000056	SILVIA LUIZA GEREMIAS EINECKE	0,80	0,60	0,00	2,40	0,00	3,80	21/03/1965	428º	Classificado
Ampla Concorrência	0000646	SIMONE DE SOUZA JACQUES DOS SANTOS	0,40	0,40	0,20	1,80	-	2,80	07/06/1977	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000268	GLADYS LAÍS CESA ROVARIS	-	-	-	-	-	-	17/04/1964	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000536	ANDREA LUZIA MAFIOLETTI VIEIRA	-	-	-	-	-	-	13/12/1970	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000552	GLACI PEREIRA CAMPOS	-	-	-	-	-	-	19/12/1972	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000875	ADRIANE TRENTO	-	-	-	-	-	-	28/01/1973	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000869	MARCIANA DALMOLIM BIALESCKI SCARPATTO	-	-	-	-	-	-	06/04/1973	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000104	LEDA VIANA COSTA RIBEIRO	-	-	-	-	-	-	05/12/1978	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000851	PATRICIA RAMOS DA SILVA	-	-	-	-	-	-	05/02/1980	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000669	ROSANGELA SANTANNA ALLEIN	-	-	-	-	-	-	21/01/1981	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000871	CAMILA MACHADO LOPES	-	-	-	-	-	-	31/12/1981	-	Desclassificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000478	LIZIANE DE SOUZA ELEUTÉRIO PAGANI	-	-	-	-	-	-	18/01/1982	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000276	FRANCIELE DE ARRUDA MUNIZ	-	-	-	-	-	-	11/05/1983	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000557	ANDREZA VALERIANO VENSON NICOLAU	-	-	-	-	-	-	21/11/1983	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000718	VIVIANE HESPANHOL DA SILVA UGIONI	-	-	-	-	-	-	18/06/1984	-	Desclassificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000619	SARAE DE JESUS ANTUNES	-	-	-	-	-	-	23/05/1985	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000654	FABIANA ELEUTÉRIO ZELINDRO	-	-	-	-	-	-	04/08/1985	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000009	SUZANA APARECIDA DE SOUZA MEDEIROS	-	-	-	-	-	-	14/04/1986	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000388	ROSE KUBOSKI MIYAMOTO	-	-	-	-	-	-	17/04/1986	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000094	ELVIS CAMPAGNOLLO	-	-	-	-	-	-	11/05/1986	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000578	CARINE PACHECO ALVES	-	-	-	-	-	-	14/05/1986	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000705	AMANDA MARCELO LEDEBRUM	-	-	-	-	-	-	14/08/1986	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000771	RENATA DE LIMA CAMPOS	-	-	-	-	-	-	21/02/1988	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000355	ANDRINEA DE SOUZA MANOEL	-	-	-	-	-	-	26/02/1988	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000782	KARINA DA SILVA MOTTA PRUDÊNCIO	-	-	-	-	-	-	10/06/1989	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000145	RAFFAELA INÁCIO	-	-	-	-	-	-	18/01/1991	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000064	TAMIRES GONÇALVES VENSON	-	-	-	-	-	-	07/07/1991	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000053	THAYANE COELHO INÁCIO ARNOLD	-	-	-	-	-	-	14/07/1991	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000217	MIRIÃ BITENCOURT DA SILVA	-	-	-	-	-	-	07/12/1993	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000808	SARA FRANCELINO ALEXANDRE PINHEIRO	-	-	-	-	-	-	07/07/1995	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000306	GABRIELE SANTOS DA ROSA	-	-	-	-	-	-	13/06/1997	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000427	KARINE DA SILVA DE SOUZA	-	-	-	-	-	-	21/07/1997	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000549	DIANA DA SILVA MARQUES	-	-	-	-	-	-	18/05/1998	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000633	THAÍS NUNES FARIAS	-	-	-	-	-	-	15/09/1998	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000413	GREYCE KELLY DE SOUZA	-	-	-	-	-	-	02/11/1998	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000405	JULIA DA SILVA JUSTINO	-	-	-	-	-	-	23/07/1999	-	Desclassificado

PROFESSOR DE ARTE - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000395	RODRIGO CARDOSO	1,40	1,00	0,80	4,80	1,50	9,50	20/02/1979	1º	Classificado
Ampla Concorrência	0000088	FRANCIS LENY DA SILVA CACHOEIRA	1,60	0,80	0,60	3,90	1,50	8,40	12/08/1978	2º	Classificado
Ampla Concorrência	0000383	RENATA RIBEIRO COSTA MACHADO	1,20	0,80	0,00	4,50	1,50	8,00	24/01/1983	3º	Classificado
Ampla Concorrência	0000247	PAULA PERICO ELIAS	1,40	0,60	0,60	3,90	1,50	8,00	19/12/1993	4º	Classificado
Ampla Concorrência	0000350	EVELYN PEREIRA GOMES DE SÁ	1,20	0,80	0,60	3,90	1,50	8,00	28/01/1986	5º	Classificado
Ampla Concorrência	0000160	MARIANE DE SOUZA ANCELMO DOS SANTOS	0,80	0,80	0,60	4,20	1,50	7,90	18/06/1993	6º	Classificado
Ampla Concorrência	0000445	INES APARECIDA DOS REIS FONSECA	1,20	0,40	0,60	3,90	1,50	7,60	01/02/1985	7º	Classificado
Ampla Concorrência	0000316	CRISTINA DA ROZA FRANCISCO	1,20	0,80	0,40	3,60	1,50	7,50	15/07/1988	8º	Classificado
Ampla Concorrência	0000168	ELOISE SALVARO LOCATELLI	1,00	1,00	0,40	3,60	1,50	7,50	09/07/1997	9º	Classificado
Ampla Concorrência	0000108	BRUNA RODRIGUES PAIVA POLMANN	1,00	1,00	0,80	3,00	1,50	7,30	21/11/1993	10º	Classificado
Ampla Concorrência	0000278	KELEN PERES CIZENSKI DEMÉTRIO	1,40	0,60	0,40	3,30	1,50	7,20	18/06/1982	11º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000282	JAMILE SPERLING DA SILVA	1,00	1,00	0,40	3,30	1,50	7,20	02/11/1980	12º	Classificado
Ampla Concorrência	0000164	THAÍS KLIMA MACHADO	1,40	0,60	0,60	3,00	1,50	7,10	04/10/1997	13º	Classificado
Ampla Concorrência	0000274	DAIANE CARDOSO PAES	1,20	0,60	0,60	3,60	1,00	7,00	28/11/1992	14º	Classificado
Ampla Concorrência	0000507	ALESSANDRA RAMIRO	1,40	0,60	0,40	3,00	1,50	6,90	20/04/1974	15º	Classificado
Ampla Concorrência	0000047	ESTER DA SILVA IGNÁCIO	1,20	0,60	0,60	3,00	1,50	6,90	08/06/2000	16º	Classificado
Ampla Concorrência	0000344	MARIANA KJILLIN	1,00	0,60	0,40	3,60	1,00	6,60	30/10/1998	17º	Classificado
Ampla Concorrência	0000048	MAINARA ROSSO	0,80	0,80	0,20	3,30	1,50	6,60	13/08/1992	18º	Classificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR DE ARTE - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000122	CRISTIANO DA ROZA FRANCISCO	1,40	0,60	0,40	3,90	0,00	6,30	17/01/1980	19º	Classificado
Ampla Concorrência	0000473	PRISCILA ANDRÉIA SILVERIO	1,00	0,60	0,20	3,00	1,50	6,30	28/11/1979	20º	Classificado
Ampla Concorrência	0000878	JESSÉ REZENDE FERREIRA	1,00	0,60	0,40	2,70	1,50	6,20	20/09/1977	21º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000200	CÍNTIA DA ROSA LIMA	0,80	0,80	0,20	2,70	1,50	6,00	26/02/1978	22º	Classificado
Ampla Concorrência	0000502	CLEUZA TRAMONTIN FLOR	1,20	0,20	0,80	2,10	1,50	5,80	18/08/1973	23º	Classificado
Ampla Concorrência	0000651	SIMARA MORO	1,20	0,60	0,00	2,10	1,50	5,40	13/01/1984	24º	Classificado
Ampla Concorrência	0000819	LAURA MAY CORREA	1,00	0,80	0,60	2,70	0,00	5,10	04/05/1995	25º	Classificado
Ampla Concorrência	0000512	ANDREZA CHIRLEI MACHADO	0,60	0,40	0,40	2,70	1,00	5,10	14/01/1979	26º	Classificado
Ampla Concorrência	0000025	RENATO MEDEIROS	0,40	0,80	0,20	2,10	1,50	5,00	08/10/1974	27º	Classificado
Ampla Concorrência	0000067	DAIANE T. DUMINELLI SCARPARI	1,40	0,80	0,00	2,70	0,00	4,90	01/01/1983	28º	Classificado
Ampla Concorrência	0000141	JENIFFER LEONOR DE BITHENCOURT	1,00	0,60	0,20	3,00	0,00	4,80	07/04/1985	29º	Classificado
Ampla Concorrência	0000038	BIANCA AGUIAR DA SILVA	0,80	0,80	0,80	2,10	0,00	4,50	14/07/1995	30º	Classificado
Ampla Concorrência	0000562	FILIPE CORDOVA PEREIRA	0,60	0,80	0,60	2,40	0,00	4,40	21/03/1986	31º	Classificado
Ampla Concorrência	0000526	PEDRA DA SILVA PEREIRA	0,80	0,80	0,20	2,10	0,00	3,90	27/10/1968	32º	Classificado
Ampla Concorrência	0000870	RAINE EMANUELLA RINALDI RIBEIRO	0,80	0,80	0,20	2,10	0,00	3,90	01/12/1989	33º	Classificado
Ampla Concorrência	0000848	ROSILDA DA SILVA ANTUNES	-	-	-	-	-	-	13/09/1973	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000743	PATRICIA FAUSTINA BORGES	-	-	-	-	-	-	06/02/1989	-	Desclassificado

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000551	IVAN DONADEL	1,60	0,80	0,80	3,90	1,50	8,60	04/09/1989	1º	Classificado
Ampla Concorrência	0000475	FLAVIA NIERO DE ROCHE	1,20	1,00	0,60	3,90	1,50	8,20	15/02/1990	2º	Classificado
Ampla Concorrência	0000055	FRANCINE LUNARDI CALEGARI	1,40	0,80	0,80	3,60	1,50	8,10	03/12/1999	3º	Classificado
Ampla Concorrência	0000260	SAMUEL JUNIOR AGASSI	1,20	0,60	0,80	3,90	1,50	8,00	11/02/1998	4º	Classificado
Ampla Concorrência	0000058	JULIANO BOETTGE PERES	1,00	0,60	0,60	4,20	1,50	7,90	28/06/1989	5º	Classificado
Ampla Concorrência	0000703	EVANDRO SPERFFELD	1,20	0,60	0,80	3,90	1,00	7,50	23/03/1990	6º	Classificado
Ampla Concorrência	0000827	GABRIEL DA SILVEIRA ANGELO	0,80	0,60	0,80	3,60	1,50	7,30	27/04/1996	7º	Classificado
Ampla Concorrência	0000082	MICHELE QUARTI	1,20	0,60	0,60	3,00	1,50	6,90	07/06/1986	8º	Classificado
Ampla Concorrência	0000464	EDUARDO SPILERE MILANEZ	1,20	0,40	0,60	4,20	0,00	6,40	26/07/1983	9º	Classificado
Ampla Concorrência	0000069	YARA INIS PACHECO	0,80	0,40	0,60	3,60	1,00	6,40	10/09/1990	10º	Classificado
Ampla Concorrência	0000634	FABRICIO DELFINO SARTOR	0,80	1,00	0,40	2,70	1,50	6,40	27/02/1979	11º	Classificado
Ampla Concorrência	0000137	JURANDIR VIRTUOSO	0,80	0,80	0,80	2,10	1,50	6,00	05/09/1963	12º	Classificado
Ampla Concorrência	0000621	ANDREIA MARTINS LUIZ	1,00	0,60	0,20	2,70	1,50	6,00	20/06/1981	13º	Classificado
Ampla Concorrência	0000224	RAQUEL ZENIRMA MARTINS	1,40	1,00	0,40	2,10	1,00	5,90	07/02/1983	14º	Classificado
Ampla Concorrência	0000117	GUILHERME TEIXEIRA DE SOUZA	1,40	0,80	0,20	3,00	0,00	5,40	21/04/1984	15º	Classificado
Ampla Concorrência	0000514	ALEXANDRE JANUARIO	0,60	0,60	0,20	3,30	0,00	4,70	20/01/2000	16º	Classificado
Ampla Concorrência	0000235	LAVINA VIEIRA SANTANA	0,80	0,80	0,80	2,10	0,00	4,50	15/02/1999	17º	Classificado
Ampla Concorrência	0000209	SAMURAI DA SILVA HIPOLITO	-	-	-	-	-	-	17/01/1987	-	Desclassificado

PROFESSOR DE HISTÓRIA - SIDERÓPOLIS

MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000734	LUCAS SILVEIRA CASAGRANDE	1,20	1,00	1,00	5,40	1,50	10,10	27/06/1980	1º	Classificado
Ampla Concorrência	0000555	LUCAS SANTIAGO COSTA	1,20	0,80	0,60	5,40	2,00	10,00	30/07/1991	2º	Classificado
Ampla Concorrência	0000766	WERNER KLUK STADLER	1,40	1,00	0,60	5,70	1,00	9,70	01/06/1986	3º	Classificado
Ampla Concorrência	0000263	ELAINE RODRIGUES	1,20	1,00	0,40	5,40	1,50	9,50	11/05/1976	4º	Classificado
Ampla Concorrência	0000241	GILVANI MAZZUCCO JUNG	0,80	1,00	0,60	5,10	2,00	9,50	03/02/1987	5º	Classificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR DE HISTÓRIA - SIDERÓPOLIS											
MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000751	GLAUCO ROBERTO SALVAN	1,00	0,60	0,40	5,40	2,00	9,40	13/12/1986	6º	Classificado
PcD - Pessoa com Deficiência	0000087	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS	1,60	0,60	0,60	4,80	1,50	9,10	21/12/1962	7º	Classificado
Ampla Concorrência	0000008	ALOISIO GOMES	1,20	0,80	0,40	5,10	1,50	9,00	07/04/1986	8º	Classificado
Ampla Concorrência	0000833	HANNAH BEATRIZ SILVANO NUNES	1,20	0,80	0,40	5,10	1,50	9,00	26/11/1996	9º	Classificado
Ampla Concorrência	0000834	JOÃO PAULO DA SILVA LIMA	1,40	1,00	0,60	4,50	1,50	9,00	14/02/1997	10º	Classificado
Ampla Concorrência	0000786	SCHÉLBI FERNANDA DA ROSA CORREA	1,40	1,00	0,60	4,20	1,50	8,70	15/04/1982	11º	Classificado
Ampla Concorrência	0000581	JORGE LUIZ LOURENÇO DE LIMA	0,80	1,00	0,80	4,50	1,50	8,60	04/03/1981	12º	Classificado
Ampla Concorrência	0000522	MACSUEL DE BONA	1,20	1,00	0,60	4,20	1,50	8,50	23/07/1982	13º	Classificado
Ampla Concorrência	0000789	BIANCA QUARTI	0,80	0,80	0,40	4,80	1,50	8,30	05/02/1993	14º	Classificado
Ampla Concorrência	0000687	MARINA PAIANO SPINDOLA	1,40	0,60	0,60	4,20	1,50	8,30	06/12/1997	15º	Classificado
Ampla Concorrência	0000170	JULIANE BARTOCIAKI PACHECO MEDEIROS	0,60	0,80	0,20	5,10	1,50	8,20	29/10/1990	16º	Classificado
Ampla Concorrência	0000874	ADAIANE BRAGA EUGENIO MEZARI	1,20	0,80	0,40	4,20	1,50	8,10	25/05/1989	17º	Classificado
Ampla Concorrência	0000036	EDSON ZILLI	1,00	0,80	0,40	3,90	2,00	8,10	02/09/1983	18º	Classificado
Ampla Concorrência	0000138	PATRICK DUTRA	1,20	1,00	0,60	5,10	0,00	7,90	24/03/1999	19º	Classificado
Ampla Concorrência	0000218	HUGO DA SILVA ALBONICO	1,60	0,80	0,40	4,80	0,00	7,60	11/11/2000	20º	Classificado
Ampla Concorrência	0000759	SUELEN CRISTINA SEBASTIANA DOS SANTOS DA SILVA	0,80	0,60	0,20	4,20	1,50	7,30	29/06/1988	21º	Classificado
Ampla Concorrência	0000540	BRUNA PICOLLI MARCOS	1,00	0,80	0,40	3,90	1,00	7,10	25/12/1996	22º	Classificado
Ampla Concorrência	0000012	GUSTAVO ALVES TEIXEIRA	0,80	0,80	0,60	3,60	1,00	6,80	06/01/1997	23º	Classificado
Ampla Concorrência	0000330	ADRIANA ROSSI ILADI	1,00	0,80	0,20	2,70	1,50	6,20	05/07/1986	24º	Classificado
Ampla Concorrência	0000078	MARIA EDUARDA ESPÍNDOLA MIGUEL	1,20	0,80	0,40	1,50	1,00	4,90	14/11/1999	25º	Classificado
Ampla Concorrência	0000258	MARIA APARECIDA LIMA DE FREITAS	-	-	-	-	-	-	30/03/1982	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000822	CINTIA GONÇALVES MARTINS	-	-	-	-	-	-	28/02/1990	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000187	JENNYFFER MARTINS DO AMARAL	-	-	-	-	-	-	19/03/1997	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000120	GABRIEL CESAR COSTA	-	-	-	-	-	-	22/04/1997	-	Desclassificado

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - SIDERÓPOLIS											
MODALIDADE	INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
Ampla Concorrência	0000666	ARIANNA PALADINI DA SILVA	1,80	0,80	0,40	4,50	1,50	9,00	12/03/1982	1º	Classificado
Ampla Concorrência	0000745	TALES MEISTER	1,00	1,00	0,40	4,50	1,50	8,40	06/06/1981	2º	Classificado
Ampla Concorrência	0000225	ANGELICA DA CUNHA LOCATELLI	1,40	0,80	0,80	4,80	0,00	7,80	16/03/1990	3º	Classificado
Ampla Concorrência	0000062	CINTIA SALVARO GODINHO	1,20	0,80	0,40	3,90	1,50	7,80	07/04/1995	4º	Classificado
Ampla Concorrência	0000817	MARA LÚCIA DOS SANTOS PIROLA	1,60	0,80	0,20	3,30	1,50	7,40	11/06/1969	5º	Classificado
Ampla Concorrência	0000487	GISELE FOGAÇA LAURENTINO	1,40	0,40	0,40	3,00	1,50	6,70	30/06/1985	6º	Classificado
Ampla Concorrência	0000191	MARIANI COMIM PETERLE	1,00	0,40	0,40	3,30	1,50	6,60	27/11/1990	7º	Classificado
Ampla Concorrência	0000880	ROSILEIA INOCENTI BRESCIANI	1,40	0,60	0,40	2,40	1,50	6,30	01/08/1983	8º	Classificado
Ampla Concorrência	0000840	VIVIANI CORREA DE SOUZA	1,80	0,80	0,20	3,30	0,00	6,10	17/06/1974	9º	Classificado
Ampla Concorrência	0000795	GEISIELE MENDES CAMPOS	1,40	0,80	0,60	3,30	0,00	6,10	22/08/1993	10º	Classificado
Ampla Concorrência	0000725	MILENA PIRES DE MORAIS MARTINS	1,40	0,60	0,80	1,50	1,50	5,80	12/05/1993	11º	Classificado
Ampla Concorrência	0000606	LAURA ABEL LIMA	1,20	0,80	0,60	2,40	0,00	5,00	13/01/1992	12º	Classificado
Ampla Concorrência	0000005	SUELLEN SCREMIM PEDROSO	1,00	0,80	0,60	1,50	0,00	3,90	25/03/1986	13º	Classificado
Ampla Concorrência	0000015	FELIPE GOMES BIELLA	-	-	-	-	-	-	03/09/1991	-	Desclassificado
Ampla Concorrência	0000399	MARINA COELHO ARNT	-	-	-	-	-	-	24/11/1997	-	Desclassificado

ANEXO II - DECRETO N.º 106, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5486182



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

CONCURSO PÚBLICO - 01/2023
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL (PcD)

AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE - SIDERÓPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	EC	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
0000521	GILSANE DAS GRACAS COSTA CARVALHO	-	-	-	-	16/11/1982	-	Desclassificado

PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS) - SIDERÓPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
0000608	JULIANA POSSATO	1,00	1,00	0,60	5,10	1,50	9,20	24/05/1994	1º	Classificado
0000135	TATIANE CAMILO GONÇALVES	1,20	0,60	0,40	5,40	1,50	9,10	20/03/1981	2º	Classificado
0000098	MIRIAN FLORENCIO DE ARRUDA	1,00	0,80	0,40	5,10	1,50	8,80	05/05/1988	3º	Classificado
0000437	CRISTIANI CLEMENTE NUNES	1,20	0,80	0,60	5,10	1,00	8,70	26/04/1987	4º	Classificado
0000629	GRAZIELA ACORDI CORREA	1,00	0,80	0,40	4,80	1,50	8,50	14/06/1987	5º	Classificado
0000615	REGIANE MARTINS DA SILVA MARCELO	0,80	0,40	0,80	4,80	1,50	8,30	19/11/1977	6º	Classificado
0000072	PAULA SOARES SALVATO	1,00	0,60	0,60	4,50	1,50	8,20	23/08/1991	7º	Classificado
0000092	SUELEN MARQUES AMBONI	1,00	0,80	0,40	4,50	1,50	8,20	03/11/1992	8º	Classificado
0000631	VIVIANE DORDETE MARTINS FELISBERTO	1,00	0,40	0,40	4,80	1,50	8,10	12/06/1986	9º	Classificado
0000571	MARÍLIA ACORDI CORREA POSSAMAI	1,20	0,60	0,60	4,20	1,50	8,10	04/09/1982	10º	Classificado
0000430	RAQUEL ORLANDO CONSTANTINO	1,00	0,40	0,40	4,50	1,50	7,80	10/06/1977	11º	Classificado
0000270	PATRICIA VOTRI GUEDIN	1,40	0,80	0,40	3,60	1,50	7,70	09/12/1985	12º	Classificado
0000301	ELISETTE DA SILVA MACHADO	1,00	0,60	0,20	3,90	1,50	7,20	15/01/1977	13º	Classificado
0000545	LUCIA TAVARES DOS SANTOS	1,00	0,40	0,80	3,30	0,00	5,50	17/02/1980	14º	Classificado
0000519	QUEZIA DA SILVA DE OLIVEIRA	0,60	0,80	0,40	3,60	0,00	5,40	28/03/1991	15º	Classificado
0000307	RAQUEL DE OLIVEIRA FOSSATI	0,80	0,40	0,20	3,00	1,00	5,40	19/04/1989	16º	Classificado
0000619	SARAE DE JESUS ANTUNES	-	-	-	-	-	-	23/05/1985	-	Desclassificado

PROFESSOR DE ARTE - SIDERÓPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
0000282	JAMILE SPERLING DA SILVA	1,00	1,00	0,40	3,30	1,50	7,20	02/11/1980	1º	Classificado
0000200	CÍNTIA DA ROSA LIMA	0,80	0,80	0,20	2,70	1,50	6,00	26/02/1978	2º	Classificado

PROFESSOR DE HISTÓRIA - SIDERÓPOLIS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	AT	INF	EC	PT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
0000087	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS	1,60	0,60	0,60	4,80	1,50	9,10	21/12/1962	1º	Classificado

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2023**

Publicação Nº 5483789

EXTRATO
CÂMARA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2023

OBJETO: Aquisição de móveis com a seguinte descrição abaixo:

Aquisição de 6(seis) mesas em L (1,2 x1,2 m) por 60 cm de profundidade com 6(seis) gaveteiros suspensos com duas gavetas, sendo uma delas com chave e mais 4(quatro) Divisórias para mesa em L.

São móveis necessários para melhor funcionamento da parte administrativa deste poder legislativo

VENCEDOR: Carvomaq Cadeiras e Móveis Ltda
CNPJ nº 50.529.428/0001-43

VALOR PREVISTO: R\$ 9.425,00 (Nove Mil e quatrocentos e vinte e cinco reais)

Embasamento: Lei 8.666/1993, art. 24, II.

Siderópolis, 15 de Dezembro de 2023.

Mateus José Donadel
Presidente da Câmara Municipal de Siderópolis

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2023

Publicação Nº 5483791

EXTRATO
CÂMARA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2023

OBJETO:
Reinstalação de CFTV e Alarme com aquisição de 2(duas) Câmeras novas incluindo fiação para alarme conectores e todo o serviço de instalação dos equipamentos.

A necessidade se dá para que não haja furto ou dano ao patrimônio público.

VENCEDOR: F.M Automação Ltda
CNPJ nº 01.750.069/0001-03

VALOR PREVISTO: R\$ R\$ 2.750,00 (Dois mil e Setecentos e Cinquenta reais)

Embasamento: Lei 8.666/1993, art. 24, II.

Siderópolis, 15 de Dezembro de 2023.

Mateus José Donadel
Presidente da Câmara Municipal de Siderópolis

Taió

PREFEITURA

CONTRATO Nº 017/2023

Publicação Nº 5483667

CONTRATO No RH/017/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e ELIANE DE OLIVEIRA ANDRADE.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMERSON GRUNFELDT, doravante denominado EMPREGADOR, e ELIANE DE OLIVEIRA ANDRADE, portador(a) do CPF no 336.***.***-53, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do atendimento ao Programa de Acolhimento de Crianças da Educação Infantil de Taió – PRACEIT, de acordo com o Decreto n.º 8.485/2023 e Resolução n.º 02/2023 do Conselho Municipal de Educação, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até o dia 08 de fevereiro de 2024, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 3.361,13 (três mil trezentos e sessenta e um reais e treze centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

ELIANE DE OLIVEIRA ANDRADE

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 018/2024

Publicação Nº 5484477

CONTRATO No RH/018/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ SIMONI DAUFENBACH KLEHM.



O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMERSON GRUNFELDT, doravante denominado EMPREGADOR, e SIMONI DAUFENBACH KLEHM, portador(a) do CPF no 065.***.***-05, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do atendimento ao Programa de Acolhimento de Crianças da Educação Infantil de Taió – PRACEIT, de acordo com o Decreto n.º 8.485/2023 e Resolução n.º 02/2023 do Conselho Municipal de Educação, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até o dia 08 de fevereiro de 2024, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 3.361,13 (três mil trezentos e sessenta e um reais e treze centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

SIMONI DAUFENBACH KLEHM

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 019/2024

Publicação Nº 5483753

CONTRATO No RH/019/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e SAMIRA CAROLINE BERGE RODRIGUES MAY.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMERSON GRUNFELDT, doravante denominado EMPREGADOR, e SAMIRA CAROLINE BERGE RODRIGUES MAY, portador(a) do CPF no 122.***.***-97, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do atendimento ao Programa de Acolhimento de Crianças da Educação Infantil de Taió – PRACEIT, de acordo com o Decreto n.º 8.485/2023 e Resolução n.º 02/2023 do Conselho Municipal de Educação, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até o dia 08 de fevereiro de 2024, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade

do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 3.361,13 (três mil trezentos e sessenta e um reais e treze centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

SAMIRA CAROLINE BORGE RODRIGUES MAY

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 020/2024

Publicação Nº 5483839

CONTRATO No RH/020/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e SANDRA RAQUEL SOARES DA SILVA.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMERSON GRUNFELDT, doravante denominado EMPREGADOR, e SANDRA RAQUEL SOARES DA SILVA, portador(a) do CPF no 019.***.***-12, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do atendimento ao Programa de Acolhimento de Crianças da Educação Infantil de Taió – PRACEIT, de acordo com o Decreto n.º 8.485/2023 e Resolução n.º 02/2023 do Conselho Municipal de Educação, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até o dia 08 de fevereiro de 2024, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 3.361,13 (três mil trezentos e sessenta e um reais e treze centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por

ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

SANDRA RAQUEL SOARES DA SILVA

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 021/2024

Publicação Nº 5483922

CONTRATO No RH/021/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e ELISABETH WOLKMANN.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMERSON GRUNFELDT, doravante denominado EMPREGADOR, e ELISABETH WOLKMANN, portador(a) do CPF no 052.***.***-85, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do atendimento ao Programa de Acolhimento de Crianças da Educação Infantil de Taió – PRACEIT, de acordo com o Decreto n.º 8.485/2023 e Resolução n.º 02/2023 do Conselho Municipal de Educação, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até o dia 08 de fevereiro de 2024, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 3.361,13 (três mil trezentos e sessenta e um reais e treze centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

ELISABETH WOLKMANN

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 022/2024

Publicação Nº 5484262

CONTRATO No RH/022/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e PATRICIA MURARA.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMERSON GRUNFELDT, doravante denominado EMPREGADOR, e PATRICIA MURARA, portador(a) do CPF no 083.***.***-99, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do atendimento ao Programa de Acolhimento de Crianças da Educação Infantil de Taió – PRACEIT, de acordo com o Decreto n.º 8.485/2023 e Resolução n.º 02/2023 do Conselho Municipal de Educação, mediante as condições a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até o dia 08 de fevereiro de 2024, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 3.361,13 (três mil trezentos e sessenta e um reais e treze centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

PATRICIA MURARA

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 023/2024

Publicação Nº 5484465

CONTRATO No RH/023/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e SILVIA ERKMANN FEUSER.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMERSON GRUNFELDT, doravante denominado EMPREGADOR, e SILVIA ERKMANN FEUSER, portador(a) do CPF no 106.***.***-71, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do atendimento ao Programa de Acolhimento de Crianças da Educação Infantil de Taió – PRACEIT, de acordo com o Decreto n.º 8.485/2023 e Resolução n.º 02/2023 do Conselho Municipal de Educação, mediante as

condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até o dia 08 de fevereiro de 2024, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 3.361,13 (três mil trezentos e sessenta e um reais e treze centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

SILVIA ERKMANN FEUSER

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 024/2024

Publicação Nº 5484470

CONTRATO No RH/024/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e DOLORES VIVIANI KREUSCH.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMERSON GRUNFELDT, doravante denominado EMPREGADOR, e DOLORES VIVIANI KREUSCH, portador(a) do CPF no 475.***.***-10, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do atendimento ao Programa de Acolhimento de Crianças da Educação Infantil de Taió – PRACEIT, de acordo com o Decreto n.º 8.485/2023 e Resolução n.º 02/2023 do Conselho Municipal de Educação, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até o dia 08 de fevereiro de 2024, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 3.361,13 (três mil trezentos e sessenta e um reais e treze centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

DOLORES VIVIANI KREUSCH

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 025/2024

Publicação Nº 5484731

CONTRATO No RH/025/2024

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e GRACIELA APARECIDA BARBOSA RAITZ.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMERSON GRUNFELDT, doravante denominado EMPREGADOR, e GRACIELA APARECIDA BARBOSA RAITZ, portador(a) do CPF no 040.***.***-01, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2023, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do atendimento ao Programa de Acolhimento de Crianças da Educação Infantil de Taió – PRACEIT, de acordo com o Decreto n.º 8.485/2023 e Resolução n.º 02/2023 do Conselho Municipal de Educação, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até o dia 08 de fevereiro de 2024, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 3.361,13 (três mil trezentos e sessenta e um reais e treze centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.388, de 13 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

GRACIELA APARECIDA BARBOSA RAITZ

TESTEMUNHAS:

PORTARIA 17.687/2024

Publicação Nº 5483873

PORTARIA No 17.687, de 04/01/2024

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 70/2024.

RESOLVE:

conceder férias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, à servidora pública municipal KATIA ERKMANN WOELFER, ocupante do cargo de Secretário de Educação, Cultura e Esportes, para então serem usufruídas no período de 02 a 17/01/2024.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

Prefeito em exercício

PORTARIA 17.688/2024

Publicação Nº 5483944

PORTARIA No 17.688, de 04/01/2024

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA O FIM QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70 combinado com o Art. 84, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990 e fulcro no Art. 15, da Lei Complementar no 285, de 31 de janeiro de 2023.

CONSIDERANDO o Ofício nº SECE/476/2023, protocolado sob n.º 17838/2023.

RESOLVE:

designar a servidora pública municipal ANA PAULA QUISINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2, ocupante da função de confiança de Coordenador do Serviço de Dança, como responsável pelas respectivas assinaturas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02 a 17 de janeiro de 2024.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

Prefeito em exercício

PORTARIA 17.689/2024

Publicação Nº 5484167

PORTARIA No 17.689, de 04/01/2024

CONCEDE CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob no 49/2024.

RESOLVE:

conceder o cancelamento da gratificação por realização de trabalho especial concedida através da Portaria n.º 17.492/2023, ao servidor público municipal AMARILDO POMERENING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamento, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT
Prefeito em exercício

PORTARIA 17.690/2024

Publicação Nº 5484485

PORTARIA No 17.690, de 04/01/2024
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR GESTÃO 2024-2028

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990, com fundamento na Lei 4.350, de 29 de março de 2023.

CONSIDERANDO o Edital nº 02/2023/CMDCA;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 009/2023/CMDCA;

CONSIDERANDO o Ofício n.º 002/2024/GAB, protocolado sob n.º 64/2024.

RESOLVE:

nomear, SCHIRLES LORELEY DA SILVEIRA, ALINE SOUZA DE DEUS, RICARDO ANDERSON SEARA DORIA, RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR e SILMARA BERLANDA, para exercer a função de Conselheiro Tutelar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento de R\$ 2.250,53.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT
Prefeito em exercício

PORTARIA 17.691/2024

Publicação Nº 5484523

PORTARIA No 17.691, de 04/01/2024

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no Art. 111, da Lei Complementar n.º 252/2021.

CONSIDERANDO o Ofício n.º 002/2024, protocolado sob n.º 82/2024.

RESOLVE:

a partir de 08 de janeiro de 2024, interromper as férias estabelecidas na Portaria no 17.497/2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023, do servidor público municipal RUDNEI KIRST DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Serviços Rurais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT
Prefeito em exercício

PORTARIA 17.692/2024

Publicação N° 5484707

PORTARIA No 17.692, de 04/01/2024

CONCEDE ALTERAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 27/2024.

RESOLVE:

conceder alteração de férias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, estabelecidas na Portaria n.º 17.281/2023, a servidora pública municipal CINTHIA CRISTINA EBLE KESKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Saúde Pública, para então serem usufruídas no período de 13/02/2024 a 13/03/2024.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

Prefeito em exercício

PORTARIA 17.693/2024

Publicação N° 5484773

PORTARIA No 17.693, de 04/01/2024

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no Art. 141, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o atestado médico e a certidão de nascimento protocolado sob n.º 88/2024.

RESOLVE:

conceder à servidora pública municipal EMANUELLE REGINA ARIAS GLATZ, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Dentista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Saúde Pública, 120 (cento e vinte) dias de Licença à Gestante, no período de 26/12/2023 a 23/04/2024.

P.R.I.

Taió, 04 de janeiro de 2024.

EMERSON GRUNFELDT

Prefeito em exercício

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº 040, DE 02 DE JANEIRO DE 2024. CONCEDE FÉRIAS AO SEGUINTE SERVIDOR, LOTADO NA SECRETARIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5484217

PORTARIA Nº 040, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS AO SEGUINTE SERVIDOR, LOTADO NA SECRETARIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, a servidora VANIA CERON, ocupante do cargo de AUXILIAR DE LABORATÓRIO, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02/01/2024 até 31/01/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 02 DE JANEIRO DE 2024.

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL E.E.

PORTARIA Nº 041, DE 04 DE JANEIRO DE 2024. EXONERA DO CARGO PÚBLICO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5484554

PORTARIA Nº 041, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

EXONERA DO CARGO público A SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Com amparo, no disposto do inciso III, do Art. 40, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, a Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, juntamente ao Número de Benefício ***.181.***-*, concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do Serviço Público, a Servidora NELI MARIA HOLLEWEGER CHAVES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE – NÍVEL 11 – CLASSE E, a partir de 04 de janeiro de 2024.

Art. 2º Em decorrência do disposto no Art. 1º, fica declarada a Vacância do Cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 04 DE JANEIRO DE 2024.

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 139/2023

Publicação Nº 5484221



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ
C.N.P.J.: 82.827.999/0001-01
Município: TANGARÁ

DECRETO Nº 139/2023, de 29 de Dezembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de TANGARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 2635/2022, de 18 de Outubro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 148.416,72, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001.12.361.8.2016-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 565,44
Recurso: 2.569.0000.3427 - Outras - transferencias- FNDE	R\$ 565,44
05.000 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001.12.361.8.2016-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 51.415,33
Recurso: 1.540.1070.0418 - Transferências do FUNDEB - 60%	R\$ 51.415,33
05.000 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001.12.361.8.2016-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 16.808,95
Recurso: 1.500.1001.0401 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 16.808,95
05.000 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001.12.365.9.2020-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 8.701,14
Recurso: 1.500.1001.0401 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 8.701,14
05.000 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001.12.365.9.2020-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 4.301,41
Recurso: 1.540.0000.0219 - Transferências do FUNDEB - 40%	R\$ 4.301,41
05.000 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001.12.365.9.2020-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 34.264,99
Recurso: 1.540.1070.0418 - Transferências do FUNDEB - 60%	R\$ 34.264,99
05.000 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001 - SEC.EDUC.CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER	
05.001.12.782.8.2019-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 5.330,66
Recurso: 1.500.1001.0401 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 5.330,66
11.000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
11.001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
11.001.8.243.6.2014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 130,75
Recurso: 1.500.0000.0149 - Recursos Ordinários	R\$ 130,75
11.000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
11.001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
11.001.8.243.6.2036-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 993,68
Recurso: 1.500.0000.0149 - Recursos Ordinários	R\$ 993,68
11.000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
11.001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
11.001.8.243.6.2017-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 4.189,31
Recurso: 1.500.0000.0149 - Recursos Ordinários	R\$ 4.189,31



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ
C.N.P.J.: 82.827.999/0001-01
Município: TANGARÁ

11.000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
11.001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
11.001.8.243.6.2014-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas R\$ 5.002,40
Recurso: 1.500.0000.0149 - Recursos Ordinários R\$ 5.002,40

09.000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
09.001.10.301.4.2005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas R\$ 16.712,66
Recurso: 1.500.1002.0402 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde R\$ 16.712,66

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 130,75
Recurso: 1.500.0000.0149 - Recursos Ordinários R\$ 130,75
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 16.712,66
Recurso: 1.500.1002.0402 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde R\$ 16.712,66

11.000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
11.001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
11.001.8.243.6.2036-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas R\$ 993,68
Recurso: 1.500.0000.0149 - Recursos Ordinários R\$ 993,68

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 4.189,31
Recurso: 1.500.0000.0149 - Recursos Ordinários R\$ 4.189,31

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 5.002,40
Recurso: 1.500.0000.0149 - Recursos Ordinários R\$ 5.002,40

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R\$ 565,44
Recurso: 2.569.0000.3427 - Outras - transferencias- FNDE R\$ 565,44

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 51.415,33
Recurso: 1.540.1070.0418 - Transferências do FUNDEB - 60% R\$ 51.415,33

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 16.808,95
Recurso: 1.500.1001.0401 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 16.808,95

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 8.701,14
Recurso: 1.500.1001.0401 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 8.701,14

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 4.301,41
Recurso: 1.540.0000.0219 - Transferências do FUNDEB - 40% R\$ 4.301,41

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 34.264,99
Recurso: 1.540.1070.0418 - Transferências do FUNDEB - 60% R\$ 34.264,99

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R\$ 5.330,66
Recurso: 1.500.1001.0401 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 5.330,66

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Dezembro de 2023.

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 016/2024

Publicação Nº 5486778

PORTARIA Nº. 016/2024, DE 05 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal Complementar 069/2021;

Considerando a existência de interesse publico e a necessidade de continuidade das atividades, havendo previsão expressa no artigo 93 da Lei Complementar nº 069/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Concedida Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. CLEISE HONAISSER, comissionada no cargo de Diretor Geral, 40 horas semanais, Matrícula Nº. 291/02, referente ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2023, no dia 05 de Janeiro de 2024.

Art. 2º. Autorizar a conversão do período de 20 (vinte) dias em abono pecuniário, nos termos do artigo 93 da Lei Complementar nº 069/2021.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE JANEIRO DE 2024.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de janeiro de dois mil e vinte quatro.

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

EDITAL PROCESSO SIMPLIFICADO 01-2024

Publicação Nº 5486871

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE Nº 01/2024

O Samae de Timbé do Sul/SC, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria n. 07/2021, no uso de suas atribuições legais, em consonância com a Constituição Federal, art. 37, inciso IX, e

CONSIDERANDO a inexistência de mais profissionais classificados nos processos seletivos anteriormente realizados;

CONSIDERANDO

- A- Foi realizado concurso publico para preencher vagas no cargo de encanador conforme processo nº 01/2024.
 - B- Dos aprovados para o cargo de encanador embora convocados para tomar posse, conforme documentação anexa todos desistiram de assumir os seus cargos;
 - C- Os serviços que o SAMAE presta são essenciais para a saúde pública, além de estarem subordinados às exigências do Código de Defesa do Consumidor, de que sejam eficientes, seguros e também contínuos;
 - D- Com a negativa de posse dos concursados a prestação desses serviços ficará prejudicada;
 - E- A realização de novo concurso publico até publicação final dos resultados implicará no transcurso de diversos meses;
- DETERMINO;
- A- A realização de teste seletivo para contratação temporária de servidores para exercerem as funções de encanador;
 - B- A expedição do competente Edital, estabelecendo que a contratação temporária pelo período de 6 meses, com possibilidade de prorrogação;
 - C- A remuneração dos contratados sera no mesmo valor estabelecido para os cargos efetivos e seu vinculo será regido pelo regime estatutário vigente no município;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que para a reposição de servidor por vacância do cargo, nos termos da LC Federal n. 173/2020, não há restrição para a contratação;

CONSIDERANDO que há dotação orçamentária suficiente:

TORNA PÚBLICA a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, para admissão de profissionais em caráter temporário – ACT, conforme a Lei nº 1960 de 16 de Julho de 2019.

O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente edital e sua divulgação, em todas as etapas, dar-se-á através do site do Samae de Timbé do Sul www.samaetimbadosul.sc.gov.br.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Processo Seletivo Público Simplificado será classificatório sendo a classificação realizada mediante a apresentação de Títulos conforme previsto neste Edital, seus Anexos e eventuais retificações, cabendo à Comissão Especial de Processo Público Simplificado para sua execução.
- 1.2 O Processo Seletivo Público Simplificado destina-se ao provimento de vaga em caráter temporário para substituição de servidores, profissionais de saúde, em férias, por pedido de demissão e outras situações de emergência como o COVID-19.
- 1.3 As contratações serão realizadas pelo regime estatutário, por tempo determinado e estritamente necessário para a consecução das tarefas.
- 1.4 O presente Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente edital e sua divulgação, em todas as etapas, bem como o inteiro teor do Edital estará disponível no “site” www.samaetimbadosul.sc.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o acesso para obtenção das informações do certame.

II – DO CARGO E VAGAS

Nº	Cargo	Carga Horária Semanal	Nº de vagas	Remuneração	Requisitos para o Cargo
01	Encanador	40h	01	R\$ 2.087,68	Formação em ensino fundamental incompleto

Nota 01: As atribuições e os vencimentos dos cargos são as constantes na Lei nº 1982 de 05 de abril de 2020.

Nota 02: Não há reserva de vagas para provimento imediato aos candidatos PPD (Pessoas Portadoras de Deficiência) em virtude do

quantitativo oferecido ser inferior ao mínimo estipulado em Legislação, sendo mantido o cadastro de reserva.

Nota 04 : Ter CNH com data de validade ativa.

Nota 03:As atribuições do cargo:

- Fazer instalação, conserto e manutenção de adutoras, redes de distribuição de água, registros, hidrantes, ventosas, válvulas e conexões em geral;
- Executar a abertura e o fechamento de valas, com a remoção do pavimento, reaterro e apiloamento da vala;
- Executar, nas dependências da Autarquia, consertos de válvulas, torneiras e providenciar as substituições de tubos;
- Executar ligações domiciliares, ampliação de redes e consertos de ligações, tanto de água como de esgoto;
- Efetuar mudanças de ligações, instalações e retiradas de hidrômetros das ligações domiciliares;
- Relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários ao serviço e providenciar a retirada do almoxarifado;
- Efetuar a manutenção e a limpeza dos instrumentos e equipamentos de uso diário;
- Efetuar a instalação, conserto e manutenção de redes coletoras de esgoto;
- Relatar as atividades desenvolvidas, de acordo com os critérios da Autarquia;
- Fazer e reparar poços de visitas, poços de limpeza, caixas de proteção de registros e pisos de cimento;
- Participar e executar serviços de plantões em feriados, finais de semana e noturnos, cumprindo as demais atribuições do cargo;
- Fazer coleta de amostras de água para exame de laboratório;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo;

III – DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas do dia 08.01.2024 a 12.01.2024, na sede do Samae de Timbé do sul, situada na Rua Carlos Savi, nº 365, Centro, Timbé do Sul/SC, no horário das 07h00min às 11:30h na segunda feira e das 07:00hs às 12:00hs de terça feira a sexta feira, munidos dos documentos previstos no item 3 (original e cópia) deste edital.

3.2 Eventuais recursos deverão ser protocolados no mesmo local e expediente, observado o prazo previsto no cronograma deste edital.

3.3 No ato de inscrição, deverão ser apresentados fotocópia dos seguintes documentos:

I - Documentos para comprovação de cursos de aperfeiçoamento e de escolaridade, conforme requisitos mínimos do item 2 deste edital (original e cópia);

II - Cópia da documentação que comprove a experiência na função pretendida, na forma do item 5.1 – e seus subitens – deste edital;

III - Carteira Nacional de Habilitação, Classificação D (original e cópia) nos termos do item 2 deste Edital, nos casos que exigem a respectiva habilitação;

IV - Carteira de Identidade;

V - CPF;

VI - Informar telefone e e-mail;

3.4 A ficha de inscrição que está no Anexo I do presente Edital deverá ser entregue devidamente preenchida pelo candidato.

3.5 Haverá conferência de documentos no ato da inscrição, assim como não será aceito a entrega posterior dos mesmos.

3.6 Comprovar experiência profissional citadas neste Edital e formações acadêmicas com fotocópias e originais de título, certificados, atestados ou declarações;

3.7 Depois de efetuada a inscrição, o candidato receberá um comprovante de inscrição, o qual deverá ser apresentado, caso sua inscrição seja selecionada;

3.8 Não será aceita inscrição via fax, via postal e/ou via e-mail;

3.9 As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele candidato que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

3.10 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido no edital.

IV – DOS REQUISITOS ESSENCIAIS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1 Ter sido aprovado no Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste edital;

4.2 Ter sanidade mental e capacidade física, condição que será comprovada quando do processo de admissão, através de exame admissional;

4.3 Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro que goze das prerrogativas do art. 12 e do Inciso I do art. 37 da Constituição da República;

4.4 Ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data de admissão;

4.5 Estar no gozo de direitos políticos e cíveis, apresentando respectivas certidões;

4.6 Estar em dia com as obrigações eleitorais, apresentando a respectiva certidão;

4.7 Possuir quitação das obrigações militares, para candidatos do sexo masculino entre 18 e 45 anos;

4.8 Apresentar Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

4.9 Apresentar cópia da carteira profissional, CPF, Identidade, Título de Eleitor, Comprovante de Residência atual e Declaração de Bens;

4.10 Estar comprovadamente inscrito no órgão fiscalizador do exercício profissional e devidamente quite com suas demais exigências legais, para os cargos em que essa seja uma exigência;

V – DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

5.1 A seleção tem por fim cumprir o papel de identificar, entre os candidatos, aqueles mais aptos a desempenharem as exigências requeridas para o cargo oferecido neste Edital e cujo perfil seja mais adequado para desenvolvê-las.

5.2 A seleção será realizada em uma única etapa denominada Avaliação Curricular, de caráter classificatório e eliminatório.

5.3 Os candidatos classificados serão convocados, por telefone (informado no ato da inscrição). Em caso de alteração, do telefone de contato, fica o candidato responsável em comunicar o setor de Recursos Humanos do SAMAE para atualização.

VI – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

TÍTULOS	PONTOS
Especialização completa na área	04 pontos
Cursos, treinamentos, pesquisas, congressos, simpósios, relacionado à área de conhecimento do cargo pleiteado com carga horária igual ou superior à 20 (vinte) horas	0,5 ponto por curso, podendo ser computado até 04 (quatro) pontos
Experiência Profissional	0,5 ponto por ano, podendo ser computado até 03 (três) pontos
Já trabalhou na área do cargo pleiteado no serviço público	01 ponto cada ano de trabalho, podendo ser computado no máximo até 03 (três) anos.
Já trabalhou na área do cargo pleiteado no serviço privado	01 ponto a cada ano de trabalho, podendo ser computado no máximo 3 (três) pontos.

VII - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no processo seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 02 (dois) algarismos, de acordo com a soma dos títulos apresentados.

7.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

- a) maior tempo de serviço prestado na área de atuação, devidamente comprovado em documento;
- b) candidato de maior idade;
- c) persistindo o empate, prevalecerá o maior número de dependentes.

7.3 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

7.4 Os resultados serão divulgados através do site da Autarquia www.samaetimbedosul.sc.gov.br, conforme cronograma (Anexo I), parte integrante deste edital.

7.5 São de inteira responsabilidade do candidato à leitura e o acompanhamento das etapas deste edital.

VIII – DOS RECURSOS

8.1 O candidato que se sentir prejudicado poderá interpor recursos mediante requerimento direcionado a Comissão de Seleção do Processo Seletivo Público Simplificado, mediante requerimento, desde que:

- I - protocolado no Setor de Recursos Humanos até 01 (um) dia útil após a divulgação do resultado, sendo que o Anexo III contém cronograma simplificado das datas;
- II - O recurso que se basear em razões subjetivas, sem a devida comprovação será indeferido.
- III- Não serão analisados os recursos interpostos fora dos prazos estipulados neste Edital, conforme Anexo III, contendo cronograma simplificado das datas.
- IV - Os recursos deverão ser apresentados em formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital.

IX – DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 O resultado final do processo seletivo simplificado será homologado através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOMSC e site do Samae de Timbé do Sul - www.samaetimbedosul.sc.gov.br, onde constará a relação dos candidatos classificados, em ordem decrescente de classificação, contendo o nome do candidato.

9.2 O habilitado e classificado no Processo Seletivo Simplificado será nomeado sob o regime estatutário, admitido em caráter temporário, tendo em vista a vigência do presente processo seletivo simplificado, que dar-se-á por 6 meses, a partir da data de publicação da classificação final do certame.

9.3 Os candidatos serão convocados em observância a ordem da classificação, observada a caracterização da necessidade da Administração.

9.4 O candidato classificado e convocado para assumir a vaga disponível que não aceitar a vaga oferecida pela Autarquia Municipal decairá do direito ao preenchimento da mesma.

9.5 O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados perderão todos os direitos sobre a mesma.

9.6 O candidato convocado para contratação deverá se apresentar perante o Departamento de Pessoal da Autarquia Samae, no prazo máximo de dois dias úteis, após a convocação, sob pena da perda do direito ao preenchimento da vaga.

9.7 Na contratação o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Departamento de Pessoal, sendo que a não apresentação dos mesmos implicará na perda de todos os direitos ao preenchimento da vaga.

9.8 A contratação do candidato classificado dependerá, ainda, da aprovação prévia em exames médico admissional e da comprovação da habilitação.

9.9 As contratações serão realizadas mediante dotação orçamentária específica e prévia autorização do Prefeito.

9.10 A remuneração do contratado na forma deste Edital será a prevista em lei própria da criação do cargo.

9.11 As infrações disciplinares atribuídas ao contratado por tempo determinado serão apuradas mediante Processo Administrativo Disciplinar, assegurada ampla defesa. O contrato firmado de acordo com este Edital extinguir-se-á:

I – pelo término contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão observando a ampla defesa e o contraditório;

IV - por iniciativa de Poder Executivo.

9.12 A extinção do contrato fundada nos incisos I, II e III não implicará no pagamento de indenização.

9.13 A extinção do contrato fundada no inciso IV, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe seria devido no período remanescente do contrato.

9.14 A extinção do contrato fundada no inciso II será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério Diretor do SAMAE a dispensa desse prazo.

9.15 O tempo de serviço público objeto de contratação por tempo determinado será computada na forma prevista em Lei, observada a legislação relativa ao Regime Geral da Previdência Social- RGPS.

9.16 A assinatura da ficha de inscrição deste Edital valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Público Simplificado.

9.17 Os candidatos classificados serão chamados à medida que surgir a necessidade, a critério da Samae de Timbó do Sul/SC

9.18 Não será fornecido ao candidato qualquer documento de caráter individual comprobatório de classificação.

9.19 A classificação do candidato no Processo Seletivo Público Simplificado não implica direito a contratação, cabendo ao Município, exclusivamente, a decisão quanto à conveniência e oportunidade as convocações para provimento das demandas verificadas.

9.20 A inexatidão de informações e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente a contratação do candidato na insubsistência da inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado poderão levar a sua nulidade e consequente rescisão unilateral por parte do Município, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis.

9.21 Os candidatos classificados deverão manter atualizados seus endereços junto ao SAMAE (Departamento Pessoal) responsabilizando-se pelos prejuízos que por ventura vierem a ter em decorrências da não atualização, inclusive os que levarem a compreensão de sua desistência tácita.

9.22 A simples efetuação da inscrição não gera qualquer direito ao candidato.

9.23 Não poderão ser contratados os interessados que foram demitidos ou exonerados por Processo de Sindicância e/ou Administrativo Disciplinar

X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 - Para inscrever-se, o candidato terá ficha de inscrição (modelo em anexo), à disposição no local de inscrição na qual deverão ser anexados os documentos exigidos no item 3.

10.2 - Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando o mesmo inteiramente responsável pelas informações nela contidas.

10.3 – A inscrição do Processo Seletivo Simplificado deverá ser realizada somente pelo candidato, em hipótese alguma se admitirá inscrição condicional, por procuração ou por correspondência.

10.4 - O candidato que apresentar declaração ou documento falso ou com informações falsa terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrentes, podendo ser o fato apurado pelas instâncias competentes.

10.5 - Valerá a inscrição, para todo e qualquer efeito, como forma expressa da aceitação, por parte do candidato, das normas constantes deste Edital.

10.6 - O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital será realizado pela Comissão nomeada para devido fim.

10.7 - A chamada dos candidatos selecionados será procedida pelo Departamento de Recursos Humanos, obedecendo à ordem de classificação, conforme a existência de vaga, através de telefonema e/ou e-mail do candidato(a).

10.8 - O candidato selecionado que no momento da escolha não aceitar a vaga disponível, será automaticamente remanejado para a última colocação na listagem de classificação.

10.9 - A contratação observará as disposições estabelecidas na Lei Municipal n. 1.960/2019;

10.10 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.11 - Faz parte deste edital os seguintes anexos: Anexo I – Cronograma do Processo, Anexo II – Tabela de Pontuação para Tempo de Serviço, Anexo III – Formulário para Recurso, Anexo IV - Ficha de Inscrição.

10.12 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

10.13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, SC, 04 de Janeiro de 2024.

JUCIANA CARLESSI BURIN

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Fica homologado o presente Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2024-SMS.

FABIANO PELIZZARI WATERKEMPER

Diretor da Samae

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO

Etapa	Data
Publicação do edital	05.01.2024
Período de inscrições	08.01.2024 a 12.01.2024
Divulgação da classificação parcial	16.01.2024
Prazo para apresentação de recursos	18.01.2024
Homologação e divulgação da classificação final do processo seletivo simplificado	19.01.2024

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome Completo: _____
RG nº: _____ CPF: _____ DN: ____/____/____
Telefone _____
E-mail _____

Cargo Pretendido (Marque apenas uma opção):

Auxiliar de Serviços Técnicos

Ao assinar e entregar esta ficha de inscrição no departamento de recursos humanos da SAMAE de Timbé do Sul, DECLARO que ACEITO as normas definidas no Edital.

Timbé do Sul (SC) ____ de _____ de 2024

Assinatura do candidato

Timbé do Sul – SC, ____ de _____ de 2024.

ANEXO III

Cargo Pretendido: _____

Senhor Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2024, como candidato(a) ao do processo seletivo público simplificado para contratação temporária de profissionais para atuar na Samae de Timbé do Sul, solicito a revisão de minha pontuação na Avaliação Curricular, sob os seguintes argumentos:

[illegible]

Timbé do Sul (SC), _____ de _____ de 2024.

Assinatura do candidato: _____

Atenção:

1. Preencher o recurso com letra legível
2. Apresentar argumentações claras e concisas.
3. Preencher o recurso em 02 (duas) vias ou cópia com uma via original, das quais 01 (uma) será retida e outra permanecerá com o candidato devidamente protocolado.

Treviso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 14/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483939

PORTARIA Nº 14/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA ROSIMERE TEREZINHA RAMPINELI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 152 caput, parágrafo 1º e o Art. 155 da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022, e ainda,

CONSIDERANDO, o levantamento realizado junto ao Departamento de Recursos Humanos, comprovando que no período aquisitivo não houve: penalidade disciplinar de suspensão e nem afastamento do cargo em virtude de: licença para tratar de interesses particulares; condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva; afastamento para servir a outro órgão da Administração de Municípios dos Estados, do Distrito Federal, da União, sem ônus para o Município de Treviso; e afastamento para o exercício de mandato eletivo,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo de 2018 a 2023 (em virtude da Lei Federal nº 173/2020), a servidora ROSIMERE TEREZINHA RAMPINELI, matrícula nº 2115-1, ocupante do cargo de VIGILANTE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 15/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483941

PORTARIA Nº 15/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA IRMA CIMOLIN LEVATI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 152 caput, parágrafo 1º e o Art. 155 da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022, e ainda,

CONSIDERANDO, o levantamento realizado junto ao Departamento de Recursos Humanos, comprovando que no período aquisitivo não houve: penalidade disciplinar de suspensão e nem afastamento do cargo em virtude de: licença para tratar de interesses particulares; condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva; afastamento para servir a outro órgão da Administração de Municípios dos Estados, do Distrito Federal, da União, sem ônus para o Município de Treviso; e afastamento para o exercício de mandato eletivo,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo de 2018 a 2023 (em virtude da Lei Federal nº 173/2020), a servidora IRMA CIMOLIN LEVATI, matrícula nº 820-1, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 16/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483942

PORTARIA Nº 16/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MICHELI KASMIERCHCKI DE BITTENCOURT.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, e o Art. 65 da Lei Complementar Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022 e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar carga horária, com proporcional alteração da remuneração mensal, passando de 25hs para 30hs semanais, a contar de 03 de janeiro de 2024, a servidora MICHELI KASMIERCHCKI DE BITTENCOURT, ocupante do cargo de TELEFONISTA.

Parágrafo único. A alteração de carga horária se faz necessária em virtude de interesse público para o cumprimento do expediente de atendimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 178/2023, de 06 de abril de 2023.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 17/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483945

PORTARIA Nº 17/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA JADNA CRISTINA MACHADO POSSATO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 25 de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2023, e abono pecuniário a servidora JADNA CRISTINA MACHADO POSSATO, ocupante do cargo de DIRETORA DE CEI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 18/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483947

PORTARIA Nº 18/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA ANA TEREZINHA CONSONI PEROVANO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 16 de abril de 2022 a 15 de abril de 2023, a servidora ANA TEREZINHA CONSONI PEROVANO, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 19/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483948

PORTARIA Nº 19/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA JUSSARA MACHADO MARQUES.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 07 de janeiro de 2023 a 06 de janeiro de 2024, a servidora JUSSARA MACHADO MARQUES, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 20/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483950

PORTARIA Nº 20/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MARIA APARECIDA DA SILVA MORAES STANGHERLIN.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 10 de janeiro de 2023 a 09 de janeiro de 2024, a servidora MARIA APARECIDA DA SILVA MORAES STANGHERLIN, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 21/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483951

PORTARIA Nº 21/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MARIA APARECIDA SERAFIM.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2022 a 01 de janeiro de 2023, a servidora MARIA APARECIDA SERAFIM, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 22/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483953

PORTARIA Nº 22/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA TEREZINHA APARECIDA PIROVANI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 14 de abril de 2022 a 13 de abril de 2023, a servidora TEREZINHA APARECIDA PIROVANI, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 23/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483954

PORTARIA Nº 23/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA LUCILENE LOCATELLI MACHADO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 19 (dezenove) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 19 de abril de 2021 a 18 de abril de 2022, a servidora LUCILENE LOCATELLI MACHADO, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 24/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483955

PORTARIA Nº 24/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA MORGANA PEREIRA ROSSO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 03 de março de 2022 a 02 de março de 2023, e abono pecuniário a servidora MORGANA PEREIRA ROSSO, ocupante do cargo de DIRETORA DE CEI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 25/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483956

PORTARIA Nº 25/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA SHERON ANDREOTTI AMARAL.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 12 de março de 2022 a 11 de março de 2023, e abono pecuniário a servidora SHERON ANDREOTTI AMARAL, ocupante do cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 26/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483958

PORTARIA Nº 26/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA CLEUSA APARECIDA DE BETTIO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 11 de maio de 2022 a 10 de maio de 2023, a servidora CLEUSA APARECIDA DE BETTIO, ocupante do cargo de ASSESSORA ESPECÍFICA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 27/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483959

PORTARIA Nº 27/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA SIBELE PAGANI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 29 de março de 2022 a 28 de março de 2023, a servidora SIBELE PAGANI, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 28/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5483961

PORTARIA Nº 28/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA ROSANGELA BARBARA PAGANI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 08 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2023 a 01 de janeiro de 2024, a servidora ROSANGELA BARBARA PAGANI, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 01/2024

Publicação Nº 5484694

Extrato de Termo de Credenciamento 01/2024
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TÍLIAS
CONTRATADO: LABORATÓRIO DALA ROSA ANÁLISE HUMANO E VETERINÁRIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.444.133/0003-18, estabelecida na Rua Tirol, 76, centro, no Município de Treze Tílias/SC
OBJETO: Este procedimento tem por objeto o Credenciamento de empresas especializadas em serviços de coleta e análise de exames laboratoriais e exames anátomo patológicos, conforme descrição e valores estabelecidos na Tabela Atualizada do SUS, para o ano de 2024.
DOTAÇÃO: As despesas advindas do objeto do presente credenciamento serão atendidas com as dotações orçamentárias previstas para 2024.

Processo Administrativo 14/2023 e o Edital de Credenciamento nº 04/2023/FMS.

Remuneração conforme Tabela SUS

VIGÊNCIA: O presente termo de credenciamento terá vigência até 31/12/2024.

DATA ASSINATURA: 05/01/2024
TREZE TÍLIAS/SC, 05/01/2024

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 02/2024

Publicação Nº 5484718

Extrato de Termo de Credenciamento 02/2024
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TÍLIAS
CONTRATADO: LABORATÓRIO G. PASTER LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.491.172/0010-93, estabelecida na Rua Antonio Carlos Konder Reis, 85, centro, no Município de Treze Tílias/SC
OBJETO: Este procedimento tem por objeto o Credenciamento de empresas especializadas em serviços de coleta e análise de exames laboratoriais e exames anátomo patológicos, conforme descrição e valores estabelecidos na Tabela Atualizada do SUS, para o ano de 2024.
DOTAÇÃO: As despesas advindas do objeto do presente credenciamento serão atendidas com as dotações orçamentárias previstas para 2024.

Processo Administrativo 14/2023 e o Edital de Credenciamento nº 04/2023/FMS.

Remuneração conforme Tabela SUS

VIGÊNCIA: O presente termo de credenciamento terá vigência até 31/12/2024.

DATA ASSINATURA: 05/01/2024
TREZE TÍLIAS/SC, 05/01/2024

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 20/2023 FMS

Publicação Nº 5484315

Extrato de Termo de Credenciamento 20/2023 FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TÍLIAS
CONTRATADO: RADIOMED RADIOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.362.388/0001-06., estabelecida na Rua Aleixo Suzin, 61, Bairro centro, no Município de Capinzal/SC
OBJETO: O presente edital tem por objeto o credenciamento para contratação de profissional Técnico de Radiologia para atuar no Pronto Atendimento do Município de Treze Tílias, com carga horária de 24 HORAS semanais, para o ano de 2024.
DOTAÇÃO: As despesas advindas do objeto do presente credenciamento serão atendidas com as dotações orçamentárias previstas para 2024
Valor . O valor pago será de R\$ 4.950.00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais) por mês.

Processo Administrativo 17/2023 e o Edital de Credenciamento nº 07/2023/FMS.

VIGÊNCIA: O presente termo de credenciamento terá vigência até 31/12/2024.

DATA ASSINATURA: 04/01/2024
TREZE TÍLIAS/SC, 05/01/2024

Trombudo Central

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2023

Publicação Nº 5484607

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AAB7C396D0DEEDA35D39B1DB756C17957E32C827



RETIFICAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO
Pregão Eletrônico PMTC Nº 46/2023
Processo Administrativo PMTC Nº 52/2023
OBJETO: Formalização de registro de preços para parcelada, futura e eventual aquisição de brita corrida de pedra ardósia e brita corrida (bassalto/argilito/granito) para uso na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do município de Trombudo Central/SC, conforme anexo I – termo de referência e demais especificações do edital.
Geovana Gessner Klowaski, Prefeita Municipal de Trombudo Central, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RETIFICA o processo epigrafado, conforme segue abaixo:

ANEXO II
Descrição dos itens, estimativa de quantidades e preços médios
Documento a parte anexo II do sistema

Onde se lê: Unid. m³ (metro cúbico)

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	8.000,000	m³	BRITA CORRIDA DE PEDRA ARDÓSIA - BRITA CORRIDA DE PEDRA ARDÓSIA		38,3300	306.640,00
2	8.000,000	m³	BRITA CORRIDA (BASSALTO/ARGILITO/GRANITO) - BRITA CORRIDA (BASSALTO/ARGILITO/GRANITO)		75,9000	607.200,00

Leia - se: Unid. t (tonelada)

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	8.000,000	t	BRITA CORRIDA DE PEDRA ARDÓSIA - BRITA CORRIDA DE PEDRA ARDÓSIA		38,3300	306.640,00
2	8.000,000	t	BRITA CORRIDA (BASSALTO/ARGILITO/GRANITO) - BRITA CORRIDA (BASSALTO/ARGILITO/GRANITO)		75,9000	607.200,00

Fica mantido na íntegra o Edital do Pregão Eletrônico PMTC nº 46/2023 em tudo o mais que aqui não foi expressamente retificado, razão pela qual é ratificado. Informa ainda que, em função das alterações influenciarem na condição comercial, ficam alteradas as datas, conforme segue:

- 2.1. DO CADASTRO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO: até as 09h00min do dia 18 de Janeiro de 2024.
- 2.2. DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h15min do dia 18 de Janeiro de 2024.

Trombudo Central, 05 de Janeiro de 2024.
Geovana Gessner Klowaski
Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO 224.2023

Publicação N° 5484670

Aviso de retificação do item 03-CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO referente Processo de Compra N°. 224/2023 Pregão Presencial n.º: 108/2023 cujo o objeto é: contratação de EMPRESA PELO CRITÉRIO DE MAIOR LANCE OFERTADO PARA O MUNICÍPIO POR ITEM, PARA EXPLORAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS/NÃO ALCOÓLICAS BEM COMO A VENDA DE CHOPP, CERVEJA SEM ALCOOL, REFRIGERANTES E ÁGUA COM GÁS E SEM GÁS E NO OUTRO ITEM A VENDA DE BEBIDAS QUENTES QUE ENVOLVE DRINKS, CACHAÇAS, ENERGÉTICOS E DEMAIS PARA A EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIALEINDUSTRIAL DE TUNÁPOLIS - EFACITUS, QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 26 A 28 DE ABRIL DE 2024, NOS PAVILHÕES E DEMAIS DEPENDÊNCIAS PARA A FEIRA NO MUNICÍPIO.

ONDE SE LÊ:

03-CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO:

3.1-Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

3.1.1 Comprovante de atendimento à definição de agência de propaganda, segundo a Lei Federal n.º 4.680/65, e do Regulamento aprovado pelo Decreto Federal n.º 57.690/66, alterado pelo Decreto Federal n.º 4.563/02, apresentando para isso Declaração que a licitante é filiada ou associada ao Sindicato das Agências de Propaganda de sua base territorial ou Associação Brasileira de Agências de Publicidade - ABAP;
3.1.1.2 Certificado de Qualificação Técnica válido na data de abertura, expedido pelo CENP - Conselho Executivo de Normas-Padrão, de acordo com a Lei Federal nº 12.232/10;

LEIA -SE:

03-CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO:

3.1-Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

3.2-Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.3 -Que estejam reunidas em consórcio, ou seja, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.

3.4-Estrangeiras que não funcionem no País.

3.5 -Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Tunápolis, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87, da Lei nº 8.666/93).

3.6-Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

3.7-A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

Os demais itens e cláusulas do edital permanecem inalterados. A presente retificação do edital encontra-se afixado no Site <http://www.tunapolis.sc.gov.br>.

Maiores informações serão prestadas aos interessados, no horário de expediente, no Setor de Licitações, localizado no Centro Administrativo do Município de Tunápolis, ou pelos telefones (049) 36321122.

Tunápolis/SC., 04 de janeiro de 2024.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal de Tunápolis

Turvo

PREFEITURA

EXTRATO.ATA.REG.PRECO.N.02/2024

Publicação Nº 5484481

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TURVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Ata de Registro de Preço nº 02/2024
Objeto: O presente pregão presencial para registro de preços tem por objeto selecionar a melhor proposta para a aquisição de MADEIRA DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS DAS SECRETARIAS E DEMAIS ORGÃOS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ATRAVÉS DE SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)" por meio de empresa do ramo pertinente, obedecendo integralmente às condições, quantidades do Edital e seus anexos.
Contratada: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA FELTRIN LTDA
Vigência: A partir de 04/01/2024 a 04/01/2025
Modalidade: Pregão Presencial nº 121/2023
Valor Total: R\$ 479.510,00 (quatrocentos e setenta e nove mil quinhentos e dez reais).
Turvo /SC, 04 de janeiro de 2024.
Sandro Cirimbelli
Prefeito Municipal

EXTRATO.ATA.REG.PRECO.N.03/2024

Publicação Nº 5484486

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TURVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Ata de Registro de Preço nº 03/2024
Objeto: O presente pregão presencial para registro de preços tem por objeto selecionar a melhor proposta para a aquisição de MADEIRA DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS DAS SECRETARIAS E DEMAIS ORGÃOS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ATRAVÉS DE SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)" por meio de empresa do ramo pertinente, obedecendo integralmente às condições, quantidades do Edital e seus anexos.
Contratada: M.A.J MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
Vigência: A partir de 04/01/2024 a 04/01/2025
Modalidade: Pregão Presencial nº 121/2023
Valor Total: R\$ 434.830,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil oitocentos e trinta reais).
Turvo /SC, 04 de janeiro de 2024.
Sandro Cirimbelli
Prefeito Municipal

EXTRATO.ATAREGISTROPRECOS.N.01/2024

Publicação Nº 5483663

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TURVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Ata de Registro de Preço nº 01/2024
Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(ais) fornecimento de BICA CORRIDA para uso nas pavimentações e recuperações das vias públicas municipais, conforme descrito no Termo de Referência (Anexo I) e as demais condições constantes no edital e demais anexos, que fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
Contratada: BRITAGEM BOSA LTDA - ME
Vigência: A partir de 04/01/2024 a 04/01/2025
Modalidade: Pregão Presencial nº 122/2023
Valor Total: R\$ 1.125.000,00 (um milhão cento e vinte e cinco mil reais).
Turvo /SC, 04 de janeiro de 2024.
Sandro Cirimbelli
Prefeito Municipal

Urubici

PREFEITURA

DECRETO 3583.2023

Publicação Nº 5484806

DECRETO Nº 3.583/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2771/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

16.001 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici	
2.057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAUDE / SMS	
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.1002.0109 – Recursos de Impostos – Saúde 15%	R\$ 60.000,00
2.064 – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃO	R\$ 200.000,00
2.065 – PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃO	R\$ 55.000,00
2.066 – PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS SAUDE - ACS	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃO	R\$ 110.000,00
2.067 – NUCLEO APOIO A SAUDE DA FAMÍLIA - NASF	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.600.0000.0098 – Recursos SUS UNIÃO	R\$ 22.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 447.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

16.001 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici	
2.062 – CIS – CONSÓRCIO INTERM. DE SAUDE DA REGIÃO DA AMURES	
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.1002.0109 – Recursos de Impostos – Saúde 15%	R\$ 60.000,00
2.064 – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.1002.0109 – Recursos de Impostos – Saúde 15%	R\$ 200.000,00
2.065 – PROGRAMA SAÚDE BUCAL - SB	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.1002.0109 – Recursos de Impostos – Saúde 15%	R\$ 55.000,00
2.066 – PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS SAUDE - ACS	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.1002.0109 – Recursos de Impostos – Saúde 15%	R\$ 132.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de dezembro de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3584.2023

Publicação Nº 5484807

DECRETO Nº 3.584/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2772/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

02.001 – Gabinete do Prefeito	
2.003 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E ASSESSORIAS	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais	R\$ 20.000,00
2.004 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais	R\$ 45.000,00
2.009 – CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS	
3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas	
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais	R\$ 23.000,00
04.001 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico	
2.011 – SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais	R\$ 34.000,00
2.016 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO SECRET. TRANSPORTES E OBRAS	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais	R\$ 210.000,00
05.001 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	
2.111 – FUNCIONAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA AGRICULTURA	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais	R\$ 4.000,00
07.001 – Secretaria da Assistência Social	
2.018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.0000.0080 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais	R\$ 30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 366.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.500.0000.0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.0000.0080 R\$ 366.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de dezembro de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3585.2023

Publicação Nº 5484808

DECRETO Nº 3.585/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE URUBICI.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2759/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal da Educação de Urubici:

29.001 – Fundo Municipal da Educação de Urubici
2.114 – MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 70%
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.540.1070.0103 – Transferências de Recursos do FUNDEB R\$ 600.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

29.001 – Fundo Municipal da Educação de Urubici
2.115 – MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB 70%
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.540.1070.0103 – Transferências de Recursos do FUNDEB R\$ 400.000,00
2.117 – MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB 30%
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.540.1070.0104 – Transferências de Recursos do FUNDEB R\$ 200.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de dezembro de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3586.2023

Publicação Nº 5484809

DECRETO Nº 3.586/2023

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2760/2023, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

04.001 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
2.014 – ABERTURA, MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO ESTRADAS VICINAIS
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.700.0000.0113 – Transferências de Convênios - Outros R\$ 1.500.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.500.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável Excesso do Recurso 1.700.0000.0113, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.700.0000.0113 R\$ 1.500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de dezembro de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3587.2023

Publicação Nº 5484811

DECRETO Nº 3.587/2023
SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2761/2023, resolve

DECRETAR:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto	
2.046 – OPERACIONALIZAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25%	R\$ 30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

08.001 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto	
2.046 – OPERACIONALIZAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.1001.0108 – Recursos de Impostos – Educação 25%	R\$ 30.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de dezembro de 2023.
Mariza Costa
Prefeita Municipal

DECRETO 3588.2023

Publicação Nº 5484812

DECRETO Nº 3.588/2023
SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2620/2022, resolve

DECRETAR:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

16.001 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici	
2.057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE / SMS	
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1.500.1002.0109 – Recursos de Impostos – Saúde 15%	R\$ 30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de provável excesso do Recurso 1.500.1002.0109, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 1.500.1002.0109	R\$ 30.000,00
---	---------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 22 de dezembro de 2023.
Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 921/202

Publicação Nº 5484815

PORTARIA Nº 921/2023

MARIZA COSTA, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Leticia Helena Borges da Silva, do cargo de Monitor Casa Lar ACT, nomeada através da Portaria nº 693/2023, a partir de 31/12/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 31 de dezembro de 2023.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Urussanga

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 01/2023

Publicação Nº 5484153

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 01/2023
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DESTE MUNICÍPIO

Pelo presente instrumento, o Município de Urussanga, SC, através da Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ n. 10.502.372/0001-70, doravante denominada CONTRATANTE/CONVENIENTE, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. INGRID ZANELATO, e de outro lado o HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, CNPJ 86.531.803/0001-98, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº. 540, Centro, Urussanga/SC, neste ato representado pelo Sr. AGOSTINHO VENDRAMINI, denominada CONTRATADA/CONVENIADA, celebram o presente ADITIVO ao CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº.01/2023, conforme cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto regularizar a continuação da prestação de serviços objeto do Convênio nº 01/2023 para o ano de 2024 conforme dispõe a cláusula décima sétima do instrumento ora aditado; e, a alteração quantitativa do Convênio n. 01/2023, ficando alterados os quadros da CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, que recebem as seguintes descrições:

9.1. A CONTRATADA receberá mensalmente da CONTRATANTE a importância referente aos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados, repassada pelo Ministério da Saúde/ Fundo Nacional de Saúde, de acordo com os valores de cada procedimento, previstos na Tabela SIGTAP, vigente na competência da realização do procedimento, dentro dos limites financeiros abaixo estabelecidos, estimando-se para um período anual o valor de R\$ 6.045.862,68 (seis milhões, quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

Programação Orçamentária		
Pós-fixado	Mensal R\$	Anual R\$
Alta Complexidade	-	-
FAEC estratégico	R\$ 134.742,63	R\$ 1.616.911,56
Subtotal 1	R\$ 134.742,63	R\$ 1.616.911,56
Pré-fixado	Mensal R\$	Anual R\$
Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (AIH's+Teto Amb. Atend. Urg/Emerg)	R\$88.098,49	R\$ 1.057.181,88
Incentivo de Adesão à Contratualização/IAC	R\$ 36.356,26	R\$ 436.275,12
Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas/IAE-PI	-	-
Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde/INTEGRASUS	R\$ 4.630,87	R\$ 55.570,44
Incentivo da Política Hospitalar Catarinense	R\$ 111.000,00	R\$ 1.332.000,00
Incentivo ao Sistema Estadual de Transplantes de Santa Catarina	-	-
Incentivo Redes Temáticas de Atenção à Saúde – RUE - Portaria GM/MS nº. 326 de 24 de março de 2023	R\$ 77.562,50	R\$ 930.750,00
Hospitais Filantrópicos	R\$ 48.815,01	R\$ 585.780,12
Fisioterapia – Recursos Mac	R\$ 1.976,88	R\$ 23.722.56
Fisioterapia – Recursos Próprios	R\$ 639,25	R\$ 7.671,00
Subtotal 2	R\$ 369.079,26	R\$ 4.428.951,12
TOTAL (Subtotal 1+2)	R\$ 503.821,89	R\$ 6.045.862,68

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente termo aditivo passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, ficando, assim, prorrogado o prazo de vigência do convênio 01/2023 até 31.12.2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão atendidas por dotação orçamentária originárias da transferência Fundo a Fundo, pelo Ministério da Saúde referente as Redes Temáticas em Saúde e Cirurgia Eletivas, bem como via Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, referente as Cirurgias Eletivas e Política Hospitalar Catarinense.

Parágrafo único: As despesas referentes a “fisioterapia – recursos próprios” listado na cláusula primeira do presente aditivo, será atendido pela CONTRATANTE, por dotação orçamentária própria.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado por extrato, na forma da Lei, às expensas do Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do Contrato original, desde que não conflitem com o disposto neste Instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, assinam digitalmente o presente TERMO ADITIVO, para que surta os seus efeitos legais.

Urussanga/SC, de 28 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
INGRID ZANELATO
Secretária Municipal da Saúde
CONTRATANTE

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
AGOSTINHO VENDRAMINI
PRESIDENTE

ANDREA DE MIRANDA
Administradora do Hospital Nossa Senhora da Conceição

TESTEMUNHAS:

JAICIANA RAMOS VIEIRA
Hospital Nossa Senhora da Conceição

EDSON MANOEL
Município de Urussanga

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 03/2024

Publicação Nº 5486734

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5BB6EFBAE3EDB129B2544547A50EBDAC6D725BD

EXTRATO DE CONTRATO 03/2024
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: G.A. BEBIDAS EIRELI
CNPJ: 13.120.173/0001-95
OBJETO: Aquisição de alimentação pronta (marmitex de isopor tipo nº 09 com tampa) e refrigerante de qualidade resfriado de diversos sabores (tipo coca cola ou similar de mesma qualidade), destinada aos servidores municipais de Vargeão, solicitadas conforme a necessidade, ao longo do Exercício 2024, os quais a CONTRATADA se declara em condições de prestar em estrita observância conforme documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial nº 67/2023 e Processo Licitatório 110/2023.

VALOR: R\$ 40.501,00 (quarenta mil, quinhentos e um reais)
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações e contrato nº 03/2024.
Vargeão - SC, 04 de janeiro de 2024.

Volmir Felipe
Prefeito Municipal
E5BB6EFBAE3EDB129B2544547A50EBDAC6D725BD

EXTRATO DE CONTRATO 04/2024

Publicação Nº 5486735

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FB500E0E853AB3D192CEB353ECA9B63F4D7B3293

EXTRATO DE CONTRATO 04/2024
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: GUILHERME FASSINA-ME
CNPJ: 26.119.069/0001-22
OBJETO: Aquisição de alimentação pronta (marmitex de isopor tipo nº 09 com tampa) e refrigerante de qualidade resfriado de diversos sabores (tipo coca cola ou similar de mesma qualidade), destinada aos servidores municipais de Vargeão, solicitadas conforme a necessidade, ao longo do Exercício 2024, os quais a CONTRATADA se declara em condições de prestar em estrita observância conforme documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial nº 67/2023 e Processo Licitatório 110/2023.

VALOR: R\$ 131.625,00 (cento e trinta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais)
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações e contrato nº 04/2024.
Vargeão - SC, 04 de janeiro de 2024.

Volmir Felipe
Prefeito Municipal
FB500E0E853AB3D192CEB353ECA9B63F4D7B3293

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO 002/2024

Publicação Nº 5483898

DECRETO Nº 002/2024, DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

PRORROGA A VIGÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS 02/2022 - EDITAL Nº 02/2022 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022.

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para provimento de vagas no âmbito da Administração Municipal;

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a vigência do Processo Seletivo Simplificado 02/2022, do Edital nº 02/2022, de 02 de dezembro de 2022, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme cláusula 13.1 do edital.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 04 de janeiro de 2024.

ROGÉRIO BARP
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 05/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Vidal Ramos

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2023

Publicação Nº 5483652

Página: 1 / 1

 <div>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL VIDAL RAMOS CNPJ: 83.102.376/0001-34 Telefone: (47) 3356-2300 Endereço: Avenida Jorge Lacerda, 1180 - Centro CEP: 88443-000 - Vidal Ramos</div>	Pregão presencial 39/2023
	Processo Adm.: 139/2023 Data do Processo: 18/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:

139/2023
- b) Nr. Licitação:

39/2023 - PR
- c) Modalidade:

Pregão presencial
- d) Data Homologação:

04/01/2024

OBJETO DO PROCESSO

CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CERTAME A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS, PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO, INCLUINDO RESPONSABILIDADE TÉCNICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Lote: 1

Fornecedor: CONSTRUTORA MELIM LTDA

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Elaboração de 07 laudos simplificados para casas interditadas pela Defesa Civil com emissão de ART.	UND/SE RV		1,000	4.200,0000	4.200,00
2	Elaboração de 10 pré projetos de pontes com orçamento e ART.	UND/SE RV		1,000	18.000,0000	18.000,00
3	Acompanhamento e fiscalização da obra de reforma e ampliação da Creche Cecilia Peixe Frutuoso com emissão de ART, sendo uma visita semanal com duração de 08 horas, pelo prazo que perdurar a obra.	UND/SE RV		1,000	12.000,0000	12.000,00

Valor total do lote: 34.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Conservação de Estradas	07.001.26.782.1701.2041.3.3.90.00.00
Manutenção do Ensino Fundamental	05.001.12.361.1501.2021.3.3.90.00.00

Vidal Ramos, 04/01/2024

Assinatura do Responsável

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 01/2024

Publicação Nº 5484189

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 022/2023 – VISAN

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado de títulos nº 022/2023 - VISAN:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. ROBSON KOVALSKI ROSSI	2º	OPERADOR DE ETA/ETE

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 04 de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA
Secretária Municipal de Administração Interina

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 02/2024

Publicação Nº 5484192

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS Nº 021/2023 – PMV

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado de Títulos nº 0021/2023 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. CLARISSA MARIA MEISTERLIN	4º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;

- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 04 de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA
Secretária Municipal de Administração Interina

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 05/2024

Publicação N° 5484778

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2024
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS N° 011/2023 – PMV

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado de Títulos nº 0011/2023 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1. LORECI TEREZINHA ALVES ROSSETE	7º	ENFERMEIRO

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;

Videira, 04 de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA
Secretária Municipal de Administração Interina

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF

Publicação N° 5484768

**CRF – Certidão de Regularização Fundiária**

O Município de Videira, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ: 83.039.842/0001-84 com sede na Avenida Manoel Roque, 188, Bairro Alvorada, Videira/SC, neste ato representado pela sua Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal, **Claudete Nardi Vavassori**, brasileira, casada, filha de Vilmo Nardi e Maria Crema Nardi, em pleno exercício do mandato e na forma da lei e nos termos dos artigos 30 e 41 da Lei Federal n° 13.465/2017 e art. 38 do Decreto Federal n° 9.310/2018, **CERTIFICO**, para devido fins de registro imobiliário que tramitou perante a Secretaria de Planejamento e Projetos de Videira, o Processo Administrativo de n° 13.863/2021 e 105.099/2022, o Requerimento de Instauração de Procedimento de Regularização Fundiária Urbana, que foi finalizado e decisão publicada em Diário Oficial dos Municípios, informando os seguintes requisitos do procedimento abaixo.

Descrição Sucinta da Área:

O Núcleo Urbano Informal Consolidado, denominado “Enésio Moreira”, se localiza na Rua Enésio Moreira, matriculados sob o n° 15.162-RG no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, estando o núcleo em um lote destinado a área institucional com uma área total do lote de 4.765,50 m² (quatro mil, setecentos e sessenta e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados). O núcleo é composto por 3 (três) lotes, com área de 1.620,55 m² (hum mil, seiscentos e vinte metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), destaque da área total da matrícula citada.

De propriedade de: **Município de Videira.**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 03/01/2024 15:59:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/p6565a84a5d1>.
POR FELIPE SALVADORI EM 03/01/2024 15:59

**IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS****ÁREA CONHECIDA COMO NÚCLEO URBANO ENÉSIO MOREIRA**

Proprietários: Município de Videira

Município: Videira – SC

Matrícula: 15.162-RG

Imóvel: Localizado no Perímetro Urbano de Videira – SC

Zoneamento: Zona Predominantemente Residencial 3 (ZPR-3)

Número de Lotes: 3

1

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Rua Manoel Roque, 188 - Bairro Alvorada - CEP: 89.560-000 - CNPJ: 83.039.842/0001-84 - Telefone: (49) 3566-9000

**QUADRO DE ÁREAS**

Área dos Lotes: 1.620,55 m ²	34,0%
Área remanescente área institucional: 3.144,95 m ²	66,0%
Área Institucional: 4.765,50m ²	100%

Da Infraestrutura presente no núcleo:

- Pavimentação por pedras irregulares, possuindo meio fio e drenagem das águas superficiais;
- Energia elétrica e possui iluminação pública;
- Rede de Abastecimento de Água;
- Coleta de Lixo;
- Atendimento de agentes comunitárias de Saúde.

Instrumento Utilizado: Legitimação Fundiária. A existência do núcleo urbano informal consolidado se comprova anterior a data de 22 de dezembro de 2016, conforme exigência do Art. 9 da Lei Federal nº 13.465/2017, como pode ser observado na Figura 1, imagem de satélite, disponível no Google Earth, datada de janeiro de 2014. Conforme Figura 2, é possível observar existência de edificações desde agosto de 2006, possuindo edificações com pelo menos 17 anos.

Figura 1- Núcleo Urbano Informal Consolidado - jan/2014



Fonte: Google Earth





Figura 2 - Existência de Habitações - 08/2006



Fonte: Google Earth

Modalidade de Regularização: REURB-S – Interesse Social

Modalidade de Organização do Núcleo: Parcelamento do Solo

Demarcação Urbanística: O Município procedeu às buscas necessárias na determinação de titularidade do domínio dos lotes, na notificação quanto aos confrontantes e proprietários. O pedido de abertura do processo de Regularização foi realizado pelos beneficiários. Realizando buscas para notificação dos confrontantes com visitas pessoais e anuência expressa do notificado.

Responsabilidade das obras e serviços: No núcleo urbano já se encontram as obras de infraestrutura necessárias instaladas, portanto foi dispensado termo de compromisso e cronograma;

Aprovação Urbanística e Ambiental do Projeto de Regularização Fundiária: Conforme Art. 45 do Decreto 9.310/2018, os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguirão as diretrizes estabelecidas pela autoridade municipal ou distrital competente, as quais serão consideradas atendidas com a emissão da CRF.





Conforme Art. 47 do Decreto 9.310/2018, o registro da CRF será feito em todas as matrículas atingidas pelo projeto de regularização fundiária aprovado e serão informadas, quando possível, as parcelas correspondentes a cada matrícula.

Conforme Art. 11 da Lei 12.651/2012 em áreas de inclinação entre 25° e 45°, serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agrônomicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social.

Conforme Art. 11 da Lei nº 13.465/2017, § 2º, constatada a existência de núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pela União, Estados ou Municípios, a REURB observará, também, o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, hipótese na qual se torna obrigatória a elaboração de estudos técnicos, no âmbito da REURB, que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.

Conforme os Art. 182 e 183 da Constituição Federal/1988 sobre a política de desenvolvimento urbano, com objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, regulamentados pela Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade, assim como a Lei Federal nº 13.465/2017, que traz o marco legal da política de regularização fundiária, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.310/2018, o qual estabelece normas gerais e procedimentos aplicados à Regularização Fundiária.

Considerando que a regularização fundiária trás vantagens para a cidade, aos moradores trás garantia de moradia e propriedade, direito social, condição para a realização integral de seus direitos constitucionais, como o trabalho, o lazer, a educação e a saúde.

Considerando a análise e consulta da Defesa Civil feita ao Estudo Socioambiental, ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA-SC) e a





Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em que nada consta ao que tange a áreas de risco, alagamento ou de preservação permanente.

Foi solicitada pela Secretaria de Planejamento e Projetos, uma avaliação da área, com objetivo de verificar riscos geológicos para a Defesa Civil do Município. Na vistoria da mesma, conforme Laudo 34/2023, encontrou-se três unidades residências unifamiliares, passíveis de avaliação de risco. Como resultado da avaliação, o órgão de Defesa Civil destacou que a área possui um talude de aclave acentuado em corte natural, com presença de rochas de grande porte (matacos), porém não apresenta trincas, nem fissuras, ou qualquer tipo de movimentação de massa, bem como não possui histórico de deslizamentos ou riscos geológicos na data da vistoria. Destacou-se a vegetação de grande porte que estava em raio de tombamento das residências, sendo recomendado eliminar o risco com a supressão da vegetação. Qualquer construção ou tentativa de conter o solo deverá ser avaliada individualmente, tendo a responsabilidade técnica atribuída a um profissional da área, sendo importante salientar que no laudo da Defesa Civil, foi analisada a estabilidade global do talude ou de possíveis intervenções naturais que poderiam oferecer riscos, sendo a situação analisada e avaliada como Área de Risco Remoto, com probabilidade muito baixa de ocorrências geológicas, sendo passível de regularização fundiária, visto não apresentar riscos ao patrimônio e a vida.

Nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.465/2017, este termo contempla a aprovação urbanística e ambiental do projeto de regularização fundiária, ficando certificado ainda que o núcleo urbano informal consolidado não está localizado nas hipóteses do artigo 11, § 2º da Lei nº 13.465/2017, e que já se encontram implantados os serviços essenciais de abastecimento de água, distribuição de energia elétrica e limpeza urbana.

Segue em anexo a certificação a listagem dos ocupantes, do núcleo urbano informal regularizado, devidamente qualificados, todos com direito de propriedade atribuídos por Legitimação Fundiária.

Sem mais, assinam a CRF, o Diretor de Departamento de Engenharia, bem como a Senhora Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal já denominada acima.





Videira, 03 de janeiro de 2024.



Assinado Eletronicamente por:

FELIPE SALVADORI

Diretor de Engenharia

Secretaria de Planejamento

03/01/2024 15:59:19 -03:00

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Felipe Salvadori

Diretor do Departamento de Engenharia



Assinado Eletronicamente por:

CLAUDETE NARDI

VAVASSORI

VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO

EXECUTIVO MUNICIPAL

03/01/2024 17:36:30 -03:00

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Claudete Nardi Vavassori

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2024 15:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: <https://ic.atende.net/p659a8f4a5d1>.
POR FELIPE SALVADORI EM 03/01/2024 15:59



**ANEXO 1 – LISTAGEM DOS BENEFICIÁRIOS, LOTES, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA E MATRÍCULA ABERTA**

Beneficiário	Lote	Inscrição Imobiliária	Matrícula
Eliseu Machado Pereira , brasileiro, aposentado, portador da cédula de identidade nº 3.460.191 – SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 019.467.529-75, filho de Sovenil Machado Pereira e Maria de Jesus Pereira, casado pelo regime de comunhão Universal de Bens – conforme certidão de casamento nº 7054, registrado no Livro B- 29, folha 297 no Cartório de Registro Civil, Registro de Títulos Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas do município de Videira/SC – com Zuleide Aparecida dos Santos Duarte Machado Pereira , brasileira, diarista, portadora da cédula de identidade nº 1.648.478 – SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 899.289.709-04, filha de Antônio dos Santos Duarte e Alvina Bolzon Duarte	1	01.01.003.0972	43.716
Almíria dos Santos Duarte , brasileira, diarista, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 2.632.891 – SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 004.886.989-95, filha de Antônio dos Santos Duarte e Alvina Bolzan Duarte	2	01.01.003.0983	43.717
Eliete Aparecida Camargo , brasileira, solteira, auxiliar de produção, portadora da cédula de identidade nº 4.373.737 – SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 033.301.409-09, filha de Nilso Camargo dos Santos e Almíria dos Santos Duarte	3	01.01.003.0994	43.715

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/01/2024 15:59 -0300 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atenda.net/p6595ae8f4a5d1>
POR FELIPE SALVADORI EM 03/01/2024 15:59

**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

Rua Manoel Roque, 188 - Bairro Alvorada - CEP: 89.560-000 - CNPJ: 83.039.842/0001-84 - Telefone: (49) 3566-9000

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 03/2024

Publicação Nº 5484766

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2024
CONCURSO PÚBLICO 026/2022 – PMV.**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeado(a) em razão de aprovação no Concurso Público - PMV - Edital nº 026/2022:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. SILVANA DA COSTA JUNGES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.189/23, DE 15/12/2023.
2. ANDRESSA FERREIRA DE LIMA CISERIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.211/23, DE 27/12/2023.
3. JÉSSICA CRISTINA PATRICIO DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.212/23, DE 27/12/2023.
4. ELIANE RUTE ANDRIN ALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.213/23, DE 27/12/2023.
5. ROSANE DOS SANTOS RAMOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.214/23, DE 27/12/2023.
6. JANAÍNA DE MORAIS MENDONÇA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.215/23, DE 27/12/2023.
7. GIOVANA LILIANE SCUCIATO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.216/23, DE 27/12/2023.
8. MÁRCIA MARQUES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.217/23, DE 27/12/2023.
9. MARINES MARQUES BLANC	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.218/23, DE 27/12/2023.
10. MARIANA PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.219/23, DE 27/12/2023.
11. PALOMA SALLES DA CRUZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.220/23, DE 27/12/2023.
12. WALLACE OLIVEIRA ANCHIETA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.221/23, DE 27/12/2023.
13. MIRELLA VERONEZE DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.222/23, DE 27/12/2023.
14. ELISA CRISTINA CORREA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.223/23, DE 27/12/2023.
15. ADRIANA PASQUALI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.224/23, DE 27/12/2023.
16. SONIA APARECIDA DOS SANTOS ALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.225/23, DE 27/12/2023.
17. FABIANA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.226/23, DE 27/12/2023.
18. SIRLENE DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.227/23, DE 27/12/2023.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2024 14:13 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://cfc.atende.net/p6596e720b1dce>.



19. SIMONE LIMA SARAIVA TESK	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.228/23, DE 27/12/2023.
20. PATRICIA DAIANE RAMOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.229/23, DE 27/12/2023.
21. ELAINE BARBOSA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.230/23, DE 27/12/2023.
22. RUTE DOMINGUES DE MORAIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.231/23, DE 27/12/2023.
23. LETICIA MARTINAZZO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.232/23, DE 27/12/2023.
24. LEIA CUNHA PINHEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.233/23, DE 27/12/2023.
25. ADRIANA ANTUNES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.234/23, DE 27/12/2023.
26. DARIANE LUIZA PORTO NUNES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.235/23, DE 27/12/2023.
27. DARA APARECIDA RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.236/23, DE 27/12/2023.
28. KATIA DE SOUZA CORDEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.237/23, DE 27/12/2023.
29. NATALIA GOMES MAGALDI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.238/23, DE 27/12/2023.
30. DJULYA CARDOSO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21.239/23, DE 27/12/2023.
31. LUANA QUEIROZ DA SILVA	AUXILIAR EDUCACIONAL	21.199/23, DE 20/12/2023.
32. AMANDA DA CUNHA RODRIGUES	AUXILIAR EDUCACIONAL	21.202/23, DE 21/12/2023.

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).
- j) Certidão de regularidade eleitora;
- k) Extrato do CNIS do INSS atualizado.

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2024 14:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/tp6596e720b1dce>.



- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 04 de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA
Secretária Municipal de Administração Interina

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2024 14:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://e.atende.net/p6596a720b1dce>.



Assinado Eletronicamente por:
FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA
Secretaria de Comunicação e
Relações Institucionais

04/01/2024 16:29:31 -03:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não I



Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do
Município
OAB/SC 18.431
04/01/2024 14:12:58 -03:00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 04/2024

Publicação Nº 5484774

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2024
CONCURSO PÚBLICO 025/2022 – MAG.**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada em razão de aprovação no Concurso Público – Magistério – Edital nº 025/2022:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. RICARDO GEPFRICH DE OLIVEIRA	Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais – Disciplina: Língua Portuguesa.	21.171/2023, DE 13/12/2023.

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Certidão de regularidade eleitoral;
- Extrato do CNIS do INSS atualizado.

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2024 14:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p6596e72b1a09>.



- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 04 de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA
Secretária Municipal de Administração Interina

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/01/2024 14:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://l.c.atende.net/p6596a722b1a09>.



Assinado Eletronicamente por:
FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA
Secretaria de Comunicação e
Relações Institucionais

04/01/2024 16:29:10 -03:00

Assinatura digital avançada com certificado digital não I



Assinado Eletronicamente por:
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI:01826396900
Procurador Geral do
Município
OAB/SC 18.431
04/01/2024 14:12:58 -03:00

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DAS AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS DIRETAS EMITIDAS EM DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484724

Pág 1 / 1

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

Compras e Contratos

Relatório de Ordens de Compra

Data de Emissão Inicial: 01/12/2023 Data Emissão Fim: 31/12/2023 Tipo Ordem Compra: Todos Detalha Itens: Não Detalha Requisições: Não Detalha Finalidade: Não Detalha Histórico: Não Filtro Licitação: Somente Compras Dispensáveis Filtro Empenho: Todas empenhoSub: 0 empenhoLoaAno: 2024



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA							
Número/Ano	Tipo	Data Emissão	Data Vencimento	Fornecedor	Cidade	Empenho	Valor Total
100/2023	Ordinária	05/12/2023	31/01/2024	CHINHAN AUTOMOVEIS LTDA.	Caçador	457/2023	447,00
101/2023	Ordinária	05/12/2023	31/01/2024	CHINHAN AUTOMOVEIS LTDA.	Caçador	458/2023	387,29
106/2023	Ordinária	14/12/2023	31/01/2024	AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI	Ribeirão Preto	465/2023	112,00
Total das ordens:							R\$ 946,29
Quantidade de Ordens:							3

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA 003/2024

Publicação Nº 5484505

PORTARIANº 003/2024

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, Inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JEOVANA WINTER
Cargo: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Administração e Finanças, nomeado pela Portaria nº 035/08, de 11 de fevereiro de 2008, tomando posse no cargo dia 26 de fevereiro de 2008, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 02 de janeiro de 2024.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE JANEIRO DE 2024.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº 4/2024

Publicação Nº 5486826

DECRETO Nº 4, DE 4 DE JANEIRO DE 2024.

Homologa o Plano de Contratações Anual do Município de Xanxerê para o exercício de 2024, e dá outras providências.

ADENILSO BIASUS, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, em Exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VIII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos;

Considerando o inciso VII, do art. 12 da Lei 14.133/2021 que trata do Plano de Contratações Anual;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Plano de Contratações Anual do Município de Xanxerê para o exercício de 2024, constante do Anexo Único, com objetivo de racionalizar as contratações das Secretarias, garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração da lei orçamentária, em todos os seus termos, sendo parte integrante deste decreto.

Parágrafo único. As contratações não previstas no Plano de Contratações Anual deverão ser devidamente justificadas pelo órgão requisitante no documento de formalização de demanda (DFD).

Art. 2º O Plano de Contratações Anual deverá ser divulgado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e mantido à disposição do público no sítio eletrônico oficial do Município de Xanxerê.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 4 de janeiro de 2024.

ADENILSO BIASUS
Prefeito Municipal em Exercício

PLANO ANUAL DE COMPRAS COMPLETO - 2024

MULTIENTIDADES

Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
1	Multientidade	Licitação de uniformes (Camisetas e Camisetas polos)	R\$ 438.000,00	JULHO
2	Multientidade	Conserto de Pneus, Vulcanização, recapagem, serviços de geometria e balanceamento destinado a frota do município	R\$ 45.000,00	NOVEMBRO
3	Multientidade	Aquisição futuras e parceladas de materiais de expediente e artesanato	R\$ 233.203,05	OUTUBRO
4	Multientidade	Registro de Preços para Serviços Futuros e Parcelados de Lavagem e Higienização dos Veículos pertencentes à Frota das Secretarias da Prefeitura Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil de Xanxerê-SC e Lavagem de Tapete Cleankap.	R\$ 140.000,00	AGOSTO
5	Multientidade	Registro de preços para futuras revisões e recargas de extintores de incêndio e revisão, fornecimento e instalações de extintores de incêndio portátil	R\$ 15.000,00	DEZEMBRO
6	Multientidade	Contratação de empresa para fornecimento de cargas de Gás de Cozinha P-13 e P-45,	R\$ 20.000,00	JUNHO
7	Multientidade	Credenciamento de empresas especializadas com registro no CRECI, visando eventual contratação de serviços de Avaliação de Imóveis e atividades correlatas, com observância na NBR 14653, para o Município de Xanxerê-SC.	R\$ 41.000,00	NOVEMBRO
8	Multientidade	Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Elétricos, Hidráulicos, Materiais de Pinturas, Ferragens, Materiais de Construção, Equipamentos e outros	R\$ 1.267.600,00	PREVISÃO FEVEREIRO
9	Multientidade	Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Pneus e Câmaras de Ar	R\$ 74.000,00	DEZEMBRO

10	Multientidade	Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza	R\$	1.451.085,00	FEVEREIRO
11	Multientidade	Contratação de empresa para Prestação de Serviço de transporte de dados em tecnologia MPLS através de fibra ótica incluindo todos os equipamentos, instalações e serviços necessários, que permita o tráfego de dados, para interligação das Unidades Administrativas, ao Centro de Processamento de Dados da Prefeitura (Backbone Principal), incluindo os serviços de acesso à rede interna em todos os pontos de acessos, bem como link de internet full com largura de banda para o Centro Administrativo, cfe edital e anexos.	R\$	288.000,00	OUTUBRO
12	Multientidade	Gasolina Comum	R\$	647.000,00	MARÇO
13	Multientidade	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Controle de Pragas e Vetores, Limpeza e Desinfecção das Caixas d'água	R\$	132.800,00	AGOSTO
14	Multientidade	Registro de Preços para eventuais aquisições de divisórias e materiais correlatos (portas, bancadas) e serviços de montagem e desmontagem de divisórias	R\$	55.000,00	NOVEMBRO
15	Multientidade	Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de peças e mão de obra, compreendendo serviços de mecânica geral, lanternagem, pintura e chapeação, estofaria, tapeçaria e capotaria, elétrica, hidráulica, suspensão, reboque, reposição de acessórios, vidraceiro, ar-condicionado, retífica de motor, troca de óleos lubrificantes, substituição do filtro de óleo e aditivos para os veículos da frota do Município de Xanxerê, com base na Tabela de Orçamento Eletrônica de Mercado, sistema Audatex, Cilia, similar ou superior para as peças e no valor da hora de mão de obra técnica estimado em cada lote.	R\$	1.487.500,00	JANEIRO

16	Multientidade	Contratação de empresa para prestação de serviços de possível aquisição de passagens rodoviárias domésticas, compreendendo os Serviços de Cotação de Preços, Emissão, Transferência, Alteração e Cancelamento de Passagens Rodoviárias Nacionais, para atender as necessidades do Município de Xanxerê.	R\$ 438.000,00	MARÇO
17	Multientidade	Contratação de empresa para prestação de serviços de possível aquisição de passagens aéreas de todas as companhias de transporte aéreo, compreendendo os Serviços de Cotação de Preços, Reservas, Emissão, Transferência, Alteração e Cancelamento de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais em Voos Regulares, para atender as necessidades do Município de Xanxerê.	R\$ 40.000,00	JULHO
18	Multientidade	Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Vestuário Profissional, destinados aos servidores Públicos Municipais de Xanxerê-SC, conforme especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos.	R\$ 205.000,00	MARÇO
19	Multientidade	Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra de para pequenos reparos:Manutenção hidráulica (água e esgoto): troca de pias e torneiras, substituição de vasos sanitários e caixas de descarga, troca de encanamento, conserto de vazamento e falta de água, substituição de válvula, torneira boia, dentre outros serviços relacionados a manutenção hidráulica.Manutenção em alvenaria/carpintaria: conserto e manutenção de portas e janelas, pinturas, conserto de telhados e calhas, limpeza de calhas, instalação de cortinas e quadros, impermeabilização, requadro, conserto de abas, troca de foro, substituição de telhas de barro/fibrocimento/concreto, conserto de cerca/telas, dentre outros serviços relacionados a manutenção em alvenaria/carpintaria.Manutenção elétrica: instalação de tomadas, interruptores, fiação, disjuntores, troca de lâmpadas e calhas, instalação de canaletas, revisão da parte elétrica, dentre outros serviços relacionados a manutenção elétrica	R\$ 1.239.400,00	JANEIRO

20	Multientidade	Registro de Preços para futura e parceladas contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra para manutenção corretiva, limpeza, higienização, revisão, instalação e retirada de aparelhos de ar condicionado e aquisição de cargas de gás nos equipamentos de refrigeração de ambientes das diversas Secretarias do Município, Polícia Militar e Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê.	R\$ 296.000,00	MARÇO
21	Multientidade	Contratação de empresa para fornecimento de sistema de gestão pública municipal	R\$ 800.000,00	JULHO
22	Multientidade	Prestação de serviço de transporte, sendo: transporte de atletas e grupos artísticos que representam o município, transporte de pacientes que utilizam e rede pública municipal de saúde, imigrantes	R\$ 897.466,67	JANEIRO
23	Multientidade	Diesel e Arela	R\$ 671.243,27	FEVEREIRO
24	Multientidade	Fornecimento de Alimentação, sendo almoço tipo buffet livre para os servidores do SAMU, marmitas (jantar) para os servidores plantonistas do SAMU e marmitas (almoços) para o CAPS, Corpo de Bombeiros Militar, Marmitas para pessoas em vulnerabilidade social, situação de rua	R\$ 138.360,00	MARÇO
25	Multientidade	Container de Entulho	R\$ 86.500,00	ABRIL
26	Multientidade	Horas muncck	R\$ 425.000,00	MARÇO
27	Multientidade	Limpeza da Fossa	R\$ 150.000,00	MAIO
28	Multientidade	Impressoras	R\$ 80.000,00	FEVEREIRO
29	Multientidade	Telefonia móvel e fixa	R\$ 50.162,51	SETEMBRO
30	Multientidade	Mão de obra com serviços gerais, zelador para limpeza e conservação	R\$ 597.600,00	JULHO
31	Multientidade	Técnico de informática	R\$ 680.000,00	SETEMBRO
32	Multientidade	Alarme e Câmeras	R\$ 44.800,00	JANEIRO
33	Multientidade	Impressos e Papelaria	R\$ 308.300,00	FEVEREIRO
34	Multientidade	Mobiliário planejado	R\$ 625.000,00	ABRIL

35	Multientidade	Veículos Automotores	R\$	575.000,00	ABRIL
36	Multientidade	Materiais de jardinagem, mudas de flores e hortaliças, mudas de árvores nativas e insumos e materiais de adubação e fertilização, flores e grama para paisagismo	R\$	850.000,00	SETEMBRO
37	Multientidade	Publicidade	R\$	1.000.000,00	MAIO
38	Multientidade	Confecção de carimbos e estampas	R\$	5.300,00	ABRIL
39	Multientidade	Manutenção de eletrodomésticos e Máquinas	R\$	46.000,00	JULHO
40	Multientidade	Manutenção de equipamentos de informática	R\$	15.000,00	JULHO
41	Multientidade	Utensílios de cozinha/domésticos	R\$	60.000,00	MAIO
42	Multientidade	Condecorações e Bandeiras	R\$	27.000,00	MAIO
43	Multientidade	Material Hospitalar	R\$	15.000,00	JUNHO
44	Multientidade	Manutenção de rede de dados	R\$	19.800,00	JUNHO
45	Multientidade	Manutenção de máquinas pesadas	R\$	700.000,00	AGOSTO
46	Multientidade	Monitoramento eletrônico, disponibilização de vigilante	R\$	20.000,00	AGOSTO
47	Multientidade	Horas máquinas de trator de esteira, mini escavadeira, mini rolo compactador, vibroacabadora, mini fresadora de asfalto, escavadeira hidráulica, km de caminhão caçamba, km de caminhão pipa	R\$	4.815.000,00	AGOSTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
48	Secretaria de Administração e Finanças	Aquisição de folha com picote sem impressão para o setor de tributação.	R\$ 11.000,00	JANEIRO
49	Secretaria de Administração e Finanças	Móveis planejados para o Auditório		
50	Secretaria de Administração e Finanças	- Execução de reforma no centro administrativo municipal: substituição de rede elétrica interna e externa	R\$ 400.000,00	Abril

51	Secretaria Municipal de Administração e Finanças e demais entidades	Contratação de empresa para Prestação de serviço de mão de obra e materiais para automação deslizante de porta de correr de alumínio e vidro, com sensor para abertura e fechamento automático, para a porta da recepção de entrada do Centro Administrativo Municipal, através de Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 24, V da Lei 8.666/93, com o fornecedor abaixo especificado.	R\$ 20.000,00	JANEIRO
52	Secretaria Municipal de Administração e Finanças e demais entidades	Registro de Preços para aquisição de Itens de Assistência Humanitária, para atender as necessidades das famílias afetadas pelos desastres, com recursos do Fundo de Defesa Civil.	R\$ 200.000,00	JANEIRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
53	Secretaria de Educação	Aquisição de câmeras de segurança e informatização	R\$ 30.000,00	JANEIRO
54	Secretaria de Educação	Aquisição de calhas, algerosas e guarda corpo	R\$ 100.000,00	FEVEREIRO
55	Secretaria de Educação	Aquisição de material didático/pedagógico	R\$ 700.000,00	MARÇO
56	Secretaria de Educação	Colocação de piso em quadras poliesportivas	R\$ 150.000,00	MARÇO
57	Secretaria de Educação	Fechamento da quadra esportiva na EMEB Cruz e Souza		MARÇO
58	Secretaria de Educação	Fechamento da quadra esportiva na EMEB São Jorge		MARÇO

59	Secretaria de Educação	Substituição das janelas das salas de aula da EMEB Aparecida	R\$ 200.000,00	MARÇO
60	Secretaria de Educação	Aquisição de materiais específicos para os profissionais do Programa Arco Íris	R\$ 100.000,00	ABRIL
61	Secretaria de Educação	Reforma e ampliação EMEB Monteiro Lobato		ABRIL
62	Secretaria de Educação	Aquisição de tecidos e aviamentos para EMEBs e CEMEIs	R\$ 100.000,00	MAIO
63	Secretaria de Educação	Contratação de locutores, sistema de som, banheiros químicos, palcos para a Semana Cívica e o Desfile Cívico de 7 de setembro	R\$ 50.000,00	MAIO
64	Secretaria de Educação	Reforma na EMEB Aparecida		MAIO
65	Secretaria de Educação	Cercamento, muro e calçada na EMEB Nery Giachini		JUNHO
66	Secretaria de Educação	Chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar	R\$ 480.000,00	AGOSTO
67	Secretaria de Educação	Aquisição de mochilas e estojos para alunos e professores da rede	R\$ 600.000,00	SETEMBRO
68	Secretaria de Educação	Contratação de empresa para realização de processo seletivo	R\$ 25.000,00	OUTUBRO
69	Secretaria de Educação	Aquisição de merenda escolar	R\$ 1.200.000,00	NOVEMBRO

SECRETARIA DE ESPORTES

Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
----	-----------------	--------	----------------	---------------

70	Secretaria de Esportes	Credenciamento de Entidades Desportivas (federações, Associações, Ligas, entre outras), pessoa jurídica para prestação de serviço de arbitragem de competições esportivas municipais, através da Secretaria de esportes	R\$ 80.000,00	JANEIRO
71	Secretaria de Esportes	Contratação empresa, associações e ou ligas para prestação de serviço de organização de campeonatos municipais através da Secretaria de esportes	R\$ 12.000,00	JANEIRO
72	Secretaria de Esportes	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento mensal de sistemas de gestão esportiva	R\$ 8.000,00	JANEIRO
73	Secretaria de Esportes	Aquisição de uniformes personalizados e materiais esportivos, tais como bolas, redes, etc, para uso das equipes esportivas e projeto Atleta Cidadão, através da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer	R\$ 100.000,00	FEVEREIRO
74	Secretaria de Esportes	Medalhas e troféus para os diversos campeonatos e eventos esportivos, culturais e de lazer desenvolvidos pela Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer;	R\$ 40.000,00	JANEIRO
75	Secretaria de Esportes	Registro de preço para prestação de serviço de som iluminação e trelça para eventos da secretaria de Esportes	R\$ 100.000,00	MARÇO
76	Secretaria de Esportes	Registro de preço para sonorização da Arena Ivo Sguissardi	R\$ 50.000,00	MARÇO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
----	-----------------	--------	----------------	---------------

77	Secretaria Desenvolvimento Econômico	EVENTO Premiação do Movimento Econômico	R\$ 90.000,00	MARÇO
78	Secretaria Desenvolvimento Econômico	Serviço de infraestrutura para empresas e produtores rurais (terraplanagem, cascalhamento, nivelamento)	R\$ 200.000,00	ABRIL
79	Secretaria Desenvolvimento Econômico	Concorrência pública para venda de três terrenos do distrito industrial Pedro Bortoluzzi e, distrito industrial Nascer do Sol	R\$ 5.000.000,00	ABRIL
80	Secretaria Desenvolvimento Econômico - Departamento de Turismo	Confecção de 05 faixas de destaque de pelotão para o Departamento de Turismo com a Marca do Visite Xanxerê para o desfile de 07 de setembro	R\$ 2.000,00	JULHO
81	Secretaria Desenvolvimento Econômico - Departamento de Turismo	Curso de capacitação Inglês/Espanhol para atendimento ao público	R\$ 17.000,00	MARÇO
82	Secretaria Desenvolvimento Econômico	Aluguel de sistema de climatização para a Expo Femi 2024	R\$ 120.000,00	JANEIRO
83	Secretaria Desenvolvimento Econômico	Aluguel de mobília, painéis, tapetes e artefatos decorativos para hall de entrada e stand da prefeitura para a Expo Femi 2024	R\$ 25.000,00	JANEIRO
84	Secretaria Desenvolvimento Econômico	Estrutura metálica móvel e espelhos para decoração de hall de entrada para Expo Femi 2024	R\$ 20.000,00	JANEIRO

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
85	Secretaria de Agricultura	Contratação/renovação/prorrogação Convênio EPAGRI	R\$ 75.000,00	JANEIRO
86	Secretaria de Agricultura	Contratação de prestador de serviços de silagem	R\$ 400.000,00	DEZEMBRO
87	Secretaria de Agricultura	Manutenção convênio Prosuasa	R\$ 25.000,00	JANEIRO
88	Secretaria de Agricultura	Equipamentos de consumo para manutenção de poda (fios/cabeçote/roçadeiras/óleo/gasolina)	R\$ 150.000,00	ABRIL
89	Secretaria de Agricultura	Aquisição de Larvicida Biológico para controle de mosquito Borrachudo	R\$ 90.000,00	MARÇO
90	Secretaria de Agricultura	Assessoria/consultoria técnica Sebrae	R\$ 30.000,00	FEVEREIRO
91	Secretaria de Agricultura	Horas máquina para prestações de serviços diversos: motoniveladora	R\$ 660.000,00	JANEIRO
92	Secretaria de Agricultura	Horas máquina para prestações de serviços diversos: escavadeira hidráulica >20 ton	R\$ 225.000,00	JANEIRO
93	Secretaria de Agricultura	Horas máquina para prestações de serviços diversos: trator de esteira > 15 ton	R\$ 460.000,00	JANEIRO
94	Secretaria de Agricultura	Horas máquina para prestações de serviços diversos: rolo compactador > 10 ton	R\$ 370.000,00	JANEIRO
95	Secretaria de Agricultura	Quilometragem de caminhão caçamba, tração 6x4, caçamba 14 m³	R\$ 1.660.000,00	JANEIRO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
96	Secretaria de Meio Ambiente	Contratação/renovação/prorrogação Sistema de licenciamento ambiental SINFAT/CIGA	R\$ 6.600,00	JANEIRO

97	Secretaria de Meio Ambiente	Convênio Atendimentos veterinários	R\$ 90.000,00	FEVEREIRO
98	Secretaria de Meio Ambiente	Credenciamento Castração Cachorros Fêmea	R\$ 200.000,00	FEVEREIRO
99	Secretaria de Meio Ambiente	Credenciamento Castração gatos Fêmea	R\$ 20.000,00	FEVEREIRO
100	Secretaria de Meio Ambiente	Convênio Associações de Catadores	R\$ 60.000,00	MARÇO
101	Secretaria de Meio Ambiente	Credência para procedimentos veterinários/medicamentos/Exames	R\$ 300.000,00	MARÇO
102	Secretaria de Meio Ambiente	Convênio Propoções CIDEMA	R\$ 35.000,00	MARÇO
103	Secretaria de Meio Ambiente	Ração para cães e gatos	R\$ 90.000,00	MARÇO

SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
105	Secretaria de Obras	Execução de limpeza urbana, ecoponto com coleta, transporte e destinação final de resíduos volumosos e resíduos verdes de podas	R\$ 500.000,00	FEVEREIRO
106	Secretaria de Obras	Execução de calçadas em paver e lajotas	R\$ 600.000,00	AGOSTO
107	Secretaria de Obras	Execução de meio fio de concreto e dispositivos similares	R\$ 200.000,00	MAIO
108	Secretaria de Obras	Execução de guarda corpo metálico, com e sem suporte a floreiras, com e sem corrimão no eco parque e em vias e espaços públicos	R\$ 50.000,00	ABRIL
109	Secretaria de Obras	Execução de piso de concreto para pista de corrida e passeios internos no eco parque	R\$ 250.000,00	MARÇO

110	Secretaria de Obras	Execução de passarela metálica para transposição de curso d'água no eco parque	R\$ 200.000,00	MAIO
111	Secretaria de Obras	Execução de rede elétrica e de iluminação na área do eco parque	R\$ 250.000,00	AGOSTO
112	Secretaria de Obras	Execução de playground e mini playground em praça, parque de exposições e eco parque	R\$ 200.000,00	MARÇO
113	Secretaria de Obras	Execução de academia de ginástica ao ar livre em praça e eco parque e conserto das existentes	R\$ 200.000,00	MAIO
114	Secretaria de Obras	Execução de radier em concreto armado e rampa de acesso com corrimão e instalações complementares para módulo metálico com banheiros e espaço para café no eco parque	R\$ 30.000,00	FEVEREIRO
115	Secretaria de Obras	Execução de paisagismo (arbustos e grama) e equipamentos urbanísticos no eco parque e outros espaços públicos	R\$ 200.000,00	MARÇO
116	Secretaria de Obras	Execução de urbanismo em área no entorno do ginásio Menegolla, quadras de areia e pista de skate	R\$ 250.000,00	MAIO
117	Secretaria de Obras	- Execução de serviços de muros e muretas de alvenaria estruturada (registro de preços)	R\$ 50.000,00	FEVEREIRO
118	Secretaria de Obras	- Execução de recapeamento asfáltico de várias ruas (10km) - registro de preço	R\$ 5.000.000,00	JANEIRO
119	Secretaria de Obras	- Execução de remendos profundos e superficiais para recuperação do pavimento de vias urbanas - registro de preço	R\$ 1.000.000,00	JANEIRO
120	Secretaria de Obras	- Execução de serviços de implantação ou adequação de redes de drenagem pluvial em áreas e vias públicas (canalização)	R\$ 500.000,00	MARÇO
121	Secretaria de Obras	- Execução de serviços para construção de bocas de lobo e dispositivos em drenagem pluvial	R\$ 100.000,00	MARÇO
122	Secretaria de Obras	- Execução de grades ou estruturas similares para contenção de resíduos na entrada de galerias pluviais	R\$ 150.000,00	MARÇO

123	Secretaria de Obras	- Execução de serviços de construção ou adequação de redes de esgoto, água e drenagem pluvial e seus dispositivos	R\$ 150.000,00	FEVEREIRO
124	Secretaria de Obras	- Execução de serviços de manutenção de vias públicas com correção de pavimentos por meio de remendos e serviços correlatos	R\$ 150.000,00	FEVEREIRO
125	Secretaria de Obras	- Execução de serviços de sinalização viária horizontal	R\$ 1.160.000,00	JANEIRO
126	Secretaria de Obras	- Execução de serviços de sinalização viária vertical e placas toponímicas	R\$ 350.000,00	JANEIRO
127	Secretaria de Obras	- Execução de serviços de defesa metálica (guard rail)	R\$ 130.000,00	JANEIRO
128	Secretaria de Obras	Execução de serviços de rede elétrica para iluminação de trevos de acesso a cidade	R\$ 300.000,00	FEVEREIRO
129	Secretaria de Obras	- Serviço de controle tecnológico de concreto asfáltico, com extração de corpos de prova e análise em laboratório	R\$ 80.000,00	MARÇO
130	Secretaria de Obras	- Serviços técnicos de sondagem de solo para elaboração de estudo geotécnico para desenvolvimento de projetos de infraestruturas públicas	R\$ 40.000,00	FEVEREIRO
131	Secretaria de Obras	- Serviços de manutenção/instalação de poço artesiano, contemplando bomba, painel elétrico e outros serviços correlacionados	R\$ 30.000,00	FEVEREIRO
132	Secretaria de Obras	- Execução de obra de implantação do loteamento/distrito Industrial Nascor do Sol (etapa 1)	R\$ 5.500.000,00	JANEIRO
133	Secretaria de Obras	- Execução de pavimentação asfáltica de várias ruas (10km)	R\$ 15.000.000,00 (finisa)	FEVEREIRO
134	Secretaria de Obras	- Execução de revitalização da rua 27 de Fevereiro (etapa 2) - exclusive viaduto e elevação de pista	R\$ 1.000.000,00	ABRIL
135	Secretaria de Obras	- Execução de viaduto e estrutura de contenção de terra para acesso a viaduto, na rua 27 de Fevereiro	R\$ 2.500.000,00	ABRIL

136	Secretaria de Obras	- Execução de construção de unidades residenciais (casas populares) - 20 casas	R\$ 2.000.000,00	ABRIL
137	Secretaria de Obras	- Credenciamento de empresas para construção de blocos verticais de apartamento populares (256 unidades)	R\$ 2.500.000,00 (até R\$ 10.000,00 por família)	JANEIRO
138	Secretaria de Obras	- Execução de obra de macrodrenagem tipo túnel subterrâneo (1 km)	R\$ 15.000.000,00 (parte recurso do estado 50 a 70%)	MARÇO
139	Secretaria de Obras	- Execução de estrutura para o novo terminal rodoviário municipal	R\$ 2.000.000,00	SETEMBRO
140	Secretaria de Obras	- Execução de sistema preventivo contra incêndio em estrutura do parque de exposições	R\$ 350.000,00	MAIO
141	Secretaria de Obras	- Execução de estrutura de ponte sobre o rio Xanxerê na rua Adelia Bodanese	R\$ 350.000,00	ABRIL
142	Secretaria de Obras	- Execução de adequação de ponte/galeria sobre o rio Xanxerê na rua Selistre de Campos	R\$ 100.000,00	MARÇO
143	Secretaria de Obras	- Execução da estrutura do Centro de Convivência do loteamento Dharma Ville - 1º etapa da obra	R\$ 350.000,00	FEVEREIRO
144	Secretaria de Obras	- Execução da estrutura do Centro de Convivência do bairro Santos Dias - 1º etapa da obra	R\$ 350.000,00	FEVEREIRO
145	Secretaria de Obras	- Execução de fechamento do pavilhão do centro comunitário do bairro Apatecida (2º etapa)	R\$ 200.000,00	JANEIRO
146	Secretaria de Obras	- Execução da ampliação e complementação do Centro comunitário Santa Cruz - 3º etapa	R\$ 300.000,00	MAIO
147	Secretaria de Obras	- Execução de melhorias na quadra/ginásio do bairro Bela Vista	R\$ 200.000,00	ABRIL
148	Secretaria de Obras	- Execução de estrutura de bacias de contenção de águas pluviais e fluviais	R\$ 1.000.000,00	JUNHO

149	Secretaria de Obras	- Execução de infraestrutura de mobilidade urbana tipo ciclovia/ciclo faixa, ruas Euclides Hack, Santos Dumont, 27 de fevereiro e Cel. Passos Maia	R\$ 250.000,00	JUNHO
150	Secretaria de Obras	- Execução de obra de revitalização da rua Cel. Passos Maia (centro)	R\$ 500.000,00	MAIO
151	Secretaria de Obras	- Execução de quadra de beach tênis, de futebol society e poliesportiva de concreto no eco parque	R\$ 1.000.000,00	MARÇO
152	Secretaria de Obras	- Execução de construção de muros de contenção no loteamento João de Barro, no b. Vila Sésamo	R\$ 500.000,00	AGOSTO
153	Secretaria de Obras	- Execução de construção de muro de contenção na rua Batista Fabrício no bairro Santa Cruz	R\$ 260.000,00	ABRIL
154	Secretaria de Obras	- Execução de reforma da cancha de bocha do centro idoso	R\$ 50.000,00	JANEIRO
155	Secretaria de Obras	- Execução de campo suíço em grama, com cercamento em tela, no bairro João Winckler	R\$ 150.000,00	FEVEREIRO
156	Secretaria de Obras	- Execução de rede de distribuição de água, adução e reservatório no loteamento Altos da Serrinha	R\$ 250.000,00	JANEIRO
157	Secretaria de Obras	- Execução de rede de distribuição de água, adução e reservatório no loteamento Cavalheiro (Reurb de área atrás da Vantec) e de Reurb Feliz Retiro	R\$ 200.000,00	MAIO
158	Secretaria de Obras	- Execução de rede de coleta e/ou condução e sistema de tratamento de efluentes no bairro Vila Sesamo (final da rua Lourenço Cavagnolli)	R\$ 60.000,00	JANEIRO
159	Secretaria de Obras	- Execução de rede de coleta e/ou condução e sistema de tratamento de efluentes no bairro Bela Vista (rua Palmedio Giordani)	R\$ 20.000,00	JANEIRO
160	Secretaria de Obras	- Execução de praça pública no bairro Vista Alegre	R\$ 350.000,00	MARÇO
161	Secretaria de Obras	- Execução de praça pública no bairro Castelo Branco	R\$ 100.000,00	MAIO

162	Secretaria de Obras	- Execução de praça pública no loteamento lop, no bairro Tacca	R\$ 50.000,00	FEVEREIRO
163	Secretaria de Obras	- Execução de estrutura de vestiários com banheiros em área do campo de futebol no bairro Bela Vista	R\$ 80.000,00	MARÇO
164	Secretaria de Obras	- Execução de estrutura de vestiários com banheiros em área do campo de futebol no loteamento Novo Horizonte no bairro Jardim Tarumã	R\$ 80.000,00	MARÇO
165	Secretaria de Obras	- Execução de muro de contenção e divisa na área de uso da Associação de Agricultura Familiar na rua Antônio Vítório Giordani	R\$ 30.000,00	FEVEREIRO
166	Secretaria de Obras	- Aquisição de novos abrigos de ônibus	R\$ 120.000,00	FEVEREIRO
167	Secretaria de Obras	- Aquisição de massa asfáltica a frio ensacada	R\$ 250.000,00	FEVEREIRO
168	Secretaria de Obras	- Aquisição de emulsão asfáltica para pintura de ligação	R\$ 100.000,00	MARÇO
169	Secretaria de Obras	- Aquisição de máquina cortadora de piso/asfalto, motor a gasolina, mínimo 9 HP	R\$ 12.000,00	FEVEREIRO
170	Secretaria de Obras	- Aquisição de placa compactadora vibratória, motor a gasolina, mínimo 5HP	R\$ 8.000,00	FEVEREIRO
171	Secretaria de Obras	- Aquisição de corda para execução de guarda corpo em praça e parque de exposições	R\$ 4.000,00	JANEIRO
172	Secretaria de Obras	- Aquisição de tinta acrílica para sinalização viária	R\$ 40.000,00	JANEIRO
173	Secretaria de Obras	- Aquisição de placas metálicas e suporte de placas para sinalização viária	R\$ 310.000,00	JANEIRO
174	Secretaria de Obras	- Aquisição de tachas e tachões para sinalização viária	R\$ 70.000,00	JANEIRO

175	Secretaria de Obras	- Aquisição de cones, cavaletes, coletes, fitas, tapumes e outros equipamentos ou materiais de identificação e sinalização de obras, serviços e servidores	R\$ 100.000,00	ABRIL
176	Secretaria de Obras	- Aquisição de lâmpadas, luminárias, braços metálicos para poste de iluminação, relés, entre outros materiais elétricos para manutenção e adequação da rede de iluminação pública e uso nas áreas e edificações públicas	R\$ 1000.000,00	MARÇO
177	Secretaria de Obras	- Aquisição de grades metálicas para bocas de lobo	R\$ 100.000,00	FEVEREIRO
178	Secretaria de Obras	- Aquisição de kit padrão de entrada de energia monofásico e trifásico	R\$ 100.000,00	JANEIRO
179	Secretaria de Obras	- Aquisição de kit sistema de tratamento de efluentes doméstico com tanque séptico e filtro anaeróbio	R\$ 80.000,00	JANEIRO
180	Secretaria de Obras	- Aquisição de materiais de construção para programa de melhorias habitacionais de uso geral (Casa Boa).	R\$ 500.000,00	JUNHO
181	Secretaria de Obras	- Aquisição de licença de software para elaboração de projetos em tecnologia BIM	R\$ 40.000,00	JANEIRO
182	Secretaria de Obras	- Aquisição de licença de sistema/plataforma WEB tecnologia BIM gestão de projetos e obras públicas	R\$ 80.000,00	JANEIRO
183	Secretaria de Obras	- Aquisição de licença e suporte de sistema de informações geográficas (SIG GEO)	R\$ 200.000,00	FEVEREIRO
184	Secretaria de Obras	- Aquisição de equipamentos para gestão e fiscalização de obras e posturas no município	R\$ 50.000,00	MAIO
185	Secretaria de Obras	- Aquisição de licença de outros softwares ou sistemas de engenharia	R\$ 50.000,00	FEVEREIRO
186	Secretaria de Obras	- Desenvolvimento de arte e serigrafia de cartilhas (cartilha de calçadas e outras)	R\$ 30.000,00	MAIO
187	Secretaria de Obras	- Serviços técnicos para elaboração de projetos de rede de abastecimento de água em área do Reurb Cavalheiro e Reurb Feliz Retiro	R\$ 60.000,00	JANEIRO

188	Secretaria de Obras	- Serviços técnicos para elaboração de estudo técnico/projeto de engenharia para sistema de macrodrenagem tipo túnel subterrâneo	R\$ 80.000,00	JANEIRO
189	Secretaria de Obras	- Serviços técnicos para elaboração de projetos de novo terminal rodoviário municipal	R\$ 70.000,00	FEVEREIRO
190	Secretaria de Obras	- Serviços técnicos de avaliação de imóveis, áreas e vias públicas para fins de cobrança de contribuição de melhorias	R\$ 50.000,00	JANEIRO
191	Secretaria de Obras	- Serviços técnicos para elaboração de estudo técnico/projeto de engenharia para bacias de contenção de águas pluviais e fluviais ou similares para resolução de problemas com alagamentos e inundações	R\$ 50.000,00	FEVEREIRO
192	Secretaria de Obras	- Serviços técnicos para elaboração de Plano Municipal de Drenagem Pluvial	R\$ 30.000,00	ABRIL
193	Secretaria de Obras	- Serviços técnicos para elaboração de projetos de loteamento popular em área pública na linha Taquaruçu (cerca de 130 lotes)	R\$ 220.000,00	FEVEREIRO
194	Secretaria de Obras	- Serviços técnico de topografia e assistência social para regularização fundiária (REURB)	R\$ 150.000,00	ABRIL
195	Secretaria de Obras	- Serviços técnico de engenharia para elaboração de projetos de obras de construção civil em geral	R\$ 80.000,00	MARÇO
196	Secretaria de Obras	- Serviços técnico de engenharia para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica de vias urbanas e rurais	R\$ 200.000,00	JUNHO
197	Secretaria de Obras	- Serviços técnico de engenharia para elaboração de projetos de redes e dispositivos de drenagem pluvial	R\$ 20.000,00	JUNHO
198	Secretaria de Obras	- Serviços técnico de engenharia para elaboração de projetos de muros de contenção	R\$ 20.000,00	JUNHO
199	Secretaria de Obras	- Serviços técnico de engenharia elétrica para fiscalização de iluminação pública, desenvolvimento de projeto e análise de novos loteamentos (contratação de engenheiro eletricista)	R\$ 120.000,00	MARÇO

200	Secretaria de Obras	- Aquisição de pedras e britas para usos diversos nas manutenções de infraestruturas viárias e outros espaços públicos	R\$ 300.000,00	AGOSTO
201	Secretaria de Obras	- Aquisição de tubos de concreto de diversos diâmetros para execução de bueiros, redes de drenagem pluvial, manutenção e adequação de redes de drenagem urbana e rural em vias e outras áreas públicas	R\$ 350.000,00	AGOSTO
202	Secretaria de Obras	- Aquisição de galerias de concreto armado para drenagem pluvial, canalização e transposição de vias sobre cursos d'água perenes ou intermitentes	R\$ 250.000,00	FEVEREIRO
203	Secretaria de Obras	Aquisição de calhas e guarda-corpos para troca de guarda corpos existentes e danificados.	R\$ 80.000,00	FEVEREIRO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
204	Secretaria de Assistência Social	Licitação Kit de Cestas Básicas (Não Perecíveis e Materiais de Higiene e Limpeza)	R\$ 500.000,00	FEVEREIRO
205	Secretaria de Assistência Social	Contratação de Empresa Especializada para a Reforma Estrutura Física existe do Cras I, localizado no B. Sufiatti	R\$ 30.000,00	FEVEREIRO
206	Secretaria de Assistência Social	Contratação de Empresa Especializada para Capacitação aos Servidores da Secretaria de Assistência Social	R\$ 50.000,00	JUNHO
207	Secretaria de Assistência Social	Contratação de Empresa para capacitar adolescentes em situação de Vulnerabilidade Socias para a Produção Orientada de Produtos de Panificação	R\$ 60.000,00	ABRIL

208	Secretaria de Assistência Social	Contratação através de Processo Seletivo de Advogado para Compor equipe no Creas	R\$ 50.000,00	MARÇO
209	Secretaria de Assistência Social	Contratação De Empresa Especializada para a Reforma Estrutura Física SCFV Jovem Cidadão, localizado no B. dos Esportes	R\$ 115.000,00	JUNHO
210	Secretaria de Assistência Social	Registro de Preços para Aquisição de Mantas e Materiais de Higiene Pessoal para População em Situação de Rua	R\$ 20.000,00	MARÇO

SECRETARIA DE SAÚDE				
Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
211	Secretaria de Saúde	Contratação de Empresa para realização da 1ª Oficina de Gestão da Qualidade e Gerenciamento de Risco da VISA	R\$ 28.000,00	JANEIRO
212	Secretaria de Saúde	Serviço de Coleta, transporte e destinação final correta de Resíduos tipo B (Químicos)	R\$ 15.000,00	JANEIRO
213	Secretaria de Saúde	Aquisição de Materiais e utensílios para equipar Unidades Básicas de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Centro de Distribuição da Secretaria Municipal de Saúde.	R\$ 200.000,00	FEVEREIRO
214	Secretaria de Saúde	Aquisição de Equipamentos Médicos, Odontológicos, Enfermagem, Fisioterapia, Eletrodomésticos e Eletroportáteis para as Unidades Básicas de Saúde e Outros Setores da Secretaria Municipal de Saúde.	R\$ 300.000,00	FEVEREIRO
215	Secretaria de Saúde	Aquisição de materiais para realização de eventos/atividades em Educação em Saúde e Divulgação de Campanhas do Calendário Vacinal e Campanhas de Prevenção e Promoção à Saúde- Outubro Rosa Novembro Azul, etc...	R\$ 150.000,00	MARÇO

216	Secretaria de Saúde	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Execução do projeto de fornecimento e instalação elétrica da entrada de energia trifásica no CIS e Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 170.000,00	MAIO
217	Secretaria de Saúde	Contratação de Empresa especializada no fornecimento de cargas e recargas de oxigênio medicinal, com comodato de cilindros, destinado ao uso dos pacientes do Município de Xanxerê, Unidades Básicas de Saúde, Centro Integrado de Saúde, ambulâncias do setor de TFD e Serviço Móvel de Urgência (SAMU).	R\$ 247.866,67	JULHO
218	Secretaria de Saúde	A aquisição dos testes, materiais didáticos, jogos educativos, brinquedos e afins, que tem por finalidade aprimorar os atendimentos psicológicos, psiquiátricos de pediatria e de terapia ocupacional realizados pela Secretaria Municipal de Saúde. A utilização dos testes vai auxiliar no diagnóstico dos pacientes bem como na conduta a ser definida, gerando assim uma otimização no tratamento.	R\$ 80.000,00	AGOSTO
219	Secretaria de Saúde	Contratação de prestador de serviço para Manutenção Preventiva Anual, Manutenção Corretiva e troca anual de baterias, um lote de peças para as 18 Câmaras Frias de Conservação de Vacinas e Medicamentos e dos Equipamentos de Laboratório do Município de Xanxerê- SC	R\$ 40.000,00	JANEIRO
220	Secretaria de Saúde	Aquisição de Material de Odontologia para Utilização nos consultórios odontológicos das Unidades Básica de Saúde	R\$ 150.000,00	JANEIRO
221	Secretaria de Saúde	Aquisição de Material e Insumos de Laboratório para Utilização no Laboratório Municipal	R\$ 40.000,00	JANEIRO
222	Secretaria de Saúde	Contratação de Empresa para Manutenção e Limpeza dos Purificadores de Água e um lote para aquisição de filtros	R\$ 15.000,00	ABRIL

223	Secretaria de Saúde	Aquisição de fórmulas e suplementos alimentares para Dispensação conforme o Protocolo, para Pacientes da Rede Básica de Saúde	R\$ 100.000,00	ABRIL
224	Secretaria de Saúde	Serviço de Coleta, transporte e destinação Final de Resíduos tipo produzidos nas Unidades Básicas de Saúde	R\$ 150.000,00	AGOSTO
225	Secretaria de Saúde	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção preventiva e/ou corretiva em equipamentos odontológicos e autoclaves	R\$ 40.000,00	AGOSTO
226	Secretaria de Saúde	Aquisição de Peças para conserto de Autoclaves de Enfermagem e de Odontologia e Conserto de Equipamentos de Odontologia pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde.	R\$ 200.000,00	MARÇO
227	Secretaria de Saúde	Aquisição de Gêneros Alimentícios, perecíveis e não perecíveis para Utilização do CAPS	R\$ 106.585,00	NOVEMBRO
228	Secretaria de Saúde	Aquisição de Medicamentos, Fraldas, Tiras e Lancetas para este de Glicose com Aparelho em Comodato para distribuição aos pacientes da rede municipal de saúde e medicamentos para distribuição através de cumprimento de ações judiciais	R\$ 2.500.000,00	ABRIL
229	Secretaria de Saúde	Aquisição de Materiais, Insumos de enfermagem/médicos, curativos especiais para feridas, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde do Município	R\$ 350.000,00	ABRIL
230	Secretaria de Saúde	Locação de Concentradores Estacionários de Oxigênio	R\$ 120.000,00	JULHO
231	Secretaria de Saúde	Contratação de Empresa Especializada em Capacitação para os Servidores da Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 15.000,00	MAIO
232	Secretaria de Saúde	Contratação de Empresa Especializada em Reforma e Reparos das Coberturas e Telhados das Unidades Básicas de Saúde.	R\$ 150.000,00	JUNHO
233	Secretaria de Saúde	Placas para Identificação das Unidades Básicas de Saúde	R\$ 50.000,00	FEVEREIRO

234	Secretaria de Saúde	Contratação de empresa para a prestação de Serviços de Confeção de próteses dentárias (total e parcial), consertos de próteses, confecção de dente, contraplacado, confecção de grade metálica fundida, reembasamento de prótese , destinados a pacientes que são atendidos pela Rede Básica de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas, do Município de Xanxerê-SC,	R\$ 270.000,00	JANEIRO
235	Secretaria de Saúde	Contratação de empresa especializada em serviços de Tecnologia da Informação e infraestrutura em nuvem (modelo IaaS), contemplando locação mensal de 2 (dois) servidores, máquinas virtuais Linux, respectivo licenciamento de sistema operacional, armazenamento, suporte técnico, backup do ambiente, serviço de firewall dedicado e demais características constantes nas especificações técnicas deste termo de referência.	R\$ 18.000,00	JUNHO
236	Secretaria de Saúde	Edital de credenciamento de especialidades médicas	R\$ 3.000.000,00	JUNHO
237	Secretaria de Saúde	Editais de credenciamentos de cirurgias hospitalares e ambulatoriais	R\$ 638.900,00	MAIO
238	Secretaria de Saúde	Laboratórios de Análises Clínicas (5 Laboratórios Terceirizados)	R\$ 2.400.000,00	AGOSTO
239	Secretaria de Saúde	Edital de credenciamento serviços de psicologia	R\$ 483.600,00	JULHO
240	Secretaria de Saúde	Contrato de reteio Consorcio de Saúde-CIS AMOSC	R\$ 3.600.000,00	JULHO
241	Secretaria de Saúde	Locação Casa do CAPS	R\$ 54.000,00	ABRIL
242	Secretaria de Saúde	Locação Casa CEO	R\$ 52.200,00	MAIO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE XANXERÊ

Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
243	Corpo de Bombeiros Militar	Fardamento Bombeiros Militares (Uniformes, fardas, tecidos, aviamentos)	R\$ 51.343,21	MARÇO
244	Corpo de Bombeiros Militar	Roupa de aproximação (Casaco e Calca) - Combate a Incêndio - CIE - EPI	R\$ 30.000,00	MARÇO
245	Corpo de Bombeiros Militar	Roupa de aproximação (Casaco e Calca) - EPI Multimissão	R\$ 20.400,00	MARÇO
246	Corpo de Bombeiros Militar	Serviços contratados com Pessoa Jurídica: Manutenção e Conservação de Maquinas e Equipamentos Operacionais	R\$ 50.000,00	MAIO

30º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE XANXERÊ				
Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
247	30º BPM	Bordados	R\$ 3.000,00	MARÇO
248	30º BPM	Equipamentos táticos militares	R\$ 40.000,00	ABRIL
249	30º BPM	Material para manutenção do sistema de rádio comunicador	R\$ 15.000,00	MAIO

DEPARTAMENTO DE CULTURA				
Nº	UNIDADE GESTORA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	DATA PREVISTA
250	Cultura	Troféus para os diversos eventos culturais como: Festivais Culturais e Concursos do Departamento de Cultura	R\$ 3.000,00	DEZEMBRO
251	Cultura	Aquisição de materiais para as oficinas dos projetos do Programa PROMFAC - Artesanatos em geral e nas decorações de eventos (Quermesse de São João, Natal, Páscoa, outros.) do Departamento de Cultura	R\$ 20.000,00	MAIO

252	Cultura	Contratação de empresa especializada nas montagens de som, palco e tendas para eventos do Departamento de Cultura	R\$ 100.000,00	FEVEREIRO
253	Cultura	Aquisição de materiais elétricos, luzes natalinas, adornos, e estruturas metálicas para decoração natalina e mão de obra de instalações	R\$ 200.000,00	MAIO
254	Cultura	Contratação de artistas e empresas especializadas em eventos do Departamento de Cultura	R\$ 100.000,00	MAIO
255	Cultura	Contratação de empresa especializada nas montagens de som, monitoramento câmeras de segurança, alarmes	R\$ 5.000,00	FEVEREIRO
256	Cultura	Editais através recurso Fundo Municipal de Cultura	R\$ 160.000,00	ABRIL
257	Cultura	Editais recurso Lei Federal - LEI PAULO GUSTAVO- LPG	R\$ 460.000,00	OUTUBRO
258	Cultura	Editais recurso Lei Federal - LEI ALDIR BLAC – LAB	R\$ 380.000,00	ABRIL
259	Cultura	Oficinas PROMFAC	R\$ 150.000,00	ABRIL

EDITAL DE AUTUAÇÃO E INTIMAÇÃO – TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO Nº 338/2023

Publicação Nº 5483729

EDITAL DE AUTUAÇÃO E INTIMAÇÃO – TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO Nº 338/2023

O Município de Xanxerê, através da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços, por meio do Setor de Fiscalização, vem por meio deste Edital autuar e intimar, a senhora ELOIR SEBASTINA DA LUZ, inscrita no CPF sob nº 346.286.149-20, ou eventuais sucessores e/ou possuidores do imóvel a qualquer título, atualmente em local incerto ou não sabido, a fim de tomar ciência sobre o teor do Termo de Ocorrência e Inspeção nº 338/2023, que tem como objeto a autuação para execução do passeio público e roçada e limpeza do terreno – L2 de parte das chácaras 48 e 49, localizado na Rua Santos Dumont, 955, Bairro Veneza, com matrícula no CRI de Xanxerê sob nº 29.492, intimando-a para que no prazo de 30 (trinta) dias execute a construção do passeio público, seguindo as normas do código municipal de obras (LC n. 2918/2006) e o disposto na ação judicial nº 0900029-09.2018.8.24.0080, sob pena de pagamento de multa pecuniária, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação vigente.

Xanxerê, SC, 4 de janeiro de 2024.

Ildomar da Silva
Fiscal de Obras
Secretaria de Obras, Transportes e Serviços
Município de Xanxerê

ERRATA DE AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 0020/2023

Publicação Nº 5483464

ERRATA DE AVISO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0338/2023 - CHAMAMENTO Nº 0020/2023

O Município de Xanxerê-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Adenilso Biasus, retifica a auto publicação realizada no dia 29/12/2023 no Diário Oficial dos Municípios (DOM), nº 5471623. ONDE SE LÊ: O recebimento das propostas será até às 08h45min do dia 13 de fevereiro de 2024, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

LEIA-SE: O recebimento das propostas será até às 13h45min do dia 06 de fevereiro de 2024, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14h00min do mesmo dia na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

Xanxerê-SC, 04 de janeiro de 2024. Adenilso Biasus - Prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0001/2024

Publicação Nº 5483912

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0001/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ
CONTRATADO: GROSS ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de Galerias de Concreto Armado para a canalização de córrego em estrada localizada na Linha Serrinha, que está interditado totalmente onde, devido a tempestade do dia 09 de Dezembro de 2023, conforme Decreto nº 417/2023 de situação de emergência, no Município de Xanxerê, conforme demais especificações que seguem em anexo.

Valor: R\$ 25.500,00

Prazo de vigência: 30/06/2024

Xanxerê-SC, 04 de janeiro de 2024. Adenilso Biasus – Prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0002/2024

Publicação Nº 5483992

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0002/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Contratado: PROJEB LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia mecânica para fiscalização de execução de projetos, de fornecimento de materiais e equipamentos, implantação, instalação, montagem, partida e balanceamento de equipamentos de ventilação, exaustão e ar condicionado tipo VRF (fluxo de refrigerante variável) e de sistemas unitários "split system", bem como elaboração de Plano de manutenção, operação e controle (PMOC) e outros serviços de engenharia mecânica solicitados pela Prefeitura Municipal de Xanxerê, com carga horária semanal de 10 horas, conforme especificações constantes no edital, contrato e anexos.

Valor Total: R\$ 48.000,00

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 04 de janeiro 2024. Adenilso Biasus – Prefeito Municipal em exercício.

Xavantina

PREFEITURA

PORTARIA N. 311, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484628

PORTARIA N. 311, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no artigo 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal JOCIANE SALETE PERONDI CAMERA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 02/01/2023 a 01/01/2024, com período de gozo de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 312, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484629

PORTARIA N. 312, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede férias à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no artigo 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal KATIANE MARAFON BERTAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 02/01/2023 a 01/01/2024, com período de gozo de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 313, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484630

PORTARIA N. 313, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

Interrompe parcialmente férias concedidas à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e, considerando a necessidade da profissional para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora pública municipal LUCIANE CULIMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Diretor(a) de Programas e Ações em Saúde, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, para retornar aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 28 de dezembro de 2023, sendo que os 10 (dez) dias de férias remanescentes serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, em conformidade com o interesse público.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 314, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484631

PORTARIA N. 314, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

Interrompe parcialmente férias concedidas a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e, considerando a necessidade do profissional para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público; RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor público municipal ANDRÉ TEODORO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, para retornar aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 29 de dezembro de 2023, sendo que os 20 (vinte) dias de férias remanescentes serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, em conformidade com o interesse público.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 315, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484634

PORTARIA N. 315, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede férias à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no artigo 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal JOCELI FORMAGINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico(a) de Enfermagem, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 03/05/2021 a 02/05/2022, com período de gozo de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 316, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484635

PORTARIA N. 316, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede férias à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no artigo 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal DIANA BOFF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico(a) de Enfermagem, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 03/02/2022 a 02/02/2023, com período de gozo de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 317, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5484637

PORTARIA N. 317, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no disposto no artigo 39, inciso II, da Lei Complementar Municipal n. 002/2000,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública municipal REGINA MARIA BETIATTO FOREST, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor(a) Escolar, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, nomeada através da Portaria Municipal n. 096/2023, a contar de 02 de janeiro de 2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 27 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 318, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5484639

PORTARIA N. 318, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede férias remanescentes à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Portaria que interrompeu parcialmente as férias concedidas; considerando que ainda restam dias de férias remanescentes a serem gozados pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias remanescentes à servidora pública municipal GICELLE PARISOTTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, a serem gozados a partir do dia 02 de janeiro de 2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 28 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 319, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5484641

PORTARIA N. 319, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Concede férias remanescentes a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Portaria que interrompeu parcialmente as férias concedidas; considerando que ainda restam dias de férias remanescentes a serem gozados pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias remanescentes ao servidor público municipal MARCIO IVAN DE OLIVEIRA GONZALHES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, a serem gozados a partir do dia 02/01/2024.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 28 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 320, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5484642

PORTARIA N. 320, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Interrompe parcialmente férias concedidas à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e, considerando a necessidade da profissional para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público; RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora pública municipal VANESSA LUANA DELLAZZARI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor(a) de Direção, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, para retornar aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal. Parágrafo único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 03 de janeiro de 2024, sendo que os 22 (vinte e dois) dias de férias remanescentes serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, em conformidade com o interesse público.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 28 de dezembro de 2023.

LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 001

Publicação Nº 5483400

DECRETO Nº. 001/2024.

Exonera a pedido servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal em exercício de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 03 de janeiro de 2024, a servidora municipal LUCIANE APARECIDA ALBERTI, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, portadora da matrícula 9230, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de janeiro de 2024.

Ideraldo Luiz Sorgato
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra

Alberto Antonio Grasel
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e
Desenvolvimento Econômico

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2024

Publicação Nº 5486823

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2024

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de hora máquina com escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão basculante, mini escavadeira hidráulica e trator de esteiras, contemplando maquina, motorista, combustível e toda manutenção para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura de Xaxim.

EMPRESA REGISTRADA	ITENS REGISTRADOS
VALDUIR BARATIERI TERRAPLENAGEM	2,4

Valor Total Estimado da Ata: R\$ 1.605.000,00 (um milhão e seiscentos e cinco mil reais).

Vigência do Registro de Preços: 04/01/2024 a 03/01/2024.

Licitação: Processo Licitatório nº 0216/2023, modalidade Pregão Presencial nº 0098/2023.

Xaxim/SC, 04 de janeiro de 2024. IDERALDO LUIZ SORGATO Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002/2024

Publicação Nº 5486835

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002/2024

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de hora máquina com escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão basculante, mini escavadeira hidráulica e trator de esteiras, contemplando maquina, motorista, combustível e toda manutenção para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura de Xaxim.

EMPRESA REGISTRADA	ITENS REGISTRADOS
COMPACTA RENTAL LOCACOES LTDA M	3

Valor Total Estimado da Ata: R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

Vigência do Registro de Preços: 04/01/2024 a 03/01/2024.

Licitação: Processo Licitatório nº 0216/2023, modalidade Pregão Presencial nº 0098/2023.

Xaxim/SC, 04 de janeiro de 2024. IDERALDO LUIZ SORGATO Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2024

Publicação Nº 5486842

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2024

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de hora máquina com escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão basculante, mini escavadeira hidráulica e trator de esteiras, contemplando maquina, motorista, combustível e toda manutenção para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura de Xaxim.

EMPRESA REGISTRADA	ITENS REGISTRADOS
BRUCKMANN SERVICOS LTDA	1

Valor Total Estimado da Ata: R\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais).

Vigência do Registro de Preços: 04/01/2024 a 03/01/2024.

Licitação: Processo Licitatório nº 0216/2023, modalidade Pregão Presencial nº 0098/2023.

Xaxim/SC, 04 de janeiro de 2024. IDERALDO LUIZ SORGATO Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2024

Publicação Nº 5486849

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2024

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de hora máquina com escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão basculante, mini escavadeira hidráulica e trator de esteiras, contemplando maquina, motorista, combustível e toda manutenção para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura de Xaxim.

EMPRESA REGISTRADA	ITENS REGISTRADOS
CONSTRUCOES BETIATTO EIRELI	5

Valor Total Estimado da Ata: R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais).

Vigência do Registro de Preços: 04/01/2024 a 03/01/2024.

Licitação: Processo Licitatório nº 0216/2023, modalidade Pregão Presencial nº 0098/2023.

Xaxim/SC, 04 de janeiro de 2024. IDERALDO LUIZ SORGATO Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2024

Publicação Nº 5483483

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CNPJ: 03.725.725/0001-35

Objeto: Cessão de uso de software destinado a atualização da legislação municipal, compreendendo a consolidação por dentro do texto, compilação e versionamento dos atos oficiais, e acesso exclusivo a banco de dados compreendendo a legislação de municípios e estados brasileiros em um único ambiente de pesquisa, para armazenamento das Leis Municipais de Xaxim.

Valor do Contrato: R\$ 13.950,00 (treze mil, novecentos e cinquenta reais).

Vigência: 01/01/2024 à 31/12/2024.

Licitação: Processo Licitatório nº 0224/2023, Inexigibilidade de Licitação nº 0037/2023.

Xaxim-SC, 01 de janeiro de 2024. IDERALDO LUIZ SORGATO. Prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0002/2024

Publicação Nº 5484264

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0002/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: JOAO EDSON ENDELER

CNPJ: 28.403.189/0001-82

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de projeto das instalações da extensão de rede de distribuição de energia elétrica, necessários ao atendimento de 15 (quinze) lotes urbanos do Bairro Santa Terezinha de Xaxim-SC, que estão sendo regularizados através do programa REURB, incluindo materiais e mão de obra, de acordo com Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma

Valor do Contrato: R\$ 58.400,00 (cinquenta e oito mil e quatrocentos reais).

Vigência: 04/01/2024 à 03/01/2025.

Licitação: Processo Licitatório nº 0211/2023, modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 0015/2023.

Xaxim-SC, 04 de janeiro de 2024. IDERALDO LUIZ SORGATO. Prefeito Municipal em exercício.

Consórcios

CISAM

TERMO DE APOSTILAMENTO 006/2023

Publicação Nº 5484054

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 006/2023

Terceira apostila ao Contrato Administrativo nº 005/2020, celebrado entre o CISAM e o município de Herval D'Oeste/SC, com anuência do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna (SIMAE JHL), que tem por objeto a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do município de Herval D'Oeste/SC.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado pelo Presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 005/2020, com base na Resolução nº 39/2020 e mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Preços de Regulação e Fiscalização (PRF), constantes do Contrato nº 005/2020 a ser pago pelo CONTRATANTE serão de R\$ 5.807,97 (cinco mil e oitocentos e sete reais e noventa e sete centavos) mensal em janeiro de 2024 e R\$ 5.807,89 (cinco mil e oitocentos e sete reais e oitenta e nove centavos) no período de fevereiro de 2024 a dezembro de 2024, totalizando o valor de R\$ 69.694,76 (sessenta e nove mil e seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos) no ano de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2024, com término em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 28 de dezembro de 2023.

NILVO

DORINI:4821

7514968

Assinado de forma
digital por NILVO
DORINI:48217514968
Dados: 2023.12.28
12:23:58 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste
Nilvo Dorini – Presidente

TERMO DE APOSTILAMENTO 007/2023

Publicação Nº 5484057

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 007/2023

Terceira apostila ao Contrato Administrativo nº 006/2020, celebrado entre o CISAM e o município de Joaçaba/SC, com anuência do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna (SIMAE JHL), que tem por objeto a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do município de Joaçaba/SC.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado pelo Presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 006/2020, com base na Resolução nº 39/2020 e mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Preços de Regulação e Fiscalização (PRF), constantes do Contrato nº 006/2020 a ser pago pelo CONTRATANTE serão de R\$ 7.809,39 (sete mil e oitocentos e nove reais e trinta e nove centavos) mensal em janeiro de 2024 e R\$ 7.809,31 (sete mil e oitocentos e nove reais e trinta e um centavos) no período de fevereiro de 2024 a dezembro de 2024, totalizando o valor de R\$ 93.711,80 (noventa e três mil e setecentos e onze reais e oitenta centavos) no ano de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2024, com término em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 28 de dezembro de 2023.

NILVO

DORINI:482175

14968

Assinado de forma digital
por NILVO

DORINI:48217514968

Dados: 2023.12.28
12:32:10 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste
Nilvo Dorini – Presidente

TERMO DE APOSTILAMENTO 008/2023

Publicação Nº 5484058

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000
(49) 3555-6972 www.cisam.sc.gov.br cisam@cisam.sc.gov.br
CNPJ: 08.484.353/0001-16

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 008/2023

Terceira apostila ao Contrato Administrativo nº 007/2020, celebrado entre o CISAM e o município de Luzerna/SC, com anuência do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna (SIMAE JHL), que tem por objeto a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do município de Luzerna/SC.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado pelo Presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 007/2020, com base na Resolução nº 39/2020 e mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Preços de Regulação e Fiscalização (PRF), constantes do Contrato nº 007/2020 a ser pago pelo CONTRATANTE serão de R\$ 1.446,44 (um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) mensal em janeiro de 2024 e R\$ 1.446,37 (um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos) no período de fevereiro de 2024 a dezembro de 2024, totalizando o valor de R\$ 17.356,51 (dezesete mil e trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos) no ano de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2024, com término em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 28 de dezembro de 2023.

NILVO
DORINI:48217
514968

Assinado de forma
digital por NILVO
DORINI:48217514968
Dados: 2023.12.28
12:53:43 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste
Nilvo Dorini – Presidente

TERMO DE APOSTILAMENTO 009/2023

Publicação Nº 5486773

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000
(49) 3555-6972 www.cisam.sc.gov.br cisam@cisam.sc.gov.br
CNPJ: 08.484.353/0001-16

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 009/2023

Terceira apostila ao Contrato Administrativo nº 004/2020, celebrado entre o CISAM e o município de Campos Novos/SC, com anuência do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Campos Novos (SAMAEE), que tem por objeto a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do município de Campos Novos/SC.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado pelo Presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 004/2020, com base na Resolução nº 39/2020 e mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Preços de Regulação e Fiscalização (PRF), constantes do Contrato nº 004/2020 a ser pago pelo CONTRATANTE serão de R\$ 9.381,48 (nove mil e trezentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos) mensal em janeiro de 2024 e R\$ 9.381,39 (nove mil e trezentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos) no período de fevereiro de 2024 a dezembro de 2024, totalizando o valor de R\$ 112.576,77 (cento e doze mil e quinhentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos) no ano de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2024, com término em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 28 de dezembro de 2023.

NILVO

DORINI:4821
7514968

Assinado de forma
digital por NILVO
DORINI:48217514968
Dados: 2023.12.28
07:26:53 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste
Nilvo Dorini – Presidente

TERMO DE APOSTILAMENTO 010/2023

Publicação Nº 5486857

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC

CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 010/2023

Primeira apostila ao Contrato Administrativo nº 014/2022, celebrado entre o CISAM e o município de Abdon Batista/SC, que tem por objeto a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do município de Abdon Batista/SC.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado pelo Presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 014/2022, com base na Resolução nº 39/2020 e mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os Preços de Regulação e Fiscalização (PRF), constantes do Contrato nº 014/2022 a ser pago pelo CONTRATANTE serão de R\$ 644,92 (seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos) mensal no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2024, totalizando o valor de R\$ 7.739,04 (sete mil e setecentos e trinta e nove reais e quatro centavos) no ano de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2024, com término em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 28 de dezembro de 2023.

NILVO

DORINI:48217

514968

Assinado de forma
digital por NILVO
DORINI:48217514968
Dados: 2023.12.28
07:51:57 -03'00'

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste
Nilvo Dorini – Presidente

CVC**2º TERMO ADITIVO Nº 19-2022**

Publicação Nº 5484564

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2022, PARA **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA USINA DE ASFALTO E PAVIMENTAÇÃO**, CONFORME CONVÊNIO Nº 2022 TR 001228 – PROCESSO SGP-e Nº SCC 1804/2022, POR INTERMÉDIO DO SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO CONTRATANTE Empresa **CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA** COMO CONTRATADO, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 10/2022 - CVC.

SEGUNDO TERMO ADITIVO

Pelo Presente instrumento, celebram entre si, Aditivo ao contrato nº 19/2022, em decorrência do processo licitatório nº10/2022, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua Iguaçu, Nº 264 - Centro, no município de Coronel Freitas-SC neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. DIEGO BASSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro a empresa **CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rod SC 135, nº 54, Km 120, Cidade de Videira, Estado do Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 02.952.589/0001-80, neste ato representado por seu Diretor ou representante legal o Sr. OSMAR CARBONI, a seguir denominada CONTRATADA.

Considerando a necessidade do Aditamento do itens **07, 13, 14 e 22** do processo licitatório nº10/2022, conforme cláusula sétima do contrato, resolvem as partes aditá-lo, nos seguintes termos:

DA VIGÊNCIA:

7.1 O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório terá vigência até 31.12.2024, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa o contrato nº 19/2022, firmado em 15/09/2022, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

Este contrato entra em vigência na data de sua assinatura.

DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br. E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas/SC, 03.01.2024

DIEGO
BASSANI:05834208932

Assinado de forma digital por
DIEGO BASSANI:05834208932
Dados: 2024.01.04 15:43:39
-03'00'

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

Contratante

OSMAR
CARBONI:16357957968

Assinado de forma digital por
OSMAR CARBONI:16357957968
Dados: 2024.01.03 15:18:36 -03'00'

CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Contratada

Nome: Flavia Rolim de Moura

Testemunha

Nome: Ivonara Carla Bortoletti

Testemunha

2º TERMO ADITIVO Nº 28-2022

Publicação Nº 5484571

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2022, PARA **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA USINA DE ASFALTO E PAVIMENTAÇÃO**, CONFORME CONVÊNIO Nº 2022 TR 001228 – PROCESSO SGP-e Nº SCC 1804/2022, POR INTERMÉDIO DO SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO CONTRATANTE **WAR EQUIPAMENTOS DO BRASIL LTDA** COMO CONTRATADO, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 10/2022 - CVC.

SEGUNDO TERMO ADITIVO

Pelo Presente instrumento, celebram entre si, Aditivo ao contrato nº 28/2022, em decorrência do processo licitatório nº 10/2022, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua Iguaçu, Nº 2464 - Centro, no município de Coronel Freitas-SC neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. DIEGO BASSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro a empresa Empresa **WAR EQUIPAMENTOS DO BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Venezuela, nº 157, bairro Centro, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 40.997.262/0001-97, neste ato representado por seu Diretor ou representante legal o Sr. RICARDO ANDRÉ MULLER, a seguir denominada CONTRATADA.

Considerando a necessidade do Aditamento do item **20** do processo licitatório nº 10/2022, conforme cláusula sétima do contrato, resolvem as partes aditá-lo, nos seguintes termos:

DA VIGÊNCIA:

7.1 O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório terá vigência até 31.12.2024, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa o contrato nº 28/2022, firmado em 15/09/2022, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

Este contrato entra em vigência na data de sua assinatura.

DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br. E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas/SC, 03.01.2023

DIEGO
BASSANI:05834208932

Assinado de forma digital por
DIEGO BASSANI:05834208932
Dados: 2024.01.04 15:50:38 -03'00'

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

Contratante

WAR EQUIPAMENTOS
DO BRASIL
LTDA:40997262000197

Assinado de forma digital por
WAR EQUIPAMENTOS DO
BRASIL LTDA:40997262000197
Dados: 2024.01.04 15:46:26
-03'00'

WAR EQUIPAMENTOS DO BRASIL LTDA ME

Contratada

Nome: Flavia Rolim de Moura
Testemunha

Nome: Ivonara Carla Bortoletti
Testemunha

ATA RP Nº 01 LIFE

Publicação Nº 5484202



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC

Pág 1 / 10

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro , o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, , com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ JOSE DAGA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul CEP: 89859000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim CEP: 89865000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. EDILSON FERLA.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste CEP: 89845000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALMOR GOLO.

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na null null, S/N Bairro null - null CEP: inscrito no CNPJ sob nº , neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DO COMERCIO Nº 1015 Bairro CENTRO - Alto Bela Vista CEP: 89730000 inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELTON MATTES.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 10

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO N° 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob n° 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua TAMANDARÉ N° 98 Bairro Centro - Lindóia do Sul CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob n° 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEUDI ANGELO BERTOL.

MUNICÍPIO IPUMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II N° 230 Bairro Centro - Ipumirim CEP: 89790000 inscrito no CNPJ sob n° 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. HILÁRIO REFFATTI.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida DAS AMÉRICAS N° 13685 BARRA DA TIJUCA CEP 22.790-701 - Rio de Janeiro/RJ CEP: 22.790-701, inscrita no CNPJ sob o n° 43.219.256/0001-05, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. CHRISTOPHER NARCISO DA PAZ, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução n° 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1° de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, CAIXA D'ÁGUA E TRATAMENTO DE EFLUENTES**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 10

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 10

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 10

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 34/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 28/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02/01/2024 à 31/12/2024.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 7 / 10

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
15	5	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	lar	165,9000

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
15	4	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	lar	165,9000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 10

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
15	100	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	lar	165,9000

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
15	20	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	lar	165,9000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 9 / 10

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
15	30	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	lar	165,9000

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
15	10	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	lar	165,9000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 10 / 10

de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 02/01/2024.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo
Órgão Gerenciador

LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Fornecedor

ATA RP Nº 02 BAKOF

Publicação Nº 5484211



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 18

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro , o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, , com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ JOSE DAGA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul CEP: 89859000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim CEP: 89865000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. EDILSON FERLA.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste CEP: 89845000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALMOR GOLO.

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº , neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DO COMERCIO Nº 1015 Bairro CENTRO - Alto Bela Vista CEP: 89730000 inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELTON MATTES.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO Nº 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob nº 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua TAMANDARÉ Nº 98 Bairro Centro - Lindóia do Sul CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob nº 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEUDI ANGELO BERTOL.

MUNICÍPIO IPUMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II Nº 230 Bairro Centro - Ipumirim CEP: 89790000 inscrito no CNPJ sob nº 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. HILÁRIO REFFATTI.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: BAKOF INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBERGLASS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rodovia BR 386 Km 35 S/N APARECIDA CEP 98.400-000 - Frederico Westphalen/RS CEP: 98.400-000, inscrita no CNPJ sob o nº 91.967.067/0001-55, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. NELCI AFONSO BAKOF, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, CAIXA D'ÁGUA E TRATAMENTO DE EFLUENTES**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 18

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 18

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 18

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 34/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 28/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02/01/2024 à 31/12/2024.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 7 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
21	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900
22	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 7.500 LITROS	Própria	2270,0000
23	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000
28	10	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
22	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 7.500 LITROS	Própria	2270,0000
23	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
25	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	25	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000
21	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900
23	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	4	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 9 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	3	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	7	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000
21	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900
22	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 7.500 LITROS	Própria	2270,0000
23	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 10 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	5	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000
21	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900
22	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 7.500 LITROS	Própria	2270,0000
23	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	1	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000
21	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 11 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
23	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000
28	3	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
21	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900
23	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
25	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 12 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	4	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000
21	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900
22	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 7.500 LITROS	Própria	2270,0000
23	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000
21	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 13 / 18

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
22	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 7.500 LITROS	Própria	2270,0000
23	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000
28	20	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	30	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	30	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000
21	10	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900
22	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 7.500 LITROS	Própria	2270,0000
23	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 14 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	3	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICIPIO DE ALTO BELA VISTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
25	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 15 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	2	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000
21	20	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900
22	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 7.500 LITROS	Própria	2270,0000
23	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	2	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 16 / 18

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	4	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	1	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	1	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
19	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 2.000 LITROS	Própria	770,0000
20	5	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 3.000 LITROS	Própria	1090,0000
21	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 5.000 LITROS	Própria	1599,9900
23	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 10.000 LITROS	Própria	2900,0000
24	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 15.000 LITROS	Própria	3990,0000
25	3	UN	CAIXA D'ÁGUA EM FIBRA COM TAMPA. 20.000 LITROS	Própria	5550,0000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 17 / 18

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
28	3	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 2.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 12 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	Própria	2790,0000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 18 / 18

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 02/01/2024.

DIEGO BASSANIDiretor Executivo
Órgão Gerenciador

BAKOF INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBERGLASS LTDA

Fornecedor

ATA RP Nº 03 CHAPECÓ

Publicação Nº 5484214



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 19

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ JOSE DAGA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul CEP: 89859000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim CEP: 89865000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. EDILSON FERLA.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste CEP: 89845000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALMOR GOLO.

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DO COMERCIO Nº 1015 Bairro CENTRO - Alto Bela Vista CEP: 89730000 inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELTON MATTES.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO N° 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob n° 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua TAMANDARÉ N° 98 Bairro Centro - Lindóia do Sul CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob n° 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEUDI ANGELO BERTOL.

MUNICÍPIO IPUMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II N° 230 Bairro Centro - Ipumirim CEP: 89790000 inscrito no CNPJ sob n° 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. HILÁRIO REFFATTI.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: CHAPECÓ INDUSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Estrada LINHA TORMEM S/N RURAL CEP 89.801-974 - Chapecó/SC CEP: 89.801-974, inscrita no CNPJ sob o n° 79.915.955/0001-29, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. RICARDO FRESCHI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução n° 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1° de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, CAIXA D'ÁGUA E TRATAMENTO DE EFLUENTES**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 19

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 19

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 19

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 34/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 28/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02/01/2024 à 31/12/2024.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 7 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	5	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000
27	10	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	25	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	3	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 9 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	3	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	10	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 10 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	10	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	20	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 11 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	3	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	20	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 12 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	100	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	20	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 13 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	20	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	50	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 14 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	3	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICIPIO DE ALTO BELA VISTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	5	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 15 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	1	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	10	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 16 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	4	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	50	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 17 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	50	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
26	5	UN	CAIXA DE GORDURA EM POLIETILENO, 32 LITROS, COM CESTO QUE RETÉM RESÍDUOS. PRODUZIDO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS (NBR 08160/99), ATENDENDO CAPACIDADE DE ATÉ 6 PESSOAS	FIBRATEC	110,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 18 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
27	3	UN	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO É COMPOSTO POR BIORREATOR E BIOFILTRO, TEM A FUNÇÃO DE TRATAR EFLUENTES ORGÂNICOS, DE ESGOTOS DOMÉSTICO DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS ATENDENDO A CAPACIDADE DE 6 PESSOAS COM PADRÃO DE CONTRIBUIÇÃO MÉDIO OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER CILÍNDRICO VERTICAIS, E O FLUXO INTERNO SER ASCENDENTE EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD) INCLUSIVE CONEXÕES INTERNAS DE ACORDO COM A NBR 13969/97. NÃO REQUER COLOCAÇÃO DE BRITA; NÃO REQUER RETROLAVAGEM. ENTRADA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIORREATOR PARA TUBO PVC 100 MM, ENTRADA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100 MM, SAÍDA DO BIOFILTRO PARA TUBO PVC 100MM, 1 ENTRADA PARA LIMPEZA PVC 100MM PARA CADA EQUIPAMENTO, RESPIRO DE 20MM. RETIRADA DO LODO DE 12 À 15 MESES.	FIBRATEC	1518,0000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 19 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 02/01/2024.

DIEGO BASSANIDiretor Executivo
Órgão Gerenciador

CHAPECÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRAS LTDA

Fornecedor

ATA RP Nº 04 GESUL

Publicação Nº 5484216



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 19

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ JOSE DAGA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul CEP: 89859000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim CEP: 89865000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. EDILSON FERLA.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste CEP: 89845000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALMOR GOLO.

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DO COMERCIO Nº 1015 Bairro CENTRO - Alto Bela Vista CEP: 89730000 inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELTON MATTES.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO Nº 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob nº 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua TAMANDARÉ Nº 98 Bairro Centro - Lindóia do Sul CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob nº 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEUDI ANGELO BERTOL.

MUNICÍPIO IPUMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II Nº 230 Bairro Centro - Ipumirim CEP: 89790000 inscrito no CNPJ sob nº 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. HILÁRIO REFFATTI.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: GESUL COMERCIAL LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida AV. SETE DE SETEMBRO Nº 662 CENTRO CEP 89.874-000 - Maravilha/SC CEP: 89.874-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.711.959/0001-40, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. GEISLA ANTONELLI RAYZER FLACH, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, CAIXA D'ÁGUA E TRATAMENTO DE EFLUENTES**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 19

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 19

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 19

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 34/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 28/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02/01/2024 à 31/12/2024.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 7 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	50	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	100	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	25	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	25	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 9 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	500	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	50	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 10 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	20	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	20	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 11 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	80	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	2	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 12 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
2	3	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	100	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 13 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	100	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	200	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 14 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	30	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	30	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 15 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	400	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	500	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 16 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICIPIO DE ALTO BELA VISTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	5	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	10	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 17 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	20	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	20	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
 Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
 14.133/2021

Pág 18 / 19

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	30	UN	LIXEIRA MONOBLOCO DUPLO CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 30CM PARA FIXAÇÃO NO SOLO	Novel	232,4000
2	30	UN	LIXEIRA MONOBLOCO SIMPLES CESTO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA., AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA. SUPORTE METÁLICO DE 3 POLEGADAS E 1300MM DE ALTURA, COM PINTURA EPÓXI PRETA OU GALVANIZADO, 300MM PARA FIXAÇÃO NO SOLO.	Novel	159,7000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 19 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 02/01/2024.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo
Órgão Gerenciador

GESUL COMERCIAL LTDA
Fornecedor

ATA RP Nº 05 ECOS&M

Publicação Nº 5484219



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 19

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ JOSE DAGA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul CEP: 89859000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim CEP: 89865000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. EDILSON FERLA.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste CEP: 89845000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALMOR GOLO.

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DO COMERCIO Nº 1015 Bairro CENTRO - Alto Bela Vista CEP: 89730000 inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELTON MATTES.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO Nº 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob nº 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua TAMANDARÉ Nº 98 Bairro Centro - Lindóia do Sul CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob nº 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEUDI ANGELO BERTOL.

MUNICÍPIO IPUMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II Nº 230 Bairro Centro - Ipumirim CEP: 89790000 inscrito no CNPJ sob nº 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. HILÁRIO REFFATTI.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: ECOS&M COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua Rua Itália Nº 1270 E PRESIDENTE MEDICI CEP 89.806-165 - Chapecó/SC CEP: 89.806-165, inscrita no CNPJ sob o nº 32.991.854/0001-73, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. SIMÉIA TUSSI JACQUES, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, CAIXA D'ÁGUA E TRATAMENTO DE EFLUENTES**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 19

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 19

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 19

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 34/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 28/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02/01/2024 à 31/12/2024.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 7 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	5	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE) . AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	20	UN	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA INDIVIDUAL 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). POSSUE TAMPA BASCULANTE TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 380MM, COMPRIMENTO: 380MM, ALTURA: 720MM, PESO: 2,2 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	CAJOVIL/CAJOVIL	53,2900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	6	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	100	UN	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA INDIVIDUAL 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). POSSUE TAMPA BASCULANTE TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 380MM, COMPRIMENTO: 380MM, ALTURA: 720MM, PESO: 2,2 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	CAJOVIL/CAJOVIL	53,2900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 9 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	20	UN	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA INDIVIDUAL 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). POSSUE TAMPA BASCULANTE TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 380MM, COMPRIMENTO: 380MM, ALTURA: 720MM, PESO: 2,2 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	CAJOVIL/CAJOVIL	53,2900
18	10	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE) . AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 10 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	5	UN	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA INDIVIDUAL 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). POSSUE TAMPA BASCULANTE TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 380MM, COMPRIMENTO: 380MM, ALTURA: 720MM, PESO: 2,2 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	CAJOVIL/CAJOVIL	53,2900
18	5	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE) . AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 11 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	20	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE) . AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 12 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	3	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE) . AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	100	UN	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA INDIVIDUAL 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). POSSUE TAMPA BASCULANTE TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 380MM, COMPRIMENTO: 380MM, ALTURA: 720MM, PESO: 2,2 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	CAJOVIL/CAJOVIL	53,2900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 13 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	40	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE) . AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	20	UN	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA INDIVIDUAL 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). POSSUE TAMPA BASCULANTE TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 380MM, COMPRIMENTO: 380MM, ALTURA: 720MM, PESO: 2,2 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	CAJOVIL/CAJOVIL	53,2900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 14 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	15	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	200	UN	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA INDIVIDUAL 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). POSSUE TAMPA BASCULANTE TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 380MM, COMPRIMENTO: 380MM, ALTURA: 720MM, PESO: 2,2 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	CAJOVIL/CAJOVIL	53,2900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 15 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	150	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	15	UN	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA INDIVIDUAL 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). POSSUE TAMPA BASCULANTE TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 380MM, COMPRIMENTO: 380MM, ALTURA: 720MM, PESO: 2,2 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	CAJOVIL/CAJOVIL	53,2900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 16 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	15	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE) . AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 17 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	15	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE) . AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

MUNICÍPIO IPUMIRIM

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
9	15	UN	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA INDIVIDUAL 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). POSSUE TAMPA BASCULANTE TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 380MM, COMPRIMENTO: 380MM, ALTURA: 720MM, PESO: 2,2 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	CAJOVIL/CAJOVIL	53,2900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 18 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
18	5	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 660 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO, COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,22 (ALTURA) X 1,38 (LARGURA) X 77,2 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS.	JSN/JSN	1480,0000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 19 / 19

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

(LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 02/01/2024.

DIEGO BASSANIDiretor Executivo
Órgão Gerenciador

ECOS&M COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI

Fornecedor

ATA RP Nº 06 RONAN

Publicação Nº 5484239



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 43

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ JOSE DAGA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul CEP: 89859000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim CEP: 89865000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. EDILSON FERLA.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste CEP: 89845000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALMOR GOLO.

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DO COMERCIO Nº 1015 Bairro CENTRO - Alto Bela Vista CEP: 89730000 inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELTON MATTES.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO Nº 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob nº 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua TAMANDARÉ Nº 98 Bairro Centro - Lindóia do Sul CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob nº 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEUDI ANGELO BERTOL.

MUNICÍPIO IPUMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II Nº 230 Bairro Centro - Ipumirim CEP: 89790000 inscrito no CNPJ sob nº 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. HILÁRIO REFFATTI.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: RONAN PLÁSTICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua ANGELO JOAO PAVAN Nº 25 INDUSTRIAL CEP 99.770-000 - Aratiba/RS CEP: 99.770-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.257.589/0001-73, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. RENAN RONALDO TRENTIN, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, CAIXA D'ÁGUA E TRATAMENTO DE EFLUENTES**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 43

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 43

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 43

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 34/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 28/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02/01/2024 à 31/12/2024.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 7 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	6	UN	CONJUNTO DE 6 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTI-ENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: 430MM, COMPRIMENTO: 2420MM, ALTURA: 930MM, PESO: 21,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	469,0000
5	5	UN	CONJUNTO DE 5 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1875MM, ALTURA: 985MM, PESO: 16,5 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	409,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	25	UN	CONJUNTO DE 6 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTI-ENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: 430MM, COMPRIMENTO: 2420MM, ALTURA: 930MM, PESO: 21,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	469,0000
5	25	UN	CONJUNTO DE 5 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1875MM, ALTURA: 985MM, PESO: 16,5 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	409,0000
6	25	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 9 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	25	UN	CONJUNTO DE 3 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1130MM, ALTURA: 9,85MM, PESO: 10,6 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	259,5000
8	25	UN	CONJUNTO DE 2 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMA NA OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 810MM, ALTURA: 930MM, PESO: 7,90 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	183,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 10 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
10	10	UN	CONJUNTO DE 6 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE, E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2368MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 32,6KG.	Própria	668,0000
12	10	UN	CONJUNTO DE 4 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1820MM, LARGURA: 430MM, PESO: 22KG.	Própria	481,5000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 11 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
6	10	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	10	UN	CONJUNTO DE 6 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTI-ENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: 430MM, COMPRIMENTO: 2420MM, ALTURA: 930MM, PESO: 21,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	469,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 12 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
5	10	UN	CONJUNTO DE 5 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1875MM, ALTURA: 985MM, PESO: 16,5 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	409,0000
6	10	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000
7	10	UN	CONJUNTO DE 3 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1130MM, ALTURA: 9.85MM, PESO: 10,6 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	259,5000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 13 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
8	10	UN	CONJUNTO DE 2 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMA NA OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 810MM, ALTURA: 930MM, PESO: 7,90 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	183,0000
10	10	UN	CONJUNTO DE 6 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE, E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2368MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 32,6KG.	Própria	668,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 14 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
11	10	UN	CONJUNTO DE 5 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2260MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 28KG.	Própria	581,0000
12	10	UN	CONJUNTO DE 4 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1820MM, LARGURA: 430MM, PESO: 22KG.	Própria	481,5000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 15 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
13	20	UN	CONJUNTO DE 3 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS.. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1400MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 14KG.	Própria	373,5000
14	30	UN	CONJUNTO DE 2 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS, AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 900MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 11,9KG.	Própria	287,0000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 16 / 43

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
16	5	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	Própria	86,0000

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	2	UN	CONJUNTO DE 6 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTI-ENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: 430MM, COMPRIMENTO: 2420MM, ALTURA: 930MM, PESO: 21,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	469,0000
5	2	UN	CONJUNTO DE 5 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1875MM, ALTURA: 985MM, PESO: 16,5 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	409,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 17 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
6	2	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000
7	4	UN	CONJUNTO DE 3 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1130MM, ALTURA: 9,85MM, PESO: 10,6 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	259,5000
8	4	UN	CONJUNTO DE 2 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMA NA OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 810MM, ALTURA: 930MM, PESO: 7,90 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	183,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 18 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
10	2	UN	CONJUNTO DE 6 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE, E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2368MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 32,6KG.	Própria	668,0000
11	2	UN	CONJUNTO DE 5 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2260MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 28KG.	Própria	581,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 19 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
12	2	UN	CONJUNTO DE 4 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1820MM, LARGURA: 430MM, PESO: 22KG.	Própria	481,5000
13	2	UN	CONJUNTO DE 3 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS.. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1400MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 14KG.	Própria	373,5000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 20 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
14	2	UN	CONJUNTO DE 2 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS, AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 900MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 11,9KG.	Própria	287,0000
16	4	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	Própria	86,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 21 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
11	5	UN	CONJUNTO DE 5 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2260MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 28KG.	Própria	581,0000

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	3	UN	CONJUNTO DE 6 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTI-ENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: 430MM, COMPRIMENTO: 2420MM, ALTURA: 930MM, PESO: 21,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	469,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 22 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	3	UN	CONJUNTO DE 3 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1130MM, ALTURA: 9,85MM, PESO: 10,6 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	259,5000

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
6	20	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 23 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
11	10	UN	CONJUNTO DE 5 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2260MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 28KG.	Própria	581,0000

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
8	100	UN	CONJUNTO DE 2 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMA NA OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 810MM, ALTURA: 930MM, PESO: 7,90 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	183,0000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 24 / 43

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
16	100	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	Própria	86,0000

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	10	UN	CONJUNTO DE 6 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTI-ENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: 430MM, COMPRIMENTO: 2420MM, ALTURA: 930MM, PESO: 21,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	469,0000
5	10	UN	CONJUNTO DE 5 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1875MM, ALTURA: 985MM, PESO: 16,5 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	409,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 25 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
6	10	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000
7	10	UN	CONJUNTO DE 3 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1130MM, ALTURA: 9,85MM, PESO: 10,6 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	259,5000
8	20	UN	CONJUNTO DE 2 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMA NA OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 810MM, ALTURA: 930MM, PESO: 7,90 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	183,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 26 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
10	5	UN	CONJUNTO DE 6 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE, E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2368MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 32,6KG.	Própria	668,0000
11	4	UN	CONJUNTO DE 5 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2260MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 28KG.	Própria	581,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 27 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
12	4	UN	CONJUNTO DE 4 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1820MM, LARGURA: 430MM, PESO: 22KG.	Própria	481,5000
13	4	UN	CONJUNTO DE 3 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS.. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1400MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 14KG.	Própria	373,5000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 28 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
14	4	UN	CONJUNTO DE 2 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS, AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 900MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 11,9KG.	Própria	287,0000
16	20	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	Própria	86,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 29 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	20	UN	CONJUNTO DE 6 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTI-ENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: 430MM, COMPRIMENTO: 2420MM, ALTURA: 930MM, PESO: 21,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	469,0000
5	20	UN	CONJUNTO DE 5 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1875MM, ALTURA: 985MM, PESO: 16,5 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	409,0000
6	100	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 30 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	100	UN	CONJUNTO DE 3 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1130MM, ALTURA: 9,85MM, PESO: 10,6 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	259,5000
8	100	UN	CONJUNTO DE 2 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMA NA OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 810MM, ALTURA: 930MM, PESO: 7,90 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	183,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 31 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
10	5	UN	CONJUNTO DE 6 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE, E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2368MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 32,6KG.	Própria	668,0000
11	5	UN	CONJUNTO DE 5 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2260MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 28KG.	Própria	581,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 32 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
12	5	UN	CONJUNTO DE 4 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1820MM, LARGURA: 430MM, PESO: 22KG.	Própria	481,5000
13	10	UN	CONJUNTO DE 3 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS.. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1400MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 14KG.	Própria	373,5000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 33 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
14	10	UN	CONJUNTO DE 2 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS, AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 900MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 11,9KG.	Própria	287,0000
16	100	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	Própria	86,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 34 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	10	UN	CONJUNTO DE 6 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTI-ENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: 430MM, COMPRIMENTO: 2420MM, ALTURA: 930MM, PESO: 21,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	469,0000
5	10	UN	CONJUNTO DE 5 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1875MM, ALTURA: 985MM, PESO: 16,5 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	409,0000
6	10	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 35 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	10	UN	CONJUNTO DE 3 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1130MM, ALTURA: 9,85MM, PESO: 10,6 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	259,5000
8	10	UN	CONJUNTO DE 2 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMA NA OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 810MM, ALTURA: 930MM, PESO: 7,90 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	183,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 36 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
10	5	UN	CONJUNTO DE 6 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE, E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2368MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 32,6KG.	Própria	668,0000
11	5	UN	CONJUNTO DE 5 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 2260MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 28KG.	Própria	581,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 37 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
12	5	UN	CONJUNTO DE 4 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1820MM, LARGURA: 430MM, PESO: 22KG.	Própria	481,5000
13	5	UN	CONJUNTO DE 3 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS.. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1400MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 14KG.	Própria	373,5000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 38 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
14	5	UN	CONJUNTO DE 2 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS, AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 900MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 11,9KG.	Própria	287,0000
16	10	UN	PAPELEIRA INDIVIDUAL 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1400 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 440MM, LARGURA: 380 MM, PESO: 6,120KG.	Própria	86,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 39 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
6	5	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTITENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000
12	3	UN	CONJUNTO DE 4 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM, FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1820MM, LARGURA: 430MM, PESO: 22KG.	Própria	481,5000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 40 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
13	20	UN	CONJUNTO DE 3 PAPELEIRAS 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), POSSUI ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO DE AÇO CARBONO RETANGULAR DE 30MM X 20MM FÁCIL DE INSTALAR, POSSUI SISTEMA DE FECHADURA E CHAVE E O CORPO DA PAPELEIRA PODE SER REMOVIDO ENQUANTO SUA TAMPA PERMANECE FIXA NA ESTRUTURA. COM ADESIVO, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS.. TAMANHO APROXIMADO ALTURA: 1190 MM, CAPACIDADE: 50 LITROS, COMPRIMENTO: 1400MM, LARGURA: 430 MM, PESO: 14KG.	Própria	373,5000

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	10	UN	CONJUNTO DE 6 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTI-ENCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: 430MM, COMPRIMENTO: 2420MM, ALTURA: 930MM, PESO: 21,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	469,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 41 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
6	10	UN	CONJUNTO DE 4 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 1610MM, ALTURA: 930MM, PESO: 18,7 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	345,0000
7	15	UN	CONJUNTO DE 3 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMAS ÀS OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO: LARGURA: 360MM, COMPRIMENTO: 1130MM, ALTURA: 9,85MM, PESO: 10,6 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	259,5000
8	10	UN	CONJUNTO DE 2 LIXEIRAS PARA COLETA SELETIVA 60 LITROS, COM ADESIVOS, E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. FABRICADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP). COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, POSSUEM TAMPA BASCULANTE E SISTEMA MULTIENTCAIXE, PERMITINDO ENCAIXAR UMA NA OUTRAS. TAMANHO APROXIMADO LARGURA: 430MM, COMPRIMENTO: 810MM, ALTURA: 930MM, PESO: 7,90 KG, CAPACIDADE: 60 LITROS.	Própria	183,0000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 42 / 43

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na cláusula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 02/01/2024.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo
Órgão Gerenciador

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 43 / 43

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

RONAN PLÁSTICOS LTDA

Fornecedor

ATA RP Nº 07 LOGMOV

Publicação Nº 5484242



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 22

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ JOSE DAGA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul CEP: 89859000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim CEP: 89865000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. EDILSON FERLA.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste CEP: 89845000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALMOR GOLO.

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DO COMERCIO Nº 1015 Bairro CENTRO - Alto Bela Vista CEP: 89730000 inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELTON MATTES.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO Nº 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob nº 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua TAMANDARÉ Nº 98 Bairro Centro - Lindóia do Sul CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob nº 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEUDI ANGELO BERTOL.

MUNICÍPIO IPUMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II Nº 230 Bairro Centro - Ipumirim CEP: 89790000 inscrito no CNPJ sob nº 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. HILÁRIO REFFATTI.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: LOGMOV SOLUCOES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida AV MARCELO STEFANI Nº 15 JARDIM DO LAGO CEP 12.914-490 - Bragança Paulista/SP CEP: 12.914-490, inscrita no CNPJ sob o nº 44.333.497/0001-35, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. GLAUCO HENRIQUE DA CRUZ, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, CAIXA D'ÁGUA E TRATAMENTO DE EFLUENTES**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 22

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 22

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 22

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 34/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 28/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02/01/2024 à 31/12/2024.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 7 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	5	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	6	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 9 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	5	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 10 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	10	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 11 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	10	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 12 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	20	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 13 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	3	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 14 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	10	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 15 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	20	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 16 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	15	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 17 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	250	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 18 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICIPIO DE ALTO BELA VISTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	10	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 19 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	15	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 20 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	20	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 21 / 22

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
17	10	UN	LIXEIRA TIPO CONTAINER COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 1.000 LITROS, COM PEDAL, DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS, LIXO RADIOATIVOS. PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E SOLUÇÕES ÁCIDAS OU ALCALINAS, FUNGOS, BACTÉRIAS, DETERGENTES DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO. COM ADAPTAÇÃO PARA BASCULAMENTO DIRETO EM CAMINHÕES. MEDIDAS APROXIMADAS 1,3 (ALTURA) X 1,37 (LARGURA) X 1,04 (PROFUNDIDADE). AS MEDIDAS INCLUEM OS MUNHÕES. DEVERÁ TER UM MUNHÃO DE CADA LADO, PARA SER UTILIZADO NA COLETA DE LIXO MECANIZADA. DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM 4 RODAS, SENDO QUE 2 RODAS DEVEM CONTER TRAVAS INDIVIDUAIS, COM GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSÃO. AS RODAS DEVEM FAZER GIROS COMPLETOS DE 360°. A TAMPA COM PUXADOR, FEITA COM O MESMO MATERIAL DO CORPO. DEVE POSSUIR DRENOS PARA LIMPEZA E ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS NO SEU INTERIOR, COM CANTOS ARREDONDADOS	GADOTTI/ GADOTTI CAR	1104,9900

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 22 / 22

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

(LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 02/01/2024.

DIEGO BASSANIDiretor Executivo
Órgão Gerenciador

LOGMOV SOLUCOES LTDA

Fornecedor

ATA RP Nº 08 DDS

Publicação Nº 5484248



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 12

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ JOSE DAGA.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Formosa do Sul CEP: 89859000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.424/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETULIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim CEP: 89865000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. EDILSON FERLA.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste CEP: 89845000 inscrito no CNPJ sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALMOR GOLO.

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua DO COMERCIO Nº 1015 Bairro CENTRO - Alto Bela Vista CEP: 89730000 inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELTON MATTES.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 12

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO N° 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob n° 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua TAMANDARÉ N° 98 Bairro Centro - Lindóia do Sul CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob n° 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEUDI ANGELO BERTOL.

MUNICÍPIO IPUMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dom Pedro II N° 230 Bairro Centro - Ipumirim CEP: 89790000 inscrito no CNPJ sob n° 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. HILÁRIO REFFATTI.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: DDS COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua rio de janeiro N° 1195 PRESIDENTE MEDICI CEP 89.802-211 - Chapecó/SC CEP: 89.802-211, inscrita no CNPJ sob o n° 05.299.150/0001-61, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. VALDEMIR TUSSI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução n° 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1° de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, CAIXA D'ÁGUA E TRATAMENTO DE EFLUENTES**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 12

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 12

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 12

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 34/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 28/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02/01/2024 à 31/12/2024.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
 Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
 14.133/2021

Pág 7 / 12

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	60	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/novel	92,7900

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	15	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/novel	92,7900

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	50	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/novel	92,7900



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 8 / 12

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	20	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/novel	92,7900

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	80	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/novel	92,7900

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	3	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/novel	92,7900



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 9 / 12

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	100	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/ novel	92,7900

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	200	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/ novel	92,7900

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	30	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/ novel	92,7900



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 10 / 12

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	400	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/ novel	92,7900

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	5	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/ novel	92,7900

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	50	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/ novel	92,7900



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 11 / 12

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	50	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/ novel	92,7900

MUNICÍPIO IPUMIRIM					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	30	UN	LIXEIRA CESTO MONOBLOCO EM PLÁSTICO INJETADO VAZADO, CAPACIDADE DE 80 LITROS, RESISTENTES AO SOL E CHUVA. CORES VARIADAS, AS LIXEIRAS DEVEM ESTAR IDENTIFICADAS COM ADESIVO E DIFERENTES CORES PARA O DESCARTE CORRETO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS. AS CORES SÃO ASSOCIADAS À COLETA DE PLÁSTICO, PAPEL, METAL, VIDRO, ORGÂNICO, RESÍDUOS PERIGOSOS, RESÍDUOS HOSPITALAR, MADEIRA, NÃO RECICLÁVEIS. ENVERNIZADO FILTRO UV. TAMANHO APROXIMADO DO CESTO: 350MM DE LARGURA, 450MM COMPRIMENTO, 510MM ALTURA.	novel/ novel	92,7900

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 12 / 12

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 02/01/2024.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo
Órgão Gerenciador

DDS COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA
Fornecedor

ATA RP Nº 15 LOUREIRO

Publicação Nº 5484463



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 13

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15

Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DIEGO BASSANI.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETÚLIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO Nº 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob nº 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua SENA MADUREIRA Nº 136 VILA CLEMENTINO CEP 04.021-000 - São Paulo/SP CEP: 04.021-000, inscrita no CNPJ sob o nº 40.976.095/0001-06, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. JUSSY ARAUJO AMORIM NETO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PICKUP'S, AMBULÂNCIA E VANS**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 13

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 13

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 13

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 33/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 29/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 03/01/2024 à 02/01/2025.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 7 / 13

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
5	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIVAN 07 LUGARES. COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA. ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 07 OCUPANTES. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 4240 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2550 MM; LARGURA DE 1700 MM. MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 100 CV; TORQUE DE 16 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (ETANOL E GASOLINA) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 50 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES A FRENTE E UMA A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA MALAS DE 160 LITROS; CAPACIDADE DE CARGA DE 490 KG; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CAMÉRA DE RÉ; AR CONDICIONADO; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); BANCO TRASEIRO BIPARTIDO E REBATÍVEL; PONTO DE FORÇA 12 V. RÁDIO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; JOGO DE TAPETES.	GM/CHEVROL	132700,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
5	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIVAN 07 LUGARES. COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA. ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 07 OCUPANTES. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 4240 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2550 MM; LARGURA DE 1700 MM. MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 100 CV; TORQUE DE 16 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (ETANOL E GASOLINA) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 50 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES A FRENTE E UMA A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA MALAS DE 160 LITROS; CAPACIDADE DE CARGA DE 490 KG; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CAMÊRA DE RÉ; AR CONDICIONADO; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); BANCO TRASEIRO BIPARTIDO E REBATÍVEL; PONTO DE FORÇA 12 V. RÁDIO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; JOGO DE TAPETES.	GM/CHEVROL	132700,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 9 / 13

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
5	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIVAN 07 LUGARES. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA. ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 07 OCUPANTES. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 4240 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2550 MM; LARGURA DE 1700 MM. MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 100 CV; TORQUE DE 16 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (ETANOL E GASOLINA) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 50 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES A FRENTE E UMA A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA MALAS DE 160 LITROS; CAPACIDADE DE CARGA DE 490 KG; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CAMÉRA DE RÉ; AR CONDICIONADO; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); BANCO TRASEIRO BIPARTIDO E REBATÍVEL; PONTO DE FORÇA 12 V. RÁDIO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; JOGO DE TAPETES.	GM/ CHEVROL	132700,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 10 / 13

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
5	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIVAN 07 LUGARES. COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA. ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 07 OCUPANTES. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 4240 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2550 MM; LARGURA DE 1700 MM. MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 100 CV; TORQUE DE 16 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (ETANOL E GASOLINA) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 50 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES A FRENTE E UMA A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA MALAS DE 160 LITROS; CAPACIDADE DE CARGA DE 490 KG; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CAMÊRA DE RÉ; AR CONDICIONADO; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); BANCO TRASEIRO BIPARTIDO E REBATÍVEL; PONTO DE FORÇA 12 V. RÁDIO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; JOGO DE TAPETES.	GM/CHEVROL	132700,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 11 / 13

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
5	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIVAN 07 LUGARES. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA. ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 07 OCUPANTES. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 4240 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2550 MM; LARGURA DE 1700 MM. MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 100 CV; TORQUE DE 16 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (ETANOL E GASOLINA) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 50 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES A FRENTE E UMA A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA MALAS DE 160 LITROS; CAPACIDADE DE CARGA DE 490 KG; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CAMÉRA DE RÉ; AR CONDICIONADO; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); BANCO TRASEIRO BIPARTIDO E REBATÍVEL; PONTO DE FORÇA 12 V. RÁDIO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; JOGO DE TAPETES.	GM/ CHEVROL	132700,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 12 / 13

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
5	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIVAN 07 LUGARES. COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA. ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 07 OCUPANTES. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 4240 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2550 MM; LARGURA DE 1700 MM. MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 100 CV; TORQUE DE 16 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (ETANOL E GASOLINA) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 50 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES A FRENTE E UMA A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA MALAS DE 160 LITROS; CAPACIDADE DE CARGA DE 490 KG; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS (MOTORISTA E PASSAGEIRO); FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CAMÊRA DE RÉ; AR CONDICIONADO; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); BANCO TRASEIRO BIPARTIDO E REBATÍVEL; PONTO DE FORÇA 12 V. RÁDIO (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CARTER/MOTOR; JOGO DE TAPETES.	GM/CHEVROL	132700,0000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 13 / 13

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 03/01/2024.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo
Órgão Gerenciador

LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
Fornecedor

ATA RP N° 16 KAYO

Publicação N° 5484469

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 13

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 33/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 29/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 29/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 16

Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DIEGO BASSANI.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETÚLIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓÃO BOTERO N° 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob nº 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: KAYO VEICULOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua OTTO KAR DOERFFEL 1112 BLOCO A GALPÃO A13 S/N ATIRADORES CEP 89.203-212 - Joinville/SC CEP: 89.203-212, inscrita no CNPJ sob o nº 18.624.186/0001-15, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. CHANDYLES BRUNO DE ALMEIDA OLIVEIRA, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PICKUP'S, AMBULÂNCIA E VANS**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 13

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 13

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 13

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 33/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 29/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 03/01/2024 à 02/01/2025.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:



MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP CABINE DUPLA COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; TRAÇÃO 4X4; EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 05 OCUPANTES, CARROCERIA CABINE DUPLA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5200 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2950 MM; LARGURA DE 1780 MM E ALTURA DE 1740 MM; CAÇAMBA: COMPRIMENTO TOTAL DE 1480 MM E LARGURA DE 1460 MM. MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 177 CV; TORQUE DE 42 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS. TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 1.000 KG. FREIO COM SISTEMA ANTIBLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); CONTROLE DE ESTABILIDADE; CONTROLE DE TRAÇÃO; FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, CAMÉRA DE RÉ; GANCHOS DE AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA. AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES (DE SÉRIE); CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS (DE SÉRIE); RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE); BANCO TRASEIRO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; CHAVE COM COMANDO REMOTO; PONTO DE FORÇA 12 V; CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; PROTETOR DE CAÇAMBA; JOGO DE TAPETES.	mitsubishihpe automotivo do brasil	234980,0000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 8 / 13

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP CABINE DUPLA COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; TRAÇÃO 4X4; EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 05 OCUPANTES, CARROCERIA CABINE DUPLA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5200 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2950 MM; LARGURA DE 1780 MM E ALTURA DE 1740 MM; CAÇAMBA: COMPRIMENTO TOTAL DE 1480 MM E LARGURA DE 1460 MM. MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 177 CV; TORQUE DE 42 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS. TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 1.000 KG. FREIO COM SISTEMA ANTIBLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); CONTROLE DE ESTABILIDADE; CONTROLE DE TRAÇÃO; FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, CAMÉRA DE RÉ; GANCHOS DE AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA. AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES (DE SÉRIE); CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS (DE SÉRIE); RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE); BANCO TRASEIRO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; CHAVE COM COMANDO REMOTO; PONTO DE FORÇA 12 V; CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; PROTETOR DE CAÇAMBA; JOGO DE TAPETES.	mitsubishihpeautomotivodo brasil	234980,0000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC

Pág 9 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP CABINE DUPLA COM AS SEGUINTESS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; TRAÇÃO 4X4; EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 05 OCUPANTES, CARROCERIA CABINE DUPLA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5200 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2950 MM; LARGURA DE 1780 MM E ALTURA DE 1740 MM; CAÇAMBA: COMPRIMENTO TOTAL DE 1480 MM E LARGURA DE 1460 MM. MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 177 CV; TORQUE DE 42 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS. TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 1.000 KG. FREIO COM SISTEMA ANTIBLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); CONTROLE DE ESTABILIDADE; CONTROLE DE TRAÇÃO; FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, CAMÉRA DE RÉ; GANCHOS DE AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA. AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES (DE SÉRIE); CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS (DE SÉRIE); RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE); BANCO TRASEIRO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; CHAVE COM COMANDO REMOTO; PONTO DE FORÇA 12 V; CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; PROTETOR DE CAÇAMBA; JOGO DE TAPETES.	MITSUBI HPE AUTOMOT DO BRASIL	234980,0000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 10 / 13

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP CABINE DUPLA COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; TRAÇÃO 4X4; EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 05 OCUPANTES, CARROCERIA CABINE DUPLA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5200 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2950 MM; LARGURA DE 1780 MM E ALTURA DE 1740 MM; CAÇAMBA: COMPRIMENTO TOTAL DE 1480 MM E LARGURA DE 1460 MM. MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 177 CV; TORQUE DE 42 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS. TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 1.000 KG. FREIO COM SISTEMA ANTIBLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); CONTROLE DE ESTABILIDADE; CONTROLE DE TRAÇÃO; FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, CAMÉRA DE RÉ; GANCHOS DE AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA. AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES (DE SÉRIE); CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS (DE SÉRIE); RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE); BANCO TRASEIRO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; CHAVE COM COMANDO REMOTO; PONTO DE FORÇA 12 V; CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; PROTETOR DE CAÇAMBA; JOGO DE TAPETES.	MITSUBISHI HPE AUTOMOTIVO DO BRASIL	234980,0000



MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP CABINE DUPLA COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; TRAÇÃO 4X4; EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 05 OCUPANTES, CARROCERIA CABINE DUPLA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5200 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2950 MM; LARGURA DE 1780 MM E ALTURA DE 1740 MM; CAÇAMBA: COMPRIMENTO TOTAL DE 1480 MM E LARGURA DE 1460 MM. MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 177 CV; TORQUE DE 42 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS. TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 1.000 KG. FREIO COM SISTEMA ANTIBLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); CONTROLE DE ESTABILIDADE; CONTROLE DE TRAÇÃO; FARÓIS DE NEBLINA (DE SÉRIE); TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, CAMÉRA DE RÉ; GANCHOS DE AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA. AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE DO VOLANTE EM ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES (DE SÉRIE); CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS (DE SÉRIE); RODAS DE LIGA LEVE (DE SÉRIE); BANCO TRASEIRO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; CHAVE COM COMANDO REMOTO; PONTO DE FORÇA 12 V; CONEXÃO USB; MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE); PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; PROTETOR DE CÁRTER/MOTOR; PROTETOR DE CAÇAMBA; JOGO DE TAPETES.	mitsubishihpeautomotivobrasil	234980,0000



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 03/01/2024.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo
Órgão Gerenciador

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 13 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

KAYO VEICULOS LTDA

Fornecedor

ATA RP Nº 17 VETOR

Publicação Nº 5484483

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 13

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17

Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DIEGO BASSANI.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETÚLIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JOÃO BOTERO Nº 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob nº 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: VETOR AUTOMOVEIS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida BRASIL Nº 1339 PACAEMBU CEP 85.816-302 - Cascavel/PR CEP: 85.816-302, inscrita no CNPJ sob o nº 21.212.879/0001-05, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. MARCOS ANTONIO URIO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PICKUP'S, AMBULÂNCIA E VANS**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 13

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 13

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 13

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 33/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 29/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 03/01/2024 à 02/01/2025.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 7 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR HATCH. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA: PARA 05 OCUPANTES/ MONOBLOCO HATCH; DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.880 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 72 CV (QUANDO A GASOLINA); TORQUE DE 9,3 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 42 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA-MALAS: 255 LITROS. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTIFURTO; LIMPADOR E LAVADOR DO VIDRO DIANTEIRO E TRASEIRO; TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR-CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, JOGO DE TAPETES.	Hyundai	82900,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	2	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR HATCH. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA: PARA 05 OCUPANTES/ MONOBLOCO HATCH; DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.880 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 72 CV (QUANDO A GASOLINA); TORQUE DE 9,3 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 42 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA-MALAS: 255 LITROS. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTIFURTO; LIMPADOR E LAVADOR DO VIDRO DIANTEIRO E TRASEIRO; TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR-CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, JOGO DE TAPETES.	Hyundai	82900,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 9 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR HATCH. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA: PARA 05 OCUPANTES/ MONOBLOCO HATCH; DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.880 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 72 CV (QUANDO A GASOLINA); TORQUE DE 9,3 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 42 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA-MALAS: 255 LITROS. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTIFURTO; LIMPADOR E LAVADOR DO VIDRO DIANTEIRO E TRASEIRO; TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR-CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, JOGO DE TAPETES.	Hyundai	82900,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 10 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	2	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR HATCH. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA: PARA 05 OCUPANTES/ MONOBLOCO HATCH; DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.880 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 72 CV (QUANDO A GASOLINA); TORQUE DE 9,3 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 42 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA-MALAS: 255 LITROS. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTIFURTO; LIMPADOR E LAVADOR DO VIDRO DIANTEIRO E TRASEIRO; TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR-CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, JOGO DE TAPETES.	Hyundai	82900,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 11 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	4	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR HATCH. COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA: PARA 05 OCUPANTES/ MONOBLOCO HATCH; DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.880 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 72 CV (QUANDO A GASOLINA); TORQUE DE 9,3 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 42 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA-MALAS: 255 LITROS. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTIFURTO; LIMPADOR E LAVADOR DO VIDRO DIANTEIRO E TRASEIRO; TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR-CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, JOGO DE TAPETES.	Hyundai	82900,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 12 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR HATCH. COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 04 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA: PARA 05 OCUPANTES/ MONOBLOCO HATCH; DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.880 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 72 CV (QUANDO A GASOLINA); TORQUE DE 9,3 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 42 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; VOLUME DO PORTA-MALAS: 255 LITROS. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTIFURTO; LIMPADOR E LAVADOR DO VIDRO DIANTEIRO E TRASEIRO; TRAVAMENTO CENTRAL DAS PORTAS; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR-CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, JOGO DE TAPETES.	Hyundai	82900,0000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 13 / 13

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 03/01/2024.

DIEGO BASSANIDiretor Executivo
Órgão Gerenciador

VETOR AUTOMOVEIS LTDA

Fornecedor

ATA RP Nº 18 TRENTINO

Publicação Nº 5484493



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 1 / 74

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2023 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2023 - CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023 - CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18

Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, o(a) **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua São Paulo, S/Nº, Bairro São Sebastião, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr(a). **DIEGO BASSANI**, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e os seguintes municípios participantes:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Endereço não informado CEP: inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DIEGO BASSANI.

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó CEP: 89883000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta CEP: 89819000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLODOALDO BRIANCINI.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Santa Catarina, S/N Bairro Centro - Coronel Freitas CEP: 89840000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DELIR CASSARO.

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida GETÚLIO VARGAS, S/N Bairro CENTRO - Jardinópolis CEP: 89848000 inscrito no CNPJ sob nº 80.637.457/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO FRANCISCO RISSO.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ANGELO TOAZZA, S/N Bairro CENTRO - Santiago do Sul CEP: 89854000 inscrito no CNPJ sob nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N Bairro CENTRO - Tunápolis CEP: 89898000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARINO JOSE FREY.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida PADRE JÓAO BOTERO Nº 485 Bairro CENTRO - Passos Maia CEP: 89687000 inscrito no CNPJ sob nº 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSMAR TOZZO.

Doravante denominado **ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM** Registrar os Preços da empresa: TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua IMIGRANTE MELLER Nº 30 PINHEIRINHO CEP 88.805-085 - Criciúma/SC CEP: 88.805-085, inscrita no CNPJ sob o nº 44.257.157/0001-72, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ALEXANDRE BUOSI MONTEIRO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 009/2023 CVC, de 24 de março de 2023, e suas alterações, e pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 2 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

1.1 A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PICKUP'S, AMBULÂNCIA E VANS**, para uso dos Órgãos Participantes do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.3 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.4 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizada no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/ CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.5 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 4 / 74

4.6 - Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante**;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CVC ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – O fornecedor também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.5 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7. As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 5 / 74

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais e da Resolução 009/2022 CVC.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II - Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) sofrer sanções impeditivas previstas em lei;

f) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

h) Deixar de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do edital.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2024 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 6 / 74

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 33/2023 - CVC, Pregão Eletrônico nº 29/2023 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 03/01/2024 à 02/01/2025.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

12.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VII do Edital).

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VII do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 7 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR PICK-UP UTILITÁRIO CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 02 OU 03 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 02 OCUPANTES/MONOBLOCO PICKUP. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.890 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 84 CV (QUANDO COM GASOLINA); TORQUE DE 12,0 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 45 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA; CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE 900 LITROS; CARGA ÚTIL DE 700 KG; SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTI-FURTO; AR CONDICIONADO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; RÁDIO; PROTETOR DE CÁRTER; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, JOGO DE TAPETES.	Fiat	102298,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 8 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
7	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS, MÍNIMO 14 + 1 LUGARES, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; TETO MÉDIO, COR BRANCA. ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E PORTA PARA EMBARQUE DE PASSAGEIROS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 14 + 01 OCUPANTE, DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5910 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3660 MM; LARGURA MÍNIMA DE 1990 MM; ALTURA DE 2500 MM; MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 125 CV; TORQUE DE 30 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; FREIO COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS; ALARME (SISTEMA ANTI-FURTO); CÂMERA TRASEIRA PARA MANOBRAS; FARÓIS DE NEBLINA; CONTROLE DE ESTABILIDADE; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; POLTRONAS RECLINÁVEIS PARA PASSAGEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; TACÓGRAFO DIGITAL; PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES.	Fiat	308800,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 9 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR PICK-UP UTILITÁRIO CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 02 OU 03 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 02 OCUPANTES/MONOBLOCO PICKUP. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.890 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 84 CV (QUANDO COM GASOLINA); TORQUE DE 12,0 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 45 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA; CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE 900 LITROS; CARGA ÚTIL DE 700 KG; SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTI-FURTO; AR CONDICIONADO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; RÁDIO; PROTETOR DE CÁRTER; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, JOGO DE TAPETES.	Fiat	102298,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 10 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE (TIPO A) - TIPO FURGÃO (LONGO/ TETO ALTO), COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA, ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO), PORTA LATERAL NO COMPARTIMENTO DE CARGA (CORREDIÇA COM TRAVA, COM O SISTEMA DE TRILHO CORREDIÇO EM DECLIVES IMPEDINDO A QUEDA OU FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DA PORTA) E DUAS PORTAS TRASEIRAS COM ABERTURA HORIZONTAL EM DUAS POSIÇÕES (90 E 270 GRAUS), COM DISPOSITIVO AUTOMÁTICO PARA MANTÊ-LAS ABERTAS, IMPEDINDO SEU FECHAMENTO ESPONTÂNEO NO CASO DE O VEÍCULO ESTACIONAR EM DESNÍVEL; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA PARA 02 OCUPANTES/FURGÃO TIPO LONGO/TETO ALTO. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5.900 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3.250 MM E ALTURA DE 2.400 MM; SALÃO DE ATENDIMENTO: COMPRIMENTO DE 3.700 MM, LARGURA DE 1.740 MM E ALTURA DE 1.880 MM; MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 130 CV; TORQUE DE 25 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 65 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E UMA À RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA. CAPACIDADE DE CARGA DE 1.200 KG; VOLUME ÚTIL DO COMPARTIMENTO DE CARGA DE 10 M3; FREIOS COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; SISTEMA AUXILIAR DE FRENAGEM (EBD, ESP OU SIMILAR); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); FARÓIS DE NEBLINA; AR-CONDICIONADO (ORIGINAL DE FÁBRICA); BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS (ORIGINAL DE FÁBRICA); CHAVE COM COMANDO DAS TRAVAS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES. ADAPTAÇÃO PARA AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE: CONFORME PORTARIA		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 11 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			Nº 2.048, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2002, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR, AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: SINALIZADOR ÓPTICO E ACÚSTICO; EQUIPAMENTO DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO EM CONTATO PERMANENTE COM A CENTRAL REGULADORA; MACA COM RODAS; SUPORTE PARA SORO E OXIGÊNIO MEDICINAL; A ESTRUTURA DA CABINE E DA CARROCERIA DEVERÁ SER ORIGINAL DO VEÍCULO, CONSTRUÍDA EM AÇO; A ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVERÁ SER ORIGINAL DE FÁBRICA, SEM QUE SEJA ALTERADA A PARTE CONSTRUTIVA DA AMBULÂNCIA; O PNEU ESTEPE NÃO DEVERÁ SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO; DIVISÃO ENTRE A CABINA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE EM AÇO COM JANELA DE COMUNICAÇÃO; PORTAS EM CHAPA, COM REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, COM FECHOS, TANTO INTERNO COMO EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL AÇIONAMENTO; NA CARROCERIA, O REVESTIMENTO INTERNO ENTRE AS CHAPAS (METÁLICA - EXTERNA E LAMINADO - INTERNA) DEVERÁ SER EM POLIURETANO, COM ESPESSURA DE ATÉ 40 MM CONFORME O VEÍCULO PERMITIR, COM FINALIDADE DE ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO, NÃO PODENDO SER UTILIZADO, PARA ESTE FIM, ISOPOR; DEVERÁ SER DOTADA DE ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE SOB AS PORTAS LATERAIS, PARA FACILITAR A ENTRADA DE PASSAGEIROS, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO FOR MAIOR QUE 40 CM, ESTRIBO ESTE DE DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM NORMA DA ABNT; DEVERÁ SER DOTADA DE DEGRAU OU ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE PARA ACESSO AO SALÃO DE ATENDIMENTO NA PORTA TRASEIRA DA AMBULÂNCIA COM PREVISÃO PARA ENTRADA DA MACA RETRÁTIL, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO DO SALÃO DE ATENDIMENTO FOR MAIOR QUE 50 CM PARA ENTRADA DA MACA, COM DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT; SISTEMA ELÉTRICO: A ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR DUAS BATERIAS,		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 12 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			SENDO A DO CHASSI ORIGINAL DO FABRICANTE E A AUXILIAR INDEPENDENTE (PARA O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO), ESSA SEGUNDA BATERIA DEVERÁ SER DO TIPO CICLO PROFUNDO E TER NO MÍNIMO 150 A, DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 V, INSTALADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, DEVENDO POSSUIR DRENO DE PROTEÇÃO PARA EVITAR CORROSÃO CASO OCORRA VAZAMENTO DE SOLUÇÃO DA MESMA; O SISTEMA ELÉTRICO DEVERÁ ESTAR DIMENSIONADO PARA O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS ITENS ESPECIFICADOS (DO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS), QUER COM A VIATURA EM MOVIMENTO, QUER ESTACIONADA, SEM RISCO DE SOBRECARGA NO ALTERNADOR, FIAÇÃO OU DISJUNTORES; O VEÍCULO DEVERÁ SER FORNECIDO COM ALTERNADOR ORIGINAL DE FÁBRICA, COM CAPACIDADE DE CARREGAR AMBAS AS BATERIAS A PLENA CARGA SIMULTANEAMENTE E ALIMENTAR O SISTEMA ELÉTRICO DO CONJUNTO. INDEPENDENTE DA POTÊNCIA NECESSÁRIA DO ALTERNADOR, NÃO SERÃO ADMITIDOS ALTERNADORES MENORES QUE 140 A; O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E O EQUIPAMENTO ELÉTRICO SECUNDÁRIO DEVEM SER SERVIDOS POR CIRCUITOS TOTALMENTE SEPARADOS E DISTINTOS DOS CIRCUITOS DO CHASSI DA VIATURA; A FIAÇÃO DEVE TER CÓDIGOS PERMANENTES DE CORES OU TER IDENTIFICAÇÕES COM NÚMEROS/LETRAS DE FÁCIL LEITURA, DISPOSTAS EM CHICOTES OU SISTEMAS SEMELHANTES, CONFECCIONADOS COM CABOS PADRÃO AUTOMOTIVO COM RESISTÊNCIA À TEMPERATURA MÍNIMA DE 105° C, ELES DEVERÃO SER IDENTIFICADOS POR CÓDIGOS NOS TERMINAIS OU NOS PONTOS DE CONEXÃO; TODOS OS CHICOTES, ARMAÇÕES E FIAÇÕES DEVEM SER FIXADOS AO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO OU ARMAÇÃO POR BRAÇADEIRAS PLÁSTICAS ISOLADAS A FIM DE EVITAR FERRUGEM E MOVIMENTOS QUE POSSAM RESULTAR EM ATRITOS, APERTOS, PROTUBERÂNCIAS E DANOS; TODAS AS ABERTURAS NA VIATURA DEVEM SER ADEQUADAMENTE CALAFETADAS PARA PASSAR A FIAÇÃO. TODOS OS ITENS USADOS PARA PROTEGER OU SEGURAR A FIAÇÃO DEVEM SER		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 13 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO E SER PADRÃO AUTOMOTIVO, AÉREO, MARINHO OU ELETRÔNICO. TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS, TERMINAIS E PONTOS DEVEM TER UMA ALÇA DE FIO QUE POSSIBILITE PELO MENOS DUAS SUBSTITUIÇÕES DOS TERMINAIS DA FIAÇÃO; TODOS OS CIRCUITOS ELÉTRICOS DEVEM SER PROTEGIDOS POR DISJUNTORES PRINCIPAIS OU DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DE PROTEÇÃO À CORRENTE (DISJUNTORES AUTOMÁTICOS OU MANUAIS DE ARMAÇÃO), E DEVEM SER DE FÁCIL REMOÇÃO E ACESSO PARA INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO; OS DIAGRAMAS E ESQUEMAS DE FIAÇÃO EM PORTUGUÊS, INCLUINDO CÓDIGOS E LISTAS DE PEÇAS PADRÃO, DEVERÃO SER FORNECIDOS EM SEPARADO; TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS E FIAÇÃO DEVEM SER FACILMENTE ACESSÍVEIS ATRAVÉS DE QUADRO DE INSPEÇÃO, PELO QUAL SE POSSA REALIZAR VERIFICAÇÕES E MANUTENÇÃO; AS CHAVES, DISPOSITIVOS INDICADORES E CONTROLES DEVEM ESTAR LOCALIZADOS E INSTALADOS DE MANEIRA A FACILITAR A REMOÇÃO E MANUTENÇÃO; OS ENCAIXES EXTERIORES DAS LÂMPADAS, CHAVES, DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS E PEÇAS FIXAS, DEVEM SER À PROVA DE CORROSÃO E DE INTEMPÉRIES. OS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DEVEM INCLUIR FILTROS, SUPRESSORES OU PROTETORES, A FIM DE EVITAR RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA E A CONSEQUENTE INTERFERÊNCIA EM RÁDIOS E OUTROS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS; CENTRAL ELÉTRICA COMPOSTA DE DISJUNTOR TÉRMICO E AUTOMÁTICO, RELES E CHAVE GERAL INSTALADO ACIMA DO ARMÁRIO DE BANCADA; PAINEL ELÉTRICO INTERNO, COM INTERRUPTORES PARA ILUMINAÇÃO INTERNA E DEVERÁ POSSUIR 2 TOMADAS PARA 12 V (DC); AS TOMADAS ELÉTRICAS DEVERÃO MANTER UMA DISTÂNCIA DE 31 CM DE QUALQUER TOMADA DE OXIGÊNIO; A ILUMINAÇÃO DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DO VEÍCULO DEVE SER DE DOIS TIPOS: NATURAL - MEDIANTE ILUMINAÇÃO FORNECIDA PELAS JANELAS DO VEÍCULO (CABINE E CARROCERIA), COM VIDROS OPACOS OU JATEADOS COM TRÊS FAIXAS TRANSPARENTES NO</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 14 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E ARTIFICIAL - DEVERÁ SER FEITA POR, 04 (QUATRO) LUMINÁRIAS, INSTALADAS NO TETO, COM DIÂMETRO DE 150 MM, EM BASE ESTAMPADA EM ALUMÍNIO OU INJETADA EM PLÁSTICO EM MODELO LED; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSUIR A TENSÃO DE TRABALHO DE 12 V E CONSUMO NOMINAL DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA. OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR PREDOMINANTEMENTE CRISTAL COM TEMPERATURA MÍNIMA DE 5.350 K E MÁXIMA DE 10.000 K, COM LENTE DE POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, COM ACABAMENTO CORRUGADO PARA DIFUSÃO DA LUZ, DISTRIBUÍDAS DE FORMA A ILUMINAR TODO O COMPARTIMENTO DO PACIENTE, SEGUNDO PADRÕES MÍNIMOS ESTABELECIDOS PELA ABNT; OS ACIONAMENTOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS NO PAINEL DE COMANDO, DENTRO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM INTERRUPTORES DE TECLAS COM VISOR LUMINOSO INDIVIDUAL DE ACIONAMENTO OU COM INDICADOR LUMINOSO; FAROL DE EMBARQUE INSTALADO NA PORTA TRASEIRA; CONJUNTO SINALIZADOR ELETRÔNICO ACÚSTICO VISUAL; SINALIZADOR FRONTAL PRINCIPAL: BARRA SINALIZADORA EM FORMATO TIPO BARRA LINEAR, DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO E LENTE INTEIRIÇA OU MÚLTIPLAS LENTES, COM COMPRIMENTO ENTRE 1.000 MM E 1.300 MM, LARGURA ENTRE 250 MM E 500 MM E ALTURA ENTRE 55 MM E 110 MM, INSTALADA NO TETO DA CABINE DO VEÍCULO; BARRA DOTADA DE BASE CONSTRUÍDA EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO) REFORÇADA COM PERFIL DE ALUMÍNIO EXTRUDADO OU EM ALUMÍNIO EXTRUDADO NA COR PRETA, CÚPULA, INJETADA EM POLICARBONATO NA COR RUBI, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORAÇÃO, COM TRATAMENTO UV; CONJUNTO LUMINOSO COMPOSTO POR 250 DIODOS EMISSORES DE LUZ (LED) PRÓPRIOS PARA ILUMINAÇÃO (CATEGORIA ALTO BRILHO) OU 11 (ONZE) MÓDULOS COM 04 (QUATRO) LEDS DE 1 W CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS, DOTADOS DE LENTE COLIMADORA EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA COM RESISTÊNCIA AUTOMOTIVA E ALTA VISIBILIDADE, SENDO DIRETIVA NOS MÓDULOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 15 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			CENTRAIS E DIFUSORA NOS MÓDULOS LATERAIS NA COR VERMELHA, DE ALTA FREQUÊNCIA (DE 240 FLASHES POR MINUTO) DISTRIBUÍDOS EQUITATIVAMENTE POR TODA A EXTENSÃO VISÍVEL DA BARRA, SEM PONTOS CEGOS DE LUMINOSIDADE, COM CONSUMO MÁXIMO DE 6 A. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CARGA AUTOMÁTICO, GERENCIANDO A CARGA DA BATERIA QUANDO O VEÍCULO NÃO ESTIVER LIGADO, DESLIGANDO AUTOMATICAMENTE O SINALIZADOR SE NECESSÁRIO, EVITANDO, ASSIM, A DESCARGA TOTAL DA BATERIA E POSSÍVEIS FALHAS NO ACIONAMENTO DO MOTOR DO VEÍCULO; SINALIZADORES FRONTAIS SECUNDÁRIOS: SINALIZADOR PRINCIPAL DO TIPO BARRA LINEAR OU EM FORMATO DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO; SINALIZADORES TRASEIROS: DOIS SINALIZADORES NA PARTE TRASEIRA DA AMBULÂNCIA NA COR VERMELHA, COM FREQUÊNCIA DE 90 FLASHES POR MINUTO, OPERANDO MESMO COM AS PORTAS TRASEIRAS ABERTAS E PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO TRÂNSITO, QUANDO ACIONADO. COM LENTE INJETADA DE POLICARBONATO, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORIZAÇÃO COM TRATAMENTO "UV". PODENDO UTILIZAR UM DOS CONCEITOS DE LED QUE SEGUEM: POSSUIR 08 LEDS DE 1 WATT CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 7.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 70°; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 12.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 20°; EM TODAS AS OPÇÕES, O SINALIZADOR DEVERÁ POSSUIR TENSÃO DE TRABALHO DE 12 VCC E CONSUMO NOMINAL MÁXIMO DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA; OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR VERMELHA COM COMPRIMENTO DE ONDA DE 620 NM A 630 NM. SINALIZADOR ACÚSTICO: AMPLIFICADOR DE 100 W RMS DE POTÊNCIA, 13,8 VCC E 04 (QUATRO) TONS DISTINTOS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 300 A 3000 HZ E PRESSÃO SONORA A 1 (UM) METRO DE 100 DB COM 13,8 VCC; ESTES EQUIPAMENTOS NÃO PODERÃO GERAR RUÍDOS ELETROMAGNÉTICOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 16 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>OU QUALQUER OUTRA FORMA DE SINAL QUE INTERFIRA NA RECEPÇÃO DE SINAIS DE RÁDIO OU TELEFÔNIA MÓVEL; LAUDO QUE COMPROVE O ATENDIMENTO À NORMA SAE J1849, NO QUE SE REFERE A REQUISITOS E DIRETRIZES NOS SISTEMAS DE SIRENES ELETRÔNICAS COM UM ÚNICO AUTOFALANTE; OS COMANDOS DE TODA A SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA DEVERÃO ESTAR LOCALIZADOS EM PAINEL ÚNICO, NA CABINE DO MOTORISTA, PERMITINDO SUA OPERAÇÃO POR AMBOS OS OCUPANTES DA CABINE, E O FUNCIONAMENTO INDEPENDENTE DO SISTEMA VISUAL E ACÚSTICO, E SERÁ DOTADO DE: CONTROLE PARA QUATRO TIPOS DE SINALIZAÇÃO (PARA USO EM NÃO EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O ATENDIMENTO COM O VEÍCULO PARADO; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O DESLOCAMENTO); BOTÃO LIGA/DESLIGA PARA A SIRENE; BOTÃO SEM RETENÇÃO PARA SIRENE, PARA "TOQUE RÁPIDO"; BOTÃO PARA COMUTAÇÃO ENTRE OS QUATRO TIPOS DE TOQUE DE SIRENE; SISTEMA DE OXIGÊNIO: OXIGÊNIO MEDICINAL COM 1 CILINDRO DE 16 LTS, EM SUPORTE INDIVIDUAL PARA CILINDRO, COM CINTAS REGULÁVEIS E MECANISMO CONFIÁVEL RESISTENTE A VIBRAÇÕES, TREPIDAÇÕES E/OU CAPOTAMENTOS, POSSIBILITANDO RECEBER CILINDROS DE CAPACIDADES DIFERENTES, EQUIPADO COM VÁLVULA PRÉ-REGULADA PARA PRESSÃO DE 3,5 A 4,0 KGF/CM2; TODOS OS COMPONENTES DESSE SISTEMA DEVERÃO RESPEITAR AS NORMAS DE SEGURANÇA (INCLUSIVE VEICULAR) VIGENTES E APLICÁVEIS. OS SUPORTES DOS CILINDROS NÃO PODERÃO SER FIXADOS POR MEIO DE REBITES; OS PARAFUSOS FIXADORES DEVERÃO SUPORTAR IMPACTOS SEM SE SOLTAR. AS CINTAS DE FIXAÇÃO DOS TORPEDOS DEVERÃO TER AJUSTE DO TIPO "CATRACA"; AS CINTAS NÃO PODERÃO SOFRER AÇÕES DE ALONGAMENTO, DEFORMIDADE OU SOLTAR-SE COM O USO, DEVENDO SUPORTAR CAPACIDADE DE TRAÇÃO DE PESO SUPERIOR A 2.000 KG; AS MANGUEIRAS DEVERÃO PASSAR ATRAVÉS DE CONDUÍTES EMBUTIDOS NA PAREDE LATERAL DO SALÃO DE</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 17 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			ATENDIMENTO, PARA EVITAR QUE SEJAM DANIFICADAS E PARA FACILITAR A SUBSTITUIÇÃO OU MANUTENÇÃO; NO SUPORTE DO CILINDRO ONDE O MESMO ESTEJA EM CONTATO COM O CILINDRO DEVERÁ TER APLICAÇÃO DE BORRACHA; O COMPARTIMENTO DE FIXAÇÃO DOS CILINDROS DEVERÁ SER REVESTIDO NO PISO POR BORRACHA OU OUTRO MATERIAL DE CARACTERÍSTICAS ADEQUADAS PARA PROTEÇÃO DA PINTURA DO CILINDRO E PROTEÇÕES EM AÇO INOXIDÁVEL ONDE OS CILINDROS SÃO APOIADOS A FIM DE SE EVITAR A OCORRÊNCIA DE RANHURAS E DESGASTE; RÉGUA TRIPLA COM FLUXÔMETRO, UMIDIFICADOR PARA O2 E ASPIRADOR TIPO VENTURI, COM ROSCAS PADRÃO ABNT; VENTILAÇÃO: A ADEQUADA VENTILAÇÃO DO VEÍCULO DEVERÁ SER PROPORCIONADA POR JANELAS E SISTEMA DE AR CONDICIONADO; A CLIMATIZAÇÃO DO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ PERMITIR O RESFRIAMENTO E O AQUECIMENTO; TODAS AS JANELAS DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DEVERÃO PROPICIAR VENTILAÇÃO, DOTADAS DE SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO; VENTILADOR/ EXAUSTOR; AR CONDICIONADO COM CAPACIDADE TÉRMICA DE 26.000 BTU 'S NO COMPARTIMENTO DIANTEIRO E TRASEIRO, COM UNIDADE CONDENSADORA NO TETO, ORIGINAL DO FABRICANTE DO CHASSI OU HOMOLOGADO PELA FÁBRICA, CONTANDO COM UM SISTEMA DE AR CONDICIONADO QUENTE/FRIO E VENTILAÇÃO NOS TERMOS DA NBR 14.561; BANCO TIPO BAÚ PARA 02 (DUAS) PESSOAS, COM ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN CINZA CLARO E CINTOS DE SEGURANÇA NA ESQUERDA DO VEÍCULO; BANCO GIRATÓRIO COM ESTRUTURA TUBULAR, INSTALADA NA CABECEIRA DA MACA, VOLTADA PARA A TRASEIRA DO VEÍCULO, COM ENCOSTO E APOIO DE CABEÇA ESTOFADA EM COURVIN NA COR CINZA E CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL; MACA: MACA RETRÁTIL, TOTALMENTE CONFECCIONADA EM DURALUMÍNIO, INSTALADA LONGITUDINALMENTE NO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM 1.900 MM DE COMPRIMENTO, 550 MM DE LARGURA E CAPACIDADE PARA PACIENTES DE ATÉ 300 KG (TESTADA COM 900KG), COM A CABECEIRA VOLTADA PARA FRENTE DO VEÍCULO,		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 18 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COM PÉS DOBRÁVEIS, SISTEMA ESCAMOTEÁVEL, PROVIDA DE RODÍZIOS CONFECCIONADOS EM MATERIAIS RESISTENTES A OXIDAÇÃO, COM PNEUS DE BORRACHA MACIÇA E SISTEMA DE FREIOS, COM TRAVA DE SEGURANÇA PARA EVITAR O FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DAS PERNAS DA MACA QUANDO NA POSIÇÃO ESTENDIDA, PROJETADA DE FORMA A PERMITIR A RÁPIDA RETIRADA E INSERÇÃO DA VÍTIMA NO COMPARTIMENTO DA VIATURA, COM A UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE RETRAÇÃO DOS PÉS ACIONADO PELO PRÓPRIO IMPULSO DA MACA PARA DENTRO E PARA FORA DO COMPARTIMENTO, PODENDO SER MANUSEADA POR APENAS UMA PESSOA. ESTA MACA DEVE DISPOR DE TRÊS CINTOS DE SEGURANÇA FIXOS À MESMA, EQUIPADOS COM TRAVAS RÁPIDAS, QUE PERMITAM PERFEITA SEGURANÇA E DESENGATE RÁPIDO, SEM RISCOS PARA A VÍTIMA. DEVE SER PROVIDA DE SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO TRONCO DO PACIENTE EM PÉLO MENOS 45 GRAUS E SUPORTAR NESTE ITEM PESO DE 100 KG; UMA VEZ DENTRO DO VEÍCULO, ESTA MACA DEVE FICAR ADEQUADAMENTE FIXA À SUA ESTRUTURA, IMPEDINDO SUA MOVIMENTAÇÃO LATERAL OU VERTICAL QUANDO DO DESLOCAMENTO DO MESMO. QUANDO MONTADA FORA DA AMBULÂNCIA DEVERÁ TER UMA ALTURA MÁXIMA DE 1.100 MM; DESIGN INTERNO E EXTERNO; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ CONSIDERAR OS SEGUINTE ASPECTOS: DESIGN INTERNO; O ESPAÇO INTERNO DA AMBULÂNCIA DEVE SER DIMENSIONADO VISANDO POSICIONAR, DE FORMA ACESSÍVEL E PRÁTICA, A MACA, BANCOS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO AOS PACIENTES. OS MATERIAIS FIXADOS NA CARROCERIA DA AMBULÂNCIA (ARMÁRIOS, BANCOS, MACA) DEVERÃO TER UMA FIXAÇÃO REFORÇADA DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, OS MESMOS NÃO SE SOLTEM; BALAUSTRE: DEVERÁ TER 02 (DOIS) "PEGA-MÃO" NO TETO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, AMBOS POSICIONADOS PRÓXIMOS ÀS BORDAS DA MACA, SENTIDO		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 19 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>TRASEIRA-FRENTE DO VEÍCULO, CONFECCIONADOS EM ALUMÍNIO DE 01 POLEGADA DE DIÂMETRO, COM 3 PONTOS DE FIXAÇÃO NO TETO, INSTALADOS SOBRE O EIXO LONGITUDINAL DO COMPARTIMENTO, ATRAVÉS DE PARAFUSOS E COM DOIS SISTEMAS DE SUPORTE DE SORO DESLIZÁVEL, DEVENDO POSSUIR DOIS GANCHOS CADA PARA FRASCOS DE SORO; REVESTIMENTO INTERNO EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO) ESTIRENO AUTOESTINGUÍVEL; AS PAREDES INTERNAS E A DIVISÓRIA DEVERÃO SER EM PLÁSTICO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO LAMINADAS OU ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO AUTO-EXTINGUÍVEL, AMBOS COM ESPESSURA DE 3 MM, MOLDADOS CONFORME GEOMETRIA DO VEÍCULO, COM A PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA, TORNANDO A SUPERFÍCIE BACTERIOSTÁTICA; NIVELAMENTO DO PISO EM COMPENSADO NAVAL, SE NECESSÁRIO; REVESTIMENTO DO PISO EM MANTA VINILICA, DE ALTA RESISTÊNCIA; ARMÁRIOS: CONJUNTO DE ARMÁRIOS PARA A GUARDA DE TODO O MATERIAL AMBULATORIAL UTILIZADO NO VEÍCULO. ARMÁRIOS COM PRATELEIRAS INTERNAS, LATERAIS EM TODA SUA EXTENSÃO EM UM SÓ LADO DA VIATURA (LADO ESQUERDO); DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM COMPENSADO NAVAL REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE EM MATERIAL IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL (FÓRMICA OU SIMILAR). O PROJETO DOS MÓVEIS DEVE CONTEMPLAR O SEU ADEQUADO POSICIONAMENTO NO VEÍCULO, VISANDO O MÁXIMO APROVEITAMENTO DE ESPAÇO, A FIXAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E A ASSEPSIA DO VEÍCULO.; LIXEIRA PARA USO E REMOÇÃO, PARA COLOCAÇÃO DE SACOS DE LIXO DE APROXIMADAMENTE 5 LITROS; O ACESSO À LIXEIRA DEVERÁ SER VERTICAL E COM TAMPA, DE MODO A REDUZIR A CONTAMINAÇÃO E FACILITAR O MANUSEIO DOS RESÍDUOS; DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO CAPAZ DE FIXA-LA, DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, A MESMA NÃO SE SOLTE; OS MATERIAIS AUXILIARES CONFECCIONADOS EM METAL, TAIS COMO: PREGOS, DOBRADIÇAS, PARAFUSOS E ETC., DEVERÃO SER PROTEGIDOS COM MATERIAL ANTIFERRUGEM; OS PUXADORES</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 20 / 74

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>TERÃO QUE SER EMBUTIDOS OU SEMIEMBUTIDOS; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVE SEGUIR O LAYOUT APRESENTADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, COM AS DIMENSÕES DESCRITAS ABAIXO DE FORMA MAIS APROXIMADA POSSÍVEL, DESDE QUE PERMITIDO PELAS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO: ARMÁRIO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO, CUJAS PORTAS DEVEM SER DOTADAS DE TRINCO PARA IMPEDIR A ABERTURA ESPONTÂNEA DAS MESMAS DURANTE O DESLOCAMENTO, PARA GUARDA DE MATERIAIS COM PORTAS CORREDIÇAS EM POLICARBONATO, BIPARTIDAS, COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, MEDINDO 1,00 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,375 M; DEVERÁ POSSUIR UM ARMÁRIO TIPO BANCADA PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, PARA APOIO DE EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS, COM APROXIMADAMENTE 1 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,75 M. ARMÁRIO PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO. VIDRO(S) FIXO(S) TRASEIRO(S) COM PELÍCULA OPACA; E FAIXAS TRANSPARENTES; JANELA LATERAL CORREDIÇA COM PELÍCULA OPACA E FAIXAS TRANSPARENTES; 5 (CINCO) ADESIVOS NO FORMATO DE CRUZ, COR VERMELHA, SENDO UM POSICIONADO NO TETO DO VEÍCULO, UM POSICIONADO NO VIDRO DA PORTA LATERAL DIREITA, UM POSICIONADO NA LATERAL ESQUERDA DO VEÍCULO (ALINHADO ÀQUELE DA PORTA LATERAL DO LADO DIREITO) E OS DEMAIS POSICIONADOS NOS VIDROS DE CADA PORTA TRASEIRA; (DOIS) ADESIVOS COM A PALAVRA "AMBULÂNCIA", ESCRITO EM CAIXA ALTA, SENDO UM POSICIONADO NA TRASEIRA DO VEÍCULO (PREFERENCIALMENTE NA PARTE SUPERIOR, CONFORME O DESENHO DO VEÍCULO PERMITIR), E OUTRO POSICIONADO DE FORMA INVERTIDA NO CAPÔ DO VEÍCULO (CENTRALIZADO ENTRE AS LATERAIS E INSTALADO MAIS OU MENOS PRÓXIMO AO PARA-BRISA, DE MODO QUE MELHOR FAVOREÇA A VISUALIZAÇÃO PELOS MOTORISTAS À FRENTE); A COR DA PINTURA BEM COMO AS LOGOMARCAS A SEREM</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 21 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COLADAS NAS AMBULÂNCIAS SÃO AQUELAS DISPOSTAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.		
7	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS, MÍNIMO 14 + 1 LUGARES, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; TETO MÉDIO, COR BRANCA. ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E PORTA PARA EMBARQUE DE PASSAGEIROS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 14 + 01 OCUPANTE, DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5910 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3660 MM; LARGURA MÍNIMA DE 1990 MM; ALTURA DE 2500 MM; MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 125 CV; TORQUE DE 30 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; FREIO COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS; ALARME (SISTEMA ANTI-FURTO); CÂMERA TRASEIRA PARA MANOBRAS; FARÓIS DE NEBLINA; CONTROLE DE ESTABILIDADE; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; POLTRONAS RECLINÁVEIS PARA PASSAGEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; TACÓGRAFO DIGITAL; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES.	Fiat	308800,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 22 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR PICK-UP UTILITÁRIO CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 02 OU 03 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 02 OCUPANTES/MONOBLOCO PICKUP. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.890 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 84 CV (QUANDO COM GASOLINA); TORQUE DE 12,0 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 45 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA; CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE 900 LITROS; CARGA ÚTIL DE 700 KG; SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTI-FURTO; AR CONDICIONADO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; RÁDIO; PROTETOR DE CÁRTER; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, JOGO DE TAPETES.	Fiat	102298,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 23 / 74

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE (TIPO A) - TIPO FURGÃO (LONGO/ TETO ALTO), COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA, ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO), PORTA LATERAL NO COMPARTIMENTO DE CARGA (CORREDIÇA COM TRAVA, COM O SISTEMA DE TRILHO CORREDIÇO EM DECLIVES IMPEDINDO A QUEDA OU FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DA PORTA) E DUAS PORTAS TRASEIRAS COM ABERTURA HORIZONTAL EM DUAS POSIÇÕES (90 E 270 GRAUS), COM DISPOSITIVO AUTOMÁTICO PARA MANTÊ-LAS ABERTAS, IMPEDINDO SEU FECHAMENTO ESPONTÂNEO NO CASO DE O VEÍCULO ESTACIONAR EM DESNÍVEL; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA PARA 02 OCUPANTES/FURGÃO TIPO LONGO/TETO ALTO. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5.900 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3.250 MM E ALTURA DE 2.400 MM; SALÃO DE ATENDIMENTO: COMPRIMENTO DE 3.700 MM, LARGURA DE 1.740 MM E ALTURA DE 1.880 MM; MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 130 CV; TORQUE DE 25 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 65 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E UMA À RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA. CAPACIDADE DE CARGA DE 1.200 KG; VOLUME ÚTIL DO COMPARTIMENTO DE CARGA DE 10 M3; FREIOS COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; SISTEMA AUXILIAR DE FRENAGEM (EBD, ESP OU SIMILAR); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); FARÓIS DE NEBLINA; AR-CONDICIONADO (ORIGINAL DE FÁBRICA); BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS (ORIGINAL DE FÁBRICA); CHAVE COM COMANDO DAS TRAVAS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES. ADAPTAÇÃO PARA AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE: CONFORME PORTARIA		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 24 / 74

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
			Nº 2.048, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2002, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR, AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: SINALIZADOR ÓPTICO E ACÚSTICO; EQUIPAMENTO DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO EM CONTATO PERMANENTE COM A CENTRAL REGULADORA; MACA COM RODAS; SUPORTE PARA SORO E OXIGÊNIO MEDICINAL; A ESTRUTURA DA CABINE E DA CARROCERIA DEVERÁ SER ORIGINAL DO VEÍCULO, CONSTRUÍDA EM AÇO; A ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVERÁ SER ORIGINAL DE FÁBRICA, SEM QUE SEJA ALTERADA A PARTE CONSTRUTIVA DA AMBULÂNCIA; O PNEU ESTEPE NÃO DEVERÁ SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO; DIVISÃO ENTRE A CABINA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE EM AÇO COM JANELA DE COMUNICAÇÃO; PORTAS EM CHAPA, COM REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, COM FECHOS, TANTO INTERNO COMO EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL AÇIONAMENTO; NA CARROCERIA, O REVESTIMENTO INTERNO ENTRE AS CHAPAS (METÁLICA - EXTERNA E LAMINADO - INTERNA) DEVERÁ SER EM POLIURETANO, COM ESPESSURA DE ATÉ 40 MM CONFORME O VEÍCULO PERMITIR, COM FINALIDADE DE ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO, NÃO PODENDO SER UTILIZADO, PARA ESTE FIM, ISOPOR; DEVERÁ SER DOTADA DE ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE SOB AS PORTAS LATERAIS, PARA FACILITAR A ENTRADA DE PASSAGEIROS, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO FOR MAIOR QUE 40 CM, ESTRIBO ESTE DE DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM NORMA DA ABNT; DEVERÁ SER DOTADA DE DEGRAU OU ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE PARA ACESSO AO SALÃO DE ATENDIMENTO NA PORTA TRASEIRA DA AMBULÂNCIA COM PREVISÃO PARA ENTRADA DA MACA RETRÁTIL, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO DO SALÃO DE ATENDIMENTO FOR MAIOR QUE 50 CM PARA ENTRADA DA MACA, COM DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT; SISTEMA ELÉTRICO: A ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR DUAS BATERIAS,		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 25 / 74

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
			SENDO A DO CHASSI ORIGINAL DO FABRICANTE E A AUXILIAR INDEPENDENTE (PARA O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO), ESSA SEGUNDA BATERIA DEVERÁ SER DO TIPO CICLO PROFUNDO E TER NO MÍNIMO 150 A, DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 V, INSTALADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, DEVENDO POSSUIR DRENO DE PROTEÇÃO PARA EVITAR CORROSÃO CASO OCORRA VAZAMENTO DE SOLUÇÃO DA MESMA; O SISTEMA ELÉTRICO DEVERÁ ESTAR DIMENSIONADO PARA O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS ITENS ESPECIFICADOS (DO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS), QUER COM A VIATURA EM MOVIMENTO, QUER ESTACIONADA, SEM RISCO DE SOBRECARGA NO ALTERNADOR, FIAÇÃO OU DISJUNTORES; O VEÍCULO DEVERÁ SER FORNECIDO COM ALTERNADOR ORIGINAL DE FÁBRICA, COM CAPACIDADE DE CARREGAR AMBAS AS BATERIAS A PLENA CARGA SIMULTANEAMENTE E ALIMENTAR O SISTEMA ELÉTRICO DO CONJUNTO. INDEPENDENTE DA POTÊNCIA NECESSÁRIA DO ALTERNADOR, NÃO SERÃO ADMITIDOS ALTERNADORES MENORES QUE 140 A; O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E O EQUIPAMENTO ELÉTRICO SECUNDÁRIO DEVEM SER SERVIDOS POR CIRCUITOS TOTALMENTE SEPARADOS E DISTINTOS DOS CIRCUITOS DO CHASSI DA VIATURA; A FIAÇÃO DEVE TER CÓDIGOS PERMANENTES DE CORES OU TER IDENTIFICAÇÕES COM NÚMEROS/ LETRAS DE FÁCIL LEITURA, DISPOSTAS EM CHICOTES OU SISTEMAS SEMELHANTES, CONFECCIONADOS COM CABOS PADRÃO AUTOMOTIVO COM RESISTÊNCIA À TEMPERATURA MÍNIMA DE 105° C, ELES DEVERÃO SER IDENTIFICADOS POR CÓDIGOS NOS TERMINAIS OU NOS PONTOS DE CONEXÃO; TODOS OS CHICOTES, ARMAÇÕES E FIAÇÕES DEVEM SER FIXADOS AO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO OU ARMAÇÃO POR BRAÇADEIRAS PLÁSTICAS ISOLADAS A FIM DE EVITAR FERRUGEM E MOVIMENTOS QUE POSSAM RESULTAR EM ATRITOS, APERTOS, PROTUBERÂNCIAS E DANOS; TODAS AS ABERTURAS NA VIATURA DEVEM SER ADEQUADAMENTE CALAFETADAS PARA PASSAR A FIAÇÃO. TODOS OS ITENS USADOS PARA PROTEGER OU SEGURAR A FIAÇÃO DEVEM SER		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 26 / 74

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO E SER PADRÃO AUTOMOTIVO, AÉREO, MARINHO OU ELETRÔNICO. TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS, TERMINAIS E PONTOS DEVEM TER UMA ALÇA DE FIO QUE POSSIBILITE PELO MENOS DUAS SUBSTITUIÇÕES DOS TERMINAIS DA FIAÇÃO; TODOS OS CIRCUITOS ELÉTRICOS DEVEM SER PROTEGIDOS POR DISJUNTORES PRINCIPAIS OU DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DE PROTEÇÃO À CORRENTE (DISJUNTORES AUTOMÁTICOS OU MANUAIS DE ARMAÇÃO), E DEVEM SER DE FÁCIL REMOÇÃO E ACESSO PARA INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO; OS DIAGRAMAS E ESQUEMAS DE FIAÇÃO EM PORTUGUÊS, INCLUINDO CÓDIGOS E LISTAS DE PEÇAS PADRÃO, DEVERÃO SER FORNECIDOS EM SEPARADO; TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS E FIAÇÃO DEVEM SER FACILMENTE ACESSÍVEIS ATRAVÉS DE QUADRO DE INSPEÇÃO, PELO QUAL SE POSSA REALIZAR VERIFICAÇÕES E MANUTENÇÃO; AS CHAVES, DISPOSITIVOS INDICADORES E CONTROLES DEVEM ESTAR LOCALIZADOS E INSTALADOS DE MANEIRA A FACILITAR A REMOÇÃO E MANUTENÇÃO; OS ENCAIXES EXTERIORES DAS LÂMPADAS, CHAVES, DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS E PEÇAS FIXAS, DEVEM SER À PROVA DE CORROSÃO E DE INTEMPÉRIES. OS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DEVEM INCLUIR FILTROS, SUPRESSORES OU PROTETORES, A FIM DE EVITAR RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA E A CONSEQUENTE INTERFERÊNCIA EM RÁDIOS E OUTROS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS; CENTRAL ELÉTRICA COMPOSTA DE DISJUNTOR TÉRMICO E AUTOMÁTICO, RELES E CHAVE GERAL INSTALADO ACIMA DO ARMÁRIO DE BANCADA; PAINEL ELÉTRICO INTERNO, COM INTERRUPTORES PARA ILUMINAÇÃO INTERNA E DEVERÁ POSSUIR 2 TOMADAS PARA 12 V (DC); AS TOMADAS ELÉTRICAS DEVERÃO MANTER UMA DISTÂNCIA DE 31 CM DE QUALQUER TOMADA DE OXIGÊNIO; A ILUMINAÇÃO DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DO VEÍCULO DEVE SER DE DOIS TIPOS: NATURAL - MEDIANTE ILUMINAÇÃO FORNECIDA PELAS JANELAS DO VEÍCULO (CABINE E CARROCERIA), COM VIDROS OPACOS OU JATEADOS COM TRÊS FAIXAS TRANSPARENTES NO</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 27 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E ARTIFICIAL - DEVERÁ SER FEITA POR, 04 (QUATRO) LUMINÁRIAS, INSTALADAS NO TETO, COM DIÂMETRO DE 150 MM, EM BASE ESTAMPADA EM ALUMÍNIO OU INJETADA EM PLÁSTICO EM MODELO LED; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSUIR A TENSÃO DE TRABALHO DE 12 V E CONSUMO NOMINAL DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA. OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR PREDOMINANTEMENTE CRISTAL COM TEMPERATURA MÍNIMA DE 5.350 K E MÁXIMA DE 10.000 K, COM LENTE DE POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, COM ACABAMENTO CORRUGADO PARA DIFUSÃO DA LUZ, DISTRIBUÍDAS DE FORMA A ILUMINAR TODO O COMPARTIMENTO DO PACIENTE, SEGUNDO PADRÕES MÍNIMOS ESTABELECIDOS PELA ABNT; OS ACIONAMENTOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS NO PAINEL DE COMANDO, DENTRO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM INTERRUPTORES DE TECLAS COM VISOR LUMINOSO INDIVIDUAL DE ACIONAMENTO OU COM INDICADOR LUMINOSO; FAROL DE EMBARQUE INSTALADO NA PORTA TRASEIRA; CONJUNTO SINALIZADOR ELETRÔNICO ACÚSTICO VISUAL; SINALIZADOR FRONTAL PRINCIPAL: BARRA SINALIZADORA EM FORMATO TIPO BARRA LINEAR, DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO E LENTE INTEIRIÇA OU MÚLTIPLAS LENTES, COM COMPRIMENTO ENTRE 1.000 MM E 1.300 MM, LARGURA ENTRE 250 MM E 500 MM E ALTURA ENTRE 55 MM E 110 MM, INSTALADA NO TETO DA CABINE DO VEÍCULO; BARRA DOTADA DE BASE CONSTRUÍDA EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO) REFORÇADA COM PERFIL DE ALUMÍNIO EXTRUDADO OU EM ALUMÍNIO EXTRUDADO NA COR PRETA, CÚPULA, INJETADA EM POLICARBONATO NA COR RUBI, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORAÇÃO, COM TRATAMENTO UV; CONJUNTO LUMINOSO COMPOSTO POR 250 DIODOS EMISSORES DE LUZ (LED) PRÓPRIOS PARA ILUMINAÇÃO (CATEGORIA ALTO BRILHO) OU 11 (ONZE) MÓDULOS COM 04 (QUATRO) LEDS DE 1 W CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS, DOTADOS DE LENTE COLIMADORA EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA COM RESISTÊNCIA AUTOMOTIVA E ALTA VISIBILIDADE, SENDO DIRETIVA NOS MÓDULOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 28 / 74

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			CENTRAIS E DIFUSORA NOS MÓDULOS LATERAIS NA COR VERMELHA, DE ALTA FREQUÊNCIA (DE 240 FLASHES POR MINUTO) DISTRIBUÍDOS EQUITATIVAMENTE POR TODA A EXTENSÃO VISÍVEL DA BARRA, SEM PONTOS CEGOS DE LUMINOSIDADE, COM CONSUMO MÁXIMO DE 6 A. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CARGA AUTOMÁTICO, GERENCIANDO A CARGA DA BATERIA QUANDO O VEÍCULO NÃO ESTIVER LIGADO, DESLIGANDO AUTOMATICAMENTE O SINALIZADOR SE NECESSÁRIO, EVITANDO, ASSIM, A DESCARGA TOTAL DA BATERIA E POSSÍVEIS FALHAS NO ACIONAMENTO DO MOTOR DO VEÍCULO; SINALIZADORES FRONTAIS SECUNDÁRIOS: SINALIZADOR PRINCIPAL DO TIPO BARRA LINEAR OU EM FORMATO DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO; SINALIZADORES TRASEIROS: DOIS SINALIZADORES NA PARTE TRASEIRA DA AMBULÂNCIA NA COR VERMELHA, COM FREQUÊNCIA DE 90 FLASHES POR MINUTO, OPERANDO MESMO COM AS PORTAS TRASEIRAS ABERTAS E PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO TRÂNSITO, QUANDO ACIONADO. COM LENTE INJETADA DE POLICARBONATO, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORIZAÇÃO COM TRATAMENTO "UV". PODENDO UTILIZAR UM DOS CONCEITOS DE LED QUE SEGUEM: POSSUIR 08 LEDS DE 1 WATT CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 7.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 70°; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 12.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 20°; EM TODAS AS OPÇÕES, O SINALIZADOR DEVERÁ POSSUIR TENSÃO DE TRABALHO DE 12 VCC E CONSUMO NOMINAL MÁXIMO DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA; OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR VERMELHA COM COMPRIMENTO DE ONDA DE 620 NM A 630 NM. SINALIZADOR ACÚSTICO: AMPLIFICADOR DE 100 W RMS DE POTÊNCIA, 13,8 VCC E 04 (QUATRO) TONS DISTINTOS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 300 A 3000 HZ E PRESSÃO SONORA A 1 (UM) METRO DE 100 DB COM 13,8 VCC; ESTES EQUIPAMENTOS NÃO PODERÃO GERAR RUÍDOS ELETROMAGNÉTICOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 29 / 74

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			OU QUALQUER OUTRA FORMA DE SINAL QUE INTERFIRA NA RECEPÇÃO DE SINAIS DE RÁDIO OU TELEFONIA MÓVEL; LAUDO QUE COMPROVE O ATENDIMENTO À NORMA SAE J1849, NO QUE SE REFERE A REQUISITOS E DIRETRIZES NOS SISTEMAS DE SIRENES ELETRÔNICAS COM UM ÚNICO AUTOFALANTE; OS COMANDOS DE TODA A SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA DEVERÃO ESTAR LOCALIZADOS EM PAINEL ÚNICO, NA CABINE DO MOTORISTA, PERMITINDO SUA OPERAÇÃO POR AMBOS OS OCUPANTES DA CABINE, E O FUNCIONAMENTO INDEPENDENTE DO SISTEMA VISUAL E ACÚSTICO, E SERÁ DOTADO DE: CONTROLE PARA QUATRO TIPOS DE SINALIZAÇÃO (PARA USO EM NÃO EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O ATENDIMENTO COM O VEÍCULO PARADO; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O DESLOCAMENTO); BOTÃO LIGA/DESLIGA PARA A SIRENE; BOTÃO SEM RETENÇÃO PARA SIRENE, PARA "TOQUE RÁPIDO"; BOTÃO PARA COMUTAÇÃO ENTRE OS QUATRO TIPOS DE TOQUE DE SIRENE; SISTEMA DE OXIGÊNIO: OXIGÊNIO MEDICINAL COM 1 CILINDRO DE 16 LTS, EM SUPORTE INDIVIDUAL PARA CILINDRO, COM CINTAS REGULÁVEIS E MECANISMO CONFIÁVEL RESISTENTE A VIBRAÇÕES, TREPIDAÇÕES E/OU CAPOTAMENTOS, POSSIBILITANDO RECEBER CILINDROS DE CAPACIDADES DIFERENTES, EQUIPADO COM VÁLVULA PRÉ-REGULADA PARA PRESSÃO DE 3,5 A 4,0 KGF/CM2; TODOS OS COMPONENTES DESSE SISTEMA DEVERÃO RESPEITAR AS NORMAS DE SEGURANÇA (INCLUSIVE VEICULAR) VIGENTES E APLICÁVEIS. OS SUPORTES DOS CILINDROS NÃO PODERÃO SER FIXADOS POR MEIO DE REBITES; OS PARAFUSOS FIXADORES DEVERÃO SUPORTAR IMPACTOS SEM SE SOLTAR. AS CINTAS DE FIXAÇÃO DOS TORPEDOS DEVERÃO TER AJUSTE DO TIPO "CATRACA"; AS CINTAS NÃO PODERÃO SOFRER AÇÕES DE ALONGAMENTO, DEFORMIDADE OU SOLTAR-SE COM O USO, DEVENDO SUPORTAR CAPACIDADE DE TRAÇÃO DE PESO SUPERIOR A 2.000 KG; AS MANGUEIRAS DEVERÃO PASSAR ATRAVÉS DE CONDUÍTES EMBUTIDOS NA PAREDE LATERAL DO SALÃO DE		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 30 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			ATENDIMENTO, PARA EVITAR QUE SEJAM DANIFICADAS E PARA FACILITAR A SUBSTITUIÇÃO OU MANUTENÇÃO; NO SUPORTE DO CILINDRO ONDE O MESMO ESTEJA EM CONTATO COM O CILINDRO DEVERÁ TER APLICAÇÃO DE BORRACHA; O COMPARTIMENTO DE FIXAÇÃO DOS CILINDROS DEVERÁ SER REVESTIDO NO PISO POR BORRACHA OU OUTRO MATERIAL DE CARACTERÍSTICAS ADEQUADAS PARA PROTEÇÃO DA PINTURA DO CILINDRO E PROTEÇÕES EM AÇO INOXIDÁVEL ONDE OS CILINDROS SÃO APOIADOS A FIM DE SE EVITAR A OCORRÊNCIA DE RANHURAS E DESGASTE; RÉGUA TRIPLA COM FLUXÔMETRO, UMIDIFICADOR PARA O2 E ASPIRADOR TIPO VENTURI, COM ROSCAS PADRÃO ABNT; VENTILAÇÃO: A ADEQUADA VENTILAÇÃO DO VEÍCULO DEVERÁ SER PROPORCIONADA POR JANELAS E SISTEMA DE AR CONDICIONADO; A CLIMATIZAÇÃO DO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ PERMITIR O RESFRIAMENTO E O AQUECIMENTO; TODAS AS JANELAS DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DEVERÃO PROPICIAR VENTILAÇÃO, DOTADAS DE SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO; VENTILADOR/ EXAUSTOR; AR CONDICIONADO COM CAPACIDADE TÉRMICA DE 26.000 BTU 'S NO COMPARTIMENTO DIANTEIRO E TRASEIRO, COM UNIDADE CONDENSADORA NO TETO, ORIGINAL DO FABRICANTE DO CHASSI OU HOMOLOGADO PELA FÁBRICA, CONTANDO COM UM SISTEMA DE AR CONDICIONADO QUENTE/FRIO E VENTILAÇÃO NOS TERMOS DA NBR 14.561; BANCO TIPO BAÚ PARA 02 (DUAS) PESSOAS, COM ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN CINZA CLARO E CINTOS DE SEGURANÇA NA ESQUERDA DO VEÍCULO; BANCO GIRATÓRIO COM ESTRUTURA TUBULAR, INSTALADA NA CABECEIRA DA MACA, VOLTADA PARA A TRASEIRA DO VEÍCULO, COM ENCOSTO E APOIO DE CABEÇA ESTOFADA EM COURVIN NA COR CINZA E CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL; MACA: MACA RETRÁTIL, TOTALMENTE CONFECCIONADA EM DURALUMÍNIO, INSTALADA LONGITUDINALMENTE NO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM 1.900 MM DE COMPRIMENTO, 550 MM DE LARGURA E CAPACIDADE PARA PACIENTES DE ATÉ 300 KG (TESTADA COM 900KG), COM A CABECEIRA VOLTADA PARA FRENTE DO VEÍCULO,		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 31 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>COM PÉS DOBRÁVEIS, SISTEMA ESCAMOTEÁVEL, PROVIDA DE RODÍZIOS CONFECCIONADOS EM MATERIAIS RESISTENTES A OXIDAÇÃO, COM PNEUS DE BORRACHA MACIÇA E SISTEMA DE FREIOS, COM TRAVA DE SEGURANÇA PARA EVITAR O FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DAS PERNAS DA MACA QUANDO NA POSIÇÃO ESTENDIDA, PROJETADA DE FORMA A PERMITIR A RÁPIDA RETIRADA E INSERÇÃO DA VÍTIMA NO COMPARTIMENTO DA VIATURA, COM A UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE RETRAÇÃO DOS PÉS ACIONADO PELO PRÓPRIO IMPULSO DA MACA PARA DENTRO E PARA FORA DO COMPARTIMENTO, PODENDO SER MANUSEADA POR APENAS UMA PESSOA. ESTA MACA DEVE DISPOR DE TRÊS CINTOS DE SEGURANÇA FIXOS À MESMA, EQUIPADOS COM TRAVAS RÁPIDAS, QUE PERMITAM PERFEITA SEGURANÇA E DESENGATE RÁPIDO, SEM RISCOS PARA A VÍTIMA. DEVE SER PROVIDA DE SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO TRONCO DO PACIENTE EM PÉLO MENOS 45 GRAUS E SUPORTAR NESTE ITEM PESO DE 100 KG; UMA VEZ DENTRO DO VEÍCULO, ESTA MACA DEVE FICAR ADEQUADAMENTE FIXA À SUA ESTRUTURA, IMPEDINDO SUA MOVIMENTAÇÃO LATERAL OU VERTICAL QUANDO DO DESLOCAMENTO DO MESMO. QUANDO MONTADA FORA DA AMBULÂNCIA DEVERÁ TER UMA ALTURA MÁXIMA DE 1.100 MM; DESIGN INTERNO E EXTERNO; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ CONSIDERAR OS SEGUINTE ASPECTOS: DESIGN INTERNO; O ESPAÇO INTERNO DA AMBULÂNCIA DEVE SER DIMENSIONADO VISANDO POSICIONAR, DE FORMA ACESSÍVEL E PRÁTICA, A MACA, BANCOS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO AOS PACIENTES. OS MATERIAIS FIXADOS NA CARROCERIA DA AMBULÂNCIA (ARMÁRIOS, BANCOS, MACA) DEVERÃO TER UMA FIXAÇÃO REFORÇADA DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, OS MESMOS NÃO SE SOLTEM; BALAUSTRE: DEVERÁ TER 02 (DOIS) "PEGA-MÃO" NO TETO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, AMBOS POSICIONADOS PRÓXIMOS ÀS BORDAS DA MACA, SENTIDO</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 32 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
			TRASEIRA-FRENTE DO VEÍCULO, CONFECCIONADOS EM ALUMÍNIO DE 01 POLEGADA DE DIÂMETRO, COM 3 PONTOS DE FIXAÇÃO NO TETO, INSTALADOS SOBRE O EIXO LONGITUDINAL DO COMPARTIMENTO, ATRAVÉS DE PARAFUSOS E COM DOIS SISTEMAS DE SUPORTE DE SORO DESLIZÁVEL, DEVENDO POSSUIR DOIS GANCHOS CADA PARA FRASCOS DE SORO; REVESTIMENTO INTERNO EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO) ESTIRENO AUTOESTINGUÍVEL; AS PAREDES INTERNAS E A DIVISÓRIA DEVERÃO SER EM PLÁSTICO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO LAMINADAS OU ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO AUTO-EXTINGUÍVEL, AMBOS COM ESPESSURA DE 3 MM, MOLDADOS CONFORME GEOMETRIA DO VEÍCULO, COM A PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA, TORNANDO A SUPERFÍCIE BACTERIOSTÁTICA; NIVELAMENTO DO PISO EM COMPENSADO NAVAL, SE NECESSÁRIO; REVESTIMENTO DO PISO EM MANTA VINILICA, DE ALTA RESISTÊNCIA; ARMÁRIOS: CONJUNTO DE ARMÁRIOS PARA A GUARDA DE TODO O MATERIAL AMBULATORIAL UTILIZADO NO VEÍCULO. ARMÁRIOS COM PRATELEIRAS INTERNAS, LATERAIS EM TODA SUA EXTENSÃO EM UM SÓ LADO DA VIATURA (LADO ESQUERDO); DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM COMPENSADO NAVAL REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE EM MATERIAL IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL (FÓRMICA OU SIMILAR). O PROJETO DOS MÓVEIS DEVE CONTEMPLAR O SEU ADEQUADO POSICIONAMENTO NO VEÍCULO, VISANDO O MÁXIMO APROVEITAMENTO DE ESPAÇO, A FIXAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E A ASSEPSIA DO VEÍCULO.; LIXEIRA PARA USO E REMOÇÃO, PARA COLOCAÇÃO DE SACOS DE LIXO DE APROXIMADAMENTE 5 LITROS; O ACESSO À LIXEIRA DEVERÁ SER VERTICAL E COM TAMPA, DE MODO A REDUZIR A CONTAMINAÇÃO E FACILITAR O MANUSEIO DOS RESÍDUOS; DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO CAPAZ DE FIXA-LA, DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, A MESMA NÃO SE SOLTE; OS MATERIAIS AUXILIARES CONFECCIONADOS EM METAL, TAIS COMO: PREGOS, DOBRADIÇAS, PARAFUSOS E ETC., DEVERÃO SER PROTEGIDOS COM MATERIAL ANTIFERRUGEM; OS PUXADORES		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 33 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>TERÃO QUE SER EMBUTIDOS OU SEMIEMBUTIDOS; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVE SEGUIR O LAYOUT APRESENTADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, COM AS DIMENSÕES DESCRITAS ABAIXO DE FORMA MAIS APROXIMADA POSSÍVEL, DESDE QUE PERMITIDO PELAS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO: ARMÁRIO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO, CUJAS PORTAS DEVEM SER DOTADAS DE TRINCO PARA IMPEDIR A ABERTURA ESPONTÂNEA DAS MESMAS DURANTE O DESLOCAMENTO, PARA GUARDA DE MATERIAIS COM PORTAS CORREDIÇAS EM POLICARBONATO, BIPARTIDAS, COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, MEDINDO 1,00 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,375 M; DEVERÁ POSSUIR UM ARMÁRIO TIPO BANCADA PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, PARA APOIO DE EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS, COM APROXIMADAMENTE 1 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,75 M. ARMÁRIO PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO. VIDRO(S) FIXO(S) TRASEIRO(S) COM PELÍCULA OPACA; E FAIXAS TRANSPARENTES; JANELA LATERAL CORREDIÇA COM PELÍCULA OPACA E FAIXAS TRANSPARENTES; 5 (CINCO) ADESIVOS NO FORMATO DE CRUZ, COR VERMELHA, SENDO UM POSICIONADO NO TETO DO VEÍCULO, UM POSICIONADO NO VIDRO DA PORTA LATERAL DIREITA, UM POSICIONADO NA LATERAL ESQUERDA DO VEÍCULO (ALINHADO ÀQUELE DA PORTA LATERAL DO LADO DIREITO) E OS DEMAIS POSICIONADOS NOS VIDROS DE CADA PORTA TRASEIRA; (DOIS) ADESIVOS COM A PALAVRA "AMBULÂNCIA", ESCRITO EM CAIXA ALTA, SENDO UM POSICIONADO NA TRASEIRA DO VEÍCULO (PREFERENCIALMENTE NA PARTE SUPERIOR, CONFORME O DESENHO DO VEÍCULO PERMITIR), E OUTRO POSICIONADO DE FORMA INVERTIDA NO CAPÔ DO VEÍCULO (CENTRALIZADO ENTRE AS LATERAIS E INSTALADO MAIS OU MENOS PRÓXIMO AO PARA-BRISA, DE MODO QUE MELHOR FAVOREÇA A VISUALIZAÇÃO PELOS MOTORISTAS À FRENTE); A COR DA PINTURA BEM COMO AS LOGOMARCAS A SEREM</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 34 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COLADAS NAS AMBULÂNCIAS SÃO AQUELAS DISPOSTAS NESTE TERMO DE REFÊRENCIA.		
7	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS, MÍNIMO 14 + 1 LUGARES, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; TETO MÉDIO, COR BRANCA. ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E PORTA PARA EMBARQUE DE PASSAGEIROS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 14 + 01 OCUPANTE, DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5910 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3660 MM; LARGURA MÍNIMA DE 1990 MM; ALTURA DE 2500 MM; MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 125 CV; TORQUE DE 30 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; FREIO COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS; ALARME (SISTEMA ANTI-FURTO); CÂMERA TRASEIRA PARA MANOBRAS; FARÓIS DE NEBLINA; CONTROLE DE ESTABILIDADE; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; POLTRONAS RECLINÁVEIS PARA PASSAGEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; TACÓGRAFO DIGITAL; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES.	Fiat	308800,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 35 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	2	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR PICK-UP UTILITÁRIO CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 02 OU 03 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 02 OCUPANTES/MONOBLOCO PICKUP. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.890 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 84 CV (QUANDO COM GASOLINA); TORQUE DE 12,0 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 45 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA; CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE 900 LITROS; CARGA ÚTIL DE 700 KG; SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTI-FURTO; AR CONDICIONADO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; RÁDIO; PROTETOR DE CÁRTER; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, JOGO DE TAPETES.	Fiat	102298,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 36 / 74

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE (TIPO A) - TIPO FURGÃO (LONGO/ TETO ALTO), COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA, ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO), PORTA LATERAL NO COMPARTIMENTO DE CARGA (CORREDIÇA COM TRAVA, COM O SISTEMA DE TRILHO CORREDIÇO EM DECLIVES IMPEDINDO A QUEDA OU FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DA PORTA) E DUAS PORTAS TRASEIRAS COM ABERTURA HORIZONTAL EM DUAS POSIÇÕES (90 E 270 GRAUS), COM DISPOSITIVO AUTOMÁTICO PARA MANTÊ-LAS ABERTAS, IMPEDINDO SEU FECHAMENTO ESPONTÂNEO NO CASO DE O VEÍCULO ESTACIONAR EM DESNÍVEL; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA PARA 02 OCUPANTES/FURGÃO TIPO LONGO/TETO ALTO. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5.900 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3.250 MM E ALTURA DE 2.400 MM; SALÃO DE ATENDIMENTO: COMPRIMENTO DE 3.700 MM, LARGURA DE 1.740 MM E ALTURA DE 1.880 MM; MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 130 CV; TORQUE DE 25 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 65 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E UMA À RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA. CAPACIDADE DE CARGA DE 1.200 KG; VOLUME ÚTIL DO COMPARTIMENTO DE CARGA DE 10 M3; FREIOS COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; SISTEMA AUXILIAR DE FRENAGEM (EBD, ESP OU SIMILAR); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); FARÓIS DE NEBLINA; AR-CONDICIONADO (ORIGINAL DE FÁBRICA); BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS (ORIGINAL DE FÁBRICA); CHAVE COM COMANDO DAS TRAVAS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES. ADAPTAÇÃO PARA AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE: CONFORME PORTARIA		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 37 / 74

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			Nº 2.048, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2002, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR, AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: SINALIZADOR ÓPTICO E ACÚSTICO; EQUIPAMENTO DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO EM CONTATO PERMANENTE COM A CENTRAL REGULADORA; MACA COM RODAS; SUPORTE PARA SORO E OXIGÊNIO MEDICINAL; A ESTRUTURA DA CABINE E DA CARROCERIA DEVERÁ SER ORIGINAL DO VEÍCULO, CONSTRUÍDA EM AÇO; A ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVERÁ SER ORIGINAL DE FÁBRICA, SEM QUE SEJA ALTERADA A PARTE CONSTRUTIVA DA AMBULÂNCIA; O PNEU ESTEPE NÃO DEVERÁ SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO; DIVISÃO ENTRE A CABINA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE EM AÇO COM JANELA DE COMUNICAÇÃO; PORTAS EM CHAPA, COM REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, COM FECHOS, TANTO INTERNO COMO EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL AÇIONAMENTO; NA CARROCERIA, O REVESTIMENTO INTERNO ENTRE AS CHAPAS (METÁLICA - EXTERNA E LAMINADO - INTERNA) DEVERÁ SER EM POLIURETANO, COM ESPESSURA DE ATÉ 40 MM CONFORME O VEÍCULO PERMITIR, COM FINALIDADE DE ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO, NÃO PODENDO SER UTILIZADO, PARA ESTE FIM, ISOPOR; DEVERÁ SER DOTADA DE ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE SOB AS PORTAS LATERAIS, PARA FACILITAR A ENTRADA DE PASSAGEIROS, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO FOR MAIOR QUE 40 CM, ESTRIBO ESTE DE DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM NORMA DA ABNT; DEVERÁ SER DOTADA DE DEGRAU OU ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE PARA ACESSO AO SALÃO DE ATENDIMENTO NA PORTA TRASEIRA DA AMBULÂNCIA COM PREVISÃO PARA ENTRADA DA MACA RETRÁTIL, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO DO SALÃO DE ATENDIMENTO FOR MAIOR QUE 50 CM PARA ENTRADA DA MACA, COM DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT; SISTEMA ELÉTRICO: A ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR DUAS BATERIAS,		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 38 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>SENDO A DO CHASSI ORIGINAL DO FABRICANTE E A AUXILIAR INDEPENDENTE (PARA O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO), ESSA SEGUNDA BATERIA DEVERÁ SER DO TIPO CICLO PROFUNDO E TER NO MÍNIMO 150 A, DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 V, INSTALADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, DEVENDO POSSUIR DRENO DE PROTEÇÃO PARA EVITAR CORROSÃO CASO OCORRA VAZAMENTO DE SOLUÇÃO DA MESMA; O SISTEMA ELÉTRICO DEVERÁ ESTAR DIMENSIONADO PARA O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS ITENS ESPECIFICADOS (DO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS), QUER COM A VIATURA EM MOVIMENTO, QUER ESTACIONADA, SEM RISCO DE SOBRECARGA NO ALTERNADOR, FIAÇÃO OU DISJUNTORES; O VEÍCULO DEVERÁ SER FORNECIDO COM ALTERNADOR ORIGINAL DE FÁBRICA, COM CAPACIDADE DE CARREGAR AMBAS AS BATERIAS A PLENA CARGA SIMULTANEAMENTE E ALIMENTAR O SISTEMA ELÉTRICO DO CONJUNTO. INDEPENDENTE DA POTÊNCIA NECESSÁRIA DO ALTERNADOR, NÃO SERÃO ADMITIDOS ALTERNADORES MENORES QUE 140 A; O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E O EQUIPAMENTO ELÉTRICO SECUNDÁRIO DEVEM SER SERVIDOS POR CIRCUITOS TOTALMENTE SEPARADOS E DISTINTOS DOS CIRCUITOS DO CHASSI DA VIATURA; A FIAÇÃO DEVE TER CÓDIGOS PERMANENTES DE CORES OU TER IDENTIFICAÇÕES COM NÚMEROS/LETRAS DE FÁCIL LEITURA, DISPOSTAS EM CHICOTES OU SISTEMAS SEMELHANTES, CONFECCIONADOS COM CABOS PADRÃO AUTOMOTIVO COM RESISTÊNCIA À TEMPERATURA MÍNIMA DE 105° C, ELES DEVERÃO SER IDENTIFICADOS POR CÓDIGOS NOS TERMINAIS OU NOS PONTOS DE CONEXÃO; TODOS OS CHICOTES, ARMAÇÕES E FIAÇÕES DEVEM SER FIXADOS AO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO OU ARMAÇÃO POR BRAÇADEIRAS PLÁSTICAS ISOLADAS A FIM DE EVITAR FERRUGEM E MOVIMENTOS QUE POSSAM RESULTAR EM ATRITOS, APERTOS, PROTUBERÂNCIAS E DANOS; TODAS AS ABERTURAS NA VIATURA DEVEM SER ADEQUADAMENTE CALAFETADAS PARA PASSAR A FIAÇÃO. TODOS OS ITENS USADOS PARA PROTEGER OU SEGURAR A FIAÇÃO DEVEM SER</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 39 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO E SER PADRÃO AUTOMOTIVO, AÉREO, MARINHO OU ELETRÔNICO. TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS, TERMINAIS E PONTOS DEVEM TER UMA ALÇA DE FIO QUE POSSIBILITE PELO MENOS DUAS SUBSTITUIÇÕES DOS TERMINAIS DA FIAÇÃO; TODOS OS CIRCUITOS ELÉTRICOS DEVEM SER PROTEGIDOS POR DISJUNTORES PRINCIPAIS OU DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DE PROTEÇÃO À CORRENTE (DISJUNTORES AUTOMÁTICOS OU MANUAIS DE ARMAÇÃO), E DEVEM SER DE FÁCIL REMOÇÃO E ACESSO PARA INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO; OS DIAGRAMAS E ESQUEMAS DE FIAÇÃO EM PORTUGUÊS, INCLUINDO CÓDIGOS E LISTAS DE PEÇAS PADRÃO, DEVERÃO SER FORNECIDOS EM SEPARADO; TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS E FIAÇÃO DEVEM SER FACILMENTE ACESSÍVEIS ATRAVÉS DE QUADRO DE INSPEÇÃO, PELO QUAL SE POSSA REALIZAR VERIFICAÇÕES E MANUTENÇÃO; AS CHAVES, DISPOSITIVOS INDICADORES E CONTROLES DEVEM ESTAR LOCALIZADOS E INSTALADOS DE MANEIRA A FACILITAR A REMOÇÃO E MANUTENÇÃO; OS ENCAIXES EXTERIORES DAS LÂMPADAS, CHAVES, DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS E PEÇAS FIXAS, DEVEM SER À PROVA DE CORROSÃO E DE INTEMPÉRIES. OS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DEVEM INCLUIR FILTROS, SUPRESSORES OU PROTETORES, A FIM DE EVITAR RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA E A CONSEQUENTE INTERFERÊNCIA EM RÁDIOS E OUTROS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS; CENTRAL ELÉTRICA COMPOSTA DE DISJUNTOR TÉRMICO E AUTOMÁTICO, RELES E CHAVE GERAL INSTALADO ACIMA DO ARMÁRIO DE BANCADA; PAINEL ELÉTRICO INTERNO, COM INTERRUPTORES PARA ILUMINAÇÃO INTERNA E DEVERÁ POSSUIR 2 TOMADAS PARA 12 V (DC); AS TOMADAS ELÉTRICAS DEVERÃO MANTER UMA DISTÂNCIA DE 31 CM DE QUALQUER TOMADA DE OXIGÊNIO; A ILUMINAÇÃO DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DO VEÍCULO DEVE SER DE DOIS TIPOS: NATURAL - MEDIANTE ILUMINAÇÃO FORNECIDA PELAS JANELAS DO VEÍCULO (CABINE E CARROCERIA), COM VIDROS OPACOS OU JATEADOS COM TRÊS FAIXAS TRANSPARENTES NO		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 40 / 74

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E ARTIFICIAL - DEVERÁ SER FEITA POR, 04 (QUATRO) LUMINÁRIAS, INSTALADAS NO TETO, COM DIÂMETRO DE 150 MM, EM BASE ESTAMPADA EM ALUMÍNIO OU INJETADA EM PLÁSTICO EM MODELO LED; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSUIR A TENSÃO DE TRABALHO DE 12 V E CONSUMO NOMINAL DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA. OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR PREDOMINANTEMENTE CRISTAL COM TEMPERATURA MÍNIMA DE 5.350 K E MÁXIMA DE 10.000 K, COM LENTE DE POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, COM ACABAMENTO CORRUGADO PARA DIFUSÃO DA LUZ, DISTRIBUÍDAS DE FORMA A ILUMINAR TODO O COMPARTIMENTO DO PACIENTE, SEGUNDO PADRÕES MÍNIMOS ESTABELECIDOS PELA ABNT; OS ACIONAMENTOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS NO PAINEL DE COMANDO, DENTRO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM INTERRUPTORES DE TECLAS COM VISOR LUMINOSO INDIVIDUAL DE ACIONAMENTO OU COM INDICADOR LUMINOSO; FAROL DE EMBARQUE INSTALADO NA PORTA TRASEIRA; CONJUNTO SINALIZADOR ELETRÔNICO ACÚSTICO VISUAL; SINALIZADOR FRONTAL PRINCIPAL: BARRA SINALIZADORA EM FORMATO TIPO BARRA LINEAR, DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO E LENTE INTEIRIÇA OU MÚLTIPLAS LENTES, COM COMPRIMENTO ENTRE 1.000 MM E 1.300 MM, LARGURA ENTRE 250 MM E 500 MM E ALTURA ENTRE 55 MM E 110 MM, INSTALADA NO TETO DA CABINE DO VEÍCULO; BARRA DOTADA DE BASE CONSTRUÍDA EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO) REFORÇADA COM PERFIL DE ALUMÍNIO EXTRUDADO OU EM ALUMÍNIO EXTRUDADO NA COR PRETA, CÚPULA, INJETADA EM POLICARBONATO NA COR RUBI, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORAÇÃO, COM TRATAMENTO UV; CONJUNTO LUMINOSO COMPOSTO POR 250 DIODOS EMISSORES DE LUZ (LED) PRÓPRIOS PARA ILUMINAÇÃO (CATEGORIA ALTO BRILHO) OU 11 (ONZE) MÓDULOS COM 04 (QUATRO) LEDS DE 1 W CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS, DOTADOS DE LENTE COLIMADORA EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA COM RESISTÊNCIA AUTOMOTIVA E ALTA VISIBILIDADE, SENDO DIRETIVA NOS MÓDULOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 41 / 74

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			CENTRAIS E DIFUSORA NOS MÓDULOS LATERAIS NA COR VERMELHA, DE ALTA FREQUÊNCIA (DE 240 FLASHES POR MINUTO) DISTRIBUÍDOS EQUITATIVAMENTE POR TODA A EXTENSÃO VISÍVEL DA BARRA, SEM PONTOS CEGOS DE LUMINOSIDADE, COM CONSUMO MÁXIMO DE 6 A. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CARGA AUTOMÁTICO, GERENCIANDO A CARGA DA BATERIA QUANDO O VEÍCULO NÃO ESTIVER LIGADO, DESLIGANDO AUTOMATICAMENTE O SINALIZADOR SE NECESSÁRIO, EVITANDO, ASSIM, A DESCARGA TOTAL DA BATERIA E POSSÍVEIS FALHAS NO ACIONAMENTO DO MOTOR DO VEÍCULO; SINALIZADORES FRONTAIS SECUNDÁRIOS: SINALIZADOR PRINCIPAL DO TIPO BARRA LINEAR OU EM FORMATO DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO; SINALIZADORES TRASEIROS: DOIS SINALIZADORES NA PARTE TRASEIRA DA AMBULÂNCIA NA COR VERMELHA, COM FREQUÊNCIA DE 90 FLASHES POR MINUTO, OPERANDO MESMO COM AS PORTAS TRASEIRAS ABERTAS E PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO TRÂNSITO, QUANDO ACIONADO. COM LENTE INJETADA DE POLICARBONATO, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORIZAÇÃO COM TRATAMENTO "UV". PODENDO UTILIZAR UM DOS CONCEITOS DE LED QUE SEGUEM: POSSUIR 08 LEDS DE 1 WATT CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 7.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 70°; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 12.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 20°; EM TODAS AS OPÇÕES, O SINALIZADOR DEVERÁ POSSUIR TENSÃO DE TRABALHO DE 12 VCC E CONSUMO NOMINAL MÁXIMO DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA; OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR VERMELHA COM COMPRIMENTO DE ONDA DE 620 NM A 630 NM. SINALIZADOR ACÚSTICO: AMPLIFICADOR DE 100 W RMS DE POTÊNCIA, 13,8 VCC E 04 (QUATRO) TONS DISTINTOS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 300 A 3000 HZ E PRESSÃO SONORA A 1 (UM) METRO DE 100 DB COM 13,8 VCC; ESTES EQUIPAMENTOS NÃO PODERÃO GERAR RUÍDOS ELETROMAGNÉTICOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 42 / 74

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			OU QUALQUER OUTRA FORMA DE SINAL QUE INTERFIRA NA RECEPÇÃO DE SINAIS DE RÁDIO OU TELEFONIA MÓVEL; LAUDO QUE COMPROVE O ATENDIMENTO À NORMA SAE J1849, NO QUE SE REFERE A REQUISITOS E DIRETRIZES NOS SISTEMAS DE SIRENES ELETRÔNICAS COM UM ÚNICO AUTOFALANTE; OS COMANDOS DE TODA A SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA DEVERÃO ESTAR LOCALIZADOS EM PAINEL ÚNICO, NA CABINE DO MOTORISTA, PERMITINDO SUA OPERAÇÃO POR AMBOS OS OCUPANTES DA CABINE, E O FUNCIONAMENTO INDEPENDENTE DO SISTEMA VISUAL E ACÚSTICO, E SERÁ DOTADO DE: CONTROLE PARA QUATRO TIPOS DE SINALIZAÇÃO (PARA USO EM NÃO EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O ATENDIMENTO COM O VEÍCULO PARADO; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O DESLOCAMENTO); BOTÃO LIGA/ DESLIGA PARA A SIRENE; BOTÃO SEM RETENÇÃO PARA SIRENE, PARA "TOQUE RÁPIDO"; BOTÃO PARA COMUTAÇÃO ENTRE OS QUATRO TIPOS DE TOQUE DE SIRENE; SISTEMA DE OXIGÊNIO: OXIGÊNIO MEDICINAL COM 1 CILINDRO DE 16 LTS, EM SUPORTE INDIVIDUAL PARA CILINDRO, COM CINTAS REGULÁVEIS E MECANISMO CONFIÁVEL RESISTENTE A VIBRAÇÕES, TREPIDAÇÕES E/OU CAPOTAMENTOS, POSSIBILITANDO RECEBER CILINDROS DE CAPACIDADES DIFERENTES, EQUIPADO COM VÁLVULA PRÉ-REGULADA PARA PRESSÃO DE 3,5 A 4,0 KGF/CM2; TODOS OS COMPONENTES DESSE SISTEMA DEVERÃO RESPEITAR AS NORMAS DE SEGURANÇA (INCLUSIVE VEICULAR) VIGENTES E APLICÁVEIS. OS SUPORTES DOS CILINDROS NÃO PODERÃO SER FIXADOS POR MEIO DE REBITES; OS PARAFUSOS FIXADORES DEVERÃO SUPORTAR IMPACTOS SEM SE SOLTAR. AS CINTAS DE FIXAÇÃO DOS TORPEDOS DEVERÃO TER AJUSTE DO TIPO "CATRACA"; AS CINTAS NÃO PODERÃO SOFRER AÇÕES DE ALONGAMENTO, DEFORMIDADE OU SOLTAR-SE COM O USO, DEVENDO SUPORTAR CAPACIDADE DE TRAÇÃO DE PESO SUPERIOR A 2.000 KG; AS MANGUEIRAS DEVERÃO PASSAR ATRAVÉS DE CONDUÍTES EMBUTIDOS NA PAREDE LATERAL DO SALÃO DE		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 43 / 74

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>ATENDIMENTO, PARA EVITAR QUE SEJAM DANIFICADAS E PARA FACILITAR A SUBSTITUIÇÃO OU MANUTENÇÃO; NO SUPORTE DO CILINDRO ONDE O MESMO ESTEJA EM CONTATO COM O CILINDRO DEVERÁ TER APLICAÇÃO DE BORRACHA; O COMPARTIMENTO DE FIXAÇÃO DOS CILINDROS DEVERÁ SER REVESTIDO NO PISO POR BORRACHA OU OUTRO MATERIAL DE CARACTERÍSTICAS ADEQUADAS PARA PROTEÇÃO DA PINTURA DO CILINDRO E PROTEÇÕES EM AÇO INOXIDÁVEL ONDE OS CILINDROS SÃO APOIADOS A FIM DE SE EVITAR A OCORRÊNCIA DE RANHURAS E DESGASTE; RÉGUA TRIPLA COM FLUXÔMETRO, UMIDIFICADOR PARA O2 E ASPIRADOR TIPO VENTURI, COM ROSCAS PADRÃO ABNT; VENTILAÇÃO: A ADEQUADA VENTILAÇÃO DO VEÍCULO DEVERÁ SER PROPORCIONADA POR JANELAS E SISTEMA DE AR CONDICIONADO; A CLIMATIZAÇÃO DO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ PERMITIR O RESFRIAMENTO E O AQUECIMENTO; TODAS AS JANELAS DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DEVERÃO PROPICIAR VENTILAÇÃO, DOTADAS DE SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO; VENTILADOR/ EXAUSTOR; AR CONDICIONADO COM CAPACIDADE TÉRMICA DE 26.000 BTU 'S NO COMPARTIMENTO DIANTEIRO E TRASEIRO, COM UNIDADE CONDENSADORA NO TETO, ORIGINAL DO FABRICANTE DO CHASSI OU HOMOLOGADO PELA FÁBRICA, CONTANDO COM UM SISTEMA DE AR CONDICIONADO QUENTE/FRIO E VENTILAÇÃO NOS TERMOS DA NBR 14.561; BANCO TIPO BAÚ PARA 02 (DUAS) PESSOAS, COM ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN CINZA CLARO E CINTOS DE SEGURANÇA NA ESQUERDA DO VEÍCULO; BANCO GIRATÓRIO COM ESTRUTURA TUBULAR, INSTALADA NA CABECEIRA DA MACA, VOLTADA PARA A TRASEIRA DO VEÍCULO, COM ENCOSTO E APOIO DE CABEÇA ESTOFADA EM COURVIN NA COR CINZA E CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL; MACA: MACA RETRÁTIL, TOTALMENTE CONFECCIONADA EM DURALUMÍNIO, INSTALADA LONGITUDINALMENTE NO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM 1.900 MM DE COMPRIMENTO, 550 MM DE LARGURA E CAPACIDADE PARA PACIENTES DE ATÉ 300 KG (TESTADA COM 900KG), COM A CABECEIRA VOLTADA PARA FRENTE DO VEÍCULO,</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 44 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>COM PÉS DOBRÁVEIS, SISTEMA ESCAMOTEÁVEL, PROVIDA DE RODÍZIOS CONFECCIONADOS EM MATERIAIS RESISTENTES A OXIDAÇÃO, COM PNEUS DE BORRACHA MACIÇA E SISTEMA DE FREIOS, COM TRAVA DE SEGURANÇA PARA EVITAR O FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DAS PERNAS DA MACA QUANDO NA POSIÇÃO ESTENDIDA, PROJETADA DE FORMA A PERMITIR A RÁPIDA RETIRADA E INSERÇÃO DA VÍTIMA NO COMPARTIMENTO DA VIATURA, COM A UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE RETRAÇÃO DOS PÉS ACIONADO PELO PRÓPRIO IMPULSO DA MACA PARA DENTRO E PARA FORA DO COMPARTIMENTO, PODENDO SER MANUSEADA POR APENAS UMA PESSOA. ESTA MACA DEVE DISPOR DE TRÊS CINTOS DE SEGURANÇA FIXOS À MESMA, EQUIPADOS COM TRAVAS RÁPIDAS, QUE PERMITAM PERFEITA SEGURANÇA E DESENGATE RÁPIDO, SEM RISCOS PARA A VÍTIMA. DEVE SER PROVIDA DE SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO TRONCO DO PACIENTE EM PÉLO MENOS 45 GRAUS E SUPORTAR NESTE ITEM PESO DE 100 KG; UMA VEZ DENTRO DO VEÍCULO, ESTA MACA DEVE FICAR ADEQUADAMENTE FIXA À SUA ESTRUTURA, IMPEDINDO SUA MOVIMENTAÇÃO LATERAL OU VERTICAL QUANDO DO DESLOCAMENTO DO MESMO. QUANDO MONTADA FORA DA AMBULÂNCIA DEVERÁ TER UMA ALTURA MÁXIMA DE 1.100 MM; DESIGN INTERNO E EXTERNO; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ CONSIDERAR OS SEGUINTE ASPECTOS: DESIGN INTERNO; O ESPAÇO INTERNO DA AMBULÂNCIA DEVE SER DIMENSIONADO VISANDO POSICIONAR, DE FORMA ACESSÍVEL E PRÁTICA, A MACA, BANCOS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO AOS PACIENTES. OS MATERIAIS FIXADOS NA CARROCERIA DA AMBULÂNCIA (ARMÁRIOS, BANCOS, MACA) DEVERÃO TER UMA FIXAÇÃO REFORÇADA DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, OS MESMOS NÃO SE SOLTEM; BALAUSTRE: DEVERÁ TER 02 (DOIS) "PEGA-MÃO" NO TETO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, AMBOS POSICIONADOS PRÓXIMOS ÀS BORDAS DA MACA, SENTIDO</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 45 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			TRASEIRA-FRENTE DO VEÍCULO, CONFECCIONADOS EM ALUMÍNIO DE 01 POLEGADA DE DIÂMETRO, COM 3 PONTOS DE FIXAÇÃO NO TETO, INSTALADOS SOBRE O EIXO LONGITUDINAL DO COMPARTIMENTO, ATRAVÉS DE PARAFUSOS E COM DOIS SISTEMAS DE SUPORTE DE SORO DESLIZÁVEL, DEVENDO POSSUIR DOIS GANCHOS CADA PARA FRASCOS DE SORO; REVESTIMENTO INTERNO EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO) ESTIRENO AUTOESTINGUÍVEL; AS PAREDES INTERNAS E A DIVISÓRIA DEVERÃO SER EM PLÁSTICO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO LAMINADAS OU ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO AUTO-EXTINGUÍVEL, AMBOS COM ESPESSURA DE 3 MM, MOLDADOS CONFORME GEOMETRIA DO VEÍCULO, COM A PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA, TORNANDO A SUPERFÍCIE BACTERIOSTÁTICA; NIVELAMENTO DO PISO EM COMPENSADO NAVAL, SE NECESSÁRIO; REVESTIMENTO DO PISO EM MANTA VINILICA, DE ALTA RESISTÊNCIA; ARMÁRIOS: CONJUNTO DE ARMÁRIOS PARA A GUARDA DE TODO O MATERIAL AMBULATORIAL UTILIZADO NO VEÍCULO. ARMÁRIOS COM PRATELEIRAS INTERNAS, LATERAIS EM TODA SUA EXTENSÃO EM UM SÓ LADO DA VIATURA (LADO ESQUERDO); DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM COMPENSADO NAVAL REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE EM MATERIAL IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL (FÓRMICA OU SIMILAR). O PROJETO DOS MÓVEIS DEVE CONTEMPLAR O SEU ADEQUADO POSICIONAMENTO NO VEÍCULO, VISANDO O MÁXIMO APROVEITAMENTO DE ESPAÇO, A FIXAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E A ASSEPSIA DO VEÍCULO.; LIXEIRA PARA USO E REMOÇÃO, PARA COLOCAÇÃO DE SACOS DE LIXO DE APROXIMADAMENTE 5 LITROS; O ACESSO À LIXEIRA DEVERÁ SER VERTICAL E COM TAMPA, DE MODO A REDUZIR A CONTAMINAÇÃO E FACILITAR O MANUSEIO DOS RESÍDUOS; DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO CAPAZ DE FIXA-LA, DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, A MESMA NÃO SE SOLTE; OS MATERIAIS AUXILIARES CONFECCIONADOS EM METAL, TAIS COMO: PREGOS, DOBRADIÇAS, PARAFUSOS E ETC., DEVERÃO SER PROTEGIDOS COM MATERIAL ANTIFERRUGEM; OS PUXADORES		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 46 / 74

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			TERÃO QUE SER EMBUTIDOS OU SEMIEMBUTIDOS; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVE SEGUIR O LAYOUT APRESENTADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, COM AS DIMENSÕES DESCRITAS ABAIXO DE FORMA MAIS APROXIMADA POSSÍVEL, DESDE QUE PERMITIDO PELAS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO: ARMÁRIO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO, CUJAS PORTAS DEVEM SER DOTADAS DE TRINCO PARA IMPEDIR A ABERTURA ESPONTÂNEA DAS MESMAS DURANTE O DESLOCAMENTO, PARA GUARDA DE MATERIAIS COM PORTAS CORREDIÇAS EM POLICARBONATO, BIPARTIDAS, COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, MEDINDO 1,00 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,375 M; DEVERÁ POSSUIR UM ARMÁRIO TIPO BANCADA PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, PARA APOIO DE EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS, COM APROXIMADAMENTE 1 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,75 M. ARMÁRIO PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO. VIDRO(S) FIXO(S) TRASEIRO(S) COM PELÍCULA OPACA; E FAIXAS TRANSPARENTES; JANELA LATERAL CORREDIÇA COM PELÍCULA OPACA E FAIXAS TRANSPARENTES; 5 (CINCO) ADESIVOS NO FORMATO DE CRUZ, COR VERMELHA, SENDO UM POSICIONADO NO TETO DO VEÍCULO, UM POSICIONADO NO VIDRO DA PORTA LATERAL DIREITA, UM POSICIONADO NA LATERAL ESQUERDA DO VEÍCULO (ALINHADO ÀQUELE DA PORTA LATERAL DO LADO DIREITO) E OS DEMAIS POSICIONADOS NOS VIDROS DE CADA PORTA TRASEIRA; (DOIS) ADESIVOS COM A PALAVRA "AMBULÂNCIA", ESCRITO EM CAIXA ALTA, SENDO UM POSICIONADO NA TRASEIRA DO VEÍCULO (PREFERENCIALMENTE NA PARTE SUPERIOR, CONFORME O DESENHO DO VEÍCULO PERMITIR), E OUTRO POSICIONADO DE FORMA INVERTIDA NO CAPÔ DO VEÍCULO (CENTRALIZADO ENTRE AS LATERAIS E INSTALADO MAIS OU MENOS PRÓXIMO AO PARA-BRISA, DE MODO QUE MELHOR FAVOREÇA A VISUALIZAÇÃO PELOS MOTORISTAS À FRENTE); A COR DA PINTURA BEM COMO AS LOGOMARCAS A SEREM		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 47 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COLADAS NAS AMBULÂNCIAS SÃO AQUELAS DISPOSTAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.		
7	2	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS, MÍNIMO 14 + 1 LUGARES, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; TETO MÉDIO, COR BRANCA. ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E PORTA PARA EMBARQUE DE PASSAGEIROS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 14 + 01 OCUPANTE, DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5910 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3660 MM; LARGURA MÍNIMA DE 1990 MM; ALTURA DE 2500 MM; MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 125 CV; TORQUE DE 30 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; FREIO COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS; ALARME (SISTEMA ANTI-FURTO); CÂMERA TRASEIRA PARA MANOBRAS; FARÓIS DE NEBLINA; CONTROLE DE ESTABILIDADE; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; POLTRONAS RECLINÁVEIS PARA PASSAGEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; TACÓGRAFO DIGITAL; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES.	Fiat	308800,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 48 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR PICK-UP UTILITÁRIO CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 02 OU 03 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 02 OCUPANTES/MONOBLOCO PICKUP. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.890 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 84 CV (QUANDO COM GASOLINA); TORQUE DE 12,0 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 45 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA; CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE 900 LITROS; CARGA ÚTIL DE 700 KG; SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTI-FURTO; AR CONDICIONADO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; RÁDIO; PROTETOR DE CÁRTER; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, JOGO DE TAPETES.	Fiat	102298,0000



MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE (TIPO A) - TIPO FURGÃO (LONGO/ TETO ALTO), COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA, ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO), PORTA LATERAL NO COMPARTIMENTO DE CARGA (CORREDIÇA COM TRAVA, COM O SISTEMA DE TRILHO CORREDIÇO EM DECLIVES IMPEDINDO A QUEDA OU FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DA PORTA) E DUAS PORTAS TRASEIRAS COM ABERTURA HORIZONTAL EM DUAS POSIÇÕES (90 E 270 GRAUS), COM DISPOSITIVO AUTOMÁTICO PARA MANTÊ-LAS ABERTAS, IMPEDINDO SEU FECHAMENTO ESPONTÂNEO NO CASO DE O VEÍCULO ESTACIONAR EM DESNÍVEL; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA PARA 02 OCUPANTES/FURGÃO TIPO LONGO/TETO ALTO. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5.900 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3.250 MM E ALTURA DE 2.400 MM; SALÃO DE ATENDIMENTO: COMPRIMENTO DE 3.700 MM, LARGURA DE 1.740 MM E ALTURA DE 1.880 MM; MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 130 CV; TORQUE DE 25 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 65 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E UMA À RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA. CAPACIDADE DE CARGA DE 1.200 KG; VOLUME ÚTIL DO COMPARTIMENTO DE CARGA DE 10 M3; FREIOS COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; SISTEMA AUXILIAR DE FRENAGEM (EBD, ESP OU SIMILAR); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); FARÓIS DE NEBLINA; AR-CONDICIONADO (ORIGINAL DE FÁBRICA); BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS (ORIGINAL DE FÁBRICA); CHAVE COM COMANDO DAS TRAVAS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES. ADAPTAÇÃO PARA AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE: CONFORME PORTARIA		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 50 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			Nº 2.048, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2002, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR, AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: SINALIZADOR ÓPTICO E ACÚSTICO; EQUIPAMENTO DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO EM CONTATO PERMANENTE COM A CENTRAL REGULADORA; MACA COM RODAS; SUPORTE PARA SORO E OXIGÊNIO MEDICINAL; A ESTRUTURA DA CABINE E DA CARROCERIA DEVERÁ SER ORIGINAL DO VEÍCULO, CONSTRUÍDA EM AÇO; A ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVERÁ SER ORIGINAL DE FÁBRICA, SEM QUE SEJA ALTERADA A PARTE CONSTRUTIVA DA AMBULÂNCIA; O PNEU ESTEPE NÃO DEVERÁ SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO; DIVISÃO ENTRE A CABINA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE EM AÇO COM JANELA DE COMUNICAÇÃO; PORTAS EM CHAPA, COM REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, COM FECHOS, TANTO INTERNO COMO EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL AÇIONAMENTO; NA CARROCERIA, O REVESTIMENTO INTERNO ENTRE AS CHAPAS (METÁLICA - EXTERNA E LAMINADO - INTERNA) DEVERÁ SER EM POLIURETANO, COM ESPESSURA DE ATÉ 40 MM CONFORME O VEÍCULO PERMITIR, COM FINALIDADE DE ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO, NÃO PODENDO SER UTILIZADO, PARA ESTE FIM, ISOPOR; DEVERÁ SER DOTADA DE ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE SOB AS PORTAS LATERAIS, PARA FACILITAR A ENTRADA DE PASSAGEIROS, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO FOR MAIOR QUE 40 CM, ESTRIBO ESTE DE DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM NORMA DA ABNT; DEVERÁ SER DOTADA DE DEGRAU OU ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE PARA ACESSO AO SALÃO DE ATENDIMENTO NA PORTA TRASEIRA DA AMBULÂNCIA COM PREVISÃO PARA ENTRADA DA MACA RETRÁTIL, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO DO SALÃO DE ATENDIMENTO FOR MAIOR QUE 50 CM PARA ENTRADA DA MACA, COM DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT; SISTEMA ELÉTRICO: A ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR DUAS BATERIAS,		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 51 / 74

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>SENDO A DO CHASSI ORIGINAL DO FABRICANTE E A AUXILIAR INDEPENDENTE (PARA O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO), ESSA SEGUNDA BATERIA DEVERÁ SER DO TIPO CICLO PROFUNDO E TER NO MÍNIMO 150 A, DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 V, INSTALADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, DEVENDO POSSUIR DRENO DE PROTEÇÃO PARA EVITAR CORROSÃO CASO OCORRA VAZAMENTO DE SOLUÇÃO DA MESMA; O SISTEMA ELÉTRICO DEVERÁ ESTAR DIMENSIONADO PARA O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS ITENS ESPECIFICADOS (DO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS), QUER COM A VIATURA EM MOVIMENTO, QUER ESTACIONADA, SEM RISCO DE SOBRECARGA NO ALTERNADOR, FIAÇÃO OU DISJUNTORES; O VEÍCULO DEVERÁ SER FORNECIDO COM ALTERNADOR ORIGINAL DE FÁBRICA, COM CAPACIDADE DE CARREGAR AMBAS AS BATERIAS A PLENA CARGA SIMULTANEAMENTE E ALIMENTAR O SISTEMA ELÉTRICO DO CONJUNTO. INDEPENDENTE DA POTÊNCIA NECESSÁRIA DO ALTERNADOR, NÃO SERÃO ADMITIDOS ALTERNADORES MENORES QUE 140 A; O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E O EQUIPAMENTO ELÉTRICO SECUNDÁRIO DEVEM SER SERVIDOS POR CIRCUITOS TOTALMENTE SEPARADOS E DISTINTOS DOS CIRCUITOS DO CHASSI DA VIATURA; A FIAÇÃO DEVE TER CÓDIGOS PERMANENTES DE CORES OU TER IDENTIFICAÇÕES COM NÚMEROS/LETRAS DE FÁCIL LEITURA, DISPOSTAS EM CHICOTES OU SISTEMAS SEMELHANTES, CONFECCIONADOS COM CABOS PADRÃO AUTOMOTIVO COM RESISTÊNCIA À TEMPERATURA MÍNIMA DE 105° C, ELES DEVERÃO SER IDENTIFICADOS POR CÓDIGOS NOS TERMINAIS OU NOS PONTOS DE CONEXÃO; TODOS OS CHICOTES, ARMAÇÕES E FIAÇÕES DEVEM SER FIXADOS AO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO OU ARMAÇÃO POR BRAÇADEIRAS PLÁSTICAS ISOLADAS A FIM DE EVITAR FERRUGEM E MOVIMENTOS QUE POSSAM RESULTAR EM ATRITOS, APERTOS, PROTUBERÂNCIAS E DANOS; TODAS AS ABERTURAS NA VIATURA DEVEM SER ADEQUADAMENTE CALAFETADAS PARA PASSAR A FIAÇÃO. TODOS OS ITENS USADOS PARA PROTEGER OU SEGURAR A FIAÇÃO DEVEM SER</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 52 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO E SER PADRÃO AUTOMOTIVO, AÉREO, MARINHO OU ELETRÔNICO. TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS, TERMINAIS E PONTOS DEVEM TER UMA ALÇA DE FIO QUE POSSIBILITE PELO MENOS DUAS SUBSTITUIÇÕES DOS TERMINAIS DA FIAÇÃO; TODOS OS CIRCUITOS ELÉTRICOS DEVEM SER PROTEGIDOS POR DISJUNTORES PRINCIPAIS OU DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DE PROTEÇÃO À CORRENTE (DISJUNTORES AUTOMÁTICOS OU MANUAIS DE ARMAÇÃO), E DEVEM SER DE FÁCIL REMOÇÃO E ACESSO PARA INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO; OS DIAGRAMAS E ESQUEMAS DE FIAÇÃO EM PORTUGUÊS, INCLUINDO CÓDIGOS E LISTAS DE PEÇAS PADRÃO, DEVERÃO SER FORNECIDOS EM SEPARADO; TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS E FIAÇÃO DEVEM SER FACILMENTE ACESSÍVEIS ATRAVÉS DE QUADRO DE INSPEÇÃO, PELO QUAL SE POSSA REALIZAR VERIFICAÇÕES E MANUTENÇÃO; AS CHAVES, DISPOSITIVOS INDICADORES E CONTROLES DEVEM ESTAR LOCALIZADOS E INSTALADOS DE MANEIRA A FACILITAR A REMOÇÃO E MANUTENÇÃO; OS ENCAIXES EXTERIORES DAS LÂMPADAS, CHAVES, DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS E PEÇAS FIXAS, DEVEM SER À PROVA DE CORROSÃO E DE INTEMPÉRIES. OS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DEVEM INCLUIR FILTROS, SUPRESSORES OU PROTETORES, A FIM DE EVITAR RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA E A CONSEQUENTE INTERFERÊNCIA EM RÁDIOS E OUTROS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS; CENTRAL ELÉTRICA COMPOSTA DE DISJUNTOR TÉRMICO E AUTOMÁTICO, RELES E CHAVE GERAL INSTALADO ACIMA DO ARMÁRIO DE BANCADA; PAINEL ELÉTRICO INTERNO, COM INTERRUPTORES PARA ILUMINAÇÃO INTERNA E DEVERÁ POSSUIR 2 TOMADAS PARA 12 V (DC); AS TOMADAS ELÉTRICAS DEVERÃO MANTER UMA DISTÂNCIA DE 31 CM DE QUALQUER TOMADA DE OXIGÊNIO; A ILUMINAÇÃO DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DO VEÍCULO DEVE SER DE DOIS TIPOS: NATURAL - MEDIANTE ILUMINAÇÃO FORNECIDA PELAS JANELAS DO VEÍCULO (CABINE E CARROCERIA), COM VIDROS OPACOS OU JATEADOS COM TRÊS FAIXAS TRANSPARENTES NO		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 53 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E ARTIFICIAL - DEVERÁ SER FEITA POR, 04 (QUATRO) LUMINÁRIAS, INSTALADAS NO TETO, COM DIÂMETRO DE 150 MM, EM BASE ESTAMPADA EM ALUMÍNIO OU INJETADA EM PLÁSTICO EM MODELO LED; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSUIR A TENSÃO DE TRABALHO DE 12 V E CONSUMO NOMINAL DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA. OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR PREDOMINANTEMENTE CRISTAL COM TEMPERATURA MÍNIMA DE 5.350 K E MÁXIMA DE 10.000 K, COM LENTE DE POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, COM ACABAMENTO CORRUGADO PARA DIFUSÃO DA LUZ, DISTRIBUÍDAS DE FORMA A ILUMINAR TODO O COMPARTIMENTO DO PACIENTE, SEGUNDO PADRÕES MÍNIMOS ESTABELECIDOS PELA ABNT; OS ACIONAMENTOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS NO PAINEL DE COMANDO, DENTRO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM INTERRUPTORES DE TECLAS COM VISOR LUMINOSO INDIVIDUAL DE ACIONAMENTO OU COM INDICADOR LUMINOSO; FAROL DE EMBARQUE INSTALADO NA PORTA TRASEIRA; CONJUNTO SINALIZADOR ELETRÔNICO ACÚSTICO VISUAL; SINALIZADOR FRONTAL PRINCIPAL: BARRA SINALIZADORA EM FORMATO TIPO BARRA LINEAR, DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO E LENTE INTEIRIÇA OU MÚLTIPLAS LENTES, COM COMPRIMENTO ENTRE 1.000 MM E 1.300 MM, LARGURA ENTRE 250 MM E 500 MM E ALTURA ENTRE 55 MM E 110 MM, INSTALADA NO TETO DA CABINE DO VEÍCULO; BARRA DOTADA DE BASE CONSTRUÍDA EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO) REFORÇADA COM PERFIL DE ALUMÍNIO EXTRUDADO OU EM ALUMÍNIO EXTRUDADO NA COR PRETA, CÚPULA, INJETADA EM POLICARBONATO NA COR RUBI, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORAÇÃO, COM TRATAMENTO UV; CONJUNTO LUMINOSO COMPOSTO POR 250 DIODOS EMISSORES DE LUZ (LED) PRÓPRIOS PARA ILUMINAÇÃO (CATEGORIA ALTO BRILHO) OU 11 (ONZE) MÓDULOS COM 04 (QUATRO) LEDS DE 1 W CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS, DOTADOS DE LENTE COLIMADORA EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA COM RESISTÊNCIA AUTOMOTIVA E ALTA VISIBILIDADE, SENDO DIRETIVA NOS MÓDULOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 54 / 74

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			CENTRAIS E DIFUSORA NOS MÓDULOS LATERAIS NA COR VERMELHA, DE ALTA FREQUÊNCIA (DE 240 FLASHES POR MINUTO) DISTRIBUÍDOS EQUITATIVAMENTE POR TODA A EXTENSÃO VISÍVEL DA BARRA, SEM PONTOS CEGOS DE LUMINOSIDADE, COM CONSUMO MÁXIMO DE 6 A. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CARGA AUTOMÁTICO, GERENCIANDO A CARGA DA BATERIA QUANDO O VEÍCULO NÃO ESTIVER LIGADO, DESLIGANDO AUTOMATICAMENTE O SINALIZADOR SE NECESSÁRIO, EVITANDO, ASSIM, A DESCARGA TOTAL DA BATERIA E POSSÍVEIS FALHAS NO ACIONAMENTO DO MOTOR DO VEÍCULO; SINALIZADORES FRONTAIS SECUNDÁRIOS: SINALIZADOR PRINCIPAL DO TIPO BARRA LINEAR OU EM FORMATO DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO; SINALIZADORES TRASEIROS: DOIS SINALIZADORES NA PARTE TRASEIRA DA AMBULÂNCIA NA COR VERMELHA, COM FREQUÊNCIA DE 90 FLASHES POR MINUTO, OPERANDO MESMO COM AS PORTAS TRASEIRAS ABERTAS E PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO TRÂNSITO, QUANDO ACIONADO. COM LENTE INJETADA DE POLICARBONATO, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORIZAÇÃO COM TRATAMENTO "UV". PODENDO UTILIZAR UM DOS CONCEITOS DE LED QUE SEGUEM: POSSUIR 08 LEDS DE 1 WATT CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 7.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 70°; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 12.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 20°; EM TODAS AS OPÇÕES, O SINALIZADOR DEVERÁ POSSUIR TENSÃO DE TRABALHO DE 12 VCC E CONSUMO NOMINAL MÁXIMO DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA; OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR VERMELHA COM COMPRIMENTO DE ONDA DE 620 NM A 630 NM. SINALIZADOR ACÚSTICO: AMPLIFICADOR DE 100 W RMS DE POTÊNCIA, 13,8 VCC E 04 (QUATRO) TONS DISTINTOS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 300 A 3000 HZ E PRESSÃO SONORA A 1 (UM) METRO DE 100 DB COM 13,8 VCC; ESTES EQUIPAMENTOS NÃO PODERÃO GERAR RUÍDOS ELETROMAGNÉTICOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 55 / 74

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>OU QUALQUER OUTRA FORMA DE SINAL QUE INTERFIRA NA RECEPÇÃO DE SINAIS DE RÁDIO OU TELEFONIA MÓVEL; LAUDO QUE COMPROVE O ATENDIMENTO À NORMA SAE J1849, NO QUE SE REFERE A REQUISITOS E DIRETRIZES NOS SISTEMAS DE SIRENES ELETRÔNICAS COM UM ÚNICO AUTOFALANTE; OS COMANDOS DE TODA A SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA DEVERÃO ESTAR LOCALIZADOS EM PAINEL ÚNICO, NA CABINE DO MOTORISTA, PERMITINDO SUA OPERAÇÃO POR AMBOS OS OCUPANTES DA CABINE, E O FUNCIONAMENTO INDEPENDENTE DO SISTEMA VISUAL E ACÚSTICO, E SERÁ DOTADO DE: CONTROLE PARA QUATRO TIPOS DE SINALIZAÇÃO (PARA USO EM NÃO EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O ATENDIMENTO COM O VEÍCULO PARADO; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O DESLOCAMENTO); BOTÃO LIGA/DESLIGA PARA A SIRENE; BOTÃO SEM RETENÇÃO PARA SIRENE, PARA "TOQUE RÁPIDO"; BOTÃO PARA COMUTAÇÃO ENTRE OS QUATRO TIPOS DE TOQUE DE SIRENE; SISTEMA DE OXIGÊNIO: OXIGÊNIO MEDICINAL COM 1 CILINDRO DE 16 LTS, EM SUPORTE INDIVIDUAL PARA CILINDRO, COM CINTAS REGULÁVEIS E MECANISMO CONFIÁVEL RESISTENTE A VIBRAÇÕES, TREPIDAÇÕES E/OU CAPOTAMENTOS, POSSIBILITANDO RECEBER CILINDROS DE CAPACIDADES DIFERENTES, EQUIPADO COM VÁLVULA PRÉ-REGULADA PARA PRESSÃO DE 3,5 A 4,0 KGF/CM2; TODOS OS COMPONENTES DESSE SISTEMA DEVERÃO RESPEITAR AS NORMAS DE SEGURANÇA (INCLUSIVE VEICULAR) VIGENTES E APLICÁVEIS. OS SUPORTES DOS CILINDROS NÃO PODERÃO SER FIXADOS POR MEIO DE REBITES; OS PARAFUSOS FIXADORES DEVERÃO SUPORTAR IMPACTOS SEM SE SOLTAR. AS CINTAS DE FIXAÇÃO DOS TORPEDOS DEVERÃO TER AJUSTE DO TIPO "CATRACA"; AS CINTAS NÃO PODERÃO SOFRER AÇÕES DE ALONGAMENTO, DEFORMIDADE OU SOLTAR-SE COM O USO, DEVENDO SUPORTAR CAPACIDADE DE TRAÇÃO DE PESO SUPERIOR A 2.000 KG; AS MANGUEIRAS DEVERÃO PASSAR ATRAVÉS DE CONDUÍTES EMBUTIDOS NA PAREDE LATERAL DO SALÃO DE</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 56 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			ATENDIMENTO, PARA EVITAR QUE SEJAM DANIFICADAS E PARA FACILITAR A SUBSTITUIÇÃO OU MANUTENÇÃO; NO SUPORTE DO CILINDRO ONDE O MESMO ESTEJA EM CONTATO COM O CILINDRO DEVERÁ TER APLICAÇÃO DE BORRACHA; O COMPARTIMENTO DE FIXAÇÃO DOS CILINDROS DEVERÁ SER REVESTIDO NO PISO POR BORRACHA OU OUTRO MATERIAL DE CARACTERÍSTICAS ADEQUADAS PARA PROTEÇÃO DA PINTURA DO CILINDRO E PROTEÇÕES EM AÇO INOXIDÁVEL ONDE OS CILINDROS SÃO APOIADOS A FIM DE SE EVITAR A OCORRÊNCIA DE RANHURAS E DESGASTE; RÉGUA TRIPLA COM FLUXÔMETRO, UMIDIFICADOR PARA O2 E ASPIRADOR TIPO VENTURI, COM ROSCAS PADRÃO ABNT; VENTILAÇÃO: A ADEQUADA VENTILAÇÃO DO VEÍCULO DEVERÁ SER PROPORCIONADA POR JANELAS E SISTEMA DE AR CONDICIONADO; A CLIMATIZAÇÃO DO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ PERMITIR O RESFRIAMENTO E O AQUECIMENTO; TODAS AS JANELAS DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DEVERÃO PROPICIAR VENTILAÇÃO, DOTADAS DE SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO; VENTILADOR/ EXAUSTOR; AR CONDICIONADO COM CAPACIDADE TÉRMICA DE 26.000 BTU 'S NO COMPARTIMENTO DIANTEIRO E TRASEIRO, COM UNIDADE CONDENSADORA NO TETO, ORIGINAL DO FABRICANTE DO CHASSI OU HOMOLOGADO PELA FÁBRICA, CONTANDO COM UM SISTEMA DE AR CONDICIONADO QUENTE/FRIO E VENTILAÇÃO NOS TERMOS DA NBR 14.561; BANCO TIPO BAÚ PARA 02 (DUAS) PESSOAS, COM ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN CINZA CLARO E CINTOS DE SEGURANÇA NA ESQUERDA DO VEÍCULO; BANCO GIRATÓRIO COM ESTRUTURA TUBULAR, INSTALADA NA CABECEIRA DA MACA, VOLTADA PARA A TRASEIRA DO VEÍCULO, COM ENCOSTO E APOIO DE CABEÇA ESTOFADA EM COURVIN NA COR CINZA E CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL; MACA: MACA RETRÁTIL, TOTALMENTE CONFECCIONADA EM DURALUMÍNIO, INSTALADA LONGITUDINALMENTE NO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM 1.900 MM DE COMPRIMENTO, 550 MM DE LARGURA E CAPACIDADE PARA PACIENTES DE ATÉ 300 KG (TESTADA COM 900KG), COM A CABECEIRA VOLTADA PARA FRENTE DO VEÍCULO,		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 57 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COM PÉS DOBRÁVEIS, SISTEMA ESCAMOTEÁVEL, PROVIDA DE RODÍZIOS CONFECCIONADOS EM MATERIAIS RESISTENTES A OXIDAÇÃO, COM PNEUS DE BORRACHA MACIÇA E SISTEMA DE FREIOS, COM TRAVA DE SEGURANÇA PARA EVITAR O FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DAS PERNAS DA MACA QUANDO NA POSIÇÃO ESTENDIDA, PROJETADA DE FORMA A PERMITIR A RÁPIDA RETIRADA E INSERÇÃO DA VÍTIMA NO COMPARTIMENTO DA VIATURA, COM A UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE RETRAÇÃO DOS PÉS ACIONADO PELO PRÓPRIO IMPULSO DA MACA PARA DENTRO E PARA FORA DO COMPARTIMENTO, PODENDO SER MANUSEADA POR APENAS UMA PESSOA. ESTA MACA DEVE DISPOR DE TRÊS CINTOS DE SEGURANÇA FIXOS À MESMA, EQUIPADOS COM TRAVAS RÁPIDAS, QUE PERMITAM PERFEITA SEGURANÇA E DESENGATE RÁPIDO, SEM RISCOS PARA A VÍTIMA. DEVE SER PROVIDA DE SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO TRONCO DO PACIENTE EM PÉLO MENOS 45 GRAUS E SUPORTAR NESTE ITEM PESO DE 100 KG; UMA VEZ DENTRO DO VEÍCULO, ESTA MACA DEVE FICAR ADEQUADAMENTE FIXA À SUA ESTRUTURA, IMPEDINDO SUA MOVIMENTAÇÃO LATERAL OU VERTICAL QUANDO DO DESLOCAMENTO DO MESMO. QUANDO MONTADA FORA DA AMBULÂNCIA DEVERÁ TER UMA ALTURA MÁXIMA DE 1.100 MM; DESIGN INTERNO E EXTERNO; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ CONSIDERAR OS SEGUINTE ASPECTOS: DESIGN INTERNO; O ESPAÇO INTERNO DA AMBULÂNCIA DEVE SER DIMENSIONADO VISANDO POSICIONAR, DE FORMA ACESSÍVEL E PRÁTICA, A MACA, BANCOS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO AOS PACIENTES. OS MATERIAIS FIXADOS NA CARROCERIA DA AMBULÂNCIA (ARMÁRIOS, BANCOS, MACA) DEVERÃO TER UMA FIXAÇÃO REFORÇADA DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, OS MESMOS NÃO SE SOLTEM; BALAUSTRE: DEVERÁ TER 02 (DOIS) "PEGA-MÃO" NO TETO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, AMBOS POSICIONADOS PRÓXIMOS ÀS BORDAS DA MACA, SENTIDO		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 58 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			TRASEIRA-FRENTE DO VEÍCULO, CONFECCIONADOS EM ALUMÍNIO DE 01 POLEGADA DE DIÂMETRO, COM 3 PONTOS DE FIXAÇÃO NO TETO, INSTALADOS SOBRE O EIXO LONGITUDINAL DO COMPARTIMENTO, ATRAVÉS DE PARAFUSOS E COM DOIS SISTEMAS DE SUPORTE DE SORO DESLIZÁVEL, DEVENDO POSSUIR DOIS GANCHOS CADA PARA FRASCOS DE SORO; REVESTIMENTO INTERNO EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO) ESTIRENO AUTOESTINGUÍVEL; AS PAREDES INTERNAS E A DIVISÓRIA DEVERÃO SER EM PLÁSTICO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO LAMINADAS OU ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO AUTO-EXTINGUÍVEL, AMBOS COM ESPESSURA DE 3 MM, MOLDADOS CONFORME GEOMETRIA DO VEÍCULO, COM A PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA, TORNANDO A SUPERFÍCIE BACTERIOSTÁTICA; NIVELAMENTO DO PISO EM COMPENSADO NAVAL, SE NECESSÁRIO; REVESTIMENTO DO PISO EM MANTA VINILICA, DE ALTA RESISTÊNCIA; ARMÁRIOS: CONJUNTO DE ARMÁRIOS PARA A GUARDA DE TODO O MATERIAL AMBULATORIAL UTILIZADO NO VEÍCULO. ARMÁRIOS COM PRATELEIRAS INTERNAS, LATERAIS EM TODA SUA EXTENSÃO EM UM SÓ LADO DA VIATURA (LADO ESQUERDO); DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM COMPENSADO NAVAL REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE EM MATERIAL IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL (FÓRMICA OU SIMILAR). O PROJETO DOS MÓVEIS DEVE CONTEMPLAR O SEU ADEQUADO POSICIONAMENTO NO VEÍCULO, VISANDO O MÁXIMO APROVEITAMENTO DE ESPAÇO, A FIXAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E A ASSEPSIA DO VEÍCULO.; LIXEIRA PARA USO E REMOÇÃO, PARA COLOCAÇÃO DE SACOS DE LIXO DE APROXIMADAMENTE 5 LITROS; O ACESSO À LIXEIRA DEVERÁ SER VERTICAL E COM TAMPA, DE MODO A REDUZIR A CONTAMINAÇÃO E FACILITAR O MANUSEIO DOS RESÍDUOS; DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO CAPAZ DE FIXA-LA, DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, A MESMA NÃO SE SOLTE; OS MATERIAIS AUXILIARES CONFECCIONADOS EM METAL, TAIS COMO: PREGOS, DOBRADIÇAS, PARAFUSOS E ETC., DEVERÃO SER PROTEGIDOS COM MATERIAL ANTIFERRUGEM; OS PUXADORES		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 59 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021**MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>TERÃO QUE SER EMBUTIDOS OU SEMIEMBUTIDOS; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVE SEGUIR O LAYOUT APRESENTADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, COM AS DIMENSÕES DESCRITAS ABAIXO DE FORMA MAIS APROXIMADA POSSÍVEL, DESDE QUE PERMITIDO PELAS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO: ARMÁRIO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO, CUJAS PORTAS DEVEM SER DOTADAS DE TRINCO PARA IMPEDIR A ABERTURA ESPONTÂNEA DAS MESMAS DURANTE O DESLOCAMENTO, PARA GUARDA DE MATERIAIS COM PORTAS CORREDIÇAS EM POLICARBONATO, BIPARTIDAS, COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, MEDINDO 1,00 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,375 M; DEVERÁ POSSUIR UM ARMÁRIO TIPO BANCADA PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, PARA APOIO DE EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS, COM APROXIMADAMENTE 1 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,75 M. ARMÁRIO PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO. VIDRO(S) FIXO(S) TRASEIRO(S) COM PELÍCULA OPACA; E FAIXAS TRANSPARENTES; JANELA LATERAL CORREDIÇA COM PELÍCULA OPACA E FAIXAS TRANSPARENTES; 5 (CINCO) ADESIVOS NO FORMATO DE CRUZ, COR VERMELHA, SENDO UM POSICIONADO NO TETO DO VEÍCULO, UM POSICIONADO NO VIDRO DA PORTA LATERAL DIREITA, UM POSICIONADO NA LATERAL ESQUERDA DO VEÍCULO (ALINHADO ÀQUELE DA PORTA LATERAL DO LADO DIREITO) E OS DEMAIS POSICIONADOS NOS VIDROS DE CADA PORTA TRASEIRA; (DOIS) ADESIVOS COM A PALAVRA "AMBULÂNCIA", ESCRITO EM CAIXA ALTA, SENDO UM POSICIONADO NA TRASEIRA DO VEÍCULO (PREFERENCIALMENTE NA PARTE SUPERIOR, CONFORME O DESENHO DO VEÍCULO PERMITIR), E OUTRO POSICIONADO DE FORMA INVERTIDA NO CAPÔ DO VEÍCULO (CENTRALIZADO ENTRE AS LATERAIS E INSTALADO MAIS OU MENOS PRÓXIMO AO PARA-BRISA, DE MODO QUE MELHOR FAVOREÇA A VISUALIZAÇÃO PELOS MOTORISTAS À FRENTE); A COR DA PINTURA BEM COMO AS LOGOMARCAS A SEREM</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 60 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COLADAS NAS AMBULÂNCIAS SÃO AQUELAS DISPOSTAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.		
7	2	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS, MÍNIMO 14 + 1 LUGARES, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; TETO MÉDIO, COR BRANCA. ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E PORTA PARA EMBARQUE DE PASSAGEIROS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 14 + 01 OCUPANTE, DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5910 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3660 MM; LARGURA MÍNIMA DE 1990 MM; ALTURA DE 2500 MM; MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 125 CV; TORQUE DE 30 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; FREIO COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS; ALARME (SISTEMA ANTI-FURTO); CÂMERA TRASEIRA PARA MANOBRAS; FARÓIS DE NEBLINA; CONTROLE DE ESTABILIDADE; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; POLTRONAS RECLINÁVEIS PARA PASSAGEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; TACÓGRAFO DIGITAL; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES.	Fiat	308800,0000

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 61 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
3	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR PICK-UP UTILITÁRIO CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA; ZERO KM; 02 OU 03 PORTAS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PARA 02 OCUPANTES/MONOBLOCO PICKUP. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 3.890 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 2.460 MM; LARGURA DE 1.650 MM; MOTOR DE 03 CILINDROS; POTÊNCIA DE 84 CV (QUANDO COM GASOLINA); TORQUE DE 12,0 KGFM (QUANDO COM GASOLINA); SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA OU MULTIPONTO; ASPIRAÇÃO: NATURAL OU TURBOCOMPRESSOR. COMBUSTÍVEL: BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E/OU ETANOL) OU GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 45 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL COM 05 MARCHAS À FRENTE E 01 MARCHA À RÉ. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA; CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE 900 LITROS; CARGA ÚTIL DE 700 KG; SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); ALARME/SISTEMA ANTI-FURTO; AR CONDICIONADO; ALÇAS DE SEGURANÇA NO TETO; RÁDIO; PROTETOR DE CÁRTER; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES, COM PROTETOR DE CAÇAMBA, JOGO DE TAPETES.	Fiat	102298,0000



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 62 / 74

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE (TIPO A) - TIPO FURGÃO (LONGO/ TETO ALTO), COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; COR BRANCA, ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO), PORTA LATERAL NO COMPARTIMENTO DE CARGA (CORREDIÇA COM TRAVA, COM O SISTEMA DE TRILHO CORREDIÇO EM DECLIVES IMPEDINDO A QUEDA OU FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DA PORTA) E DUAS PORTAS TRASEIRAS COM ABERTURA HORIZONTAL EM DUAS POSIÇÕES (90 E 270 GRAUS), COM DISPOSITIVO AUTOMÁTICO PARA MANTÊ-LAS ABERTAS, IMPEDINDO SEU FECHAMENTO ESPONTÂNEO NO CASO DE O VEÍCULO ESTACIONAR EM DESNÍVEL; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA PARA 02 OCUPANTES/FURGÃO TIPO LONGO/TETO ALTO. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5.900 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3.250 MM E ALTURA DE 2.400 MM; SALÃO DE ATENDIMENTO: COMPRIMENTO DE 3.700 MM, LARGURA DE 1.740 MM E ALTURA DE 1.880 MM; MOTOR COM 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 130 CV; TORQUE DE 25 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 65 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E UMA À RÉ. DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA. CAPACIDADE DE CARGA DE 1.200 KG; VOLUME ÚTIL DO COMPARTIMENTO DE CARGA DE 10 M3; FREIOS COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; SISTEMA AUXILIAR DE FRENAGEM (EBD, ESP OU SIMILAR); ALARME (SISTEMA ANTIFURTO); FARÓIS DE NEBLINA; AR-CONDICIONADO (ORIGINAL DE FÁBRICA); BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS (ORIGINAL DE FÁBRICA); CHAVE COM COMANDO DAS TRAVAS ELÉTRICAS DE TODAS AS PORTAS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; PROTETOR DE CÂRTER; PELICULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES. ADAPTAÇÃO PARA AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE: CONFORME PORTARIA		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 63 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			Nº 2.048, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2002, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR, AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: SINALIZADOR ÓPTICO E ACÚSTICO; EQUIPAMENTO DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO EM CONTATO PERMANENTE COM A CENTRAL REGULADORA; MACA COM RODAS; SUPORTE PARA SORO E OXIGÊNIO MEDICINAL; A ESTRUTURA DA CABINE E DA CARROCERIA DEVERÁ SER ORIGINAL DO VEÍCULO, CONSTRUÍDA EM AÇO; A ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVERÁ SER ORIGINAL DE FÁBRICA, SEM QUE SEJA ALTERADA A PARTE CONSTRUTIVA DA AMBULÂNCIA; O PNEU ESTEPE NÃO DEVERÁ SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO; DIVISÃO ENTRE A CABINA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE EM AÇO COM JANELA DE COMUNICAÇÃO; PORTAS EM CHAPA, COM REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, COM FECHOS, TANTO INTERNO COMO EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL AÇIONAMENTO; NA CARROCERIA, O REVESTIMENTO INTERNO ENTRE AS CHAPAS (METÁLICA - EXTERNA E LAMINADO - INTERNA) DEVERÁ SER EM POLIURETANO, COM ESPESSURA DE ATÉ 40 MM CONFORME O VEÍCULO PERMITIR, COM FINALIDADE DE ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO, NÃO PODENDO SER UTILIZADO, PARA ESTE FIM, ISOPOR; DEVERÁ SER DOTADA DE ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE SOB AS PORTAS LATERAIS, PARA FACILITAR A ENTRADA DE PASSAGEIROS, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO FOR MAIOR QUE 40 CM, ESTRIBO ESTE DE DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM NORMA DA ABNT; DEVERÁ SER DOTADA DE DEGRAU OU ESTRIBO REVESTIDO EM ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE PARA ACESSO AO SALÃO DE ATENDIMENTO NA PORTA TRASEIRA DA AMBULÂNCIA COM PREVISÃO PARA ENTRADA DA MACA RETRÁTIL, SEMPRE QUE A DISTÂNCIA DO SOLO AO PISO DO SALÃO DE ATENDIMENTO FOR MAIOR QUE 50 CM PARA ENTRADA DA MACA, COM DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT; SISTEMA ELÉTRICO: A ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR DUAS BATERIAS,		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 64 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
			SENDO A DO CHASSI ORIGINAL DO FABRICANTE E A AUXILIAR INDEPENDENTE (PARA O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO), ESSA SEGUNDA BATERIA DEVERÁ SER DO TIPO CICLO PROFUNDO E TER NO MÍNIMO 150 A, DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 V, INSTALADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, DEVENDO POSSUIR DRENO DE PROTEÇÃO PARA EVITAR CORROSÃO CASO OCORRA VAZAMENTO DE SOLUÇÃO DA MESMA; O SISTEMA ELÉTRICO DEVERÁ ESTAR DIMENSIONADO PARA O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS ITENS ESPECIFICADOS (DO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS), QUER COM A VIATURA EM MOVIMENTO, QUER ESTACIONADA, SEM RISCO DE SOBRECARGA NO ALTERNADOR, FIAÇÃO OU DISJUNTORES; O VEÍCULO DEVERÁ SER FORNECIDO COM ALTERNADOR ORIGINAL DE FÁBRICA, COM CAPACIDADE DE CARREGAR AMBAS AS BATERIAS A PLENA CARGA SIMULTANEAMENTE E ALIMENTAR O SISTEMA ELÉTRICO DO CONJUNTO. INDEPENDENTE DA POTÊNCIA NECESSÁRIA DO ALTERNADOR, NÃO SERÃO ADMITIDOS ALTERNADORES MENORES QUE 140 A; O COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E O EQUIPAMENTO ELÉTRICO SECUNDÁRIO DEVEM SER SERVIDOS POR CIRCUITOS TOTALMENTE SEPARADOS E DISTINTOS DOS CIRCUITOS DO CHASSI DA VIATURA; A FIAÇÃO DEVE TER CÓDIGOS PERMANENTES DE CORES OU TER IDENTIFICAÇÕES COM NÚMEROS/ LETRAS DE FÁCIL LEITURA, DISPOSTAS EM CHICOTES OU SISTEMAS SEMELHANTES, CONFECCIONADOS COM CABOS PADRÃO AUTOMOTIVO COM RESISTÊNCIA À TEMPERATURA MÍNIMA DE 105° C, ELES DEVERÃO SER IDENTIFICADOS POR CÓDIGOS NOS TERMINAIS OU NOS PONTOS DE CONEXÃO; TODOS OS CHICOTES, ARMAÇÕES E FIAÇÕES DEVEM SER FIXADOS AO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO OU ARMAÇÃO POR BRAÇADEIRAS PLÁSTICAS ISOLADAS A FIM DE EVITAR FERRUGEM E MOVIMENTOS QUE POSSAM RESULTAR EM ATRITOS, APERTOS, PROTUBERÂNCIAS E DANOS; TODAS AS ABERTURAS NA VIATURA DEVEM SER ADEQUADAMENTE CALAFETADAS PARA PASSAR A FIAÇÃO. TODOS OS ITENS USADOS PARA PROTEGER OU SEGURAR A FIAÇÃO DEVEM SER		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

Pág 65 / 74

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			<p>ADEQUADOS PARA UTILIZAÇÃO E SER PADRÃO AUTOMOTIVO, AÉREO, MARINHO OU ELETRÔNICO. TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS, TERMINAIS E PONTOS DEVEM TER UMA ALÇA DE FIO QUE POSSIBILITE PELO MENOS DUAS SUBSTITUIÇÕES DOS TERMINAIS DA FIAÇÃO; TODOS OS CIRCUITOS ELÉTRICOS DEVEM SER PROTEGIDOS POR DISJUNTORES PRINCIPAIS OU DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DE PROTEÇÃO À CORRENTE (DISJUNTORES AUTOMÁTICOS OU MANUAIS DE ARMAÇÃO), E DEVEM SER DE FÁCIL REMOÇÃO E ACESSO PARA INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO; OS DIAGRAMAS E ESQUEMAS DE FIAÇÃO EM PORTUGUÊS, INCLUINDO CÓDIGOS E LISTAS DE PEÇAS PADRÃO, DEVERÃO SER FORNECIDOS EM SEPARADO; TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS E FIAÇÃO DEVEM SER FACILMENTE ACESSÍVEIS ATRAVÉS DE QUADRO DE INSPEÇÃO, PELO QUAL SE POSSA REALIZAR VERIFICAÇÕES E MANUTENÇÃO; AS CHAVES, DISPOSITIVOS INDICADORES E CONTROLES DEVEM ESTAR LOCALIZADOS E INSTALADOS DE MANEIRA A FACILITAR A REMOÇÃO E MANUTENÇÃO; OS ENCAIXES EXTERIORES DAS LÂMPADAS, CHAVES, DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS E PEÇAS FIXAS, DEVEM SER À PROVA DE CORROSÃO E DE INTEMPÉRIES. OS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DEVEM INCLUIR FILTROS, SUPRESSORES OU PROTETORES, A FIM DE EVITAR RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA E A CONSEQUENTE INTERFERÊNCIA EM RÁDIOS E OUTROS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS; CENTRAL ELÉTRICA COMPOSTA DE DISJUNTOR TÉRMICO E AUTOMÁTICO, RELES E CHAVE GERAL INSTALADO ACIMA DO ARMÁRIO DE BANCADA; PAINEL ELÉTRICO INTERNO, COM INTERRUPTORES PARA ILUMINAÇÃO INTERNA E DEVERÁ POSSUIR 2 TOMADAS PARA 12 V (DC); AS TOMADAS ELÉTRICAS DEVERÃO MANTER UMA DISTÂNCIA DE 31 CM DE QUALQUER TOMADA DE OXIGÊNIO; A ILUMINAÇÃO DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DO VEÍCULO DEVE SER DE DOIS TIPOS: NATURAL - MEDIANTE ILUMINAÇÃO FORNECIDA PELAS JANELAS DO VEÍCULO (CABINE E CARROCERIA), COM VIDROS OPACOS OU JATEADOS COM TRÊS FAIXAS TRANSPARENTES NO</p>		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 66 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO E ARTIFICIAL - DEVERÁ SER FEITA POR, 04 (QUATRO) LUMINÁRIAS, INSTALADAS NO TETO, COM DIÂMETRO DE 150 MM, EM BASE ESTAMPADA EM ALUMÍNIO OU INJETADA EM PLÁSTICO EM MODELO LED; A LUMINÁRIA DEVERÁ POSSUIR A TENSÃO DE TRABALHO DE 12 V E CONSUMO NOMINAL DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA. OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR PREDOMINANTEMENTE CRISTAL COM TEMPERATURA MÍNIMA DE 5.350 K E MÁXIMA DE 10.000 K, COM LENTE DE POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, COM ACABAMENTO CORRUGADO PARA DIFUSÃO DA LUZ, DISTRIBUÍDAS DE FORMA A ILUMINAR TODO O COMPARTIMENTO DO PACIENTE, SEGUNDO PADRÕES MÍNIMOS ESTABELECIDOS PELA ABNT; OS ACIONAMENTOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS NO PAINEL DE COMANDO, DENTRO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM INTERRUPTORES DE TECLAS COM VISOR LUMINOSO INDIVIDUAL DE ACIONAMENTO OU COM INDICADOR LUMINOSO; FAROL DE EMBARQUE INSTALADO NA PORTA TRASEIRA; CONJUNTO SINALIZADOR ELETRÔNICO ACÚSTICO VISUAL; SINALIZADOR FRONTAL PRINCIPAL: BARRA SINALIZADORA EM FORMATO TIPO BARRA LINEAR, DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO E LENTE INTEIRIÇA OU MÚLTIPLAS LENTES, COM COMPRIMENTO ENTRE 1.000 MM E 1.300 MM, LARGURA ENTRE 250 MM E 500 MM E ALTURA ENTRE 55 MM E 110 MM, INSTALADA NO TETO DA CABINE DO VEÍCULO; BARRA DOTADA DE BASE CONSTRUÍDA EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO) REFORÇADA COM PERFIL DE ALUMÍNIO EXTRUDADO OU EM ALUMÍNIO EXTRUDADO NA COR PRETA, CÚPULA, INJETADA EM POLICARBONATO NA COR RUBI, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORAÇÃO, COM TRATAMENTO UV; CONJUNTO LUMINOSO COMPOSTO POR 250 DIODOS EMISSORES DE LUZ (LED) PRÓPRIOS PARA ILUMINAÇÃO (CATEGORIA ALTO BRILHO) OU 11 (ONZE) MÓDULOS COM 04 (QUATRO) LEDS DE 1 W CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS, DOTADOS DE LENTE COLIMADORA EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA COM RESISTÊNCIA AUTOMOTIVA E ALTA VISIBILIDADE, SENDO DIRETIVA NOS MÓDULOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 67 / 74

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			CENTRAIS E DIFUSORA NOS MÓDULOS LATERAIS NA COR VERMELHA, DE ALTA FREQUÊNCIA (DE 240 FLASHES POR MINUTO) DISTRIBUÍDOS EQUITATIVAMENTE POR TODA A EXTENSÃO VISÍVEL DA BARRA, SEM PONTOS CEGOS DE LUMINOSIDADE, COM CONSUMO MÁXIMO DE 6 A. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CARGA AUTOMÁTICO, GERENCIANDO A CARGA DA BATERIA QUANDO O VEÍCULO NÃO ESTIVER LIGADO, DESLIGANDO AUTOMATICAMENTE O SINALIZADOR SE NECESSÁRIO, EVITANDO, ASSIM, A DESCARGA TOTAL DA BATERIA E POSSÍVEIS FALHAS NO ACIONAMENTO DO MOTOR DO VEÍCULO; SINALIZADORES FRONTAIS SECUNDÁRIOS: SINALIZADOR PRINCIPAL DO TIPO BARRA LINEAR OU EM FORMATO DE ARCO OU SIMILAR, COM MÓDULO ÚNICO; SINALIZADORES TRASEIROS: DOIS SINALIZADORES NA PARTE TRASEIRA DA AMBULÂNCIA NA COR VERMELHA, COM FREQUÊNCIA DE 90 FLASHES POR MINUTO, OPERANDO MESMO COM AS PORTAS TRASEIRAS ABERTAS E PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO TRÂNSITO, QUANDO ACIONADO. COM LENTE INJETADA DE POLICARBONATO, RESISTENTE A IMPACTOS E DESCOLORIZAÇÃO COM TRATAMENTO "UV". PODENDO UTILIZAR UM DOS CONCEITOS DE LED QUE SEGUEM: POSSUIR 08 LEDS DE 1 WATT CADA, TENDO CADA LED INTENSIDADE LUMINOSA DE 40 LUMENS; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 7.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 70°; POSSUIR 30 LEDS COM INTENSIDADE LUMINOSA DE 12.000 MC E ÂNGULO DE ABERTURA DE 20°; EM TODAS AS OPÇÕES, O SINALIZADOR DEVERÁ POSSUIR TENSÃO DE TRABALHO DE 12 VCC E CONSUMO NOMINAL MÁXIMO DE 1 AMPERE POR LUMINÁRIA; OS LEDS DEVERÃO POSSUIR COR VERMELHA COM COMPRIMENTO DE ONDA DE 620 NM A 630 NM. SINALIZADOR ACÚSTICO: AMPLIFICADOR DE 100 W RMS DE POTÊNCIA, 13,8 VCC E 04 (QUATRO) TONS DISTINTOS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 300 A 3000 HZ E PRESSÃO SONORA A 1 (UM) METRO DE 100 DB COM 13,8 VCC; ESTES EQUIPAMENTOS NÃO PODERÃO GERAR RUÍDOS ELETROMAGNÉTICOS		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 68 / 74

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			OU QUALQUER OUTRA FORMA DE SINAL QUE INTERFIRA NA RECEPÇÃO DE SINAIS DE RÁDIO OU TELEFONIA MÓVEL; LAUDO QUE COMPROVE O ATENDIMENTO À NORMA SAE J1849, NO QUE SE REFERE A REQUISITOS E DIRETRIZES NOS SISTEMAS DE SIRENES ELETRÔNICAS COM UM ÚNICO AUTOFALANTE; OS COMANDOS DE TODA A SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA DEVERÃO ESTAR LOCALIZADOS EM PAINEL ÚNICO, NA CABINE DO MOTORISTA, PERMITINDO SUA OPERAÇÃO POR AMBOS OS OCUPANTES DA CABINE, E O FUNCIONAMENTO INDEPENDENTE DO SISTEMA VISUAL E ACÚSTICO, E SERÁ DOTADO DE: CONTROLE PARA QUATRO TIPOS DE SINALIZAÇÃO (PARA USO EM NÃO EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O ATENDIMENTO COM O VEÍCULO PARADO; PARA USO EM EMERGÊNCIAS DURANTE O DESLOCAMENTO); BOTÃO LIGA/DESLIGA PARA A SIRENE; BOTÃO SEM RETENÇÃO PARA SIRENE, PARA "TOQUE RÁPIDO"; BOTÃO PARA COMUTAÇÃO ENTRE OS QUATRO TIPOS DE TOQUE DE SIRENE; SISTEMA DE OXIGÊNIO: OXIGÊNIO MEDICINAL COM 1 CILINDRO DE 16 LTS, EM SUPORTE INDIVIDUAL PARA CILINDRO, COM CINTAS REGULÁVEIS E MECANISMO CONFIÁVEL RESISTENTE A VIBRAÇÕES, TREPIDAÇÕES E/OU CAPOTAMENTOS, POSSIBILITANDO RECEBER CILINDROS DE CAPACIDADES DIFERENTES, EQUIPADO COM VÁLVULA PRÉ-REGULADA PARA PRESSÃO DE 3,5 A 4,0 KGF/CM2; TODOS OS COMPONENTES DESSE SISTEMA DEVERÃO RESPEITAR AS NORMAS DE SEGURANÇA (INCLUSIVE VEICULAR) VIGENTES E APLICÁVEIS. OS SUPORTES DOS CILINDROS NÃO PODERÃO SER FIXADOS POR MEIO DE REBITES; OS PARAFUSOS FIXADORES DEVERÃO SUPORTAR IMPACTOS SEM SE SOLTAR. AS CINTAS DE FIXAÇÃO DOS TORPEDOS DEVERÃO TER AJUSTE DO TIPO "CATRACA"; AS CINTAS NÃO PODERÃO SOFRER AÇÕES DE ALONGAMENTO, DEFORMIDADE OU SOLTAR-SE COM O USO, DEVENDO SUPORTAR CAPACIDADE DE TRAÇÃO DE PESO SUPERIOR A 2.000 KG; AS MANGUEIRAS DEVERÃO PASSAR ATRAVÉS DE CONDUÍTES EMBUTIDOS NA PAREDE LATERAL DO SALÃO DE		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 69 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unit. (R\$)
			ATENDIMENTO, PARA EVITAR QUE SEJAM DANIFICADAS E PARA FACILITAR A SUBSTITUIÇÃO OU MANUTENÇÃO; NO SUPORTE DO CILINDRO ONDE O MESMO ESTEJA EM CONTATO COM O CILINDRO DEVERÁ TER APLICAÇÃO DE BORRACHA; O COMPARTIMENTO DE FIXAÇÃO DOS CILINDROS DEVERÁ SER REVESTIDO NO PISO POR BORRACHA OU OUTRO MATERIAL DE CARACTERÍSTICAS ADEQUADAS PARA PROTEÇÃO DA PINTURA DO CILINDRO E PROTEÇÕES EM AÇO INOXIDÁVEL ONDE OS CILINDROS SÃO APOIADOS A FIM DE SE EVITAR A OCORRÊNCIA DE RANHURAS E DESGASTE; RÉGUA TRIPLA COM FLUXÔMETRO, UMIDIFICADOR PARA O2 E ASPIRADOR TIPO VENTURI, COM ROSCAS PADRÃO ABNT; VENTILAÇÃO: A ADEQUADA VENTILAÇÃO DO VEÍCULO DEVERÁ SER PROPORCIONADA POR JANELAS E SISTEMA DE AR CONDICIONADO; A CLIMATIZAÇÃO DO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ PERMITIR O RESFRIAMENTO E O AQUECIMENTO; TODAS AS JANELAS DO COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO DEVERÃO PROPICIAR VENTILAÇÃO, DOTADAS DE SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO; VENTILADOR/ EXAUSTOR; AR CONDICIONADO COM CAPACIDADE TÉRMICA DE 26.000 BTU 'S NO COMPARTIMENTO DIANTEIRO E TRASEIRO, COM UNIDADE CONDENSADORA NO TETO, ORIGINAL DO FABRICANTE DO CHASSI OU HOMOLOGADO PELA FÁBRICA, CONTANDO COM UM SISTEMA DE AR CONDICIONADO QUENTE/FRIO E VENTILAÇÃO NOS TERMOS DA NBR 14.561; BANCO TIPO BAÚ PARA 02 (DUAS) PESSOAS, COM ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN CINZA CLARO E CINTOS DE SEGURANÇA NA ESQUERDA DO VEÍCULO; BANCO GIRATÓRIO COM ESTRUTURA TUBULAR, INSTALADA NA CABECEIRA DA MACA, VOLTADA PARA A TRASEIRA DO VEÍCULO, COM ENCOSTO E APOIO DE CABEÇA ESTOFADA EM COURVIN NA COR CINZA E CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL; MACA: MACA RETRÁTIL, TOTALMENTE CONFECCIONADA EM DURALUMÍNIO, INSTALADA LONGITUDINALMENTE NO SALÃO DE ATENDIMENTO, COM 1.900 MM DE COMPRIMENTO, 550 MM DE LARGURA E CAPACIDADE PARA PACIENTES DE ATÉ 300 KG (TESTADA COM 900KG), COM A CABECEIRA VOLTADA PARA FRENTE DO VEÍCULO,		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 70 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COM PÉS DOBRÁVEIS, SISTEMA ESCAMOTEÁVEL, PROVIDA DE RODÍZIOS CONFECCIONADOS EM MATERIAIS RESISTENTES A OXIDAÇÃO, COM PNEUS DE BORRACHA MACIÇA E SISTEMA DE FREIOS, COM TRAVA DE SEGURANÇA PARA EVITAR O FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DAS PERNAS DA MACA QUANDO NA POSIÇÃO ESTENDIDA, PROJETADA DE FORMA A PERMITIR A RÁPIDA RETIRADA E INSERÇÃO DA VÍTIMA NO COMPARTIMENTO DA VIATURA, COM A UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE RETRAÇÃO DOS PÉS ACIONADO PELO PRÓPRIO IMPULSO DA MACA PARA DENTRO E PARA FORA DO COMPARTIMENTO, PODENDO SER MANUSEADA POR APENAS UMA PESSOA. ESTA MACA DEVE DISPOR DE TRÊS CINTOS DE SEGURANÇA FIXOS À MESMA, EQUIPADOS COM TRAVAS RÁPIDAS, QUE PERMITAM PERFEITA SEGURANÇA E DESENGATE RÁPIDO, SEM RISCOS PARA A VÍTIMA. DEVE SER PROVIDA DE SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO TRONCO DO PACIENTE EM PÉLO MENOS 45 GRAUS E SUPORTAR NESTE ITEM PESO DE 100 KG; UMA VEZ DENTRO DO VEÍCULO, ESTA MACA DEVE FICAR ADEQUADAMENTE FIXA À SUA ESTRUTURA, IMPEDINDO SUA MOVIMENTAÇÃO LATERAL OU VERTICAL QUANDO DO DESLOCAMENTO DO MESMO. QUANDO MONTADA FORA DA AMBULÂNCIA DEVERÁ TER UMA ALTURA MÁXIMA DE 1.100 MM; DESIGN INTERNO E EXTERNO; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVERÁ CONSIDERAR OS SEGUINTE ASPECTOS: DESIGN INTERNO; O ESPAÇO INTERNO DA AMBULÂNCIA DEVE SER DIMENSIONADO VISANDO POSICIONAR, DE FORMA ACESSÍVEL E PRÁTICA, A MACA, BANCOS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS A SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO AOS PACIENTES. OS MATERIAIS FIXADOS NA CARROCERIA DA AMBULÂNCIA (ARMÁRIOS, BANCOS, MACA) DEVERÃO TER UMA FIXAÇÃO REFORÇADA DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, OS MESMOS NÃO SE SOLTEM; BALAUSTRE: DEVERÁ TER 02 (DOIS) "PEGA-MÃO" NO TETO DO SALÃO DE ATENDIMENTO, AMBOS POSICIONADOS PRÓXIMOS ÀS BORDAS DA MACA, SENTIDO		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 71 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			TRASEIRA-FRENTE DO VEÍCULO, CONFECCIONADOS EM ALUMÍNIO DE 01 POLEGADA DE DIÂMETRO, COM 3 PONTOS DE FIXAÇÃO NO TETO, INSTALADOS SOBRE O EIXO LONGITUDINAL DO COMPARTIMENTO, ATRAVÉS DE PARAFUSOS E COM DOIS SISTEMAS DE SUPORTE DE SORO DESLIZÁVEL, DEVENDO POSSUIR DOIS GANCHOS CADA PARA FRASCOS DE SORO; REVESTIMENTO INTERNO EM ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO) ESTIRENO AUTOESTINGUÍVEL; AS PAREDES INTERNAS E A DIVISÓRIA DEVERÃO SER EM PLÁSTICO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO LAMINADAS OU ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO AUTO-EXTINGUÍVEL, AMBOS COM ESPESSURA DE 3 MM, MOLDADOS CONFORME GEOMETRIA DO VEÍCULO, COM A PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA, TORNANDO A SUPERFÍCIE BACTERIOSTÁTICA; NIVELAMENTO DO PISO EM COMPENSADO NAVAL, SE NECESSÁRIO; REVESTIMENTO DO PISO EM MANTA VINILICA, DE ALTA RESISTÊNCIA; ARMÁRIOS: CONJUNTO DE ARMÁRIOS PARA A GUARDA DE TODO O MATERIAL AMBULATORIAL UTILIZADO NO VEÍCULO. ARMÁRIOS COM PRATELEIRAS INTERNAS, LATERAIS EM TODA SUA EXTENSÃO EM UM SÓ LADO DA VIATURA (LADO ESQUERDO); DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM COMPENSADO NAVAL REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE EM MATERIAL IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL (FÓRMICA OU SIMILAR). O PROJETO DOS MÓVEIS DEVE CONTEMPLAR O SEU ADEQUADO POSICIONAMENTO NO VEÍCULO, VISANDO O MÁXIMO APROVEITAMENTO DE ESPAÇO, A FIXAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E A ASSEPSIA DO VEÍCULO.; LIXEIRA PARA USO E REMOÇÃO, PARA COLOCAÇÃO DE SACOS DE LIXO DE APROXIMADAMENTE 5 LITROS; O ACESSO À LIXEIRA DEVERÁ SER VERTICAL E COM TAMPA, DE MODO A REDUZIR A CONTAMINAÇÃO E FACILITAR O MANUSEIO DOS RESÍDUOS; DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO CAPAZ DE FIXA-LA, DE MANEIRA QUE, EM CASO DE ACIDENTES, A MESMA NÃO SE SOLTE; OS MATERIAIS AUXILIARES CONFECCIONADOS EM METAL, TAIS COMO: PREGOS, DOBRADIÇAS, PARAFUSOS E ETC., DEVERÃO SER PROTEGIDOS COM MATERIAL ANTIFERRUGEM; OS PUXADORES		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 72 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			TERÃO QUE SER EMBUTIDOS OU SEMIEMBUTIDOS; A DISTRIBUIÇÃO DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS NO SALÃO DE ATENDIMENTO DEVE SEGUIR O LAYOUT APRESENTADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, COM AS DIMENSÕES DESCRITAS ABAIXO DE FORMA MAIS APROXIMADA POSSÍVEL, DESDE QUE PERMITIDO PELAS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO: ARMÁRIO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO, CUJAS PORTAS DEVEM SER DOTADAS DE TRINCO PARA IMPEDIR A ABERTURA ESPONTÂNEA DAS MESMAS DURANTE O DESLOCAMENTO, PARA GUARDA DE MATERIAIS COM PORTAS CORREDIÇAS EM POLICARBONATO, BIPARTIDAS, COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, MEDINDO 1,00 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,375 M; DEVERÁ POSSUIR UM ARMÁRIO TIPO BANCADA PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM BATENTE FRONTAL DE 50 MM, PARA APOIO DE EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS, COM APROXIMADAMENTE 1 M DE COMPRIMENTO POR 0,40 M DE PROFUNDIDADE, COM UMA ALTURA DE 0,75 M. ARMÁRIO PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO. VIDRO(S) FIXO(S) TRASEIRO(S) COM PELÍCULA OPACA; E FAIXAS TRANSPARENTES; JANELA LATERAL CORREDIÇA COM PELÍCULA OPACA E FAIXAS TRANSPARENTES; 5 (CINCO) ADESIVOS NO FORMATO DE CRUZ, COR VERMELHA, SENDO UM POSICIONADO NO TETO DO VEÍCULO, UM POSICIONADO NO VIDRO DA PORTA LATERAL DIREITA, UM POSICIONADO NA LATERAL ESQUERDA DO VEÍCULO (ALINHADO ÀQUELE DA PORTA LATERAL DO LADO DIREITO) E OS DEMAIS POSICIONADOS NOS VIDROS DE CADA PORTA TRASEIRA; (DOIS) ADESIVOS COM A PALAVRA "AMBULÂNCIA", ESCRITO EM CAIXA ALTA, SENDO UM POSICIONADO NA TRASEIRA DO VEÍCULO (PREFERENCIALMENTE NA PARTE SUPERIOR, CONFORME O DESENHO DO VEÍCULO PERMITIR), E OUTRO POSICIONADO DE FORMA INVERTIDA NO CAPÔ DO VEÍCULO (CENTRALIZADO ENTRE AS LATERAIS E INSTALADO MAIS OU MENOS PRÓXIMO AO PARA-BRISA, DE MODO QUE MELHOR FAVOREÇA A VISUALIZAÇÃO PELOS MOTORISTAS À FRENTE); A COR DA PINTURA BEM COMO AS LOGOMARCAS A SEREM		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC**

Pág 73 / 74

Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.

14.133/2021

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA					
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
			COLADAS NAS AMBULÂNCIAS SÃO AQUELAS DISPOSTAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.		
7	1	UN	VEÍCULO AUTOMOTOR MINIBUS, MÍNIMO 14 + 1 LUGARES, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO: ANO DE FABRICAÇÃO 2023; ANO MODELO 2024; TETO MÉDIO, COR BRANCA. ZERO KM; 02 PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E PORTA PARA EMBARQUE DE PASSAGEIROS; EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/ CARROCERIA PARA 14 + 01 OCUPANTE, DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL DE 5910 MM; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS DE 3660 MM; LARGURA MÍNIMA DE 1990 MM; ALTURA DE 2500 MM; MOTOR DE 04 CILINDROS; POTÊNCIA DE 125 CV; TORQUE DE 30 KGFM; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA; ASPIRAÇÃO: TURBOCOMPRESSOR; COMBUSTÍVEL: ÓLEO DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 70 LITROS; TRANSMISSÃO MANUAL DE 05 VELOCIDADES À FRENTE E 01 A RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; FREIO COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATRO RODAS; DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); AIRBAGS FRONTAIS; ALARME (SISTEMA ANTI-FURTO); CÂMERA TRASEIRA PARA MANOBRAS; FARÓIS DE NEBLINA; CONTROLE DE ESTABILIDADE; ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA; SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO; AR CONDICIONADO; BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA; AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS; POLTRONAS RECLINÁVEIS PARA PASSAGEIROS; PONTO DE FORÇA 12 V; RÁDIO; CONEXÃO USB; TACÓGRAFO DIGITAL; PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; JOGO DE TAPETES.	Fiat	308800,0000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item: Conforme detalhado na clausula 14ª (Décima Quarta).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

16.1 - As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em



CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Lei n.
14.133/2021

Pág 74 / 74

decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

16.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

16.4 - Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

16.5 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.6 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANTICORRUPÇÃO

17.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, 03/01/2024.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo
Órgão Gerenciador

TRENTINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA
Fornecedor

CISAM-SUL**DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2024**

Publicação Nº 5484542

**CISAM SUL** – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua Agenor Loli - Bairro Corridas - 88.870.000

Fone/Fax: (48) 3466-4261

CNPJ: 08.486.180/0001-75

Orleans – SC

DIVULGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2024

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM SUL, com sede na Rua Agenor Loli, n 189, Bairro Corridas, Orleans/SC, inscrito no CNPJ sob nº 08.486,180/0001-75, torna público para conhecimento de todos os interessados, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme previsto pela Resolução CISAM nº 104/2023, que realizará processo de Dispensa de Licitação para Contratação de empresa a contratação de empresa devidamente certificada para os serviços de coleta e transporte ao destino dos resíduos de serviços de saúde (lixo infectante) gerados pelo laboratório do CISAM-SUL. De acordo com as especificações técnicas descritas no objeto a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente documento é a divulgação da contratação por dispensa de licitação, com a finalidade de obter, de eventuais interessados, propostas adicionais àquela que a Administração pretende contratar, conforme disposto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 3º da Resolução CISAM nº 104/2023.

1.2. Segue-se a descrição do objeto que se pretende contratar:

1.2.1. Constitui objeto do presente processo a contratação de empresa devidamente certificada para os serviços de coleta e transporte ao destino dos resíduos de serviços de saúde (lixo infectante) gerados pelo laboratório do CISAM-SUL.

1.2.2. O serviço deve seguir o descrito no projeto básico.

1.3. Esta divulgação não diz respeito à realização de licitação.

2. DO PRAZO

2.1. O prazo para apresentação de propostas adicionais pelos eventuais interessados inicia em 05 de janeiro de 2024 e encerra em 10 de janeiro de 2024.

3. DO PROCEDIMENTO

3.1. Os eventuais interessados deverão encaminhar suas propostas para o endereço eletrônico contabilidade@cisam-sul.sc.gov.br no prazo supracitado, as quais observarão o disposto a seguir:

a) Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;

b) Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal, podendo ser de forma digital, desde que atendidos os requisitos legais;

c) Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto;



CISAM SUL – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua Agenor Loli - Bairro Corridas - 88.870.000

Fone/Fax: (48) 3466-4261

CNPJ: 08.486.180/0001-75

Orleans – SC

- d) O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, contados da abertura do prazo para envio;
- e) Conter valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- f) Conter, discriminados em moeda corrente nacional, os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos; e
- g) Especificação completa do produto/serviço oferecido, de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito acima.
- 3.2. O eventual interessado, ao enviar sua proposta, declara compreender que não está participando de uma licitação, mas fornecendo proposta adicional para a aferição, por parte da Administração, da vantajosidade da escolha a ser contratada em processo de dispensa de licitação.
- 3.3. O prosseguimento do processo de contratação direta já iniciado não é condicionado à apresentação de propostas, podendo ser realizada a contratação mesmo que o prazo transcorra *in albis*.
- 3.4. A seleção da contratada não estará restrita àqueles que encaminharem suas propostas, podendo a Administração selecionar a proposta de terceiro alheio a este procedimento.
- 3.5. A divulgação da proposta selecionada como mais vantajosa far-se-á junto ao teor da autorização da autoridade competente, a qual fará a indicação da pessoa a ser contratada, nos termos do art. 72, inciso VIII e parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.6. O Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 002/2024 encontra-se no sítio eletrônico oficial do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL, no link <http://www.cisamsul.sc.gov.br> na área de Licitações..
- 3.7. Dúvidas ou esclarecimentos poderão ser solicitadas através do endereço eletrônico supracitado.

Orleans/SC, 05 de janeiro de 2024.

IBANEIS LEMBECK
Presidente do CISAM SUL

CIRSURES**RESOLUÇÃO CIRSURES Nº 01/2024**

Publicação Nº 5484233

RESOLUÇÃO CIRSURES Nº 01/2024

DISPÕE SOBRE A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), por intermédio do seu Presidente e Prefeito do município de Treviso, Sr. Valério Moretti, no uso de suas atribuições, com base no artigo 29, incisos IV e V, da Quinta Alteração do Estatuto do CIRSURES, e:

CONSIDERANDO a reformulação do documento Quinta Alteração do Estatuto do CIRSURES, passando este a ser denominado Contrato de Consórcio Público do CIRSURES, no qual consta as alterações deliberadas e aprovadas na 2ª Assembleia Geral Extraordinária do CIRSURES de 2022;

CONSIDERANDO a ratificação legislativa do novo Contrato de Consórcio Público do CIRSURES por todos os Poderes Legislativos dos Entes consorciados ao CIRSURES, bem como publicadas as Leis respectivas;

CONSIDERANDO que o Contrato de Consórcio Público do CIRSURES já foi devidamente publicado na imprensa oficial, cumprindo todas as etapas legais e regimentais necessárias.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que o Contrato de Consórcio Público do CIRSURES entre em vigor, integralmente, na data de publicação do presente instrumento, retroagindo todos seus efeitos para o dia 27 de dezembro de 2023.

Urussanga/SC, 2 de janeiro de 2024.

VALÉRIO MORETTI

Presidente do CIRSURES

Prefeito de Treviso